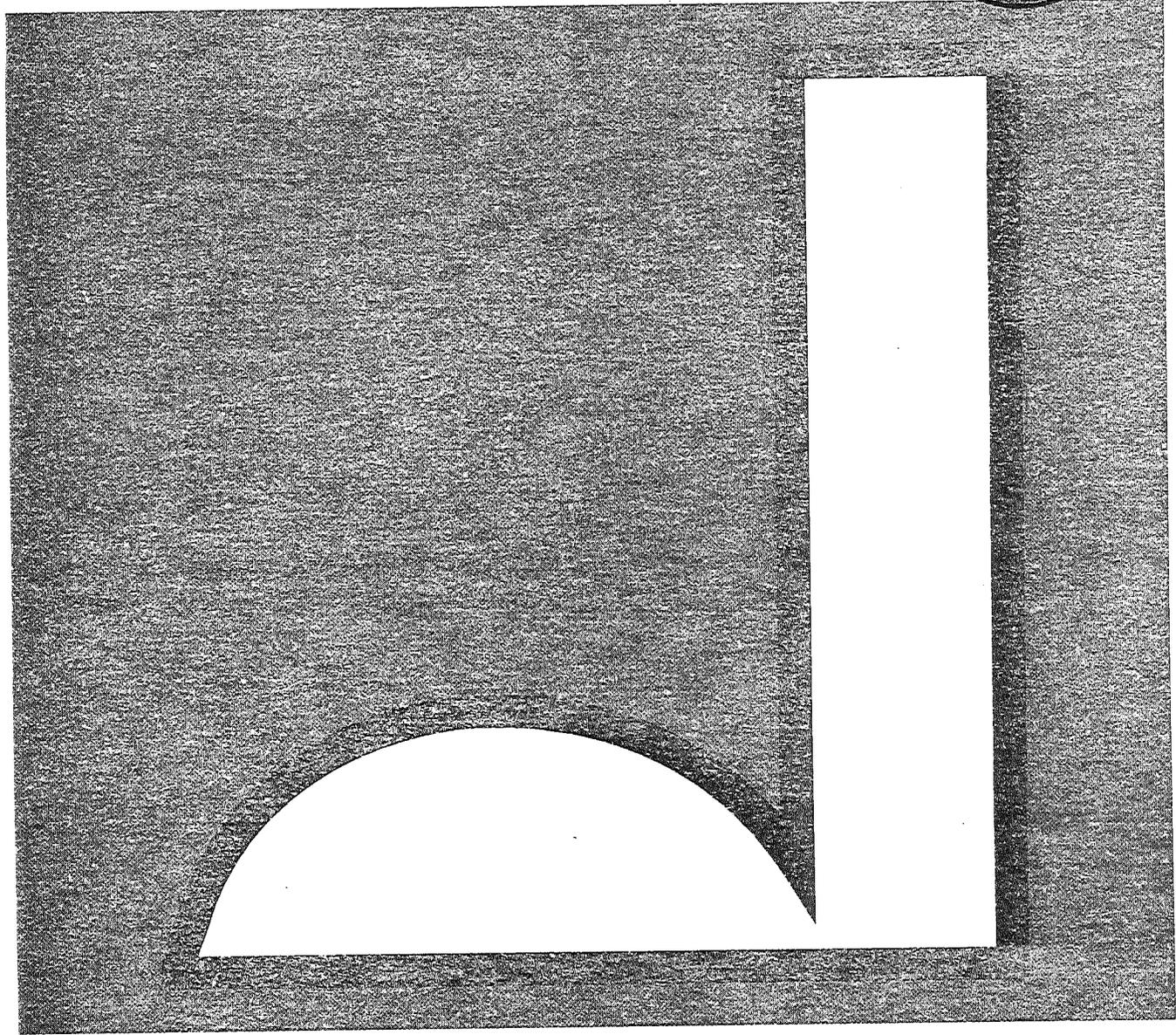




EXEMPLAR ÚNICO
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

VOLUME I

ANO LIX – SUP. AO Nº 141 – SEXTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PT Ideli Salvatti - PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PFL – 17 José Agripino - PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p style="text-align: center;">José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carneiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p style="text-align: center;">Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN, “com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”

26ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 2003.....	5
27ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2003.....	32
28ª Reunião, realizada em 18 de setembro de 2003.....	33
29ª Reunião, realizada em 23 de setembro de 2003.....	59
30ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2003.....	139
31ª Reunião, realizada em 25 de setembro de 2003.....	140
32ª Reunião, realizada em 30 de setembro de 2003.....	147
33ª Reunião, realizada em 9 de outubro de 2003.....	160
34ª Reunião, realizada em 13 de outubro de 2003.....	166
35ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2003.....	234
36ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2003.....	236
37ª Reunião, realizada em 17 de outubro de 2003.....	301
38ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2003.....	339
39ª Reunião, realizada em 21 de outubro de 2003.....	340
40ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2003.....	344

41ª Reunião, realizada em 30 de outubro de 2003.....	345
42ª Reunião, realizada em 3 de novembro de 2003.....	363
43ª Reunião, realizada em 4 de novembro de 2003.....	412
44ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2003.....	454
45ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 2003.....	479
46ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2003.....	479
47ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2003.....	533
48ª Reunião, realizada em 13 de novembro de 2003.....	619
49ª Reunião, realizada em 13 de novembro de 2003.....	631
50ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2003.....	633
51ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 2003.....	791
52ª Reunião, realizada em 20 de novembro de 2003.....	828

VOLUME II

53ª Reunião, realizada em 21 de novembro de 2003.....	907
54ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2003.....	1055
55ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2003.....	1090
56ª Reunião, realizada em 28 de novembro de 2003.....	1175
57ª Reunião, realizada em 4 de março de 2004.....	1198
58ª Reunião, realizada em 11, 17 e 18 de março de 2004.....	1199
59ª Reunião, realizada em 25 de março de 2004.....	1240
60ª Reunião, realizada em 29 de março de 2004.....	1253

61ª Reunião, realizada em 31 de março de 2004	1255	69ª Reunião, realizada em 6 de maio de 2004.....	1359
62ª Reunião, realizada em 1º de abril de 2004.....	1263	70ª Reunião, realizada em 7 de maio de 2004.....	1361
63ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2004.....	1265	71ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2004.....	1418
64ª Reunião, realizada em 20 de abril de 2004.....	1269	72ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2004.....	1419
65ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2004.....	1283	73ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2004.....	1437
66ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2004.....	1292	74ª Reunião, realizada em 27 de maio de 2004.....	1445
67ª Reunião, realizada em 30 de abril de 2004.....	1319	75ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2004.....	1492
68ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2004.....	1336	76ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2004.....	1516

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 26ª Reunião, realizada 16 de setembro de 2003.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às 11:23 horas, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros e ainda com as presenças dos Senadores Romeu Tuma, José Jorge, Ideli Salvatti, Ana Julia Carepa, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Heráclito Fortes e Leonel Pavan, e os Deputados, Eduardo Valverde, José Mentor, Robson Tuma, Edison Andrino, José Borba, Custódio Mattos, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, José Carlos Martinez, Edmar Moreira, Gilberto Nascimento, Dr. Hélio, Drª Clair, José Rocha e Mário Negromonte, e os parlamentares não membros Enio Tatico, Mussa Demes e Ricarte de Freitas, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência informa que a presente reunião tem por objetivo ouvir a exposição da Senhora Nicea Teixeira de Camargo e indaga aos Senhores Parlamentares se há necessidade da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Heráclito Fortes para questão de ordem. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes faz referência a matéria publicada na revista “Consultor Jurídico”. Usam da palavra os Senhores Senador Jefferson Peres, Deputado José Rocha e Deputado Eduardo Valverde. Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, encaminha Requerimento convocando para depor na CPMI, o Senhor

Hilário Sestini Júnior, empresário de São José do Rio Preto, São Paulo. A Presidência informa que o referido requerimento já foi votado e deliberado. A Presidência determina à Assessoria Jurídica que oficialize o Senhor Luiz Francisco, Procurador da República, para prestar esclarecimentos a esta CPMI, sobre declaração prestadas à revista “Consultor Jurídico”. A Presidência convida a Senhora Nicea Teixeira de Camargo para tomar assento e informa que a mesma tem trinta minutos para sua exposição. Após breve exposição, usam da palavra para interpelar a depoente o Relator e seguindo a lista de inscrição, os Senhores Deputado Robson Tuma, Deputado Eduardo Valverde, Senador Romeu Tuma, Senadora Serys Slhessarenko, Deputado Doutor Hélio, Deputado Gilberto Nascimento, Deputado Paulo Kobayashi, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Eduardo Valverde, Deputada Doutora Clair e o Deputado José Rocha. A Presidência solicita ao Senhor Relator que providencie requerimento para convocação da Senhora Sheila Abad, em data a ser agendada. A Presidência encerra a presente reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, tornando a seguir, a reunião em caráter reservado. E, para constar, eu, **Francisco Naurides Barros**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 05 de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas no Brasil, especificamente para os chamados “paraísos fiscais”, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC5.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à exposição, como convidada, da senhora Nicéa Teixeira de Camargo.

Indago aos senhores Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 09, cuja cópia encontra-se distribuída.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Solicito a V. Exª que considere lida a Ata, tendo em vista a distribuição dos avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Solicitada a dispensa da leitura da Ata e como não há nenhuma observação, a Presidência considera aprovada a Ata da reunião anterior.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço a atenção do senhor relator para a minha questão de ordem.

Sr. Relator, a revista **Consultor Jurídico**, de terça-feira, dia 16 de setembro de 2003, publicou uma matéria que já ontem havia tido repercussão no noticiário jornalístico da **TV Record**, apresentado pelo acreditado jornalista Boris Casoy. Trata-se de uma entrevista da qual eu gostaria de ler alguns trechos e sobre a qual gostaria de ouvir do Sr. Presidente e do Sr. Relator algum esclarecimento.

A CPI Mista que apura a ablução de R\$30 milhões a partir do Banco do Estado de Foz do Iguaçu nunca esteve tão morosa, não funciona, não decola e não toma medidas cabíveis para punir os políticos envolvidos.

A avaliação é do Procurador da República Luiz Francisco Fernandes de Souza que, junto das Procuradoras Raquel Branquinho e Walquíria Quixadá, investiga o caso pelo Ministério Público Federal. Em entrevista exclusiva à revista **Consultor Jurídico**, Luiz Francisco revela que ele mesmo já entregou à CPI do Banestado nomes de mais de 400 políticos famosos que lavaram dinheiro pelo esquema Banestado, e que nada foi feito para enquadrá-los juridicamente. Se a CPI continuar assim, só Deus sabe onde vai parar – avalia Luiz Francisco.

Vou cortar alguns trechos.

Uma segunda pergunta feita:

CJ – O senhor teme que essa CPI acabe sem ouvir os principais políticos entre esses 400 cujos nomes o senhor já entregou a ela?

LF – Temo sim, principalmente por causa do Sr. José Mentor. Temo porque ainda não aprovaram nada para intimidar Paulo Maiuf, Luís Antônio Fleury, Jorge Bornhausen e vários outros. Porque essas pessoas todas, se são inocentes, não têm interesse de esclarecer, porque nunca são chamadas.

CJ – O senhor acha que a CPI é mais técnica do que política?

Ele então descreve o seu ponto de vista com relação a essa questão.

Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento dos senhores que dirigem os trabalhos desta CPI. Onde se encontram esses 400 nomes entregues a CPI

pelo senhor Luiz Francisco? Tivemos aqui uma sonolenta reunião reservada em que ele, juntamente com alguns outros técnicos da área, fizeram suposições, com repetições de nomes, mas sem nada de concreto que se pudesse chegar a essa cifra de 400 políticos famosos no Brasil.

Ora, Sr. Presidente, joga-se para a imprensa a informação de um fato totalmente diferente da realidade, e ficamos aqui, como membros desta Comissão, numa situação delicada.

Vários telefonemas me chegaram ontem e hoje pela manhã, de pessoas querendo informações. É bom que se esclareça o nome de quem tem essa relação de pessoas, de quem está guardando esses nomes. Não acredito que os dirigentes desta Comissão tenham uma lista que não seja aquela que vimos aqui exaustivamente, onde havia repetição de nomes de vereadores de interior, de pessoas que eles próprios diziam que não havia nenhum motivo para acusar ou deixar de acusar.

Ora, Sr. Presidente, não podemos viver este clima em que, para a imprensa, se noticiam algumas informações, inverídicas, mas quando se chega na reunião secreta, essas informações são totalmente diferentes.

Portanto, sugiro aos senhores responsáveis pelo destino desta CPI que esclareçam esses fatos de uma vez por todas, ao jornalista Boris Casoy, pela credibilidade que ele tem e pela boa-fé que está tendo em receber informações desta natureza. Não é possível que está CPI tenha duas versões ou duas realidades.

Era a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Levantada a questão de ordem, antes de fazer qualquer manifestação, vou passar a palavra ao Senador Jefferson Péres, posteriormente ao Deputado José Rocha, fazendo um apelo à CPI para que percamos pouco tempo com esta entrevista que não tem tanta importância.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, discordo de V. Ex^a, a notícia é importante, pois teve repercussão e nos coloca muito mal, uma vez que dá a impressão de que estamos acobertando algo, de que estamos colocando sob o tapete fatos que não nos interessam.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, esta entrevista contém tamanho grau de leviandade que chego a duvidar da sua veracidade. Sugiro, proponho, até requeiro que o Procurador Luiz Francisco seja interpelado para confirmar o teor das suas declarações e, em seguida, em conformidade com a resposta que der, tomarmos as providências que a maioria ou a Presidência julgar adequadas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passamos a palavra ao Deputado José Rocha e, na seqüência, ao Deputado Eduardo Valverde e à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, concordo com o Senador Jefferson Péres no sentido de que este Procurador Luiz Francisco deva ser realmente interpelado por esta Comissão. Ele está sendo mais político que técnico, e nós estamos sendo aqui mais técnicos que políticos. O Sr. Luiz Francisco deveria se preocupar em apresentar os processos e os culpados da sua investigação. Ele trata da questão atinente ao Ministério Público; e nós, da questão atinente à nossa Comissão. Acho que esta Comissão está se pautando com toda serenidade nesses trabalhos, está averiguando caso a caso, ouvindo as pessoas que devem ser ouvidas, analisando os documentos que são importantes para que possa produzir o seu relatório final. Penso que o Sr. Luiz Francisco está conversando demais quando deveria estar agindo mais.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, vou pela linha de V. Ex^a de que a entrevista, se for interpretada fora de um enfoque, talvez leve a conclusões diferenciadas.

O Procurador Luiz Francisco tem prestado um inestimável serviço à sociedade brasileira, dentro do Ministério Público, e pode ser que as suas declarações tenham sido divulgadas fora de um enfoque. E não creio que o Procurador tenha interesse – até porque é um dos principais interessados em que a CPI dê certo – em falar alguma coisa contra o trabalho desta CPI. Creio que a nossa atenção, neste momento, deveria estar voltada para o nosso trabalho, para os documentos já acumulados pela CPI – essa a nossa principal preocupação – e deixar de lado essas cobranças que a sociedade civil e a imprensa fazem por uma razão muito justa, porque querem ver os resultados, o que vai ocorrer a partir do momento em que começarmos a enfrentar, a analisar a documentação, a constituir subgrupos, tomar iniciativa.

Peço aos nossos pares que separem os interesses que estão por fora e concentrem a nossa atenção nos documentos que estão chegando a esta Casa, pois há muitas informações que podem definir os nossos trabalhos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, gostaria apenas de que o Deputado Valverde, que é um dos mais brilhantes Parlamentares nesta CPI, esclarecesse quais são os interesses que estão por fora. Levantei uma questão de ordem e não admito este tipo de insinuação. Não há interesse por

fora; pelo contrário, quero que os interesses que estejam por fora sejam colocados aqui dentro desta CPI, Deputado Valverde.

Não lhe dou o direito, não lhe dou a liberdade, nem intimidade de fazer insinuação desta maneira. V. Ex^a chegou recentemente nesta Casa, tem que respeitar quem está aqui há sete mandatos e tem se comportado com dignidade e com respeito. Então, V. Ex^a não tem o direito de fazer insinuações de “por fora”. Não sou informante de procurador, não sou informante de imprensa. Eu ajo nos limites da CPI, dentro da minha responsabilidade.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Meu caro Senador, não tive nenhuma intenção de afetar a sua honra, de denegrir a sua imagem. Não foi essa a minha intenção. Se foi isso que V. Ex^a entendeu, peço desculpas. A minha intenção, neste momento, foi expor a minha opinião de que devia nesse momento...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O que lamento é o fato de que, em vez de V. Ex^a ser defensor desta Casa, V. Ex^a tem sido defensor de um Procurador que não tem feito outra coisa senão atacar a honra desta Casa.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O foco da nossa investigação, meu caro Senador Heráclito Fortes, são aqueles que remeteram dinheiro para fora.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Quero dizer ao Senador Heráclito Fortes que também não vi nenhuma agressão a V. Ex^a e quero endossar as palavras do Deputado Eduardo Valverde. Assino embaixo o que ele disse, para não fazer o mesmo discurso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Surpreender-me-ia se fosse diferente, Senadora Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Um momento, Senador Heráclito Fortes. Gostaria de apresentar um requerimento, convocando para depor nesta CPMI, o Sr. Hilário Sestini Júnior, empresário de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, atualmente preso nas dependências da delegacia de Polícia Federal daquela cidade paulista, em decorrência de ordem prisional preventiva, da Justiça Federal, por prática de crime de descaminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Comunico que o requerimento já foi votado e deliberado. Na semana passada, foi aprovada a convocação, e serão realizadas as reuniões para as oitavas dos cidadãos que se encontram presos, que são

vários – inclusive, há uma lista de quarenta pessoas que estamos pedindo para serem ouvidas na sede da Polícia Federal.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Tem V. Exª a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)

– Quero apenas para complementar. Pela importância do depoimento do Sr. Sestini, penso que ele deveria depor aqui, diante do povo brasileiro. Insisto em que ele venha depor aqui.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PTB – PR)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Martinez, pela ordem.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PTB – PR)

– Sr. Presidente, a matéria de que trata a Senadora é matéria vencida, matéria que já foi aprovada e decidida nesta Casa em uma reunião em que a Senadora não estava presente.

Faço minhas as palavras do Senador Jefferson Péres. Penso que S. Exª colocou a situação com precisão: é preciso que esta Comissão seja respeitada. Quem não se respeita não se faz respeitar. É preciso que haja dignidade, seriedade nos depoimentos e nas notícias que saem daqui para fora. V. Exª tem tratado essas matérias, nesta Casa, com extraordinária competência e dignidade. Não se viu até hoje uma só matéria em que V. Exª, até com o direito de Presidente desta CPI, tenha aproveitado para lançá-la nos holofotes da imprensa. Nem V. Exª, nem o Relator jamais o fizeram, nem na viagem para os Estados Unidos. Não é justo, portanto, que um terceiro, vindo de fora, queira aproveitar-se da nossa Casa para mexer na honra de pessoas que ainda não foram sequer acusadas por esta CPI.

O Senador Jefferson Péres tem o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. Em seguida, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não vamos misturar alhos com bugalhos. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Sem nenhum prejuízo para a investigação para a qual esta Comissão foi criada, nada impede que se pergunte a um Procurador da República se ele fez ou não uma insinuação malévola, senão mesmo uma acusação a esta Comissão. Se a Comissão não quer, se acha isso irrelevante, eu não acho.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Apenas elogio a Mesa, como dirigente dos trabalhos, e principalmente alerta sobre qualquer coisa que possa trazer uma acusação contra o Relator, Deputado José Mentor.

Eu desagravo e concordo com o Senador Jefferson Péres. Devemos mesmo fazer a pergunta ao Procurador, porque o Deputado José Mentor tem tido uma cautela enorme, respeitosa, admirável, conduzindo com serenidade os trabalhos, com V. Exª na Presidência.

Qualquer advogado, qualquer pessoa formada em Direito sabe que esses processos... Vi aqui que o Deputado José Mentor requereu todos os inquéritos que correm na Polícia Federal, e faz alguns anos. Portanto, o Ministério Público tem a obrigação de fazer a denúncia. Deve haver, na denúncia desses inquéritos, os nomes das pessoas a que ele tenha feito referência, que, provavelmente, o Deputado José Mentor não quer convocar. Se se tiver a denúncia, V. Exª vai saber aqui o nome de todos, porque, senão, o Ministério Público, a esta altura, está falhando.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Acolho a questão de ordem levantada pelo Senador Jefferson Péres. Determino à assessoria jurídica desta Comissão que faça ainda hoje a interpelação ao Procurador da República Luiz Francisco. Quero que a assessoria jurídica da Comissão estude a seguinte possibilidade: se ele confirmar a matéria, publicada no **site** Consultor Jurídico, quero que a assessoria jurídica estude a possibilidade de a Comissão autorizar a convocação dele a esta Comissão, para que ele diga somente ao seguinte: dê o nome dos 400 políticos.

Não é possível que se trate publicamente de 400 políticos e reservadamente esses nomes nunca tenham aparecido na Comissão. Não é a Comissão que se está omitindo. Se esses assuntos que estão sendo colocados publicamente, se eles existem, não chegaram à Comissão.

Se o Procurador Luiz Francisco sabe – defendo, então, a tese do Senador Jefferson Péres –, que se faça hoje a interpelação. Se ele desmentir, está resolvido o problema. Publica-se e encaminha-se o desmentido para o **site** Consultor Jurídico. Se ele confirmar, queremos uma sessão aberta, para que ele diga os nomes dos 400 políticos, para que a sociedade brasileira tenha o direito de saber a verdade. Se isso não for feito, pode parecer que estamos tentando ocultar os nomes dos 400 políticos, que eles nunca conseguiram mostrar aqui em situação reservada.

Peço, portanto, dedicação à assessoria jurídica para que trate deste assunto ainda hoje.

Submeto à Comissão a aprovação dessa interpelação, para que possamos encaminhá-la, ainda hoje, ao Procurador Luiz Francisco.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PTB – PR)
– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Ao mesmo tempo, solicito a presença do jornalista que escreveu para que seja confrontado com o Procurador, a fim de que os dois falem a mesma linguagem ou, então, que um desminta o outro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Depende do que ele responder na interpelação.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, vamos perder tempo com esse negócio. O nosso prazo é muito curto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Vamos convidar a Sr^a Nicéa Camargo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de voltar a este assunto e fazer um apelo ao Deputado Valverde. Se ele não tem nenhuma preocupação com o seu conceito como político e se os demais colegas o tem... O fato de pedir que não se perca tempo com isso, é uma opinião pessoal de V. Ex^a. V. Ex não deve querer contaminar com insensibilidade esta Comissão.

O Senador Jefferson Péres é um homem que tem história nesta Casa. Todos os que mencionaram a maneira como essa questão está sendo abordada se preocupam com a repercussão que ela está tendo. Porém, se alguns informantes, de maneira leviana, leva notícias para a imprensa de coisas que não acontecem nesta Comissão por achar que, quanto a essas questões, não se deve perder tempo com elas, é outro assunto. Agora é uma questão individualizada, não da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Senador Heráclito Fortes, esta é uma questão decidida. A Comissão fará a interpelação.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Vou votar contra. Vou me posicionar contrário à interpelação, até porque a nossa reputação vai estar manchada se, ao chegar ao final do prazo, não tivermos nada de concreto. Aí, sim, estaremos com a nossa reputação manchada. Vamos perder tempo com essa interpelação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Está bom. Então, a Comissão vai encaminhar com o voto contra do Deputado Eduardo Valverde.

Concedo a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, por haver sido citado várias vezes, gostaria de dizer a V. Ex^a que apoio a proposta do Senador Jefferson Péres e o encaminhamento dado por V. Ex^a.

No entanto, gostaria de complementar que, quanto à entrevista referida pelo Senador Heráclito Fortes, da qual ainda não tive conhecimento – hoje fui informado, mas não tive a oportunidade de ler –, vou somar outras

3 ou 4 entrevistas anteriores do mesmo Procurador ao mesmo veículo, com insinuações e afirmações do mesmo tipo, de idêntica conotação. Mais do que isso: nos Estados Unidos, V. Ex^a se lembra bem, recebemos uma cópia de uma entrevista no mesmo veículo, em que ele saudava o afastamento do Relator, a substituição do Relator, quando me afastei por conta daquele episódio que enlutou a minha família. Deve ter-se equivocado naquele episódio – acredito eu.

Penso que toda competência, abnegação e até empenho do Procurador Luiz Francisco em buscar a verdade não pode lhe dar o direito de atacar, de incriminar, de lançar dúvidas sobre o trabalho que estamos fazendo aqui. São duas coisas separadas. Respeito muito o Procurador, o empenho de S. Ex^a na busca da verdade, nos trabalhos que desenvolve, mas isso não lhe dá o direito de lançar dúvida sobre o trabalho da CPI. Acho que cada um tem a sua competência. S. Ex^a deve cuidar da competência do Ministério Público, e nós, cuidamos da investigação na Câmara e no Senado.

Também quero reafirmar a V. Ex^a, já que estamos em uma audiência pública, que, do trabalho trazido pelo Procurador Luiz Francisco para conhecimento desta CPI na reunião reservada, esta Relatoria não conseguiu encontrar um único possível indiciado – um único possível indiciado. Quando muito, pode ser uma simples e leve linha de investigação. Essa afirmação não pode pairar sobre nós. Nessa interpelação, Sr. Presidente, também deve ficar claro o motivo pelo qual os culpados, que S. Ex^a tanto conhece, não foram denunciados, se não por S. Ex^a, que é Procurador, por outros Procuradores competentes, também do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Feita a colocação, pelo Deputado José Mentor, solicito a presença da Sr^a Nicéa Teixeira Camargo, que prestará depoimento a esta CPMI, convidada que foi por intermédio de um requerimento da Senadora Serys Slhessarenko. (Pausa.)

Inicialmente, concedo a palavra a Sr^a Nicéa Teixeira Camargo, pelo prazo de 30 minutos, para que V. S^a faça uma exposição a respeito dos assuntos. V. S^a está informada de que esta CPMI trata da questão de evasão de divisas. E o objetivo do convite é esclarecer as declarações dadas anteriormente pela senhora à imprensa e também ao Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Sílvio Marques.

Passo a palavra a V. S^a pelo prazo de 30 minutos.

Convidamos o filho da Sr^a Nicéa Camargo a permanecer ao lado dela, para assistir ao seu depoimento.

Concedo a palavra à Sr^a Nicéa Teixeira Camargo.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Exm^o Sr. Presidente; Exm^o Sr. Relator; Sr^s e Srs. Deputados

e Senadores, agradeço a V. Ex^{as} pela honra de aqui estar, mais uma vez tentando colaborar com o meu País nesse trabalho tão importante que V. Ex^{as} vêm dirigindo. Tenho um orgulho muito grande desta CPI. Fico muito feliz, porque venho acompanhando todas as reuniões em minha casa, até, às vezes, quando são repetidas, à noite. Tenho observado V. Ex^{as} trabalhando incansavelmente, persistentemente.

Quero deixar bem claro que tenho convicção de que, desta vez, V. Ex^{as} chegarão onde o País precisa que cheguem, em razão do trabalho, da dedicação. E de que darão exemplo, como políticos, ao nosso País. Vejo muitas críticas aos políticos e fico triste. Apesar de ter participado de momentos difíceis da vida política do meu País, tenho muito orgulho, ainda, de muitos políticos do meu País.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A senhora prefere usar o tempo para fazer uma exposição ou que o Relator comece a perguntar?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – S. Ex^a pode começar a perguntar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria interessante que a senhora fizesse um pequeno histórico, para que pudéssemos recuperar a memória de toda a colaboração que deu ao País em razão de sua coragem.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Foram momentos muito difíceis, porque eu vinha sofrendo pressões muito fortes. V. Ex^{as} não de convir que era muito difícil para mim fazer denúncias que atingiam o pai dos meus filhos, um homem com quem vivi vinte e oito anos, um homem que admirei durante anos e anos e que eu conheci sério, correto, direito, e a família dele, por tudo o que era.

De repente, eu me vi acuada, sendo pressionada a participar de reuniões em que falavam em desvios de verbas, de corrupção, algo muito doloroso. Pior ainda porque eu fazia um trabalho social na cidade de São Paulo, onde eu via dramas, misérias, desgraças as mais difíceis. Eu chegava em casa e via reuniões nas quais falavam em milhões depositados lá fora, inclusive uma vez eu estava junto, num desses depósitos. Houve um momento em que não suportava mais conviver com aquilo. Até que comecei a sofrer pressões. Invadiram o órgão onde eu estava, na tentativa de me desestabilizar. Mesmo assim não conseguiram. Eles me pediam para sair de lá, mas não conseguiram.

Por que queriam me desviar de lá? Eu estava tentando fazer um bom trabalho social. Eu tinha montado uma equipe muito competente. Era um pessoal muito dedicado, que estava fazendo realmente um bom trabalho social.

Existia um acordo do meu ex-marido com o ex-prefeito Paulo Maluf pelo qual ele não poderia ser um

bom prefeito, ao contrário da publicidade que ele fez – de que se o Pitta não fosse um bom prefeito não deveriam votar mais nele. Nos bastidores, havia esse acordo, porque, caso o ex-prefeito Paulo Maluf não conseguisse ser eleito governador, ele teria chance de ocupar a prefeitura. Então a administração do meu ex-marido não poderia ser uma boa administração, nem o meu trabalho social.

Depois disso, eles começaram a me pressionar para assinar um documento. Foi a gota d'água. Esse documento eu não assinei. Houve uma briga perante meus filhos, em minha casa, inclusive com agressão física. A partir daí, eu não tive dúvida mais. Minha filha foi embora para os Estados Unidos, magoada com o que assistiu lá em casa. Em seguida, ela passou por uma pressão mais forte nos Estados Unidos. Eu fui para lá para socorrer minha filha. Lá, tive tempo suficiente para ter certeza de que eu teria que voltar ao meu País e levar ao conhecimento de toda a sociedade tudo o que eu estava vivendo.

É importante deixar claro que eu sofri a ameaça, antes de fazer essas denúncias, de ser internada como louca. O psiquiatra chegou a ligar para minha casa para falar com meu filho. Eles queriam me internar, porque sabiam que eu estava a ponto de explodir, vamos dizer assim. Isso eu pude provar. Eles achavam que, se eu fosse internada como louca, nada do que eu iria falar teria valor.

Eu estou à disposição de qualquer psiquiatra que queira me analisar. Esse período em que eu fiquei ausente... Felizmente, eu tenho uma vida muito tranqüila, muito calma. Eu não posso, obviamente, me dar ao luxo de sair na rua com toda a tranqüilidade. Há épocas em que passo até seis meses sem sair de casa. Eu não tenho segurança nenhuma, proteção nenhuma. Mas não me faz falta, porque, durante a administração, eu saí muito. E, assim, eu posso me dedicar mais aos meus afazeres domésticos. Faz-me falta fazer um trabalho social. Eu teria como colaborar muito nessa área, mas, enfim, acredito que um dia poderei fazer isso. Foram esses os motivos que me levaram a fazer as denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E que documento era esse que pediram que a senhora assinasse?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Era um documento para abrir uma conta lá fora, em meu nome. Acredito até...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. S^a se lembra o banco?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Senador Romeu Tuma, um dia de manhã... Meu ex-marido às vezes me chamava, quando eu não tinha que sair

para os meus eventos. Ele aproveitava para descansar um pouco e vinha pedir-me que assinasse alguns documentos. Sempre confiei muito nele e assinei muita coisa em branco. Porém, nesse dia, fiquei muito assustada, porque ele dizia que era um documento para o Quiroga, o contador dele e do ex-Prefeito Paulo Maluf. Eu assinei. Acordei, levantei, cheguei à sala e havia uma doleira.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. S^a se lembra do nome dela?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Era a Sr^a Sheila Abad. Ela trabalha no Banco Cidade e era ela quem fazia as remessas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era do Banco Cidade?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Sim, do Banco Cidade, que tem como filial, vamos dizer assim, em Nova Iorque, o Commercial Bank, de Nova Iorque. Ele, à noite, disse-me que não, que ela não tinha nada a ver comigo, que o documento que assinei não tinha nada que ver com conta lá fora. Aí veio a pressão para eu que assinasse esse outro documento, que não assinei. Agora tenho uma dúvida muito grande sobre se aquele outro documento não foi realmente, porque assim que ela me viu, ela saiu da sala, e eles foram embora imediatamente. Isso era bem cedo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vou passar a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, e, em seguida, vamos seguir a ordem de inscrição, porque creio que as perguntas ajudarão as respostas da nossa convidada, Sr^a Nicéa Camargo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inicialmente, queria cumprimentar a Sr^a Nicéa por sua presença, como convidada, para auxiliar os trabalhos da Comissão.

D. Nicéa, V. S^a faz referências a reuniões que ocorreram em sua casa, das quais várias pessoas participaram e em que eram tratados assuntos desse tipo. Foram muitas reuniões? Quantas foram? Desde quando?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Foram várias reuniões. Algumas vezes, eram reuniões com o ex-Prefeito Paulo Maluf, outras, com o filho do Sr. Paulo Maluf, Flávio Maluf; outras vezes eram com Vereadores da Câmara. Agora, algumas reuniões eram realizadas na casa do ex-Secretário de Vias Públicas, Reinaldo de Barros.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E V. S^a também acompanhava seu marido nessas reuniões?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Sim, acompanhava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nas conversas, qual era a origem desses recursos? Eram obras, precatórios?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eram obras. Sobre os precatórios acompanhei muito pouco, porque ele era Secretário de Finanças, e até aí eu não tinha muito acesso. Mas eram as empreiteiras OAS, Mendes Júnior, CBPO, que subempreitavam obras. Não sei precisar exatamente o valor de cada comissão que eles recebiam, que era depositada por doleiros deles mesmos fora do País.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a prestou vários depoimentos ao Ministério Público de São Paulo. V. S^a confirma o teor de todos eles?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – De todos eles, sem nenhuma sombra de dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a também se referiu, agora, a uma conta no exterior – e, em um dos depoimentos, dá os detalhes –, no Commercial Bank de Nova Iorque.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – No Commercial Bank de Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a se referiu a essa conta. Ela foi aberta?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, eu fui, pessoalmente, com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, são duas coisas. Uma é o documento que ele pediu que V. S^a assinasse para abrir uma outra conta. Mas já existia uma conta no Commercial Bank. A abertura dessa conta V. S^a presenciou?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Presenciei. Inclusive, tinha um cartão do qual...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – No Banco Cidade?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, são duas coisas diferentes, se entendi bem, por isso estou fazendo essa separação. Uma coisa foi a abertura de uma conta sob ameaça, sob pressão, que a Sr^a Nicéa se recusou a assinar; outra é uma conta no Commercial Bank de Nova Iorque, que corresponde ao Banco Cidade. Essa conta existiu?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela tinha algum nome específico, alguma identificação?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não. Mas essa conta estava no meu nome também, porque ele me deu um cartão. A Presidente, a Sr^a Ozeri, me deu um cartão, o qual depois foi devolvido ao meu marido. Eu nunca a movimentei, mas, de qualquer forma, era uma conta que... Se houvesse oportunidade de vocês terem alguma despesa a mais e me levarem

até o banco, a esse banco, eu poderia ajudar muito, ou, talvez, até entregando o meu passaporte, porque é uma conta que eu teria como movimentar, se ela esteve no meu nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora tem lembrança de extrato?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eu tenho o número, os dados, direitinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na realidade, a senhora os forneceu ao Ministério Público.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Isso. É essa a conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É a mesma conta?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É a mesma conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois, vou localizar; vou pedir à assessoria que localize para mim o número, para D. Nicéa poder confirmar.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Tem o endereço, tem o nome da Presidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora tem idéia do volume de recursos, de valor? A senhora chegou a ver extratos?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Naquela época, quinhentos mil. Depois, ele fez outros depósitos mais, que ele me falava, mas eu não... A primeira vez, ele viu que fiquei muito brava, porque ele não me falou que estávamos indo a um banco. Quando chegamos lá foi que eu vi que era um banco; quando saímos, ele me falou que era... Eu dizia: “Mas é legal isso que você está fazendo? De onde sai esse dinheiro”? Porque, nessa época, ele ainda era secretário. Ele disse que tinha sido indenização da Eucatex. Depois, com o tempo, quando ele se tornou prefeito, ele não tinha mais o pudor de esconder nada de mim. A Srª Sheila Abad era a doleira, vamos dizer assim, que movimentava, e a agência dela me parece que era na Av. Angélica.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou passar à senhora o depoimento, para a senhora confirmar, por favor.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Exatamente. Dália Ozeri, essa mesma, que é a Presidente.

Esse senhor, que é, parece, Vice-Presidente, é Maurício Abad. Em algumas viagens que fizemos para Nova Iorque, eu e meu ex-marido, ele ainda prefeito, o Maurício Abad ia levar dólares no hotel para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá nos Estados Unidos?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Lá em Nova Iorque. A Vice-Presidente era a Srª Dália Ozeri, e

o Maurício Abad era um assessor dela e, de qualquer forma, era ele quem levava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é o que da Sheila Abad?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Primo da Sheila Abad. São brasileiros. A Srª Dália Ozeri parece-me que é portuguesa. Ele mora em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora tem idéia de quando essa conta foi aberta?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Em que ano foi aberta? Foi em... Eu tenho a data aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando ela ficou aberta?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ela ficou aberta até ele se tornar prefeito.

Lembro-me de que, antes de tomar posse, estávamos em Paris, e chegaram dois senhores ao hotel, que eram representantes de um banco de Zurique. Ele dizia para mim que essas contas seriam transferidas para lá.

Agora, sobre essa conta, quando chegamos lá, a Srª Ozeri disse que iria fazer a mesma aplicação que ela fazia para o Flávio Maluf e para o Paulo Maluf, com os mesmos juros de aplicações.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT– RO) – A senhora chegou a assinar o fechamento da conta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa pergunta eu ia fazer agora.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Assinei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A assinou a transferência? Para onde foi a transferência?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não. A transferência, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O encerramento da conta?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, não assinei nada. Ela continua aberta.

É por isso que eu digo e, na época, cheguei a dizer ao Ministério Público, que, se houvesse uma forma de financiar uma ida minha para lá, com alguém, obviamente, me acompanhando, eles teriam que me dar os extratos, não é? De um movimento que também era meu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora nunca obteve esses extratos pessoalmente?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não. Eu só tinha o cartão, que eu entregava para ele, porque eu nunca movimenteiei a conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se a senhora fosse ao Banco Cidade, a senhora não conseguiria a movimentação?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eu tentei. Eu fui com o meu filho, uma vez, ao Banco Cidade, e eles ficaram muito assustados até quando me viram. Pensaram até que o meu filho era repórter. O Diretor Jurídico quase desmaiou quando viu o meu filho. Eu disse: “Fica calmo. Ele é meu filho”. E ele disse: “Pensei que fosse um repórter”.

Então, ele me disse que, se eu quisesse reaver esse dinheiro, eu poderia ir para Zurique e, no próprio hotel, eles me levariam. Porque o banco não queria ficar com dinheiro nenhum que estivesse em meu nome. Eles estavam em pânico por tudo o que estava acontecendo. Eles queriam me devolver esse dinheiro o mais rápido possível.

Só que eu cometi uma falha muito grande. Eu saí para ir ao banco, depois de um depoimento no fórum. Eu fui processada trinta e tantas vezes, então, a minha vida era ir ao fórum. E um dia, num depoimento no fórum, tive a idéia e disse para o meu filho: “Vamos aproveitar que estamos aqui na cidade e vamos até o Banco Cidade, para ver como eles reagem”.

Então, a proposta foi esta. Se eu quisesse, eu iria para lá, que eles queriam muito, muito tirar logo esses valores que estavam comigo. E, inclusive, agora eu me lembro, o meu ex-marido não podia mexer num certo valor que estava lá. Por isso acho que aquele documento que ele falou que eu assinei – que achei que era uma conta, porque a doleira estava lá – seria esse, porque eles me disseram: “Ele já fez tudo para mexer, e isso é só da senhora, ninguém pode mexer”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora acha que o documento, então, era da parte da senhora no dinheiro? Teoricamente, porque era casada em comunhão de bens, uma parte seria da senhora. Se não autorizasse, eles não podiam mexer?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Exatamente. Mas esse valor, por exemplo, era um valor que, quando ele queria que eu assinasse o segundo documento... Lembro-me de que essa Srª Sheila Abad disse que eles não podiam trazer ninguém mais, comprometendo essas contas. Então, teria que ser comigo, a pessoa mais confiável. Mal sabiam eles, que, com o tempo, a confiança foi...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dª Nicéa, o Banco Cidade é que fazia a remessa para o exterior?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Sim. A Srª Sheila Abad.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era ela que realizava a remessa para o exterior, que transformava o dinheiro e mandava. Esse dinheiro entregue para o Banco Cidade eram reais ou dólares?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eram reais.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Srª Sheila ainda trabalha no Banco Cidade?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – O Banco Cidade agora já foi vendido. Acho até que eles ficaram muito em pânico com tudo. Venderam o banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe quem comprou? Só para saber.

Dª Nicéa, a senhora ouviu falar, alguma vez, na conta Yukon River?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ouvi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que se trata?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – No final da tarde, meu ex-marido me ligava pedindo para eu ir para a casa um pouco mais cedo, porque ele havia marcado com o filho do Sr. Naji Nahas, e ele não ia poder chegar a tempo. Então, que eu ficasse lá aguardando, para receber o rapaz. Quando ele chegava, então – o Celso conversava muito com esse rapaz –, ele entregava sempre um envelope, que era de uma empresa, e eles falavam muito no nome Yukon River. Até que um dia tive curiosidade, abri o envelope, só que não pude ficar com o envelope mais tempo comigo, porque o meu ex-marido já estava chegando. Depois, ele trancou e colocou um segredo na maleta, e eu não pude mais saber. Mas sempre foi.

Uma segunda vez, eles tiveram uma discussão muito séria, ele e o Naji Nahas, na minha casa, na qual o meu ex-marido falava: “Se você pensa que vai criar problema para mim, não vai não, porque, afinal de contas, você envolveu o seu filho nessa empresa também.” O filho do Naji Nahas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa era a Yukon River?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Qual era o nome do filho?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Boa pergunta. Não me lembro mais. São tantos anos. Mas eu posso saber, eu tenho em agenda, lá em casa. Era um rapaz bem jovem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não era Vítor?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não. Vítor é o meu filho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A senhora depois disso não retornou mais ao exterior?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, eu não voltei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por acaso é Fernando Nahas?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Exatamente, Fernando Nahas.

Toda vez que falo desse assunto, lá em São Paulo, os jornais noticiam que não tenho credibilidade, porque a imprensa não fala mais em mim. Eles acham que eu deveria continuar na mídia. Eu digo sempre, para eles, a minha resposta para eles é que não sou nem artista e nem política, então não tenho mais que estar na mídia. Fiz a minha parte, agora quero tocar a minha vida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. Sª tem informação de outros cambistas, outras pessoas que trabalharam com dólar, que atuaram junto ao seu ex-marido?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, sempre foi a Srª Sheila Abad.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sempre o Banco Cidade?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Sempre o Banco Cidade, a Srª Sheila Abad. À época, o Presidente do Banco Cidade era o Sr. Edmundo Safdié.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. Sª alguma vez ouviu falar em Tupi Câmbios?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. Sª ouviu alguma vez falar em conta Campari?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E conta Lespan?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Sobre a Lespan eles falavam, mas era muito vago. Não tenho detalhes da Lespan, mas eles faziam alguns comentários nas reuniões em casa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, por ora, estou satisfeito e retorno em seguida, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vamos passar a palavra, pela ordem de inscrição, à primeira Parlamentar inscrita, a Srª Serys Slhessarenko, autora do requerimento.

V. Exª dispõe, inicialmente, de cinco minutos, e, posteriormente, de mais três minutos.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a presença da convidada, Srª Nicéa Camargo. Temos ouvido muitas pessoas, nos diversos depoimentos, muitos homens, algumas mulheres, e sempre as pessoas vêm munidas de uma montanha de documentos, acompanhadas de advogados, e a senhora vem sozinha e com coragem, coragem de mulher.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eu tenho a verdade, só isso.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Quero dizer também que esta CPI está fazendo um esforço muito grande, apesar de algumas forças contrárias de vez em quando. Os Senadores e Deputados têm se esforçado muito, porque, em um País que precisa de recursos, como nós precisamos hoje, o potencial de R\$30 bilhões de desvio significa realmente muita coisa.

Srª Nicéa, teríamos aqui muitas perguntas para serem feitas. Vou tentar fazer algumas, porque o meu tempo é pouco. Sempre as perguntas estarão baseadas em seus depoimentos já prestados, dos quais tomamos conhecimento.

Em seu depoimento, V. Sª afirmou que o Sr. Celso Pitta lhe dissera que o Sr. Flávio Maluf pedia de 3% a 5% do total faturado da obra pública, depois dividindo a propina com o Sr. Reinaldo de Barros. A quem o Sr. Flávio Maluf pedia propina? Como o Sr. Celso Pitta ficou sabendo disso?

Depois, posso até repetir a pergunta, se for necessário.

Em certo momento, V. Sª afirma, em seu depoimento ao Ministério Público, que o Sr. Flávio Maluf agia com autorização do pai, o Sr. Paulo Maluf. Esse fato teria sido constatado pelo seu ex-marido? De que forma o seu ex-marido e V. Sª constataram que o Sr. Flávio Maluf agia com a autorização do pai, Sr. Paulo Maluf?

Em seu depoimento, V. Sª afirmou que, certa vez, o Sr. Paulo Maluf pediu ao Sr. Celso Pitta, quando este já era Prefeito, que não pagasse uma empreiteira, que não a pagasse, porque a empreiteira teria falhado em depositar dinheiro no exterior em nome do próprio Sr. Paulo Maluf. V. Sª confirma essa informação?

Faço outra pergunta: como V. Sª tomou conhecimento desse pedido específico feito pelo Sr. Paulo Maluf?

O Sr. Celso Pitta possuía, segundo seu depoimento, conta bancária no exterior, mais especificamente no Comercial Bank de Nova Iorque. De que forma V. Sª tomou conhecimento dessa conta bancária? Em relação a essa questão, V. Sª já explicou mais ou menos, mas creio que seria interessante reforçar.

O Sr. Celso Pitta possuía outras contas ou outros bens no exterior, como aplicações, investimentos, imóveis?

Havia um envolvimento – que já foi um pouco discutido – do Sr. Naji Nahas com a movimentação dos recursos do Sr. Celso Pitta no exterior? De que forma isso acontecia? Como o Sr. Naji Nahas auxiliava o Sr.

Pitta na movimentação dos recursos? Como V. S^a ficou sabendo do envolvimento do Sr. Nají Nahas?

É verdade que a empresa – isso até já foi perguntado – Yukon River pertencia ao Sr. Nají Nahas, a Fernando Nahas, filho do Sr. Nají Nahas, e a Celso Roberto Pitta do Nascimento? Qual era exatamente o papel dessa empresa, Yukon River, no exterior? De que forma a existência e o funcionamento dessa empresa beneficiava o Sr. Celso Pitta e o Sr. Nají Nahas? V. S^a ouviu da parte do Sr. Celso Pitta algum comentário a respeito do Srs. Nají Nahas e Fernando Nahas? De onde vinha o dinheiro movimentado pelo Sr. Celso Pitta e Nají Nahas, por intermédio da Yukon River?

Fale-nos, por favor, de esquemas de corrupção, sobre dois deles: empresas de lixo e instalação de cabos de fibra ótica na cidade pela empresa Metro-RED.

Era o que tinha a questionar, por enquanto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sr^a Nicéa Camargo, V. S^a pode responder aos questionamentos feitos pela Senadora Serys Slhessarenko.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Só gostaria de recapitular, porque a primeira pergunta foi muito rápida, e não deu para eu escrevê-la muito bem.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – V. S^a afirmou, em depoimento, que o Sr. Celso Pitta lhe disse que o Sr. Flávio Maluf pedia de 3% a 5% do total faturado da obra pública, depois dividindo a propina com o Sr. Reinaldo de Barros. A quem o Sr. Flávio Maluf pedia a propina? Como o Sr. Celso Pitta ficou sabendo disso?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eles faziam essas reuniões na minha casa e, algumas vezes, na casa do próprio Reinaldo de Barros. Quem ensinou ao Celso que eram 3% foi o próprio Flávio Maluf. Foi ele quem orientou: “Toda comissão que você pedir é nessa faixa de 3%”. As empresas eram sempre estas: a Mendes Júnior, a CBPO... Eram tantas as empresas que trabalhavam para a Prefeitura! Mas pode ter certeza de que não só as empresas de lixo, como também as de ônibus, todas tinham que dar uma porcentagem para prestar qualquer serviço à Prefeitura. Qualquer serviço prestado à Prefeitura sempre foi feito com comissão, em tudo. Até no estacionamento do Anhembi, o Sr. Flávio Maluf recebia x% do estacionamento.

A segunda pergunta...

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O Sr. Flávio Maluf agia com a autorização do pai?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – As reuniões eram com o filho e o pai. Então, era óbvio

que tinha autorização, porque os dois trabalhavam sempre juntos.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não sei se V. S^a conseguiu anotar as outras perguntas.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – A outra...

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – V. S^a afirmou que, certa vez, o Sr. Paulo Maluf pediu ao Sr. Celso Pitta, que já era Prefeito, que não pagasse uma empreiteira, porque esta não teria repassado o dinheiro. V. S^a confirma isso?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – A empreiteira não estava cumprindo o que havia combinado. Então, que ele não pagasse essa empreiteira, e o Celso não pagou, até que a empreiteira fez os acordos; então, voltou a pagar.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Qual era essa empreiteira? V. S^a lembra?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Tenho em casa e posso passar para V. Ex^{as} o nome de um dos representantes, porque esse senhor recebia quando viajávamos para Washington, sempre com uma limusine; o hotel era pago pela própria empreiteira. Tenho o nome dele completo lá em casa; pensei em trazer e acabei esquecendo, mas passo para V. Ex^{as} o nome dessa empreiteira.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Está certo.

Não sei se V. S^a conseguiu anotar algumas outras perguntas.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Como é que consegui descobrir a conta do Banco de Nova Iorque?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Isso.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Já contei que fomos juntos para lá. Eu estava presente na abertura da conta.

Sobre Nají Nahas e a Yukon River, tenho a dizer que eram reuniões que eles fizeram lá em casa para montar essa empresa, que seria uma sociedade – o nome da empresa seria esse – com o Fernando, o Celso e o próprio Nají Nahas. O Nají Nahas também orientava meu ex-marido. Ele argumentava que ele não podia deixar de receber, de fazer um caixa para ele, porque ele, o próprio Nají Nahas, quando passou por todos os problemas por que passou, gastou fortunas com advogados, e que o Celso teria muitos problemas depois. Então, que ele tinha sim de... Porque, quando eu reagia, revoltada – às vezes, eu não agüentava –, eu discutia com eles. Então, ele dizia: “Não, você tem que entender que foi assim”. Aí, ele começava a contar

que, se ele não tivesse o dinheiro que tinha, ele não tinha conseguido se defender da forma que se defendeu em todo aquele escândalo que houve com ele na Bolsa de Valores.

A outra pergunta...

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – De que forma isso acontecia? O Sr. Naji Nahas auxiliava o Sr. Pitta na movimentação dos recursos, então?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É. Ele ia sempre em casa. Essas reuniões eram feitas na minha residência. E há também um outro nome de que tenho que me lembrar e mandar para V. Ex^{as}: o de um genro do Naji Nahas, que é também uma pessoa que movimenta a conta deles lá fora. É um genro do Naji Nahas.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Então, envolveria o Naji Nahas, o Fernando Nahas e o Sr. Celso?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É mais esse genro?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É. É um genro... Eu tenho o telefone dele. E, inclusive, o meu ex-marido dizia para mim, nesse período em que fiquei em Nova Iorque: “Se você tiver alguma dificuldade, você procura por ele, porque ele vai aí e leva os dólares de que você precisar”. Por isso, tenho o telefone dele.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – V. S^a disse que presenciou discussões entre o Sr. Celso Pitta e o Sr. Naji Nahas. O desentendimento deles era mais por conta de quê?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Era justamente por isso. O Celso, às vezes, achava que eles estavam... Ali era um querendo enganar o outro. O Celso dizia... É um tirando proveito do outro. Então, ele dizia, com uma certa ameaça: “Você está pensando o quê? Você envolveu o seu filho nisso! Não adianta você querer me ferrar!”. Desculpem-me o termo, mas é a palavra que ele usou.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – De onde vinha o dinheiro movimentado pelo Sr. Celso Pitta e o Sr. Naji Nahas por intermédio da Yukon River? Se V. S^a tivesse condições de nos explicar um pouquinho sobre pelo menos dois deles, que era a empresa de lixo e a de instalação de cabo de fibra ótica...

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Exatamente. Eram essas empresas de lixo, as empresas de cabo de fibras óticas e também as empresas de ônibus. Quanto às empresas de ônibus, o representante dele era João Carlos Martins, que fazia essas reuniões

e que, inclusive, uma vez, levou à minha casa vários empresários de ônibus.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – João Carlos Martins era ligado às empresas de ônibus?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É, o pianista João Carlos Martins. Era ele que seria o loquista, vamos dizer assim.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Está certo. Das empresas de ônibus. E das empresas de lixo e das de cabo de fibra ótica, V. S^a teria algum nome?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Era o Naji Nahas.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Era ele mesmo.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Era o Naji Nahas. É.

Há duas pessoas... Eu até gostaria, por favor, depois, de falar em particular o nome delas, porque, se eu for processada por essas pessoas, vai ser muito difícil eu conseguir... Eles têm poder não só aqui no País, mas fora do Brasil também. Então, eu preferia falar isso em particular, deixar o nome delas com V. Ex^{as}.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dona Nicéa, V. S^a estaria disposta a dar uma autorização para que a CPMI pudesse ter acesso à conta conjunta que V. S^a teve nos Estados Unidos?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Em Zurique, já foi a transferência, não é?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E V. S^a não assinou, não é?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concluiu, Senadora Serys Slhessarenko?

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Tínhamos oitenta e cinco questões a fazer, mas isso não é possível. O tempo urge, e os outros Senadores também querem fazer perguntas. Vamos continuar participando e ouvindo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Turna. Creio até que podíamos fazer aqui uma prática, porque percebemos que, nesta audiência, esta é a melhor prática: vou dar dez minutos diretos a V. Ex^a; V. Ex^a pergunta, e a depoente responde. Temos percebido que a própria Dr^a Nicéa Camargo tem respondido de forma bem sucinta.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Se fizesse escola, seria ótimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, vamos dar dez minutos a cada Parlamentar.

V. Ex^a tem, portanto, dez minutos, Deputado Robson Tuma. V. Ex^a pergunta, e ela responde.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Se todos que viessem aqui fossem, como V. S^a, bem sucintos, iríamos fazer esta CPMI andar muito mais rápido.

A SR^a NICÉATEIXEIRA DE CAMARGO – É que hoje estou mais tranqüila. Estou com a cabeça mais vazia. Fico em casa só curtindo meu filho, um cachorro, o próprio ambiente de casa. Não há mais aquele estresse. Nas primeiras vezes, tinha tudo a ver mesmo acharem que eu estava louca.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Primeiro, eu queria parabenizar V. S^a, que sabe o respeito que tenho pela sua pessoa...

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É recíproco.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – A admiração já é antiga. Como V. S^a, tenho a tristeza de ouvir tantas denúncias e de ver que nada de concreto aconteceu. Tantas pessoas já foram denunciadas! E todo o País aguarda um julgamento final desses casos que aconteceram há alguns anos, mas que permanecem na mídia e, lamentavelmente, ainda não tiveram um desfecho feliz. E feliz seria o País ao ver o dinheiro de volta e os bandidos presos.

V. S^a fala muito do Banco Cidade. O importante, agora, é seguirmos o caminho da conta que foi aberta em nome de V. S^a e sabermos se houve movimentação desse dinheiro e para onde ele foi. Com isso, poderemos achar o rastro e chegar ao dinheiro desviado, ou seja, a quem realmente ficou com o dinheiro.

O Banco Cidade foi vendido para o BCN. Obtive a informação agora, do Banco Central. Era do Sr. Edmundo Safdié, e V. S^a fala muito da Sr^a Sheila Abad, que seria uma doleira mandada pelo Banco Cidade.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Mandada pelo Banco Cidade. Desculpe-me interromper por um minuto, mas eu me lembrei de que, quando houve a compra de um carro, um Vectra – e esse escândalo da compra do carro foi conhecido por todo o País –, a transação foi paga por um doleiro indicado. O doleiro que pagou foi a Sr^a Sheila Abad. Isto foi o meu marido quem contou: que a Sheila Abad ligou para ele quando ele estava em carreata e perguntou se a diferença do carro poderia ser paga em cheque. Ele disse que sim, que podia ser paga com cheque. E gerou esse problema, porque eles pagaram com um único cheque e a agência só tinha recebido aquele cheque. Inclusive, o doleiro ficou preso por um tempo, e nós, em casa, até

sofremos muito por isso, porque o rapaz estava preso, pois, afinal de contas, ele não estava totalmente sozinho no caso. Mas o meu ex-marido disse, friamente, para mim que ele ganhava para isso mesmo, que ele já estava acostumado, que ele tinha uma vida normal e sabia os riscos que corria.

A Sr^a Sheila Abad vinha também desse mesmo doleiro. Se voltarmos àquele período, vamos encontrar o nome da mesma pessoa. Paguei aquele carro com um Escort que era meu, comprado com o meu suor, com o suor do meu trabalho. E fui fazer a compra do carro, quando fiquei sabendo, pelos meios de comunicação, que a diferença de preço tinha sido paga por um doleiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aproveitando a oportunidade, gostaria de saber se a Sr^a Sheila Abad foi funcionária do Banco Cidade. Ela era doleira ou era funcionária?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ela sempre foi funcionária do Banco Cidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E era ela que operava com os doleiros...

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ela era uma pessoa de muita confiança deles.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – V. S^a fala da Sr^a Sheila e da Sr^a Ozires. V. S^a lembra quem eram as pessoas que tinham o contato do Banco Cidade? Eram só essas duas? Ou o Sr. Edmundo também mantinha contato com o ex-Prefeito Celso Pitta?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Ou havia algum contato em relação a outras pessoas do Banco Cidade? Quem indicou a Sr^a Ozires e a Sr^a Sheila para que tratassem desse assunto? V. S^a sabe quem foi?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Fomos para Nova Iorque, e, chegando ao Banco, foi quando conheci a Sr^a Ozires. E a Sr^a Sheila Abad já vinha anteriormente... No caso do carro, era ela mesma que fazia esses contatos com ele. Mas não tenho conhecimento de que ele tinha algum relacionamento ou fazia algum acordo com o Sr. Safdié.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Quem acompanhou V. S^a e o ex-Prefeito ao Comercial Bank de Nova Iorque?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Nós fomos sozinhos.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Foram sozinhos. E havia alguém esperando?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ela estava aguardando.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Ela estava lá?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ela já estava aguardando, porque tinha sido o próprio Flávio Maluf que tinha marcado essa hora com ele.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Quem indicou foi...

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Foi o Flávio, e ele iniciou falando exatamente isto: que ela iria fazer as aplicações com os mesmos juros que usava para o próprio Flávio Maluf e Paulo Maluf.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, penso que é importante convocarmos essas pessoas. Pediria até que a Assessoria fizesse um ofício convocando a Srª Sheila e a Srª Ozires.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ela não mora no Brasil.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Vamos tentar. Ou que pelo menos se conseguisse, por carta rogatória, ouvir essas pessoas em Nova Iorque. Isso é extremamente importante.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – A Sheila mora aqui.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Poderemos convocar também o ex-Presidente do Banco Cidade, que poderá nos esclarecer os fatos, já que eles eram os intermediários da conta no exterior.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Há um diretor jurídico, a pessoa que me recebeu lá no dia, que ficou muito assustado e que disse... Tenho o cartãozinho dele também, no caso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o nome? V. Sª se lembra?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Tenho o cartãozinho, mas não me lembro o nome.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Depois, V. Sª poderia nos dar o nome. Assim, poderemos convocá-lo.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ofereceu-me todas essas vantagens...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Sª tem segurança na sua casa?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Na minha casa, não. Nunca fica nada dentro da minha casa, não, Senador. Fique tranqüilo que cuidado...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – É importante que V. Sª nos dê esse nome, para que possamos convocar também o diretor jurídico, o ex-Presidente do Banco, para podermos esclarecer quem eram os contatos.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É por esta razão que eu não trouxe: eu ainda teria que passar num local para poder trazer. Pensei: quanto a isso, eles mandam alguém...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Estávamos conversando há pouco. Sempre procurei conversar bastante com V. Sª e sei das angústias que V. Sª tem passado junto com seus filhos, principalmente no problema de segurança. E, agora, voltando as denúncias à tona, com certeza V. Sª vai continuar recebendo as ameaças que lhe preocupam tanto. Se V. Sª sentir necessidade, seria bom falar também com o Presidente, para que ele pudesse tomar providências no sentido de preservar a integridade física e moral de V. Sª e de seus filhos.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Isso seria muito importante realmente, porque é difícil viver dessa forma, sem poder ir a um cinema, a um teatro. Quando saio na rua, tenho mesmo pânico. Chego a ter pânico. Então, poucas vezes consigo sair à rua e meu filho também. Para V. Exª ter uma idéia, o Vítor só vai à rua para levar o cachorro que temos em casa, mas não vai a um cinema, não vai a um teatro. Nem trabalhar sequer mais consegue, porque é uma pressão difícil mesmo.

Eu até ia trazer para V. Exªs as ameaças que recebemos, para verem o quanto foram graves as palavras que eles usaram, o quanto era doloroso. Às vezes me tranco dentro de casa e passo seis meses, sete meses, sem ir à rua. Se dependesse da minha família, eu não estaria aqui; eles não me deixariam vir. Tive problemas até com a minha família mesmo, que disse: “Agora, chega! Você não vai mais fazer nada, porque você ficou desprotegida totalmente”. Tive que deixar de falar com essas pessoas da minha família, porque pensei que eu não poderia ter começado e deixar de dar continuidade ao que os senhores precisam.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Eu queria agradecer-lhe mais uma vez e também pedir à Assessoria para fazer um ofício ao Banco BCN, que comprou o Banco Cidade, que é do Bradesco, para saber se, na comercialização do Banco, vem a informação de que o proprietário do Banco Cidade teria banco no exterior. Gostaria de saber se eles conhecem essa informação, se os Bancos do exterior entraram na comercialização junto com o Banco Cidade e se existe ou existiu alguma conta em nome do Sr. Celso Pitta nesses Bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A informação que temos aqui é que foi BCN e hoje é Bradesco.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Quando o BCN comprou já era Bradesco.

Já vou concluir, Sr. Presidente. Parabênz, mais uma vez, V. Sª pela luta que trava.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Obrigada.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – É muito importante que V. S^a nos mande esses nomes. Quem sabe agora, se Deus quiser... Não vou nem perguntar mais, porque é um caso de que a gente sabe muito. Já investiguei esse caso na CPI dos medicamentos, já investigamos esse caso em São Paulo. O Senado já o investigou na CPI dos precatórios. Enfim, já foram tantas as vezes que foi investigado esse caso, que, quem sabe, se Deus quiser, agora vamos dar uma resposta definitiva à sociedade.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Mas V. Ex^{as} não se frustrem, porque é muito difícil. Eu achava interessante quando, na época, diziam que eu não tinha provas. Eles têm certeza de que não existe prova, porque é óbvio que eles fazem a coisa muito bem feita. E, nesse período todo, eles tiveram como organizar-se: tira de um lugar, passa pra outro, traz de volta. Dessa forma, não se sintam frustrados se não conseguirem chegar aonde têm que chegar, porque isso independe de V. Ex^{as}. Eles são profissionais, já vêm fazendo isso há muitos anos. E há pessoas estrategistas para pensarem por eles e fazerem a coisa como deve ser feita.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Obrigado. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo inscrito é o Deputado Eduardo Valverde, que não está presente.

Assim, concedo a palavra ao Deputado Edson Andrino, por dez minutos.

O SR. EDSON ANDRINO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar também a depoente...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Acho que o microfone está desligado.

O SR. EDSON ANDRINO (PMDB – SC) – Melhorou? (Pausa.)

Cumprimento a depoente, a Sr^a Nicéa Camargo e gostaria de lhe perguntar quantas vezes ela já teve oportunidade de fazer esses depoimentos que foram feitos hoje aqui de manhã, em quantas CPIs – me parece, no Ministério Público, na Justiça, entrevista à imprensa, aqui. A senhora trouxe alguma novidade a esta Comissão ou todas essas informações já foram prestadas às outras CPIs? Já tive oportunidade de vê-la no Congresso Nacional, depondo, se não me engano, na CPI dos Precatórios, e me parece que em CPI em São Paulo também.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Na CPI dos Precatórios, não, Senador. Eu estive na CPI dos Medicamentos.

O SR. EDSON ANDRINO (PMDB – SC) – Ah, dos medicamentos.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – E, em São Paulo, foi na Câmara Municipal.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas, no Ministério Público, a senhora depois foi à Justiça, deu entrevistas. A senhora trouxe alguma novidade hoje aqui, ou todas essas informações já foram prestadas e já são do conhecimento do Ministério Público, da Justiça brasileira?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Uma novidade que foi dita aqui seria dessa conta em Zurique, a tal que eles queriam que eu assinasse e que eu não assiniei.

Tem um outro assunto. Isso não foi dito ainda, mas acho que chegou a hora de dizer. Se vocês voltarem um pouco no passado, assim que meu ex-marido foi eleito, o ex-Prefeito Paulo Maluf vendeu a Eucatex, ou melhor, comprou parte da Eucatex do irmão dele, Roberto Maluf, que hoje já é falecido. E meu ex-marido, então, me informou que foi dinheiro público para a compra dessa empresa.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A compra da Eucatex?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – A parte do Roberto Maluf. Uma parte foi em terrenos e outra parte foi em dinheiro, que, ele, como Secretário de Finanças...

E eles fizeram isso em um momento em que o País estava em eleições. Não ficou muito focado o assunto da compra, ninguém se preocupou em saber com que dinheiro Paulo Maluf... Como foi feita essa compra. Eles aproveitaram aquele momento, em que estava havendo...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A senhora não sabe o valor da compra da Eucatex na época?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não me lembro, mas pode ter certeza de que foi um valor bastante importante, porque o Roberto Maluf não tinha interesse em vender a empresa; ele não queria, de forma nenhuma. Diga-se de passagem que ele é uma pessoa totalmente diferente do Sr. Paulo Maluf; era um homem digno, correto, honrado. E a senhora dele também não queria a venda da empresa, mas a pressão foi muito forte, e meu ex-marido foi a pessoa que mais colaborou para que isso ocorresse, através da Secretaria de Finanças.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Todas essas informações, com pouquíssimas exceções, a senhora já prestou até à Justiça e ao Ministério Público.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Mas essa não.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa não, e também o outro fato da conta, a que a senhora acabou de fazer referência, da conta na Suíça, não é isso?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Exatamente.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Agora, eu gostaria de saber o que a senhora acha. Por que isso não deu em nada até hoje? Não é nem o caso das CPIs. Por que o Ministério Público... Ou se a senhora conhece algum processo em andamento dessas pessoas envolvidas, em fase de conclusão ou não – porque a senhora já depôs, foi ao Ministério Público –, conhece algum processo nesse sentido, de algumas pessoas que a senhora denunciou como envolvidas na evasão de recursos, em corrupção, que estejam sendo processadas?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Processos eles tiveram, só que foram absolvidos. Inclusive naquele caso do empréstimo, daquele suposto empréstimo, que nunca houve, do Jorge Yunes – posso garantir, com toda a certeza, que não houve aquele empréstimo –, eles foram absolvidos. Inclusive na audiência, na qual eu e meu filho estávamos, convidados pela Justiça, foi uma audiência muito dolorosa, pesada. Eu e meu filho fomos ameaçados. Nós fomos ameaçados de morte, na véspera, por uma pessoa que estava dentro de um banco – olhem como era grave –, isso de madrugada, e, depois, às três horas da tarde também. Então, quando comecei o meu depoimento ao juiz, comuniquei a ele que eu estava ameaçada por estar ali colaborando com a Justiça, eu e meu filho, e que eu queria pedir a ele até que me desse uma proteção. Ele respondeu que eu me virasse com o Ministério Público.

Então, no depoimento do meu filho, porque meu filho se dirigiu ao Sr. Jorge Yunes como “sujeito” – ele se negou a dizer a palavra, o nome dele –, então ele foi ameaçado de ser preso, e eu também. Foi muito humilhante. Meu filho adoeceu depois disso, teve uma doença grave. Foi um dos momentos mais difíceis, porque me senti algemada com meu filho, com os advogados, o Dr. Mariz, aqueles grandes advogados que eles têm. Eu, sem advogado nenhum, colaborando com a Justiça e ainda correndo o risco de ser presa – eu e meu filho –, porque ele usou a palavra sujeito.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A que V. Sª atribui isso? Ao fato de que a Justiça não funciona, de que não há provas concretas, de que eles têm bons advogados? Porque todos esses depoimentos de V. Sª são substanciosos; há documentos que dão nomes. Por exemplo, essa Sheila Abad já foi chamada para ser ouvida pela Justiça brasileira?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Nunca.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Nunca?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Uma jornalista teve a bondade, a colaboração de vir de Paris para confirmar aquela denúncia que eu havia feito, no caso daquele hotel que foi pago também por uma empresa. Eu mesma consegui mudar tudo na hora, porque o Naji Nahas ligava para meu ex-marido...

Quando nós fomos para o jogo do Brasil na Copa, aquela que perdemos, ele, de repente, chegou... Um assessor de imprensa ligou para o Celso e disse que as rádios aqui estavam comunicando que estávamos em um camarote de uma empreiteira que prestava serviço para a Prefeitura, que tínhamos de sair de lá correndo. Saímos.

Então, quando chegamos ao hotel, perguntei-lhe: mas o que acontece? Ele disse: Não, a empreiteira está pagando a nossa conta, a nossa passagem, a nossa viagem, isso não pode. Eu falei: então você desce, vai ao gerente e diz que vai querer pagar a conta agora, tirar o nome dessa empreiteira e pronto. Descemos. Chegando lá, o gerente disse que não tinha condições de fazer isso. Então, pedi que chamasse uma pessoa superior a ele. E foi feito isso.

Coitado, esse senhor teve a boa vontade de colocar tudo no cartão. Meu ex-marido pagou o tal hotel. Depois, quando chegamos ao hotel, o Naji Nahas liga de volta para nós, dizendo que era besteira, que podia voltar, deixar, porque eles já tinham resolvido.

Aí, falei para o meu ex-marido: Não, pelo amor de Deus.

Assim, foi uma das razões por que perdi o prazer de viajar. Nunca mais, a partir daí, quis fazer viagem para o exterior com ele, para lugar nenhum que fosse fora do País.

Agora, a jornalista na época, quando denunciei isso, foi...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. Sª tem idéia do primeiro depoimento que fez? Quando o fez?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Fiquei, praticamente, Senador, sete ou oito horas nesse depoimento.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Não. Quando? Qual foi o ano em que fez o primeiro depoimento?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Em 2001. Depois do carnaval, logo em seguida.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Gostaria de saber se V. Sª sabe se existe outro banco, além desse de Nova Iorque; se foram feitos depósitos, via

Banestado, em Foz do Iguaçu, em outros bancos, em Nova Iorque ou em outro lugar. V. S^a falou na Suíça, mas existem, ainda, outros bancos? V. S^a tem o número dessas contas ou de outras que envolviam o desvio desses recursos para o exterior?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Olha, nunca ouvi falar do Banestado, tanto que, quando vi isso tudo do Banestado, fiquei surpresa, porque, realmente, pelo menos para mim, nunca ouvi falar que eles fizessem isso por meio do Banestado. Não sabia nem o que era. Pensava que Banestado era o Banespa, o Banco Banespa, com alguma coisa. Realmente, era totalmente...

O Sr. Presidente Antero Paes de Barros faz soar a campanha.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Encerrarei, Sr. Presidente.

Além dessa “patota” que se reunia na sua casa, do grupo mais fechado, do Prefeito Paulo Maluf, do Pitta, do Reinaldo, existiam ramificações para outros Estados da Federação, que envolviam outras pessoas?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Parece que existia no Paraná alguma coisa. Eles tinham, também, um esquema muito grande de... A outra empresa... Agora me lembrei, aos poucos, vamos lembrando: o Leve-Leite, a empresa que fornecia leite para a Prefeitura. Essa também dava uma fortuna de dinheiro para eles, para manter...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. S^a recorda o nome dela?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Também...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa empresa era de São Paulo?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Lá, com essa pessoa que guarda esses documentos.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa empresa era de São Paulo?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, é de Minas. É uma grande empresa que serviu desde a época do ex-Prefeito Paulo Maluf e continuou, também, com meu ex-marido. Ela também...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. S^a se lembra do presidente do banco em Nova Iorque, esse que V. S^a visitou com o Pitta?

O Sr. Presidente Antero Paes de Barros Faz soar a campanha.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Houve dois que foram ao próprio hotel; eram dois senhores. Mas fiquei em uma ante-sala, e ele ficou com eles. Não tenho o nome desses senhores. Houve uma época em que eu tinha alguns cartões e tudo o mais, mas, quando eu estava em Nova Iorque, meu ex-marido...

Algumas provas e alguns documentos eu tinha até guardados comigo, mas, quando eu estava em Nova Iorque, meu ex-marido arrombou a porta – meu filho presenciou isso. Então, esses documentos, infelizmente, foram para o...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Senador Romeu Tuma, que dispõe de dez minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Espero não cansá-la.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, por favor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A senhora, com todo o meu respeito, teve coragem e força de vontade para enfrentar todos aqueles dramas. Seus filhos, que acompanharam de perto, ficaram ao seu lado porque sabiam que a senhora tinha razão. Ao entrar nesta sala, um repórter me perguntou se a senhora ia trazer alguma novidade. Perguntou-me ele o que adiantava a senhora vir aqui, se a senhora já tinha feito tantos depoimentos. Respondi que a senhora agora está mais serena, mais tranqüila. A pressão e o estresse desapareceram. Acredito que poderá, tranqüilamente, nos transmitir a cronologia de todos os fatos que chegaram a ser apresentados à opinião pública e à própria Justiça. Fiquei um pouco amargurado quando a senhora se referiu ao juiz que ameaçou prender seu filho e a senhora. A senhora acha que ele estava agindo de má-fé, estava definido a absolver apesar das provas que foram apresentadas?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não tenho dúvida nenhuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Depois, a senhora poderia lembrar o nome do juiz e da vara na qual trabalha?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senti, pela colocação feita pela senhora, que ele objetivava desmoralizar seu depoimento. Estou falando por experiência.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É. Para o senhor ter uma idéia... O senhor está me trazendo um alívio muito grande, para mim e para meu filho. Muito obrigada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não sei se estou imaginando algo ou se realmente...

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Pelo contrário, o senhor está me trazendo um alívio muito grande. Foi muito difícil tanto para mim, quanto para ele. Nós gritávamos na sala de audiência porque foi muito

forte. Passei um período muito longo tendo pesadelos. Meu filho também. Ele teve uma doença grave do estômago. O médico disse que era uma trauma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso é estresse, que mata mais do que qualquer outra doença.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Foi acima do que nós podíamos suportar. Passamos a ser ameaçados de madrugada. Nós mesmos ligamos para o telefone, que foi registrado pelo bina.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A senhora era testemunha.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Exatamente. Eu estava colaborando com a Justiça.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E foi pressionada.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – E fomos pressionados. Antes disso, aconteceu um fato também. No fórum criminal, todo prisioneiro chega algemado. Os policiais os colocam de costas para a parede, para não intimidar as pessoas que estão frequentando o fórum.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso é constrangedor. Sempre protestamos contra a presença do acusado junto à testemunha porque ele pode fazer ameaça pessoal.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Nesse dia, fizeram algo diferente: trouxeram uma moça magrinha, magrinha, magrinha – nessa época, eu estava muito magrinha – não com as algemas assim. Encostaram-na bem em mim. Estavam lá todos os advogados, Dr. Mariz; Yunes, todos rindo da cena. Eu olhava com muita piedade. Depois, fui ver que aquilo já era uma pressão psicológica em mim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A senhora diz que, em vários processos, estão sendo absolvidos. Respeito muito o Judiciário.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eu também. Se não confiasse, eu não teria...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O nosso Judiciário é maravilhoso, mas há alguns que...

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Infelizmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pergunto-lhe se a senhora acha que alguns dos casos caem propositalmente em distribuições que possam favorecer...

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não tenha dúvida. Lembro que a pessoa que mais dizia, ia em casa... Porque eu vivia muito angustiada. Eu era muito assustada. Eu não tinha estrutura para acompanhar tudo o que vi. Não tinha e, realmente, não tive em momento algum. Então, eles ficavam assustados em ver como eu ficava até porque já não conseguia me alimentar. Já estava adoecendo mesmo. Então, em

um dia, eles me disseram assim: “Fique tranqüila. Não acontece nada. O Edivaldo Alves da Silva tem todos esses juizes na mão dele”. “Confia em mim” – falava Paulo Maluf – “eu não vou depor na CPI dos Precatórios, o Pitta não vai”. E o meu ex-marido só se preparou para aquela CPI porque eu fiquei insistindo com ele. E ele acabou vindo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele viria porque foi convocado.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ele foi convocado e veio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu fiz a investigação.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eu me lembro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Levantei o caso do carro na Agência Santo Amaro. Falei com o João. Ele disse que vendeu; que não sabia que se tratava de doleiro; que pagou, mas tinha nota e foi investigado.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – E o João Jarife negou-se a ajudá-lo. Naquela época, ele queria até que alguém da minha família ajudasse a dizer que aquele cheque era de uma fotográfica, uma coisa assim...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Falei ao João Jarife que se comprometeria, na medida em que falasse a verdade.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – O doloroso é que, nessas situações todas, ele sempre envolvia meu nome, diferentemente de muitas pessoas que fazem alguma coisa errada. Até o pior dos bandidos vai procurar proteger a própria família. Era sempre o meu nome. No caso famoso, o “frango gate”, fui a pessoa mais explorada naquela época e não tinha nada que ver com aquilo. Não sabia nem por quê. E ele me dizia que também não sabia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Meu tempo vai estourar. Gostaria de fazer umas perguntas. V. Sª falou do problema do lixo. Houve a compra, por uma empresa francesa, de uma empresa de lixo. V. Sª sabe se Naji Nahas foi intermediário dessa negociação?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Pode ter certeza de que sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E sabe como foi feita? Houve remessa de dinheiro para lá ou uma parte do dinheiro ficou na França, em alguma conta?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não sei maiores detalhes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela foi vendida para uma empresa francesa e continua operando em São Paulo, até hoje.

Sobre o problema da fibra ótica, é uma empresa americana que não pediu autorização, foi colocando, e parece-me que o Flávio teria autorizado. A Senadora Serys Slhessarenko já fez referência a isso.

Para ficar claro o que o Deputado perguntou, eu havia entendido que a conta de Zurique era um local marcado para entregar o dinheiro que estava nos Estados Unidos.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não. É uma conta em Zurique.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É outra conta em Zurique. Essa V. Sª desconhece?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Creio que é a conta a que ele não tem acesso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Provavelmente, está em seu nome ou dos meninos?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não sei se estaria no nome dos meus filhos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Sª vai autorizar o Relator a fazer a pesquisa?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Posso até mesmo deixar meu passaporte, porque não tenho condições de viajar tão cedo. Não sei se isso ajudaria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria uma autorização para se consultar via embaixada, algo que facilitaria.

No caso dos precatórios, V. Sª disse que pouco teve conhecimento das operações, quando lhe perguntaram se havia extensão em outros Estados. V. Sª conheceu Wagner Ramos?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Conheci bem Wagner Ramos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Wagner Ramos foi o autor de toda a estrutura que vendeu para vários Estados.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Exatamente. Pedro Neiva...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há cerca de 161 entidades financeiras que participaram das operações dos precatórios, inclusive, o Banestado está classificado aqui como...

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Meu ex-marido dizia que Wagner Ramos estava milionário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele foi condenado, mas foi uma daquelas condenações que não assustam ninguém. Pedro Neiva Filho V. Sª conheceu?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Conheci.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eles tinham reunião na sua casa? E José Antônio de Freitas?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Também. As reuniões eram pouquíssimas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nivaldo Furtado de Almeida?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eles iam, mas muito pouco.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O principal era Wagner Ramos?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – O principal era Wagner Ramos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele tinha reuniões antes de o seu ex-marido ser Prefeito?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ele era o Secretário...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era o Secretário de Finanças. Quando Naji Nahas se reunia com seu marido, comerciava ou representava alguém nas discussões?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – No caso dos precatórios?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – De todas essas operações de comissão.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Era o próprio Naji Nahas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era o próprio Naji Nahas, não havia nada com relação à autoridade do Prefeito, Paulo Maluf... Era para ele mesmo, ele que orientava?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ele que orientava. Eles tinham reuniões sempre, na casa do próprio Naji Nahas também.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Meu tempo esgotou. Peço desculpas e agradeço.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eu que agradeço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dona Nicéa, pela oportunidade, quanto aos nomes Wagner Ramos, Pedro Neiva, José Antônio de Freitas e Nivaldo Santana, V. Sª tem a informação de que eles também dispunham de recursos no exterior, de que os encaminharam para o exterior?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – E muito. Há uma senhora do Rio de Janeiro que não tem coragem de fazer as denúncias. Essa senhora tem detalhes e mais detalhes, ela viajou, foi aos bancos. Aquele repórter Cabrini chegou a entrevistá-la, mas ela não teve coragem de fazer essas denúncias, e o marido dela foi Presidente do Banco... O Vítor me pede para falar em particular para não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado Dr. Hélio. V. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a D. Nicéa Camargo e o Vitor e parabenizá-los por estarem nesta luta constante pela busca da verdade. Creio que já foram até explorados demais na imagem durante todo esse período que vem lá dos precatórios. Parece-me que essa epidemia de precatórios praticamente se abateu em várias cidades do Estado de São Paulo, não foi só na cidade de São Paulo. E um dos fatores que alavancou esta CPI do Banestado está relacionado com os precatórios; foi lá que começou a surgir a utilização irregular da CC5 e lá também aparece, por parte do Banco Central, a possibilidade de quatro ou cinco bancos, quatro bancos e mais um que não conseguiu essa licença, terem iniciado, com as operações irregulares, o desvio de mais de US\$30 bilhões para o exterior. Isso já é público. O próprio Tribunal de Contas da União, através do Ministro Adylson Motta, já mostrou claramente no seu relatório.

Eu queria perguntar para a senhora, em primeiro lugar, se, naquela época da discussão dos precatórios, quando o seu ex-marido era Secretário de Finanças e, logo depois, Prefeito da cidade de São Paulo, se a senhora, durante aquele episódio da discussão das CPIs na Câmara Municipal e aqui no Senado, ouviu falar alguma vez das implicações do Banestado, do Bemge, do Banco do Brasil, do Araucária e do Banco Rural em quaisquer dos possíveis desvios e irregularidades desse dinheiro.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eu só ouvia falar com o Banco do Brasil.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Havia uma relação desse dinheiro, inclusive da própria cidade de São Paulo?

A SR^a NICÉA CAMARGO – Até da própria cidade de São Paulo.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – A senhora não tem nenhum documento?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não tenho, Deputado. Infelizmente, não tenho nada que possa...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Em segundo lugar, nessa época e nesses episódios todos relacionados a possíveis desvios de verbas públicas, tanto à época em que o ex-marido da senhora era Secretário de Finanças e, logo após, como Prefeito de São Paulo, havia algum envolvimento. Como se comportavam os representantes na Câmara Municipal de São Paulo, à época, que tem um papel de fiscalização, denúncia? Houve algum papel relevante da Câmara Municipal ou houve algum envolvimento, dentro desses episódios, de algum setor ou de algum representante desse Po-

der Legislativo, cuja função máxima é a de fiscalizar e de controlar o Erário Público?

Por último, quero perguntar para a senhora a questão da MetroRED, que é outra epidemia que se abateu naquela região; não foi só na cidade de São Paulo, mas essa busca de vender espaços subterrâneos dentro de uma legislação obscura levou a suspeitas de irregularidades, suspeitas essas que foram evidenciadas lá fora, nos Estados Unidos da América do Norte. Foi motivo ou deve até ser motivo de investigações lá. Se a senhora sabe de algum dado mais relevante dessa situação do aparente envolvimento com relação à MetroRED. Eram essas duas questões.

O Vitor está aí, presente, acompanhando a senhora, é uma pessoa jovem que tem todo um futuro ainda com o qual lidar – espero que não seja na vida pública, porque o trauma deve ser muito grande –, e eu gostaria de novamente reiterar os cumprimentos à senhora, e ao Vitor, por estar acompanhando a senhora nessa hora difícil, meio complicada.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Obrigada. Os Vereadores, em São Paulo, tinham o Secretário do Governo, que era o Sr. Edevaldo Alves da Silva, do qual falei, que tem um filho casado com a filha do ex-prefeito Paulo Maluf. Ele controlava isso, sempre pagando, para que eles não fizessem nada contra: votar a favor da CPI. Uma hora pagavam para fechar a CPI, outra hora... Enfim, os Vereadores da situação se coligavam com outros Vereadores, que se dividiam ali, e era “x” de valor para cada Vereador.

O que é triste é que, no próprio órgão que eu presidia, existia um projeto de selos, segundo o qual as imobiliárias e administradoras, para poder panfletar, fazer publicidade, teriam que dar um valor. E essa verba era distribuída a esse órgão. Enquanto estive lá, eu nunca vi esse dinheiro. Um dia um funcionário me chamou a atenção: a senhora não precisa ficar tão apertada, passando pelas dificuldades que o órgão passa, porque há uma verba grande que tem que entrar. Fui levantar o que estava acontecendo, e o Edevaldo disse: “Você não mexa com isso, porque isso é verba de Vereador”. Portanto, os Vereadores não tinham realmente interesse em investigar nada, porque eles estavam bem acobertados, financeiramente, pela Prefeitura e pelo Secretário de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É a MetroRED?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – A MetroRED? Ali eram muitos. Tinha também esquema. Aquela turma de Vereadores que, na época, denunciou, estava envolvida em tudo, até nos **outdoors** que são colocados na cidade. Os maiores eram do filho do Paulo Maluf, Flávio Maluf. Agora, a MetroRED era

com o Flávio Maluf e o próprio Paulo Maluf. Enfim, tinha um grupinho.

E tem duas pessoas sobre as quais gostaria de falar em particular, porque é muito perigoso falar aqui delas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Deputado José Mentor vai ter que se ausentar por uns instantes e a Senadora Serys Slhessarenko fica, nos instantes da ausência – porque tem votação na Câmara dos Deputados –, como Relatora **ad hoc**.

Concedo a palavra ao próximo parlamentar inscrito, Deputado Paulo Kobayashi, por dez minutos.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Não vou poder usar da palavra, porque estamos em procedimento de votação na Câmara, e terei que me ausentar.

Sr^a Nicéa Camargo, tivemos lá nossa vivência política, no Estado de São Paulo, eu como Deputado e V. S^a como primeira-dama.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Tenho boas lembranças dessa época.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – E, realmente, os depoimentos, o trabalho prestado perante o Ministério Público de São Paulo e a Câmara Municipal de São Paulo, claramente tiveram seus efeitos.

Esse tipo de denúncia, por improbidade administrativa, sempre tem dois tipos de julgamento. Um julgamento é o político, é o eleitoral-político, e isso, efetivamente, ocorreu e vem ocorrendo. E há um julgamento de natureza jurídica, que se requer assentado em provas concretas e que realmente tem um andamento bastante lento, que, creio, hoje, problemático, na medida em que praticamente não evoluiu para processos concretos. Mas, em contrapartida, 30, 40 processos de denúncias surgiram contra os depoimentos de V. S^a.

Mas, de qualquer modo, o objetivo desta CPI é um pouco diferente daquele transmitido de São Paulo. Em São Paulo, era junto à Câmara Municipal, a quem caberia, de fato, embora sob suspeita, analisar as questões do Erário municipal, ao Tribunal de Contas do Município. Em São Paulo se presta depoimento ao Ministério Público estadual, ao qual cabe julgar, fazer o processo, encaminhar à Justiça – ganhar ou não, porque a decisão é do Poder Judiciário –, sobre os assuntos pertinentes ao Município de São Paulo.

A nossa CPI tem um objetivo um pouco mais derivado: até que ponto, naquilo que pode ter lá ocorrido, houve um procedimento de utilização da CC5 – Banestado, de Foz do Iguaçu para Nova Iorque? Essa é exatamente a questão não em que temos interesse, mas que é o objetivo desta CPI, fora a questão geral de

se ouvir, de se tomar conhecimento, é a única que é o objetivo central dos Parlamentares nesta Comissão.

Acredito que os depoimentos que V. S^a fez junto ao Ministério Público e ratificou aqui são suficientes para nos debruçarmos nessas informações e darmos continuidade ao objetivo da CPI. Então, a palavra era de cumprimento por nos revermos em Brasília e de agradecimento pela colaboração.

A SR^a NICÉA CAMARGO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Como não houve questionamento, passaremos à próxima parlamentar inscrita, Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de 10 minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas indagações. Não tive oportunidade de acompanhar o depoimento prestado pela Sr^a Nicéa, tendo em vista que tinha relatorias de projetos na Comissão de Educação. Mas, desde que cheguei, acompanhando atentamente, chamaram a minha atenção algumas questões que não têm relação direta com o objetivo de investigação desta CPI. Apenas me chamaram a atenção pelas coincidências – sobre as quais até perguntei ao Senador Romeu Tuma. Fui Deputada Estadual durante oito anos, presidi e participei de algumas CPIs no meu Estado, como a das letras ou dos precatórios e a da educação, e algumas questões são coincidentes. No caso do “frango gate”, por coincidência, a empresa de São Paulo é a mesma que esteve envolvida em uma investigação da Secretaria de Educação de Santa Catarina na mesma época.

A SR^a NICEA CAMARGO – A mesma empresa?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A mesma empresa. Na CPI das letras, em Santa Catarina – não pudemos investigar porque isso não era objeto da CPI –, a empresa de radar de São Paulo, a que colocava os pardais, também estava em Santa Catarina. Agora, chama-me a atenção a questão do lixo, porque houve, no meu Estado, um problema que envolvia a compra de uma empresa francesa de lixo, na mesma época em que os precatórios aconteceram em Santa Catarina, por orientação do Sr. Wagner Ramos, que esteve lá.

Então, parece-me que, além das questões ligadas à evasão... O caso dos precatórios foi o grande laboratório que gerou todo o mecanismo de transferência de recursos para o exterior, via CC5 – Banestado, mas me parece que havia algo maior: uma rede de grandes negociatas que envolviam serviços públicos, questões de superfaturamento de serviços, de obras, de fornecedores. Quando V. S^a diz que só se lembra de alguma coisa ligada ao Paraná e à empresa de leite, chama-me a atenção a coincidência, que é demais

para o meu gosto: frango, radar, lixo. Gostaria de insistir um pouco mais: V. S^a não se lembra de nada relacionado a outros Estados, além dos já citados, Paraná e Minas Gerais, na questão do leite? Como já disse, tanta coincidência, faz-me desconfiar. Então, queria saber se a senhora se lembra de algum outro tipo de procedimento envolvendo esse tipo de negócio com outros Estados.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, Senadora. Realmente, eu não tenho. São esses locais mesmos que eu disse. Inclusive, o Wagner Ramos, o que eu me questionava na época é que ele ia da aula de como emitir os títulos, mas ele ia com verbas da Prefeitura – estadia, hotel –, fora o que ele também recebia pelos trabalhos prestados. Isso ninguém questionava também.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – A do lixo, a senhora lembra qual era a empresa?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eram várias.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aquela que o Tuma...

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É a mesma empresa. A do lixo era uma empresa grande.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – A senhora não se lembra do nome?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – De cabeça, não me lembro. Isso tudo está na casa de uma pessoa que guarda essa documentação para mim.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que a senhora vai nos fornecer, pelo que entendi.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Isso.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, está bom. Eu tenho muito interesse nessa história do frango, do radar e do lixo, porque as coincidências, como disse, são demais.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Em relação aos frangos, quero deixar bem claro, acho até que é uma questão de... Como posso dizer? Sinto a necessidade de dizer que a pessoa que menos teve culpa nesse caso foi o próprio dono da empresa, que era o Sr. Fuad Lutfalla, irmão da D. Sílvia Maluf. A empresa foi usada pelo sobrinho dele, o Flávio Maluf – foi o meu ex-marido que me contou depois. Porque eles negavam, eles diziam que o frango não estava na Prefeitura; e, quando fui ver em uma creche, encontrei o frango na Prefeitura.

Sei que ele ficou muito revoltado, na época. Ele soube que criavam os frangos, abatiam os frangos no abatedouro dele – ele não tinha conhecimento disso – e depois faziam todas as transações. Portanto, só gostaria

de deixar claro o quanto esse senhor foi prejudicado, porque foi usado, da mesma forma que eu fui.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado Eduardo Valverde.

S. Ex^a dispõe de 10 minutos. Estamos utilizando pergunta e resposta.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Bom dia, Sr^a Nicéa. É um prazer conhecê-la pessoalmente.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Prazer também.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Louvo a sua coragem de enfrentar uma situação que todos entendemos como muito sensível, pois envolve inclusive relações familiares. Isso não é fácil, dentro do papel que a sociedade brasileira ainda reserva para a mulher.

V. S^a falou, na sua exposição, que algumas empresas, como OAS, Mendes Júnior, CBPO, davam comissões a pessoas da administração. Em um depoimento ou numa entrevista passada, V. S^a disse que, em certo momento, o Senador Antonio Carlos Magalhães teria feito pressão junto à administração e junto a V. S^a para agilizar um pagamento da Prefeitura à empresa OAS, porque, naquele momento, essa empresa – salvo engano – era uma das construtoras daquele túnel Águas Espraiadas...

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Ayrton Senna.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – V. S^a poderia confirmar essa versão? De fato, V. S^a confirma que houve pressão do Senador Antonio Carlos Magalhães em função disso?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Isso ficou provado, Senador, porque meu ex-marido teve de desobedecer ao cronograma dos pagamentos. E essa documentação, a própria imprensa e o Ministério Público levantaram e localizaram que foi exatamente na época que eu havia falado, dos telefonemas. Quando o Senador Antonio Carlos Magalhães disse, na época, que não era verdade, que nunca tinha ligado para a minha casa e tudo, eu cheguei a sugerir que quebrassem meu sigilo telefônico, porque era uma boa forma de se localizar se ele ligava ou não. Num certo período, ele me chamou de um nome bastante... pelo qual eu o estou processando. Ele disse também que nunca tinha estado do meu lado. Olha, o próprio túnel, o viaduto que foi uma homenagem ao filho dele foi construído também pela OAS e foi uma das imposições também: que meu ex-marido fizesse um viaduto em São Paulo

no qual seria homenageado o filho Luís Eduardo Magalhães. E foi feito assim. Foi feito o túnel, que está lá, e houve a homenagem. E foi construído pela OAS.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – V. Sª se lembra da data?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Imposição de quem?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Do próprio Senador.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Do período mais ou menos?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Através do Sr. Gilberto Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Eduardo Valverde, V. Exª continua com a indagação.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – V. Sª sabe precisar o período dessa intimidação, mais ou menos, o ano e o mês? Pedir o dia é ser muito exigente, mas o mês e ano?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Posso passar isso depois para V. Exª, assim, lembrando nas minhas agendas. Tenho fotos desses períodos, inclusive.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – V. Sª tem informação ou ouviu dizer como eram feitas essas licitações, essas concorrências? Se eram concorrências marcadas...

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eram marcadas, todas. Não tinha... Até de um órgão onde eu trabalhava, um dia, um funcionário... Era um relógio de ponto que os próprios funcionários me pediram para... E ele disse assim para mim: "Mas aqui também é carta marcada!" Eu disse: "Como aqui também?" Mas na Prefeitura inteira era. O próprio funcionário me disse isso. Eles achavam natural, normal, porque isso já vinha de anos em outras administrações.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perfeito.

Na época em que ocorreram esses escândalos, existia uma agência de um Banco do Estado de Rondônia, chamado Beron, que, naquele momento, estava em liquidação e, portanto, sob gerência do Banco Central. O Beron foi utilizado, naquele momento, para fazer transações com precatórios, e o Sr. Valdemar... Valdemar não, V. Sª citou o nome de um secretário de...

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Vias Públicas?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – ...Wagner Baptista, melhor dizendo...

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Wagner Ramos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – ...Wagner Baptista Ramos era um dos principais interlocutores. V. Sª tem informação sobre o **modus operandi** do Sr. Wagner Ramos em transação com o Beron, porque há suspeita de que os beneficiários dessas transações com precatório na agência do Banco do Estado de Rondônia no Estado de São Paulo têm conexão com o Banco Banestado em Foz do Iguaçu. Isso porque os ganhos obtidos com as transações de precatórios eram destinados a doleiros ou a laranjas em Foz do Iguaçu, que faziam essa remessa para a agência do Banestado nos Estados Unidos. A senhora tem alguma informação sobre isso?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, infelizmente não tenho. É a primeira vez que ouço falar nessa pessoa.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A senhora também disse que recebera ameaça. Ameaça é para exigir de alguém que se omita em relação a alguma conduta. Qual é a conduta a que essa ameaça visava atingir? Qual era a omissão que a senhora tinha que fazer face à ameaça? Ficar calada?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eles sempre diziam que eu parasse de fazer essas denúncias, porque eu ia acabar me encontrando com a senhora do PC Farias – falavam até o nome dela, de que agora não me lembro – e ia ter o mesmo fim que ele. Coisas desse tipo. Eu posso mandar uma cópia para V. Exªs, porque elas são pesadas mesmo. Tem uma delas que tem um revólver no centro e, quando o documento é aberto, o revólver aponta para mim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A senhora pode identificar quem era o autor da ameaça ou então o mandante da ameaça?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Na época, eu cheguei a falar, onde foi feito o BO, que eu tinha uma desconfiança do próprio Sr. Jorge Yunes. É só lembrar que, naquele período, quando eu comecei a fazer as denúncias, quem mais esperneou e se desesperou foi ele. Ele foi para as televisões, programas e queria participar do depoimento que eu estava fazendo no Ministério Público, do qual ele não tinha direito nenhum de participar, pois não era promotor. Ele queria exigir a presença dele. Quer dizer, ele foi uma das pessoas que mais... O linguajar daquelas ameaças, das palavras que estavam ali, é o linguajar dele. Eu respondi a dois processos por ter dito que suspeitava dele.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O Jorge Yunes, só para lembrar...

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – O Jorge Yunes foi tesoureiro da campanha deles.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A senhora pode me informar se o Sr. Jorge Yunes, tesoureiro da campanha, fazia contatos com empreiteira, com qualquer empresa que tivesse direta ou indiretamente alguma relação com a Prefeitura, no que se refere ao fornecimento de bens e serviços? Sabia se ele fazia esse contato, ou seja, se passava o chapéu?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Pelo que meu ex-marido falava, o Sr. Jorge Yunes tinha benefícios diretamente do próprio ex-prefeito Paulo Maluf e do meu ex-marido, uma certa quantia que era determinada para ele. Ele tentou até favorecer uma área da qual o Sr. Jorge Yunes era proprietário, mas houve problemas e eles não conseguiram valorizar, legalizando aquela área para ele.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Em regra, esses recursos auferidos por meio da corrupção são destinados a uma conta para serem lavados. A senhora pode me dizer, pode nos informar qual era o destino que o Sr. Jorge Yunes e outros davam a esses recursos arrecadados? Em tese, boa parte desses recursos eram para campanha eleitoral. Boa parte era para enriquecimento ilícito e outra parte era para financiar campanha. Esse dinheiro ia para algum lugar seguro, porque, até chegar a campanha, seria necessário guardá-lo em algum canto. Suspeita-se de que boa parte desses recursos estivessem em paraísos fiscais, aguardando o momento exato de retornar ao Brasil, para fazer o financiamento de campanha. A senhora pode nos informar a seqüência, o roteiro, para onde os recursos poderiam ter ido? A senhora teria algum tipo de suspeita, alguma ilação sobre esse roteiro de saída da empreiteira ou do fornecedor do serviço para um receptor – que poderia ser esse Jorge Yunes –, e onde ele depositava, em nome de quem ele depositava, qual é o instrumental de que ele se valia para fazer essa remessa para o exterior ou para algum canto do Brasil?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – O Sr. Jorge Yunes tem apartamento em Paris, ele tem residência lá. Como ele era uma pessoa que ficava atrás dos bastidores, não era muito visado, como um bom advogado que é, ele também pôde organizar... Eu acho que estão declarados esses bens dele lá fora e acredito que ele tenha enviado esse dinheiro por vias normais, embora seja dinheiro, digamos assim, anormal. Mas eles fazem. Porque ele era uma pessoa não muito vista.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A senhora estima quanto, mais ou menos?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, mas é muito. V. Exª pode ter certeza de que é muito dinheiro.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Esse muito, para quem vive de salário, é 500 mil dólares, um milhão de dólares, dois, três milhões de dólares?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Acima de um milhão de dólares, bem mais acima disso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é a Deputada Drª Clair.

S. Exª dispõe de 10 minutos e pode perguntar intercaladamente, porque é como prefere a nossa convidada.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Quero inicialmente cumprimentar a Srª Nicéa, parabenizá-la pela coragem, juntamente com seu filho, Vítor, e também dizer da minha solidariedade. Como mãe, imagino o que a senhora e a sua família não devem ter passado durante todo esse período, e continuam passando.

A senhora, em seu depoimento, referiu-se ao Paraná. Quero saber se a senhora lembra de algum nome que esteja envolvido com essa situação, de alguma instituição, de algum banco.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não. Infelizmente, não tenho de memória ninguém específico.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Quero também saber da senhora qual foi o resultado do processo vinculado ao Senador Antonio Carlos Magalhães, se já há algum resultado, se houve a quebra do sigilo telefônico que a senhora mesma pleiteou na época. Qual foi o resultado dessa situação?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eu ganhei a ação. Ele me processou, mas fui absolvida. O juiz não viu necessidade de pedir a quebra de sigilo. Agora, o processo em si, se houve um processo interno, vamos dizer assim, por ele ter praticado essa irregularidade junto com o meu ex-marido, de ter desobedecido o cronograma, isso está provado lá. Essa é uma prova, está lá esse documento. Qualquer pessoa que pedir à Secretaria de Finanças municipal vai encontrar essa prova. A própria imprensa já tinha essa prova também. Não sei em que ponto ficou essa situação em relação ao Sr. Antonio Carlos Magalhães.

Tem um processo que eu estou movendo contra a pessoa dele por ele ter ofendido a minha honra e a de meus filhos, mas o processo está em fase inicial.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado José Rocha.

S. Exª dispõe de 10 minutos e, para a maior tranquilidade da nossa convidada, estamos usando os 10 minutos de forma intercalada. V. Exª pergunta, ela responde e V. Exª continua perguntando.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar a convidada, Sr^a Nicéa Camargo, seu filho, e dizer que praticamente nada a depoente acrescentou, tendo em vista que tudo que ela aqui disse já ser de domínio público, por outros depoimentos dela própria, como também pela imprensa.

O que me causou espécie, Sr. Presidente, é a depoente continuar confirmando coisas em que realmente o Senador Antonio Carlos jamais se envolveu. Jamais o Senador Antonio Carlos autorizou quem quer que seja a falar com determinadas empreiteiras ou determinados entes do governo – no caso, seu ex-marido em São Paulo – em relação à empresa OAS. O Senador Antonio Carlos tem-se comportado de maneira bastante ética em relação a essa questão, e, se ele a processou, certamente foi em função de ele não ter dito aquilo que porventura a senhora falou sobre a participação dele através do ex-Senador Gilberto Miranda. Jamais o Senador autorizou o ex-Senador Gilberto Miranda falar em seu nome, muito menos com o seu ex-marido, Celso Pitta. Também jamais o Senador pressionou quem quer que seja para que fosse construído o viaduto, ou que o viaduto tivesse o nome do seu filho. Se Luís Eduardo Magalhães tem hoje a homenagem prestada em São Paulo foi por merecimento, pelo que ele realizou na sua vida pública, que lamentamos tenha sido curta, porque, se assim não tivesse ocorrido, talvez hoje ele estivesse prestando mais serviços ao País e talvez o País tivesse em melhores condições.

Portanto, quero aqui, em nome até do próprio Senador, refutar todas essas colocações feitas pela senhora, que não procedem, realmente não procedem, e dizer que o que esperávamos aqui era que a senhora trouxesse coisas novas em relação ao que a Comissão se propõe a investigar, que são as transferências de recursos ilegalmente para o exterior através das contas CC-5. Certamente a senhora não nos trouxe nenhuma novidade em relação ao fato que a Comissão está a investigar.

Portanto, lamento que V. S^a continue com essas afirmações, que já foram desmentidas pelo próprio Senador, e que não procedem de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A senhora pode usar da palavra.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu não estou entendendo por que o Deputado José Rocha atravessou agora com essa questão. Eu não entendi, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Senadora, não existe questão de ordem a ser decidida.

Passo a palavra à nossa convidada, Sr^a Nicéa Camargo, para fazer colocações em relação à fala do Deputado José Rocha. (Pausa.)

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Pois não.

Deputado, eu gostaria de saber do senhor se o senhor vive neste País, se o senhor vive no Brasil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu acho que essa é uma pergunta muito cínica da senhora. Desculpe-me

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Bom, da forma que o senhor falou, é cínico também o senhor me dizer, é questão de ética...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, a senhora tem que respeitar....

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes De Barros) – (Faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Primeiro, a senhora tem que respeitar os parlamentares desta Comissão.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – É questão de ética. A mim...

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – E o senhor tem que respeitá-la também.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Olha, se existe uma pessoa que merece respeito, e muito respeito mesmo...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu pediria que mantivéssemos o debate em alto nível.

Eu pediria à Sr^a Nicéa Camargo que se dirigisse respeitosa e corretamente ao parlamentar, e, da mesma forma, todos os Parlamentares devem se referir respeitosa e corretamente à nossa convidada.

Eu pediria a V. S^a que, primeiro, se sinta tranqüila, e eu gostaria que V. S^a fizesse considerações exclusivamente quanto ao fato indagado pelo Deputado José Rocha, porque ele indagou de uma forma parlamentar, então V. S^a responde exclusivamente sobre o fato. Ou seja, se V. S^a confirma ou não as declarações anteriores, dadas as informações prestadas pelo Deputado José Rocha. Responda apenas isso. Não vejo, nesta colocação, nenhuma agressão. Eu peço a V. S^a, com tranqüilidade, que se sinta absolutamente à vontade para fazer a declaração.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Só peço ao senhor que me dê... Eu preciso falar isso. Desculpe ter falado da forma como falei, se o senhor se sentiu ofendido, porém, quando o senhor diz que o

Senador Antonio Carlos Magalhães teve muita ética comigo, ele me chamou de prostituta. O senhor acha que é ético chamar uma... se chamassem sua mãe de prostituta como o senhor se sentiria?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu acho que a senhora continua faltando com o respeito.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Eu não estou faltando com o respeito, eu estou querendo deixar claro para o senhor...

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, o Deputado está faltando com o respeito com a nossa convidada!

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu pediria, Srª Nicéa, que a senhora respondesse à indagação.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Está bom, em respeito ao senhor, mantenho tudo o que foi dito até agora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E eu, Sr. Presidente, refuto tudo aquilo que ela disse em relação ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Feitas essas colocações, passarei a palavra novamente ao Relator, já que não há nenhum outro parlamentar inscrito, para que S. Exª possa fazer a sua segunda participação.

Com a palavra o Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dª Nicéa, a senhora, alguma vez, foi convidada para se dirigir à Suíça para fazer alguma movimentação de recursos do ex-prefeito Celso Pitta? Como isso aconteceu?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Fui encarregada. Não quero dizer quem são as pessoas que me convidaram, mas claro que não aconteceu. Houve esse convite, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora recebeu alguma oferta para mudar as suas declarações?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Foi baseado nisso, que eles iriam levar esses valores para mim para fora do Brasil, e ajudariam em tudo. Era muito seguro, com toda tranquilidade, com toda segurança, e que eu deixasse de continuar fazendo as denúncias que eu estava fazendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora podia repetir o nome do doleiro que ajudou na compra do Vectra? A senhora se lembra? Se eu disser o nome, a senhora é capaz de confirmar ou não?

Chaia Amograbe.

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Exatamente. É um nome bem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece algum Adionam Arlindo da Rocha Pitta?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora teve o episódio da agenda. A senhora podia nos relatar como se deu?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Tenho. Eu estava fazendo uma reforma na minha residência bastante grande. Tudo estava guardado, encaixotado. Num certo momento, dois dias antes de acontecer a CPI, na Câmara Municipal, já guardando, arrumando o escritório, encontrei essa agenda. E, quando abri a agenda, comecei a ver esses dados todos ali. Então, liguei para a **TV Globo**, pedi para eles filmarem, porque já era uma forma de garantir, pelo menos, a filmagem do que estava escrito ali. E levei e entreguei isso na CPI, que, pelo menos, umas duas ou três horas, ela ficou desaparecida; a agenda, assim que entreguei. Depois, os próprios vereadores queriam ter acesso a ela, e ninguém encontrava a tal agenda. Depois, voltaram a encontrar a tal agenda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a senhora chegou a documentar, a **Rede Globo** filmou a agenda?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – A agenda foi filmada pela própria **TV Globo**, na época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual foi o resultado dessa investigação da agenda? Não teve resultado?

A SRª NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não. Nenhum resultado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, agradecer a presença de Dª Nicéa Camargo e dizer aqui que, apesar de ela ter reafirmado os depoimentos, que são realmente reafirmações do que ela disse, dele retiramos duas questões que são importantes. A primeira, a caracterização das remessas via Banco Cidade, que não estava explícito anteriormente, pelo menos até onde eu tinha analisado. Mais que isso: a identificação da D. Sheila Abad, que, também como consta aqui, ainda não foi ouvida. Então, temos que pensar nessa hipótese de trazê-la para ser ouvida pela CPI. E, principalmente, pela disposição da senhora, que pode ser um novo ramo de investigação da abertura da conta conjunta que a senhora deteve no exterior com o ex-prefeito Celso Pitta.

Nós estamos providenciando essa autorização, Dª Nicéa. É um documento que deve receber alguns cuidados jurídicos. Então, eu pediria à senhora que, por obséquio, mesmo que não possamos terminá-lo aqui hoje, vamos fazer um esforço para que isso ocorra. Se não for possível, que consigamos em São Paulo, e

eu posso me encarregar de levar para a senhora para que a senhora assine.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Por uma questão de ordem, inicialmente o Deputado Dr. Hélio e, posteriormente, o Deputado Eduardo Valverde. É uma questão de ordem apenas, porque, depois do Relator, vamos encerrar a reunião.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – É uma questão de procedimento. Por duas vezes, a D^a Nicéa Camargo disse que gostaria de falar reservadamente dois nomes, e creio que isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Vou fazer a seguinte solicitação aos Srs. Parlamentares: não vejo necessidade de tomarmos todo um procedimento para a reunião reservada. Vamos encerrar a reunião, pedir a retirada de todos os que não forem Parlamentares, ficando apenas os funcionários da assessoria da CPI, e aí nós, Parlamentares, ouviremos dela aqui, sem a necessidade de tempo, porque ela vai citar dois a três nomes e pode fazê-lo exclusivamente para nós. Já havia pensado nesta hipótese.

O Relator me faz uma ponderação, e vou, sim, em seguida convocar uma reunião reservada, porque depois fica registrado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– V. Ex^a terá a palavra pela ordem após o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Um dos pontos fundamentais no depoimento é com relação a um tipo de crime de corrupção, até para embasar o pedido do Procurador de Nova Iorque, que pede que a Comissão demonstre que existe crime precedente. Para a liberação de documentos e quebra de sigilo bancário lá em Nova Iorque é necessário termos muito bem clara a existência de crime precedente. Crime de corrupção é um crime precedente, de extrema relevância para quebra das contas que estão ainda sob sigilo bancário em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por esse motivo, Deputado Eduardo Valverde, indaguei se D^a Nicéa confirmava todos os depoimentos anteriormente prestados. Não precisamos ouvir de novo o que ela já disse na ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Deputado José Rocha, concedo a palavra a V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para perguntar se a Sr^a Nicéa Camargo confirma que foi condenada por danos morais no processo

movido pelo Senador Antonio Carlos, na 1^a Vara Cível de São Paulo.

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Confirmando: fui absolvida em um e, em outro, fui condenada; no entanto, ainda cabe recurso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Antes de encerrar a reunião, gostaria de colocar aqui, para a linha de investigação desta CPMI, como já disse o Relator...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. V. Ex^a falou em encerrar a reunião. Gostaria de lembrá-lo que a depoente, em determinado momento, no início da...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Ela vai ser convocada em seguida, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para a reunião secreta?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Sim. Vou encerrar a reunião pública e convocaremos uma reunião reservada. V. Ex^a está correto na sua questão de ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Obrigado.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/ PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Apenas quero realçar que três fatos foram relevantes aqui na linha de investigação, além da ratificação dos pronunciamentos anteriores da Sr^a Nicéa Camargo. Na nossa avaliação, dois deles já foram mencionados pelo Relator; referem-se a Sheila Abad e à autorização da conta, para que tenhamos acesso a essa conta, com autorização dada pela titular da conta em Nova Iorque, que é a Sr^a Nicéa Camargo.

Há outro fato relevante sobre o qual perguntaria rapidamente: V. S^a chegou a sugerir a quebra do sigilo telefônico de quem?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Do próprio Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Do Senador Antonio Carlos Magalhães. V. S^a não sugeriu a quebra do seu próprio sigilo telefônico?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Não, o meu telefone. Eu abriria mão do sigilo do meu telefone.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Foi nesse momento que V. S^a se referiu ao Senador Antonio Carlos Magalhães?

A SR^a NICÉA TEIXEIRA DE CAMARGO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Eu não havia entendido essa ponderação e acho que

era necessário explicar essa ponderação feita pela Sr^a Nicéa Camargo.

Sr. Relator, gostaria que V. Ex^a providenciasse o requerimento para convocação da Sr^a Sheila Abad, porque temos informações de que ela não foi sequer ouvida pelo Ministério Público. Nós temos todo um processo do Ministério Público, e a Sr^a Sheila Abad, pelo menos nos dados que se encontram disponíveis a esta CPMI... Acho fundamental que ela seja ouvida nesta CPMI em data a ser agendada.

Vamos encerrar a reunião e convocar, em seguida, dentro de cinco minutos, uma reunião reservada.

Esta encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h41min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 27ª Reunião, realizada 17 de setembro de 2003.

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às 12:20 horas, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício, Deputado Rodrigo Maia e ainda com as presenças dos Senadores, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Pedro Simon, Leonel Pavan e Marcelo Crivella e os Deputados, Eduardo Valverde, José Mentor, Eduardo Sciarra, Edison Andrino, Gilberto Nascimento e Mário Negromonte, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “**COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5**”. A Presidência informa que a presente reunião tem por objetivo ouvir as exposições dos se-

nhores Eraldo Ferreira, ex-Gerente do Banestado de Curitiba, Ricardo Franczyk, ex-Gerente do Banestado das Ilhas Cayman, Valdir Antônio Perin, Gerente em Banestado de Nova Iorque e Valderi Werle, Gerente do Banestado em Foz do Iguaçu/PR, e indaga aos Senhores Parlamentares se há necessidade da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, a Presidência informa que o depoente Eraldo Ferreira não foi localizado solicitando a Secretaria que oficialize sua reconvocação para o dia 23 de Setembro. Informa ainda que, os senhores Valdir Antônio Perin, Gerente do Banestado em Nova Iorque e Senhor Valderi Werle, Gerente do Banestado de Foz do Iguaçu estavam prestando depoimento no Ministério Público, tornando, assim impossível o comparecimento, reconvocando-os para serem ouvidos no próximo dia 23 de setembro, às 10 horas Compareceu somente o senhor Ricardo Franczyk. Finalizando, a Presidência informa aos presentes que fica confirmada a reunião para o dia 18, previamente agendada. E, para constar, eu, **Francisco Naurides Barros**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários envolvidos entre os anos de 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à exposição dos Sr. Heraldo Ferreira, Ricardo Franczick, Valdir Antonio Perin, Gerente do Banestado em Nova Iorque, e Valderi Werle, Gerente do Banestado em Foz do Iguaçu.

Indago aos Srs. Parlamentares se consideram necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 16, cuja cópia encontra-se distribuída.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, em função de a cópia da Ata ter sido distribuída, solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Em votação a dispensa da Ata.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Dos expositores convocados, está presente apenas o Sr. Ricardo. O Sr. Valdir e o Sr. Valderi estão depondo hoje na Justiça Federal – encaminharam documentação –, portanto, estão impossibilitados de estar presentes.

O Sr. Heraldo foi localizado apenas ontem, mas se colocou à disposição da CPI para comparecer na próxima semana.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o motivo da audiência de hoje era ouvir o Sr. Heraldo, que foi funcionário do Banestado e apresentou um rol de contas cujo sigilo foi quebrado nos Estados Unidos, e os dois principais gerentes: Valdir Antonio Perin, que foi Gerente em Nova Iorque, e Valderi Werle, que foi Gerente em Foz do Iguaçu. O Sr. Ricardo Franczick foi Gerente nas Ilhas Cayman. Os mais importantes, na realidade, são os três que não puderam comparecer: o Sr. Heraldo, que foi localizado apenas ontem, e os dois gerentes de Foz e de Nova Iorque, que operaram as remessas.

Sr. Presidente, proponho a V. Ex^a o adiamento da sessão de hoje e a convocação dos Srs. Ricardo Franczick, Heraldo, Valdir e Valderi para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Em votação, a proposta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Convoco reunião da Comissão para a próxima terça-feira, com a mesma pauta de reunião de hoje, às 10 horas, com a presença dos quatro depoentes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Penso que seria bom chamar o Sr. Ricardo para já deixá-lo convocado e orientar o novo Secretário para que providencie os ofícios e sua remessa a todos convocados ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Pois não.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h23min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia

Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 28ª Reunião, realizada 18 de setembro de 2003.

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às onze horas, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, José Jorge, Reginaldo Duarte, Serys Slhessarenko, Ney Suassuna, Heráclito Fortes, Leonel Pavan, Marcelo Crivella e Osmar Dias e os Deputados, José Mentor (Relator), Iriny Lopes, Eduardo Sciarra, Rodrigo Maia (Vice-Presidente), Paulo Kobayashi, Dr. Hélio e Mario Negromonte e os parlamentares não membros Afonso Camargo, Álvaro Dias, Antonio Mazurek e João Elidio Ferraz de Campos, Ex-Governador do Paraná, a reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência informa que a presente reunião tem por objetivo ouvir as exposições dos senhores Jaime Canet, ex-Governador do Paraná e José Ricardo Savioli, indago aos Senhores Parlamentares se há necessidade da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata. Usa da palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Dr. Hélio, solicitando à Presidência que reitere o expediente encaminhado à Receita Federal, por ocasião de requerimentos aprovados em reunião anterior. A presidência concede a palavra ao Sr. Jaime Canet, ex-Governador do Estado do Paraná, para fazer sua exposição. Usam da palavra para interpelar o depoente o Senhor Relator, seguido pela Senadora Ideli Salvatti, Senador Álvaro Dias, Senador Heráclito Fortes, Deputado Dr. Hélio, Senador Osmar Dias, Senador José Jorge, Deputado José Borba, Deputado Eduardo Sciarra e Deputado Paulo Kobayashi. A Presidência agradece a presença e colaboração do Senhor Jaime Canet, e solicita que encaminhe a esta CPMI, cópia dos extratos que mencionou em sua explanação. A Presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberto os trabalhos, convida o Senhor José Ricardo Savioli para suas considerações preliminares. Com a palavra o Relator para

as interpelações iniciais. Usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Deputado Paulo Kobayashi, Senadora Ideli Salvatti e Deputado Dr. Hélio. A seguir, a Presidência informa que há dois requerimentos a serem votados: Requerimento de autoria do Deputado Dr. Hélio, solicitando a convocação dos Senhores Alberto Dalcanale Neto, Fernando Peixoto e Reinaldo Peixoto. Com parecer favorável do Senhor Relator, o requerimento é aprovado por unanimidade. Requerimento da Senhora Deputada Iriny Lopes, requer sejam convocados os Senhores Enéas Leite Fonseca, Mário Lamosa, F. Antoine Tranbusli, Maurício Abreu Muradi e Eldídio Duarte Ferreira. Com parecer favorável do Senhor Relator, o requerimento é aprovado por unanimidade. A Presidência informa que a próxima reunião será na terça-feira, dia 23, às dez horas, com a oitiva dos gerentes do Banestado. A Presidência concede a palavra à Senadora Ideli Salvatti para uma questão de ordem. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar eu, **Francisco Naurides Barros**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 28ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 05, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícito sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC5.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se às exposições dos Srs. Jaime Canet, ex-Governador do Estado do Paraná, e José Ricardo Savioli.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 17, cuja cópia encontra-se distribuída.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, peço dispensa da leitura da Ata, já que contamos com a cópia no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Solicitada a dispensa da leitura da Ata, esta Presidência considera-a aprovada, com a anuência das Sr^{as} e Srs. Parlamentares.

Inicialmente, passarei a palavra ao Sr. Jaime Canet, no sentido de que ele possa utilizá-la pelo período de até trinta minutos, se assim o desejar, para fazer

sua exposição. O Dr. Jaime Canet já está informado sobre o objeto desta CPMI.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, na penúltima reunião da CPMI do Banestado, tivemos a oportunidade de aprovar um requerimento de informações solicitando à Receita Federal que encaminhasse a esta CPMI o nome e a composição das empresas que foram “agraciadas” com a retirada de seus nomes dos computadores da Receita Federal de Viracopos, em Campinas, em São Paulo, no montante de mais de R\$100 milhões.

V. Ex^a sabe que, quanto mais rapidamente a CPMI contar com o nome das empresas, das pessoas jurídicas e mesmo dos componentes dessa direção, poderemos tomar algumas providências internas, visto que pode existir, com essa evasão fiscal, uma correlação importante, já que a nossa região de Campinas também tem fortes suspeições de irregularidades presentes nessa Operação Macuco.

Portanto, gostaria de reiterar a urgência que esse assunto merece quanto à resposta a esta CPMI do envio desses nomes por parte da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência acolhe a questão de ordem de V. Ex^a e solicita à Secretaria que faça a expedição, ainda hoje, de um ofício dando prazo, no máximo, de dez dias à Receita Federal, pedindo, inclusive, que se antecipe esse prazo, no sentido de prestar as informações solicitadas pelo Deputado Dr. Hélio.

Passamos a palavra ao Dr. Jaime Canet, ex-Governador do Estado do Paraná, que dispõe – repito – de 30 minutos para fazer sua exposição.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, componentes desta Comissão, eu gostaria de fazer um retrocesso acerca da minha vida. Hoje, sinto-me bem, por prestar este depoimento e contribuir com o trabalho desta CPMI, mas com a alma muito triste.

Tenho 78 anos, dos quais 60 anos são de trabalho. Não nasci em berço de ouro, não. Meu pai foi imigrante, veio para aqui num porão de navio pequeno com meu avô. Meu sogro, que também deixou bens para minha esposa, foi carroceiro, construindo a estrada de ferro Paraná/São Paulo. Lutei 60 anos. O que conquistamos é fruto de um trabalho de 100 anos.

Porém, muito maior do que a conquista material, Sr. Presidente, é a conquista moral. Posso-lhe afirmar que, nesses 60 anos, nunca tive qualquer problema com o Fisco federal, estadual ou municipal, qualquer

cheque que não fosse pago, qualquer compromisso que não fosse saldado no dia. Pautei minha vida assim. Minha origem é o trabalho com a agricultura cafeeira. Sou cafeicultor e pecuarista. Tenho fazendas de café e de pecuária, totalizando dez, construídas nesses 60 anos. Tenho uma firma construtora. Mas, acima de tudo, meu comportamento sempre levei para as funções públicas que exerci.

Fui Vice-Governador no Governo Emílio Gomes, que cumpria uma complementação de mandato pelo falecimento do Governador Parigot de Souza. De março de 1975 a março de 1979, fui Governador. A convite do Ministro da Fazenda da época do Presidente Figueiredo, fui membro do Conselho Monetário Nacional, representando a Agricultura. Antes disso, fui Presidente do Banco do Estado, em 1966, com o Governador Paulo Pimentel, que me convidou. Fiquei apenas três ou quatro meses no cargo – não tenho precisão – por não querer executar instruções de superiores no Banco. Pedi para sair e, de fato, retirei-me. Em 1960, no Governo Ney Braga, de cuja campanha participei, formei, a pedido dele, a Café do Paraná Companhia Agrícola de Fomento Econômico. Formei a Companhia e fui seu Presidente durante os quatro anos do Governo Ney Braga.

Sempre participei de política, ajudando os companheiros. É fundamental a política para um país. Gosto de política e sempre a fiz. Embora não tenha disputado eleição, sempre participei de eleições no Paraná, ajudando meus amigos e companheiros. Sempre fui filiado a partido político.

Sr. Presidente, há tristeza em minha alma. Tenho 78 anos. Tenho filhos, netos, bisnetos. E o destino me coloca aqui, hoje, pela primeira vez, para prestar um depoimento sobre um fato no qual não tenho participação direta ou ativa, apenas indireta.

Quando soube da convocação, como a Comissão investiga a evasão de divisas pelas contas CC5, imediatamente, peguei meus papéis, que estão aqui comigo e que irei entregar-lhes.

Em meados de 1998, fiz uma CC5, por intermédio do Banco Araucária, e declarei isso no meu Imposto de Renda, em 1998. Este documento está aqui, e vou deixá-lo com V. Ex^a, Sr. Presidente. Trouxe também a minha declaração do ano passado, de 2002, que comprova que continuo com dinheiro lá. Trouxe cópias de declarações que fiz de dois anos para cá, por exigência do Banco Central, que estava fazendo essa exigência para que pudesse conhecer o montante de dinheiro que se encontra na mão de brasileiros no exterior. Também fiz essa declaração, que está aqui comigo, mostrando que o meu dinheiro teve ganho.

Quero deixar claro que o que senti por parte de alguns amigos era que se dava a impressão de que eu tinha alguma ligação com o Banco Araucária. Na realidade, não tenho nenhuma ligação, mas a tive, na origem, por intermédio de um filho. Tenho um filho que foi criado praticamente junto com o Alberto Dalcanale e o Fernando Peixoto. Estudaram juntos do primário ao ginásio, formaram-se juntos na Universidade e resolveram, depois, por volta de 1980, abrir uma corretora de valores, como o fizeram, de fato. O meu menino era sócio, nunca participou da corretora, porque já trabalhava comigo nas nossas empresas de hotéis. Em 1989, a corretora conseguiu ser transformada em banco. Conversei com meu filho, dizendo-lhe que banco é um negócio muito sério, muito responsável, que ele não tinha participação nenhuma, e o aconselhei a sair. Realmente, dali a alguns meses, ele se retirou. Portanto, desde 1990, ele não tem participação nenhuma. Isso não o impediu de continuar a amizade. Eles continuaram sendo amigos.

Esses meninos freqüentavam a minha casa, no tempo de escola, iam comigo para a fazenda. Era um pessoal de confiança. Com isso, nós trabalhamos com o Banco. Quando digo “nós”, refiro-me a mim, a meu filho, à minha filha, às minhas empresas, tanto é que – e está aqui na minha declaração de Imposto de Renda –, da massa falida, sou credor de quase R\$900 mil. Meus filhos, minha nora, minha filha e minha empresa hoteleira são credores, na massa falida, de mais um outro tanto igual a esse ou até um pouco mais.

É isto que me entristece: estar envolvido num processo que, para mim, era desconhecido. Nunca tive problema com recursos que eu tinha no Banco, nunca pensei que estivessem me tirando dinheiro. O meu dinheiro era aplicado. Eu usava o Banco como um **private bank**. Nunca emití um cheque nesse Banco, nunca tomei um tostão emprestado, sempre fui um investidor. Usava muito a corretora de valores do Banco, para operar na Bolsa, porque toda Bolsa de Valores tem que operar por intermédio de uma corretora. Usava a corretora e movimenteí bastante. Nunca tive problema nenhum. Sempre me mandavam o borderô da operação, que eu conferia. Todo fim de mês, a Bolsa de Valores de São Paulo manda um resumo das operações e o saldo que se tem, tudo certinho. Nunca tive problema. Eles nem me mandavam extrato, porque minha operação não era de um banco múltiplo, de pagar uma coisa ou receber outra, era só de investimento. Fazia títulos com pré-datados, com remunerações estabelecidas, e sempre tudo estava certo, nunca tive problema de receber.

É esta a minha participação no processo: cliente do Banco. Como sou credor da massa falida, dezenas

de clientes do Banco também o são e foram também apanhados de surpresa.

Estou aqui, confesso, pronto a dar uma contribuição. Fiz questão de vir aqui, porque penso que deve haver uma colaboração, um esforço conjunto, para procurarmos corrigir os erros cometidos no País. Mas, Sr. Presidente, confesso-me entristecido. Sei lá, Sr. Presidente. Sempre há a primeira vez, mas eu não esperava que a primeira vez para mim chegasse nos meus 78 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passamos a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, para fazer suas primeiras indagações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Jaime Canet, inicialmente, esclareço que esta é uma investigação, que não há nenhuma acusação formalizada. Alguns documentos que a Relatoria apurou trazem alguma necessidade de serem investigados, nada mais que isso. Nenhum de nós, aqui na CPMI, fez qualquer acusação ao senhor, que conta com o nosso respeito.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Obrigado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por outro lado, Sr. Jaime Canet, não podemos deixar de investigar, inclusive, as pessoas que tenham um passado político representativo, como o senhor teve. E por que a investigação se dá dessa maneira? Porque as operações aqui contidas partem de um local onde há desconfiança de muitas irregularidades, o Banco Araucária, que foi liquidado em função dessas irregularidades. Esse foi um dos Bancos que remeteu volumes consideráveis para o exterior, quase no mesmo padrão e valores do Banestado, mesmo sendo um Banco muito pequeno.

Então, quero que o senhor entenda o motivo que gerou esta necessidade de investigação. Repito, mais uma vez, que não há qualquer denúncia formalizada, mesmo porque esta, se tiver de ocorrer, será feita ao final dos nossos trabalhos, ao final da investigação.

Então, só para deixar claro, esta é a primeira indagação que faço: o senhor não teve, pessoalmente, nenhuma relação com o Banco Araucária, como disse aqui?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor foi correntista do Banco Araucária?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Sempre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui consta uma informação. O senhor fez alguma remessa para o exterior?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Fiz. É a que tenho aqui, da CC5, em 1998. Está aqui, e posso en-

tregar-lhe minha declaração de Imposto de Renda em que consta isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu gostaria, se o senhor pudesse. (Pausa.)

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – A declaração de 1978 e de 2002... A de 1978 mostra a minha remessa e eu na massa falida. A de 1998, embaixo, que consta...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Jaime Canet, haveria algum inconveniente em, sob sigilo, completar essas declarações na seqüência?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teria algum inconveniente para o senhor completar essas declarações entre a aplicação e a data de 2000, só no que diz respeito à aplicação, e nos remeter essa página das outras declarações intercaladas? Pode ser?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – A declaração da página? Não, porque aí está a declaração inteira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu sei. Digo: entre a aplicação e o ano de 2002, as declarações do meio, só a página da aplicação. Pode ser?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Certo. Pode, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Esses documentos vão ficar aqui. Não são documentos originais?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não, não. Não há problema em ficarem aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou recebendo-os sob sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, eu pediria à Secretaria que autuassem sob sigilo.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Aqui está a minha declaração para o Banco Central nos anos de 2001 e 2002, como pede o Banco.

V. Ex^a vai notar que, na minha declaração para o Banco Central, aumentou o valor, porque o meu dinheiro lá fora cresceu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa diferença foi tributada na declaração?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não, porque a minha declaração é feita em reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só quando ingressa?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – É só quando volta. A minha declaração é feita em reais e a fiz ao Banco Central em dólar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perfeito. Indagaria ainda ao senhor o motivo de ter sido em Montevideu, o que é outra coisa importante aqui. A aplicação é feita em Montevideu ou em...

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Tenho nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nos Estados Unidos. E por que passou por Montevideú?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não sei se passou. Passou?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Tenho aqui a do Banco que fez. Veja bem: quando fiz essa operação, eles me pediram – o Banco Araucária –, como era exigência do Banco Central, que eu fizesse uma carta e desse uma cópia da minha declaração de Imposto de Renda, provando que eu tinha origem. Fiz isso. Fiz a carta e juntei uma cópia da minha declaração do Imposto de Renda. Aí é que eles definiram o Banco que foi feito. E está aqui a cópia, que vou deixar com V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Jaime Canet, o senhor conheceu o Sr. Cláudio Roque Casimiro?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não. Não sei quem é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Consta de alguns documentos que esse senhor fez um empréstimo, em 1997, no Banco Araucária. Esse empréstimo, ele o transferiu do Araucária para o Banco Bamerindus. E, do Banco Bamerindus, ele sacou dois cheques: um cheque para Luiz Alberto Dalcanale e um cheque para o senhor.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Nunca tive conhecimento disso. Nem conheço essa pessoa, não sei quem é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já chegou a receber a denúncia do Ministério Público em Curitiba?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Já. Já.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor analisou esse fato que lá está relatado?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não tomei conhecimento. Já tomei conhecimento do Ministério Público em Curitiba, mas não fui depor ainda. Não tenho conhecimento dessas operações que foram feitas.

Como eu disse, eu o usava como um **private bank**, e o meu dinheiro estava sempre certo, correto, com rendimento. Agora, a movimentação, no intervalo... Tenho em outro Banco, por exemplo, dinheiro aplicado com prazo de um ano, com remuneração combinada e prazo combinado. Dalí a um ano, eles me dão o dinheiro e põem a remuneração à minha disposição. Era mais ou menos como eu tinha lá com eles: aplicava e movimentava bastante a corretora, por compra e venda de ações. A corretora também não tem cheque, nem nada. A conta tem que zerar no mês. Então, era só compra e venda de ações que eu pagava ou recebia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta nº 307.1, do Araucária, é do senhor?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Ponto um?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o número da conta: 307.1.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor se lembra do número da conta?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não me lembro, não sei não. Ponto um?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta é nominativa ao senhor na corretora do Araucária, e esse cheque foi depositado nessa conta.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – O cheque estava a meu favor, endossado por mim? Ou não?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É a outra pergunta que eu ia fazer para o senhor, porque esses cheques saíam sempre em nome da corretora, embora fossem depositados na conta do senhor.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Eu não sabia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A avaliação que se faz aqui é que o Sr. Cláudio Roque Casimiro funcionou como um laranja, porque ele retirou um empréstimo no Araucária, transferiu no mesmo dia, retendo R\$10 mil. O empréstimo foi de R\$400 mil. Ele reteve R\$10 mil, transferiu R\$390 mil para a conta dele na conta do Banco Bamerindus e, de lá, emitiu um cheque de R\$92 mil para o Luiz Alberto Dalcanalle e depositou R\$296 mil depositou nessa conta de que estou falando.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não tenho conhecimento, para mim, sei lá, nunca soube. Nem usei isso, não me avisaram e nem sabia que tinha esse dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era o controle que o senhor fazia da conta da corretora?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Era por controle do aviso de compra. Lá, era só compra e venda de ações e a comissão deles. No fim do mês, fechava a conta, eu conferia pelo aviso da Bolsa. Querem ver, eu trouxe até alguns exemplos. Vou lhe mostrar dados de todos os meses. Este, de dezembro de 2000. Isso aqui eu conferia no fim do mês com o relato da Bolsa de Valores de São Paulo. Batia certo, sempre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Leon Naves Barcelos?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Também não. Não conheço não.

Na realidade, do Banco Araucária, eu conheço os dois meninos e conhecia um que trabalhava com negócio de compra e venda de ações, o Toniel. Era só. O resto eu não conhecia. E conhecia os dois pixotinhos, o Fernando e o Reinaldo. Eu conhecia os dois, porque o pai deles era meu amigo de anos, então eu os conhecia mais de relacionamento de família.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deu procuração para movimentação ampla da conta na corretora, Como se dava isso? Aplicações, créditos e débitos por causa da Bolsa?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Para quê, Excelência?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para que a corretora movimentasse sua conta na corretora, o senhor deu procuração para que eles movimentassem a conta do senhor?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não, não, isso era ordem dada por cada negócio, ordem dada pelo telefone para cada negócio. Na Bolsa, a mesa sempre tem – não é só eles, mas em qualquer instituição bancária – a gravação para confirmar as ordens verbais. É praxe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui há uma operação inversa também de um cheque da conta cujo titular é o senhor na corretora, depositando na conta do Leon Naves Barcelos, liquidando uma conta garantida, como se fosse um cheque especial. Estava liquidando a conta com um cheque da conta...

O SR. JAMES CANET JÚNIOR – Não conheço esse senhor e não fiz. Confesso que não tenho a menor noção disso. Como disse, não tive negócio com o Banco, nunca tomei dinheiro emprestado, nunca fiquei devendo, nem nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A corretora tinha liberdade? Ela consultava o senhor a cada negócio?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não fazia nada sem ordem minha, lógico, lógico, lógico. O único negócio que eu tinha com eles eram ações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando ocorria um saque ou um depósito na conta do senhor era por alguma ordem que o senhor deu para comprar ações ou para vender e creditar?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Lógico, quando eu comprava ações, tinha que pagar, eu entregava dinheiro a eles. Normalmente, um cheque de um outro banco, ou se eu tinha dinheiro no Banco Araucária, a transferência. Quando eu tinha para receber, eu dava ordens para eles fazerem o que eles chamam de doc numa conta minha em outro banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa situação ainda não está clara para mim, Sr. Jaime, porque aqui há depósitos na conta do senhor e saques, pelo menos um – um depósito na conta do senhor e um saque. O depósito teve origem na conta a que me referi anteriormente, do Sr. Cláudio Roque Cassimiro, e um depósito na conta do Sr. Leon Naves Barcelos. Eu queria que o senhor me desse o número do cheque. O senhor poderia verificar se há esse controle? O senhor pode nos remeter esses cheques?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Nunca emiti cheque do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da corretora.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Também não. Corretora não tem cheque. Nunca emiti um cheque da corretora. Na realidade, pode ser. Acho que a corretora – não ela, mas todas – não têm cheques. Ela pode ter emitido um cheque dela da conta do banco. Pode ser um cheque da corretora da conta que ela tem no banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse recibo que vou apresentar ao senhor, o senhor tem conhecimento dele?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – É a primeira vez que estou vendo esse recibo. De que época é? Estou querendo ver a data aqui. Não, não conheço, não conheço, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acompanhava, então, todas essas movimentações da conta da corretora, e ela coincidia com as movimentações que o senhor dava ordem?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – De ações. A corretora só trabalhava comigo em ações. Nunca recebi um extrato dela, mas não precisava porque chegavam esses comprovantes que checavam com os da Bolsa de Valores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os cheques aqui são emitidos pela corretora em nome da corretora e depositados nessa conta.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Também não sei. Então, não devo ter cópia, não devo ter nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui há movimentações na conta do senhor, mostrei um exemplo aqui agora, que o senhor desconhece.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Desconheço, desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor imagina que a corretora possa ter feito movimentações sem a sua autorização?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Se aparece movimentação, deve ser. Eu não sabia dessa movimentação, mas, se aparecem as movimentações, é porque realmente houve sem a minha concordância ou autorização, qualquer coisa que seja.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Acho bom dar essa explicação às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares. Realmente, o cheque não é assinado pelo Sr. Jaime Canet, é assinado...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela corretora.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – ...pela corretora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em nome da corretora.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Em nome da corretora. Só que, depois, aparece toda esta movimentação e, em não sendo do conhecimento do Sr. Jaime Canet, conforme o seu depoimento, fica evidente que isso era feito sem seu conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos duas movimentações. O senhor entende o que estou dizendo? Houve um saque na conta do Banco Araucária por um chamado laranja, que transferiu para o Bamerindus; dessa conta, saíram dois cheques: um, em nome do Alberto Dalcanalle, e outro em nome do senhor. E foi depositado na conta do senhor na corretora. E há uma outra movimentação que saca da conta do senhor e quita uma conta garantida de uma terceira pessoa, o Sr. Leon, de quem lhe falei agora há pouco.

Assim, há duas movimentações na sua conta, e o senhor disse que não as conhece.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Pela sua descrição, Excelência, estou achando que eles estavam corrigindo a minha conta de movimentação, que não apareceu aí, que não conseguiram descobrir. Se depositaram dinheiro na minha conta e o dinheiro não era meu, não ficou comigo, e nem tomei conhecimento, é porque eles já estavam cobrindo o que já tinham tirado antes, talvez. Estavam acertando a minha conta, e eu nem sabia. Só pode ser isso, porque não havia razão para porem dinheiro na minha conta. Se tivessem depositado na minha conta e não fosse para cobrir ou para tirar depois, o dinheiro ficaria comigo. Eu nem os conheço, não sabia, não tinha nada com eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem esse contrato com a corretora?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Contrato?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. Como se dava a operação, qual era o rendimento? Era só bolsa, ou havia outras aplicações?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Só bolsa. Na corretora, só bolsa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acompanhava cada órgão?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Sempre. Não movimentavam sem instruções minhas, da bolsa. Havia operações grandes. Houve dia – posso mostrar-lhe o papel – de operar R\$1 milhão, R\$1,5 milhão. Era um negócio que eu não poderia deixar de saber e controlar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, por ora estou satisfeito.

Só queria fazer um registro em razão da oportunidade. Nós estamos diante de uma remessa de conta CC5, pelo Uruguai, por um banco em que há outras

passagens, mas, pelo que está colocado aqui, a remessa reveste-se de legalidade, pois está registrada no Banco Central e no Imposto de Renda. Isso desmistifica um pouco essa questão de CC5 ser remessa ilegal. Isso não é verdade, pois existem remessas legais por CC5, que são declaradas no Imposto de Renda e que estão registradas no Banco Central.

Assim, não podemos cometer a leviandade de fazer qualquer acusação, antes de ter a documentação para cada pessoa.

Com relação às contas CC5, estou pedindo que complete a declaração do primeiro ano para o segundo, por uma questão de metodologia...

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Para mostrar que, durante todos esses anos, o dinheiro estava lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É preciso dar tratamento igualitário a todos os casos. Por isso, pedimos desde a aplicação até o ano 2002.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Feita essa colocação inicial por parte do Relator, concedo a palavra à primeira parlamentar inscrita, a Senadora Ideli Salvatti.

V.Exª dispõe de cinco minutos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, até para fazer indagações, preciso de informações sobre a documentação que serviu de base para o Relator fazer as perguntas.

Pelo que entendi do questionamento, houve um empréstimo tomado no Banco Araucária, de R\$400 mil, pelo Sr. Cláudio Roque Casemiro. Ele ficou com R\$10mil, R\$92 mil foram para a conta do Dalcanalle, e R\$290 mil, mais ou menos, para a conta do Sr. Jaime Canet, na Araucária Corretora.

Depois, o Relator cita que saiu da conta do Sr. Jaime Canet, da Corretora Araucária, para a do Sr. Leon Naves Barcelos, determinado valor, mas não foi dado o valor. O valor é idêntico ao depósito que houve da parte do Cláudio para a conta Araucária? Estou fazendo a pergunta ao Relator, desculpe-me, mas, caso contrário, não posso perguntar ao depoente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu pediria a V. Exª que, por obséquio, repetisse a pergunta, para que eu possa respondê-la com precisão.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Exª falou que houve um depósito do Sr. Cláudio Roque Carneiro da ordem de R\$290 mil na conta do Sr. Jaime Canet, na Araucária Corretora, da qual saiu um cheque, um depósito em favor do Sr. Leon Naves Barcelos. Eu quero saber qual é a relação de valor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São duas operações distintas.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, mas qual é o valor do depósito na conta de Leon Naves?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou dar-lhe agora: R\$172.503,86.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agora posso fazer a pergunta ao Sr. Jaime Canet.

Pelo seu depoimento, temos a impressão de que a conta que o senhor detinha na Araucária Corretora, para aplicação em bolsas, servia para se fazerem acertos, pois entrava e saía dinheiro sem o seu conhecimento. Mas, nesse caso, há o saldo: R\$296mil foram depositados, e R\$172 mil, retirados. Esse saldo foi aplicado, obviamente, nas operações de compra de ações. Como é que o senhor...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Senadora, permita-me um esclarecimento. São duas operações totalmente distintas. Uma de 28 de fevereiro de 1998, a do empréstimo, e a outra de 30 de dezembro de 1998, a do depósito. A que entra na conta é de fevereiro de 1998. A que sai da conta é de dezembro de 1998.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu sei que são distintas, Sr. Relator, mesmo que haja a diferença de datas, de períodos, o que quero perguntar é se é verdade o que se está desenhando, ou seja, de que na conta do Sr. Jaime Canet, a Araucária Corretora fazia a entrada e a saída de dinheiro sem conhecimento do correntista. Só era possível fazer isso se os valores fechassem para ele não perceber, porque, se tivesse qualquer sobra ou falta de dinheiro, o dono da conta iria perceber.

Nesses dois casos dos quais temos documentos, há diferença. O que quero perguntar ao Sr. Jaime Canet é se ele só fazia a conferência pela compra das ações. Era isso o que o senhor controlava?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Correto.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E em nenhum momento houve sobra ou falta de dinheiro? O senhor nunca identificou?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não, nunca sobrou ou faltou dinheiro. Sempre fechava, porque, inclusive, a conta da corretora fecha mensalmente. Chega no último dia, se eu tiver dinheiro, muitas vezes uma quantidade pequena de uma compra ou uma venda de uma ação, uma diferença pequena, em torno de 2, 3, 4 mil reais, a corretora me entregava e, se faltasse, eu cobria, porque a corretora é apenas uma intermediária da bolsa de valores. Tem que zerar a conta.

Isso acontecia, nunca sobrava e eu controlava por esses avisos e principalmente pela Bolsa de São Paulo, que mandava e continua mandando toda operação de cada cliente, detalhe por detalhe, o que

comprou e o que vendeu, o valor, o estoque do dia 30, tudo certinho.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, veja bem. Em fevereiro os R\$296 mil que entraram e, em dezembro, os R\$172 mil de saída. Para o Sr. Jaime Canet não ter tomado conhecimento da movimentação ilegal na sua conta deve ter havido operações sem o conhecimento dele, no mês de fevereiro para colocar os R\$296 mil e, no mês de dezembro, para retirar os R\$172 mil.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – É possível.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Temos necessidade de, neste caso, para confirmar a declaração do Sr. Jaime Canet de que não era feito com o conhecimento dele, ter a quebra do sigilo dessa conta, indiscutivelmente, para ter a confirmação da declaração.

É impossível que alguém não tenha tomado conhecimento de uma operação que envolve quase R\$300 mil, quase R\$200 mil sem que isso feche redondamente com esse mascaramento de operações.

Tenho o entendimento de que, até para dar veracidade à declaração do depoimento, precisamos ter a quebra do sigilo dessa conta.

Para concluir, queria saber ainda do depoente se, além da Corretora da operação de bolsas, o senhor tinha conta ainda no Banco Araucária para outras operações, ou não?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Tinha.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quais eram todas as operações e quais as relações que o senhor tinha com o ...

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Só aplicação. Confesso a V. Exª que eu nunca emiti um cheque, nem tinha talão de cheques. O Banco tinha, mas eu não tinha, nunca emiti nenhum cheque, o que é fácil de comprovar. O Banco nunca prestou nenhum serviço para mim, de cobrar, receber. Apenas de investimento. Eu considerava o Banco como um **private bank**, como tenho hoje com o Itaú, que é um **private bank** para mim, o Safra, o HSBC também faz esse serviço para mim. Não tenho cheque nessas contas, não se emite cheque nesse caso, só ordem de aplicação ou de recebimento.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Algum outro tipo de negócio ou atividade de qualquer ordem, como o Sr. Luiz Alberto Daicanai e os dois Peixotos, Fernando e Reinaldo?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não, nunca tive negócios. Nunca comprei nada, não vendi nada. Negócios não, mas amizade sim.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Falei de atividades comerciais.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não, não, isso nunca.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Econômica?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fora a conta de aplicação e a corretora.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Correto.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só isso?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – E até quem me atendia mais nessas contas, vamos dizer, o maior contato comigo era o Peixotinho, o Fernando, que era quem atendia a minha conta, como eles dizem. Em banco grande, eles dizem gerente da conta. O Peixotinho era o contato do banco comigo. Com o Alberto eu raramente falava, era só com o Peixotinho, o Fernando.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, encerro com aquela solicitação de que só poderemos ter a confirmação da declaração com a quebra do sigilo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, inicialmente concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias; posteriormente, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Deputados, ilustre Jaime Canet, ex-Governador do Paraná. Eu não pertencço a esta CPI, mas ousou tomar trinta segundos para deixar um depoimento rápido, já que tenho de me retirar.

Nesta Casa, tenho sido muito mais promotor do que advogado de defesa. No entanto, é meu dever, neste momento, prestar um depoimento como testemunha da conduta inatacável do Governador Jaime Canet no Paraná. Como paranaense, tenho esse dever. Foi um governador operoso, um extraordinário governador, de postura ética imbatível; não sobrou sequer resquício de qualquer suspeita em relação à sua conduta ética no Governo do Paraná. É tido, lá na nossa terra, como exemplo de dignidade, honradez e decência.

Por essa razão, fico satisfeito ao ver o Relator, Deputado José Mentor, com todo o cuidado em relação à necessidade que tem esta CPI de distinguir bem estes daqueles. E certamente essa distinção será feita, porque seria lamentável que esta CPI pudesse, ao final, cometer qualquer tipo de injustiça contra alguém que, como empreendedor em nosso Estado, tem contribuído, como empresário competente que é, de forma notável no processo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Paraná.

Portanto, deixo aqui as minhas homenagens ao Governador Jaime Canet Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Fica o registro da manifestação do Senador Álvaro Dias.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concorde – sei que muitas pessoas vão estranhar, porque não tem sido a regra –, com a Senadora Ideli Salvatti. Só que não há nenhuma necessidade de se quebrar sigilo de contas do Dr. Canet, porque, para se observar qualquer deslize por parte do Banco, na movimentação, basta ver o que o Banco Central tem, inclusive a nossa CPI já deve ter. A movimentação bancária é feita pela corretora. Acho, Senadora Ideli, que na hora que se entrar no caixa, no dia-a-dia da contabilidade da corretora, vai-se encontrar, tranqüilamente, essa falha, ou esse crime cometido, se for o caso, sem nenhuma necessidade, até porque não é uma conta corrente. São ordens geralmente telefônicas, segundo o próprio depoente esclareceu aqui, autorizando movimentações que estão ali em seu nome.

Era a ponderação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Feita a observação por parte do Senador Heráclito Fortes, concedo a palavra, pela ordem, ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu havia pedido à Senadora Ideli para trocarmos uma idéia sobre a primeira questão, porque, evidentemente, quebrando o sigilo, não vamos saber o que o Sr. Jaime autorizou e não autorizou, porque não dá para saber. O que talvez seja importante, Sr. Jaime, é que o senhor coloque à disposição o extrato do mês de fevereiro, onde houve a operação, e o de dezembro, onde houve a outra operação. Acho que isso é mais objetivo do que...

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – O extrato da corretora?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Vou pedir para o gestor da massa falida, lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De dezembro de 1998 e de fevereiro... Talvez o senhor tenha em casa.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Da corretora, a corretora não me mandava extrato. Eu consigo na massa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas aí eu posso requerer, a CPI pode requerer, o de fevereiro e o de dezembro. Porque são os dois casos objetivos e concretos que temos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, qual é o entendi-

mento que eu tenho. Do que foi colocado aqui, dá a impressão de que a corretora Araucária operava a entrada e a saída de dinheiro sem o conhecimento do dono da conta. A entrada e a saída do dinheiro têm que ficar registradas na conta e não na aplicação da bolsa, por isso insisto na história da quebra do sigilo. A movimentação da bolsa vai identificar se entrou, efetivamente, um cheque de R\$296 e se saíram três, quatro ou cinco para limpar esse dinheiro no mesmo mês, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Vamos chegar a essa conclusão técnica. Depois de ouvida a assessoria da CPMI, vamos tomar a providência necessária para o esclarecimento.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A outra questão, Sr. Presidente, é que não concordo que seja pontual, que seja apenas nos dois meses dos quais temos os documentos. Quero dizer que é de uma gravidade imensa se conseguirmos confirmar que uma corretora movimentou, de forma ilegal, recursos na conta de um correntista sem o conhecimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– O próximo inscrito é o Deputado Dr. Hélio.

S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, quero iniciar a minha fala pela última expressão que a Senadora Ideli utilizou.

Ouvi o depoimento do ex-Governador Jaime Canet.

Eu não o conhecia, Governador, não tinha conhecimento de V. Sª, por isso busquei informações com alguns colegas do Estado. O depoimento deles é de que V. Sª é uma pessoa proba, correta, honrada. Estando na política há tanto tempo, os depoimentos que me foram passados são de que V. Sª sempre se portou de maneira correta. Não sei de que partido V. Sª é, mas quero dizer que o seu depoimento mostrou-me sinceridade. E a impressão que tenho, com o depoimento do pessoal que esteve aqui do Banco Araucária, é que fica o crédito a seu favor. A impressão que tenho é muito mais indo nessa direção da Senadora Ideli, de que um banco possa ter feito operações irregulares, porque, de fato, esse é um banco irregular. Se não fosse um banco irregular, não teria sofrido intervenção e não estaria encalacrado, como está, nesta CPMI. Então, o crédito, deponho a favor de V. Sª.

Gostaria de saber quem foi a principal pessoa responsável pelas aplicações de V. Sª nesse banco. Deve haver um nome ou dois, e essas pessoas, Sr. Relator, deveriam ser ouvidas. V. Sª colocou um ou dois nomes com que, praticamente, tomava contato para essas aplicações em ações. Gostaria de saber quem são essas pessoas.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Sr. Deputado, primeiramente, deixe-me agradecer a V. Exª suas palavras generosas e também dos meus amigos. V. Exª sabe que amigos são sempre generosos e, graças a Deus, o meu grande patrimônio, no Paraná, são os amigos. Tive a oportunidade de, militando na política e na vida privada, conquistar um grande número de amigos. Sempre digo que o grande ganho que tive na política foi conquistar amigos, ter bastante amigos. E os amigos, V. Exª sabe, são sempre generosos.

Respondendo a sua pergunta, o banco tinha não sei quantos diretores, mas, para mim, só eram conhecidos os dois Peixoto, que são dois irmãos, Fernando e Reinaldo, e Alberto Dalcanalle. Para mim, o banco era dirigido por eles. Parece-me que depois tinha mais diretores. O Fernando Peixoto era quem mantinha mais contato comigo, porque inclusive é um menino amigo – digo menino porque ele tem a idade do meu guri, 40 anos, então, para mim, é menino. Lá em casa, tenho por hábito, no sábado, reunir toda a minha família. Graças a Deus, minha família toda mora em Curitiba. Tenho três filhos, oito netos, já tenho netos com namorados e namoradas, e agora ganhei dois bisnetos, de uma neta casada há algum tempo. Então, o Peixoto sabia que havia essa reunião da família em casa, e todo sábado, por ser amigo da família, ele aparecia lá, na hora do almoço, bebia o aperitivo conosco. E era amigo dos meus filhos e das minhas filhas, porque foram da mesma juventude, da mesma época. Esse era o contato principal comigo do Fernando Peixoto.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor, constatando que houve o envolvimento do seu nome, que é um nome ilibado no Estado do Paraná, deixará, acredito, a amizade diminuir um pouco.

Eu queria propor ao Sr. Relator – depois encaminharei um requerimento – que os Srs. Fernando Peixoto e Reinaldo Peixoto sejam ouvidos, em diligência feita no Paraná, e também o Sr. Alberto Dalcanalle Neto, sobre essa situação.

Sr. Presidente, foi uma grande contribuição.

V. Sª, Governador Jaime Canet, quando aqui chegou, de maneira emocionada, mostrou estar preocupado por sentar-se pela primeira vez para falar em uma CPMI. Mas a CPMI conta também com a contribuição do cidadão para o esclarecimento de crime. E aqui fica evidenciada uma irregularidade que ocorreu sem o conhecimento de V. Sª – eu quero crer que seja assim. Portanto, quero sugerir ao nobre Relator, e encaminharei depois o requerimento, essa oitiva.

Por último, ao Relator, que a Polícia Federal ou órgãos paranaenses busquem Cláudio Roque Casimiro e Leon Naves Barcelos, para que essa situação fique integralmente esclarecida, para que não cometamos

a injustiça ou corramos o risco de – em relação a um político respeitado no Estado do Paraná, conforme depoimento de pessoas sérias – má interpretação.

Sr. Presidente, penso ser importante ouvirmos os Srs. Fernando Peixoto e Reinaldo Peixoto, novamente o Sr. Alberto Dalcanale Neto, em diligência que deverá se realizar no Paraná. Por último, a busca, pela Polícia Federal, da existência ou não de Cláudio Roque Casimiro e de Leon Naves Barcelos, que podem ter servido de mulas em um processo grave de irregularidade.

Era isso o que eu gostaria de dizer.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a V. Ex^a as palavras generosas, sua manifestação de apoio. Fico-lhe muito grato. Para mim é confortante, para mim que estou – V. Ex^a notou, como disse – tenso, triste. Para mim, as suas palavras são muito cativantes. Fico muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado José Mentor, Governador Jaime Canet, quando fazemos um depoimento a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, devemos fazê-lo com o mesmo princípio que propomos para os nossos convidados. Ou seja: devemos falar sempre a verdade, porque ela nos será cobrada.

Eu faço, sem nenhum constrangimento e sem nenhum risco de estar cometendo, aqui, um equívoco, um depoimento, por conhecer o Governador Jaime Canet desde o tempo em que eu era estudante de Agronomia, e ele, Governador do Paraná. Posso dizer que, na história do Paraná, o nome Jaime Canet fica, sempre, na opinião da maioria, como o nome do Governador que mudou a história do Estado. É muito difícil alguém que tenha construído tanta estrada – porque ele foi o Governador que mais estradas fez no Paraná – sair com o nome sem nenhum risco, sem nenhuma mancha, com um nome respeitado em todos os cantos do Paraná.

E posso dizer que Jaime Canet é um empresário de sucesso. Construiu um grande patrimônio no Estado do Paraná.

Mas o maior patrimônio que ele tem não é o financeiro, é o moral. É um orgulho para nós, no Paraná, ter Jaime Canet como ex-Governador. E posso dizer que não me preocupei nem um pouco ao saber da sua convocação pela CPMI, porque eu sabia que ele vinha aqui para colaborar e não para ser acusado de qualquer irregularidade. Pela vida limpa que ele tem no Paraná, pelo nome que tem, tenho convicção absoluta de que continuaremos, com a contribuição que ele deu à CPMI, a ter por ele o mesmo respeito de sempre.

Não há nenhuma pessoa, no Paraná, que duvide de duas coisas de Jaime Canet. Aliás, de três. E por isso trago a minha admiração por este momento diferente que estou vendo em Jaime Canet. Ele é conhecido como um homem muito sincero – e aqui foi –, muito honesto – continua sendo –, mas de estopim curto. E eu o vejo aqui, hoje, com muita calma, fazer o seu depoimento. Para mim foi surpresa somente o estopim curto, porque, para mim, ele continua sendo honesto e sincero.

Agora, é claro que quando alguém é convocado ou convidado para depor numa CPMI, fica sempre a dúvida na cabeça de alguém. Então eu gostaria de dizer, como paranaense que acompanha a vida de Jaime Canet, que é, na verdade, uma pessoa com quem me oriento politicamente, uma pessoa que é procurada por todos os candidatos a Governador do Estado para pedir apoio, que além de ter esse prestígio, ele é um homem discreto, porque raramente se vê o seu nome na imprensa. Ele não dá depoimentos políticos e eu jamais pedi, também, que ele desse um depoimento político apoiando a minha candidatura. Ele não fez isso, mas sempre orientou, politicamente, todos aqueles que ele considera sérios, porque ele não atende quem não seja assim.

Para mim é muito tranquilo estar aqui como membro da CPMI. Estou aqui como membro da CPMI – sou suplente – para dar este depoimento, este testemunho da condição moral do Dr. Jaime Canet que, sem dúvida nenhuma, é um orgulho para o Paraná como ex-Governador.

Tenho certeza de que a CPMI chegará, pelos depoimentos que os paranaenses podem dar a respeito do Dr. Jaime Canet, à mesma conclusão, e de que ele será um colaborador, para as investigações chegarem ao objetivo que todos queremos, que é buscar aqueles que, efetivamente, cometeram irregularidades.

O Dr. Jaime Canet entregou os documentos da CC5 que tinha. Como o próprio Relator já reconheceu, uma operação legal, feita com todos os documentos, inclusive comprovados no Banco Central. A operação da CC5 que poderia suscitar qualquer dúvida está comprovada e está declarada no Imposto de Renda, como, aliás, é de regra no Dr. Jaime Canet, e para mim não é surpresa.

Esse é o ponto que eu gostaria de colocar. Se houve essa movimentação na conta do ex-Governador Jaime Canet que não foi do seu conhecimento, o objeto da investigação deve ser, realmente, esses depósitos, para que possamos esclarecer se o banco utilizava contas para fazer operações irregulares, usando pessoas honestas que, sem conhecimento, muitas vezes

acabam tendo que explicar o que não podem explicar, porque não têm conhecimento.

Sr. Relator, o meu depoimento é para dar um testemunho sincero do que é o nome Jaime Canet no Estado do Paraná, respeitado por todos os paranaenses.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Sr. Presidente, por favor.

Quero tomar a liberdade de chamar o Senador de caro amigo, porque realmente nos conhecemos há muitos e muitos anos. Confesso, sem nenhuma preocupação, que sou eleitor dele. Na última campanha, pedi votos para ele, e aí está, Sr. Presidente, como sou feliz na escolha dos meus candidatos. Está aí a prova. Portanto, meu caro amigo e Senador, quero agradecer. Os amigos são sempre generosos e é essa generosidade que levanta o nosso ego. Ver que a convivência cria, assim, pontos corretos. Há uma convergência de comportamento e de pensamento, e quero agradecer ao meu caro e amigo Senador. Grato, Osmar, você sempre generoso e amigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo orador inscrito é o Deputado Paulo Kobayashi

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, senhor convidado depoente ex-Governador Jaime Canet.

Lá na década de 70, eu Deputado Estadual, começando em São Paulo, o Governo Paulo Egydio, o Governo Geisel aqui, pude acompanhar aquele brilhante trabalho que o senhor fez como Governador do Estado, que ficou para a história do Paraná. Somos Estados vizinhos.

Na verdade, tenho a honra de conhecê-lo pessoalmente, sendo de São Paulo, já que, desde a década de 70, eu o venho acompanhando e tenho conhecimento do prestígio e do trabalho que o senhor fez no Paraná e neste País.

Aqui fica muito mais claro inclusive o prestígio que ainda tem, apesar dos anos passados, e de afastado da atividade política, pela presença de tantos Senadores. Esta CPI é mista, Senado e Câmara dos Deputados, mas usualmente é menor a presença. E tenho certeza de que a presença, hoje, é para poder revê-lo, cumprimentá-lo, ou até vir a conhecê-lo, como é meu caso pessoalmente.

Os depoimentos deixam bem claro – até não formularei pergunta nenhuma –, o senhor historia muito bem, que participou, por intermédio do filho, da formação do Grupo Araucária, lá nas origens, mas teria saído com o filho bem antes de todo esse período que estamos aqui analisando. E que, depois, fez

operações CC5, como todos fizeram ou poderiam ter feito – afinal de contas era legal fazer. Até por Foz do Iguaçu estava liberado pelo Banco Central, desde que se explicasse devidamente à Receita Federal e ao Banco Central, como ficou demonstrado que aconteceu. De resto, fez operações sem papéis, sem cheque, de confiança dos dois lados, e, eventualmente, pode ter ocorrido algum tipo de manobra – tira daqui, põe lá –, mas parece-me que o ajuste no fim do mês sempre foi correto, não é? Pelo que o senhor afirma, no fim do mês comparava-se o que foi investido – ganhei ou perdi –, e estava lá. Então, no meio, se houve algum tipo de tratamento de papéis usando eventualmente o crédito ou o nome de V. S^a, fica claro que não há nenhum tipo de culpabilidade.

Ademais, o próprio Ministério Público, que vem apurando, quando tem dificuldades em entender, questiona na Justiça. Aí, há um tempo, com todos os documentos, para provar que se tratava de mera operação facilmente justificável.

Portanto, de nossa parte, como membro do PSDB – o nosso Presidente no Paraná esteve aqui também, o nosso Senador –, e como Deputado por São Paulo, estou muito tranqüilo. Quero apenas cumprimentá-lo, agradecer sua presença e colaboração, com a certeza absoluta de que esta CPMI chegará a quem tem culpa, mas também terá a oportunidade de deixar bem claro quem não tem nenhum procedimento de culpabilidade, como é o seu caso.

Sua presença foi muito gratificante para a Comissão, nosso ex-Ministro, que agora sai, nossos Deputados, nossos Senadores e todos aqui presentes testemunham isso.

Muito obrigado. Sem perguntas.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Muito grato. Deputado, fico muito grato. V. Ex^a falou no Governador Paulo Egydio e me deu saudade porque fomos realmente bons amigos. Trabalhamos juntos na época, e ele foi um bom companheiro. Reivindicávamos sempre juntos os interesses do Paraná e de São Paulo. Fiquei com saudade dele. Senti a sua morte, mas tenho muita saudade daquele tempo.

Agradeço suas palavras generosas e estimulantes, pelas quais sou muito grato. V. Ex^a pode estar certo disso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente. Sr. Relator, em primeiro lugar quero me penitenciar. Sr. Relator, nem sempre acertamos. Insisti muito para que a convocação do Governador Jaime Canet não fosse feita, porque sabia de antemão das necessidades dela.

V. Ex^a estava diante de um fato que o obrigava a fazer a convocação, que era exatamente a citação fei-

ta pelo depoente, por meio do Ministério Público, que nem sempre age com a serenidade com que deveria agir. Mas está provado que V. Ex^a tem razão.

E a importância da presença do Governador Jaime Canet aqui é, acima de tudo, para mostrar a todos nós, desta Comissão, até o exemplo dado por ele com relação às CC5. Existem CC5 e existem CC5. Não podemos generalizar. E ouvimos aqui, várias vezes, generalizar-se o instituto das CC5 como sendo obra do demônio, não só por parte do Ministério Público, de delegados da Polícia Federal, como também até de próprios colegas. E estamos vendo aqui que não é bem isso.

Quando solicitei e sugeri aqui, por diversas vezes, que fosse dispensada a oitiva do Dr. Canet, foi porque, ao longo da vida, também aprendi a conhecer o seu comportamento. Tive uma vida, Sr. Presidente, cujo início foi de andarilho. Comecei como estudante, em Pernambuco, fazendo política estudantil, vim para Brasília e, de repente, fui convidado para trabalhar com o Ministro Ney Braga, no Ministério da Educação, que era, evidentemente, um cenário lógico da política paranaense. E via-se o entrar e sair de figuras que, depois, foram ocupando lugares de destaque no cenário político, não só do Paraná, mas também no cenário político brasileiro, uma vez que o então Ministro Ney Braga, ex-Governador do Paraná, talvez tenha sido, no sul do País, o maior criador de escola política de toda aquela Região Sul. Foi formador de vários grandes políticos brasileiros que se destacaram depois. E na conversa geral, na conversa de todos, a grande estrela, a estrela de futuro era exatamente o Sr. Canet, pelo trabalho, pela competência e, acima de tudo, pela seriedade.

Ouvi, diversas vezes, depois, por referência dos familiares de pessoas que convivem comigo e que são do Paraná um fato impressionante. Não conheço ninguém mais economizador, Senador José Jorge, de elogios do que o Deputado Affonso Camargo. Affonso Camargo, para fazer um elogio, é preciso benção de Deus. E tive uma convivência estreitíssima, principalmente naquela grande caminhada da eleição do Dr. Tancredo para Presidente da República, viajando pelo Brasil, discutindo noites a fio, com Affonso Camargo. Ainda bem que, quando a verdade é expressa, o citado chega a plenário. Então, nunca vi o Affonso economizar elogios ao Dr. Canet; pelo contrário, sempre o exaltava. E essa foi a imagem que carreguei a vida inteira e que hoje se consagra exatamente neste depoimento.

Quero me congratular com o ex-Governador do Paraná. E queria apenas lhe fazer uma pergunta, porque, Sr. Presidente, além de queda, coice. A informação que tenho e quero que ele confirme é que, acima

de tudo, ele está com grande prejuízo nessa história do Banco Araucária.

Por isso, gostaria de perguntar ao Dr. Canet se, no momento da liquidação, ele tinha dinheiro aplicado no banco, porque, se tinha, esse dinheiro está preso, dependendo da finalização da liquidação. Portanto, gostaria de saber se o senhor tinha dinheiro aplicado no Banco Araucária e, se possível, o seu valor.

Era somente essa a pergunta que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Senador, a pergunta de V. Ex^a realmente é oportuna, porque não só eu, pessoa física, tinha. Quando houve a intervenção do Banco Central e, conseqüentemente, foi decretada a falência do banco, eu tinha um valor muito próximo de R\$900 mil, que consta da minha declaração de Imposto de Renda – eu como credor dessa massa falida.

Mas não só eu. Meu filho, minha filha, minha nora, uma empresa hoteleira minha são credores, na massa falida, de uma importância até um pouco maior do que a minha. Então, hoje, a família é credora de R\$1,7 milhão ou R\$1,8 milhão. Por aí. Porque, como disse, acreditava. Era uma gurizada criada junto conosco. Não só eu, como os familiares, e até parentes mais longe, pessoas que tinham sua economia ali, para ter uma velhice melhor. A mãe de um genro meu com o marido também perderam a sua poupança. São coisas em que acreditávamos.

Para encerrar, fico muito grato por suas palavras elogiosas. Temos uma origem política idêntica, Ney Braga, grande figura. Sei que V. Ex^a trabalhou com ele. A minha origem política, o meu condutor político foi Ney Braga; foi com ele que entrei na política, junto com o Deputado Affonso Camargo. Nós militamos na política desde meninos – quando digo meninos quero dizer moços. Affonso sempre foi um grande político e, como dizemos no Paraná, ele é conhecido como “Affonso que tem uma honestidade irritante”. É essa figura que é tão estimada também no Paraná e a prova disso é que, na última eleição, ele foi o mais votado no Paraná.

Muito grato, Senador, pelas suas palavras carinhosas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero somente fazer uma correção, porque vejo que o Senador José Jorge me fuzila com um olhar de desagrado. A minha origem política foi Pernambuco. Embora sendo piauiense, comecei a fazer política estudantil em Pernambuco, comecei a conviver e aprender no PSD pernambucano. Tenho muito orgulho disso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O sonho dele é ser do Sul.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Meu professor inicial foi o então Senador Paulo Guerra, mas tive a felicidade de conviver com figuras como Marco Maciel, Gustavo Krause, o próprio José Jorge, que é bem mais novo em política – é bom que se frise – do que eu, embora, em idade, não entremos no mérito.

Quando cheguei a Brasília, fui convidado, por meio do próprio Senador Paulo Guerra, para trabalhar com o Ministro Ney Braga, por quem tinha uma excelente admiração. Embora ele fosse pedessista, com vocação mais udenista do que eu, eu sempre pessedista, mais do diálogo e da conversa franca, aprendi muito. Foi um dos grandes homens públicos que este País teve. Queria só fazer essa correção, em homenagem a Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Já consegui o direito de resposta.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, fico muito feliz com a resposta, com a forma como o Sr. Jaime Canet colocou toda a questão pela qual ele foi chamado. Na verdade, se olhássemos com mais atenção, ele nem precisaria ter vindo, bastaria ter mandado um ofício, algo dessa forma, explicando a sua participação na conta CC5, razão pela qual foi convocado. De qualquer maneira, foi uma oportunidade para que pudéssemos ouvir todos esses depoimentos favoráveis ao Dr. Jaime Canet, que não tive oportunidade de conhecer pessoalmente. Mas toda a bancada do Paraná, quando eu era Deputado e, agora, como Senador, sempre fez os maiores elogios à sua atuação pública.

Portanto, gostaria de me solidarizar com ele. Ele é um exemplo de político. O Procurador Luiz Francisco sempre diz que há que fiscalizar mais os políticos do que qualquer outra pessoa. De certa maneira, ele tem razão, mas deve-se fiscalizar com justiça, dando oportunidade para que cada um esclareça.

A explicação foi bastante convincente, simples até, não era preciso que se perdesse tanto tempo, mas gostaria de me pronunciar contrariamente à questão apresentada pela Senadora Ideli Salvatti, da abertura da conta do Dr. Jaime Canet. É por uma questão de mídia, principalmente. Na realidade, esse parece um requerimento simples, mas, amanhã, quando a mídia for publicar, dirá que a CPMI aprova quebra de sigilo bancário do ex-Governador Jaime Canet.

Não podemos fazer com que o Dr. Jaime Canet corra esse risco, porque ele foi chamado aqui em razão das contas CC5. Essa questão adicional pode ser esclarecida via documentos do Banco Araucária, que já estão na mão do Banco Central, da CPMI, de todos.

Não deveremos colocar o Dr. Jaime Canet num outro constrangimento além daquele em que ele já entrou pelo simples fato de ter uma conta CC5.

Quero me pronunciar contrariamente. Acredito, também, que o Relator, na hora apropriada, entenderá assim, mas é só para ficar claro que a CPMI, em nenhum momento, está pedindo para se quebrar o sigilo bancário do convidado.

Por último, gostaria de dizer que também tive oportunidade de trabalhar com o ex-Ministro da Educação, quando o Senador Heráclito Fortes trabalhava com S. Ex^a. Eu trabalhava como Secretário de Educação de Pernambuco. O Secretário de Educação teve sempre um contato muito grande com o Ministro Ney Braga, todos nós secretários. Ele sempre me tratou muito bem. Portanto, considero-me também um aluno de sua escola política apesar de estar em outro Estado. Também estivemos juntos. Ele foi um grande ministro. E eu também gostaria de lembrá-lo neste momento.

Parabenizo V. S^a pelo esclarecimento em nome de todos nós, da classe política, mostrando-nos que era algo simples. Adiciono também esta minha idéia: não devemos, de maneira alguma, quebrar seu sigilo bancário porque isso não é necessário.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Senador José Jorge, muito grato pelo seu apoio. É confortante ouvir suas ponderações e suas palavras carinhosas. V. Ex^a realmente me cativa muito. Fico muito grato.

Eu gostaria somente de colaborar um pouco mais com o seu elogio ao Governador, Ministro e Senador Ney Braga, que, no Paraná, foi o formador de uma nova geração política. S. Ex^a foi um político muito respeitado e muito querido no Paraná.

Senador José Jorge, muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Deputado José Borba.

O SR. JOSÉ BORBA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres companheiros Senadores e Deputados, Senadora Ideli Salvatti, estou sem voz hoje, mas não poderia deixar de dar o aval a todos os depoimentos que me antecederam.

Dr. Jaime Canet é o patrono da política paranaense, exemplo de figura humana e tem de nós todo o apreço, respeito e carinho. Já comemoramos 28 anos de amizade. Foi ele quem me orientou quando vereador, prefeito e deputado, que agora sou. Toda vida, tivemos um bom relacionamento, como bem disse o Senador Osmar Dias. Dr. Jaime Canet realmente tem idoneidade. Ele é uma reserva moral do Estado do Paraná e do Brasil, sem dúvida. Com isso, os paranaenses, esta Bancada e tantos outros, estarão em condições de vir aqui dar o aval que necessário for,

assim como os demais, mesmo tendo a oportunidade de conhecê-lo menos.

Quanto à quebra do seu sigilo bancário, não há a menor necessidade. Tudo o que precisarem, podem solicitar que, prontamente, nosso amigo e companheiro Jaime Canet irá ajudar e esclarecer sem nenhuma dificuldade. Como disse o Senador José Jorge, não gostaríamos de lhe dar esse constrangimento porque o senhor tem um passado que recomenda o respeito de todos os paraenses.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Muito grato. Permita-me, Deputado, tratá-lo como antigamente. Caro amigo Borba, tivemos oportunidade de trabalhar juntos: eu, como Governador, ele, Prefeito. Depois, participamos juntos de uma campanha eleitoral. É um velho companheiro de trabalho e de política.

Muito grato pela sua manifestação. O amigo é sempre generoso. Muito grato. Fico muito grato. Pode estar certo disto: é confortante, para mim, ver um amigo dar seu depoimento. Grato!

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado Eduardo Sciarra, que dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL – PR) – Sr. Presidente, serei bem rápido. Eu gostaria de dar um testemunho a respeito do Dr. Jaime Canet, que, como disse o Deputado Borba, é uma das grandes reservas morais do Paraná e do Brasil.

Conheço sua trajetória, sua vida política, empresarial e pessoal. Posso testemunhar efetivamente o que os que me antecederam já colocaram a respeito do Dr. Jaime Canet. Se Ney Braga foi o grande político, a maior figura política do Paraná, sem dúvida, o maior administrador do Estado foi o ex-Governador Jaime Canet, pelo trabalho realizado, pelo que fez pela modernização do Paraná. A sua trajetória, sempre pautada na ética, na moral e na dignidade, hoje aqui serve para dirimir todas as dúvidas que possam ter surgido quando da convocação do Dr. Jaime Canet. No meu entender, não há necessidade nenhuma de esta Comissão pedir a quebra de sigilo, porque o Governador está à disposição para esclarecer toda e qualquer dúvida que esta Comissão tiver. Queria dizer aqui do orgulho que o Paraná tem da figura de Jaime Canet.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Muito grato. Deixe-me dar um testemunho ao Deputado Eduardo Sciarra, Sr. Presidente. Fui amigo do pai dele, que foi um grande líder rural, fazendeiro, um exemplo de homem, que trabalhou muito para a comunidade e para o desenvolvimento, principalmente de Londrina, onde viveu. Conheci o Deputado guri, de calça curta. Por isso, as palavras generosas já vêm de muito tempo.

Conheci o Deputado guri, de calça curta, quando convivia com o pai dele, que foi um grande amigo, uma grande figura.

Obrigado, meu caro Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Como o Deputado Eduardo Sciarra foi o último a fazer as indagações, indago do Relator se ainda quer fazer alguma solicitação de esclarecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tenho mais nada, mas gostaria de lembrar ao Sr. Jaime Canet, se possível, aqueles dois extratos, apenas para consolidar a posição da Relatoria.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – E as folhas da Declaração de Imposto de Renda no intervalo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Dr. Jaime Canet, gostaria, ao final, de falar duas palavrinhas apenas. Primeiro, o reconhecimento pela tristeza da alma, do início. Mas creio que, ao final, pelo seu depoimento a esta CPMI, tenho convicção de que a alma está um pouco mais aliviada e que talvez tenha sido importante este depoimento, porque V. S^a, comparecendo a uma tribuna do Congresso Nacional, a uma CPMI, pode ter tido a oportunidade de esclarecer, realmente, o início de uma ação, porque V. Ex^a ainda não foi ouvido no Ministério Público do Paraná. Evidentemente, este depoimento terá repercussões no Estado do Paraná.

Da nossa parte, ex-Governador Jaime Canet, quero apenas deixar o registro de que um dos deveres desta CPMI, da mesma forma que é não esconder fatos, é também não produzir violências contra pessoas inocentes.

Gostaria de agradecer o depoimento e o esclarecimento de V. S^a, porque farão com que esta CPMI aprofunde a investigação sobre a necessidade de normas rígidas para se autorizar o funcionamento de instituições bancárias neste País, haja vista que podem ter havido movimentações sem a autorização do titular, em determinadas situações.

Muito obrigado a V. S^a.

Suspendo a reunião por cinco minutos para, em seguida, recepcionarmos o médico José Ricardo Savioli, que será o segundo depoente.

Muito obrigado.

(Suspensa às 12 horas e 25 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao médico José Ricardo Savioli, antes informando que o Dr. José Ricardo Savioli assinou o termo de compromisso, no qual se compro-

mete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso 63 da Constituição Federal.

O termo de compromisso está assinado, e pediria à Secretaria que o autuassee.

Passaria imediatamente a palavra, por trinta minutos, para esclarecimentos, para o médico José Ricardo Savioli, que já está informado do que trata esta CPI, que se refere à evasão de divisas, pela utilização das contas CC5.

V. S^a tem o prazo de cinco minutos.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Exm^o Sr. Presidente, Senador Antero Paes de Barros, Exm^o Sr. Relator, Deputado José Mentor, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, atendendo à convocação que me foi dirigida, compareço a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para prestar os esclarecimentos que estiverem ao meu alcance e que puderem contribuir para o desenvolvimento do trabalho dos Srs. Parlamentares.

Inicialmente, desejo apresentar-me a V. Ex^{as}. Sou médico há 29 anos, atuo na área de ortopedia e cirurgia da mão. Dirijo e sou proprietário, há 25 anos, de uma clínica ortopédica, situada na Avenida Rebouças, na cidade de São Paulo. Realizo os meus atos cirúrgicos nos hospitais São Paulo, Sírio Libanês, Nove de Julho e Oswaldo Cruz.

A intensa dedicação à pesquisa na minha área de especialidade e a produção científica dela decorrente, inclusive com a publicação de vários livros e trabalhos de ortopedia, levaram-me a ser chamado a desenvolver atividades médicas e didáticas em diversos lugares do Brasil e no exterior.

Com intensa atividade junto às entidades da minha classe, tenho exercido ao longo de minha vida profissional inúmeras funções nas entidades de classe, como a Associação Paulista de Medicina, o Conselho Regional de Medicina e a Associação Médica Brasileira.

Ao tomar conhecimento de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem por objetivo a investigação de transferências financeiras efetuadas para o exterior por meio das chamadas contas CC5, procurei levantar toda documentação relacionada às transferências por mim efetuadas. E, antes mesmo de prestar este depoimento, já procedi à entrega a esta Comissão dos principais documentos que reuni.

Com efeito, no último dia 9 do corrente mês de setembro, meus advogados protocolaram petição na Secretaria desta Comissão, juntando cópia dos documentos bancários relacionados às operações e remes-

sas de recursos ao exterior de minha responsabilidade. Além disso, foram entregues à Comissão, por meio da mesma petição de 9 de setembro, as declarações de renda apresentadas à Secretaria da Receita Federal referentes aos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, para verificação, inclusive do devido registro dessas operações financeiras que foram efetuadas.

Neste momento, em aditamento aos documentos já fornecidos à Comissão, procedo à entrega de uma série de extratos bancários que registram devidamente as transferências dos meus recursos para o exterior.

Conforme se pode facilmente verificar por toda essa documentação, nos dias 15, 19, 21 e 26 de dezembro de 2000, foram creditados valores na conta corrente por mim mantida no Banco HSBC, em São Paulo, provenientes de resgates de aplicações financeiras que eu mantinha na mesma instituição financeira nos Bancos HSBC e Alfa. Esses critérios totalizaram o valor de R\$ 2.051.632,60 (dois milhões, cinqüenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

Nos dias 18, 19, 22 e 26 de setembro de 2000, enviei quatro correspondências ao Banco Araucária, em Curitiba, acompanhadas de quatro cheques de minha conta bancária do HSBC, no valor de R\$500 mil cada um. Por meio dessas cartas, autorizava a transferência desses valores para o Banco Surinvest, de Montevidéu, para aplicação desses recursos. Nos dias 19, 20, 26 e 27 de dezembro de 2000, recebi, do Banco Surinvest, quatro correspondências confirmando o recebimento dos valores e o depósito em conta de minha titularidade no mesmo banco.

Ressalto que todos os documentos comprobatórios dessa movimentação financeira já se encontram em posse desta Comissão. Ressalto também que as operações de remessas de recursos ao exterior, além de constarem nas minhas Declarações de Imposto de Renda, a que já referi, foram registradas no Banco Central do Brasil por meio dos documentos de Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior, referentes aos anos base de 2001 e 2002, documentos esses que, neste ato, também passo às mãos da Comissão.

Como se pode constatar pelo exame das Declarações de Renda, o meu patrimônio é perfeitamente compatível com o valor das minhas remessas feitas ao exterior. As Declarações de Renda historiam a origem desse patrimônio e registram, aiém, os mais elevados valores recolhidos por mim a título de Imposto de Renda.

Esse patrimônio, senhores, é resultado da remuneração auferida pelo meu trabalho como médico ortopedista e cirurgião de mão, que tenho realizado há quase 30 anos de trabalho, e que atualmente se

desenvolve principalmente na clínica particular que dirijo e que é de minha propriedade.

Essa clínica, graças ao meu empenho e à minha equipe de mais de 50 funcionários, profissionais da área da saúde que lá atuam, entre médicos e funcionários, goza de excelente reputação, sendo considerada uma das três maiores referências da cidade de São Paulo.

Ao longo de todos esses atos e anos de profissão, atuei junto a diversas entidades de prestação de serviços à saúde, tendo sido, inclusive, Diretor da Unimed de São Paulo durante 12 anos. A Diretoria da Unimed de São Paulo, que hoje se encontra em processo de liquidação extra-judicial, era composta por 15 diretores quando eu entrei.

Posso afirmar, com muita segurança, que as dificuldades que aquela cooperativa enfrentou a partir de 1999 foram ocasionadas principalmente pela edição da Lei nº 9.656, de 1998. Essa lei, que regulamentou os planos de saúde, causou um grande desequilíbrio financeiro não só na Unimed de São Paulo como em um grande número de operadoras que atuavam no serviço de saúde.

Tendo tomado conhecimento do interesse desta Comissão pela situação da Unimed de São Paulo e, a fim de procurar auxiliar o trabalho dos Srs. Parlamentares, procurei levantar documentos que relatassem os principais eventos relacionados à crise daquela cooperativa, que, neste momento, também passo à Comissão.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, prezo imensamente minha honra pessoal e a reputação profissional que construí ao longo de três décadas de trabalho, de exercício na Medicina, e, por isso, tenho total interesse em que todos os fatos relacionados à minha pessoa, que digam respeito ao objeto desta Comissão, sejam pronta e totalmente esclarecidos.

Assim como, ao proceder a entrega das Declarações do Imposto de Renda, fornecidas à Secretaria da Receita Federal, abri mão, voluntariamente, perante esta Comissão, do meu sigilo fiscal, quero declarar que não oferecerei qualquer oposição à quebra de meu sigilo bancário. Nesta data, já estou até mesmo procedendo à entrega de extratos bancários aos senhores.

Reafirmo, ao concluir esta minha manifestação inicial, que as operações de remessas de recursos que realizei para o exterior foram feitas de forma completamente lícita e transparente para as autoridades públicas, tendo sido devidamente declaradas junto à Secretaria Federal e ao Banco Central do Brasil.

Reafirmo, também, que os recursos transferidos tiveram origem na remuneração decorrente da ativida-

de profissional prestada nesses meus trinta anos de trabalho médico.

Fico, agora, à disposição para prestar qualquer esclarecimento, bem como fornecer, futuramente, em razão do exame que certamente será efetuado na documentação que estou entregando à Comissão neste momento, qualquer outra informação que se fizer necessária.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes de passar a palavra ao Relator, gostaria que V. S^a encaminhasse os documentos para que a Secretaria, posteriormente, pudesse autuá-los. Talvez eles possam ser utilizados pelo Relator, o Deputado José Mentor.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, para suas indagações iniciais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. José Ricardo Savioli, nós, da análise daqueles documentos preliminares que o senhor nos entregou por meio do seu advogado, havíamos constatado duas questões que, talvez agora, esses documentos possam até esclarecer. Uma delas é a ausência do registro, no Banco Central, da movimentação no exterior, que o senhor está entregando agora. A outra é que, na descrição do patrimônio, aqui constam títulos de créditos emitidos pela Rainford Corporation S/A, é esse nome mesmo?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Isso mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, na seguinte, quando mudou o formulário, o senhor registra esse investimento no Brasil. Mas pode ter sido um equívoco, então, de anotação.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – De datilografia, é Uruguai. Onde se lê Brasil, leia-se Uruguai.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui, na sua Declaração, consta como sendo no Brasil. É no Uruguai?

O SR. JOSÉ ROBERTO SAVIOLI – É no Uruguai.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma outra questão que chamou a atenção desta CPI...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – É que não entendi, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na Declaração do Imposto de Renda, quando o formulário da Declaração exige a identificação do país onde há o investimento – sem olhar, claro, o registro do Banco Central –, consta aqui o nome dessa empresa que falei e o

investimento no Brasil, está escrito Brasil. Agora, ele está me entregando os papéis que devem comprovar o investimento no Uruguai.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe apresentar para o senhor ver.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – A observação está corretíssima.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu pediria ao senhor que falasse próximo ao microfone para o registro desta CPMI.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Outra coisa que chamou a atenção desta Comissão é que as remessas foram realizadas nos dias 18 de dezembro, R\$500 mil; 19 de dezembro, R\$500 mil; 22 de dezembro, R\$500 mil; e 26 de dezembro, R\$500 mil. E a Agência Nacional de Saúde Suplementar decretou a intervenção na Unimed no dia 21 de dezembro de 2000. Exatamente duas remessas foram em dias anteriores à intervenção e duas remessas posteriores à intervenção. Então, as remessas dos dias 18 e 19 antecederam dois dias à intervenção; e as remessas dos dias 22 e 26, uma, foi no dia seguinte, e a outra, cinco dias depois. Como o senhor disse aqui, participa da Unimed como cooperado e com dirigente.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como dirigente, o senhor responde também com a diretoria, é claro, pelos atos que desenvolveu de gestão; e como cooperado, no caso de falência, se restar, o senhor teria que completar com os outros cooperados a possível falta de recursos.

Tem alguma relação com a remessa e a situação da Unimed?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – A Unimed de São Paulo é uma cooperativa. Se o senhor permitir a correção, não entra em falência, entra numa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Liquidação.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Liquidação extrajudicial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu falei “falência”? Desculpe-me.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Então, acredito que essa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O comunicado está aqui, nº 01/01, de 27 de março de 2000 a publicação; a intervenção da ANS foi em 21 de dezembro de 2000.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Exato. Esse comunicado, com data de 27 de março...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dia 21.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – 21 de março...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, 27 de março foi o Comunicado.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – O comunicado. Nós não tínhamos conhecimento, porque isso foi editado em 27 de março, a empresa já estava sofrendo um acompanhamento econômico-fiscal em dezembro. Tanto é que os senhores dirigentes da Agência Nacional de Saúde só comparecerem à Unimed em fevereiro. Tratava-se de final de ano, nós não tivemos nenhum tipo de informação. Em janeiro, não tivemos nenhum tipo de informação. E, no começo do ano, no começo de fevereiro, esses senhores chegaram para fazer o acompanhamento fiscal. Então, esse momento em que foram feitas as transferências de recursos para o exterior não era do meu conhecimento e também não era do conhecimento dos diretores da Unimed de São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está dizendo que o ato, que foi no dia 21 de dezembro, só foi executado quando?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Tenho uma carta que diz que foi publicado no **Diário Oficial da União** no dia 27 de março.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É verdade. A publicação, sim. Mas a participação da ANS na Unimed é de 21 de dezembro.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Sim. Mas nós não fomos informados disso. Esses representantes da Agência Nacional de Saúde chegaram para fazer esse acompanhamento fiscal conosco, essa direção fiscal, como assim o chamam, somente em fevereiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles chamam de intervenção, mas, na realidade, é um acompanhamento de uma pessoa que fica na Unimed, não é isso?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E só foram em março?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Em fevereiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em fevereiro. Apesar de o ato ser do dia 21 de dezembro. Entre 21 de dezembro e fevereiro, os senhores não receberam nenhuma comunicação?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Não. A empresa funcionou normalmente. Não tinha sido informado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mesmo depois dessa chamada intervenção, ela continuou funcionando normalmente: a diretoria continua dirigindo, só houve o acompanhamento e fiscalização, não é isso?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Exatamente, praticamente sem poder nenhum. O poder estava todo delegado a esses agentes da ANS.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor está me dizendo que, entre 21 de dezembro e uma certa data de fevereiro, a diretoria da Unimed não tinha conhecimento da intervenção?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Não tinha conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O primeiro Parlamentar inscrito, autor do requerimento, é o Deputado Paulo Kobayashi.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Savioli, que vem acompanhado do meu particular amigo e colega de militância política em São Paulo, Dr. Pedro Dallari, na condição de advogado, Srs. Congressistas; Dr. Savioli, na verdade, eu não o conhecia. Embora seja de São Paulo e esteja sempre vinculado à área médica, ora como professor de cursinho que fui durante vinte anos – do Objetivo –, ora vinculado à Comissão de Orçamento, vinculado às questões relativas aos hospitais públicas de São Paulo, à própria Unimed no ano passado – chegamos a ter contado com as dificuldades que a Unimed tinha, na época, com o INSS, com antigas diretorias –, mas pessoalmente não me lembro de tê-lo conhecido. Quando cheguei, fui cumprimentá-lo, e V.S^a me disse: prazer em revê-lo. Por isso queria saber de onde é que nos conhecemos.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Como brilhante professor de cursinho.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Você foi aluno do Objetivo na época, então.

Temos esta CPI e temos todo um corpo de técnicos que acompanham esses trabalhos. Realmente, o aparecimento do seu nome vem em função dos documentos que estão à disposição, da papelada – toneladas de papéis estão à disposição desta CPI. Realmente, um investimento para o exterior na ordem de dois milhões chama a atenção. Chama a atenção pelo volume.

Gostaria que V. S^a falasse um pouquinho sobre a sua vida profissional, que mostrasse a compatibilidade desse patrimônio. Um investimento no exterior de dois milhões exige um patrimônio relativamente bom. Acredito que, na condição de médico, bem remunerado, com clínica e tudo mais... Gostaria que V. S^a confirmasse um pouco mais, perante esta Comissão, a compatibilidade de sua vida profissional com seu patrimônio,

para investimentos desse nível, dessa natureza. Foi isso que chamou a atenção.

Outra coisa é aquilo que o Relator falou e que já ficou bem explicado agora. Ou seja, a coincidência e o envio ter ocorrido simultaneamente ao período em que a Agência Nacional de Saúde Suplementar interveio na Unimed, onde V. S^a era diretor. V. S^a afirmou que foi diretor lá por doze anos?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Por doze anos.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Diretor, na antiga Unimed, tinha remuneração?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Tinha remuneração.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Era bem remunerado em termos de valores, comparado com a sua clínica?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Não, muito distante.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Fico nessas perguntas, Dr. Savioli, porque a Assessoria da Comissão detectou que o valor era um pouco grande, que o período era suspeito. Por isso, nós o chamamos para este depoimento. A preocupação desta CPI não é acusar ninguém. Trata-se de separar o joio do trigo exatamente. Ou seja, quem, naquele período em que o Governo autorizou operações CC5 a partir de Foz do Iguaçu, para Nova York, pelo Banco Araucária, um volume muito grande passou por aquela válvula de escape. Nós sabemos que lá havia também muito dinheiro de operações normais, naturais, honestas, declaradas, justificadas, explicadas. Certamente também havia dinheiro lá resultado de falcatuas, dinheiro irregular. O papel desta Comissão é exatamente, repito, separar o joio do trigo. Por isso é oportuna a vinda de V. S^a para dar explicações. Parece-me que isso já está parcialmente muito bem explicado pelo relatório já lido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Gostaria que V. S^a respondesse às indagações do Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Exm^o Sr. Paulo Kobayashi, essa quantia que eu consegui poupar durante trinta anos foi fruto de dedicação de um trabalho intensivo nos mais diversos segmentos da área da saúde. Tenho mais de trinta trabalhos publicados. Tenho dois livros em outras línguas, fui treinado em alguns países, e isso fez com que eu tivesse coragem e confiança de montar uma clínica prestadora de serviços na área da saúde, de ortopedia e cirurgia da mão. Tive oportunidade de ser assistente de um dos melhores cirurgiões de mão do mundo. Entre 1969 e 1970, ele era um dos três melhores. Naquela época,

falava-se em aproximadamente 40 ou 45 cirurgias de mão na cidade de São Paulo. Vendo que era um segmento muito promissor, comecei a me aprimorar cada vez mais.

No final de 74, 75, dirigi-me aos Estados Unidos; fiquei no Memorial Hospital e peguei uma experiência muito grande com soldados que voltavam dos Estados Unidos, porque eles praticavam a amputação do indicador para não continuar mais em campo de batalha. E a guerra, infelizmente, traz grandes conhecimentos para nós. Eu, oportunamente, acho que soube explorá-los. Montei uma clínica em sociedade com o meu irmão, que, com o tempo, foi crescendo. À medida que o tempo ia passando, as atividades iam surgindo, porque naquela época não se falava em convênio, não se falava em outras atividades prestadoras de serviço. Nós, com um pouco de visão, procuramos nos ajustar ao mercado. Felizmente, como disse nesse comentário inicial, a nossa clínica é referência na nossa cidade e está localizada na avenida Rebouças, entre a Avenida Paulista e a Avenida Faria Lima. Prestamos serviço a todos os segmentos de saúde. Refiro-me a seguradoras, medicinas de grupo, autogestões e à minoria, que são pacientes particulares, hoje mais vindos de outras localizações, outros Estados e cidades, do que propriamente da cidade de São Paulo.

Estive muito ligado à parte de ensino; fui monitor da parte de residentes e ajudei a formar alguns especialistas, tanto na área hospitalar quanto na faculdade. Então, sempre estive ligado à atualização. Pessoas que muitas vezes não fizeram o tratamento conosco iam em busca de uma segunda ou terceira opinião, e isso se transformava num momento de muita tranquilidade e segurança.

O paciente sofre hoje muito desconforto na nossa área de ortopedia. Eles chegam muito machucados, muito feridos, muito traumatizados. São pacientes que sofreram acidentes de moto, capotamentos. Então, muitas vezes, não dá para eles terem essa opção de imediato. No entanto, depois de terem recebido os primeiros, os segundos ou os terceiros socorros, eles vão ao nosso encontro. Acho que hoje temos um serviço qualificado, muito atualizado e somos uma referência nessa cidade. Não sei se consegui responder.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quero saber se o Deputado Paulo Kobayashi gostaria de usar os seus três minutos.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Vou deixar à disposição do Relator, que está acompanhando mais o caso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Relator pede uma questão de ordem. Passo a palavra a S. Ex^a, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Ricardo Savioli, aqui consta mais uma aplicação, registrada inclusive no Banco Central, de 2001, na mesma instituição. O senhor fez outra aplicação em 2001?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Foram feitas em dezembro de 2000.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na sua declaração de Imposto de Renda, em 2000, não consta... Vou relembra-lo. Em 2001, constam R\$645.410,00.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Perfeito Já me recorde.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas duas estão registradas.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Estão registradas. Em ambas as declarações, tanto do Banco Central como na minha receita.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inclusive, mandei checar agora, para ver se não há qualquer equívoco, porque tenho aqui o registro de cinco remessas de 500, nos dias 18/12, 19/12, 22/12 e 26/12, que o senhor aponta. Há uma outra no dia 20/12.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Eu desconheço essa quinta. Tenho a documentação enviada – acho que está aqui presente – de quatro remessas de R\$500 mil cada uma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu mandei a Assessoria conferir, na base, se há algum equívoco, mas no nosso registro constam essas cinco.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Forneço, também, o extrato bancário, com a agência de onde saíram, o número dos cheques e a agência para onde foram, com os bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quanto é essa de 20/12?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – De R\$500 também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós temos aqui um registro de cinco de R\$500, mas, repito, mandei verificar a nossa base de dados, para ver se não houve qualquer equívoco, porque a informação que o senhor nos dá, com a documentação, é a de que foram quatro remessas.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor confirma as quatro. Essa quinta não existe?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Não existe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é a Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho cinco minutos mais três, Sr. Presidente. Posso, então, fazer perguntas durante os oito minutos?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pelo que entendi, o senhor mora em São Paulo.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Exato, sou de São Paulo.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por que, morando em São Paulo, o senhor faz a remessa pelo Banco Araucária, no Paraná? Não há, no Estado de São Paulo, nenhum outro banco para operar, que fez com que o senhor se deslocasse ao Paraná para fazê-la? Deve ter havido deslocamento físico, provavelmente, mas por que fazer pelo Araucária, no Paraná?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Vou lhe responder. É uma boa pergunta, e acredito que vai me dar muita chance de esclarecimento.

Quando comecei a pensar nessa operação, desconhecia totalmente o Banco Araucária; eu estava fazendo negócios com o Banco Surinvest, do Uruguai. Existia um agente financeiro que estava me orientando como podia ser feito. O Banco Surinvest não tem conta, não tem agência no Brasil. Ele tem conta no Banco Araucária. Para que esse dinheiro pudesse chegar ao Banco Surinvest, tive de fazer os quatro cheques nominais ao Banco Surinvest, e ele, por ter conta no Banco Araucária, fez essa transferência de reais por meio do Banco Araucária.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quem era o agente financeiro que o estava orientando?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – O agente financeiro é o Sr. Jorge Verges.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ele é ligado a quê?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Ele era – ou é ainda – ex-diretor do Banco Surinvest.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso lá em São Paulo?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Lá em São Paulo, ele tem sede.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E o Surinvest só tem conta no Araucária, não tem em nenhuma outra instituição?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Eu nunca tive conta no Banco Araucária. Estou comentando que o Banco Araucária...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não estou dizendo isso. O senhor estava fazendo tratativas com o Surinvest?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Exato.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E o Sr. Jorge Verges o orientou a fazer as remessas pelo Araucária, porque era o banco em que o Surinvest tinha conta?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Perfeito.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Surinvest só tinha conta no Araucária, em nenhum outro banco?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Eu não sei onde o banco coloca, onde ele tramita, mas ele me tinha dado a indicação para fazer os quatro cheques. Receosamente, não quis fazer um único cheque, porque... Eu tomei informações sobre como era esse banco e quem eram os seus donos. Depois, fiquei sabendo que o Banco Surinvest é do Banco Mundial, do Unibanco, do HSBC, de um **pull** de bancos muito forte. Quando fiquei sabendo quem eram seus acionistas, me confortou.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Surinvest tem todo esse arcabouço de ligações com bancos. Mas o Sr. Jorge Verges o orientou a fazer pelo Banco Araucária? Por que ele não o orientou a fazer pelos outros?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Não sei por quê. Ele disse assim: você me faz, eu tenho...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor estranhou, portanto, fez em quatro cheques e não em um só?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Exatamente. Porque a primeira vez que estou fazendo...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se o senhor estranhou a ponto de fazer em quatro cheques e não em um só, por que o senhor não estranhou ao ponto de perguntar por que não podia ser feito por outro banco, ao invés de um banco que era absolutamente – imagino, desconhecido para o senhor.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Tomei cautela e tomei zelos, como passava a ser a primeira aplicação de numerários no exterior, não quis fazer um cheque só nesse valor, porque achei que poderia ser perigoso. Então, comecei fracionar essa operação e só emiti a segunda quando tinha recebido informações de que a primeira tinha chegado. Foi esse o caminho.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, o senhor fez remessa nos dias 18 e 19. O senhor só fez o cheque do dia 19, quando foi confirmado que o do dia 18 tinha chegado? É isso que o senhor está dizendo?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – É isso.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Depois 22, aguardou a confirmação e só fez dia 27.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Exatamente.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Foi esse o cuidado. O senhor teve o cuidado porque o Araucária não lhe dava segurança?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Eu não conhecia o Araucária.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor operou com o Surinvest em outras modalidades antes disso?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Depois disso?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E como é que o senhor faz uma operação do Surinvest? O senhor conhecia? Por que o senhor resolveu fazer pelo Surinvest?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Eu estava passando um momento extremamente delicado, pessoal e particular na minha vida, e tinha necessidade de proteger alguns numerários. Conversando com amigos, pensei que esses numerários estariam muito melhor protegidos num outro país do que aqui em São Paulo.

Acontece que...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor tinha feito antes algum outro tipo de remessa?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Nenhuma.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nenhuma. Essa foi a primeira vez que o senhor operou para remeter recursos para o exterior?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Tanto é que tomei todos os cuidados e fui me informar se existia, de fato, essa operação legal. E, após ficar sabendo, por outros bancos, que existia uma nova lei que permitia que se pudesse enviar os seus recursos em reais, fazer transferências de reais para o exterior – e isso era normativo em lei e aprovado pelo Banco Central – eu a fiz.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Aí me causa estranheza, porque essa normativa permitia ao senhor fazer essa remessa legal – como me parece que foi, porque foi declarada em Imposto de Renda – por qualquer banco. Tinham vários bancos autorizados, por que o senhor escolheu o Surinvest e o Araucária? Podia ter feito pelo Banco do Brasil, pelo Banco Itaú, por qualquer banco conhecido. Por que o senhor escolheu o Surinvest e o Araucária?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Eu fui apresentado a esse diretor, a esse gerente financeiro, de nome Jorge.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor foi apresentado por quem?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Por amigos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muy amigos.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Muy amigos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muy amigos, porque lhe mandam ir a um banco, que é um tamborete, porque só tem duas agências. Por que não lhe recomendaram fazer com um banco de estrutura e desconfiança zero?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Talvez porque fosse a minha preferência.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Qual foi o amigo que apresentou o senhor ao Sr. Jorge Verges?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Sou correntista do HSBC.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E por que o senhor não fez pelo HSBC?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – É questão de preferência.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor preferiu trabalhar com um banco desconhecido, para o qual o senhor teve desconfiança suficiente para, ao invés de remeter numa vez só, remeter em quatro?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Excelência, não foi desconhecido, porque antes de eu formular essa transferência, procurei saber o que era esse banco. Quando fiquei sabendo que esse banco era de propriedade de seis ou sete bancos, mundialmente fortes...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Surinvest, tudo bem. Mas por que fazer pelo Araucária?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Porque o Surinvest tem conta no Araucária.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas deve ter provavelmente nos outros bancos que lhe dão sustentação.

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Então não sei por que ele preferiu colocar no Surinvest. É preferência do Surinvest trabalhar com o Banco Araucária.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Qual foi o muy amigo que lhe apresentou o Sr. Jorge Verges?

O SR. JAIME CANET JÚNIOR – Eram pessoas da agência do banco que eu trabalhava, e médicos, amigos, pessoas com quem eu tenho...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agências do banco que o senhor trabalhava. Qual banco? HSBC?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – HSBC.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – HSBC.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Que são...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então o senhor recebeu uma orientação do HSBC para operar pela Surinvest, via Banco Araucária. Foi isto?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Não. Eu acho que devo fazer uma pequena correção. Eles disseram que eu poderia trabalhar com o Banco Surinvest. Que o Surinvest... Eles eram um dos donos do Surinvest. Quando eu fiz os cheques ao Banco Surinvest, a minha remessa, eu não sabia se eles tinham conta com o banco “a”, “b”, “c” ou o Banco Araucária. E eles tinham conta no Banco Araucária. Tanto é que nos meus cheques do HSBC, eles foram colocados como ao portador ao Banco Surinvest, e entreguei ao agente. Esse agente podia ter depositado esse cheque na conta que ele quisesse ou onde eles tivessem banco. Agora, eu não sabia que o Banco Surinvest tinha conta dentro do Banco Araucária.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O meu tempo já esgotou e ainda tenho mais duas questões para fazer, se o Presidente me permitir.

Na sua declaração de Imposto de Renda consta um investimento com o título Rainford Corporation.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Rainford.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Rainford Corporation. O que é isso? E qual o valor?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu tenho mais uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Mas já esgotou o tempo de V. Exª em mais de dois minutos. Então, conclua a pergunta, já que está no meio da pergunta.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já fiz a pergunta. Depois eu tenho uma outra, mas vou me inscrever, Sr. Presidente. É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para fazer a outra pergunta, prefiro me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu sugeriria que V. Exª...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É porque..

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, V. Sª para responder.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas esse procedimento de fazermos todas as perguntas de uma vez, V. Exª há de convir que, em termos de questionamento... Porque, às vezes o depoente cai em contradição, não sabe o que vamos perguntar em seguida. Então, quando fazemos todas as perguntas de uma vez, eliminamos a possibilidade de colocar o depoente em contradição. Tem sido

assim adotado, mas quero dizer que, em termos de questionamento, não é o melhor método. Então, prefiro assim, que ele responda essa história da Rainford, e eu me dou o direito de me inscrever novamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O que ocorre é o seguinte, que esse procedimento foi...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É o que foi adotado. Eu não estou questionando, Sr. Presidente. Mas ele é ruim.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Foi um procedimento individual, inclusive da não reinscrição. Não foi um procedimento que eu estabeleci na Comissão. Foi um procedimento que a Comissão estabeleceu e que estou cumprindo. Inclusive temos adotado o seguinte, em torno de dez minutos...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por exemplo, no da Nicéa, ontem, fizemos diferente. Na terça, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Inclusive agora, V. Exª fez igualzinho ao da Nicéa. Perguntou, respondeu e passamos, ao invés dos oito minutos, fomos além dos dez minutos. Igualzinho ao da Nicéa ontem.

Mas eu pediria que V. Sª respondesse a última indagação.

Seria importante, Senadora, que repetisse a última indagação.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Bom, vou fazer as duas. Quero só dizer que é ruim.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, faça as duas.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Essa história da Rainford Corporation, quero saber o que é, de onde é que veio esse dinheiro, e o que significa esse investimento. E a outra é se houve transferência de patrimônio para algum filho. De quanto, quando e por quê?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Sª pode responder as duas indagações.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Estou em processo de litígio com a minha esposa. Esse processo de litígio vem decorrendo há mais de seis anos. No começo do ano 2000... Não, no começo do ano de 1999, fiz uma doação ao meu filho. Tenho um filho de 23 anos, ele é estudante de Medicina, é quintoanista e estava querendo associar-se a uma clínica radiológica. Eu fiz uma transferência. Eu fiz uma doação. Tanto é que não sabia como eram essas doações. E depois fiquei... Foi começo de 1999, metade de 1999. Eu não sabia que para doações...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Coincide, portanto, com aquelas... É mesma época?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Não. Não coincide.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Da remessa?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A remessa foi?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – A remessa foi...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dezembro de?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Dezembro de 2000.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dezembro de 2000. Em 1999, o senhor fez transferência de patrimônio.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Eu não sabia que tinha que recolher impostos a respeito de doação, tanto é que eu recolhi imposto, é um imposto estadual, e ele foi pago com multa devido a isso.

De resto, tenho mais duas filhas. Uma filha tem um problema seriíssimo de saúde e, lamentavelmente, este é um dos problemas pessoais que comentei no início. Sendo ortopedista, ela tem um dos piores tumores malignos ósseo e, pelas ironias do destino, estou bem atrapalhado com essa patologia que ela tem. E, mesmo sabendo que ela necessitará de recursos para o seu tratamento, eu não fiz nenhum. E por que, hoje, há mais de dois anos e meio, eu não tenho nem conta bancária? Porque a Agência Nacional de Saúde fez o bloqueio dos meus bens, tanto patrimoniais como financeiros.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A transferência foi antes do bloqueio.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Sem dúvida.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Foi perto do bloqueio?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Foi antes.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas bem perto do bloqueio?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Acredito que não.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quando foi o bloqueio?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – À transferência foi pertíssimo do bloqueio, mas o depoente...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ele teve bloqueio de bens e teve transferência de patrimônio para o filho.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está certo...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu estou perguntando se as duas coisas foram próximas, quais foram as datas. Porque é muita coincidência, Sr. Presidente, entendeu? Houve uma intervenção na Unimed, e, dois dias antes e dois dias depois, ele transfere dois milhões. Aí tem um bloqueio de bens, e ele transfere o patrimônio para o filho.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu pediria que o Relator acolhesse essa indagação...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E ele não respondeu essa do Rainford.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Peço que o Relator anote as duas questões para fazer parte...

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Com todo o respeito à Senadora, isso é um outro assunto. Deve até haver uma outra CPI por aí que trate de agências médicas. A nossa é Conta CC5, Operação CC5. Com todo o respeito, não creio ser pertinente ele responder pela família por transferência de posses para filhos e para a ex-mulher. Desde que não tenha feito por CC5, não tem nada a ver conosco. O que tem a ver conosco é que ele mandou para o Uruguai. Aí, sim. Se foi ou não legal ou se mandou para outro país. Fora isso, não é pertinente a esta CPI. Eu até acredito que haja CPIs como esta aqui no Congresso.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas o Rainford, o investimento, sim, porque parece que tem vinculação...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que não estou convencido da resposta de V. Sª, Dr. José Ricardo Savioli, à pergunta feita pelo Deputado Paulo Kobayashi, em relação a como V. Sª constituiu esta grande poupança de R\$2 milhões. O senhor é de família rica?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Média. Meu pai era industrial.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Antes de entrar na Unimed, o senhor já era uma pessoa rica?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Nós sempre tivemos um padrão médio alto.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor vendeu algum patrimônio durante esse período que precedeu o envio dos dois milhões ou dois milhões e meio? Está em dúvida o envio do dia 20/12...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Só para esclarecer... O Relator...

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – A operação estava registrada, mas foi cancelada. São cinco, e uma delas foi cancelada.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Então, desses dois milhões que precederam o envio, V. S^a vendeu algum patrimônio?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Eu tinha alguns flats, e esses flats, em agosto, foram vendidos para uma empresa. Foi por isso que a minha remessa de dois milhões para o exterior chega hoje, na minha declaração de Imposto de Renda, a R\$2,6 milhões.

Essas pessoas que compraram esses flats são uruguaios, e eu fiz essa transação aqui, mas recebi no Uruguai. Elas estão todas descritas em detalhes tanto na minha declaração de Imposto de Renda, a quem foi, quando foi e quanto foi.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quantos flats V. S^a vendeu?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Seis.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Seis flats em São Paulo e vendido para uma pessoa do Uruguai?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – É uma empresa... uma empresa do Uruguai.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Eu queria que V. S^a levasse em conta isso, Sr. Relator, porque considero um dado importante.

Quero dizer que trinta anos... temos praticamente o mesmo tempo de formado... eu também tenho quase trinta anos de formado. V. S^a explicou para o Deputado Paulo Kobayashi, por isso que não me senti satisfeito, a origem de um patrimônio conseguido durante quase trinta anos... V. S^a citou dois livros, trinta trabalhos científicos, é uma pessoa importante na área de cirurgia de mão, mas penso que, hoje, conheço e tenho companheiros que têm esse mesmo tempo de formado, muito mais livros publicados, muito mais, e que tem, muitas vezes, que cumprir outra jornada de trabalho em outra profissão para poder ter uma vida razoável.

E não me senti satisfeito com a explicação que V. S^a deu de que a origem desses R\$2 milhões foi um trabalho de poupança durante trinta anos e que, de repente, encaminha dia 18 de dezembro, 19 de dezembro, 22 de dezembro, 26 de dezembro R\$2 milhões, passando pelo Uruguai. E, coincidentemente, há aí uma intervenção por parte da Agência Nacional de Saúde para uma fiscalização nessa mesma ocasião: 21 de dezembro de 2000.

Pergunto a V. S^a: essa situação da Unimed de São Paulo foi motivo de grande escândalo e com interferência na vida de muitos profissionais cooperados. Existe alguma denúncia de irregularidades ou desvios à época, Sr. José Ricardo Savioli? Corre em segredo de justiça alguma coisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Excelência, que eu saiba, não existe. A Unimed de São Paulo, hoje, estaria com trinta e dois ou trinta e três anos de vida e chegou a prestar serviço a perto de quatrocentas e cinquenta mil pessoas ou quatrocentos e cinquenta mil usuários. Ela era composta por uma rede de cooperados de aproximadamente dois mil e quinhentos a três mil médicos. O que levou a cooperativa a essa situação foi o fato de ter começado a fazer projetos muito grandes, não somente na cidade de São Paulo, como de âmbito nacional.

Logo no início, ela teve a idéia de fazer a remoção aérea. Ela montou uma outra empresa, que tinha que ter os seus parceiros. Não sei se o nobre Deputado tem conhecimento de como funciona a Unimed. Ela é uma pirâmide. Há a Confederação, as federações e tem as singulares. As federações representam os seus Estados. Então, quando resolveu montar esse transporte aéreo, muitas federações do Norte e Nordeste, do Sul, do Centro-Oeste comprometeram-se a fazer parceria e a participar dessa empresa. Então foi um negócio muito vultoso e que esteve, assim, em âmbito nacional.

Em decorrência de problemas políticos e ciuemeiras, a coisa não começou no papel. A Unimed de São Paulo partiu, entrou no investimento, conseguiu um hangar, parte no aeroporto de Congonhas, e foi locando, foi fazendo leasing das aeronaves. E, na verdade, o transporte aéreo não aconteceu.

Essas outras entidades que se prontificaram a trabalhar junto, começaram a procurar o mercado e suas opções – como Líder –, outro tipo de opções para transportar os pacientes.

Nós não fazíamos resgate, fazíamos remoções aéreas. Existe uma diferença muito grande entre se fazer a remoção, em que se está pegando o acidentado em uma estrada ou na...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que contasse o meu tempo, para que eu pudesse dar continuidade à pergunta, visto que sou cooperado e entendo como funciona uma cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, V. Ex^a pode interromper e fazer as perguntas.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Posso interromper? Então, sinto-me satisfeito pela resposta.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Fico à sua disposição. V. Ex^a me interrompa quando desejar.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Eu gostaria que V. S^a, então, me dissesse: V. S^a afirma que não existe nenhuma denúncia de irregularidades ou desvios, à época, por parte da Unimed?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Exatamente. Houve má gestão.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Existe ou não existe?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Não existe, que eu saiba. Existe má gestão.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Má gestão. V. S^a está implicado nesse processo?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Sim. A Agência Nacional de Saúde fez um levantamento, levou isso a conhecimento, nós fomos...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Está bom.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – O senhor quer que eu complete?

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Lógico, lógico.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – A Agência Nacional de Saúde ficou com o processo há um ano. Ela não conseguiu provar nenhum deslize. As empresas que auditaram a Unimed não conseguiram informar nenhum deslize. Esse processo foi à Polícia Federal; a Polícia Federal devolveu esse processo e, agora, estamos sendo solicitados a fazer depoimento na Agência Nacional, na qual, na semana retrasada, fui fazer o depoimento, que consta nesta apresentação dos autos aqui.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Eu gostaria de pedir ao nobre Relator que pudesse solicitar esses processos que correm na Agência Nacional de Saúde, por ventura de má gestão, para que pudéssemos analisá-los e, se necessário, convidar o presidente da Agência Nacional de Saúde para vir a esta Comissão.

Em segundo lugar, o senhor conhece o Dr. Edmur A. Genésio?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Edmur...?

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Genésio.

O Dr. Edmur, por acaso, trabalha com o senhor?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – O Dr. Edmur é um ortopedista que me atendeu quando tive aquela queda e estava impossibilitado de andar, o qual me ofertou um atestado médico, e eu não pude estar presente na primeira convocação.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Trabalha com o senhor, na sua clínica?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Somos colegas.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – São colegas. Trabalha na sua clínica?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Também.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Trabalha na sua clínica?

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Também.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Eu gostaria de dizer, Sr. Relator, que o atestado médico apresentado pelo Dr. José Ricardo Savioli, que vem assinado pelo

Dr. Edmur, que trabalha na clínica, foi o que impediu, pelo CID M54.5, que o Sr. José Ricardo Savioli estivesse aqui presente na data da convocação.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu não me senti satisfeito com relação à explicação para essas origens dos R\$2 milhões, se bem que o Dr. José Ricardo Savioli nos apresentou que vendera seis flats a uma empresa uruguaia.

Então, eu gostaria que se solicitassem esses documentos dessa empresa do Uruguai que adquiriu esses flats, para que possamos saber a data da entrada nas contas bancárias do depoente, Dr. José Ricardo Savioli, para que pudéssemos estabelecer uma relação da origem desses cheques que passaram pelo Uruguai, depositados pelo Araucária, e que estão presentes, hoje, nesta CPMI.

Então, eu gostaria de agradecer, por enquanto, esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, perguntaríamos ao Relator, Deputado José Mentor, se voltará a indagar ao Sr. Savioli.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou, a pedido da Senadora Ideli, repetir a pergunta: que tipo de investimento foi feito na Rainford.

O SR. JOSÉ RICARDO SAVIOLI – Foram comprar fundos, títulos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, consideramos encerrado o depoimento.

Eu gostaria do apoio da Comissão para votar aqui dois requerimentos: um é o requerimento feito hoje. Creio que poderíamos deixá-lo aprovado, com exceção, talvez, de não chamar quem já depôs, como o Sr. Alberto Dalcanale Neto, porque esse senhor pode até ser reinquerido depois de ouvidos os outros dois nomes que estão sendo sugeridos pelo Dr. Hélio, que são os Srs. Fernando Peixoto e Reinaldo Peixoto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Relator tem parecer favorável.

Em função do requerimento da Deputada Iriny, considero fundamental aprovarmos esse requerimento hoje, porque, aprovado esse requerimento, nós nos reuniremos logo em seguida com o Relator para já organizarmos a semana seguinte de depoimentos. Entendemos que alguns desses depoimentos são fundamentais para a seqüência desta CPMI.

Então, a Deputada Iriny requer, com base no art. 58 da Constituição e da Lei nº 1.579, a convocação das pessoas abaixo relacionadas para prestarem de-

poimentos junto a esta CPMI: Enéas Leite Fonseca, Mário Lamosa, F. Antoine Tranbusli, Maurício Abreu Muradi e Eldídio Duarte Ferreira.

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência declara que a próxima reunião será na terça-feira, às 10 horas, com a oitiva dos gerentes do Banestado que não puderam fazer o depoimento no dia de ontem.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Aprovamos os requerimentos da constituição das subcomissões. Então, quero saber quando as subcomissões serão instaladas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vamos nos reunir hoje com o Deputado Mentor e deliberar, a partir de amanhã, para designar as Comissões. Hoje, designaremos as comissões e, a partir de amanhã, as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares tomarão conhecimento para quais locais cada Parlamentar foi designado e quem é que será ...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A tarefa de casa será dada em seguida. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Exatamente.

Então, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h55min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 29ª Reunião, realizada 23 de setembro de 2003.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas e cinquenta e um minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Rodrigo Maia, e ainda com as presenças dos Senadores, Romeu Tuma, José Jor-

ge, Reginaldo Duarte, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Serys Silhessarenko, Jefferson Peres, João Batista Motta, Heráclito Fortes, Leonel Pavan João Alberto Souza e os Deputados, Eduardo Valverde, Iriny Lopes, José Mentor (Relator), Eduardo Sciarra, Robson Tuma, Edison Andrino, José Borba, Custodio Mattos, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, Gilberto Nascimento, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, Antonio Carlos Biscaia, Dr^a. Clair, José Rocha, Moroni Torgan, Bispo Rodrigues, e Sérgio Miranda e os parlamentares não membros Colbert Martins, Leo Alcântara, Roberto Balestra e José Divino reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN **“COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”**. A Presidência informa que a presente reunião tem por objetivo ouvir as exposições dos senhores Eraldo Ferreira, ex-Funcionário do Banestado em Curitiba, Ricardo Franczyk, ex-funcionário do Banestado nas Ilhas Cayman, Valdir Antônio Perin, ex-funcionário do Banestado de Nova Iorque e Valderi Werle, ex-funcionário do Banestado de Foz do Iguaçu, e indaga aos Senhores Parlamentares se há necessidade da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. A presidência concede a palavra, pela ordem, aos Senhores Deputado Robson Tuma, Deputado Gilberto Nascimento, Deputado Edison Andrino, Senadora Ideli Salvatti, Deputado José Rocha e Deputado Dimas Ramalho. A presidência convida o Senhor Eraldo Ferreira a tomar assento à Mesa, informando que o depoente assinou o termo de compromisso comprometendo-se a dizer a verdade nos termos da Lei. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre sua vida funcional. Usam da palavra para interpelar o depoente o Senhor Relator, Deputado Dimas Ramalho, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Edison Andrino, Deputada Iriny Lopes, Deputado Gilberto Nascimento, Deputado Eduardo Valverde e Deputado Dr. Hélio. Assume a Presidência o Senhor Deputado Edson Andrino. Usam ainda da Palavra, o Deputado José Rocha e a Deputada Dra. Clair. Assume a presidência a Deputada Dra. Clair e passa a palavra ao Senhor Relator para os questionamentos finais. A seguir, a presidência agradece ao depoente informando-o de que deverá permanecer nas dependências da Casa até o término da presente

reunião e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberto os trabalhos, a presidência convida o Senhor Valdir Antônio Perin, ex-funcionário do Banestado de Nova Iorque a tomar assento à Mesa, informando que o depoente assinou o termo de compromisso comprometendo-se a dizer a verdade nos termos da Lei, passando a seguir a palavra ao Senhor Relator para os questionamentos preliminares seguido pelos senhores Deputado Eduardo Valverde, Senadora Ideli Salvatti, Deputada Iriny Lopes, Deputado Gilberto Nascimento, Deputado Dimas e o Senhor Relator para os questionamentos finais. A seguir, a presidência agradece ao depoente informando-o de que deverá permanecer nas dependências da Casa até o término da reunião e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberto os trabalhos, a presidência convida o Senhor Valderi Werle, ex-funcionário do Banestado de Foz do Iguaçu a tomar assento à Mesa, informando que o depoente assinou o termo de compromisso comprometendo-se a dizer a verdade nos termos da Lei. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre sua vida funcional. Usam da palavra para interpelar o depoente o Senhor Relator, seguidos pelo Deputado Moroni Torgan, Deputado Eduardo Valverde, Deputado Dimas Ramalho, Deputada Iriny Lopes e Deputado Gilberto Nascimento. A seguir, a presidência agradece ao depoente informando-o de que deverá permanecer nas dependências da Casa até o término da reunião e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberto os trabalhos, a presidência convida o Senhor Ricardo Franczyk, ex-funcionário do Banestado das Ilhas Cayman a tomar assento à Mesa, informando que o depoente assinou o termo de compromisso comprometendo-se a dizer a verdade nos termos da Lei. Com a palavra o depoente faz um breve relato sobre sua passagem naquela localidade. Usam da palavra para interpelar o depoente o Senhor Relator, passando a palavra aos demais inscritos: Deputado Dimas Ramalho, Deputado Gilberto Nascimento, Deputado Moroni Torgan e o Deputado Eduardo Valverde. A seguir, a presidência agradece ao depoente informando-o de que deverá permanecer nas dependências da Casa até o término da reunião, informando que a presente reunião passará a ter caráter reservada para acareação dos depoentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar eu, **Francisco Nauriães Barros**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Declaro aberta a 29ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de

Inquérito, criada pelo Requerimento nº 05, de 2003–CN, “com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à exposição dos senhores Eraldo Ferreira, ex-funcionário do Banestado em Curitiba; Ricardo Franczyk, ex-funcionário do Banestado nas Ilhas Cayman; Valdir Antônio Perin, ex-funcionário do Banestado em Nova Iorque; e Valderi Werle, ex-funcionário do Banestado em Foz do Iguaçu.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 18, cuja cópia encontra-se distribuída.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que estão de acordo com a dispensa da leitura da ata queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Dispensada a leitura da ata.

O SR. ROBSONTUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSONTUMA (PFL – SP) – Antes de V. Ex^a compor a Mesa com os senhores que vêm fazer a exposição, peço a palavra para uma questão com um teor de reclamação.

Primeiro, quero comunicar a V. Ex^a e aos demais membros que apresentei um requerimento de convocação do ex-Presidente e de ex-funcionários do Banco Cidade, a partir do depoimento da D. Nicéa Pitta do envolvimento em formação de contas irregulares.

Segundo, há algumas coisas que têm me preocupado, Sr. Presidente. Fiz um requerimento convocando aquele Procurador que foi citado como tendo a esposa funcionária do Banestado. Foi pedido para que não se votasse o requerimento no dia em que foi apresentado, a fim de que lêssemos o documento encaminhado pelo Ministério Público, por ele mesmo, esclarecendo o fato, mas até hoje não recebi os documentos a respeito desse fato. Sou um homem justo, se cometi uma falha ao julgá-lo por considerar uma atitude irresponsável dirigir um inquérito sobre a empresa à qual a sua esposa pertencia – aquela instituição financeira –, quero me redimir; mas, se não, quero trazê-lo aqui para que nos esclareça por que fez aqueles comentários e por que aceitou fazer essa investigação, já que, em tese, era suspeito. Mas até hoje nada recebi da Comissão, mesmo tendo cobrado. Não recebi ainda da Comissão

cópia de nenhum documento – e não falo dos documentos reservados, mas dos documentos abertos –, apesar de vê-los, muitas vezes, publicados nas páginas de jornais e revistas do nosso País.

Sr. Presidente, minha angústia não pára por aí. Várias pessoas físicas e jurídicas de grande porte do País foram citadas e nenhuma ainda veio aqui depor. Ainda chamamos curadores e funcionários dos bancos responsáveis por algumas áreas, mas aqueles do propinodo, empresas grandes, instituições financeiras, por intermédio dos seus representantes legais, não foram chamados, a não ser o Banco Araucária. E os outros? Onde estão os outros?

Hoje, recebo das ruas uma cobrança, e o mesmo deve ocorrer com os nobres pares que aqui estão. Não são contra, talvez, parar a CPI e se formarem aqui algumas subcomissões, para ficarmos analisando os documentos e acompanhando a investigação do Ministério Público. Talvez não fossem contra isso, mas, se formos aqui realmente investigar, se formos tentar chegar a conclusões importantes e não só acompanhar o Ministério Público, temos que tomar ações enérgicas, que não estamos tomando. Há convocações que são canceladas, e isso me preocupa muito.

Sr. Presidente, termino a minha reclamação com uma profunda tristeza. Aprovamos um pré-calendário. É claro que numa Casa política todos os pré-calendários são factíveis de mudanças. Mas sou um Parlamentar titular desta Comissão. Recebi a convocação de uma reunião extraordinária para segunda-feira – ontem, portanto – ontem mesmo. A missão me chamava. Imediatamente, cancelei vários afazeres no Estado de São Paulo, entre eles uma entrevista que daria a um programa às 11 horas da noite e o compromisso de comparecer ao aniversário do meu time, o Corinthians. Adiei todos os meus compromissos, Sr. Presidente, para vir a esta Comissão, já que fui convocado, mesmo isso tendo ocorrido – o que considero uma falta de respeito – no dia da reunião. Isso ocorreu em outras ocasiões, e expus o meu repúdio em relação a isso. Não sou contra a marcação de reuniões extraordinárias, desde que haja tempo hábil para os Parlamentares a elas comparecerem.

Posteriormente, quando ia ao aeroporto de São Paulo pegar o voo das 16 horas, fiquei sabendo que a reunião das 18 horas tinha sido cancelada e outra havia sido marcada para as 20 horas. Mudei meu voo para as 18 horas, para chegar aqui às 20 horas. Quando novamente ia ao aeroporto, recebi a notícia de que a reunião tinha sido cancelada.

Sr. Presidente, é lamentável que se marquem reuniões para o mesmo dia, sem tempo hábil para que os Parlamentares possam comparecer a essas reuni-

ões. É profundamente triste. Têm me deixado muito magoado alguns fatos ocorridos na Comissão, e fica aqui a minha reclamação. Não sei se sou o único Parlamentar que passou a angústia de ir para o aeroporto duas vezes e, ao final, a reunião ter sido cancelada, mas tenho a certeza absoluta de que todos, no fundo, têm uma amargura e querem dar um esclarecimento profundo à Comissão, a nossa Casa, ao Legislativo e a todo País.

Sei que o Sr. Presidente, V. Ex^a, que tem sido o Vice e é o representante do nosso Partido na Mesa Diretora, o Relator e a Assessoria têm feito todos os esforços, mas não podemos, devido a algumas falhas, prejudicar todo o trabalho desenvolvido por esta Comissão. Até hoje, por exemplo, estamos aguardando a nomeação dos membros das subcomissões que foram votadas. Além de outros fatos ocorridos aqui que não vou citar, porque alguns aconteceram em reuniões reservadas e, obviamente, tenho que respeitar o sigilo.

Tentei evitar fazer este manifesto em público, mas como não foi realizada a reunião de ontem, que seria reservada, segundo notícia que eu tinha, tenho que fazê-lo agora, para não passar o tempo de minha angústia e para que esta Comissão não cometa mais erros, às vezes pequenos, mas que podem pôr em dúvida o trabalho de nossa Comissão.

Obrigado.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Tem a palavra o Deputado Gilberto.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Sr. Presidente, entendo que cabe razão ao nobre Deputado Robson Tuma. Já começamos a ser cobrados nas ruas, e essa também é a nossa grande preocupação. No momento em que se instalou esta Comissão, criou-se uma expectativa muito grande de que ela dê, pelo menos, respostas à opinião pública. E o que observamos é que nós, como membros efetivos da Comissão, não podemos dar essas respostas às pessoas que nos cobram no dia-a-dia.

Sr. Presidente, o nosso Presidente efetivo, que tem feito um grande trabalho, não está aqui hoje e deve ter um motivo, que ainda não sabemos, porém, tendo em vista a presença de V. Ex^a e do nobre Relator, poderíamos formar as subcomissões. Há uma série de pessoas para serem ouvidas, que poderiam depor em seus próprios Estados. Observamos, e é também a nossa preocupação, que o tempo está passando muito rápido. Daqui a pouco, chegamos aos 90 dias, prorrogamos por mais 90 e, infelizmente, o nosso tempo não vai dar sequer para ouvir as pessoas. Por isso, entendo que as subcomissões seriam de grande im-

portância, porque poderiam estar ouvindo pessoas que estão presas, pessoas que estão nos seus Estados. Se ficarmos na expectativa de trazer todos para depor, o nosso calendário vai ficar muito apertado.

Portanto, deixo essa preocupação nas mãos de V. Ex^a para que, se possível, ainda hoje, antes do término desta reunião – claro, temos que ouvir os quatro depoentes que estão vindo –, pudéssemos, pelo menos, ter a sinalização e a formação das subcomissões para que as nossas tarefas possam ser definidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Com a palavra o Deputado Edison

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Com relação à preocupação trazida anteriormente pelos dois Deputados que me antecederam, já tivemos oportunidade de colocá-la ao Presidente desta Comissão há três ou quatro reuniões atrás.

Na realidade, às vezes, escutamos críticas que esta CPI vai dar em pizza. Particularmente, não acredito nisso. Creio piamente no Relator e no Presidente, mas não podemos dar margem para que isso seja trabalhado. Veja V. Ex^a que eu também, em Florianópolis, na Lagoa da Conceição, cheio de compromissos, recebi um convite para ontem às 18 horas. Na vinda para Brasília, passando por São Paulo, recebi um recado que dizia que a reunião seria às 20 horas. Quando cheguei aqui, não era nem às 18 horas nem às 20 horas. Semana passada, tivemos uma reunião marcada, se não me engano, para as 11 horas da manhã; ficamos eu e o Senador Pedro Simon esperando durante uma hora e meia, e ela não começou.

É claro que deve haver algum motivo para que essas coisas estejam acontecendo. Pelo convite que recebi, a reunião de ontem era para tratar de um assunto importantíssimo, o qual deveria ser tratado internamente pelos Deputados e Senadores. Até agora não sei que assunto seria esse. Solicito à Presidência – e, na ausência do Presidente titular, solicito a V. Ex^a – que, à tarde, após esta audiência pública, possamos fazer uma reunião desta Comissão com os assessores técnicos.

Ontem, vi um jornalista pegar uma folha de papel onde constava um número enorme de nomes. E ele dizia que existiam 200 nomes de políticos envolvidos na CPI do Banestado. Não sei quais são esses nomes e sou da CPI. As pessoas me questionam na rua e eu não sei nada. De onde vaza isso?

Portanto, Sr. Presidente, seria importante uma reunião dos Deputados e Senadores que compõem esta CPI, juntamente com os assessores técnicos que estão fazendo esse levantamento técnico, para que possamos, então, tomar conhecimento do que está sendo

levantado e, em cima dos dados levantados, traçar o rumo da CPI daqui para frente, porque não sabemos, realmente, quais são os dados levantados. Penso que é hora de Deputados e Senadores tomarem conhecimento do que já foi levantado, dos documentos que chegaram dos Estados Unidos, dos documentos que chegaram aqui do Brasil, do Paraná e de outros locais, que já foram requeridos por esta Comissão, enfim, fazermos uma radiografia de como nos encontramos e dos documentos que temos para que possamos dar um rumo definitivo a esta Comissão.

É o requerimento que faço a V. Ex^a, que esta reunião aconteça hoje ou amanhã, até mesmo antes de continuarmos a ouvir outras pessoas em audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Deputado, informei que a Senadora está escrita antes de V. Ex^a. V. Ex^a falará depois.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – V. Ex^a já está inscrito, não sou cego, e vai falar depois da Senadora. Mas não fale: “Inscreva-me”. V. Ex^a é Parlamentar como eu. Fale: “Por favor, inscreva-me”. Não sou seu funcionário.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nem eu tanto sou funcionário de V. Ex^a. Portanto, peço que me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Respeitem V. Ex^a também.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, me inscrevi não para falar do andamento dos trabalhos da CPI, mas também porque penso ser necessário fazer uma reunião interna de trabalho. Inclusive, penso que não contribui fazermos essas tratativas, quando temos depoimentos para serem ouvidos. Mas estou de pleno acordo que possamos, ao término dos depoimentos, ter uma reunião para os encaminhamentos.

Mas o que me levou a pedir a palavra pela ordem é uma outra questão. Numa das últimas reuniões que tivemos, de aprovação de requerimentos, causou uma certa polêmica o caso de um requerimento que apresentei solicitando informações ao Supremo Tribunal Federal a respeito de uma carta rogatória do Governo da Alemanha, relacionada a investigações realizadas em Santa Catarina, com a atuação de casas de câmbio. Segundo essas investigações, na Alemanha há 98 milhões de euros bloqueados e as autoridades alemãs exigem a entrega dos documentos da investigação, ou seja, a carta rogatória é exatamente no sentido de que possam ser encaminhados às autoridades alemãs os

documentos da investigação que deu margem ao pedido de bloqueio.

Infelizmente – por isso precisaríamos ver como vamos agir –, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Maurício Corrêa, negou o pedido do Ministério Público da Alemanha. Agora, há uma solicitação da Procuradoria-Geral da República, que não se conformou com a sentença do Presidente do Supremo e que pediu, em 09 de agosto, que o Ministro Maurício Corrêa reconsiderasse sua posição e que o recurso, o agravo de instrumento interposto em 06 de setembro, seja submetido a exame do Colegiado da Corte.

Portanto, apesar de termos todo o cuidado na relação entre um Poder e outro, ou seja, entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, parece-me que não podemos deixar de intervir nesse caso. Como já disse, não é pouco dinheiro. São 98 milhões de euros bloqueados durante um determinado prazo, pois o governo alemão não faz bloqueio por prazo indeterminado.

Como se trata de documentação em processo judicial, que, portanto, não corre em segredo de Justiça, não há nenhum cabimento em que não seja enviada ao governo alemão para que esse dinheiro possa ser repatriado ao Brasil.

Estou trazendo essas informações, Sr. Presidente, porque houve polêmica sobre a responsabilidade da CPI, sobre como ela vai interceder junto ao Poder Judiciário, mas é do absoluto interesse desta CPI, inclusive objeto de investigação nosso, essa questão de recursos que foram remetidos de forma ilegal e que podem, inclusive, ser repatriados.

Gostaria de acrescentar esse tipo de informação para que possamos deliberar sobre que tipo de procedimento vamos adotar com relação ao Supremo Tribunal Federal nesse caso.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Senadora, antes é importante sabermos se o Brasil tem relações com a Alemanha nesse sentido, para não corrermos risco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Iremos analisar.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero me posicionar com relação à questão do horário. A Comissão tem que seguir o calendário e cumprir os horários determinados para a realização dessas reuniões, os quais foram aprovados por todos os Srs. Parlamentares. Temos horário e calendário aprovados.

Essa é a minha solicitação e a minha posição neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, sou um dos mais otimistas desta Casa com relação ao sucesso da CPI, mas a minha preocupação é com relação ao fator tempo. No meu entender, acho que é possível trabalharmos de maneira paralela, até porque há uma Comissão técnica e pessoas credenciadas, que poderiam estar trabalhando com o intuito de, ao analisar a documentação, tirar a linha de investigação, para que a CPI possa tomar algumas decisões.

Estamos completando noventa dias de investigação e, além daquela viagem a Nova Iorque, estamos ouvindo testemunhas. No entanto, bom seria se nesses noventa dias já tivéssemos alguma coisa de concreto, como o recolhimento de tributos que foram sonegados; prisão de sonegadores que evadiram recursos do Brasil; quebra de sigilo fiscal, da qual se tirassem informações que levassem à origem ilícita de recursos; quebra de sigilo telefônico, com a qual se pudessem fazer ligações entre uma remessa e o remetente, o laranja que remeteu e a pessoa que recebeu no exterior; enfim, há uma série de ações que poderiam estar sendo movimentadas pela própria CPI que não fosse tão-somente ouvir testemunhas, ouvir depoimentos, que é um fato importante, mas não podemos limitar nossa ação a simplesmente ouvir o depoimento de pessoas.

Noventa dias já é um período relativamente razoável para que tenhamos alguma coisa de concreto em mãos, até porque há uma cobrança muito forte – e faço coro com meus colegas aqui – por parte da população. Assim, o instrumento da CPI não pode ser substituído, tem que efetivamente trazer algum resultado para ressaltar esse instrumento de investigação, que é um instrumento do Poder Legislativo de amplo alcance na sociedade e, portanto, tem que trazer algum resultado.

Inicialmente, na última semana, repensei o fato de pedir renúncia da CPI, em função do pouco resultado que vem apresentando, mas, ouvindo algumas pessoas, resolvi mudar de opinião e continuar na CPI. Inclusive, conversei com outros colegas que também tiveram a mesma intenção de renunciar e pedir a substituição.

Então, são essas as considerações que faço. Daqui até o final de novembro, e com a prorrogação, espero que tenhamos um resultado mais concreto, com mais efetividade nos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Presidente, secundando as palavras dos Parlamentares que me antecederam, gostaria de dizer que confio na direção desta CPI, no Presidente Antero Paes de Barros e em V. Ex^a como Vice-Presidente, no Relator

José Mentor, assim como em todos nós. O que nos preocupa, Sr. Presidente, é exatamente a direção que queremos dar para chegar a resultados objetivos. Já temos documentos que, com certeza, apontarão para pessoas, empresas, empresários, enfim, entidades que enviaram dinheiro para o exterior de maneira irregular e, mais que isso, que retornaram com esse dinheiro. Inclusive, lembro-me do requerimento do Deputado Valverde sobre algumas contas que vão dar pistas necessárias. Sei também que da viagem aos Estados Unidos resultaram documentos importantíssimos para esclarecer essas questões.

Ocorre, Sr. Presidente, que a todos os lugares que comparecemos para discutir a reforma da previdência, a reforma tributária, o primeiro assunto a ser levantado para nós, Parlamentares desta CPI, é o seguinte: “E a CPI?” Hoje, o jornal de Araraquara diz o seguinte: “Deputado diz que CPI não acabará em pizza”. Eu, que fui discutir a questão da reforma tributária com os jornalistas, não fui perguntado em relação à questão de tributos, de ICMS; todas as perguntas foram em relação à CPI do Banestado, para mostrar a dimensão que isso toma em todo o Brasil e, evidentemente, também no Estado de São Paulo. Então, o jornal de hoje, de Araraquara, **Folha da Cidade**, repercutiu uma entrevista que dei à **TV Bandeirantes**, de Ribeirão Preto. E o tema é este: CPI.

O que estou propondo nesse sentido é que haja uma agilização das subcomissões, para que possamos otimizar o nosso tempo nas inquirições. Hoje vamos ouvir quatro pessoas importantes, mas teremos apenas cinco minutos para que possamos inquiri-las, o que, realmente, é um tempo pequeno. Sabemos que, pelo número de Parlamentares, não dá para ser mais do que isso. Portanto, a divisão em subcomissões e a seleção dos documentos mais importantes para que, a partir daí, possamos ter uma ação efetiva é muito importante.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que apelo para que façamos isso o mais rápido possível, porque o tempo corre contra a CPI, e favorece apenas as pessoas que cometeram ilícitos.

Lembrando também, Sr. Presidente, que, no Paraná, há uma CPI que está avançada, está praticamente terminando, com dados importantes. E esta CPI Federal deve, mais do que nunca, tomar esse rumo de investigação definitiva e trazer aqui pessoas que são realmente os grandes doleiros, os grandes empresários e pessoas que contribuíram para essa evasão lamentável de divisas.

Esta CPI, de todas as que estão ocorrendo aqui, é a que está merecendo uma atenção maior. Muitos apostam que não chegaremos a nada. Os documen-

tos que já temos mostram o contrário, ou seja, que chegaremos sim. O que nós queremos é agilidade e respeito ao calendário e aos horários.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero registrar rapidamente duas questões.

A primeira delas é que, na sexta-feira, pela manhã, o Presidente Antero e eu realizamos uma reunião longa, em que várias das questões que estão sendo colocadas aqui foram debatidas, inclusive a prorrogação dos trabalhos da CPI. A proposta foi de que iríamos discutir parte delas na reunião de ontem. E outras, que estão aperfeiçoando investigações que estão em curso e que foram deliberadas em reuniões reservadas, continuarão sendo tratadas dessa maneira.

A sugestão da reunião na segunda-feira partiu do Presidente Antero, com a minha concordância. Eu também fui avisado do adiamento para 20 horas, no aeroporto. Remarquei a minha passagem e fui avisado, no aeroporto, de que a reunião havia sido desmarcada. Tanto é que falei com o Deputado Rocha por telefone, confirmando a reunião às 18 horas. Ele e o Deputado Paulo Kobayashi tiveram a delicadeza de me ligar.

Hoje pela manhã, eu soube, por um telefonema do Presidente, do motivo. Trata-se de um problema pessoal, a filha do Senador deu à luz ontem e teve um pequeno problema. S. Ex^a me informou disso hoje de manhã – por volta de 9 horas e 30 minutos – e disse que não poderia estar aqui hoje, inclusive. Disse que já havia falado com o Deputado Rodrigo Maia. É um motivo de força maior, perfeitamente compreensível. Não há nenhum problema. Compreendemos essa situação. Com certeza, não é porque a reunião não se realizou ontem que a linha de investigação, a estrutura da Comissão e seus objetivos serão maculados.

Com relação às comissões, elas estão praticamente concluídas, fechadas. Mas há, Presidente Rodrigo Maia, duas ou três delas com uma demanda maior do que a que estabelecemos no critério. Assim, preciso conversar hoje com dois ou três Parlamentares para resolver isso. Estabelecemos um critério, para não sermos injustos nem casuísticos, em função do qual duas ou três dessas comissões estão com demandas maiores do que o critério estabelecido.

Por último, Presidente, na reunião de sexta-feira, deliberamos criar mais duas ou três outras comissões para casos que estão em andamento e que também merecem esse tratamento.

Portanto, entendo que é uma circunstância de força maior a ausência do Senador Antero, que tem motivo justificado. Temos que ter a tranquilidade de

continuar trabalhando, investigando e aprofundando nossos trabalhos.

As comissões já estão deliberadas. Ou seja, as cinco que já haviam sido deliberadas e mais duas ou três que serão aprovadas, com certeza, na reunião de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Antes de convidar o primeiro convocado, Dr. Eraldo, quero dizer ao Deputado Edison que a relação dos possíveis políticos foi apresentada numa reunião secreta, pelo Procurador. Todos participaram dela. Essa é a única lista que tem duzentos ou trezentos nomes.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Segundo o que ouvi pela televisão, ontem, trata-se de uma lista recente, vazada por membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Isso não confere com a informação que temos.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Seria interessante, Sr. Presidente, que fizéssemos uma reunião da Comissão com os assessores, para saber o que há de novidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – A documentação está à disposição da Comissão, no cofre. A reunião é relevante.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Acho que o Deputado Andrino tem razão. Eu só discutiria com V. Ex^a o momento de realizar essa reunião. Porque nós estamos ainda no início da análise dos documentos que vieram de Nova Iorque. São muitos documentos e não concluímos ainda essa análise. Assim, V. Ex^a tem razão e, no momento adequado, faremos uma reunião e todos saberão o que a assessoria técnica está concluindo. Isso não impede que cada membro da CPI faça suas observações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Para informar à CPI, o Banco do Brasil promoverá, nos dias 1º e 2 de outubro, o Primeiro Seminário Internacional sobre Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. O convite foi feito a todos os membros da Comissão, os que tiverem interesse basta comunicar à Secretaria da Mesa.

Convido o Sr. Eraldo Ferreira.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, enquanto o Sr. Eraldo se encaminha à mesa, se V. Ex^a me permitir, vou fazer uma colocação. A nossa preocupação é que são muitos documentos. E, sendo muitos documentos, não adianta a assessoria fazer uma triagem – com toda a confiança e respeito que temos por ela – do que é ou não importante. Seria interessante que, à medida que eles fossem olhando, dada a exiguidade de tempo dos Parlamentares, eles nos comunicassem, em reunião reservada, o que

existe, para dizermos o que pensamos, no coletivo dos Parlamentares, importante ou não para continuar a linha de investigação. Essa é a minha preocupação e, acredito, de todos os Parlamentares aqui, porque todos se manifestaram nesse sentido. Então, que não seja feita apenas uma ao término do exame dos documentos. Que sejam feitas reuniões gradativamente, na medida em que os documentos são analisados. É claro, cada Parlamentar, dentro de sua linha de ação, de seu interesse na investigação, manipula e examina o documento e, obviamente, convoca aqueles que achar importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Antes de passar a palavra ao Sr. Eraldo Ferreira, anuncio que S. S^a assinou o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

Passo a palavra ao Sr. Eraldo Ferreira.

O senhor tem 30 minutos para a exposição, caso queira dizer algo.

O SR. ERALDO FERREIRA – Coloco-me à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi funcionário do Banestado. Gostaria que o senhor descrevesse quais foram os cargos e o período em que o senhor exerceu as suas funções.

O SR. ERALDO FERREIRA – Entrei no Banestado em 1974, como contínuo. Galghei alguns cargos secundários, até que passei no concurso para Gerente de Negócios de Câmbio e assumi a gerência em Maringá, em 1991. Após um ano em Maringá, fui transferido para Curitiba como Assistente Gerencial. De Curitiba, fui para Ponta Grossa como Gerente de Negócios, onde fiquei mais um ano, em 1995. Em 1996, saí do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou na agência de Nova Iorque?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não fez nenhuma operação na agência de Nova Iorque?

O SR. ERALDO FERREIRA – Quando estive na Agência 15, como Assistente Gerencial, assinei alguns documentos como administrador de Nova Iorque, embora nunca tenha estado nessa agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi a motivação? Por que o senhor assinou esses documentos?

O SR. ERALDO FERREIRA – Fui orientado a abrir contas para clientes do banco, em dólares, na Agência 15 de Novembro. E, ao abrir essas contas, eu dava um recibo de depósito, timbrado, da agência

de Nova Iorque, e assinava como se fosse Gerente Administrativo daquela agência. Por orientação da Diretoria de Câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi o diretor que orientou o senhor a agir assim?

O SR. ERALDO FERREIRA – Foi a Assessoria do Diretor que me orientou: o Sr. José Luís Boldrini, a Sr^a Rosemarie do Rossil Kylrato Viana e o Sr. Gastão da Fonseca de Abreu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles eram diretores ou assessores?

O SR. ERALDO FERREIRA – Assessores do Diretor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E eles tinham poderes para determinar?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor podia descrever como é que se dava essa operação?

O SR. ERALDO FERREIRA – A partir de 1993, quando assumi a Assistência Gerencial da Agência 15, fomos orientados a visitar as agências da região metropolitana de Curitiba para oferecer as contas, em dólares, em Nova Iorque, para os clientes do Banestado que desejassem abrir contas em dólar. Essas contas seriam remuneradas e receberiam sigilo absoluto e a garantia do Banestado.

Nós fizemos um cronograma de visitas, eu e a D. Rosemarie, e oferecemos essas contas para o corpo gerencial das agências. A partir daí, os gerentes me ligavam da Agência 15. Eu saía com a minha pasta e com os documentos de Nova Iorque, e abria as contas para os clientes, recebia os dólares deles, dava o recibo e transferia esses dólares para Nova Iorque, por intermédio de casas de câmbio. Essa era a metodologia de abertura de contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como se dava a transferência pela casa de câmbio?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu entregava os dólares na casa de câmbio que tinha conta conosco em Nova Iorque, e ela, por meio de cabo, autorizava o débito na sua conta, creditando a conta que estava sendo aberta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esta sistemática é do conhecimento só dos assessores ou da diretoria também?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu acredito que a diretoria sabia. Mas desconheço se a diretoria sabia com certeza. Provavelmente sim, porque o assessor não tinha poderes para determinar algo nesse sentido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram os diretores na época?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu não me recordo exatamente quem era o diretor nessa época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca teve nenhuma outra conversa a não ser com os assessores?

O SR. ERALDO FERREIRA – Com o diretor, nunca tive conversa a esse respeito. Somente com os assessores e o meu gerente-geral.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como se dava a operação lá em Nova Iorque? Não era necessário também que o gerente de lá, que as pessoas lá do banco tivessem conhecimento?

O SR. ERALDO FERREIRA – Com certeza eles tinham conhecimento, porque eu fazia as transferências via fax. E essas transferências eram feitas através de chaves telegráficas, fornecidas pela agência Nova Iorque, e conferidas cada vez que eu fazia uma transferência. Se eventualmente houvesse um erro na chave telegráfica, eles me informavam, pedindo que eu o corrigisse.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram os gerentes de Nova Iorque que operavam com o senhor?

O SR. ERALDO FERREIRA – Valdir Antônio Perin e Ércio de Paula dos Santos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebia alguma gratificação, alguma remuneração por esse trabalho, específica?

O SR. ERALDO FERREIRA – Foi oferecido... Na época que a assessoria nos falou que era para abrir essas contas, foi ventilado que receberíamos em torno de 1,5% por toda captação que fizéssemos em dólar, já que esse dinheiro seria para capitalizar a agência de Nova Iorque. Nunca recebemos nada do banco. Recebíamos comissões dos doleiros, por troca de moedas que fazíamos com eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os doleiros? O senhor saberia identificar?

O SR. ERALDO FERREIRA – Nós trabalhávamos basicamente com a Transoceânica, uma casa de câmbio chamada Santa Clara Factoring, em São José dos Pinhais, Paraná.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome das pessoas físicas que operavam?

O SR. ERALDO FERREIRA – Da Transoceânica, eram Gerhard Fuchs e Ernest de Veer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ernest?

O SR. ERALDO FERREIRA – De Veer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E na Santa Clara?

O SR. ERALDO FERREIRA – Na Santa Clara, não me recordo o nome. É Paulo Krug.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu vou lhe apresentar uma carta tida como de sua lavra. O senhor poderia reconhecer, por favor?

O SR. ERALDO FERREIRA – Com certeza. Esta carta fui eu que escrevi ao Presidente do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi o episódio que levou o senhor a escrever essa carta?

O SR. ERALDO FERREIRA – Foi o episódio que ...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Sim, Deputado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu gostaria que o nobre Relator nos dissesse o conteúdo da carta, já que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por isso estou pedindo a ele que descreva a carta. Porque é uma operação em que ele denuncia contas irregulares. Eu pediria a ele que falasse de viva voz.

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu escrevi essa carta ao banco por ocasião da minha demissão. Eu administrava essas contas de Nova Iorque – que chegaram ao montante de aproximadamente 150 – de forma rudimentar. Eu não tinha nenhum sistema contábil, não tinha nenhum funcionário trabalhando sob a minha supervisão, nenhum ajudante, nada. Eu trabalhava sozinho. Não tinha inspetoria do banco ou de fora que me importunasse naquilo que eu fazia. Eu movimentava essas contas sozinho. Era do conhecimento de todos que eu fazia isso. Só que eu pegava numerário dos clientes, e muitas vezes deixava no cofre da agência. E o corpo gerencial tinha acesso a esse cofre. Como os meus controles eram todos manuais, fatalmente começaram a acontecer diferenças. Eu trabalhava com casas de câmbio que tinham controles contábeis por computador. Essas diferenças começaram a se avolumar. Comentei com a minha gerência que eu tinha diferenças. Eles não deram muita importância e deixaram que eu me virasse sozinho.

Tomei o caminho mais rápido que poderia ter feito. Movimentei uma conta de um cliente de Nova Iorque. Peguei o dinheiro que ele tinha aplicado por um ano lá, aproximadamente US\$300 mil, e coloquei aqui no mercado interno a juros de agiota para tentar cobrir uma diferença que eu tinha de aproximadamente US\$60 mil. Quando eu saí da Agência 15, em julho de 1995, fui para a agência Ponta Grossa. Esse cliente, coincidentemente, era de Ponta Grossa. Em fevereiro de 1996, ele pediu o saque do montante e eu não tinha para repor. Nessa hora, esse saque que eu havia feito veio à tona.

Obviamente, o banco moveu um processo administrativo contra mim, por eu ter me apropriado desse montante, o que culminou com a minha demissão. Ao ser demitido, escrevi essa carta para o Vice-Presi-

dente, denunciando aquela diferença, informando a ele que eu não havia me apossado da diferença, que em momento algum havia pego esse dinheiro. Assumi que movimentei a conta do cliente, e quais foram as minhas razões para fazer isso. Fiz uma composição de dívida com o banco, comprometendo-me a pagar. E fui demitido por justa causa.

Ao mesmo tempo, escrevi uma outra carta para o Diretor de Recursos Humanos no mesmo teor, porque ele tinha sido meu companheiro, meu amigo. E também escrevi uma carta resumida, com o mesmo teor, para o Sr. Miguel Salomão, que era então Secretário da Fazenda do Estado. Entreguei essa carta para o filho dele, que era nosso colega na Agência 15 de novembro. Não obtive resposta de nenhuma das três cartas e não soube se foi tomada alguma providência em função dessas cartas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem o nome do Vice-Presidente?

O SR. ERALDO FERREIRA – Valmor Picollo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valter Benelli, o senhor se lembra?

O SR. ERALDO FERREIRA – Valter Benelli era chefe da Controladoria do banco, na época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele também recebeu uma carta, uma cópia?

O SR. ERALDO FERREIRA – Recebeu. Mandei cópias para o Sr. José Luiz Boldrini, que era o assessor; para o Valter Benelli.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E D^a Zinara?

O SR. ERALDO FERREIRA – A Zinara era a representante do Sindicato dos Bancários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem o nome do Diretor de Recursos Humanos?

O SR. ERALDO FERREIRA – Paulo Roberto Rocha Krieger.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma informação de alguma providência que essas pessoas que receberam a carta tomaram em relação a esse tipo de captação, de aplicação em Nova Iorque?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tem nenhuma informação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deixou o banco em que mês de 1996?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu saí da agência de Ponta Grossa no dia 12 de fevereiro, quando o cliente solicitou o saque e veio à tona a movimentação que eu havia feito. Fiquei à disposição da diretoria do banco e fui demitido no dia 16 de agosto de 1996.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informação de que essas operações continuaram depois da sua saída?

O SR. ERALDO FERREIRA – Somente agora, através da CPI.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na lista que o senhor trouxe aqui na carta das contas que o senhor operou há contas de ex-diretores do banco e funcionários. O senhor que trabalhou a abertura dessas contas?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E também praticavam esse tipo de operações, todas elas iguais?

O SR. ERALDO FERREIRA – Todas elas iguais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sempre por aquelas duas: Transoceânica e Santa Clara Factoring.

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma outra empresa que também operou na triangulação da Cabo?

O SR. ERALDO FERREIRA – Muito raramente, tinha uma empresa que operava conosco, a Sigla Turismo, de Curitiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a abrir uma conta para o Sr. Valdir Antônio Perin?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lurdes Maria Perin Vieira?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu sabia que ela tinha conta, porque ela era a minha funcionária e foi ela quem me substituiu na Agência 15, mas não fui eu quem abriu essa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor tem conhecimento da existência dessa conta?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim, tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inclusive da do Sr. Valdir Antônio Perin?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Eu queria perguntar ao depoente se ele conhece o senhor Odair Turchetti.

O SR. ERALDO FERREIRA – Conheço.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O Sr. Odair Turchetti disse, em depoimento, que o senhor

teria tentado chantagear a diretoria do banco para não denunciar o esquema ilegal de evasão de divisas. Diz ele que o senhor teria pedido R\$500 mil para se calar. É verdade isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E a que o senhor atribui essa informação do Sr. Odair Turchetti? O senhor tinha relações de amizade com ele?

O SR. ERALDO FERREIRA – O Sr. Odair Turchetti foi meu gerente quando estive trabalhando em Maringá e, posteriormente, quando estive trabalhando na Agência 15 de Novembro, em Curitiba. Parte do que ele falou pode ser verdade porque, na carta que escrevi para o Sr. Vice-Presidente, pedi ponderações – eu, quando abri as contas de Nova Iorque, estava fazendo uma coisa errada, a mando da diretoria.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O nome do diretor?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu não me lembro, desculpe-me.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Mas se o senhor conhece o nome de assessor e era um funcionário diligente, que mexia com dinheiro, como não lembra o nome do diretor?

O SR. ERALDO FERREIRA – Porque os diretores mudaram.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sim, mas, nessa época, os assessores deram ordem para o senhor?

O SR. ERALDO FERREIRA – Os assessores deram ordem para mim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Então como se chamavam os diretores?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu não me recordo.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Se o senhor se lembrar, manda para a CPI depois?

O SR. ERALDO FERREIRA – Com certeza.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Então está bom.

O senhor não pediu R\$500 mil?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, jamais pedi.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E por que o Odair Turchetti falou que você pediu?

O SR. ERALDO FERREIRA – Tudo o que falei com o Sr. Vice-Presidente está na minha carta.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Gostaria que o senhor nos explicasse o que significa a Operação Pink, a que o senhor se referiu.

O SR. ERALDO FERREIRA – A Operação Pink eu vim a conhecer quando estive em Maringá. Trabalhei sempre na direção geral, não conheci a linha de

frente do câmbio. O meu primeiro contato com a linha de frente foi quando fui para Maringá. Ao chegar em Maringá, o Sr. Ércio de Paula dos Santos era o gerente de negócios daquela agência. Eu fui substituí-lo. Quando cheguei lá, vi-o fazendo um documento e assinando com as duas mãos – ele assinava com a mão direita e com a esquerda – e esse documento tinha várias vias, uma delas era cor de rosa. Eu perguntei a ele o que era aquilo. Ele falou: “Não se preocupe, você não vai fazer isso. Isso será feito pela Agência Londrina, isso é cobrança pink.” Eu não questionei mais nada porque, como falei, eu não sabia de linha de frente.

Posteriormente, perguntei aos funcionários que trabalhavam na agência o que era aquilo e eles me explicaram que, na realidade, aquilo era uma cobrança que deveria ser feita por Nova Iorque, pela agência Banestado Nova Iorque, mas que o Ércio fazia pela Agência Maringá e que ensejava o subfaturamento da exportação.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Então, Operação Pink era um meio de mandar dinheiro de maneira irregular para Nova Iorque?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não. Era uma cobrança, um subfaturamento de exportação.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Mas não era regular?

O SR. ERALDO FERREIRA – Era irregular sob o ponto de vista do subfaturamento. Ele emitia uma cobrança para um banco, vamos supor o Citibank, por US\$100 mil. Ele a emitia em Maringá e a mandava para o Citi. E o Banestado de Nova Iorque emitia uma outra, pelo valor de 80 mil. Essa é que apareceria para o Fisco. A de US\$ 100 mil, depois, seria destruída. A diferença, US\$20 mil, ficaria na conta da empresa e voltaria.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Isso era uma prática usual no Banestado?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu desconheço. Vi lá, em Maringá, sendo feita pelo Sr. Ércio, mas em outras agências, outros...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Está bom. Se o senhor tivesse, depois, condição de mandar para a CPI...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só para saber: quem emitia a de 80 mil, de que o senhor falou? O senhor deu o exemplo de que Maringá emitia a de 100 para o Citi. Quem emitia a de 80?

O SR. ERALDO FERREIRA – O Banestado Nova Iorque. A mesma operação, o mesmo cliente, o mesmo exportador.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Eu queria perguntar para o senhor o seguinte: o Banco Central fiscalizava a agência ou havia a presença do Banco

Central na fiscalização dos atos da agência em que o senhor foi gerente?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim. O Banco Central sempre fiscalizou.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor disse, lá no Paraná, que não fiscalizava muito.

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, quando eu estava na Agência 15 fazendo as aberturas de contas e as remessas, jamais fui importunado nem pela...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Isso é importante.

O SR. ERALDO FERREIRA – ... inspetoria do banco e, sequer, do Banco Central.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Uma outra pergunta: o senhor foi demitido do Banestado?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor recebeu quanto nesse acerto da demissão?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu recebi R\$103 mil.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E o senhor devolveu para o banco aquele “furo” da conta daquele correntista?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quanto está hoje esse furo?

O SR. ERALDO FERREIRA – Desconheço.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não, mais ou menos.

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu assinei uma nota promissória na época de R\$56 mil, em 1996. Mas aí tem juros, correção. Não sei em quanto monta isso.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor ainda deve essa importância para o banco?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim, devo.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – No acerto final, não descontaram a nota promissória?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não descontaram.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não foi parte do acordo não pagar a promissória?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu desconheço se existe algum acordo a esse respeito. O advogado que fez a minha reclamação trabalhista me emitiu um cheque de R\$80 mil e, posteriormente, mais um de R\$23 mil.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Alguma pendência judicial entre o senhor e o Banestado? Ou está na esfera administrativa?

O SR. ERALDO FERREIRA – O Banco moveu uma ação contra mim com relação a uma liberação que foi feita para a Cooperativa Vitimar Sun. A Polícia

Federal me convocou em Maringá para prestar esclarecimento a respeito dessa operação. Não me recordo de ter feito a liberação desse montante de US\$200 mil para a cooperativa. Recordo-me da operação, recordo que a cooperativa não tinha garantias para oferecer ao Banco, que fui pressionado de todas as formas...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Por quem? Por quem o senhor foi pressionado?

O SR. ERALDO FERREIRA – ...inclusive pelo Sr. Sérgio Conter, que era o Diretor na época...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quem que pressionou o senhor a liberar esse dinheiro?

O SR. ERALDO FERREIRA – A cooperativa de uma forma muito intensa. Os Diretores da cooperativa ligaram para a diretoria, para a assessoria dizendo que eu estava travando a operação. Mas eles não ofereceram garantia, o que ofereceram foi uma hipoteca em sétimo grau: os equipamentos da cooperativa. Não me recordo se realmente fiz a liberação. Falei para a Polícia Federal, em Maringá, que, se a liberação foi feita posteriormente ao dia 12 de fevereiro de 1996, não tenho absolutamente nenhuma culpa no caso. Se foi feita antes, provavelmente eu seja responsável.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O Sr. Odair Turqueti tinha conhecimento de todas as operações de evasão de divisas?

O SR. ERALDO FERREIRA – Da abertura de contas e tudo o mais? Com certeza.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Abertura de conta ilegal, irregular, evasão de divisa?

O SR. ERALDO FERREIRA – Com certeza absoluta.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Dentro do tempo ainda, Sr. Presidente, gostaria que o senhor delimitasse qual era a atuação do Sr. Odair Turqueti nesse esquema de evasão via Banestado. Como é que ele fazia?

O SR. ERALDO FERREIRA – Com relação à abertura de contas, ele não movimentava, ele deixava para eu fazer essas movimentações. O Sr. Turqueti movimentava com empresas. As operações que eu sabia que eles faziam eram adiantamentos por conta de exportações futuras. Ele negociava com casas de câmbio: o exportador que, eventualmente, estava precisando de dinheiro, mostrava para ele a documentação de embarque, e se a empresa já estava com o limite tomado no Banco, ele ia à casa de câmbio, pegava os dólares, repassava para o empresário e depois fazia os acertos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E o senhor já ouviu falar do Sr. Jaime Timóteo? Jaime Timóteo, do Curtume Três Américas?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor falou que não se recordava o nome do diretor, o senhor deu um nome um nome, Sérgio Couto, é isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sérgio Conter.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O que ele era? Diretor de que?

O SR. ERALDO FERREIRA – Ele era Diretor de câmbio quando eu estava em Ponta Grossa.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E esse que fazia gestões e pressão para liberar, para agilizar?

O SR. ERALDO FERREIRA – Na época da Vitimar Sun, foi.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Ele que fez a pressão?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Qual é o nome?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sérgio Conter.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – É.

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu queria perguntar quanto tempo tenho, Presidente, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Mais dois minutos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Está bom, só para terminar, então, gostaria que o senhor mais uma vez relatasse à nossa CPI o funcionamento da Operação Pink. Porque essa é a questão principal, quer dizer, o Banco operando de maneira irregular, dolosa, subfaturando, ou seja, um crime fiscal e documental sendo realizado dentro da agência do Banco: Operação Pink. Como funcionava? Quem fazia isso? Se era comum acontecer a mesma coisa em outras agências?

O SR. ERALDO FERREIRA – Tenho conhecimento de que essa Operação Pink era feita na Agência Maringá. Quando eu estive na Agência Maringá, presenciei o Sr. Ércio de Paula dos Santos fazendo esse tipo de coisa. Ele tinha o documento timbrado da agência Nova Iorque do Banestado. Ele preenchia esse documento nas dependências do banco, assinava de próprio punho, com a mão esquerda e com a mão direita, e mandava essa cobrança para o banco pagador.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Por que as duas mãos?

O SR. ERALDO FERREIRA – Porque os bancos, de modo geral, têm os cartões de assinatura dos administradores dos outros bancos com quem operam. Então, para que a assinatura não ficasse igual, ele assinava, e ele dizia que a assinatura nunca havia sido conferida.

Então, ele emitia essa cobrança e mandava para o banco pagador. O banco pagador aceitava essa cobrança como se tivesse vindo de Nova Iorque, do Banestado Nova Iorque. A operação de exportação havia sido feita, a mercadoria embarcada, etc e tal. O Banestado Nova Iorque emitia uma cobrança, nos mesmos moldes, só que com valor inferior, e essa cobrança que o Banestado Nova Iorque emitia é que ia aparecer para o Fisco, para o Banco Central.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Para terminar, Sr. Presidente, eu gostaria só, vou fazer por escrito, a convocação dessa pessoa – o nome completo – que assinava com as duas mãos. Essa agilidade, essa habilidade dele é muito importante para a nossa CPI.

Como é o nome dele?

O SR. ERALDO FERREIRA – Ércio de Paula dos Santos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente. Vou fazer a convocação, Sr. Presidente, Se V. Ex^a quiser convocar já? Obrigado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, pela oportunidade. (Pausa.)

Sr. Eraldo, ainda sobre como funcionava a Operação Pink. Na realidade, o Banestado emitia documentos que transitavam com legalidade no Brasil, porque a cobrança de 100 mil para o importador...

O SR. ERALDO FERREIRA – O banco pagador...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pagava 100 mil dólares.

O SR. ERALDO FERREIRA – ...pagava 100 mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele recebia os documentos reais, oficiais.

O SR. ERALDO FERREIRA – Ele recebia os documentos oficiais do banco, porém...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fechava o câmbio de lá para cá, para Nova Iorque, de 100 mil dólares.

Veja: o documento que, aqui, o exportador brasileiro ia receber do importador estrangeiro era de 100 mil dólares. Mas o Banestado emitia para transitar no Brasil de 80. É isto?

O SR. ERALDO FERREIRA – Desculpe. O exportador emitia dois documentos de embarque. Ele emitia um documento de embarque pelo valor de 100 mil e entregava para o Ércio. O Ércio fazia a cobrança por 100 mil e mandava esses documentos para o City, que era o banco pagador – vamos imaginar que fosse o City que seria o banco pagador...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qualquer banco.

O SR. ERALDO FERREIRA – Qualquer banco, qualquer um.

Mandava para o banco pagador os documentos de embarque por 100 mil, capeados pelo documento do banco, pela cobrança do banco de 100 mil dólares. O exportador emitia uma nova, um novo documento de embarque por 80 mil e mandava para o Banestado em Nova Iorque. O Banestado de Nova Iorque emitia uma cobrança por oitenta mil, só que não mandava para o banco pagador; segurava com ele. Quando viesse o pagamento dos 100 mil dólares, ele...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quitava os oitenta e segurava vinte lá.

O SR. ERALDO FERREIRA – ...quitava os oitenta e segurava vinte lá. Era essa a forma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Senadora Ideli Salvatti, tem V. Ex^a a palavra por 8 minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tenho duas questões a fazer ao Depoente. A primeira é com relação à carta. Estou com a cópia da carta, aqui, datada do dia 17 de julho de 1996, e com o protocolo da DG/DIRAD do Banestado. A carta, que o senhor relata toda a situação das operações, das irregularidades, das ilegalidades, está aqui com cópia para Valmor Picolo, vice-Presidente; Valter José Benelli, Gerente de Divisão; Zinara, Conselheira, e José L. Boldrine, Gerente de Divisão. Mas o senhor falou também que foi encaminhado ao Secretário da Fazenda. É isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim, senhora.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Miguel Salomão.

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Secretário da Fazenda de qual Estado?

O SR. ERALDO FERREIRA – Estado do Paraná.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem era o Governador na época?

O SR. ERALDO FERREIRA – Jaime Lerner.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – No caso do encaminhado ao DIRAD, há protocolo. O senhor tem...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Desculpe, Senadora Ideli Salvatti. Eu gostaria de ter uma cópia dessa carta também.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Peguei com o Relator.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Eu gostaria, também, de pegar com o Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu só tenho um. Peço à Senadora Ideli Salvatti que, em seguida, passe às mãos do Deputado Dr. Hélio.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já lhe ofereço, Senador.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, que se tire cópia e distribua para todos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente. Se não me falha a memória, essa carta foi distribuída há algum tempo, mas vamos fazer outra cópia e distribuir para todos.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voltando, no caso do DG Dirad, há, na cópia, comprovante ou protocolo de que recebeu. Eu quero saber se o senhor tem ou lembra ter comprovante de que o Secretário da Fazenda, o Sr. Miguel Salomão, também recebeu a carta.

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, senhora. Eu entreguei essa carta nas mãos do filho dele, que trabalhava comigo na Agência XV.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o nome do filho dele?

O SR. ERALDO FERREIRA – Fábio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fábio de quê?

O SR. ERALDO FERREIRA – Fábio Salomão. Foi informal...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi informal. Nós, então, não temos como comprovar que o Sr. Miguel Salomão foi oficialmente comunicado de todas essas barbaridades.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. Exª poderia ler a carta para nós?

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – A carta é de quatro páginas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Quando S. Exª terminar, a carta será distribuída para o resto da Comissão.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na realidade, a carta é a transcrição das questões que ele já levantou: como operava e tudo que desviava de recursos. Ele contabilizou, aproximadamente, US\$4,5 milhões em captação de forma regular. Nós não temos como comprovar, a não ser ouvindo o filho do Secretário da Fazenda, a quem foi entregue.

A outra questão que quero fazer é que eu não conheço nenhum tipo de rescisão de contrato em que quem deve para a empresa não tenha desconto da dívida, ainda mais em sistema bancário. No sistema bancário, se houver problema no caixa, há desconto de salário. O senhor me disse que teve um recebimento de mais de R\$100 mil, não é?

O SR. ERALDO FERREIRA – R\$103 mil.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – E que, na época, tinha uma promissória. De quanto?

O SR. ERALDO FERREIRA – R\$56 mil.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Que recebeu integralmente e que essa dívida continua lá. Pelo que disse também, não foi o senhor quem fez o acordo, mas o advogado?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu desconheço o acordo, Senadora. O que sei – recentemente, vi o processo trabalhista –, não há nenhum documento que menciona ou sugira algum acordo. Tramitou normalmente pela Justiça do Trabalho. Houve três peritos da parte litigante, da Justiça e da minha parte, até que lá se chegou a um valor aproximado, foi feito desconto no Imposto de Renda, tudo foi dentro das normas da Justiça do Trabalho. Em nenhum momento, consta algum acordo que tenha sido feito. Segundo o advogado que me orientou e me assessorou, a advocacia do banco passou por cima da nota promissória, esqueceu ou alguma coisa assim.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um esquecimento absolutamente conveniente ao senhor?

O SR. ERALDO FERREIRA – Obviamente.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Obviamente. O senhor faz um relato – que, depois, será distribuído – em que cada um dos itens já seria suficiente para processar não só o senhor, por ter operado, mas quem recebeu a carta, por não ter tomado providências, tendo tomado ciência. E, ao mesmo tempo, o senhor não sofreu nenhuma punição, nem a financeira.

Então, Sr. Presidente e Sr. Relator, entendo que precisaríamos ter algum tipo de diligência junto às pessoas que receberam as cartas, porque tão responsável quanto quem executou essas operações é quem tomou conhecimento e não operou no sentido de sustar a sua continuidade.

Quanto ao outro questionamento, penso que a CPI deveria, também, ter algum tipo de diligência junto ao advogado, para termos clareza do tipo de acordo gerado por não ter havido desconto dessa dívida. A impressão que me passa é a de que houve conivência geral, inclusive no sentido de não dar continuidade a esse tipo de investigação que a carta poderia gerar.

Era somente nessa linha que queria operar. Peça apoio ao Relator.

O SR. ERALDO FERREIRA – Senadora, gostaria somente de fazer mais um colocação a respeito do protocolo da carta que a senhora disse que não há.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, na carta da Dirad há, da agência... Quero saber dos outros.

O SR. ERALDO FERREIRA – Causou-me surpresa também, Senadora, que a CPI do Banestado, em nível estadual, falou-me que eles têm conhecimento da carta que enviei ao Miguel Salomão. Eu, também, como a senhora mesma mencionou, não houve protocolo, mas eles têm conhecimento dessa carta.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – É... Se o senhor está dizendo isso, é de uma gravidade imensa, porque um secretário da Fazenda, que tem conhecimento oficial do que está contido em sua carta e não toma nenhuma providência... Na época, o Banestado era banco estatal, era Banco do Estado do Paraná, era banco que estava sob a responsabilidade do Governo do Estado. Então, se o senhor faz essa declaração, considero mais fundamental ainda termos aí não só a oitiva do filho, para quem o senhor entregou a carta, mas também do Secretário da Fazenda, que, segundo o senhor diz, a CPI do Paraná já detectou que tinha conhecimento da correspondência.

O SR. ERALDO FERREIRA – Senadora, desculpe. Eu falei que a CPI do Banestado, em nível estadual, sabe da carta. Eles me informaram que eu havia emitido aquela carta para Miguel Salomão. Se eles tinham conhecimento, eu desconheço.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Teremos que fazer aí, então, a...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, peço que a assessoria pegue o documento da Senadora Ideli e tire cópias.

Passo a palavra ao Sr. Edison Andrino.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber do depoente: **pink** tem alguma ... o que é que representa **pink**? Cor-de-rosa... não tem outra... tem... por que esse nome? V. Sª sabe por que o nome **pink**, ou não?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu suponho... quer dizer... provavelmente seja isso... porque uma das vias desse documento, que, se não se me engano eram cinco vias, uma das vias era cor-de-rosa e era a via de controle, aquela via que ficava na agência que emitia o documento.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Quem era o Governador na época?

O SR. ERALDO FERREIRA – Ai... não me recordo. Sinceramente... foi em mil...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. Sª tem uma memória boa para uma porção de coisas. Tem umas coisas que pifam na hora, mas...

O Secretário da Fazenda era...?

O SR. ERALDO FERREIRA – Em 1991, eu desconheço. Realmente não sei.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. Sª disse no início do depoimento que, às vezes, saía com os clientes para ir fazer operação. Saía com os clientes. Foi dito bem no início de seu depoimento. Tem lembrança de alguns clientes, principalmente os mais importantes, que encaminharam recursos, quantias substanciais para o exterior? Alguns clientes desses?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu falei não que eu saía com clientes; eu falei que visitava os clientes. O corpo gerencial das agências da região metropolitana de Curitiba me informavam os clientes das agências que tinham potencial de abrir conta em Nova Iorque ou que tinham dólares ou que tinham reais ou cruzeiros...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Então, que visitava... eu anotei aqui que saía, mas que visitava. Sabe alguns clientes desses que o senhor visitava, tal, pelo menos esses encaminharam grandes quantias para o exterior?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu entreguei a documentação à CPI do Banestado em nível estadual, onde constam os maiores...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. Sª não pode repetir aqui pelo menos o que se lembra... O senhor já entregou lá, não tem nenhum tipo de problema.

O SR. ERALDO FERREIRA – É... entreguei sob sigilo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vamos providenciar a remessa desses documentos para cá.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas V. Sª tem algum problema em relatar essas pessoas, pelo menos as de que se lembra?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu não gostaria de nominar os clientes. Entreguei a relação das contas, extratos de contas, movimentações...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Todos esses clientes que V. Sª visitava encaminhavam irregularmente esses recursos... não eram operações regulares, normais, dentro das normas bancárias. Essas operações eram irregulares.

O SR. ERALDO FERREIRA – Eram.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. Sª saiu do Banco em 1996...

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Antes de o Banco ser credenciado para operar em Foz do Iguaçu... Foi nessa época, se não me engano, que o Banco foi credenciado para operar em Foz do Iguaçu. V. Sª trabalha hoje onde?

O SR. ERALDO FERREIRA – Hoje?

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É.

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu trabalho em Terra Rica, Paraná.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas não trabalha com o sistema bancário?

SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Sigla Turismo, que era uma das que operavam também, quem eram os acionistas dessa empresa?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não os conheço.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas fazia operação com ela?

O SR. ERALDO FERREIRA – Fiz, se não me engano, duas operações de transferência, a mando do Sr. Adailton Luchetti, que era quem mais movimentava com eles lá.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Quem é que ficava com esses 20% da “operação pink”? Era o Banco ou eram alguns funcionários do Banco? Era o Banco, como instituição, ou eram os diretores? Alguém ficava com 20%. Não era só fiscal, porque, se se fazia o pagamento de 100 e entregava 80, alguém ficava com 20%.

O SR. ERALDO FERREIRA – Como lhe falei, a única coisa que conheço da “cobrança pink” foi aquilo que já relatei. Eu vi o Edson fazendo, até não recordo qual era a empresa que ele fez, mas o destino, ou com quem ficavam os recursos, como é que era feito depois, eu desconheço.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. S^a foi a Nova Iorque alguma vez?

O SR. ERALDO FERREIRA – Jamais.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Nem tinha conta lá?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Eraldo, o senhor pode me explicar exatamente em que momento o senhor entregou essa lista na CPI do Paraná? Foi quando o senhor depôs? Foi em um outro dia? Como é que foi?

O SR. ERALDO FERREIRA – Foi quando fui convocado, recentemente. Até não me recordo o dia.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O senhor falou em sessão aberta ou em sessão reservada?

O SR. ERALDO FERREIRA – Em sessão aberta.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Se o senhor falou em sessão aberta, porque o senhor não quer repetir o nome das empresas aqui?

O SR. ERALDO FERREIRA – Mas eu...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Se o senhor entregou uma lista em sessão aberta, a lista se tornou pública; está lá nos autos da CPI do Paraná. Por que aqui o senhor... O senhor recebeu ameaça? Ou alguém veio lá e disse: “Oh, não fale o meu nome, faço um acordo”?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, absolutamente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Então, por que lá teve um tratamento e aqui está tendo outro?

O SR. ERALDO FERREIRA – Desculpe, mas não me foi perguntado lá nome, porque eu entreguei a relação de todas as contas que eu movimentei...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Está lá nos autos. Qualquer um pode ir à CPI e pegar.

O SR. ERALDO FERREIRA – Perfeitamente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Então, aqui, o senhor está sendo perguntado por nome. O Deputado perguntou os nomes.

O SR. ERALDO FERREIRA – O que eu posso dizer, que eu me recordo, a maior movimentação que fiz foi de um cliente pessoa física, não de nenhuma empresa. Eram tudo valores pequenos que eu movimentava – US\$20 mil, US\$30 mil. De empresa que recordo, acho que o movimento maior foi de US\$80 mil. E, de pessoa física, o maior movimento que eu fiz, dentro de todas essas 150 contas que eu movimentava, foi de uma pessoa física, que foi US\$300 mil, que foi essa conta que eu movimentei irregularmente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Irregularmente?

O SR. ERALDO FERREIRA – Isso.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Quem era a pessoa?

O SR. ERALDO FERREIRA – O Sr. Rivadávia Amenarim.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Senhor...?

O SR. ERALDO FERREIRA – Rivadávia Amenarim.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O que ele faz?

O SR. ERALDO FERREIRA – Ele era Prefeito em Castro.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Prefeito em...?

O SR. ERALDO FERREIRA – Castro.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O senhor falou que fez uma transferência irregular? É isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Isso.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Que transferência foi essa?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu saquei o dinheiro da conta dele e repatriei para aplicar no mercado de agiotagem, tentando cobrir a diferença que eu tinha no meu caixa.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E ele sabia dessa operação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Obviamente, não. Ele ficou sabendo em fevereiro de 1996.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E ele entregou esse dinheiro para o senhor em *cash*?

O SR. ERALDO FERREIRA – Foi entregue em espécie.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E o senhor sabe se ele ainda é Prefeito da cidade?

O SR. ERALDO FERREIRA – Acredito que não. É uma pessoa muito de idade. Acho que não.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E a pessoa jurídica que o senhor disse?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sacarias Procópio: US\$80 mil eu remeti.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Também foi irregular?

O SR. ERALDO FERREIRA – Mesmo esquema das demais contas.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E o senhor tem uma cópia dessa relação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Está junto com a carta que...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Está aí, junto com a carta?

Só a Senadora que recebeu. Depois, se o senhor puder me dar uma cópia, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Deputado, essa carta já foi encaminhada a todos os membros da CPI, há mais de dois meses.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Eu não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Mas foi encaminhado. Mais uma vez, a assessoria está tirando a xerox e encaminhando a V. Ex^a.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Aliás, fiz um requerimento que foi aprovado, há muito tempo, pedindo cópia dos documentos que não eram reservados, e, até hoje, não recebi nenhum. Então, já fica a minha cobrança. É a terceira vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – A assessoria encaminhará.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Obrigado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela oportunidade, Deputado Robson Tuma, em relação à cópia da Senadora Ideli Salvatti, ela me pediu a cópia do relator. Emprestei para ela poder fazer a inquirição. E dela estamos tirando cópia para todos novamente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Os assessores podiam ser generosos e também passar alguns dados importantes para os Parlamentares aqui.

Deixe-me continuar fazendo a pergunta para o senhor.

O senhor falou que viu algumas irregularidades, inclusive essa transação, que é de US\$100 mil de co-

brança para o Citibank; e, para o Banestado, US\$80 mil. O que fez com essas informações, quando as viu?

O SR. ERALDO FERREIRA – Cheguei a comentar, quando saí da agência de Maringá, com José Luís Boldrini, quando voltei.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Só comentar? Há um monte de “sacanagenzinha”, tome cuidado. Há uns rolinhos, em que some dinheiro. O senhor só fez isso, só comentou?

O SR. ERALDO FERREIRA – Só comentei. Falei...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O senhor não tomou nenhuma atitude de um homem correto, sério, que tinha que exigir o cumprimento da lei? O senhor só comentou?

O SR. ERALDO FERREIRA – Só comentei, porque não sabia...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Como se sente, tendo visto tantas coisas irregulares, feito coisas irregulares e apenas comentado?

O SR. ERALDO FERREIRA – Na época, não sabia do que se tratava a Cobrança Pink. Perguntei para o assessor o que era aquilo, e ele falou que eu não me preocupasse.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Mas esse dinheiro do ex-prefeito ou do prefeito, os US\$ 300 mil, que o senhor... Isso não era irregular?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim, completamente irregular.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E o que o senhor fez?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu fui demitido por justa causa.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O senhor cometeu um crime.

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente. Recebi um processo administrativo e fui demitido com justa causa, por causa disso.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E a ação penal existiu?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Não. O Ministério Público não tomou nenhuma providência, nem a Polícia?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Então, era o fato de comunicar ao Ministério Público, Sr. Presidente, imediatamente, para que abra...

O SR. ERALDO FERREIRA – O Ministério Público tem conhecimento.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E não fez nada?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eles me convocaram em Curitiba. Se não me engano, em 1998, estive prestando alguns esclarecimentos, e nada mais.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Farei a última pergunta. Nesse caso, como em muitos outros que aconteceram, era feita uma cópia para cobrança do banco do cliente real, e vinha uma menor para o Banestado. Havia um rombo, um furo de caixa. Certo? É isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Quem ficava com esse dinheiro e como era distribuído, desviado?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu desconheço, Senador.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O senhor não tem a menor idéia.

O SR. ERALDO FERREIRA – Não tenho.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Quem poderia ficar com esse dinheiro? Quem eram as pessoas por quem essa operação teria que passar para ser bem-sucedida?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu vim a saber depois. Como lhe falei, não sabia de que se tratava da Cobrança Pink, quando fui apresentado a ela.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Mas passava na mão de quem?

O SR. ERALDO FERREIRA – Posteriormente, fiquei sabendo. Essa operação só era possível com a convivência de quem a fazia no Brasil e com a gerência de Nova Iorque.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E quem eram essas pessoas?

O SR. ERALDO FERREIRA – Aqui no Brasil, era o Sr. Ércio.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Esse a que o senhor já se referiu?

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente. Quanto à administração de Nova Iorque, não recordo quem era na época. Só podia ter sido feito com a convivência de ambas as gerências.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Desses dois?

O SR. ERALDO FERREIRA – De ambas as gerências e da empresa que emitia ou fazia a exportação. Provavelmente, essa diferença ficava com a empresa e alguma comissão com os administradores que faziam essa...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – E o senhor sabe se isso continuou com vários gerentes ou só foi nesse período?

O SR. ERALDO FERREIRA – Desconheço se alguém mais fazia. Só vi na Agência de Maringá.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Que período foi esse?

O SR. ERALDO FERREIRA – Em 1991.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – 1991?

O SR. ERALDO FERREIRA – Isso.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, só pela oportunidade. Estava recordando que essa carta, se não me falha a memória, foi trazida à CPMI pelo Delegado Falcão, naquela vez em que esteve aqui a força-tarefa, dando-nos explicação. E esta carta aqui revelou perto de 160 contas novas, das quais o Banco Itaú pediu a quebra do sigilo em Nova Iorque. Nós acabamos de quebrar o sigilo das contas de Nova Iorque. Então, é algo que está entre nós desde aquela primeira fase de informação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Passo a palavra à Deputada Iriny Lopes.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente, só tenho três perguntas a fazer ao Sr. Eraldo.

Vou repetir a pergunta, para ver se o senhor faz um esforço para se lembrar quanto tempo durou essa Operação Pink, porque, na condição em que estava no banco, depois teve a curiosidade de ir perguntar a outros funcionários do que se tratava aquilo que lhe chamou tanta atenção, de ver a pessoa assinando com duas mãos e ter identificado, imediatamente, que ali se tratava de um subfaturamento, o senhor deve ter buscado tomar conhecimento de há quanto tempo perdurava aquilo no banco. O senhor pode nos relatar isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Tomei conhecimento quando cheguei à agência de Maringá, em 91. E permaneci na agência por oito meses.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Nesses oito meses, essa operação continuou em vigor?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, porque eu não fazia essa operação, não sabia como operacionalizá-la e não me foi repassada.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Mas o senhor tinha conhecimento de que, mesmo independente da sua participação, essa operação tinha prosseguimento?

O SR. ERALDO FERREIRA – Pelo menos essa foi a informação que o Sr. Ércio me passou. Ele disse: “Não se preocupe, porque você não vai precisar fazer isso. Isso vai ser feito pela Agência Londrina Centro”, que era a nossa matriz. Se continuou ou não, não tenho conhecimento.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor se recorda de fiscalizações do Banco Central nesse período em que o senhor estava lá e que identificou esse tipo de operação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, senhora.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Não se recorda de nenhuma vez ter ocorrido fiscalização do Banco Central que pudesse identificar esse problema que o senhor já havia identificado e que lhe tinha sido assegurado que não deveria se preocupar, porque não teria que participar da operação, embora conhecedor da mesma? O senhor não ficou preocupado com que o Banco Central pudesse aparecer, que essa questão pudesse trazer algum problema? O senhor não teve precaução de acompanhar como seria a presença do Banco Central para fiscalizar uma operação dessa natureza, já imediatamente identificada pelo senhor como uma operação ilegal?

O SR. ERALDO FERREIRA – Na época que vi a Operação Pink, eu desconhecia que era ilegal, eu não sabia; vim a saber posteriormente, quando voltei para Curitiba. Como não foi feita mais essa operação na agência, acabei me esquecendo dela. Se houve alguma fiscalização do Banco Central, provavelmente não pegariam nada, mesmo porque era extremamente sigiloso. O Ércio não deixava os documentos na gaveta, ele os destruía depois, porque aquela via que ficava com ele, a cor-de-rosa, era um controle meramente dele.

Tenho certeza de que houve uma inspeção lá na agência, quando eu estava lá, mas não do Banco Central. Foi uma inspeção do Banco mesmo, do Banco do Estado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A diferença entre os documentos fiscais e cambiais, como se explicaria? O senhor tinha uma operação que, para efeitos fiscais, era de US\$80 mil, a título de exemplo, um fechamento de câmbio, US\$80 mil de uma maneira, e um fechamento de pagamento de US\$100 mil. Havia discrepância entre o documento cambial e o documento fiscal? Como é que liquidava? Para você baixar US\$80 mil, você tinha a guia de exportação, o **Bill of Laden**, vários documentos.

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos eram falsificados? Ou tinha discrepância?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não. O exportador emitia dois documentos. Um documento por US\$100 mil e entregava para o Ércio. O Ércio ia fazer a documentação por US\$100 mil. E para o que ia aparecer para efeito de Fisco, Banco Central, etc., era feito um novo jogo de documentos por US\$80 mil. A liquidação era feita por US\$80 mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só a cobrança é que era de US\$100 mil do Banestado para o importador?

O SR. ERALDO FERREIRA – Para o banco pagador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aquele que estava importando a mercadoria.

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – A minha última pergunta é se o senhor se recorda quem era o Presidente e o Diretor de Fiscalização do Banco Central à época que o senhor tomou conhecimento da Operação Pink.

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, senhora, não tenho. Não me recordo.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Passo a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deputado Gilberto, eu poderia fazer mais uma questão?

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que havia envolvimento também do banco pagador? Porque ele recebia a documentação por US\$100 mil, não é isto? Porém, toda a documentação legalizada no Brasil era de US\$80 mil. Ou ele só recebia a de US\$100 mil?

O SR. ERALDO FERREIRA – Ele só recebia a de US\$100 mil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Deputado Gilberto, V. Exª tem a palavra.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Depoente, como era a sua vida quando era gerente do Banco? E hoje, o que mudou? O que o senhor faz hoje? O senhor trabalha em instituição financeira?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não. Minha vida mudou radicalmente. Saí do Banco, demitido por justa causa, não tive outro emprego. A minha esposa, que também era do Banco, aposentou-se. Mudei de cidade, passei a morar em Terra Rica, no interior do Estado. Com o dinheiro que ela recebeu, abrimos uma lojinha de R\$1,99. Após três anos, fechamos a loja. Quando saiu o dinheiro da minha ação trabalhista, comprei um sítio, e criamos novilha para abate.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Há alguma ação do Banco contra o senhor? Isso não ficou muito claro. A respeito daquela confissão de dívida, o Banco continua lhe cobrando? O senhor tem recebido questionamentos sobre essa dívida? Como é isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Recebi. O Banco fez um mandato de busca e apreensão de bens, lá em Terra Rica, por meio de precatório. Como, na época,

eu ainda não tinha nenhum tipo de bem, o processo foi arquivado, mas a dívida continua em ativo.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Quando o senhor começou a fazer essas operações, quando o senhor era gerente da Agência 15 de Novembro, o pessoal lhe disse: temos um novo trabalho, você vai às empresas, pega o dinheiro em dólar, diz que remuneramos esse dinheiro em dólar. Então, o senhor dizia para as pessoas que era uma operação que não precisava ser declarada, que era totalmente segura? O que é que lhe disseram na época? O senhor questionou? Como é que as pessoas lhe questionavam a respeito disso? Qual era a sua resposta?

O SR. ERALDO FERREIRA – Foi exatamente isso que o senhor mencionou. Fomos instruídos a abrir as contas com extremo sigilo, com a garantia do Banestado de que as contas seriam remuneradas, de que o dinheiro poderia ser entregue em espécie, poderia ser entregue em reais – no caso, em cruzeiros –, e seria repatriado no momento em que o cliente quisesse, da forma que ele quisesse.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– O senhor dizia também que quando esse dinheiro voltasse poderia também ser pago em dólares?

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– A pessoa recebia também em dólares?

O SR. ERALDO FERREIRA – Em dólares.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Os clientes questionavam se a operação era legal ou não, se teriam de pagar imposto sobre isso? Ou os clientes não falavam nada?

O SR. ERALDO FERREIRA – Absolutamente, ninguém questionava. Todos aceitavam a conta de bom grado, e entregávamos os dólares.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– O que é que o Banco, na época, oferecia de remuneração disso? Ia dólar, voltava dólar. Se fosse dólar por dólar, haveria algum lucro nisso? E se viesse em reais? O que o Banco oferecia para eles?

O SR. ERALDO FERREIRA – Existiam dois aspectos. O Banestado de Nova Iorque oferecia uma rentabilidade de 4,5% em dólares/ano para as contas de aplicações de trinta em trinta dias. Essa era a remuneração de Nova Iorque. Existiam taxas maiores, mas para aplicações de maior prazo e de volumes maiores. Essas operações eram negociadas diretamente com diretoria e clientes e daí ficavam fora da minha alçada. Na época, eu era assistente gerencial da Agência 15 de Novembro, não era gerente.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Então, quando havia questionamento, o senhor fa-

lava: isso eu não resolvo. E o senhor passava para outra pessoa?

O SR. ERALDO FERREIRA – É.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Quem era essa pessoa para quem o senhor passava?

O SR. ERALDO FERREIRA – Para a assessoria do Banco, Sr. José Luiz Boldrini.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Quanto tempo o senhor operou essas contas?

O SR. ERALDO FERREIRA – De 1993 até 1995.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– O senhor tem idéia dos valores que foram negociados e que passaram pelas suas mãos nesse tempo?

O SR. ERALDO FERREIRA – Recordo-me que, em abril de 1995, se não me engano, por curiosidade, somei todos – eu recebia o extrato das contas mensalmente, via malote – os saldos das contas sob minha responsabilidade ou da responsabilidade da Agência 15 de Novembro e cheguei a um montante de US\$4,5 milhões. Essa é a soma dos saldos das contas. Então, acredito que devo ter movimentado aproximadamente esse montante.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Na agência em que o senhor trabalhava, era só o senhor que fazia isso, ou outros funcionários também faziam?

O SR. ERALDO FERREIRA – Havia o Sr. Gilberto Machado, que era gerente de negócios, e o Sr. Odair Turchetti, que era o gerente-geral, mas eles movimentavam uma ou duas contas, que eram as contas de empresas, contas mais...

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Eram contas maiores.

O SR. ERALDO FERREIRA – Contas maiores.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– O senhor calcula que, se o senhor movimentou, por exemplo, US\$4,5 milhões, teriam eles movimentado mais? Ou menos? O senhor tem idéia disso ou não?

O SR. ERALDO FERREIRA – Acredito que eles movimentaram menos, embora cada movimentação tivesse volumes maiores. Eu mandava vinte mil, dez mil, cinco mil. As operações que eles faziam eram operações com empresas exportadoras. Cada exportação era de US\$100 mil, US\$200 mil. Então, o movimento era maior, embora o dinheiro não ficasse aplicado na conta. Era movimentação...

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– O senhor movimentou na sua agência US\$4,5 milhões. E o senhor não tem idéia do quanto passou pelos outros? Ou tem?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não tenho a mínima idéia.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – O senhor disse que pegava esse dinheiro e o deixava no cofre.

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – O senhor disse do sumiço dos US\$60 mil. O senhor imagina que outras pessoas tinham acesso a esse cofre?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim. O corpo gerencial tinha acesso a esse cofre. Todos os gerentes da agência tinham acesso ao cofre, que ficava na sobreloja, onde trabalhávamos. Todos os gerentes movimentavam esses numerários. Eventualmente, o gerente precisava repor US\$10 mil, ia lá, pegava o dinheiro e dizia: “Peguei US\$10 mil; depois eu ponho”. Na realidade, vendo hoje a situação por fora, era uma bagunça, o que ensejou obviamente...

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – É lamentável que um cofre de um Banco, inclusive um Banco estadual...

Hoje esse Miguel Salomão é o quê? O senhor tem conhecimento do que aconteceu com ele? O senhor falou que mandou uma carta para ele, não é isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Essa carta que o senhor mandou, que, inclusive, recebemos agora, também chegou às mãos do Secretário de Fazenda Miguel Salomão?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não. Eu mandei essa carta com algumas cópias que aí estão declinadas. A carta que mandei para ele é um resumo dessa carta, e a entreguei nas mãos do filho dele, sem comprovação de entrega.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Ele também não deu nenhuma resposta para o senhor?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, não deu. Pela CPI, pelo Sr. Neivo Beraldin, Deputado Estadual, o Sr. Miguel Salomão estaria fora do País, mas não sei onde.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, estou satisfeito com os meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Relator, a condição do depoente é de informante?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Convocado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então, Sr. Eraldo Ferreira, toda e qualquer declaração que vise facilitar as investigações pode lhe beneficiar. Caso es-

teja sendo processado penalmente por qualquer ilícito referente à evasão fiscal ou evasão de divisa, o senhor poderá ter o benefício da lei se colaborar com a CPMI, dando as informações, para que o processo chegue a um bom termo. Então, as suas declarações serão tomadas. Se estas forem robustas e beneficiarem a investigação, o senhor poderá ter esse benefício.

O senhor fazia captação em reais ou em dólar?

O SR. ERALDO FERREIRA – Em dólar ou em cruzeiros.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Depositava esses valores numa conta de uma casa de câmbio?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu entregava os numerários para o doleiro, que autorizava o débito na conta dele para crédito na nova conta...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Com disponibilidade em Nova Iorque, na conta do doleiro?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, na conta do cliente que me entregava o numerário aqui no Brasil.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perfeito. Em Nova Iorque, o Banco fazia aplicações a 4%?

O SR. ERALDO FERREIRA – Isso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Na época, o Brasil praticava uma das maiores taxas de juros do mundo, em torno de 41%. Evidentemente, para quem aplica a 4%, podendo aplicar no Brasil a 40%, essa é uma das modalidades para lavagem de dinheiro de origem ilícita. Então, se a origem é ilícita, é mais seguro ganhar 4% lá fora do que 40% aqui. O senhor tem conhecimento da origem do dinheiro recebido? Há alguma presunção, alguma ilação, sobre a origem desses recursos? Não seria estranho que alguém que pudesse ganhar 40% ao ano no Brasil preferisse ganhar 4% ao ano nos Estados Unidos?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sr. Deputado, o que vislumbrávamos na época era que as pessoas se protegiam da inflação galopante, muito alta, comprando dólar, porque o dólar é uma moeda estável.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas, em 1996, não havia inflação.

O SR. ERALDO FERREIRA – Não era o ano de 1996, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Qual o período em que o senhor movimentou?

O SR. ERALDO FERREIRA – De 1993 a 1995.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Deputado Eduardo Valverde poderia prestar um esclarecimento a este leigo em Matemática. V. Ex^a está falando em 4% lá fora em dólar e em 40% aqui em dólar ou em real?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Quarenta por cento era a taxa de juros paga no Brasil no período de 1995 a 1997.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas em que moeda?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Tanto faz. Na época, em 1996, havia conversibilidade, o real era praticamente igual ao dólar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se for tanto faz, eu prefiro em dólar. Eu queria saber qual era a moeda, porque estou preocupado com V. Ex^a e com os funcionários da Casa...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O depoente esclareceu que foi em 1993, em que havia um processo inflacionário mais elevado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nobre Deputado Eduardo Valverde, V. Ex^a me explicaria, porque sou meio burro nessa questão matemática...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, naquele período, a partir de 1994, com o Plano Real, havia praticamente uma paridade – inclusive, o real era sobrevalorizado. Depois, flutuou um pouco, e o valor era quase equivalente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quer saber se o juro a que V. Ex^a se refere, ou seja, os 40%, era em dólar ou em real.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Tanto faz a taxa de juros praticada no mercado financeiro, porque na época havia uma equivalência. E, para manter essa equivalência, praticou-se no Brasil uma taxa de juros bem elevada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quer saber só entender isso. Estou muito satisfeito com a resposta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Senador Heráclito Fortes, deixe o nobre Deputado seguir o seu raciocínio.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então, o dólar recebido ficava no cofre da agência do Banestado. O que havia lá fora era apenas uma disponibilidade. Está certo?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eventualmente, o dólar ficava no cofre. Não ficava, não era uma norma que ficasse. Na realidade, o cliente entregava os dólares para nós, e deveríamos, obviamente, creditar na conta dele lá fora imediatamente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Isso, fazer uma disponibilidade no exterior...

O SR. ERALDO FERREIRA – Acontece que, na época, de 1993 a 1994, o mercado **black**, o mercado negro do câmbio, era muito ativo. Então, quando existia muita disponibilidade de moeda, as casas de câmbio não aceitavam dólar em espécie. Quando havia falta,

eles não queriam entregar dólares para nós. Eventualmente, ficávamos na contramão do mercado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A mesma facilidade que teve o senhor de fazer a apropriação desses valores, também não poderia ocorrer que outros servidores ou outros empregados do Banestado se valessem do mesmo **modus operandi** para poderem se apropriar do dinheiro? Pela fragilidade dos controles existentes, é de supor também que outros servidores do Banco se valessem do mesmo **modus operandi** de se apropriar daqueles recursos para depois fazer uma operação paralela e retornar? Isso ocorreu? Tem conhecimento se outra operação igual a essa que o senhor praticou ocorreu no Banestado?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O Sr. Odair Turchetti poderia fazer da mesma forma?

O SR. ERALDO FERREIRA – Qualquer um. O Sr. Dario ou o Sr. Gilberto Machado, que eram administradores da agência, poderiam ter feito. Mas desconheço.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Algum cliente, além desse Rivaldo Rivadávia Castro...

O SR. ERALDO FERREIRA – Rivadávia Menarim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Além desse cliente, outro cliente reclamou de situações semelhantes a essa?

O SR. ERALDO FERREIRA – Houve um cliente que reclamou, sim, de uma operação de US\$20 mil de que ele teria sentido falta na conta dele, mas provamos para ele que ele havia feito o saque, que ele havia autorizado o saque.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E o controle? O senhor recebia e passava recibo para esse cidadão?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Era recibado?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Fazia o depósito na conta de um doleiro na casa de câmbio?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Tinha depósito, tinha comprovante de depósito? O senhor fazia em seu nome mesmo?

O SR. ERALDO FERREIRA – Fazia em meu nome.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sobre essa operação de depositar na conta de uma casa de câmbio, como você declarava Imposto de Renda ao final do ano?

O SR. ERALDO FERREIRA – Com a casa de câmbio, era informal, eu entregava os dólares...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Informalmente?

O SR. ERALDO FERREIRA – Era. Não entrava na minha conta corrente, não movimentava na minha conta corrente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas, quanto à porcentagem que o senhor recebia, o senhor declarava isso no Imposto de Renda?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E o Sr. Odair Turchetti? Isso não passava por fora?

O SR. ERALDO FERREIRA – Com relação ao Sr. Odair e ao Imposto de Renda, eu desconheço. No meu caso, as comissões que eu recebia por operações eram valores pequenos, não eram significativos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor pode precisar quais empresas operavam com a operação Pink? O senhor pode citar nomes de empresas que fizeram, durante aquele período, a operação Pink?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu soube informalmente; não posso garantir. Mas me parece que era a Curtume Touro.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E a Sundown, a bicicleta Sundown?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, nunca ouvi...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Há alguma empresa exportadora de carne ou de manufaturado, frigoríficos?

O SR. ERALDO FERREIRA – Olha, desconfio que, provavelmente, as empresas que operavam com a agência Londrina...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E soja?

O SR. ERALDO FERREIRA – Na região de Londrina, Apucarana, Maringá, aquelas empresas provavelmente faziam, mas eu não tenho conhecimento e não posso afirmar com certeza.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Quem saberia dessas informações? Quem seria o portador dessas informações?

O SR. ERALDO FERREIRA – Se ele quiser declinar, provavelmente, o Sr. Odair Turchetti e o Sr. Ércio de Paulo Santos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Deputado, há uma assinatura aqui que está impossível de decifrar. É a sua? (Pausa.)

Deputado Dr. Hélio, é a sua? A assinatura tem um ele no final, mas, antes do ele, há um “tratado”.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Então, sou eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo, então, a palavra ao Deputado Dr. Hélio. Depois, concederei a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, estou aqui tentando entender aonde é que queremos chegar com essa participação do Sr. Eraldo Ferreira. Pelo que entendi, o Sr. Eraldo Ferreira cometeu um crime, pelo qual sofreu uma ação administrativa em 1995. É correto isso, Sr. Eraldo Ferreira?

O SR. ERALDO FERREIRA – Em 1996.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor saiu no final de 1995?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, eu saí em agosto de 1996.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Em agosto de 1996.

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – E essa trama criminosa foi feita até o final de 1995?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, eu movimentei as contas de Nova Iorque até julho de 1995.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor está arrependido de ter participado desse processo da operação Pink? O senhor trabalhou – e eu estava lendo esta carta –, por 22 anos, nesse Banco e foi demitido, segundo a carta, sem justa causa. Não é isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, fui demitido com justa causa.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Então, há um erro aqui. Foi demitido com justa causa.

Não consigo entender qual é a linha de pesquisa do nobre Relator no sentido de indicar a participação hoje do Sr. Eraldo Ferreira nesta discussão. Não consigo entender isso e quero até aproveitar para sugerir que façamos algumas reuniões prévias, para que possamos saber aonde queremos chegar. Do contrário, vamos acabar, nesta CPMI, culpando e incriminando gerentes de Bancos, doleiros, e deixando passar os grandes tubarões que estão relacionados aos mais de US\$30 bilhões que saíram pelo Banestado e por outros quatro Bancos.

Fico preocupado com isso. Tenho, Sr. Presidente, caros Colegas, procurado buscar indícios que apontem para as grandes somas que temos visto em alguns relatos. Estivemos em Washington e em Nova Iorque e trouxemos uma série de documentos. Tenho procurado, na medida do possível, reunir-me para entender essa trama. E não entendo por que, neste momento, o Sr.

Eraldo, que foi demitido e que deveria sofrer os aspectos criminais que precisam ser assumidos por qualquer cidadão que tenha cometido um deslize, vem a esta CPMI. Pode até acabar sendo um bode expiatório.

Por aquilo que falar aqui que, efetivamente, o comprometa criminalmente, o senhor, que pagou administrativamente, vai acabar pagando criminalmente e sendo preso. E também pagarão alguns doleiros que o senhor apontar.

Temos um tempo muito curto para trabalhar nesta CPMI, que investiga uma evasão de divisas que envolve cerca de mais de US\$30 bilhões.

Estou muito preocupado, porque vamos acabar, com esta CPMI, indiciando gerente de banco que já vem sendo investigado pela Justiça e doleiros, que já são freqüentadores assíduos de departamentos de Polícia Federal. Assim, não vamos diretamente ao fulcro da questão. Quais são as grandes empresas, quais são os grandes beneficiários da evasão fiscal de mais de US\$30 bilhões, que estão contidos em cerca de 85 mil documentos que trouxemos?

Estou preocupado com isso. Digo isso, para que se entenda aonde é que queremos chegar.

Até agora, ouvi o senhor falar. O senhor falou claramente de um aspecto criminoso que ocorreu até a sua participação nessa tal operação Pink. Mas, até agora, de relevante, não vi nada que pudesse nos ajudar. Isso pode incriminá-lo. Por exemplo, o nosso colega Deputado Robson Tuma questiona se o Ministério Público Federal não deveria denunciar criminalmente essas ações, que são claramente criminosas.

O senhor conhece ou já ouviu falar na Ônix Câmbio?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Os nossos colegas que estiveram conosco nesse passeio lá fora, nesse trabalho, perceberam que a Ônix Câmbio tem investimentos lá fora de milhões e milhões de dólares – esta é uma situação séria –, envolvendo grupos... Não vou citar a região, porque isso ainda está em estudo.

Mas fico, Sr. Presidente, Sr. Relator, um pouco acanhado até de fazer pergunta ao depoente, porque esse será um caminho que vai levar apenas à incriminação de gerentes de bancos e de doleiros. Não é esse o caminho. No meu modo de entender, a rota que temos que perseguir, com o tempo exíguo que temos, é a de pormos a mão naqueia massa e definirmos, em conjunto, aonde é que queremos chegar.

Estou preocupado e até angustiado com isso. Inclusive, como lembra o nobre Senador Heráclito Fortes, isso está fora do nosso período de investigação, que é de 1996 a 2000. O depoente operou até julho de 1995.

Penso que isso tem que ser efetivamente esclarecido civil e criminalmente.

O senhor tem até que se arrepender disso e não ficar sentindo que esse foi um ato de esperteza. Esse foi um ato criminoso. Mas isso não me interessa, pois creio que temos que ir em outra direção.

Volto a dizer: não fico satisfeito em estar aqui incriminando gerentes de banco e doleiros.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Existem ainda dois Deputados inscritos para fazer perguntas ao depoente, e há ainda três pessoas para depor.

Antes de passar a palavra ao Deputado José Rocha, que está inscrito, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, creio que precisamos ter clareza sobre o que estamos questionando no dia de hoje.

Já fiz uma questão de ordem a respeito de um requerimento que acabou sendo aprovado, se não me falha a memória, que trata de documentos anteriores ao período que estamos investigando. Mas, por serem fatos correlatos, por subsidiarem o nosso foco de investigação, acabou sendo acatado e recebi a orientação de fazer o requerimento.

A carta do Sr. Eraldo, que é datada do mês de julho de 1996, tem exatamente um mês e meio após serem dadas as autorizações especiais para os bancos operarem com as contas CC5, e essa carta foi encaminhada a autoridades do Banco do Estado do Paraná, do Banestado, e, pelas informações prestadas pelo Sr. Eraldo, foram encaminhadas também às autoridades públicas constituídas, ao Secretário da Fazenda do Governo do Estado do Paraná. Portanto, não me parece tão irrelevante, como está sendo colocado aqui, porque as investigações também tendem a caminhar na linha do acobertamento ou conivência de autoridades que permitiram que esse tipo de procedimento ocorresse.

Por isso é que tenho o entendimento de que tudo que está sendo questionado ao Sr. Eraldo – apesar dos procedimentos terem se dado até 1995, a comunicação às autoridades foi inclusive próxima ao início de toda a autorização, a flexibilização, para que o Banestado pudesse operar –, tenho o entendimento de que é absolutamente pertinente, inclusive no sentido de questionar as autoridades, que foram informadas e que não tomaram providências no sentido de sustar a lavanderia instalada no Banestado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Fui citado pelo

Deputado Dr. Hélio e, em seguida, pela Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Eu pediria a V. Ex^a que fosse breve.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quando alertei ao Deputado Dr. Hélio não foi só com relação ao tempo, mas também aos valores envolvidos nessa questão, uma vez que vi que hoje a Comissão toda foi tomada pelo pânico, porque não se achavam números grandes. A denúncia é de 32 bilhões de dólares, e estamos engatinhando sobre números pequenos.

Agora, a realidade, Senadora Ideli, é que o campo de ação do depoente é de 1991 a 1995. A carta é de 1996. Evidentemente, tenho uma opinião. Ele prestou esclarecimentos mais importantes hoje do que toda a força-tarefa, do que a Polícia Federal, o Ministério Público, tudo junto, porque pelo menos ele deu um caminho, deu uma pista. Tenho a impressão de que o depoimento dele, sob esse aspecto, sob o aspecto pedagógico, foi mais importante que muita coisa que se ouviu aqui. Agora, a reparação que fiz foi exclusivamente com relação à data e valores, exclusivamente sobre isso, embora reconheça a importância do depoimento do Sr. Eraldo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Deputado José Rocha, V. Ex^a tem oito minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, quero dirigir-me ao Sr. Eraldo.

Dentro dessa grande lavanderia que se instalou no Banestado, qual a classificação hierárquica de V. S^a na agência do Banco?

O SR. ERALDO FERREIRA – Em 1991, quando do episódio da Operação Pink, eu era gerente de negócios da agência Maringá – Centro. Em 1992, assumi as funções de assistente gerencial junto à Agência 15 de Novembro, em Curitiba.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Acima do senhor, quem eram as pessoas que estavam na hierarquia?

O SR. ERALDO FERREIRA – Existia o Sr. Gilberto Machado, que era gerente de negócios, o Sr. Paulo Roberto, que era gerente administrativo, o Sr. Luiz Hilco, que era o gerente-geral da agência. Posteriormente, ele se aposentou e veio a ser substituído pelo Sr. Adailton Luchetti.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Todas essas pessoas tinham conhecimento dessas operações? Todas?

Além do senhor, quantos outros colegas faziam o mesmo tipo de captação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Captação para abertura de contas, somente eu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Somente o senhor. O senhor foi levado a essa condição indicado por quem?

O SR. ERALDO FERREIRA – Pela assessoria da Diretoria de Câmbio do banco.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem da assessoria, especificamente?

O SR. ERALDO FERREIRA – Declinei no início, mas vou repetir: o Sr. José Luiz Boldrini, a Sr^a Rose Mary do Rossil Kirato Viana, o Sr. Gastão da Fonseca Abreu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual era o relacionamento dessas pessoas com o senhor do ponto de vista pessoal?

O SR. ERALDO FERREIRA – Colegas de trabalho.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Já há algum tempo?

O SR. ERALDO FERREIRA – Há bastante tempo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor foi para essa agência levado por eles?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Com esta missão determinada de captação de recursos?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu fui a Maringá como gerente de negócios. Eu havia feito um concurso, passei no concurso e fiquei na reserva técnica. Quando vagou Maringá, fui indicado a assumir o cargo. O gerente era o Sr. Adailton Luchetti; por divergências com ele, ele me mandou embora da agência. A Diretoria achou por bem me recolocar junto à agência 15. E criaram o cargo de assistente gerencial, que não existia na época. Criaram esse cargo para me alocar junto à agência 15 – isso em 1992. Fiquei lá na agência, em 92, como assistente gerencial. Em 93, eles me chamaram na diretoria e me propuseram então assumir a função de abrir esse novo campo, que era a abertura de contas em Nova Iorque.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quantos clientes, mais ou menos, o senhor conseguiu para esse tipo de operação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Em torno de 150 clientes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E em termos de valores?

O SR. ERALDO FERREIRA – Como lhe falei, por curiosidade minha, somei os saldos das contas, aproximadamente em abril de 95, que totalizavam US\$ 4,5 milhões.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E aí o senhor teria uma comissão de quanto nesses US\$ 4,5 milhões de dólares?

O SR. ERALDO FERREIRA – Nenhum.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que foi oferecido ao senhor?

O SR. ERALDO FERREIRA – Inicialmente, haviam oferecido 1,5%.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Um e meio por cento. O senhor não recebeu absolutamente nada por isso?

O SR. ERALDO FERREIRA – Absolutamente nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essa captação que o senhor fez foi toda em moeda corrente, toda em dólar?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, senhor, eventualmente o cliente tinha em moeda nacional – cruzeiros, na época. Então, eu pegava os cruzeiros dele, fazia o câmbio, transformava em dólares e fazia o crédito na conta dele em Nova Iorque.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esses clientes todos eram clientes nominais mesmo, ou via laranja?

O SR. ERALDO FERREIRA – A sua pergunta é bem pertinente e foi bastante questionada. Os clientes eventualmente eram laranjas deles mesmos, porque eles abriam contas e o que exigíamos para a abertura de contas era que eles nos entregassem uma cópia da identidade, do passaporte ou de um documento oficial e que assinassem um cartão de assinaturas, para poder fazer a movimentação da conta. Mas o nome da conta podia ser o nome que ele quisesse.

Lembro-me de que tinha um cidadão que abriu o nome da conta João José da Silva, e o nome dele era totalmente diferente disso. Tinha um outro que abriu uma conta com o nome de Knights of Saint Sebastian, quer dizer o nome de uma conta Cavaleiros de São Sebastião!

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esse nome ficava na conta do Banestado em Nova Iorque?

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas os documentos, como o passaporte, eram do nome real?

O SR. ERALDO FERREIRA – Da pessoa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como eles tinham o documento com um nome e a conta aberta com outro?

O SR. ERALDO FERREIRA – A conta podia ser aberta com o nome do cachorro do cliente se ele quisesse. Essa era a instrução.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esses recursos, os que o senhor recebia em dólar, mandava direto para o Banestado, via casas de câmbio?

O SR. ERALDO FERREIRA – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Os que eram em moeda corrente, o senhor transformava em dólar, via doleiro?

O SR. ERALDO FERREIRA – Via doleiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quais eram os doleiros mais freqüentes nessas operações?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu declinei. Era a Santa Clara Factoring, de São José dos Pinhais, Paraná, e a Transoceânica Turismo. A Transoceânica movimentava 90% das operações.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem eram os donos dessas casas de câmbio?

O SR. ERALDO FERREIRA – A Transoceânica era uma casa de câmbio. O Sr. Gerhard Fuchs e Ernesto de Veer é que eram os proprietários da casa de câmbio.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nessa Operação Pink – de que o senhor teve conhecimento, mas não se inteirou totalmente – mandava-se o dinheiro para a empresa lá fora, a importadora. Esses recursos iam via casa de câmbio ou via Banestado diretamente?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sr. Deputado, só posso lhe dizer o que imagino que acontecia, porque eu não via a operação. Mas o que pode ter ocorrido é o seguinte: a cobrança saía daqui pelo valor maior; o banco pagador fazia o pagamento no Banestado de Nova Iorque, e esse recurso poderia ficar na conta da empresa em Nova Iorque ou poderia vir, por meio de uma casa de câmbio, para o exportador, aqui no Brasil, em espécie, porque, na época, era muito interessante se ter dólares em espécie. Então, ele tinha várias opções. Ele podia receber em dinheiro, em espécie, ele podia receber em moeda nacional, podia pagar a quem ele quisesse lá fora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Saía num valor maior.

Na verdade, o valor real eram os 80%, que eram transformados no Banestado de Nova Iorque.

O SR. ERALDO FERREIRA – Coloquei 100 mil dólares e 80 só para facilitar a compreensão, mas os valores eram...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O valor real não eram os 100, mas eram os 80.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Deputado, estão esgotados os oito minutos destinados a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Agradeço a advertência de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Deputada Dr^a Clair, tem V. Ex^a a palavra.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, pergunto ao depoente: quanto tempo o senhor ficou na Agência 15?

O SR. ERALDO FERREIRA – Fiquei de 92 a 95.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Outras agências do Banestado faziam esse tipo de operação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Qual tipo de operação?

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – De câmbio, de captação de dólares.

O SR. ERALDO FERREIRA – Tenho conhecimento de que as Agências de Foz do Iguaçu e São Paulo tinham numerações de contas para abertura, porque a Agência Nova lorque repassava uma relação de contas a serem abertas. Agora, se eles abriram contas, não tenho conhecimento.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Quem era o presidente do Banco à época?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não me recordo.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – O senhor tinha relacionamento com o presidente do Banco à época?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, senhora. O meu relacionamento se limitava à gerência da agência e eventualmente à assessoria.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Sabe se o presidente à época tinha conhecimento dessas operações?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, senhora.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Sabe se as autoridades governamentais tinham alguma relação com esse tipo de operação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Também não.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Tinham ciência desse tipo de operação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não sei lhe dizer, senhora.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Conforme relação que V. Sª aqui apresentou, juntamente com essa carta, tem muitos nomes de funcionários. Seriam funcionários usados como laranjas ou é o nome mesmo dos donos das contas?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eram os donos das próprias contas. A origem do dinheiro não sei dizer se era deles ou de terceiros, mas as contas eram deles mesmos.

A SRª DRª CLAIR (PT – PR) – Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Eu gostaria de saber do Depoente se essa relação de nomes que ele entregou em 1996 contém nomes quentes ou são laranjas?

O SR. ERALDO FERREIRA – Tem nomes de contas que não coincidem com o nome do titular da conta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Até de funcionários do Banco?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não. Dos funcionários, os nomes são corretos. Nos outros é que há eventualmente nomes frios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para completar, nos documentos que acompanham o nome fictício aparece o nome do titular?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, esse sigilo de algumas que se obteve, por exemplo, vai apontar quais eram as contas fantasia e tinham titular real?

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Agradeço o depoimento...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – V. Exª tem a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não sei se anteriormente esse assunto já foi abordado, mas é uma questão de precaução, e acho que o Sr. Relator haverá de concordar. Trata-se da necessidade de permanência do depoente na dependência da Casa, para uma posterior acareação entre ele e algum próximo depoente. Era apenas para lembrar a V. Exª.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há concordância da relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – A Presidência concorda com a sugestão de V. Exª. O Relator também quer fazer...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou fazer as últimas indagações.

O senhor teve conhecimento de que, depois da sua saída da manipulação dessas contas, elas continuaram sendo construídas? Novas contas foram abertas depois que saiu?

O SR. ERALDO FERREIRA – Quando saí no dia 27 de junho de 1995, passei a administração dessas contas, por orientação do gerente, Sr. Odair Turquetti, para a Srª Lourdes Maria Perin Vieira, que é irmã do Sr. Valdir Perin, que era gerente de Nova lorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, as contas continuaram sendo operadas?

O SR. ERALDO FERREIRA – Provavelmente sim, continuaram; não tenho conhecimento, porque na agência para onde fui transferido não existiam contas, e eu fazia um serviço totalmente diferente. Só gostaria de colocar que entreguei à CPI do Banestado estadual alguns documentos em que o Sr. Valdir Perin nos ques-

tionava as contas com nomes fictícios. Ele nos cobrava que iria fechar as contas que tivessem nomes fictícios, se não mandássemos documentos, comprovando que aquela empresa existia realmente. Então, houve uma tentativa de moralização na época do Sr. Valdir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas indago: em Nova lorque é comum abrir qualquer conta fictícia?

O SR. ERALDO FERREIRA – Veja bem, senhor, desde que comecei a fazer as aberturas de contas, era comum. Eu abria conta com qualquer nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Perin orientou para que não tivesse conta fictícia?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim. A partir de 1995, ele começou a emitir documentos, cobrando essas contas, para que fossem regularizadas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que a diretoria do Banestado tinha conhecimento dessas contas?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu não sei dizer. Provavelmente, pelo menos a diretoria de câmbio tinha, porque a orientação de abertura de contas partiu da assessoria da diretoria de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que benefício o banco teria com essa captação de recursos em reais? Aumentava o depósito à vista, o investido, que, evidentemente, ele poderia aplicar?

O SR. ERALDO FERREIRA – Até na carta que escrevi, se não me engano para Miguel Salomão, coloquei que, em vez do prejuízo que o banco falou que dei, na realidade, contribuí bastante com o banco, porque a remuneração paga pelo banco para esses recursos captados era de 4,5%, e o Banestado de Nova lorque sofria de uma carência de linhas de crédito para exportações muito grande. Então, esses recursos eram canalizados para financiar exportações, e a remuneração paga pelos exportadores era de 18% em média, enquanto se pagavam 4,5% para os clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa informação que o senhor deu agora de que também as agências de Foz e de São Paulo também possuíam numeração de contas de Nova lorque mostra que não é uma questão localizada, mas uma política do banco para captação.

O SR. ERALDO FERREIRA – Exatamente. Inclusive, em uma ocasião, eu precisava abrir uma conta de um cliente que queria o número 777, e não era essa a numeração que eu tinha na Agência 15. Questionei em Nova lorque, e eles falaram: pegue esse número da Agência Foz do Iguaçu. Liguei para Foz, pedi esse número, eles me repassaram, e abri a conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que o Presidente do Banco também tinha essa informação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu desconheço essa informação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em nenhum momento, o senhor foi denunciado pelo Ministério Público?

O SR. ERALDO FERREIRA – Sim, fui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi denunciado?

O SR. ERALDO FERREIRA – Fui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a ação?

O SR. ERALDO FERREIRA – Fui chamado por um Procurador da República em Curitiba, conversei com ele, falei que tinha documentos que comprovavam todas as operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se mostrou em condições de colaborar com o Ministério Público?

O SR. ERALDO FERREIRA – Com certeza. Ele ficou de ir a Maringá e de me convocar, e isso jamais aconteceu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a receber os valores em cheque ou só em moeda mesmo? Dólar ou Real?

O SR. ERALDO FERREIRA – Para remessa ao exterior?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. ERALDO FERREIRA – De qualquer forma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cheque também? E onde se compensava o cheque, na casa de câmbio?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não, dentro do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cheque do próprio Banestado?

O SR. ERALDO FERREIRA – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem sacava esses recursos?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu ia no caixa, sacava o recurso, fazia a operação de câmbio com a casa de câmbio e fazia a remessa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a empresa Agromar?

O SR. ERALDO FERREIRA – Tenho conhecimento dessa empresa da época em que eu estava na Agência 15. Ela pertencia a um cidadão chamado José Aldivar Lopes, e o Sr. Odair Turquetti, que era nosso gerente, assinava por essa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele era dono ou o que ele era?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não sei o que ele era dessa empresa, provavelmente ele era sócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que ele era sócio?

O SR. ERALDO FERREIRA – Eu acho que ele era sócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque, às vezes, ele assinava como gerente de câmbio; às vezes, em nome da empresa e, às vezes, pelos dois.

O SR. ERALDO FERREIRA – Com certeza.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, o depoente acaba de informar que foi procurado por um procurador e que ficou de, posteriormente, ter uma segunda conversa com ele. Seria bom que ele citasse o nome do procurador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome do procurador que o procurou?

O SR. ERALDO FERREIRA – Não me recordo, no momento, mas tenho a intimação lá em casa e posso repassar posteriormente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Relator, só uma pergunta, em complementação à do Senador Heráclito Fortes. Quando foi isso, que ano foi, quanto tempo faz, a data. Que o senhor mandasse cópia da intimação para a CPI.

Obrigado.

O SR. ERALDO FERREIRA – Mandarei, com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Agradecemos, então, a presença do Sr. Eraldo Ferreira. Pedimos-lhe que faça a gentileza de aguardar até a oitava dos demais depoimentos.

Vamos suspender a reunião por cinco minutos.

O próximo depoente, segundo orientação do Relator, seria Valdir Antônio Perin.

Obrigada.

(Suspende-se a reunião às 13h04min.)

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Declaro reaberta a reunião. O próximo depoente é o Sr. Valdir Antônio Perin. (Pausa)

O Sr. Eraldo Ferreira deve permanecer em outra sala, não ouvindo o depoimento. (Pausa)

Dando seguimento aos trabalhos, temos para prestar depoimento à Mesa e à Comissão o Sr. Valdir Antônio Perin, que tem como Identidade nº 10784093, do Paraná, idade de 51 anos, CPF nº 154111339-04, casado, residente à rua Sanito Rocha nº 85, apartamento nº 1.201, Cristo-Rei, Curitiba, profissão empresário. Local onde exerce sua atividade atualmente: Curitiba, na rua Arquimedes nº 42, sobreloja, Colombo-PR. É parente em algum grau de parte envolvida? Respondeu que não.

O Sr. Valdir Antônio Perin assumiu o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, comprometendo-se, então, a dizer

a verdade, sob as penas da lei, nos termos, inclusive, do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal.

Sr. Valdir Antônio Perin, o senhor tem conhecimento de que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas no Brasil, especificamente para os chamados “paraísos fiscais”, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou evasão de 30 bilhões de dólares, efetuada em 1996 a 2002 por meio das chamadas contas CC5. Perguntaria a V. Sª o que o senhor tem a dizer sobre estas questões já aventadas, já que o senhor foi funcionário do Banestado em Nova Lorque.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Srª Presidente, antes de o depoente responder a pergunta, eu gostaria que a Mesa informasse em que condição ele está aqui depondo, se como testemunha ou como convocado.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Como convocado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E a segunda pergunta: qual o período que ele ficou a frente do banco em Nova Lorque?

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Acho que ele pode responder sobre esse período.

O senhor está com a palavra, Sr. Valdir.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Bom dia a todos. Primeiramente, é um prazer estar nesta Comissão. Na quarta-feira passada, não pude comparecer em função de ter sido ouvido em Curitiba, no Segundo Juízo Federal, que trata sobre o mesmo assunto.

Em função dessa oitava, na qual estive na quarta-feira, dia 17, trata-se do mesmo assunto. Por isso, no requerimento, fizemos a observação de que em assuntos que possam me comprometer naquele processo, vou manter a lei do sigilo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sobre a data em que V. Sª foi gerente em Nova Lorque não lhe irá comprometer em nada.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza, Excelência. Eu assumi a agência do Banestado em Nova Lorque no dia 3 de setembro de 93 e deixei a agência no dia 18 de abril de 98.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Gostaria de informar aos Srs. Parlamentares e ao nosso Relator que temos em mão um requerimento dos advogados do Sr. Valdir Antônio Perin que diz:

“Considerando que o requerente é réu junto à Justiça Federal nos autos de ação penal supramencionados, fará uso, frente a esta Comissão Parlamentar, do direito de permanecer calado com relação às perguntas que vierem lhe incriminar.”

Então, baseado nessa prerrogativa, ele se dá o direito de permanecer calado.

Passo a palavra a V. S^a para fazer as explicações que entender devidas e que não venha a comprometer os seus depoimentos futuros.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Excelência, deixo a critério das perguntas. Estou pronto para responder as perguntas dos ilustres Srs. Senadores e Srs. Deputados.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a. Clair) – Passo a palavra ao eminente Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia nos descrever, rápida e sucintamente, a sua carreira no Banestado?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Pois não, Excelência.

Comecei no Banestado em setembro de 74, através de concurso público. Em 75, por intermédio de concurso interno, fui elevado ao cargo de Escriturário; e, em 76, a Chefe de Seção – todo esse período na área internacional do Banco. Em 76, assumi o cargo de Encarregado de Seção. Em 80, assumi a Gerência de Área – vários gerências de negócios na Agência de Foz do Iguaçu; em dezembro de 81, assumi a Gerência de Câmbio em Foz do Iguaçu e fui Gerente de Câmbio até dezembro de 85.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em dezembro de 95?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Em dezembro de 85. Em janeiro de 86, assumi a Gerência de Câmbio em Campinas, São Paulo, onde estive até novembro de 90. Em novembro de 90, assumi a Direção-Geral da Divisão Internacional em Curitiba, onde estive até 93, quando fui para Nova Iorque. No meu regresso ao Brasil, de 98 a 99, fui Superintendente Regional em Curitiba e, em 99 – de abril a dezembro – fui Superintendente Regional da Companhia Gralha Azul de Seguros e, após, retornei a Gerente de Agência até a minha saída do Banco, em março de 2001.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor faz atualmente?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Atualmente, tenho uma escola de idiomas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 90 e 98, o senhor esteve na Agência de Curitiba?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – De 90...

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 90 a 98.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 90 a 93.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – 93.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 93 a 98, em Nova Iorque.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E voltou, então, para ser Superintendente?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Para ser Superintendente Regional na região de Curitiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse cargo em Curitiba – em 98 – é uma promoção?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Era similar ao que eu exercia antes de ir a Nova Iorque. Gerente de Divisão é um cargo similar ao superintendente regional, só que o gerente de divisão é na parte da direção-geral, e o superintendente, na parte de agências.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha conhecimento da remessa de dólares por doleiros para a agência do Banestado em Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Doutor, às remessas, às famosas CC5 não tínhamos acesso nenhum. A nossa vinculação em Nova Iorque era receber créditos que tinham a origem de bancos. A operação era realizada entre bancos brasileiros e bancos correspondentes, onde havia interferência direta do Banco Central do Brasil em todas as operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas os depósitos realizados na agência de Nova Iorque das ordens que recebia do Brasil não tinham destino, não tinham conta?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Quem fazia esse pagamento eram clientes nossos. O Banco Del Paraná é que fazia as compras diretamente ao Brasil, através de uma operação de CC5 registrada no Banco Central. E o Banco Del Paraná fazia as movimentações com seus clientes no seu país.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – E lá em Nova Iorque na conta de quem que depositava?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Dos clientes que ele recomendava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E tinha um *off shore* trabalhado com doleiros?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – A essa pergunta eu me reservo o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A abertura dessas contas em Nova Iorque era executada por quem?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – As aberturas das contas em Nova Iorque tinham como origem uma indicação do nosso banco correspondente, do Banestado no caso do Brasil, e do Banco Del Paraná, no caso do Paraguai, e eventualmente bancos correspondentes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a abertura da conta era feita no Brasil ou em Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – A abertura da conta era feita em Nova Iorque. Os documentos poderiam até ser recolhidos no Brasil, mas a abertura da conta era feita em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem era o responsável pela abertura das contas em Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Bom, a documentação chegava para nós... quem fazia a abertura seria o encarregado de conta corrente com a supervisão do gerente administrativo financeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor como gerente era responsável por essas contas.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Também era responsável.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu lhe pergunto: havia conta de doleiros em Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Relator, reserve-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas as contas eram abonadas pela gerência em Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Todas as contas em Nova Iorque tinham o procedimento normal adotado perante a legislação americana. Nós cumprimos todos os trâmites que a legislação exigia nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor responde a algum processo na Justiça brasileira ou estrangeira?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Estou respondendo a partir de agora sobre evasão de divisas, pelo que me julgo injustiçado, porque nós não tínhamos nenhuma interferência com remessa de reais no Brasil; apenas movimentávamos dólares nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a acusação que paira sobre o senhor?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Formação de quadrilha, quando há muitas pessoas que nem conheço; gestão fraudulenta, quando, na realidade, não é verdade; desde que assumi a agência em Nova Iorque nós só demos resultado positivo naquela agência. A partir de 1994, o melhor ano foi 1997, com uma média de três milhões de resultado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve conta no Banestado?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Eu tive conta no Banestado antes de assumir a agência em Nova Iorque, porque é proibido a pessoas que moram nos Estados Unidos manterem conta no Estado de Nova Iorque. Então, com a minha ida para Nova Iorque, fechei a minha conta lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor tinha conta antes de Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Antes de assumir Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a que título?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – A que título?!

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Uma conta normal, como cliente normal, porque é permitido a qualquer brasileiro manter conta no exterior. E eu fiz uma viagem ao exterior e comecei inclusive com os recursos de minha viagem que depusitei na conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se lembra do número dessa conta?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não lembro, mas deve ser 888, eu acho. Não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse número 1067-2 lhe diz alguma coisa?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Eraldo?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eraldo Ferreira.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele foi funcionário também do Banestado...

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O Eraldo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Foi funcionário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É. O senhor tem relações de amizade com ele...?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, apenas profissional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor operou essa conta nos Estados Unidos através do Sr. Eraldo?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Qual conta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A conta que o senhor possuía em Nova Iorque.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, eu abri direto quando estive em visita ao Banestado de Nova Iorque. Eu fiz uma visita em 1993 ao Panamá, representando o Banestado numa reunião da Conferência Latino-Americana, e, na oportunidade, passei por Nova Iorque, quando abri a conta direto em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a D. Lurdes Maria Perin Vieira?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Tenho o grato prazer de dizer que ela é minha irmã.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor sabe se ela teve conta no Banestado de Nova lorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – De novo, Sr. Relator, reservo-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve conta conjunta lá com ela?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não tive. Se é que ela teve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou, alguma vez, a remeter recursos do Brasil por meio do Sr. Eraldo Ferreira?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não entendi a sua pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a fazer alguma remessa de recursos para o exterior por meio do Sr. Eraldo Ferreira?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Na realidade, o Eraldo não fazia remessa. O Eraldo era mera fonte de captação dos documentos para a Agência Nova lorque encaminhar a Nova lorque. Quem fazia as remessas para Nova lorque seriam os clientes. Os clientes teriam a obrigação de fazer as remessas, não o Eraldo. O Eraldo não tinha poderes para fazer remessa para Nova lorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez alguma remessa de recursos para Nova lorque por meio do Sr. Eraldo?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não fiz. Não lembro... Não fiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se a D. Lurdes Maria Perin Vieira fez?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não sei. Não posso falar por ela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha conhecimento das funções do Sr. Eraldo de captação de recursos para a abertura de contas em Nova lorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O Eraldo era mero intermediário. E o objetivo da Agência Nova lorque era captar recursos, de preferência de brasileiros que já tinham conta no exterior, ou de outras pessoas, clientes do Banestado, que demonstrassem interesse em aplicar recursos no exterior, o que não tem nada de irregular. Eram feitas nas carteiras de câmbio, e o Sr. Eraldo passou a atuar, um período, na carteira de câmbio, em Curitiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe explicar, então, por que eram usadas casas de câmbio para fazer essas remessas?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não. Isso aí eu desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tinha conhecimento de remessas de brasileiros, por meio de casas de câmbio, para o Banestado de Nova lorque, para crédito de clientes do Banestado de Nova lorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor. Recebíamos diretamente o dinheiro, em Nova lorque, na conta dos clientes. O caminho que eles usavam não nos cabia perguntar. Eram os clientes que faziam as remessas. Não tínhamos esse conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, em Foz do Iguaçu, era o mesmo mecanismo?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O mecanismo seria semelhante ao das casas onde o banco tinha agências de câmbio. Se Foz do Iguaçu tinha agência de câmbio, era a mesma coisa. Mas, geralmente, teríamos mais o braço paraguaio, seria o Paraguai que abriria as contas de clientes paraguaios, que eram a grande maioria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha uma política para a captação de recursos para a Agência Nova lorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não era a agência que tinha; o banco tinha uma política de captação. Inclusive, tínhamos planejamentos estratégicos anualizados. A cada dois anos era feita uma atualização. O objetivo realmente era captar recursos para a agência, porque esses recursos voltariam ao Brasil – como voltaram – financiando as atividades do comércio exterior. Muitas exportações foram financiadas, no Banestado, graças à captação que fizemos em Nova lorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Banestado buscava conhecer o cliente a ponto de saber se ele tinha lastro para poder fazer remessas e movimentação de dólares ou em reais?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não. Isso seria o caso do Banestado, que passava informação para nós, mas eu não teria como afirmar – salvo se fossem bancos de que tínhamos os balanços.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na agência do senhor, em Nova lorque, quando alguém abria uma conta, o senhor se preocupava em saber se a pessoa tinha condições de fazer aquela movimentação? Ou não?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Sr. Relator, na realidade, as contas eram praticamente indicadas pelo Brasil e pelo Paraguai. Nessa parte, em um primeiro momento, os nossos representantes do Brasil e do Paraguai era que faziam esse trabalho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Naquelas contas abertas em Nova lorque, o senhor procurava saber se as pessoas que estavam abrindo a conta tinham

condição de movimentá-la? Ou, quando faziam remessas para o Brasil, se tinham condições para isso?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não estou entendendo bem o problema das remessas para o Brasil. Todas as remessas que eram feitas por meio do Banestado não eram feitas diretamente ao Brasil. Não tínhamos como fazer uma remessa direta do Banestado Brasil para um cliente aqui, no Brasil. Tínhamos que fazer por intermédio de um correspondente. O Banestado não pode pagar uma agência direto, em São Paulo ou no Rio, a não ser via banco correspondente em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Ércio P. Santos?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode descrever qual é a função dele? Era funcionário do Banestado? Qual era a função?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O Sr. Ércio era funcionário do Banestado. Trabalhou na área internacional por um bom tempo; foi Gerente de Negócios em Maringá. Em função do desempenho, foi promovido a Gerente de Câmbio na cidade do Rio de Janeiro, e, posteriormente, através de uma seleção do Banco, aproveitado em Nova Iorque como Gerente Administrativo e Financeiro de Nova Iorque em maio de 93.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando ele ficou?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Ele ficou no Banco possivelmente até março de 97.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Alexander F. Gomes?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu esse nome?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não ouvi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Cid Elias Carneiro?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu esse nome?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nunca ouvi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Ademir S. F. Gouveia?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Alberto Yussef?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nesse caso, me reservo o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor Ércio era subordinado ao senhor?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Na realidade, nossa vinculação era direta com a Diretoria do Banco, Diretoria de Câmbio. Ele tinha a parte administrativa e financeira, e eu, mais a parte de negócio e de contato com os bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a captação era responsabilidade de quem?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Dos dois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor tinha meta para atingir em valores de depósitos?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor. Não tínhamos meta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os relatórios de viagem que o Sr. Ércio fazia, o senhor tomava conhecimento? Quando eram destinados a visitas para captação de recursos?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não era comum fazermos relatórios, a não ser relatórios para o próprio Banco Central americano, OCC. Muitas vezes, tem relatórios, eu não acompanhava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca viu nenhum relatório do Sr. Ércio? De viagens que ele realizou?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Eu vi, esses dias, na denúncia fornecida agora em Curitiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas nunca tinha visto.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não tinha conhecimento anterior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe que ele visitava o Sr. Alexander F. Gomes?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Cid Elias Carneiro?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Alberto Yussef?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Alberto Yussef era correntista do Banestado.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe qual é a profissão do Sr. Alberto Yussef?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de me manter em silêncio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou lhe apresentar um documento, o senhor poderia dizer se conhece a assinatura? (Pausa.)

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não reconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O visto que tem aqui do lado, o senhor sabe de quem é?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Em princípio, parece meu. É fotocópia, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou perguntar ao senhor de novo se o senhor sabe identificar de quem é a assinatura.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não sei.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Para informação, farei a leitura:

“Através da presente, autorizamos depositar em nossa Conta Corrente 3.749 a importância de US\$ 30 mil a creditar para o Banestado.

Atenciosamente” (Assinado.)

O SR. RELATOR (José Mentor) – Este visto aqui não é reconhecendo a assinatura?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor. Quem faz essa parte é o financeiro-administrativo, que recebe, verifica se tem saldo e faz a transferência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso aqui é autorizando a transferência?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor. É um visto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É um visto para quê?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – É um visto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que foi visto!

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Realmente, quem faz isso é a parte administrativa; vê se tem recursos, se a assinatura confere. Eu não acompanhava a assinatura de cliente nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, então, por que do visto?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Realmente, não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não foi o senhor que fez?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mas faz quantos anos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantas vezes o senhor viu alguma coisa sem saber o que era?

O senhor conhece o Sr. Afonso Celso Braga?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho-me no direito de permanecer em sigilo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esta assinatura aqui é uma coisa que parece um A, uma coisa que parece um C e uma coisa que parece Braga.

O senhor prestava conta das suas atividades para os seus diretores?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Informávamos mensalmente. Mandávamos relatórios à Diretoria

de Câmbio todos os meses das atividades da agência em Nova Iorque, que tinha por incumbência, depois de avaliar os relatórios, encaminhá-los à auditoria do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor movimentou alguma conta da Dª Lourdes Maria Perin Vieira, na época que foi gerente do Banestado em Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebia comissão, participação, nas operações que realizava de investimentos?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor. Tínhamos um salário fixo e mais nada. Era produtividade e era para o banco. Não tínhamos nenhum rendimento, a não ser o que estava constando do contrato de transferência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, alguma vez, fez alguma comunicação aos seus diretores de operações de contas por pessoas jurídicas ou pessoas físicas que não tinham lastro para operar aqueles volumes de recursos?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor, porque, em princípio, nas nossas normas do banco, não havia nenhuma especificação que nos exigisse, e o banco não estava correndo nenhum tipo de risco. O importante, para nós, era que não corrêssemos risco, e não tínhamos risco nenhum, porque não efetuávamos o pagamento se não houvesse saldo nas devidas contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que é algum risco para um banco fazer lavagem de dinheiro?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não posso precisar o que é lavagem de dinheiro. Para nós...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É dinheiro sujo que vira dinheiro limpo.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Recebíamos um dinheiro que saía limpo do Brasil, chegava para nós e era movimentado entre casas de câmbio e outros clientes. O dinheiro saía limpo do Brasil, com a chancela do Banco Central. Para nós, era um dinheiro limpo. Outra coisa: muitas vezes, era movimentado entre contas, isto é, um milhão poderia virar cinco milhões. Tanto é verdade que esse laudo que fala em trinta e poucos bilhões, no relatório de denúncia, no levantamento que foi feito em 1996 e 1997, por exemplo, no fechamento de câmbio, que foi relatado e verificado no Banco Central, o Banestado fechou 1,8 bilhão, em 1996, e 1,5 bilhão, em 1997. A notícia fala que houve lavanderia de 30 bilhões. O Banestado fechou três bilhões, conforme informação do Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou que a agência do Banestado em Nova York seguia a legislação americana.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inclusive para abertura de contas?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inclusive para movimentação das contas?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Tudo que constava dos nossos manuais era cumprido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os manuais da legislação americana ou do Banestado?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Americana.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a política da OCC: “Conheça o seu cliente”?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor conhecia os seus clientes?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conhecíamos por interferência do nosso banco. Era o Banco do Paraná e o Banestado.

Mais uma informação: realmente, as auditorias do OCC sempre foram extremamente rígidas e procuramos acompanhá-las sempre. Tanto é verdade que sofríamos quatro auditorias por ano na agência em Nova Iorque, desde que lá chegamos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor seguia a orientação, portanto, do “Conheça o seu cliente”?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Afonso Celso Braga?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de não responder, em função da minha denúncia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece essa assinatura?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não reconheço, não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Sanfox?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Banco Integración?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quem são os proprietários do Banco Integración?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, não me lembro porque deve haver vários proprietários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Celso Braga é sócio do Integración?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não me lembro se ele é sócio ou não é. Não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas V. S^a o conhece, não se lembra se ele é sócio, mas o conhece?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto, estou satisfeito, Sr. Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Passarei a palavra agora ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Valdir, vendo a sua trajetória no banco – começou em 1974 e terminou em 2001 –, vejo que é uma carreira bem-sucedida para um servidor de um banco público. Ocupou diversos cargos, diversas posições relevantes, inclusive a gerência de uma agência no exterior. Talvez seja o cargo de gerente o mais elevado posto antes de chegar a diretor do banco. Apenas sinto que, com toda essa carreira de êxito, bem-sucedida, como funcionário de um banco público, possa ter sido utilizado como uma peça de um tabuleiro para alguns interesses. A CPI não está a fim de investigar os peões desse tabuleiro, estamos tentando chegar às rainhas e aos reis desse tabuleiro, às torres. E a colaboração de V. S^a será muito útil até para coroar, para concluir com êxito a sua trajetória, para que, no final das contas, ao encerrar tudo, não paguem somente os peões e se livrem soltos os reis e as rainhas.

A sua negativa em responder algumas perguntas apenas coloca sobre as suas costas essa responsabilidade. Acho que não gostaria de ver o senhor e outros gerentes, funcionários, que foram utilizados como instrumentos, pagando o pato, está certo? Que pagassem o pato outras pessoas. São essas outras pessoas que precisamos conhecer e esse conhecimento viria das suas informações.

O Sr. Eraldo, que hoje, em depoimento, falou que o senhor informara a ele que não mais receberia documentação incompleta para abrir conta no exterior – inclusive elogiou essa sua atitude. Mas demonstrou que foram abertas contas com documentação incompleta.

Numa das caixas que o promotor de Nova Iorque entregou à Comissão, havia quase cinquenta passaportes numa conta Beacon Hill. Isso denota que, num certo momento, não teria havido cuidado por parte da gerência ou da equipe lá em Nova Iorque do perfeito conhecimento de quem seriam os correntistas do

banco, haja vista a manifestação de um captador. O senhor falou que o Sr. Eraldo era um captador que remetia essas informações, remetia esses dados, para a casa de câmbio e as casas de câmbio abriam em nome do remetente omissis, naquele momento, para a agência de Nova Iorque.

O senhor confirma que inicialmente as contas não eram abertas com toda a identificação do correntista?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Deputado, desde que assumimos o Banestado de Nova Iorque, todas as contas foram abertas dentro das normas. Gostaria de fazer apenas uma correção quando o senhor fala na Beacon Hill. Essa informação, nobre Deputado, teria que solicitar ao Chase Manhattan Bank, onde ele era cliente, ele não era nosso cliente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas em algumas operações do Banestado, segundo o rastreamento, foram feitos depósitos da conta Banestado nessa conta Beacon Hill do Chase Manhattan.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – É possível, porque cumprimos ordens de nossos clientes. Agora, quero deixar bem claro que Bacon Hill é uma conta do Chase Bank, que conheceu o Bacon Hill, e não o Banestado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então, o senhor conhece muito bem os correntistas, uma vez que informou, com muita precisão, que o Bacon Hill não fica no Banestado, mas no Chase Manhattan. Evidentemente, deve conhecer um correntista, numa relação fornecida por quem captou isso no Brasil, Rivadavia Menarin? O senhor conhece Luiz Massa?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me no direito de me manter em sigilo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Maurício Selene?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Eram correntistas do banco. E MR Importação e Exportação?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nobre Deputado, sobre clientes eu não vou responder.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas conhecia o Bacon Hill?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Bacon Hill é de outro banco e mandava crédito para o Banestado. Por isso que digo, não era cliente do Banestado e, sim, do Chase Manhattan Bank.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor tem conhecimento da última auditoria da OCC?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O senhor tem a data?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Foi na sua gestão enquanto gerente.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Tivemos a OCC no Banestado, em 1994, 1995, 1996 e 1997. É normal o banco central americano fiscalizar – no caso do Banestado, enquanto existia – no começo do ano, janeiro ou fevereiro. E sempre que a OCC ia até o Banestado, era com especialistas em cada setor. Chegamos a ter 10 a 12 pessoas da OCC dentro do Banestado. Em 1994, 1995, 1996 e 1997, todas as auditorias foram feitas pela OCC – espero que a CPMI já tenha cópia deste documento – e deram como satisfatória a posição do Banestado.

Tivemos uma segunda auditoria em julho de 1997, quando a OCC voltou a fazer uma nova auditoria no Banestado. Imaginamos que foi em função do Banco Central. Nessa auditoria, permaneceu dentro do Banestado, entre idas e vindas, por mais de três meses. Foi feito um trabalho mais aprofundado, quando acharam algumas deficiências. Mas o Banestado continuava operando da mesma forma que operava em fevereiro. Então, como, em fevereiro, nos deram um grau positivo e, em julho, falaram que eram deficientes as nossas normas?

Mesmo assim, contratamos uma empresa e fizemos as correções. É uma das observações feitas pela OCC era que deveríamos ter mais informações financeiras dos nossos clientes. A partir deste momento, tomamos a medida de parar de operar com *off shore*.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor conhece a Operação Pink?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Nunca preencheu aqueles documentos de exportação, guia de exportação?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Guia de exportação é coisa do Brasil.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E a documentação de exportação, do pagamento do banco receptor?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Isso quem fazia era o pessoal da retaguarda, e eu não tinha acesso.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas o senhor era gerente da agência.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – A minha função era o contato com cliente, com bancos e outros órgãos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Na Operação Pink, a agência do Banestado preenchia aquelas guias, aquela documentação com o valor inferior ao documento que a agência, por exemplo, do

Banco Banestado em Maringá preenchia. Ele preenchia com valor real, e lá, na agência em Nova York, essa documentação era preenchida com um valor inferior. Essa informação foi dada pelo Sr. Eraldo.

O senhor tomou conhecimento disso?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não confirmo as informações do Sr. Eraldo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Relator, eu gostaria de pedir, posteriormente, uma acareação dos dois.

Apenas sinto, Sr. Valdir, porque eu não gostaria que os peões pagassem a conta, mas, infelizmente, acho que essa conta vai ficar para os peões.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela oportunidade, o senhor conhece a conta Tupi?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A conta Tucano?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Tucano? Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Campari?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Almatos?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luli?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – June?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Essa eu me reservo o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lespan?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não conheço.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vamos ver o que vou ter o direito de ouvir, já que ele tem direito só de não responder. Vou perguntar um pouquinho.

O senhor ficou lá em Nova Iorque de 1994 a 2001. É isso?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – De 93 até abril de 98.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – De 93 até abril de 98. Nesse período, o senhor disse que houve quatro auditorias da OCC.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Na realidade, foram cinco.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Cinco?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Cinco. Com essa que ocorreu em 97, foram duas auditorias.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em 97, foram duas auditorias. Então, era normal todo início de ano?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Normal. Todo início de ano.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Todo início de ano a OCC ia lá e fazia auditoria.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – E fiscalizava todos os bancos...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em 97 é que houve duplicidade.

O senhor falou alguma coisa a respeito de parar de operar com **offshore**?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Falei.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando aconteceu isso?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Depois da segunda auditoria da OCC, quando eles acharam que nossos dados de balanços eram deficientes. Até então, não tinha havido reclamação. Em função disso, tomamos a decisão de parar de operar com **offshores** e de só trabalhar com empresas onde havia a fiscalização mais presente do Banco Central dos respectivos países.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, depois dessa solicitação de 97 em diante não houve mais **offshores**?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não abrimos mais conta de **offshore** a partir de agosto de 97.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então a Sunfox parou de operar?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que parou de abrir?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nesse segundo relatório, em que o Banco Central ficou por volta de três meses dentro do Banestado, fazendo acompanhamento, checando documento por documento, de conta por conta, eles acharam – o que não acharam em fevereiro – que tínhamos deficiência nos termos financeiros das empresas, geralmente **offshores**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No conhecimento do cliente?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – É. Na capacidade financeira. Para nós, o que defendíamos perante o Banco Central americano é que não corríamos risco. Sabíamos que as empresas trabalhavam com compra e venda de moeda. Não corríamos risco nenhum, tanto é verdade que o banco não perdeu nenhum centavo e ganhou dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eu lhe pergunto: a lavagem de dinheiro tem algum risco?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Esse termo lavagem... Desculpe-me, mas, no Paraguai, é normal

comprar e vender moeda; no Uruguai, é normal comprar e vender moeda; nos Estados Unidos, compram-se e vendem-se moedas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E no Banestado lava-se ou não se lava dinheiro?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Fica estranho, porque o dinheiro que chegava lá, nobre Relator, vinha carimbado pelo Banco Central. Para nós, essa era a defesa. A operação era feita legalmente no Brasil, com as informações prestadas de imediato ao Banco Central. Se houve problemas, foi do Banco Central aqui no Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E as *offshores* que já operavam com o Banestado? As contas foram fechadas?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Fizemos um trabalho de fechamento. Com certeza, a pessoa que me sucedeu fechou as demais contas.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, volto à pergunta: a partir dessa determinação, o senhor parou de operar com a Sunfox?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nós paramos de operar com *offshores*, de abrir novas contas de *offshores*. Fomos fechando.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estou perguntando especificamente com a Sunfox.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Senadora, eu não me lembro.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não lembra.

Nesse período em que houve as auditorias da OCC, houve algum procedimento do Banco Central?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Tivemos um episódio que ficou muito mal para o Banco Central brasileiro em 95. Em 95, o Banco Econômico, no mês de junho, apresentou um lucro fenomenal, efetuou dividendos e, em meados de agosto, quebrou. Houve um trauma para nós, bancos brasileiros, em Nova Iorque, porque o Banco Central americano achou que o Banco Central do Brasil não estava acompanhando de perto os bancos brasileiros. Com isso, tivemos uma reunião com os bancos brasileiros em Nova Iorque, e foi até um pedido deles para que o Banco Central começasse a olhar as agências lá fora, até para flexibilizar um pouco as coisas com o Banco Central americano, que endureceu demais com os bancos brasileiros.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Continuo a pergunta: vocês solicitaram ao Banco Central brasileiro que fiscalizasse melhor as agências?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Isso.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – E houve essa fiscalização?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza. O Banco Central começou a fazer as auditorias, não lembro agora se foi em 1995 ou 1996; todos os anos, o Banco Central estava presente nas agências dos bancos brasileiros.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quantas vezes, durante o período em que o senhor esteve à frente da agência, o Banco Central esteve lá?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Pelo que me lembro, duas vezes; foram duas auditorias.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em que época?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Foram duas auditorias com o grau satisfatório da Agência Banestado Nova Iorque.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – A época?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – À época.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em qual data? Foram duas.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Em 1996 e 1997.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em 1996 e 1997.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Imagino 1996 e 1997, ou 1995 e 1996, não posso precisar agora, de cabeça.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não se lembra. Em 1995 e 1996 ou 1996 e 1997. E quem foi? O senhor lembra quem esteve?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não lembro. Foram pessoas diferentes que estiveram com a gente. Em uma das auditorias, pelo que lembro, foi a Tereza Grossi; na outra, foi outro rapaz, cujo nome não lembro.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Uma delas. O senhor não sabe se foi a primeira ou a segunda?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Se não me falha a memória, foi a segunda.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi a segunda. E o parecer dela é que estava tudo normal?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Estava dentro do padrão.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Dentro do padrão?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza. E, com certeza, a esses dados tenho a impressão de que a CPMI já tem acesso, porque estavam disponíveis em Nova Iorque.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Dentro do padrão. E o senhor sabe se, nessas idas do Banco Central, houve cruzamento de dados com as auditorias da OCC?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não posso precisar, Senadora.

A SRª IDELI SALVATTI (PT– SC) – O senhor não sabe.

Encerrei. Vou tentar localizar um documento ainda, depois, se for o caso, quero retornar. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Passarei a palavra, agora, à Deputada Iriny Lopes.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Valdir, o senhor tem conhecimento de denúncias feitas pelo Vice-Presidente do Banco del Paraná sobre remessa ilegal de divisas via Banestado? Qual era a relação entre essas duas instituições, Banestado e del Paraná?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Posso responder?

À denúncia não tive acesso, não estava sabendo. Meu relacionamento era dos melhores, porque, a partir de 1996, com o advento da 2677, o Banco do Estado do Paraná passou a operar apenas na parte de flutuante e venda de divisas com o Banco del Paraná. Então, penso que o relacionamento entre as duas partes era constante.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Permanente?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Permanente.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Vou voltar a uma pergunta que já foi feita pelo Relator. O Deputado Eduardo Valverde disse ao senhor a importância que esta CPMI tem para o Brasil e o esforço que todos estão fazendo para investigar, identificar as responsabilidades e recuperar o dinheiro que saiu do nosso País de maneira ilegal. Acharmos que todas as pessoas que são convocadas ou convidadas para vir aqui podem dar uma ajuda efetiva não só à CPMI, mas ao País, porque os bilhões de dólares que saíram de maneira ilegal e fraudulenta certamente fazem muita falta para que este País melhore as condições de seu povo. Por isso, insisto na pergunta sobre se o senhor confirma que o Sr. Alberto Youssef movimentava contas no Banestado e se tem conhecimento das relações de contas que eram feitas de forma comum entre Alberto Youssef e a família Curi?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Senadora, reserve-me o direito de não responder.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Então, definitivamente, o senhor não quer conversar com esta CPI, para, sem prejuízo da sua defesa, abrir um processo de negociação que pudesse nos ajudar na condição de uma testemunha especial. Nós todos, desde o início desta reunião, de maneira indireta, ao insistir, temos colocado isso como uma condição importante, não só para o senhor como também para outras pessoas

que aqui vieram prestar esclarecimentos ou não esclarecer nada.

Srª Presidente, eu só tinha essas perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Antes de passar a palavra ao eminente Relator para suas perguntas finais, gostaria de perguntar se muitas contas eram abertas com nome fictícios.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Ilustre Presidente, nós não abrimos nenhuma conta com nome fictício em Nova Iorque. A legislação permite que se use nome fantasia, mas o Banestado, a partir de 1993, quando assumi a agência, não teve nenhuma conta aberta com nome fictício. Todas respeitavam as normas dentro do que exigia a OCC.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aproveitando a oportunidade, quando o senhor chegou lá encontrou algumas contas fictícias abertas?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Eu não posso precisar, porque a agência foi aberta em 1983, contas foram abertas em 1983.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está bem. Vou refazer a pergunta. O senhor, quando chegou lá, encontrou alguma conta com nome fictício em movimento, sendo movimentada?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Que eu me lembre, não.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Gostaria de esclarecer ao depoente que o Sr. Eraldo Ferreira disse que várias contas eram feitas com nome fictício e que inclusive V. Sª teria feito um expediente ao Banestado/Brasil no sentido de que essas contas fossem regularizadas. O senhor confirma essa afirmação?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não confirmo. Nós não abrimos contas fictícias. Só se foram contas abertas anteriormente, porque a documentação chegava em Nova Iorque, e a conta era verificada pelo administrativo antes de abrir a conta em Nova Iorque.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – O nome das contas correspondia aos documentos enviados?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Esse era nosso dever e nosso lema lá. A fiscalização do Banco Central americano sempre acompanhou essas contas em Nova Iorque, que não eram muitas.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Quem era o presidente do Banestado à época?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mudaram tanto os presidentes do Banestado. Tenho a impressão de que o Dr. Murta foi presidente do Banestado no período. Depois, nós tivemos o Manoel Garcia, Neco, e, depois, talvez, Aldo Almeida. Não lembro.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Todas essas operações eram do conhecimento desses presidentes?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – As operações, nós as informávamos, mensalmente, à Diretoria de Câmbio. Nós tínhamos uma vinculação direta com a Diretoria de Câmbio. Ela tinha como obrigação, em princípio, encaminhar a parte de auditoria que, por sua vez, imagino que encaminhasse também ao presidente. Não posso precisar, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – O senhor disse que participava de várias reuniões de planejamento. Nessas reuniões estava presente o presidente do Banco?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nós discutíamos mais com a Diretoria de Câmbio.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – O senhor confirma que todas essas operações faziam parte da política do Banco?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – A política do Banco, lá fora, era captar recursos, arrumar clientes, arrumar captações e tornar-se um banco maior. Tanto é que nós nos tornamos correspondentes de pequenos bancos brasileiros, passamos a atender muitas empresas de cartão de crédito. Esse era o objetivo do Banco. Nós estávamos copiando o que o Banespa fez lá fora: começou pequeno, cresceu e atendeu vários segmentos.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Agradeço as respostas.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Logicamente, esse é um direito constitucional seu, Sr. Valdir Antônio Perin, mas nós lamentamos que as palavras que mais falou aqui tenham sido: “não me lembro, não reconheço, eu me reservo o direito de não responder.” Eu sou daqueles que acham que se não tivermos a colaboração dos senhores, principalmente daqueles que conhecem as operações, infelizmente, vamos ter muito dificuldade em chegar àqueles tiveram muito lucro, que acabaram se locupletando de certas situações. Os senhores, logicamente, seriam as pessoas que poderiam nos dar as informações, mas reconhecemos o direito constitucional de não responderem e assim por diante.

Mas eu queria lhe fazer a seguinte pergunta: só para conhecimento nosso, de uma palavra que passou e não observamos, o senhor falou em um banco que quebrou, que chegou inclusive a pagar dividendos e quebrou. Queria só lembrar o nome do banco para que eu possa ter informação do Banco Central.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O Banco Econômico.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – O senhor falava do Banco Econômico. Lá, em Nova Iorque, logicamente, o senhor já falou que não vai falar o nome dos clientes, reserva-se o direito, mas o banco,

logicamente, era um banco aberto. O senhor chegava a receber visita de alguns clientes brasileiros? O senhor lembra de alguns clientes brasileiros que lhe visitaram? Logicamente, fica-lhe reservado o direito de não responder.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza, recebíamos clientes do Brasil, éramos a Embaixada do Paraná em Nova Iorque, tínhamos o privilégio de ajudar muitos. Inclusive, muitas pessoas precisavam de informações em Nova Iorque. Então, recebíamos visitas de pessoas que nem eram clientes.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – O senhor não se lembraria de algum nome?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – É difícil agora, e reserva-se o direito de não responder. O senhor saiu do banco em 1998?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, em 2001.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – O senhor esteve como gerente de 1993 a 1998. A partir da sua saída, em 2001, houve um acordo? Como foi isso?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Saí do banco em função de um PDV que o banco ofereceu. E também por participar de uma fundação, que era o sonho de todo o Banestado, como de outros bancos públicos, de se aposentar pela sua fundação, o que não foi possível. Mas passei, em função do meu tempo de contribuição – vinte e seis anos e meio de banco – a receber, a partir de 2001, um pecúlio, e esse foi um dos motivos que me levou a deixar o banco também.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Hoje, qual é a sua atividade? Mercado financeiro de novo?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Hoje, estou com uma franquía de uma escola de inglês em Curitiba e Colombo.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Estou satisfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Queria, novamente, oferecer ao depoente aquilo que a Deputada Iriny ofereceu: se está disposto, mesmo em reunião reservada, a colaborar com a CPI.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Excelência, o que eu tinha de falar já falei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Retiro-me àquela parte em que o senhor diz que se reserva o direito de não falar.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Na realidade, estou respondendo a um processo, todos estão acompanhando, e não vou comprovar crimes contra

mim mesmo. Vou responder e tenho certeza de que sairei tranqüilo, porque fiz a coisa legal, dentro das normas. Nada de ilegal passou-se na minha gestão. Tanto é que trabalhei no banco vinte seis anos e meio e gostaria que procurassem saber qual foi o meu histórico no banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a CC Tour?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o BNC Consultoria?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – A mesma coisa, mantenho o silêncio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Turismo Londrina?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho o silêncio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Youssef Câmbio?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho o silêncio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rogério C. Moreira.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rota Expo Comércio Exterior, em Londrina.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Paulo Kruger.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fênix Turismo?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Odair Turchetti?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Foi funcionário do Banestado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha relacionamento com ele na agência 15, de Curitiba?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Ele era o gerente da agência 15, mantínhamos contatos com todos os gerentes de câmbio do Banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe que o Sr. Hércio Santos esteve com ele, o Sr. Odair, visitando o Sr. Paulo Kruger?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Bannordick Fink Corporation?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Gerald?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sunfox, o senhor conhece?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Permaneço mantendo-me no direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sunfox é nome fantasia ou é nome de empresa?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nós não trabalhamos com nome fantasia em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Explit Turismo.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho-me no direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ÁsiaTur?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho-me calado, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quetra S. A?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho-me calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – CZM Câmbio e Turismo?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Mantenho o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Samuel Semtob Sequerra?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Permaneço calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cortume Apucarana?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Permaneço calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É uma vastidão de casos. Ele fica calado sobre tudo o que é atividade.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Knights of Saint Sebastian. É uma conta que tinha no...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode perguntar.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Deputado, eu permaneço calado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas essa conta não é nome de pessoa física, é nome fictício. O senhor falou que não abria conta em nome fictício.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Como o senhor sabe que é fictício? Perdoe-me.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Knights of Saint Sebastian?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Poderia ser um **off-shore**, eu não sei. Mas fantasia, asseguro que não tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece João Maria de Souza?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Permaneço calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – SHCRZ Corporation?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Manutenção no direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia me dizer se esses nomes são reais ou fictícios?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Permaneço calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ramair Corporation Limited?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Manutenção no direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só para saber se é real ou fictício.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Se está aí deve ser real.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Este aqui, e os outros?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Muitas coisas eu não estou nem lembrando, mas tenho a impressão de que a CPI tem todas as informações, teve acesso às informações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia me dizer o que significa a sigla FTCNY.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza. Fundo de Transferências e Controles, era um sistema utilizado para efetuar pagamentos e recebimentos no exterior, atendendo a um pedido do Banco Central americano. O que era isso? Era um meio de você evitar manusear ordem de pagamento e correr risco para o banco. Esse sistema, inicialmente, foi adquirido nos Estados Unidos, não funcionou; aí o banco desenvolveu o sistema no Brasil, que estava ano a ano sendo aprimorado. Tanto que só em 97 esse sistema passou a ter, dentro do sistema, um fluxo de caixa, que não tínhamos antes, tínhamos que fazer manualmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso permitia a movimentação **on-line**?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Permitia receber as informações dos seus clientes e repassá-las direito ao FED.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse sistema permitia que operadores no Brasil pudessem movimentar contas nos Estados Unidos?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Permitia que clientes pudessem mandar via **modem** as suas informações, e essas informações eram checadas em Nova Iorque; se os dados batiam com o chave de cada cliente, se estivesse de acordo e dentro das normas dos Estados Unidos, eram efetuados os pagamentos. E essas normas implicariam que, qualquer cliente que tivesse restrição, o sistema bloqueava. Então, em todos os pagamentos efetuados pela agência Banestado não houve nenhuma pessoa que tivesse bloqueados os pagamentos nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas tinham lastro?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza, senão não fariam os pagamentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ajudou a montar esse sistema?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, quem montou isso aí foi o pessoal de Curitiba que montou para a gente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o pessoal?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O pessoal da área de informática.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe me dizer os nomes?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece esse sistema Swift?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conheço. Também é um sistema de pagamento entre bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Banestado usava esse sistema Swift?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O Banestado usava, em princípio, quando operava com outros bancos, tinha conta em outros bancos no exterior. Mas, com a política de redução de despesas, fizemos com que o Banestado fechasse a conta nos bancos correspondentes para reduzir custos, e todos esses pagamentos passaram a ser pela agência de Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor quer me dizer que esse sistema Swift é igual ao FTCNY?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – É semelhante, não digo que é igual.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a diferença?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Esse é maior e mais caro, geralmente é utilizado entre bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, por que criamos esse outro sistema FTCNY?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Porque muitos clientes nossos não tinham condições de pagar o investimento como o Swift, que é um investimento caro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o cliente, ele próprio, pode manipular? Ou só entre bancos?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Só entre bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse aqui o cliente pode manipular?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Esse aí outras empresas podem operar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A diferença é que...

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O Swift, só bancos operam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse aqui, que o senhor acredita que foi criado pelo Banestado, o cliente pode movimentar.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nós oferecíamos para os clientes. Gostaria de informar que isso era comum nos bancos, inclusive tínhamos sistemas de outros bancos na própria agência de Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para eu entender, exatamente: se eu mandasse o Banestado fazer determinada operação em outro banco, ele usava o sistema Swift e fazia a operação que lhe haviam orientado.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Usava no começo; depois que criamos o FTC, não usou mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu mesmo podia fazer?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, depois o Banestado usava o FTC que era mais...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu dava a ordem *on line*, e o Banestado operava.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Eu, cliente?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu cliente, claro.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza, sendo cliente do Banestado, o cliente é responsável pela conta. Ele dá as informações, apenas somos cumpridores das solicitações dos clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse sistema facilitou a movimentação *on line* de contas no estrangeiro?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Facilitou e diminuiu os riscos para o banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Risco de quê?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – De nós pagarmos valores a clientes diferentes, a bancos diferentes, porque ali não mexíamos na ordem. Se o cliente

mandou uma ordem errada, o risco era do cliente e não do Banestado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas se ele mandar ordem errada no FTCNAY? Se ele mandou a ordem errada nesse sistema?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Se ele mandou a ordem errada, não é o risco do Banestado Nova Iorque, que cumpriu a ordem, e sim de quem montou a ordem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas é evidente que, se houvesse essas contas facilitadas, como está demonstrado, de doleiros, dos laranjas, etc., essa movimentação *on line* ficava muito mais simples para qualquer cliente, qualquer que fosse ele. Desde que tivesse lastro, estava tudo em ordem.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Tivesse lastro e não tivesse nenhum problema com o mercado americano, onde tinha mais de 100 mil nomes proibidos de operar com os Estados Unidos, a ordem era liberada. Se tivesse qualquer problema, o sistema bloqueava. E não sairia, era proibido de passar para frente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Relator, eu perguntaria ao Sr. Valdir se conhecia o Sr. Rivadávia Menarim, que movimentou US\$300 mil?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Deputado, reserve-me o direito de não dizer.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas é um cliente graúdo. Não conhece?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Se ele foi cliente, com certeza; se nós não conhecíamos, o Banestado conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem foi que indicou o senhor para gerente em Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Essa pergunta me foi feita inclusive na CPI do Paraná. O Banestado, a partir de 85, 86, começou a selecionar pessoas da área internacional para ser gerente em Nova Iorque. Então, essa foi a seleção. Era feita uma seleção. Na primeira etapa, foram cinco ou seis gerentes selecionados da área internacional. O meu antecessor foi Marcos Gomes, que era gerente de Londrina, e, com a vinda dele de Nova Iorque, até por problemas familiares, a segunda opção que sobrou foi a minha. E só fui a Nova Iorque porque o banco reformulou, a partir de 93, que só enviaria pessoas ao exterior que tivessem menos de 20 anos de contribuição. Porque até então estavam indo pessoas com mais tempo de banco e quando voltassem ao Brasil não agregariam nada, vinham aposentadas. Então, por isso que o banco, a partir de 93, só pessoas com menos de 20 anos de contribuição poderiam assumir agência no exterior. Realmente, em função de ser da área técnica, onde

comecei em 74 e permaneci esse tempo todo na área de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que trabalhou como superintendente regional, não é isso?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 98?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Em 98.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais as agências que estavam sob a jurisdição do senhor?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Tive o privilégio de pegar a maior superintendência do banco. O banco fez uma reformulação: eram dez ou onze superintendências que foram reduzidas para seis superintendências e uma coordenação. Fiquei com a Superintendência de Curitiba, que continha 60 agências, com mais de dois mil funcionários, responsável por 50% do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais as agências? A região de Foz do Iguaçu estava sob a jurisdição do senhor?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não senhor. Só a região de Curitiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Banco de Credit Comerciale?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Banco Araucária?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era cliente do Banestado Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Inicialmente foi cliente, mas depois abandonou o Banestado e preferiu o Swiss Bank Corporation.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma suspeita, alguma dúvida em relação às remessas que ele fez para as contas dos clientes do Banestado ou para ordem de pagamento?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia os diretores do Banco Araucária?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Alguns deles, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais deles?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O Renault Toulesc, conhecia... Tem um que é Peixoto, que foi diretor do banco num período, do Banestado...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dalcanali, o senhor conheceu?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o relacionamento do senhor com o Sr. Dalcanali?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Extremamente profissional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Banco Rural?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem o senhor conhecia do Banco Rural?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não lembro os nomes das pessoas, mas tínhamos um relacionamento profissional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele teve movimentação com o Banco Banestado?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Banco do Estado?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Banestado. Ele teve movimentação? O Banco Rural movimentou recursos com o Banestado de Nova Iorque?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O Banco Rural era cliente nosso e com certeza prestava informações ao Banco Central brasileiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havia alguma dúvida com relação a essas movimentações?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, não, senhor. Nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Aldo de Almeida Júnior?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que maneira?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O senhor Aldo de Almeida Júnior, meu ex-chefe, foi o chefe de Nova Iorque, e ele assumiu... Só para lembrar que entrei no banco em 1993. Quando assumi, o Governador do Estado era Roberto Requião; em 1995, assumiu o Governador Jaime Lerner.

Na primeira visita do Sr. Aldo à Agência Nova Iorque eu pedi a ele para voltar ao Brasil, em função de dificuldade de adaptação da família, e ele me pediu que permanecesse mais um período em Nova Iorque.

Tínhamos um relacionamento profissional; não tenho nada que o desabone.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu alguma ordem alguma vez dele para encerrar contas no Banestado?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu alguma orientação para encerrar a conta Tupi Câmbios em Nova Iorque ou no Grand Canyon?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Reservo-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma atividade empresarial no Brasil?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Brasil?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Escola de inglês.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a realizar alguma visita ao Brasil ou a países da América Latina para abertura de contas?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nós não angariávamos contas lá fora; recebíamos as contas indicadas pelo Banestado ou pelo Banco do Paraná ou eventualmente bancos correspondentes. Então não saíamos angariando contas. As contas tinham que ter uma origem. Havia uma indicação para abrir conta em Nova Iorque. Se alguém caísse de pára-quedas lá, a conta não seria aberta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a fazer visitas para aumentar os valores em depósitos?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Sr. Relator, era normal, sempre que vínhamos de férias, aproveitar para fazer visitas a grandes clientes para ver como estava o andamento das contas. Eventualmente faríamos visitas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez algum relatório dessas visitas?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não lembro de ter feito relatório.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode citar alguns dos clientes que visitou?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Visitei vários bancos no Brasil, casas de câmbio do Paraguai e bancos paraguaios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia nominar alguns deles?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não, infelizmente não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Construtora DM?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – A Construtora DM era cliente do Banestado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há alguma operação de que o senhor se recorda que tenha sido irregular com essa construtora?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Na realidade, não lembro de operações irregulares da construtora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se a Dr^a Tereza Grossi tomou conhecimento da auditoria da OCC?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não posso precisar, Sr. Relator, mas creio que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve com ela naquela ocasião? O senhor teve acesso ao relatório da auditoria da OCC?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Da OCC?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – A todos os relatórios que eles fizeram do Banestado nós tínhamos acesso. Era informado ao Banestado, e tínhamos que responder para a OCC.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor disse que não sabe se a Dr^a Tereza Grossi teve acesso. O senhor sabe? Ela teve acesso ou não?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá na agência com o senhor?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não me lembro. Mas a impressão que tenho é a de que ela teve acesso sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto a essas operações com clientes, pessoas jurídicas e físicas – e o senhor se reservou o direito de responder posteriormente –, o senhor tinha o conhecimento dessas operações? Elas passaram pelo senhor? O senhor autorizou essas operações?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não entendi a sua colocação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor respondeu várias vezes que deixaria de responder.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto a relações com clientes, pessoas físicas e jurídicas, essas operações são da responsabilidade do senhor?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Eu diria que, na realidade, eu teria uma responsabilidade parcial, mas quem fazia essa parte de movimentação, dentro das funções, era o gerente administrativo financeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era ele?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Houve dois gerentes administrativos financeiros: um era o Sr. Ércio; depois, foi o Sr. Gilson.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gilson de quê?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Gilson Girardi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que período eles foram gerentes?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – O Sr. Ércio foi gerente de 1993 a 1997, e o Sr. Gilson assumiu em junho de 1997 e foi até o encerramento da Agência.

Parece-me que em 1999 a agência foi encerrada em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Presidente, se o Sr. Relator me permite, quero fazer uma pergunta. Foi-lhe perguntado se ele está respondendo, e ele respondeu que sim. A qual tipo de processo ele está respondendo?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Exatamente sobre o mesmo assunto: lavagem de dinheiro.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Em que grau está a instrução processual?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Fui ouvido na quarta-feira passada e, por isso, não pude comparecer aqui. Agora vem a defesa prévia, que deve acontecer em dez dias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o da força-tarefa.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Só queria, para terminar, dizer o seguinte: o seu depoimento, lá no Paraná, foi muito conturbado na sessão...

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Na Assembléia Legislativa?

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Isso. Na Assembléia Legislativa. Parece-me que houve duas sessões.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Na realidade, fui ouvido cinco vezes e fui massacrado, fui tratado como bandido. Eu não tinha advogado. Aí contratei um advogado.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quero dizer que, nesta CPMI, como em toda CPI, os direitos constitucionais são preservados.

De qualquer maneira, só para terminar, quero dizer que Nova Iorque foi palco, foi centro, e de lá para o mundo, de uma série de eventos de evasão de divisas, de uma série de fatos delituosos. Evidentemente, o senhor tem o direito constitucional de permanecer calado, mas há a possibilidade também de o senhor colaborar com esta CPMI.

Então, eu queria ponderar que, inevitavelmente, a CPMI já tem informações, vai detalhar, vai trabalhar tecnicamente. O senhor, depois, deve discutir com o seu advogado essas questões técnicas, e fica aberta a possibilidade de o senhor colaborar com a CPMI, até tendo o favor legal que a lei lhe faculta no momento correto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso pode ser, inclusive, estendido para o Ministério Público.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Faria mais duas questões, Sr. Presidente.

Qual era o chefe imediato do senhor? A quem o senhor era subordinado?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Ao Diretor de Câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome dele?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Num período, foi Sérgio de Lima Conter; depois, foi o...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sérgio de Lima...

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Conter.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conter.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Depois, foi o Sr. Aldo de Almeida; depois, o Sr. Gabriel Pires.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gabriel...

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Gabriel Pires. Se não me falha a memória, é esse o seu nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, quando respondia à pergunta de um dos Parlamentares, disse que informava e relatava tudo aos seus diretores.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Nós passávamos, mensalmente, todas as informações do que acontecia nas agências, os números macros, os valores das aplicações, captações, resultados. Essas informações eram passadas mensalmente à Diretoria de Câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a conta Yukon River?

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Terminei, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Eu queria informar aos Parlamentares que chegaram posteriormente que há um pedido do Deputado Eduardo Valverde para que se faça uma acareação entre os depoentes Eraldo Ferreira e Valdir Antônio Perin.

O que há de contradição entre os dois depoimentos é a questão dos nomes. Nas informações prestadas pelo Sr. Eraldo, de que havia contas com nomes fictícios, houve uma contradição. A segunda contradição é relativa aos documentos dos contratos de câmbio; o Sr. Eraldo disse que eram remetidos para o Brasil e eram preenchidos aqui.

No meu entender, são essas as duas contradições existentes. Perguntaria ao eminente Relator, então, qual é a posição em relação à acareação, de que forma vamos dar prosseguimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há concordância. Só sugiro que deixemos a acareação para a última

parte da reunião. Há mais duas pessoas para serem ouvidas. Depois, então, faríamos a acareação.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Vamos fazer um intervalo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vamos fazer um intervalo.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Vamos fazer dez minutos de intervalo?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não sei se o Deputado Eduardo Valverde confirma, realmente, a necessidade da acareação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É por isso que propus que a deixássemos por último.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim. Até por economia processual, estou imaginando mais ou menos como vai ser a acareação. Não quero, logicamente, fazer nenhum juízo de valor aqui, mas é o tal negócio: o depoente que estamos ouvindo agora, o Sr. Valdir Antônio Perin, disse que as contas chegavam em Nova Iorque com uma certa legalidade. Correto?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Certo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O depoente anterior, o Sr. Eraldo Ferreira, disse que essas contas fictícias eram abertas aqui. Como duas pessoas ainda serão ouvidas, gostaria que, nesses dez minutos, houvesse essa avaliação mais correta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deputado, temos mantido todos os depoentes até o final.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim. Tudo bem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, proponho que se mantenha, e, caso o Deputado insista, faremos a acareação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É claro. Manter os depoentes até o final é muito importante, porque pode ser que, daqui a pouco, o terceiro ou quarto depoentes prestem outras informações. Então, manter os depoentes aqui é muito interessante e é o correto. É o que a CPML tem feito até o momento.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Vamos suspender a reunião por quinze minutos. Retornaremos aqui às 14h e 02 minutos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Requeiro a V. Exª que o Sr. Perin permaneça separado do outro depoente.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Pediria, então, Sr. Valdir Antônio Perin, que o senhor permanecesse no recinto, em sala separada da do Sr. Eraldo.

O SR. VALDIR ANTÔNIO PERIN – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Obrigada. (Suspende-se a reunião às 14h44min.)

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Está reaberta a sessão.

Convidamos para depor, agora, o Sr. Valderi Werle, ex-funcionário do Basnestado de Foz do Iguaçu.

Peço à Assessoria para convidá-lo a se dirigir a esta Comissão. (Pausa.)

Está presente aqui, para prestar depoimento, o Sr. Valderi Werle, portador da Carteira de Identidade nº 39472210, da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. O depoente tem 39 anos de idade. O seu CPF é o de nº 557288559-20. É casado. Reside à Rua Sérgio Roncoto, nº 571, Conjunto Aporã, em Foz do Iguaçu, Paraná. Ele é auxiliar administrativo e, atualmente, exerce a sua atividade em Foz do Iguaçu, na Avenida República do Líbano, nº 1.057.

Ele tem parentesco com as partes envolvidas. É parente, em algum grau, de parte envolvida.

Sr. Valderi, o senhor sabe que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem a finalidade de apurar a responsabilidade sobre a evasão de divisas no Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5.

O senhor assinou o termo de compromisso, no qual, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, comprometeu-se a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si mesmo, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

O senhor, então, assinou o termo de compromisso e tem o compromisso de falar a verdade.

Passo a palavra ao Sr. Valderi Werle, para iniciar o seu depoimento sobre esses fatos aqui enunciados.

O SR. VALDERI WERLE – O que posso informar aos Srs. Senadores e representantes da Comissão é que, na verdade, houve uma falta de controle, talvez do próprio Banco, na questão dessa remessa de dinheiro ilegal para o exterior.

Não tenho como informar, especificamente, a origem e o destino desse dinheiro, porque, na verdade, acontecia por meio de movimentação em câmaras de compensação. Então, o dinheiro entrava e saía por contas correntes, e não tenho como precisar isso, porque, na verdade, na agência onde eu trabalhava – eu trabalhava há uns dois anos mais ou menos como assistente de gerente –, esses valores simplesmente transitavam pela conta corrente e, então, não geravam uma diferença. Não havia um relatório ou um

documento para que pudéssemos controlar esse tipo de operação.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – É só isso que o senhor tem a nos dizer?

O SR. VALDERI WERLE – Sim.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Em que época o senhor trabalhou lá?

O SR. VALDERI WERLE – Trabalhei, nessa agência, de 1995 a 1999, mais ou menos – não me recordo direito. De 1995 a 1999, nessa agência de Foz do Iguaçu. Depois, fui transferido para outra agência.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Concedo, então, a palavra ao eminente Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria que o senhor dissesse qual foi a sua carreira no Banestado, desde que o senhor entrou até agora.

O SR. VALDERI WERLE – Desde que eu entrei? Pois não.

Comecei no Banco no ano de 1988. Atuei praticamente dois anos na função de escriturário. Após isso, fui promovido para a função de caixa; trabalhei dois anos como caixa e, em seguida, passei para o setor de tesouraria da agência. Mais dois anos passados, corri para o cargo de assistente de gerente. Fui, então, promovido e assumi a Agência JK, em Foz do Iguaçu, onde aconteceu o fato dessa evasão de divisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor foi promovido para assistente de gerente? Em que ano?

O SR. VALDERI WERLE – Foi no ano de 1995. Não cheguei a ser gerente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, assistente de gerente.

O SR. VALDERI WERLE – Assistente de gerente, pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, já em 1995, o senhor foi para a Agência de Foz do Iguaçu?

O SR. VALDERI WERLE – Fui para a agência... Eu trabalhava na Agência da Ponte da Amizade e fui transferido para a Agência JK.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia, então, descrever suas atividades como assistente de gerente na agência de Foz do Iguaçu?

O SR. VALDERI WERLE – Como o próprio nome já diz, a função em si é uma assistência ao gerente de negócios ou ao gerente-geral da agência. No caso, só havia um assistente de gerente; então, eu acompanhava os dois gerentes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu a abertura de contas de pessoas chamadas laranjas?

O SR. VALDERI WERLE – Por favor, repita a pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve conhecimento da abertura de contas correntes por intermédio de laranjas, pessoas que existiam, que tinham documentos, mas que não tinham condições e nem lastro para movimentar a quantidade de recursos que movimentavam?

O SR. VALDERI WERLE – As contas correntes, na verdade, foram abertas, como todas as outras contas correntes e poupanças são abertas. Porém, depois é que se vai aperceber dessa movimentação fora do comum. Mas não haveria como detectar isso antes, se não tivessem sido abertas as contas correntes. Algumas dessas contas eram movimentadas durante quinze dias apenas. Então, não dava para perceber ou saber se a pessoa realmente tinha algum envolvimento ilícito, no caso da abertura da conta corrente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor detectou, pela movimentação, a existência dessas contas? O senhor chegou a conhecer?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não foi pela movimentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a reconhecer, por que motivo?

O SR. VALDERI WERLE – Porque essas contas foram encerradas no decorrer desse período.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Elas tinham uma movimentação muito curta? É isso?

O SR. VALDERI WERLE – Curta, em torno de uma média de 15 dias; algumas, 19 dias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor tomou conhecimento dessas contas de laranjas?

O SR. VALDERI WERLE – Pela própria Justiça. Com a investigação que fizeram sobre a administração da agência e os outros envolvidos, ficamos sabendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há algum processo em andamento contra o senhor?

O SR. VALDERI WERLE – Sim, há três processos na Justiça Federal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobre o quê?

O SR. VALDERI WERLE – Desculpa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o assunto, qual é o motivo?

O SR. VALDERI WERLE – A questão dessa evasão de divisas mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor é acusado de fazer o quê?

O SR. VALDERI WERLE – Sou acusado por ter sido gerente na agência, por ter participado da... Sou acusado por ter estado presente na agência no momento. Eu, o gerente e o gerente de negócios, nós três estamos envolvidos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor é acusado, objetivamente, de quê?

O SR. VALDERI WERLE – Por ter participado da abertura da conta corrente desses laranjas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos laranjas acusam o senhor de ter participado?

O SR. VALDERI WERLE – Se não me engano, oito laranjas, sete ou oito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor realmente abriu essas contas?

O SR. VALDERI WERLE – Desculpe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor abriu essas contas?

O SR. VALDERI WERLE – Não. Eu, pessoalmente, não abri as contas, mas, no comitê, a gente decidiu que as contas deveriam ser abertas, mas não foi com o fim ou com a intenção. Jamais foram abertas essas contas correntes sabendo de alguma coisa. Foram abertas como um cliente normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas contas também só existiram durante quinze dias, essas sete ou oito?

O SR. VALDERI WERLE – Sim, exatamente essas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As pessoas, cada uma delas foi sozinha lá abrir a conta?

O SR. VALDERI WERLE – Não tenho como recordar da época. Faz muito tempo isso, e o processo de abertura de conta é muito longo. São várias pessoas que abrem conta, que vêm à agência, procuram, fazem movimentação. E o atendimento que a gente tinha não era um atendimento personalizado, tínhamos outras operações para atender. Então, não tem como recordar das pessoas hoje, de forma alguma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é Valdir Werle?

O SR. VALDERI WERLE – Valdir Werle é meu irmão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É “Werle” que se fala?

O SR. VALDERI WERLE – É, “Werle”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a profissão dele?

O SR. VALDERI WERLE – Ele trabalhava em uma casa de câmbio. Era gerente de casa de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Elvira Werle?

O SR. VALDERI WERLE – Minha mãe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a profissão dela?

O SR. VALDERI WERLE – Costureira, autônoma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A D. Elvira abriu uma conta no Banestado?

O SR. VALDERI WERLE – Pelos processos que existem, sei que abriu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ela movimentou muito dinheiro?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei. Infelizmente, não era da minha agência, eu não trabalhava naquela agência, e só tomei conhecimento disso depois, quando ela foi intimada a depor. Na verdade, eu nem estava sabendo disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informação de qual é a acusação, de quanto ela movimentou nessa conta?

O SR. VALDERI WERLE – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se eu disser que há uma investigação de movimentação de R\$28 milhões, o senhor confirma?

O SR. VALDERI WERLE – Na verdade, eu nunca prestei atenção em valores, doutor. O que eu sei é o que eu fiquei sabendo depois, também, desses processos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, com certeza, a senhora sua mãe, como costureira, não tinha condições de movimentar tudo isso?

O SR. VALDERI WERLE – Com certeza, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe para quem ela trabalhou?

O SR. VALDERI WERLE – Não, senhor. Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Valdir Werle é o irmão do senhor, não é isso?

O SR. VALDERI WERLE – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele está preso, não é?

O SR. VALDERI WERLE – Está.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sob qual acusação?

O SR. VALDERI WERLE – Eu não acompanho os processos dele, mas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas é seu irmão, não é?

O SR. VALDERI WERLE – Porque ele era “laranja”... Desculpe. Porque ele trabalhava nessa casa de câmbio. Agora, não sei se é porque tinha alguém da casa de câmbio envolvido...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu irmão trabalhava com dólar, com câmbio?

O SR. VALDERI WERLE – Mexia com dólar, câmbio, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é acusado de ser doleiro?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não? Qual é a acusação contra ele?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei qual é a participação dele. Eu não sei, doutor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia se ele abriu contas de “laranja”?

O SR. VALDERI WERLE – Se ele abriu contas de “laranja”?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. VALDERI WERLE – Não sei. Não sei se ele participava em abertura de conta. Isso eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A acusação dele é aliciamento de “laranja”.

O senhor trabalhava para o seu irmão?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses sete ou oito laranjas, o senhor abriu para movimentar a conta de quem?

O SR. VALDERI WERLE – Eu não abri para movimentar a conta deles. Tinha alguns laranjas lá, mas eu não sei, não sei quem eram os laranjas, não conheço as pessoas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eles movimentaram conta para quem? Para quem que eles movimentaram a conta?

O SR. VALDERI WERLE – Os laranjas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. VALDERI WERLE – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cada um deles foi lá abrir a conta com o senhor: “eu quero abrir uma conta”, “eu quero abrir uma conta”?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que eles abriram a conta?

O SR. VALDERI WERLE – A pessoa pode vir abrir a conta naturalmente, ela vem, abre a conta, abre uma conta de poupança, mas não tem como eu identificar. A pessoa está abrindo conta para ela mesma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu queria dizer ao senhor o seguinte: estamos em uma CPI investigando evasão de divisas. O senhor, cidadão brasileiro, pode cooperar conosco. O senhor pode nos ajudar, não é? Inclusive sendo um depoimento especializado, que pode contribuir com a apuração.

O SR. VALDERI WERLE – Certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E podemos, inclusive, tratar com o senhor e tratar esse depoimento de uma forma diferenciada, se o senhor resolver colaborar conosco.

O SR. VALDERI WERLE – Não, eu entendo. Tanto é que os depoimentos todos que eu já dei junto à Justiça Federal, o processo está correndo para ser julgado. Então, eu não entendo. Os depoimentos que

eu dei são exatamente iguais ao que estou dando hoje. O que posso dizer além disso não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia de qual é a acusação da movimentação do seu irmão de remessas para o exterior? Quanto falam que ele remeteu?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Posso falar o número que é avaliado?

O SR. VALDERI WERLE – Pode falar o valor, mas para mim é indiferente, porque existe um processo contra ele, e existe um processo contra a minha pessoa. Então, o que posso fazer? Estou sendo julgado por uma coisa que... sei lá. Nunca ganhei nada com isso, nem estava sabendo de nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu irmão mandou para fora 2,7 bilhões. O senhor não acha que é uma coisa com que qualquer pessoa fica perplexa? Veio o pai, a mãe...

O SR. VALDERI WERLE – Sim, concordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... o filho: a mãe, que é costureira; o filho doleiro, que trabalha em uma agência de câmbio; o outro filho, que trabalha em uma agência do banco que mandou bilhões para fora, os três envolvidos com laranja e remessa de evasão. O senhor não acha estranho isso?

O SR. VALDERI WERLE – Acho estranho, mas infelizmente estou sendo acusado inocentemente. Nunca levei vantagem de nada disso e acho que nem sequer teria entrado em um banco para estar sendo humilhado assim, de estar tendo que responder a processo na Justiça.

Nunca tive nada na vida. Sempre fui um trabalhador honesto. Então, infelizmente, é isso que tenho para falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor, quando abriu as contas dos sete ou oito laranjas, não sabia que eram laranjas?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não sabia que eram laranjas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ninguém pediu para o senhor abrir a conta?

O SR. VALDERI WERLE – Não. Para mim ninguém pediu nada para abrir conta corrente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos laranjas havia na agência em que o senhor trabalhava?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei. Já falei, uns sete ou oito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso foi o que o senhor abriu?

O SR. VALDERI WERLE – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas são as contas cuja abertura o senhor autorizou. E outras que o senhor não autorizou, de outros gerentes?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não sei. Isso não sei. De outros gerentes não sei se houve outras contas. Só se fosse em outra agência então, porque, na nossa agência, não tem nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) — O senhor conhece Alcides Xavier Dalaros?

O SR. VALDERI WERLE – Alcides Xavier Dalaros? Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece?

O SR. VALDERI WERLE – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é ele?

O SR. VALDERI WERLE – É um primo meu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Ana Peres da Silva?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei quem é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antônio Nilson Madaleno?

O SR. VALDERI WERLE – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é?

O SR. VALDERI WERLE – É um cunhado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Bruno Carlos Chidiler?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edison Inácio Lens?

O SR. VALDERI WERLE – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Jorge Luís Raz?

O SR. VALDERI WERLE – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Steinmetz e Alves Ltda.?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei quem é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses são aqueles para os quais dizem que o senhor abriu a conta. O senhor abriu a conta do seu primo lá?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei se abri essa conta. É como já falei: tudo passava por um comitê. Qualquer um dos gerentes poderia ter aberto as contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quanto seu primo movimentou lá?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse outro parente do senhor é cunhado?

O SR. VALDERI WERLE – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está a família inteira?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não está a família inteira, porque a minha família é muito grande.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem movimentava essas contas, o senhor sabe?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem essa, do seu primo?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não sei. Infelizmente, não sei quem era.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o seu irmão fazia isso?

O SR. VALDERI WERLE – Não tenho como afirmar, porque ele nunca me falou nada, e eu também não sei se era ele que movimentava ou não. Os valores nessas contas vinham via doc, via compensação. Não tinha nem como controlar, não sabia nem de onde vinha.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Tinha procuradora algumas dessas contas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós estamos identificando que o irmão era um dos que assinava as contas.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quem?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O irmão.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A assinatura da conta era do irmão?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quem depositava os recursos na conta desses laranjas?

O SR. VALDERI WERLE – Não, esses recursos iam através de doc.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, mas doc... O senhor, como gerente, como assistente de gerente, vê a movimentação do dia, o que entrou, o que saiu.

O SR. VALDERI WERLE – Não vê. Não tinha controle dessa movimentação, porque era via doc, e doc é só compensação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, mas a compensação é isso. No resumo, o senhor tem a movimentação, senão não controla. Quando se pede dinheiro, quando a agência precisa aumentar o depósito, quando se vai atrás, quando não se vai, quando se estoura a conta: esse é o gerente. Ele gerencia isso.

O SR. VALDERI WERLE – Sim, a gente tinha que buscar valores para fazer aplicações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, se o senhor não sabia...

O SR. VALDERI WERLE – Fazia empréstimos, essas coisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Acenir Brante?

O SR. VALDERI WERLE – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é ele?

O SR. VALDERI WERLE – Ele era gerente em outra agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sua mãe abriu a conta com ele. Alguém pediu para ele abrir essa conta?

O SR. VALDERI WERLE – Desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não pediu?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabe se o seu irmão pediu?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei, doutor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem procuração para movimentar alguma conta?

O SR. VALDERI WERLE – Se tenho procuração?

O SR. RELATOR (José Mentor) – De alguma pessoa para movimentar a conta?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A sua agência tinha autorização para movimentar câmbio?

O SR. VALDERI WERLE – Operação de câmbio era só a agência Centro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vocês passavam pela agência Centro?

O SR. VALDERI WERLE – É. Quando era operação de câmbio, há carteira de câmbio específica para isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas pessoas, quando abriram as contas, apresentaram referências bancárias, comerciais, cadastro, holerite, envelope de pagamento? Qual era a norma para se abrir uma conta com o senhor?

O SR. VALDERI WERLE – Os documentos exigidos são CPF, identidade, comprovante de endereço e comprovante de renda, quando fosse para fazer uma análise de crédito, emprestar um dinheiro, implantar um limite... Era essa a documentação exigida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando você tinha a movimentação da conta do mês, da agência, quando entrava um depósito grande, o senhor não tinha curiosidade de saber de onde vinha esse dinheiro? “Puxa, de onde veio esse dinheiro? Veio de Deus?” Não dava para ver de onde vinha?

O SR. VALDERI WERLE – Não tinha um controle para ver isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como não?

O SR. VALDERI WERLE – Não tem. Como é que ia ver um depósito na conta? Só se eu entrasse de conta corrente por conta corrente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No final do dia ou no início do dia, o senhor não ia ver como estava a posição da agência? O dinheiro que entrou e

que saiu? Se perdeu na compensação ou se ganhou? Não via isso?

O SR. VALDERI WERLE – Não, porque não aparece, porque se entra...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como não aparece? O resumo aparece, é claro que aparece.

O SR. VALDERI WERLE – Mas o crédito e o débito, no mesmo dia...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, mas o senhor vê o recurso entrando, sendo movimentado. Isso nunca chamou a atenção do senhor?

O SR. VALDERI WERLE – Não. Nunca acompanhei isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente nunca fez isso?

O SR. VALDERI WERLE – O gerente também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o gerente que trabalhava com o senhor? Quais foram os gerentes que trabalharam com o senhor na agência?

O SR. VALDERI WERLE – Na agência, eram o Adelar Felipeti.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o outro?

O SR. VALDERI WERLE – Volney.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Volney do quê?

O SR. VALDERI WERLE – Oldoni.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. VALDERI WERLE – Oldoni.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem mais algum?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só esses dois gerentes?

O SR. VALDERI WERLE – Só esses dois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No tempo que o senhor esteve lá, só ficaram esses dois?

O SR. VALDERI WERLE – Só ficaram esses dois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles também estão sendo acusados de abrir contas de laranjas?

O SR. VALDERI WERLE – Sim, também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Adelar Felipeti?

O SR. VALDERI WERLE – No caso, estão envolvidos nessas mesmas contas junto comigo, os dois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nas mesmas sete e oito? Ou têm outras?

O SR. VALDERI WERLE – Não, essas aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Volney também? Só nessas sete?

O SR. VALDERI WERLE – Só nessas aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor falou para eles que aquela era sua prima, quando foi abrir a conta? O senhor falou lá no comitê: “Esta aqui é minha prima”. O senhor falou, quando foi abrir a conta?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E “esta aqui é minha cunhada”. O senhor falou? (Pausa.)

O senhor conhece o senhor Valdir Antônio Perin?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece alguém da Eucatur?

O SR. VALDERI WERLE – Da Eucatur? Não conheço. Só conhecia o meu irmão, que trabalhava lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguém mais?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece Afonso Celso Braga?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece alguém do Banco Integración?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve conta no exterior alguma vez?

O SR. VALDERI WERLE – Não, nenhuma. Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A agência lá era fiscalizada pelo Banco Central?

O SR. VALDERI WERLE – Só aconteciam, de vez em quando, auditorias do banco. Do Banco Central, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do próprio Banco Banestado?

O SR. VALDERI WERLE – Do próprio banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do Banco Central, não?

O SR. VALDERI WERLE – No período que estive lá, que eu me recorde, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa auditoria do banco pegou alguma irregularidade?

O SR. VALDERI WERLE – Com relação a contas correntes, essas coisas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com relação a contas correntes, abertura de laranja, movimentação indevida...

O SR. VALDERI WERLE – Não, que eu me recorde, não. Pelo menos, não aconteceu nada no período em que eu estava lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se algum desses outros correntistas laranjas eram parentes do Avelar e do Volney? Conhecidos, amigos...

O SR. VALDERI WERLE – Não, desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto, estou satisfeito.

A SRª. PRESIDENTE (Drª Clair) – Passaria a palavra agora ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor, no mês de março, de 1998, fazia o quê? O senhor disse que ficou de assistente, de 1995 a 1999. Então, provavelmente era assistente lá.

O SR. VALDERI WERLE – Provavelmente. Não recordo mais a data com precisão.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas o senhor ficou de 1995 a 1999, não foi?

O SR. VALDERI WERLE – É.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A minha dúvida aqui é saber se o senhor foi usado ou se o senhor usou outras pessoas, porque o seu irmão está complicado: US\$2,7 bilhões é brincadeira um negócio desses!... Quer dizer, a sua mãe mandar US\$28 milhões para fora... Acredito que estão pensando que isso é brincadeira. Eu perguntei março de 1998, porque a partir de março de 1998, entrou em vigor a Lei nº 9.613.

O SR. VALDERI WERLE – US\$28 milhões

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – De dólares, imagina. Quer dizer, eu quero saber quem é o chefe da quadrilha, porque não tenho dúvida de que se trata de uma quadrilha. Se o senhor foi usado, vou ler o que diz o §4º da lei. A pena para o que vocês cometeram é reclusão de três a dez anos de cadeia. E como foi uma quadrilha, no §4º, encontramos: “a pena será aumentada de um a dois terços nos casos previstos nos incisos de I a IV do caput desse artigo se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa”.

Tanto foi habitual quanto foi por uma organização criminosa. Então isso quer dizer que a pena pode chegar a 16 anos de cadeia. Essa é a pena que vocês vão responder. Não estamos aqui brincando de saber quem mandou dinheiro, quem não mandou. Quem mandou dinheiro escondido, esse dinheiro é ilícito; se é ilícito, pode ser do tráfico de drogas, pode ser da roubo pública, pode ser de um monte de coisas nesse sentido.

Agora, o §5º, diz: “A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto” – veja, além de ser reduzida será cumprida em regime aberto – “podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos se o autor, co-autor ou participe colaborar espontaneamente com as autoridades”.

Então, o senhor só tem agora uma saída: se o senhor é inocente nisso, vai ter que dizer quem convenceu

sua mãe a passar US\$28 milhões e quem orientou o seu irmão ou se ele é o cabeça. Se ele é o cabeça, ele que se dane também. É meu irmão, mas não vou ficar dez anos na cadeia porque o meu irmão fez uma coisa errada... Ou se tinha alguém mais que era o cabeça. Ou o senhor colabora espontaneamente e diz tudo que tem para dizer e não fica preso, ou o senhor vai pegar dez anos de cadeia. Essas são as opções.

Em primeiro lugar, quero saber qual a opção que o senhor deseja. (Pausa.)

O SR. VALDERI WERLE – Eu só sei que já estou respondendo a um processo na Justiça Federal e estou aí para responder a qualquer crime que, porventura, tenha cometido. Não tenho muita escolha, não. Vou fazer o quê? Faz parte da vida isso aí...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não. Tenho que saber se o senhor é um bandido ou um homem de bem. É isso que tenho de saber. Se o senhor é bandido, o senhor vai estar escondendo todo o resto da quadrilha, porque bandido faz isso. Se o senhor é homem de bem, o senhor vai dizer tudo que sabe sobre tudo, porque homem de bem faz isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inclusive, Deputado Moroni Torgan, se quiser uma reunião reservada, podemos fazer uma reunião reservada.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Podemos falar reservadamente, que acredito que até seria interessante. No seu perfil, olhando o senhor – tenho uma boa experiência nisso, em CPIs, vejo uma pessoa que está angustiada; se está angustiada, dificilmente bandido fica angustiado. Então quero acreditar nesse seu lado bom, porque se eu acreditar que o senhor é bandido, vou pedir para prendê-lo ainda hoje, vou pedir para o Ministério Público pedir logo a sua prisão. Não tem outra saída. Agora, se eu acreditar e a Comissão acreditar que o senhor é um homem de bem, o senhor terá uma CPI do seu lado para lhe ajudar e livrar também pessoas que foram usadas, muitas vezes, de boa-fé. Até duvido que sua mãe sabia que ia passar pelo nome dela US\$28 milhões. Até duvido. Se eu pudesse livrar minha mãe de alguma coisa, faria tudo na vida para livrá-la. Não ia dar uma resposta dessa. Pois é, a vida é assim, se tivermos que ir abraçados para a cadeia, nós vamos. Eu não daria essa resposta, porque não é digna de um filho, uma pessoa de bem.

O senhor gostaria de conversar conosco em uma reunião reservada, sem essa publicidade, então, uma conversa mais reservada?

Vamos conversar de homem para homem, tranquilos, para termos a convicção e podermos ajudar. Caso contrário, ninguém mais vai lhe ajudar.

Essa é a sua chance de ser ajudado.

O SR. VALDERI WERLE – Dr. Moroni Torgan, mas eu não tenho muito o que ajudar, não sei, não tenho o que ajudar, não sei quem é o dono do dinheiro, não sei quem foi que mandou, não tenho como informar.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor sabe muita coisa, sim, porque bilhões de dólares não passam por uma agência sem conversarmos e dizermos tudo o que está acontecendo. E sem alguém dar uma ordem, dizendo para ficar na sua e não atrapalhar.

Estou tentando abrir o meu coração para ajudar. Mas se você não quer ajudar, que se dane. Vá para a cadeia, que é o lugar de bandido. O que você quer? Vamos conversar?

Todos os que quiseram conversar, pelo menos na CPI do Narcotráfico, ficaram bem. E você sabe que aquela CPI foi até mais violenta do que esta. Você está tendo a chance da sua vida, de mais a mais, estou vendo alguém assustado, que deve ter ouvido de outros para calar a boca, caso contrário o negócio iria esquentar.

O SR. VALDERI WERLE – Ninguém falou nada disso para mim, não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Que conversa é essa? Você tem um irmão que movimentava US\$2,7 bilhões, tem uma mãe que movimentava US\$28 milhões e quer me fazer acreditar que ninguém mandou você ficar quieto e calar a boca. Não tem nem perigo. Só se fôssemos do jardim de infância e maternal para acreditar em uma história dessas.

Quero a resposta. Vamos conversar? Vamos abrir o coração e trabalharmos juntos?

O SR. VALDERI WERLE – Não tenho muito o que conversar, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Vamos ver se o seu pouco, para nós, é alguma coisa interessante. Vamos lá? Ou você quer deixar a família na cadeia? Pense, mas temos que chegar a uma decisão.

A SRª. PRESIDENTE (Drª Clair) – O senhor gostaria de conversar reservadamente com a Comissão?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Vamos conversar, vamos ver, vamos avaliar juntos e chegar a algum ponto.

O SR. VALDERI WERLE – Não, não tenho condições psicológicas para isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E precisa condições psicológicas para isso?

Então, vamos tocar para frente.

O que acontece é o seguinte: na sua agência, quantos milhões de dólares foram remetidos para fora?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei, doutor, os valores eu não sei.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Como você não sabe, você não era assistente do gerente? Como é que não sabe disso?

Como também vem com a conversa que não sabe que o seu irmão... Seu irmão movimenta US\$2,7 bilhões e você vem com essa conversa de que não sabe.

Do jeito que o negócio está caminhando, quem era o funcionário do banco, quem entendia dessa parte financeira era você. Vou começar a acreditar que você era o chefe da quadrilha. O cara que usou os outros: o irmão, o cunhado, a mãe, que usou todo mundo. Vou começar a desconfiar disso e, portanto, vamos abrir uma ação severa da CPI para que você termine de responder esse negócio. Diga quantos milhões foram remetidos da sua agência. Você quer jogar diferente, então vamos jogar diferente.

O SR. VALDERI WERLE – Não sei quantos milhões, não somei os valores dos correntistas. Não sei quantos foram.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Os seus laranjas foram quantos?

O SR. VALDERI WERLE – Doutor, eu não somei, não sei quantos foram.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quanto em média ia por laranja?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei, não acompanhei isso aí, doutor. Não sei quanto cada um mandou. Não sei quantos milhões, quantos mil.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quem te pediu para arrumar os oito laranjas?

O SR. VALDERI WERLE – Ninguém me pediu para arrumar laranja.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E você arruma laranja de graça. Se ninguém pediu, foi você mesmo quem os arrumou para lavar dinheiro.

O SR. VALDERI WERLE – De forma alguma.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, quem te pediu para arrumar os laranjas?

O SR. VALDERI WERLE – Ninguém me pediu para arrumar laranja.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Para que você arrumou os laranjas?

O SR. VALDERI WERLE – Não arrumei, doutor.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Você mesmo acabou de dizer que eram oito laranjas.

O SR. VALDERI WERLE – Sim, mas por causa dos processos junto à Justiça Federal que estou respondendo, e são esses oito laranjas.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Você está respondendo a processo por oito laranjas e não sabe quanto dinheiro passou por eles? Não sabe nada disso?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Você sabe que tem a conta CC5 que manda dinheiro para fora?

O SR. VALDERI WERLE – Sim, eu sei que tem a conta CC5, e na agência onde eu trabalhava não tinha conta CC5. Só operava a CC5 o pessoal de câmbio.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E aí você usava os laranjas para mandar dinheiro pela CC5?

O SR. VALDERI WERLE – Eu jamais fiz isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas você sabia desse laranjal?

O SR. VALDERI WERLE – Não. Se eu soubesse do laranja, eu mesmo teria me encarregado de...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quem foi que convidou a sua mãe para ser laranja?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei, ela não tinha conta na minha agência. Eu não sabia.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É tua mãe. Nós não estamos falando de alguém estranho. Quem convidou sua mãe para ser laranja? Estou falando de mãe, a pessoa mais sagrada que tem no mundo.

O SR. VALDERI WERLE – Isso eu sei.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas está dizendo que não sabe, que não sabe. Que conversa é essa? Como é que um filho não está interessado em salvar a pele da mãe? Vou achar que você é um monstro. Quem convidou?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei quem a convidou.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E quando surgiu a legislação vocês se reuniram e falaram que poderiam pegar 10 anos de cadeia?

O SR. VALDERI WERLE – Não me recordo se, na época, isso foi passado para nós. Não tenho como recordar.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quer dizer que foi feita uma lei nova sobre o seu emprego e você não tinha conhecimento da lei?

O SR. VALDERI WERLE – Se o banco não passava para a gente, não tínhamos como tomar conhecimento da lei. Existia um departamento jurídico no Banco...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Você não tinha conhecimento da lei? A lei saiu em todos os jornais, no **Jornal Nacional**, e você não tinha conhecimento dela?

Sr. Presidente, vou encerrar. Acredito que ele quer assumir o negócio. Portanto, devemos fazer gestões junto ao Ministério Público para ele ir para a cadeia o quanto antes. Já que ele quer assumir, que assumam a cadeia.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Agradeço a participação do Deputado Moroni Torgan.

Pergunto se algum Deputado quer fazer uso da palavra.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Valderi, falei para o outro depoente que estamos num tabuleiro de xadrez, onde tem os peões, as torres, a rainha e o rei. Pode ser que os peões paguem a conta, livrando o rei e a rainha de pagarem uma conta muito pesada. Como falou o nosso colega Moroni, o senhor pode ir para a cadeia enquanto os reis e rainhas estão na Suíça, nas Ilhas Cayman, curtindo a vida. O senhor pode pagar por um crime no qual foi apenas um instrumento.

A oportunidade que a lei lhe dá de redução da pena ou até de perdão judicial é no caso de haver colaboração com a Justiça, para que sejam presas as pessoas que de fato usaram os senhores. Os senhores foram um instrumento, o caminho, pois boa parte dos recursos evadidos do Brasil pertenceu ao narcotráfico. Imagine só com quem o senhor foi se meter, o narcotráfico. Essas pessoas vão ficar lá fora, imunes de penas, brincando com a vida e, talvez, arrematando outros peões como o senhor para aplicar o mesmo golpe, o mesmo **modus operandi** em outra praça do Brasil. Esse instrumental aí, toda essa trama que foi urdida, que envolveu operações, que envolveu pessoas influentes no Brasil, e operações ilícitas, tem que ser descoberta, até para pagar a pena, para que sejam presas, para se poder devolver aos cofres públicos aquilo que foi levado do Brasil.

E a CPMI está tendo todo esse cuidado de não querer penalizar o peão, certo? Não interessa pegar o senhor e botar na cadeia ou qualquer outro servidor do Banestado, porque são servidores públicos. Estamos interessados em pegar aquele que se valeu de um laranja para remeter dinheiro ilícito, seja do narcotráfico, do contrabando, da sonegação fiscal, para remeter dinheiro para fora, para lavar e trazer voltar. Esse dinheiro enviado pelo senhor, por meio da sua agência, voltou e está aqui no Brasil financiando a mesma operação. Precisamos descobrir isso aí.

A sua vida pode estar em risco. O senhor é, no momento, um arquivo ambulante. Se o senhor não se proteger, daqui a mais uma semana, um mês, é arquivo morto. E não queremos que haja arquivo morto nesse processo. Queremos que aqueles que se valeram do senhor paguem de maneira firme o crime cometido.

Vou lhe fazer algumas perguntas.

O senhor conhece o Sr. Eliomar Stelmann?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O Eliomar Stelmann abriu uma conta em sua agência. Ele foi um dos laranjas denunciados pelo Ministério Público,

em uma ação civil pública da qual o senhor também é réu, federal, na verdade. É denúncia, denúncia-crime, e o senhor está arrolado pelo Ministério Público como réu nesse processo, no qual se aponta o Sr. Eliomar Stelmann como um dos laranjas que movimentaram uma conta no Banestado. E o seu irmão, Valdir, através dele, movimentou US\$2 milhões.

Não conhece o Sr. Eliomar?

O SR. VALDERI WERLE – Não conheço.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O seu Mariano Chaparro, a Débora Ormai Molas, o Sr. Vítor Hugo Saniego Escobar?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não sei quem são.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Da Real Câmbios? Eucatur? Conhece a empresa Eucatur?

O SR. VALDERI WERLE – Eucatur é onde meu irmão trabalhava.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Seu irmão era operador lá, não é?

O SR. VALDERI WERLE – É.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A Real Câmbios. Conhece a Real Câmbios?

O SR. VALDERI WERLE – Real Câmbios, não. Não sei onde é não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pois é, o Sr. Mariano Chaparro era sócio-proprietário da Real Câmbios e também é proprietário da Eucatur. Seu irmão trabalhava para a Eucatur. Perfeito?

O SR. VALDERI WERLE – É.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então, a Débora e o Mariano eram sócios-proprietários da Real Câmbios e da Eucatur. Não conhecia?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não conhecia não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor conhecia o Banco Araucária?

O SR. VALDERI WERLE – Não, não conhecia.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Era bem próximo. Tinha uma agência próxima da sua agência lá, em Foz do Iguaçu.

O SR. VALDERI WERLE – Eu não sei nem onde é que era essa agência em Foz.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor é do Paraná mesmo?

O SR. VALDERI WERLE – De Foz do Iguaçu.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – É paranaense?

O SR. VALDERI WERLE – Sou paranaense.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Residia há muito tempo lá em Foz do Iguaçu?

O SR. VALDERI WERLE – Desde 87.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – É um bom tempo não é? Dez anos mais ou menos.

O SR. VALDERI WERLE – É.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pois é. A Eucatur e a Real Câmbios tinham filial lá em Foz do Iguaçu. Seu irmão trabalhava lá.

O SR. VALDERI WERLE – A Eucatur, sim, eu sabia onde é que era, mas a Real Câmbios não sei nem onde é que é.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pois é, veja bem. A Real Câmbios e a Eucatur arregimentaram pelo menos o Sr. Eliomar Stelman para que, através de uma conta aberta na agência do senhor, remetesse para fora, para a agência do Banestado em Nova Iorque, dois milhões. Só que esse Eliomar era balconista. O senhor era gerente da agência, né?

O SR. VALDERI WERLE – Assistente de gerente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor abria as contas, não abria?

O SR. VALDERI WERLE – Abria as contas; podia ter aberto; qualquer um pode ter aberto as contas.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sim, mas os documentos do Sr. Eliomar, o senhor olhou os documentos?

O SR. VALDERI WERLE – Mas eu não me recordo ...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – As normas do Banco Central naquele momento não exigiam que a gerência e o banco tomassem certa cautela em identificar o depositante, o cliente, o correntista?

O SR. VALDERI WERLE – Sim, mas às vezes as condições de trabalho não ofereciam uma forma de verificar a documentação, de verificar domicílio. Muitas vezes não tinha nem condições.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas todos os clientes do banco, na sua agência, tinham esse mesmo tratamento? Ou somente alguns?

O SR. VALDERI WERLE – Era praticamente tudo igual.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Todos têm o mesmo tratamento?

O SR. VALDERI WERLE – É o mesmo tratamento.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não tinham o cuidado de verificar os dados como o CPF e o local de residência?

O SR. VALDERI WERLE – Não tinha nem condições de fazer isso, doutor. Era muito trabalho. Às vezes, eu acabava deixando para o final do dia, para poder dar uma olhada nos documentos, nas coisas.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Aquilo de que o Ministério Público está lhe acusando aqui é

extremamente pesado. Estou com a denúncia-crime aqui. Penso que dezesseis anos de cadeia vai ser pouco pelo que está aqui.

O senhor não quer colaborar? A CPI não quer pegar o senhor. Ela lhe dá garantia de proteção à testemunha. O senhor vai ter a sua vida protegida pelo Estado brasileiro e poderá até ter o perdão judicial, se colaborar com a CPI, o que vai ter reflexo nesse processo aqui. Então, além de ter garantia como testemunha, ainda poderá ter, conforme as suas informações, o perdão judicial. Não quer aproveitar essa chance que está sendo dada ao senhor, neste momento? Nunca o senhor teve uma chance tão boa como agora de poder sair quase ileso disso. O senhor vai ter a sua vida, os seus parentes e a sua mãe protegidos e vai poder não cumprir a pena.

Conheço as prisões no Paraná e não são nada melhores que as de Rondônia. Creio que nenhuma pessoa de bem desejaria passar uma semana numa prisão no Paraná. O senhor não quer essa oportunidade que lhe está sendo oferecida neste momento?

O SR. VALDERI WERLE – Realmente, eu não tenho o que ajudar. Essa é que é...

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Claro que tem. O senhor trabalhou quase dez anos no foco da situação. Como o senhor não tem como ajudar?

A SR. PRESIDENTE (Drª Clair) – Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quanto tempo o senhor trabalhou no Banestado? Em Foz do Iguaçu?

O SR. VALDERI WERLE – Onze anos, mais ou menos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Então, se alguém lhe contar que um assistente de gerente trabalhou onze anos numa agência e não viu passar toda essa montanha de dinheiro, o senhor acreditaria? Fale sinceramente o senhor, que me parece ser uma pessoa que até fica em dúvida, fica angustiada. O senhor está realmente numa crise. O senhor acreditaria se alguém lhe contasse que foi assistente de gerente durante onze anos de uma agência e que nunca viu passar um milhão ou dois milhões, para abrir uma conta? Fale-me: o senhor acreditaria nisso, se alguém contasse isso para o senhor? O senhor, que foi assistente de gerente, acreditaria numa história como essa? Pode falar.

O SR. VALDERI WERLE – Se a pessoa conhecer a forma como funciona o banco, ela vai acreditar, porque sabe como funciona lá dentro, como funciona o sistema.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Tudo que perguntamos ao senhor tem uma lógica. O se-

nhor considera possível passar tanto dinheiro pela sua agência e por tantas contas de “laranjas”, pessoas que não tinham condições de mandar esse dinheiro, e nunca ninguém, no final do expediente, conversar sobre isso? Nunca, numa festinha, no final da tarde, alguém falou: “Olha, está passando muito dinheiro aí, não é possível”? Nunca houve esse comentário? Nunca se conversou sobre isso na agência?

O SR. VALDERI WERLE – Não, que eu saiba, não. Que era do meu conhecimento, não, ninguém falou nada sobre...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor nunca se assustou com o volume de recursos? O senhor nunca ficou assustado, pensando que era muito dinheiro passando?

O SR. VALDERI WERLE – Na verdade, é como falei: se os valores entram via compensação e o saque é feito compensação...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não tem um dia em que se faz balanço geral da agência? Nunca se faz isso?

O SR. VALDERI WERLE – Não tem um relatório, não tem um acompanhamento para isso.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Nunca ninguém fez um balanço, em que se mostrava que a agência mandou tanto ou não mandou?

O SR. VALDERI WERLE – Não. Nós não tínhamos. Quem tinha essa parte de controle era lá na parte de...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quanto o senhor recebia por mês como assistente de gerente?

O SR. VALDERI WERLE – Quanto eu recebi?

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sim.

O SR. VALDERI WERLE – Uns R\$ 1.500,00.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Nunca ninguém ofereceu nada mais de R\$ 1.500,00 para o senhor abrir conta?

O SR. VALDERI WERLE – Não, de forma alguma.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Do que o senhor vive hoje?

O SR. VALDERI WERLE – Trabalho como auxiliar administrativo numa empresa.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Que empresa emprega o senhor que viu passar milhões e não falou nada? Faia o nome da empresa que, com certeza, todos vão dar risada.

O senhor não conhecia o Banco Araucária? O senhor morou quanto tempo em Foz do Iguaçu?

O SR. VALDERI WERLE – Morei dez anos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E não lembra onde eram os endereços? Não conhecia as

pessoas que iam abrir contas? As Cataratas, o senhor conhece?

O SR. VALDERI WERLE – É até uma ironia...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não, estou perguntando sério.

O SR. VALDERI WERLE – Eu também estou respondendo sério. O Banco Araucária, em Foz do Iguaçu, eu não sei onde era.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não, as Cataratas do Iguaçu.

O SR. VALDERI WERLE – Lógico que conheço. Há muitos anos eu já conheço...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor não vê passar dinheiro; abre conta como quer; nunca foi feito um balanço no final da tarde... O senhor se dá bem com a sua família?

O SR. VALDERI WERLE – Graças a Deus.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quantos irmãos o senhor tem na família?

O SR. VALDERI WERLE – Tenho três irmãos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor é casado?

O SR. VALDERI WERLE – Sou.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Tem filhos?

O SR. VALDERI WERLE – Três pequenos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Eu pergunto o seguinte: naquele almoço de domingo que, às vezes, as famílias têm, nunca se conversou algo como: “Olha, tô mandando um dinheiro!” ou “Está passando na minha conta”. Nunca houve qualquer dúvida sobre isso? Nunca houve um questionamento?

O SR. VALDERI WERLE – Dessa forma, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sim, mas se o senhor trabalha em um banco, o seu irmão trabalha em outro lugar que mexe com dinheiro. Nunca se discutiu sobre negócios? Nunca? “Olha, está passando muito dinheiro. Não é possível”. Nunca se chegou a essa conclusão?

O SR. VALDERI WERLE – Eu quase não conversava com eles. Não tenho informação a esse respeito.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor nunca se encontrou com eles para discutir essa questão de Banestado?

O SR. VALDERI WERLE – De forma nenhuma.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E o senhor nunca se questionou: “Será que estou agindo certo aqui nesta agência, mandando tanto dinheiro, abrindo tanta conta?”

O SR. VALDERI WERLE – No banco existia o sigilo bancário. Eu até não posso ficar comentando de outros clientes, de pessoas...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Já temos todo o “laranja” que tem lá. É como o Deputado Moroni e Valverde falaram: nós queremos dar um chance para que o senhor colabore com a CPI.

Nós queremos, claro, chegar no gerente, nas pessoas. Mas queremos chegar em quem mandou, o dono do dinheiro.

O senhor tem uma vida boa hoje, economicamente?

O SR. VALDERI WERLE – Eu não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – A sua mãe tem?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quem sustenta a sua mãe, hoje?

O SR. VALDERI WERLE – Como?

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Como a sua mãe se sustenta?

O SR. VALDERI WERLE – Ela é aposentada e costura, como falei antes.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Mas pela conta dela passaram 28 milhões de dólares. Quem foi o culpado disso? Nós queremos que o senhor nos ajude aqui na CPI, porque é evidente que vamos atrás do dono do dinheiro, não tenha dúvida. Mas o senhor também será responsável, como a sua mãe e o seu irmão.

O senhor tem diploma em nível superior?

O SR. VALDERI WERLE – Eu tenho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – A sua mãe tem?

O SR. VALDERI WERLE – Não. Minha mãe, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Então. Você se formou em quê?

O SR. VALDERI WERLE – Fiz faculdade de Turismo.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Olha, eu quero dizer o seguinte: tenho convicção de que o senhor está escondendo alguma de todos nós. Eu, não. Todos que estão nos assistindo estão percebendo. Os motivos pelos quais o senhor está nos escondendo nós vamos descobrir...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ajudar um safado e condenar a mãe.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O que eu quero dizer aqui é que todos estamos dando chance para que o senhor possa colaborar com a CPI. Então, farei novamente um apelo, como todos os Deputados que passaram por aqui fizeram: queremos que o senhor nos diga quem mandava fazer isso.

Nós vamos chegar lá. Pode demorar um dia ou dois, mas chegaremos aos donos do dinheiro. Mas o mais duro é que o senhor estará contribuindo para a

sua própria condenação, assim como a da sua mãe e do seu irmão. Alguma coisa te pressiona a não contar. É um direito que o senhor tem ficar calado, mas está na cara que o senhor está mentindo. Está na cara!

O senhor não tem advogado? Quem paga o advogado para o senhor?

O SR. VALDERI WERLE – Eu tenho advogado...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quem paga o advogado para o senhor?

O SR. VALDERI WERLE – Eu que pago ele, eu que acerto com ele.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Pode falar quanto o senhor está pagando por mês para ele ou não?

O SR. VALDERI WERLE – Por mês, não. Eu paguei para ele me acompanhar na audiência em Curitiba, agora, dia...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E porque ele não veio hoje com o senhor aqui?

O SR. VALDERI WERLE – Ele disse que não havia necessidade.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Puxa vida! Acho bom o senhor rever essa questão de advogado. Inclusive, converse com ele se não seria o caso de você voltar e falar com o nosso Presidente e com o nosso Relator, com documentos, para mostrar para a CPI como você pode colaborar.

Concluindo, Sr^a Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de ponderar novamente o seguinte: se o advogado estivesse presente, com certeza, você iria conversar com ele, não é isso?

O SR. VALDERI WERLE – Sim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Se fala ou não. Então, até o final da sessão – você vai ficar um pouco mais aí –, telefone para ele, converse com ele. É possível fazer isso ou não? Seria possível ter esse compromisso teu de consultá-lo via telefone. Criamos as condições para você telefonar para ele.

Pode ser? Isso para você trocar idéias com ele para o senhor falar o que o senhor sabe aqui. O senhor conversaria com ele?

O SR. VALDERI WERLE – Por telefone eu não vou conversar com ele, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Está bem.

O SR. VALDERI WERLE – Ele já não quis nem me atender para me acompanhar. Então...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – De qualquer maneira, eu quero só que o senhor, por favor, fale pessoalmente com ele e, se for o caso, troque de advogado. Mas volte para cá com informações. Ao final, o senhor vai responder pelo processo. Como o

Deputado Eduardo Valverde falou, a denúncia foi feita. Mais do que isso, o senhor vai acabar assumindo coisas. Seu próprio advogado não quer acompanhá-lo? O que é isso?

O SR. VALDERI WERLE – Mas eu tenho curso superior.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Claro, o senhor tem curso superior. Vai pegar uma prisão especial. O senhor sabe. Mas sua mãe não tem curso superior.

O SR. VALDERI WERLE – Mas não é motivo algum para responder a qualquer coisa.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Agradecemos a participação do Deputado Dimas Ramalho.

Concedo a palavra à Deputada Iriny Lopes.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Qual a idade da sua mãe, senhor Valderi?

O SR. VALDERI WERLE – Sessenta e cinco anos.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Ela é costureira?

O SR. VALDERI WERLE – Sim.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Durante toda a vida foi costureira?

O SR. VALDERI WERLE – Praticamente sim.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor sempre morou na companhia dela, até emancipar-se?

O SR. VALDERI WERLE – Sim, morei muito tempo com ela.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Qual é o patrimônio da sua mãe, hoje? Ela tem casa própria, sítio, fazenda, iate?

O SR. VALDERI WERLE – Não. Ela tem uma casinha onde mora. Nem escritura tem.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – A casa é própria, mas não está escriturada?

O SR. VALDERI WERLE – Não tem escritura.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – E o patrimônio do seu irmão qual é? Ele tem bens, casas, fazendas?

O SR. VALDERI WERLE – Ele tem uma casa, onde mora, e um carro. Fora isso, não sei.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – E o seu patrimônio?

O SR. VALDERI WERLE – Tenho a casa onde moro e uma móto, que uso para deslocar-me para o trabalho.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor crê que uma pessoa que movimentou US\$2 bilhões, como seu irmão, pode ter só uma casa e um carro?

O SR. VALDERI WERLE – Desconheço que tenha algum outro tipo de imóvel ou bem.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor morou toda a vida com a sua mãe. Ela movimentou US\$28 milhões. O senhor entende ser possível que alguém que movimentou US\$28 milhões tenha uma casa, inclusive sem escritura?

O senhor tem filhos?

O SR. VALDERI WERLE – Tenho.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor já pensou, em algum momento, que um dia seu filho poderia estar sentado na cadeira onde o senhor está hoje? E que o objeto das perguntas fosse o senhor mesmo? O que o senhor esperaria que seu filho fizesse?

O SR. VALDERI WERLE – Jamais gostaria que ele passasse por isso.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – E o senhor também?

O SR. VALDERI WERLE – Também.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Então, o senhor não quer que sua mãe sofra prisão. Diferentemente de sua condição de possuir curso superior, ela vai para uma prisão comum. O senhor sabe o que é lavagem de dinheiro?

O SR. VALDERI WERLE – Sei que é remessa ao exterior. O dinheiro era remetido ao exterior.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Isso não é lavagem de dinheiro. O senhor não sabe o que é lavagem de dinheiro. O senhor sabe o que é dinheiro sujo que passa por alguns mecanismos para legitimar-se e passar a ser um dinheiro limpo? O senhor sabe? O que o senhor conhece sobre lavagem de dinheiro?

O SR. VALDERI WERLE – Conheço o que aprendi no acompanhamento de processos. O dinheiro vai e volta como um dinheiro legal.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor conviveu, trabalhou esses anos todos no meio financeiro e não sabe o que é lavagem de dinheiro?

O SR. VALDERI WERLE – Depois é que começamos a acompanhar. Antes, não tínhamos essas informações. Não sabíamos nada disso.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Antes de o senhor trabalhar no Banestado, qual era sua profissão?

O SR. VALDERI WERLE – Era professor.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Professor de quê?

O SR. VALDERI WERLE – Da 4ª série primária.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor desculpe-me a franqueza, mas o senhor não me parece uma pessoa capacitada para trabalhar em um meio financeiro. A não ser que o senhor seja um bom ator, o que estou achando que não é. O senhor está nervoso demais. O senhor estava lá para cumprir um outro pa-

pel. Não me parece que o senhor tenha competência técnica. O senhor não responde às questões com a objetividade que é preciso. O senhor não dá respostas convincentes. Das duas uma...Estou achando que a sua fisionomia, o seu semblante indicam muito mais uma pessoa que está com medo, uma pessoa que se meteu numa grande enrascada, querendo ganhar algum dinheiro com facilidade e que não sabia que o tamanho da coisa era tão grande. Essa é a minha impressão.

Não sei o seu irmão. O seu irmão já sofreu algum processo? Seu irmão foi processado antes por alguma razão?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Qual era a atividade profissional do seu irmão antes de trabalhar nessa casa de câmbio?

O SR. VALDERI WERLE – Antigamente ele trabalhava no Bradesco.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – No Bradesco. Era caixa? Era gerente?

O SR. VALDERI WERLE – Ele era quase como um gerente administrativo, um encarregado. Na época, as funções eram diferentes.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor tem noção da gravidade das denúncias que pesam sobre o senhor? O senhor disse que “nunca levei vantagem”, eu até anotei aqui essa frase.

O SR. VALDERI WERLE – Hum-hum.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Qual sua renda hoje?

O SR. VALDERI WERLE – Seiscentos reais.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor acha que com isso o senhor pode pagar um advogado que faça uma defesa decente e consistente da sua pessoa?

Qual é a renda da sua mãe hoje?

O SR. VALDERI WERLE – Ela é aposentada, ela ganha um salário mínimo.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Ela pode pagar advogado?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor pode pagar advogado para ela?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei, de repente eu até a ajudo, mas...

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Com R\$600?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – São R\$600 mesmo que o senhor tem de renda?

O SR. VALDERI WERLE – São R\$600. Tenho um pouquinho no fundo de previdência privada, que era do banco.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O seu irmão está preso?

O SR. VALDERI WERLE – Está.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O seu irmão pode pagar um advogado para sua mãe?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei, acho que não, né?

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Então, Srª Presidente e Sr. Relator, encerrarei aqui.

Está claro, diante desta CPMI e do Brasil que o senhor, Sr. Valderi, está servindo a um esquema muito grande, ilegal, criminoso e que o senhor pode colaborar com o Brasil, com esta CPMI. O senhor pode salvar sua mãe – 65 anos, quem passou a vida inteira atrás de uma máquina de costura para criar os filhos? Isso chega a ser desumano. Então, eu acho que o senhor deveria refletir bastante. Os outros Deputados já disseram quais são as condições, que a lei permite que esta CPMI trabalhe para que o senhor se torne uma testemunha especial. Essa decisão está na mão do senhor, só do senhor, de mais ninguém, porque os pedidos aqui já foram mais do que reiterados. Espero que o senhor possa dar uma resposta positiva à sua consciência, ao Brasil, à sua mãe e aos seus filhos, que saberão o que o senhor está fazendo.

A SRª PRESIDENTE (D^{ra} Clair) – Agradecemos a participação da Deputada e passamos a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Sr. Valderi, observamos na Lei nº 9.613, no §5º do art. 1º, o seguinte – o senhor já deve ter ouvido isso muitas vezes, mas farei a leitura mais uma vez:

A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto, podendo [veja bem] o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos se o autor, co-autor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

Temos observado aqui o seguinte: passaram pela conta do seu irmão US\$2 bilhões. O senhor tem idéia do que é esse dinheiro? Quase US\$3 bilhões passaram pela conta do seu irmão. O senhor, de qualquer forma, era funcionário da agência do Banestado por onde provavelmente parte desse dinheiro acabou também passando.

Deixe eu lhe dizer, Sr. Valderi: custa-nos acreditar que o senhor não soubesse de nada, custa-nos acreditar. Custa-nos acreditar que uma senhora de 65 anos, provavelmente uma mulher muito humilde, que lutou tanto para criar os seus filhos, que criou esses três filhos com muita dificuldade, que provavelmente

viu com muita alegria quando V. S^a conseguiu ser professor e depois ter um curso universitário. Custa-me, portanto, acreditar que uma pessoa como V. S^a, a não ser que esteja sofrendo ameaças de alguns desses grupos, de algumas dessas pessoas que usaram provavelmente o seu irmão, a sua mãe, como laranjas. Se as pessoas estiverem, no momento, pressionando-o, esta Casa, esta CPI, a própria Justiça, está lhe dando a oportunidade de proteção da testemunha. Portanto, esta é a grande chance que V. S^{as} têm. Porque veja, Sr. Valderi Werler, o que vai acontecer com V. S^a é provavelmente o que está acontecendo com o seu irmão que está preso; a sua mãe, uma mulher de 65 anos, não é justo que alguns ladrões desta Nação tenham levado o dinheiro embora à conta de uma mulher de 65 anos que sobrevive costurando, vivendo de salário mínimo, e que esta mulher agora vá para a cadeia porque, infelizmente, ladrões usaram o nome dela. Ladrões, Sr. Valderi Werler, que provavelmente V. S^a conhece, ladrões que provavelmente V. S^a saiba quem são, e que a liberdade, o terminar dos anos de vida de sua mãe estão na sua mão. V. S^a tem pai ainda, Sr. Valderi Werler?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Portanto, uma mulher viúva. Os filhos deveriam cuidar dela. A liberdade da sua mãe e a sua liberdade estão nas suas mãos. Nós não queremos fazer aqui nenhuma pressão psicológica, ao contrário; não é o papel desta Casa, não é o nosso papel porque nós respeitamos as pessoas. Nós queremos que V. S^a tenha consciência do que está fazendo com a sua mãezinha, tenha consciência do que V. S^a está fazendo inclusive com os seus próprios filhos e com a sua própria mulher, que daqui um pouco terão os seus familiares presos como já está o seu irmão, e provavelmente os donos do dinheiro, os tubarões do dinheiro estarão nos cassinos dos Estados Unidos, estarão passeando nas grandes praias de Miami, ricos e poderosos, enquanto V. S^a e o seu irmão, infelizmente, estarão mofando em uma cadeia no Paraná, juntamente com a sua mãezinha. Esta CPI está lhe dando uma chance. Nós estamos aqui apelando a V. S^a; nós estamos aqui pedindo a sua colaboração, porque o nosso grande objetivo é saber onde estão aqueles que desviaram mais de R\$30 bilhões deste País, tirando do povo mais pobre e usando pessoas humildes e pobres como a sua própria mãe.

A decisão, Sr. Valderi Werler, está nas suas mãos; a liberdade da sua mãe está em suas mãos; a sua liberdade, a liberdade dos seus filhos e o viver dos seus filhos porque, se tiverem um pai preso, eu não sei qual será o futuro deles. Portanto, tudo isso está nas suas mãos e nós queremos lhe dar esta chance, mais uma

vez. Como já disse o nobre Deputado Dimas Ramalho, se V. S^a precisar de um telefone para consultar o seu advogado, nós estaremos lhe ajudando nisso. Não é? Ou ligando para a sua mãe, vendo o que poderia ser feito. Agora, nós gostaríamos muito de que V. S^a começasse a nos ajudar dando nomes, dando procedimentos de como saiu esse dinheiro, porque, provavelmente, V. S^a, que trabalhou na agência do Banestado lá em Foz do Iguaçu, conhece muito sobre esse esquema.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Agradeço também a participação do Deputado e passo ao eminente relator a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Valderi Werle, V. S^a conhece Oscarbo Gato Canteiro?

O SR. VALDERI WERLE – Não, Doutor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a disse que o seu irmão trabalha como gerente da Casa de Câmbio Eucatur, Não é isso?

O SR. VALDERI WERLE – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a sabe quem é o dono dessa Casa de Câmbio?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei quem é o dono dessa Casa de Câmbio, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca comentaram com V. S^a sobre o dono?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei quem é o dono, porque nós não tínhamos um relacionamento muito... Nunca perguntei nada para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu irmão nunca comentou quem era o dono?

O SR. VALDERI WERLE – Não, nunca falou nada para mim. E eu nunca perguntei também para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a falou que o Sr. Alcides Xavier de La Rose é seu primo.

O SR. VALDERI WERLE – É, primo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a profissão dele?

O SR. VALDERI WERLE – Não sei. Não sei onde ele está, onde ele anda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que ele podia, em onze dias, mandar R\$1,56 milhão para fora do País? Podia?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou que o Sr. Antônio Nilson Madaleno é seu cunhado.

O SR. VALDERI WERLE – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a profissão dele?

O SR. VALDERI WERLE – Padeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. VALDERI WERLE – Padeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto ele ganha por mês? O senhor tem uma idéia?

O SR. VALDERI WERLE – Uns R\$500 ou R\$600.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele podia, em dez ou quinze dias, mandar R\$1,5 milhão para fora do País? (Pausa.)

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Relator, uma pergunta: quem assinava essa contas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A organização que existe é o irmão movimentava uma parte das contas, alguns cheques.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E ele assinava o cartão de autógrafo ou coisa assim?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Assinava os cheques que movimentavam a conta.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É isso que acho estranho. O senhor não via a assinatura do seu irmão na conta do outro?

O SR. VALDERI WERLE – Não tinha como ver a assinatura dele.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Brincadeira!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe-me perguntar para o senhor: o seu irmão tem advogado?

O SR. VALDERI WERLE – Tem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sua mãe também tem advogado?

O SR. VALDERI WERLE – Tem advogado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o mesmo do senhor ou não?

O SR. VALDERI WERLE – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São diferentes os advogados?

O SR. VALDERI WERLE – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que os gerentes disseram para o senhor sobre essas oito contas de laranjas?

O SR. VALDERI WERLE – Os gerentes? Não falam nada. Eles estão envolvidos, como eu, no mesmo sistema. Estamos sendo processados da mesma forma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vocês combinaram juntos de fazer?

O SR. VALDERI WERLE – Não, de forma alguma. Não sabíamos que eram laranjas que estavam abrindo contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem mais perguntas, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Deputada Iriny.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Eu queria apenas fazer um último apelo ao senhor, Sr. Valderi. Com certeza, uma das questões que deve preocupar o senhor, ao pensar em colaborar com esta CPMI, é

a proteção da sua família: sua mãe, seus filhos, seus familiares que estão lá. Esta CPMI pode garantir ao senhor, se o senhor resolver, até o final, refletindo bastante sobre tudo isso, a proteção da sua família lá, para que o senhor tenha mais tranquilidade nessa colaboração que todos nós esperamos que o senhor dê. O senhor está entendendo o tamanho e a grandiosidade da questão que está em curso. Se for verdade tudo o que o senhor nos disse aqui, o senhor foi usado, obviamente na esperança de também ganhar algum dinheiro. O senhor não tem posses, não tem dinheiro para pagar advogado. A sua mãe não tem dinheiro para pagar advogado. Os seus filhos, certamente, farão um juízo de valor sobre o seu comportamento, sobre o que o senhor resolver fazer aqui hoje. Então, só estou reiterando essa condição que deve pesar para que o senhor tome a decisão de colaborar conosco.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr^a Presidenta, peço a palavra para fazer uma última pergunta.

O seu advogado é um, o da sua mãe é outro e o do seu irmão é outro?

O SR. VALDERI WERNER – É, todos diferentes. O meu advogado eu que contratei.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sei disso. Mas o do seu irmão, o advogado também é de Curitiba, de Foz do Iguaçu, de onde é?

O SR. VALDERI WERLE – O do meu irmão é de Foz.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O da sua mãe também?

O SR. VALDERI WERLE – O da minha mãe também é de Foz.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quanto cobra o seu advogado?

O SR. VALDERI WERLE – Na última audiência, ele me cobrou duzentos reais.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Sr. Valderi, o senhor está disposto a colaborar com a CPMI? Gostaria de fazer uma audiência reservada, apenas com os Deputados e Senadores, sem a imprensa. As suas declarações não serão divulgadas. O senhor estaria disposto a receber proteção como testemunha e, talvez, em razão da sua colaboração, o perdão judicial?

O SR. VALDERI WERLE – Eu não tenho com o que colaborar. Vou colaborar com o quê, Doutora?

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Uma última pergunta para o senhor: os gerentes, no caso o senhor, como assistente, tinham de dar vista dos cheques acima de determinado valor?

O SR. VALDERI WERLE – Não. Que eu saiba, não acontecia isso de dar visto. Somente os caixas,

às vezes, conferiam os cheques, alguma coisa nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Sr. Relator, V. Exª teria mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O caixa pagava o cheque de qualquer valor?

O SR. VALDERI WERLE – O cheque era compensado. Tendo saldo na conta, o cheque simplesmente era quitado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a gerência não controlava a perda ou o ganho na compensação para saber se o depósito tinha caído ou aumentado?

O SR. VALDERI WERLE – Não olhava cheque. Não precisava olhar cheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas um dos jeitos é cheque. O outro jeito é ordem de pagamento ao contrário, saindo da agência. O jeito de olhar é cheque.

O SR. VALDERI WERLE – Mas não acontecia. Mas aconteciam ns depósitos de clientes, que acompanhavam, para ver se... acompanhamento do cliente, mas não tinha assim para olhar o cheque...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quando vinha DOC também não olhava?

O SR. VALDERI WERLE – DOC não tinha controle nenhum, não tinha relatório, não tinha nada como saber.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem perguntas mais.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Sr. Valderi, o senhor está dispensado, momentaneamente. O senhor poderá ser chamado novamente a esta CPMI. Eu gostaria que o senhor permanecesse na reunião, porque ainda vamos ouvir outra pessoa.

O SR. VALDERI WERLE – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Pedimos à Assessoria que o coloque em lugar reservado.

Vamos chamar agora o Sr. Ricardo Franczyk, ex-funcionário do Banestado, nas Ilhas Cayman.

A reunião está suspensa por cinco minutos para um café. (Pausa.)

(Suspende-se a reunião às 16h54min.)

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Vamos retomar a nossa reunião. Convidamos o Sr. Ricardo Franczyk a comparecer à mesa.

O Sr. Ricardo Franczyk, cuja identidade é nº 10073138, expedida pela Secretaria de Segurança do Paraná, tem 50 anos, CPF 160.879.419/91, é solteiro e reside na Coronel Dulcídio nº 1.205, no Batel, em Curitiba. Profissão em branco. O senhor não está trabalhando atualmente?

O SR. RICARDO FRANCYK – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Está desempregado? Então, não tem local de atividade. Não tem parentesco, em nenhum grau, com parte envolvida. Sr. Ricardo, o senhor sabe que esta CPMI tem a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas no Brasil?

O SR. RICARDO FRANCYK – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – E o senhor se comprometeu, assinou o termo de compromisso, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, para dizer a verdade...

O SR. RICARDO FRANCYK – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – ...no que souber ou lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si mesmo, nos termos do art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

O SR. RICARDO FRANCYK – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Em razão do objetivo da CPMI, vou lhe dar a palavra e o senhor poderá falar aquilo que o senhor sabe relacionado a esse fato. O senhor está com a palavra no momento.

O SR. RICARDO FRANCYK – Acredito que a minha convocação tenha sido feita em função de que gerenciei a agência de Grand Cayman, no período de setembro de 1995 até abril de 1999.

Então, basicamente, como se fala de evasão de divisas, teoricamente, conclui-se que se vá a paraísos fiscais. E onde o Banestado tinha essa agência? Em Grand Cayman, considerado um paraíso fiscal. Acredito que tenha sido com relação a isso.

Com relação à evasão propriamente dita aqui, pelo que tenho acompanhado pelos jornais e pelo noticiário, posso responder efetivamente com relação à agência do Banestado em Grand Cayman, não sobre o território de Grand Cayman com todas as agências que existem lá.

A agência do Banestado não movimentou conta alguma com relação à CC-5 de clientes oriundos do Brasil, do Paraguai, do Uruguai ou da Argentina, com relação às contas CC-5 direcionadas ao Banestado Grand Cayman.

Estou isento e aberto a responder aos questionamentos com relação a isso.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalha há quanto tempo no Banestado e quais as funções que já desempenhou?

O SR. RICARDO FRANCYK – Iniciei minhas atividades no Banco do Estado do Paraná em dezembro de 1972, atuando como contínuo, e as exerci até junho de 2001.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dê-me a evolução da sua carreira.

O SR. RICARDO FRANCYK – Contínuo em 1972; posteriormente, escriturário auxiliar – não sei precisar exatamente a data, se foi mais ou menos em 1980.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O ano só.

O SR. RICARDO FRANCYK – Em 1980 ou em 1978, por aí, como escriturário auxiliar; em 1979, como escriturário; mais ou menos nessa época, também como chefe de serviço, prestado na Direção Geral; em aproximadamente 1980, 1981, como gerente de negócios em Blumenau; em 1983, como gerente de câmbio, também iniciado em Blumenau; posteriormente, permaneci em Blumenau de 1980 até 1985; em 1985, fui transferido para o Banco Del Paraná, no Paraguai, já na função de gerente internacional; no Paraguai, permaneci até o final de 1989; em 1990, fui transferido para a agência do Banestado, Carteira de Câmbio, em São Paulo, em que permaneci até aproximadamente julho ou agosto de 1995; em setembro, fui transferido para a abertura da agência em Cayman, como gerente internacional; retornei de Cayman em abril de 1999 e permaneci, no período em que ainda se tratava do Banco Banestado, no mesmo cargo de gerente internacional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 1999?

O SR. RICARDO FRANCYK – Em 1999.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Voltou para o Brasil?

O SR. RICARDO FRANCYK – Voltei para o Brasil em abril de 1999.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ficou onde?

O SR. RICARDO FRANCYK – Fiquei lotado na direção geral em Curitiba, adido da diretoria. Estava basicamente na parte de assessoria da Diretoria de Câmbio e Comércio Internacional nesse período, porém detendo o próprio cargo de gerente internacional. Após isso, houve a privatização com o Banco Itaú, e fiquei adido também na Diretoria de Comércio Internacional, com os mesmos encargos salariais, mas com o título diferenciado, como assessor de diretor. Em junho de 2001, ausentei-me do Banco Itaú também. Aderi ao PDV.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia descrever para nós como é a agência de Cayman e os motivos por que o Banestado mantinha uma agência como aquela?

O SR. RICARDO FRANCYK – Posso.

São dois motivos. O banco detinha a titularidade de ter agência em Cayman a partir de 1982, quando a diretoria, naquela ocasião, não sei precisar exatamente

por que motivo, teve a licença de atuar na ilha. É uma categoria de agência diferenciada. Nas Ilhas Cayman, existem dois tipos de agências bancárias: as de categoria classe “A” e classe “B”.

As de classe “A” são aquelas agências que podem movimentar financeiramente dentro da ilha, que são alguns bancos internacionais; as que têm licença de categoria “B”, em que se incluiu o Banco Banestado... Trata-se de uma categoria de, digamos assim, um banco aéreo. Ou seja, ele não possui atividade com o público e também não pode fazer movimentação de dinheiro na ilha. Mas, nessa categoria “B”, existem também duas situações, que é o que estava ocorrendo, quando foi aberta, em 1982. Então, se detinha a titularidade de que existia uma agência do Banco Banestado em Grand Cayman, porém não existia a presença física.

É essa a diferenciação. Permaneceu dessa maneira, ou seja, somente com a titularidade, e havia um representante nesse período de 1982. Não sei precisar exatamente a época, mas deve ter sido também próximo a abril, a maio quando houve a abertura da agência, de 1982 até 1996.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa agência fazia o quê?

O SR. RICARDO FRANCYK – Posso chegar lá. Somente estou discorrendo sobre o porquê disso.

Em 1996, porque, na verdade, a intenção partiu em 1995, em setembro de 1995, quando houve a abertura física da agência. Até os preparativos, as tratativas perante o Governo das Ilhas Cayman, o aluguel do espaço, o treinamento da pessoa que seria mandada para lá. Então, efetivamente, a agência passou a ter o seu trabalho como presença física na ilha em janeiro de 1996. E permaneceu até o final, em fevereiro de 1999, quando foi aberta a agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em fevereiro foi fechada?

O SR. RICARDO FRANCYK – Foi fechada, já em função da privatização perante o Banco Central, que, segundo a diretoria, exigiu o encerramento das agências no exterior. Isso foi em 1999. Na verdade, ela ficou aberta fisicamente. Nessa categoria de agência, categoria “B”, que somente pode trabalhar aéreo, não pode atender o público, não tem movimentação financeira interna, na ilha, ela trabalhou de 1996 a fevereiro de 1999. Basicamente, foram três anos e pouco, quase quatro anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só papel?

O SR. RICARDO FRANCYK – Só papel. Não pode haver atendimento ao público, nem movimentação financeira dentro da ilha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Seria um escritório?

O SR. RICARDO FRANCYK – É um escritório. Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não atende o público?

O SR. RICARDO FRANCYK – É uma diferenciação de uma empresa, como era no período de 1992 até 1995, de uma **off shore**. Surgiu a explicação do por que talvez fosse aberta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela é uma **off shore**, não?

O SR. RICARDO FRANCYK – Nesse período, sim. A partir do momento em que ela passa a ter a presença física, com o funcionário responsável, e, internamente, com as pessoas, ela modifica um pouco. Continua sendo uma **off shore**, mas se modifica a sua **performance**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o interesse do Banestado em possuir uma agência desse tipo?

O SR. RICARDO FRANCYK – Foram dois os motivos. Primeiro, acredito que o principal seja a isenção de taxas e de tributos, de impostos totais sobre a movimentação que possa ser registrada na ilha; não que passa, mas que é registrada na ilha. Basicamente, é a isenção de taxas e de impostos. Esse é o primeiro motivo.

O motivo real não posso precisar, pois essa foi uma decisão de diretoria. Não posso dizer que tenha sido exatamente isso. Mas, pela movimentação que eu presenciei, na verdade, iniciei e encerrei a agência e sei a movimentação que ela teve, basicamente, foi isso. É o lado técnico da situação.

Há um outro lado – eu também quero acreditar que sim – que, até então, em meados de 1995, não estava condizendo, digamos assim, com a política de um banco estadual, do Governo, manter uma representação de **off shore**, sem uma presença física, sem haver uma pessoa responsável na época. Foram essas duas situações que levaram à abertura oficial.

A manutenção da agência na ilha basicamente deu-se pela isenção de taxas. Por um outro lado, em segundo o plano, com certeza deu-se com relação à angariação de fundos, pois, na época, o Brasil passava, por situações na nossa política econômica, pela questão de credibilidade. Então, os bancos trabalham com linhas de crédito, o que também facilitava a situação da abertura de Cayman, que angariava as linhas de crédito de outros bancos no exterior também, só que com a responsabilidade do retorno pelas linhas Cayman. Isso induziu a que? Não é bem o termo credibilidade, mas vale dizer que sim, também, se algum banco ou instituição financeira no exterior fizesse uma forma de linha de crédito a bancos no Brasil, que é normal e natural para trabalhar dentro da área internacional, o

retorno desse dinheiro dependia muito da política econômica do País. E, muitas vezes, tivemos ocasiões em que não se podia retornar meramente no vencimento; passaria por um crivo, primeiro, pelo Banco Central, para, depois, ser remetido esse valor para fora. Sendo Cayman, facilitaria essa situação. Então, não entraria na determinação do Banco Central a remessa ou devolução dessa linha de crédito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desculpe-me, eu não entendi por que isso. Quem captava o recurso era Cayman?

O SR. RICARDO FRANCYK – Cayman captava o recurso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Emprestava o dinheiro para o Brasil?

O SR. RICARDO FRANCYK – Para o Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por intermédio do Banestado de Nova Iorque?

O SR. RICARDO FRANCYK – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Brasil, no vencimento...

O SR. RICARDO FRANCYK – Não. Primeiramente, a intenção de manter a agência de Cayman é justamente com os parceiros terceiros, outras instituições financeiras. Quando se falava em dar uma linha de crédito ao Banestado, se fosse Brasil, eles consideravam um pouco mais problemático, em função da política econômica. Por quê? Poder-se-ia chegar no prazo – como já aconteceu algumas vezes no passado – e o Governo brasileiro decretar, pelo Banco Central, que todas as remessas deveriam passar primeiro por um histórico do Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um controle de câmbio?

O SR. RICARDO FRANCYK – É um controle.

Se esse crédito é dado ao próprio Banestado, na verdade ao próprio Banestado, mas localizado em Cayman, não se incorre o risco de cair em uma situação de controle, de uma demora maior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que a captação é feita em Cayman?

O SR. RICARDO FRANCYK – A captação é feita em Cayman. Então, é creditado em Cayman operacionalmente. É lógico que o repasse de Cayman vem para o Brasil da mesma forma, mas a devolução passaria a ficar melhor por meio de Cayman.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não corria o risco de centralização e de dificuldade para sair com o dólar?

O SR. RICARDO FRANCYK – De centralização do Banco Central do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A facilidade de trânsito de capitais.

O SR. RICARDO FRANCYK – Exatamente.

Também há uma outra hipótese de que seja essa a intenção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em Cayman, qual era a relação que ela tinha com Nova Iorque?

O SR. RICARDO FRANCYK – Bom, na verdade, a agência de Grand Cayman, como eu já comentei, não movimentava nenhum valor financeiro. E por ter autorização de funcionamento como categoria “b”, ela também não tinha esse valor. Então, a centralização dos valores era feita em Nova Iorque, onde ocorria o giro financeiro efetivo, por causa do Banco Central. Então, quanto às reservas de crédito, depósito e movimentação era Nova Iorque que detinha essa posição.

Explicando de uma forma mais clara, a agência do Banestado em Cayman fazia a posição em papéis e a contabilização efetiva. A movimentação financeira era Nova Iorque que detinha uma conta.

Na verdade, a agência de Grand Cayman tinha uma conta corrente no Banestado de Nova Iorque. Então, toda movimentação se processava na agência Cayman, documental e efetivamente; de transferência financeira, era em Nova Iorque, creditado na conta de Cayman de Nova Iorque.

Mais um objetivo, Senador. Com relação ao objetivo, a agência de Cayman, basicamente, servia para captação, no mercado financeiro internacional, de linhas de crédito para repasse ao Banco do Estado do Paraná, Brasil, para fazer aplicações nas situações da área internacional: adiantamento da conta de câmbio, liquidação de importação... Nesse posicionamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantas pessoas trabalhavam na agência de Cayman?

O SR. RICARDO FRANCYK – Eu abri a agência e encerrei a agência, sozinho. Quer dizer, em termos funcionais. Eu tive dois períodos. No primeiro período, que foi basicamente em 1996, eu tive autorização de contratar uma secretária para atender ao telefone no meu momento de alguma saída momentânea. Posteriormente a isso, em 1997, ela se retirou, contraiu matrimônio e saiu da localidade. Em 1998, eu não tenho certeza se em janeiro ou fevereiro, tive um funcionário, aí não oficial, mas foi quase uma semi-exigência da autoridade monetária das Ilhas Cayman, que devia ter um **controler**. Esse **controler** é, mais ou menos, para controlar a movimentação também.

Então, estive com esse funcionário no ano de 1998, e ele permaneceu na agência comigo. O gerenciamento e as determinações basicamente todas passavam por mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos clientes a agência tinha?

O SR. RICARDO FRANCYK – Muito poucos, Senador. Ele movimentava mais... A base da agência era angariar fundos pela...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Captação.

O SR. RICARDO FRANCYK – ... pela captação de outras instituições financeiras em forma de linhas de crédito para repasse no Brasil. Se tivessem contas – cabe salientar também, até existiam algumas contas, sem precisar que não era o objetivo principal, mas deveriam existir umas 15, 18 ou 20 contas, no máximo. Só que essas contas não eram contas correntes de movimentação diária nem semanal. Nós chamamos lá de **time deposit**, que é um processo, como no Brasil, seria...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um prazo fixo.

O SR. RICARDO FRANCYK – ... um prazo fixo, uma caderneta de poupança, mas só que lá com prazo determinado de aplicação. E o prazo mínimo que se aceitava na agência Cayman era de 90, 180 ou 360 dias. Então, era uma abertura de conta onde o dinheiro ficava aplicado. Não havia movimentação de ordens de pagamento, de transferências.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses clientes eram conhecidos do senhor, que era o responsável?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não. Na verdade, não. Toda movimentação dessas contas ou qualquer operação efetuada na agência Cayman tinha que ser precedida de uma prévia autorização e determinação da Direção-Geral. E, obrigatoriamente, ele deveria ser referenciado por uma agência, ele sendo cliente prévio do Banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, quem autorizava essa movimentação era a Diretoria-Geral e o senhor disse que era qual o antecedente? Cliente do Banestado?

O SR. RICARDO FRANCYK – Teria que ser cliente do Banestado, previamente cliente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor tem algum tipo de desconfiança de possível movimentação por valores estranhos, por lavagem, alguma coisa desse tipo?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não. Na Agência Cayman, não. Não teria, porque o valor dessas contas, na totalidade, era um valor muito pequeno.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o valor?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não tenho assim... Durante todo o período, vinte e poucas contas... não sei precisar, porque nunca...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais ou menos.

O SR. RICARDO FRANCYK – Não chega a oito ou dez milhões de dólares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E isso justificava manter a agência?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não, mas não era esse o objetivo. A captação era que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o volume da captação?

O SR. RICARDO FRANCYK – O volume que movimenteí, em termos, chegou à média de cento e poucos milhões de dólares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesses três anos e meio em que a agência tinha instalação física, lá?

O SR. RICARDO FRANCYK – Isso. Chegou um **top** de cento e poucos milhões. Houve emissão. Além das captações normais de outras instituições – podia ser o Chase, podia ser o próprio Banespa, o Royal Bank, qualquer coisa assim – além disso, o banco na época, não sei precisar exatamente, mas acredito que foi em 1996, o Banco do Estado fez emissão de papéis lá fora. Só essa emissão girou em torno de US\$30 milhões e foi gerenciada pelo Manufactured Trust Company, Companhia na época. Então, basicamente, a situação da agência Cayman foi buscar esse lado financeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses clientes eram empresas **off shore**, casas de câmbio, ou não?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram empresas mesmo?

O SR. RICARDO FRANCYK – Empresas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Outros bancos brasileiros também têm agências em Cayman?

O SR. RICARDO FRANCYK – Tem! Por isso que digo que existe essa separação, que eu estava defendendo, que a atividade que prestei ao Banco do Estado, na agência do Banestado, se refere somente à agência Banestado e não à localidade Grand Cayman, até porque, eu poderia dizer, pois não é nenhum segredo, que a agência de Cayman é numa ilha, que é um paraíso fiscal e que é uma possessão inglesa e possui cadastrados, em 1998, 550 bancos, instituições financeiras. Nem todos os bancos são instituições financeiras.

O SR. RELATOR (José Mentor) – **Off shore**?

O SR. RICARDO FRANCYK – **Off shore**. E aí que existe essa diferenciação...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas são **off shore**, não é?

O SR. RICARDO FRANCYK – Todas. Mas existe uma separação bem clara, que existe **off shore**,

como foi no início, vamos dizer assim: o Banco do Estado abriu em 1982. Então, existia o banco, existia a titularidade do Banco do Estado do Paraná. Só que quem representava, perante o Governo da Ilha, quem representava o banco na Ilha de Cayman, fazia movimentação, apresentação de balanços, balancetes ou, se houvesse algo, alguma movimentação, era uma empresa contratada lá. Alguns podem contratar uma empresa que pode ser um escritório de advocacia ou outro tipo de instituição. Alguns bancos detêm a categoria que também permite representar outros bancos. Basicamente, é isso.

Agora, há bancos diferenciados que podem ter a presença física. Existe uma diferenciação. Havia cerca de 500 instituições financeiras cadastradas em Cayman em 1998.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece outros bancos brasileiros com agência em Cayman?

O SR. RICARDO FRANCYK – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais?

O SR. RICARDO FRANCYK – O Banespa possuía; o Itaú possui. Mas isso é público.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco do Brasil também?

O SR. RICARDO FRANCYK – O Banco do Brasil também possui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o número de habitantes lá?

O SR. RICARDO FRANCYK – Creio que, em Cayman inteiro, há em torno de 20 a 25 mil habitantes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos têm esse mesmo objetivo de...

O SR. RICARDO FRANCYK – Não. Estou respondendo pela atividade que eu exerci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Refiro-me à instalação, para ficar livre do pagamento de taxas, impostos etc.

O SR. RICARDO FRANCYK – É basicamente isso. Entendo que seja por isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A captação da garantia internacional.

O SR. RICARDO FRANCYK – Exatamente. Mas não posso falar sobre outras agências, até porque não se comenta nem se fala internamente. Mesmo se conhecendo que exista a agência, não há troca de informações. Isso ocorre inclusive com relação à questão do sigilo bancário de Cayman, que é realmente bastante pesado na ilha.

São bancos. Lá existem bancos com 30, 20, 15 funcionários, que são de presença física, mesmo nessa classificação "B", que não permite movimentar o lado

financeiro. Provavelmente, deve haver mais operações, mais atividades diferentes daquela que prestei perante o Banco do Estado. Porém, não sei precisar que tipo de situação seria essa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Valdir Antônio Perin?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Conheço. Ele era gerente do Banco do Estado do Paraná em Nova lorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor manteve relacionamento profissional nas agências?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Profissional. Ele era o gerente em Nova lorque e eu estava em Cayman. Diariamente, eu tinha de falar com ele ou com seu subalterno em razão da própria conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para fechar as operações.

O SR. RICARDO FRANCZYK – Para fechar as operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez, chamou a atenção do senhor qualquer operação que tenha sido realizada nesse período com o Sr. Perin?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não. Eu não fazia operações com ele. Na verdade, eu o autorizava a creditar no Banestado Brasil ou a fazer uma aplicação em **overnight** de uma sobra de recursos que havia na conta do Banestado Cayman ou algo nesse sentido, mas não fazia movimentação operacional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Ércio de Paula Santos?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Era o gerente administrativo da época do Sr. Perin.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor também tinha relações com ele?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Ou era com o Sr. Valdir ou com o Sr. Ércio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve algo que tenha causado alguma desconfiança, algo equivocado?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não. Na verdade, não havia negociações entre Cayman e Banestado de Nova lorque. Não! O que existia é que ele detinha a conta. Ou se aplicava a sobra no mercado de **overnight** ou simplesmente se analisava o posicionamento: se entrou ou não algum crédito; se entraram recursos esperados; se deveria haver uma autorização para creditar conta do Banestado Casa Matriz. Basicamente, era isso. Operacionalmente, não mantive negociações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Gilson Giraldi?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Ele foi o sucessor do Sr. Valdir, quando ele saiu de lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A relação funcional era a mesma?

O SR. RICARDO FRANCZYK – A mesma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode informar se o Sr. Alberto Youssef tinha conta em Cayman, no Banestado?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Em nome dele... Peço que também me seja dado esse direito com relação ao que eu falei há pouco tempo também. Mesmo que amanhã essa informação se torne pública ou não, é difícil para mim nomear empresas ou pessoas por eu ter prestado, perante a Justiça de Cayman e as autoridades monetárias, o sigilo da minha pessoa. Contudo, é possível se ter acesso a todos esses documentos. Já prestei depoimento, na CPI estadual, em Curitiba, em relação a vários fatos, e o Banco Itaú hoje detém toda a documentação gerada desde o início das atividades de queima até o seu encerramento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Afonso Celso Braga?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Conheço de nome, porque me parece que foi titular de um banco, se não me engano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Banco Integración?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Creio que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor também foi gerente do Banco del Paraná?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Banco del Paraná, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E que relação o Banco del Paraná tinha com o Banco Integración?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Na época em que eu estive lá, nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nenhuma?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na empresa Beacon Hill?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Pelos jornais, mas eu não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existiu uma operação de um empréstimo de US\$4,5 milhões para empresas identificadas como GT, R ou T. O senhor tem conhecimento dessa operação?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia descrevê-la para nós, por favor?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Essas operações também são objeto da nossa CPI estadual, que detém, inclusive, todos os documentos, e me parece que ontem, também – eu estive prestando depoimento naquela Casa, e duas dessas pessoas também prestaram depoimento lá, duas dessas empresas fizeram es-

clarecimentos. Também acho oportuno qualquer coisa, que esta Comissão tenha um intercâmbio com aquela comissão de lá, para trocar esses documentos. Mas as operações foram efetuadas realmente em Grand Cayman. O lado operacional, vamos dizer assim, em Grand Cayman não chama a atenção em nada porque é normal, natural, se fazer alguma operação nesse sentido. Me chamou a atenção na época pela forma como foram feitas todas as operações – quero esclarecer um pouquinho antes – que todas as operações e qualquer movimentação sempre foram previamente autorizadas na direção geral. Após essa autorização é que se fazia a contabilização em Grand Cayman, se fazia qualquer movimentação. Mas o que aconteceu foi que isso aí ocorreu aproximadamente em... não me lembro se foi em agosto ou outubro; foi em agosto ou outubro de 1998. Primeiro, foi pela insistência e pela pressa de se fazer a operação. E na época recusei-me a fazer porque era via telefone. Então, me abstive de fazer a operação. Aí houve um probleminha de discussão com o próprio diretor da época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o diretor?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – O diretor era Gabriel Pires Neto. Aí eu só aceitei mediante uma autorização que ele me passasse, e nessa autorização ele mencionou que estavam aprovadas essas operações. São três operações no total, assinadas por ele. Aí, posteriormente a isso, foi uma outra situação em que recebi das empresas já a solicitação de transferência desses valores, desse empréstimo, no caso, para uma outra instituição financeira sediada nos Estados Unidos também, do que também declinei, não aceitei na época. Precisava de uma justificativa, e eu justifiquei que eu precisava que alguém me endossasse aquelas assinaturas, porque eu não sabia, não conhecia as empresas, porque as empresas, na verdade, eram conhecidas no Brasil, e eu não tinha esse conhecimento. Então, por isso, criou um clima, vamos dizer assim, um pouco não agradável entre a minha pessoa e a direção. Mas, uma vez aqui, certificada a assinatura, foi feito o empréstimo, e logo em seguida eu fiquei sabendo que eu tinha que fazer e agilizar o encerramento da agência. Criou uma situação desagradável também porque ficou aquilo lá, e no meu retorno, na verdade, o que aconteceu foi no meu retorno. Quando retornei ao Brasil, depois de encerrada a agência, quando retornei ao Brasil, é que foi feito o levantamento, e se viu que eram operações que não estavam, vamos dizer assim, respaldadas. A garantia era uma nota promissória, e o cadastro não condizia. Mas não compete a mim também falar de que forma que for que também não tive acesso no meu retorno para...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse recurso do empréstimo que origem tinha?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Origem de linhas de crédito de outras instituições.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Banestado respondeu por elas depois?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Pois é, aí é que está, até hoje não sei se houve a liquidação, pelo menos até a minha saída do banco, que foi em junho de 2001, não haviam sido liquidadas. Mas eu quero mencionar também que ontem houve uma audiência lá, e dois desses clientes prestaram esclarecimentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perante o investidor estrangeiro, como é que ficou? O senhor não tem informação também?

O SR. RICARDO FRAN CZIK – Desculpe-me, mas não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perante o investidor estrangeiro, porque o recurso foi captado, se entendi bem.

O SR. RICARDO FRAN CZIK – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Recurso do Banestado?

O SR. RICARDO FRAN CZIK – O recurso foi do Banestado.

O encerramento da...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve um empréstimo de quatro milhões e meio para três empresas, há pouco tempo, três ou quatro meses, antes do encerramento da agência com recursos do Banestado? Porque, se tinha que quebrar, o dinheiro já estava lá, não precisava voltar, o Banco Central já assumia o valor.

O SR. RICARDO FRAN CZIK – Não sei precisar o motivo. O motivo eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era comum esse tipo de operação?

O SR. RICARDO FRAN CZIK – Não, mas era a razão principal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era comum esse tipo de operação?

O SR. RICARDO FRAN CZIK – Não era comum, mas existia. Uma ou outra empresa que fosse cliente do banco, que fosse tradicional do banco, por uma época e por uma situação financeira do banco, por fechamento de operações ou qualquer coisa assim, se podia, era oferecida essa possibilidade de se obter um empréstimo no exterior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o empréstimo não pudesse ser realizado, o dinheiro do Banestado seria reintegrado ao Brasil?

O SR. RICARDO FRAN CZIK – Sim, reintegrado ao Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não podemos dizer que foi uma maneira de as divisas não retornarem ao Brasil?

O SR. RICARDO FRANZIK – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com essa operação as divisas não retornaram ao Brasil?

O SR. RICARDO FRANZIK – Até agora, não.

O que houve é que... A principal situação é que, com o encerramento, a agência Banestado Grand Cayman está totalmente zerada, não deveu nada e, pelo contrário, ficou muito bem.

Essas operações foram repassadas a uma outra instituição, foram vendidas. A situação que deveria, como elas estavam, ter sido feita era algum tipo de registro no Brasil. E não houve esse registro por parte do Banestado. Não houve. Na verdade, ele ficou no ar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem autorizou essa operação foi o Sr. Gabriel Pires Neto?

O SR. RICARDO FRANZIK – Gabriel Pires Neto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual a participação do seu Hércio de Paula nessa operação?

O SR. RICARDO FRANZIK – Ele não assinou a autorização em que informava sobre a autorização da operação, mas assinou todas as ordens de pagamento vistando e confirmando a assinatura dos clientes, dizendo que os clientes eram reais e assinavam pela empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode dizer o nome dos clientes ou prefere não falar?

O SR. RICARDO FRANZIK – Prefiro não falar, mas já é público, em Curitiba, perante o Ministério Público e na CPI do Estado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que as operações que realizava em Cayman todas tinham autorização prévia...

O SR. RICARDO FRANZIK – Da direção geral.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram os diretores gerais?

O SR. RICARDO FRANZIK – Iniciou com o Sr. Aldo de Almeida e Boldrini, que era o segundo dele, o da Divisão. Depois passou para o Gabriel Pires e o Hércio, e encerrou-se a agência. Não teve mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses senhores eram os responsáveis pelas agências fora do Brasil?

O SR. RICARDO FRANZIK – Fora do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nova Iorque também dependia da...

O SR. RICARDO FRANZIK – Também estava subordinada a essa Diretoria, que, na verdade, é a Diretoria de Câmbio e Operações Especiais, ou Internacionais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por ora, Sr^a Presidente, estou satisfeito.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Gostaríamos de passar a palavra ao Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Ricardo, esse empréstimo que foi feito pela agência que o senhor comandava, qual foi a garantia real que possuía a instituição para liberar esse empréstimo? Empréstimo de quatro milhões e setecentos mil dólares. É isso?

O SR. RICARDO FRANZIK – Em torno disso.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Vou repetir: quatro milhões e setecentos mil dólares.

O SR. RICARDO FRANZIK – Aproximadamente isso.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Qual foi a garantia real para que o Banestado liberasse isso?

O SR. RICARDO FRANZIK – Na liberação e na efetivação, em Grand Cayman, da operação não cabia a mim questionar.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Estou lhe perguntando qual foi.

O SR. RICARDO FRANZIK – No Brasil, fiquei sabendo, posterior a isso, que era uma nota promissória.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quer dizer, gostaria de chamar a atenção do Sr. Relator e dos Deputados presentes que, na liberação de US\$4,7 milhões, aproximadamente, a garantia real foi uma nota promissória. É isso?

O SR. RICARDO FRANZIK – Isso.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Pergunto mais. Quem foi o avalista da nota promissória?

O SR. RICARDO FRANZIK – Eu peço a sua compreensão...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Então, vou dizer quem foi, para o senhor, para o Brasil e para todo mundo que está vendo, o que aconteceu com esses 4,7 milhões. Foi o senhor – está aqui o nome dele – Alberto Youssef.

O SR. RICARDO FRANZIK – Eu só quero esclarecer que isso aí... Foram feitas três operações. Não é uma só.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sim. Mas a garantia foi feita pelo Sr. Alberto Youssef.

O SR. RICARDO FRANZIK – Não é a mesma.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sim. Mas ele garantiu algumas coisas.

O SR. RICARDO FRANZIK – Sim. Alguma pode ser.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Como é um fato público, está nos jornais, já tem nos autos, só vou perguntar ao senhor e o senhor confirma ou

não. É evidente. Porque já é público isso. Ou seja, não tem mais sigilo.

O SR. RICARDO FRANCZYK – Eu entendo. Eu...

O SR. RICARDO FRANCZYK – O Sr. Alberto Youssef foi um dos avalistas.

O SR. RICARDO FRANCZYK – Eu entendo a sua colocação. Mas gostaria imensamente que compreendesse a minha também.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não, eu compreendo.

O SR. RICARDO FRANCZYK – Até no início, quando eu me prestei a ir prestar esclarecimentos...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Compreendo seu caso.

O SR. RICARDO FRANCZYK – ...mesmo na CPI estadual, eu me coloco à disposição inteira aqui também. Só que é uma diferenciação, houve uma denúncia do que caiu no Ministério Público ou de uma denúncia... houve uma denúncia...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Mas não foi denúncia. Isso é uma realidade.

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não. Mas houve...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O Sr. Alberto Youssef, que é conhecido como doleiro...

O SR. RICARDO FRANCZYK – Uma quebra de sigilo. Só estou pedindo isso.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Eu sei. O Sr. Alberto Youssef, que é um doleiro conhecido, estamos vendo quanto ele mandou para o exterior. Não sei se ele está preso ainda. Ele foi um dos avalistas, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós já tínhamos chegado a essa informação que eu dei.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – ...desse empréstimo que foi feito pela agência de Cayman, ou Grand Cayman, como diz nosso prezado gerente lá da agência. Eu quero...

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não foi... Foi contabilizado lá...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sim. Agora pergunto ao senhor o seguinte...

O SR. RICARDO FRANCZYK – ... quero esclarecer; foi efetuado na direção geral no Brasil e foi contabilizado lá.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Claro. Mas US\$4,7 milhões liberados três meses antes do encerramento, para que esse dinheiro não voltasse, o senhor, como especialista, que entrou em 1972 no Banestado... Eu sou leigo, mas o senhor, como especialista, isso tem nome de quê? Se o dinheiro fosse do

senhor, o que o senhor faria? Se fosse meu, do senhor, de todos nós aqui, o senhor liberaria esse dinheiro?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quer dizer, então essa é uma questão muito grave, Sr. Relator. E, mais do que grave, é um acinte para o Brasil que um doleiro, que está andando pelas ruas, e está provado que está envolvido nessa questão da evasão de divisas, ele também está envolvido nesta questão aqui. Fora as outras, Sr. Relator, que V. Ex^a já tem conhecimento e nós também temos. Eu queria só dizer o seguinte: que esse dinheiro todo foi para quatro empresas do Paraná. Sei que o senhor não vai dizer que não pode falar. Mas só vou dizer que se for alguma coisa de que o senhor discorda, o senhor diz não. Mas é público já isso. Vou dizer o nome das empresas para que todo mundo saiba quais foram as empresas. Porque quando aparece um político, todo mundo fala o nome. E nós falamos aqui nome de político, de empresário, de magistrado, de promotor, de delegado, seja quem for. Então, vou dar o nome das empresas para que o Brasil tome conhecimento: Tucumã Engenharia e Empreendimentos: US\$1,054,000.00. Redran Construtora de Obras: US\$1,5 milhão. Trebor Informática: US\$761 mil. E Jabour Toyopar Empreendimentos e Comércio de Veículos: US\$1,5 milhão. É isso?

Então, veja bem, Sr. Presidente, precisamos ir atrás dessas empresas para ver exatamente o que aconteceu com elas. Eu queria dizer o seguinte: o senhor já falou que foi liberado esse empréstimo, com garantia mínima. Quer dizer, uma nota promissória, que o senhor nem chegou a ver. Não era o senhor que determinava exatamente esse empréstimo, vinha a ordem do Banestado do Paraná.

O SR. RICARDO FRANCZYK – Vinha a ordem do Banestado. Exato.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E o senhor falou que já houve outros empréstimos nesse sentido. Ou liberações. Eu queria saber, nesse valor, já ocorreram algumas liberações ou não?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Qual foi o maior valor até então?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Muito pequeno.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Mas só para... Esse foi de US\$4,7 milhões. O senhor falou: outros já foram liberados anteriormente. Qual foi o maior valor antes disso?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Mas são valores pequenos. Alguma coisa, operações rápidas de...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sim, mas preciso saber. Entre quatro milhões?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Não sei. Coisa como, digamos, vamos supor, trezentos, quatrocentos mil.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quanto?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Trezentos, quatrocentos, quinhentos mil.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Certo. Desse dinheiro, foi liberado três meses antes de encerrar a agência. Ou seja, parece que foi uma coisa engendrada. Sobre esse dinheiro, o senhor tem noção se ele já foi repostado, se as instituições financeiras que perderam esse dinheiro o recuperaram? Onde anda essa nota promissória assinada exatamente por esse Sr. Alberto Yussef? O senhor tem noção se foi honrado esse compromisso de quatro milhões ou não?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Não, o total não foi. De algumas empresas, houve uma recuperação parcial dos juros, não do principal, por um período, até porque essas operações iriam vencer já na seqüência, era uma coisa de 180 dias – então, deveria ser em março ou abril de 1999. E, como a agência foi encerrada em janeiro, as atividades financeiras encerraram em janeiro, elas foram repassadas à outra instituição. Esse repasse foi dado uma garantia real pelo Banco do Estado do Paraná Brasil, em **cash colateral**.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor acha que essas empresas que receberam empréstimos trabalharam com esse dinheiro, ou esse dinheiro foi parar na conta de mais alguém?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Não sei precisar.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O que o senhor acha sobre isso? Qual é sua opinião, como gerente experiente, que entrou como contínuo e que fez uma carreira brilhante no Banestado; chegou a trabalhar no exterior, em câmbio, analisando com a perspectiva do tempo, hoje? O senhor não acha que isso parece que foi uma coisa previamente organizada, que uma quadrilha se formou para que se pegasse esse dinheiro e utilizasse US\$4,7 milhões para divisão desse butim? O senhor acha que aconteceu isso?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Eu não conhecia as empresas, realmente não conheço até hoje.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Mas o **modus operandis**, a forma de fazer não cheira à quadrilha organizada, crime organizado?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Não, acho que isso é um posicionamento seu. Acho que o senhor deve ter suas razões para isso. O meu lado gerencial, eu diria que foi feito para...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não, minha razão é a seguinte: US\$4,7 milhões.

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Entendo sua colocação, entendo.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não, não a minha. Quero saber a do senhor, que é um gerente experiente. Foi formada essa quadrilha, foi feita a operação e teve êxito.

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Acho que quem deveria responder isso aí, perdoe-me, já aconteceu inclusive, até posso dizer que já aconteceu, por isso eu pediria...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sei. Estou pedindo a opinião do senhor sobre isso.

O SR. RICARDO FRAN CZYK – ...já houve o depoimento dessas pessoas, inclusive lá em Curitiba, no depoimento em Curitiba.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sei que houve o depoimento, já ouvi o depoimento delas.

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Tem uma colocação. O próprio Gabriel, que era o diretor que na verdade autorizou e negociou essas operações, fez seu depoimento lá também, então acredito...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sei, mas quem liberou foi o senhor.

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Não, liberei o lado documental.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sim, mas é responsável também.

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Quem liberou foi o Brasil.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – É responsável também.

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Eu não conhecia as empresas.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quem assalta um banco, quem dirige o carro, quem lhe põe a arma, quem pega o dinheiro e quem esconde o dinheiro; todos são responsáveis.

Estou falando para o senhor o seguinte: com a experiência que o senhor tem como gerente, uma pessoa que tem uma carreira internacional – portanto, não é uma pessoa que está começando –, que começou como contínuo e subiu na hierarquia do banco, isso não cheira a um golpe internacional?

É evidente que perante os números do Banestado são pequenos ainda. Mas o senhor não concorda comigo que parece uma quadrilha organizada, que se organizou para dar esse golpe?

Já tive acesso aos depoimentos das pessoas, que insistiram.

As pressões contra o senhor foram muito fortes?

O SR. RICARDO FRAN CZYK – Para fazer a operação?

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – É.

O SR. RICARDO FRANCYK – Foram.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Eu queria que o senhor fosse mais explícito – aproveitando o tempo que me resta, Sr^a Presidente e Sr. Relator.

O SR. RICARDO FRANCYK – Desculpe-me, mas coloquei meu posicionamento.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sei, mas eu queria que o senhor fosse mais explícito.

A pressão foi muito forte para a liberação do dinheiro?

O SR. RICARDO FRANCYK – Foi, até a efetivação, como coloquei no início, que houve até um atrito com relação a isso, porque, primeiramente, houve uma autorização por telefone. Não me sujeitei a isso. Eu disse que não, que não era a minha forma de operar, não era a minha forma de exercer minha função nem minha profissão. Por isso, veio uma autorização. Posteriormente, questioneei a liberação por não ter conhecimento do fato das assinaturas. Então, é óbvio que houve uma pressão.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E quando o senhor ficou sabendo que a questão da garantia era uma nota promissória assinada pelo Alberto Youssef, o senhor não levou um susto?

O SR. RICARDO FRANCYK – Na época, não, porque até então eu não o conhecia.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Mas, depois, com a fama que correu o mundo.

O SR. RICARDO FRANCYK – Depois, quando retornei ao Brasil, o que aconteceu no final de 1998, e foi o encerramento da agência em 1999, e permaneci em Gran Cayman até abril de 1999, até para composição dos valores, composição com o Governo, composição com as autoridades monetárias, entrega dos imóveis, entrega de tudo, quando retornei é que presenciei que daí...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor responde algum processo por conta disso?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não, senhor.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Estou só perguntando, não estou dizendo que o senhor é culpado e nem nada. O senhor responde algum processo? Não responde?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr^a Presidente, com certeza esse Alberto Youssef está nos assistindo e dando risadas. Está certo? Porque quem organizou esse tipo de delito, quem foi o fiador disso tudo, quem fez o que fez, enviando dinheiro para fora,

com certeza está achando que a Justiça nunca vai chegar na sua seara.

Por isso, peço urgência nas investigações e nas providências, Sr^a Presidente e Sr. Relator, porque quem faz o que eles fizeram, quem comete uma ação ilícita como essa, típica de quadrilha organizada, com certeza só tem um lugar, tem que estar na cadeia, e, mais do isso, tem que ter seus bens indisponíveis, para devolver o dinheiro para o povo, porque roubou do Brasil.

Esse é o meu desabafo, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Obrigado Sr. Secretário.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Agradecemos a participação do Deputado Dimas e passamos a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Sr^a Presidente, Sr. depoente, logicamente que estamos vendo – e hoje já ouvimos quatro depoimentos – que cada pessoa que vem depor tem uma posição, uma forma, algumas informações e assim por diante.

Vimos, por exemplo, há pouco aqui que se sentou uma pessoa que, na minha visão, é uma pobre vítima nesse processo. O senhor logicamente deve conhecer o Sr. Valderi Werle, cuja mãe mandou US\$ 28 milhões e cujo irmão mandou US\$ 2 bilhões e assim por diante. Certamente, tudo isso faz parte de uma quadrilha que se organizou em volta do Banestado, nas facilidades que foram dadas a eles e que acabaram levando a isso.

A sua posição tem sido muito clara, quer dizer, quando foi criada a agência nas Ilhas Cayman, logicamente, não sei se por parte da direção do banco, era uma forma de fazer alguns negócios, às vezes não muito claros, porque ficaram meio nebulosos, certo que não por culpa de S. S^a. A minha pergunta é que logicamente o senhor já depôs na CPI do Banestado lá no Estado do Paraná.

O SR. RICARDO FRANCYK – Sim.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP) – Deixar-lhe-ia apenas uma pergunta. O senhor está sendo processado em algumas dessas... O senhor está respondendo alguma ação? Como está sua situação processual hoje?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não, não tenho, porque não tenho nada... sou meramente ... é, é o lado documental do processo, porque todas as operações foram tratadas e iniciadas e avaliadas aqui no Brasil.

Então, acho que esses questionamentos quem deve responder é justamente o que falei com o Deputado Dimas, é o diretor que negociou essa operação, é o diretor, e a sua equipe, que aqui no Brasil aceitou essa operação.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– O senhor, no caso dessa operação, não tinha como dizer não?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não, estava autorizado, estava documentado, estava assinado, dando validade às assinaturas.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– O senhor simplesmente cumpriu ordens. É isso?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Cumpri uma ordem expressa e estava... literalmente, estava subordinada a essa diretoria; tinha que cumprir. Questionei, na verdade. Até não cumpri de imediato, porque achei uma forma um pouquinho brusca e, vamos dizer assim, a intransigência de que teria que ser imediata. Foi o questionamento que tive, mas não ...

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Sim, mas esse questionamento, o senhor não o fez para alguém? Não? Ou simplesmente...

O SR. RICARDO FRANCZYK – Ao diretor. Ao próprio diretor.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– E qual foi a reação do diretor?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Que eu tinha que fazer.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Ordem se cumpre. Qual o nome desse diretor da época?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Gabriel Pires.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– O Sr. Gabriel?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Gabriel Pires Neto.

Posterior a isso, aí, sim, ele efetivou uma autorização oficial do banco e posterior a isso oficializou também as assinaturas das transferências financeiras.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Tudo feito por ele?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Por ele com a Divisão de Câmbio, que é o Sr. Hércio.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Hércio?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Hércio.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Já. Estou satisfeito com minhas perguntas.

O senhor continua no mercado financeiro ou não?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Está aposentado?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Um pouco difícil.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

– Minhas perguntas estão respondidas.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Agradecemos a participação do Deputado Gilberto.

Passamos a palavra ao Dr. Moroni. (Pausa.)

Passaria a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Srs. Parlamentares, Srª Presidente, são poucas as perguntas finais. Gostaria de saber se o senhor conhecia esse sistema FTCNY, que operava ...

O SR. RICARDO FRANCZYK – Desculpe, eu

O SR. RELATOR (José Mentor) – FTC..., um sistema.

O SR. RICARDO FRANCZYK – Um sistema, sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia na agência?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E em Cayman também funcionava esse sistema para...?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Também funcionava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os clientes poderiam movimentar as contas a distância, **on line**?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Em Cayman não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era o sistema? Ligado em Nova Iorque?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Só eu que tinha diretamente com Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor operava suas contas em Nova Iorque?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Eu operava a única conta em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ninguém podia operar em Cayman?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma subconta da conta Beacon Hill chamada Tucano?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Também não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. José Luiz da Costa Mesa?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Não. Também não ouvi o nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece New Star Financial?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Já ouvi de nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma aplicação pessoal no exterior?

O SR. RICARDO FRANCZYK – Eu não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Pois não. Vi todo depoimento e vi sua preocupação quanto a responder algum processo ou coisa parecida. Penso que esse não é o caso. Mas o senhor tem algumas coincidências nessa atuação de Cayman que me preocupam. Veja que, em 1995, veio essa história da CC-5 e, coincidentemente, em 1995, o Banco do Paraná resolve fazer uma **offshore** em Cayman.

O SR. RICARDO FRANCYK – Perfeito.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Quer dizer, no início de 1999 terminou a CC-5 e, coincidentemente, o Banestado termina a **offshore** de Cayman. Foi uma coincidência terrível.

O SR. RICARDO FRANCYK – Mas, com certeza, Deputado Moroni Torgan, toda essa documentação, volto a dizer, como eu propriamente gerenciei, não houve movimentação pela CC-5 nem volumes financeiros.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Nem haveria, a movimentação era com o Banestado em Nova Iorque; as **offshores** foram utilizadas depois.

O SR. RICARDO FRANCYK – Eu não respondo por Nova Iorque, respondo pela agência. A agência não.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A facilidade de abrir uma **offshore** lá é grande?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não sei precisar.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Porque a informação que recebemos de um depoimento é que com US\$700.00 se abre uma **offshore**.

O SR. RICARDO FRANCYK – Não sei como é, mas existem várias instituições.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas o senhor deve saber. O senhor abriu uma **offshore** lá, tem que saber se isso é difícil ou se é fácil.

O SR. RICARDO FRANCYK – Já estava aberta. No meu caso, foi a colocação da instituição financeira numa posição física. Não encontrei dificuldade, mas já estava aberta, não houve pagamento de nada, só a minha entrada na ilha. Mas já estava tudo efetivado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas numa possessão de 20 mil habitantes. tem-se que saber de tudo lá.

O SR. RICARDO FRANCYK – Mas, Deputado, eu realmente não tinha acesso com outras empresas que fazem abertura. Existem várias instituições que fazem abertura de **offshore**. Existem bancos que trabalham com isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Analisando de fora, temos a impressão de que abrem a CC-5, fazendo esse portão de saída de dinheiro em Foz do Iguaçu. Ouvindo aqui procuradores, qual era o caminho natural? Primeiro se arrumavam os “laranjas”, as contas, faz-se o traslado pela CC-5 e usa-se uma **offshore** para dar legalidade ao negócio e, depois, quem me diz que o empréstimo cedido na **offshore** não é uma lavagem de dinheiro, que o que se está emprestando está lavando o dinheiro para aquele que está recebendo o empréstimo e que a pessoa, simplesmente, não pagará nunca? É como nesse caso. Qual é a origem do dinheiro? O empréstimo que ganhou nas Ilhas Cayman. Fica um negócio organizado.

O SR. RICARDO FRANCYK – Eu entendo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A outra surpresa é que, se não me engano, as Ilhas Cayman são o segundo lugar aonde foi mais dinheiro da CC-5 do Brasil para fora. Que é um lugar pequeno.

O SR. RICARDO FRANCYK – Perfeito.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor está no meio do furacão, espero que fique no olho dele.

O SR. RICARDO FRANCYK – Mas, Deputado, por isso que eu fiz questão. Desde o início coloquei minha palavra, dizendo que eu estava respondendo pela agência que gerenciei do Banestado em Grand Cayman; não pela constituição de outras instituições em Grand Cayman.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Esses empréstimos vinham de particulares ou de bancos estatais?

O SR. RICARDO FRANCYK – Desculpe.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Esses empréstimos, o senhor disse que captou em torno de 100 milhões.

O SR. RICARDO FRANCYK – Em captações. De empresas, de instituições financeiras legais, como Chase Manhattan Bank, Manufactured Trust Company. São bancos legais, como o próprio Banespa, que nos cedia linhas de crédito.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É isso que... O pior é que o senhor fica mesmo no olho do furacão.

O SR. RICARDO FRANCYK – Entendo. Justamente foi o risco que entrei, pois ter uma titularidade num paraíso fiscal...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Porque essa investigação dos Estados Unidos vai passar por quem?

O SR. RICARDO FRANCYK – Com certeza. E o próprio Grand Cayman mantém sua investigação. A autoridade monetária é bastante rígida lá também.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Deve ser muito, porque é uma lavanderia desgraçada do mundo inteiro. Deve ter uma rigidez louca lá.

O SR. RICARDO FRANCYK – Por isso que quero deixar sempre bem claro que estou respondendo...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Essa não!

O SR. RICARDO FRANCYK – Pelo menos estou dizendo com relação...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Deve ser rígida para defender os bandidos que botam dinheiro lá.

O SR. RICARDO FRANCYK – Agora, realmente, respondo pela agência que trabalhei. Não estou respondendo pela atividade da Ilha de Cayman.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – A atividade de Cayman, vou te contar. É engraçado. Até a ONU não bota a mão neles porque são da Grã-Bretanha, que são aliados dos Estados Unidos. Agora, dizer que Cayman é sério e que só quer dinheiro limpo lá... De dinheiro limpo o Cayman já estava fechado há muito tempo, vivendo de pesca.

O SR. RICARDO FRANCYK – Entendo. A minha posição também entendo que é essa.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E também essa promessa que o senhor fez de sigilo, o fez lá para Cayman. Aqui para o Brasil não vale, não. Lá em Cayman o senhor não fala para ninguém; aqui no Brasil, na CPI, tem de falar tudo. Não precisa ficar com medo de falar. Como eu disse, o senhor está no olho ainda, mas está um furacão correndo ao redor. E é um furacão de US\$20 bilhões a US\$30 bilhões. Quer dizer, na conjectura, podemos ter outra coisa. O Banestado foi para o Itaú em outubro de 2000. A agência foi fechada em fevereiro de 1999.

O SR. RICARDO FRANCYK – De 1999.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então não foi bem porque ele foi para o Itaú que a agência foi fechada. Quase dois anos antes, ela foi fechada.

O SR. RICARDO FRANCYK – Isso as exigências, as negociações foram da Diretoria, porque foi criada nessa época uma Diretoria da Privatização.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Acabou a CC-5, e a Diretoria resolveu acabar com a agência *off shore* de Cayman, com a lavanderia.

O SR. RICARDO FRANCYK – Mas, com certeza, não foi dessa agência do Banestado, em Grand Cayman. Com certeza absoluta.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não foi o quê?

O SR. RICARDO FRANCYK – O caso que o senhor está comentando...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – O senhor não pode afirmar que não foi. O senhor não sabe se o dinheiro que veio para o empréstimo não é uma lavagem. Como o senhor sabe se quem ganhou o empréstimo também não é alguém que é beneficiado da lavagem. Isso o senhor não pode chegar e dizer: “olha, eu até...” O senhor acabou de dizer que nem conhecia os caras... Então, não pode atestar da idoneidade, não.

O SR. RICARDO FRANCYK – Nisso, sim. Concordo.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Então. O senhor podia ser um funcionário que estava cumprindo ordens e tentando cumprir dentro da legislação que o senhor tinha em mãos. Isso tudo bem. Mas que é uma coincidência louca esse negócio. Até acho estranho, porque, pelos seus cálculos, foram US\$108 milhões.

O SR. RICARDO FRANCYK – Mas US\$108 milhões em captação.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Por isso que digo, também acho que não é muito.

O SR. RICARDO FRANCYK – Realmente não é. Basicamente isso tudo era de instituições financeiras como forma de linhas de crédito

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Acredito que a trilha mais interessante, o que para mim é uma prova muito boa, é justamente esse empréstimo que falaram de US\$4,7 milhões. Isso é uma prova. Quem fez isso o fez com a idéia de não pagar coisa nenhuma, tanto é que não pagou até hoje. As garantias foram ridículas, porque nota promissória como garantia nesse sistema internacional é a coisa mais ridícula que vejo. O senhor é técnico nisso; eu não sou. Sou de profissão delegado federal, mas é piada dizer que vai assinar nota promissória para um empréstimo internacional, como garantia do empréstimo. Se eu disser que tem essa possibilidade, vai haver dois mil querendo assumir nota promissória na porta da Comissão. Então está estranha a questão. Ainda não consegui chegar a uma definição de qual foi a sua real função. Realmente, não vejo vantagem nessa captação de empréstimo.

O SR. RICARDO FRANCYK – Captação de linhas.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Captação de linha para cliente.

O SR. RICARDO FRANCYK – Não. Basicamente, 95%, para a direção geral. Captava-se lá, passava-se contabilmente em Cayman e se repassava à direção geral no Brasil para fazer linhas de crédito para importação e exportação – os famosos ACC/ACE.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Fazia as linhas de crédito no Brasil?

O SR. RICARDO FRANCYK – Linhas de créditos para o Brasil.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Captava-se lá?

O SR. RICARDO FRANCYK – Captava-se lá e repassava para o Brasil.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E ainda pagava a taxa de juros correspondente?

O SR. RICARDO FRANCYK – Sim, o que é o normal.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Está bom.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Agradecemos, então, ao Deputado Moroni Torgan.

Passamos a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Ricardo, nessas 18 contas abertas no Banestado nas Ilhas Cayman tem alguma de fundo de investimento?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não entendi. Como fundo de investimento?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Um fundo de investimento que abriu conta na sua agência.

O SR. RICARDO FRANCYK – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Nenhum fundo de investimento?

O SR. RICARDO FRANCYK – Nenhum fundo.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E o Opportunity Found?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Entre essas 18 contas, estão somente pessoas jurídicas, empresas?

O SR. RICARDO FRANCYK – Empresas.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Somente empresas?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não, pessoas jurídicas, mas deve haver umas quatro ou cinco físicas também, mas de pequeno valor.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Alguma dessas empresas realizou internação de recurso depositado – lógico, ali é papel – no Anexo III e IV, aqui na Bolsa de Valores?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não, que eu saiba, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Na compra de papéis brasileiros?

O SR. RICARDO FRANCYK – Que eu saiba, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ou operação nesse sentido?

O SR. RICARDO FRANCYK – Que eu saiba, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Boa parte dos recursos que saíram do Brasil pela conta CC-5 do Banestado, em Foz do Iguaçu, foi internada no País em fundo de investimento, na compra de papéis de empresas privatizadas na Bolsa de Valores. E boa parte desses fundos estava nas Ilhas Cayman em contas de bancos estrangeiros. Fiz essa pergunta, porque era possível que o Banestado nas Ilhas Cayman tenha servido para abrigar alguns desses fundos de investimentos e captação.

O SR. RICARDO FRANCYK – Não. Com certeza, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não ocorreu?

O SR. RICARDO FRANCYK – Com certeza, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Várias contas do Banestado em Nova Iorque eram chamadas contas bonde.

O SR. RICARDO FRANCYK – Como?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Contas bonde. É o nome no linguajar... É uma conta que abrigava diversos depósitos e que, normalmente, tinha o nome fictício de uma empresa **offshore**. Depois, essas contas bonde repassavam esses recursos para outras contas em outros bancos. Alguma dessas contas bonde da agência de Nova Iorque realizou depósito na conta de algum cliente seu, nas Ilhas Cayman?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não estou entendendo essa conta bonde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A Beacon Hill é uma conta bonde, por exemplo.

O SR. RICARDO FRANCYK – Não, com certeza, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A Sunfox é uma conta bonde. Há outras tantas, tem mais 135.

O SR. RICARDO FRANCYK – Não, eu não trabalhava com esse tipo de situação. Realmente, não. As contas que havia lá... essas contas eram... essa pequena quantidade era literalmente para aplicação interna e depósito. Só. Não havia movimentação financeira. Não havia aquela movimentação de receber crédito hoje, amanhã liberar ou transferir para outros... Não. Isso não existia.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Algum contrato de exportação? O senhor tomou conhecimento da operação Pink, conta Pink?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não fazia pagamento de exportação ou de importação?

O SR. RICARDO FRANCYK – Até podia fazer, mas não como Pink. Original, normal.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Tem conhecimento do que se trata a conta Pink, operação Pink?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não, não tenho.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Então, vou rememorar isso. A conta Pink ou operação Pink geralmente tratava-se de documentos de pagamento de importação ou exportação, em que a agência do Banestado em Curitiba preenchia um formulário, do qual tinha uma cópia rosa e que estabelecia um valor. A agência similar em Nova Iorque preenchia o mesmo documento só que com um valor menor. Havia um subfaturamento na exportação, e a diferença ficava depositada na conta em Nova Iorque.

Eu perguntaria se coisa semelhante ocorreram nas Ilhas Cayman.

O SR. RICARDO FRANCYK – Não. Com certeza, não.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não houve nenhum contato de exportação? Pagamento, financiamento para exportação?

O SR. RICARDO FRANCYK – Houve financiamento de exportação, antecipação...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A documentação era feita onde? Lá ou no Paraná?

O SR. RICARDO FRANCYK – A documentação da mercadoria e da...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Isso.

O SR. RICARDO FRANCYK – Na empresa. A empresa é que fornecia.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – O senhor falou que o Banco servia para captação de recursos...

O SR. RICARDO FRANCYK – Sim.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Perfeito. Com o intuito de financiar importação e exportação, perfeito?

O SR. RICARDO FRANCYK – Sim. Mas são duas situações distintas. O principal objetivo era financiar essa importação e exportação, mas aqui no Brasil. Então, era repassado. Cayman recebia esse valor. Um exemplo simples: recebia de um banco X essa captação. Recebia cinco milhões de dólares de captação, por um prazo de 180 dias. Nesse mesmo dia, o que acontecia? Cayman repassava para a direção geral. Quanto? Cinco milhões de dólares. Salvo se tinha um

cliente ou não. Vamos supor que havia um cliente que precisava de 500 mil para fazer uma diária de exportação que, aqui no Brasil, não estava podendo fazer. O que se fazia? O adiantamento lá fora. Então, em vez de se passar cinco milhões para Curitiba, repassava-se 4,5 milhões; permanecia com 500 mil. Mas 95% desses valores captados no exterior eram repassados diretamente na conta da matriz.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Exatamente. Mas naquilo que ficava para a operação na conta nas Ilhas Cayman, o valor da operação era o valor do documento?

O SR. RICARDO FRANCYK – Do documento.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não tinha nenhum subfaturamento nesse documento, no seu preenchimento?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não tinha.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – A sua agência passou por algum tipo de fiscalização por parte de alguma autoridade bancária das Ilhas Cayman?

O SR. RICARDO FRANCYK – Passou.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – E qual foi o resultado dessa auditoragem?

O SR. RICARDO FRANCYK – Normal. Não teve levantamento algum. Inclusive, quadrimestralmente se faz um relatório à autoridade financeira em Cayman. E anualmente se faz uma auditoria externa e também anualmente uma auditoria interna do próprio banco.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Algum promotor de Nova Iorque manteve contato com a sua agência, pedindo informação? A Promotoria de Nova Iorque?

O SR. RICARDO FRANCYK – Com relação...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Com relação à operação suspeita em Nova Iorque.

O SR. RICARDO FRANCYK – Não. Nunca ninguém perguntou.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – É só isso.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Antes de encerrar, eu gostaria de também fazer algumas perguntas. O senhor, antes de ir para Cayman, trabalhava onde?

O SR. RICARDO FRANCYK – Trabalhava na agência São Paulo, na carteira de câmbio.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Por quanto tempo?

O SR. RICARDO FRANCYK – Fiquei de 90 a 95.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – De 90 a 95 e depois o senhor foi para...

O SR. RICARDO FRANCYK – Para Cayman.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Chegou a trabalhar em Foz do Iguaçu?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não. Em Foz, não.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – O senhor considera que, nesse período em que foi feito esse empréstimo de 4,7 milhões, o Banco do Paraná já estava com dificuldades. Havia um grande rombo nas contas do Banestado. Havia isso?

O SR. RICARDO FRANCYK – Disso eu não tenho conhecimento. A questão desse plano eu desconheço. O que vejo nesse período do encerramento era aquela situação de negociação entre a diretoria e o Estado do Paraná com o Governo Federal e o Banco Central, para fazer a privatização. Era o encaminhamento para fazer a privatização. Mas eu também vim a tomar conhecimento posteriormente.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – O senhor não sabia das dificuldades econômicas do banco?

SR. RICARDO FRANCYK – Não.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – O senhor falou aqui que o gerente lá autorizou, por escrito, esse empréstimo?

O SR. RICARDO FRANCYK – O diretor e o gerente validaram as assinaturas.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Qual é a prestação de contas que esse diretor tem com relação, por exemplo, à autoridade governamental? O Governo, no caso do Paraná, tem informações a respeito da situação do banco, de empréstimos mensalmente. Como é essa relação?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não sei precisar. Tem que ser com ele. Acredito que sim. Não sei precisar se ele tem essas informações. Como está a posição, se ele tinha conhecimento, não sei precisar.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Para a autorização de um valor dessa natureza, desse empréstimo, nessas condições, o diretor poderia fazer essa operação sem uma autorização do Governo do Estado?

O SR. RICARDO FRANCYK – Eu não diria com o Governo, porque não haveria necessidade. Existe um comitê interno no próprio banco. É onde se apresenta a operação. O comitê acaba deferindo ou indeferindo. Na autorização que recebi consta que foi efetuada essa avaliação e que a operação foi autorizada.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Quem participava desse comitê?

O SR. RICARDO FRANCYK – A Diretoria. Agora, não posso dizer... Não eram constantes.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Qual foi o dia dessa instalação? Assim, temos condição de saber quem era do comitê. Essa autorização foi quando?

O SR. RICARDO FRANCYK – Não tenho a data.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – O senhor tem cópia desse documento, autorizando?

O SR. RICARDO FRANCYK – A Comissão, sim. A Comissão, em Curitiba, tem todo o processo.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – A Comissão tem cópia da autorização desses 4,7 milhões?

O SR. RICARDO FRANCYK – Da autorização... Tem todo o processo, de todas as contas.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Então, talvez pudéssemos pedir. Pela autorização, pela data da autorização, sabe-se quem compunha o comitê.

O SR. RICARDO FRANCYK – Na verdade, posso até complementar. No meu retorno ao Brasil, como houve questionamentos, essa situação, houve uma auditoria interna. A partir daí, procurou-se buscar a ata da reunião, que não existe.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Não existe. Então, fica-se com dois nomes só. Inventaram, então? Se não existe, inventaram!

O SR. RICARDO FRANCYK – Não posso dizer que inventaram, mas não existe.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Na sua opinião, esses dois possibilitaram o rombo de 4,7 milhões?

O SR. RICARDO FRANCYK – Eles autorizaram.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Agradecemos o seu depoimento. Pediríamos que o senhor permanecesse ainda na localidade, em sala separada. É o meu pedido à Assessoria.

Vamos dar prosseguimento.

O SR. MORONITORGAN (PFL – CE) – Pela ordem. Eu gostaria de fazer uma solicitação. Já falei, inclusive, com o Relator. Temos a possibilidade, agora, de fazer uma reunião reservada. Peço a autorização de V. Exª, do Plenário e do Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Meu parecer é favorável, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Pedimos, então, que o senhor permaneça na localidade e que os demais se ausentem da reunião para que possamos dar início à reunião reservada.

Vamos continuar imediatamente.

(Torna-se secreta a reunião às 19h21min)

(Torna-se pública a reunião às 20h47min.)

A SRª PRESIDENTE (Drª Clair) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h48min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 30ª Reunião, realizada 24 de setembro de 2003.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas e trinta e três minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Rodrigo Maia, e ainda com as presenças dos Senadores, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Magno Malta, Jefferson Peres, e Heráclito Fortes, e os Deputados, Iriny Lopes, José Mentor, (Relator) Eduardo Sciarra, Robson Tuma, José Borba, Paulo Kobayashi, Edmar Moreira, Gilberto Nascimento, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, Drª. Clair, José Rocha e Sérgio Miranda, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍDOS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência informa que a presente reunião tem por objetivo ouvir a explanação dos servidores do Banco do Brasil: Antônio Araújo dos Santos, da Área de Valores, Tehógenes Silva Rocha de Oliveira da Área Internacional e Luiz Antônio Paganini, ex-Gerente do Banco do Brasil da Agência Foz do Iguaçu/PR. A Presidência indaga aos Senhores Parlamentares se há necessidade da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. A presidência comunica que o Banco do Brasil encaminhou um convite à Comissão para participar do 1º Seminário Internacional sobre Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, a ser realizado nos dias 1º e 2 de outubro. Usa da palavra pela ordem, o Senhor Deputado Paulo Kobayashi. A presidência convida os expositores para tomar assento à Mesa e comunica

que a presente reunião terá caráter reservado e suspende os trabalhos por cinco minutos. A presente reunião torna-se reservada às dez horas e quarenta e três minutos, tornando-se pública às doze horas e vinte e cinco minutos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar eu, **Francisco Naurides Barros**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 30ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC5.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à exposição dos Srs. Antônio Araújo dos Santos, funcionário da Área de Valores; Theógenes Silva Rocha de Oliveira, funcionário da Área Internacional; e Luiz Antônio Paganini, ex-Gerente da Agência de Foz do Iguaçu.

A Presidência informa também que esta reunião será reservada, conforme deliberação anterior da Comissão.

Indago dos Srs. Parlamentares se é necessário proceder à leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 22, cuja cópia encontra-se distribuída.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Já que a lemos, está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Solicitada a dispensa da leitura da Ata pelo Deputado Paulo Kobayashi, a Presidência considera a Ata aprovada.

Eu gostaria de informar que o Banco do Brasil encaminhou um convite à Comissão. Será promovido, nos dias 1º e 2 de outubro, o 1º Seminário Internacional sobre Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. O evento contará com a presença do Dr. Pino Arlachi, ex-Subsecretário-Geral da ONU, ex-Senador italiano, reconhecido pela notória competência internacional em assuntos atinentes ao crime organizado; do Dr.

Giovanni Salvi, juiz que combateu a máfia italiana e Presidente da 1ª Comissão do Conselho Superior de Magistratura da Itália; do Dr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, além de outras autoridades.

Peço à Secretaria da Comissão que autue o documento, faça uma cópia aos Sr. Parlamentares, para que os interessados informem, até amanhã, se desejam participar desse evento como convidados do Banco do Brasil.

Convido para se fazerem presentes os três expositores: o Sr. Antônio Araújo dos Santos, funcionário da Área de Valores; Theógenes Silva Rocha de Oliveira, funcionário da Área Internacional; e Luiz Antônio Paganini, ex-Gerente da Agência de Foz do Iguaçu.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, sugiro, caso haja uma segunda parte desta reunião, que será pública – para, por exemplo, tomar decisões relativas ao restante da programação para a próxima semana ou escalar qualquer subcomissão –, que esta preceda a audiência reservada dos convidados. Invertendo a ordem dos trabalhos, faríamos a parte pública e, depois, a parte secreta e já dispensaríamos os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quero informar a V. Exª que, por motivos alheios à nossa vontade, somente após esta reunião deliberaremos com o Relator sobre as comissões que serão encaminhadas aos Estados.

Inclusive, de acordo com o número de Parlamentares indicados e o tempo que essas comissões dos Estados vão consumir, vamos divulgar a agenda e também verificar a possibilidade de fazer isso concomitantemente, ou seja, conjugar o trabalho dessas comissões com o plenário desta Comissão. Vamos verificar também se a realização dessas oitavas pelas comissões dificultará a reunião do plenário desta Comissão.

Sugiro a presença aqui do funcionário Tiago, do pessoal do som.

Suspenderei a reunião por cinco minutos, para que possamos torná-la reservada, na seqüência.

Os assessores da Comissão e os depoentes podem ficar aqui e contar também com o auxílio de um dos assessores do Banco do Brasil, se entenderem necessário. O Dr. Machado vai ficar como assessor do Banco do Brasil.

Solicitamos seja a reunião transformada em reservada.

Está suspensa a reunião. Daqui a cinco minutos, nós a reabriremos.

(A reunião é suspensa às 10h38min e torna-se secreta às 10h43min.)

(Torna-se pública a reunião 12h25min)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Está reaberta a reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h26min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 31ª Reunião, realizada 25 de setembro de 2003.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às dez horas e trinta e três minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Rodrigo Maia, e ainda com as presenças dos Senadores, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Magno Malta, Jefferson Peres, e Heráclito Fortes, e os Deputados, Iriny Lopes, José Mentor, Eduardo Sciarra, Robson Tuma, Rodrigo Maia, José Borba, Paulo Kobayashi, Edmar Moeira, Gilberto Nascimento, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, Drª. Clair, José Rocha e Sérgio Miranda, membros, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “**COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5**”. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativa e indaga aos Senhores Parlamentares se há necessidade da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a

leitura da Ata, é considerada aprovada. Com a palavra o Senhor Relator informa que a presente reunião tem por objetivo apreciação e votação do requerimento de autoria do Senhor Senador Antero Paes de Barros e do Deputado José Mentor, referente à criação de mais três sub-comissões para realizar diligências em Santa Catarina, São José do Rio Preto e Belo Horizonte, somando às já aprovadas anteriormente. Em votação e aprovado por unanimidade. A sub-Comissão do Rio de Janeiro será composta pelos Deputados Alexandre Santos, Moroni Torgan, Antonio Carlos Biscaia e pelo Senador Ney Suassuna; a sub-Comissão de São Paulo, será composta pelos Deputados Dimas Ramalho, Robson Tuma e Iriny Lopes; a sub-Comissão de Campinas, será composta pelos Deputados Dr. Hélio, Sérgio Miranda, Paulo Kobayashi e pelo Senador Leonel Pavan; a sub-Comissão de Curitiba e Foz do Iguaçu, será composta pelos Deputados Eduardo Sciarra e Dr^o Clair e pelo Senador José Jorge; a sub-Comissão de Santa Catarina, será composta pelos Deputados Edison Andrino, Custódio Mattos e pelos Senadores Heráclito Fortes e Ideli Salvatti; a sub-Comissão do Uruguai, será composta pelos Senadores Magno Malta, Serys Shessarenko, Arthur Virgílio, Deputados Moroni Torgan e Eduardo Valverde; a sub-Comissão de São José do Rio Preto, será composta pelos Deputados José Carlos Martinez, José Rocha e pelos Senadores Demóstenes Torres e Serys Shessarenko e, a sub-Comissão de Belo Horizonte, será composta pelos Deputados Edmar Moreira, Dimas Ramalho e Dr. Hélio. Informa ainda que, está sendo concluída a etapa preliminar dos trabalhos da CPMI com relação à legislação sobre remessas e trânsito de capitais, designando os Senhores Deputados Sérgio Miranda, Edison Andrino, os Senadores Jefferson Péres e Romeu Tuma para começarem a consolidar o material existente. Usam da palavra pela ordem de inscrição os senhores Parlamentares: Deputado Robson Tuma, Deputado Dr. Hélio, Deputado Paulo Kobayashi, Deputado Gilberto Nascimento, Senador Magno Malta, Romeu Tuma e o Senhor Relator para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, antes convocando uma reunião para o dia 30 de setembro, às quatorze horas e, para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da Ata da 30^a reunião.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Pedimos a dispensa da leitura da Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Pedida a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, coloco-a em votação.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, esta reunião tem a intenção de apreciar proposta, de autoria do Relator e do Presidente, de criação de mais três comissões, que vão realizar diligências e que se somam às anteriores, já aprovadas – as do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Curitiba, Foz e Uruguai. Estamos propondo, hoje, a criação de uma comissão para Santa Catarina, São José do Rio Preto e Belo Horizonte.

Passo à mão de V. Ex^a os requerimentos, para apreciação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com o §3º do art. 58 da Constituição e com a Lei nº 1.579, de 1952, a criação de subcomissão destinada a efetuar diligência no Estado de Santa Catarina, para apurar atos e fatos relevantes relacionados a investigações realizadas por esta Comissão, conforme pauta definida entre o Relator e respectivos membros.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com o §3º do art. 58 da Constituição e com a Lei nº 1.579, de 1952, a criação de subcomissão destinada a efetuar diligência na cidade de São José do Rio Preto, São Paulo, para apurar atos e fatos relevantes relacionados a investigações realizadas por esta Comissão, conforme pauta definida entre o Relator e respectivos membros.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com o §3º do art. 58 da Constituição e com a Lei nº 1.579, de 1952, a criação de subcomissão destinada a efetuar diligência na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, para apurar atos e fatos relevantes relacionados a investigações realizadas por esta Comissão, conforme pauta definida entre o Relator e respectivos membros.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, este Relator, em conjunto com o Presidente e V. Ex^a, Presidente em exercício, passa, então, a indicar os nomes dos Parlamentares que vão compor cada uma das comissões.

A comissão do Rio de Janeiro seria composta pelos Deputados Alexandre Santos, Moroni Torgan e Antonio Carlos Biscaia e pelo Senador Ney Suassuna; a de São Paulo, pelos Deputados Dimas Ramalho, Robson Tuma e Iriny Lopes; a de Campinas, pelos Deputados Dr. Hélio, Sérgio Miranda, Paulo Kobayashi e pelo Senador Leonel Pavan; a de Curitiba e Foz, pelos Deputados Eduardo Sciarra e Dr^o Clair e pelo Senador José Jorge; a de Santa Catarina, pelos Deputados Edison Andrino e Custódio Mattos e pelos Senadores Heráclito Fortes e Ideli Salvatti; a do Uruguai, pelos Senadores Magno Malta, Serys Silhessarenko e Arthur Virgílio e pelos Deputados Moroni Torgan e Eduardo Valverde; a de São José do Rio Preto, pelos Deputados José Carlos Martinez e José Rocha e pelos Senadores Serys Silhessarenko e Demóstenes Torres; a de Belo Horizonte, pelos Deputados Edmar Moreira, Dimas Ramalho e Dr. Hélio.

Essas comissões, Sr. Presidente, conforme de liberação da CPMI, poderão contar com qualquer dos membros da direção, o Presidente, o Vice-Presidente ou o Relator, em qualquer atividade, e têm como objeto realizar diligências relacionadas ao escopo da CPMI, de acordo com a orientação da Relatoria.

Evidentemente, também vamos manter essa linha estratégica que definimos para a apuração global da CPMI e estabelecer, em função dela, a pauta de cada comissão. O Relator vai reunir-se com cada comissão, até terça-feira, para estabelecer essa pauta.

Também hoje, comunico a V. Ex^{as} que estamos, praticamente, concluindo o primeiro foco da nossa investigação, que diz respeito à legislação sobre remes-

sas e trânsito de capitais, à alteração feita em função das autorizações especiais dos cinco Bancos em Foz de Iguaçu, ao comportamento dos Bancos envolvidos nessas autorizações e às possíveis sugestões que esta CPMI irá produzir, tanto para o Legislativo quanto para o Executivo, em relação à situação cambial no Brasil.

Em função disso, a relatoria está designando alguns Parlamentares para começarem a consolidar o material existente sobre esse primeiro foco a que acabei de me referir. Estamos indicando os Deputados Sérgio Miranda, Edison Andrino, os Senadores Jefferson Péres e Romeu Tuma para constituírem a comissão de consolidação do primeiro foco. Vamos designar dessa maneira e, depois, oficializar por escrito, os temas que serão consolidados.

Então, o Relator constitui a primeira comissão para consolidar o que aqui foi feito, até o momento, sobre a primeira parte das investigações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Está aberto o uso da palavra.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Não vou criar grandes polêmicas, só queria deixar consignado nos Anais que tenho restrições e não concordo com a criação das subcomissões e a forma das indicações.

Só quero deixar aqui a minha posição de não-concordância com a fórmula e com as subcomissões que foram feitas. Porém, haverá posteriormente, acredito, uma reunião reservada, em que, com tranquilidade, vou poder conversar com V. Ex^a, que é o representante do Partido na Mesa; com o Relator, que é o meu amigo, o meu colega que tão bem tem conduzido a relatoria desta Comissão, Deputado José Mentor, assim como com o Presidente da Comissão, que, infelizmente, não está presente – digo infelizmente pelo fato de a sua ausência ser decorrente de problema de saúde em família.

No momento oportuno, vou conversar com os senhores em reunião reservada. Porém, eu gostaria de deixar clara nos Anais a minha não-concordância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, queria perguntar ao Sr. Relator o seguinte: essa comissão de consolidação da primeira fase das investigações se refere a material das investigações dessas comissões, ou a material geral?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É só à primeira fase a que me referi e que diz respeito à legislação existente, à alteração que foi feita na legislação para conceder as autorizações especiais, à prática dos cinco bancos, seus funcionários, diretores, etc., e às sugestões para o Executivo e o Legislativo. É só sobre esses aspectos, que constituíram o primeiro foco que estabelecemos para a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Sr. Dr. Hélio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Casos concretos, processos em andamento, análises dos documentos que estamos recebendo de movimentações bancárias, Beacon Hill, etc., serão objeto de outras comissões, futuramente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Relator, eu sugeriria a V. Ex^a que determinasse à assessoria da Comissão que nos fornecesse também todo o material de cada foco de investigação setorial que vamos ter com essas subcomissões, para que os seus membros pudessem ter acesso a todo o material consolidado a ser investigado em cada cidade proposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Vamos pedir à assessoria que tome as providências.

Concedo a palavra ao Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, na linha do que disse o Deputado José Rocha, eu queria que fizéssemos pelo menos alguma padronização com relação às diligências. Em primeiro lugar, estabelecer qual é a melhor localidade a ser usada, nas regiões ou na cidade, para que não saíamos de uma padronização.

Quero lembrar que, na CPI do Narcotráfico, foi utilizado muitas vezes como prioridade um setor da justiça, um fórum, um lugar onde se pudesse ter não só segurança como também alguma reserva. Muitas vezes, no meio de uma reunião, é necessária alguma reserva para se poder discutir algo, para se dar continuidade aos trabalhos de aos trabalhos de investigação, com acompanhamento do Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

Em segundo lugar, uma reunião que preceda a diligência dos subgrupos para, junto com uma assessoria destacada para isso, levantar alguns documentos estratégicos, para que, nessa visita, tenhamos êxito nesse procedimento.

Então, gostaria de trazer isso à reunião, porque são formas de padronização que facilitam o preparo da diligência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (PCdoB – MG) – Sr. Presidente, quero apenas solicitar ao Relator que me

indicasse para fazer as diligências para Minas Gerais. Sou Deputado por Minas, fui indicado para a Comissão de Campinas e, para mim, seria melhor ficar em Minas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, acho importante e correta essa definição de subcomissões para racionalizar e agilizar o trabalho. Gostaria que V. Ex^a nos trouxesse os próximos passos em relação às inquirições. Como se daria esse tipo de trabalho, para que pudéssemos fazer a organização desta CPI?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, tenho procurado agir com transparência e clareza nesta Comissão.

Registro aqui a minha preocupação, preocupação que demonstrei ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente desta Comissão.

Acho uma temeridade o que se está fazendo na distribuição dessas subcomissões, dos subgrupos. Colocar pessoas do mesmo Estado para fazer investigações na sua própria terra é transformar uma CPI, que tem outro objetivo, em palanque. O tempo vai dizer quem está com a razão, e vamos criar alguns embargos desnecessários para esta Comissão.

Gostaria que ficassem registradas nos Anais essa minha preocupação e essa minha advertência. Temo determinadas participações de companheiros nossos – inclusive seria o meu caso, mas, infelizmente, o Piauí por ser tão pobre, não está nem relacionado na CPI de evasão de divisas; a não ser naquela investigação profunda do Delegado Castilho e do Dr. Luiz Francisco, que encontraram o Vereador Machado com US\$2 milhões na cidade de Campo Maior. Campo Maior todinha não vale isso, Sr. Presidente. (Risos.)

Então, gostaria que ficasse registrada nos Anais desta CPI a advertência que estou fazendo: não será tranqüila essa história de se colocarem Parlamentares nos grupos que investigam seus próprios Estados. Isso vai gerar palanque político, e vamos tirar o foco desta Comissão, que é apurar a evasão de divisas, segundo o grupo de trabalho, de US\$32 bilhões. E a Nação brasileira está a nos cobrar, com urgência, resultados concretos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra à Sr^a Dr^a. Clair.

A SR^a DR^a CLAIR – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, primeiramente, gostaria de resgatar a importância do trabalho do Delegado Castilho e do Procurador Luiz Francisco. O trabalho dos dois,

mencionados aqui, já foi homenageado e respaldado por esta Comissão, mas, novamente, registro esse fato, no sentido de que o trabalho foi muito importante para a Comissão e para toda a população brasileira.

Eu queria também, Sr. Presidente, saber quando é que vamos ter uma reunião reservada, para detalhar e receber orientação do Relator sobre como vão se proceder, de agora em diante, os trabalhos da CPI. Qual é o rumo e a orientação do trabalho e os dados que já temos.

Obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Tem V. Ex^a a palavra, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu queria pedir à nobre Deputada Dr^a Iriny Lopes, que aqui se porta como Procuradora do Dr. Luiz Francisco, que facilitasse os trabalhos desta Comissão e, por intermédio dela, o Sr. Luiz Francisco remetesse o nome dos 400 políticos famosos que estão envolvidos nesse processo. A nobre Parlamentar prestaria um grande serviço a esta Casa, e, tenho certeza, isso agilizaria muito os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – A Dr^a Clair com a palavra.

A DR^a CLAIR (PT – PR) – Gostaria de responder que o trabalho do Procurador Luiz Francisco não tem sido importante somente para a nossa CPI. A sociedade inteira respeita o trabalho do Procurador Luiz Francisco. Todos os dados que estão com o Procurador a Comissão pode reivindicar, e tenho certeza de que a Presidência e a Relatoria já tomaram providências para isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Bem, respondendo à nobre Parlamentar, a próxima reunião da Comissão será exatamente para definir o trabalho das subcomissões e os próximos procedimentos da Comissão.

Ela acontecerá terça-feira, às 14 horas. Vou convocá-la.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero pedir desculpas à Deputada Iriny, pois troquei o seu nome com o da Dr^a Clair. Quero que os Anais desfaçam essa confusão. Essa medição é para prolixia biográfica da Deputada, que não tem nada a ver com a minha questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Está feito o registro.

Tem a palavra o Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, se possível, o som seja aumentado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Peço à equipe do som, caso seja possível, que aumente o som.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Tem a palavra V. Ex^a, Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que não me incomoda que tenhamos que participar, no nosso próprio Estado, de determinadas diligências. Em primeiro lugar, porque fomos eleitos e representamos o Estado; em segundo, porque é de interesse da sociedade civil. Como fomos eleitos para fiscalizar ações inclusive do próprio Estado, do Executivo e do Legislativo, não é possível que tenhamos a possibilidade de não participar de determinadas diligências no Estado. Em terceiro lugar, o risco de planque eleitoral correremos durante todo o processo de busca de documentos, de discussões internas, reservadas ou não; e nem por isso, até o momento, este grupo se deixou abater por interesses menores, por interesses que não os da sociedade brasileira.

Portanto, sinto-me à vontade para estar nas diligências, seja no Estado de São Paulo, seja em Campinas ou outras cidades, porque estou fazendo, nada mais nada menos, do que a obrigação delegada pelo voto popular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Também eu gostaria de fazer alguns comentários.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente, antes de o Relator falar, eu pediria que fosse repetida a composição do grupo de consolidação, para que eu possa raciocinar de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Tem a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sérgio Miranda, Edison Andrino, Jefferson Péres e Romeu Tuma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para onde?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trata-se de um grupo de consolidação do primeiro foco. Vou repetir as informações.

Eu gostaria de fazer alguns poucos comentários

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, V. Ex^a poderia distribuir cópia da composição desses grupos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já está sendo providenciada.

Eu gostaria de fazer alguns comentários para acertar essa fase das investigações.

As comissões criadas vão realizar diligências específicas, determinadas. Não vão investigar São Paulo até acabar. Não é isso. Estamos definindo comissões que vão realizar diligências. Essas diligências, como está previsto na norma, serão discutidas com o Relator, previamente, para podermos manter o foco das investigações e ampliá-las.

Mais do que isso – penso que o Senador Heráclito Fortes não estava aqui no início da reunião –, a decisão da Direção, e estamos pedindo o respaldo da Comissão como um todo, é no sentido de que o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator poderão estar em qualquer das comissões, em qualquer das atividades, inclusive os três juntos, se for o caso. Isso vai depender da conveniência e da necessidade.

Essa preocupação do Senador Heráclito Fortes foi objeto de muita discussão entre a direção da CPMI, porque tínhamos essa preocupação também. A forma encontrada para resolver isso foi a seguinte: de um lado, havia o conhecimento por parte de Parlamentares do Estado acerca dos fatos que lá ocorrem; de outro lado, para a necessária isenção na investigação, a solução foi mesclar Parlamentares do Estado com Parlamentares de outros Estados e garantir a presença de qualquer dos membros ou de todos eles da Direção da CPMI em qualquer diligência a ser realizada. Foi assim que foi concebida a formulação.

Repito: as comissões têm o objetivo de realizar diligências, que serão concluídas. As conclusões e os fatos retornarão para o Relator.

A segunda questão que eu queria abordar é o fato de que a Assessoria vai distribuir...

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Desculpe-me, quero só entender bem. As comissões, corretamente, serão designadas para fazer diligências solicitadas pelo Relator?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente. Com pauta prévia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se algum membro da CPMI quiser participar de uma diligência, poderá fazê-lo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Poderá. Esses são os responsáveis.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Perfeito. Querria apenas que isso ficasse bem claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A pauta será prévia.

Dr^a Clair, até terça-feira, quarta-feira, no mais tardar, o Relator vai se reunir com cada uma das comis-

sões, para detalhar os objetivos e, inclusive, discutir a pauta a ser feita com a Comissão. Como eu disse, o Parlamentar do Estado, às vezes, tem informações e conhecimento de outros aspectos importantes para a investigação. Assim, vamos nos reunir com as Comissões até quarta-feira para detalhar isso.

Evidentemente, como somos uma Comissão Parlamentar, nosso primeiro local de procura será o Parlamento, ou o do Estado ou o da cidade, a Câmara Municipal ou a Assembléia Legislativa, para que lá possamos realizar o trabalho. Mais que isso, na medida do possível, vamos designar a Assessoria para acompanhar o trabalho da comissão e da diligência. É claro que essa participação será limitada, mas haverá a necessária assessoria para que se possa trabalhar.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pois não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Algumas dependências parlamentares, até municipais, apresentam alguns riscos. De um lado, há a questão de segurança; de outro lado, esses locais podem se tornar propícios a discussões político-partidárias. Existem experiências pregressas que demonstram que alguns lugares não são os mais apropriados para que possamos manter a discricção e, inclusive, a segurança no desenrolar da diligência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É por isso que eu disse que, prioritariamente, o primeiro local que procuraríamos seriam as Câmaras e as Assembléias. Com relação ao que for exceção, vamos buscar as garantias necessárias para que o trabalho seja realizado.

Deputado Sérgio Miranda, anotei a sua observação, mas V. Ex^a já deve ter notado que, pela discussão aqui, tivemos que equilibrar as coisas. Com certeza, o Senador Antero Paes de Barros, na terça-feira, poderá considerar a ponderação de V. Ex^a.

Pela oportunidade, Deputada Dr^a Clair e Senador Heráclito Fortes, quero...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Peço silêncio ao Plenário...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para deixar as coisas no lugar, declaro que fui daqueles que endossou a importância do Delegado Castilho ao definir aquela linha de investigação em Nova Iorque. Já fizemos esse registro quando retornamos e também destacamos a importância da força-tarefa, do Delegado Falcão, dos promotores na mesma investigação. Todos estão muito empenhados, talvez com métodos e temperamentos diferentes, cada um fazendo o seu serviço. Mas também não podemos esquecer que, em relação ao Procurador Luiz Francisco, esta CPI já deliberou um pedido de confirmação das informações que ele prestou ao

Consultor Jurídico. Segundo essa publicação, o Procurador coloca a CPI em uma situação delicada quando diz que existem 400 acusados, políticos de renome, e na sessão reservada, todos somos testemunhas, não houve nenhuma acusação formalizada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Brasil não tem 400 políticos de renome, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já interpelamos o Procurador para que ele também ajuste as suas críticas, que até podem ser legítimas do seu ponto de vista. A comissão de consolidação é um pouco diferente. Estamos fazendo duas, quatro, seis, oito comissões de investigação e uma comissão de consolidação, que tem caráter diferente. Qual é o caráter? Consolidar, agrupar, ordenar aquilo que já conseguimos obter em relação ao primeiro foco, é assim que chamamos, que diz respeito à legislação existente no Brasil sobre trânsito de capitais, a alteração que foi realizada pelo Banco Central, através de autorizações especiais para cinco bancos, a atuação desses bancos, através das CC5 e da Resolução nº 2.677, e organizar sugestões tanto para o Legislativo – projetos de lei, medidas legislativas – quanto para o Executivo, no que diz respeito ao trânsito de capitais no Brasil. Esse é o primeiro foco.

Então, esta Comissão tem um trabalho um pouco mais duradouro, até consolidar essas informações. Evidentemente, ela está aberta a contribuições de todos os Parlamentares, Deputados e Senadores. Todos poderão contribuir, dar sugestões. E a Comissão simplesmente vai consolidar e submeter essa consolidação ao Relator, porque é dele o relatório.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Diga, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para entender um pouco da distribuição. Fui designado para compor o grupo que irá a Santa Catarina. Tenho a alegria de ter como companheiros o Deputado Edson Andrino, a Senadora Ideli Salvatti e o Deputado Custódio Mattos. O que especificamente iríamos investigar em Santa Catarina, uma vez que lá não tem sede de banco? A minha curiosidade é saber o que vamos investigar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na reunião reservada que farei com cada comissão, vamos detalhar, porque há, inclusive, assuntos reservados nessas comissões. Um dos motivos de V. Ex^a estar nesta Comissão é realmente a Senadora Ideli Salvatti, não tenha dúvidas.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Senadora Ideli Salvatti, para justificar as palavras do nosso Relator.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só para dizer que tenho grande honra de compor a equipe junto com o Senador Heráclito Fortes, o Deputado Edson Andrino e o Deputado Custódio Mattos. Há questões em Santa Catarina, algumas reservadas e outras importantíssimas. Inclusive, aquela questão que tratamos, da rogatória, do dinheiro que está na Alemanha. Há questões...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Senadora Ideli Salvatti, não é objeto desta nossa reunião o detalhamento das funções, mas até quarta-feira, repito, o Relator...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E se o Relator me permite trazer um pouco de inveja às demais comissões, além do trabalho, o Senador Heráclito Fortes já está convidado para o camarão na lagoa, que é tradicional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Essa parte me agrada muito. Quero saber da outra, do objetivo da comissão. Não quero amanhã ser acusado de prevaricação, de estar fazendo festa com o dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de justificar a minha ausência nesses últimos nove dias em função de problemas particulares. Absolutamente não abandonei a Comissão e vou com ela até o final.

Quanto à orientação de V. Ex^a, gostaria de fazer um comentário a respeito de que as subcomissões, se possível, atuem nas Casas legislativas. Considero mais seguro, é a experiência que tenho, porque sabemos que todos os locais têm problemas sérios paroquiais e de rusgas politíqueiras. Confesso a V. Ex^a que, se não tivesse tido de Deus a orientação para conduzir a CPI do Narcotráfico, teria jogado na lama o nome de muita gente de bem quando nos chegavam denúncias sem que alguém pudesse assumir e até pelo 0800.

Um dos episódios mais tristes para mim foi ter recebido uma denúncia em Pernambuco, quando estávamos na Assembléia Legislativa, de que naquele exato momento num endereço tal, bairro nobre de Recife, estavam batizando sete quilos de cocaína, estavam transformando vinte e cinco quilos com pó de mármore e tal, com maisena. E eu fiz uma busca e apreensão, mas disse ao Delegado da Polícia Federal que, por favor, ao chegar em frente ao imóvel, detectasse o morador e me telefonasse antes de entrar. Ele me telefonou, e tratava-se da Casa de um dos melhores homens deste

País, um homem de bem, honrado, mas político. Não tivesse tido a sabedoria de orientar o delegado teria invadido a casa daquele homem de bem, exposto a família dele, para nada, pois não havia batismo de cocaína ali. Foi uma coisa maldosa, localizada.

E digo mais, lá em Pernambuco tivemos informações da nossa Abin de coisas absurdas que nunca bateram e nunca vão bater e que atingiram exatamente homens públicos. Fiquei impressionado com aquilo e tivemos sabedoria para agir. Caso não fizessemos assim, teríamos colegas que hoje estão na Câmara de volta desmoralizados.

Então acho prudente que se faça no fórum, nós fizemos sempre no fórum, porque sai do âmbito da discussão paroquial política. Quando não houver possibilidade do fórum – no meu Estado fizeram na sede do Bandes – Banco de Desenvolvimento do Estado, no auditório do Bandes, não foram para a Assembléia Legislativa – a OAB. Em última instância, que se procure uma Casa Legislativa, a que tenho todo o respeito, passei por todas, fui Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, mas pela experiência que acumulei é muito melhor estarmos num espaço neutro.

Em terceiro lugar, gostaria de saber de V. Ex^a, com a divisão de comissões, onde é de fato que estou, se estou com a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Heráclito Fortes ou se não estou em lugar nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A experiência de V. Ex^a será onipresente nesta Comissão, fique tranqüilo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, só para distinguir e terminar o que estava dizendo: as comissões de diligência, concluindo as diligências, terminam a sua tarefa; aí a comissão de consolidação, assim que concluir a análise desse primeiro foco, fará a consolidação do primeiro foco. Então são tarefas diferentes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Será feita em cima das diligências feitas pelas comissões especiais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa consolidação é daquilo que já tratamos até hoje, excluindo casos concretos. São Paulo não vai investigar, só depois que concluir a sua tarefa. Assim também será com o Rio de Janeiro. As comissões são regionais para investigar os casos relativos ao Estado, à região, à cidade em que está havendo a diligência. A consolidação da CPI é geral. É o caso do Banco Central e das autorizações especiais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então é relatório?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não chega a ser isso; é uma consolidação do que existe para que o Relator possa fazer o seu relatório.

Senador Heráclito Fortes, quanto àquela resposta que eu estava dando a V. Ex^a, acho que a sugestão do Senador Magno Malta é bem-vinda. Outro dia, assisti à CPI da Pirataria realizar uma audiência na Assembléia Legislativa de São Paulo, mas não há problema de se fazer no fórum ou em qualquer outro lugar necessário. Está acolhida a sugestão do Senador Magno Malta, e vamos trabalhar nesse sentido também.

A preocupação de V. Ex^a também é minha. Quanto mais se particulariza a discussão, maior é o interesse específico de um ou de outro. Não podemos perder a dimensão e o objetivo geral da nossa CPI, que foi aprovada pelo Congresso Nacional. E também não podemos confundir esse comportamento que estamos tendo aqui, debatido por nós e assentado por todos, pois quando, por um motivo ou por outro, qualquer um de nós comete um deslize, a CPI tem sabido tratar e garantir essa linha de investigação. Não estamos confundindo seriedade, serenidade, consistência da investigação com qualquer tentativa de abafar, de não investigar. Estamos fazendo isso porque é necessário esse comportamento neste caso. Então, vamos manter nas comissões a mesma seriedade, a mesma consistência, a mesma serenidade com que estamos trabalhando aqui. O objetivo de lá é o mesmo nosso aqui, ou seja, completar as investigações para que possamos trabalhar e concluir o nosso trabalho global. A dimensão não é paroquiana, a dimensão não é de Campinas, que é onde o Dr. Hélio mora, nem de São Paulo, onde moro, a dimensão é o Brasil e a evasão fiscal. É disso que vamos tratar. É sob esse prisma que vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para a próxima terça-feira, às 14 horas, com a seguinte pauta: votação de requerimentos e assuntos internos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h22min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas

do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 32ª Reunião, realizada 30 de setembro de 2003.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, às trinta e cinco minutos horas e trinta e três minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Pedro Simon e Leonel Pavan, e os Deputados, Eduardo Valverde, José Mentor, Eduardo Sciarra, Rodrigo Maia, Paulo Kobayashi, Edmar Moeira, Gilberto Nascimento, Dimas Ramalho, Dr. Hélio e José Rocha membros, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo e indaga aos Senhores Parlamentares se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 25, cuja cópia encontra-se distribuída. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Com a palavra o Senhor Relator informa que a presente reunião tem por objetivo principal a apreciação e votação de requerimentos. A seguir, passa-se à apreciação dos seguintes requerimentos; **Requerimento nº 191/03**, de autoria do Deputado Alexandre Santos, requer à Corregedoria-Geral da Receita Federal o relatório final apresentado pela equipe de 14 auditores a respeito das denúncias do caso “propinoduto”, no Estado do Rio de Janeiro. O parecer do Relator é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 192/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer cópia do Processo PT 94.00.371.755, instaurado pelo Banco Central para apurar irregularidades do Banco Araucária. O parecer do Relator é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 259/03**, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, requer sejam convocados a depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito os Procuradores Carlos Fernando dos Santos Lima e sua esposa Srª Vera Lúcia dos Santos Lima, com objetivo de esclarecer denúncias veiculadas no semanário IstoÉ. O parecer do Relator é contrário. Em vo-

tação, é rejeitado. Os **Requerimentos nºs 261/03 e 262/03**, ficam prejudicados. **Requerimento nº 193/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer seja solicitado ao Ministério da Justiça que realize gestões junto ao Governo do Uruguai no sentido de possibilitar o acesso desta CPMI e da subcomissão, criada para oitiva do Sr. Arcanjo naquele país. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 194/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, a relação de comunicação de operações suspeitas de lavagem de dinheiro oriundas das agências bancárias de Foz do Iguaçu, Ponta Porã e Santana do Livramento. O parecer do Relator é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 195/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicita cópia do relatório de operações dos carros-fortes, ocorridas em Foz do Iguaçu, subscrito pelo Sr. Roberto Leonel de Oliveira Lima, e outros relatórios produzidos. O parecer do Relator é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 196/03**, de autoria do Deputado Rodrigo Maia, solicita que o Banco do Brasil encaminhe a esta CPMI auditoria realizada pelo departamento competente do Banco do Brasil, especificada como Audit/Cascavel-024, de 25.5.1994. O parecer do Relator é favorável com ressalvas, condicionando a análise dos papéis, quando chegarem. Em votação é aprovado. **Requerimento nº 292/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, solicita seja convocado para prestar depoimento o Diretor-Presidente da empresa HMG Engenharia e Construção Ltda, Sr. Hilário Maximiano Gurjão Sobrinho. O parecer do Relator é pelo adiamento. O requerimento entra na pauta da próxima reunião. **Requerimento nº 207/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, solicita seja convocado o empresário Naji Najas, para prestar depoimento na Comissão. O parecer do Relator é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 294/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, reque a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio do Banco Central do Brasil, José Maria Carvalho. O parecer do Relator é pelo adiamento. O requerimento entra na pauta da próxima reunião. **Requerimento nº 197/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Empresa Mendes Júnior e de todas as subcontratadas relacionadas na ação cautelar de exibição movida pelo Ministério Público Estadual de São Paulo. O parecer do Relator é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 198/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a transferência do sigilo bancário da Conta nº 431551-0, da Agência 1003-0, do Banco do Brasil S/A, no período de 1996 a 2002, bem como o cadastro

bancário do seu titular. O parecer do Relator é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 302/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, requer seja convocado para prestar depoimento o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, Sr. Carlos Ricardo Gaban. O parecer do Relator é pelo sobrestamento. Em votação, fica sobrestado o requerimento. **Requerimento nº 303/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, requer seja oficiado ao Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa de seus Procuradores Luiz Felipe Hoffmann Sanzi e Flávio Augusto de Andrade Strapason, para que enviem cópia dos procedimentos ou ações por eles ajuizadas, visando a apurar os indícios de crime de sonegação fiscal e evasão de divisas, praticados pelas empresas do Grupo RBS. O parecer do Relator é favorável. Em votação é aprovado. Usa da Palavra pela ordem o Deputado Gilberto Nascimento. **Requerimento nº 304/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, requer a convocação das seguintes pessoas: Alberto Youssef; Febraban, Federação Brasileira dos Bancos, por meio de seus representantes legais no período de 1996 a 2000, Oliveira Táxi Aéreo, por meio de seus representantes legais, no período de 1996 a 2000, Alfredo Cury. O parecer do Relator é pelo adiamento. O requerimento entra na pauta da próxima reunião. **Requerimento nº 305/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer cópias das denúncias apresentadas por Procuradores da República do Paraná à Justiça Federal, em Curitiba, protocoladas no último dia 12 de setembro. O parecer do Relator é favorável, com ressalvas aos anos de 1994 a 1996. Em votação, é aprovado com as ressalvas feitas pelo Relator. **Requerimento nº 306/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, requer seja convocado para prestar depoimento o Diretor-Presidente da empresa Companhia Brasileira de Projetos e Obras, Sr. Aloísio Rebelo de Araújo, e o Procurador da Lavisen, Sr. Francisco Sacerdote. O parecer do Relator é pelo adiamento. O requerimento entra na pauta da próxima reunião. Usa da palavra pela ordem o Deputado Paulo Kobayashi. **Requerimento nº 308/03**, de autoria do Deputado Dr. Hélio, requer seja oficiado a todos os órgãos e entidades da administração pública para, para que as mesmas sejam previamente sujeitas à análise técnica, devidamente selecionadas e oportunamente cruzadas com o resultado das investigações já levados a efeito por outros órgãos e entidades públicas. Usam da palavra os Senhores Deputado Dr. Hélio e o Senador Romeu Tuma. Com a concordância do autor, fica sobrestado o requerimento. **Requerimento nº 309/03**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, requer sejam designados dois membros da CPMI para acompanhar a Srª Nicéa Camargo a Nova

lorque, para conferir e buscar todas as informações possíveis na sua conta CC5. O parecer do Relator é contrário. Em votação, e rejeitado o requerimento. **Requerimento nº 310/03**, de autoria do Deputado Robson Tuma. O parecer do Relator é contrário. Em votação, é rejeitado o requerimento. **Requerimento nº 311/03**, de autoria do Deputado Robson Tuma, requer sejam convidados a Srª Sheila Abade e o Sr. Ozires, funcionários do Banco Cidade. O parecer do Relator é favorável à convocação e não ao convite da Srª Sheila Abade. Em votação, é aprovado, com as ressalvas. **Requerimento nº 312/03**, de autoria do Senador Magno Malta, requer seja realizada a oitiva do Sr. Murilo Mendes, Diretor-Presidente da empresa Mendes Júnior, em virtude das afirmações feitas na Comissão pelo Sr. Simeão Damasceno de Oliveira, ex-coordenador administrativo dessa empresa. O requerimento fica prejudicado por já ter sido anteriormente aprovado no requerimento nº 246/03. **Requerimento nº 313/03**, de autoria do Deputado Dr. Hélio, requer que, no que diz respeito ao Dr. José Ricardo Saviolli, sejam tomadas as seguintes providências: Seja solicitado a quem de direito cópia do contrato de compra de seis flats, bem como o extrato da conta bancária para que seja conhecida a origem dos R\$ 2 milhões utilizados na aquisição dos referidos imóveis; Encaminhamento de toda a documentação relativa ao processo administrativo que deu origem, que resultou da intervenção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de São Paulo, a Anvisa, na Unimed de São Paulo; Quebra do sigilo bancário da Unimed no período em que o Dr. José Ricardo Saviolli nela exercia o cargo de diretor; e Quebra do sigilo bancário e fiscal do Sr. José Ricardo Saviolli. Com a palavra o Relator informa que o requerimento deve ser analisado juntamente com o **Requerimento nº 324/03**, que é de autoria do Relator. O parecer é favorável, com uma única ressalva, no Item 4, porque o sigilo fiscal já foi estendido a esta CPMI. Usam da palavra os Senhores Senador Romeu Tuma e o Deputado Dr. Hélio. Em votação, é aprovado o **Requerimento nº 313/03**, combinado com o **Requerimento nº 324/03**. **Requerimento nº 316/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer a quebra do sigilo e o envio, por parte da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, de cópias de correspondências trocadas, recebidas e enviadas, com autoridade monetária das Ilhas Cayman, relativas a investidores brasileiros naquela ilha, além de cópia integral do inquérito sobre responsabilidade da CVM referente ao Opportunity Fund. O parecer do é pelo sobrestamento. Em votação, fica sobrestado o requerimento. **Requerimento nº 317/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer seja ouvido por essa comissão o Sr. Sebastião Guimarães Barbosa, advo-

gado do Sr. Heraldo Ferreira, ex-funcionário do Banestado. O parecer do Relator é contrário. Em votação, é rejeitado. **Requerimento nº 318/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer sejam ouvidas as seguintes pessoas: Sr. Valmir Picolo, vice-Presidente do Banestado; Sr. Walter Benelli, Gerente de Divisão do Banestado; Srª Zinara, Conselheira do Banestado e representante do Sindicato dos Bancários; Sr. José Heli Boldini, Gerente de Divisão do Banestado; Sr. Miguel Salomão, ex-Secretário de Fazenda do Paraná, no governo Jayme Lerner, e respectivo filho. O parecer do Relator é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 322/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a Secretaria da Receita Federal o envio das relações dos contribuintes autuados, entre 1998 e 2002, referentes aos nomes contidos na base de dados já encaminhados à Receita Federal. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 323/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer à Secretaria da Receita Federal o envio da relação dos contribuintes que tenham retificado a declaração de renda entre 1998 e 2002, referentes aos nomes contidos na base de dados do Banco Central já encaminhados à Receita Federal. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 327/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer seja convocado para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta CPMI o Sr. Carlos Donizete Esprícido, ex-gerente do Banestado. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Senhor Relator propõe um prazo de vinte dias para que as Comissões possam concluir as suas diligências e, ao mesmo tempo, propõe a prorrogação da CPMI por cento e oitenta dias. Em votação, é aprovado por unanimidade. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputado José Mentor, Senador Romeu Tuma, Deputado Gilberto Nascimento e Deputado Dr. Hélio. A presidência suspende a reunião por cinco minutos, para retomá-la em reunião reservada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 05, de 2003-CN, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários

enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo. Indago às Srªs e aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 25, cuja cópia encontra-se distribuída.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, tendo em vista a distribuição da cópia, solicito a dispensa da sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Solicitada a dispensa da leitura da Ata, a Presidência pode considerar, com o assentimento do Plenário, a dispensa de sua leitura.

Vamos à apreciação dos requerimentos.

Requerimento nº 257/2003. Requerimento do Deputado Alexandre Santos.

Requeiro, com fundamento no § 3º, do art. 58, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, com a Lei Complementar nº 106, de 2001, à Corregedoria-Geral da Receita Federal o relatório final apresentado pela equipe de 14 auditores a respeito das denúncias do caso “propinoduto”, no Estado do Rio de Janeiro. Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 258, da Senadora Ideli Salvatti.

Requeiro, com fundamento no § 3º, do art. 58, da Constituição e da legislação vigente, cópia do Processo PT 94.00.371.755, instaurado pelo Banco Central para apurar irregularidades do Banco Araucária. O Deputado José Mentor é o Relator e está com a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável.

O PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer é favorável.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 259, do Deputado Eduardo Vaiverde. Requer sejam convocados a depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito os Procuradores Carlos Fernando dos Santos Lima e sua esposa Srª Vera Lúcia dos Santos Limá, com objetivo de esclarecer denúncias veiculadas no semanário *IstoÉ*, segundo o qual o Procurador teria atuado no sentido de poster-

gar as investigações da CPI de Evasão de Divisas no caso do Banestado.

Concedo a palavra ao Relator para oferecer o seu parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado o requerimento do Deputado Eduardo Valverde.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Em função desta decisão, os Requerimentos nºs 261 e 262 encontram-se prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Estão prejudicados os Requerimentos nºs 261 e 262.

Passamos ao Requerimento nº 280, do próprio autor, Deputado José Mentor.

Requer, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição, seja solicitado ao Ministério da Justiça que realize gestões junto ao Governo do Uruguai no sentido de possibilitar o acesso desta CPMI e da subcomissão, criada para oitiva do Sr. Arcanjo naquele país.

As informações e documentos estão disponíveis junto à Justiça uruguaia.

Acho dispensável o parecer do Relator, uma vez que é dele o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 283, da Senadora Ideli Salvatti.

Requer, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, com a Lei Complementar nº 105/2001, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, a relação de comunicação de operações suspeitas de lavagem de dinheiro oriundas das agências bancárias de Foz do Iguaçu, Ponta Porã e Santana do Livramento.

Concedo a palavra ao Relator para parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento da Senadora Ideli Salvatti.

Requerimento nº 285, também da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos regimentais, junto ao Departamento de Polícia Federal, cópia do relatório de operações dos carros-fortes, ocorridas em Foz do Iguaçu em período compreendido entre os anos de 1996 e 2002, subscrito pelo Sr. Roberto Leonel de Oliveira Lima, e outros relatórios produzidos pelo mencionado Departamento que tratem das mencionadas operações que tenham sido produzidas no período referido.

Concedo a palavra ao Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 291, do Deputado Rodrigo Maia, solicitando, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, bem como na legislação vigente, que o Banco do Brasil encaminhe a esta CPMI auditoria realizada pelo departamento competente do Banco do Brasil, especificada como Audit/Cascavel-024, de 25.5.1994.

Concedo a palavra ao Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, o autor do requerimento é o Deputado Rodrigo Maia. Indago a S. Ex^a a motivação do requerimento, em função de a auditoria ser de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia para os esclarecimentos sugeridos pelo Relator.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ) – Sr. Presidente, recebi uma denúncia de que haveria informações relevantes nessa auditoria do Banco do Brasil. Como tenho certeza de que não é a vontade de nenhum dos Srs. Parlamentares deixar algum ponto sem investigação, achei que seria relevante que pudéssemos receber essa auditoria, para verificar se, de fato, há alguma ligação dessa auditoria com a evasão de divisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, tenho solicitado explicações nesse sentido, porque pode haver conexão de fatos pretéritos, como antecedentes. Então, nesse caso, vou concordar com o requerimento e, evidentemente, chegando o documento, vou analisá-lo para saber se há conexão com a nossa investigação. Não havendo conexão, devolveremos o processo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, o Relator é favorável...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sou favorável, condicionando a análise dos papéis, quando chegarem...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Ao objeto da CPMI.

Então, o Relator é favorável ao requerimento, condicionando-o a uma apreciação preliminar, no sentido de verificar se a auditoria faz parte do objeto desta CPMI, ou seja, se há nexos com esta CPMI.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do Relator, com as ressalvas que estão registradas. Solicito que as registrem na Ata.

Requerimento nº 292, da Deputada Iriny Lopes, solicitando seja convocado para prestar depoimento o Diretor-Presidente da empresa HMG Engenharia e Construção Ltda, Sr. Hilário Maximiano Gurjão Sobrinho.

Concedo a palavra ao Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, gostaria de obter informações por parte da Deputada. Como S. Ex^a está ausente, proponho o adiamento desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O requerimento entra na pauta da próxima reunião.

Requerimento nº 293, da Deputada Iriny Lopes, solicitando seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o empresário Naji Najas.

Concedo a palavra ao Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer é favorável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 294, da Deputada Iriny Lopes, para que seja solicitada por esta CPMI a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio do Banco Central do Brasil, José Maria Carvaiho.

Concedo a palavra ao Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também proponho o adiamento, para que a Deputada possa nos explicar o motivo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é para que a votação do requerimento seja transferida para a próxima reunião.

Está transferida a votação para a próxima reunião, a fim de que a proponente possa manifestar-se.

Requerimento nº 295, da Deputada Iriny Lopes, para que seja solicitada por esta CPMI a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Empresa Mendes Júnior e de todas as subcontratadas relacionadas na ação cautelar de exibição movida pelo Ministério Público Estadual de São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 297, de nossa autoria, solicitando, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52 e com o art. 4º, § 4º, da Lei Complementar nº 105, a transferência para esta CPMI do sigilo bancário da Conta nº 431551-0 da Agência 1003-0 do Banco do Brasil S/A, no período de 1996 a 2002, bem como o cadastro bancário do seu titular.

Apenas deixei de colocar o nome, porque este foi aprovado em sessão reservada – é evidente que estamos tendo esse cuidado.

Concedo a palavra ao Relator para proferir seu parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 302, da Deputada Iriny Lopes, solicitando seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, Sr. Carlos Ricardo Gaban.

Concedo a palavra ao Relator para proferir seu parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é pelo sobrestamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – No parecer, o Relator pede o sobrestamento.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está sobrestado o requerimento.

Passa-se à apreciação do requerimento da Deputada Iriny Lopes em que se solicita seja oficiado ao Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa de seus Procuradores Luiz Felipe Hoffmann Sanzi e Flávio Augusto de Andrade Strapason, para que enviem a esta CPMI cópia dos procedimentos ou ações por eles ajuizadas, visando a apurar os indícios de crime de sonegação fiscal e evasão de divisas praticados pelas empresas do Grupo RBS.

Concedo a palavra ao Relator para proferir seu parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É favorável o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP) – Nesse caso, observou-se alguma coisa do Grupo RBS com as contas CC-5? O Relator poderia...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A justificativa apresenta essa possibilidade.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP) – É que acabei não observando...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como se trata de investigação já em curso, a Relatoria não se nega a trazer nenhuma, desde que tenha relação com a investigação.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP) – Portanto, há relação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a afirma que há relação?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não afirmo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não se pode ainda afirmar que há relação. Inclusive, quer me parecer que o procedimento do Relator será idêntico à manifestação anterior do Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não havendo conexão com esta CPMI, devolvem-se os autos ao Ministério Público do Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com uma única diferença, Sr. Presidente: lá a auditoria do Deputado

Rodrigo Maia era de 1994. Então, eu queria uma informação antecedente. E, aqui, coincide com o período de investigação.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP) – Talvez tenha sido uma falha minha não ter observado a justificativa, porque a minha preocupação também passa um pouco por aí. Falamos em nomes, em coisas que não estão relacionadas, mas, se há um inquérito policial caminhando paralelamente, trata-se de outro...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passa-se à apreciação do requerimento da Deputada Iriny Lopes em que se solicita, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/52, a convocação das pessoas abaixo relacionadas para prestarem depoimento nesta CPMI:

Alberto Youssef;

Febraban, Federação Brasileira dos Bancos, por meio de seus representantes legais no período de 1996 a 2000;

Oliveira Táxi Aéreo, por meio de seus representantes legais, no período de 1996 a 2000;

Alfredo Cury.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Solicito o adiamento do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O requerimento fica transferido para a próxima reunião, por solicitação do Relator.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – É feito o adiamento sem votação?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sem votação.

Requerimento nº 305, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e da legislação vigente, nos termos regimentais, vir do Plenário cópias das denúncias apresentadas por Procuradores da República do Paraná à Justiça Federal, em Curitiba, protocoladas no último dia 12 de setembro, em que é requerida a condenação de ex-dirigentes e ex-sócios de bancos que operaram em larga escala nas remessas de divisas ao exterior. Consiste, ao que consta, de duas ações: a primeira refere-se às operações de lavagem de dinheiro entre 1994 e 2000, efetuadas pelos ex-dirigentes e ex-sócios do Banco Araucária S.A., da Corretora de Títulos e Valores Mobiliários do mesmo grupo do Banco **Integración**, do Paraguai, que operava como intermediário das remessas via Araucária, em Foz do Iguaçu; a segunda ação protocolada pede a condenação de quatro sócios da **Colding Câmbio S.A.**, também por lavagem de dinheiro.

Com a palavra o Relator, para parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável, colocando a restrição ao ano de 1994, que não é objeto desta CPI, e que será analisado previamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer é favorável, com a cautela...

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 1994 a 1996, se for antecedente a relação, vamos analisar; se não, devolveremos o papel.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, o Relator é favorável, com a cautela com relação aos anos de 1994 a 1996.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, com as ressalvas feitas pelo Relator, Deputado José Mentor.

Requerimento nº 306, da Deputada Iriny Lopes.

Requer seja convocado para prestar depoimento nesta CPMI o Diretor-Presidente da empresa Companhia Brasileira de Projetos e Obras, Sr. Aloísio Rebelo de Araújo, e o Procurador da Lavisen, Sr. Francisco Sacerdote.

Deputado José Mentor com a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adiar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, fica adiado.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Veja bem, o Relator está adiando para que a Parlamentar presente na próxima reunião possa dar a justificativa solicitada por V. Ex^a.

Então, fica adiado para a próxima reunião.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Tanto o 303 como o 307, que tratam das mesmas pessoas, queria solicitar ao Relator aquele procedimento que já usamos com outras que, paralelamente, foram citados, mas não no contexto das acusações diretas, de outras lá em reuniões passadas, para sobrestar.

Mas tudo bem, se vai ficar adiado para uma próxima, tudo bem.

Concordo, então, com o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Requerimento do Dr. Hélio.

Com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição, em conformidade com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com a legislação vigente, requeiro que seja oficiado a todos os órgãos e entidades da administração pública para os quais foram

ou estejam sendo solicitadas informações decorrentes de requerimentos aprovados por esta CPMI, para que as mesmas sejam previamente sujeitas à análise técnica, devidamente selecionadas e oportunamente cruzadas com o resultado das investigações já levados a efeito por outros órgãos e entidades públicas, de forma a serem utilizados em nossos trabalhos de forma imediata e objetiva.

Para que o objetivo deste requerimento seja atendido, torna-se necessário, além do mais, o entrosamento entre as equipes técnicas desta CPMI e a dos respectivos órgãos e entidades aos quais as informações foram solicitadas.

O Relator para parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Indago do Deputado a justificativa desse pedido.

Entendo o espírito, mas encontro dificuldades na execução operacional.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Quero justificar da seguinte forma: tínhamos dito que vários requerimentos relacionando resultado de indiciamento da CPI dos Precatórios, da CPI do narcotráfico, da CPI de Roubo de Cargas e outras que tiveram requerimentos aqui aprovados trariam como resultado nomes que deveriam estar sendo cruzados com as informações relevantes que temos dos 85 mil documentos trazidos.

Tive oportunidade de ir, por diversas vezes, à sala forte e o que me apresentaram lá foram dossiês encaminhados pela Comissão, pela CPI, do resultado dos relatórios das CPIs e não dos indiciamentos solicitados, os nomes daquelas pessoas que estavam já com esse envolvimento analisado pelo Ministério Público Federal.

Ora, se tivemos esses requerimentos aprovados aqui na CPMI e não contamos com o resultado, passado mais de dois meses, é sinal de que não podemos cumprir nosso principal objetivo, que é tentar relacioná-los com os 85 mil documentos que temos aqui presentes.

É nessa direção que eu gostaria que fosse analisado o pedido desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Primeiro, o Senador Romeu Tuma; depois, o Relator.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – O requerimento do Dr. Hélio é interessante, mas há algumas coisas que devem ser analisadas. Quando se encerra uma CPI, os documentos ficam sigilosos. Temos dificuldade de acesso a documentos de CPIs já encerradas. Teríamos que solicitar ao Ministério, e esses procedimentos dificultam.

Eu, por exemplo, se quiser um documento da CPI do Roubo de Cargas, não consigo. É preciso uma autorização do Presidente, porque a CPI já foi encerrada, o

que encerra também o acesso de qualquer parlamentar aos documentos, que são guardados em sigilo ou encaminhados todos ao Ministério Público.

Essa, portanto, é a grande dificuldade.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Após observar dificuldade como a levantada pelo Senador Romeu Tuma, apresentamos requerimento, aprovado há mais de dois meses, propondo que viessem por meio dos relatores das CPIs anteriores ou do próprio Ministério Público Federal, para onde foram encaminhados os pedidos de indiciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Relator, para emitir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Hélio, temos tratado a questão da seguinte maneira: há casos em que solicitamos todos os documentos para que a CPMI e os seus assessores os analisem. Há casos em que esses documentos são colocados à disposição da CPMI e dos seus assessores no órgão em que eles se encontram. Assim, analisamos os documentos naqueles órgãos e trazemos os dados que são importantes para a CPMI.

Recentemente, recebemos o auxílio de dois peritos da Polícia Federal. E estamos fazendo o cruzamento de todos esses dados na própria CPMI. Creio portanto que, com essa metodologia, e com os peritos, que são especialistas nessa área, chegaremos mais rapidamente a esse objetivo. É por isso que estou ponderando a V. Ex^a que aguarde mais alguns dias, para vermos se conseguiremos fazer esse cruzamento, como, de resto, já estamos fazendo. Talvez seja desnecessário pedir aos outros que o façam. Nós mesmos vamos selecionar os nossos papéis, os nossos documentos.

Eu pediria a V. Ex^a que sobrestasse esse requerimento, para vermos se os resultados estarão de acordo com nossa expectativa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a concordância do autor, fica sobrestado o requerimento.

Requerimento nº 309, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Requeiro, nos termos regimentais, sejam designados dois membros da CPMI para acompanhar a Sr^a Nicéa Camargo a Nova Iorque, para conferir e buscar todas as informações possíveis na sua conta CC5 existente naquele país, que poderão oferecer elementos favoráveis ao curso das investigações desta Comissão.

Ao Relator, para parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Senadora Serys Slhessarenko não se encontra presente.

O parecer é contrário. Por quê? Porque obtivemos da Sr^a Nicéa Camargo uma procuração, em nome do Presidente e do Relator desta CPMI, e, com a concor-

dância dela, dos promotores públicos de Nova Iorque. Assim, temos hoje uma ponte para fazer, para tentar obter, sem necessidade...

É claro que, mais à frente, caso não seja possível, iremos analisar que investigação faremos em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do Relator.

Fica, portanto, rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 310, de autoria do Deputado Robson Tuma. S. Ex^a requer, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Edmundo Safdié, ex-Presidente do Banco Cidade.

Ao Relator, para parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é pela rejeição do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, não vou votar contra a decisão do Relator. Apenas penso que o Deputado Robson Tuma fez esse requerimento baseado na informação da Sr^a Nicéa Camargo. Ele se baseou nisso para solicitar o comparecimento. Mas creio que, durante as investigações, provavelmente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O requerimento seguinte responde, em parte, ao indeferimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não vou votar contra a sua decisão. Queria explicar que não foi precipitação do Deputado, foi uma citação que foi feita aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Relator é, portanto, pela rejeição do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o parecer do Relator. Portanto, rejeitado o requerimento.

O Requerimento nº 311, também do Deputado Robson Tuma, requer, nos termos regimentais, que seja convidada a Sr^a Sheila Abade e o Sr. Ozires, funcionários do BancoCidade.

Com a palavra o Relator, para emitir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável, com os seguintes ajustes: primeiramente, convocada; em segundo, só a D. Sheila Abade, porque a informação que temos da assessoria é de que esse Sr. Ozires não é homem, é mulher e mora nos Estados Unidos.

Então, o parecer é favorável a que se convoque a Sr^a Sheila Abade.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável à convocação e não ao convite da Sr^a Sheila Abade.

As Sr^{as} e os Sr^s Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o requerimento, com as ressalvas feitas pelo Relator.

Requerimento nº 312, do Senador Magno Malta. Requer, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, seja realizada a oitiva pela Comissão Mista do Sr. Murilo Mendes, Diretor-Presidente da empresa Mendes Júnior, em virtude das afirmações feitas na Comissão pelo Sr. Simeão Damasceno de Oliveira, ex-coordenador administrativo dessa empresa, que admitiu que a mesma operava com caixa 2, utilizando recursos advindos de obras superfaturadas, repassando para doleiros, que desviavam valores vultosos para contas do Citibank, em Nova Iorque, por meio das chamadas contas CC-5.

Com a palavra o relator, para emitir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está prejudicado o requerimento, porque o Requerimento 246, anteriormente aprovado, tem o mesmo objeto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O requerimento está prejudicado por já ter sido anteriormente aprovado. O requerimento anterior aprova a convocação do Sr. Murilo Mendes, o de nº 246, que foi aprovado em reuniões anteriores. Está prejudicado porque já está convocado.

Requerimento nº 313, do Dr. Hélio. Com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 148 do Regimento Interno do Senado, requeiro que, no que diz respeito ao Dr. José Ricardo Saviolli e com base no depoimento por ele prestado a esta CPMI, sejam tomadas as seguintes providências:

1– Seja solicitado a quem de direito cópia do contrato de compra de seis flats, bem como o extrato da conta bancária para que seja conhecida a origem dos R\$ 2 milhões utilizados na aquisição dos referidos imóveis;

2 – Encaminhamento a esta CPMI de toda a documentação relativa ao processo administrativo que deu origem, que resultou da intervenção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de São Paulo, a Anvisa, na Unimed de São Paulo;

3 – Quebra do sigilo bancário da Unimed entre 1996 e 2000, período em que o Dr. José Ricardo Saviolli nela exercia o cargo de diretor;

4 – Quebra do sigilo bancário e fiscal do Sr. José Ricardo Saviolli.

Com a palavra o Relator, para emitir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, esse requerimento deve ser analisado juntamente com o 324, que é de autoria do Relator. O parecer é favorável, com uma única ressalva, no Item 4, porque o sigilo fiscal já foi estendido a esta CPMI.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Foi acrescentado a esse requerimento, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O 324 tem que ser apreciado em conjunto com o 313, porque o 324 requisita os documentos de venda dos flats e completa o Item 1 do requerimento de V. Ex^a e o Item 4 porque o sigilo fiscal já está quebrado. Então, é simplesmente a quebra do sigilo bancário.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Só queria fazer uma correção. A intervenção feita à época na Unimed foi pela Agência Nacional de Saúde, não foi pela Anvisa. Houve um erro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ANS.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – É, pela ANS, e esse quatro está escrito de forma diferente porque foi escrito manualmente e está rubricado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agora, a Anvisa...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, o parecer do Relator é favorável?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Favorável, adendado ao 324 e cortando o sigilo fiscal, que já está estendido.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, o parecer do relator é favorável com as observações feitas.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o Requerimento nº 313, combinado com o nº 324.

Requerimento nº 316, da Senadora Ideli Salvatti:

Nos termos do §3º, do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº1.579, de 1952, e, nos termos regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, a quebra do sigilo e o envio, por parte da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, de cópias de correspondências trocadas, recebidas e enviadas, com autoridade monetária das ilhas Cayman, relativas a investidores brasileiros naquela ilha, além de cópia integral do inquérito sobre responsabilidade da CVM referente ao **Opportunity Fund**.

Tem a palavra o relator para emitir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobrestamento. E justifico dizendo que a relatoria está preparando uma

linha de investigação sobre fundos. Portanto, quer dar um sentido mais global a essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Então, o relator, inicialmente, opina pelo sobrestamento.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está sobrestado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– **Requerimento nº 317**, da Senadora Ideli Salvatti:

Nos termos do § 3º, art. 58, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e da Lei nº 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro, consultado o Plenário, seja ouvido por essa comissão o Sr. Sebastião Guimarães Barbosa, advogado do Sr. Heraldo Ferreira, ex-funcionário do Banestado, objetivando a obtenção de informações referentes às condições em que se verificaram a demissão do referido ex-funcionário, por justa causa, da mencionada instituição bancária.

O SR RELATOR (José Mentor) – O parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– O parecer do relator é contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está rejeitado o requerimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, o item anterior, o Requerimento nº 316 foi sobrestado. V. Ex^a, se entendi bem, prepara uma investigação especial sobre os fundos, com remessa para o exterior. É isso?

O SR RELATOR (José Mentor) – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– **Requerimento nº 318**, também da Senadora Ideli Salvatti:

Nos termos do § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e da Lei nº 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro, consultado o Plenário, sejam ouvidas por esta Comissão as pessoas abaixo relacionadas, que receberam cópia da carta assinada pelo Sr. Heraldo Ferreira, datada de 17 de julho de 1996, a fim de que esta CPMI obtenha esclarecimentos quanto às providências adotadas com relação aos fatos relatados no mencionado documento:

– Sr. Valmir Picolo, vice-Presidente do Banestado; Sr. Walter Benelli, Gerente de Divisão do Banestado; Sr^a Zinara, Conselheira do Banestado e representante do Sindicato dos Bancários; Sr. José Heli Boldini, Gerente de Divisão do Banestado; Sr. Miguel Salomão,

ex-Secretário de Fazenda do Paraná, no governo Jayme Lerner, e respectivo filho.

O relator para parecer.

O SR RELATOR (José Mentor) – Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– O parecer do relator é favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o Requerimento nº 318.

Existem mais requerimentos. Esses são reservados?

O SR RELATOR (José Mentor) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Temos mais três requerimentos em reunião pública e mais dois em reunião reservada.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Requerimento do Relator, Deputado José Mentor:

Nos termos do §3º, do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579, de 1952, nos termos regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário e a Secretaria da Receita Federal, o envio das relações dos contribuintes autuados, entre 1998 e 2002, referentes aos nomes contidos na base de dados já encaminhados à Receita Federal.

O relator é o próprio autor do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o Requerimento nº 322.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– **Requerimento nº 323**, também do Deputado José Mentor:

Requeiro, nos termos do § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579, de 1952, nos termos regimentais, à Secretaria da Receita Federal o envio da relação dos contribuintes que tenham retificado a declaração de renda entre 1998 e 2002, referentes aos nomes contidos na base de dados do Banco Central já encaminhados à Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o Requerimento nº 323.

Passa-se ao **Requerimento nº 327**.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Para uma questão de ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Uma pergunta ao Relator. Nesse Requerimento nº 323, quando V. Ex^a se refere à retificação de declaração de renda, há algum

item chamando a atenção para a questão dos imóveis residenciais ou comerciais presentes lá fora?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Declaração de bens imóveis e não imóveis. Veja bem, chama a atenção porque a informação que detenho da própria Receita é que, voluntariamente, algumas pessoas passaram a retificar as declarações depois que a CPI foi instalada.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Estou perguntando se, nesse requerimento, V. Ex^a faz menção especialmente à declaração de residência, porque há aquela operação condomínio...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não diz respeito àquilo.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Estou sugerindo que possa chamar a atenção porque já se fala, no Elio Gaspari, em três mil imóveis. Fomos lá e descobrimos seiscentos, mas já se fala em três mil imóveis. Então, acho que vale a pena um adendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Relatoria concorda com o adendo do Deputado Dr. Hélio, ou seja, incluir, além da base de cálculo do Banco Central, a relação dos imóveis adquiridos regularmente nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, então, está aprovado o Requerimento nº 323, com a observação feita pelo Deputado Dr. Hélio e com a incorporação da observação pelo Relator, Deputado José Mentor.

Passa-se ao **Requerimento nº 327**. Tenho impressão de que já foi aprovado. Vou ler o requerimento da Senadora Ideli Salvatti. Tenho a impressão de que já foi aprovado. S. Ex^a poderá, ela própria, dizer se foi ou não aprovado.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, convocar o Sr. Carlos Donizete Esprícido, para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta CPMI. O Deputado José Mentor, Relator, está convocando o Sr. Carlos Donizete Esprícido para prestar depoimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trata-se de um ex-gerente do Banestado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a transformar a reunião pública em re-

servada, informo a V. Ex^a que estamos propondo um prazo para que as Comissões que foram nomeadas concluam as diligências que a Relatoria está relacionando para cada uma delas. Estou propondo um prazo de vinte dias para que as Comissões possam concluir as suas diligências e, ao mesmo tempo, estamos propondo, V. Ex^a e eu, a prorrogação da CPI por cento e oitenta dias. Estamos colhendo assinaturas para a prorrogação por cento e oitenta dias. Então, estamos priorizando agora o trabalho, nos próximos vinte dias, das Comissões, com calendário e pauta, conforme combinado e deliberado pela CPI, prévios, que serão estabelecidos de comum acordo pela Relatoria e, ao mesmo tempo, propondo a prorrogação da CPI por cento e oitenta dias.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Submeto, então, ao Plenário a prorrogação do prazo da CPMI para 180 dias. Tenho a convicção de que é necessário o apoio de um terço de cada Casa Legislativa, mas também é uma sinalização importante para cada Casa Legislativa o apoio a essa solicitação da prorrogação da CPMI pelo prazo de cento oitenta dias, ou seja, seis meses.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, já assinei e gostaria que todos assinássemos, na unanimidade, essa prorrogação, pela importância. Podia passar, agora, para ver quem não assinou.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, os Srs. e as Sr^{as} Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

À medida em que forem marcadas as oitivas nos Estados, nesse prazo de vinte dias, informando as Comissões sobre essa decisão.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP) – Sr. Presidente, na medida em que temos algumas pessoas de quem gostamos muito e que estão felizes neste dia, queremos, neste momento, juntar-nos ao nosso querido Relator, Mentor, que tem feito um grande trabalho. Eu, que fui colega do Senador José Mentor em São Paulo, quando Deputado e quando Vereador, sempre disse que o Mentor é um exemplo de homem público a ser seguido. E o Mentor, hoje, está de parabéns, porque é a primeira vez na vida que ele completa 55 anos de idade. (Palmas)

Eu gostaria então, em nome do nosso grupo de trabalho, de parabenizá-lo e dizer: nosso querido Deputado José Mentor, que Deus o abençoe e lhe dê muitos anos de vida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Obrigado.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSB-SP) – Aproveito e encaminho, também, um requerimento, Sr. Presidente, para que depois ele possa ser lido. Trata-se de um requerimento praticamente pessoal, para que depois ele possa fazer a leitura. Não há necessidade de ser feito agora.

Portanto, são essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros.) – Sr. Presidente, quero me associar também aos cumprimentos e desejar felicidades ao nosso Relator, Deputado José Mentor.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros.) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – Quero cumprimentar o Deputado José Mentor e dizer que somos do mesmo signo, Balança – equilíbrio. Fico muito feliz em pertencer ao mesmo signo do Deputado.

Tomei a liberdade de falar com o Deputado, Sr. Presidente, sobre se essas convocações nos Estados poderiam ser comunicadas à Superintendência da Polícia Federal local, para dar toda a cobertura à Comissão. S. Ex^a me autorizou, mas como foi uma conversa informal, gostaria de transmiti-la.

Conversei com o Diretor-Geral da Polícia Federal e ele se colocou inteiramente à disposição. Acho que é importante que o local para a oitiva – às vezes, alguém pode querer uma reserva maior – seja a Superintendência da Polícia Federal nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Agradeço a V. Ex^a pela manifestação da experiência porque entendo que vai ser importante, realmente, no apoio a essas Comissões que vão se deslocar a alguns Estados brasileiros.

Com a palavra, o Deputado Dr. Hélio, para uma questão de ordem.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Nesse sentido, Senador Romeu Tuma, sugiro à Relatoria e à Presidência que fosse também oficiado às Superintendências da Receita Federal, porque muitas vezes, nessas diligências, precisamos de algumas informações ou, pelo menos, da presença de alguns técnicos. Então, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal são instituições importantes nas regiões.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Pois não.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – Mas acho que, depois da oitiva, temos que concentrar os depoimentos para que possamos fazer esse serviço em cima da Receita e do Ministério Público. Senão, podem confundir

o andamento, já que pode vir um dado importante de oitiva feita em outro Estado. Então, nesses cruzamentos, aí, sim. Desculpe-me, mas estou falando isso por experiência pessoal. Se isolarmos cada fato, vamos ter dificuldade para juntar. Se o Ministério Público tomar conhecimento, já vai levando o inquérito para a frente, o que é a obrigação deles.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Creio que o Ministério Público vai tomar conhecimento. Aliás, já aprovamos um requerimento informando, **pari passu**, a membros do Ministério Público, o andamento desta CPMI, a fim de que algumas providências que legalmente precisam ser tomadas já o sejam, sem que seja necessário esperar, inclusive, a conclusão da CPMI. Entendemos também que a grande comunicação ao Ministério Público será o relatório do Deputado José Mentor, quando aprovado por esta Comissão, em abril, prazo que estamos combinando, politicamente, com a Comissão, e esperamos combinar politicamente com as duas Casas Legislativas.

Da mesma forma, nós teríamos algumas dificuldades com a Receita Federal nos Estados, que não poderia nos fornecer dados. Ela tem contribuído, técnicos da Receita Federal estão nos auxiliando na CPMI. Mas cada dado que necessitarmos da Receita, teremos que submeter a solicitação ao Plenário da Comissão, para que seja aprovado, embora eu tenha certeza absoluta de que a sugestão do Dr. Hélio é para acelerar e facilitar o conhecimento dos fatos.

Vamos, então, passar à reunião reservada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Quando o Senador Romeu Tuma me comunicou essa sugestão, no mesmo sentido da do Dr. Hélio, avalei que há casos e casos. Não podemos nos esquecer de que são comissões de diligências. Não se trata de uma subcomissão com poderes de CPI. Trata-se de comissão que vai realizar diligências previamente estabelecidas. Há casos em que a cooperação da Polícia Federal é importante; há casos em que manter contato com o Ministério Público também é importante, e há casos em que não. Acho que nós podemos aceitar as contribuições das duas sugestões para aqueles casos em que são necessárias.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – A Polícia Federal tem o condão da segurança também. Estou mais preocupado com a segurança.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – E o local é tranqüilo. Inclusive eles podem intimar as pessoas, se elas não se apresentarem. Fica mais fácil a ação das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Creio ser realmente bom a Comissão buscar o apoio dessas instituições em todas as regiões visitadas.

A Presidência vai suspender a reunião por cinco minutos, para que possamos retomá-la em reunião reservada, tendo em vista a necessidade de aprovarmos dois requerimentos em reunião reservada.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.

Nós a reabriremos em seguida, para a votação dos dois requerimentos.

(Suspende-se a reunião às 15h21min e torna-se secreta às 15h26min.)

(Torna-se pública a reunião às 15h49min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Está reaberta a reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h50min.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN**

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 33ª Reunião, realizada 9 de outubro de 2003.

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às quinze horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, Serys Slhessarenko, Magno Malta e Heráclito Fortes e os Deputados, José Mentor, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, Gilberto Nascimento, Dr. Hélio e João Pulo Cunha membros, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “**COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍÇOS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE**

1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência informa que a presente reunião é

de caráter administrativo e indaga aos Senhores Parlamentares se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 30, cuja cópia encontra-se distribuída. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. A Presidência informa que recebeu ofício do Procurador da República Sr. Luis Francisco e solicita que seja reproduzido e distribuído aos membros da Comissão. Solicita ainda que a assessoria providencie requerimento de informações ao Perito da Polícia Federal, Senhor Renato. Usam da palavra pela ordem, os Senhores Senador Heráclito Fortes e Deputado Dr. Hélio. O Senhor Deputado João Paulo Gomes da Silva, comunica que passa a integrar a Comissão, em substituição ao Deputado Bispo Rodrigues. A seguir, passa a palavra ao Relator que informa sobre a programação das diligências das subcomissões. A Presidência coloca em votação os seguintes requerimentos: **Requerimento n.º330/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer o envio, por parte do Perito da Polícia Federal, Renato Barbosa, no prazo de quarenta e oito horas, a lista dos mil políticos e servidores mencionados pelo Procurador Luiz Francisco de Souza, em ofício dirigido a esta CPMI. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 329/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação dos Senhores Egon Schultz e Clóvis João Travassos Tagliaro, ex-gerente do Banco do Brasil S/A, da Agência de Foz do Iguaçu, atualmente aposentados e residentes no Estado de Santa Catarina, para prestarem esclarecimentos acerca de objeto desta CPMI. Em votação, é aprovado. **Requerimento n.º 331/03**, requer a convocação do Senhor João Maury Hagar Filho, ex-gerente do Banco do Estado do Rondônia – BERON, para prestar esclarecimentos acerca do objetivo da Comissão. Em votação, é aprovado. Finalizando, a presidência informa que os documentos referentes a conta da Lespan, já começaram a chegar aos Procuradores distritais em Nova York e até o próximo dia 15 de novembro, teremos a possibilidade de ter acesso a mais documentos relevantes e importantes obtidos nos Estados Unidos. Enfatiza ainda, que prorrogação da Comissão pelo prazo de seis meses é necessária para uma conclusão sóbria e eficiente dos trabalhos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– (Falha na gravação) Praticamente, uma resposta

àquela interpelação feita pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e, em sendo Presidente desta Comissão, assinei a interpelação. Vou ler alguns trechos que considero extremamente relevantes:

“Exm^o Sr. Senador, tenho a honra de dirigir-me a V. Ex^a para expor alguns fatos e solicitar providências. Na última reunião com V. Ex^a, foi requerida a minha ajuda, e esse ofício tem essa finalidade.

Esta Procuradoria da República recebeu documentos oficiais e anônimos que apontam os seguintes fatos...”

Aqui, S. Ex^a apresenta uma relação com referência ao Sr. Beny Parnes. E cita:

O Sr. Beny Parnes, CPF nº tal, ex-diretor de assuntos internacionais do Banco Central do Brasil – só estou lendo esses dados, porque eles já foram publicados pelo jornal **Correio Braziliense**, portanto, os dados são públicos –, transferiu ao exterior o total de 6,6 milhões, divididos em duas remessas, uma de 5,6 e outra de 1 milhão e 3 mil e oitocentos, para uma conta em seu nome, aberta numa unidade do Banco do Brasil, sediada em Nassau, nas Bahamas, conforme relata a reportagem publicada pelo jornal **Correio Braziliense**.

A seguir, S. Ex^a faz uma série de considerações, dizendo já ter tido a oportunidade... (Item nº 6):

“Conforme documentos oficialmente encaminhados pela Receita Federal, por requisição desta Procuradoria, Beny Parnes não prestou declaração à autoridade tributária nem da existência da conta no citado paraíso fiscal e nem dos seus valores”.

S. Ex^a afirma isso por escrito aqui. E, depois, no Item nº 8, também demonstra já ter feito uma avaliação:

“O simples exame superficial das declarações revela incompatibilidades impressionantes”.

Em seguida, vêm os detalhamentos.

Enfim, S. Ex^a cita outros artigos legais e sugere providências desta CPMI. Solicito à assessoria, inclusive, que providencie o requerimento para que possamos deliberar imediatamente sobre o que afirma aqui o Procurador Luiz Francisco.

Além disso, S. Ex^a faz uma outra declaração importante aqui, “que declarações retificadoras não extinguem a punibilidade do crime”.

E, ao final, S. Ex^a entende que a convocação do Sr. Beny Parnes – aliás, já há um requerimento de convocação, que está sobrestado para ser decidido oportunamente – pode dar ao mesmo a oportunidade de defesa para explicar a sua possível inocência e também para auxiliar o trabalho desta CPI na elucidação dos fatos.

Por último – e aí considero relevante e quero que se faça o requerimento ao perito Renato –: “Esta Procuradoria forneceu...” Isso, porque pedimos. Inclusive, já pedimos a autorização da CPMI para que nos sejam revelados os 400 nomes de políticos para que pudéssemos lê-los. E quero que seja providenciado urgentemente um requerimento buscando essas informações aqui citadas com o perito Renato.

Mas S. Ex^a, ao final, encerra da seguinte forma:

“Por último, esta Procuradoria forneceu centenas de nomes. E o perito Renato já tem cerca de mil nomes de políticos e servidores e poderá enviar os nomes com uma requisição dessa CPMI”.

Creio que temos que aprovar o requerimento para que o perito Renato encaminhe os mil nomes. Quero pedir, mais uma vez, a autorização desta CPMI para ler os nomes. Entendo que não tem como não tratar dos critérios utilizados para chegar aos nomes de forma pública, porque, se não, vai parecer que estamos tentando ocultar cadáveres, quando não é esse o objetivo da CPMI.

Então, eu pediria que ficasse aprovado o requerimento – e a direção autorizada a redigi-lo – solicitando do perito Renato que entregue a esta CPMI, separadamente, as listagens dos mil nomes, em 48 horas, dando a ele, já que ele já os tem, prazo de 48 horas para que ele entregue os nomes dos políticos, da seguinte forma: são estes, de um até o número que eles chegarem lá; os nomes dos servidores públicos são estes, de um até o que eles chegarem. E que possamos, então, diante dessas informações, tomar as providências que o caso requer.

O Procurador coloca aqui, ao final do ofício, que sejam convocados os suspeitos.

Então, está registrado o ofício do Dr. Luiz Francisco, está distribuído, e o Senador Heráclito Fortes quer se manifestar, o Deputado Dr. Hélio e, em seguida, o Relator.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem muito simples. Indago de V. Ex^a se o Procurador Luiz Francisco assinou a modificação da interpelação feita por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Fizemos a interpelação. Creio que isto aqui já é uma resposta à interpretação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não, Sr. Presidente. V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Formalmente, ele deve ter sido citado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Mas aí eu não sei, porque tem que perguntar para o assessor jurídico.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – É por isso, Sr. Relator, que eu queria chamar atenção desta Comissão, porque essa é uma maneira de se esquivar de uma responsabilidade que é de S. Ex^a. A notificação da CPI é um documento público, oficial. Creio que é um desrespeito à CPI se o Procurador não assinou essa notificação, se não o fez até o momento. Penso que S. Ex^a, como autoridade de Justiça, sabe mais do que ninguém quais são as implicações que recaem sobre quem foge a assumir com suas responsabilidades. Aliás, não é a primeira vez que se diz aqui, já foi dito aqui por outras pessoas nesta CPI, que o Procurador tem a prática costumeira de se esquivar toda vez que é chamado por citações dessa natureza.

O que S. Ex^a está fazendo é isso, Sr. Presidente. V. Ex^a recebeu esse documento, parece-me que recentemente, e não teve ainda tempo de se deter. É um desrespeito que S. Ex^a presta a esta Comissão, fugindo de um assunto criado por ele próprio. A informação dos 500 políticos dada por S. Ex^a a um órgão de comunicação no País, e agora, 20 ou 30 dias depois, S. Ex^a responde, mas não cumpre o preceito e o ritual proposto por essa CPI, que é exatamente a notificação, porque a partir da notificação é que os políticos, as pessoas que se sentiram lesadas poderão tomar as medidas cabíveis para o caso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Eu quero registrar o seguinte: o problema é que há uma informação preliminar de 400 políticos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Não chegamos a esses nomes de 400 políticos famosos, e tenho certeza absoluta de que todos sabemos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Fiz um levantamento, Sr. Presidente, a respeito. No Brasil, você chega a 30 políticos famosos com muito sacrifício. Aí, depois, você para mais uns 20 ou 30 que constam nas palavras cruzadas da **Coquetel**: José, Presidente da CPI. Você preenche lá: Mentor. E por aí vai...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Não. José Mentor, Presidente da CPI, se você responder assim está errado. É Relator.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Relator da CPI. Relator da CPI. E por aí vai... Então, essa história de 400 nomes já começa num exagero gritante.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Não, mas entendo que a função nossa, Senador Heráclito Fortes,...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Claro. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– ...é requerer. E se tiver paciência. Agora, se não tiver, vai ficar claro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Mas creio que estamos aqui requerendo. Quero dar um depoimento aqui: inclusive, hoje, eu conversava com o Relator informalmente. Um dos políticos suspeitos é um suplente de vereador de uma cidade do interior do Piauí chamada Campo Maior. Não vou dar o nome, porque é sigilo, mas conto o fato. Esse cidadão é suspeito de uma evasão de US\$2 milhões. Eu faço um acordo com o Procurador Luiz Francisco sem conversar com o Governador do Piauí nem com ninguém: vendo por US\$2 milhões a ele Campo Maior e os municípios fronteiras. Nunca em Campo Maior passou uma importância desse volume. E tive o cuidado de procurar na ficha de cadastro devedor do citado cidadão. Ele tem uma infinidade de cheque sem fundo e de dívida na praça incomum. Quer dizer, fazem uma brincadeira como essa de “chutar” aqui nomes, por meio de simulação de computador. Pode-se chegar a dois mil, porque, por exemplo, Luiz Inácio da Silva, evidentemente que não é Sua Excelência, o Ilustre Presidente da República. Mas se você colocar, você vai ver: todo Luiz Inácio Lula – tira o Lula, porque... –, todo Luiz Inácio da Silva passa a ser suspeito.

É uma brincadeira, e o Sr. Procurador, mais uma vez, está debochando desta CPI, Sr. Presidente. Eu gostaria que essa questão da notificação fosse levada ao pé da letra – sob pena de, amanhã, não termos autoridade de interpelar mais ninguém – e se exigisse que assinasse para o cumprimento legal.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Vamos verificar se ocorreram essas citações e se esse ofício é realmente uma resposta à citação ou se trata apenas, como mencionado no início do ofício, de uma contribuição, já oferecendo análise, sobre a situação do Sr. Beny Parnes.

No entanto, o fato de ele fazer referência aos servidores e aos políticos, no final, pode ser que seja uma resposta à citação.

O Deputado Dr. Hélio tem a palavra e, em seguida, o relator, Deputado José Mentor. Posteriormente, votaremos os requerimentos desta reunião.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta. Com relação ao requerimento que V. Ex^a está solicitando ao nobre Ministério Público, proponho que, nessa listagem, haja uma relação clara com aquilo que esta CPMI está investigando, para que não venham nomes de mil pessoas, 500 políticos, 500 servidores públicos, vinculados

a situações as mais diversas possíveis que por aqui passaram – CPI dos Precatórios, CPI do Narcotráfico e assim por diante. Que haja uma relação clara com aquilo que estamos investigando na CPMI, porque, senão, ficaremos buscando esqueletos nos armários e não vamos avançar, até porque esta CPMI não se presta a servir de modo de alavancagem de problemas que ocorrem no País e que devem ser obrigação não só do Ministério Público, como nossa, do Congresso Nacional, de fiscalizar e, inclusive, controlar.

Então, em primeiro lugar, que essas listagens sejam de nomes de políticos e de servidores públicos que tenham relação com o objeto da CPMI. Que esteja clara no requerimento essa solicitação.

Em segundo lugar, V. Ex^a leu que o Procurador deixa claro que recebeu documentos oficiais e anônimos apontando para uma evasão de divisas de cerca de R\$6,6 milhões este ano. E há um requerimento, sobrestado por parte do nobre relator. Então, diante dessa acusação – que, inclusive, é do conhecimento público, porque, como V. Ex^a disse, está nos jornais de circulação nacional –, que possa esse requerimento ser logo colocado aqui, diante dos presentes, para ser ou não avaliado e aprovado, porque são denúncias graves. Existe um requerimento proposto por um dos membros da nossa CPMI, e, dessa forma, como está sobrestado, diante dessa nova realidade, poderíamos aprovar esse requerimento, dada a gravidade do assunto.

Existe, por parte da Procuradoria da República, a afirmação de que houve transferência para o exterior de mais de R\$6,5 milhões, em duas remessas: uma de R\$5,6 milhões e outra de R\$1.003,8 milhão, para conta em nome próprio.

Então, eu gostaria de propor a V. Ex^a que se pudesse colocar em discussão a aprovação desse requerimento, para que tenhamos aqui e possamos ouvir o suspeito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Estamos verificando se não estamos fazendo menção a outros requerimentos, porque ele próprio, no ofício, faz menção a que foi sobrestado. Então, estamos vendo se existe esse requerimento...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu gostaria de dar uma informação aos membros desta CPI – eu já havia comentado com V. Ex^a anteriormente sobre isso. A primeira questão é que, com relação àqueles 400 nomes mencionados pelo Procurador Luiz Francisco e pelo Delegado Castilho, a assessoria da Comissão e eu fizemos uma reunião, há 15 ou 20 dias, com a Receita Federal, tratando daquela informação com o direcionamento que ela permite, porque entendo que aquela informação do Procurador Luiz Francisco nada mais é do que uma possível linha de investigação.

S. Ex^a fez um cruzamento entre nomes de pessoas que tinham contas no exterior com a listagem de funcionário público, e há nomes iguais – só na mesma lista são oito. É uma mera linha de investigação.

Então, na Receita Federal, tratamos desse assunto para dar continuidade a essa investigação. Evidentemente, que há outras investigações prioritárias em relação a essa, mas será tratada do modo adequado.

Portanto, a informação que nos trouxe nada mais é do que uma linha de investigação. Nada além disso.

O SR. MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Relator, concede-me um aparte à sua fala?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (PL-ES) – Creio que V. Ex^a está correto. Essa sua observação é perfeita, e nada pode rezer mais do que isto: uma possível linha de investigação. Até porque, quando se abrem linhas de investigação, não se condena, porque não se tem capacidade para isso, e não se tem nada sancionado. É uma possível linha de investigação.

Quero parabenizar V. Ex^a pela maneira como apresentou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A segunda questão é que o Procurador Luiz Francisco deve conhecer bem a organização da sua instituição e, evidentemente, esse informe que nos dá sobre essa pessoa, Sr. Beny Parnes, a quem vou me referir em seguida, poderia já ter sido objeto de investigação pela Polícia Federal e pelo próprio Ministério Público. Não entendo porque a resposta está colocada dessa maneira. Até mais: O Procurador Luiz Francisco nos disse aqui que era responsável pela averiguação de funcionários públicos que tivessem praticado qualquer irregularidade nesse caso.

A terceira coisa é que – já havia informado ao Sr. Presidente e comuniquei aqui – o Sr. Beny Parnes, na semana passada, procurou-me, trazendo uma série de documentos que a assessoria desta Casa está analisando, para poder chegar a alguma conclusão com relação à sua posição. Ele trouxe declarações de Imposto de Renda, trouxe registros do Banco Central, e estamos analisando, já desde a semana passada, para chegarmos à conclusão com relação à sua movimentação oficial, ou não.

E também havia conversado com alguns membros desta CPI, inclusive...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Relator, só para colaborar. O esquisito aqui – não conheço nem o Sr. Beny Parnes, é a primeira vez que estou vendo esse nome – é que as denúncias de evasão de divisa foram feitas com relação a ele e a mais dois diretores: um do Banco Central e outro do Banco do Brasil.

Quero crer que todos estejam cobertos de razões. Agora, o estranho é que, não sei por que motivo, é preciso que seja avaliado, o Sr. Procurador restringe-se apenas ao Sr. Beny Parnes. E por que não aos outros?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais que isso, Senador Heráclito Fortes. Estamos dando o mesmo tratamento para todos aqueles que foram indicados. O Sr. Beny Parnes já apareceu na imprensa recentemente. Tomou a iniciativa, procurou-me. Eu o atendi. Recebi os papéis, e estamos analisando essa situação.

Eu ia dizendo que comentei com alguns Parlamentares ontem e hoje com o Presidente, porque, no depoimento do Procurador Luiz Francisco, uma das coisas que indaguei é se S. Ex^a havia recebido qualquer comunicação oficial, como Procurador que é, sobre o Sr. Gustavo Franco.

Não sei se V. Ex^{as} se lembram, S. Ex^a respondeu que havia recebido, em 1997 ou 1998, uma comunicação para investigar a participação do Sr. Gustavo Franco nesse episódio da evasão, Banco Central, etc e que, até aquela data que estava aqui depondo, não havia tomado nenhuma iniciativa processual, de iniciar a investigação, de processar.

S. Ex^a, por ele mesmo, disse que, em 45 dias daquela data, traria a ação inicial contra o Sr. Gustavo Franco.

Comentei com o Senador hoje e, ontem, com alguns Parlamentares que eu ia mandar um ofício – estou propondo que façamos isso agora, Senador. Já se passaram quase 90 dias – indagando se o Procurador Luiz Francisco tomou alguma iniciativa sobre o caso do Sr. Gustavo Franco.

Proponho a V. Ex^a que também acate a indicação que faço neste momento.

Por último, fixarei o calendário das Comissões para que a opinião pública tome conhecimento das atas oficiais de cada uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pode anunciar o calendário das Comissões.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – (Fora do microfone) que apenas o documento do Dr. Luiz Francisco me chegou às mãos. Além de desviar-se do assunto, S. Ex^a ainda dá uma lição de moral à CPI, Sr. Presidente:

“O que acho importantíssimo é que esta CPI não adote mais o sobrestamento dos requerimentos e que convoque os suspeitos, e não quem procura auxiliar os trabalhos da investigação.”

Além de fugir da responsabilidade da intimação, Sr. Presidente, ainda vem dar lição de moral ao procedimento que todos nós consideramos correto, adotado por esta CPI. Quero que isso fique bem registrado.

Creio que não temos por que permitir que esta CPI seja desmoralizada dessa maneira. São 400 nomes. Até concordo com o Senador Magno Malta, que falou da questão da linha de investigação. Pois cabe ao Procurador dizer que os 400 nomes dele se tratam de uma linha de investigação, não dizer que se trata de uma linha de investigação na Comissão em uma sessão secreta e, para um jornal, dizer que são 400 nomes, que a CPI não apura, que o corpo direcional da CPI não toma providência, como se estivéssemos colocando alguma podridão deste País por baixo do tapete.

Isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, não podemos, de maneira alguma, aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Peço ao Relator, Deputado José Mentor, que informe à Comissão a data das reuniões e outras informações complementares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou dar as datas e, evidentemente, os locais...

O SR. JOÃO PAULO (PL-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOÃO PAULO (PL-MG) – Sr. Presidente, informo a V. Ex^a, ao Relator e aos nossos Pares que fui indicado, em substituição ao Deputado Bispo Rodrigues, pelo meu Partido, PL, para compor a CPI na condição de membro suplente. Estou me apresentando e me colocando à disposição de V. Ex^a, do Relator e dos demais Pares desta Comissão. Meu nome é João Paulo, sou do PL de Minas Gerais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu gostaria de saber se já existe a comunicação à Comissão. Precisamos da oficialização da Liderança do PL para a Comissão.

O SR. JOÃO PAULO (PL-MG) – Já foi dada entrada, nesta Casa, Sr. Presidente, na Presidência do Senado Federal, no Gabinete do Senador José Sarney e, parece-me, no Gabinete de V. Ex^a também.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está bem.

O SR. JOÃO PAULO (PL-MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, vou informar as datas. Evidentemente, os locais e os detalhes da composição das Comissões serão fornecidos em seguida, tão logo confirmados.

Ficou acertado da seguinte forma:

Santa Catarina, 13 de outubro; São Paulo, dias 16, 17 e 18 de outubro; São José do Rio Preto, dia 20 de outubro; Campinas, dias 23, 24 e 25 de outubro;

Rio de Janeiro, dias 27 e 28 de outubro; Curitiba e Foz do Iguaçu, dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro; e Belo Horizonte, dia 3 de novembro.

Esse é o calendário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Anunciado o calendário, precisamos aprovar três requerimentos. O primeiro requerimento diz respeito ao assunto aqui tratado.

Requerimento. Nos termos do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição Federal e regimentais, requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário, o envio por parte do perito da Polícia Federal, Renato Barbosa, da relação dos mil políticos e servidores mencionados pelo Procurador Luiz Francisco de Souza em ofício a esta CPMI no prazo de 24 horas.

Peço a correção para que o prazo seja de 48 horas, a fim de que seja possível organizar a lista.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento. Nos termos do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 105, de 2001; da Lei nº 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro, ouvido o Plenário, a convocação dos Srs. Egon Schultz e Clóvis João Travassos Tagliaro, ex-gerentes do Banco do Brasil SA, da agência de Foz do Iguaçu, atualmente aposentados e residentes no Estado de Santa Catarina, para prestarem esclarecimentos acerca do objeto desta CPMI perante a subcomissão que irá a Santa Catarina.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento. Nos termos do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 105, de 2001; da Lei nº 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro, ouvido o Plenário, a convocação do Sr. João Maury Hagar Filho, ex-gerente do Banco do Estado de Rondônia – BERON, demitido por justa causa e posteriormente contratado pelo Banco Rural, atualmente residente em Florianópolis, Santa Catarina, para prestar esclarecimentos acerca do objeto desta CPMI à subcomissão que irá a Santa Catarina.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

A Presidência informa também que não há nenhum requerimento sobrestado em relação ao Sr. Beny Parnes. Foi feito o requerimento e, posteriormente, foi retirado pelo próprio autor, Senador Romeu Tuma. S. Exª fez a retirada do requerimento.

A Presidência informa também que o Relator tem adotado o critério do sobrestamento apenas e tão-so-

mente para que seja possível averiguar, cruzando com os dados da Receita Federal, se os valores são declarados, porque, sendo oficialmente encaminhados e sendo declarados, não há porque incluir essas pessoas no rol de suspeitos. É apenas e tão-somente esse o objetivo: proteger a honra dos inocentes e não o de, pela pressa, acabar expondo pessoas inocentes.

Então, informo que tem sido esse o critério adotado pelo Relator, Deputado José Mentor: apenas e tão-somente nesses casos é que S. Exª faz o sobrestamento.

A própria Comissão, por informações do Deputado José Mentor, já recebeu as explicações do Sr. Beny Parnes, que estão sendo analisadas pela equipe técnica da CPMI, e creio que, na semana que vem, esta Comissão poderá deliberar sobre a necessidade, ou não, de apresentar um requerimento de convocação do Sr. Beny Parnes. Isso, inclusive, já foi mencionado aqui pelo Deputado Dr. Hélio. Creio que seja prudente, Dr. Hélio, aguardarmos uma posição da assessoria técnica para que possamos nos manifestar com a sobriedade que tem sido a característica desta CPMI.

Peço à assessoria urgência urgentíssima para analisar a questão solicitada pelo Relator, Deputado José Mentor, com relação ao Sr. Beny Parnes, a fim de que possamos, definitivamente, dizer se S. Sª será, ou não, convocado para uma oitiva nesta CPMI.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, quero somente registrar que esses dois requerimentos vêm se somar a outros dois já anteriormente aprovados para Florianópolis, Santa Catarina: os Procuradores João Marques Brandão Neto e o Celso Antonio Três, que já foram, anteriormente, convidados a depor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, são esses cinco depoimentos que serão tomados em Santa Catarina.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Sr. Presidente, indago ao Relator se, na reunião de ontem do subgrupo que vai a São Paulo no final da próxima semana, foram aprovadas sugestões do Relator e da assessoria com relação a dois nomes que ainda não foram motivo de requerimentos nesta CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Para qual reunião?

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – A de São Paulo, no término da próxima semana.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hoje somente decidimos sobre Florianópolis, porque é segunda-feira. Na terça-feira, vamos apreciar todos os outros.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Está combinado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Concedo a palavra ao Deputado Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP-RJ) – Sr. Presidente, nos dias 27 e 28, estaremos no Rio de Janeiro, na subcomissão. Eu pediria, então, que fosse designado, por esta Presidência, um técnico que pudesse me fornecer informações necessárias para que eu possa me aprofundar na investigação das contas já quebradas, da relação do Banco Central, porque – volto a dizer – tenho vindo aqui e encontrado muita dificuldade em relação ao acesso à documentação, à busca que pretendo fazer para chegarmos ao Rio de Janeiro e promovermos um trabalho destrinchando as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– A Presidência informa a V. Ex^a que pode procurar o técnico Carlos Lessa, da Câmara dos Deputados, que é o coordenador da linha de investigação do Relator, Deputado José Mentor, que fará a V. Ex^a a indicação do técnico que está providenciando os documentos do Rio de Janeiro para essa oitiva.

Então, V. Ex^a poderá procurar o técnico Carlos Lessa, que tomará as providências necessárias para atender à solicitação de V. Ex^a.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP-RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Antes de encerrar a reunião, ressalto que esta CPMI tem absolutamente claro que estamos trabalhando numa linha de investigação que já chegou a muitos lugares.

Quero dar uma informação pública a esta CPMI: a conta da Lespan, que é outra conta grandiosa, os documentos já começaram a chegar aos Procuradores distritais em Nova York. Até o dia 15 de novembro, teremos a possibilidade de ter acesso a mais documentos relevantes e importantes obtidos nos Estados Unidos. Esta CPMI vai precisar voltar a Nova York para colher estes documentos. A prorrogação da Comissão pelo prazo de seis meses é necessária para uma conclusão sóbria e eficiente dos trabalhos.

Queremos deixar absolutamente claro que não pensamos que os adversários desta CPMI sejam os idealistas do Ministério Público; não o são. O Ministério Público tem uma linha para ajudar a investigação,

e queremos atuar nessa investigação de forma que possamos, ao mesmo tempo, apurar tudo e preservar a honra e a imagem das pessoas, conforme, aliás, preceitua a nossa Constituição, promulgada em 1988.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, lembrando a V. Ex^{as} que a Subcomissão já está convocada para a reunião em Santa Catarina, às 11 horas da manhã de segunda-feira. As providências burocráticas com relação a deslocamento já estão tomadas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h15min.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN**

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5

Ata da 34ª Reunião, realizada 13 de outubro de 2003.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas e vinte minutos, no Auditório do décimo andar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sob a Presidência do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Presidente, e com as presenças dos Senadores Ideli Salvatti e Heráclito Fortes, e dos Deputados José Mentor e Edson Andrino, membros, reuniu-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “**COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5**”. O Presidente declarou aberto os trabalhos e informou que a reunião foi convocada para a tomada de depoimento dos Srs: Celso Antônio Três, procurador da república em Tubarão/SC; João Marques Brandão Neto, procurador da república em Blumenau/SC; Egon Schultz, ex-gerente do Banco do Brasil S/A; Clóvis João

Travassos Tagliaro, ex-gerente do Banco do Brasil S/A; e João Maury Harger Filho, ex-gerente do Banco do Estado de Rondônia. Dando início, o Presidente concedeu a palavra ao primeiro depoente Celso Antônio Três. Finda as interpelações parlamentares, a reunião foi suspensa às doze horas e vinte e cinco minutos. Reaberto os trabalhos às quatorze horas e vinte e cinco minutos, foi iniciado o depoimento do Sr. João Marques Brandão Neto. Depois de breve exposição do depoente, o Presidente comunicou que converteria a reunião em caráter reservado. Às dezesseis horas e trinta minutos a reunião foi aberta ao público, para a oitiva dos demais depoentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às dezoito horas e quarenta minutos. E, para registro documental, eu _____, Marcos Figueira de Almeida, Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, atuando na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados “paraísos fiscais”, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa e reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002 por meio das chamadas contas CC-5.

Passamos à Ordem do Dia.

A presente reunião foi convocada para tomar o depoimento dos Srs. Celso Antônio Três, Procurador da República em Tubarão, João Marcos Brandão Neto, Procurador da República em Blumenau, Egon Schultz, ex-Gerente do Banco do Brasil, Clóvis João Travassos Tagliaro, ex-Gerente do Banco do Brasil, João Amauri Arger Filho, ex-Gerente do Banco do Estado de Rondônia.

Antes de iniciar, esclareço aos demais senhores que o tempo concedido para a exposição inicial será de vinte minutos, não podendo haver apartes.

Vamos passar, primeiro, aos convidados.

Convido o Dr. Celso Antônio Três, Procurador da República em Tubarão. S. Sª dispõe de vinte minutos.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Cumprimento os ilustres parlamentares, Senadores e Deputados e demais presentes. Procuraremos objetivar o trabalho. Inicialmente, eu havia já encaminhado um dossiê ao Presidente da Comissão, para ser colocado à disposição dos demais parlamentares, bem assim da Senado-

ra Ideli Salvatti, por ser do Estado de Santa Catarina. Basicamente aquilo a que me referir aqui está no dossiê, está exposto, documentado, está bem provado ali. Pediria apenas uma distribuição somente para acompanhamento, aqui não tem nenhuma novidade. É um croqui do jornal **Zero Hora**. Vários órgãos da imprensa nacional trataram disso na época. Este croqui é muito próprio, porque explicita com rara felicidade e clareza o **modus operandi**, como foi feito, o tipo da lavagem, como era feita. Portanto, é bem elucidativo.

Primeiro, destaco o papel importante da CPI. Ao contrário do que se diz comumente, toda CPI tem algum resultado, ou melhora legislativa. A CPI tem o poder de desengavetar processos. Portanto, não tem que se ter temor de CPI. O Brasil é o lugar no mundo, certamente, onde CPI tem mais resultado. Tanto assim que já tiraram um Presidente da República. E o caso de que vamos tratar agora é exemplar no sentido do efeito benéfico que trazem as CPIs.

Primeiro, quem descobriu a lavagem de dinheiro, na verdade, diretamente, foi uma CPI – a CPI dos Precatórios e a CPI do Sistema Financeiro. Se não fosse a CPI dos Precatórios, isso estava até hoje nas gavetas do Banco Central, não tinha saído de lá. Esta CPI da evasão de divisas, do Banestado, enfim – CPMI, mas fica conhecida como CPI, mais identificável pela população –, teve o poder de desengavetar a persecução no âmbito judiciário. Quando se renunciou a CPI, já se tratou de fazer força-tarefa no âmbito do Ministério Público Federal, etc. E podem ter certeza os senhores de que a CPI teve um papel decisivo. Antes de ela ser instalada já tinha efeitos – e está falando aqui alguém que pertence ao Ministério Público.

Basicamente, o que temos aqui? Temos dois grandes escândalos. Um, que é a lavagem de dinheiro, valores estratosféricos. E segundo, é a morosidade na apuração disso. E essa morosidade, eu já digo, é responsabilidade do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. Curto e grosso. Esses dois órgãos são os responsáveis. Aqui o Judiciário não tem responsabilidade, porque para tocar adiante o processo, precisa de uma denúncia. É necessário que o Ministério Público faça uma denúncia, baseado em uma investigação da Polícia, e isso nós não tínhamos. Nós passamos a ter agora, quando se renunciou a CPI, inúmeras denúncias, que começaram a aparecer, afora as que eu tinha feito em Cascavel, mas quê, diante do montante necessário, eram insuficientes.

Então, vou fazer um histórico. Fiz esse relatório, mesmo esse exemplar do dossiê, a pedido do Deputado, vai ficar aqui na CPI. Os senhores poderão ter acesso a todas as observações que vou fazer aqui sinteticamente até em função do valor.

Atuei em Cascavel. Eu estava em Cascavel na época, trabalhei de 1997 até janeiro de 2000, dezembro de 1999, e obtive lá quebra, a síntese do trabalho, de todas as CC-5 do Brasil, ou seja, essas contas remetidas para o exterior, como os senhores sabem. O período era de 1992 até 1998. Isso “dolarizamos”, transformamos para real, estávamos na época da paridade. Claro que pegamos 1992 uma outra moeda, então tinha que se fazer a conversão. Sob o ponto de vista matemático, a conversão era correta, só que economicamente não, porque, se você mandar converter em dólar hoje, é diferente de se converter o mesmo valor amanhã, por causa da desvalorização cambial. Então, em números redondos, isso dava 124 bilhões, pode colocar real ou dólar. Cento e vinte e quatro bilhões, em números redondos. Isso tem o legal e o ilícito. Não é que tudo seja dinheiro sujo, porque mandar dinheiro para fora do País é legal, não há problema. A questão é ter o registro do Banco Central. Então, era o legal e o ilegal, que davam 124 bilhões. Tivemos vários incidentes nesse trabalho, pessoalmente fui objeto de dois atentados, no mínimo, tivemos tiros de doze no carro, tivemos carta-bomba, que a Polícia Federal interceptou, e um dos Deputados – parece-me que não há relação com isso, mas de qualquer forma coincidência ou não –, ele era da Subcomissão Estadual do Narcotráfico na época, foi assassinado no centro de Cascavel. Isso para mostrar que as ameaças não eram apenas ameaças, a possibilidade de elas se concretizarem eram bem objetivas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o Deputado?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Tiago do Amorim Novaes, que foi assassinado.

Na CPI do Narcotráfico, que recebeu esse relatório a pedido do hoje Senador, que foi Presidente da CPI do Narcotráfico, também várias testemunhas do Estado do Paraná foram assassinadas, as que se propuseram a depor naquela CPI.

Então, basicamente tínhamos o quê? Primeiro, a CPI dos Precatórios, aqueles títulos que foram emitidos para pagar dívidas judiciais do Município de São Paulo, Estado de Pernambuco, Estado de Santa Catarina, extremamente envolvido nisso, e que foi objeto de corrupção. Não se pagou dívida judicial nenhuma, etc.

A CPI, teve lá o Roberto Requião, como Relator, o Romeu Tuma e outros Senadores. seguiu esse dinheiro – uso essa imagem –, ela seguiu o dinheiro sujo por um córrego de dinheiro sujo e desaguou num oceano de lavagem de dinheiro, que era Foz de Iguaçu. Chegou lá em Foz, foi quebrando. Chegou lá e disse: puxa, mas de onde vem todo esse dinheiro nessas famosas CC-5? Ah, não, esse dinheiro... Pois é, de onde

vem? Boa pergunta. E aí a primeira questão objetiva, para demonstrar categoricamente o comprometimento do Banco Central nisso, e não é possível se fazer uma grande delinquência sem que os órgãos públicos sejam no mínimo coniventes. Não é possível, porque isso não é uma pulga, é um elefante, e nenhum elefante passa despercebidamente por ninguém. Portanto, muitas vezes também não adianta ficarmos culpando a nossa legislação. A nossa legislação não é tão ruim, ela pode ser aperfeiçoada. Mas a legislação é boa. O problema é a seriedade de quem tem que levar à frente essa legislação.

Então, para se ter uma idéia, tenho aqui uma planilha das informações que o Banco Central tinha diariamente. Diariamente o Banco Central tinha esse tipo de informação. São 12 informações. Aqui, glosei o nome do remetente, por causa do sigilo e tal, mas os senhores vão ter acesso. Então, são 12 informações. Cada remetente para o exterior tem instantaneamente, **on line**, no mesmo dia, porque é tudo informatizado, tem 12 informações: a praça, a data, a praça do remetente, o banco que está remetendo, quem está remetendo, para onde está remetendo, quem recebe no exterior. Tenho um exemplo aqui categórico – que depois, quando fizermos uma discussão, com todo prazer, atuei nesse caso porque trabalhava lá no Rio Grande do Sul, em Caxias do Sul –, que é o caso de empresa de caixa 2. Isso aqui é caixa dois, é um valor alto, em torno de US\$17 milhões, o total que remeteram, não de uma vez, porque isso é uma soma.

Então, observem o seguinte. Sabem quem recebeu? Primeiro, o país para onde foi: Ilhas Caimã, que é paraíso fiscal, todo mundo sabe. Segundo, sabem quem é que recebeu lá fora? Cindam, Interprise. Lembra-se disso? Marka, Fonte-Cindam, o escândalo do Cacciola e assim por diante? Só para lembrar, nessa brincadeira do Marka e Fonte-Cindam, o Erário colocou R\$1,5 bilhão – R\$1,5 bilhões! Lembro-me de que, na época, fiz uma comparação: o Rio Grande do Sul tem dez milhões de habitantes e recebeu da União, durante um ano inteiro, R\$500 milhões, do Orçamento da União. Então, eram três Estados como o Rio Grande do Sul durante três anos, o que foi nessa brincadeira aqui.

Ora, se há esse registro, que é diário, é feito o registro no Banco Central, não precisa investigar isso aqui. Vê-se que, lá fora, as ilhas Caimã receberam e o Cindam e Interprise, vê-se que é rolo, isso qualquer idiota vê, e não tem idiota trabalhando nos órgãos governamentais de controles. Sejam bem objetivos.

Então, se chegou lá em Foz, como se explicou, aí os Senadores cobraram do Banco do Central, que, na época, deu aquela explicação, que tem alguma ló-

gica: precisamos da CC-5 em Foz, porque senão vai pressionar o dólar, os sacoleiros vão passar a ponte, vão querer comprar do outro lado. E, se o pessoal não aceitar a nossa moeda, eles vão ter que usar dólar, e usando dólar pressiona-se o câmbio paralelo. Existiam outras formas de se repatriar esse dinheiro, por meio do Banco do Brasil, etc, mas, enfim, era uma explicação.

Só que, obviamente, nem que se colocasse toda a população da China fazendo contrabando ocorreria aquilo que acontecia diariamente, que era em torno de R\$50 milhões. Havia dias em que eram R\$100 milhões, só num dia. Qualquer pessoa que faça um cálculo, por mais contrabando que exista, é necessário superestimar o contrabando. Chega-se à conclusão de que aquele número é absurdo. Essas contas ficavam rodando meses, o laranja, que é depositante na conta CC-5.

E depois – por isso, digo que é bom haver CPI –, do Collor e tal, enrijeceu-se muito o controle do sistema financeiro, tanto que, naquela época, se falava em contas fantasmas; hoje, se fala em laranja, porque ficou difícil no banco se abrir uma conta fantasma, até porque o banco é responsabilizado e tal. Então, precisa-se do laranja. Ah, o laranja não sabe de nada. Sim, mas já é uma pessoa, já é alguma coisa, já é alguém. Então, o que acontecia? Havia aquelas vendedoras ambulantes mandando R\$30 milhões, R\$40 milhões. E para o Banco Central saber disso, que a pessoa é vendedora ambulante, com essas informações aqui. Digo que, se pegar qualquer menino que mexe com computador, e não precisa ser um ás da informática, ele faz um programinha e coloca lá: já que recebo essas informações diariamente, coloca assim R\$500 mil, pessoa física, e R\$5 milhões, pessoa jurídica, vamos supor por ano, é um exemplo.

Ora, quantas pessoas físicas e jurídicas no Brasil têm este valor – pessoas físicas, R\$500 mil – e, mais do que ter esse valor licitamente, quer mandar esse dinheiro para o exterior, é fracionário. Aí coloca lá, somou R\$500 mil, o computador apita, vamos ver quem é esse fulano, vamos ver quem é esse cara que está mandando US\$500 mil para fora. Pergunta para o banco, é tudo **on-line**, o sistema informatizado brasileiro é o melhor do mundo, do sistema financeiro. Pergunta: quem é o Sr. Celso Três, procurador, está mandando para o exterior. Quem é o Sr. Celso Três? Ele tem dinheiro para isso, para remeter esse dinheiro para o exterior? Aí viria lá: fulana, vendedora ambulante está mandando R\$30 milhões para o exterior. Simples! Quer dizer, é elefântico isso aí.

Aí a CPI chega, começa a mexer nisso; o Banco Central começa a representar, o Ministério Público, e

aí abriram a gaveta. Viram absurdo o que começou a vir. Começo a receber essas representações e não fechava nada, era um **show** de desinformação. O Banco Central uma hora informava uma coisa, outra hora informava outra. E mais, quando as representações chegavam ao Ministério Público, sempre vinham depois que o dinheiro tinha ido todo para o exterior, porque, se vem a notícia e as contas ficavam operando meses – é a conta que abastece a CC-5, no croqui aparece, a conta do laranja que abastece a CC-5 – porque, por exemplo, a conta CC-5 propriamente dita é da instituição paraguaia, só que ela era abastecida por várias contas de laranja, fora os caminhões – aquela história dos caminhões, dinheiro em espécie. O caminhão dava uma volta na quadra, sacava no próprio Banco do Brasil – isso o delegado Castilho já relatou para V. Ex^{as} quando esteve lá. Fora isso, porque ainda no caminhão nos deixava mal na investigação, porque se perde o vínculo. A conta do “laranja” é boa, de certa forma, porque permite o rastreamento.

Essas contas só vinham depois de esgotadas, algumas ficaram por um ano. Eu tinha uma lista aqui das de Cascavel, de 400 milhões, das quais fiz um levantamento, V. Ex^{as} verão que coloco ali o período que mediou, o período em que a conta operou. Há conta que operou quase um ano. Se veio ao Ministério Público, entro em juízo e peço para seqüestrar a conta, para bloquear o dinheiro. Se bloquear o dinheiro, pode demorar o processo mesmo, porque eles começam a se matar, um terá que entregar o outro, um terá que dar conta do dinheiro. Aí, a investigação se torna eficiente. Não, só vinha depois que foi para o exterior. Depois que foi para o exterior, o leite está derramado, tem-se que quebrar o sigilo da conta do “laranja”, tem-se que fazer um retrospecto, porque não adianta processar o “laranja”, o que é muito simples, é muito fácil, seria, aliás, bastante simplório fazer isso.

Então, mostrei para a Justiça essa série de incongruências, que uma hora o Banco Central dizia uma coisa e outra hora outra, fui com o primeiro pedido de quebra. A única forma de sabermos o legal e o ilegal, já que quem tem que controlar o que é ilegal é o Banco Central e ele não faz isso e era fácil de demonstrar, entre outros os argumentos que expus aqui agora, tem que quebrar tudo. Primeiro o pedido da região de Cascavel. Aí o Banco Central diz que não tem no sistema discriminado Cascavel. Eu mostrei nas normas do Banco Central que havia, porque há discriminação por CPF e por CNPJ, com o domicílio. Tanto é mentira que está aqui a informação: o banco, a agência e a praça. Então, o Banco Central tinha a informação e disse que não tinha. Pedi do Estado do Paraná, que disse que não tem do Estado. Já que não tem do Estado, deve

vir do Brasil. A Justiça fundamentadamente assim decidiu e coincidiu com a CPI do Sistema Financeiro que, também, na época, quebrou o sigilo bancário de todas CC-5 do Brasil. A CPI do Sistema Financeiro fez exatamente isso e, na época, depois de muita insistência de quebra de sigilo, o Banco Central mandou para o Senado numa camionete, cheia de documentos, uma trolha de documentos ilegíveis, dos quais jamais se depurará nada dali para se impedir a investigação.

Dei uma examinada na lista, porque eu tinha umas dúvidas. Não era uma lista bem elaborada, ela toda tinha problemas de CNPJ, CPF inexistente, tivemos que fazer uma depuração também. Eu tinha dúvida se era verdadeira, mas como percebi que lá havia personalidades do mundo da mídia, de alto quilate nacional, vi que era verdadeira. Elaboramos essa lista, estive depondo na CPI do Sistema Financeiro e, depois da CPI do Sistema Financeiro, pasmem, o Banco Central veio com outra lista, disse que houve um equívoco na primeira. Coincidentemente, nessa segunda lista, algumas dessas figuras de proa do poder econômico nacional sumiram da lista ou tiveram o valor substancialmente reduzido. Fiz o cotejo do perfil da diferença. Mandamos para cada Senador que compunha aquela Comissão – Senadores Romeu Tuma, Pedro Simon, Eduardo Suplicy e Bello Parga, que era Presidente da Comissão – o rol com tudo identificado, de 1992 a 1998, o valor, a identificação, cruzamento com a Receita Federal, não se o sujeito tinha tributado ou não, o cadastro da Receita Federal. Não eram só questões privadas, havia questões públicas, muitos órgãos públicos remeteram dinheiro para o exterior sem uma explicação aparente do motivo pelo qual estavam fazendo isso. Depuramos toda aquela informação e entregamos para cada Senador.

Vejamos os processos propriamente ditos. Nesses processos se tem R\$400 milhões numa conta, por exemplo, um “laranja” em Foz do Iguaçu tinha R\$400 milhões só numa conta. O desafio é identificar o depositante. Às vezes o depositante da conta do “laranja”, como mostra o croqui, é outro “laranja”. Tem-se que ir olhando. É necessário muito cuidado nessas quebras de sigilo, pois, quando se vê que apareceu o nome de uma pessoa, é preciso verificar. Muitas pessoas tiveram o seu nome usado indevidamente. Uma pessoa ia a uma concessionária, comprava um carro e emitia um cheque.

Em Santa Catarina, tivemos muitos casos de pessoas que compraram imóveis nas praias de empreendedores argentinos. O que o argentino fazia? Ele não declarava o imposto aqui, sonegava e colocava o dinheiro ali, para ir para a Argentina. Chegando lá, a pessoa que comprou ficava sendo o depositante. Per-

guntava-se a ela: “Está lavando dinheiro?” A pessoa dizia: “Não sei de nada, eu comprei um apartamento em Camboriú e não sei como o dinheiro apareceu aí”. Aí é o ônus da pessoa, pois tem um elemento acusatório para se dar uma justificativa. Ela tem de mostrar que comprou o apartamento ou o inverso, pois não se lava dinheiro limpo. Dessa obviedade, tira-se o contrário disso. Se você demonstrar a origem do dinheiro, a sua versão é verdadeira. Muitos disseram que compraram dólar, por exemplo, não tinham mais documento de que compraram dólar e o doleiro colocou ali, mas a origem do dinheiro deles estava mostrada. Se a pessoa mostrava a origem do seu dinheiro e ela podia enviar dinheiro para o exterior licitamente, não tinha por que fazer lavagem. Então, a versão da pessoa é verdadeira e tem de ser acatada.

Houve vários casos. Um deles, por exemplo, envolveu a própria esposa do Governador Roberto Requião – até a Revista **Veja** fez uma reportagem maldosa a respeito do assunto. A esposa do Governador Roberto Requião comprou dólar e a pessoa colocou ali. Só que ela mostrou a origem do dinheiro e o dinheiro era legal, não tinha ilicitude alguma. Portanto, é necessário ouvir as pessoas e investigar. É uma investigação gigantesca? Sim, mas é possível fazer, porque tínhamos uma trilha. Vai se quebrando sigilos, ouvindo as pessoas etc.

Em relação à questão do exterior que V. Ex^{as} hoje estão fazendo, só por isso a CPI já se justifica. Ter ido a Nova York buscar documentos já é suficiente. Por que não vislumbrávamos ir para o exterior? Por várias razões. Em primeiro lugar, com o Banestado fortemente implicado nisso, a administração superior do Governo está comprometida. Como disse, não se faz uma lavagem elefântica sem que haja comprometimento dos órgãos superiores, pelo menos pela convivência. Então, eu não via perspectiva, antes do Governo do Estado do Paraná na época, de que algo pudesse ir adiante. Para buscar elementos no exterior, não adianta, pois o Ministério Público e a Polícia precisam do Governo, seja Governo estadual, seja Governo Federal. Não há outro jeito, a não ser quando entra uma CPI. Há coisas que somente uma CPI consegue investigar. De direito, o Ministério Público e a Polícia podem investigar, mas, de fato, somente a CPI. Quem representa o Brasil no exterior é o Governo, é o Poder Executivo. Não adianta. Para o Ministério Público conseguir, independentemente da vontade do Poder Executivo, alguma prova no exterior, é um trabalho difícil. Entretanto, concentrando-se no País, era possível, sim, fazer uma investigação. Aí se perdeu a investigação por uma série de fatores.

É importante dizer que, na época, era o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Muitas ve-

zes, há essa impressão conspiratória de que sempre existe a intromissão do Governo para não se investigar. E não é assim. Muitas vezes, a impunidade é produto de uma série de fatores somados. Às vezes, distinguir um do outro é muito difícil: corrupção, negligência, incompetência, intromissão política. Neste caso, em síntese, não foi adiante a investigação por incompetência. Foi incompetência mesmo. A ordem do Governo Federal à Polícia Federal era para investigar. Não havia óbice algum à investigação. Era para investigar. No final, depois, no ano passado, com a história do Castilho, aí, sim, porque ele chegou ao ponto crucial. Houve intromissão superior para afastá-lo, dizendo que ele não trabalhava e tal, o que foi absolutamente ridículo. Mas, no correr da investigação, não se parou por obra do Governo, mas por incompetência dos órgãos de investigação.

Então, o que se fez basicamente? A Polícia Federal disse o seguinte: “Vamos afetar toda essa investigação” Ela é gigantesca, pois, quebrando-se, por exemplo, o sigilo de uma conta de 400 milhões, tem-se um caminhão de documentos. Se se pegar todas as contas – por isso, o croqui é importante -, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Porã, no Mato Grosso, na fronteira, que eram os principais centros, quebram-se todos os sigilos. É aquela guerra de documentos bancários. O banco, às vezes, diz que não tem documentos, mas tem. Tudo isso faz parte. Reúnem-se todos os inquiridos. Por que temos que reunir tudo? Porque o sujeito vale-se de mais de um “laranja”. O cara que empresaria a lavagem, o doleiro, tem vários “laranjas”. Ele diz lá para um empresário em São Paulo: “Você é o caixa dois e deposita no “laranja” Celso 3, no “laranja” Brandão etc.” É assim.

Então, é preciso unir, fazer esse cruzamento. Tenho um exemplo de uma pessoa lá no Pará, que está no relatório, o Sr. Aldecir Nardim. O original é colorido. Essa é uma cópia preto-e-branco. Eu denunciei ele lá. É um exemplo. V. S^{as} observem o seguinte: quantos lançamentos peguei só nas contas de Cascavel. O valor total é de R\$ 6 milhões. Mas há valores individuais que não são tão expressivos. Há valores de R\$30 mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São reais?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Na época existia a paridade. Pode-se falar de um ou do outro. Como foi em 1986, existia a paridade. Foi antes da desvalorização. O que era esse sujeito? O nome é Tradicional Comércio de Pedras Preciosas. É batata que se trata de contrabando de pedras preciosas. Aplica-se aquela velha máxima de que o Uruguai é um dos maiores exportadores de ouro do mundo, sem produzir um grama de ouro. Juntam-se as coisas e pega-se o sujeito. “Fui traído, houve um depósito e usaram o meio

nome.” A pessoa se perde. Um caso está bem, mas dez depósitos em uma conta “laranja”! Como aconteceu? Pega-se o sujeito.

O desafio é identificar o depositante.

A Polícia passou para o Departamento de Inquiridos Especiais, o Delecoi, lá em Brasília. À época dizia-se que, com o episódio PC Farias, acumularam experiências. Não havia muito mistério. Esse croqui do **Zero Hora** é de 1998. Todos os órgãos da imprensa publicaram. Na época, já se sabia o **modus operandi**. É básico em investigação que, se sabemos o **modus operandi**, sabemos como tem que se investigar para obtenção de provas. É isso, é quebrar o sigilo. Dá para fazer, não é nada de extraordinário. Tanto é que todo esse processamento para os Parlamentares, o relatório que está ainda no Senado, foi feito em Cascavel com um estrutura de minuta. O motorista era o “micreiro”, não havia nem técnico em informática. Dá para fazer. Não é preciso um doutor em Harvard para fazê-lo. É só querer fazer.

O SR. EDSON ANDRINO (PMDB – SC) – Há alguém que já foi condenado?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Denunciamos, na época, mais de quarenta. Houve vários que foram condenados, mas os que denunciei inicialmente é pouca gente. Foi ao Delecoi e não andou. Ficou lá mais de um ano e meio, quase dois. Foi feito um levantamento exaustivo para saber quem deposita em CC-5. Isso é inútil, porque lá só depositam os “laranjas”. Não é preciso nem fazer investigação para saber disso. O que estou dizendo agora eu já disse em 1999, tenho cópia das peças processuais que fiz dos inquiridos. Denunciei o que hoje se consumou: que a investigação não ia andar. E pedi providências judiciais.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quando V. Ex^a disse Delecoi fala em Foz do Iguaçu?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Não. É um órgão da Polícia Federal. É a Delegacia de Repressão ao Crime Organizado e Inquiridos Especiais, de âmbito nacional. Tinham uma **longa manus** que foi colocada em Foz do Iguaçu. Foi incompetência do Aquino. O Diretor na época era o Delegado Ney Cunha. Em 1999 – e tenho cópia das peças processuais –, eu disse que não estava andando e que era fácil andar. Requisitei providências. No final de 2000 saí de Cascavel. Pedi para sair em função de um contexto, pois os processos não andavam e também porque havia um desgaste natural pelo enfrentamento diário desse tipo de investigação e de outros que corriam por lá.

Era perfeitamente possível investigar. O que começou a acontecer? A Polícia Federal fez daquilo uma central de diárias. Ela pegava a unidade que tratava dos inquiridos em Foz do Iguaçu....conheci vários delega-

dos que foram para lá, ficam lá, trabalham três meses, aí trocam. Isso não existe. Não há seqüência. É óbvio. Se você não pegar o touro pela guampa, como se diz no Sul, nada vai sair. Já há dificuldades estruturais.

O que começou a acontecer no Ministério Público? Uma rotatividade de Procuradores. O Procurador vem e faz concurso. Nada contra a honorabilidade, mas ocorre que isso também não tem seqüência. E a grande crítica que faço quando se discute reforma do Judiciário e, por extensão, do Ministério Público é que não tivemos corregedoria. No Ministério Público, não tivemos corregedoria! A Corregedoria do Ministério Público hoje, com o Procurador-Geral que está aí, mudou e tem uma ótica diferente.

Mas por que digo isso? Porque a Corregedoria do Ministério Público simplesmente sempre fez o quê, historicamente? Fica lá esperando representação contra procurador. Quem representa contra procurador? Quem é processado, óbvio. Quem não é processado, quem é beneficiado pela gaveta não representa contra o Ministério Público. À época, o Armínio Fraga representou contra mim, por causa disso. É claro que foi arquivado, não havia fundamento, mas cito o exemplo para se entender o ridículo da situação.

Agora, quando o processo não anda, e o sujeito é beneficiado pela gaveta, esse não vai representar nunca. A Corregedoria nunca se inteirou disso aí. A responsabilidade é do Procurador-Geral anterior também, o Dr. Brindeiro. Mas tinha que ser feito isso aí. Se tenho independência funcional para denunciar ou não, tudo bem! Isso faz parte do sistema judiciário, e é importante que assim seja. Agora, não posso ficar sentado em cima de um inquérito lá em Tubarão. Há pessoas que ficaram lotadas nesse período de 1997 até hoje, e, se você perguntar sobre a lista dos que ele denunciou, não aparece lista, porque não foram denunciados. Por seis anos!!! Julgo difícil acreditar que seja só incompetência. Não tenho provas, mas creio que seja difícil.

Então, não andou. Saí de lá nesse período, quando fiz essa manifestação. Mesmo assim, tinha denunciado mais de 40 pessoas. Obtivemos seqüestro de bens. Depois, houve pessoas que se candidataram e ganharam imunidade - na época, o parlamentar é que suspendia o processo, diferentemente do que é hoje. O PSDB lá suspendeu o processo. Enfim, as pessoas, peio menos as que eram possíveis, foram denunciadas. Mas, dessas que foram denunciadas por mim, que eram em torno de 50, não havia nenhum laranja, porque laranja tem que ser processado à parte. É muito fácil denunciar o laranja. Mesmo assim, o resultado era pífio. Foi estimado que, no mínimo, mil pessoas têm que ser denunciadas. Mil pessoas, no mínimo!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Dr. Celso, por favor.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sim, Senador!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor poderia esclarecer, por favor, sua afirmação de que alguém do PSDB ganhou imunidade? Não sei se é aberto ou se depõe fechado, mas o senhor poderia esclarecer mais sobre isso?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Perfeito, Senador!

A respeito dessa questão, a política é muito delicada. O político, obviamente, vive da sua imagem, e uma acusação lançada ao vento depois não se restabelece mais.

Nesse caso - vejam V. Ex^{as} como são as coisas -, eu não teria nenhum constrangimento em dizer o nome dele. O Sr. Antonio Barater era dono, juntamente com seu irmão, de uma casa de câmbio em Cascavel. O gerente da casa de câmbio era o procurador que administrava as contas dos laranjas. A quebra do sigilo bancário das contas pessoais dos donos das casas de câmbio demonstrou que havia dinheiro delas que entrecruzava com o dinheiro da conta dos laranjas. Enfim, havia todo o vínculo ali da lavagem.

Denunciei, pedi o seqüestro de bens, e a Justiça deu. Obviamente, houve uma reação na época, dizendo que era perseguição, que o procurador queria aparecer, etc. Aí, segue a vida. Houve a suspensão do processo pela imunidade parlamentar, porque ele foi eleito como suplente e assumiu.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Assumiu como Deputado Estadual?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Exatamente. Aí, o que acontece? Vem a CPI do Narcotráfico. Ela fez um trabalho belíssimo, só que, quando a CPI pediu o relatório da CC-5 - o Senador pediu -, eu o remeti. Pedi o rol dos processados e mandei também, claro! E aparecia lá o Sr. Antonio Barater como processado. Aí, alguém lá em Brasília leu: "Deputado processado. O sujeito está envolvido com o narcotráfico!" Veio como uma avalanche para o Paraná. E iam caçá-lo na Assembléia Legislativa. Havia até uns correligionários do PSDB que abandonaram o barco. Mas eu disse: "Parem aí, só um pouquinho: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. O sujeito está sendo processado por lavagem" - e, à época, não havia a Lei da Lavagem de Dinheiro, que é de 1998. Então, o sujeito era processado por evasão de divisas e sonegação fiscal. É óbvio que não se lava dinheiro limpo. Se estou dizendo que é lavagem, é porque o dinheiro tem alguma origem. Só que há um detalhe: uma coisa

é o sujeito estar envolvido com o narcotráfico, outra coisa é operar isso.

Aí, fiz uma nota - na ocasião, eu poderia ter ficado quieto e ver o sujeito queimar em praça pública. Fiz uma nota, passei para a imprensa e disse: “Olha, o sujeito está sendo acusado disso. Não há nada no processo, nada, que determine que esse cidadão tenha alguma coisa envolvida com o narcotráfico”. Aí ele acabou não sendo cassado.

Só para mostrar que o comprometimento de quem opera com a justiça tem que ser este: os fatos objetivos e demonstrados. Saber desconfiar, a gente sabe; desconfia de muita coisa. Agora, deve-se demonstrar objetivamente as coisas.

Creio que essa relação é importante e deve ser mantida.

Na época – só um adendo –, quando estive na CPI do sistema financeiro, sugeri – e o Senador Pedro Simon acolheu, depois foi transformado em lei, na Lei nº 10.001, que eu falava desse problema da gaveta já na época, já antevia até o que ia acontecer – que o Ministério Público prestasse contas ao Parlamento de matéria recebida em CPI. Essa é uma lei muito importante, e creio que o Parlamento, sugeri, que cobre do Ministério Público explicações, com base nesta lei, sobre a tramitação dos processos. E os Poderes têm que se controlar receptivamente. Acho que é isso mesmo. Se recebi lá, tenho que dar uma explicação. Pedi o arquivamento, a Polícia não achou o sujeito; eu não posso é rodar, rodar, rodar e não sair do lugar. Deve-se dar uma explicação.

Portanto, isso que foi acolhido é extremamente salutar.

Muitas vezes, no judiciário, no Ministério Público, se manifestaram dizendo que isso agredia a independência. Não agride nada. O fato de o sujeito dar explicação do trabalho não agride autonomia nenhuma. Não tem problema nenhum, porque o Ministério Público, para fazer as coisas, tem que fazê-las fundamentadamente e, para não fazer, tem que fundamentar também, assim como o judiciário.

Bem, há a questão das planilhas, a questão da polícia, a lavagem, etc.

Houve, dentro do Ministério Público, vários episódios, mas vou contar um só, a questão de Foz do Iguaçu, que me deixou profundamente irritado, como Procurador e como cidadão. Eu me desgastei muito com isso, eu e outros colegas, para ver a coisa naufragar. Como eu disse, o sujeito pode até se salvar por ter bom advogado, mas, pelo amor de Deus, pelo menos, ter processado.

Na década de 80, no Brasil, tivemos o escândalo da mandioca, no Norte e no Nordeste, e tivemos, no

Sul, o caso do “boi voador”. O que eram? Os financiamentos públicos, que eram desviados da agricultura para fins particulares. Inclusive, um colega nosso foi assassinado em Pernambuco.

Tudo aquilo prescreveu. Tudo. Entre Ministério Público e a Polícia Federal, prescreveu tudo, não houve nem um processinho contra o sujeito. Então, esse filme é meio antigo, para ficarmos repetindo.

Como eu disse, vários fatos ocorreram. Vou relatar um fato apenas. Em relação a essa rotatividade de procuradores que começou a haver em Cascavel e Foz do Iguaçu, as pessoas ficam preocupadas em fazer andar as coisas. Mas, obviamente, o sujeito está entrando na instituição e é largado em um rabo de foguete, sem apoio da corregedoria, etc.

É óbvio que isso é o maior caso judiciário brasileiro. Não há nada parecido com isso. Nada. Estou falando em 124 bilhões. Não há nada parecido com isso. Nada. É óbvio! Tinha que ter havido uma força-tarefa do início. A cúpula do Ministério Público deveria se preocupar com esse negócio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vinte e quatro milhões?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Cento e vinte e quatro milhões em todo o Brasil.

Quando foi quebrado em todo o Brasil a CC-5, o que eu fiz – está relatado aqui também? Pedimos a redistribuição por todo o território nacional de acordo com o domicílio dos remetentes. Vou explicar por quê. Porque esses 124 bilhões é o legal e o ilegal. Então, não era só a fronteira; era todo o Brasil, São Paulo, capital; Minas, e assim por diante. Então, o que eu fiz? Bom, o único critério nacional que temos é o domicílio fiscal. E, a princípio, mandar dinheiro para o exterior não é ilegal. Pode mandar.

Então, qual é o primeiro exame que se tem que fazer? Se foi tributado ou não. Isso que as leis já dizem, que o Banco Central deveria remeter à Receita e não remete.

Fizemos 82 dossiês, tudo com ordem da Justiça Federal. Por que 82? porque eu peguei, por exemplo, a Justiça Federal de Florianópolis. Ela tem tantos Municípios aqui, ao redor. As pessoas domiciliadas para cá vieram para cá. Aonde há Justiça Federal no interior, por exemplo, em Santa Catarina? Joinville. Foi para Joinville, Blumenau, foi para Blumenau, para o plantão. Pedi, então, para examinar. Lembro que foram 60 bilhões para serem examinados em São Paulo. Então, isso andou, talvez não como deveria, mas andou bastante: a Receita autou muita gente. De todos os órgãos que atuaram na repressão à lavagem, depois da quebra que eu obtive, o mais eficiente – aliás, em regra geral é o mais eficiente – é a Receita Federal,

que autuou muita gente. Claro que, em muitos casos, como havia passado mais de cinco anos, já não se podia mais autuar muitas pessoas que foram beneficiadas pelo Refis (Programa de Recuperação Fiscal), pelo Paes (Parcelamento Especial), pelo raio que o parta – a cada seis meses sai uma anistia para sonegador – mas, enfim, foram processados. Isso é importante. No âmbito da Receita, a coisa andou. Esse é um dado importante.

Então, era o mais importante caso judiciário. Devia ter sido feita uma força-tarefa. Esse episódio que mencionei, de tanto passar, os Procuradores que estavam em Foz no ano passado – o Robson, o Marcelo, que está em Santa Catarina hoje, o Rodrigo – ligaram preocupados, porque sabiam que eu tinha aberto esse negócio: “Entramos este ano, mas esse troço roda, roda e não sai do lugar. Faz seis anos esse troço. O que poderemos fazer?”

Eu disse assim: “Olha, depois de seis anos terminou o inquérito. Se falta coisa para investigar, terminou, porque dá prescrição, não adianta mais. Já há muita gente com elementos para denunciar o sujeito. Vamos denunciar. Vamos fazer o seguinte: vamos baixar e fazer 500 denúncias, no mínimo. Vamos fazer uma linha de produção e denunciar esse povo”. Claro que o faríamos com critérios; não se tratava de sair denunciando indiscriminadamente, mas já havia muita coisa que podia ser processada, apesar das dificuldades da investigação.

Combinei com eles e eu ia ficar um mês em Foz, pois eu estava em Brasília, trabalhava em Brasília. Eu disse: “Olha, vamos trabalhar de manhã à noite, vamos tocar adiante. Isso é uma vergonha”. E aí – e tenho cópia do ofício aqui – forças internas do Ministério Público Federal se mobilizaram – e nunca vi isso no Ministério Público. Estou precisando de auxílio, peço auxílio em Tubarão e um Procurador se dispõe a ajudar – e tem trabalho; o cara não vai lá de graça – e alguém, um outro, um externo se mete. Nunca vi isto: o sujeito ser contra o andamento do trabalho. Está aqui um ofício do Procurador-Chefe do Paraná, na prática, querendo que não aconteça aquilo; devolvendo para os Procuradores, dizendo que não era para ninguém ajudar. Ou seja, não queriam que ajudassem. Então, como diz o Parlamentar, é óbvio: seria ingênuo achar que não há mais coisa aí atrás.

Encerro. Estendi-me, peço perdão por isso.

Tenho o dossiê. Eu o havia remetido para os Srs. Parlamentares por intermédio do Presidente, para a Senadora Ideli Salvatti porque S. Ex^a é Senadora aqui do Estado. Tenho aqui todos os documentos. E cite-se...

Em termos de legislação, estamos bem razoáveis. Acho que a legislação que existe está bem. O que pre-

cisamos é de seriedade dos órgãos de investigação. Seriedade não se faz por lei; não adianta nada. Darei um exemplo pontual bem simples: o caso do cadastro nacional de contas bancárias. Agora V. Ex^{as} votaram uma lei para obrigar isso. Pombas! Precisava lei para isso? É óbvio que não. O Banco Central tem um milhão de normativos sobre coisas muito mais graves, fortes. Por exemplo, esse cadastro da CC-5 não é por lei. Onde vem CC-5? É a Carta Circular nº 5 do Banco Central, de 1969. Precisou de lei para isso? Não. Fez-se.

O cadastro nacional de contas bancárias, de Procuradores era uma... V. Ex^{as} se depararam com outra CPI e sabem disso: quebrar o sigilo bancário do sujeito é uma coisa da idade da pedra, porque vai uma ordem para Banco Central – em juízo e o Parlamento é a mesma coisa –, o Banco Central manda **on line** para todas as instituições financeiras – e há quase 400, não sei quantas são – para elas informarem se o sujeito tem conta bancária lá ou não. Se a instituição mentir, dolosa ou culposamente – pronto! Passou batido. Não tinha! A norma teve de impor isso. Às vezes conseguíamos via CPMF (Contribuição Provisória de Movimentação Financeira) da Receita. E não é só para investigação de crime. Muitas vezes há essa visão de que é para investigação de crime e os direitos individuais.

Há um grande volume de ativos financeiros no sistema financeiros... “Ah, o pessoal não foi buscar o dinheiro, porque é dinheiro sujo nos bancos”. É mentira! Grande parte desse dinheiro é legal. São famílias cujo pai, mãe ou mantenedor morreu e o sujeito não sabia que ele tinha conta no banco. E como o Juiz vai saber ou conseguir a informação segura de que ele tinha aquele dinheiro lá para fazer a partilha da herança? Não tinha. Agora tem! O Banco Central pode informar.

Também considero importante a questão do celular: “O Parlamento tem que fazer uma lei para obrigar o sujeito a ir lá e identificar o pré-pago.” Mas é óbvio que a Anatel deveria impor isso por ordem normativa. É óbvio que a Anatel tinha que impor o isolamento dos presídios de celular. O Estado vai pagar o isolamento do presídio? A companhia que o faça, os caras ganham uma fortuna – por ato normativo, não é preciso lei. Foi ótimo o que o Parlamento fez.

Concluo dizendo que a lei é importante, é claro, mas mais importante é a seriedade do órgão de fiscalização. É só isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Dr. Celso, V. S^ª falou sobre um episódio do qual todos nós tivemos conhecimento, que foi o crime de Pernambuco, o assassinato do Procurador. Viajava de avião ontem e, por coincidência, o meu vôo tinha origem numa escala em Recife. Li, num jornal, a notícia de que o tal coronel que matou o Procurador foi condenado a 17

anos e estava sendo removido do presídio especial em que estava, salvo engano, para Itamaracá.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Foi condenado a quantos anos?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é. Vi essa notícia ontem e, agora, ouvindo o senhor falar isso, decidi fazer esse esclarecimento.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Claro, por isso digo, Senador, que é fundamental essa cobrança. Deve haver cobrança, por isso a CPI é importante.

V. Ex^{as} podem ter certeza de que esse Procurador-Geral vai fazer andar, mas se não fosse o prenúncio desta CPI, não teriam instituído uma força-tarefa – ouçam o que digo. É importante dizer que as coisas não param.

Há tempos, estava em Cascavel e investiguei obras inacabadas. Era para haver na cidade três Ciacs, mas só havia um. Dois sumiram. Fiz o que foi possível: um relatório e enviei para cada Senador. Nenhuma lei me obrigava a fazê-lo, mas enviei a S. Ex^{as} informando que houve fatos que não conseguimos apurar e outros em que não se chegou a uma conclusão. Isso é básico. Por isso, penso que é importante ter esses mecanismos, porque, assim como V. Ex^{as} são cobrados pela população, é importante que todos sejam cobrados.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Agradeço ao Dr. Celso Três e concedo a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Deputado, peço apenas para dar uma informação sobre um fato que veio à luz agora: a questão do Banco Araucária. O Araucária, como falei do registro, que é diário – refiro-me a esse assunto porque o fato é notório, foi noticiado, não há mais sigilo –, mandou R\$2,3 bilhões para o exterior, de acordo com a lista que eu tinha, que eu somei. Penso até que tinha mais dinheiro, mas foram R\$2,3 bilhões. Vários bancos anões mandaram valores altíssimos para o exterior. Um banco não pode mandar dinheiro para o exterior como se fosse dele. Se opera contas CC-5, deve informar que o dinheiro que está enviando é, por exemplo, do Celso Três, mas não pode assumir a titularidade dele, porque se trata de operação internacional. Era óbvio que o Banco Araucária não tinha ativos.

Na época em que enviei o relatório ao Senado, fiz um cotejo dos bancos e de seus ativos. O Araucária é traço. Peguei consultórias econômicas e credibilidade, por exemplo – a Alce e a Sis –, que, inclusive, as grandes publicações nacionais usam como parâmetros, e o Banco Araucária não tem ativos; é traço. Na prática, só fazia isso. Então, é óbvio que é lavagem, quer dizer, de longe, é elefante isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Celso Três, em primeiro lugar, agradeço a V. S^a a presteza de estar conosco. Se não me falha a memória, lembro que um dos primeiros requerimentos apresentados pelo Senador Pedro Simon sugeria que ouvíssemos V. S^a.

Devo dizer que, pessoalmente, concordo com muito do que disse. Em primeiro lugar, sobre a visão que acabou de expor, que não deixa de revelar uma grande dificuldade, talvez a maior de todas, porque pegar doleiro, pega-se; pegar laranja, pega-se; o problema é o beneficiário. Fazem tudo para esconder o beneficiário. De outra sorte, não precisavam de laranja nem de doleiro. Às vezes, a opinião pública deixa de conhecer e acaba por comprometer outras situações. O papel importante da imprensa é saber mostrar que, pela legislação brasileira – se é bom ou não, é outro problema –, ter recursos no exterior não é ilegal.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Exato. Mandar recurso não é. É preciso apenas registrar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Remeter recursos para o exterior e receber também não é ilegal.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Não, não é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, às vezes, isso fica numa zona cinzenta, em que nomes que têm remessas perfeitamente legais, dentro das normas, acabam pagando um preço, como se bandidos fossem, e não o são.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E também há outra concordância com V. Ex^a. Esta CPI, embora composta por políticos, Senadores e Deputados, tem tido seu comportamento garantido pelo Presidente Antero Paes de Barros e pelo Vice-Presidente Rodrigo Maia, que está presidindo esta reunião. No mesmo sentido, há o esforço de todos nós, para que a investigação seja séria e consistente, porque, quase sempre, o vazamento de uma informação acaba beneficiando o criminoso, que é muito mais ágil do que a investigação.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sim, para destruir provas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ou, às vezes, acaba prejudicando um inocente, algo que devemos evitar a todo o custo.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por isso, entendemos que a investigação deva ser séria e consistente, mesmo que demore um pouco mais. Por outro lado, concordo quando V. Ex^a diz que só o prenúncio da CPI já botou “sebo na canela” de muita gente. Também é verdade.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sentimos efetivamente. No entanto, aproveitando-me dos conheci-

mentos de V. Ex^a, cumprimento-o por ser um dos precursores de toda essa investigação. V. Ex é lembrado na Câmara Federal e no Senado nessa exposição. O Senador Heráclito Fortes está aqui e terá a oportunidade de falar com V. Ex^a. Lembra muito isso. Várias vezes me alertou que o Procurador Celso Três foi um dos precursores, um dos maiores entendidos nesse assunto. Quero cumprimentá-lo também pelo esforço profissional que desempenhou neste caso.

Faço alguns registros que me parecem importantes para absorver um pouco mais do conhecimento que V. Ex^a tem do assunto. V. Ex^a disse que, se é possível mandar recursos para o exterior legalmente – e o é –, basta que se identifique.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se é fácil encontrar pessoas com lastro para fazer remessas para o exterior, por que V. Ex^a. acha que algumas pessoas usam doleiros? Estou colocando dessa maneira, porque quer-me parecer que há também uma situação em que a pessoa tendo lastro prefere não se identificar. Estou ampliando um pouco a afirmação de V. Ex^a, porque penso que só ter lastro não é o bastante.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Às vezes, o lastro resolve um problema e...

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Às vezes, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Às vezes, não. Então, parece-me que há casos em que a investigação deve ser um pouco mais aprofundada, mesmo quando existe o lastro. Inverto a colocação: se é possível mandar legalmente, por que mandou por doleiro?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Exato. Perfeito, são premissas. Quando se trabalha na apuração, isso é feito com base nas premissas.

Primeira premissa: é legal mandar para o exterior o dinheiro ou entrar – o crime é de evasão, não é de invasão de divisas. Muitas vezes, fala-se que alguém trouxe recursos ilegalmente. Entrar não é ilegal. A pessoa pode ter uma disponibilidade e sonegar depois. O crime é a evasão sem registro.

Se alguém se valeu de doleiro, a presunção é de que o dinheiro tenha problemas. A presunção é essa, mas não é uma presunção absoluta. Como expliquei, o nome de uma pessoa pode ter sido usado. Tranquilamente, há um milhão de situações, em que pode aparecer um ativo no nome da pessoa, sem que a pessoa tenha tido a intenção de colocar o dinheiro ali. E, a **contrario sensu**, se ele provar que aquele dinheiro tinha origem ilícita, a credibilidade dele de que não lavou dinheiro é total, porque ele não precisava daquilo;

ele poderia ter mandado via registro. E, às vezes, há problemas de natureza pessoal também.

Obviamente não direi o nome, mas há um exemplo que o Parlamento tem nacionalmente, de que a devassa na vida das pessoas tem de guardar limites. Tivemos um Parlamentar cassado, em tese, por ato de improbidade. Detectaram-se remessas de dinheiro para o exterior e, na verdade, ele tinha um caso amoroso no exterior. Um Parlamentar do Sul. Obviamente, ele não podia vir frente às câmeras de televisão do Brasil e dizer isso. E o sujeito foi cassado. Aliás, uma figura exponencial da política brasileira no passado. Quer dizer, você tem várias razões. Por isso, ao me referir a esse fato ocorrido com um Parlamentar, entendo ser uma questão, na Justiça, para com a qual temos que ter muita objetividade em separar o que é devassa na vida privada e o que é investigação de ilícito. No processo judicial não tem nada a ver a vida íntima do sujeito. Estamos investigando fatos legais, objetivos: se é sonegação ou evasão de divisas, ou lavagem de dinheiro. Ponto. A questão da vida íntima da pessoa não está em jogo, mas se trabalha em cima dessas premissas. Muitas vezes, há uma série de razões e até – diria – desconhecimento, não das grandes figuras que fazem isso no atacado, digamos assim, mas daquela pessoa que fez uma ou duas vezes, eventualmente, até por desconhecimento. Achar que é ilegal mesmo. O doleiro vai lá, conversa com o sujeito, e diz: “Olha, você não pode mandar legalmente e tal, vamos esconder esse dinheiro”. Agora, a maioria do dinheiro que vai, e que é ilícito, foi obtido legalmente. Há muito dinheiro produto de crime. Por exemplo, naquele caso do Norte, Jader Barbalho e companhia, foi parar em foz do Iguaçu. Tinha dinheiro lá. Também esse caso de contrabando de pedras preciosas e uma série de outros. Mas, grande parte desse dinheiro, que é ilícito, é caixa dois. É problema de sonegação. O sujeito obteve legalmente o dinheiro, só não o tributou. Esse é o problema do dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também faria uma nova complementação. Evidentemente que quem internou recursos – a invasão de divisas como o senhor disse – pode ter duas fontes: uma fonte legal, ou seja, ganhou recurso no exterior, fez um trabalho no exterior e o está internando, ou remeteu para o exterior, e legalmente está retornando. Agora, também é verdade que a lavagem do dinheiro, muitas vezes, passa pelo exterior.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, uma parte desse dinheiro de laranja, **off-shore**, doleiro, que foi para fora, entrou legalmente como empréstimo, como compra de imóvel, compra de ações.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem só porque a entrada ocorreu – e é bom para o Brasil que entrem recursos do exterior –, ela não deixa de ter uma origem viciada.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Claro. A maior parte, Deputado. Se pensarmos nesse ingresso de dinheiro, grande parte dele tem origem no Brasil. Saiu ilegalmente e entrou “legalmente”, porque aí ele passa a ter uma origem. A maior parte desse dinheiro mesmo que saiu do Brasil, voltou para o Brasil, mas ele “voltou”, com uma origem externa. Por exemplo, uma das coisas mais comuns de sonegação que se faz, uma sonegação mais sofisticada, é o chamado passivo fictício. O que eles fazem? Simulação de empréstimo internacional. O sujeito faz uma simulação de empréstimo, é como aquela história do Collor, que achou um uruguaio que lhe emprestou U\$5 milhões, sem juros, etc., uma fada-madrinha, é mais comum do que se pensa. Faz-se isso. O sujeito pega uma instituição qualquer no exterior e faz um mutuo que ele está tomando dinheiro no exterior. Esse dinheiro entra como empréstimo. Só que ele nunca vai pagá-lo. Esse dinheiro vai ficar no passivo da empresa dele a vida toda. Só que esse dinheiro, na verdade, é do caixa dois. Depois o Brandão vai falar da forma. Nada mais dinâmico do que a lavagem de dinheiro e o sistema financeiro. Hoje se faz por compensação. O dinheiro, fisicamente, já nem sai do País. Na verdade, ele está trazendo um dinheiro que é dele e está simulando um mutuo, que vai ficar como passivo na contabilidade dele, ou seja, ele não vai tributar isso nunca, porque nunca vai pagar esse empréstimo. Às vezes, eles pecam pelo caráter grotesco, colocam uma taxa de juros, como fez o Presidente da CBF – vamos ser bem objetivos –, a CBF fez lá. Só que a CBF era o contrário: você fazia empréstimos absolutamente ruins para dilapidar a instituição para se obter a vantagem da instituição financeira lá fora, ao contrário daquilo ali. E o objetivo é jogar passivo fictício em cima da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria de saber uma opinião do senhor. A CPI conseguiu estender para ela o sigilo bancário de uma investigação americana de uma empresa que foi fechada em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Alison Hill, famosa, etc. A movimentação de recursos entre empresas e essa empresa americana, Alison Hill, inclusive recebendo ou destinando. Essa empresa é tida como uma empresa americana que não tinha autorização, que excedeu a sua alçada de prática de recursos nos Estados Unidos e que foi fechada por isso. Quando,

em seguida, se foi analisar o caso, percebeu-se que ela estava praticando lavagem de dinheiro nos Estados Unidos; por isso, foi fechada.

Sobre essa passagem de recursos por pessoas jurídicas ou físicas brasileiras no exterior, de um para o outro, para paraísos, e retornando por essa mesma empresa, a Beacon Hill, por contas e subcontas da Beacon Hill, o senhor acha que é possível estender a legislação brasileira a essas práticas?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sim, sim, porque temos a questão da extraterritorialidade da lei penal brasileira. Há muitas situações praticadas por brasileiros, contra brasileiros. Enfim, é possível; não vejo dificuldade alguma, até porque o favorecido está aqui. Esse tipo de crime, de colarinho branco, não tem a materialidade, nem o local do delito, nem o tempo do delito. Não tem local, não tem tempo e não tem materialidade. E por que digo isso? Porque esse tipo de delito, de infração – ao contrário do homicídio ou da lesão corporal, que ocorre em determinado lugar –, ocorre transnacionalmente; não há tempo do delito. Por quê? Porque ele é instantâneo, não se protraí no tempo, como o crime de quadrilha, que às vezes fica anos funcionando. Portanto, acho isso perfeitamente possível.

Essa questão da legislação – como eu disse antes – não é tão ruim, pois problema de lei o Brasil não tem. Há anistias indevidas, como citei o caso dos sonegadores, mas a legislação não é ruim. Em tudo dá para encontrar um tipo penal, dá para fazer uma acusação.

Para os crimes contra o sistema financeiro, há uma lei de 1986; dizia-se antes: “Não, isso não é crime”. Não era crime patavina, é claro que era crime, era estelionato mesmo, fraude, art. 171, mas art. 171 de colarinho branco, de quem praticava as grandes fraudes. Aprovou-se, então, a Lei nº 7.492, de 1986. Mas antes disso, as práticas de forjar contabilidade, simular passivo sempre foram crimes. Mas há uma questão ideológica, é claro, forte, por detrás disso. Se o cara passa um cheque sem fundos ou compra bilhete premiado é estelionato, mas se diz “não, estelionato, não. Isso é coisa muito fina para ser estelionato”. Não, é estelionato, é estelionato contra a Fazenda Pública, estelionato qualificado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Celso, quero ainda fazer uma indagação ao senhor, que se referiu à divisão, pela base territorial, dos possíveis indiciados, denunciados por essa prática. Isso também foi uma decisão que a força-tarefa tomou recentemente, denunciando 195.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito bem. Também senti – quero a sua opinião – que os laranjas e muitas vezes os beneficiários repetem-se em lugares diferentes, como doleiros. No Ministério Público, não há um controle também – controle interno do Ministério Público e da Polícia Federal – dessas ações distribuídas pelo Brasil afora. Não seria também necessário um controle interno do Ministério Público, para saber não só o resultado, mas também o andamento desses processos, para que pudesse haver um maior controle e para que também o Ministério Público aperfeiçoasse o seu mecanismo de investigação?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sem dúvida, claro. Perfeito. Quando eu disse que distribuímos a CC-5 por todo o Brasil, foram 82 dossiês. É evidente. Hoje, temos um novo Procurador-Geral e um novo Corregedor, que já tem essa ótica, tanto que já oficiou todas as unidades do Ministério Público, a fim de saber detalhadamente o que está ocorrendo em cada Procuradoria, como estão os processos parados – Dr. Wagner Gonçalves é uma figura expoente do Ministério Público, extremamente trabalhador.

V. Ex^a está absolutamente correto. Quando eu fiz a distribuição dos 82 dossiês, o que deveria ter ocorrido? Como eu disse, esse é o maior caso judicial da Justiça brasileira. Não se trata de empurrar bêbado de ladeira, nem são o pobre ou o negro que estão sendo processados. Não, isso é gente grande. Muito bem. Então, isso tem de ser tratado com o devido destaque, no sentido de fazer andar, não de fazer parar.

É óbvio que a Corregedoria deveria ter se interessado por isso – não posso dizer à Corregedoria o que ela tem de fazer, obviamente, por uma questão de hierarquia –, mas deveria tê-los separado e dito: “Foram distribuídos? Muito bem, passem-me uma lista dessa distribuição”. Passaram-se oito, dez meses, e fiz essa distribuição. Inclusive, há todo um histórico ali, explicando como faz, com croqui, se o croqui acompanhou, tudo. Parecia com esse dossiê aqui. Era até maior, pois iam todos os subsídios. Passados seis meses, um ano, o corregedor manda um ofício, perguntando como está aquele caso. Passado mais um tempo, ele manda outro, pedindo informações. Para quê? Para passar para o Parlamento? Não. Para haver um controle. Está absolutamente correto.

Embora o trabalho dessa força-tarefa seja correto - são pessoas que eu conheço, são procuradores, pessoas idôneas, corretas e sérias e elas fizeram um trabalho muito bom -, passados seis anos, temos prejuízos irreparáveis. Imagino um processo com cento e poucas pessoas; todos com advogados diferentes. No mínimo, cada fato dispõe de oito testemunhas, ou seja, cada fato, não é cada réu, enfim, em um proces-

so com umas vinte e tantas testemunhas para o réu, quanto tempo levará um processo como esse? Mais, há alguns advogados muito bem instruídos. Nada contra os advogados, pois todos têm direito a mais ampla defesa e assim é que tem de ser no Estado Democrático de Direito. Mas, obviamente, há uma centena de subterfúgios para fazer esse processo demorar mais. Assim, a prescrição já ocorreu.

Volto a frisar que, a partir da edição da Lei nº 10.001 - talvez, os senhores possam aperfeiçoá-la -, mas ela já é um instrumento. Acredito que os senhores deveriam cobrar do Parlamento e, repito, essa lavagem de dinheiro somente se transformou em um caso judicial, por força de uma CPI, que foi a CPI dos precatórios, porque, se não fosse a CPI, repito, ele estaria até hoje dormindo nas gavetas do Banco Central. Os senhores têm de cobrar esse tipo de explicação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Passo a palavra para a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dr. Celso Treze, não vou repetir os cumprimentos porque, em termos de CPI, todos os membros têm sido reiteradas vezes alertados de que o senhor foi a pessoa que cantou o galo, cantou a situação, alertou e, se V. S^a tivesse sido levado a sério, a nossa CPI seria absolutamente inútil, porque ela não teria necessidade de existir.

O senhor falou de várias CPI's.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – A CPI dos precatórios. Depois, houve a CPI do Sistema Financeiro e, finalmente, esta. A dos precatórios desengavetou as coisas. Mas, depois, estourou na CPI do Sistema Financeiro. Tanto é que essa CPI quebrou também o sigilo de todas as CC5 do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A do Sistema financeiro?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – A CPI dos bancos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas, o senhor citou outra CPI à qual o senhor entregou outros documentos também.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sim, houve a CPI do narcotráfico.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A do narcotráfico.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Nesse interregno, houve a CPI do narcotráfico. Eu somente forneci os documentos. Eu não estive na CPI propriamente dita.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muitas pessoas dizem - e eu também tenho esse enten-

dimento - que a nossa CPI acaba sendo um arremate de inúmeras outras CPI's já ocorridas. Somente para confirmar esta tese, a CPI do precatório, do sistema financeiro e do narcotráfico, que outras CPI's o senhor acredita que tem correlação com a investigação que estamos envidando?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Na verdade, todas acabam desaguando, porque as CPI's, de uma forma ou de outra, vão para a área do colarinho branco, nessas questões. Veja V. Ex^a que a CPI dos medicamentos - eu me lembro também que felizmente o Parlamento concluiu pela entrega dos documentos ao Ministério Público - foi uma CPI de uma eficiência incomparável na produção de prova. O seu Presidente - infelizmente recém falecido - foi o deputado Nelson Marchezan, do Rio Grande do Sul. V. Ex^{as} devem estar lembrados, no exemplo da CPI dos medicamentos, do que apareceu ali. Novamente essa questão do Banco Central, que era o super faturamento dos insumos dos laboratórios, ou seja, os laboratórios que operam no Brasil trazem insumos do exterior, das suas matrizes, enfim, ou até de suas subsidiárias pelo mundo afora, e colocam um valor absurdamente alto. Na verdade, são os preços de transferência. O que eles estão fazendo com isso? Eles estão, na realidade, remetendo, para o exterior, lucro sem tributação, porque nesse registro do Banco Central aparecerá a remessa para o exterior como pagamento de importação. Mas, ele está pagando muito mais do que vale. Então, na verdade, ele está transferindo lucro.

Então, eu diria que qualquer CPI que se faça vai sempre esbarrar nessa questão do controle financeiro do País, porque, obviamente, todos esses crimes têm natureza econômica, seja corrupção, seja narcotráfico, qualquer um. Ele acaba esbarrando nisso aí. Quando falei que a maior parte desse dinheiro sujo era produto de ilícito de sonegação, falei na corrupção, ele tem muito claro o dinheiro de narcotráfico, não tem a menor dúvida disso. Só que, para se chegar, na época não conseguimos chegar até a esse ponto, porque precisa esgotar, precisa saber quem é o depositante. Muitas vezes aí cortar a denúncia. O que eu dizia na época? Como é muita gente, não adianta querer processar desde o "laranja" até o cara que mandou R\$10 para o exterior. Esses R\$124 bilhões, por exemplo, já tínhamos feito um corte. Todos aqueles que, somados entre 1992 e 1998, remeteram até US\$150 mil tiramos fora da apuração. Foi um critério objetivo. Primeiro, porque mandar dinheiro para o exterior por si só é legal. Segundo, porque esse valor deve ser legal mesmo e, se não for também, temos que nos preocupar com os outros. Se vai abrir para todo mundo que mandou - a pessoa que mandou para o filho que está estudando

no exterior -, aí vira um inferno, aí que a investigação não anda mesmo.

Então, todos os passos da CPI do Narcotráfico, que eu tinha olvidado o nome, que hoje é Senador, foi o Senador Magno Malta.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT - SC) - Dr. Celso Três, foi a CPI dos Precatórios que colocou essa questão na ordem do dia da remessa via sistema Foz de Iguaçu. Esse andamento da CPI foi o que resultou no seu processo, na sua investigação, no Relatório, ou não? O Ministério Público teve outro encaminhamento àquela CPI além da do senhor?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS - Não, o que eu digo é o seguinte, aquela imagem que fiz: a CPI dos Precatórios, seguindo o córrego da lavagem de dinheiro, que era dos títulos públicos - porque era um córrego, mas um córrego caudaloso, com bastante água, bastante dinheiro sujo -, chegou lá, desaguou em Foz de Iguaçu e viu que tinha um mar de lavagem de dinheiro. Aí o Banco Central começa a representar o Ministério Público. Mas, digo: assim como a força-tarefa foi produto antecipado dessa CPI, o Banco Central só representou o Ministério Público por causa da CPI. E provar isso é simples, porque até então ele nunca tinha representado, e o troço estava correndo já há dois, três anos, há vários anos. Então, é simples demonstrar isso aí. E o que aconteceu, para eu responder objetivamente? Começou a vir a representação de acordo onde o "laranja" abria a conta. Por exemplo, Cascavel. Então, havia lá um número xis de "laranja". Porque eles abriram as contas em Cascavel e região, competência da Justiça Federal de Cascavel, que são 50 municípios ali em torno. A maior parte era Foz do Iguaçu mesmo. Mas tinha Pontaporã, Mato Grosso do Sul, e um caminhão lá também. Tinha até um "super-laranja" lá, Marcos Irineu. Era o "superlaranja". O "laranja" tem um status também. Esse "laranja" andava em todo o Brasil abrindo conta bancária. Então eles tinham que dar um tratamento judicial para ele mais grave, ele não era um qualquer que recebia às vezes R\$500 para assinar um documento. Então, mandava para lá. E aí, com os de Foz de Iguaçu, mostrei a incongruência do Banco Central e que era não-confiável aquilo que ele estava mandando. Por quê? Primeiro, porque ele só mandou por causa da CPI; segundo, ele estava mandando o que ele queria, porque tinha mais gente, como a quebra, depois da CC-5, que a Justiça Federal deu, provou que tinha muito mais gente e que até então tinha vindo. É o grande poder brasileiro da gaveta. Gaveta tanto para mandar para a Justiça quanto a própria Justiça *latu sensu*, Ministério Público, Polícia, assim por diante, de engavetar. Demonstrado isso, obtive a quebra de todo o Brasil. O que teve a mais

de Cascavel, esse foi o diferencial, foi essa quebra de todo o Brasil. Essa que foi a grande diferença.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quer dizer, a partir de grande investigação que o senhor fez em Cascavel, obtivemos a quebra geral.

Aí o senhor disse que isso foi transformado em 82 dossiês distribuídos pela Justiça Federal de todo o País. E o que aconteceu com esses 82 dossiês?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Bom, muita coisa andou, e muitas coisas não andaram.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor disse, por exemplo, a história da Receita Federal. Mas, desses 82 dossiês, houve processos judiciais? Temos algum tipo de controle? Por exemplo, a CPI pode pegar e rastrear esses 82 dossiês?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Pode, pode pedir. Porque aqui tenho a lista para onde foram distribuídos. Está neste dossiê. Até existe lei, não precisaria de lei, mas...

À época, quando propus ao Senador Pedro Simon que fizesse uma lei, apesar de já ter dito ao Procurador-Geral da República, Dr. Brindeiro. Dizia que a CPI é importante para o Ministério Público por seu aspecto inteligente, pois temos visibilidade para mostrarmos nosso trabalho. É claro que há pessoas que se constroem com a CPI, porque só tem a omissão para mostrar. Aí é complicado. Mas temos de prestar contas ao Parlamento. Não se precisa de lei a exigir isso. Eu pegava e dizia: está aqui a denúncia. É simples fazer isso.

Então, existe o rol e, como há lei, a CPI deve pedir ao Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, e S. Ex^a assim o fará, com muito bom grado – tenho certeza disso – que peça a cada unidade que recebesse o dossiê o andamento.

Muitos casos andaram, outros não. Por uma série de razões. Inclusive no Nordeste, descobriu-se, a partir desse dossiê, uma série de outras implicações; no Mato Grosso, houve muitas investigações feitas pela Polícia Federal quanto ao narcotráfico. Eles foram atrás buscar e acabaram por fazer a investigação que deve ser feita, ou seja, a origem do dinheiro. Então, houve muitos que entraram. O órgão mais eficiente, sem dúvida, foi a Receita Federal. No ano passado, o Dr. Everardo Maciel, em entrevista coletiva em Brasília, apresentou os números sobre as autuações com base na CC-5, que estão na Receita e que podem ser requisitados pelo atual Secretário da Receita. São autuações muito expressivas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dr. Celso, algo me preocupou desde o primeiro instante da CPI. Grande parte, e o senhor confirmou em seu depoimento, o grande volume dos recursos tem a ver

com sonegação fiscal. A forma mais comum de lavagem é a sonegação. Só que crimes contra a ordem tributária não constam da lei da Lavagem de Dinheiro.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sim, pois não é crime antecedente. Mas, em termos, Sr^a Senadora. Até 1998, não havia essa lei da Lavagem do Dinheiro. Foi votada em 98 e no final desse ano entrou em vigor. Nessa época... Evasão de Divisas e Sonegação Fiscal. Mas, hoje, a sonegação pode ser imputada como crime originário, desde que seja mediante organização criminosa.

A Lei 9.034, de 1995, que trata sobre organização criminosa – nem precisa ter mais de 3 pessoas, não precisa ser quadrilha. Basta que tenha um **status** de organização – que é o estado presente, bota organização nisso! Brandão mostrará como, hoje, a dinâmica desse tipo de crime é muito grande.

Reforço o que eu disse: a legislação é boa, tem de ser aperfeiçoada. Mas, o mais importante é a seriedade. A dinâmica desse tipo de delito (?) é tamanha que torna impossível ao Parlamento acompanhar legislativamente isso. Agora, não significa que isso não seja crime. Aliás, o Ministro Sepúlveda Pertence tem uma frase lapidar: “A invenção da pólvora não implicou redefinir o homicídio.” Ou seja, quando a pólvora foi inventada, o Parlamento não precisou definir o matar com arma de fogo. Apenas matar alguém com pedra lascada, com arma de fogo, com raio laser ou com HIV é homicídio. Quando dizem que a lei está atrasada, é ideologia. Não é bem assim. Há problemas. Mas a lei é uma acusada que não reage. Diz-se que a lei é ruim, mas ela não reage.

Nesse caso, mediante organização criminosa, todo o crime cometido por organização criminosa é causa originária de crime de lavagem de dinheiro. Se me permitem, até a Senadora Heloísa Helena estava interessada por esta matéria, creio que um dos grandes erros da Lei da Lavagem do Dinheiro foi repetir o erro da Lei dos Crimes Hediondos. A Lei 8.072, quando foi editada, os senhores estão lembrados, não especificou o homicídio qualificado como hediondo. Houve a morte daquela atriz da Globo, e a lei foi feita. A Lei da Lavagem de Dinheiro não define a pistolagem como homicídio qualificado. Ele não está na Lei da Lavagem de Dinheiro. É simples, apenas acrescentem-se todos os crimes da Lei 8.072, e resolvem-se os problemas.

O iairocínio, por exemplo, até que está na Lei de Lavagem de Dinheiro, mas esse não está. É possível, sim, mediante organização criminosa, se imputar isso. Na verdade, quando se preocupa muito com o tamanho da pena... Apesar de haver aquela velha máxima sobre o fato de não ser o quanto da pena que inibe, mas a certeza da punição. A pena até pode ser baixa, mas o

importante é que efetivamente haja o processo, que o processo na pare na gaveta, e a pessoa seja punida.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu levantei essa questão porque estamos com dois projetos tramitando no Senado, um de minha autoria e outro de um Senador – agora me foge o nome do autor –, que propõem mudanças na Lei de Lavagem de Dinheiro, inclusive quanto à sonegação.

Mas ainda tenho duas questões, Dr. Celso Três, que me chamaram a atenção no seu depoimento, e eu queria aprofundá-las um pouco mais.

A primeira delas refere-se à questão dos bancos. O senhor disse que era um elefante, que era impossível não enxergar. Em Foz do Iguaçu, operamos vários bancos, públicos, privados e tamboretas, como é o caso do Araucária.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Mas a maior parte da lavagem é ainda feita em bancos públicos, como no Banco do Brasil, no Banestado.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Banco do Brasil, o Banestado, que na época era público, o Rural, o Real e outros que eram privados, como o Araucária.

Na investigação, temo-nos debruçado sobre a linha da convivência, a mesma linha apresentada por V. Sª, de que é impossível que a autoridade que tenha responsabilidade de fiscalizar não fiscalize.

Então, se possível, queria ter a sua confirmação de que era realmente impossível as autoridades do Banco Central não enxergarem?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Era impossível, e eu provo documentalmente. Como eu disse, tenho um extrato que mostra que diariamente eles tinham todas essas informações.

Nessa exposição, há várias leis, inclusive a própria Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro diz explicitamente que o Banco Central tem esse registro e deve comunicar à Receita Federal e ao Ministério Público. Aliás...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Banco Central foi alertado sobre a questão.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Não, o Banco Central é o órgão de controle; ele tinha o registro diário. É assim.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Banco foi alertado de alguma forma? Alguma instituição questionou, cobrou do Banco Central?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sim, cobrou quando apareceu a CPI. O que acontece? É o poder mortífero do sigilo. O sigilo sepulta. Às vezes ele preserva intimidades que necessitam de preservação – reconheço –, mas, em grande parte, ele sepulta a impunidade. Por quê? Porque só o Banco Central ti-

nhas essas informações. A Receita não as recebia. Se recebesse, tenho certeza de que a Receita faria a investigação, representaria ao Ministério Público quando houvesse crime, e as coisas andariam. Tanto é assim que o próprio secretário, durante todo o Governo Fernando Henrique, dizia – e era uma verdade – que não investigavam CC-5. Por que a Lei do Sistema Financeiro diz que tem que comunicar à Receita Federal e ao Ministério Público? Porque o Banco Central tem que fazer um monitoramento, pelo menos grotesco, digamos, da ilicitude. Aliás, se não fosse para isso, para que há o registro? Só para que o Banco Central faça um cálculo monetário e diga que do Brasil saíram tantos milhões? Que se trata de problema econômico-financeiro de divisas? Se fosse só isso, não seria preciso identificar quem manda, não é verdade? Bastava que o Banco dissesse: “Hoje, mandei vinte milhões para o exterior” e pronto. Por que tem que informar doze remessas por vez? Doze, doze... Porque o banco tem que monitorar. E lei determina – portanto, não é um problema de fazer a lei –, várias leis versam sobre isso, como a Lei do Sistema Financeiro, explicitamente a comunicação ao Ministério Público e à Receita.

Aqueles casos que eu citei, em que passou de R\$ 500 mil. Se o Celso Três, Procurador da República, está mandando, “esse “cara” está meio estranho. Mesmo tendo um salário bem razoável para a realidade brasileira, o sujeito mandar para o exterior? Ele é agente público, tem lá uma série de leis que dizem que os agentes públicos têm que provar a origem do seu dinheiro. Então, manda para a Receita”. É feito o registro. Não está delatando, não está dizendo que o sujeito cometeu um crime, mas apenas o relato de que há uma remessa aparentemente despropositada, aparentemente, para vermos do que se trata.

Os casos dos “laranjas” eram escandalosos. Eram vendedores ambulante mandando 30 milhões, não R\$ 20 mil, mas valores absurdos.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dr. Celso Três, então fica claro que o Banco Central foi, no mínimo, omissivo, conivente ou pode ter tido outros interesses piores.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Agora não me ocorre bem o nome, mas há o registro. Quem controlava isso, a principal figura que controlava isso no Paraná se aposentou, renunciou à aposentadoria.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quem era?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Isso eu vejo, não me recordo bem do nome do sujeito.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor pode, depois, nos informar isso?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Claro! Ele se aposentou antes, quando estourou a bomba. Desculpe-me, ele não se aposentou, ele pediu demissão. Ele saiu sem aposentadoria do Banco Central. Saiu sem aposentadoria. Ele renunciou.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quem fazia o controle disso, renunciou...

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Fazia no Paraná, certamente. Eu pedi, na época, inquérito por prevaricação, o pior elemento. Mas que também andou a passos de tartaruga. Isso é evidente. Esse tipo de situação, quer dizer, nada no setor público se dá sem, no mínimo, uma brutal convivência. Quando teve aquele caso do INSS no Rio de Janeiro e em outras partes do País... Aliás, aqui também estamos com uma força tarefa no Estado porque existem fatos gravíssimos no INSS de fraudes na concessão de benefícios, gravíssimos. A Georgina... Imaginem pela mão de quanta gente passou aquilo. O sujeito está pagando R\$2 milhões pelo dedo mindinho amputado do operário. Passou na mão de um trilhão de pessoas aquilo. Mas ninguém fala. O superintendente diz: Mas, 2 milhões, tudo isso? Esse é o dedo mais caro do mundo. São coisas que passam na mão de muita gente, não é possível isso. Não tem como fazer. Ou com corrupção mesmo ou com uma absoluta negligência e incompetência total.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para completar, Dr. Celso, é exatamente essa morosidade. O senhor falou, em algum momento do seu depoimento, que alguém ficou lá em Foz do Iguaçu de 1997 até hoje e não denunciou. Quem ficou de 1997 até hoje e não denunciou?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – No relatório tem o nome do procurador. Gostaria que me apresentassem quantas denúncias ele fez. Eu falo e trato a coisa bem objetivamente, como disse. Tudo o que eu fiz, como os senhores estão vendo aqui que estou dizendo, em Cascavel durante três anos apresento para os senhores. Estão lá todas as denúncias. O que não andou, explico por que não andou, sem problema nenhum. Temos o Dr. Alexandre Porciúncula, que está lá de 1997 à 2003, até hoje.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dr. Alexandre Porciúncula?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Sim. Não o estou acusando de improbidade, nem de nada. Quero deixar bem claro isso até porque em depoimentos para CPI tenho imunidade como testemunha e portanto poderia falar. Estou falando objetivamente, quando falo em pedido de explicação. Tirante aquele pessoal que foi denunciado, que foi pego na ponte – porque tem muita gente que tentou passar dinheiro, são os pequenos, levando na mala mesmo, cheque e tal, e a

Polícia Federal prende os caras na ponte. Então o cara é preso em flagrante e acaba sendo denunciado porque está ali. Normalmente, é a mula, quer dizer, o cara carrega pelo outro. Tirante esses casos, gostaria que fosse perguntado a ele. Digo isso no relatório. Quanto será que ele ficou? Seis anos? Quantos foram denunciados? Não conheço nenhum. Aliás, conheço um ato dele. Ele requisitou inquérito policial contra o Delegado Castilho, que, alguém pode ter criticado, dizendo que ele cometeu excessos, mas ele foi quem lá apresentou serviço. Apareceu um sujeito ali que apresentou serviço. Bem ou mal apresentou serviço. Requisitou inquérito contra ele por quebra de sigilo. Eu, inclusive, na rede – temos a nossa rede dos procuradores na Internet, fiz um apelo para ele: em vez de ele ir atrás de quem possa ter quebrado o sigilo, que processasse o lavador. Ele não respondeu. Então não cabe a mim ser corregedor de ninguém.

Faço do meu trabalho, que estou exigindo dele, a mesma coisa. Qualquer procurador, os senhores podem perguntar....o senhor está aí com a operação – como tem aqui no sul do Estado, onde a Polícia Federal está fazendo muito bem –, de laranjas em empresas de sonegação. Fizemos uma indústria de colocar laranjas em empresas do sul do Estado para sonegação fiscal. Mas, está tudo lá, no inquérito policial, na denúncia, tudo explicado. Não tem problema nenhum.

Agora, o que não se pode, como disse, é criar ilhas e não explicar a ninguém. Quer dizer, eu faço ou não faço, o que é pior, e fica por isso mesmo. Então, tem que dizer se foi denunciado, se não foi denunciado. Pode ter uma explicação. Eu não vejo, mas pode ter explicação. Objetivamente falando, é isso.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – No seu depoimento o senhor falou a respeito de um ofício do Procurador-Chefe do Paraná, meio que desaconselhando a sua ida ...

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Está aqui.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É isso que quero saber. Está juntado aí?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Está juntado.

É um ofício que ele dirige aos três procuradores pedindo meu auxílio, inclusive insinuando que eles não queriam trabalhar. É uma coisa grotesca isso aqui. E a justificativa é que o Procurador-Geral da República diria que não havia disponibilidades dos Procuradores de Brasília.

Isso não é verdade. Nós, Procuradores de Brasília, saímos para todos os Estados. Durante a eleição trabalhei, inclusive, no Amapá, fiquei um mês lá, e todos os procuradores auxiliavam. Como crítico o Dr. Brindeiro e o Corregedor da época por não terem cobrado. O Dr. Brindeiro era aquela velha máxima: “Não

bota lenha na fogueira, mas também não tira”. Ele não se intrometia no trabalho dos procuradores, podíamos trabalhar do jeito que quiséssemos. O erro foi não ter feito uma cobrança dessas situações que demoraram muito tempo.

Então, nunca aconteceu isso; nunca aconteceu de alguém pedir auxílio, ter gente disponível para auxiliar e ser embargado. Nunca, não tinha, isso não existia. Fomos lá e ajudávamos. Vários colegas de Brasília, inclusive, vieram auxiliar. Eu auxiliei o Dr. Brandão, no início do magnífico trabalho que fez lá em Blumenau. Estive lá durante 20 dias, trabalho muito bem feito pelo Ministério Público, pela Polícia Federal de Itajaí. Então, isso é comum, absolutamente comum.

Não tem explicação. Honestamente, à luz da probidade, isso não tem explicação.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Deputado Edison Andrino.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar os Srs. Senadores e Deputados que compõem a Mesa, dar boas vindas ao Deputado Rodrigo Maia, José Mentor e ao Senador Heráclito Fortes, por visitar a capital mais bonita do Brasil, com todo respeito as suas cidades; cumprimento também os Procuradores aqui presentes. Já tive oportunidade de colocar essa afirmação que vou fazer de que, enquanto Ministério Público, a Polícia Federal, a Receita, a própria mídia se preocupava com os sacoleiros em Foz de Iguaçu – com os contrabandos de cigarros, de CDs –, os carros fortes transitavam levando bilhões e bilhões de dólares para o exterior.

Gostaria de saber do Dr. Celso, aproveitando a oportunidade para cumprimentá-lo pelo trabalho que já vem fazendo há tempo, o que aconteceria se o Banco Central não tivesse baixado aquela famosa resolução em 1996, que credenciou, sem nenhum critério visto que até hoje não se sabe quais foram os critérios que o Banco Central usou para operar com as contas CC-5 em Foz de Iguaçu. E isso foi dito lá na CPI pelo ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, de que o fez, que baixou essa portaria porque era uma maneira de evitar o câmbio paralelo, o que atrapalhava o problema do câmbio oficial. Se V. Sª tivesse baixado essa resolução teria acontecido essa grande evasão de recursos para o exterior?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Deputado, em relação à questão do câmbio economicamente justificável, como já havia dito, embora até como o Castilho sugeriu, havia formas. Para tanto, citei o Banco do Brasil no Paraguai. Poderíamos utilizar a agência do

Banco do Brasil lá, e aquela operação não precisaria passar... Convenhamos, com a modernidade que temos hoje – e não só hoje, mas também na época – não precisaria que um carro forte, com dinheiro, passasse para o outro lado da ponte. Isso é um negócio da idade da pedra, uma coisa meio primitiva. A agência do Banco do Brasil poderia centralizar, receber esse dinheiro brasileiro e fazer o câmbio na agência do Banco do Brasil do outro lado da ponte. Ali podia pressionar o câmbio. Então, não vamos querer dizer que problema do câmbio é do sacoleiro, pelo amor de Deus. É evidente que não é.

No caso do Araucária isso ficou claro, mas tivemos problema com bancos públicos, com o Banco do Brasil, por exemplo. E aí alguém diz: há alguém com mais credibilidade do que o Banco do Brasil?! Infelizmente, o Banco do Brasil estava envolvido até os dentes com isso. E por quê? Chegou-se a um ponto em que o Banco do Brasil queria cobrar da Justiça a quebra de sigilo bancário. Acreditam nisso? O Banco do Brasil estava tratando a Justiça como um cliente e um cliente de baixo **status**, porque um cliente mais qualificado tem isenção de tarifas. A Justiça determinava a quebra de sigilo bancário e eles vinham cobrar a quebra do sigilo. Então, houve a convivência. Eles podem dizer que não existia a lei da lavagem do dinheiro que obrigava fazer a denúncia ao Banco Central. Mas era um banco estatal, com uma série de controles públicos, com a participação do TCU, e com uma auditoria interna do Banco do Brasil. Se a CPI não requisitou, seria bom requisitar as auditorias feitas nessas agências durante todo esse período, porque não é possível que não tenha sido detectada essa situação.

Nesse aspecto, o Banco Central contribuiu barbaramente, até porque recebia as informações. Mas houve um conjunto de fatores que contribuíram no caso.

É extremamente prejudicial colocar em um banco público uma idéia de banco privado. O banco público deve ser bem administrado, com seriedade. Porém, colocaram os bancos públicos como bancos de mercado, disputando o cliente a tapa no mercado. Aliás, para disputar cliente a tapa no mercado não é necessário banco público, que é necessário para funções especiais de interesse coletivo.

Então, esses lavadores de dinheiro são grandes clientes, dão índice para a agência de movimentação bancária, dão salário para o gerente, que ganha mais de acordo com o faturamento da empresa. Então, cria-se um vício.

Quando eu estava em Cascavel, um superintendente do Banco do Brasil me confessou: “A gente sabe que o cara é laranja da empresa, mas precisamos desse pessoal para faturar”.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Dr. Celso, preocupa-nos as afirmações de V. S^a com relação à falta de corregedoria do Ministério Público, forças internas, beneficiários de gaveta, e que o Ministério Público tem culpa no processo. Na realidade, não incluiria apenas o Ministério Público, mas Receita Federal, Banco Central. Tive a oportunidade, numa das reuniões da CPI em Brasília, de indagar ao representante da Receita Federal como ocorriam situações como esta, por exemplo: um cidadão fazia uma remessa para o exterior de R\$400milhões, quando o câmbio era um por um, ou seja, US\$400milhões, e a Receita sequer investigava se o cidadão tinha renda para encaminhar esses recursos para o exterior.

A Receita Federal alegou que não poderia quebrar o sigilo bancário do cidadão.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Isso é um absurdo!

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É um absurdo, portanto, todos têm culpa.

A partir de 1998, com a lei de lavagem de dinheiro, é obrigatória a reunião do Coaf. No entanto, até a criação da CPI, em 2003, o Coaf não havia se reunido uma vez sequer.

Notamos que há uma má vontade generalizada do Governo, do Judiciário, do Ministério Público, da Receita e da Polícia Federal com respeito à evasão de recursos.

Tenho uma preocupação muito grande quando V. S^a diz que tem que ter CPI. Como a CPI não é permanente, funciona provisoriamente, dá a impressão de que não vamos chegar a lugar algum.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Chega sim e vou lhe dizer por quê. A CPI cria precedentes. O nosso sistema financeiro foi sempre promíscuo, mas já melhorou muito. O que estamos vendo não é o pior. O pior aconteceu lá atrás e nós não ficamos sabendo ou ficou perdido nas gavetas. Então, sempre há aperfeiçoamento legislativo. O que reitero, sem prejuízo de se criar órgãos, é o aperfeiçoamento do sistema de controle recíproco dos órgãos.

Quando falo em cobrar do Ministério Público – V. Ex^{as} podem usar a lei que temos ou elaborar outras –, podem ter certeza de que essa lei de 2000, se é encaminhado pelo Parlamento pedido de informações sobre evasão ao Procurador-Geral, e S. Ex^a passa o ofício. Foi assim que fez o corregedor que assumiu agora, que tem uma excelente biografia no Ministério Público e que quer uma corregedoria pró-ativa, como defendi aqui. Ele mandou para cada um de nós pedido de informações gerais, não sobre a CPI. Gerais. Quantos inquéritos, quanto tempo está parado etc... Já tinha andado... Pode ter certeza que já tinha andado.

Tem muita coisa que é acomodação. Tem uma série de fatores aí. Certo! E do próprio Judiciário. Do próprio Judiciário... Em Cascavel, por exemplo, o policial que deu um tiro no meu carro, ele está com um processo concluso há dois anos e espera por um juiz sentenciar. Dois anos... Dois aninhos. Terminou o processo e está lá para sentenciar. Não estou dizendo que ele tem que condenar ou absolver o cara, mas sentenciar. Pelo amor de Deus. Faz dois anos. O COAF, por exemplo... Os senhores requisitem do COAF quantas representações ao Ministério Público ele fez desde a sua criação até janeiro deste ano. Agora o Presidente assumiu que vai aparecer e tal. Agora, não adiante ela dizer: fizemos 100 representações. Não. Faz favor. Chute, não. Me diz assim: fulano de tal, banco tal. Me dá a informação certinha aqui, de cada um deles. Não é? Os senhores vão ver que o COAF não fez representação nenhuma. É uma grande gaveta...

E os bancos privados, aí se faça justiça ao sistema financeiro, os bancos privados fizeram milhares de comunicações de operações suspeitas. Fizeram. Os bancos fazem. Agora o MP tem um poder contra os bancos, porque, quando eles detectam uma lavagem de dinheiro que não foi noticiada, como já aconteceu, a gente pode acionar o próprio banco. Ele é responsabilizado. Não é? Os bancos estão fazendo. Eles noticiam. É uma coisa meio assim... O banqueiro entregar seu cliente... É uma coisa meio contrária à natureza das finanças. Enfim, está lá. Foi uma cópia do sistema americano. Então, não vem para o Ministério... Aí, essa é a razão, Deputado, de não ter processo por lavagem de dinheiro. Quem faz representação para o Ministério Público? O Banco central nas evasão de divisa etc e tal. Esse caso veio, porque a CPI abortou e, depois, fui atrás para pedir a quebra em todo o Brasil. O COAF e a lavagem de dinheiro. O COAF deveria controlar toda a lavagem de dinheiro que não é do sistema financeiro, ou não tem órgão próprio de controle, que é o caso da CVM, que controla a Bolsa de Valores e assim por diante. Aí, eles fizeram uma norma lá... O Banco Central deveria comunicar direto ao Ministério Público notícias de lavagem de dinheiro de operações noticiadas pelos bancos. É assim que funciona. E o Banco Central fez várias notícias. Vamos fazer justiça. Eu estava em Brasília e vinha com certa frequência isso aí. Aí eles criaram uma norma, sem lei sem nada, interna lá, entre o Banco Central e o COAF e criaram mais uma gaveta. Dizia que o Banco Central não noticia direto ao MP, mas que ele manda para o COAF. Criaram mais uma gaveta. O COAF, na verdade, é para quê, no sistema da lei? É para controlar órgãos que não têm entidade própria de controle, como os bingos, obras de arte, imobiliárias e assim por diante. É para isso que existe.

E aí não vem a representação. Só para concluir, veio o STJ com boa intenção, não vou discutir a intenção... Só que, de boa intenção, o inferno está cheio. O STJ cria as famosas várias especializadas em lavagem de dinheiro. Se criou aqui no Sul do Brasil. Isso é um tiro no pé, porque isso, ao invés de implementar a representação, diminui. Uma razão... Você especializa a Vara na Justiça, quando? Quando se tem muito processo, é lógico! Então, tu tem Vara Previdenciária e tal; Vara da Fazenda Pública. Você tem aqui em Florianópolis muito processo entre o Estado de Santa Catarina e o Município. Muito bem. Então, você cria uma Vara que vai tratar desse processo, porque há um monte de processo. Aqui é o contrário, se criou Vara para processo que não existe. O número de processo, porque não há representação no Ministério Público, é muito baixo, excetuado o Paraná, por causa dessa peculiaridade toda do rolo de Foz do Iguaçu. Mas, fora isso, não tem. Aí, pior do que isso: é agressão aos direitos fundamentais. Sem lei, mas por ato normativo infralegal, se desaforou os processos. Varas especializadas você faz no foro. Quando se pega processo do interior é outro foro, é outra comarca, é outra subseção e transfere tudo para a capital. Então, isso é uma agressão aos direitos individuais e precisa ser investigado e apurado. E mais, o membro do Ministério Público que atua no interior, se ele vê a lavagem... O Brandão, hoje, se vê essa lavagem que vai expor lá de Blumenau, ele terá de bater palma, ou fazer uma representação para ver se Florianópolis investiga. O que chamo a isso: é o Foro Privilegiado do Colarinho Branco em Primeira Instância. Por quê? Como não tinha processo, eles reuniram do Estado inteiro. Como eu disse, a intenção é boa, mas o resultado é contrário à intenção.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de fazer duas perguntas bem objetivas em cima das declarações de V. S^a. Foi afirmado, no início, que uma maneira de lavar dinheiro era comprando apartamentos de argentinos aqui.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Isso.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Eu gostaria que V. S^a pudesse detalhar isso...

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Certo. Nós pegamos muitos casos desses. Como disse nem íamos atrás do argentino, porque seria perda de tempo, não íamos conseguir nada.

Lembro-me de muitos desses depositantes, de processos de lá de Cascavel, em que pedi arquivamento...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas era aqui em Florianópolis, em Santa Catarina?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – É, exatamente. Veja bem como se processa a lavagem. Na verdade, o canal de saída era Foz do Iguaçu. Mas o beneficiário não está lá, está nos centros econômicos, está aqui em Florianópolis, está em Curitiba, está nos centros econômicos do País. Ele se valia laranjas dali e de doleiros que atuam na região e, às vezes, doleiros de São Paulo. Isso é uma grande câmara de compensação de dinheiro sujo, não é? Ela tem filiais em todo o País.

Muito bem. Então, na verdade o dinheiro sai de toda parte do País. Então, aqui em Santa Catarina lembro-me de vários casos, inclusive de corretores, porque, às vezes, os corretores “emprestam os cheques”, recebem o dinheiro na conta dele e depois pagam e assim por diante. Vários corretores que apareceram lá como depositantes nessas contas apontavam isso. Apontavam e provavam. Diziam: “Não, eu tenho documento aqui, o contrato. Foi fulano, fulano de tal”. Ia-se ver e o cara realmente tinha construído um edifício, era um incorporador, tinha vendido o apartamento. Havia vários casos desse tipo. Mas aí o que é? É sonegação fiscal. O sujeito não tributou.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa relação de processo – essa era outra pergunta que ia fazer – teve origem quando V. S^a trabalhava em Cascavel?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Isso.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Tudo isso no Paraná.

V. Ex^a poderia precisar se tem muitas empresas e quais as empresas ou pessoas físicas de Santa Catarina envolvidas nesse processo?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Tenho o rol todo, certinho. Quando foi...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A relação está aqui?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Não está aqui, mas isso daí dá ... É que isso daí são situações diferentes. Veja bem. O que temos, isso já veio para cá... Na época dos 82 dossiês, Santa Catarina estava incluída. Então, o que você identifica claramente é aquele sujeito que tem o registro na CC-5, que tem aquelas doze informações. Ele deu a cara para bater, ou seja, ele registrou no Banco Central. Às vezes, o registro tem uma presunção de legitimidade. O sujeito não vai registrar uma coisa que é fria. E muitas vezes tinha registro de dinheiro que não foi tributado, mas aí não tem crime de evasão, porque o sujeito registrou. E se ele registrou, em grande parte das vezes é legal.

Essa discriminação, por Estado, de quem registrou no Banco Central é fácil. Ela tem ali. Agora, tem-se que tomar muito cuidado, porque se tem que separar o legal do ilegal. E dali, daquilo que tem registro, 90%

ou mais, se tem problema na origem, é problema de sonegação, não é problema de origem criminosa do dinheiro. Certo? E o resto é legal, o resto do dinheiro é legal.

Tem muitas empresas daqui, assim como de todos os Estados, que se valeram dos laranjas. Aí o trabalho é bem mais complexo, porque aí tem que ir lá, em cada laranja, em cada conta que foi aberta e verificar. Esse trabalho que já...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Apesar de a origem ser legal, eles se valeram dos laranjas?

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – A regra geral não é legal. Pode ser legal por uma série de fatores, porque o sujeito foi induzido em erro, como no caso de quem comprou apartamento, pelo fato de o sujeito não querer confessar, por razões pessoais, mas, enfim, não obteve ilegalmente o dinheiro...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Para não pagar imposto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Utilização indevida do cheque, que comprou apartamento, comprou a casa na Bahia...

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Exatamente. Há problemas. Tivemos um famoso autor de novelas da **Globo** que faleceu e apareceu ali. Ele tinha dinheiro no exterior, e não era obtido ilicitamente, mas era um problema de família, de partilha de família. Inclusive, ele procurou o advogado. Eu, obviamente, não dei a informação oficial para ele, mas disse como ele deveria fazer na Justiça, que ele requeresse informação, e o juiz pediu e foi dada.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, não sei a CPI já tem acesso a essa relação de

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Não, mandei esse dossiê, mas vai ficar cópia de ...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Não, eu digo a outra relação de empresas, de pessoas de Santa Catarina que constam dessa relação da conta CC-5.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Não, isso daí é fácil. Isso é fácil de conseguir.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Gostaria de requerer à Presidência que fizesse um...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – A CPI fará por escrito.

Passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Meu caro Presidente, Rodrigo Maia, meu Relator, meu companheiro de Câmara de velhas épocas Edison Andrino, Senador Leonel Pavan, Senadora Ideli Salvatti, que se encontra dando uma entrevista ao lado, mas é nossa companheira na Comissão, em primeiro lugar vou fazer

um pedido pessoal ao Sr. Procurador. Eu vim aqui, por dever de lealdade para com o Estado, com o Edison Andrino, pedir a relação dos laranjas ou dos envolvidos nesse escândalo de Santa Catarina. Pelo amor de Deus, arranje-me um do Piauí. Meu Estado é tão pobre, mas tão pobre, que eu tenho procurado, durante todo esse tempo de investigação, um piauiense...

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Mas tem também...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mand-me esse piauiense, pois para mim seria até um troféu poder mostrar que meu Estado também está nessa encruzilhada.

Sr. Presidente, nosso Relator citou as afirmações que faço desde o começo desta CPI. Toda linha de investigação, tudo que nós temos de concreto desta CPI está baseado no relatório. Tudo, nada mais, nada menos. O resto é clonagem ou perfumaria. A grande verdade é que o trabalho produtivo em que se baseou a CPMI é o relatório que V. S^a apresentou, ainda oriundo da época dos precatórios. Se saímos do Brasil e vamos para Nova Iorque e chegamos à questão da agência do Banestado, o importante é o seu relatório. Fora disso, não tem mais. Aliás, se houvesse lei de direito autoral para esses casos, V. S^a poderia estar cobrando apropriação indébita de várias pessoas. Eu venho dizendo isso até por dever de justiça.

Quero dar mais um depoimento em relação ao Dr. Celso. Até hoje, pode ser que amanhã isso mude, mas não vi nenhuma informação leviana ou sem uma base segura do que vem acontecendo. O que atrapalha muito a CPMI é o “chutômetro”. Ou seja, temos a investigação, o dado e o chute. Aí é aquela história, há quatrocentos políticos envolvidos...Essa é uma coisa que me ofende muito, Dr. Celso. Eu sou político por opção. Estou no sétimo mandato. Chegue na Câmara garoto e vi muito político chegar ali rico e sair pobre. Os que chegaram pobres e quiseram sair ricos, as CPIs tomaram conta.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Mais cedo ou mais tarde elas tomaram conta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu conheço casos dos que chegaram milionários, ricos... Até há casos em que o pai roubou, mas ele não. Há o caso de Adhemar de Barros Filho. Chegou na Câmara rico, milionário e depois vendeu fábrica de chocolate, vendeu tudo que tinha. Hoje vive de uma pensão.

Assim, nada me irrita mais do que quando se afirma que há, por exemplo, quatrocentos político, mil políticos envolvidos e não se cita os nomes.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Isso é irresponsabilidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Isso serve para desvirtuar o objetivo da CPMI.

Fico muito feliz por estar aqui. Não conhecia V. S^a, mas tinha informações de V. S^a por meio do Pedro Simon, uma das primeiras amizades que fiz quando cheguei na Câmara e a quem prezo muito.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Esse é um exemplo cabal de político de priscas eras e franciscano.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente. Tenho certeza e que V. S^a não vai negar-se a continuar colaborando com esta CPMI. Tenho certeza de que o Relator irá se valer muito dessas informações, pois elas são muito importantes. Concordo em gênero, número e grau com sua afirmação sobre as falhas do Banco Central. Não sei se por vaidade, por prepotência, por arrogância, por burocracia. Mas nada disso seria possível sem essa atuação do Banco Central, que luta hoje por independência.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Perfeito. Nada mais independente do que uma caixa preta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente. Essa vinda virtual desses caminhões... Não é possível que não houvesse um indício, um funcionário, uma denúncia. Com a criação da CPMI, cabe-nos a obrigação de em trinta dias mostrar à Nação quem são os corruptos.

Nós temos um caso clássico de um político paulista que há vinte anos pelo menos vem sendo acusado de corrupção e nunca a Justiça conseguiu uma prova concreta contra ele. Ele abriu conta não sei aonde, mas ele diz que a conta não é dele, é da sua mulher. Nós nunca conseguimos....

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Não há uma denúncia formalizada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não é isto? Uma denúncia formalizada. E é um fato que tenho certeza de que ninguém juraria aqui que não há envolvimento direto ou indireto. Mas, na hora da prova, que é o que temos que nos basear até para as acusações, infelizmente ainda temos essa dificuldade.

Mas quero dizer, Dr. Celso, que esta CPI vai chegar a um bom caminho. Até quero lhe fazer uma pergunta: o senhor acredita nesse número dos US\$30 bilhões? Porque esse número virou um símbolo. Eu não tenho esperança de que consigamos resgatar esses recursos, pelo menos em parte significativa. Porque se ensinou aqui no Brasil, nesse crime de evasão, tecnologia de ponta de fazer inveja aos grandes de paraísos fiscais. A maneira como se fez aqui foi tecnologia avançada. Em determinado momento, essa questão mesmo dos caminhões, quando vai se ver o lado do carimbo, a responsabilidade passa a ser do banco e

não do depositante. São coisas que dificultam. Foi feito por quem gosta de fazer, por quem sabia e estudou. Tenho impressão de que isso, inclusive, deve estar causando inveja aos suíços e a todos aqueles que têm o pioneirismo do sigilo bancário.

Tenho a impressão de que, pelo menos, tudo isso vai servir para que, daqui para frente, se fechem esses canais dessa famigerada corrupção.

Aliás, agora há pouco, ouvimos o Dr. Mozart, Juiz de Blumenau, também mais ou menos dentro dessa linha. As informações que nos deu são precisas. Acho que temos que lutar para procurar encontrar o que for preciso desse dinheiro, mas, pelo menos, procurar evitar o daqui para frente. Se esta CPI conseguir isso, já vamos atingir um marco positivo nessa questão.

Dito isso, queria apenas fazer três perguntas rápidas ao senhor. No começo da oitiva, V. S^a fez uma afirmativa, se é que entendi bem, de que no início de um dos inquéritos, alguns nomes apareceram e depois sumiram.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Certo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se havia possibilidade do senhor nos dizer – agora ou posteriormente –, enviando para a CPI, esses nomes, porque penso que é da maior importância saber por que sumiu, sumiu por quê?.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Isso, inclusive, Deputado, só para observar, quando foi para esse relatório que elaborei para o Senado, constava todo nome e está ali. Inclusive, quando remeti para os domicílios fiscais dessas personalidades, que era o centro do País, São Paulo e Rio de Janeiro, foi destacado que houve uma diferença. Antes aparecia dez xis e agora aparece xis. Tem-se que se investigar os dez xis. Isso é tranquilo, não há problema algum.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Penso que isso já é uma maneira de termos, pelo menos, uma linha de investigação com relação a isso.

O senhor não pensa, Dr. Celso, que uma das coisas que complicam muito aqui para nós é o conceito que se tem no Brasil de casa de câmbio. Casas de câmbio no Uruguai no Paraguai funcionam como banco. Aqui, 90% das casas de câmbio são arapucas. Se o senhor examinar, é câmbio e empresa de turismo, ou é câmbio ou loteria esportiva, ou loteria de risco. Tem sempre um... 100%. Geralmente, não é a casa de câmbio no conceito original do que deveria ser.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Exatamente. Regra geral, eles têm autorização para fazerem câmbio do turismo e acabam extrapolando – 90%.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É um balcão de negócios, onde o cara chega lá com o dólar. Por isso que eu estava falando naquela questão

do dinheiro da diplomacia. Não sei se V. S^a detectou movimentação, não das embaixadas diretamente, mas dos funcionários de embaixada. Porque esses dinheiros das embaixadas entram no Brasil com a imunidade, geralmente por meio dos malotes diplomáticos, que têm imunidade, e os diplomatas recebem o dinheiro e vão vender no paralelo. Para manter a embaixada, vão para o paralelo. Se se examinar o volume que isso dá no correr do tempo, não é nada de se jogar fora, e essas casas de câmbio são usadas. Agora mesmo, uma revista noticia que um funcionário de uma Embaixada africana vendeu um carro para um doleiro, e só se pegou por conta disso, fazendo exatamente essa rota e essa manipulação.

O senhor já me respondeu sobre o dinheiro, espero que não seja dada a resposta...

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Senador, quero fazer uma observação. Foi boa a colocação do Banestado em Nova Iorque. Nelson Rodrigues falava sempre, a respeito do futebol, do complexo de vira-lata. O Brasil, quando não ganhava Copas do mundo –era o melhor do mundo –, chegava a hora dos jogos, sempre achava que os outros eram melhores. Por isso, espraia-se por todos os segmentos, porque os americanos que são bons e tal. Esse caso da lavagem é uma prova cabal da absoluta incompetência dos órgãos de controle norte-americanos. Eles vêm dar lição para nós, dizendo que têm uma lei boa, que controlam a lavagem de dinheiro, e, depois dos atentados, exigem tudo isso – aliás, atentado virou palavrinha mágica, porque antes os americanos não davam informação nenhuma; depois, diziam que podia ter dinheiro do terrorismo. Eles abrem, entregam até a mãe para nós. Essa agência ficou lavando dinheiro na cara deles lá durante um tempo absurdo e não aconteceu nada. Na prática, houve investigação. Mas, no frígido dos ovos, alguém foi para a cadeia? Ninguém, não aconteceu nada. Então, vejo que essa questão da leniência com o sistema financeiro não é uma coisa brasileira; pelo contrário, hoje temos uma legislação bem rigorosa. Acontece com todo mundo, lá na cara deles. Se eles tivessem estourado isso logo, se as agências de controle deles funcionassem, também já teria parado por aí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O americano é muito pródigo em dizer faça o que eu digo e não o que eu faço. Não é só nessa questão, mas na questão da preservação das matas, na poluição das cidades. Eles poluem e não quer que os outros poluam. E por aí vai, nos direitos humanos, condenam, mas têm Guatamano, que é uma questão interessante.

Dr. Celso, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela habilidade em conduzir as coisas. Tenho certeza, e aí vai o repórter do início da vida, de que a grande

lida da imprensa é saber quem é o Romeu e a Julieta desse episódio tão bonito que o senhor contou do Rio Grande do Sul.

Por outro lado – faça esse registro com chave de ouro, e a Ideli vai gostar –, V. S^a, quando fala na questão das evasões do INSS e se refere ao funcionário que teve o dedo amputado e que está na fila, teve o cuidado de dizer que o dedo era o mindinho e não o polegar.

O SR. CELSO ANTÔNIO TRÊS – Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Agradeço ao Procurador Celso pela participação e a bela exposição.

Antes de convidar o Dr. João Brandão Neto, suspendendo a reunião por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião às 12h e 25min.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Convido o Sr. João Marques Brandão Neto, Procurador da República de Blumenau, Santa Catarina, para fazer parte da Mesa e fazer uma exposição por vinte minutos.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Sr. Presidente, preciso de alguém que maneje o **datashow**. Se ligarem, posso manejar, mas fico sem microfone. (Pausa)

Bom, vamos aguardar aqui.

A título de introdução... já está sendo registrado o que estou falando? Porque gostaria que ficasse registrado. Está gravando?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – A reunião está sendo gravada.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Estou passando para a CPMI, em caráter reservado, documentos extraídos de processos judiciais, boa parte dos documentos obtive mediante autorização judicial, com a ressalva de que só entregasse à CPMI em caráter reservado. Então estou fazendo a entrega, há um roteiro do que vou falar com documentos, há um disquete com cópia desse roteiro que passo à CPMI e passo uma cópia desse CD-Rom que vou falar. O CD-ROM não é reservado.

Se fosse possível, aqui tem um rascunho, não está completo, mas tem partes, se alguém tiver interesse em ir seguindo, está faltando alguma coisa, o completo está lá. Seria interessante, à medida em que eu fosse falando, que V. Ex^{as} fossem vendo os documentos.

Podemos esperar mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Sim.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vamos ter uma parte pública e uma parte reservada?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Sim, a parte pública vou fazer apenas uma introdução,

o resumo do que vou falar e vou usar **datashow** para situar todo mundo, depois quando eu passar para esse documento seria uma parte reservada. Evidentemente que aí tem algumas coisas de imprensa, mas tem coisas, tem inclusive transcrições de interceptação telefônica, etc. São documentos sigilosos.

Só queria ressaltar que o Dr. Valmor Alves Moreira, é Procurador-Chefe da República em Santa Catarina, então em face da unidade Ministério Público...

Então, vamos lá. Essa operação teve início em março do ano passado. Farei um resumo antes.

Faço só um pequeno recuo histórico. A proibição de evasão de divisas data da Idade Média, então esse problema do Banestado que quero passar para os senhores não é um fato isolado, ele já existia e, depois, continuou existindo. O caso Banestado foi mais um método de evasão de divisas.

Com a facilidade de comunicação, os métodos de evasão acompanharam as inovações tecnológicas. Só para poder me entender mais tarde, vamos entender divisa como moeda estrangeira, quer dizer, quando se impede moeda estrangeira de entrar no País está se provocando evasão de divisas. O crime de evasão de divisas está no art. 22 da Lei nº 7.492/86; lavagem de dinheiro está no art. 1º da Lei nº 9.613/98.

Essa proibição de evasão de divisas vem desde da Idade Média portuguesa. Ela vigorou no Brasil até 1830. A pena para quem enviasse dinheiro para fora do País era pena de morte e a perda total de bens.

Já na Colônia fazia-se evasão de divisas dentro de santos, daí vem a idéia do santo de pau oco. Essa imagem está no Museu da Inconfidência, em Minas Gerais. Ali dentro se levava dinheiro. Era uma das formas.

No caso do Banestado, as remessas vinham de todo o Brasil e eram direcionadas para Foz do Iguaçu, como os senhores perceberam. Então, elas seguiam sempre uma rota. Vinham de diversas cidades, iam até Foz do Iguaçu e, dali, elas se expandiam para o resto do País. Isso até mais ou menos 1998.

A partir de 1998, cada doleiro passa a remeter os valores diretamente para o exterior, via telefone, fax ou Internet. Então, cessa a rota por Foz do Iguaçu e cada cidade passa a ter autonomia para remeter dinheiro para o exterior por meio desse sistema de compensação de contas.

Isso se descobriu numa operação conjunta de maio a agosto de 2002 do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Receita Federal e Banco Central do Brasil. A operação realizou-se em Blumenau, Santa Catarina. Vou descrevê-la em detalhes daqui a pouco.

Nesse tipo de operação, o dinheiro não sai do país; ele circula no território do país. Então, no Brasil,

circulam reais; no exterior, circulam euros ou dólares, que saem da conta que a **offshore** do doleiro abre e são debitados ou creditados na conta do seu cliente.

Essa circulação opera-se da seguinte maneira: o doleiro abre uma **offshore** num paraíso fiscal – os senhores vão ver, mais tarde, um certificado de abertura de uma empresa dessas – e a **offshore** abre conta em banco não mais da Suíça, mas, sim, dos Estados Unidos, da Alemanha, e essa conta passa a movimentar o dinheiro.

Assim, o paraíso fiscal não funciona mais como uma circulação de dinheiro, mas sim como um local onde se abre uma empresa, que será a **offshore**. Nesse paraíso fiscal, o cliente do doleiro também abrirá a sua empresa e abrirá contas nos outros bancos.

Essas contas são movimentadas por ordens bancárias, que são remetidas via telefone, fax ou Internet. Elas podem ser movimentadas diretamente pelo doleiro ou por intermédio dos seus laranjas.

A idéia do laranja, daquela pessoa pobre, que o Dr. Celso falou hoje de manhã, não se usa mais. Passou-se de um período em que empresas eram abertas para servir de laranja e, hoje, empresas com movimentação financeira que justificam um movimento grande passam a alugar as suas contas bancárias, cobrando 2% do valor da movimentação para que essas contas sirvam de “laranja”.

O sistema funciona mais ou menos assim: o interessado em mandar, por exemplo, funciona via alimentação e retirada do dinheiro no exterior. Então, como é que se faz uma remessa de dinheiro para o exterior? O interessado coloca dinheiro na conta dos seus “laranjas”. O dinheiro desses “laranjas” é colocado na conta dos “laranjas” da Casa de Câmbio e a Casa de Câmbio manda um fax para debitar na conta que ela tem no exterior e creditar na conta que o seu cliente tem no exterior.

Outra maneira é o recebimento irregular de dinheiro do exterior. O caminho é contrário. A pessoa que está querendo tirar o seu dinheiro no exterior, manda um fax para o banco onde tem conta e diz para debitar na conta dele e creditar na conta do doleiro. Vai lá no doleiro e o doleiro tira o dinheiro da conta dos “laranjas” e passa para essa pessoa que mandou o dinheiro.

Outra maneira é a importação fraudulenta. Compra-se a mercadoria no exterior e o importador cobra, digamos, US\$100 mil – US\$50 mil são remedidos para o exterior pelas vias legais, e US\$50 mil são remetidos pelo sistema de antes, ou seja conta do “laranja” para a conta do “laranja” doleiro fica no Brasil e o doleiro retira da sua conta no exterior e passa para a conta da empresa que exportou a mercadoria para o Brasil. É também uma forma de alimentar – porque ali saiu o

dinheiro – a exportação fraudulenta, a exportação por fora, ou seja, a pessoa vende uma mercadoria para o exterior e o pagamento dessa mercadoria é feito com crédito na conta do doleiro e parte entra legalmente no Brasil e a mercadoria chega. O dinheiro que ele exportou não entra no cálculo da balança de pagamento e, segundo, ele recebe dinheiro de exportação para o caixa 2. Nós identificamos todo esse tipo de operação.

Ao final, irei falar sobre a criação de Varas especializadas que concentraram os casos num determinado lugar e deixaram o meio – o interior dos Estados – um pouco desprotegidos.

Termino, apresentando a idéia de que a especialização é um problema que, historicamente, não foi solucionado, porque, já, em 1436, em Portugal, reclamava-se contra os problemas das varas especializadas.

Isso, em resumo, é o que tenho a passar. A documentação, os números de contas, tudo resultado da investigação, passarei a explicar daqui há pouco, tomando sempre o cuidado para não tomar o tempo dos senhores.

Agora, em função de ordem judicial, eu precisarei que essa segunda parte fosse reservada, porque esta é a determinação que tenho da Justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Suspendo a reunião por 5 minutos para que fiquem na sala apenas a Assessoria, os Srs. Parlamentares da CPI e os Delegados Luiz Carlos Coffi e Germano Miranda.

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

(Falha na gravação.)

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – ...da folha 3, item 7.

Muito bem. Essa nova modalidade dispensa documentação. Ela, então, não deixa vestígios. Ao contrário da CC-5 – em que, hoje, ainda é possível se rastrear todo o Sistema Banestado – essa modalidade não deixa vestígios. Como foi que começou a investigação? De novo graças ao trabalho da Receita Federal. Em maio de 2001, uma empresa chamada Tag entrou com um mandado de segurança alegando que a Receita não podia ter acesso à movimentação financeira dela.

Essa microempresa, a Tag (o mandado de segurança está no Item 8), movimentou, em 1998, R\$34 milhões. Ora, uma microempresa não pode ter movimentação superior a R\$244 mil.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – De onde é essa empresa?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Ela pertencia a dois empregados da Roweder, de Blumenau. Então, é uma empresa criada só para a finalidade de “laranjice”. Ela nem tinha sede.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Qual o nome completo da empresa?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Roweder Câmbio e Turismo Ltda., que é uma das casas de câmbio.

A Tag entrou, então, com esse mandado de segurança, para que a Receita Federal fosse impedida de ter acesso aos seus extratos bancários. Foi concedida parcialmente a segurança. Depois, foi interposto recurso no Tribunal Regional Federal e, em 19 de setembro de 2002, foi confirmada a sentença de primeiro grau, com o voto divergente da Desembargadora Federal Maria Lúcia Leiria. Em 29 de outubro de 2002, foram interpostos recursos especial e extraordinário pela Fazenda Nacional.

Em março de 2002, a Receita Federal fez uma representação à Procuradoria da República em Blumenau, porque detectou várias pessoas com movimentação bancária muito superior ao rendimento - e era movimentação do ano de 1998. Suspeitou-se, então, que essas pessoas estivessem usando o sistema Banestado, o sistema CC-5, para fazer remessas para o exterior a serviço de duas agências de turismo operando irregularmente no câmbio. Elas tinham autorização para operarem no câmbio, mas estavam operando acima do limite.

O que se tentou fazer primeiramente foi ver o destino que seguiam os cheques vindos dos laranjas, pois se sabia que eram mandados para Foz do Iguaçu. Chegou-se à conclusão de que a saída seria a interceptação telefônica. Foi um problema complicado conseguir-se essa interceptação, porque a polícia não tinha verba. Por exemplo, para se interceptar fax, precisa-se de um equipamento que custa R\$10 mil, e a Polícia Federal não tinha esses R\$10 mil. Tive que ligar para o Diretor-Geral da Polícia Federal em Brasília, tive que ligar diversas vezes para o Superintendente aqui em Florianópolis e, a muito custo e depois de algum tempo, conseguiu-se o fax, que era fundamental para essa diligência.

Nesse período, também estive em Blumenau, ajudando-nos nos processos, o Dr. Celso Três. Muito do esquema CC-5 aprendi com ele - o que mais tarde foi de alguma ajuda -, mas tivemos que descobrir outras coisas.

Em 5 de maio de 2002, foi entregue à Polícia Federal a autorização judicial para interceptação telefônica, mas as dificuldades continuaram. Desse modo, só em 17 de maio começou a interceptação em Blumenau, mas feita por Itajaí, porque não havia diárias para a Polícia Federal ir a Blumenau. Assim, somente em meados de junho começou a interceptação em Blumenau. De maio até junho, interceptou-se só a Quest,

só uma das chamadas casas de câmbio. De junho em diante é que se começou a interceptar a Roweder, e, só em julho, surgiu a verba para fazermos a interceptação de fax.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa Quest é também de Blumenau?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Em 1998, Osni Buss era sócio da Casa Roweder Câmbio e Turismo. Depois desfizeram a sociedade: o Osni criou a Quest Câmbio e Turismo, e os Roweder continuaram na Casa Roweder.

A Casa Roweder, em 1998, operava no esquema Banestado com o nome de Guilford Acceds. Ela passa a operar nesse esquema agora com conta na Alemanha, em Hamburgo, com o nome de Sharmine Holding.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Como se escreve isso? Está aqui escrito?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Está tudo escrito. Tudo isso que estou falando está aí. Vamos chegar lá.

Eu só queria alertar para alguns aspectos que, para mim, são importantes, em função até de um projeto de lei que está tramitando sobre interceptação telefônica. É o seguinte: faz-se muito pouco, no Brasil, interceptação telefônica como prova. Pode-se usar a interceptação telefônica para duas finalidades. Uma é para localizar a prova. Então, fico lá fazendo a interceptação, para saber onde está um seqüestrado, onde está um dinheiro roubado, algo assim. Outra finalidade é usar a interceptação para que a interceptação em si, os diálogos, fax, etc., sirvam como prova judicial.

Esse tipo de interceptação é muito raro, e as pessoas até colocam em dúvida, no começo, pela raridade. No caso, até a própria polícia, que estava participando, dizia: “Olha, isso aí dá problema. Não vai dar certo”. Felizmente, deu, porque foi um trabalho muito bem feito, de agentes da Polícia Federal de Itajaí, da Receita Federal, da Espei – que faz o serviço de investigação da Receita Federal –, e de funcionários do Banco Central de Curitiba.

Quando começou a interceptação, começamos a perceber a dificuldade para entender, porque a cabeça de todos estava com informação para entender o esquema do Banestado. Quando surgiu esse novo esquema, todos tiveram que reaprender, então, chamamos o Banco Central, para poder ajudar, e o pessoal da Receita. Então, levamos um mês para decifrar como era esse novo sistema. Um mês depois, começou-se a perceber. E assim, formou-se, quase que espontaneamente, uma força-tarefa, em Blumenau, montada em função da necessidade.

Foram três meses de interceptação, de maio até agosto de 2002. A partir da página nº 5, explico como funciona o sistema da chamada “casa de câmbio” no Brasil. Em resumo, eu queria deixar para os senhores que o Banco Central do Brasil não autoriza o funcionamento de casa de câmbio no Brasil. O Banco Central só autoriza que agências de turismo atuem no mercado de câmbio flutuante, para operar até US\$200 mil por dia e fazer vendas de moeda estrangeira para negócios, serviços, treinamento, fins educacionais, científicos e culturais, participação em competições esportivas e tratamento de saúde. Mais: a agência de turismo não pode operar diretamente com o exterior, mas sempre por intermédio de bancos com agências no Brasil. Mais ainda: ao negociar moeda estrangeira, não pode fazê-lo “de boca”, ou seja, não pode ir lá e trocar o dinheiro. Tem que preencher um boleto, e esse boleto tem que ter dados, endereços e tem que ir para o Banco Central para registrar essa compra de moeda estrangeira. Não existe compra de moeda estrangeira informal.

Então, se está escrito “casa de câmbio” em algum lugar, aqui no Brasil, é ilegal. Não há possibilidade de alguém ser casa de câmbio no Brasil. Canavieiras está cheio...

Esse é um problema dos mais sérios, e é o primeiro alerta que eu gostaria de fazer à CPMI: o Banco Central não autoriza funcionamento de casa de câmbio. Isso é norma do Banco Central, informação do Banco Central. E quem ajudou muito nesse trabalho, em Blumenau, foi Hilton Kasai, que é o Gerente de Ilícitos Financeiros em Curitiba.

Portanto, a casa de câmbio, como casa de câmbio, não pode funcionar no Brasil. Quem quiser comprar ou vender moeda estrangeira, especialmente para poupança, tem que ir ao banco, mas não se pode comprar, em regra moeda estrangeira para poupança. Tem que ser para essas finalidades citadas. A legislação é bastante complicada.

Durante a interceptação, aconteceu um fato que ajudou bastante as investigações. Nos dias 26 e 28 de junho, o FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation) – estou na página nº 7 – intervém no CBC (Connecticut Bank of Commerce), e o CBC é comprado pelo United Bank.

As contas dos clientes da Quest, cujos números darei daqui a pouco, estavam no CBC e depois foram para o Hudson United Bank.

Então, na lapela nº 1 – os senhores estão vendo uma lapela laranja, já coloquei laranja para lembrar laranja –, há uma matéria da **Gazeta Mercantil** – e isso é público – na qual o autor diz que o sistema de câmbio paralelo no Brasil é extremamente sofisticado

e permite a lavagem de dinheiro. E um ponto a ser pensado é o câmbio paralelo. Que câmbio paralelo é esse? Como funciona? Ele é legal? É ilegal?

Temos diálogos nesse caso aqui – não estão aí, mas estão nos processos – em que as pessoas dizem: “aqui é o câmbio paralelo, não dá para dar documento. Vai ser no fio do bigode. Coisa e tal”. É a questão do câmbio paralelo.

Outra matéria que reputo da maior importância – está na etiqueta nº 02 – saiu só na **Globo News** em junho de 2002 e fala de uma certa Maria Carolina Nolasco, que foi presa nos Estados Unidos. Nessa matéria, fala-se que doleiros brasileiros remeteram – na segunda ou na terceira folha – de US\$4 a 8 milhões para os Estados Unidos. Quer dizer, esse sistema já funcionava e já era noticiado na Internet.

Em uma outra matéria publicada na Internet, no site do FGIC, na lapela nº 3, esse órgão americano explica como se administram contas de terceiros nos Estados Unidos. Está em espanhol. A matéria está acessível na Internet. Eu tirei de lá. Portanto...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É o oficial?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – É. Então, nos Estados Unidos existe essa possibilidade, que era usada pelos doleiros da Quest.

Na lapela 4, há a notícia da intervenção do FGIC no CBC. Nessa intervenção, os senhores verão que cada correntista só tinha direito a receber US\$ 100 mil. Assim, por exemplo, houve pessoas – é uma empresa do Braço do Norte, que tinham US\$5 milhões nessa conta. Desses US\$5 milhões, só puderam retirar US\$700 mil, porque eram sete irmãos; o codinome da conta é Mano. Então, conseguiram tirar US\$700 mil e perderam US\$4,5 milhões. Um outro correntista de Rio do Sul tinha US\$ 3 milhões na conta e perdeu US\$ 2,9 milhões, ou pelo menos, só vai poder retirar daqui a alguns meses.

Nas lapelas de nºs 5 a 9, os senhores vão começar a perceber as interceptações, a transcrição de interceptação, e o pessoal, neste caso, já está desesperado por causa do problema dos US\$ 100 mil.

Para poderem retirar o dinheiro, se os senhores verificarem a lapela nº 10, eles tinham que mandar procurações para autorizar. Estão vendo aí a procuração? É uma procuração em inglês.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É Braço(Brás) do Norte?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Braço do Norte. É Copobras. Sabe a Copobras, o nome deles aqui.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa empresa de que é?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – De copo de plástico.

Então, por essas procurações se começou a descobrir o número das contas deles nesse CBC.

Ainda no documento 10/7, há um diálogo telefônico em que se fala sobre a intervenção, os prejuízos e quem teve prejuízo... Acho que são as letras H e O: Osni e Henrique.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Osni e Sharon?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Osni e Sharon. A Sharon é a mulher do Osni. A Sharon Eileen McCarthy trabalhou na Casa Piano. Ela tem nacionalidade americana e trabalhou no Banco CBC, segundo informações que temos. Depois, trabalhou na Casa Piano, no Rio de Janeiro, e, depois, veio morar em Blumenau.

Em julho, começamos a perceber que a Quest trabalhava em rede nacional, quer dizer, aquela rede que canalizava todo o dinheiro para Foz do Iguaçu trabalhava, agora, entre si.

Por exemplo: se uma empresa de São Paulo queria vender dólar, ela ia ao doleiro de São Paulo vender dólar. O doleiro de São Paulo fazia contato com o de Blumenau e com o de Porto Alegre e um desses dava um número de conta de alguém de Porto Alegre que queria comprar dólar. Então, a pessoa de São Paulo depositava o dinheiro na conta da pessoa de Porto Alegre, de forma que não deixava vestígio de onde foi e para onde vai o dinheiro. Ou, se se queria trazer dinheiro do exterior, usava-se também esse sistema de repasse. Por exemplo, no Município de Soledade, se não me engano, no Rio Grande do Sul, alguém mandou dinheiro do Uruguai para pagar um terreno em Soledade, mas o interessante é que disseram: “Não, foi para comprar terreno”, só que os dois – o comprador e o vendedor – tinham comércio de pedras preciosas. Então: “Ah, foi para pagar um terreno que mandaram o dinheiro”, aí, mandaram o dinheiro do Uruguai para o Brasil, que passou pela casa de câmbio de Blumenau.

Essas operações por telefone se chamam operação dólar cabo, ou seja, não é a compra física, é a movimentação da conta via telefone, via Internet ou via fax. Nos diálogos, vez ou outra, fala-se em “tens um cabinho aí para mim?”, algo assim, que era esse sistema. Às vezes, o doleiro de São Paulo tem um valor e tem que repassar. Eie tem mais, ou tem menos, eles fazem compensações entre um e outro e nunca o dinheiro passa pela conta do doleiro.

Bom, detectamos, em julho, que havia, entre essas diversas conexões, uma em Curitiba e uma em Porto Alegre. Contatamos a Procuradoria da República em Curitiba e em Porto Alegre, e montou-se inter-

ceptação em Curitiba e em Porto Alegre. Em Curitiba, a interceptação ficou no Processo – página 7 – nº 2002/7050232-6, 3ª Vara Criminal. Em Porto Alegre – V. Ex^{as} já devem ter visto nas Atas da CPMI –, o processo teve o número 2002/7100024420-0, 3ª Vara Criminal. É interessante ser gravado esse número.

Em dezembro de 2002, em São Paulo, houve uma denúncia do Toninho Barcelona, Processos nº 971050630 e o 97010448890. Nessa denúncia, mencionam-se já empresas como a Lespan, que trabalhavam com as de Blumenau e Porto Alegre. Na Roweder – estou misturando as datas, conforme o interesse de V. Ex^{as} –, foram encontrados, em busca feita no dia 22 de agosto, cheques da Lespan. Tanto a Roweder quanto a Quest trabalhavam com a Lespan. O que é a Lespan? A Lespan ou a Gales – é o mesmo nome – é uma empresa de Câmbio que atua, provavelmente de forma legal, no Uruguai e continua atuando até hoje. Esse nome já é conhecido de V. Ex^{as}, a Lespan. Continua atuando sem problemas. No processo de São Paulo, há contatos com a Lespan. Aqui, em Blumenau, continuam com a Lespan e Gales. Há diálogos falando em Gales, até.

Na matéria que está nas etiquetas 11 e 12, V. Ex^{as} já vão perceber menções à Lespan, no nosso caso, e ao **modus operandi** – matéria que, não sei se a própria CPI tomou conhecimento. Lá pelas Lapinhas 11 e 12, já se fala em alguns pontos acerca dessa denúncia em São Paulo e do **modus operandi**.

Vamos para as contas no Exterior (página 8). Começaremos pelas contas da Roweder, no exterior. Essas empresas mantêm contas no exterior e continuam movimentando-as direitinho. Estou começando pelas provas. No Item 13, na Lapelinha 13, temos um diálogo interessante. Trata-se de um advogado querendo sacar um dinheirinho de uma conta sua em um banco de Nova Iorque. Aí só está um extrato. São 3 mil páginas de **fax** e interceptação. Estou trazendo só um extrato aí. Então, ele liga, e diz: “Olha, eu tenho um dinheirinho, lá numa conta em Nova Iorque, e queria tirar esse dinheirinho de lá”. Aí ele manda um **fax**.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É um advogado de Blumenau?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Advogado de Blumenau.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Tem o nome dele ali?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Tem o nome dele ali; está ali. É para falar?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É para falar.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Amir Musse.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É advogado?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – É advogado. É um dos 57 casos. Está aqui como exemplo. Vamos pegar os 57 casos que estão listados lá também.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um momentinho. Há alguma ligação com o Musse daqui?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Se existe, é de família; se existe, é familiar.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Isso não quer dizer nada. Inclusive lá em Blumenau tem muito Musse.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Exatamente. Também tem muito isso. Olha, estou indo o mais rápido que posso, mais rápido do que isso fica complicado.

Na Lapelinha 14, V. Ex^{as} têm um exemplo de **fax** para essas... Olha, esse **fax** é interceptado. No Item 15, um cliente...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – E os valores desse aqui, por exemplo, esse do advogado, são valores grandes?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Ele tem US\$ 5 mil. Mas US\$ 5 mil ele está sacando aí, ele devia ter mais. No Item 15, é o Covalsck que está aí. Este Covalsck tem várias empresas em Itajaí: de pesca, de hotelaria. Este aí estava reformando o apartamento dele, então, estava pegando dinheirinho da conta dele para reformar o apartamento.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa conta é de Nova Iorque?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Essa conta dele não me lembro em que lugar que é, mas, mais adiante, tenho a relação.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Então, é uma empresa bem estruturada?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Bem estruturada. Não deve ter lugar no Brasil para guardar o dinheiro deles, aí tem que...

Agora, a Lapela 16 é muito interessante, porque...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É uma preocupação que tenho em cima dessas colocações, até mesmo porque estamos mexendo com estrutura de empresas, de pessoas. Esses recursos são irregulares ou oficiais? São recursos declarados?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Isso aí até eu gostaria de esclarecer.

Eu não participei da interceptação porque ela tem que ser feita pela polícia; o Ministério Público pode acompanhar. Mas havia uma preocupação muito grande

dos doleiros com o que eles chamam de “cabo podre”. Quer dizer, os repasses são feitos por “cabos” e “cabo podre” é dinheiro de droga. Então, eles diziam: “Tens um “cabo podre” aí? Não, esse aí não pego, porque é “cabo podre”. Aí, quando saiu, lá, aquela notícia da Nolasco, lá nos Estados Unidos, de que essa Nolasco, disseram, era tráfico de drogas, eles ficaram muito aborrecidos, e disseram: “Dinheiro de tráfico nós não mexemos”. É só dinheiro de sonegação. É só dinheiro sonegado. É isso que eu queria deixar bem claro para os senhores: nenhum desse dinheiro... a grande diferença do caso Banestado é que nada disso é legal. Nenhum dinheiro desse é legal. Isso é dinheiro de sonegação, no mínimo. Quer dizer, o dinheiro mais limpo que tem aí é dinheiro sonegado.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Caixa dois de empresa.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – No mínimo.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Não tem nada de CC-5 aí?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não. Outra coisa: CC-5 é coisa do passado. Ninguém mais usa CC-5 para mandar dinheiro irregularmente para o Exterior. Isso já caiu de moda desde 1998. Quem manda dinheiro irregularmente, hoje, para o Exterior, não usa mais as Constas CC-5. Então, esses casos de Contas CC-5, hoje, dificilmente se acha.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas, em 1994, já usava “cabo” também.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não, mas tem uma diferença. Há o cabo bancário e...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A operação de entregar o real aqui e receber dólar lá...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Bom, aí realmente eu não sei. Conheci isso em 1998. Não vou discutir isso.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – O Rio está muito na frente de Blumenau.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Olhe, eu não sei, porque veja Blumenau estava no esquema Banestado. Há clientes – mais tarde vou mostrar aos senhores – que usavam o Banestado e que usavam esse sistema.

Não vou discutir isso, porque não tenho conhecimento desse assunto. Só vou-lhes dizer que essa radiografia que tenho agora me dá, me cria a convicção de que havia um sistema de CC-5 e de que esse sistema migrou...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Na verdade, o esquema de CC-5 foi um bom instrumento para se fazer um grande colchão de dólar lá fora, para ficar circulando real aqui e dólar lá.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Exatamente, exatamente. Sim.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Para haver um grande colchão lá, quando já há um grande colchão de real aqui.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Sim, sim.

Bom, essa lapela 16 foi muito interessante. Perdoem-me, mas é necessário contar esse fato. Na operação de agosto, foram bloqueadas 37 contas bancárias em todo o País, desde Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, que eram usadas no esquema.

Então, várias dessas pessoas que tiveram conta bloqueada foram a juízo para tentar o desbloqueio, e uma das pessoas, a autora desse desbloqueio, levou para depor o Sr. Gilberto, que, em depoimento em juízo, disse: “Não, de fato, eu tinha uma conta no exterior. Eu tirei dessa conta, pus na conta da Casa Roweder e fui à Casa Roweder e busquei o dinheiro”. Mas, nesse mesmo processo, os cheques que vieram da Casa Roweder para a Dona Asta, que é a vendedora do imóvel, são cheques de laranjas. Então, esse processo em que se pede a restituição de dinheiro é um processo riquíssimo, porque há o depoimento da pessoa que tinha conta no exterior e fez a operação e o dinheiro dos laranjas, os cheques dos laranjas, que eram empresas com funcionamento regular, mas que tinham diversificado o seu negócio, alugado a conta para fazer “laranjice” e que aparecem nesse processo.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Os laranjas pessoas físicas foram substituídas por laranjas pessoas jurídicas?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não é bem assim, porque houve uma época em que o laranja pessoa física foi substituído pelo laranja pessoa jurídica, que era só constituído para ser laranja. Agora, em 2002, já é aluguel. O cara não se constitui para ser laranja. É o caso de muitos postos de gasolina, que têm movimentação bancária que justifica o uso. Então, esses postos alugam sua conta para ser laranja.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Têm grande movimento?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Têm grande movimento.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Há postos de gasolina aqui também?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não foi detectado nenhum em Florianópolis até agora.

A partir da lapelinha 17, os senhores vão perceber a prova da existência de contas bancárias no exterior por parte da Roweder. Há a conta no Deutschbank, a conta da Charmining Bank. Depois, há contas em outros bancos, como o MTB Bank etc.

A lapelinha 24 é muito interessante ser olhada. É uma correspondência da Roweder, em que, em inglês, manda destruir os documentos em poder do banco. Não é isso que está escrito aí? (Pausa)

Mais interessantes são as lapelinhos 25 e 26. São dois certificados de constituição da **offshore** nas Ilhas Virgens. Isso foi pego na busca e apreensão realizado no dia 22 de agosto de 2002, na Roweder. Por que a Roweder tem mais documentos que a Quest? Porque a Quest trabalhava em conjunto com o Joaquim Vasques, de Porto Alegre, e a interceptação lá em Porto Alegre vazou. Como houve esse vazamento, essa interceptação, o Joaquim Vasques foi avisado – quer dizer, foi beneficiário do vazamento – e avisou ao pessoal da Quest, em Blumenau. Essa operação era para ter sido feita no dia 27 de agosto, em Curitiba, Porto Alegre e Blumenau. Teve que ser antecipada para o dia 22, por causa desse vazamento em Porto Alegre. O pessoal começou a tomar cuidado, e tal.

Na lapelinha 27, os senhores têm correspondência remetendo os documentos; na 28, correspondência sobre o MTB Bank; na 29, já um contrato de uso de conta no exterior – é a Drexel, se não me falha a memória, é isso?

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Eagle.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Desculpe, Eagle. A Eagle, mais embaixo... enfim, é um contrato de uso de uma outra conta. Então, tem aquela conta da Chairman, que a empresa é da Roweder, e a Roweder contratou serviços para usar uma outra...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A Drexel Internacional...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Exatamente, Drexel.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Era uma conta exclusivamente para essa empresa movimentar?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não. Eles tinham uma conta na Alemanha – O.K.? – que era de uso deles, só do pessoal da Roweder. Essa conta, ela veio a substituir a conta do Banestado em Nova York.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Só passava por ela, mas quem movimentava eram os sócios da Roweder lá?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Sim, movimentavam por fax a conta. Agora, essa da Drexel, não, era de uma outra empresa, que eles alugaram para usar.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa conta alugada, quem a movimentava?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Nós estamos falando de duas contas. Então, uma da Chairman, no Deutche Bank em Hamburgo, e uma da Drexel nos Estados Unidos. Então, qual que o senhor quer saber?

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – As duas, pronto.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Tá. A Chairman era movimentada pelo pessoal da Roweder, porque eles eram os donos da conta. A Drexel, era uma conta alugada.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Quem movimentava?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não tenho essa informação com exatidão, então não vou lhe dizer. Eu presumo que seja o pessoal da Roweder porque eles têm um contrato aí de movimentação.

Na lapelinha 30, tem um manuscrito aí, ou não? (Pausa)

Então, o que aconteceu? Eles foram presos dia 22 de agosto e saiu uma rogatória para a Alemanha em setembro. Essa rogatória não atingiu o objetivo até hoje. Quer dizer, saiu uma rogatória de Blumenau, pedindo extratos bancários – é um problema sério esse de rogatória – para a Alemanha em setembro, a rogatória chegou na Alemanha, no Ministério das Relações Exteriores, dia 15 de janeiro, e até agora não recebemos nada. Nos Estados Unidos também. O pessoal não se conforma como ficamos sabendo da intervenção da French Data Analysis Corporation (**FDAC**) no Commonwealth Business Council (**CBC**).

Bom, nesse dia 6 de setembro o Ewald Roweder disse para tirar todo o dinheiro da conta dele – isso me perdoem, mas eu vou me estender um pouquinho nisso – e passar para a conta de uma outra pessoa que morava em Blumenau.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – O que que é “todo o dinheiro”?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Um milhão de dólares.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É um bom dinheiro.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Tá, só que era o dinheiro do momento, porque essa conta de 1998 a 2002 movimentou 97 milhões de...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Deixa eu abrir um parêntese: por que só Blumenau? Não tem Itajaí, não tem Florianópolis?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Calma, está lá na página...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Pensei que você era muito bairrista, só ficava em Blumenau.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não, não, é porque... Desculpa, eu sou de Itajaí, posso falar para alguém de Florianópolis com tranquilidade. Lá circula mais dinheiro. Por exemplo, eles não abriram casa de câmbio em Itajaí porque Itajaí não tem muita segurança, tem muita bandidagem, coisa e tal, então Blumenau é mais segura.

Eles atendiam o Vale, atendiam doleiros aqui de Florianópolis, quer dizer, o doleiro de Florianópolis trabalhava lá com eles, e atendiam outras cidades do Estado. Havia uma concorrência, uma briga muito grande entre a Quest e a Roweder, compreende? Tanto é que eles pensaram que um tinha entregue o outro. Então, é isso que eu acho uma parte muito interessante: por causa dessa tentativa de transferência de um milhão de dólares de uma conta para outra, a Polícia Federal alemã teve a sua atenção chamada, quer dizer, a coisa funcionou, e foi bloqueado o dinheiro nessa conta. E aí gerou um processo criminal na Alemanha. A polícia entrou em contato comigo, depois o promotor de Hamburgo entrou em contato comigo; eu passei informações para o promotor de Hamburgo, o promotor de Hamburgo me passou informações. Eu lhe mandei provas e ele também me mandou. Tanto é assim que este documento foi mandado para mim pelo Promotor de Hamburgo. Quer dizer, um intercâmbio...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esse dinheiro continua bloqueado lá?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Pois é, aí vem um outro negócio – essa resposta é comprida.

A Alemanha só bloqueia por seis meses. Depois de seis meses – esse bloqueio foi feito em setembro –, tem que ser apresentada a prova para a ação penal. Enquanto nos Estados Unidos há a necessidade de provar a lavagem de dinheiro ou terrorismo – sonegação de tributos não interessa –, na Alemanha, provada a sonegação de tributo no Brasil, está ótimo.

Então, o pessoal da Alemanha ficou insistindo para que eu fizesse prova de que eles estariam respondendo por sonegação de tributo.

Então, peguei com a Receita essa declaração, mas essa apuração é muito lenta. Consegui, todavia, uma prova e lhes disse que mais provas estariam nas fitas, com as interceptações telefônicas e coisa e tal, e isso só seria conseguido via diplomática.

Daí, o Promotor de Hamburgo fez uma carta rogatória pedindo as fitas. Essa carta chegou ao Supremo em março, tramitou. Houve um fato interessante: o pessoal já havia sido denunciado em dezembro, e o Supremo tirou fotocópias e disse que havia lavagem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso em que ano?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Eles já tinham sido denunciados. A operação foi em 2002. Em dezembro de 2002, denunciei o pessoal da Roweder. Em março de 2003, o Supremo recebeu a rogatória da Alemanha e disse: “olha, tem lavagem de dinheiro em Blumenau. Manda para o Procurador”. Daí, o Procurador-Geral da República me disse: “Olha, descobrimos lavagem de dinheiro em Blumenau”. Escuta, mas os caras foram denunciados em dezembro.

Essa rogatória que veio da Alemanha pedindo provas para processar os caras e para manter o dinheiro bloqueado lá, teve o **exequatur** negado pelo Supremo. E, por um trabalho que considerei excelente, esta Comissão oficiou ao Supremo pedido de reconsideração dessa decisão. Também houve o excelente trabalho do Procurador-Geral da República, que correu dessa decisão.

Isso quer dizer que esse bloqueio na Alemanha de um dinheiro que se poderia ter de volta pode estar obstaculizado por essa eventual falta de reciprocidade no Supremo.

Essa é a história deste documento.

O Documento nº 30 contém uma ordem de transferência de fundos. Os Documentos nºs 31 e 32 são cópias da rogatória vinda da Alemanha, na qual acrescentei só a tradução em português. Nela se identificam as contas e se diz que, de 1998 a 2002, foram movimentados noventa e sete milhões de euros nessa conta.

Os senhores vejam o que me faz...

A SR.ª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nesta conta de um milhão?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Da conta em que foram bloqueados US\$1 milhão, foram movimentados, de 1998 a 2002, 97 milhões de euros.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há o número dessa conta aqui?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vinte e cinco milhões por ano, aproximadamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trata-se da conta nº 223699 -17?

A SR.ª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É a conta que está naquele manuscrito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do Banco Citibank.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Na página 09. É a conta...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É essa aqui então, 223699-17.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não sei qual dessas. Há várias e eu precisaria localizar.

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pelo que o senhor falou, essa foi a conta bloqueada.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Aqui está o dinheiro bloqueado e, nesse outro documento aqui...

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para o seguinte: a Guildford Assets, que era a empresa da Roweder...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – O Tribunal Regional de Justiça de Hamburgo, mediante decisão datada de 05.09.2002, confiscou a pretensão da firma Charmine Holding, Rua Corte Hering, 20 – Blumenau, Brasil, contra a firma Deutsch Bank, 24, agência filial de Hamburgo...20.457, de Hamburgo, referente ao pagamento de saldo ativo da conta nº 600 115 4400...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Isso. Essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – ...à época, US\$912 mil.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – É o valor bloqueado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – E duzentos e três mil euros.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Isso. Esse é o valor bloqueado. A *offshore* da Roweder... Qual empresa?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Casa Roweder Câmbio e Turismo.

Bom, isso é importante. No esquema Banestado, a Guildford, que era a *offshore* da Roweder, movimentou U\$93 milhões. No esquema, fax e coisa e tal, V. Ex^{as} percebem que equivalem... Nos documentos 33 e 34, estão as informações sobre... Ah, 33 e 34, é o seguinte: fiz 54 petições dessas, onde peço a abertura de inquérito contra os clientes. Descrevo como ocorrem dois dos casos. Fizemos a pesquisa; depois saiu de Blumenau e veio para Florianópolis. Infelizmente.

Na folha 9, V. Ex^{as} têm todas as contas da Roweder, via *offshore* Charmine e Avenhot. Então, conta no Deutsch Bank, no – V. Ex^{as} me perdoem a pronúncia. Na página 9 agora: Credit Lyonnais MT Bank. Todas contas movimentadas até 2002. E para fazer esse tipo de operação.

Eles utilizavam também essas contas para terceiros. Os sócios da Roweder tinham conta no MT Bank, mas depois cancelaram. Foram apreendidos... Sim?

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Esses sócios da Roweder, Ilhéus Câmbio e Turismo, que é Cléber Francisco Pereira Rodrigues...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não. São clientes.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Ah, são clientes?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – É. Não são clientes, vamos dizer, são... Porque tem o cliente que é o cara que vai lá comprar. Eles têm os clientes deles. Eles são “subempreiteiros”, vamos dizer.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – “Subdoleiros”.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – São “subdoleiros”. Exatamente. Porque aí eles usam os serviços da...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Esses daí eles faziam... Eles tinham os clientes deles em Florianópolis e faziam as operações via Casa Roweder. Compreende? Então eles eram “subdoleiros”, não é? Mais ou menos isso. Eles tinham conta no MT Bank. Mas esse MT Bank também sofreu intervenção. Então eles tinham... Eles tinham cheques em branco. A Drexel também prestou serviços. E a Eagle. Então, a conta da Drexel no MT Bank, que eles usavam, está lá na página 10.

A Roweder também tinha seus correspondentes. Eu estou pulando alguma coisa, porque isso está com V. Ex^{as}. A Roweder tinha seus correspondentes, que estão listados nas páginas 10 e 11. Então, esses são os “subdoleiros”. Não são clientes. Ilhéus Câmbio e Turismo, e Eluno. Tem aqui, Florianópolis e Criciúma. Aqui no quadrinho do lado estão os endereços. São José, Ponto Final Viagens, Davok Consultores, em Blumenau; C&C Câmbio, Centaurus, em Florianópolis, e Juan Pedro Miguel Gustavo, que era da Lespan. Então, vejam que tem um contato aqui. Na última linha do primeiro quadrinho da folha 11, temos também contatos da Roweder com a Lespan. Quer dizer, a Lespan trabalha com todo mundo. V. Ex^{as} percebem isso? Quer dizer, já trabalhava no Banestado, trabalha agora, e trabalha... Quer dizer, atua.

Vamos para a conta da Quest no exterior. Apesar de, em 1998, estarem juntos, em 2002, o sistema da Quest da Roweder era diferente. A Roweder era mais autônoma, vamos dizer. A Quest trabalhava em rede, quer dizer, ela trabalhava em rede com São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre. Então, ela tinha conta no Hudson United Bank, que é o ex-CBC. Tinha essa conta 0301721153, titulada pela Nakia. Eles não usavam a conta só para eles, emprestavam a conta para os outros também, para outros doleiros. Aí, por sorte nossa...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – E essa Janete, Eduardo e Carmem?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Janete, Eduardo e Carmem eram o pessoal que trabalhava no CBC e foi para Hudson United Bank. Era

o contato do Osny, dos doleiros em Nova Iorque. No processo, temos...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essas pessoas trabalham hoje aonde?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Trabalham no Hudson United Bank, nos Estados Unidos. Eles eram o contato desse povo aí. E a Sharon passou 30 dias nos Estados Unidos, em julho do ano passado, para sacar o dinheiro, por causa dessa intervenção. Ela ficou 30 dias lá e volta e meia fazia contato para dizer como é que estava.

Voltando aos documentos. Lá na Lapela 35 há os codinomes dos clientes da Quest. Só que essa letra aí é de um camarada que trabalhava na Roweder, de modo que isso demonstra que esses clientes aí já tinham conta no exterior desde 1998. Então, esses são os codinomes. Tem Passíria, tem... e aí o apelido do cara, porque a conta dele no exterior é identificada por um apelido.

Na Lapelinha 36, tem um tal de Salésio e um tal de Regozo...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Osny.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Osny com Salésio, é isso, não é?

Este Salésio aparentemente é gerente do BESC de Blumenau, há confiança de que seja ele. Então, o Regozo, lá de Pinhalzinho, fez uma exportação fraudulenta e ficou em aberto US\$300 mil que ele tinha que trazer de volta para o Brasil. E o Banco Central começou a cobrar essa devolução. Aí ele entrou em contato com o gerente do banco, que entrou em contato com o Osny, para ver como fazia a coisa. Então, ele fazia o seguinte: ele depositava dinheiro em “laranjas”, o Osny tirava dinheiro da conta no exterior e fazia esse dinheiro entrar legalmente no Brasil. Então, com US\$50 mil em reais, ele fez com que entrassem seis vezes no Brasil esses US\$50 mil e, então, ele se acertou com o Banco Central.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Os mesmos US\$50 mil?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Os mesmos US\$50 mil. Tirava e entrava, tirava e entrava, quer dizer, tirava extra-oficialmente e fazia entrar oficialmente. Então, ele conseguiu fazer com que entrasse oficialmente. Claro que, nessa altura do campeonato, o Banco Central já sabia do rolo, e esse dinheiro entrou pelo cano.

E aí, esses depósitos que esse cara de Pinhalzinho fazia caiu numa empresa de Porto Alegre, porque eles davam: olha, agora deposita em tal conta. E lá na Lapela 37 vocês têm um fax com algumas contas onde devia ser depositado o dinheiro. Tem uma conta

interessante aí, não acharam? Vou até pedir que os senhores leiam para que eu...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mitra Diocesano. O que é isso? Até igreja.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a explicação para isso?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Pois é, aí tem que fazer um parênteses. O sistema verificado de montagem dos novos inquéritos é um quebra-cabeça. Porque os fax e as interceptações nem sempre estão juntas. Então, tem que ir anotando e juntar uma coisa com a outra. Estava-se fazendo esse trabalho de junção, de inquérito, e requeri a abertura de inquérito.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quando tiraram (inaudível)

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Exatamente. Portanto, quando não chegamos nesses casos, porque chegamos primeiro nos mais escabrosos. Esse daí, como recebeu um depósito só, íamos chegar lá, mas quando íamos chegar lá o processo foi tirado de Blumenau, a equipe foi desmontada. Agora...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor tinha uma espécie de força-tarefa lá, uma coisa assim?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Havia uma força-tarefa, sim, tínhamos uma força-tarefa que foi desarticulada momentaneamente, durante a denúncia estávamos rearticulando-a, quando terminamos de montar os inquéritos chamamos de volta a Polícia Federal, a Receita, o pessoal do Banco Central estava sempre em contato.

Aconteceu que os processos estavam em Itajaí, veio a resolução do tribunal e o superintendente da Polícia Federal, aqui de Florianópolis, determinou para o delegado de Itajaí que não abrisse mais nenhum inquérito policial enquanto não se resolvesse a situação da vara especializada. Os inquéritos pararam e o Dr. delegado parece que agora vai recomeçar, não sei como está essa situação, mas estão parados, de maio até agora, isso se perde informação. Sabem o que é, devia acontecer o seguinte, depois de terminada a operação, isso tinha que começar nacionalmente, nesse pessoal de São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, para desmontar o esquema nacional. Mas agora parou, quer dizer, é possível se rearticular, e coisa tal.

Na iapeia 38 os senhores vão observar que existe uma série de pagamentos de importação fraudulenta, verão que todos esses pagamentos são feitos pelo Pisoarte, a Pisoarte aqui de Tijucas, essa Pisoarte importou e há uma distribuição.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A Pisoarte é ligada à Portobello ou não?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não sei dizer a V. Ex^a, não atendo certeza, mas me parece, extra-oficialmente, que é de um ex-funcionário, mas não vou afirmar nada, porque não tenho essa informação. Se os processos tivessem ficado em Blumenau hoje já diria: olha, Pisoarte, de tal pessoa. Teria muito mais informações.

Então a Pisoarte mandando para diversos fornecedores, aí é o comprovante de que a Quest está mandando para a Pisoarte. Até o momento, lá na folha 12, temos outras contas, Texas Country, que atuou no sistema Banestado, estou na página 12 do meu relatório; há um conta coqueiro que não foi identificada, número 20.980, essa conta possui sub-contas em várias moedas, e presume-se que também seja administrada pela Quest em virtude de a empresa ter recebido vários extratos via fax a ela inerentes.

Também houve um pagamento realizado por Clinf Investments Incorporation no Dresnia Bank. Existe uma conta, vejam que interessante, que é usada pela Roveda e pela Quest, o titular é DBX Association Incorporation, número da conta é 22369917, no Bank One Fenix, Arizona.

Aí, V. Ex^{as} têm, na folha 13, os terceiros que tinham dinheiro administrado pela Quest, os nomes deles: Mano, por exemplo, que tinha US\$ 5 milhões...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Os quatro irmãos.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Eram sete irmãos, aqui está faltando, Jumbo, que devia ser o maior individual, ele tinha, o número da conta está aqui, no Hudson, nome deles, depois tinha o Michael, que o nome dele é um tal de Lóris, que é um empresário de Jaraguá ou...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Bremer é uma empresa?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não, ele tem várias empresas, só que uma conta é em nome dele, não lembro as empresas que ele tem, mas já teve mandado de segurança na empresa dele.

Pamavi trabalha na Mil e Um, é um dos donos da Mil e Um, que é uma empresa de material de construção, é daqui.

Agora, lá na folha 14, V. Ex^{as} me perdoem tocar nesse ponto, mas tocarei, esse Boneca, vejam bem, ele tem uma construtora, a Construtora Ranie. Esse Boneca, dono desse construtora, tem US\$ 300 mil no exterior e tem R\$ 900 mil no Refis. Compreendem isso? Quer dizer, entrou no Refis e colocou o dinheiro no exterior. Aí tem o Passíria...É município pequeno, valor pequeno, ele tinha, parece-me, US\$70 mil ou US\$700 mil, mas é o único político achado. Era ex-Prefeito de Marcos Marquete.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Era o “laranja”?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não esse é dono mesmo. É laranja.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Não, digo Boneca, aqui, Jumbo...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não “Boneca” é um codinome que eles usam. “Boneca”, por exemplo, era o codinome do Rui Eugênio Rani. Na conta, nos Estados Unidos, aparece Boneca, para não conseguir identificar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o ex-Prefeito?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – É o Marcos Marquete, ex-Prefeito de Rio dos Cedros, ali da região. Não sei a qual Partido pertence.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Agora é do PT.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só porque tu queres.

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – E a esposa dele foi candidata a Deputada.

Há outros correntistas, é um quadro, que não conseguimos decifrar ainda. Há um Kovalski, que se tivesse ficado em Blumenau já teríamos decifrado.

A lista maior, porque o sistema de correspondência da Quest era maior e nacional, aparecerá na fl. 14 do meu relatório. Não, desculpem-me. É a lapelinha 39. Essa lista de correspondentes foi apreendida na Quest. Observem o primeiro da lista, que é o Toninho Barcelona, de São Paulo. Aqui estão os telefones, a lista de todos.

Ali, digo qual foi o processo do Barcelona lá em São Paulo. Na fl. 40 há um fax de um correspondente em São Paulo, na lapela 40, Peri Júnior. Vejam, lá de Blumenau era uma empresa de São Paulo movimentando, quer dizer, nunca passaria pela conta deles.

E na lapelinha 41, há um diálogo com Joaquim Vasques, que é o doleiro de Porto Alegre, que estava sendo monitorado naquele procedimento de Porto Alegre, lá vazou e ele ficou sabendo. Nesse diálogo ele fala no Gales, não fala? Gales é a “Lespan”. (Pausa)

Não apareceu **factoring**.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tem que falar no microfone se quiser que seja gravado.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Isso tem muita relação com troca de..?

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – Tem, mas até agora não apareceu **factoring** porque tudo isso aqui...

O SR. RELATOR (José Mentor) – **Factoring** é nosso, lá fora, é **off-shore**.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Dr. Brandão, gostaria de saber quantas multinacionais tem sede em Blumenau?

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – Há a Bung.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quantas empresas de Blumenau exportam?

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – Muitas, não sei lhe dizer, não tenho essa informação, mas é um número significativo. Para V. Ex^a ter uma idéia, cheguei em 1997 em Blumenau, a cidade estava em decadência, porque o dólar estava muito baixo. Com aquela desvalorização de 1999, a cidade voltou a respirar.

A lista dos correspondentes, dos cambistas que atuavam com a Quest, página 15: Vasques Câmbio Turismo Ltda. de Porto Alegre; Henrique Lambert e André, filho de Henrique, em São Paulo; Júnior e Peri, São Paulo; Márcio, Negão e Zé Eduardo, São Paulo; Marcos, Marcão, Curitiba, que já está sendo processado em Curitiba, só que não sei que ênfase se está dando a esse processo, porque lá há aquele problema do Banestado; Hugo, Toti e Aníbal em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. Esse pessoal de Ponta Porã e de Chuí permitia que se trouxesse o dólar vivo, quer dizer, suspeitamos que existia transporte de dólar. Compreenderam?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – Tinha o abastecimento, o pessoal das fronteiras. Então, Hugo, Toti e Aníbal, de Ponta Porã; Kiki Câmbio Turismo de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, aqui há os telefones; Álvaro Miguel Barreiro e Rico – esse Álvaro é o contato da “Lespan” – e a Lespan Gales Casa Cambiária, no Uruguai. Foi apreendida também uma relação telefônica, que é aquela que V. Ex^{as} viram ali. A Questman tinha um **software** que controlava o saldo de cada cambista da rede para com ela. A coisa é muito organizada, com **software** controlando, porque há um fluxo de dinheiro diário.

No item 3, estou noticiando aquele vazamento que houve em Porto Alegre, o número do procedimento e tal. Estou com esse procedimento...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor tem idéia de como vazou? Por que vazou?

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – Senadora, eu pedi cópia desse... O que aconteceu? Quando todos os 57 inquéritos de que pedi abertura foram remetidos para Florianópolis, eu recorri de todas as formas ao tribunal, pedindo que fosse revertido, alegando inconstitucionalidade e tal. O último foi desse Vasquez e, aí, eu pedi cópia desse procedimento. A

cópia desse procedimento está chegando à Justiça agora, e eu não a li ainda. Então, agora é que vou lê-la. O que sei é por ouvir dizer, por boato e não vou falar de algo que eu sei por ouvir dizer. É meio temerário falar isso. Entretanto, há como saber como vazou e há suspeitas de quem permitiu o vazamento. Mas esse vazamento ocorreu...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O senhor acha que, depois de ler essa documentação do Vasquez, vai ser possível...

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – Se eu não conseguir achar nessa documentação do Vasquez... Se bem que a CPI pode ter acesso. Eu vou ler esse procedimento que está em Porto Alegre. O número dele está na folha 17: 200210100.0244200 – 3^a Vara Criminal de Porto Alegre. V. Ex^{as} me perdoem tomar essa liberdade, mas parece-me que é um procedimento interessante para esta CPMI. Estou pensando em pedir para o Tribunal Regional Federal da 4^a Região apurar esse vazamento; ele não foi apurado. A coisa ficou por isso.

Rapidamente: em 22 de agosto de 2002, houve uma operação - a Senadora Ideli Salvatti e o Deputado Edison Andrino devem se lembrar porque saiu nos jornais aquela operação de Blumenau -, em que foram feitas busca e apreensão nas duas casas de câmbio. Aí aconteceu o seguinte: tem-se mais material de interceptação da Quest que da Roweder e tem mais material físico da Roweder que da Quest. Por quê? Porque a Quest soube um dia antes e limpou a coisa. Aliás, nas interceptações, aparece o barulho de descarga, com o pessoal jogando documento fora.

Há alguns problemas que encontrei e que eu gostaria de apresentar a V. Ex^{as}. Existem entendimentos judiciais de que a Receita não pode ir junto nessas diligências. Esse tipo de diligência em que a Polícia vai, se a Receita não for junto, não dá certo. Estou sendo sincero e, se eu estiver errado, por favor, corrijam-me os delegados que estão aqui: a Polícia Federal não tem pessoal com o conhecimento da Receita Federal nessa matéria tributária. Não é nem questão de boa vontade ou de má vontade da Polícia.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas por que não pode ir?

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – Tem juiz que diz que pode, tem juiz que diz que não pode. Por exemplo, o juiz titular Dr. Jairo, da vara criminal, disse que podia ir. A Justiça Federal funciona das 11 às 19 horas. Fora disso, é plantão. O plantonista disse que a Receita não pode ir. Eu tive de pedir reconsideração, e o juiz federal autorizou. Então para esse tipo de divergência, é bom que tenha uma lei que diga que a Receita vai junto.

Outro problema que eu encontrei foi que o pessoal do Banco Central disse que eles não podem fazer diligências. Eu queria que a busca e a apreensão fossem feitas pela Receita, pela Polícia e pelo Banco Central, porque há coisas que somente o Banco Central entende. O pessoal do Banco Central disse que eles não podem fazer diligências. Eu queria deixar isso registrado na CPMI.

Foi decretada a prisão temporária do pessoal das casas de câmbio pelo juiz, mas o tribunal os soltou quinze dias depois.

A coisa era de tal monta que, como toda a documentação foi para a Justiça Federal, houve interceptações telefônicas em uma conversa em que eles estavam combinando botar fogo no prédio da Justiça Federal. O juiz chamou a Polícia Federal – foi o dia em que eu trabalhei com maior segurança, com gente com metralhadora, revólver e tal -, houve todo um aparato de segurança. Os documentos foram tirados da Justiça Federal e trazidos para Florianópolis, pois havia uma ameaça de tocarem fogo no prédio, em Blumenau. De fato, vendo os documentos – porque, agora, depois de algum tempo, como o processo ficou em Blumenau, tive acesso aos documentos –, pude entender porque queriam atear fogo.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Queriam lá, mas podem querer botar fogo aqui também.

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – É.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Esses documentos não estão em disquetes. É tudo de papel?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem backup?

O SR. JOÃO MARCOS BRANDÃO NETO – Tem backup das fitas. São 600 horas de fita. Há backup de tudo, cópias de tudo. Tudo está em duplicata. São 14 mil páginas de documentos, todos com backup. O documento original precisa de uma perícia. Tem que ser gravado, mas tem que existir o documento original. Se quisermos comparar a letra de determinada pessoa, temos que ver o documento original. Também acharam, na Roweder, essas mesas de câmbio paralelo que a gente vê na televisão. Eles tinham lá. Mesa para acompanhar. A coisa funcionava por meio do atendimento de ligação. Atendiam ligações de pessoas perguntando: como está o câmbio hoje? Funcionavam das 11h às 14h, o mesmo horário de funcionamento das mesas de câmbio.

Foi pedido um bloqueio das contas usadas para as operações. Foram bloqueadas 37 contas no Brasil. Na página 18, estou listando as cidades onde foram bloqueadas contas: em Ribeirão Preto, Campinas, Blumenau, Curitiba, Lajes, Novo Hamburgo, São Paulo,

Porto Alegre, Condor, Paranaguá, Propriá, Pelotas, Chuí, Rio de Janeiro, Rodeio Bonito, Santa Vitória do Palmar, Bagé, Joinville, Sapiranga – RS, Soledade, Pinhalzinho – SC, São Gotardo – MG, Campo Grande – MS.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É o número de contas?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não. Em uma coluna está a quantidade de cidades. Na outra, a quantidade de contas da Roweder em Blumenau, Juína, Orleans, Braço do Norte, Joinville, Itajaí, etc. Ao todo foram 57 contas, algumas só com o sigilo quebrado, outras foram bloqueadas. Foi também requerido o bloqueio das contas estrangeiras no Hudson e no Deutsche Bank.

Quero lembrar que o problema das rogatórias é muito sério. Não há respostas. Foram protocolados diversos pedidos de desbloqueio. Esses pedidos foram muito interessantes porque trouxeram provas. Teve aquele pedido de desbloqueio da Asta, cujo número consta aqui. Falei a V. Ex^{as} que teve um fulano que confessou. O outro pedido de desbloqueio, cujo número é 200210205052333, é interessante porque mostra uma pessoa de Porto Alegre que vende dólares. Queria dá-los a um filho que mora no Rio. O dinheiro foi depositado por uma empresa de São Paulo na conta do camarada que mora no Rio. O doleiro de Porto Alegre falou com o de Blumenau. O de Blumenau falou com o de Porto Alegre e fizeram essa compensação. Entenderam a operação? Um fulano vendeu dólares em Porto Alegre. Uma empresa de São Paulo depositou na conta do filho dele.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Foi dentro do Brasil. Só que hoje é lá fora.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Exatamente.

A tramitação na Polícia Federal, como já falei a V. Ex^{as}, é aquela transferência.

Aproveito que os delegados estão aqui para pedir à CPMI. Lá na Lapela nº 44 existe um despacho da Polícia Federal em que diz que não pôde tocar o inquérito porque teve que cuidar de um inquérito de entorpecentes. Quer dizer, a pessoa estava trabalhando, mas em um processo com o volume deste não pode ser feito juntamente com outro. Tem que haver um delegado cuidando só disso, um ou dois. Eu tinha 120 dias para denunciar porque havia dinheiro bloqueado. Quando há dinheiro bloqueado, temos 120 dias para denunciar. Esse tipo de inquérito não pode ser parado. A Polícia Federal tem que atuar exclusivamente.

A denúncia foi feita em...

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ainda há dinheiro bloqueado hoje?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Sim. Nada foi desbloqueado. Vou aproveitar, porque me lembrei disso agora. Com o desbloqueio, pedimos os extratos das contas. Nesses extratos, encontramos inúmeras operações superiores a R\$10 mil, e a Lei da Lavagem de Dinheiro diz, e o Banco Central também, que operações superiores a R\$10 mil têm que ser comunicadas ao Banco Central. Nenhuma foi comunicada. Nada foi comunicado! Quer dizer, essa lei não se cumpre. Nada foi comunicado. Comuniquei ao Banco Central e pedi ao Banco Central que aplicasse a punição. Quer dizer, aquele artigo da Lei da Lavagem de Dinheiro, que vem falar em cadastro de contas, em comunicação da operação, não resolve se não houver uma fiscalização constante em conta, porque, em nenhum caso – e devo ter visto ali umas 30 ou 37 contas bloqueadas – a operação superior a R\$10 mil foi comunicada. E havia casos de se fazerem trinta depósitos de R\$1 mil ou um de R\$9,5 mil.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Em quais bancos?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não sei de cor. Não relatei por esquecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aí, o melhor caminho seria começar a punir o banco.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Sim. E o que fiz? Tirei fotocópia, mandei cópia de todos os casos para o Banco Central em Curitiba para que pudesse punir o banco, já que o Banco Central tem a relação de todos os bancos. Tenho isso relacionado em ofício. Se a CPML quiser essa relação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a poderia mandar uma cópia para nós.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Pois não!

Bom, já está gravado o que V. Ex^a está pedindo: mandar cópias... Vou anotar aqui para não esquecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa falta de controle é que está permitindo...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não são bancos pequenos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dr. Brandão, quanto está bloqueado? Qual é o valor?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Olha, posso estar enganado, mas é alguma coisa em torno de R\$1 milhão.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nessas 37 contas?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Nessas 37 contas.

Só voltando aqui. Ali na lapela 45 está a denúncia da Quest. É uma denúncia grande, mas há toda a informação de como funcionava o esquema. Essa

denúncia foi protocolada em 19 de dezembro. É um processo com rogatória. E outra coisa, toda a linha de defesa gira em torno da validade, ou não, das gravações, quer dizer, não se contesta nada.

Nos itens 47 e 48, os senhores têm o interrogatório do Evald Roweder e do Celso Roweder. Se os senhores forem à lapelinha 48, há uma folha 220. Não há uma numeração lá em cima, dentro de um carimbo? Folha 220. Nessa folha 220, o juiz pergunta, no processo Roweder, se ele tem dinheiro no exterior; aí, ele diz: “Não, não sei e coisa e tal.” E o juiz diz assim: “Tudo bem, então, se o senhor não tem dinheiro no exterior, se encontrarmos, podemos apropriar para a União esse dinheiro.” Aí, ele responde: “Não sei, prejudicado”, e coisa e tal.

Feitas essas denúncias, fizemos o desmembramento para investigar os fregueses da Roweder. Aqui, na folha 23, estou registrando esta questão dos bancos e sua fundamentação legal. Só não listei o que acabei de falar dos bancos. Estou listando aqui.

Outra coisa, se o processo não tivesse sido tirado em Blumenau, ia pedir para abrir inquérito policial para investigar gerentes de bancos, pelo crime do art. 6º da Lei nº 7.492/86, por não terem feito a comunicação. Os gerentes seriam indiciados.

Também em junho – e gostaria de deixar registrado para os senhores – fiz uma solicitação de cooperação ao Departamento Judicial Internacional da Advocacia-Geral da União, na pessoa do Diretor, Dr. Milton Nunes Toledo Júnior – não recebi resposta até agora –, para ver se conseguimos repatriar o dinheiro que está na Alemanha e nos Estados Unidos.

Agora, a partir da folha 24, são listados os inquéritos que abrimos em Blumenau, que íamos prosseguir, mas que vieram para Florianópolis. Então, aqui, o primeiro da folha 25, eu gostaria de chamar a atenção dos senhores. A empresa Serilon tem diversas filiais... Essa empresa Serilon Serigrafia funciona como laranja... Não se sabe se ela é laranja ou se ela é uma doleira... Então, nós percebemos contatos com Curitiba, Campo Grande, em Mato Grosso, Brasília, Cuiabá, nessas cidades aqui. Aí vem os clientes cujos nomes, se os senhores quiserem, posso ler. Se não, acho que podemos passar a diante. São 57 inquéritos com os nomes das pessoas apuradas até agora. Então, esse item está registrado aqui. Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para um dos inquéritos, que está na página 26, no número 12, que é o do camarada que trabalha na Lespan. Página 26, o número 12, o 2003/7205.2390-8. Um dado talvez importante seja esse inquérito aí.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Deixe-me fazer uma indagação. Estou vendo um nome aqui que é de Santa Catarina, que é conhecido aqui.

Você acha que pode ter havido, por exemplo, que essa empresa, a Femep, que é uma empresa de pescados de Itajaí, possa ter usado a boa intenção?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Não tem isso?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Ninguém que está aqui usou de boa intenção, todo mundo tinha dinheiro a esconder. A Femep exportou peixe. Olha só. Aí tem o telefone do cara dizendo: “Escuta, o Fulano lá do exterior que comprou peixe já pagou?”. “Já”. “Então manda o comprovante de que ele pagou”. “Está, está aqui, indo o comprovante”. “Então agora nós vamos liberar a exportação”.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas essa é uma empresa que realmente trabalha com peixe. Por que ele fez isso via banco, em vez de fazer...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Caixa dois.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Caixa dois. É sonegação.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – O problema aqui é quase todo de sonegação.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Quase todo de sonegação. Todos os indícios que nós temos são de sonegação.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E por isso tem que agilizar, porque a sonegação é o que prescreve mais rápido. Então, se não abrir os inquéritos, se não processar, perde tudo.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Os do Banestado já “foram para o pau” em termos de sonegação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma parte entrou.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Por exemplo, o que eu tenho em Blumenau, lá do Banestado... Quer dizer, tinha em Blumenau.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Aqui não tem nenhum santo enganado nesta história pela facilidades? Porque foi dito aqui de manhã que às vezes as pessoas usavam o sistema...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Legalmente. Dá para usar legalmente. Nesse caso aqui não tem como...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não. É isso que eu falei no começo: uma coisa é o Dr. Celso dizer, hoje de manhã, que pode ter gente que tenha usado de boa fé. Aqui não, todo mundo sabia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele falou o seguinte: temos que ser consistentes porque a pessoa pode ter usado o dinheiro para comprar uma coisa e o sujeito usou o cheque dele para fazer outra coisa. Não foi ele que usou. O dinheiro foi manipulado.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A CC-5 é normal. Não é legal, mas é normal. E o cara nunca foi ver se podia mandar via Banco Central, normal, entrou na CC-5 achando que se tornou uma coisa comum. Ele escutou: “Vai, que essa aí é quente. não tem problema nenhum. Não vai acontecer nada...” Mas aqui, especificamente, não tem esse santo.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Uma situação tem que ser registrada aí. Por exemplo, tem um caso em que a pessoa vendeu um apartamento e o apartamento foi pago com o dinheiro via casa de câmbio. Essa pessoa, aparentemente, entrou de gaiato, mas ela só teve a conta bloqueada e isso provavelmente será resolvido.

Agora, esse povo que está aqui, em princípio, sabia. É muito improvável que ele não soubesse. A não ser que tenham dito assim: “Não! Você pode usar que não tem problema”. Mas aí cai naquele dogma jurídico de que se presume que todo mundo conheça a lei, até que se prove o contrário. Mas o cara nem pode provar que não conhece a lei.

Então, aqui os senhores têm empresas diversas aqui. Estão listadas. Não vou tomar o seu tempo porque... Mas todo mundo que usou o esquema está aqui, são 57. E só não foram apurados todos porque o processo saiu de Blumenau.

Muito bem. Lá na página 32 tem uma coisa importante.

Só em janeiro ou fevereiro de 2003 que aquele famoso CD-Rom do Banestado chegou para mim. Sabem disso. Aí pegamos o CD-Rom do Banestado e comparamos com o caso daqui. Observamos, primeiro, que o pessoal da Roweder – estou na página 33 agora, item 5 – era titular da Guilford Assets – isso está naquele laudo, o famoso Laudo...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nº 657.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Exatamente, 657. Aí há várias comprovações. Portanto, Roweder era dona da Guilford Assets no esquema Banestado. Movimentou US\$93 milhões. Aqui há lista de beneficiários e, na folha 38, é que faço a comparação. Sistema... A Charmaine, pela Guilford, pelo sistema Banestado, movimentou 90 e poucos milhões de dólares e a... Aliás, tenho... Num caso US\$93 milhões... É ao contrário, no sistema Banestado US\$97 milhões e no sistema Europa US\$93 milhões. E aí, na folha 38, listamos clientes que usavam o sistema Banestado e

continuaram a usar esse sistema. Mas encontramos no CD-Rom e nas nossas degravações: Covalski, Avelino Mar Ferreira Santos, Kleins Kristensen, Maretza Drogene, Hering, Vaele, Cabo Cerâmica, Vektor – lá de Brusque –, Agulhas NS e Logos de Itajaí.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Posso fazer uma pergunta?

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Esse Vektor aí é Banco Vektor?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não, é Vektor, lá de Brusque.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Onde é que a Weg Motores entra aqui? Está RR Sul Comercial Ltda., que é localizada em Jaraguá do Sul, e que tinha como sócio Roni Defri e a Rosângela Gabriel?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – O negócio é o seguinte: aqui terei que falar um negócio que é extremamente reservado...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Claro.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – ... senão pode-se, caso essa CPI resolva prosseguir, ou pelo menos estimular novas investigações...

Existe uma outra casa de câmbio em Jaraguá do Sul que praticamente deve ter dado a freguesia da Roweder e da Quest, e ela aparece numa das degravações em que alguém da Weg vê a cotação e resolve mandar o dinheiro pela Cosmos. Isso está em uma das degravações que temos em Blumenau, que também... Não sei se foi aberto inquérito envolvendo a Weg, ou se não foi, a lista é muito grande, não consegui...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Ela foi citada aqui como uma das que usa essa casa de câmbio.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Sim, mas a impressão que... Há um diálogo lá onde eles dizem que usarão a Cosmos de Jaraguá do Sul. Essa Cosmos é uma outra Roweder, teria que se fazer uma nova investigação lá, com interceptação, com tudo. Não sei se o pessoal já não se preveniu ou coisa assim. Mas a Weg, se usa algum esquema desses além daquele que detectamos, deve usar essa de Jaraguá agora, ou usou aquela de lá.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa de Jaraguá que você fala é a RR Sul Comercial?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não, não sei. O senhor está vendo onde?

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Estou vendo aqui.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Em que página?

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Está aqui. A sua não bate com a minha. (Pausa)

É essa aqui.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dá o número do inquérito.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Inquérito 35364. Essa aí deve ser da Quest, não é?

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É. Não, da Quest não. Da Quest?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Nº 35364. Vamos tentar achar. (Pausa)

É Inquérito 35364, correto?

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É 0035364.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Dr. João Marques Brandão Neto, há algumas coisas aqui que coincidem também com a CPI da sonegação.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Sim, aquela aqui de Santa Catarina. Claro, o pessoal, a freguesia é a mesma.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vi vários aqui.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – É um pessoal chegado na... Nº 35364, é a 52 da folha 31. Essa aqui provavelmente era da Roweder. Esse inquérito que já está aqui em Florianópolis, envolve a Weg.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – O senhor tem idéia dos valores?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Os valores constam do processo. Sou sincero: só não trouxe os valores por causa de espaço, senão o relatório ficaria muito grande.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Por ser uma empresa famosa, o senhor tem pelo menos uma idéia do valor?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não. Não falarei, porque não tenho idéia. Se falasse, estaria chutando e tenho medo de fazê-lo. Esse que faiei agora era US\$50 mil, que eu me lembro.

Antes de encerrar, desejo abordar dois outros assuntos: primeiro, a problemática das varas especializadas. Como disse o Dr. Celso Três, a intenção pode ter sido boa – não duvido – mas a idéia não é boa. Criou-se um transtorno, porque o único processo de lavagem de dinheiro, em Blumenau, estava funcionando; desmontaram para trazer para cá. Não questiono o funcionamento aqui de Florianópolis. O fato é que se tirou atribuição do Procurador da República, ou seja, hoje estou impedido de atuar em processos de lavagem de dinheiro, em crimes contra o sistema financeiro, mas, como tudo é crime contra o sistema financeiro, tanto vem para essa vara especializada o camarada que está mandando dinheiro para o exterior, quanto o

agricultor que pediu dinheiro emprestado para plantar cebola e plantou fumo.

Estou encaminhando uma representação ao Congresso Nacional para que, com fundamento no art. 49 da Constituição, incisos V e X, verifique a possibilidade de sustar a Resolução nº 20, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e a Resolução nº 314, do STJ. Neste documento, apresento os fundamentos legais para que esta Comissão aprecie, se for o caso de levar adiante ou não essa representação. Encaminho aos senhores no bojo desse requerimento.

Quanto à situação atual, devo dizer que, em Blumenau, tramitam duas ações penais – aquelas que noticiei aos senhores. As demais estão em Florianópolis. Os inquéritos cuja abertura requeri não encerram todos os clientes. Estou fazendo uma lista dos que faltam e enviarei ao Procurador-Geral da República para que o Procurador, que não tenho mais atribuições, repasse ao Procurador-Geral, que é quem pode requerer a abertura de inquérito.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Seriam quantos inquéritos mais?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Tenho medo de estimar, porque posso errar para mais ou para menos. Arriscaria dizendo que talvez sejam mais uns 50 a 100 inquéritos a serem abertos. A previsão é de 150.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Todos de clientes?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Todos de clientes. Claro que, mesmo que seja sustada a resolução do Tribunal e trazidos de volta para Blumenau os processos, deve haver uma equipe, uma estrutura maior. Lá em Blumenau, há vaga para cinco Procuradores, mas são apenas dois. A cada mês, 700 processos ficam parados. É preciso lotar todas as vagas de Blumenau, as vagas do Estado – Jaraguá precisa ter um Procurador da República –, para que as pessoas possam, afinal, dar conta do trabalho.

Não sei se V. Ex^{as} me permitem, mas tenho algumas sugestões a fazer para esta CPMI. Posso tomar a liberdade de fazê-las?

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Claro.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – A primeira seria a sustação da Resolução nº 20 e da Resolução nº 312, uma do Tribunal Regional da 4ª Região e outra do Conselho da Justiça Federal, por entender que entram em atribuição típica do Congresso, pois não se poderia resolver via ato administrativo. Faço esse comentário com fundamento no art. 49, incisos V e XI da Constituição.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É a resolução 20 e a ...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – A Resolução nº 20, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e a Resolução nº 314, do Conselho da Justiça Federal, incisos V e XI.

Também sugiro que alguma medida esta CPMI possa tomar para que seja apreciada a legislação ou cumpridas as disposições eventualmente existentes, a fim de que o Banco Central, a Polícia Federal e a Receita Federal exerçam fiscalização constante sobre doleiros, porque não existe a figura doleiro e agências de turismo autorizadas a atuar no mercado flutuante, especialmente sobre seu movimento e se estão operando conforme autorização ou se têm autorização para operar. Isso é fundamental porque, se não for feito, todo o sistema de evasão de divisa e lavagem devem continuar funcionando azeitadamente.

Tomar medidas para transparência do funcionamento do câmbio paralelo ou proibição do funcionamento. Quer dizer, qual é a legitimidade do câmbio paralelo?

Avaliar o trabalho da Polícia Federal no tocante às suas atribuições, especialmente a ênfase em alguma atribuição em detrimento de outras. Quer dizer, verificar se a Polícia Federal está atuando como Polícia Judiciária da União ou como um Departamento Nacional Antidrogas, e ver se ela está recebendo verbas, se está podendo atuar, se tem gente. Por exemplo, aqui em Santa Catarina, faltam peritos na Polícia Federal. Tem perícia que levou dois anos para ser feita aqui. Parece que há falta de pessoal, não é má vontade. O pessoal trabalha, mas não há gente suficiente.

Dotar a Polícia Federal de equipamento atualizado a ser usado em todas as regiões do País, porque tem equipamento tipo guardião, que é da melhor qualidade e só fica na cidade grande. Tivemos que fazer a operação aqui em Blumenau com equipamento da década de 70, quer dizer, com gravador, tudo manual, quando equipamento sofisticado não vem para a cidade pequena, que acaba virando um paraíso da criminalidade.

Precisa ter mobilidade para o pessoal da polícia. Precisa-se de diária, porque não tem delegacia de Polícia Federal em toda a cidade que tem Justiça Federal. Aqui, em Santa Catarina, tem Justiça Federal; em Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau, Itajaí, Tubarão, Criciúma, Lages, Juaçaba, Chapecó e Florianópolis. Polícia Federal só tem em Florianópolis, Itajaí, Joinville, Chapecó e São Miguel do Oeste, porque não tem vara da Justiça Federal. Então, sempre esse pessoal está precisando de diária para se deslocar, e polícia tem que ter apoio porque, senão, complica. Pedimos.

Eu incomodo muito a Polícia Federal. Eles ficam bravos comigo, às vezes com razão, porque não é culpa deles.

Peço a esta CPMI alguma medida para que cargos vagos de Procurador da República, Policial Federal, Receita Federal sejam preenchidos com brevidade para que a falta de servidores não seja causa de impunidade, porque não damos conta do trabalho. Em Blumenau, não conseguimos atender a demanda, porque falta lotar os cargos que estão lá.

Outra coisa, verificar se os bancos estão comunicando ao Bacen as operações superiores aos valores regulamentares. Isso é questão de gerenciamento, de fiscalização;, não é uma questão de lei.

Promoção da troca de experiências e reconhecimento dos servidores públicos que tenham relevante indicação de serviço e apresentem uma atuação de resultado. Ou seja, se a pessoa trabalhou, que seja estimulada.

Criação de equipes volantes para atuar nos locais em que for descoberta a prática de evasão de divisas, deflagração de uma operação conjunta nacional, para combater a lavagem de dinheiro.

Estimular a organização do acompanhamento de rogatórios e acordos internacionais. Se não houver isso, leva-se uma infinidade de tempo. A pessoa, ao movimentar alguma conta no exterior, leva apenas alguns segundos; a rogatória leva um ano.

Estimular acordos para a troca de provas e perseguição criminal.

E o último pedido seria o acompanhamento desses inquéritos para ver se estão andando com agilidade, etc.

Peço desculpas por ter tomado tanto tempo. Corri o máximo que consegui. Espero não ter ficado devendo alguma informação aos senhores.

Obrigado pela atenção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, tendo em vista a metodologia que utilizamos, a Relatoria não tem perguntas a fazer.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo. Penso que V. S. fez um grande trabalho. Quem sabe se, no Banestado, tivéssemos feito um trabalho semelhante, de todos os depoimentos de que participei, esse foi o que mais contribuiu para a CPI até o presente momento, com dados, endereços, uma coisa consubstanciada, que contribuirá muito para a CPI. Por isso, quero cumprimentá-lo. Não deve ter sido fácil fazer esse trabalho.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Obrigado, foi difícil.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Difícil, com todas essas dificuldades que V. S. acabou de relatar.

Todos esses processos tramitam sob segredo de Justiça?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Os de Blumenau estão tramitando porque têm número de contas bancárias, etc. e tal. Então, estão tramitando sob segredo de justiça. Os de Florianópolis, já não sei mais como está acontecendo porque perdi contato com eles, os que vieram para cá.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A sua opinião com respeito a esse desmanche de Blumenau e trazido para cá é opinião também do Dr. Celso...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Exatamente.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Tivemos oportunidade de conversar com ele há pouco e ele também reclamou das dificuldades que tinha e que ele achava melhor ter ficado lá ou se ter criado uma vara específica aqui para cuidar desse assunto. Bom, gostaria de saber se todo esse pessoal que foi citado aqui, esses empresários, já foram todos ouvidos ou, no mínimo, citados? Já é do conhecimento dessas empresas o envolvimento delas, que está correndo...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não sei. Não sei mais. Requeri a abertura, e o requerimento já veio para Florianópolis. O delegado, Dr...

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Korfi.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – ...Korfi. É ele que está agora cuidando dos processos aqui em Florianópolis. Não sei... A última notícia que tive foi a abertura deles em maio e junho. Depois, não sei mais o que aconteceu com o processo.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas lá, em Blumenau, estavam na fase de inquérito policial ou já de...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não, de requerimento de abertura de inquérito, porque o superintendente determinou ao delegado de Itajaí que não abrisse mais inquéritos em Itajaí por causa da vara especializada.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Provavelmente, a grande maioria deve estar em fase de inquérito policial ainda.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Não sei se de procedimento judicial já virou inquérito. Não sei. Perdi completamente o contato. Só tenho contato com as duas ações de Blumenau.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A minha preocupação é que o volume de pessoas e empresas envolvidas é muito grande.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – É muito grande.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – É claro que são pessoa que vão constituir bons advogados.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Muito bons advogados.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Claro, até pela soma, pela imagem dessas empresas e pessoas envolvidas. Minha preocupação, Senadora Ideli Salvatti, é que com essa dificuldade e limitação da vara aqui da federal, provavelmente, se não houver criação de novas varas ou que a isso seja dada uma prioridade, não sei de que maneira, provavelmente, isso vai ter dificuldade em ter seqüência prática a esse processo.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Com a criação da vara especializada, o funcionamento da Justiça Federal em Santa Catarina, em termos de crime de lavagem de dinheiro e evasão de divisas e crime contra o sistema financeiro, ele retrocedeu no tempo. Quer dizer, hoje a Justiça Federal, em termos desses tipos de crime, funciona como na década de 70, que só havia uma vara no Estado. Essa foi a grande obra da vara especializada. Primeiro, já lá em Coimbra, em 1436, o pessoal via que não funcionava. E mais: voltou ao sistema da década de 70. Quer dizer, se a testemunha está em Blumenau e se o processo corresse lá, ouvia lá mesmo. Agora, vai precatória, volta, tudo isso...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – O Dr. Celso nos relatou hoje o caso específico do cidadão que fez um financiamento para comprar um boi e comprou uma vaca, e aí entra na vala comum dos processos a serem analisados.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Exatamente.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Até gostaria de saber o que Dr. João Marques acha o prazo disso aí, se tem uma previsão de isso, como está, com essa estrutura arcaica, difícil que está...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Olha, se eu estiver... o delegado que está aqui poderá me contradizer: primeiro, já houve um atraso – de maio até hoje já se passaram quantos meses? – de cinco meses que o processo podia estar andando. Então, tempo perdido de processo parado porque saiu e veio para cá. Mais: uma vara que cuidava de processos recebeu um acúmulo de processos de todo o Estado. Quer dizer, isso daí é difícil prever, mas, se um processo criminal, em situação normal, leva de um a dois anos, um processo desse, que vai ter recurso, é coisa para três, quatro anos e olhe lá, sem necessidade, porque

poderia ter ficado em Blumenau. Quer dizer, mexeu-se num time que estava funcionando.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essa ordem de mexer foi de quem? Do tribunal?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – A ordem de mexer partiu do Superior Tribunal de Justiça...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – De porto Alegre?

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Em Brasília. Foi acatada pelo Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, que tomou uma providência completamente inusitada, quer dizer, normalmente, quando se especializa uma vara, aquilo é especializado num território. Não se tira processo de um juiz que tem jurisdição nem de procurador. Esse caso é excepcionalíssimo. Se tirou processo de juiz...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Será que o Superior Tribunal foi provocado para isso ou foi iniciativa...

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Bom, houve uma comissão que se reuniu para tratar do problema da lavagem de dinheiro e que teve essa idéia. Provavelmente, acharam uma idéia brilhante, mas acho que ninguém disse, e mesmo que alguém diga que não é uma idéia brilhante, a coisa não é bem-vinda.

Fiz uma representação ao Procurador-Geral da República para que S. Ex^a argüísse a inconstitucionalidade da resolução perante o Supremo, mas o Dr. Cláudio Fontelles entendeu que é constitucional a resolução. De qualquer maneira, a situação esbarra na prática. Quando se chegar à conclusão de que a coisa não funcionou, já foi processo para prescrição, já deu um problema seriíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Obrigada.

O SR. JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Agradeço ao Procurador João Marques Brandão Neto a exposição e encerro a reunião reservada, suspendendo a reunião por 3 minutos.

(Suspende-se a reunião por 3 min.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Está reaberta a reunião. Convido a fazer parte da Mesa o Sr. Egon Schultz, ex-gerente do Banco do Brasil. Para atender as formalidades legais...

A parte do Procurador está encerrada.

Foi firmado pelo depoente o termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: "O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e

no que for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal”.

Passo a palavra ao Sr. Egon Schultz, por vinte minutos.

O SR. EGON SCHULTZ – Boa-tarde, senhores. Eu fui gerente do Banco do Brasil, em Foz de Iguaçu, de outubro de 1996 a 1999 - não sei mais precisar o mês. Nós assumimos após uma mudança, pelo Banco Central, se não me engano, a Lei nº 2.677.

Estou à disposição. Eu fui convocado, por telefone, em cima da hora e estou à disposição para responder às perguntas da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Passo a palavra ao relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento do gerente que o senhor substituiu?

O SR. EGON SCHULTZ – O Sr. Paganini foi o meu antecessor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento de uma autorização especial que Banco Central concedeu ao Banco do Brasil, agência de Foz do Iguaçu?

O SR. EGON SCHULTZ – Para quê, especificamente, Sr. Deputado, foi essa autorização?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para poder operar com CC-5 em espécie.

O SR. EGON SCHULTZ – Sim, nós tínhamos uma autorização em que se operava uma CC-5, anteriormente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existia alguma outro tipo de autorização especial?

O SR. EGON SCHULTZ – Não. As nossas operações, a partir do momento em que eu assumi - no passado, não tive conhecimento - eram orientadas pela empresa, em conformidade com a lei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia me descrever como era essa operação?

O SR. EGON SCHULTZ – Os recursos que nós recebíamos em espécie provinham do Banco do Brasil, de Ciudad del Este e das demais agências, dos bancos nºs 17 e 18, de Foz de Iguaçu. Na verdade, não existiam operações. Nós lidávamos apenas com os recursos em espécie, que eram depositados no Banco do Brasil, como central de tesouraria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixemos a tesouraria para um segundo momento. Eu gostaria de falar sobre as operações com CC-5. O senhor, então, recebia recursos de bancos com agências em Ciudad del Este. Esses bancos remetiam para agência do Banco do Brasil, em Foz do Iguaçu, recursos em espécie, em reais.

O SR. EGON SCHULTZ – Somente o Banco do Brasil. A partir do momento que eu assumi, somente a agência Banco do Brasil fazia depósito direto no Banco do Brasil de Foz de Iguaçu. Os demais bancos não depositavam mais diretamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Somente o Banco do Brasil em Ciudad Del Este?

O SR. EGON SCHULTZ – Somente o Banco do Brasil, agência Ciudad Del Este.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nenhum outro banco fez depósito em espécie, em conta CC-5, no Banco do Brasil?

O SR. EGON SCHULTZ – Não. Não havia mais de um depósito nesse sentido. Havia um pequeno resquício, ainda, não de depósito; mas havia ainda operações finais de bancos do Paraguai que já haviam sido suspensas por auditoria do Banco e que havia ali alguma aplicação mínima e determinamos que sacassem, pois não tínhamos nenhum interesse em operar com eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram esses bancos, então?

O SR. EGON SCHULTZ – Que eu me lembre era o Banco Amambai. É o único banco que eu me lembro que tinha uma operação em RDB e que, no vencimento, nós pedimos que sacassem, pois não tínhamos interesse em operar com eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A agência do Banco do Brasil operou até quando com esses depósitos em reais?

O SR. EGON SCHULTZ – Eu não tenho data, porque, na minha posse, em outubro, nós não operávamos mais com reais, com demais bancos. Não sei até quando o Banco operou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a agência de Ciudad Del Este continuou operando em reais?

O SR. EGON SCHULTZ – Sim; exatamente. A agência do Banco do Brasil, em Ciudad Del Este, fazia transferência em reais para Foz do Iguaçu, onde fechávamos o câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a remessa desses dólares era para onde?

O SR. EGON SCHULTZ – Como todo fechamento, ele era em Nova Iorque. Todas as operações brasileiras são fechadas em Nova Iorque, que é distribuída para outros países.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa ordem para redistribuição é recebida de quem?

O SR. EGON SCHULTZ – Essa ordem é do Banco Central. Todo o fechamento do movimento bancário para o exterior passa obrigatoriamente por Nova York, porque, na verdade, o Banco do Brasil de Ciudad del Este nos mandava reais, fechávamos o câmbio, fazia-

mos o crédito e mandávamos para Nova York. Essa é a operação normal de câmbio, de fechamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas essas operações em reais, os recursos vinham...

Vou repetir a pergunta. A origem de todas essas operações em reais era a agência de Ciudad del Este?

O SR. EGON SCHULTZ – Ciudad del Este. Somente a agência do Banco do Brasil de Ciudad del Este.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pergunto ao senhor: algum outro recurso vindo de outras cidades ou de outras contas foram transferidos para a CC-5?

O SR. EGON SCHULTZ – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nenhum outro recurso?

O SR. EGON SCHULTZ – Não tenho nenhum conhecimento. Da nossa gestão em diante, não houve nenhuma conta, a não ser Banco do Brasil, com recursos de Ciudad del Este.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem supervisionava a movimentação das contas CC-5?

O SR. EGON SCHULTZ – Tínhamos um setor de câmbio na própria agência, onde fazíamos as operações. E a fiscalização compete ao Banco Central, a quem repassávamos diariamente a posição. Até as 11 horas da manhã seguinte, eram passadas ao Banco Central todas as operações realizadas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qualquer valor?

O SR. EGON SCHULTZ – Sim, qualquer valor. O Banco Central pede a posição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente não era obrigado a ser consultado?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, era uma operação rotineira do banco, de agência bancária, em que o gerente não assina. Ele só traça as estratégias negociais, mas o procedimento é rotineiro no próprio setor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existia a possibilidade de esses recursos em reais, que tinham origem na agência do Banco do Brasil em Ciudad del Este, misturarem-se a outros recursos em reais de outras contas e serem depositados na conta CC-5?

O SR. EGON SCHULTZ – Não posso precisar. Possível é, porque aí teria de ver com o banco de Ciudad del Este, de quem ele teria arrecadado isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Seria possível na agência do banco de Foz?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, porque os recursos vinham em remessa própria e valor próprio já nominais. O depósito era feito na tesouraria em nome já do Banco do Brasil, contado e feito o fechamento do câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por exemplo, se recebesse R\$1 milhão vindo de Ciudad del Este, esse valor poderia ser somado a outro R\$1 milhão que tivesse vindo de outra conta, e depositados R\$2 milhões na conta CC-5?

O SR. EGON SCHULTZ – Já recebíamos como Banco do Brasil Ciudad del Este. Lá dentro não há possibilidade. Contábil, não. Tem como ver.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não conhece nenhuma operação desse tipo?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou repetir a pergunta: quem era o responsável pela verificar essa movimentação?

O SR. EGON SCHULTZ – Tínhamos... Foi trocado... Primeiro, tínhamos um gerex (gerente de expediente) na área, e eu tinha um gerente de negócios que estava vinculado. Com licença, Deputado: para entender um pouco a estrutura, ela ficava com o gerente-geral; tínhamos um gerente de administração, que cuidava apenas da parte administrativa, e um gerente de negócios, que controlava a parte negocial da agência. Inicialmente, era o Clóvis Talhar. Depois, por volta de 1998, ele saiu. Se não me engano, o Márcio Melo foi. Mas, até 1998 ou 1997, foi o Clóvis.

Essa estrutura funcionava assim: o gerente de negócios cuidava da área negocial, inclusive do câmbio. Onde havia a área de câmbio, tinha... Inicialmente, quando chegamos lá, era subdividida em três áreas. Depois foi juntada em uma só. Mudou muito, mas, quando cheguei, Pedrinho Paes era o gerex - acho. A agência tinha 160 funcionários, e era bem segmentado o processo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Clóvis era então gerente de negócios?

O SR. EGON SCHULTZ – Ele foi gerente de negócios quando assumi e saiu antes da gente. Ele deve ter saído em 1997, em 1998. Não me lembro bem desse período não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Saiu antes de o senhor chegar?

O SR. EGON SCHULTZ – Sim, ele foi transferido para outra praça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Márcio Melo assumiu o lugar dele?

O SR. EGON SCHULTZ – Sim, Márcio Melo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor chegou já era o Sr. Márcio Melo?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, não. Quando cheguei era o Clóvis. Saiu o Clóvis, e entrou o Márcio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o Sr. Clóvis saiu?

O SR. EGON SCHULTZ – Não posso precisar, possivelmente em meados de 97. Acredito. Teria de consultar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a apurar uma conta aberta irregularmente no Banco do Brasil?

O SR. EGON SCHULTZ – CC-5, não. Não apurei nenhuma conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E conta normal?

O SR. EGON SCHULTZ – Inicialmente, tínhamos algumas dificuldades, porque as regras eram diferentes das de hoje. Tomei algumas precauções, porque, ao tomar posse, já fui preocupado em evitar qualquer problema nesse sentido. Assim, designei dois funcionários, que fizeram um pente-fino para encerrar algumas contas ou checar se algumas contas não estavam dentro das normas atuais. Anteriormente, não sei, porque não trabalhei com câmbio antes disso. O objetivo era encerrar essas contas e encontrar alguma, se houvesse.

Tomamos algumas precauções de defesa para evitar, efetivamente, que alguma coisa não estivesse dentro das normas em vigor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tomou posse em outubro?

O SR. EGON SCHULTZ – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A mudança que ocorreu foi em abril do mesmo ano?

O SR. EGON SCHULTZ – Foi em abril.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, de abril a outubro, o senhor tomou conhecimento de alguma irregularidade?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, não tive conhecimento de irregularidade. Tanto que colocamos como prevenção, e esses dois funcionários fizeram um pente-fino, para evitar qualquer irregularidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu alguma orientação para buscar alguma irregularidade?

O SR. EGON SCHULTZ – Quando assumi, havia, um pouco antes, sido alterada a instrução. A orientação do Banco Central havia sido alterada em maio, e assumi em outubro. E a agência já havia trabalhado em cima da nova alteração. E a nossa preocupação era que realmente mantivéssemos as instruções. Mas não tínhamos, diretamente, algum comentário de que no Banco do Brasil tivesse alguma irregularidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não acha estranho o senhor chegar e, como primeira providência, colocar dois funcionários para ver se havia alguma irregularidade?

O SR. EGON SCHULTZ – Na verdade, eu não os coloquei de imediato. Foi um pouco mais tarde. Na cidade, havia murmúrios de que o banco estaria... E não queríamos entrar nessa ciranda deles. Estávamos trabalhando somente com operações autorizadas e legais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi constatada alguma conta cuja movimentação era incompatível com o cadastro do cliente?

O SR. EGON SCHULTZ – Somente algumas contas internas, nacionais. Não as contas de fora. Eram contas nacionais de alguns funcionários de pequenas agências de câmbio locais. Eram valores pequenos.

Na época, havia uma dificuldade adicional, porque não havia a exigência de comparativo de rendimentos com movimentação financeira. O trabalho era manual e bastante complicado. E alguma coisa com casa de câmbio, algo como 10, 15 mil, coisas pequenas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantas contas o senhor viu com práticas incompatíveis?

O SR. EGON SCHULTZ – Não sei precisar, mas não foram muitas. O cuidado já era muito grande e, possivelmente, apenas pescamos alguma coisa que pensamos até que não existiria, mas eventualmente o sistema é burlado.

Inicialmente, a conta corrente só exigia documentação, endereço e a folha de pagamento. Não havia comparativo de renda para que se pudesse fazer essa aferição. Qualquer pessoa abria uma conta e poderia movimentar R\$10 mil por mês e ganhar apenas R\$1 mil, e não havia como checar. Não havia nenhuma legislação que buscasse colocá-las na irregularidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia de quanto o Banco do Brasil movimentou em recursos, na época em que o senhor foi gerente, com autorização especial?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, não tenho idéia de valores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram valores altos?

O SR. EGON SCHULTZ – A única preocupação de valores que eu tenho é mais com tesouraria, porque o risco, obviamente, era maior e eu tinha um controle maior e eu acompanhava mais amiúde.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estamos ainda na CC-5; depois vamos para a tesouraria.

O SR. EGON SCHULTZ – Não, na CC-5 não. Não tenho idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quanto foi movimentado pela agência, de abril até outubro, quando o senhor chegou.

O SR. EGON SCHULTZ – Não, eu fui com um projeto para trabalhar de futuro e não busquei valores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que então, se era só um futuro, colocamos dois funcionários para ver o passado?

O SR. EGON SCHULTZ – Na verdade, eu não estava vendo o passado. Eu estava olhando o futuro, eu estava olhando o meu trabalho na agência. Eu queria era ter convicção de que, dentro das normas, eu estaria trabalhando exatamente de acordo. Eu não queria fazer uma auditoria de passado de jeito nenhum. Não me cabia esse papel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não estou entendendo o que o senhor está falando aqui: coloca dois funcionários para fazer “pente fino” no futuro.

O SR. EGON SCHULTZ – A conta aberta pode futuramente tornar-se um problema, não no passado; ela pode começar a movimentar meio ano depois de aberta, um ano depois de aberta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha alguma informação, algum indício de que havia contas irregulares no Banco do Brasil?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, não havia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em relação à tesouraria, o senhor fazia o papel de Banco Central em Foz.

O SR. EGON SCHULTZ – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o volume de recursos que o senhor movimentava era significativo, abastecendo e recebendo desova dos bancos?

O SR. EGON SCHULTZ – Sem dúvida, bastante significativo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ficou até que ano lá?

O SR. EGON SCHULTZ – 99.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor constatou alguma alteração de volume de recursos?

O SR. EGON SCHULTZ – Havia períodos, que podemos chamar de ondas, em que aumentava o recurso ou diminuía, dependendo muito da cotação do dólar que fazia aumentar bastante o fluxo de turistas. Havia períodos de aumento significativo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a constatar que, num período curto, às vezes até no mesmo dia, o dinheiro que saía da tesouraria para abastecer bancos voltava com as mesmas cintas?

O SR. EGON SCHULTZ – Sim, voltava com a mesma cinta, com o carimbo do outro banco, porque o banco faz uma provisão de dois, três, quatro milhões e – penso eu, não sei – que, às vezes, a empresa não retira e para não ficar com o recurso, carimba. Só podemos receber de volta com um carimbo do dia do recolhimento do banco, com a mesma cinta. Normalmente, o que se exige é cinta de outro banco, mas não há uma instrução sobre isso; pode ser devolvida

com a cinta velha, valendo o último carimbo. O banco que carimbou pela última vez é o responsável pelo recurso. E muitas vezes, com a mesma cinta, voltava, sem dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informação de que esses recursos que voltavam com a mesma cinta poderiam estar sendo utilizados como sendo recursos para a CC-5, para mudar, para transformar em depósitos da CC-5?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, não tenho informação. Não sei se poderiam ser usados ou não. Não posso afirmar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Durante o período em que o senhor esteve no Banco do Brasil, o Banco Central realizou alguma auditoria, alguma fiscalização, alguma vistoria?

O SR. EGON SCHULTZ – Diretamente, não; somente indiretamente, com solicitação de documentos. Muitas vezes, o Banco Central solicitava documentos – que eram remetidos – de abertura de contas, de movimentações, de tesouraria; essas coisas o Banco eventualmente solicitava posição e elas eram remetidas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A compensação de valores era responsabilidade de quem? Acompanhar a compensação de cheques?

O SR. EGON SCHULTZ – A compensação de cheques, o centro de processamento é o Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Digo o acompanhamento da agência. O senhor acompanhava a perda ou ganho na compensação.

O SR. EGON SCHULTZ – Não, isso é um fechamento direto, já era feito no Siseq. O caixa recebia o cheque em depósito, fazia a cinta, fechava a soma e mandava para Cascavel, onde era redistribuído para os bancos. O novo sistema, que já desde do início de 90, quando o banco criou centros de processamentos onde era feita a compensação, tudo era mandado para o Seseq. Os bancos de Foz de Iguaçu pegavam seus malotes de compensação, mandavam para o Banco do Brasil, que era o centralizador, ia tudo num carro contratado e se levava em Cascavel, onde era redistribuído entre os bancos. Não havia essa distribuição, já na época. Em Foz de Iguaçu não havia a compensação direta, toda ela era feita à noite, via centros de processamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha metas de depósito para sua agência?

O SR. EGON SCHULTZ – Sim, tinha metas, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem acompanhava o prejuízo ou o ganho da compensação?

O SR. EGON SCHULTZ – A compensação não entrava nesse... Nós entrávamos no valor do depósito: como é que é, aumentou depósito, ou não aumentou?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É isso mesmo que estou perguntando. Ele é consequência.

O SR. EGON SCHULTZ – Não, mas isso aí era acompanhado pelo meu gerente geral, no meu caso, e pelo gerente de negócios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando havia um saque grande, o senhor sabia por que houve, quem era o cliente, por que estava sacando?

O SR. EGON SCHULTZ – Ah, sem dúvida, nós tínhamos controle disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando havia um depósito grande o senhor também sabia?

O SR. EGON SCHULTZ – Também aparecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor fazia essa referência de depósito ou saques, maiores ou menores, com pessoas que não tinham lastro para fazer o depósito, como é que o senhor agia?

O SR. EGON SCHULTZ – Nós tínhamos, no meu período, depósitos grandes, sempre de empresas de Foz de Iguaçu, clientes nossos, tradicionais, onde tínhamos os balanços e sabíamos do movimento. Eu não posso afirmar que houve algum movimento incompatível. Realmente, não localizei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem de pessoas físicas?

O SR. EGON SCHULTZ – Nem de pessoas físicas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesse pente fino que o senhor mandou realizar, o senhor determinou o fechamento de alguma conta?

O SR. EGON SCHULTZ – Fechamos algumas contas, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem são essas contas?

O SR. EGON SCHULTZ – Tínhamos alguns empregados de casa de câmbio que entendíamos que o movimento deles não seria compatível. Embora não fosse movimento vultuoso, nós não queríamos criar possibilidades de se fazerem fraudes, então nós, preventivamente, pedimos para que eles encerrassem as contas. Agora não posso precisar nomes, porque faz sete anos e, infelizmente, passamos por muitas atividades.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O motivo do encerramento dessas contas qual foi?

O SR. EGON SCHULTZ – Tínhamos preocupação de que essas contas pudessem ser usadas ilícitamente. Aí, como funcionários de casa de câmbio de Foz de Iguaçu, entendíamos que não tinha condições

de ficarem movimentado valores expressivos e nem queríamos que movimentassem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode encerrar a conta de alguém porque acha que ele vai dar um cheque sem fundo?

O SR. EGON SCHULTZ – Não. Não posso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode mandar encerrar a conta de alguém porque possivelmente ele poderá cometer uma irregularidade?

O SR. EGON SCHULTZ – Não posso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor mandou encerrar essas contas por que, então?

O SR. EGON SCHULTZ – Para evitar riscos, e como essas empresas eram clientes nossas, essas casas câmbios, chamamos, conversamos com os proprietários e entendemos que não era ideal. Pedimos que eles não movimentassem e porque não os queríamos como clientes. Como banco, podemos escolher os clientes, nesse sentido. Aí, a gente fez questão em não ter essas contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o Banco do Brasil teve conta de algum doleiro?

O SR. EGON SCHULTZ – Não sei nomes, mas possivelmente teve, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas contas o senhor pediu para encerrar?

O SR. EGON SCHULTZ – Se eu tivesse conhecimento, pediria para encerrar, sim. Conversaria, pediria para encerrar e comunicaria ao Banco Central todas as contas que gerassem algum problema. Como nós mandamos muita documentação para o Banco Central, a gente mandaria para o Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas contas para as quais o senhor pediu encerramento, qual era o cadastro dessas pessoas? Qual era a atividade comercial, o que eles faziam?

O SR. EGON SCHULTZ – Eram funcionários de casas de câmbio, caixas, funcionários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muitas casas de câmbio?

O SR. EGON SCHULTZ – Umas duas, três.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas casas de câmbio também tinham conta no Banco do Brasil?

O SR. EGON SCHULTZ – Elas tinham. Elas trabalhavam com isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas casas de câmbio trabalhavam com dólar?

O SR. EGON SCHULTZ – Não. Eles não fechavam câmbio. Eles trabalhavam conosco com reais. Eles tinham movimento normal. Eles depositavam e sacavam em Reais. Era um movimento normal, compatível. Essas empresas nos forneciam a posição do estoque delas e nós, obviamente com isso, podíamos

mensurar o valor da movimentação deles se era ou não compatível. Obviamente com isso a gente pôde manter um controle; se houvesse movimentação incompatível, nós não trabalharíamos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os proprietários dessas casas eram conhecidos como doleiros?

O SR. EGON SCHULTZ – Agencias de viagem e casas de câmbio normalmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eram conhecidas, no mercado, como pessoas que operavam como doleiros?

O SR. EGON SCHULTZ – Com dólar. Como doleiros, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, nós sabíamos que eles operavam com dólar. Chamados vulgarmente de doleiros.

O SR. EGON SCHULTZ – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pediu para essas casas de câmbio encerrarem suas contas?

O SR. EGON SCHULTZ – Não. Elas tinham autorização legal do Banco Central para compra e venda de dólar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aquelas quinze ou vinte pessoas que o senhor pediu para encerrarem suas contas tinham R.G., CIC, portanto, estavam em condições de terem contas?

O SR. EGON SCHULTZ – Não sei se foram quinze ou vinte, foram poucas; mas elas tinham toda documentação legal, sim, claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor pediu para as pessoas físicas encerrarem e para as casas de câmbio não?

O SR. EGON SCHULTZ – Porque nas casas de câmbio eles tinham uma movimentação compatível e toda a documentação legal. Então, elas estavam movimentando de acordo com o Banco Central e de acordo com as normas.

Para com as pessoas físicas eu entendia, vamos dizer, um pouco de cautela e caldo de galinha não faz mal a ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou fazer a pergunta de uma outra maneira: àquelas pessoas que o senhor pediu para encerrarem suas contas já tinham tido movimentação incompatível com as suas capacidades econômicas financeiras?

O SR. EGON SCHULTZ – Não tenho como afirmar. Honestamente não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se não havia nenhum tipo de problema em relação a pessoa que trabalhava na casa de câmbio e a sua renda, então, quando V. S^a entrou na agência, o motivo foram as informações que o senhor tinha, via Foz do Iguaçu, que

os funcionários das casas de câmbio operavam via bancos da região? Foi isso? Foi esse o motivo?

O SR. EGON SCHULTZ – Exatamente. A cautela fez com que a gente tomasse providências, porque nós nos voltamos totalmente para a operacionalização de negócios normais bancários e buscamos fugir, ao máximo, de qualquer operação que envolvesse casa de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas pessoas, esses funcionários, fizeram depósitos com cheques de outras agencias em contas na casa de câmbio?

O SR. EGON SCHULTZ – Na verdade, não levantei isso não. Não conseguimos levantar se faziam depósito não.

O que nós fazíamos, e informamos ao Banco Central, quando havia remessas de outros lugares, por exemplo, remessa de R\$ 9.999,00, que havia um controle, R\$ 10 mil, a gente, constantemente, monitorava, porque podia vir dez ou cinco remessas de R\$ 9.900,00, poderia vir de algum lugar. Mesmo em contas de casa de câmbio. Então, era um trabalho árduo que se fazia em cima disso para evitar qualquer ilícito que pudesse, eventualmente, acontecer.

Eventualmente acontecia uma remessa dessa, nós informávamos diretamente aos órgãos competentes para se rastrear.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existiam saques de vulto nas contas dessas pessoas que o senhor encerrou?

O SR. EGON SCHULTZ – Não. Não havia saque de vulto.

Aliás, nem posso precisar qual a movimentação. Foi uma atitude preventiva em que não consegui comprovar nenhum ilícito nessas contas. Apenas preventiva, porque se ouvia muitas conversas na cidade com relação a bancos e a gente não tinha nenhuma prova, apenas medida preventiva.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Clóvis João Travassos Tagliaro?

O SR. EGON SCHULTZ – Sim, conheço. Ele trabalhou comigo, ele foi gerente de negócios da agência de Foz do Iguaçu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que período?

O SR. EGON SCHULTZ – Bom, quando tomei posse, em outubro de 1996, ele já – pela informação que tenho – estava na agência havia dois ou três anos e saiu aproximadamente um ano após a minha chegada, em 1997, 1998. Infelizmente, não tenho os dados exatos. Esse é o período

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele foi gerente de negócios do Sr. Paganini também?

O SR. EGON SCHULTZ – Foi, sem dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E tanto na gestão do Sr. Paganini quanto da sua gestão, ele era a pessoa encarregada do câmbio?

O SR. EGON SCHULTZ – Sim. A carteira de câmbio estava vinculada aos negócios cuja gerência era de responsabilidade dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em alguma ocasião ele comunicou ao senhor alguma irregularidade, no período anterior ao Sr. Paganini ou no posterior, quando já estava com o senhor?

O SR. EGON SCHULTZ – Quando assumi, ele comentou das alterações ocorridas nas instruções e da atuação do banco, sempre buscando corrigir eventuais distorções, mas não aprofundamos muito, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele nunca pediu ao senhor qualquer autorização para movimentação de contas, depósitos em reais para remessa por meio de conta CC-5, originários de contas nacionais?

O SR. EGON SCHULTZ – Não. Ele nunca pediu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele nunca comunicou ao senhor?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, as autorizações já existem e eram normais. O movimento era normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez alguma comunicação a algum superior seu sobre essas movimentações?

O SR. EGON SCHULTZ – Não havia movimentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca houve movimentação?

O SR. EGON SCHULTZ – Do meu conhecimento, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco do Brasil realizou alguma auditoria interna?

O SR. EGON SCHULTZ – Sim, o banco realiza e realizou várias auditorias internas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesse período em que o senhor assumiu ou no anterior a ele o senhor sabe se houve alguma auditoria?

O SR. EGON SCHULTZ – Quando assumi, haviam terminado uma auditoria há poucos dias, estavam terminando; cheguei até a encontrar algum auditor, mas não me lembro quem foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tomou conhecimento do resultado dessa auditoria?

O SR. EGON SCHULTZ – Não tomei conhecimento. Só recebi orientações possivelmente; não sei se a auditoria teve alguma coisa com o processo, mas recebi orientações legais de trabalho, para se trabalhar sobre o assunto. Sobre qualquer assunto, o banco manda os normativos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode me dizer por que o Banco do Brasil suspendeu a sua atividade com a autorização especial?

O SR. EGON SCHULTZ – Isso ocorreu antes de a gente chegar lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tomou conhecimento do porquê de ele ter feito isso?

O SR. EGON SCHULTZ – Não tomei conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto, são essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Concedo a palavra ao Deputado Edison Andrino.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Sr. Egon Schultz, o senhor ficou no Banco do Brasil de Foz do Iguaçu de 1996 a 1999, não foi isso?

O SR. EGON SCHULTZ – Início de 1999.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Em 1996, quando o Banco Central baixou a resolução, credenciando cinco bancos para operar a CC-5, o senhor já estava no Banco do Brasil de Foz do Iguaçu?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, isso é anterior. A autorização que o Banco Central dava foi bem antes.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A autorização do Banco Central foi em 1996 para operar a CC-5, e o senhor já estava em Foz do Iguaçu nessa época?

O SR. EGON SCHULTZ – Eu cheguei em outubro e já havia autorização.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas foi em 1996, no início, em maio ou abril.

O SR. EGON SCHULTZ – Se não me engano, a Resolução nº 2.677 é de abril de 1996.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Na realidade, o Banco do Brasil fez tantas operações ou mais do que o Banestado de remessas irregulares de dólares para o exterior, principalmente para Nova Iorque, e o Banco do Brasil como um banco público, com a credibilidade que tem e que deveria ter, foi uma coisa que nos preocupou muito. Exatamente a facilidade que tinha principalmente os “laranjas” de usarem o Banco do Brasil para fazerem remessas de recursos para o exterior.

V. S^a há pouco respondeu que, chegando a Foz do Iguaçu, ficou preocupado com os comentários de problemas. Noto que é difícil fechar uma conta sem um motivo mais justificado. Oíña que tem gente que passa cheque sem fundo e é difícil que o Banco do Brasil ou qualquer outro banco fechar, a não ser que haja determinação do Banco Central ou uma decisão judicial.

Quais os motivos reais? Porque não pode um gerente de banco, por um comentário na esquina, fechar a conta sob alegação de que a pessoa não tem renda,

é malandro etc. Qual o motivo de o Banco do Brasil fechar essas 15 ou 20 contas durante a sua gestão como gerente do Banestado em Foz do Iguaçu?

O SR. EGON SCHULTZ – Como falei antes, algumas contas nós encerramos como medida acautelatória porque não queríamos correr o risco de perder o controle das contas...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas tem que ter motivo para fechar uma conta. Como se fecha uma conta sem motivos, só com comentários?

O SR. EGON SCHULTZ – Na verdade, a conta fechada fica sem movimento e o sistema por si só fecha.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Gostaria de saber o motivo. O cidadão deu um cheque sem fundo?

O SR. EGON SCHULTZ – É difícil controlar e, como medida cautelar, pedimos para não movimentar as contas. Se a pessoa quisesse movimentar, ela movimentaria e não teríamos nenhuma medida legal que impedisse.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Então não foi fechada e sim recomendado que o cidadão não a movimentasse.

O SR. EGON SCHULTZ – Fechada com o tempo.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mas tinha que ter um motivo...

O SR. EGON SCHULTZ – Na verdade, não tínhamos nenhuma suspeita mas acontece que no caso de abrir conta em nome dos seus funcionários...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Como foram poucas contas, fechar uma conta dessa é algo que marca uma gestão de um gerente de banco. O senhor se lembra de algum nome dessas contas que foram fechadas?

O SR. EGON SCHULTZ – Não me lembro. São dados que se recuperam no sistema.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Essas contas eram de “laranjas” que não tinham renda e fizeram remessa para o exterior?

O SR. EGON SCHULTZ – Não posso afirmar, porque a prevenção que se faz é como dirigir um carro numa estrada perigosa, ou seja, diminui a velocidade.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – A maioria dos recursos que foram encaminhados, não só via Banco do Brasil, como Banestado e outros bancos, foram laranjas que encaminharam para o exterior. V. S^a admite que essas contas tinham sido de “laranjas”?

O SR. EGON SCHULTZ – Se houvesse movimentação, aí sim. Elas não fizeram movimentação com-

patível e não tenho como afirmar porque não houve a movimentação, foi apenas uma medida preventiva.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. S^a trabalhava no setor de câmbio do Banco do Brasil?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, eu era o Gerente-Geral da agência. A agência tinha oito setores e cada um deles tinha a sua responsabilidade direta, embora o Gerente-Geral...

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – V. S^a se aposentou no Banco do Brasil?

O SR. EGON SCHULTZ – Aposentei-me no Banco do Brasil.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Há quanto tempo?

O SR. EGON SCHULTZ – Há trinta dias.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Mora em Florianópolis?

O SR. EGON SCHULTZ – Moro em Blumenau.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC) – Em Blumenau?

O que eu acho estranho nessas suas afirmações é exatamente fechar contas sem um motivo, pelo menos pelo que V. S^a se lembre, e é difícil você fechar uma conta, a não ser que haja um motivo específico, claro, e que não se lembre de nenhum nome de uma conta dessa fechada.

Mas o Banco tem esses dados das contas fechadas na sua gestão?

O SR. EGON SCHULTZ – Ah! Levantam-se as contas fechadas no período, cruza-se, vê-se quem trabalhava nas casas de câmbio e se chega ao nome de quem fechou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Deputado Mentor, V. Ex^a quer falar?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o depósito da agência caía, qual era a orientação que o senhor dava para a captação?

O SR. EGON SCHULTZ – Como assim, quando os depósitos caíam?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o saque pela poupança, quando os saques diretos no caixa eram menores do que aquele movimento, não? E o limite que a agência deveria ter. O senhor deveria ter uma meta de depósitos?

O SR. EGON SCHULTZ – Uma meta de depósitos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando baixava dessa meta, caía da meta, como o senhor fazia?

O SR. EGON SCHULTZ – Fazíamos uma reunião para que todos os funcionários buscassem, por meio de seus clientes, os depósitos das empresas que trabalhavam conosco, que tinham operações, assim como abrir contas novas, para se atingir as metas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, evidentemente, procurava esses depósitos com todos os clientes da agência?

O SR. EGON SCHULTZ – Com todos os clientes da agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inclusive as casas de câmbio?

O SR. EGON SCHULTZ – As casas de câmbio também, dentro do possível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A agência tinha algum prêmio por atingir a meta ou superar a meta?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, a meta era uma determinação que tinha que ser cumprida. Não havia prêmio por isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando a agência não atingia a meta em um certo período o que acontecia? Qual era a consequência?

O SR. EGON SCHULTZ – Na verdade, não havia consequência direta para a agência, para os funcionários. Possivelmente, recairia ao gerente o ônus por não atingir a meta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Posso concluir, então, que o Gerente-Geral da agência, quando superava a meta, era bem recebido, era bem visto. Quando estava abaixo da meta, era malvisto e isso tinha influência na carreira.

O SR. EGON SCHULTZ – Claro. Como em toda atividade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu aquele sistema dos carros-fortes que atravessavam a fronteira?

O SR. EGON SCHULTZ – Fiquei sabendo, passaram-me depois como funcionava. Mas do período de outubro em diante, só vinha o carro-forte do Banco do Brasil. Agora, relataram-me como acontecia antes, inclusive o Banco Central ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor chegou a pegar carros-fortes vindos do Banco do Brasil de Ciudad Del Este para Foz do Iguaçu?

O SR. EGON SCHULTZ – Carros-fortes do Banco do Brasil de Ciudad Del Este para o Banco do Brasil?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com aquele carimbo da Receita, dizendo que não conferiam os valores?

O SR. EGON SCHULTZ – Exatamente, a Receita passava um carimbo avisando a empresa do País e a empresa transportadora depositava no Banco do Brasil os recursos e, posteriormente, a Receita pegava, imagino, a autorização definitiva.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor podia garantir que aquele dinheiro tinha passado realmente na ponte?

O SR. EGON SCHULTZ – Bom, eu tinha que confiar na Receita, tinha o carimbo da Receita.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas no carimbo estava escrito sem conferência.

O SR. EGON SCHULTZ – Pois é, mas a Receita estava na ponte, não é? E ela carimbava ali na ponte.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Poderia ter vindo um caminhão de outro lugar, que não do...

O SR. EGON SCHULTZ – (inaudível) em malotes com chaves...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe-me só terminar a pergunta.

Seria possível que esse dinheiro viesse de outros lugares que não a Ciudad del Este?

O SR. EGON SCHULTZ – Como isso vinha num malote fechado, com uma senha e essa senha constava no documento da....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da transportadora.

O SR. EGON SCHULTZ – É de se supor que estivesse amarrado. Quando o banco põe o dinheiro no malote, fecha o malote com lacre e com um número e faz a guia de transporte, que passava para a transportadora, com aquele número. Isso chegava para nós, com a conferência no número do lacre com a remessa. Por isso é que nós tínhamos a convicção de que o recurso que estava no malote era o mesmo que tinha saído...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar que o Banco do Brasil realizou duas vitorias uma em abril e outra em setembro, um pouquinho antes de o senhor entrar lá, e que foi constatado um número maior de carros-fortes que, teoricamente, teriam passado da Receita do que realmente passou?

O SR. EGON SCHULTZ – Não, isso não me foi passado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca ouviu falar disso?

O SR. EGON SCHULTZ – Eu não ouvi falar. O controle que tínhamos era este: vinha o carro... Eu ouvi falar que o Banco Central estaria checando isso. Era essa a informação que eu tinha. O Banco Central teria feito essa contagem. Com relação ao Banco do Brasil, eu não ouvi. Eu ouvi dizer que o Banco Central estaria fazendo uma contagem de carros-fortes...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com relação à movimentação de tesouraria de requisição de numerários e depósitos – alívio de outros bancos, esse é o nome – para o Banco do Brasil, houve alguma anormalidade durante o período em que o senhor esteve lá?

O SR. EGON SCHULTZ – Como falei antes, isso ocorria em ondas. Havia períodos em que o movimen-

to era bastante expressivo e períodos em que havia uma redução. Havia valores maiores e menores. Isso oscilava bastante.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com relação aos saques, às retiradas na tesouraria, isso era comunicado quanto tempo antes?

O SR. EGON SCHULTZ – A previsão do Banco era 48 horas. Normalmente essa previsão é para que haja disponibilidade de numerário na agência para quem vai sacar de manhã.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse prazo já chegou a ser menor do que 48 horas?

O SR. EGON SCHULTZ – Eventualmente, que eu tenha conhecimento não houve, mas pode ter acontecido. Acho que não, porque isso tinha que ser gravado no sistema. Essa previsão era gravada no sistema e em cima dessa gravação é que se fazia o trabalho. Se há, por exemplo, uma pessoa física ou jurídica com um cheque de R\$30 mil, a previsão é de 48 horas, mas se houver recursos em caixa, é óbvio que é interessante para o banco pagar para não ficar com o dinheiro, se todo o processo estiver legal. Para os bancos esse não é um procedimento normal, nem recomendável.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas hoje em dia para qualquer cidadão um saque um pouco maior, de R\$2 ou R\$3 mil, já é difícil obter a liberação no dia. É preciso avisar um ou dois dias antes.

O senhor tem lembrança de qual era a média dos valores dos saques?

O SR. EGON SCHULTZ – O senhor está-se referindo a bancos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Saques no caixa.

O SR. EGON SCHULTZ – No caixa, os valores eram normais. Normalmente uma empresa vai pagar o funcionalismo e fazia uma previsão R\$60 mil, R\$80 mil. Na época não se usava pagamento em conta corrente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E pessoa jurídica?

O SR. EGON SCHULTZ – Estou falando de pessoa jurídica.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sacava R\$50, R\$80 com normalidade?

O SR. EGON SCHULTZ – Eventualmente sacava. Mas isso era totalmente compatível com a receita dela. Eventualmente podia haver esse saque para folha de pagamento, por exemplo. Mas isso não era uma normalidade dessa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E saques maiores do que esse valor?

O SR. EGON SCHULTZ – Muito difícil. Não posso precisar se houve ou não. Teríamos que checar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E saques contábeis, com depósitos contábeis, saca e deposita valores altos?

O SR. EGON SCHULTZ – Disso aí eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente liberava os cheques quando era para sacar?

O SR. EGON SCHULTZ – O gerente não precisava liberar cheques. O gerente de expediente tinha alçada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quanto era a alçada?

O SR. EGON SCHULTZ – Não me lembro. Tenho que olhar. Mas tinha alçada documentada para sacar. Não havia necessidade de gerente... O gerente cuidava da área negocial, estava na rua, às vezes passava um dia fora, dois dias. Assim, qualquer que houvesse, não tinha como...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o gerente que tinha alçada para liberar?

O SR. EGON SCHULTZ – O gerente da tesouraria, vamos usar a expressão correta, Gerex, Gerente de Expediente. O gerente que cuidava da parte de tesouraria e caixa, ele tinha sempre alçada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havendo saldo na conta, qualquer valor?

O SR. EGON SCHULTZ – Não. Tinha um limite. Não posso precisar hoje. Mudava muito, cada seis meses, por causa da inflação, mais, menos...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É porque, naquela época, não havia inflação, final de 96 já era o real, era um por um.

O SR. EGON SCHULTZ – Com trinta anos de banco a gente fica meio...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tinha idéia de quanto era?

O SR. EGON SCHULTZ – O caixa, se não enganar, tinha uma alçada própria para pagar até R\$3 mil. E a tesouraria, o tesoureiro passava, não posso precisar, era alguma coisa de dez vezes mais, R\$30 mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, superior a isso, quem tinha que dar o visto?

O SR. EGON SCHULTZ – Era o gerente de administração que cuidava da parte interna, que cuidava de tudo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De qualquer alçada era ele, qualquer valor?

O SR. EGON SCHULTZ – Ele dava qualquer valor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a ter a possibilidade de liberar algum depósito superior a R\$30 mil para saque no caixa?

O SR. EGON SCHULTZ – Não me recordo. É possível, mas não me recordo, porque dois anos e meio de gerente lá, constante movimentação, muita coisa, não era assim...Pode até ter acontecido sim... Pagamento de tributo, vinha cheque lá, ... valores maiores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

Solicitaria a V. Ex^a que determinasse a permanência do depoente no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Está determinado.

Encerro o presente depoimento.

Convido o Sr. Clóvis João Travassos Tagliaro para compor a Mesa.

Atendendo às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura:

“O depoente se compromete, nos termos do art. 213 do Código Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.”

Passo a palavra ao Sr. Clóvis, por vinte minutos.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Meu nome é Clóvis. Passo a palavra a quem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Se o senhor quiser fazer uma exposição ou se colocar à disposição do Relator.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Coloco-me à disposição do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Passo a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Clóvis, gostaria que o senhor relatasse a sua carreira no Banco do Brasil, no período de 1996 a 2002.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Em 1996, eu respondia pela Gerência de Atendimento na agência de Foz do Iguaçu, vinculado à área operacional. E a agência de Foz do Iguaçu, por ser uma agência tronco de câmbio, na época, a área de câmbio estava sob minha responsabilidade, assim como as operações de crédito e de empréstimos normais para clientes.

Em junho de 97, fui nomeado gerente de Santo Antônio do Sudoeste, mas foi por um período curto.

Em dezembro de 97, vim trabalhar em Florianópolis.

Em agosto ou setembro de 99, fui para Brasília na área de controle interno do banco. Uma diretoria criada em Brasília.

Em janeiro ou fevereiro de 2000, vim como gerente da área de controle do Banco do Brasil do Paraná.

Em 31 de janeiro de 2001, aposentei-me pelo Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa agência do Santo Antônio do Sudoeste, quando foi?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Foi depois de dois, três meses...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor chegou lá?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Setembro, outubro de 1997. Dezembro de 1997 eu vim para Florianópolis.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na agência Foz do Iguaçu, o senhor era gerente de atendimento?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Gerente de atendimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E responsável pela área de câmbio?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Área de câmbio, o câmbio comercial e o financeiro que era muito pouco, basicamente comercial, era uma zona exportadora de soja. Mais nessa área.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor controlava essas operações de câmbio inclusive na 2.677?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não, a parte de controle da gerência de atendimento de câmbio era o câmbio comercial e eventualmente o operações de câmbio manual, a parte de ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A CC-5, que depois foi a 2.677.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Na CC-5 tínhamos como cliente nessa fase o Banco do Brasil da Ciudad del Leste e Assunção e essas contas eram vinculadas à agência Central Brasília. A agência de Foz do Iguaçu apenas recebia os recursos que vinham de Ciudad Del Leste para processar os reais que eram cobrados em Ciudad Del Leste para a agência...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem era o responsável por essa operação na agência Foz?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Bom, esses recursos vinham diretamente para a tesouraria. A tesouraria estava subordinada, nós éramos três administradores e um gerente geral, um gerente da área operacional e um gerente administração, a quem a tesouraria estava afilia. A tesouraria estava subordinada à gerência de administração e ao gerente geral; qualquer ato administrativo da agência era decidido em reunião dos três administradores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se reunia para discutir esses depósitos e movimentação da CC-5?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não. Seguíamos apenas as instruções, seguíamos as instruções do Banco do Brasil; então não tinha o que discutir; quer dizer, se o dinheiro viesse em um depósito numa conta CC-5 que era do Banco do Brasil Ciudad Del Leste, numa operação normal, dentro das instruções. Então não tinha o que decidir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só foram movimentados recursos em reais para contas CC-5 oriundos da Ciudad Del Leste do Banco do Brasil?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Nas contas CC-5 eram recursos que vinham do exterior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não existia qualquer outro recurso com origem diferente que também foi depositado no CC-5?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não que eu saiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca participou de nenhuma decisão sobre isso, nenhuma consulta...

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não. A conta CC-5 Banco do Brasil Ciudad Del Leste recebia aqueles reais transferidos de Ciudad Del Leste para a tesouraria do Banco do Brasil. A operação após o crédito dessa conta que era administrada na Central Brasília, o banco fazia as operações de câmbio direto em Brasília. Então a conta CC-5 que tínhamos nesse período era de Ciudad Del Leste.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era a única conta CC-5 era do Banco do Brasil?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– E Assunção, que era Banco do Brasil também, de repente pode ter feito alguma operação; não sei. Mas são operações que não envolviam uma operação cambial, porque a CC-5 não fazia câmbio com Foz do Iguaçu, mas com a central Brasília.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando tinha algum saque em reais no caixa, o senhor era responsável pela liberação?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era responsável?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– No período em que estive lá, uma pessoa que viesse com um cheque de conta comum... Porque a CC-5 não sacava em Foz do Iguaçu, fazia operação de câmbio, como disse, com a Central Brasília, até aqui... Mas numa conta comum do Banco do Brasil, se se chegasse ao caixa, numa tesouraria com um cheque próprio, se for de terceiro, se a pessoa se identificar ou se era o próprio emitente, sacava normalmente, não tinha...

não passava, por exemplo, para o Gerat, ou mesmo para o gerente, uma autorização de pagamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qualquer valor?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Qualquer valor. Porque a estrutura do banco, à época... Estou fora já há quase três anos, não sei dizer se alterou alguma coisa, mas tínhamos a gerência média que tinha alçada para pagamentos, para efetuar pagamentos. Então nesse depósito não era necessário passar pelo gerente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A responsabilidade para abertura de contas no Banco do Brasil era de que gerência?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– A abertura de contas dependia do segmento onde era aberta a conta. Uma conta de pessoa física, de repente, de um cliente comum, era subordinada, por exemplo, a uma agência de 160 e poucos funcionários, com, se não me engano, 15 ou 16 colegas de gerência média e os postos efetivos que abriam a conta normalmente. Se chegasse qualquer cliente com a documentação necessária, à época, para abrir a conta, o posto efetivo abria o que chamávamos de conta normal, passava-se a documentação para um superior hierárquico, no caso a gerência média, que conferia os dados – carteira de identidade, CPF e um comprovante de residência – dava o visto no documento, no caso, a ficha de abertura de conta.

Não havia necessidade de passar pela gerência superior, digamos, a gerência geral ou mesmo o gerente de atendimento. Sei que a partir de 1998, quando instituíram, mudaram as instruções, principalmente por causa da lavagem de dinheiro, algumas coisas foram alteradas. Mas em 1998 já não estava mais trabalhando em agência e, sim, na área de controle.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas anteriormente não havia um cadastro que se preenchia, o cliente preenchia o cadastro?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Esse cadastro é uma ficha cadastral, e nessa ficha cadastral os documentos pedidos eram apenas carteira de identidade, CPF e um comprovante de residência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas havia a ficha cadastral?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E evidentemente que, abrindo a conta, fazia uma declaração com os seus dados cadastrais?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Sim, assinava a ficha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor chegou a ver alguma movimentação de alguma conta sem lastro, cujo cadastro era incompatível com a movimentação da conta?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não acompanhávamos esse controle, não tinha porquê. Foz do Iguaçu é uma praça que gerava muitos recursos e tínhamos muitas contas, não sei precisar agora quantas contas tínhamos, mas não havia nem relatório, à época, que nos obrigava a fazer esse controle. Mesmo porque existia, era muito preocupante a questão do sigilo bancário. Então, não se parava para averiguar – tal conta está recebendo muito depósito, saindo muito dinheiro –, não havia essa preocupação. Isso em relação a contas normais, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quando a agência recebia um depósito maior, que até podia passar do seu teto de depósito, da sua cobrança de depósito, não chamava a atenção da gerência?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não existia teto, qualquer conta podia receber um valor...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Digo da agência, não na conta.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Mas a agência de Foz do Iguaçu, a característica da praça de Foz do Iguaçu é que lá girava muito dinheiro, era um absurdo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas qual era a meta da agência?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não tenho esse dado para lhe dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele existia?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Existia um determinado alívio, porque a agência também não podia ficar com muitos recursos de uma dia para outro, então, diariamente, aliviava-se o dinheiro, mas não sei lhe dizer porque justamente essa não é a minha área.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas uma coisa é a movimentação de recursos para não correr risco, a outra coisa é o depósito que a agência adquiriu, que ela conquistou. Ela tinha uma meta de depósito?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não, não, não tinha não. Não havia meta de depósito em conta para a agência. Quer dizer, se uma pessoa tinha uma conta lá e recebia um recurso...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não de uma conta, eu digo da agência como um todo?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não, não teve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se não tivesse um centavo depositado na conta, era bom para o Banco do Brasil?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Acho que não seria bom para o Banco do Brasil, mas a nossa função era fazer operações, onde se ganha **spread** em taxas e, claro, aplicações financeiras...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quando você consegue captar mais recursos, não estou falando de papel moeda, estou falando de depósito na agência, você contribui para que o Banco possa emprestar mais, não é? Então, a agência do Banco do Brasil não tem meta?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Em depósito à vista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não em depósito à vista, mas de qualquer maneira, depósitos.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Em qualquer tipo de aplicação, por exemplo, se eu sei que o cliente tem o poder de depósito, vamos tentar captar as aplicações desse cliente, porque, depois, esse dinheiro vai ser, claro, emprestado, onde ganha. Mas não tinha uma meta de depósitos: temos que alcançar “x” reais de depósitos à vista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a notar alguma diferença no volume disponível em moeda, no Banco do Brasil, nesse período que vai de 1996 para frente em relação a outros períodos anteriores?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não, porque, como disse, eu não estava afeto à Tesouraria, não era meu controle. Continuávamos fazendo as operações comerciais de câmbio, à época, e operações normais do dia-a-dia.

Quando surgiram essas dúvidas a respeito dessa questão que está sendo discutida, é que o Banco se preocupou em criar mecanismos e relatórios, alertando para a movimentação de contas. Antes disso não havia essa necessidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o Banco fez isso?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Parece-me que foi pelos meados ou segundo semestre de 1996.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia repetir o que aconteceu? O Banco orientou para?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– O Banco, tendo em vista as preocupações, alertou os seus funcionários, as suas administrações a manterem um controle a respeito de algumas movimentações. Em 1996, o Banco Central criou uma determinada carta circular que impôs restrições à movimentação, por exemplo, de contas CC-5, que é o caso do Banco

do Brasil (**inaudível**), mas, ao mesmo tempo autorizou que essas contas CC-5 do Banco do Brasil, que não tinha um limite de depósito de dinheiro que viesse para essas contas. Então, variava de acordo com o mercado, com a praça de Ciudad Del Leste.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Entendi. Qual foi a orientação do Banco?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– A orientação do Banco, a partir da questão dos precatórios, parece-me, em São Paulo, parece-me que foi por aí – Senador, já faz sete anos isso daí –, e controle de contas. Aliás, o Banco Central, inclusive, esteve em Foz do Iguaçu, alertando-nos. E passamos a controlar mais essa movimentação.

Mas não havia instruções que obrigassem o funcionalismo do Banco a controlar que tal conta tinha um saldo muito superior, digamos, ao que seria lógico se esperar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o Banco Central esteve no Banco?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Parece-me que foi em junho ou julho de 1996.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual foi o alerta que ele fez?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Foi com relação aos caminhões que passavam na Ponte da Amizade. O Banco Central colocou um funcionário seu na ponte e outro na entrada da agência, para confirmar os caminhões que passavam e os que entravam na agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– À época, sabíamos da investigação que estava sendo feita, não foi às escondidas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual foi a constatação do Banco Central?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Pelo que eu soube, o Banco Central alertou que passaram “x” caminhões na ponte e que na agência chegavam “x” mais “y”, digamos. Só que a agência de Foz do Iguaçu era a supridora de numerários de toda uma região, não era só da agência do Banco do Brasil ou da agência do Banco do Brasil de Ciudad Del Leste que vinha o dinheiro. Ela atendia a todos os demais bancos comerciais do praça, assim como os bancos da região: Santa Helena etc. Então, vinha muito dinheiro de todas as praças para Foz do Iguaçu. Não ia fechar nunca esse número de caminhões.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o Banco Central tinha uma outra informação, que era o volume de fechamento de CC-5, com recursos?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – O que o Banco do Brasil da Ciudad Del Leste

fechava com a nossa área de câmbio era aquilo que ele depositava ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe-me falar claro. É evidente que a Tesouraria do Banco do Brasil era o caixa do Banco Central: recebia recursos e desovava, enfim, abastecia e aliviava os bancos. Imaginem se tivessem passado cem caminhões na ponte, cada um com R\$1 milhão. Teríamos R\$100 milhões. Esse era valor que tinha que mandar pela CC-5. No entanto, chegavam duzentos caminhões na Tesouraria do Banco do Brasil. Então, são R\$200 milhões. E a CC-5 mandou R\$150 milhões.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Desconheço essa informação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Central saberia dizer isto, porque era ele que fazia o controle da CC-5.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Sim, porque o valor que era depositado na CC-5 que o Banco do Brasil estabelece era o valor que vinha na guia mandada por eles nos caminhões. Então, o valor de fechamento de câmbio, que imagino que o Banco do Brasil estabelece, que fechava com a nossa central, em Brasília, na área de câmbio, era o valor correspondente ao depósito efetuado com o dinheiro que vinha de Ciudad del Este.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tomou conhecimento, alguma vez, se esse dinheiro que vinha da agência do Banco do Brasil de Ciudad del Este foi somado com outros recursos sacados na própria agência e remetidos para a CC-5?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Como lhe disse, aquele depósito, pelo que eu sei, pela informação que tenho, vinha de Ciudad del Este com a guia de depósito ou com as guias de depósito limitada a esse valor de um milhão de reais, parece-me, por caminhão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, alguma vez, foi consultado sobre essa hipótese de haver saques contábeis de recursos em contas comuns somados a outros valores que vieram do Banco do Brasil de Ciudad del Este e esses valores conjugados, somados e depositados em contas CC-5, para converter em dólares? O senhor nunca ouviu?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não tenho conhecimento disto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas conversas que o senhor relatou aqui agora, que ficou sabendo dos caminhões, etc, o senhor tinha reuniões com os gerentes, do gerente geral com os demais gerentes? Havia reuniões sistemáticas, diárias, para avaliar a situação, para se estabelecer estratégias?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– O senhor poderia repetir mais?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha reuniões sistemáticas com o gerente geral e os demais gerentes? Fazia reuniões para traçar políticas e estratégias para a agência?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Políticas e estratégias para a agência, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram sistemáticas?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Sistemáticamente. Agora, essa questão dos caminhões, não existia uma política para isto. O dinheiro que era arrecadado por Ciudad del Este vinha para a agência de Foz do Iguaçu em um ou mais caminhões, conforme o valor, e esse dinheiro era depositado na CC-5 do Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses acontecimentos extraordinários, como, por exemplo, a visita do Banco Central, eram comentados nessas reuniões?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Essa visita do Banco Central, segundo até o Chefe do Departamento do Banco Central que esteve lá, o Sr. Jorge Panteliães, eles foram lá porque eles estavam alegando que o movimento tinha aumentado muito. Eles, então, queriam ver o que estava acontecendo. Mas nada, também não nos foi proibido nada e não nos foi dito nada e nós, no Banco do Brasil, seguimos as instruções do Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor notou, também, algum aumento de volume de recursos incompatível na agência do Banco do Brasil, ou um crescimento anormal?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Dependia muito do mercado dos sacoleiros. Então, conforme o mercado, conforme estava bom para os sacoleiros, aumentava muito o movimento e aí poderia haver alguma variação, conforme o dólar estava ou não interessante.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas naquela época o dólar era ao par, não é?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Era mais ou menos. Não sei exatamente como estava. Em 1994, com o Plano Real lá, chegou a ser 0,82, parece-me, por um. Esse era um dado. Não tenho de cabeça essa data. Não tenho condições....

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor achou que a movimentação da CC-5... Nunca ouvia nenhuma nenhum comentário ou nenhuma irregularidade do Banco do Brasil?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não, porque, como lhe disse, para nós é algo normal. O movimento do Banco do Brasil de Ciudad del Este é

grande e trazer para Foz do Iguaçu. E é claro que, de repente, o Banco do Brasil de Ciudad del Este captava esses reais de acordo com o mercado de Ciudad del Este e a conversão em Ciudad del Este se fazia entre reais e dólares. Não sei, porque é outra agência, uma agência do exterior. O movimento deles dependia do mercado deles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar alguma vez da existência de contas de laranjas no Banco do Brasil?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Ouvi a partir da questão dos precatórios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas existiam contas de laranjas no Banco do Brasil?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não, não posso dizer? Não se tinha aquilo ali como conta de laranja. A partir da Cpi dos Precatórios, surgiu esse termo. Mas não tínhamos. As contas que tínhamos eram normais, não eram contas laranja.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os gerentes abaixo do senhor são aqueles responsáveis por autorizar a abertura de contas? E chegou alguma vez ao senhor a informação de que umas das contas abertas ou que estavam sendo movimentadas eram de laranjas?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não àquela época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que época?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Essa época que V. Ex^a citou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor viu alguma conta ser encerrada no Banco do Brasil?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Pode ter sido encerrada porque, da mesma forma que uma gerência média podia abrir uma conta, por algum motivo a conta poderia ser encerrada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor chegou a orientar alguém para fechar alguma conta?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu algum aviso ou orientação de alguém para fechar conta?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não que me lembre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o gerente-geral da agência resolvesse fechar alguma conta, ele iria dar orientação a quem?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Normalmente aquela conta está subordinada a algum gerente de gerência média, um gerente poderia encerrar. Agora, encerramento de conta também não era uma atitude unilateral, não é? Chama-se o cliente,

conversa-se com ele. E acontece também quando o cliente não apresenta a reciprocidade necessária para a manutenção da conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor deveria saber ou não se uma conta tivesse sido encerrada?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Em uma agência com mais de 14 mil contas, é complicado. Provavelmente, à época, eu não tenho como lhe dizer se a conta foi encerrada ou não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E nessas reuniões que o senhor fazia de estratégias, quando acontecia um caso extraordinário, os gerentes não conversavam sobre isto? Ou estou desconfiado... há aqui umas dez ou quinze contas...

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não, nunca se conversou sobre isso. Como eu lhe disse, o termo lavagem veio surgir a partir de 96.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não me refiro à lavagem, mas a movimentação incompatível.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não tínhamos essa ... o funcionalismo do Banco, até por questão de sigilo bancário e por instruções do Banco, não a obrigação de acompanhar se em uma conta transitava muito ou pouco dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, quer dizer que ninguém iria encerrar uma conta por esse motivo?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não, não se encerraria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E poderia encerrar a conta por supor que poderia haver o motivo?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – É, até poderia, mas acho que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas se não encerrou porque não tinha, porque não pegou, vai encerrar porque poderia ter?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Pois é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha certo isso?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não, mas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Seria uma anormalidade?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Mas é como eu lhe disse, não tínhamos, na época, esta orientação de acompanhar o movimento de uma conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas digo: se uma conta fosse encerrada por esse motivo, o gerente dizia assim: eu acho que ele vai ser laranja e vou encerrar a conta dele. O senhor ficaria sabendo?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Poderia estar sabendo, mas poderia, de repente,...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E se fossem quinze ou vinte contas?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – O gerente, de repente, poderia ter decidido com um colega da gerência média.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas nem um comentário, será que não ficaria sabendo... trabalhando junto, se reúne todo dia para ver as coisas?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Tudo bem, mas as coisas de todo dia basicamente eram operações de crédito, operações da área internacional, comerciais normais, limite de câmbio, de clientes, pagamento de importações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E uma anormalidade como esta, de fechar vinte contas, não houve comentário?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Olhe, não me lembro dessa situação, sinceramente. Agora, a partir de 96, a partir dessa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe-me só fazer mais uma pergunta para entender: o gerente... como é que o senhor disse que é o nome dele?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não falei o nome dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, a função, o cargo abaixo do senhor como se chamava?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Gerente de expediente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. E abaixo dele?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Daí os postos executivos

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, aqueles gerentes que eram responsáveis pela abertura de conta?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não, são gerentes de expediente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aquela pessoa que... desculpe, não gravei o nome. Se alguma pessoa fosse abrir uma conta, qual era o gerente que podia autorizar, como é o nome da função?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Gerente de expediente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é que tinha que autorizar?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Ele seria o superior hierárquico daquele grupamento dos efetivos que abrem conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei. Esse gerente de expediente, se tivesse que encerrar a conta, ele não saberia?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Poderia saber. Provavelmente esse cliente que está encerrando a conta, estaria em um grupo setex subordinado a ele ou em um grupo de clientes subordinado a ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não estou entendendo como algo tão anormal, como isso, poderia não ser comentado na agência. Se vamos fechar 10, 15 ou 20 contas, porque possivelmente essas pessoas poderiam cometer alguma irregularidade.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Eu não lhe disse que isso não foi comentado. Eu não me recordo de algum comentário sobre isso. Como eu lhe disse, a partir dessa questão dos precatórios, a partir dessa situação dos laranjas, a Administração de Foz do Iguaçu também mudou muito. Então, pode ter havido alguma reunião, pode, de repente, ter havido uma ordem superior do gerente-geral, ou em uma reunião, dizendo: que se encerrem as contas. Então, tais contas, porque essas contas aí estão perigosas, mas a partir de um alerta que houve, porque, até ali, não havia necessidade de fazermos esse controle.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu algum comentário de alguma movimentação de conta incompatível com os recursos cadastrais dessas pessoas?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – A posteriori.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas casos concretos do Banco do Brasil.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Depois que o Banco Central fez o comentário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor ficou sabendo disso? Houve o comentário, e o Banco do Brasil fez o quê?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – O Banco do Brasil, seguindo as orientações do Banco Central e as orientações do próprio Banco do Brasil, determinou que, a partir daquele momento, tais e tais contas, com a movimentação tal, deveriam ser controladas ou não abertas, se não houvesse uma comprovação... Houve exigência maior com abertura de conta, e houve uma exigência maior de acompanhamento dessas contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, algumas contas foram fechadas por esse motivo?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Não sei lhe dizer. Não lembro isso aí. É como eu lhe disse: isso aí é uma agência tão grande que, de repente, pode até ter havido um outro setor, totalmente, não subordinado, digamos, à minha área, que tenha sido fechado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente é o Schultz? O senhor o conhece?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele foi seu superior?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – É. O Hermon Schultz chegou lá, se não me engano, em outubro de 1996, parece-me.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor saberia me dizer por que mudou o gerente da agência?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Por que mudou?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era o Sr. Paganini, e passou a ser o Sr. Schultz?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Era o Sr. Luiz Antonio Paganini e passou...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que houve essa mudança?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Por procedimentos normais. O Luiz Antonio Paganini foi promovido, à época, a Superintendente Regional de Ponta Grossa e, daí, nomearam... Porque, normalmente, nessas nomeações do Banco, eles não efetivavam, digamos, alguém que já estivesse na agência; vêm de outras praças. Esse pessoal que vai fazendo carreira, vai viajando. Então, o Hermon Schultz foi apenas um substituto, nomeado para o cargo no lugar do Luiz Antonio Paganini, promovido a Superintendente Regional de Ponta Grossa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Paganini foi promovido para uma outra função, não é isso?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Para outra função.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor sabe quando foi que o Banco do Brasil deixou de operar com as autorizações especiais em Foz?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Nas contas CC-5?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO – Em abril de 1996, o Banco Central autorizava que nós movimentássemos essas contas CC-5, no caso, no Banco do Brasil de Ciudad del Leste. E em outras agências do Banco do Brasil no exterior, se, por acaso, trabalhassem conosco. Eu acredito até que isso aí continue, porque o Banco do Brasil de Ciudad del Leste tem que desovar os reais para algum lugar, e tem que ser para Ciudad del Leste. Esse procedimento continua até hoje. E toda operação de CC-5 era feita...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A minha pergunta é a seguinte: o senhor tem conhecimento de quando o Banco do Brasil deixou de operar com base

na autorização especial do Banco Central, em Foz do Iguaçu?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Mas eu acho que ele não deixou de operar. A autorização especial acho que ainda...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com base em autorizações especiais?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– ...em cima de uma Carta-Circular, em relação a todas as agências do Banco do Brasil do exterior... Agora, não sei, depois, se isso aí foi cortado ou não. Eu lhe disse que estou há três anos fora. De Foz do Iguaçu, sete anos fora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As autorizações especiais foram revogadas em 1999, mas não é essa a pergunta.

Estou perguntando se o senhor teve conhecimento, se o Banco do Brasil deixou de operar com autorização especial na agência Foz do Iguaçu. Quando foi?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Deixou de operar?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exato. (Pausa)

Uma decisão dessa não afeta a captação de recursos da agência?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Mas é por isso que tenho para mim – não sei, porque saí de lá – que o Banco do Brasil continua operando dentro das orientações e das autorizações do Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor saiu de lá?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Saí de lá, da agência, em junho de 1997.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em junho de 1997. Ele deixou de operar em outubro de 1996.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Mas com a CC-5...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com a autorização especial para remessa em reais. E o senhor sabe quando mudou o gerente?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Mudou em outubro de 1996.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não acha coincidência?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não. Acho que está havendo um engano. Acho que o Banco do Brasil... Não estou entendendo, porque uma conta CC-5 do Banco do Brasil, para onde...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, veja. Não falei com conta CC-5. Falei com autorização especial que permite identificar a entrada de reais e conversão em dólares. Ele parou de operar em Foz...

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Estava achando que tivesse parado de operar com a CC-5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com a CC-5, ele operou e, hoje, opera ainda. Estou falando com autorização especial na agência de Foz do Iguaçu.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não, não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não é uma decisão que afeta a captação de recursos?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Mas a CC-5, a única conta que trabalhava o Banco do Brasil era em Ciudad Del Este. Então, não vejo onde isso alterou. Quer dizer, a conta operar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se a agência vai deixar de operar sem identificar em Ciudad Del Este, pode afetar e diminuir a captação.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– A identificação dos recursos em Ciudad Del Este eram identificados como na CC-5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, autorização especial é para não identificar.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não, mas todo valor acima de R\$10 mil, se não me engano, na época, no Banco do Brasil, a CC-5 estava autorizada a depositar. Quem estava depositando era o Banco do Brasil e não terceiros.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Era identificado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o órgão que estava identificado?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Era o Banco do Brasil de Ciudad Del Este.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem eram os reais?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– De clientes do Banco do Brasil da Ciudad Del Este, que têm operações...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, os clientes não estavam identificados.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Mas aí não eram do ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A ficção é uma outra coisa. A ficção vem de uma outra coisa. Claro que está identificado. Quem? O Banco do Brasil. Muito obrigado. E os clientes do Banco do Brasil? Onde estão identificados? Ah, esses não estão. Quero saber dos clientes.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO

– Não sei lhe dizer se o Banco do Brasil de Ciudad Del Este identificava cada operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque a autorização especial era para não identificar esse. Não precisava identificar esse, por isso que é especial a autorização.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, eles pararam em outubro. E foi na mesma época em que houve a substituição. O senhor não ouviu nenhum comentário sobre isso?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Não, tanto que o senhor vê que fiquei em dúvida dessa colocação aí, porque, para mim, era Banco do Brasil de Ciudad Del Este.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor soube se foi feita uma auditoria no Banco do Brasil?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Foi feita, parece-me, que em julho de 1997.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi nessa época que o Banco Central comunicou que poderia haver problemas?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– É, segundo a auditoria, chegou lá, é que teriam recebido denúncias, imagino do Banco Central...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor sabe qual foi a conclusão da auditoria?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Arquivamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como arquivamento?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Arquivamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendi.

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– A auditoria do Banco do Brasil enseja um processo administrativo do Banco do Brasil, e esse processo foi arquivado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que ele investigou?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Investigou, chegaram lá com uma denúncia de que teria funcionário do Banco do Brasil levando vantagem em operações. E foi feita uma devassa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que operações?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Eram operações que tivessem a ver com contas no Banco do Brasil...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma coisa ligada a CC-5?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Nada específico. Poderia ser de maneira geral.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E chegou à conclusão de que não havia nenhuma...

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Não houve irregularidades. Todas as instruções, abertura de contas, operações, identificações, tudo feito de acordo com as instruções do Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ela concluiu pela existência de alguma conta irregular?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Não estou de posse do relatório da auditoria para lhe dizer isso aí, mas não sei lhe dizer. Só sei que veio para nós, depois fomos comunicados do arquivamento do processo, dizendo que estava tudo ok.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, com relação às operações CC-5, chegou a comunicar alguma coisa aos seus superiores?

O SR. CLÓVIS JOÃO TRAVASSOS TAGLIARO
– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Vou pedir ao que aguarde na sala.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Está reaberta a reunião.

Atendendo às formalidades legais, foi firmado pelo depoente Termo de Compromisso que integra o Formulário de Qualificação de cujo teor faço a leitura:

O depoente se compromete, nos termos do 223 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal.

O depoente tem 20 minutos para qualquer exposição ou, se não quiser utilizar os 20 minutos, que o diga para ceder a palavra ao Relator para as perguntas de S. Exª.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eu saí do Banco do Estado de Rondônia em junho ou agosto de 1996. Fui gerente até essa data. Acho que foi agosto de 1996. O período de que há o levantamento é de sete meses.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Passo a palavra ao Relator Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia me dizer quando foi que o senhor entrou no Banco Beron.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Entrei no dia 12 de julho de 1985.

O SR. RELATOR (José Mentor) – 12 de julho?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Julho de 1985. Trouxe minha carteira de trabalho. Não sei se é necessária.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi demitido por justa causa?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não. Entrei com rescisão indireta do contrato de trabalho. A iniciativa de sair do banco foi minha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Materializou-se a rescisão por causa desse processo?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Entrei com rescisão indireta do contrato de trabalho. Fomos discutir na Justiça. Obtive meu êxito em 2000. Saí vitorioso. O banco hoje me deve aproximadamente R\$150 mil. Estou executando a massa falida do banco, que quebrou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o banco tentou fazer alguma rescisão por justa causa contra o senhor?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eles entraram com uma ação... Não me lembro do nome. Existe uma ação que reverte essa rescisão indireta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rescisória?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não lembro o termo jurídico. Eles tentaram, mas não tinham elementos. Não se aplicava ao caso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais motivos eles alegaram para a reversão?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eles usaram uma conta que deu prejuízo ao banco. Em suma, era isso. Existia uma conta que tinha dado prejuízo da minha agência. Minha agência era superavitária. Nos últimos três anos em que fui gerente, ela sempre figurava entre as três primeiras agências do banco. Variava entre a Agência Central do banco e a Agência de São Paulo. Uma das minhas contas causou prejuízo. Mas eles pegaram ela isolada e não viram o montante do que dava de lucro para a agência. Pegaram aquilo ali. Mas o juiz disse que o ônus do risco é do banco e não do bancário. Em razão disso, obtive êxito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual foi a conta?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não sei. Se eu disser... Faz sete anos isso. Se eu disser, posso cair em equívoco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta é importante. Ela é motivou...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não, ela não era importante.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É importante na pendenga entre o senhor e o banco.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Ela deu um prejuízo razoável. Se não me engano – posso me enganar –, mas pode ser que tenha sido a Trabox.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trabox.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Acho que sim. É uma empresa de papel e papelão que havia lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu um processo administrativo do Banco Central contra o Beron para verificação de normas de conduta técnica e etc?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Nesses últimos anos em que estive no Beron, o gestor dos negócios do Beron era o próprio Banco Central. Era o administrador. Se não me engano, era o Francisco...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estava sob intervenção, é isso?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Estava sob intervenção. Há mais de dois anos, estava sob intervenção do Banco Central, inclusive, nesse período que saí do...

Se não me engano a intervenção se deu...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe-me só dizer algo ao senhor.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. João Maury, não estamos acusando o senhor de nada. Estamos só investigando, como o seu advogado já deve ter orientado. Até se o senhor quiser colaborar com a CPI, informando o que souber, claro que adequadamente orientado pelo seu advogado, estamos aqui para isso. Não é isso, Senador Heráclito? Não o estamos acusando de nada. Estamos investigando por que, nos últimos sete meses em que o senhor trabalhou no banco, é objeto desta CPI a evasão de divisas. E o Beron tem antecedentes em relação a esse aspecto, com relação aos precatórios, etc.

Então, a informação que temos é que o banco teve uma movimentação significativa e atípica. O Banco Central que constatou.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também constatou que trabalhou com abertura de várias contas para fazer fluxo da questão dos precatórios, e essas contas tiveram em média um ano de vida. Eram de empresas que depois não foram localizadas. O senhor tem algum conhecimento disso?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Olha, até o dia em que eu saí do banco todas essas contas eram ativas. Agora, quanto às medidas que o banco adotou após a minha saída eu não saberia responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) - O senhor tinha conhecimento de alguma conta que não era de empresas existentes?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Pelo que me consta todas as empresas existiam. Todos os próprios titulares que abriram as contas, pelo que me consta, não...

Inclusive, havia auditorias de rotina dentro do banco, tanto auditoria interna como auditoria do Banco Central, porque existiam algumas instituições financeiras que tinham conta no Beron. Então, periodicamente, o Banco Central fazia visitas à agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu esse Benício Alonso Godoy?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) - E Saturnino Ramirez Zarate?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Carlos Alberto Venturini?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Carlos Mendoza?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Carlos Mendonça? Não lembro, também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguns desses nomes eram conhecidos como laranjas, pessoas que emprestaram o nome, documentos e não tinham...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Mas no Beron?

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Beron.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Mas eles tinham conta no Beron?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinham conta no Beron.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Sinceramente, não me lembro desses nomes terem conta no Beron.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu a Corfan?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eu ouvi falar da Corfan, mas não tinha...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não conhecia, ouvi falar. Lembro do nome, porque ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinha conta na sua agência?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Que eu lembre não. Mas é fácil verificar; só fazer o levantamento dentro do banco. Não é difícil. Mas eu não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor operou muito com Foz?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Nós não operávamos CC-5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não operavam CC-5?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não, porque na CC-5 o cliente tem que dizer que está fazendo uma transferência internacional e nunca me foi dito isso. Nunca um cliente chegou e disse-me: vamos fazer uma transferência internacional em dólar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O diretor do senhor quem era?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – No último ano, o Diretor-Presidente era o Francisco Mendonça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É vivo?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Sim, ele é interventor do Banco Central. Em razão dos prejuízos que a gestão dele, naqueles anos em que foram interventores, causou ao banco - eles aumentaram a dívida do banco, no período em que ficaram lá, em torno de dez a quinze vezes, não estou bem certo do número -, foi nomeada uma nova diretoria e eles foram afastados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No ano de 1996, ele era o interventor?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o diretor que cuidava da área, entre ele e o senhor era o Presidente?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Ele era o Presidente?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era seu chefe imediato?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – O outro diretor, só que o nome dele me fugiu agora. Se o senhor tiver a relação e falar o nome dele, eu me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tenho aqui.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eu lembro da fisionomia dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a área dele?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO Agora, a bem verdade, eu não lembro se é na financeira ou na operacional. Não lembro quem era o diretor responsável. Mas o chefe mesmo era o Francisco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, depois que saiu do Beron, foi trabalhar?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eu trabalhei no Banco Rural e numa cooperativa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que área do Banco Rural o senhor trabalhou?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Fui gerente de contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor trabalhou com CC-5?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca trabalhei com CC-5?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem conhecimento se o Banco Rural tem alguma atividade nessa área?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – O Banco Rural tem atividade nessa área. Mas eu não trabalhei nessa área. Eu trabalhei na área de captação e aplicação de recursos. Mas trabalhei pouco tempo no Banco Rural.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informações de movimentação de contas de “laranjas” que passaram pelo Beron?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Para mim, as contas todas eram dos próprios titulares. Se existia por trás disso outras pessoas que usavam esses titulares eu não saberia dizer-lhe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor conhecia os diretores dessas empresas?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Sim. O que podia acontecer é que, às vezes, havia contas outros gerentes cuidavam. Mas a grande maioria deles eu conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar do Banco Integración?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Do Banco Integración eu já ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A sua agência operou com esse banco?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não. Ele não tem conta comigo. Não tinha conta no Beron.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Juan Carlo Villanueva?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Oscar Bogatto Canteiro?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não conheço. Nenhum desses, com certeza, eu acho...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gold Factoring Limited?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gold Factoring?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não tinha conta com a gente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Banco Amambay?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não conhece ou não tinha conta?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não, não. Já ouvi falar deles. Ali em São Paulo, você está num mercado financeiro de expressão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Banco Araucária?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Do Banco Araucária eu já ouvi falar também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas movimentou conta com o senhor lá?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não tinha conta no Beron.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Poderiam ter conta na agência?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eles poderiam ter, sim. Ah, bom! A não ser que eles fossem CC-5. Nesse caso, não poderiam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conta corrente, isso é normal.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não, não mais tinha.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quantas agências existem lá em Rondônia e em São Paulo?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – São Paulo? Uma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah! O senhor era gerente do Beron...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Beron, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – E havia vários gerentes?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eu era o titular.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Só havia um gerente titular?

O SR. JOÃO MAURY HARFER FILHO – Eu era o gerente-geral – vamos dizer assim – titular da agência. Havia mais três gerentes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Sim, mas de todas as contas que havia na agência o senhor tinha informação?

O SR. JOÃO MAURY HARFER FILHO – Ah, sim! Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Se dessas o senhor não tem informação, é porque não eram clientes do Beron.

O SR. JOÃO MAURY HARFER FILHO – Não, essas contas não eram clientes do Beron, com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se existiam empresas que tinham contas no Beron, cujos diretores eram trocados, um era diretor de uma, diretor da outra; o outro, diretor dessa, presidente financeiro da outra?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não me recordo. Algumas coisas, o senhor há de convir, já faz sete anos que eu não trabalho mais no banco, naquela instituição financeira....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas isso é uma coisa que, depois de 30 anos, ainda a gente ainda lembra, se for assim.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Algumas coisas marcantes ainda se lembra, mas essas corriqueiras, do dia-a-dia...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Dr. João, o senhor trabalhou no Banco de Rondônia, mas o senhor não é da região. Pelo seu sotaque, o senhor é daqui? O senhor é de Santa Catarina ou do Paraná?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Sou catarinense.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Catarinense. Foi a Rondônia? Conheceu Rondônia? Foi lá várias vezes?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eu trabalhei em Rondônia por cinco anos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Lá em Rondônia?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fez política?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Nunca.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Militou politicamente?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Contrariou interesse político lá?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não se lembra de ter contrariado nenhum interesse político? É importante isso.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Veja bem. Quando eu trabalhei em Rondônia, eu era auditor do banco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sei.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eu tinha uma filha com problemas de saúde, um problema respiratório. Então, eu pedi ao banco para me remover para São Paulo. Em 1990, o banco me removeu para São Paulo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A minha pergunta era no sentido: ou lá ou em São Paulo, negou empréstimo que contrariasse algum interesse importante, de político ou de empresário importante de Rondônia?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Que me lembre, não. Em Rondônia, eu era auditor. Vejam bem, eu fazia parte da fiscalização do banco nas agências. Então, você arruma algumas pessoas que vão de encontro a seus relatórios. Mas nada que não pudesse ser administrado no âmbito do banco mesmo. Acho que nunca... Se contrariei, pelo menos nunca chegou ao meu conhecimento. Eles precisaram resolver em outras instâncias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem autorizava a abertura de contas na agência em São Paulo do Beron?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eu ou um dos três gerentes que trabalhavam comigo, mas normalmente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor notou alguma movimentação de conta incompatível com o cadastro da empresa ou da pessoa física? Alguém que movimentava mais recursos do que...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – A reciprocidade das contas que havia no banco naquelas nossas movimentações era sempre cobrada, em termos de saldo médio, em termos de aquisição de ações do banco, em termos de seguros. Sempre existia uma cobrança em algum lugar: ou da empresa titular, ou das suas coligadas, ou do seu titular. Às vezes, a empresa podia não ter nada, mas o seu titular tinha alguma aplicação, entende? Sempre era cobrada de algum deies a reciprocidade. Tanto é que nossa agência tirou o primeiro lugar em venda de seguros, vendas de ações, em várias ocasiões. Até certo ponto, às vezes superávamos a agência central do banco, que ficava em Porto Velho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em volume de depósitos também?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Em volume de depósitos à vista, tirando os depósitos de Governo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na agência, havia alguém superior ao senhor?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Dentro da agência, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor se reportava a quem?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Reportava-me à Presidência, à diretoria do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A pergunta que eu fiz foi diferente: a quem o senhor se reportava? Ao Presidente é uma coisa. A um diretor é outra.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Olha, ali no Banco Central, quando o Banco Central assumiu o banco, eles praticamente faziam as decisões em colegiado. Nunca um diretor decidia sozinho todas as ações do banco. Normalmente, eles decidiam juntos.

Atílio, agora me lembrei. Atílio era o nome do diretor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Atílio do quê?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Acho que era Atílio...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quem eram os maiores clientes da agência do Beron em São Paulo?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Os maiores?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL - PI) – Sim, uns cinco ou seis.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – A Split tinha boa movimentação, o Sr. Cardoso...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL - PI) – Qual era a atividade? O nome e a atividade para podermos...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – A Split era uma distribuidora de mercadoria, uma DTVM; eles tinham uma corretora também.

O Sr. Cardoso tinha aplicações; era um português radicado no Brasil há muito tempo, que tinha muitos imóveis de aluguel.

A Negocial também tinha boa movimentação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Havia alguém do ramo de transporte coletivo?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Transporte coletivo? Acho que... Aí não sei dizer. Não me lembro. Acho que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Split continuou operando com o Beron mesmo depois do escândalo dos precatórios, a cadeia da felicidade?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Até a data em que eu estava lá...

Foi assim: eu saí de férias; quando voltei das férias, eles colocaram outra pessoa no meu lugar, e aí eu pedi para sair. Até então, enquanto eu estava lá, eles eram clientes. Depois não sei que providências o banco tomou, não sei se fez alguma solicitação, dizendo que não interessavam mais as contas... Não sei o que eles fizeram, como agiram para encerrar as contas. Não sei. Ou se as contas foram encerradas imediatamente... Porque a Split tinha muitas aplicações na agência. Ela até doava recursos na mesa para o banco, ajudava a fechar o caixa do banco várias vezes, porque o banco já estava em dificuldade há muito tempo. O banco já vinha há uns dois, três anos em dificuldade. Então, às vezes o banco precisava de recursos ao final do dia para que o caixa fosse fechado e quem dava dinheiro era a Negocial, a Split, através da mesa. Ajudava a fechar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a agência...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não, não, ela tinha...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – E aí era mesa de open?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Era o Milton da...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Era a mesa de renda fixa.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Era uma outra área, justamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Quem colaborava com a Split não era você, era a mesa de renda fixa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome? Milton do quê?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Milton, não sei, não lembro, se era Milton ou Nilton.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não há uma empresa de transportes coletivos que atua em Rondônia, mas cuja origem é o Paraná?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Ex^a, não lembro, mas se não me falha...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – ...na agência de São Paulo?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Como é o nome?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Não lembro o nome. Estou tentando recordar, mas é uma empresa paranaense que atua em transporte coletivo em Rondônia, uma empresa forte de transportes coletivos.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Ex^a, não lembro, mas tenho quase certeza de que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existiam clientes da agência Casa de Câmbio?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Existia empresa que operava em câmbio?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muitas?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Não sei se três ou quatro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabe os nomes?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Agora o senhor me pegou. Se o senhor tiver os nomes aí, digo se tem ou não, mas assim exatamente não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – MCA Câmbio Turismo? (Pausa)

Não se lembra?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Estou tentando me lembrar; daqui a pouco eu lembro. Vamos conversando que, à hora em que lembrar, eu falo. De algumas, eu tenho o nome, mas não estão vindo ainda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa intervenção do Banco Central se deu por qual motivo?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – O banco estava, sistematicamente, buscando recursos no redesconto por problema de caixa. O banco se engessou, se imobilizou muito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas você disse que ele era lucrativo ou a agência, pelo menos, o era.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – A agência de São Paulo era lucrativa, mas o banco estava deficitário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o interventor? O senhor falou que a má gestão dele foi que levou a quebrar o banco?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Veja bem, isso está em discussão. O banco...

Outro dia falei com meu irmão que mora lá e ele me disse que o atual Governo está tentando processar o Banco Central em razão de que a dívida aumentou muito na gestão do Banco Central.

Grosseiramente, o que sei é isso. Não sei os detalhes, mas o Beron entrou no Proer, para fechar, onde obteve muitos financiamentos e, parece-me, o Estado deu o Beron à Companhia de Energia Elétrica em garantia do Estado, mas estão revertendo tudo isso em razão de problemas desse financiamento, porque a dívida se multiplicou na gestão do próprio Banco Central.

Houve, parece-me... Mas não sei entrar em mais detalhes, porque eu estaria especulando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o **Korean Bank**?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O banco da Coreia.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Paraguai... que tem agência no Paraguai?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Quem tem agência no Paraguai?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse **Korean Bank**.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Nunca ouvi falar desse banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos aqui a informação, Sr. Maurik, que no dia 31 de janeiro de 1996 o senhor assinou um cheque de certo valor, três milhões e novecentos e pouco, e que foi depositado na conta desse banco no Paraguai, em uma conta CC-5 do Banco Rural.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Mas, veja bem, um cheque administrativo, é isso? O cliente vai lá e compra um cheque comigo. Ele dá o dinheiro e eu dou o cheque administrativo que ele comprou. Agora, o favorecido do cheque...

Eu assinava... hoje não faço nem idéia de quantos... eu assinava uns nove ou dez cheques administrativos por dia para pagamento de toda ordem. Então, o senhor há de convir que não tenho como me lembrar. Nem mesmo porque esse cliente não era cliente do banco. Ele podia ser cliente do meu cliente no banco. Quem foi que comprou o cheque lá, o senhor sabe me dizer?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não. Não sei. E qual é o registro de quem comprou o cheque?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Ele vai com o dinheiro, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, mas qual o registro?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Ou então sacamos da conta, não é? E ele entra como tomador no cheque. Ele é tomador...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas há registro de quem tomou?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Há sim. Com certeza. É obrigado, não é? Era obrigado você identificar, acima de dez mil reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece a Sabra Factoring?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – A Sabra era cliente do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da agência...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – É. Da agência de São Paulo. Era cliente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela operava com quê?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Trabalhava com factoring. Comprava título de crédito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ela trabalhava com vocês, e vocês...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Ele tinha conta no banco e fazia as movimentações dentro do banco. Movimentava, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela operou com a Sprint também?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – A Sprint também tinha conta. Era correntista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor sabe de algum comportamento dessas empresas a que me referi aqui, a Factoring e a Sprint, em relação a remessas para o exterior?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Olha, eu fiquei sabendo – entende? – de todo esse programa, depois da coisa ter acontecido. De que eles faziam essas remessas internacionais em dólar. Mas, até então, na ocasião em que pratiquei os atos de assinar aqueles cheques administrativos, eu não tinha esse conhecimento. Tanto é que essa foi uma das minhas defesas na minha ação trabalhista em que fui vitorioso. Porque o banco não preparou a agência de São Paulo nessa área. Mesmo porque não éramos autorizados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a participação então do Beron nesse mecanismo?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Esses clientes eram clientes do Beron e mantinham aplicações, faziam as suas movimentações em uma conta normal. Os proprietários dessas empresas também mantinham negócios com o banco, como compra de ações, seguros, mantinham seus investimentos, deixavam saldos médios, faziam um negócio que interessava ao banco: era deixar dinheiro aplicado no banco. E o banco...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A taxa de juros era alta?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – A taxa de juros era acima do mercado. Também. Pagávamos taxas um pouco acima da Selic. Era um atrativo. Era mais... Porque naquela ocasião, era mais barato o banco pagar para os clientes na captação desses recursos do que pegar e tomar esse dinheiro no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, que era mais caro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Voltando ao cheque administrativo, eu posso ter uma conta no banco, com um saldo de dez milhões. Quero fazer um

pagamento com garantia, que é o cheque administrativo, favorecido...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – O banco garante, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Maia) – O banco garante. Na verdade, ele está garantindo o cheque. Eu posso fazer. O favorecido é ele. Então, apareceria aqui ele como favorecido e certamente...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – E você como emitente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Maia) – Ele poderia não ter conta no banco.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – E você, como tomador, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Maia) – Sim. Então o favorecido é...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Você pagando uma conta... Quer dizer, você quer comprar um carro, não é? Você é o tomador e você faz um cheque administrativo nominal à concessionária onde você está comprando o carro. Aquilo ali é um...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – O favorecido no cheque é a agência de veículos.

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conseguiu se lembrar do nome do diretor?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Altino.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Altino...

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Altino era do financeiro, se não estou enganado. Ah, Altino eu acho que acumulava o financeiro e o operacional. Só não lembro o sobrenome dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Beron teve alguma auditoria do Banco Central?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Várias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes da intervenção?

O SR. JOÃO MAURY HARGER FILHO – Eles... O banco sempre teve... Era rotineiro isso. Faz parte da rotina do banco. Isso era rotineiro. O Banco Central faz visitas periódicas, de uma, duas vezes por ano, nas instituições financeiras.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por mim, estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Agradeço a presença do Sr. João Maury.

Não havendo mais nada a tratar, esta encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h e 45min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 35ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2003.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às quatorze horas e quarenta e sete minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, Romeu Tuma, Demóstenes Torres, José Jorge, Reginaldo Duarte, Flávio Arns, Serys Slhessarenko e Heráclito Fortes, e os Deputados, José Mentor, Eduardo Sciarra, Robson Tuma, Rodrigo Maia, Edison Andrino, Custódio Mattos, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, Íris Simões, Gilberto Nascimento e José Rocha, membros, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo e indaga aos Senhores Parlamentares se é necessário a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 30, cuja cópia encontra-se distribuída. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. A Presidência informa que recebeu ofício do Procurador da República Sr. Luis Francisco e solicita que seja reproduzido e distribuído aos membros da Comissão. Solicita ainda que a assessoria providencie requerimento de informações ao Perito da Polícia Federal, Senhor Renato. Usam da palavra pela ordem, os Senhores Senador Heráclito Fortes e Deputado Dr. Hélio. Com a palavra o Deputado João Paulo Gomes da Silva, comunica que passa a integrar a Comissão, em substituição ao Deputado Bispo Rodrigues. Com a palavra o Relator informa sobre a programação das

diligências das subcomissões. A seguir, a Presidência submete a votação os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 337/03** de autoria do Deputado, José Mentor, requer seja convocado o Senhor Alquimar Ribeiro Moura, ex-Diretor do Banco Central no período de 07/03/1994 a 02/09/1997. Em votação, é aprovado. A presidência determina à Secretaria que se faça imediatamente a convocação do Sr. Alquimar, uma vez que ele será ouvido na quinta-feira, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. **Requerimento nº 333/03** de autoria do Deputado, José Mentor, requer seja convocado o Senhor José Pascoal Constantini, para prestar esclarecimentos acerca do assunto relacionado ao objeto desta CPMI em São José do Rio Preto/SP, na próxima segunda-feira, dia 20/10/2003. Em votação, é aprovado. A presidência determina à Secretaria que se faça imediatamente a convocação. **Requerimento nº 334/03** de autoria do Deputado, José Mentor, requer seja convocado o Senhor Márcio Veiga, sócio proprietário da empresa Leona Pizza Bar. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 335/03** de autoria do Deputado, José Mentor, requer seja convocada a Senhora Yan Fuan Kwi Fua, proprietária da empresa Tai-Chi Turismo Ltda. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 336/03** de autoria do Deputado José Mentor, requer seja convocado o Senhor Renato Lazuolo Filho, sócio da empresa Leona Pizza Bar. Em votação, é aprovado. A Presidência informa ainda, que recebeu ontem, no final da tarde, por volta das 18 horas, as informações prestadas pelo perito da Polícia Federal Renato Barbosa. A seguir, comunica que irá, juntamente com o Deputado José Mentor, ao Gabinete do Presidente José Sarney para entrega do requerimento de prorrogação da CPMI. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 35ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados “paraísos fiscais”, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002 por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 9, cuja cópia se encontra distribuída.

(Pausa.)

O SR. (orador não identificado) – Solicito a dispensa, uma vez que estamos com a cópia, e que seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Solicitada a dispensa, a Presidência considera a ata aprovada.

Precisamos, na verdade, aprovar alguns requerimentos para complementar as oitivas da comissão que vai a São Paulo e São José do Rio Preto.

REQUERIMENTO

“Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e nos termos regimentais, convocar o Sr. Alquimar Ribeiro Moura, ex-Diretor do Banco Central no período de 07/03/1994 a 02/09/1997, para prestar esclarecimentos sobre os atos e fatos pertinentes a esta CPMI.”

O requerimento é do Relator, Deputado José Mentor, razão pela qual prescinde da sua observação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Solicito à Secretaria que faça imediatamente a convocação do Sr. Alquimar, uma vez que ele será ouvido na quinta-feira, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

REQUERIMENTO

“Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, da Lei nº 1.579/52 e nos termos regimentais, requeiro a esta Comissão a convocação do Sr. José Pascoal Constantini para prestar esclarecimentos acerca do assunto relacionado ao objeto desta CPMI.”

O requerimento é do Relator, Deputado José Mentor, razão pela qual prescinde da sua observação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Essa convocação é para a oitiva que acontecerá em São José do Rio Preto, na próxima segunda-feira. Solicito à Secretaria as providências necessárias para que a convocação ocorra imediatamente.

REQUERIMENTO

“Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e nos termos regimentais, convocar o Sr. Márcio Veiga, sócio do Leona Pizza Bar, para prestar esclarecimentos sobre os atos e fatos pertinentes a esta CPMI.”

O requerimento é do Relator, Deputado José Mentor, razão pela qual prescinde da sua observação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O Sr. Márcio Veiga será convocado para depor em São Paulo.

Solicito à Secretaria que tome providências para que faça imediatamente, já que a oitiva dele está marcada para sexta-feira.

REQUERIMENTO

“Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e nos termos regimentais, convocar a Sra. Yan Fuan Kwi Fua, sócia da Tai-Chi Turismo Ltda., para prestar esclarecimentos sobre os atos e fatos pertinentes a esta CPMI.”

O requerimento é assinado pelo Deputado José Mentor.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Solicito à Secretaria providências urgentes para a notificação da convocada.

REQUERIMENTO

“Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e nos termos regimentais, convocar o Sr. Renato Lanzuolo Filho, sócio da Leona Pizza Bar, para prestar esclarecimentos sobre os atos e fatos pertinentes a esta CPMI.”

O requerimento é do Deputado José Mentor.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A Presidência informa que recebeu ontem, no final da tarde, por volta de 17 a 18h, as informações prestadas pelo perito da Polícia Federal Renato Barbosa. Já autorizamos a CPMI a tirar uma cópia e distribuí-la a todos os membros da Comissão.

Mas, na essência, a informação é de que existem, entre servidores públicos e políticos, cerca de 1.289 nomes supostos – portanto, podendo ser ou podendo não ser. Creio que, após a distribuição a todos os Srs. e Sras. Parlamentares, será possível a cada parlamentar fazer a sua avaliação a respeito das respostas, inicialmente, do Procurador Luís Francisco, e, posteriormente, do perito Renato. Informamos que não foi encaminhada a relação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, essa é a resposta do questionamento que V. Exª fez judicialmente ao Procurador?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele responde que não...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não, ele responde que o perito Renato iria informar, e o perito Renato informa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Supostamente podem estar envolvidos ou não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É, podem existir ou não, não é nem que estão envolvidos. Podem ser ou não políticos, pois se trata de homônimos. Isso está claro no... Podem ser ou não servidores públicos, pois se trata de homônimos.

A Presidência informa que, juntamente com o Deputado José Mentor, iremos agora ao Gabinete do Presidente José Sarney para entregar as assinaturas da Câmara e do Senado. Entregues as assinaturas à Mesa do Congresso Nacional, ao Presidente Sarney, a CPMI fica automaticamente prorrogada pelo período de seis meses. Portanto, já existem as assinaturas suficientes tanto na Câmara quanto no Senado Federal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só para informar aos membros da CPMI que conseguimos 245 assinaturas. Seriam necessárias cento e setenta e uma. Só que conferimos 204, e, a partir daí, o Senado irá fazer a conferência restante, porque há algumas repetidas. Mas 204 já estão identificadas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, queremos fazer essa comunicação e dizer também que, na quinta-feira e na sexta-feira, teremos oitivas em São Paulo. O sábado está como reserva técnica, porque, como são muitos depoimentos na quinta e na sexta, não se concluindo os mesmos, utilizaremos o sábado para a conclusão.

O SR. (orador não identificado) – Já (inaudível) quinta e sexta?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Já. Na segunda-feira, estaremos em São José do Rio Preto, e, daí por diante, segue o calendário normal da CPMI.

Nada mais havendo a tratar, convoco os Srs. membros da Subcomissão para as oitivas que serão realizadas em São Paulo, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h57min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela

operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 36ª Reunião, realizada 16 de outubro de 2003.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às dez horas e quarenta minutos, no Plenário Dom Pedro, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Deputados José Mentor (Relator), Paulo Kobayashi, José Rocha, Dimas Ramalho, João Paulo Gomes da Silva, Gilberto Nascimento, Dr. Hélio e Deputada Iriny Lopes, reúne-se a Subcomissão de São Paulo, da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “**COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5**”. A Presidência informa que a presente reunião tem por finalidade a oitiva dos seguintes depoimentos: Senhor Demóstenes Madureira de Pinho Neto, Diretor da área Internacional do Banco Central do Brasil; Senhor Daniel Luiz Gleizer, Diretor da área Internacional do Banco Central do Brasil; Senhor Sérgio Lima Santoro, Diretor da Planicampo; Senhor Alkimar Ribeiro Moura, Diretor de Norma do Banco Central do Brasil; Senhor Renato Lanzuolo Filho, Sócio-Proprietário da empresa Leona Pizza Bar; Senhor Márcio Viegá, Sócio da empresa Leona Pizza Bar; Senhor Joel Guedes Fernandes, ex-Funcionário da Empresa Mendes Júnior; Senhor Ricardo Augusto da Costa, Proprietário da empresa Costaço; Senhora Rachele Abad, Bancária, ex-Funcionário do Banco Cidade e a Senhora Yan Fuan Kwi Fuá, Proprietária da empresa Tai-Chi Turismo. A Presidência convida o Senhor Demóstenes Madureira de Pinho Neto, Diretor da área Internacional do Banco Central do Brasil para prestar seu depoimento. Após breve explanação do depoente a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra pela ordem de inscrição, os Senhores Deputados Dimas Ramalho, José Rocha, Dr. Hélio, Paulo Kobayashi e a Deputada Iriny Lopes. A presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a Sessão, convoca o Senhor Daniel Luiz Gleizer, Diretor da Área Internacional do

Banco Central do Brasil para prestar seu depoimento. Após breve explanação do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra pela ordem de inscrição, os Deputados José Paulo Gomes da Silva, José Rocha, Dr. Hélio, Dimas Ramalho e Paulo Kobayashi. A presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a Sessão, convoca o Senhor Sérgio Lima Santoro, Diretor da Planicampo para prestar seu depoimento. Após breve explanação do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra pela ordem de inscrição, os Deputados Dimas Ramalho, Dr. Hélio, José Rocha, Iriny Lopes, João Paulo Gomes da Silva e Paulo Kobayashi. A presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a Sessão, convoca o Senhor Alkimar Ribeiro Moura, Diretor de Norma do Banco Central do Brasil para prestar seu depoimento. Após breve explanação do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra pela ordem de inscrição, os Deputados Paulo Kobayashi, Dr. Hélio e José Rocha. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, às dezessete horas e quarenta minutos, marcando reunião para amanhã, dia dezessete, às nove horas nesse Plenário e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 05, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à exposição dos Srs. Daniel Luís Glaizer, ex-diretor da Área Internacional do Banco Central do Brasil; Demósthene Madureira de Pinho Neto, ex-diretor da Área Internacional do Banco Central do Brasil; Ricardo Augusto da Costa, proprietário da Costasso; e Sérgio Lima Santoro, ex-diretor da Planicampo.

Inicialmente, convocamos, para prestar o seu depoimento, o Sr. Demósthene Madureira de Pinho Neto, ex-diretor da Área Internacional do Banco Central do Brasil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem a palavra, pela ordem, V. Exª.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Estão todos os depoentes, os convidados, os convocados presentes, ou alguém...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Os dois diretores do Banco Central estão presentes e os outros dois já estão se dirigindo para cá. Um deles já está aí, que é o Sr. Sérgio Lima Santoro.

Eu pediria ao Secretário que só o depoente permanecesse na sala e que se providenciasse uma sala reservada, em que não pudessem ouvir o depoimento de quem está prestando depoimento, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, os outros convocados.

Eu pediria à Secretaria que contasse com mais essa colaboração da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, à qual queremos agradecer pela cessão das instalações e pelo apoio dado para o funcionamento desta CPMI.

Também pedimos à Secretaria que faça a presença do Sr. Demósthene Madureira de Pinho Neto, o primeiro depoente.

Eu pediria ao Secretário o termo de compromisso. (Pausa.)

A Presidência registra que o Sr. Demósthene Madureira de Pinho Neto assinou o termo de compromisso, nos seguintes termos:

“O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso, LXIII, da Constituição Federal.”

A Presidência vai oferecer a palavra ao Sr. Demósthene. V. Sª poderá fazer uma exposição por 30 minutos. V. Sª tem acompanhado os objetivos desta CPMI e o objetivo do depoimento de V. Sª é exatamente sobre as regras estabelecidas do Banco central para o funcionamento do envio de dinheiro para o exterior, pelas contas CC5.

Inicialmente, V. Sª tem o prazo de 30 minutos, para fazer uma exposição inicial. Em seguida, passaremos a palavra ao Relator. Eu pediria à secretaria que faça a cronometragem do tempo.

Sr. Demósthene, V. Sª tem a palavra.

O SR. DEMÓSTHENE MADUREIRA DE PINHO NETO – Sr. Presidente, Senador Antero Paes de Barros, Sr. Relator Deputado José Mentor, Srª Deputada Iriny Lopes, Srs. Deputados Dimas Ramalho; Paulo Kobayashi; José Rocha; e Dr. Hélio, demais Deputados presentes, bom dia. É uma satisfação, para mim, poder contribuir com esse processo de grande importância

para o esclarecimento de fatos e aperfeiçoamento do nosso processo normativo no Brasil.

Eu creio que evoluímos muito com diversas CPI's que já ocorreram nos últimos dez anos e tenho certeza de que evoluiremos mais ainda com as conclusões desses trabalhos. Eu sei que hoje temos uma agenda bastante apertada. Eu não tomarei os trinta minutos integrais, que me foram atribuídos pelo Sr. Presidente, para a minha apresentação inicial.

Eu gostaria, no entanto, de tecer algumas palavras para situar o contexto macroeconômico que vivíamos no período de tempo em que estive no Banco Central e também um pouco para situar as Sr^{as} e Srs. Senadores a meu respeito. Discorrerei um pouco da minha história. Eu tenho formação de economista. Fiz graduação e mestrado na PUC do Rio de Janeiro; depois fiz doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley's. Voltei para o Brasil em 1991 e, a partir de 1991, eu passei a, de um lado, lecionar no programa de mestrado e de doutorado em economia da Fundação Getúlio Vargas, aqui, em São Paulo e a trabalhar no Unibanco, em São Paulo, como economista chefe.

Em 1997, eu era Diretor Executivo do Unibanco, quando fui convidado pelo Ministro Pedro Malan, que foi meu professor - eu era assistente do Ministro, juntamente com o Gustavo Franco -, para participar da Diretoria do Banco Central. Eu continuava a dar aula na Fundação Getúlio Vargas, até ingressar no Banco Central, quando interrompi, por um período de um ano e meio, que é o período que eu fiquei no Banco Central, a minha atividade acadêmica.

Eu saí do Banco Central no início de 1999; fiquei nove meses em uma quarentena voluntária. Naquele momento, não existia ainda o Código de Ética. Existiam algumas discussões acerca do prazo mínimo da quarentena. Eu até participei de algumas discussões com o Dr. Piquet Carneiro, na tentativa de colaborar com o que seria razoável. A discussão, naquele momento, era de quatro a seis meses de quarentena. Eu optei para fazer uma quarentena de nove, até porque, como não estava especificado, era melhor pecar pelo excesso. E, obviamente, sem remuneração, porque, na época, não existia isso. Nessa quarentena, me dediquei a dar aula na PUC e um projeto de pesquisa, na Fundação Getúlio Vargas, aqui em São Paulo. Depois, voltei a trabalhar no Dresner, banco alemão. Fiquei até o ano passado, quando o Dresner reduziu muito suas atividades no Brasil e voltei ao Unibanco, onde hoje sou Diretor Executivo, do Unibanco .. **management**. E, desde 2000, dou aula no Ibmec, São Paulo, no Curso de Economia.

Portanto, essa é um pouco da minha história, rapidamente. Estive no Banco Central, por um período de

um ano e meio, um período internacionalmente bastante complicado, pegamos ali toda a crise da Ásia, da Rússia, enfim, diversas crises que ocorreram naquele período. Mas, enfim, um período bastante profícuo, em termos de aprendizado e trabalho.

Dito isto, gostaria de tecer algumas considerações acerca do que eu penso ser objeto dessa CPI e, também, do que penso ser um objeto mais amplo de debate acerca de política cambial, no Brasil. Acho que o mundo no século passado, no século XX, evoluiu muito em termos de regimes e políticas cambiais. Temos aí o período que antecede a Depressão de 1930, que antecede a Segunda Guerra Mundial, em que o mundo passou por um momento, pelo menos até 1930, de grande liberdade de fluxos de capitais, de grande integração econômica, talvez uma integração maior até do que a que vivemos hoje, num mundo globalizado. Essa integração, obviamente, não contava, então, com a velocidade da informação, que é a grande inovação do mundo contemporâneo, para a integração de fluxos de capitais e tudo o mais.

Ao longo do entre-guerras, surge internacionalmente diversos mecanismos protecionistas, e mecanismos que, num certo sentido, reverterem essa integração que marcou o mundo desenvolvido, principalmente, de 1889 até 1930. São desvalorizações competitivas, controles tarifários, proteções quantitativas, que se alastrariam até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando um grande esforço é feito de liberalização, no mundo como um todo. O GATE, no imediato pós-guerra, tem um papel muito significativo na eliminação de restrições tarifárias, de restrições quantitativas, para que houvesse uma maior integração comercial e de fluxos de capital, no mundo. O imediato pós-guerra é um período caracterizado por uma intensa escassez de divisas. O principal problema dos países em desenvolvimento era, a meu ver, a ausência de dólares, e precisávamos de dólares para nos desenvolver. E toda a legislação que é montada nesse período, nos anos 50, 60, ela tem, o legislador tem em mente essa ausência de dólares, essa ausência de divisas que é absolutamente necessária ao desenvolvimento.

Essa era a realidade do pós-guerra. Existiam alguns países em desenvolvimento, emergentes, em determinadas regiões do mundo, geopoliticamente muito importantes, como o Oriente Médio, leste da Ásia e sudeste da Ásia, que conseguiram, em alguma medida, fugir a essa restrição abusiva de dólares. Mas, não era a realidade latino-americana. Brasil, Argentina, México, são países que, nesse período, recorreram a um sistema cambial muito restritivo, muito protecionista pela necessidade que tinham de economizar divisas para investimentos produtivos para desenvolvimento. Quer

dizer, todo o programa de metas do Governo Juscelino e, em um certo sentido, o fracasso do Programa Econômico do segundo Governo Vargas se dá devido à escassez de divisas. O que muda no Governo Kubistchek é o começo, ainda de forma embrionária, no cenário internacional, de novos fluxos de capitais, de investimento direto, associados à recuperação européia naquele momento. Os chamados *Suppliers Credits* que financiaram, em boa medida, a implementação da indústria automobilística no Brasil e diversos outros desenvolvimentos. Agora, esse era o quadro no pós-guerra, esse era o quadro que norteou boa parte da legislação cambial que nós temos até hoje. Era um quadro bastante restritivo, em que economizar divisas era a ordem do dia. Não havia um contexto em que se podia dar algum espaço para a eficiência econômica, eficiência locativa e uma utilização um pouco melhor de recursos internacionais. É com esse espírito que é feita a Lei 4.131 que até hoje norteia, em alguma medida, o nosso arcabouço cambial, o nosso aparato cambial. Ao longo dos anos sessentas o mundo muda, o mundo começa... Essa situação de restrição de divisas começa a vir para um segundo plano com a recuperação européia, com a volta dos países europeus à convertibilidade. No início, na segunda metade dos anos sessentas, surge o mercado de ouro-moedas, aumentando a liquidez internacional, aumentando o volume de recursos disponíveis para investimento em países semi-industrializados – e o Brasil é um dos grandes receptores desses recursos. E os países começam um processo muito gradual de liberalização cambial para conseguir, de alguma forma, atrair esses recursos e ter uma participação um pouco mais expressiva nesse bolo de liquidez internacional. Nos anos setentas, a liquidez se intensifica, paradoxalmente com a crise do petróleo e com os choques, porque o Mundo Árabe, que é o grande beneficiário do choque do petróleo não tinha sistema financeiro para investir aqueles superávits crescentes. Então, é preciso usar o sistema financeiro inglês e americano para que isso fosse feito. Com isso, você gera uma liquidez intensa nos bancos ingleses e americanos que buscam a América Latina, o Leste da Ásia, o Sudeste da Ásia para investir, emprestar esses recursos. E, obviamente que, a contrapartida desses empréstimos são projetos de desenvolvimentos domésticos. O segundo PND do Governo Geisel, que talvez tenha sido uma última experiência de planejamento e de desenvolvimento que tivemos, ele foi inteiramente feito e financiado por recursos externos dessa reciclagem dos petrodólares. Mesmo o primeiro PND, ainda no Governo Médici, também. E assim sucessivamente. Até a segunda crise do petróleo, no final dos anos oitentas, quando aí entramos em uma década

muito complicada. Acredito que o objetivo dos países em desenvolvimento era construir regimes cambiais um pouco mais livres que os candidatassem, de uma forma mais vantajosa, a absorver uma quantia maior desses recursos. Acho que é aí que se vai, gradualmente, liberalizando o regime cambial brasileiro. São várias legislações e vários instrumentos normativos. Acho que a Lei 1.552, de 88, é muito importante, porque cria o mercado flutuante. E, aí, sucessivamente. O importante, talvez, é marcar que, depois dos anos 80, nós tivemos um outro ressurgimento de grande liquidez no mercado internacional de capitais, nos anos 90, e esse ressurgimento de grande liquidez nos anos 90 gera novamente uma corrida entre os países semi-industrializados no sentido de criarem condições internas nas suas legislações, no seu aparato regulatório que os candidatassem a absorver em parte esses recursos. E novamente temos uma nova onda de liberalização no início dos anos 90, e acho que, nessa nova onda, o Brasil foi um país muito cauteloso.

Recordo-me, em 97, quer dizer, no auge dessa onda, logo que entrei no Banco Central, os senhores e as senhoras devem-se lembrar bem que a reunião do Fundo Monetário naquele ano se realizou em Hong Kong, na China. E essa reunião tinha um simbolismo muito grande que era aquele pelo qual os organismos internacionais tentavam mostrar aos países em desenvolvimento que o modelo a ser seguido era exatamente o modelo dos países asiáticos, e daí a escolha de Hong Kong; era o modelo de liberdade muito mais intensa do que a nossa, de fluxos de capitais, de convertibilidade da conta de capital. E o Brasil, nessa reunião, nós, liderados pelo Ministro Pedro Malan, tivemos uma posição razoavelmente isolada, que era a de não podíamos avançar no sentido de ter convertibilidade plena da conta de capitais, nós tínhamos alguns mecanismos, como a CC-5, que é objeto desta Comissão, que dava algum nível de convertibilidade, mas não queríamos avançar mais do que isso pelos perigos em termos de volatilidade, em termos de todos os problemas que isso gera no mundo desenvolvido, e não achávamos que a Ásia era um caminho a ser seguido naquele momento. Tínhamos uma cautela e nos reservávamos esse direito. Tivemos uma posição bastante isolada e, curiosamente, essa posição passou a ser um pouco mais aceita pelo colapso dos países asiáticos. Quer dizer, foi um atrás do outro a partir dali: Tailândia, Malásia, Coreia do Sul, Filipinas, Hong Kong um pouco menos, mas com problemas sérios, e todos os demais países. E, a partir daí, o Fundo e o Banco Mundial num certo sentido fizeram uma certa auto-crítica àquela recomendação que eles vinham fazendo quase que de uma forma, eu não diria impo-

sitiva, mas muito enfática, para dizer o mínimo, para os países Latino-americanos, principalmente o Brasil, porque o Chile e o México já tinham liberalizado, já tinham um nível de convertibilidade dos fluxos de capital muito maior do que o nosso, e nós éramos assim – a Argentina, por definição, o regime era de total convertibilidade, um regime de câmbio fixo na Argentina – uma espécie de patinho feio da América Latina porque nos reservávamos o direito de não adotar aquele modelo, posição essa que acho que hoje, no cenário acadêmico internacional, é muito qualificada, é muito revista, tratada com muita cautela.

Esse era um pouco o contexto desse um ano e meio que estive no Banco Central, é um período de muita turbulência, de muita crise internacional. Quer dizer, uma série de planos que tínhamos, enfim, planos que você faz para serem implementados em situação normal de evolução dos negócios do mundo, tiveram que ser todos alterados por causa das crises. Eu, pelo menos, passei um ano e meio praticamente tentando responder de uma forma muito rápida a todo esse cenário extremamente adverso a nível internacional.

Não vou-me alongar. Gostaria novamente de reiterar aqui a minha satisfação de poder tentar contribuir com essa CPI e estou inteiramente à disposição de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Feita a exposição inicial do Dr. Demósthene Madureira de Pinho Neto, passo a palavra ao Relator, o Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Demósthene o senhor foi diretor do Banco de 1997 a 1999?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ocupou a Diretoria de Assuntos Internacionais, sucedendo o Dr. Gustavo Franco, quando esse foi ser Presidente do Banco Central?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor assumiu, já estava vigorando a Resolução nº 2677, que veio no sentido de colocar uma organização melhor nas contas CC-5, assim chamadas. Também estava em vigor naquela ocasião as chamadas autorizações especiais para Foz de Iguaçu. Queria me concentrar um pouco nesse fato.

O senhor chegou, analisado pelo ponto de vista técnico, a situação existente em Foz de Iguaçu?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Deputado, a situação que encontrei, logo que cheguei no Banco Central, era de um intenso trabalho

que havia sido feito entre 1996 e começo de 1997, até abril de 1997, que resultou, de fato, numa denúncia ao Ministério Público, da situação de Foz de Iguaçu.

O fato é que a partir de abril de 1997; e de abril de 1997 a meados de 1999 fizemos diversas outras denúncias – se não me engano, foram 400 a Receita e 380 ou 390 o Ministério Público. Mas a questão das autorizações especiais, ela já não se colocava mais como o principal mecanismo de fraude. A verdade é que com a atividade fiscalizatória que vários órgãos públicos, incluindo aí Banco Central, Receita, etc. fizeram em Foz, as fraudes e boa parte das denúncias que fizemos a partir daí elas tinham um objeto que era diferente daquele que inicialmente gerou a denúncia ao Ministério Público e todo o trabalho de fiscalização em Foz. É muito natural que a partir do momento em que os fraudadores percebem que existe uma fiscalização, que existe algum tipo de “policiamento” a fraude migre para um outro tipo de mecanismo. Foi isso que aconteceu. Situando em termos cronológico, eu entrei no Banco Central no final de agosto, foi a minha sabatina, no Senado, na verdade setembro foi o meu primeiro mês no Banco Central e setembro já estávamos vivendo, em pleno vapor, a crise da Ásia. Então, de um lado tinha uma situação que estava me cobrando uma atenção muito grande, uma outra que parecia, naquele momento, a questão de Foz, que tinha, eu diria, cobrado a atenção do Banco Central muito intensamente, no ano anterior, não era mais uma coisa que a fraude se manifestava da forma como vinha ocorrendo anteriormente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Neste particular, queria chegar num outro momento. Precisaria da opinião do senhor, Dr. Demósthene, do ponto de vista da legislação, as autorizações especiais que significado tiveram.

Do ponto de vista do sistema montado de funcionamento, qual é a variação técnica que o senhor, como especialista tem.

Terceiro, do ponto de vista do mercado, qual é o reflexo dessas autorizações?

Essa questão da fraude é um segundo passo. Gostaria uma avaliação técnica do Senhor da legislação existente, do sistema montado e do mercado de câmbio.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Desculpe-me se não fui objetivo na resposta. Na minha visão, as autorizações especiais surgem por uma questão específica. Você tem o comércio na região de Foz do Iguaçu, que já foi analisado por diversas pessoas que aqui tiveram e esse comércio requeria a necessidade de uma repatriação de reais, que eram aceitos após a introdução do real, fora do Brasil.

O que se tenta, num certo sentido, é não interferir no funcionamento desse comércio em Foz. Existia até uma preocupação – não sei pontuar em que momentos – até do Itamaraty quanto à situação do Paraguai, porque o comércio era muito importante para o Paraguai e para o Mercosul em termos de relacionamento, não que para o Brasil fosse significativo.

Na hora em que a 2.677 entra em vigor, o art. 9º cria uma restrição que faz com que os comerciantes em Foz parem de aceitar os reais de brasileiros que lá iam por motivos de comércio, turismo, viagem etc. Isso gera uma certa pressão no mercado paralelo, uma pressão de ágio que tem conseqüências nefastas para a política cambial. O mundo que tem ágil no paralelo é um mundo muito negativo e vivemos isso no passado. O paralelo funciona tecnicamente como uma espécie de preço sombra para o regime cambial de câmbio administrado. Num regime de câmbio administrado o ágio do paralelo sinaliza para o mercado que o câmbio está errado, o que é extremamente negativo, algo que pelo menos no regime de câmbio administrado, você deve tentar coibir.

Ao que me consta, foi isso que a diretoria do Banco Central do Brasil tentou fazer. Foi uma medida que criava uma excepcionalidade à 2.677, autorizações especiais, de tal forma que esse fluxo que se dirigia ao comércio em reais pudesse continuar se dirigindo sem qualquer problema de conversibilidade. Na hora em que se impõe uma restrição à conversibilidade obviamente os comerciantes deixam de aceitar reais e aí você tem uma pressão no paralelo.

Ao que saiba, logo depois que foi implementado e olhando alguns registros para esse depoimento, o ágio no paralelo cai substancialmente e não é mais motivo de preocupação ao longo do período que estive no Banco Central.

Eu diria que ao longo do período que estive, depois desse movimento inicial de abuso das autorizações especiais, de violação das autorizações, que é objeto desta Comissão, as autorizações passaram a atender àquilo a que elas originalmente pretendiam e os – perdoe-me entrar na questão dos fraudadores – fraudadores migraram para outros mecanismos de tentativa de violação.

Do ponto de vista conceitual, o regime de câmbio administrado pode ser criticado, não sou dono da verdade mas obviamente existem críticas aos regimes de câmbio administrado, como existem aos regimes de câmbio flutuante, mas num regime de câmbio administrado você não pode dar margem para que um ágio do paralelo sinalize que o câmbio está num patamar equivocado até porque isso gera problemas para exportações e para importações como tivemos no pas-

sado que acaba gerando, num certo sentido, fraudes como as que assistimos nos anos 80, que eram objeto da fiscalização do Banco Central.

Então, essa é um pouco a minha visão a cerca das autorizações especiais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do ponto de vista legal, a autorização especial contrariou a lei do Real porque ela é uma resolução. A lei do Real proibia remessa superiores a 10 mil Reais sem identificação. A autorização especial, num primeiro momento, permitia que as entradas de Reais superiores a 10 mil Reais fossem convertidas e remetidas identificando o banco que recebeu, e não os reais interessados. Então, há uma manifesta ilegalidade nessa resolução que continua vigindo depois que o Senhor também assumiu a diretora.

Do ponto de vista do sistema do mercado que o Senhor colocou agora, em nome do comércio com o Paraguai, a medida que permitia a entrada de Reais através dos chamados carros-fortes e entravam no Brasil, o comércio cresceu muito, quer dizer o volume de Reais manuseados na ocasião cresceu muito, num primeiro momento com os carros-fortes que, na realidade, não passavam na ponte coisa alguma, hoje o próprio Banco Central constatou essa situação. Num segundo momento, quando não se usava mais carros-fortes, a transferência de Reais do Brasil inteiro para Foz do Iguaçu, sem mesmo a manipulação da moeda, foi muito maior. O que era carro-forte num primeiro momento passou a ser laranja-forte num segundo momento porque os laranjas simulavam o saque em Reais e depositavam nas contas para converter em dólares.

No primeiro momento a situação era muito simples, na própria CPI, nos primeiros momentos da CPI essa sugestão já apareceu, porque ao invés de permitir que o carro-forte passasse para a conferência posterior ou sem conferência alguma, como a Receita carimbava, simplesmente lacrava na fonte e fosse abrir no Banco Central ou no Banco do Brasil onde fosse. Ou mesmo por que não se pensou em abrir a agência do Banco do Brasil em Ciudad Del Este para receber todos os Reais? O Senhor chegou a ter uma avaliação sobre essa sistemática?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não cheguei a ter uma avaliação sobre essa sistemática, mas gostaria de fazer alguns comentários a cerca do que V. Exª afirma. Entendo que esse tem sido o ponto de discussão nesta CPI, a legalidade, se foi violado ou não na questão da identificação. Parece-me que existem visões distintas a cerca disso, respeito a visão divergente da minha, mas não creio que a ilegalidade foi violada porque a identificação na

transação cambial que a lei do Real menciona é a identificação das partes envolvidas na transação cambial e isso acho que já foi muito discutido aqui. Num certo sentido, isso foi preservado.

No segundo ponto que V. Ex^a menciona, diria que 99% das saídas de capital e esse é um ponto que podemos até eventualmente debater, talvez seja um ponto relevante a ser debatido. 99% das saídas de capital que ocorrem a partir de meados de 97, diria até meados de 99, elas estão relacionadas a condições macroeconômicas. Quer dizer, é a crise da Ásia, é a possibilidade que existia porque na legislação brasileira existe essa possibilidade de remessas através de CC-5, é um mínimo de convertibilidade que permitimos na conta de capital e essa possibilidade fez com que diversos agentes econômicos, financeiros, etc. receosos que estavam do regime cambial colapsar, fizessem remessas para fora. Não acho que esse mecanismo tenha sido predominante na saída de divisas do Brasil de meados de 97, eu diria de agosto de 97 até meados de 99, porque elas tiveram uma natureza muito similar à do ano passado, quando, no segundo semestre de 2002, teve-se uma saída, por contas CC-5, bastante significativa. Acho que elas se devem a fatores macroeconômicos, que eram fatores identificáveis, passamos por um ataque na crise da Ásia, depois tivemos a crise da Rússia, uma crise atrás da outra, e essas foram, eu diria, as principais razões e motivações de saídas pela CC-5. A questão aqui, a meu ver, num sentido mais amplo, Deputado, é se o legislador deseja ou não ter essa abertura de convertibilidade. Isso é algo em que talvez caiba um debate, acredito que existem vantagens em você ter esse nível de conversibilidade e preservar a cautela, que foi uma coisa que marcou um pouco a nossa atitude.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De novo, não estou preocupado com as saídas ou as entradas das CC-5, que são legais. Qualquer um que tenha recursos, que possa justificar o lastro, remete ou recebe sem nenhum problema qualquer valor, só que acima de dez mil ele teria que se identificar. Abaixo de dez mil... Também não estou falando dos cheques de nove mil, novecentos e noventa e nove. Estou falando de um sistema que foi criado tão simplório, tão pueril, que permitiu todo tipo de fraude. Essa é a questão. Primeiro, a ilegalidade. Ele contraria a lei do real, que é superior a qualquer tipo de resolução do Banco Central, que ainda não adquiriu poderes de legislar. Ele fez uma alteração através de uma resolução, que era ilegal. Estamos falando depois da rota feita, claro, o que fica mais fácil, mas estou fazendo comentários com relação à legalidade, não estou me prendendo a isso. Segundo, o sistema criado era pueril, tanto é que permitiu que carros-for-

tes transitassem sem passar na ponte e passassem só em Foz de Iguaçu e que nem transitassem, como se tivessem transitado. Então, é um negócio singelo, um negócio simplório. E depois permitiu a articulação dos laranjas. Quanto a essa parte da ilegalidade não há problema. A nossa preocupação é separar o que é legal do que for ilegal. Então, essa norma criada, a sistemática criada, permitiu que fossem evadidas as divisas sem a identificação dos beneficiários, porque se o Senhor pegar a autorização, o Senhor deve se lembrar, posso até lhe mostrar algumas delas, a que foi dada ao Banco do Brasil, se o Senhor for verificar o preenchimento, é um banco que remeteu e um banco que recebeu e nada mais. Estamos falando de bilhões de dólares. A Polícia Federal fala de 30 bilhões de dólares, não estamos falando de nove mil novecentos e noventa e nove, porque isso a própria lei assimilou. Então, se você pegasse a instituição pagadora, o Banco do Brasil, o Banco do Central orientando o Banco do Brasil como preencher. Instituição pagadora: Banco do Brasil; Agência portadora: agência do Banco do Brasil; Conta pagadora: código da praça fronteira; Nome do pagador: Banco do Brasil. CGC do Banco do Brasil. Instituição recebedora: não preencher; Conta recebedora: não preencher; Cidade recebedora: não preencher; País: não preencher. O nome recebedor: o nome que estiver na conta. O que isso significa? Nada. Indica o banco que recebeu os reais e o banco que praticou a conversão, nada mais. O beneficiário não está identificado. A agência que recebeu os reais era pura e simplesmente a intermediária de uma operação entre o destinatário e o banco que ia fazer a conversão. Esse sistema que permitiu não o saque com relação à crise internacional, porque esse foi feito dentro da legalidade. Quem quisesse remeter, identificados milhões de dólares, poderia remeter. E veja que não estamos falando de juízo de valor pessoal sobre se deve haver maior ou menor fluxo, estou pegando um caso concreto. O caso concreto é que a autorização especial permitiu uma fraude grosseira, pueril, infantil, uma coisa que custou caro, porque o último acordo do FMI que o Brasil fez são US\$30 bilhões para estabilizar a economia, e aqui evadiu-se US\$30 bilhões.

Com relação à questão do comércio, é verdade, vimos lá que nos primeiros dias seguintes à Resolução 2.677 o ágio subiu cerca de 1%, caindo depois da autorização especial.

Veja outra questão, foram doze dias. Dia 20, dia 22 passou a vigorar, 48 horas depois já tinha a autorização especial? Veja que a sistemática de novo surpreende por esse aspecto – 48 horas depois. Mas

o senhor chegou num momento em que tudo isso já estava funcionando.

A minha questão é saber, o Banco Central em abril de 96 fez uma fiscalização e constatou a fraude. Em setembro fez uma nova fiscalização e constatou novamente a fraude, exatamente na época em que o senhor assumiu.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Um ano antes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um ano antes do senhor assumir. Em abril ele comunicou ao Ministério Público. Quando o senhor assumiu já estava em curso a denúncia ao Ministério Público e essas comunicações de casos concretos que o Banco Central fazia. Em algum momento foi cogitado cancelar, suspender as autorizações especiais?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não foi cogitado suspender e é interessante saber por que não foi cogitado. Porque a norma foi feita, como V. Ex^a bem lembrou, um antes de eu chegar ao Banco Central. E foi feita com um espírito de atender a um determinado comércio.

Penso que aí temos uma diferença acerca da questão da identificação, porque o que é considerado identificação em transação cambial é exatamente isso que faz. Não é considerar o destinatário final do recurso e a origem inicial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perdoe-me, não falo do destinatário final. Eu falo de quem manda remeter.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Quem manda remeter é uma função do banco saber, do banco que remete. Hoje, na CC-5 o controle é muito mais restrito do que era antigamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Só um parêntesis, o banco sabe?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – O banco sabe. O banco lá?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não, o banco aqui, que remete, sabe?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Quem remete? Sabe. O banco aqui sabe quem remete. Qualquer banco brasileiro sabe quem remete os recursos para fora.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – E o destinatário ele não sabe?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – O banco aqui também sabe o primeiro destinatário. O banco aqui sabe absolutamente tudo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com esse preenchimento aqui o banco sabe?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – O banco aqui sabe. Ali estávamos falando de recursos vindos do Paraguai para cá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A agência do Banco do Brasil em Ciudad Del Leste recebe reais de vários clientes.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – E o Banco do Brasil sabe de quem são esses reais, de vários clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele sabe?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Tem que saber.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A resolução disse que ele tem que guardar a nota da transportadora.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – O que estou dizendo é o seguinte: todo banco na hora em que é feito um depósito neste banco, o banco sabe quem é o depositante. É só isso que estou dizendo.

Para efeito de identificação, Ex^a, na transação cambial, os envolvidos na transação cambial são o banco que está enviando o recurso de Ciudad Del Leste e o banco que está recebendo o recurso no Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós caímos em dois problemas novamente. Primeiro, que a resolução na especifica isso. Ela manda guardar o documento da transportadora. Aquele documento da remessa, nada mais. O documento da transportadora tem um carimbo da Receita, que deveria atestar a passagem pela ponte e a conferência do valor, porque a resolução manda conferir o valor. Aí a Receita diz que não pode conferir o valor, porque não vai parar o carro-forte no meio da ponte, não tem como conferir. Aí o banco Central aceita e diz não confira. E ele escreve: não conferido. O carimbo da Receita passou a ser não conferido, não preenchido, não preencha lá, não confira.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Ex^a, só posso opinar aqui como alguém que estava fora e estou avaliando a posteriori a situação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exato.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Então na questão da identificação a minha opinião é um pouco essa que mencionei, entendo que a identificação que é cobrada em transação cambial não foi violada, entendo também que esse é um ponto de discussão nessa comissão. No que tange, o senhor me perguntou quando eu cheguei ao Banco Central em setembro de 1997, qual era a situação? A situação era a de que a fiscalização em Foz que foi realizada entre 1996 e início de 1997 havia surtido um resultado e a norma, as autorizações que haviam sido violadas, que é o objeto de apuração nesta comissão,

das fraudes, elas não mais estavam sendo praticadas. Havia um monitoramento do Departamento de Câmbio e, portanto, a norma estaria atendendo aos objetivos que originalmente fizeram-na ser concebida, não mais tendo violações da natureza explícita como foi aqui detalhada em diversas sessões sendo praticada e algum outro tipo de migração para outras tentativas de fraudes que não estão relacionadas necessariamente com as autorizações especiais, estão relacionadas com transferências via CC-5, e por isso convencionei a questão da convertibilidade com a possibilidade de se ter uma janela de convertibilidade na legislação brasileira. É bom que fique claro que isso sempre vai ensejar um desejo daqueles que querem praticar atividades ilegais, que querem praticar ilícitos violar. E aí a decisão é vale à pena manter essa flexibilidade na norma ou não?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós vamos chegar a este ponto. Na conclusão. Mas veja o senhor vai na linha de que houve uma mudança, realmente houve, já me referi a ele, em vez de carro forte virou o laranja forte.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Mas o laranja não está relacionado com a autorização especial necessariamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente. Não na sua plenitude mas sim em Foz, continuo o fluxo em Foz no mesmo patamar. Quer dizer, mudou o modo de fazer e em Foz continua a ser o centro das remessas do Brasil inteiro.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Se eu me recordo bem dos números, as remessas de Foz, com o percentual das remessas totais de CC-5 caíram, acho que foi a Deputada Irinir, numa das sessões que levantou esses números, para algo menos do que um quarto a partir de 1997, 1998 do que havia sido em 1996, e esses números pré-1996 são números que têm ser tratados com cautela, porque o CIS/Bacen não registrava remessas via CC-5 em sua plenitude pré-1996. Então sem dúvida que houve uma migração para outra forma de tentativa de ilícito a mais é muito, eu diria, prematuro se atribuir à autorização especial essa migração, que para outro tipo de ilícito está na essência da CC-5, que permitindo uma certa livre conversibilidade vai gerar naqueles que querem praticar ilícitos o desejo de burlá-la.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja o senhor que já a notícia para o Ministério Público de abril de 1957 já se referia a laranjas. Aquelas quatrocentas denúncias que o senhor falou que encaminhou ao Distrito Federal, digo ao senhor da época que o senhor era diretor, que o Banco Central encaminhou para a Receita e para o Ministério Público se referiu a quem?

A laranjas. E mesmo assim, sabendo da quantidade imensa dos laranjas aproveitando-se deste mecanismo o encaminhamento e a visão permaneceu igual e não houve, ela só foi ser alterada em 1999.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Os laranjas se aproveitavam do mecanismo de convertibilidade que existia na CC-5, e isso se aproveita até hoje. Quer dizer, aproveita-se até hoje e existe uma discussão latente, que precisa ser enfrentada pelo legislador, que é a seguinte: Queremos manter essa possibilidade ou não. Os laranjas não existem ou deixam de existir por existir autorização especial. Quer dizer, a autorização especial ensejou um tipo de fraude, esse tipo de fraude se esvaiu no tempo, como ocorre com toda fraude. A fiscalização vem, começa o Banco Central a fiscalizar, há a denúncia ao Ministério Público, todo mundo sabe, e aí o criminoso migra para uma outra prática, até porque está vendo que naquela dali ele vai ser pego. E aí migra para o quê? Laranja. E a existência do laranja é quase que inerente à existência de um regime de convertibilidade. Não tem como ser diferente. A questão é pesarmos as vantagens de ter esse regime vis-à-vis as desvantagens. Na minha modesta opinião, é esse o dilema que temos, excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma outra questão que se relaciona a isso: O senhor fez toda uma avaliação da situação de Foz, do paralelo e da necessidade dessas autorizações para conter a sombra do preço do dólar. E pergunto: Qual a avaliação do senhor da concessão de autorizações para um banco que não tinha agência em Foz? O Araucária tinha agência em Curitiba, dois meses antes. E qual o sentido das autorizações para o Banco do Brasil em trinta agências? Vinte e oito delas fora de Foz.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Excelência, deixa eu primeiro qualificar uma coisa: Quando cheguei no Banco Central, a situação de Foz, que era monitorada e vinha sendo monitorada intensamente pelo Presidente Gustavo Franco, na minha época, ela, a percepção da diretoria é que a norma que havia sido criada e excepcionalizada estava atendendo ao objetivo de sua excepcionalização. Portanto, não havia o que mudar naquele momento. O ágio no paralelo estava baixo, as fraudes já haviam sido denunciadas no Ministério Público. Continuamos denunciando novas tentativas de fraude ao Ministério Público e à Receita. Portanto, estávamos totalmente atentos ao tipo de fraude que se vinha praticando. Reverter as autorizações especiais, teria efeito muito dubio sobre as fraudes da forma de laranjas. Elas ocorrem até hoje. Não tem nada a ver com autorização especial.

E a pergunta dos bancos específicos. Eu, de novo: Como isso é feito no Banco Central? Você tem um departamento de câmbio, esse departamento tem a condição, por estar mais perto do mercado, de avaliar que tipo de instituição, dentre aquelas que demandam a autorização ou demandam operar numa determinada região, que tipo de instituição tem capacidade para tal. Obviamente, que é feita uma análise bastante detida. Vi aqui que explicaram, algumas pessoas que fizeram essa análise, eu não estava no Banco nessa época, explicaram um pouco a racionalidade dessa análise. A única coisa que posso adicionar, acrescentar é que existe no Departamento de Câmbio uma análise muito criteriosa, quer dizer, no mercado financeiro, de onde venho e de onde estava antes do Banco Central, o Departamento de Câmbio do Banco Central era muito temido. Quer dizer, era um departamento que tinha uma visibilidade de rigidez, de rigor. E eu acredito, tenho absoluta convicção que esses critérios foram levados em conta na seleção desses bancos, pelo Departamento de Câmbio e pelo diretor de então, que era o Dr. Gustavo Franco. Eu, infelizmente, não estava, nessa época, no banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja, estou separando em dois momentos: Primeiro, a opinião técnica do senhor sobre o fato, que é pretérito, a sua estada lá, e, segundo, a situação do senhor quando assume. Então, uma opinião é técnica, é matéria opinativa mesmo do senhor, que é um especialista nessa área. O outro é a consequência disso. Porque o Banco do Brasil, por exemplo, recebeu autorização especial, constatou a irregularidade em outubro de 1996 e não praticou mais em Foz autorização especial.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja, oito meses. No entanto, os outros bancos, os outros, continuaram praticando até, evidentemente, 1997, 1998, e foi caindo a prática do carro-forte. Mas da maneira que caía o carro-forte subia o laranjal e se espalhou pelo Brasil. Então, esse mecanismo de controle das contas – e aí foi o Cláudio Mauch e Tereza Crossi que nos disse que a fiscalização dos aspectos cambiais cabia à Diretoria.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Isso. Exatamente. E por isso que fizemos tantas denúncias nesse período. A área de câmbio é quem faz...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas veja, esse é o ponto para mim. O número de denúncias nos chamou atenção suficiente para mudar a legislação para achar uma maneira a não permitir que isso viesse a ocorrer.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Mas aí teríamos que fechar a CC-5. Fechar a CC-5 num momento ou introduzir qualquer restrição à saída de divisas no momento em que você está desesperadamente precisando de divisas, com a Ásia, com a Rússia quebrando, com o mundo quebrando era algo profun...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conclusão que acho que é importante ter. Porque eu só chego a uma única conclusão: não havia condições políticas de se propor uma alteração do real em 1996, para dizer: é livre o fluxo de capitais no Brasil. Então, como não era possível politicamente fazer isto foi achar um jeito na Resolução de autorização especial para poder fazer. Não sobra outra análise que não essa. Isso que estou tentando chegar. Então, foi feita de uma maneira para chegar a um resultado que não se tinha condições políticas de propor à Nação. Então, aí cai na parte inicial do senhor. Quer dizer, a evolução da liberação do fluxo de capitais é uma decisão que o Legislador tem que tomar, mas não pode ser o Banco Central, com ele tomou em 1996. O Legislador tem que tomar essa decisão. Nós Deputados, hoje, o Senado, vamos ter que tomar decisão. Mas tem que mudar a lei. A decisão lá foi ‘antilei’, foi ilegal. E a prática da sistemática – já nem estou falando mais no aspecto pueril –, quando Laranjal começou a parecer o mais importante não era conter o Laranjal. O mais importante era o livre trânsito de capitais. E aí mantém o livre trânsito de capitais apesar do Laranjal. Posso chegar a essa conclusão?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Se o senhor me permite uma qualificação. Eu primeiro queria pedir desculpas se na forma minha de responder, às vezes um pouco mais enfático, é apenas o meu jeito. Não queria que isso fosse confundido com nenhum desrespeito aos senhores e senhoras. É apenas a minha natureza de argumentar. Até ranço da área acadêmica.

Mas Excelência, eu acho que existem alguns pontos que eu gostaria, se V. Ex^a permitir, que aqui pelo menos a minha opinião ficasse clara. Primeiro acerca do que V. Ex^a chama de Laranjal. É preciso que fique claro o seguinte: as autorizações especiais, elas objetivavam uma coisa, que foi debatida nesta Comissão **ad** infinito. Esse objetivo foi violado. Essa violação foi objeto de investigação, denúncias etc., concluídas em abril de 1997, numa denúncia encaminhada pelo Presidente Gustavo Loyola. Quando eu cheguei no Banco Central a situação das autorizações especiais, elas não geravam preocupação do ponto de vista de fraude. Ela estava cumprindo aquilo que originalmente ela via se proposto, que foi dar convertibilidade ao comércio de Foz e com isso manter o ágio do paralelo sem que ele

afetasse a cotação cambial ou outros mecanismos de fraude na balança comercial. Então, essa é uma questão que eu gostaria de qualificar.

Segunda questão a do Laranjal. A CC-5, ela foi criada por diversos instrumentos normativos, leis e etc. E nós chegamos a esse regime cambial, sem dúvida, com a participação do Legislador, quer dizer, quando V. Ex^a fala que, naquele momento, não se decidiu fechar a conta de capitais, apesar do laranjal, eu acho que, aí, o que é colocado para nossa reflexão é se a violação de uma norma que é importante para o País – e tão importante que o atual Governo tem enfatizado isto e tem mantido essa norma – é suficiente para que você elimine a norma. Obviamente que, capitais num mundo mais líquido, eles não migram para lugares em que existem restrições muito intensa à saída. Até acho que se pode fazer restrições à entrada. Nós, por diversas vezes, fizemos com o IOF, com prazos determinadas normas e o Chile fez mas eu acho que restrições à saída de capitais é um assunto muito delicado e tem conseqüências macroeconômicas muito sérias e eu acho que precisa ser debatida de uma forma mais ampla. Eu concordo com V. Ex^a porque não é o Banco Central que tem que decidir se fecha ou não a CC-5 – e não foi o Banco Central que decidiu abrir a CC-5. A abertura da CC-5 seguiu um processo normativo muito mais amplo e a única coisa que o Banco Central decidiu foi lá em 1996 – as autorizações especiais – excepcionalizar o art. 9º da 2.677.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desculpe-me mas eu acho que, depois disto, há uma legislação complementar que vem no sentido de enfrentar o problema dos laranjas – a política dos bancos de conhecer os seus clientes, de identificar os valores, de comunicar ao Coaf, enfim, há toda uma legislação posterior que vem sendo cada vez mais restritiva para separar aquilo que é legal – porque quando o senhor se refere ao livre trânsito de capitais, se refere à legalidade do livre trânsito de capitais.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – E eu não estou dizendo que eu seja inteiramente favorável ao livre trânsito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claro mas, mais do que isto: só que uma situação como esta seja com autorização especial – com carro forte – ou seja, depois, com o laranja, acaba misturando o que é o legal – aquilo que as empresas podem fazer e que busca atrair recursos de capitais estrangeiros para investimento no Brasil – se a menor prazo, não importa – e, junto, com o que? Com o tráfico – o narcotráfico, o tráfico de armas, a corrupção, o superfaturamento de obras. Então, veja que o canal serviu para isto também. Então, nós temos que saber separar. Eu não quero tratar o investidor e

aquele que quer ter relações comerciais com o Brasil da mesma maneira como vão tratar o narcotraficante. Nós temos que criar mecanismos para separarmos uma coisa da outra – inclusive, isto que trata aqui: da corrupção, da obtenção de recursos ilícitos e da transferência escondida. Porque, o que estamos falando, aqui, é que a invasão é esconder o beneficiário. A autoridade especial permitiu esconder o real beneficiário, o verdadeiro beneficiário. dizer eu o Banco do Brasil é o beneficiário, não é verdade. Dizer que é o Banco Del Paraná, não é verdade real – eu estou falando da verdade real e não da operação – do financiamento. Formalmente, quem mandou? Foi o Banco do Brasil? Quem recebeu? Foi o Banco do Brasil. Então, é claro – quem enviou, recebeu e está lá. É evidente que está lá. Mas escondeu o real beneficiário.

Bom. Para chegarmos, aqui, à última questão, eu queria uma consideração do senhor sobre essa política de identificação dos clientes. Qual a responsabilidade dos bancos, hoje, em relação ao seu cliente? Porque nós temos uma situação como o senhor mesmo acabou de dizer – é evidente que nós já localizamos – e a CC-5 não foi o único mecanismo utilizado pelos fraudadores para remeter divisas. O senhor tem a importação, tem a exportação e vários mecanismos – inclusive investimentos, lavagem de dinheiro e outras maneiras.

Eu quero saber como é que nós podemos fazer para os bancos criarem um maior filtro, conhecendo o seu cliente?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Eu agradeço essa pergunta – é uma pergunta com bastante propriedade. Se V. Ex^a me permitir, eu só gostaria de voltar para fazer um ponto que acho que é importante e o que V. Ex^a está colocando é fundamental. No período em que eu estive no Banco Central acabar com o laranjal significava acabar com o CC-5 e isso era algo que requeria uma discussão muito mais ampla. Não vamos ter ilusões: enquanto existir CC-5 vai haver, como em qualquer norma acontece, uma tentativa daqueles que querem burlá-la de burlá-la.

A questão é a seguinte: existem vantagens de ter a CC-5. Eu pessoalmente acho que não se deve acabar com a CC-5 porque a CC-5 dá um mecanismo de convertibilidade, no Brasil já existem restrições demais na conta de capital e tenho convicção de que se o legislador decidir acabar com a CC-5 vamos ter uma queda em fluxo de capitais pra esse País... de investimento... Entendo que isso seja discutível mas estou manifestando aqui minha opinião e de novo quero reiterar que posso estar errado. Não sou dono da verdade.

O segundo ponto que V. Ex^a coloca com muita propriedade é a questão de como coibir o laranjal sem

acabar com a CC-5. E aí tenho orgulho de ter participado e uma força-tarefa do Banco Central na minha gestão participou da elaboração da lei de lavagem. Quer dizer, ajudou com vários outros órgãos do setor público uma força-tarefa do Banco Central na minha diretoria participando da confecção, ou ajudando, colaborando na confecção da lei de lavagem, que é onde acho que podemos coibir o laranjal. E eu tive, inclusive, o orgulho de ser distinguido pelo Presidente à época que me convidou para o lançamento, a promulgação da lei de lavagem junto com o Senador Tuma e com outras pessoas presentes, parlamentares que também tiveram uma participação importante.

Então, creio que o que temos – e aí tento passar à sua terceira pergunta – que fazer para conviver com essa abertura da conta de capital, que é uma abertura necessária (acho inclusive que a atual equipe econômica, com pragmatismo, está vendo que é necessário, que é delicado, no mínimo, se mexer nisso) –, é cada vez mais intensificar os controles associados à legislação de lavagem de dinheiro. E aí entra no ponto que V. Ex^a mencionou com muita propriedade que é a questão dos bancos. Acho que os bancos têm que ser – e hoje em dia estão; trabalho num banco privado –... os bancos hoje têm uma cautela absolutamente gigantesca em relação a saber quem são os clientes, a saber a origem dos recursos, de onde vêm os recursos, a que se destinam esses recursos e bancos que transgredirem esse tipo que a gente de **compliance** interno, todos os bancos criaram verdadeiras estruturas de **compliance**, devem ser punidos, devem ser, eu diria, exemplarmente punidos pelo Banco Central e acho que esse é o caminho para nós podermos ter algum nível de abertura da conta de capital, que foi um pouco que tentei, modestamente, colaborar no meu período no Banco Central. Não acho que seja adequado ou, no mínimo, é muito delicado se acabar com a CC-5, mas queremos conviver com a CC-5, precisamos ter mecanismos e instrumentos para coibir e a lei de lavagem nos dá esses mecanismos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa legislação no Brasil é mais condescendente ou mais rigorosa em relação às outras no mundo, de outros países mais desenvolvidos etc.? Porque o sistema financeiro brasileiro, em termos de informática, dizem que é o melhor, o mais desenvolvido do mundo e eu digo, em relação a essas questões, a legislação brasileira é mais condescendente ou mais rigorosa que em outros países?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Eu diria ela foi, inclusive, inspirada na legislação de outros países. Eu diria que, em nível de condescendência, ela é tão rigorosa quanto. A diferença é

a seguinte: esses outros países lá fora já praticam isso há muito tempo. Então eles têm muito mais **know-how**, têm muito mais mecanismos, conhecimento e tecnologia, no controle ao crime, à lavagem de dinheiro, do que temos aqui no Brasil. Estamos praticando isso há três anos – a lei é de 1998 –, e antes não existia nada a esse respeito. Então, creio que, do ponto de vista da norma legislativa, ela é tão rigorosa quanto, e, do ponto de vista da implementação, acredito que ainda temos um caminho a percorrer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por hora, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, a Presidência quer registrar a presença, acompanhando esta audiência, dos seguintes procuradores do Banco Central do Brasil: Dr^a Isadora Segalla, Dr. José Renato e Dr. Ricardo Ferreira.

Apesar de termos um número menor de parlamentares do que as sessões que ocorrem dentro do Congresso Nacional, gostaríamos de assegurar o mesmo critério, porque teremos um número maior de audiências, a não ser em assuntos que, exaustivamente, precisemos realmente esclarecer.

Sendo assim, solicito que seja observado o tempo de cinco minutos para pergunta. O Dr. Demóstenes anota as perguntas e, posteriormente à intervenção do parlamentar, ele as responde. Depois, o parlamentar tem os três minutos para a réplica.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Demóstenes, eu queria dizer que, pelo currículo que apresentou, pela sua formação, creio que V. S^a pode contribuir bastante com o objeto desta CPI.

A primeira questão que eu queria fazer é se V. S^a tem conhecimento de que o Tribunal de Contas da União considerou irregular as autorizações especiais concedidas pelo Banco Central. E mais: o relatório do Ministro Adilson Mota foi duríssimo em relação às autorizações. A primeira pergunta é o que V. S^a acha dessa “apenação” por parte do Tribunal de Contas da União?

Segundo. Quando foi feita a autorização especial, ela foi feita, inicialmente, só por um diretor – na época, o Sr. Gustavo Franco, que era diretor do Banco Central. Só ele fez. Ele fez um ato e, posteriormente, encaminhou para a diretoria. E o Decam, imediatamente, colocou em prática. É usual, é natural que um assunto de tanta relevância seja tratado assim, dessa forma? O diretor delibera, sem passar pelo colegiado – contrariando o Regimento Interno, inclusive, do Banco Central –, e o diretor do Decam, imediatamente

te, toma as providências cabíveis. É assim que se faz para tratar um assunto de tanta relevância, como V. S^a colocou para nós, neste momento?

Terceira questão. Quem não é do setor financeiro e analisa os números fica na seguinte questão: como é que V. S^a explica que, de repente, Foz do Iguaçu tem movimento maior do que o Rio de Janeiro, para mandar dinheiro para fora? Por mais que haja comércio na divisa, por mais que haja sacoleiro, que vá e volte, como é que se explica que São Paulo e, depois, Foz do Iguaçu são a maior praça de envio de dinheiro para o exterior? Isso foi depois da autorização especial.

Só para relembrar, Sr. Demóstenes, Foz do Iguaçu remeteu R\$15.571.943.000,00, em termos de recursos. Mais que o Rio de Janeiro, e menos um pouco que São Paulo, sendo que tivemos 2.864 saídas por esse canal, apenas com esses bancos autorizados. Quer dizer, esse número de Foz do Iguaçu nunca chamou a atenção das autoridades.

Há uma outra questão que eu queria propor para V. S^a responder. V. S^a foi diretor de 1997 a 1999. Portanto, quando V. S^a ingressou no Banco Central, já havia essa legislação, essa autorização especial. Mas, se havia fraude e se o Ministério Público já havia sido alertado para esse tipo de fraude, por que, imediatamente, essa autorização especial não foi cessada? Não é a questão da CC-5, que poderia continuar. A fraude estava exatamente na exceção, na autorização especial. Quem fala isso hoje é o Tribuna de Contas, a Receita Federal, o Banco Central, o Banco do Brasil. Ou seja, qualquer pessoa que olha para isso, mesmo que não seja da área, leva um susto com essa autorização especial. Eu, particularmente – é minha opinião –, não tenho mais dúvidas em relação à autorização especial. O senhor está colaborando com esta CPI. Por isso, pergunto essas questões para o senhor. Mas eu não tenho mais dúvida. Se está causando prejuízo, por que, somente dois anos depois, vai-se tomar uma providência? A questão da conversibilidade, o problema da moeda, estaria autorizado em uma CC-5 normal, sem exceção. É a exceção que estava dando problema para ao Brasil, como deu. Evidentemente, com certo tempo, vimos quão grave foi a questão de Foz do Iguaçu. Essas são as questões iniciais que pergunto ao senhor, se pudesse respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Dr. Demóstenes para as respostas.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – V. Ex^a coloca quatro questões, que tentarei, de alguma forma, responder. A primeira questão diz respeito ao TCU. Tenho ciência de que existe uma apenação com recursos no TCU do Dr. Gustavo Franco

e do Dr. Carvalho. V. Ex^a me pergunta o que eu acho dessa apenação. Eu acho que, na apenação do TCU, existem vários níveis que o Tribunal está analisando. Um deles é a forma pela qual as autorizações especiais – que V. Ex^a menciona na segunda pergunta – foram concedidas. O outro item é a questão da identificação. Enfim, são vários itens. Está em caráter de recurso. Respondendo a segunda pergunta, respondo também a primeira. Pelo que pude ver nesta CPI, o voto original apresentado à Diretoria dá essa delegação ao Gustavo e ao Decan, o voto que ele trouxe. Houve até um conflito com o voto que existia no Banco Central naquela época. Se é normal, existem casos em que a Diretoria delega a um diretor fazer algo e depois informar à Diretoria, de alguma forma, o que foi feito. Se é normal ou não, existem vários casos, no Banco Central, em que isso acontece. Obviamente, naquele momento, o que a Diretoria pretendia era ter instrumentos para tentar controlar o ágio do paralelo. Daí concede a delegação ao Diretor de Câmbio. Terceiro ponto...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Permita-me, Deputado Dimas, uma interrupção. A afirmação do Deputado Dimas chama atenção para outro lado. A autorização – a assessoria geral vai me trazer – é genérica, autorizando o Diretor de Câmbio e o Decan a ajustar qualquer possível desnivelamento. Então, não se sabe o que é. Estamos no dia 10 de abril, de 1996, quando foi dada autorização. No dia 22, começou a vigor a resolução. No dia 24, 48 horas depois, há a primeira autorização especial. Quando a diretoria deu autorização, não sabia que era autorização especial. Disse que poderá ajustar a qualquer necessidade, é genérica. Quarenta e oito horas depois que começou a vigorar a resolução já se sabe que é autorização especial? Os bancos já pediram autorização? O Banco do Brasil 48 horas depois e 24 horas depois o Banestado, uma atrás da outra. É muito mais saudável se pressupor que quando se pensou a resolução já se tinha em mente e novamente a política encontrou um jeito de fazer. Não há outra explicação, porque não deu tempo de o banco pedir, não deu tempo de o dólar no paralelo subir e o banco já pediu autorização? O Banco Central já analisou a autorização, já definiu que tipo de mecanismo era e já concedeu a autorização?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Excelência, novamente. Eu não pertenço àquele diretoria. O que o ilustre Deputado me pergunta é se era normal esse tipo de delegação. Em alguns casos, dá-se delegação a diretores específicos no Banco Central, não sei se caracterizamos isso como caso de normalidade, mas depois comunica-se à diretoria o que está acontecendo e o que está-se fazendo.

O terceiro ponto de seu questionamento diz respeito ao volume de comércio de Foz do Iguaçu. Não temos estimativas precisas do volume de comércio, mas existiam estimativas, na época, desse volume de comércio ser algo na casa de US\$10 bilhões a US\$20 bilhões. Existiam estimativas no âmbito de discussões do Mercosul de que esse fluxo se situava em terceiro como entreposto de comércio no mundo, depois de Miami e depois de Hong Kong, se não me engano.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Eu gostaria de ouvir sua opinião sobre algo que me chama a atenção. Por que esse volume se deu só após a autorização especial? Esse volume expressivo, que aumentou. Antes havia volume expressivo, mas não tanto.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Minha suspeita é a de que o volume existia antes e ele encontrava mecanismos outros para se manifestar. O volume de comércio, que é o lastro disso tudo, segundo estimativas de especialistas, era significativo, ao ponto de ser classificado como um dos três ou quatro maiores entrepostos do mundo. Em várias conversas sobre o Mercosul, recebíamos questionamentos do pessoal do Paraguai quanto à importância daquilo para empregos na região, enfim, existia um lastro de volume de comércio naquela região, para o qual se construiu uma infra-estrutura hoteleira gigantesca.

O quarto ponto que V. Ex^a menciona diz respeito à fraude. Eu gostaria de ser específico com relação acerca disso. As fraudes que tiveram como objeto as autorizações especiais praticamente se esvaíram a partir da denúncia ao Ministério Público, a partir de abril de 1997. A fraude muda e, como o Deputado Mentor menciona, muda para o “laranja”. O “laranja” é algo inerente à CC-5, isso precisamos ter claro. Acabar com o “laranja” é com legislação muito rigorosa de lavagem de dinheiro ou no limite acabar com a CC-5, aí, a fraude migra para o dólar paralelo. Então, no período em que eu estive no Banco Central, o meu objeto de fraude era outro, não era aquele gerado no ano anterior pelas autorizações especiais que obviamente migraram para outras formas, quando a fiscalização lá chegou. Creio que tentei responder às quatro perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Dimas para a réplica.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Realmente, a autorização especial, no meu ponto de vista, foi um duro golpe na economia brasileira em relação a possibilitar todo tipo de fraude. Mas isso estamos investigando e vamos continuar a fazê-lo.

Pergunto-lhe o seguinte: um banco que recebe um depósito de US\$1 milhão ou de US\$2 milhões deve

verificar se a pessoa que está mandado essa quantia tem lastro para isso, deve comunicar o fato à Receita. Outro dia um cidadão foi depor na CPI e lhe perguntamos sobre uma determinada pessoa e ele respondeu que era sua mãe. Perguntamos a ele o que ela fazia. Ele respondeu que era costureira. Indagamos a ele: “Como na conta dela passaram US\$2,8 milhões?”. Ele replicou: “Abri a conta, ninguém perguntou”. “O Banco Central não perguntou?” “Não, ninguém perguntou.” “A Receita perguntou?” “Não, ninguém perguntou?” E foi indo. Demos outro nome e ele disse que era seu irmão. Perguntamos se era rico, o que ele negou, dizendo que o irmão estava devendo ao advogado. Indagamos a ele: “O senhor acredita que ele teria condições de mandar US\$28 milhões da conta dele?” “Não, jamais.”

O Banco Central não foi comunicado, não teve nenhum controle?! Pergunto ao senhor a quem atribui essa falha: à fiscalização do Banco Central, ao banco que operou isso? Porque é muito fácil dizer que o gerente não tomou as cautelas devidas, mas evidentemente um volume desses – US\$20 milhões – não é coisa de gerente. Quer dizer, o banco que operou não teria que ter o controle para saber se aquela pessoa tinha ou não lastro ou abre-se conta como se quer sem nenhum critério no Brasil, como foi feito em Foz do Iguaçu? Era só isso que queria perguntar-lhe.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – V. Ex^a tem toda a razão. Na verdade, um banco que recebe US\$2 milhões para transferência no exterior e não pergunta a origem desses recursos está violando a Lei de Lavagem de Dinheiro. Quer dizer, é muito claro isso. A Lei de Lavagem de Dinheiro, de 1998...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E como é que fica o Banco Central nisso?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – O Banco Central fiscaliza os bancos. Em qualquer lugar do mundo...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O banco fiscaliza os...

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Os depositantes. Em qualquer lugar do mundo...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Se os bancos não fiscalizam os depositantes e o Banco Central não fiscaliza os bancos então não há fiscalização...

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Excelência, em qualquer lugar do mundo, essa fiscalização nas leis de lavagem é feita pela política, que é um jargão internacional de **Know your client**. Ou seja, os bancos têm obrigação de saber os clientes que têm, porque nenhum banco central no mundo tem condições de fiscalizar todas as contas correntes de um país. Então, a premissa que as legislações de lavagem

de dinheiro adotaram e que aqui no Brasil adotamos é exatamente a de que os bancos têm a obrigação de fazer o que em todo o lugar do mundo se faz e, se não o fizerem, serão punidos. Quer dizer, a fiscalização do Banco Central é feita e boa parte dessas denúncias que foram encaminhadas entre 1997 e 1999 dizem respeito exatamente a recursos que foram remetidos sem origem, que nós denunciávamos ao Ministério Público. Nesse ponto é que tem que ser feita a fiscalização. Os bancos, porém, não podem eximir-se de fiscalizar os clientes. Não se faz uma remessa hoje em banco privado decente sem que todo esse critério de investigação seja devidamente apurado e investigado. Quer dizer, qualquer banco sério hoje no Brasil faz essa **due diligence**, essa investigação e jamais sequer o diretor do Banco pede que uma remessa dessas vá ao Banco Central se ele tem dúvidas acerca da origem do recurso, porque é ele que está com o nome em jogo nessa situação. Mas, em todas as legislações de lavagem de que tenho conhecimento, na Europa e nos Estados Unidos, hierarquicamente a fiscalização é feita desse jeito. Quer dizer, os bancos têm obrigação da tal política do **Know your client**, que hoje, em nível internacional, é uma febre. Você hoje não consegue internacionalmente – estou no mercado financeiro – fazer transferências de um lugar para o outro sem passar às vezes por semanas e meses de investigação, provando a origem dos recursos. Qualquer banco no mundo hoje se obriga a fazer isso porque a penalidade é muito séria. Então, os bancos têm a obrigação de estar fazendo essa política de **know your client**, e o Banco Central, de supervisionar o sistema bancário e de fiscalizar se isso está sendo feito ou não. Cada um na hierarquia, digamos, de punibilidade, de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado José Rocha. V. Ex^a dispõe, inicialmente, de cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Demóstenes, que é o depoente neste momento, eu, inicialmente, perguntaria ao depoente se ele concorda com essa estimativa da evasão de US\$30 bilhões durante esse período das autorizações especiais.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Posso responder a essa questão?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pode, com a permissão do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu creio que seria interessante que ele anotasse as perguntas e V. Ex^a, posteriormente, em réplica, discordaria de qualquer ponto de vista com que V. Ex^a não concordasse. Então, seria importante V. Ex^a...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pois não. Então, essa seria a primeira pergunta. A segunda, se V. S^a foi levado ao Banco Central, convidado a assumir a Diretoria pelo ex-Presidente Gustavo Franco. Parece-me que foi essa a colocação inicial de V. S^a. E se V. S^a afirma que os bancos sérios fiscalizam essas contas dos clientes e contas de depósitos vultosos e se esses bancos que permitiram isso, não sendo sérios, por que o Banco Central não fiscalizou esses bancos e por que o Banco Central não abriu algum processo administrativo ou algo que o valha contra esses bancos? E que critério, quais os critérios que o Banco Central teve para apenas emitir autorizações para cinco bancos para operar essa excepcionalidade? Por que não outros bancos foram credenciados para essa excepcionalidade? E tivemos um ex-funcionário num desses bancos credenciados na CPI, que recebeu determinação da diretoria do banco para ir buscar clientes que quisessem depositar dólares no banco e teriam uma corretagem nessa sua ação, nessa sua captação, de um 0,5% parece, seria a sua corretagem para captar e sair buscando os clientes que tivessem dólares que quisessem depositar na agência do banco e, como não havia nenhuma exigência por parte do banco em relação a se esse cliente teria lastro ou não, ocorreu, no caso citado aqui pelo Deputado Dimas Ramalho, de uma costureira ter lá US\$2,8 milhões, o seu filho mais vinte e oito milhões de dólares e assim se deu toda essa questão da evasão que se estima em trinta bilhões de dólares.

Outro ponto é que essa movimentação em que foi provado que se avolumou durante o período das autorizações especiais porque não foi assim antes e não está sendo assim depois, o Banco Central não tomou nenhuma providência no sentido de identificar que isso estava sendo por conta justamente das autorizações especiais.

A outra questão que aqui foi levantada pelo Relator e parece-me que não foi respondida por V. S^a é a do banco não exigir o depositante e também para o favorecido. As transferências eram de banco a banco, de entidade jurídica para entidade jurídica e não de depositante para favorecido.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concluiu, Deputado?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, inicialmente as minhas perguntas seriam essas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passamos a palavra ao Dr. Demóstenes para as respostas às indagações do Sr. Deputado José Rocha.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Excelência, são seis as perguntas e tentarei ser objetivo e respondê-las da melhor forma possível.

A primeira diz respeito às estimativas de evasão de divisas em número de trinta bilhões de dólares. Não tenho nenhuma segurança acerca desse número e pelo que vi nos debates nessa Comissão até agora não existe nenhuma evidência contundente que esse é o número de evasão.

Acho que existem evidências de evasão, mas a quantificação tem processo mais complexo e, possivelmente, será quantificado nesta comissão, mas esse número, ao que me consta, não é um número oficial que o Banco Central tenha estimado ou algo do gênero. Portanto, não tenho segurança acerca dessa estimativa nem tenho uma melhor do que essa sobre o volume de evasão de divisas nesse período.

Para a segunda pergunta, como falei na introdução, sou oriundo da PUC do Rio de Janeiro, fui colega do Gustavo Franco que, naquele período, era mais velho do que eu. Fui assistente do Ministro Pedro Malan, do Edmar Bacha e de todos que estiveram envolvidos na criação do Real e eles que me levaram para o Governo. O Ministro Pedro Malan e o Gustavo Franco que era o Presidente do Banco Central naquele momento.

Eu tinha participado, em 1993, quando o Ministro Fernando Henrique assumiu o Ministério da Fazenda, da primeira equipe econômica. Naquela época, eu era jovem, tinha trinta e dois ou trinta e três anos, mas fui com o Winston Tritsch para o Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, Gustavo Franco, depois, Persio Arida, André Lara Resende e Pedro Malan. Naquele momento, fiquei um ano e meio com o Ministro Fernando Henrique e tive que sair porque tive um problema familiar em São Paulo, minha filha teve uma doença séria e eu não conseguia mais ficar em Brasília afastado da família. Então, saí e depois voltei.

A terceira acerca dos bancos sérios. Diria o seguinte, Excelência: bancos sérios sempre tentaram ter algum tipo de política quanto à lavagem de dinheiro e **compliance**, desde que isso se tornou um assunto importante internacionalmente.

Como respondi ao ilustre Relator, existe pouca prática no Brasil, porque a legislação é de fins de 1998. A legislação de lavagem de dinheiro que força os bancos a terem esse tipo de atitude e de prática foi feita e promulgada em dezembro de 1998. E, portanto, eu, inclusive na parte de implementação das circulares, eu era o Diretor responsável, já mencionei aqui. Participamos de uma força tarefa para elaborar a legislação de lavagem que, na nossa visão, era, naquele momento, o que coibiria o chamado "laranja", que o ilustre Relator menciona. Portanto, não existia Lei de Lavagem antes de 1998. Ainda que existissem tentativas de alguns bancos mais modernos e mais sérios de ter uma política de **compliance**, como hoje

em dia se tornou quase que abasileirada essa palavra, de se fazer.

Quarta pergunta, os critérios do Banco Central para os cinco bancos. De novo, não gosto de repetir, mas eu não estava na Diretoria na época. Mas o que eu sei é que o Decam tem critérios bastante específicos para selecionar bancos de acordo com a capacidade e com a vocação daqueles bancos para determinada atividade. Isso é rotina na área de câmbio, isso é rotina na área de fiscalização, quando você autoriza agências no exterior, isso é rotina nas mais diversas práticas do Banco Central. Portanto, tenho certeza que os critérios que foram utilizados foram de natureza absolutamente técnica acerca da escolha daqueles bancos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por exemplo, o Araucária.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Excelência, não saberia dizer, porque até não estava. Não participei do exame, mas o que tenho notícia, pelo que foi apresentado nesta Comissão, e li boa parte dos depoimentos, é que existia ou uma vocação ou um interesse em atuar na região, específico que determinou, primeiro, a demanda por parte de um certo número de bancos, que, se não me engano, foram cinco, e depois a seleção por parte do Banco Central. Mas especificamente, eu tenho a impressão de que o Carvalho esteve, foi a área, o Decan quem processou essa escolha, e eu tenho confiança que foi feita a escolha com base em critérios absolutamente técnicos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Demóstenes, pegando carona na alegação do Deputado José Rocha, nós tivemos umas cinco autorizações especiais: Bemge, Araucária, Banestado, Real e Banco do Brasil. Bemge, liquidado. Araucária, liquidado. Banestado, liquidado. Real, vendido. E Banco do Brasil.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Mas quais eram os que demandaram?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Os critérios realmente foram...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja, foram cinco autorizações especiais.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não, mas o...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Bemge – Banco do Estado de Minas Gerais –, Araucária, que é um banco privado, Banestado – Banco do Estado do Paraná –, Banco Real, que foi vendido, e Banco do Brasil, que parou em outubro de 1996. Parou de operar com autorização especial em outubro de 1996.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Logo após a...

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Bom, antes...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A circular... Aliás, eu me referi várias vezes sobre a resolução, a Circular nº 2.077 é de abril, 22 de abril, que começou a vigor. Vinte e dois de abril. O Banco do Brasil operou até outubro do mesmo ano. Só. Dos outros quatro, três foram liquidados e um vendido.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Bom, Excelência, novamente, eu acredito que existia, naquele momento, de novo, eu não estava lá, mas, naquele momento, devia ter existido uma manifestação de interesse de um certo número de bancos, que me parece não era extenso, para operar na região. E creio eu que foi feita uma análise técnica, como todos aqui mencionaram e explicitaram, de quais os que tinham maior capacidade para atuar naquela atividade..

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o senhor viu aí que o resultado final não confirmou essa análise técnica sendo os mais habilitados, todos eles foram liquidados.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Mas a análise técnica, Excelência, não necessariamente, nesse caso específico, a análise técnica leva em conta a capacidade financeira do banco, leva em conta uma série de coisas, mas ela leva em conta a vocação do banco e a capacidade do banco operar em câmbio, não necessariamente a solvência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foram liquidados logo depois...

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Mas o número de bancos que foram liquidados pós-introdução do Real é gigantesco. Agora, de novo, Excelência, eu não estava nesse momento no Banco Central, então...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não estava mas quando o senhor assumiu o senhor continuou a política do seu antecessor, quem levou o senhor, Gustavo Franco.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Eu continuei a política e creio ter explicitado aqui por que continuei com essa política. A preocupação que existia naquele momento, Excelência, quando foi dada a autorização especial – e aí eu entro já na quinta pergunta de V. Ex^a – era no que diz respeito a dar convertibilidade a um comércio que se entendia, e acho que se entende, que era legítimo e sobretudo impedir que num regime de câmbio administrado o ágio do paralelo sinalizasse um preço-sombra errado. Era isso que se queria com as autorizações especiais. As fraudes ocorreram, as fraudes foram denunciadas e no meu período esse problema não se colocava mais. O

problema de fraudes geradas pelas autorizações especiais a partir de maio de 97 não se coloca mais. O que se coloca é o laranjal, para o que vale a legislação de lavagem de dinheiro, na qual trabalhamos e o Banco Central contribuiu, e todas as denúncias que fizemos ao Ministério Público e à Receita Federal, que é a forma como se coíbe o laranjal: fiscalizando os bancos e as remessas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor próprio diz que diminuíram as fraudes. Então elas existiam em grande monta.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não, elas existiram relacionadas a um outro mecanismo e não às autorizações especiais.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Na medida em que o senhor diz que elas diminuíram então elas existiam.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Ah, elas existem até hoje.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Existiam em grande monta.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não, existem até hoje, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E por que é que o Banco Central não as identificou à época e não as coíbiu?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não, Excelência, eu permito divergir de V. Ex^a. Eu acho que o Banco Central... primeiro, nós fizemos, no meu período, quatrocentas e quatro denúncias e trezentas e oitenta ao Ministério Público e à Receita Federal. Então, nós estávamos atentos ao laranjal, trabalhando na legislação de lavagem de dinheiro, que não existia no Brasil no período, e monitorando a forma para a qual a fraude tinha mudado.

As autorizações especiais não eram mais objeto de fraude.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Algum banco desses de autorização especial foi punido pelo Banco Central durante o período de V. S^a?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Que eu tenha notícia, há processos administrativos que foram instaurados e condenação em primeira instância.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E quais bancos?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Isso eu solicitaria ao Presidente e ao Relator que requeressem ao Banco Central, por uma questão de – que já ocorreu aqui em outras sessões – sigilo bancário. Eu pediria...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Sobre isso já há requerimentos feitos e as informações estão nos arquivos da CPMI.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a tem conhecimento de algum colega de V. S^a do Banco Central que..

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Eu pediria ao...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu estou na réplica.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– É que ainda tem a sexta pergunta sua que ele não respondeu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pois não.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – A quinta pergunta: as providências tomadas então, que V. Ex^a pergunta. Eu digo que providências foram tomadas, foram feitas no meu período diversas perguntas, como mencionei aqui, ao Ministério Público e à Receita Federal no tipo de fraude que estava ocorrendo no meu período, que não era mais relacionada às autorizações especiais e por motivos óbvios, porque quando a fiscalização chega o fraudador, o criminoso muda a prática. É a autorização especial, por outro lado, continuava macroeconomicamente necessária por causa do ágio do paralelo. Nós continuamos a viver num regime de câmbio administrado. Então, num regime de câmbio administrado, precisa-se ter o ágio do paralelo num nível mínimo sem sinalização de que aquilo é um preço sombra, que o câmbio está errado, obviamente que num regime de câmbio flutuante acho que a situação é outra, não se tem tanto essa necessidade. Mas queria deixar enfaticamente registrado que fizemos diversas denúncias ao Ministério Público, à Receita Federal do tipo de fraude que estava ocorrendo no meu período, e tomamos as providências. O que podíamos fazer era o quê? Contribuir na elaboração da legislação de lavagem do dinheiro, que saiu em dezembro de 1998, com uma força-tarefa da minha diretoria envolvida e para o qual tive até o orgulho de ser convidado para a promulgação da lei, no Palácio do Planalto.

A última pergunta, V. Ex^a me fez, acerca da exigência de....

Desculpa, V. Ex^a podia repetir a última pergunta? Porque anotei aqui exigência.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Não era exigência dos bancos?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – É a exigência dos bancos ditarem, sabendo origem e destinação dos recursos.

Novamente, isso com a Lei de Lavagem tornou-se uma obrigação do sistema bancário, obrigação que,

infelizmente, não existia antes de 1988, antes da confecção dessa lei ao longo de 1988, mas hoje é uma obrigação. Antigamente era uma boa prática, no mundo já era uma obrigação em diversos países, na Europa, nos Estados Unidos, aqui no Brasil poderíamos considerar, Excelência, no máximo uma boa prática bancária, não tínhamos uma legislação que coibisse esse tipo de desconhecimento ou de ignorância do banco acerca da origem dos recursos do cliente e destinação desses recursos.

Quero crer que consegui, da melhor, responder a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Deputado José Rocha, V. Ex^a tem três minutos para a réplica.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Indagaria se V. S^a tem conhecimento de algum ex-colega seu do Banco Central que tenha sido diretor de um desses bancos à época com essa autorização especial, porque informado à CPI, por um ex-gerente desses bancos, que um dos seus diretores era egresso do Banco Central.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Olha, não na minha... O Dr. Gustavo não foi diretor de nenhum desses bancos, não, não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não tem conhecimento.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não tenho conhecimento de nenhum diretor que tenha sido ...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Do Banestado que tivesse sido diretor do Banco Central.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não tenho conhecimento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ou do Araucária que tivesse sido diretor do Banco Central.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não, sinceramente não tenho conhecimento. Desconheço na verdade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Agora, Sr. Demóstenes, é muito estranho que só o Banco Central não percebia esse exagero nessa movimentação de dinheiro na ponte da Amizade, que não estivesse havendo algo de errado, só a diretoria do Banco Central que não percebia isso, porque a maneira como foi feito, de todo esse laranjal, de todas essas casas de câmbio fazendo essas transações, justamente após essas autorizações especiais, e o Banco Central, que seria o responsável por essa fiscalização, não entender que nisso estava havendo anormalidade, é realmente muito estranho isso para todos nós, depois que cons-

tamos a maneira até como essas transações eram realizadas. Muito estranho isso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Dr. Demóstenes, se quiser fazer alguma consideração.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Excelência, novamente gostaria de deixar claro aqui que a minha ênfase nas respostas não tem relação nenhuma com desrespeito, porque às vezes sou enfático nas respostas e gostaria de deixar isso claro.

Eu novamente vou me permitir, Excelência, discordar de V. Ex^a, acho que o Banco Central foi quem começou a apurar essas fraudes em 1993, no mecanismo de autorização especial. O Decan chegou a ter força-tarefa contando carros-forte em 1996. O inquérito do Banco Central produziu mais de 20 ou 30 volumes acerca dessas fraudes e dessas ilegalidades. E o Banco Central teve um papel importantíssimo da denúncia que foi feita pelo Ministério Público pelo Presidente Gustavo Loyola.

Creio que o Banco Central, V. Ex^a me permita discordar, teve um papel fundamental da identificação da fraude, na elaboração exata de qual era o mecanismo de fraude. Contou carros-forte, que é uma função que exorbita completamente o Banco Central em qualquer lugar do mundo. É impensável o Banco Central contando carros-forte em algum lugar do mundo. E denunciou o Ministério Público!

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sem autorização da diretoria.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Mas enfim, só queria enfatizar isso porque acredito que houve sim uma tentativa do Banco Central de coibir a fraude e depois na minha gestão, novamente, nossa atenção estava voltada para o tipo de fraude que havia sido migrado, fizemos 404 denúncias e 389, se não me engano, à Receita e ao Ministério Público e contribuimos para a legislação da lavagem de dinheiro, que aí, sim, é o que vai efetivamente coibir o laranja. Se quisermos conviver com a CC5 temos que ter uma legislação de lavagem de dinheiro forte, rigorosa, que iniba o criminoso e que puna o Baco que faça essa transferência sem exatamente a origem dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Porque o Sr. Demóstenes ia sempre na questão de 'se quiser permanecer a CC5'. Parece que estamos na direção de querer acabar com a CC5 em função dessas fraudes dos acontecimentos. Não é o caso. Não existe isso, pelo menos por parte desse Deputado que está no momento fazendo inquirição a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Doutor Hélio. V. Ex^a é o próximo inscrito e dispõe de cinco minutos.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. Demóstenes Madureira de Pinho Neto, em primeiro lugar, quero dizer que se não são mais de US\$30 bilhões que se evadiram do País, está próximo disso ou um pouco mais. Um relatório muito claro feito pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Só um parênteses, Doutor. Só para paraísos fiscais, não vou dar o número em dólares. Só para paraísos fiscais, sem contar onde tem investimentos realmente: R\$76 bilhões.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – Então quero dizer que isto são dados do arquivo do próprio Banco Central que demonstram que 54 pessoas realizando mais de 7.400 transações encaminharam US\$31,1 bilhões. Isso são dados dos arquivos...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo bem. E o laudo da Polícia Federal, o primeiro. Fala em US\$25 bilhões! Só para os laranjas.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – E o nosso retorno em 85 documentos vindo do Banestado de Nova York, cerca de mais de US\$18 bilhões, pouco mais de US\$10 bilhões, desculpe. Esses são dados advindos do Banco Central.

O fato é que não estamos discutindo a questão da CC5 mas aqui está mais do que provada a fragilidade dos controles da CC5 com relação a ilícitudes. Ilícitudes, para uma CC5 que dispunha da possibilidade de contas com não menos de US\$10 mil não ter necessidade de obrigação de identificação ou proveniência. Mas por ali passaram contas absurdas, contas cabo preto, US\$29 milhões, contas porta caneta, conta canaveral, enfim, dezenas e dezenas de contas correspondendo a bilhões e bilhões de dólares. E a fragilidade do controle fica evidente porque se deu após autorizações especiais daqueles cinco bancos.

Em primeiro lugar, eu queria perguntar a V. S^a, dentro dessa discussão das autorizações especiais, estavam presentes cinco bancos, onde ocorreram as mais diversas ilícitudes. Entretanto, havia um banco, o Banco Rural, que não tinha nenhuma autorização especial e que permaneceu presente inclusive na própria administração de V. S^a, quando substituiu o Dr. Gustavo Franco. O Banco Rural não tinha autorização especial para lidar com CC-5, não fazia parte da autorização especial dada naquela ocasião e, pelo Banco Rural, também se passaram milhões e milhões de dólares de forma ilícita. Então, eu gostaria que V. S^a dissesse alguma coisa com relação ao Banco Rural, com as

mesmas irregularidades passando pelo Banco Central, à época de V. S^a.

A segunda questão. Quando o senhor substituiu o Dr. Gustavo Franco, ainda mantinham-se ali as mesmas autorizações especiais. Era do conhecimento do superior hierárquico de V. S^a essa situação de irregularidades que se apresentavam por meio das autorizações especiais pelas contas CC-5 nesses bancos aqui listados?

Essas seriam as duas questões principais que eu gostaria de fazer, ressaltando que me surpreende mesmo, mais uma vez, a formação acadêmica de V. S^a e do Dr. Gustavo Franco. São pessoas bem formadas. Estão – pelo menos o Dr. Gustavo Franco e V. S^a me passaram isso – conscientes de que a aplicação da CC-5 como ferramenta cambial era importante naquele momento, para o País, do ponto de vista de permitir que houvesse efluxo e afluxo de dólares nas contas do país. No entanto, como estamos nos limitando à questão das ilicitudes e, dentro dessas ilicitudes, o povo brasileiro deixou de contar com um percentual fiscal expressivo, é da nossa responsabilidade não só olhar pelo retrovisor e ver aquilo em que erramos, aquilo em que houve falta de controles, mas também olhar adiante. Essa experiência acumulada por V. S^a, pelo Dr. Gustavo Franco e por outros que os precederam, certamente, será importante para aquilo que irá apontar essa CPMI, que é a busca de fecharmos um pouco essas porteiças e de olharmos não só com caráter financista, mas também num sentido de coibir essas ilicitudes que tomam carona por aí, como o narcotráfico, o contrabando de armas, a corrupção e tantos outros fatores que têm contribuído enormemente para a evasão fiscal deste País.

Portanto, olho de duas maneiras: no primeiro momento, um diagnóstico correto, por meio de um retrovisor, da falta de controles desta situação e, muitas vezes, da co-responsabilidade pelos órgãos da Receita Federal; mas também temos de ver daqui para frente – o **day after**. Queremos saber de que forma podemos efetivamente separar o joio do trigo, ou seja, diante de uma ferramenta cambial, como não permitirmos que o narcotráfico e vários outros crimes organizados possam se utilizar disso, levando divisas que fazem falta? Estamos vivendo a Reforma Tributária e a Reforma Previdenciária, que trata de 4 ou 5 bilhões, num suor tremendo, num sacrifício de inativos e de pensionistas, e temos aqui mais de US\$ 30 bilhões evadidos do nosso País.

Era isso, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Dr. Demóstenes, V. S^a tem a palavra para as respostas às indagações do Deputado Dr. Hélio.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Obrigado, Sr. Presidente.

Excelência, primeiro eu gostaria de dizer que estou à inteira disposição desta CPI, não só hoje, mas quando os membros desta CPI desejarem para contribuir com alguma coisa da minha modesta experiência. Então, quero desde já me colocar à inteira disposição no futuro.

No que diz respeito ao comentário inicial de V. Ex^a sobre a saída de capitais e evasão de divisas a que também o Presidente fez uma menção, eu não gostaria de ser mal interpretado. O que eu disse é que não sabia a quantificação. Obviamente que eu sei do volume, tenho idéia do volume, e o Banco Central publica esses dados formalmente de saídas de capital.

Saber, dessas saídas de capital, o que foi ou não evasão e algo que entendo que nós queremos chegar a um número preciso. Foi por isso que disse que não sabia se aquele número de 30 bilhões era uma quantificação correta ou não.

Nunca quis dizer que achava que não houve evasão. Eu acho que nós todos temos de nos esforçar para quantificar o que foi evasão e o que foi saída legítima, saída de capital.

Boa parte dos recursos que saem pelas CC-5, como todos os senhores aqui mencionaram, são recursos às vezes legítimos. Um aparato importante da legislação cambial brasileira.

O segundo ponto que eu gostaria de tecer antes de responder às perguntas de V. Ex^{as} diz respeito a por que eu sempre, quando falo de CC-5, menciono de forma cautelosa “se quisermos manter a CC-5”.

Eu, como já disse, julgo a CC-5 um instrumento altamente importante, uma janela de convertibilidade que a nossa legislação permite. Isso é importante para o exterior. Por pragmatismo, nós precisamos desses recursos. Só que, não tenhamos ilusão, enquanto houver essa janela, haverá a tentativa de fraudá-la, e nós temos a obrigação de estar aperfeiçoando cada vez mais os mecanismos que coíbam a fraude.

E por isso acho que é uma conscientização que temos de ter, que, em um regime de convertibilidade, parcial que seja, essa tentativa ocorrerá dos “laranjais” que aqui foram mencionados. Então, temos de ter sim mecanismos de fiscalização. Evoluímos muito com a legislação de lavagem e vários outros passos que foram dados de articulação entre Receita, Banco Central, Planalto etc. nesse sentido.

A segunda pergunta de V. Ex^a, eu vou me permitir responder primeiro a segunda pergunta: as situações de irregularidades nas CC-5 e se meu superior hierárquico tinha conhecimento. Seguramente tinha. Tinha conhecimento. Essas denúncias que fizemos

ao Ministério Público e à Receita foram denúncias do Banco Central. Às vezes denúncias da Regional do Banco Central.

Obviamente, disso era dado conhecimento a toda a Diretoria. Novamente quero enfatizar que, no meu período, as denúncias de irregularidades não diziam respeito às autorizações especiais. As autorizações especiais elas deixam de ser um problema do ponto de vista de fiscalização a partir da investigação que foi feita pelo Banco Central, pelo Ministério Público etc e a denúncia do Ministério Público. A fraude migra para o que o Deputado Relator José Mentor chama de “laranja”...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Permita-me um aparte. Mesmo tomando conhecimento o superior hierárquico, são mantidas as autorizações especiais.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Mas por que são mantidas...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Mesmo depois de denunciadas ao Ministério Público, ainda assim, são mantidas as autorizações especiais que vão ser canceladas um ano e meio depois.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Dr. Hélio, V. Ex^a...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Só estou fazendo uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Posteriormente, V. Ex^a terá o tempo para a réplica.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Por que são mantidas as autorizações especiais? As autorizações especiais foram criadas com base em um objetivo macroeconômico que foi desvirtuado e violado. Na hora em que a fraude é detectada e em que a denúncia é feita ao Ministério Público o criminoso muda a prática. A autorização especial de meados de 1997 a meados de 1998 cumpriu a função a que se propunha, ou seja, dar convertibilidade ao comércio e manter o ágio do paralelo sob controle. Foi só o que quis dizer.

A migração da fraude para outros mecanismos é um fato. Fomos atrás dessa nova modalidade de fraude.

A primeira pergunta de V. Ex^a eu pediria que fosse encaminhada...Deixe-me fazer uma introdução, depois farei o meu pedido.

Tenho horror a isso. Mas, novamente, vou dizer que não estava à época em que foram escolhidos os cinco bancos. Seguindo um critério técnico, cinco bancos foram escolhidos. A respeito do Banco Rural creio que a CPI poderá pedir à área de fiscalização e de supervisão cambial algum tipo de informação formal, já que tenho o receito de exorbitar um pouco o que estou falando acerca disso. Não tenho conhecimento,

porque não estava no período, do que V. Ex^a menciona sobre o Banco Rural. Seguramente, existem formas de o Banco Central requerer.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Dr. Hélio, V. Ex^a dispõe de três minutos.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. Sa. está afirmando que durante o período em que substituíu o Dr. Gustavo Franco o Banco Rural não apresentou nenhuma dessas irregularidades por meio de contas CC-5?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não estou afirmando, Excelência. Estou dizendo que as autorizações foram conseguidas lá atrás, um ano e meio antes de eu chegar.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Mas o Banco Rural não tinha autorização.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Perfeito. Estou sugerindo, se V. Ex^a me permite, é que com relação a fraudes que porventura possam ter ocorrido sejam solicitados dados formais ao Banco Central. Seguramente, a Diretoria de Fiscalização e o Departamento de Câmbio, à época, poderão informar melhor do que eu.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Solicitamos, então, ao Relator que tenhamos essa ordem cronológica das irregularidades cometidas no Banco Rural por meio de contas CC-5.

A segunda questão é que ante as irregularidades que foram descritas e constadas pelos fiscais do Banco Central, em meados de 1997, logo depois do desenrolar da CPI dos Precatórios, a autoridade monetária fez uma comunicação ao Ministério Público. Somente dois anos e meio depois, ou seja, de dezembro de 1999, é que houve a revogação das autorizações que estamos mencionando. Por isso, perguntei a V. Sa. se seu superior hierárquico tinha conhecimento e por que não houve a revogação no momento em que se fez o diagnóstico das irregularidades? V. Sa., parcialmente, já respondeu.

Não é fluxo só do “laranja”. Existem empresas e não são só laranjas. Existem irregularidades com empresas, com pessoas físicas e laranjas também.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Sr. Demóstenes para suas considerações.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Sr. Presidente, vou pedir perdão a V. Ex^a para fazer um único comentário rapidamente.

Gostaria de enfatizar que essas autorizações tinham como objetivo manter, acima de tudo, o ágio do paralelo bem comportado. Essa restrição continuei a ter durante todo o período. O regime de câmbio que testemunhei no Banco Central era administrado. Então,

continuavam necessárias. A fraude acabou. O mecanismo da fraude, com a denúncia, por motivos óbvios se esvaiu e fomos atrás de outros mecanismos. Não havia necessidade de revogá-las porque a fraude havia migrado para outro mecanismo e macroeconomicamente eram necessárias. Deixaram de ser necessárias, a meu ver, para um regime de câmbio flutuante porque o ágio do paralelo perde importância nesse regime. Mas, desculpa, excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Demóstenes, só pela oportunidade de aproveitar a sua pergunta. Por que essa autorização especial não foi concedida para bancos em São Paulo e no Rio, onde há o maior volume de paralelo?

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Pelo que sei, excelência, porque não houve demanda de bancos de São Paulo e do Rio. Havia uma demanda por alguns bancos, porque era um universo restrito, que tinham interesse ou atuavam já na região, e acho que, dentro desse universo, se decidi pelos bancos que se julgavam, na área técnica, mais capacitados para isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A informação que tínhamos é de que, conforme o Dr. Gustavo Franco, a autorização especial foi para Foz.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não, exatamente, de novo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Digo, se o paralelo é mais forte no Rio e em São Paulo, estou falando tecnicamente, por que a autorização não seria concedida para São Paulo e para o Rio.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Ah, não, mas esses mecanismos, via arbitragem, os mercados se comunicam imediatamente. O fato de Rio e São Paulo terem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito mais rapidamente do que a gente imagina, porque a comunicação foi imediata e durou muito tempo.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Não, mas, na hora em que você criou um ágio no paralelo, numa determinada região do País, esse ágio se comunica para qualquer outro lugar. Então, desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra o Deputado.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – Só queria deixar registrado que, mesmo que tenha sido comunicado ao Ministério Público em 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002, ainda existiram remessas irregulares por meio dessa conta CC5

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Paulo Kobayashi, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Professor Demóstenes Madureira, meus colegas parlamentares, vamos fazer, agora, um momento um pouco de descontração, para tomar uma aguinha, mais tranqüilo, porque sou um representante tucano nesta Subcomissão, e V. S^a está falando por decisões tomadas no nosso Governo, no Governo do PSDB, no macro, e eventualmente num período... Então, é natural este tipo de debate que aqui está ocorrendo. Até o vejo numa situação muito confortável, de um lado, porque estive na Diretoria de Área Internacional do Bacen, em 1997, em 1998 e no começo de 1999, num período que sucedeu ao Gustavo Franco, que tinha assinado e tomado todas essas decisões. Apenas deu continuidade àquilo que já havia sido assinado pelo antecessor, que, depois, viria a ser, inclusive, o Presidente do Banco Central, no período em que V. S^a ocuparia a Diretoria Internacional, e foi sucedido pelo próximo convidado, que até foi quem praticamente anulou, ou tomou decisões no sentido de, depois, vir a anular, porque já havia passado aquele período de se tomar a paridade como o grande objetivo.

Então, vejo-o numa situação confortável de suceder alguém que fez e anteceder alguém que depois, dentro da mesma linha, da mesma equipe, do mesmo governo, do mesmo Banco Central, tomou decisões que anulariam, a partir de 1999, então, esses tipos de remessas.

Mas não tenhamos ilusões, porque elas continuam! De outra forma, continuam! Estamos no Brasil, todos os meus colegas aqui não vão e não podem negar que estamos no Brasil, que trabalha com muitos bilhões de reais que não são explicados nem justificados. Ignorar que haja contrabando no Brasil, que é vendido em real e que precisa ser transformado em dólar para pagar o produto que é comprado lá fora! Ignorar que o Brasil é um País com narcotráfico! Ignorar que o Brasil é um País onde há procedimentos de corrupção quer no plano municipal, estadual, federal, jurídico, executivo ou o que seja, também é impossível! E a política de paridade estabelecida pela equipe econômica da época foi muito clara: Um real é um dólar; um dólar é um real. Se o paralelo vai a dois ou a três, quebra a política.

Então, aqui, quero exatamente provocar de V. S^a como professor e como autoridade à época que é muito fácil, gostoso e tranqüilo analisar a Economia quatro ou cinco anos depois. O duro era naquele período.

Tivemos três situações bem diferentes, que o senhor acompanhou, por sinal, como autoridade e até como professor. Primeiro, no começo do primeiro Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, a preservação,

a manutenção, do real, criado por ele como Ministro da Fazenda no Governo Itamar e pela mesma equipe que ele levou para o primeiro Governo dele, priorizou a questão da paridade. Um dólar é um real e um real é um dólar, com suas flexibilidades através da CC5, que precisa, é claro.

A partir daí, obviamente, houve aqueles que se aproveitaram. Houve os doleiros e as casas de câmbio que todos remeteram, ao invés de mandar da Avenida Paulista ou da Avenida Rio Branco, com os expedientes que eles usavam e continuam usando até hoje, porque esse dinheiro irregular ainda circula por aí e está sendo convertido para dólar. Mas eles mandaram todos para Foz do Iguaçu transformando esse gigantesco revosky, que é uma designação geográfica que significa desaguadouro, que já virou nascente, na verdade, do grande rio que foi parar no Banestado de Nova York.

Mas essa questão da paridade: Um dólar vale um real e um real um dólar. A Argentina, que mantinha a mesma política de paridade, usou uma outra política de câmbio, como o senhor mesmo mencionou, bem mais livre na questão e que deu no que deu, agora, mais recentemente. Mas é fácil analisar depois, como eu dizia. A situação da Argentina, para manter o peso igual ao dólar e a do Brasil de manter o real igual ao dólar eram decisões de Governo totalmente diferenciadas.

Posteriormente, no segundo Governo Fernando Henrique, na Diretoria da Área Internacional do Bacen, já sob a égide do Daniel que vem na seqüência, dentro do mesmo Governo, já houve alterações, até porque não se manteve a questão da paridade, que se quebrou em 1999.

Então, gostaria que o senhor analisasse exatamente a questão dessa prioridade no período em termos de manutenção, de preservação, do real, naqueles anos, 1995, 1996 e 1997, que levaria até 1999, depois não foi mais possível manter, a questão da importância, comparando-se com a Argentina que o fazia de modo diferente na época e nos desdobramentos e, inclusive, com as mudanças que ocorreram a partir do segundo Governo do qual V. S^a já não fazia parte concreta.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Pode falar Dr. Demóstheneis.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – O que seria o esqueleto mais importante do plano de estabilização. E por que foi assim? Porque não se tem conhecimento, isso muitas vezes passa despercebido, mas não se tem conhecimento, na história econômica mundial, de planos de estabilização bem sucedidos que não tenham recorrido à âncora cambial, a um regime de câmbio administrado.

Se olharmos as hiperinflações dos anos 20, na Alemanha, Áustria, Ungria, Polônia, todos esses países recorreram a uma âncora ainda mais grave como a Argentina, voltaram padrão ouro. No pós-guerra, novamente, os países recorrem à âncora cambial. Israel, em 1985, México, Chile e todos os países recorreram a um regime de câmbio administrado. Não tenhamos ilusão, nós não teríamos conseguido neste país debelar a inflação se não tivéssemos recorrido ao regime de câmbio administrado.

A questão da duração desse regime de câmbio administrado é outra polêmica. Penso que, como benefício da posteridade, podemos até avaliar que, em determinados momentos, pode ter havido uma janela melhor ou mais propícia para se relaxar esse regime de câmbio.

Quando fui para o Banco Central, estávamos em um momento em que julgávamos que seria possível gradualmente ir relaxando a política cambial e evoluindo de uma forma gradual para um regime como o que temos hoje. Pensávamos em fazer isso de uma forma gradual – essa acho que era a idéia do Governo, do Presidente, do Ministro Pedro Malan, de todos nós no Banco Central – só que fomos atropelados por crises. Cheguei com a crise da Ásia, depois era a crise da Rússia, Brasil, uma crise atrás da outra, e não se muda um regime cambial durante uma crise. É de um risco monumental. Ainda tentamos ousar no sentido de abrir a chamada banda cambial, mas brinco que a correlação de crises com meu tempo no Banco Central é de um. Só houve crise em todo o período que passei – crise externa.

Nesse regime de âncora cambial, é fundamental que se tenha uma taxa de câmbio e que essa taxa de câmbio seja crível e seja vista pelos agentes como aquela que o Governo se compromete a comprar e vender. Se temos uma outra taxa de câmbio no mercado paralelo competindo com essa, surgem todos os mecanismos de fraude que conhecemos dos anos oitentas, de superfaturamento de importação, subfaturamento de exportação, então essa era uma prioridade absoluta nesse período e ainda estávamos ali tentando dobrar a inflação, quer dizer, ninguém tinha a confiança de que a chamada inflação inercial tinha sido vencida naquele momento.

É fácil avaliarmos *a posteriori* que quando soltamos o câmbio a inflação não voitou, mas em 1996 e 1997 era um julgamento muito difícil de se fazer se era o momento ou não para soltar o câmbio. Quando entrei, eu acreditava que já estávamos distantes o suficiente da estabilização para começar a flexibilizar, mas, infelizmente, o mundo não nos permitiu fazer isso e fomos forçados a fazer de uma forma abrupta.

Ainda tendo sido de uma forma abrupta, eu queria deixar registrado aqui que o Brasil é o único caso na história documentada recente, dos últimos 40 ou 50 anos, que conseguiu passar de um regime de câmbio administrado para um regime de câmbio flutuante sem depressão, quer dizer, as quedas do PIB nos países asiáticos, no Chile em 1982, no México em 1994 oscilam entre 5% na Indonésia e Coréia a 15% no Chile, em 1982, 12% na Argentina, agora, e o Brasil teve crescimento positivo do PIB de 1% no primeiro ano de flutuação. Quer dizer, acho que mostra um pouco a resistência que o País conseguiu – e aí acho que é preciso louvar a todos por essa resistência.

Mas o ponto a concluir, Excelência, é que para acabarmos uma hiperinflação reprimida, que é o que tivemos neste País até 1994, era fundamental um golpe forte e esse golpe forte, historicamente, nenhum País conseguiu dar sem câmbio administrado por um período – e aí depois um outro debate, que é muito mais arte do que ciência, é como se sai dessa camisa-de-força. Países saíram de forma desastrosa, acho que nós saímos bastante bem, a julgar pelo que o Fundo Monetário Internacional e as instituições internacionais falam desse processo.

Era isso.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Posso? Tão bastante bem que a linha geral da equipe econômica – especialmente no Banco Central – do Governo que acaba nos derrotando e assumindo – hoje está há dez meses no Governo – é praticamente a mesma, até em termos de recursos humanos. Exatamente aqueles que nos combatiam ganharam as eleições, viram que estávamos certos e deram seqüência no atual Governo.

Aproveitando apenas como comentário, porque o senhor já vai pegar a “parada dura” aqui do lado, do nosso colega, do PT, continuo em termos de comentário, porque, realmente, muitos aproveitaram aquela válvula de escape feita para os sacoleiros e para garantir a paridade em Foz do Iguaçu. Todas as casas de câmbio e os doleiros de posse de reais irregulares e que não poderiam ser justificados – por isso não os mandavam da avenida Paulista ou da avenida Rio Branco – mandaram recursos para Foz do Iguaçu e, de lá, foram remetidos para o exterior, como faziam antes por outros expedientes. Atualmente continuam mandando por outros caminhos, por isso, fazia esse alerta.

No Brasil, infelizmente, ainda há muito real sendo movimentado irregularmente, precisando ser transformado, queira o Governo ou não. Essa é a realidade. A válvula criada realmente permitiu a manutenção da paridade da política de então. Muitos aproveitaram-se disso – e esta CPI está exatamente indo no encaixe

dessas pessoas em diversos Estados do Brasil, em diversas frentes, analisando muitos documentos. Aproveitaram-se de medidas que respeitavam uma política macroeconômica estabelecida pelo Governo no qual V. S^a trabalhou, executando essa política que defendemos. Faço apenas esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Como não houve questionamento, passamos a palavra à última Parlamentar inscrita nesta primeira audiência, Deputada Iriny Lopes. S. Ex^a disporá de até 5 minutos.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente, colegas da Comissão, Sr. Demóstenes, farei um rápido comentário, pois não me contenho, sobre o assunto abordado por V. S^a.

Ao introduzir o assunto, V. S^a falou rapidamente sobre décadas da economia internacional, iniciando pelo Tratado de Breton Wood. O meu comentário, neste caso, vale não só para aquela gestão, mas para todas as demais, inclusive a do PT, e é sobre a ausência da consideração de que, dentro das atividades da economia internacional, o grau de informalidade cresce assustadoramente, ou seja, parte considerável da acumulação capitalista, hoje e nas décadas às quais V. S^a rapidamente se referiu.

As atividades ilícitas adotaram um caminho por entre os mecanismos legais para legitimar os recursos que acumularam ao longo tempo – e isso vale não só para o Brasil, mas para o mundo. Para mim, é sempre desafiador que todos os Governos façam a precaução dos recursos das atividades ilícitas, em especial do narcotráfico, atividade que mais cresce e, atualmente, acumula e movimenta o maior volume de recursos no mundo. Não existem empresas legais nem bancos que individualmente façam movimentação semelhante.

Quanto à questão abordada por V. S^a, da opção que o Governo e o Banco Central deveriam fazer em direção à macroeconomia, penso que faltou preocupação com isso, porque a liberação das contas CC-5 e a ausência da busca de outros mecanismos – afinal, contas CC-5 existem desde 1966, então, já era previsível que contivessem fragilidades –, como bem disse V. S^a, sempre possibilitaram fraudes. Então, acho que esse descuido permitiu uma movimentação de recursos de maneira ilícita e uma evasão de recursos do País dessa monta que, em princípio, a própria Comissão trabalha com dados da polícia federal, do Tribunal de Contas da União, mas, quando começamos a perceber outras fontes de informação, esses recursos da CC-5 podem ultrapassar esses 32 bilhões que todo mundo tem dito aí, o que significa uma tragédia para um País pobre como o nosso. Um País pobre, que tem uma

população pobre, mas um País rico de possibilidades. Então esse é um comentário.

Eu queria fazer três perguntas. A primeira delas é o seguinte – porque isso tem sido tema aqui de todas as pessoas do Banco Central que têm vindo colaborar com a CPI: dentro da estrutura do Banco Central, efetivamente, qual a diretoria responsável pela fiscalização? A minha pergunta pode parecer banal, mas ela não é, ela tem sido motivo de controvérsia. Algumas pessoas do Banco Central vêm e falam que é uma diretoria; aí a gente chama alguém daquela diretoria para vir falar, aí diz que não é exatamente da sua diretoria, é de outra. A minha pergunta é bem precisa: que diretoria do Banco Central tem a responsabilidade legal, dentro da estrutura do Banco Central, para responder sobre fiscalização? Quem estava responsável por fiscalizar as contas CC-5 e as autorizações especiais? Qual era a diretoria responsável por isso?

A segunda questão: o senhor falou várias vezes aí, nas seqüentes respostas, de bancos sérios não utilizariam práticas de desrespeitar a lei ou não ter o cuidado necessário com as leis que determinam o reconhecimento e o registro dos depósitos, a origem, a identificação não só do depositante, mas o controle da circulação desse volume depositado; e o senhor chamou isso de boa prática, assim como o senhor fez referências várias vezes à inexistência, à época em que o senhor estava à frente da Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco, de uma legislação própria sobre lavagem de dinheiro, o que poderia facilitar em tese a fiscalização ou a punibilidade dos bancos. Mas vocês tinham, pelas próprias palavras do senhor, porque o senhor identifica banco sério, boa prática, parâmetros, independente da legislação, para a identificação de que bancos poderiam estar dentro de uma conduta condizente, nas regras do Banco Central, a operar contas desse tipo, que depois das autorizações especiais facilitaram em muito o trânsito de recursos que poderiam muito bem ser reconhecidos como de origem informal. Então a minha pergunta... E também à época, mesmo sem ter uma legislação específica sobre a questão da lavagem de dinheiro, mas havia outras legislações vigentes no País que puniam práticas dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputada Iriny Lopes, só para informar a V. Ex^a que já passamos dois minutos, mas, se V. Ex^a quiser usar os três minutos nessas considerações...

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – É a última pergunta. Encerro nesse momento e, depois, nós veremos. Possivelmente, eu não vá fazer réplica, porque não quero um debate com o Sr. Demósthene, me interessa mais as respostas porque... para avaliar a conclusão da nossa CPI, onde é que ela precisa chegar. Essa

questão da legislação específica sobre a lavagem de dinheiro era um dificultador, mas acho que ele não era uma... ele não impossibilitava uma prática mais dura do Banco Central na identificação dessas irregularidades e na suspensão imediata, já que tinha um critério do que que é banco sério e do que que não é banco sério. Encerro aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Dr. Demósthene, V. S^a para responder as indagações da Deputada Iriny Lopes.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Obrigado, Sr. Presidente. Deputada Iriny Lopes, V. Ex^a começa falando da minha introdução e eu lhe dou toda razão porque acredito que faltou, na minha introdução, esse elemento de como o mundo moderno, ele conspira, na verdade, contra a licitude, se eu puder dizer assim. Quer dizer, você tem práticas hoje, a velocidade da informação, os mecanismos, instrumentos derivativos, etc., você tem práticas hoje que a sensação que acho que todo supervisor no mundo tem é que está permanentemente como um cachorro tentando morder o rabo. Quer dizer, você descobre uma fraude, a prática daquela fraude cerceia, muda, e aí você vai atrás, e descobre, cerceia. É uma corrida sem fim. E nós temos que estar prontos para continuar correndo até o fim.

Por isso, coloquei tanta ênfase na legislação de lavagem e foi, devo dizer aqui, uma prioridade nos atribuída no Banco Central pelo Presidente Gustavo Franco, que era uma pessoa absolutamente interessada nessa legislação, em participar disso, e nos determinou que nós colaborássemos até onde fosse preciso com a confecção daquela legislação, sem a qual não tínhamos instrumentos para coibir. A 2.677 – na época, eu estava no Unibanco – já foi recebida pelo mercado como um grande aperto na fiscalização das Contas CC-5. Quer dizer, os bancos, a partir da 2.677, que é de 1996, já passaram – e aí que entra a questão da boa prática – a ter uma cautela que configura uma mudança de patamar em relação ao que tinha antes, eu diria. E isso foi devidamente documentado na época. Qualquer pessoa que estava no Sistema Financeiro, na época, se lembra disso e se lembra das determinações que foram passadas para as mesas de câmbio do banco acerca de cautela que teria que ser exigida com remessas de CC-5 por parte do sistema bancário nacional. Ainda faltava a lei de lavagem. E essa lei de lavagem veio em 98, mas, depois de – eu diria – treze ou quatorze meses de trabalho intenso envolvendo vários órgãos do Governo, Parlamentares. Acho que, recordo-me, na época, que o Senador Romeu Tuma contribuiu muito e estava presente também na promulgação da lei, quando estive no Planalto. De forma que

isso, acho, completa um arcabouço regulatório que todo país hoje, pelos motivos que V. Ex^a enfatiza, com muita propriedade, requer. Quer dizer, hoje o capital é volátil. Ele, em relação à globalização dos anos 30 e do período anterior, você tem a novidade, que não é pequena, que é a informatização de tudo. A velocidade da informação é instantânea. Quer dizer, uma coisa hoje você transfere um recurso para Nova York, faz uma operação bancária em questões de segundo. Então, temos que ser muito ágeis e diligentes para estarmos atrás desse tipo de fraude, que, de novo, está migrando constantemente. Quando se fecha uma janela, ela migra para outra. E é por meio desse arcabouço legal e da punibilidade que se consegue reduzir, em alguma medida, o volume dessas fraudes, dado que a velocidade do capital, como V. Ex^a menciona, é uma realidade com a qual teremos de conviver no mundo moderno, até porque ela tem o outro lado: a implicação para o influxo de capital.

Se olharmos o Brasil pré-1995, o País não recebia nada de investimento direto. A curva de investimento direto do Brasil é quase vertical, de investimento direto, que não tem nada que ver com capital especulativo, pós-liberalização, pós-1994, 1995. E o Brasil passa a ser o terceiro maior receptor de capitais privados do mundo a partir de 1996, 1997. Portanto, há uma contrapartida.

Dentro da estrutura do Banco Central, quanto à questão da responsabilidade pela fiscalização, acredito que V. Ex^a tem razão de ter dúvidas, porque a forma como o Banco Central foi criado, lá atrás, com a 4.595, gerou compartimentos dentro do Banco. E havia, naquele momento, uma preocupação muito grande, de um lado, com fluxos de capitais – o Brasil, nesse período todo, carecia de fluxos de capitais, de divisas. Então, criam-se o Firce e o Decam, dois departamentos que só se focavam nisto: o Firce em registro de capitais e o Decam, Departamento de Câmbio, em controle de transações cambiais. E esses departamentos estão norteados, até meados dos anos oitenta, pela 4.131 e pelo princípio básico dela, que é o seguinte: só sai o que entra. Esta é a *alma mater*, digamos assim, do legislador no início dos anos 60, quer dizer, só sai o que entra.

A partir daí, a 4.131 foi sendo flexibilizada, mas a flexibilização, por meio de vários instrumentos normativos e de legislação da 4.131, foi sendo feita gradualmente, atribuindo ao Banco Central e à área de câmbio do Banco Central controles das excepcionalidades. Ou seja, quando se criou, em 1988, por meio da 1.552 o mercado de câmbio flutuante, o que permite a acomodação, no âmbito da 4.131, de sair o que não entrou, cria-se aquilo como uma autorização que deveria ser

dada pelo Banco Central. E aí o Conselho Monetário Nacional regulamentou essa autorização.

De forma que, no período vigente das autorizações especiais, a função de fiscalização cabia ao Departamento de Câmbio. A função de fiscalizar ilícitos cambiais cabia ao Departamento de Câmbio e por isso é o Departamento de Câmbio que levanta todas as irregularidades cometidas em Foz do Iguaçu. Por isso é o Departamento de Câmbio que, em Foz, conta carro-forte, que levanta tudo para fazer a denúncia ao Ministério Público.

Depois, no meu período, durante um tempo, essa parte de ilícitos cambiais continua sob o Departamento de Câmbio e, a partir de 1998, fazemos um voto na diretoria, que transfere isso para a Diretoria de Fiscalização. Agora, fuge-me à memória exatamente qual a data em que essa transferência se completa, mas no espírito de que o Brasil não precisava mais de todos os controles cambiais instituídos no início dos anos 60 e que era razoável se unificar, na Diretoria de Fiscalização – se não me engano, é a partir de 1999 que essa unificação se dá –, todos os assuntos pertinentes à fiscalização bancária. Porque então, ficava dividida, ou seja, uma parte estava na área de fiscalização e uma outra parte, no Departamento de Câmbio. O firme é que tinha de autorizar remessas para pagamentos de empréstimos ou de dívidas.

Então, essa compartimentalização do Banco Central evolui muito com as reformas que vão sendo feitas gradualmente e que visam fundir, na Diretoria de Fiscalização. Hoje em dia, é essa a situação. A partir de 1998 é o voto. Há um período de transferência e, a partir de 1999, eu creio, ou de 2000, isso passa a estar inteiramente sob, tudo o que diz respeito à fiscalização, a fiscalização do Banco Central. Para recordar a V. Ex^a, todas as denúncias que foram feitas no período em que eu estive presente no Banco Central, nesse ano e meio, saíram do Departamento de Câmbio. Quer dizer, as denúncias ao Ministério Público e à Receita Federal, todas elas, saem do Departamento de Câmbio.

A segunda pergunta de V. Ex^a acerca dos bancos sérios. Eu creio que na introdução, já fiz menção a um assunto que eu gostaria de tratar aqui, que é como o mercado financeiro – e falo como uma pessoa que estava no mercado financeiro nesse período – recebeu a 2.677. Vamos voltar um passo atrás. Em 1992, quando Armínio Fraga, como Diretor do Banco Central, faz a sintetização do que existia de legislação em termos de liberalidade, naquele momento, em que a CC5 começa a ganhar mais forma, isso é em 1992 e 1993, o que se queria com a CC5? Não é facilitar fraude ou o mecanismo de evasão de divisas, mas trazer para o

mundo de registros atividades que estavam longe da fiscalização.

Isso, obviamente, foi aperfeiçoado ao longo dos anos 90. Mas, qual era a realidade pré 1992, 1993? Era o doleiro, era o paralelo, era a remessa pelo mecanismo informal que não deixava nenhum rastro para você ir atrás. É isso que o Banco Central, desde a norma, a circular publicada pelo Armínio, vem tentando fazer. Você trouxe para o mundo da transparência ilícitos que estavam fora do seu espectro. Por isso, é natural se esperar que haja um aumento do registro de ilícitos, porque eles estavam fora do seu controle. Você trouxe para o mundo da transparência e, a partir daí, há como correr atrás. É um processo permanente de aperfeiçoamento.

Nesse processo, Excelência, a 2.677 é, eu diria, um divisor de águas no mercado financeiro. O aperto que ela dá na CC5 e o cuidado com que se passa a tratar de remessa três anos antes da legislação de lavagem estar regulamentada, eu diria que é estar bastante intenso, e é a isso que eu me referi como a boa prática bancária, porque os bancos que já estavam vendo isso que V. Ex^a menciona com muita propriedade, a escalada de dinheiro ilícito, no mundo inteiro, e a corrida permanente dos bancos centrais para fecharem as válvulas, para coibir esse dinheiro ilícito, os bancos começam a criar aqui mecanismos de boa prática bancária, importando esses mecanismos de seus correspondentes no exterior, dos departamentos de **complaints** no exterior, antes mesmo da legislação existir, porque já se via o que estava ocorrendo no mundo.

Então, é por isso que eu ressaltai que há que se distinguir que, mesmo antes da Lei de Lavagem, já havia instituições que praticavam, de uma forma até importada, boa prática bancária, porque já existiam leis de lavagem em outros lugares do mundo. Esse crescimento exponencial do dinheiro ilícito no mundo inteiro, que hoje é algo que preocupa a todos nós, no mundo todo, é algo que eu temo que só vai continuar a crescer. Então, precisamos estar permanentemente vigilantes e sendo criativos no aspecto de normas, de criação de mecanismos para coibir essa prática: denúncias, articulação entre Receita, Polícia Federal e Banco Central para tentar correr atrás disso, que é um grande desafio do século XXI.

Eu acho que se houver um desafio no século XXI, eu diria que são dois. O primeiro é, do ponto de vista de supervisão bancária, com todos os mecanismos de derivativos, se conseguir ter uma supervisão bancária adequada no mundo inteiro. O segundo é coibir essas práticas que V. Ex^a mencionou que crescem exponencialmente. Isso requer vigilância permanente,

criatividade, adequação permanente das leis e perseverança sem ter fim.

Perdoe-me se eu me excedi na resposta, mas achei que era relevante fazer essas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Eu indago da Deputada Iriny Lopes se quer usar o tempo de três minutos?

Então, com a palavra o relator para suas considerações finais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São poucas questões, Sr. Presidente. É somente para precisar algumas pendências.

Há também uma consideração inicial, Senador Demóstenes Torres. É que essa visão mais ampla do fluxo de capitais, se não for discutida adequadamente, afetará não somente a saída de recursos ilícitos, mas a entrada, que virá contribuir com a força do crime organizado. Nós estamos falando, no final das contas, do comprometimento da democracia por uma outra estrutura que se faz no Brasil com o poder econômico fortíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– No mundo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No mundo.

O controle, ou não, no Brasil precisa ser melhor discutido, porque nós estamos falando não somente da saída, mas também da entrada, o que levará a um poderio de uma outra força que nós sabemos como tenta absorver e contaminar o Estado como um todo.

Na oportunidade em que eu comentei esse assunto estava sem o texto, mas queria ler aqui o final do voto do Banco Central, que também é uma opinião técnica. E depois vem a concreta experiência de V. S^a como diretor de câmbio internacional. Então, diz assim o último parágrafo: “Isto posto, submetemos à apreciação de V. S^{as} a anexa minuta da Circular nº2.677 sobre a matéria, propondo ainda – e aqui eu chamo a atenção do Deputado José Rocha que se referiu a isso, e do Deputado Dr. Rui – que o Departamento de Câmbio, ouvida a Direx, possa autorizar procedimentos distintos dos previstos nessa circular, em caráter de excepcionalidade, a fim de atender situações específicas que se lhe venham ser apresentadas, bem como promover alterações de cunho operacional.

Então, veja, isso aqui nós estamos no dia 10 de abril de 1996. Essa é a autorização que foi dada para a autorização especial. Ninguém sabia o que era. O Colegiado do Banco Central votou. É um voto que foi aprovado, ou que aprovou a Circular nº2.677, no dia 10 de abril, para começar a vigorar a partir do dia 22 de abril.

No dia 10 de abril a autorização foi para proceder alterações das que estão previstas na circular, em

caráter excepcional, em situações específicas que venham a ser... Qual é a situação? Ninguém sabe qual é a situação. Aí doze dias depois começou a vigor. Quarenta e oito horas depois saiu a primeira autorização especial.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas assinada por quem?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela Diretoria de Assuntos Internacionais.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas foi pelo diretor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, foi pelo Decan.

Essa autorização tão abrangente é normal? Porque aqui se pode fazer tudo.

Outras resoluções do Banco Central também previam que o departamento pode aprovar. Não é normal, ou é? Não sei. Eu estou indagando porque realmente eu não sei.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Sr. Presidente, eu posso responder?

Ilustre Relator, se é normal ou não. O que eu suspeito... Eu estava, nesse momento, Diretor do Unibanco. O que eu suspeito e, conhecendo um pouco em 1 ano e meio que passei no Banco Central, essas delegações são feitas de forma ampla, mas elas, obviamente, são conversadas entre a diretoria. Tanto que, logo depois, o Diretor Gustavo Franco comunica a diretoria, especificamente, o que foi feito. Eu ficaria surpreso se a diretoria do banco, ainda que informalmente, não soubesse de que tipo de atitude ou de ação você deveria tomar no âmbito dessa delegação para atingir o objetivo que se queria. O objetivo macroeconômico que se queria, e principal, era evitar o ágio do paralelo, por todos os motivos que aqui foram ditos. E o segundo objetivo era dar convertibilidade a um comércio naquela região. Então, a delegação é abrangente. Existem vários casos de delegações, no Banco Central, abrangentes – não sei especificar ao senhor exatamente que nível de abrangência. Mas existe, fundamentalmente, a conversa entre os diretores; entre o diretor e o presidente acerca do que você acha que será preciso fazer. Isso é o que deve ter ocorrido. Esta é a minha suspeita. Não posso ter outra coisa senão uma opinião acerca disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A segunda questão, Dr. Demóstenes, é sobre números. Tenho dois gráficos. Um deles, inclusive, levado à CPI naquela ocasião anterior pelo Deputado Paulo Kobayashi. A média de 93 a 95, de CC-5, foi de 4.7; a média de 2000 a 2002, 7.5; a média de 96 a 99 – data que foi revogada a autorização especial – 17. Vamos dizer que, em 97 tivemos a Ásia; em 98, a Rússia; e em 96?

Crise nenhuma. R\$13 bilhões... Este número é gritante. Mas, vamos mais longe. Pego o do Banco Central, que não tem tantos anos, mas tem de 96 a 2000, e dá o seguinte, veja o senhor. Em 96, é o mesmo número 13, mais ou menos, R\$6 bilhões em Foz. Em 97, vai para 21.2, por causa da crise, 6 ou 7 em Foz. Em 98, vai a 24.8, 8 ou 9 em Foz. O número está em gráfico e não dá para precisar. Em 99, cai para 3 e 4, revogou... Em 2000, é 1 e meio se tanto. É evidente que a autorização especial teve uma forte repercussão em Foz. Veja o senhor que, em 96, sem crise, é 13; em 99, sem crise, é 10. Então, caiu da média – de 4.7 – para 10, tirando a crise, vamos dizer assim. Tirando-se a crise, têm-se 13 e 10. Treze em 96 e 10 em 99. Então, 11.5, em 2 anos que não há crise. Então, saiu de 4.7 para 11.5. E, depois que ela foi revogada, a média é 7.5. Mesmo assim, aumentou muito de 4.7 para 7.5 o fluxo de... Então, gostaria de um comentário do senhor sobre esta questão.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Deputado Mentor, é uma satisfação fazer esses comentários. E acho que não há contradição com o que eu falei. Gostaria de fazer um comentário inicial. As séries – e isso já foi dito nesta CPI – do CIS-BACEN, pré 96, elas não contabilizam integralmente a CC-5. Então, esses dados de 93 a 95 podem estar subestimados, porque existia um problema do registro no Sisbacen das séries pré 95. Depois passo, e aí volto para o período que interessa. 99 o desincentivo para se remeter era macroeconômico. Você teve uma mudança no regime cambial, e o câmbio se desvalorizou 100, 120% no primeiro momento, então ninguém mais tinha incentivo nenhum para fazer remessa. Quer dizer, o objetivo da remessa em boa parte desse período é você usufruir, às vezes, de um retorno maior num investimento no Exterior, e a taxa de câmbio é um elemento crítico para isso. No período 96-98, com o regime de câmbio administrado, o que se tinha na percepção dos agentes é que você tinha uma taxa de câmbio barata para fazer remessas e com uma taxa de juros interessante no Exterior – naquela época a taxa andava na casa dos 6, 7% –, os agentes achavam que era interessante remeter. Portanto, 99 é absolutamente razoável que o número caía – e me surpreende ter-se mantido nesse nível. Quer dizer, é razoável que caía muito. Em 2000, é razoável que caía mais, porque o câmbio era altamente desencorajador.

O período 96-99. No período 96, você tem tudo que já foi discutido aqui nessas Comissões: a investigação do Banco Central em Foz, a estimativa de comércio de Foz, as estimativas que existem de comércio na ordem de 10 a 15 bi ao ano não fazem esse número ser uma coisa absurda. Não estou dizendo nem

que sim nem que não; estou dizendo que, se essas estimativas de comércio são corretas, de 10 a 15, 15, esses números não são nada absurdos.

Em 97 e 98, eu aqui arriscaria uma opinião taxativa, que estava lá, 99% é crise macroeconômica, é medo do colapso do regime cambial – na crise da Ásia, perdemos 10 bilhões em três ou quatro dias –, é medo do Brasil colapsar, porque a Rússia começa a colapsar. Então 97 e 98, a razão é eminentemente macroeconômica, que é um período em que você tem um câmbio administrado. O câmbio é percebido por alguns agentes não tanto como sobre-valorizado, mas como atraente, mas o medo que se tinha era que o Brasil não conseguisse sustentar o regime de câmbio, como acabou, de fato, não sustentando. E aí você tem aquilo que a gente tecnicamente chama do **over surring** da taxa de câmbio, que leva a uma desvalorização de 100, 120%, mas que depois volta.

Então eu acho que com isso consigo explicar – ou pelo menos tento explicar – todos os elementos que o senhor menciona. Quer dizer, 93 a 95, o Sisbacen não capta a integridade das remessas. 99 para baixo o que é surpreendente é ainda ter um volume expressivo. O senhor veja: mesmo com a revogação, continua a ter um volume expressivo, com o câmbio 100%, 120% desvalorizado. Quer dizer, ainda remetem. Em 2000, também. Em 96-99, tirando o ano de 96, 97-99 é eminentemente macroeconomia. Quer dizer, acho que qualquer economista que tenha presenciado o que aconteceu no setor financeiro sabe o que saiu de recursos do País.

Lembro-me eu como o Ministro Pedro Malan, na época, fizemos uma **load show** em setembro de 98 na nossa ida ao Fundo Monetário. Tínhamos perdido naquele mês de setembro ou outubro de 98 alguma coisa como US\$ 30 bilhões em saídas pela CC-5, e saídas, fugas de capital em geral. E aí tem muita empresa que começa a achar: por que sai tanto? Porque a empresa começa a achar que não vai ter recursos para pagar a dívida que vence depois que o regime colapsar, aí ela sai pela CC-5 para antecipar o pagamento da dívida. E é por isso que na estatística de 99 você vê nitidamente um abatimento da dívida brasileira, porque uma série de empresas, uma série de agentes remeteram antes com medo de não ter capacidade financeira para pagar depois da desvalorização. Então é isso que gera as saídas de 97 e 98 e, graças a Deus, que o nosso mecanismo cambial permite acomodar esse tipo de coisa, porque se não a empresa quebra. Em 1999, porque não tem dinheiro para pagar, com o câmbio desvalorizado. Isso fez com que o Brasil – é precisamos que tenhamos isso em mente – passasse por essa abrupta mudança de regime cambial crescen-

do 1%. Isso é um pouco a plasticidade da legislação nossa, que permitiu as empresas anteciparem os pagamentos; saiu muito dinheiro em 1998, mas depois deixou de sair em 1999. A reavaliação da dívida externa no Banco Central em 1999 é de R\$ 16 bi a menos, pela plasticidade do regime cambial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Acho que é possível tirar essas conclusões que o senhor estabeleceu, mas é preciso tirar outras. Como por exemplo, mesmo uma situação cambial favorável é mais importante lavar do que permanecer aqui; é mais importante evadir do que ficar ganhando dinheiro aqui; é mais importante conseguir esquentar o dinheiro do que ... Veja só, é uma outra conclusão também muito apropriada, me parece. Porque veja, os sacoleiros continuam existindo e o que acontece? O número aqui, veja: Em Foz cai – o senhor vendo o gráfico, talvez fica mais fácil entender a minha conclusão: 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 continua existindo sacoleiros e comprando em reais.

Então veja, estou analisando desta maneira porque acho que temos esse objetivo, e acho que a CPI mesmo já se convenceu que ao final vai ter que meditar um pouco sobre essas situações concretas, e sugeri para o Legislativo e para o Executivo alterações para que possam contribuir com essa... separar o que é legal, aquilo que é adequado, que é bom para o País; e aquilo que prejudica, que realmente dá cobertura para o ilícito.

De novo não estou entrando no mérito da avaliação ideológica, mesmo porque, Paulo Kobayashi, os melhores técnicos saem dos melhores Governos, das melhores propostas políticas. Então não é esse o problema, estamos pensando na...

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – (fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, quando a política é melhor o técnico é melhor ainda. Aliás o técnico está subordinado ao político.

Mas de qualquer maneira podemos concluir o seguinte:

É uma situação que realmente é anormal e que no meu entender mereceria uma adequação melhor.

Então, de qualquer maneira fica essa conclusão. A estatística mostra que é possível avaliá-la do ponto de vista da evasão.

Por enquanto é só, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Gostaria, no final, de agradecer Dr. Demóstenes Madureira e indago do V. S^a se gostaria de fazer alguma consideração final.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Ilustre Deputado peço perdão por insistir, mas

acho que a minha função aqui é colaborar e trazer alguns elementos para a CPI. Então quero V. Ex^{as} me perdoem se eu estiver sendo chato, mas gostaria de tentar insistir num ponto.

O ponto que quero insistir é o seguinte: Pós desvalorização, o negócio comercial de Foz se reduziu totalmente. Isso foi um problema discutido a nível de Mercosul, no Paraguai, o desemprego que isso gerou, o desemprego que gerou na Argentina, então a atividade comercial. Acho que esse é um elemento que V. Ex^{as} têm que considerar, se reduziu dramaticamente depois da desvalorização, porque o Brasil era o carro chefe dessas importações, tanto da Argentina, quanto do Paraguai e com o câmbio desvalorizado ninguém vai, sacoleiro não tem mais dinheiro para atravessar a ponte e comprar produto. Então acho que é razoável que tenha reduzido.

Outro ponto, e aí vou pedir perdão para fazer novamente, é o seguinte, a autorização especial não tem nada a ver com o que aconteceu ente 1997, 1999. A autorização especial, até começo de 1990...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso está compreendido. O laranjal é que tem a ver nesse período. Posso tirar uma conclusão final, inclusive, uma outra. Antes da de nº 2677 era doleiro sem CC-5, e depois da de nº 2677 é doleiro com CC-5. Porque o que tem de doleiro na... É impressionante.

O SR. DEMÓSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO – Perfeito mas para mim isso tem importância porque no que tange ao laranjal, que é para onde migrou a fraude, nós fizemos todas as denúncias que tinham que ser feitas, constituímos junto com outros pares a Lei de Lavagem e continuarmos nesse esforço até hoje.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estivemos em Florianópolis onde o Procurador de Blumenau acaba de amarrar o passo seguinte do laranjal, que continua existindo e que agora é o dólar a cabo, quer dizer, o dólar a cabo que já existia há muitos anos mas que agora com os meios eletrônicos se torna muito mais fluido. Esse período de Foz do Iguaçu acabou abastecendo os doleiros de fora. Então, hoje o dólar a cabo existe porque tem um estoque monstruoso nas mãos de doleiro que pode operar o cabo com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Gostaria de agradecer a participação do Dr. Demóstenes Madureira de Pinho Neto, quero fazer o registro e inclusive convidar para ficar participando conosco dos trabalhos o Deputado Antonio Mentor, que é o Líder do PT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e que se encontra presente neste momento. Gostaria também de registrar a presença do nosso companheiro

Deputado do PL de Minas Gerais, que vai participar desta Comissão indicado pelo Partido Liberal.

Vamos suspender a sessão, liberando o Dr. Demóstenes, agradecendo pelas suas contribuições e dizendo que, na seqüência, vamos ouvir o Dr. Daniel Gleizer, ex-diretor do Banco Central.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está reaberta a sessão. Vamos ouvir o Dr. Daniel Luís Gleiser, ex-Diretor do Banco Central.

A Presidência informa que o depoente assinou o termo de compromisso que está vazado nos seguintes termos:

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso 63 da Constituição Federal.

Feitos esses esclarecimentos, a Presidência concede inicialmente a palavra ao Dr. Daniel Luís Gleiser, que está informado sobre os objetivos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para fazer uma exposição pelo prazo máximo de 30 minutos e, em seguida, passaremos para as indagações dos Srs. Parlamentares.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Senador Antero Paes de Barros, Exmº Sr. Relator da Comissão Deputado José Mentor, Exmºs Srs. Deputados, Sras. e Sras. muito boa tarde a todos, atendendo à convocação desta Comissão Parlamentar, aqui compareço para prestar os esclarecimentos que S. Ex^{as} julguem necessários.

Entendo útil iniciar esclarecendo alguns pontos referentes a minha formação profissional, em particular, ao meu período de atuação no Banco Central do Brasil. Para registro da Comissão, fui convidado ou convocado pelo Dr. Armínio Fraga e por indicação do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para exercer o cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, em fevereiro de 1999, vindo da área de pesquisas macro econômicas do Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston, aqui em São Paulo.

O meu nome foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo plenário do Senado em março de 1999, e permaneci no cargo até janeiro de 2002. As funções que exerci antes da minha ida para o Banco Central, sempre se concentraram em questões macroeconômicas. Não tenho formação de operador nem de técnico de câmbio e o meu foco sempre foi

analítico centrado na avaliação do impacto de políticas monetárias, fiscais e cambiais sobre a economia.

A diretoria então assumiu as suas funções e o fazia em momentos de enormes transformações na política macroeconômica no país, uma vez que recém havia sido adotado o regime de taxas de câmbio flutuantes e o arcabouço de política monetária baseado em metas pré-inflação.

O foco primordial do Banco Central naquele momento era resguardar a estabilidade macroeconômica preservando os ganhos obtidos a duras penas na batalha contra a inflação e adequando a condução das políticas monetárias e cambiais à nova realidade imposta pelo novo regime, de fato inédito, no cenário brasileiro. Assim foi que ao longo de 1999 um intenso trabalho de adaptação do aparato regulatório e de condução de políticas macroeconômicas foi gradativamente implementado. Buscou-se, ao longo desse período, compatibilizar a introdução célere de modificações que permitissem o adequado funcionamento da economia com a necessidade de fazê-lo respeitando as dificuldades e os prazos de compreensão e de adaptação que eram exigidos pelos diversos agentes da sociedade brasileira. Assim, buscou-se o equilíbrio entre a velocidade e a intensidade na modificação das regras de regulação e condução das políticas que se faziam necessárias e a capacidade de operacionalização e adaptação tanto da própria autoridade monetária quanto do resto da sociedade.

Parte significativa dos esforços da área internacional do Banco Central a longo da minha permanência na instituição, centraram-se na regularização do acesso da economia brasileira ao mercado de capitais internacional de forma a restaurar os mecanismos de financiamento das empresas nacionais geradoras de renda e de emprego.

Reputo, essa é claramente a minha impressão, que a restauração da confiança ao longo de 1999 e no princípio do ano 2000, são cerca de 12 a 15 meses, no contexto das enormes incertezas resultantes das profundas modificações então vividas confirmam a adequação das transformações que foram gradativamente implementadas, tanto em termos de regulamentação do mercado quanto em termos de condução de política macroeconômica, assim como confirmam a enorme capacidade de adaptação da sociedade brasileira.

É o meu entendimento que essa Comissão já teve a oportunidade de ouvir diversos testemunhos sobre questões atinentes tanto a evolução da política cambial do país, assim como do arcabouço regulatório do mercado de câmbio. De modo que, para agilizar os trabalhos limito-me a esses breves comentários iniciais e coloco-me à disposição de V. Ex^{as} para responder a

quaisquer perguntas referentes tanto a esses assuntos que acabei de mencionar ou aqueles que V. Ex^{as} julgarem pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Inicialmente, concedo a palavra ao Deputado José Mentor, Relator, para as indagações da relatoria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Daniel, o Senhor. assumiu então, tomou posse, efetivamente, tomou posse em março de 99. Naquela ocasião, o Senhor no que diz respeito ao trânsito de capitais, e tinha o Banco Central, a Circular 2.677, que estava vigendo, e autorizações especiais concedidas a cinco bancos em Foz do Iguaçu. Qual é a avaliação do Senhor sobre essa sistemática do ponto de vista da legalidade, da necessidade de mercado e do sistema montado para operar essa autorização especial?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Obrigado, Sr. Relator. O meu entendimento do processo de transformação ao longo dos anos do mercado de câmbio brasileiro é um processo que fundamentalmente objetivava trazer para a legalidade operações que eram percebidas como legítimas pela sociedade mas que, por uma série de circunstâncias características de fato dos anos 60, 70, foram colocadas na ilegalidade, que se tornavam em alguma medida incompatíveis com o desenvolvimento da economia brasileira e da economia global como um todo. O meu entendimento da Circular 2.677 é de que ela foi uma tentativa de aprimoramento dos mecanismos de controle da autoridade monetária sobre uma série de operações de natureza cambial ou de transferências internacionais em reais, quer dizer, operações que ocorriam em moeda nacional, fazendo com que o arcabouço que estava espalhado numa série de normativos passasse a contar com um instrumento consolidado. Esse é um esforço que o Banco Central tende a fazer de tempos em tempos, quase uma colcha de retalhos de normativos e o esforço da 2.677 foi tentar consolidar as regras em grande medida, aumentar os mecanismos de controle, permitindo a identificação das movimentações, limitando o tipo de documento aceitável nas transferências de e para contas chamadas CC-5, mas contas em moeda local, titularizadas por não residentes no país. Entendo que esse aparato mais rigoroso que de fato vem sendo com a introdução da 2.677 não levou em consideração algumas peculiaridades aduaneiras, digamos assim, acho que é um tópico para que elaboremos em seguida, da fronteira com o Paraguai, aduaneiras, turísticas. Aqui estamos de fato tratando de uma situação muito peculiar na fronteira. O meu entendimento do processo é o seguinte: ao se exigir que apenas depósitos de até dez mil reais ou se superiores a esse valor fossem executados não em espécie, mas por outros

instrumentos bancários, eliminou-se a capacidade de conversibilidade da moeda brasileira, que era enviada de volta do Paraguai para o Brasil. Qual é a importância disso? É um problema específico, localizado no Paraguai, sem maiores implicações. A percepção, e tentando me colocar num contexto de um regime de taxa de câmbio fixa, em que o ágio, a discrepância entre a taxa de câmbio no mercado oficial e a taxa de câmbio no mercado paralelo era de fato percebida pela população como indicativo de que alguma coisa estava errada, a população tende a perceber a taxa de câmbio, especialmente num mercado, num regime com taxas fixas, a taxa de câmbio do paralelo como a verdadeira, aquela que deveria de fato revelar qual era o valor do real, quaisquer que sejam as justificativas para que haja de fato essa diferença entre as duas taxas. A abertura do ágio de fato vai contra todo o processo de regulamentação cambial que foi implementado ao longo dos últimos vinte ou vinte e cinco anos. A tentativa sempre foi eliminar as distorções macroeconômicas e, digamos assim, a chamada fraude oriunda da diferença entre a taxa de câmbio no mercado oficial e no mercado paralelo. Então, uma norma que buscava inicialmente gerar maior controle e trazer para a legalidade aquelas operações percebidas como legítimas, mas tratadas como ilegais, acabou gerando, por uma peculiaridade, insisto, da fronteira, do tipo de comércio que se dá na fronteira com o Paraguai, um aumento do ágio e, portanto, foi contra o seu próprio objetivo fundamental. O que se buscou fazer naquele momento? Ficou muito claro para o Banco Central que, na medida em que, não me lembro exatamente as datas, mas mais ou menos duas semanas depois do anúncio da circular, um pouquinho antes de a circular entrar em vigência, o ágio começou a se elevar e no processo natural de consultas entre o Banco Central, outros entes do setor público e participantes do mercado, ficou claro que o que estava acontecendo ali basicamente era uma incapacidade dos comerciantes, chamados sacoleiros brasileiros, continuarem a usar reais nas suas compras no Paraguai, porque os comerciantes paraguaios não queriam mais aceitar esses reais em pagamento.

Como é que isso se dava antes da 2.677 e das autorizações especiais? Pura e simplesmente, os brasileiros iam para o Paraguai, pagavam em reais, os comerciantes paraguaios sabiam que poderiam depositar esses reais nos seus bancos locais, na Ciudad Del Leste, no Paraguai. E por que os bancos aceitavam esses depósitos em reais? Porque sabiam que podiam repatriar esses reais para o lado brasileiro e transformá-los dólares.

Os fornecedores desses comerciantes no Paraguai – basicamente estamos falando de produtos importados, eletrônicos, coisas do tipo – estão interessados em receber dólares norte-americanos em grande maioria.

Com os comerciantes paraguaios deixando de aceitar o real perdemos conversibilidade do real, jogou-se em alguma medida os sacoleiros de volta para o mercado paralelo, que era exatamente o que todo esse processo de liberalização ou de descriminalização do mercado de câmbio buscou atingir desde o princípio.

Então, o Banco Central optou por lidar com essa situação criando uma exceção à regra. Dizia-se no corpo da 2.677 que, basicamente depósitos em espécie só até R\$10 mil, e optou-se, portanto, em conceder para bancos que mostrassem habilidades, experiência, **expertiz** no jargão, nesse tipo de negócio, e sob sua responsabilidade documental de checar a origem de fato a que esses recursos estavam voltando do Paraguai para o lado brasileiro, que eles acolhessem os depósitos superiores a R\$10 mil, contra o que dizia, inicialmente, o corpo da regra.

A minha percepção é que buscou-se tratar então de dois problemas com essas concessões. Tem problemas de duas naturezas. Primeiro, o ágio contamina todo o aparato econômico no País. Ele não é um problema restrito a Foz do Iguaçu. Porque tinha e tem alguma medida, informações sistemáticas sobre qual é a taxa de câmbio no mercado paralelo – isso vinha nos jornais, televisões – e isso tinha o potencial de voltar a influir na demarcação de contratos, qual é o indexador de contratos que vão ser celebrados entre partes de todas as naturezas, aluguéis, enfim, no País como um todo. E um problema específico do comércio na fronteira.

Então, são dois problemas que se buscou resolver com essas exceções.

A minha percepção, tendo de fato lido sobre o assunto, mais que participado, é que a proibição de depósitos superiores a R\$10 mil foi feita inadvertidamente. O objetivo ali era a capacidade de identificação dos depositantes, de garantir que os recursos, de fato, voltavam do Paraguai, e não necessariamente um limite nos valores que deveriam ter sido autorizados.

Dadas as circunstâncias e a peculiaridade de um regime de taxa de câmbio fixo, onde a percepção sistemática era de que o ágio indicava que alguma coisa errada estava acontecendo na economia, foi uma medida adequada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a analisar a sistemática que foi montada para funcionar em Foz? E qual é a avaliação do senhor sobre essa sistemática montada? Aquela que eu digo

assim: o registro dos cinco bancos e o transporte no primeiro momento para o carro-forte, com uma declaração da transportadora, a receita carimbando na passagem na ponte que ela não estava conferindo e o dinheiro chegando para ser depositado e transformado em dólares.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Veja, a minha percepção é que, dadas as circunstâncias e as peculiaridades da cidade, da qual se estamos falando – eu nunca estive em Foz do Iguaçu, então tenho apenas descrições, estava falando na verdade de um centro urbano em que parte da cidade é no Brasil e parte da cidade é no Paraguai, quer dizer, todo o mecanismo de controle, todo o mecanismo de tratamento, de relações cambiais em situações fronteiriças e aduaneiras é complexo e exige eventualmente um tratamento diferenciado com relação ao que se pode aplicar no resto do país onde não se tem esse contato tão próximo com o estrangeiro, digamos assim, ... residente. Entendo que nas situações fronteiriças esse é o tipo de tratamento que de fato se dá, os pagamentos são feitos nas diversas fronteiras: Portugal, Espanha, agora a moeda é a mesma não vale mais, mas quando as moedas eram diferentes – pesetas e escudos –, os cidadãos gastam os seus recursos nas outras cidades e ao final do dia, da semana, ou do prazo adequado, esse recurso é novamente trocado sem maiores problemas, sujeitos evidentemente à fiscalização ou polícia federal ou da receita federal, que precisam convalidar que o que está entrando no país de fato ou são aqueles recursos que são anotados no papel ou dentro daquela caixa que diz que tem o computador, enfim. Acho que o ponto fundamental é que dada essas peculiaridades qualquer desenho só pode funcionar se houver estreita colaboração entre os diversos entes do setor público. Estamos falando do Banco Central tratando de uma parte das transações que são os pagamentos e os recursos voltando de um país para o outro. A Receita Federal conferindo que, de fato, os produtos estão passando de um lado para o outro, estão sendo adequadamente registrados ou declarados quando há imposto para ser pago. A polícia para garantir que de fato esses outros entes do setor público estão podendo exercer as suas funções de forma adequada. Nenhum desses elementos é elementar numa situação complexa como essa em que uma cidade do Brasil se mistura com uma cidade do Paraguai, no fundo estamos falando de uma cidade só.

Francamente, não consigo imaginar um sistema muito diferente desse para tratar dessa peculiaridade. Então dada essa circunstância é um sistema adequado. Em particular, ele foi elaborado, partindo da hipótese de que a colaboração de fato existe e existia entre

os diversos entes do setor público e que no fundo a preocupação fulcral não era com o valor dos depósitos que estavam sendo feitos mais sim com a capacidade de acompanhamento dos recursos que estavam sendo depositados, porque podia ser dez, quinze, vinte. Não era essa, digamos assim, esse não era o pilar de sustentação da 2677, não era isso que ela objetivava fazer. Acho que foi um equívoco de fato não ter prestado atenção naquele momento às peculiaridades de uma situação fronteiriça importante como é entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Leste.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja, esse sistema montado começou com carro forte passando na ponte, depois pelas informações e investigações feitas carro forte que não passava mais pela ponte, depois nem precisava mais de carro forte, depois transferia de uma conta brasileira para uma conta CC-5, acabou o assunto, esse é o assunto que foi montado, foi assim que funcionou. Não era muito pueril, não era muito inconsistente a sistemática montada? Porque a receita mesmo quando carimbava, carimbava não conferi.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Veja, a minha percepção é que o sistema montado não foi esse. O sistema montado, o senhor está descrevendo, V. Ex^a está descrevendo os mecanismos de burla do sistema que foi montado. O fato da Receita Federal...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Permita-me um aparte. Vamos admitir que todos os carros fortes tenham passado pela ponte, todos. Quando a Receita carimba não conferiu o que tem dentro?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Perfeito. A Receita Federal carimbar não conferi é absolutamente inadequado e o meu entendimento é que os bancos não deveriam ter acatado. O que a norma do Banco Central diz é que só podem ser depositados os recursos que comprovadamente foram conferidos pela Receita Federal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o Banco Central aceitava a declaração do não conferido.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Essa responsabilidade de aceitar o depósito é do banco. O Banco Central então delegou essa responsabilidade de averiguação e checagem aos bancos comerciais que operavam na fronteira e, em particular, aqueles que operavam nas autorizações especiais. O meu entendimento da norma e das exceções é que recursos não poderiam ter sido depositados se viessem com carimbo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Central esteve em uma reunião em Foz com a Receita. E lá foi decidido que o carimbo não seria conferido, tanto é que foram conferidos depois na delegacia, no início da Receita, e depois no próprio banco.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – OK! Mas antes do depósito ser efetuado. O meu entendimento do procedimento e das transformações que ele sofreu ao longo do processo é que esse cuidado o tempo todo foi preservado, quer dizer, o momento em que a transação se torna uma transação financeira adicional é o momento em que o motorista do carro forte ou qualquer que seja o agente, vai ao banco, apresenta a documentação exigida pelo Banco Central e faz o depósito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não é uma situação muito previsível, que viesse a ocorrer?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Veja, burla de mecanismos existe o tempo todo. A minha preocupação aqui é tentar entender se a norma em si apresenta uma falha, se a norma em si é inadequada ou se mecanismos de burla foram sofisticados o suficiente para exigir transformações no procedimento. O que acompanhei, a posteriori, desse processo é que a Receita tinha receio de fazer as averiguações, por questões de segurança, na ponte, que é a fronteira, não é? Então, houve uma tentativa de transformação ou de transitar esse momento da averiguação para lugares mais adequados e mais protegidos, digamos assim. Mas a regra continua, os depósitos só poderiam ter sido feitos se houvesse de fato a confirmação de que em algum momento, antes do depósito ser efetuado, essa checagem ocorreu, e a Receita estava tranqüila ou informada do que de fato estava acontecendo.

Então, nesse sentido, acho que acho que se é na fronteira ou se a fronteira é perigosa e exige que essa averiguação seja feita numa sala especial, acho que isso não é material, desde que a regra de fato seja cumprida, em outras palavras, que o banco só aceite o depósito uma vez que a averiguação ou a checagem da Receita Federal de fato tenha acontecido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Daniel, não seria mais simples, por exemplo, centralizar os reais da agência do Banco do Brasil em Ciudad Del Este? Tudo. O Brasil tinha muita divisa. Ele podia combater o paralelo injetando dólares ao preço, ao par. Tudo se faz em Ciudad Del Este. Por exemplo, não seria uma saída mais simples e mais fácil do que todo esse mecanismo? Carro forte para cá, vai e volta?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Olha, a capacidade do Banco Central do Brasil ou de qualquer ente do setor público estabelecer modos de condutas no sistema privado ou bancário ou não financeiro paraguaio é bastante limitado. O que a gente está tratando aqui é da seguinte situação: Comerciantes paraguaios aceitavam reais. Era uma decisão genuína, depositavam nos seus bancos, eles eram clientes desses bancos paraguaios. Estou tentando entender qual seria pra-

ticamente o passo seguinte. Seria obrigar os bancos paraguaios, ao invés de depositarem esses recursos no Brasil, depositarem em Ciudad Del Este. Tem que pensar na seqüência de eventos. E o Banco do Brasil em Ciudad Del este faria exatamente essa mesma... Certo, mas aí teríamos exatamente a mesma situação. Um carro forte, que agora viria não do Banco...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não seria o Banco Del Paraná, a casa de câmbio dessas transações que estaria fazendo, seria o Banco do Brasil.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Certo, seria o Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa é uma hipótese, não é? A outra hipótese seria colocar um lacre no carro-forte, podia colocar um lacre e só abriria no Banco Central.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Para uma questão de ordem, o Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Respeitosamente, quero discordar um pouco da linha do nosso Relator, José Mentor, porque entendo que o depoente está aqui depondo convidado, na condição de Diretor do Banco Central, a partir de 1999. E o relator o submete a perguntas relativas a um período bem anterior, o período de 1996, 1997, opiniões dele. Além do mais, estendendo um pouco mais o meu protesto, que o depoente fala pelo Banco Central de então. E não vejo por que ele deva responder e emitir opiniões sobre assuntos que é da Receita Federal e da Polícia Federal. Esse negócio de ponte, esse negócio de caminhão carregado ou não, de fiscalização, acho que é pertinente perguntarmos à Receita Federal, à Polícia Federal. O Banco Central não tem esse papel, não tem essa atribuição de abrir caminhão, fiscalizar melhor ou coisa parecida. Para isso têm outros órgãos do Governo.

Então, eu gostaria de respeitosamente com alinha do Relator de protestar a questão de ordem, porque o depoente responderia melhor a partir de 1999. Por exemplo, por que ele extinguiu esses processos, ele assinou, decisão da Diretoria dele, e daí para frente e não analisar períodos de colegas que estiveram lá antes e que eram pertencentes, coincidentemente, ao mesmo Governo mas com linhas diferentes na política cambial.

O SR. PRESIDNETE (Antero Paes de Barros) – O Relator, Deputado José Mentor, com a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deputado Paulo Kobayashi, com o respeito redobrado eu vou lhe dizer que acho pertinente à linha do depoimento, da inqui-

sição, por dois motivos. Primeiro, que estou tentando saborear do conhecimento do depoente. Estou tentando aprender do que ele conhece, tanto é que pedi uma opinião técnica de um sistema que funcionou se ele acha adequada ou não. Opinião meramente técnica, pessoal.

Segundo, que evidentemente os fatos que dizem respeito ao depoente nós teremos oportunidade de indagá-los em seguida.

E essa conclusão se faz necessária porque foi o Banco Central que estipulou o que a Polícia Federal ia fazer. Foi o Banco Central que estipulou o que ele devia ter feito. Não é? Então, acho pertinente essa linha. E outra, vou pedir licença a V. Ex^a para continuar saboreando do conhecimento do depoente.

Veja bem, é uma opinião que estou indagando do senhor, porque é um especialista e se definiu no início como um pensador macroeconômico e que busca conhecer os impactos que isso traz. Evidentemente quando se monta um sistema vai se ver se ele está sujeito a fraude ou não. Eu encaro esse sistema como pueril. Um sistema muito simplório, que foi montado e que com pouca sabedoria sujeito a esse tipo de fraude as mais singelas, como o caminhão não passar mais. Não precisa passar mais. Dá a volta no quarteirão no início depois nem precisava mais, já transferia por DOC de uma conta para a outra e mandava, pronto. Então, é nesse sentido que eu estava querendo indagar.

E a outra questão que eu coloquei para o senhor era se não existia outros mecanismos para evitar toda essa armação que foi feita. Quer me parecer que centralizar o recebimento de reais na agência, com uma autorização especial para a agência do Banco do Brasil e vinculada à Ciudad Del Leste, era mais simples do que tudo isso. Ou mesmo se fosse o caso de ter problema de trânsito lacrar o carro-forte na passagem e não teria problema, seria aberto no Banco do Brasil. Era muito mais difícil isso que estou dizendo. Era menos efeito à fraude do que esse sistema que foi montado.

Mas continuando, então, nessa indagação, me pareceu então que V. S^a concorda que o sistema apresentou algumas inconsistências que a prática seguinte veio demonstrar. Não é isto?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Eu gostaria de reiterar o ponto. Eu não acho que o sistema apresentou inconsistência. Acho que o sistema foi fraudado. O sistema foi fraudado e foi o próprio Banco Central, através da capacidade de acompanhamento aprimorado que foi gerado por conta da própria Resolução, no caso da Circular 2677, conseguiu perceber a origem da fraude e comunicava aos outros entes do setor público com competências diferenciadas que algo

ilícito estava ocorrendo e que medidas deveriam ter sido tomadas.

Então, eu insisto nessa distinção entre o sistema e a fraude do sistema. Há sistemas mais ou menos frágeis? Eu concordo com essa avaliação. Há sistema mais ou menos frágeis. Alternativa de centralizar recursos no Banco do Brasil – estou pensando enquanto falamos. Me parece sujeito exatamente ao mesmo tipo de dificuldades. Que novamente algum caminhão teria que pegar esses recursos no Banco do Brasil, atravessar a fronteira, depositá-los no Banco do Brasil, agora em Foz do Iguaçu e não mais Ciudad Del Leste. Alguém deveria ir lá e olhar. Olha, passou? Quanto tem aqui? Qual é a origem desse recurso? Agora nós teríamos duas fontes. As origens agora teriam mais uma camada de indefinição. Eles foram depositados por bancos paraguaios no Banco do Brasil em Ciudad Del Leste. Agora o Banco do Brasil os depositaria no Banco do Brasil no lado brasileiro da fronteira. Está adicionando uma camada sem resolver o problema fundamental, que é repatriação dos reais do Paraguai de volta para o Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja, o Banco do Brasil já recebeu uma autorização especial diferenciada. Cada um dos outros quatro bancos recebeu autorização para funcionar em Foz do Iguaçu. O Banco do Brasil em vinte agências em outras cidades do mundo, já é diferenciada.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Outros bancos, por exemplo, o Banco Real, pegando o exemplo de um banco comercial grande que passou a operar em certo momento, em Foz do Iguaçu, operava, também, em outras praças.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não com autorização especial.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Mas o problema não é a autorização especial, está certo? O problema é que as autorizações especiais foram burladas e o mecanismo de burla é um mecanismo que exige – está certo? – que a checagem seja inadequada porque se os recursos, de fato, nem saíram do País para poder entrar, qualquer que fosse o desenho – a descentralização dos recursos no Paraguai – ele poderia ser burlado da mesma maneira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, aí, é um grau maior de dificuldade – se você lacra na ponte, é um grau maior de dificuldade e se você faz pelo Banco do Brasil – que são tases públicas e tal – é um grau maior de dificuldade.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Nós vamos resolver isto por hipótese – esta é uma possibilidade mas, talvez, não seja. Por que talvez não seja? Imagine que a fraude ocorresse, de fato, com a conivência do Banco

do Brasil – agência especial em Cidade Del Leste. Aí, nós estaremos concentrando todos os recursos que estariam voltando para o Brasil – num foco de fraude. Quando nós temos uma série de bancos, usando suas transportadoras – cada um deles fazendo seus depósitos nas contas de não-residentes e que eles possuem do lado brasileiro – a não ser que haja um complô e uma grande máfia trabalhando nessa....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como ocorreu.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Não sei – não dessa natureza. Eu estou tentando fazer uma distinção com relação a um sistema hipotético, sobre o qual nós, de fato, não temos elementos para, e forma categórica, estabelecer o que seria superior ao que de fato existia naquele momento.

Este é o único ponto que estou fazendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Daniel, por favor, quais foram os motivos que levaram o senhor, na sua Diretoria, a revogar as autorizações especiais?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Perfeito. Como tentei colocar inicialmente, as autorizações especiais buscavam resolver dois problemas. O meu entender, o grande problema era o ágio – o grande problema no sentido de que era um problema macroeconômico com implicações em todo o País. O segundo problema era viabilizar a continuação desse comércio fronteiriço. Eu vou elaborar sobre o comércio turístico em alguns instantes.

Com a flutuação do câmbio, no começo de 1999, toda a preocupação com o ágio se dissipou – a preocupação do ágio em ser o indicador de que a taxa de câmbio que prevalecia no País ser incorreta, isto desaparece. Não há mais....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando ocorreu essa autorização? Foi em 1999? Em que mês?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Se não me engano, foi em janeiro – 15 de janeiro – na data da flutuação do câmbio. Então, a partir de janeiro, a noção de que o paralelo está indicando que a taxa de câmbio está subvalorizada ou sobrevalorizada, deixa de ser relevante porque o câmbio flutua e, a cada dia, as forças de mercado determinam a taxa de câmbio do País.

Este, então, é um primeiro elemento. Realmente, sob o ponto de vista macroeconômico de contaminação das relações dos diversos agentes econômicos – tendências a fraude e superfaturamento de comércio exterior desaparece. Esse, então, é um primeiro elemento que acho fulcral e fundamental. Mudou. O mudo econômico brasileiro mudou depois da desvalorização do câmbio. O segundo ponto é a necessidade da conversibilidade ou de trazer de volta para o Brasil os reais que foram usados lá nas despesas dos sacoleiros.

E, aí, o que aconteceu foi uma série de eventos. Primeiro, os comerciantes paraguaios que, antes, aceitavam o real, desde que pudessem convertê-lo, passaram a olhar para o real com um pouco mais de desconfiança e diziam: “Olhe, essa moeda já não é mais fixa. Ela flutua. Ela desvalorizou de 1.2 para 2.1 ontem e eu não tenho mais clareza se, realmente, eu prefiro receber direto os meus pagamentos em reais ou se eu prefiro recebê-los em dólar.” Com o câmbio flutuante, o comerciante paraguaio poderia estar fazendo uma taxa de câmbio na hora em que vendia a mercadoria mas no momento em que ele fosse depositar esses reais e transformá-los em dólar do lado brasileiro, a taxa de câmbio já teria mudado. Então, a atratividade ou a aceitabilidade do real, sob o ponto de vista do comércio paraguaio, diminuiu muito. O outro lado da moeda é que as importações como um todo, depois da desvalorização, diminuíram dramaticamente. O preço dos produtos importados em moeda local aumentou significativamente ao longo de alguns dias e todas as estatísticas de comércio exterior brasileiro mostram isto. Qual é a peculiaridade, novamente, dessa fronteira? É que, nessa fronteira – como estamos tratando de despesas de sacoleiros – isto é um híbrido entre despesas de turismo com despesas de importação não adequadamente registrada. Qual é a natureza desse comércio? Ele não é um comércio de importação tradicional. Ele não aparece nas estatísticas de importação. É um sujeito que cruza a fronteira, faz as suas compras e traz os produtos para vender no Brasil. Mas é bastante razoável supor que se as importações registradas, tradicionais, diminuíram por conta do preço mais elevado em moeda nacional dos produtos importados, esse tipo de efeito também valeu na fronteira do Brasil com o Paraguai. Então tanto do lado da demanda brasileira por esses produtos quanto da aceitabilidade pelo lado paraguaio da moeda brasileira, essa questão específica deixou de ser relevante.

Então, no meu entender, a partir do momento em que ficou claro que o mercado de câmbio estava se estabilizando – e vale a pena tentar lembrar um pouco o que foi o começo do ano de 1999. Não é que de um dia pro outro o câmbio flutuou, todo mundo entendeu: agora temos uma taxa de câmbio flutuante no País e a situação está normalizada. Foi um momento de pânico, de corrida aos bancos, enfim, foi um momento de bastante ansiedade. O que se procurou fazer então? Aos poucos ia adequando o aparato regulatório do mercado de câmbio para fazê-lo compatível com o regime de taxa de câmbio flutuante. Quer dizer, as necessidades são diferentes entre o aparato regulatório num regime de taxa de câmbio fixa e um regime de taxa de câmbio flutuante. Precisa-se dar mais fle-

xibilidade aos atores no momento em que o câmbio passa a variar com volatilidade e com frequência. Então, o que se buscou fazer ali foi: no momento em que o mercado de câmbio começou de fato a se estabilizar e os gráficos mostram isso com clareza – o câmbio desvalorizou muito logo no princípio, voltou, depois teve uma série de soluços, até que no final do ano e no começo do ano 2000 voltou para um patamar razoável, qualquer que seja a avaliação que se possa fazer sobre o patamar de uma taxa de câmbio que por definição é flutuante. Mas a volatilidade diminuiu bastante e a nossa preocupação, portanto, com relação à intensidade e à velocidade de alterações no arcabouço regulatório que pudesse exacerbar o temor que a sociedade estava passando naquele momento de viver com um novo regime cambial foi amenizando com o passar do tempo. Então naquele momento pareceu-nos que o argumento do ágio deixou de ser relevante, o argumento da manutenção do comércio também deixou de ser relevante na medida em que o comércio murchou como função da grande desvalorização do câmbio.

Portanto, optamos por cancelar as autorizações naquele momento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem avaliação de quanto é o paralelo de Foz do Iguaçu em relação ao paralelo do Brasil?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Eu não tenho... eu não teria... assim... eu tenho uma sensação mais do que uma avaliação numérica pela própria definição de uma situação fronteiriça em que o outro lado da ponte – e não é apenas uma fronteira; é importante ter clareza com relação a isso –... é uma fronteira peculiar. Por que ela é uma fronteira peculiar? Porque no lado paraguaio os produtos são isentos de impostos. Então não é uma fronteira na qual do outro lado os comerciantes estariam pagando impostos paraguaios sobre os bens que estariam sendo vendidos. Então ela tem essa peculiaridade. Logo, por definição, é razoável supor que por conta desse tipo de facilidades o comércio de câmbio paralelo seja maior, mas não tenho, francamente, capacidade de quantificar essa diferença.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passamos agora aos parlamentares inscritos que, pela ordem de inscrição, é o Deputado Paulo Kobayashi. V. Ex^a dispõe inicialmente de cinco minutos.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Vou usar um tempo bastante pequeno, permitindo aos colegas formularem perguntas.

Quero, na verdade, aproveitar, que estou conhecendo pessoalmente hoje Daniel Gleizer e parabenizá-

lo por ter participado exatamente da diretoria do Banco Central, uma diretoria realmente histórica, comandada por Armínio Fraga. Tenho aqui dados de que V. S^a foi aprovado, junto, naquela primeira diretoria, pelo Senado em 99 e realmente aquela diretoria é que deu a garantia, a partir de março, para aquela transição que ocorreu e que o Brasil precisou e que foi realmente temerária do câmbio fixo para o câmbio flexível, ocorrido em 15 de janeiro, e que a partir de março teve como grande timoneiro Armínio Fraga e o Banco Central e V. S^a fazendo parte dessa delicadíssima diretoria, que levaria, inclusive, depois, exatamente equacionada a questão das duas moedas, a nos livrar de uma medida que havia sido tomada anteriormente pela diretoria do Banco Central mas inadequadamente utilizada por casas de câmbio, por doleiros e tudo o mais, mas que teve que ser preservada naquele momento por conta da questão macro, que era a questão fundamental na época da ? insegurança do Real e da nossa moeda.

Quero, então, aproveitar o tempo, professor Daniel, para parabenizar pela gestão, pelas medidas tomadas naquele período. E o período foi tão bom que, além de ter resolvido desdobramentos de algumas falhas ocorridas por questões macro internacionais, no nosso primeiro Governo (1995 a 1999), além de garantir uma transição muito tranqüila e solidificar uma economia muito firme, nessa segunda gestão governamental, foi adotado pelo Governo que entrou, praticamente, em linhas gerais.

Embora a estratégia de alguns Deputados, nossos colegas nesta comissão, seja encontrar algo heterogêneo nas afirmações dos técnicos do Banco Central, tenho notado uma coerência e uma consistência permanente, desde Gustavo Franco e Demóstenes – que esteve aqui pelo período anterior –, até o pronunciamento e respostas, pelo período do segundo mandato, comandado por Armínio Fraga, no Banco Central, assim como pela atual diretoria do Banco Central, da qual recebemos, em primeira audiência, nesta CPI, exatamente três representantes, destacando-se, especialmente, José Maria de Carvalho, que foi figura fundamental na passagem, digamos, dos três períodos, e continua, hoje, em posição de grande destaque no Banco Central, dando seqüência, inclusive, à política, que, na verdade, foi consolidada e orientada para este Governo, com a diretoria de que V. S^a fez parte.

Parabéns. E não farei pergunta nenhuma. Deixo a critério dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Como não houve nenhuma indagação, passo ao segundo parlamentar inscrito, o Deputado João Paulo.

V. Ex^a dispõe, inicialmente, de cinco minutos, Deputado.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Também não pretendo usar todo esse tempo.

O nobre depoente fez uma afirmação, no início da sua fala, que parece consenso, não só entre os economistas mais notáveis, mas também no meio de cidadãos mais humildes, de que, quando o dólar paralelo está muito acima daquele valor estabelecido no câmbio oficial, é uma sinalização do mercado de que o valor real é o paralelo, e não o oficial.

Eu perguntaria ao nobre depoente, considerando que esses valores eram bem díspares, se o Governo não fazia essa leitura também, se o mercado fazia, praticava, auferia os benefícios por isso, e se o Governo fazia leitura diferente. E por que razão o câmbio teria sido preso, por tanto tempo? E qual o benefício que o País obteve dessa prisão do câmbio, levando em conta, principalmente, que os prejuízos são visíveis? O prejuízo imposto à indústria brasileira, o sucateamento imposto à indústria brasileira foi notório, a olhos vistos de qualquer cidadão comum.

Esse prejuízo à indústria brasileira, retirando dela competitividade, abrindo o Brasil para importações, somado com esse grande prejuízo dessa lavagem no “laranja”, que é o objetivo desta comissão... Somando-se esses dois fatores, isso não sinalizava... Uma luz amarela não acendeu lá no Banco Central, para rever esse câmbio fixo, há mais tempo?

E essa fraude, nobre depoente, seria facilmente previsível. Mas, se não fosse justo exigir que o Banco Central a previsse, creio que seria justo exigir que o Banco Central a detectasse, logo de início, e que tomasse uma providência. Eu queria que V. S^a fizesse considerações sobre essa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra o Dr. Daniel, para responder ao Deputado João Paulo.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Obrigado, Deputado.

Começando pela primeira colocação, com relação ao ágio, enquanto indicador de um certo desequilíbrio da taxa de câmbio oficial. Se formos observar o que, de fato, ocorreu, desde a implementação do Plano Real, combinada com as mudanças no regulamento do mercado de câmbio, o fato é que o ágio reduziu-se dramaticamente com relação ao ágio que prevalecia antes de essas alterações terem sido efetuadas. Basicamente, nos anos 80, convivemos com ágios de 100% e 150% com relação à taxa de câmbio oficial.

A preocupação que V. Ex^a está colocando tem a ver com os impactos da manutenção de uma taxa de câmbio fixa sobre a competitividade da indústria,

nossa capacidade de gerar empregos e etc. Naquele momento, o regime de taxa câmbio fixa foi capaz de conviver adequadamente com a inexistência de ágio, apesar de alguns dos fatores que V. Ex^a está colocando de fato existirem. O aparato regulatório permitia ou impossibilitava o descolamento do ágio. O crescimento do ágio não se dava. O ágio, ao longo dos primeiros anos do Plano Real, não era um indicador do desequilíbrio. De fato, o que ocorreu foi a percepção de que o resgate da competitividade da indústria brasileira estava se dando por conta de aumentos de produtividade. A noção de que necessariamente um regime de taxa câmbio fixa impõe uma queda na competitividade da indústria nacional precisa ser qualificado. Há situações em que o excesso na permanência de uma taxa de câmbio fixa ou sobrevalorizada de fato gera perdas de competitividade. Mas os dois eventos não ocorreram simultaneamente no caso brasileiro em particular. Não tínhamos o ágio, nos primeiros anos de vida do Plano Real, como um indicador dessa falta de competitividade, precisamente porque o aparato regulatório estava dando conta de eliminar o ágio.

O comentário, de qualquer forma, é procedente: será que o regime de taxa de câmbio – estou chamando de fixa, mas, na banda – viveu o número de anos adequados? Porque ele fundamental e instrumental para a redução da taxa de inflação. Não podemos perder isso de vista. Foi o processo de transição para o Plano Real. A transformação da memória de indexação do País. E o congelamento, a fixação de um preço, de um valor nominal fundamental formador dos demais preços, que nos possibilitou reduzir a taxa de inflação. Será que a vida desse processo foi excessiva? É difícil julgar. Mas fato é que, depois da crise asiática, em 1997, o Banco Central buscou, sim, por conta de uma transformação no cenário internacional, mecanismos de relaxamento ou de flexibilização do grau de rigidez do sistema cambial. Portanto, a famosa minibanda passou a ter uma espécie de abertura que viabilizava uma maior flexibilização do regime cambial.

Basicamente, meu comentário é o seguinte: esses dois fenômenos não conviveram. No caso específico, até aquele momento, o ágio não foi um indicador de que a taxa de câmbio estava ou não sobrevalorizada. Esse era um risco que o Banco Central não queria correr. Por conta de uma resolução ou da Circular nº 2.677 terem gerado esse risco, o Banco Central, por precaução, buscou eliminá-lo. Mas ele não foi factuamente coletâneo do processo de sobrevalorização da taxa de câmbio real.

Com relação à pergunta seguinte, a minha percepção quanto ao fato de se a fraude era ou não previsível é: eu diria de forma categórica que, se o Banco

Central tivesse a percepção, a noção, a capacidade de prever essa fraude, a medida não teria sido tomada. A pergunta para mim relevante é: de que forma o Banco Central foi capaz de identificar o ilícito? E ele foi capaz porque de fato estamos tratando de evidências que foram coletadas a partir da própria atuação do Banco Central. O Banco Central não editou uma norma prevendo que ela seria fraudada. O Banco Central editou uma norma que buscava resolver, como mencionei inicialmente, um problema macroeconômico grave, potencial, um problema de comércio importante. A norma foi feita pensando nessas questões macro e micro econômicas e imaginando o uso adequado do aparato regulatório. Quando o próprio Banco Central percebeu que a regra estava sendo burlada, tomou uma série de providências. O próprio Banco Central fez a averiguação na fronteira, foi capaz de perceber que mais caminhões chegavam ao Banco do Brasil já no lado brasileiro do que passavam pela ponte, enfim, uma série de medidas de monitoramento de câmbio que permitiram ao Banco Central identificar e tomar as medidas adequadas, quais sejam, notificar os diversos entes do setor público nas suas diversas áreas de atuação que uma regra estava sendo burlada e que, portanto, algo deveria ser feito.

Essas são as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Deputado João Paulo, se V. Ex^a quiser, poderá usar os três minutos da réplica.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Obrigado, Sr.

Presidente. Só quero registrar que os esclarecimentos não chegaram a convencer, principalmente levando em conta que a inflação interna não estava sendo levada para o câmbio. Durante muito tempo isso deixou de ser feito, daí a razão de crescer a diferença entre o dólar no paralelo e o dólar no oficial, o Governo ficou no imobilismo.

Com relação à duração da prisão no câmbio, isso é preocupante. Não exigi, na minha pergunta até ponderei que seria natural que se exigisse de cabeças coroadas de tanto saber na área específica, seria natural exigir que vissem essa fraude toda, mas, depois de ela começar a ocorrer, tenho certeza de que o Banco Central teria identificado logo e deixou o câmbio preso durante tantos anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Concedo a palavra ao Dr. Daniel Gleizer, para fazer a consideração sobre a colocação do Deputado João Paulo.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Pois não. Talvez eu não me tenha expressado adequadamente. Não estou discordando da noção de que alguns indicadores

da taxa de câmbio real, exatamente por conta de não se repassar a inflação para a taxa de câmbio nominal, poderiam indicar que a taxa de câmbio estava sobrevalorizada. Esse é um exercício teórico e conceitualmente difícil de ser feito, mas há indicadores que comprovariam que a taxa de câmbio ficou sobrevalorizada, com relação ao seu momento inicial. Se o momento inicial era adequado ou não, também é uma questão teoricamente complicada. Mas houve uma valorização da taxa de câmbio real.

O ponto que tentei fazer foi o seguinte: que naquele momento o ágio não estava descolando. Talvez esse indicador de taxa de câmbio real mostrasse que ela estava sobrevalorizada, mas não havia, simultaneamente, um descolamento do ágio que pudesse corroborar essa noção. Espero que me tenha feito entender. Concordo que sim, que há uma série de indicadores relevantes da taxa de câmbio real que estavam se valorizando ou se sobrevalorizando. O único ponto que eu estava tentando estabelecer é o de que o ágio, naquele momento, por uma questão regulatória, não estava crescendo e não corroborava essa noção.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado José Rocha. V. Ex^a dispõe, inicialmente, de 5 minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presi-

dente, não usarei os 5 minutos, mesmo porque várias perguntas já foram feitas. Eu perguntaria ao depoente, Dr. Daniel Gleizer se ele confirma que a Resolução nº 2.677 trouxe mais prejuízos do que benefícios para o País em função dessa lavagem que ela proporcionou e se o Banco Central errou ao não flexibilizar o câmbio. Se ao invés da Resolução nº 2.677 à época tivesse flexibilizado o câmbio não estaríamos livres desses grandes prejuízos que ocorreram em função dessa grande lavagem de dinheiro.

Também quero dizer, Dr. Paulo Kobayashi, que há uma relação muito grande entre a atual direção do Banco Central do Brasil com a do Governo passado, tem origem no Banco de Boston, Sr. Daniel Gleizer foi do Banco de Boston e hoje Henrique Meirelles também foi do Banco de Boston. Então, a grande correlação entre os dois governos está realmente no Banco de Boston.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Concedo a palavra ao Dr. Daniel Gleizer para fazer a colocação.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Muito obrigado, Sr. Presidente. Começo então com uma correção: o Banco de Boston e o Banco Credit Suisse First of Boston são instituições financeiras diferentes. Mas...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Retiro tudo que falei em relação...

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Tanto é que com Meirelles ele não ficou, ele ficou com Arminio Fraga (risos).

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Com relação às duas questões substantivas... a minha percepção é que a Circular 2677 trouxe mais benefício do que prejuízo. A 2677 viabilizou uma consolidação de regras importantes pro bom funcionamento da economia; ela nos possibilita hoje, e todo esse processo de acompanhamento e registro que hoje é viável por conta dessa transformação do nosso aparato regulatório cambial deu mais transparência a operações que antes aconteciam, sim, mas de forma completamente invisível para o Banco Central e invisível pra sociedade. Ao conseguir trazer... eliminar a atratividade e a relevância do câmbio paralelo e gerar, mesmo que de forma imperfeita e talvez insatisfatória com relação a padrões, digamos assim, imaginários de acompanhamento, hoje nós temos uma capacidade de fazer uma avaliação de quem depositou os recursos nas diversas contas, tá certo?, de que forma eles foram transportados. Há uma comunicação no Ministério Público, cuja origem é o próprio Banco Central, de quinze volumes, ao que entendo, que é o resultado desse mapeamento de operações que, se não fora pela 2677 e por conta de todo esse trabalho de registro e acompanhamento, estaria completamente às escuras.

Nesse sentido, então, a minha impressão é que o processo de desenvolvimento do mercado de câmbio e a 2677 são avanços com mais benefícios do que prejuízo para o País. Ademais, as implicações macroeconômicas positivas que elas tiveram por conta, mais uma vez, de minimizar a relevância do paralelo e as suas implicações nefastas sobre o bom funcionamento da economia.

O seguinte questionamento, a pergunta adicional, coloca como possibilidade pra se tratar de um problema localizado e gerador de ágio, a flexibilização do regime de câmbio. Me parece que, por conta da possibilidade... Havia... deixe-me colocar de outra forma... Havia a percepção

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foi motivo para depois...

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Nós estamos falando de medidas separadas no tempo em pelo menos três anos, tá certo? Desde a criação da 2677, em 96, à transformação do regime cambial do País, em 99. Ao longo desses três anos as modificações tanto na economia brasileira quanto no entorno no qual ela opera, no cenário internacional, foram gigantescas. O que nós tínhamos de abundância de recursos em 96, 95 não se repetiu depois da crise asiática, da crise russa etc. Eu to me referindo basicamente ao entorno no qual

a economia brasileira operava. Então a regra, a 2677, foi estabelecida naquele momento e as exceções, a forma como ela foi flexibilizada de forma a lidar com essas duas peculiaridades: ágio e comércio fronteiriço, tentavam tratar de um problema que preservava algo que, sob o ponto de vista de formuladores de política econômica naquele momento, era precioso, que era o regime de taxa de câmbio... desculpa... o regime de taxa de câmbio na banda com todos os seus efeitos positivos de desinflação e de normalização da situação econômica do País. Então, foi uma tentativa de, dentro do arcabouço regulatório, evitar o crescimento do ágio sem que se abrisse mão de alguma coisa percebida de fato como muita valiosa pra sociedade brasileira, que foi o garantidor da estabilização macroeconômica.

Então acho que são decisões de natureza diferente que ocorreram em momentos distintos no tempo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que eu...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado José Rocha, V. Ex^a tem três minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A questão do ágio, do paralelo não aconteceu só em Foz; foi no Brasil inteiro. Isso foi dito aqui tanto pelo seu antecessor como por V. S^a. Então não foi uma coisa localizada. Isso teve o reflexo no País como um todo. Então, se a questão da flexibilização do câmbio posteriormente veio equalizar essa questão do ágio, por que à época não se tomou essa mesma medida, que teríamos aí evitado que, como V. S^a mesmo disse, que essa época os recursos eram bem maiores e depois eles diminuíram? Justamente se estima aí US\$30 bilhões e acha que restar três vezes mais que isso, quer dizer essa questão da política cambial ter esperado esses três anos, talvez isso tenha trazido um grande prejuízo para o País, em função dessas constatações que estão sendo feitas, não só dos prejuízos, mas também da mudança da política.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Dr. Daniel Gleizer.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Obrigado. Eu diria que o fato de o ágio não ser um fenômeno localizado é precisamente a razão pela qual o Banco Central se preocupou com o crescimento do ágio naquele momento. Era exatamente porque o ágio, mesmo que as causas precípuas que sejam localizadas, sejam um problema na fronteira, a capacidade desse problema contaminar todas as relações econômicas no País era enorme.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foi lavado do Brasil inteiro ali. Era a porta de saída.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Veja, o ágio começou a crescer precisamente porque houve um impedimento dos depósitos em espécie na fronteira

ra. O impedimento desses depósitos gerou demanda por dólares no mercado paralelo porque os sacoleiros pudessem fazer suas compras e aquisições do lado paraguaio. Nesse momento, é disso que estamos falando. Houve a percepção nos primeiros dias de que o ágio cresceria, por conta dessa proibição indevida e que isso poderia gerar um problema macroeconômico de grandes proporções. Por conta dessa avaliação, o Banco Central tomou uma série de medidas que estamos avaliando neste momento.

Uma outra questão é sobre o momento propício, adequado para se flexibilizar ou se alterar o regime cambial de forma abrangente. Em 1996, essa não era uma questão. Em 1996, bem antes das crises asiáticas, que transformaram em grande medida o cenário internacional no qual a economia brasileira operava, a percepção de que os benefícios de um programa rigoroso de desinflação eram muito superiores a seus custos estava clara para a sociedade brasileira. Não me vem à memória nenhuma situação na qual tão cedo no programa de estabilização houvesse uma preocupação com relação à extensão, no tempo, de um regime de taxa de câmbios controlada – chamemos assim, em vez de fixa –, dentro da banda. Naquele momento, em 1996, isso era percebido pela sociedade brasileira como um grande benefício. Nós estávamos, de forma categórica, tratando do problema da inflação, resgatando o poder de compra da população, fazendo com que mecanismos de ganho espúrio de competitividade, que se dão por conta de diminuições de salário real, não mais ocorressem e garantíssemos, de fato, um controle macroeconômico que nos escapou durante muitos anos. Então, acho que essa não é uma questão colocada naquele momento e ela é de uma natureza distinta do problema regulatório, que foi tratado pela 2.677.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Presidente, só uma pergunta eu queria fazer ao depoente, é que observei essas colocações e, como é malha internacional, o senhor trabalhava com a macroeconomia, essa é uma pergunta objetiva: quem é que informou ao senhor que o Banco Central que teve a percepção de que algo não corria bem? Porque, a todo momento, o senhor coíoca: “O Banco Central mandou 15 volumes, o Banco Central que detectou, que viu”. Eu queria só perguntar se o senhor tem certeza absoluta de que foi o Banco Central que viu isso ou se foi uma CPI dos Precatórios ou se foi o Ministério Público. Essa é a questão real. Eu sei que o senhor não estava lá nesse período, entendo que o senhor entrou depois do

acontecimento, mas me parece que toda pessoa que vem das corporações – eu digo isso até porque faço parte de uma corporação também –, a gente procura não, pega a informação como verdadeira e passa para frente. Como seu depoimento é consistente, que tem consistência, tem conteúdo, eu gostaria de chamar a atenção do senhor nesse ponto só. Quem é que informou o senhor que foi o Banco Central que detectou, que viu que o caminhão ia, voltava e que tomou enérgicas providências, que mandou quinze volumes para a Procuradoria. Talvez, como não é sua área, não tenha sido bem assim. Então, para fechar o seu depoimento gostaria que o senhor dissesse se o senhor tem absoluta certeza disso. Se não tem, não tem problema porque não era sua época também.

Que o senhor procurasse verificar com o Banco Central quem é que tomou a primeira providência, que levantou essa questão pois, parece-me, que a primeira questão levantada não teria exatamente sido por parte dos órgãos responsáveis de fiscalização e, no caso, entra o Banco Central, Receita, Polícia Federal e quem mais de direito. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Com a palavra o Dr. Daniel para responder ao questionamento.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Fui informado dessa seqüência de eventos pelo próprio Departamento de Câmbio do Banco Central.

O acompanhamento detalhado das questões processuais francamente não fazia parte do universo de questões que tratava antes de ir para o Banco Central e foi no processo de conhecimento das áreas de atuação do Departamento de Câmbio, do Departamento de Dívida Externa, enfim que tomei conhecimento dos ilícitos, da forma como foram tratados e das medidas que o Banco Central tomou para tratar do problema.

Claramente, sem nenhuma dúvida, a minha fonte primária de informação é o próprio Banco Central.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Para terminar, queria agradecer os seus depoimentos que foram esclarecedores e reafirmar exatamente isso: que se a fonte primária foi o Banco Central talvez essa fonte tenha incorrido, não digo em um grande erro, mas a investigação da CPI tem se direcionado no sentido de saber quem primeiro disse “olha, é um problema”. Nesse ponto, há uma divergência profunda.

Parece que é uma questão menor. O senhor está acompanhando o dia-a-dia da CPI, mas para nós é uma questão muito importante saber quem é que foi o primeiro que disse “oh, tem problema”. Todo mundo sabia que um dia ia dar esse problema, mas quem foi que disse “tem problema”. É o que estamos querendo saber. Quem foi que realmente falou isso? Se foi

o Banco Central – há uma divergência em relação a isso – haverá um direcionamento. Se não foi o Banco Central e foi a CPI dos precatórios, foi o Ministério Público em Foz do Iguaçu, se foi a Polícia Federal haverá outro direcionamento. Essa é uma questão de método em saber quem é o responsável por isso.

Muitas vezes no Brasil acontece que instituições funcionam a partir de uma instituição. Todo mundo fica esperando acontecer alguma coisa e, quando acontece, todos entram para funcionar. Apenas digo para ficar gravado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Como não houve nenhuma indagação...

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Sr. Presidente, apenas um comentário.

A minha fonte primária de informação é o próprio Banco Central, as pessoas com as quais convivi trabalhei durante muitos anos, quase três e que têm a minha total confiança. A avaliação e a verificação das datas das comunicações me parece corroborar a versão que o Banco Central me passou, dado o meu entendimento de que a primeira comunicação ao Ministério Público se deu antes da CPI dos precatórios, mas eu teria que verificar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – Sr. Daniel Luiz Gleizer a formação de V. S.^a é da PUC do Rio de Janeiro?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Sou da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – Nesse sistema de autorização especial, quando V. S.^a respondeu ao Deputado João Paulo, fiquei pensando que está fortalecendo muito a apologia do bem dessa ferramenta cambial e ela para nós foi uma ferramenta do mal.

Temos mais de trinta bilhões de dólares em um controle fragilizado por parte do Banco Central exposto em um relatório do Tribunal de Contas da União, colocando claramente como se deram as evasões fiscais, a quantidade dessa evasão fiscal, o aproveitamento dessa evasão fiscal por parte de parcela do crime organizado, da corrupção administrativa. Então, fico aqui achando que, academicamente, existe uma corrente que preconizou claramente isso como um processo de controle cambial, e com aquele espírito de proteção à macroeconomia brasileira. Mas para nós que estamos aqui especificamente para buscar os responsáveis por mais de trinta bilhões de evasão fiscal, nos interessa as responsabilidades. As co-responsabilidades também. V. S.^a atuou de 03.99 até a extinção das autorizações especiais concedidas aos cinco bancos, foram lá nove meses. Foram lá nove meses. De 4 de março

de 1999 até 28.12.99. E revogadas todas as autorizações especiais no dia 29.12.99. Nesse ínterim, quem foi o responsável pela fiscalização e controle dessas autorizações especiais e das irregularidades? Quem no Banco Central? A quem cabia? A V. S.^a, como Diretor de Assuntos Internacionais, ou cabia a alguma Diretoria de Fiscalização? Enfim, quem se responsabilizava, nesses nove meses, de 4 de março de 99 até 28.12.99, até a extinção das autorizações especiais, a quem cabia essa co-responsabilidade? Estou fazendo essa questão porque ela me parece que está dentro do critério que fez com que V. S.^a fosse convocado para estar aqui presente. V. S.^a é realmente... Academicamente, tem conhecimentos importantes, pertence a uma escola do Rio de Janeiro que tem uma certa preocupação no âmbito econômico muito relevante, dada a situação existente no passado. Porém, vamos ter que construir um relatório que aponte não só para o precedente dessas fragilidades que facilitaram a evasão fiscal deste país, e o povo quer saber quem são esses responsáveis, como também o *day after*. Quer dizer, quem é que vamos consultar para poder construir um processo que proteja cada vez mais o dinheiro público e a moeda brasileira. Então, é essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Dr. Daniel.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Obrigado. Ao longo do ano de 1999, de fato, desde o princípio da atuação da nova Diretoria, uma série de questões de redefinição de responsabilidades e atribuições dentro do Banco Central foram discutidas. Mesmo antes de a nova Diretoria assumir, algumas redivisões de tarefas foram feitas. Por exemplo, entre política monetária e área internacional houve uma redefinição. A política monetária passou a ser responsável pela administração das reservas internacionais. Esse é um processo que continua. Se não me falha a memória, em novembro de 1999, no final de 1999, o monitoramento das operações de câmbio passou para a Fiscalização. A idéia ali era tentar fazer com que o Departamento de Fiscalização passasse a ser responsável por fiscalização de todas as naturezas, inclusive a cambial. Dentro da estrutura do Banco Central, há um Departamento de Normas, por exemplo. Mas as normas cambiais são feitas dentro do Departamento Internacional, dentro da Direx. E há dúvidas com relação se essa é a melhor divisão de tarefas. As captações externas e uma série de modificações vem sendo efetuada. Não tenho clareza com relação a datas, se não me engano foi em novembro, mas foi no final de dezembro que a Diretoria de Fiscalização assumiu o monitoramento de câmbio, e essa é a razão do Diretor Carlos Eduardo de Freitas assinar o voto junto comigo. Era um voto a quatro

mãos, como chamamos no Banco Central, porque as duas diretorias estavam tratando da questão. Até então, o monitoramento de câmbio era responsabilidade da área externa do Banco Central, da Diretoria de Assuntos Internacionais, que era a minha diretoria. Não há... As comunicações ao Ministério Público, que vão de 96 até maio de 99, se não me falha a memória, tiveram seu teor alterado ao longo dos anos. Uma vez captado, percebido, o tipo de ilícito que estava ocorrendo, uma vez que as medidas foram tomadas, que o Banco Central e os diversos entes do setor público começaram a registrar os caminhões que passavam, enfim, isso se tornou público, o tipo de ilícito mudou claramente. A relevância desse esquema “Carro-Forte” – como está sendo chamado – enquanto instrumento de fraude, diminuiu dramaticamente. A última comunicação foi de maio e, ao longo de 1999, não se tem mais comunicação desse teor. Claramente, aperta-se de um lado e espaça-se de outro. É da natureza da ação persecutória em que, no momento que fica claro aos fraudadores de que os diversos entes do setor público estão buscando se coordenar ou buscando resolver o problema ou eliminar as dificuldades que se colocam, para que haja uma transmigração da fraude, uma transformação da fraude. Então, claramente, o monitoramento continua existindo porque a percepção do Banco Central – e acho isto natural – é a de que se esse olhar cuidadoso não se mantém, há uma reincidência no tipo de fraude que já se imaginava superada mas a relevância desse tipo de mecanismo desaparece muito rapidamente depois das primeiras notificações ao Ministério Público, ainda, em 1996 e 1997.

Basicamente, era isto o que teria a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passamos a palavra ao nobre Relator...

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – Sr. Presidente, apenas mais 30 segundos. (Assentimento da Presidência).

Eu, então, posso afirmar que do dia 4 de março de 1999 até 28 de dezembro de 1999, a responsabilidade com relação à fiscalização e ao controle, passa a ser do Sr. Daniel Luiz Gleizer e do Sr. Luiz Carlos Alvarez – que assume a Direção de Fiscalização do Banco Central – ou é do Sr. Luiz Carlos Álvares que assume a Diretoria de Fiscalização nesta data?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – A responsabilidade sob todas as atribuições da Direx – Diretoria de Assuntos Internacionais – era minha e da Diretoria de Fiscalização era do Sr. Luiz Carlos Álvares.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – Com relação às autorizações especiais e as suas irregularidades.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – As autorizações especiais foram emitidas pela Diretoria do Banco

Central em 1996 e o meu entendimento é que não há indícios de fraudes internacionais dessa natureza ao longo de 1999.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Permite um aparte, Dr. Daniel?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Pois não. Ouço V. Ex^a.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Apenas um lembrete: é que, nesse período de 1999 que V. Ex^a está especificando, houve a questão da mudança do câmbio – a paridade do câmbio – no dia 15 de janeiro e isto fez com que o dólar disparasse para mais de R\$2,00 e, aí, o interesse naquela operação especial desapareceu, tanto que o gráfico ali mostra que, em 1999, já, praticamente, de quatro e pouco para mais de 7 bilhões....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 1999, o esquema era de “laranjas” e não era mais de carro-forte.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Mas poucos já recorriam àquele mecanismo daquela autorização especial de 1997.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ficou claro que o Diretor de Fiscalização era o responsável pela abertura das contas – basta o senhor lembrar daquelas duas últimas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passamos a palavra, agora, ao nobre Deputado José Mentor.

S. Ex^a dispõe de apenas 50 minutos para as suas conclusões finais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São apenas duas pequenas questões.

Dr. Daniel, na Diretoria do Banco Central, havia o costume nos votos e nas circulares que iriam definir novas situações – como foi o caso da 2.677 – de, genericamente, permitir situações excepcionais?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Se havia o costume de permitir situações excepcionais? Havia....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Permitir que o Departamento resolvesse, por si só, situações excepcionais.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Uma vez, isto deveria constar como parte do voto que estava sendo trazido à Diretoria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isto era constante. era costumeiro?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Não saberia dizer com que frequência acontecia mas não me parece algo inusitado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No período em que o senhor esteve na Diretoria de Assuntos Internacionais do Bacen, o senhor tem notícia se, alguma

vez, o colegiado delegou para que um departamento resolvesse essas situações excepcionais?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Sim. Eu não saberia dar um exemplo específico mas não me parece como algo inusitado e o cuidado, sempre, era de estabelecer isto categoricamente, no próprio voto, quer dizer, no momento em que a própria Diretoria está discutindo e avaliando a relevância, a tempestividade e a necessidade da regra, estabelecer, naquele momento, que sim, em certas situações, ou o Diretor da área ou o Departamento relevante, a partir da autorização do diretor da área, poder tratar de casos excepcionais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Durante esse período em que V. S^a esteve à frente da diretoria de assuntos internacionais, V. S^a fez alguma comunicação ao Ministério Público sobre irregularidades nas constas CC-5?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – O departamento, a Direx?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. Fez? E diziam respeito a laranjas?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Teria que, francamente, olhar no detalhe... Imagino que sim, essa era a percepção, como tentei colocar na resposta anterior, é de que, sim, a fraude havia migrado, digamos assim, tomado uma nova forma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas já tinha sido detectada, estabelecida qual era a nova irregularidade, que em vez de carros-fortes laranjas.

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Certo, uma nova...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E nesse período, houve alguma intenção da diretoria colegiada ou especialmente a de V. S^a de alterar a 2.677, minto, alterar as autorizações especiais?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – As autorizações especiais realmente perderam relevância, elas não eram mais uma questão tratada no dia a dia, realmente não havia mais evidência de que aquilo era um foco de preocupação, e a nossa percepção continuava sendo de que a 2.677 de fato adicionava recursos para que pudéssemos identificar fraudes de uma forma genérica, de uma forma abrangente, então não havia mais indícios de que as autorizações especiais eram foco do ilícito, mas a 2.677 preservava a sua relevância enquanto instrumento abrangente para tratar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a diretoria pensou em alguma norma adicional para a abertura de contas nesse período?

O SR. DANIEL LUÍS GLEIZER – Não, a diretoria, basicamente, tratou em alguns momentos de projetos mais abrangentes de transformação ou de unificação dos dois segmentos de mercado de câmbio; não uma

tratativa focada numa questão específica, mas de que forma poder-se-ia alterar o regulamento cambial brasileiro, de forma a deixá-lo mais transparente, mais eficiente e de mais fácil uso para o cidadão cumpridor dos seus deveres.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes de encerrarmos esta reunião, gostaria de colocar em votação um requerimento de convocação, vazado nos seguintes termos, assinado pelo Deputado José Mentor e por mim: requeiro, nos termos do § 3º, do art. 58 da Constituição, Lei 1.579, de 1952, e regimentais, convocar o Sr. Antonio Carlos Calado, sócio do Leona Pizza Bar, para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Os Srs. e Sr^{as} Senadores que aprovam, queiram permaneçam sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Peço à Secretaria tomar as providências para que o Sr. Antonio Carlos Calado seja convocado a fim de prestar depoimento amanhã a esta CPMI.

Quero agradecer a presença do Dr. Daniel Luiz Gleizer, e também perguntar se gostaria de fazer alguma consideração, e suspender a reunião que será reaberta às 15 horas e 30 minutos, ocasião em que continuaremos com os depoimentos marcados para o dia de hoje.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de saber a relação dos depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Ouviremos ainda hoje o Sr. Sérgio Lima Santoro, ex-diretor da Planicampo, o Sr. Ricardo Augusto da Costa, proprietário da Costaço, e Alkimar Moura, ex-diretor de normas do Banco Central do Brasil. Os depoimentos serão retomados a partir das 15 horas e 30 minutos.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – A ordem é essa, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Creio que é bom intercalar.

A SR. IRINY LOPES (PT – ES) – Acho bom.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Fica suspensa a reunião até as 15 horas e 30 minutos.

(A reunião é suspensa às 14h45min e reaberta às 15h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência declara reaberta a sessão.

Convoco o Sr. Sérgio Lima Santoro para se fazer presente.

V. S^a está acompanhado de Advogado? O Advogado pode se fazer presente, entretanto não pode auxiliá-lo no depoimento.

O depoente Sérgio Lima Santoro assinou o termo de compromisso vazado nos seguintes termos:

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e em que lhe for perguntado não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal.

Com o termo de compromisso assinado, inicialmente passarei a palavra para o Sr. Sérgio.

V. S^a sabe das investigações desta CPML, tem acompanhado o noticiário. Talvez V. S^a queira fazer alguma exposição inicial, colocar o seu ponto de vista. Se não desejar fazê-lo, eu passaria a palavra imediatamente ao Relator. Se desejar V. S^a tem a palavra pelo prazo de 30 minutos.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Realmente, é o seguinte: em 1994, eu dispus da empresa, que foi fundada desde 1978, fazendo grandes obras, e tal. Na época eu a vendi; isso em 1994 não me lembro a data, se foi em novembro ou outubro, mais ou menos nessa época. Vendi para outra pessoa e depois, em 1996, surgiu essa obra da Mendes Júnior, comentei que até que a firma não era mais minha. Falei com a pessoa para quem eu havia vendido se interessava. Ele falou, não, me interessa; é uma obra de porte grande. Mas na empresa, na Mendes, eles queriam uma pessoa que fosse tradicional no ramo. Eu desde de 1968 trabalhando com isso, todas as empreiteiras me conheciam muito. Na época foi solicitado que eu tomasse parte para ter o contato. E assim o proprietário da empresa disse: assim você fica com o contato com a Mendes e a gente toca a obra do lado de cá. Tanto que foi isso que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, é só essa a exposição inicial?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Inicial. Agora o que o senhor for perguntando, o que estiver ao meu alcance, vou esclarecendo da melhor maneira.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes de passar a palavra ao Relator, alertá-lo que V. S^a assinou o termo de compromisso se comprometendo a dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, sendo assim, concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor para os questionamentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu também gostaria de dizer ao senhor que não está sendo acusado de nada aqui.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – É claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, o senhor poderia, querendo, colaborar conosco - é importante o seu depoimento - informando o que senhor sabe, sem nenhum temor. O senhor está aqui com toda liberdade para se expressar. A ajuda do senhor pode ser valiosa para a CPML.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Tudo que estiver ao meu alcance vou expor da melhor forma sem a mínima... Já fiz dois depoimentos no Ministério Público. Vou repetir todo aquilo que foi dito aqui com toda dedicação e presteza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor confirma aqueles depoimentos anteriores que prestou?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Ah, sim. Não tenho a menor dúvida. Todos eles. Fiz um depoimento inicial, e, há pouco tempo, no dia 7, fiz um outro depoimento acrescentando mais alguma coisa além daquilo que falei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor acresceu no dia 7?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Foi acrescido o seguinte. Posso falar do primeiro depoimento, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar dos dois.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Quando foi iniciada a obra, eu tinha lá alguns equipamentos particulares que eu coloquei, caminhões, que correspondia a mais ou menos 10% do valor do faturamento da obra. Foi recebido, foi feito e assim foi feito. Agora, durante a execução da obra, a parte de carreteiros, o proprietário da firma acertava o pagamento dos carreteiros e a contratação. Só que evidentemente, o senhor vai falar, Sr. Santoro, o senhor recebia e devolvia o cheque? Então vou esclarecer o que ocorreu para na melhor forma o senhor entender. O nosso contrato, na época, com a Mendes Júnior, era casado - o pagamento era de acordo com o vencimento da Prefeitura. Só que parece que o pagamento atrasava onze meses ou doze meses. Como o carreteiro recebe semanalmente, tínhamos um vale para poder efetuar o pagamento dos carreteiros. Logicamente, recebia-se aquele vale em dinheiro e, no pagamento, era descontado evidentemente. Só que era descontado e o valor era aqui que eu falei: recebia um valor e a nota fiscal era dada num outro valor bem superior, que foi esclarecido a esse respeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o segundo depoimento?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Foi isso que eu falei, no segundo depoimento. Essa parte dos 10%

foi no primeiro depoimento. Eu expliquei que era o maquinário que trabalhávamos. No segundo depoimento, expliquei que tinha o pagamento dos carreteiros. Assinava um vale para a pessoa que, na época, fazia o pagamento e, depois, quando recebia, rasgava o vale e devolvia o dinheiro que foi pago, porque já tinha pagado uma parte antes, evidentemente.

Agora, não era todo o dinheiro, não. Deixei bem claro nos depoimentos feitos que o faturamento era bem menor àquilo que a nota fiscal era tirada.

Isso é o que tenho de dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor quer dizer que a Planicampo prestou serviços na obra de Água Espriada?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Claro, não tenho dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela executou serviço realmente?

O SR. SLD – Executou. Não no montante...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aí, o senhor fazia um superfaturamento.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era superfaturada?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do valor do serviço, o senhor tinha 10% ou do valor de toda a fatura?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Dez por cento, eu prestei esse faturamento no equipamento que eu tinha. Agora, a parte de pagamento de carreteiro, era mais um pouco, porque trabalhavam 60, 70...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor devolve para quem o dinheiro?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Os cheques, quando recebíamos... Não chegava nem a receber. Eu deixava o cheque na Mendes Júnior, eles preenchiam o cheque lá, inclusive, e era devolvido para eles o cheque, porque parte daquele faturamento já tinha recebido antes. O dinheiro...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem preenchia o cheque?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Era preenchido na máquina deles. Não era...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu sei, mas qual funcionário da Mendes Júnior que preenchia o cheque?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Parece-me que era o Joel que preenchia o cheque. Parece-me, porque era na sala ao lado, mas penso que era ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor deixava assinado, ele preenchia o cheque e o senhor recebia de que maneira a sua parte?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Antes de eu receber esses cheques, esses cheques eram recebidos com onze, doze meses de atraso. Às vezes, com oito. Então, para se poder tocar a obra, o que era feito? Recebia um vale anteriormente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Mendes Júnior dava um vale para o senhor?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu não posso dizer para o senhor se era a Mendes ou se era o diretor financeiro, porque ele me dava em dinheiro. Eu não conhecia... Na Mendes, eu só conhecia duas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quem era o diretor financeiro?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O diretor financeiro era o Dr. Simeão Damasceno.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia quem lá? O Sr. Joel...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O Joel, eu conhecia de vista, e o Simeão Damasceno...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o diretor financeiro dava um vale para o senhor...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pagava o proprietário da empresa e retinha 10%.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Isso. Dez por cento era para...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem pagava os carreteiros era o proprietário da empresa?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Isso. O proprietário da empresa. Exatamente. Tinha movimento de... Carreteiro é pago por semana. Carreteiro não agüenta trabalhar para receber... Hoje, para o senhor ter idéia, tem firma que paga o carreteiro diariamente, até para poder ter carreteiro. Então, não dá para esperar um ano...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mesmo assim, o faturamento era muito maior?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Ah, sim, não tem dúvida. Isso, eu falei que realmente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto foi o serviço que o senhor prestou lá?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O total da obra feita na época, que a firma que era minha prestou, deve ter chegado em torno de uns 10 milhões, pelo que eu sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O faturamento foi quanto?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Esse foi o faturamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto foi o serviço que o senhor prestou?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O efetivo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O real.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Calculo que deve ter sido uns quatro ou cinco. De três e meio a cinco. Foi mais ou menos isso aí. Já faz sete anos também, então, não temos o número exato do que foi, mas foi mais ou menos isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha contato com qualquer outra empresa que fazia parte do consórcio?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Somente com a Mendes Júnior?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Só a Mendes Júnior. Trabalhava só para ela e conhecia só a Mendes Júnior.

Inclusive, eu comentei com o proprietário da empresa que não achava justo agir dessa maneira, porque ficava esse faturamento, mas ele comentava: “Não, mas eles demoram a pagar, a demora é grande e, como eles detêm o poder financeiro, não podemos reclamar, senão, vamos embora e ficamos sem a obra”. Então, tínhamos de nos submeter a essa situação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor declarou, no Ministério Público, que o senhor era obrigado a fazer essa operação.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Se não fosse isso, não recebia, perdia a obra. Era obrigado nesse sentido. Então, eles detinham o poder financeiro. É o que estou comentando com o senhor...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem obrigava, nesse sentido, o senhor a fazer a obra?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Se eu não fizesse a obra, eu ia...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas era o Sr. Joel, era o Sr. Simeão?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. O Sr. Simeão que era o diretor, eu conhecia somente o Simeão lá e prestava tudo para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já tinha trabalhado antes para a Mendes Júnior?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Ah, sim. Quando a firma era minha, eu trabalhei para a Mendes Júnior na obra da Valongo, uma obra portuária, do Porto de Santos. Faz 20 anos mais ou menos. Foi um movimento muito grande...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está sendo processado?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, eu sou testemunha da... Eu tinha vendido a firma em 1994. Está provado isso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O dono da empresa está sendo processado?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu não sei. É uma coisa que não posso afirmar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o nome dele?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Luiz Ferraro.

Ele faleceu em...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa ainda existe hoje ou não?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Olha, eu não posso dizer também, porque vendi para ele em 1994. Depois, ele faleceu em 99. Então, é difícil...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Maurício Abad?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor alguma vez teve contato com o Prefeito de São Paulo?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, jamais, nunca. Eu nem o conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma importância em valores no exterior?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. De forma alguma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não tenho. Jamais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouvir falar na Rigal S. A Rio Branco.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não conheço também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui consta um valor de 11 mil dólares em seu nome.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Pode ser que... Só se eles pegaram esses cheques e fizeram qualquer coisa com os cheques. É como eu disse para o senhor. Todos os cheques eram devolvidos à companhia, ao diretor financeiro da Mendes Júnior. O que eu podia fazer nessas alturas? Os cheques eram devolvidos a ele e eu não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já teve conta no estrangeiro?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Jamais. De forma nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já recebeu algum valor do estrangeiro?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Nada, nada. Nunca. O senhor vai verificar sob pena de... jamais. As minhas contas estão aí, inclusive...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já teve conta no Banco Safra?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Nunca tive.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Consta que o senhor recebeu 11 mil dólares.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – No Banco Safra?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem mandou para o senhor foi esse Maurício Abad.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Jamais. Teve ter havido algum engano. Através do Banco Safra? (Pausa.) Só se mandaram em meu nome e algum pessoa tirou, porque eu não peguei. Jamais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Feita a indagação inicial do Deputado José Mentor, passamos aos Parlamentares inscritos. Pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Deputado Dimas Ramalho.

Inclusive, entendo que nesta oitiva, até pela forma de responder do depoente, é importante estabelecer esse contraponto de pergunta e resposta. Considerando o baixo número de Parlamentares, creio que assim pode render melhor os depoimentos.

Passo a palavra ao Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Eu gostaria de saber quantas vezes o senhor foi à Mendes Júnior.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – A obra foi tocada durante...Começou em 1996 até 1997 e 1998. Então, a cada mês tinha uma medição.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor ia todo mês?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Todo mês nós íamos lá.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E funcionava nesse esquema? O senhor ia lá?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu ia lá fazer os acertos, porque precisavam de medição. Eles me davam...Às vezes passava aí dois meses sem ir. Mas, o senhor vê, durante dois anos e meio ou três anos, se o senhor foi dividir, pelo menos vinte vezes eu devo ter ido. O senhor me perguntou o número de vezes.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Nesse tempo todo o senhor conversou só com o Simeão e o Joel e mais ninguém?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Joel, não. Eu não tinha contato com o Joel.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Só com o Simeão, sempre com ele?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Só com o Simeão.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sempre na Mendes Júnior?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Sempre na Mendes Júnior.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor dava um recibo maior? Como era o negócio?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, aí era o seguinte. Quando vinha a medição eles faziam os cheques, os cheques ficavam com eles. A nota fiscal era feita, para o senhor ter uma idéia, quatro ou cinco meses depois.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – A mais?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – A mais. Sempre a mais.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor alguma vez reclamou, dizendo que tinha vindo a mais na nota fiscal?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Claro, mas eles falavam o seguinte: “olha, acontece o seguinte: nós pagamos isso aí antecipadamente, de acordo com o contratado. Quer dizer, se demos 500 mil reais, e em 08 meses depois você for pagar isso tem um custo financeiro. Por isso que a nota é a mais”. Era o que eles alegavam.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Eu sei, mas isso não demorava oito meses.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Demorava mais às vezes até.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – A diferença era muita da nota fiscal?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – A diferença era muita, porque...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Mas era maior do que no mercado financeiro?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Veja bem, se o senhor falar em juros do cheque especial, na época os juros eram de 12%. Lá os juros eram de mais ou menos 8%. Se o senhor pegar 8% em um ano, praticamente dobra o valor. Então, a desculpa era a de que eram cobrados os juros para dobrar o valor da nota fiscal.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor tem conta em que Banco?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Na época, eu tinha conta no Banco Santander. A empresa tinha conta no Santander.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Só essa conta?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O movimento foi todo feito no Santander. Se o senhor puxar vai ver.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E hoje você tem conta em que Banco?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Hoje, como vou dizer ao senhor? Não estou movimentando, mas tenho uma conta no Sudameris. No Santander não tenho mais conta.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor ouviu falar de uma corretora chamada Nova Invest(?) Corretora de Valores Imobiliários LTDA.?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Nunca ouvi falar.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Nunca ouviu falar da Nova Invest?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Nunca ouvi falar.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Você nunca ouviu falar que os cheques que eram depositados na Nova Invest eram da Plenicampo?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Foi o que acabei de comentar. Os cheques eram dados. Para uma medição de R\$800 mil eram deixados, por exemplo, dez cheques, com o Simeão, assinados em branco. Ele pegava dez cheques e dividia. Um cheque era de R\$200 mil, o outro de R\$80 mil. Entregavam os cheques para ele e este distribuía da melhor forma. Para quem é difícil. Ficavam em poder dele.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Você já ouviu falar de uma pessoa chamada Naium Nazário Tuner?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Nunca ouviu falar?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Os cheques eram deixados ao portador. Ele poderia colocar qualquer nome. Como íamos ficar sabendo?

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Presidente, estou perguntando porque a Nova Invest Corretora de Valores Imobiliários mexia com o dinheiro que saía, por meio do Simeão, da Fomento Construções e da Plenicampo Terraplenagem. Agora, estão me passando informações de que quem atuava nessa conta, quem depositava nessa conta em nome de Fomento Construções e Plenicampo Terraplenagem era um velho conhecido chamado Naium Nazário Toner, aquele da Operação Uruguai.

Não tenho mais perguntas para o depoente. Posteriormente, vou requerer que seja passada toda a documentação da Nova Invest e que seja convocado seu diretor, inclusive o doleiro Naium. Daí poder-se-á estabelecer um elo entre a Plenicampo, a Mendes Júnior, a Fomento, a Água Espraiada e a Dolar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aproveitando a oportunidade, gostaria de saber se o senhor conhece Dario Messer?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Dario...?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Messer.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, senhor.

Excelência, como vários cheques eram deixados logicamente tinham que ser ao portador. Deixavam os cheques assinados em branco e faziam o que queriam. Comentei com o proprietário de empresa que não era uma situação normal. Ele respondeu: “Mas Antônio, eles detém o poder financeiro. Se não fizemos isso vamos perder a obra e não vamos receber. O que vamos fazer? Temos que agir, senão vamos perder tudo aqui.” Falei, então, que tudo bem. Se ele queria tocar assim. Disse-lhe que ia fazer e que ele era responsável também. Foi na época em que comentei com ele. Não é normal dar cheque ao portador, evidentemente, para qualquer pessoa. Podem cair na mão até de um traficante e criar uma situação terrível e perigosa. É relativo. “Olha, meu amigo, Simeão, deixei o cheque para você. Você o deu para quem?” É o que está acontecendo agora. Entraram muitos cheques. Se o puxar a conta do Banco Santander vai ver que o valor que entrava era praticamente totalmente devolvido. Vou dar um exemplo: entrava R\$1 milhão, o senhor irá ver que saía R\$1 milhão. Era uma questão de três, cinco ou dez dias. O senhor entendeu? O dinheiro não ficava com a gente de forma alguma. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se outras empresas faziam da mesma maneira?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não posso afirmar, cada empresa tem uma situação. O que posso falar ao senhor? É até comprometedor. Não sei. Cada uma é um caso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tem conhecimento de que outras empresas faziam da mesma maneira?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não tenho. Nessa altura, um não comenta muito sobre as coisas do outro. Toca-se a obra junto, fala-se sobre coisas que não interessam mas não se fala sobre como é o processamento. É difícil.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Sérgio Lima Santoro, o senhor trabalha onde e com o quê atualmente?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Tenho uma empresa, desde 1986, de empreendimentos imobili-

ários. Trabalho com loteamentos. Como a gente lida com máquinas, com tratores, desde 1968, tenho essa empresa. Em 2000, abri uma outra firma de terraplenagem que tenho até hoje, esporadicamente funciono com elas.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – O nome dessas duas empresas?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Tecnoterra. Uma é Tecnoterra Empreendimentos Imobiliários e a outra é Tecnoterra Construção, Pavimentação e Terraplenagem.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – O senhor alguma vez já teve utilizando dos serviços do Banestado, do Berge, do Araucária, do Banco do Brasil e do Banco Rural em alguma das agências de Foz do Iguaçu, ou para lá foi encaminhado, ou recebeu algum dinheiro dessas agências?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, nunca tive conta nessas agências, ainda mais numa situação dessas. O senhor pode verificar, é fácil, e vai ver que não existe essa possibilidade. Nisso me comprometo fielmente que jamais.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – O senhor já foi ouvido pelo Ministério Público duas vezes.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Fui ouvido uma vez no Ministério Público de São Paulo e, dia 7, agora, deste mês, fui testemunha no caso do Pitta lá, quando me chamaram para depor qualquer coisa. No fórum.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – O senhor já foi chamado em alguma CPI?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, esta é a primeira CPI para onde estou sendo chamado.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – O.k. Muito bom! Só isso.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo parlamentar inscrito é o Deputado José Rocha. V. Ex^a com a palavra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, perguntaria ao Sr. Santoro que não entendi bem como era o processo desses pagamentos.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Pois não!

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – V. S^a prestava os serviços à Mendes Júnior?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Certo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – E a Mendes Júnior só lhe pagava 12 meses depois?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Veja, pelo contrato que a Planicampo detinha com a Mendes, era casado o pagamento. Assim que ela recebia, ela

se sentia obrigada a nos pagar. E ela alegava que a Prefeitura pagava com atraso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – 12 meses.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – 12, 8, às vezes 9, depende da situação e depende do montante do valor em dinheiro também.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Mas sempre com, no mínimo, oito meses?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – No mínimo de oito meses de atraso. O próprio Simeão...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Como é que o senhor estava dando cheques, mês a mês, à Mendes? Cheques em branco que o senhor disse que o senhor preenchia.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Realmente, porque, veja bem, como a obra tinha 20 medições na época, ou 30 medições, a obra, na realidade, começou em 1995, mais ou menos em outubro, novembro de 1995, e a primeira nota e o primeiro recebimento só veio em março, se não me engano, de 96. Então, o senhor vê que, de outubro até março, logo na primeira medição, já tinha um atraso de tantos meses, entendeu? Por isso que a gente tinha que deter alguma coisa de dinheiro antes, para poder pagar carreteiro, porque recebe por semana. Senão tinha que parar a obra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Esse dinheiro era fornecido pela Mendes?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Aí é uma incógnita, porque só conheci o Diretor-Financeiro, e ele me antecipava.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Ele lhe antecipava?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Ele me dava antecipado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Em espécie ou em cheque?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, em espécie. O carreteiro só recebe em espécie para facilitar a situação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Ele antecipava em espécie.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Tinha que ser em espécie, porque o carreteiro recebem em dinheiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – E os cheques que o senhor assinava em branco?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Os cheques que assinava em branco eram da época da medição. Então, já deixava esses cheques assinados....

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL - BA) – Na época da medição ou na época do recebimento?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Na época do recebimento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Oito meses depois?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Oito meses depois. Como ele tinha-me antecipado alguma coisa, então aquele dinheiro era todo devolvido.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que o senhor dava vários cheques, e não um só?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Porque assim ele pedia vários cheques para poder dividir o dinheiro. Ele falava: “Olha, o pagamento seu, por exemplo é um milhão, você vai-me deixar aqui 12 cheques, agora, e vou dividir, vou pôr tanto em cada um.” Aí, depois, ele me passava o valor e batia os valores realmente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E ele dava o valor integral? Pagava o valor integral.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Valor integral. Praticamente o que ele me pagava eu devolvia para ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E esses cheques eram sacados de uma vez só da sua conta?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eram sacados no prazo. Às vezes, demorava 4 dias, às vezes, 8 dias, 10 dias. Mas, se o senhor for verificar através do boleto bancário, o senhor vai ver que tinha depósito, por exemplo, de um milhão, e tinha cheques de 80, 70. Somando tudo aquilo, em quatro, cinco dias, dava o valor que foi depositado nos quatro, cinco dias.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor só sabia disso, depois que o senhor tirava o extrato bancário.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Sim, porque tirava o fax diariamente para saber a situação do banco.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele não mandava para o senhor uma planilha desses cheques preenchidos?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Ele me falava os valores: cheque tal é o valor tal, cheque tal é o valor tal, depois eu punha no canhoto. E batia sempre, batia com os valores realmente que ele me falava, porque sabia pelo fax tirado no banco. A cada três, quatro dias, tirava o fax e via os débitos que tinha, não é?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor trabalhou para a Mendes só nessa obra?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, eu trabalhei na Mendes, como eu falei, na obra do Porto de Santos, na obra portuária de Vaiong... Era um consórcio...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E nas outras obras, acontecia a mesma...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não. Nas outras obras não ocorreu isso aí. Na época não tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E eles diziam para o senhor para quem era esse dinheiro? O que ele ia fazer com o dinheiro?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não falava, ele comentava que era para o acerto de caixa da Mendes Júnior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que ele falava ?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Que era para o acerto de caixa da Mendes Júnior, ou coisa assim, não é? Era o que me diziam na época.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Isso só aconteceu nessa obra de Águas Espraiadas?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Só nessa obra. Foi a última obra que eu fiz para eles.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem era o Prefeito da época?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Acho que era o Maluf e o Pitta, não é? Foi uma parte Maluf e uma parte Pitta.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor trabalhou para os dois?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu era subempreiteiro, na época. Eu trabalhava para a Mendes, que era quem tocava a obra para eles.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essa época coincidiu com as duas administrações?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – É pegou parte das duas administrações.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A próxima Parlamentar inscrita é a Deputada Iriny Lopes.

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Santoro, o senhor já ouviu falar das empresas Impar, Fomento Engenharia e Jatobá? O senhor conhece essas empresas?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Já ouvi falar, porque quando a gente está há muitos anos no mercado conhece todas as empresas que atuam e algumas delas, lá na obra da Mendes tinha mais de trinta ou quarenta empreiteiros, porque eles detém a obra e vão dividindo etapas para cada empreiteira. Então, em São Paulo, eu conhecia todas elas, praticamente. Algumas dessas que a senhora comentou trabalhavam na obra da Águas Espraiadas, não é?

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Algumas ou todas?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu não conhecia todas, eu detinha...

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Todas as que eu falei aqui.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – A Senhora falou a Jatobá?

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – É Impar, Fomento Engenharia, Jatobá, Costasso...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Fomento Engenharia, essa eu conhecia. As outras nunca tive contato com elas, inclusive porque eu ia pouco na obra. O dono da empresa é que tinha mais contato com os carreteiros. Então a Fomento eu conheço.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O Deputado Dimas perguntou quais eram as contas. O senhor citou a conta da empresa, não é, que era no Santander?

O senhor tinha alguma conta pessoal em outro banco ou mesmo no Santander?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu tinha conta minha, pessoal, no Santander.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Também no Santander?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – No Santander.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Uma pessoal e a outra da empresa?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Exatamente.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O Sr. Damasceno em seu depoimento fez menção a vários contratos.

O senhor sabe o que é contrato de gaveta?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu não tinha contrato de gaveta com a Mendes. Na época, foi assinado um contrato dessa obra que foi executada.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – E esse contrato correspondia exatamente às especificações e a tudo que a sua empresa estava sendo contratada ou tinha algum aspecto fictício?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não, tudo o que constava em contrato, obviamente, a empresa executava e tinha condições de executar, não é?

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Inclusive o valor?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O valor da obra? O valor da obra é o seguinte, Excelência, hoje é normal a senhora subempreitar a parte. Por exemplo, a obra necessitava de cinquenta ou sessenta caminhões, eu particularmente tinha quinze caminhões, quatorze, depois, pegava os carreteiros para colocar e o carreteiro a senhora paga semanalmente, na época. Hoje se paga carreteiro até diariamente para ter caminhão.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Isso eu entendi, porque o senhor já havia explicado isso antes.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Certo.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Eu estou fazendo uma pergunta bem direta: Esses contratos que o senhor tinha para a execução dessas obras, que estavam sendo subempreitadas, especificavam o valor da obra e esse valor correspondia ao valor real que o senhor recebeu?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, eu comentei que sempre as notas fiscais eram o valor superior ao Relf.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Eu sei. Eu estou falando do contrato. O contrato, portanto, era assim. Então esses valores, que eram superdimensionados nas notas, correspondiam à soma? Somadas todas as notas dava o valor que estava no contrato?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Não, pelo seguinte, porque o contrato tinha um valor unitário.

Então eu recebia, por exemplo, “x” reais por metro cúbico feito e lá no contrato não falava o montante de metros cúbicos feitos, o que falava o montante eram as medições que vinham sempre. O contrato falava metros cúbicos a tanto, metro de transporte de rocha, tanto; escavação a tanto; DMT (Distância Média de Transporte), distância por metro cúbico por quilômetro, a tanto. Então, ele não falava de um valor total no contrato. Se a senhora pegar o contrato hoje – ele deve até ter lá – não especifica o valor total do contrato, ele especifica o valor numerário de cada item. A senhora recebe de acordo com a medição feita, e não de acordo com o que está no contrato. O contrato apenas tem o valor de cada item.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Então ele não tinha um valor total.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não tinha o valor total. Todo contrato de obra é feito assim porque a senhora não sabe o que terá pela frente, às vezes tem troca de solo, às vezes não; muitas vezes a senhora precisa tirar um material, para não botar fora, a senhora tem que botar fora mais longe, então o valor aumenta por causa da distância, então não se pode contar um preço fixo num contrato pré-estabelecido se a senhora não sabe o que vai ocorrer durante a obra. É normal.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Estou esclarecida.

O senhor disse que antes de Águas Espraiadas, o senhor já havia trabalhado para a Mendes Júnior.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Certo.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Em quantas obras o senhor já tinha trabalhado antes?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Na obra do Valong puxamos um material para eles, através de uma construtora – fui subempreiteiro lá na época. É a obra portuária do Porto de Santos. Não me recordo,

sei que deve fazer uns 20, 22 anos mais ou menos que foi executada essa obra. Era um consórcio: se não me engano era a Mendes Júnior, a Constram e me parece que a CBPO, uma coisa assim, não me lembro da outra empresa. Era o Valongo.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – CBPO.

Naquela época quem era o contato do senhor na Mendes Júnior? Era o Sr. Damasceno?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Eu não conhecia o pessoal da Mendes. Eu era subempreiteiro. A Transtain, na época, era a transportadora que transportava o material para lá e fazíamos carregamento e alguma coisa de transporte para eles na época. Era um movimento muito grande. Lá, para a senhora ter uma idéia, vinha material de trem, vinha material de carreta, vinha material de caminhão. Havia lá 300 caminhões trabalhando, porque era obra portuária, então o movimento era muito grande.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Nessa época anterior – sei que não tem a ver exatamente com a citação aqui do inquérito do Ministério Público, mas como o senhor citou, achei que era bom ilustrar.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Certo.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Farei a última pergunta sobre essa questão anterior.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Pois não.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O modo de relação com quem estava recebendo a subempreitada era o mesmo de Águas Espraiadas, ou seja, havia essas notas, esse superfaturamento?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, porque eu não trabalhava direto para a Mendes Júnior na época, eu trabalhava para uma firma que era o empreiteiro deles. Então, eu trabalhava para essa empresa e não tinha contato direto na Mendes Júnior na época.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – É como se fosse uma terceirização.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Isso. Perfeitamente.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – A última pergunta que farei para o senhor.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Pois não.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor confirma que o seu contato na Mendes Júnior era o Sr. Damasceno?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Perfeitamente, era com ele.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Eu queria que o senhor dissesse sim ou não: o Sr. Damasceno fez uma afirmação nesta CPI de que 90% dos valores contratados eram devolvidos.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Certo.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor confirma essa informação?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Já confirmei, inclusive no primeiro depoimento, que era 90%.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Não, para nós aqui.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Sim, claro, 90% era devolvido e posteriormente... Aliás, não era 90%, era devolvido tudo, não era 90%. Se a senhora for ver pela conta bancária, não era 90%, era tudo que era devolvido.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Mas aí o senhor disse que havia uma antecipação.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Sim, é verdade, isso não há dúvida.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Quero saber do total: do total que vinha para a conta da sua empresa...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não era a minha empresa – desculpe-me. Era a firma que...

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Sim. Desse total que ia para essa conta, descontava-se a parte da antecipação...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Certo.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – E ainda sobrava um dinheiro, que retornava. É isso?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – É isso, perfeito.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Quero saber se isso aí significava os 90% ou algo em torno desses 90%.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Responderei para a senhora em duas respostas: o equipamento que eu tinha, trabalhando lá, que devia ser meia dúzia de equipamentos e mais catorze ou quinze caminhões, correspondia, mais ou menos, a 10% do valor. Esse equipamento era meu, quando vendi a empresa não cedi esse equipamento.

Agora, a outra parte era pagamento a carreteiros, foi o que falei no segundo depoimento. A outra parte podia dar mais 30%, 40%. Então, comentei que, dos 50%... Na realidade, do que se recebia, 50% era feito de obra, 50% era devolvido a mais, sob a alegação de que o prazo é grande.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Muito obrigada. Encerro minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado João Paulo, a quem concedo a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Sr. Santoro, a sua empresa mantinha escrituração contábil e fiscal regular?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Até 1994, sim, mas, depois que a vendi, não posso afirmar. Posso garantir, como me disse o proprietário da firma, que o movimento foi declarado. O novo proprietário era contador e disse que declarou tudo no Imposto de Renda.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – O senhor vendeu a empresa em 1994 e essa obra foi de 1996 a 1998?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Exatamente.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – O senhor recebia esses cheques em nome da sua pessoa física?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Sempre em nome da empresa.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Em nome da empresa?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Em nome da empresa, evidentemente.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – O senhor assinava em nome da empresa, embora a tivesse vendido?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu tinha procuração para assinar pela seguinte razão: eu era conhecido no mercado. Eles não queriam contato com outra pessoa. De 1998 até 1994, para que V. Ex^a tenha uma idéia, trabalhei para todas as grandes empreiteiras que se conhecem, para as maiores do País. Então, tinha um nome, era conhecido de todas. E ele queria uma pessoa, para o contato da obra, tradicionalmente conhecida no mercado, e não um iniciante, que ninguém conhecia.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – O senhor tinha procuração para representar a empresa apenas nesse negócio ou também nos demais, para responder administrativamente pela empresa?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Na época, foi-me dada uma procuração, mas não me lembro de seu inteiro teor. Era, pelo menos, para assinar cheque, assinar contrato e, logicamente, para gerir outros negócios, mas não foram geridos. Na época, foram feitos negócios apenas com a Mendes Júnior. A autorização me foi dada, em âmbito geral, para poder fazer outras coisas e também cuidar de outras obras, se quisesse.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – O senhor tem dito que foi premido pelas circunstâncias a emitir notas fiscais, documento fiscal, espelhando o superfaturamento em torno de 100%? O valor real da obra seria “x” e o valor da nota emitida seria “2x”, no mínimo?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Isso. Seria mais ou menos esse o teor.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Quando o senhor precisava repassar um cheque, juntamente com a nota fiscal, da sua empresa para alguma outra, a

fim de devolver a importância que, teoricamente, teria recebido a mais, utilizava algum documento fiscal para acobertar esse cheque que emitia de lá para cá? Se a obra era de R\$1 milhão, por exemplo, o senhor devolvia um cheque de R\$500 mil para a empresa a quem estava prestando serviço?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Emitiam algum documento fiscal deles para o senhor?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Deixe-me explicar. Quando era feita essa antecipação do pagamento, assinavam um vale. Se o pagamento era feito oito meses depois, por exemplo, assinava-se um vale relativo ao valor que haviam dado. O que ocorre? Quando se recebia o dinheiro da Mendes Júnior, o total, aquele vale era rasgado e jogado no lixo, pois estava-se devolvendo o dinheiro.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – A pergunta, nobre depoente, é a respeito de um eventual documento fiscal. O que acobertava essa devolução? Que tipo de documento calçava essa devolução dos cheques feita à empresa a quem o senhor prestava serviço?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eles não assinavam documento nenhum.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Não havia documento nenhum?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Não assinavam documento nenhum. Falavam: “Não podemos assinar, porque...”

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – E como era fechado o balanço da empresa? O senhor tem informação a respeito?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O proprietário declarou todo o faturamento na quantidade, no total, e como foi feito – foi o que me disse. Quanto à entrada do dinheiro, o senhor pode perguntar: “Mas a antecipação feita servia para pagar os compromissos. E o dinheiro que entrava, que era devolvido?” Não havia documento algum, nada assinado, por isso o dinheiro era devolvido.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Perfeito. Mas volto a perguntar: que documento permitia o fechamento dos balanços da empresa, nos anos de 1996, 1997 e 1998, já que havia uma saída, nesse período, de mais de R\$5 milhões?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Deixe-me fazer o seguinte comentário: o comprador da empresa era contador. Era responsabilidade dele fazer esse fechamento. Eu não tinha competência para saber como ele resolveria o problema. Comentei com ele. Uma época, falei: Olha, estamos executando um valor de obra, mas dando outro. E ele respondeu:

“Não, não, Santoro. Isso aí eu vou resolver”. É problema meu. Problema meu, eu resolvo. Digo: está bom, você via resolver, é problema seu. Vou declarar tudo. E declarou tudo que foi recebido realmente. O que ele me alegou, que foi declarado tudo. Mas é fácil, é só puxar na Receita Federal, e lá vai se ver está declarado o valor total ou não. É fácil de saber.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Perfeito, obrigado.

O próximo parlamentar inscrito é o Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Sérgio Santoro, o senhor explicou sobre a participação na obra, de como ocorreu, foi dono da Planicampo até 1994, depois contactou seu Simeão, que trabalhou na obra até 1997/1998. Então, agora gostaria de lhe perguntar como o Senhor apareceu nesse filme? Depois, 2002. Agora, no processo. Ficou bem explicado, como o Sr. participou, tem a nota, a nota voltou para quem entregou, recebeu, talão de cheque assinado, como era o contrato. Somente para complementar, com quantos caminhões, mais ou menos, o Sr. trabalhava? Máquinas de caminhões?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O equipamento que era meu na realidade em torno de uns 14, 15 caminhões, e devia ter uma meia dúzia de máquinas.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Isso abrangia o atendimento todo da empreiteira da Planicampo

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Dos 10% é. Depois tinha outra parte que era pagamento de carreteiro. Tinham vários carreteiros que trabalhavam também.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – E a sua própria empresa dava dinheiro na forma de vale para pagar e depois descontava?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Isso, exatamente, para antecipar.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Agora, passados os anos, obra terminada, o dinheiro...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – 1998, certo.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Naquele período todo, esse dinheiro que corria, cheque, em algum momento apareceu alguma informação mais concreta para o Sr. sobre a questão de envolvimento da CC-5, mandar dinheiro para Foz do Iguaçu, esse dinheiro vai cair nos Estados Unidos, Banestado ou não, algum momento o Sr. tomou conhecimento de operações desse tipo, envolvendo esse dinheiro resultante de nota fiscal, etc.?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Vou explicar. Quando fui ao primeiro depoimento no Ministério

Público, fiquei sabendo que realmente ocorreu esse problema de troca com doleiros.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Isso em 2002.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Até então não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – o Senhor ficou sabendo por meio de quem?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Através do Ministério Público quando fiz o primeiro depoimento que os cheques eram trocados com o doleiro. Me perguntaram se conhecia o doleiro. Eu disse que nem sabia que era trocado com um doleiro.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Essa é exatamente a minha linha de pergunta: o Sr. entrou no processo? Foi ao Ministério Público, foi chamado, fez um acordo depois.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Era para falar tudo que eu sabia, a verdade, todos os pontos como estou fazendo com V. Ex^a.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – O Senhor foi como representante, procurador da Planicampo, não era mais proprietário, etc, mas era diretor, era procurador, representava. Então, o Sr. nessa condição foi chamado em 2002? Agora, por quem? Direto pelo Ministério Público, apareceu em alguma documentação ou arrolado como testemunha de alguém? Simeão Damaceno?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Quando o Dr. Simeão fez aquela denúncia inicialmente, aí que o Ministério Público me chamou para prestar declaração lá, está entendendo?

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – A informação que o Sr. tem é que o próprio Simião Damaceno teria passado para o Ministério Público e aí o Ministério Público, obviamente, quis ouvir as confirmações.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Ele mostrou até na televisão os cheques que eram devolvidos. Falou: olha, devolvia tanto de cheque para... E realmente era devolvido o cheque, como estou falando aqui. Por que era devolvido? Aí eu expliquei a situação da devolução.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Certo. Contribuindo então para o procedimento de conhecimento do processo.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Certo.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Mas eu fiquei exatamente querendo saber, porque também temos outros depoimentos e como giramos em torno do episódio, mas o episódio ocorreu na verdade nos anos 96/98, estamos trabalhando sobre declarações

fornecidas em 2002, daí o motivo dessas perguntas. Estou satisfeito com as respostas.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Perfeito, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes de passarmos ao relator, gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr.

O Senhor já explicou que prestava serviços, e prestava realmente serviços, já falou qual tipo de serviço prestava que era a seção de caminhões...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Máquinas, escavadeiras, tratores, etc.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quero voltar a insistir em um ponto: quanto foi pago para a Planicampo?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Olha...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quanto foi pago e desse valor pago, quanto que é verdadeiro, quer dizer, qual o valor real da obra? Aquilo que a Planicampo realmente trabalhou e por aquilo devia receber?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Certo. Então, Excelência, como faz hoje sete anos que foi executada a obra, é o que eu comentei: eu não posso saber o valor exato de quanto foi, mas o que eu posso garantir é que o real foi sempre feito em torno de 40, 50% da obra, 50% a mais era colocado a título do que eles achavam. Agora, se o senhor perguntar para mim: mas, seu Santoro, era 10 milhões, era 20, era 30? Eu acho que era em torno de 10, mas pode ser mais também, porque não tem esse valor todo, porque, veja bem: quando vendi a empresa, eu estava mais preocupado, na realidade, com esse equipamento meu que estava trabalhando lá. O restante, que era o equipamento subalugado, eu não estava cuidando daquilo. Então, eu não tinha um grande interesse nesse detalhe. V. Ex^a compreendeu?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. S^a disse aqui, no depoimento, que chegou a alertar o dono da Planicampo, que era um contador...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – É, não era normal uma situação dessa que estava sendo feita.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor confirma que ele não recebia nada a maior porque dava uma nota superfaturando o serviço?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O senhor quer dizer que nós recebíamos a maior?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Exatamente.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não. Pelo contrário, recebíamos até a menos porque tinha uma série de coisas aí que tínhamos que pagar e, na

realidade, a obra passou a dar até prejuízo. A verdade foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Nessa mesma época em que o senhor trabalhou em Santos? Foi?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não. Isso foi na época da Água Espriada.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim. Aí, depois, o senhor disse que trabalhou também em Santos.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Há 22 anos atrás, eu trabalhei numa obra deles em Santos, obra portuária.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Certo.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Era uma situação diferente porque eu era um subempreiteiro, mas era um terceiro. Tinha um empreiteiro que trabalhava para a companhia e eu trabalhava para esse subempreiteiro na época, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Na época, a relação com a Mendes Júnior era com quem? Era com o Sr. Simeão também lá em Santos?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não. Naquela época, eu não conhecia o Simeão. Eu conheci o Dr. Simeão em 96, foi que eu conheci, 95, 96, mais ou menos essa época.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E, naquela época, com quem que era a relação? O senhor se lembra?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu não tinha tratativa com nenhum pessoal da Mendes Júnior. Eu tinha com o subempreiteiro que trabalhava para a Mendes, como eu comentei para o senhor. Eu era um subempreiteiro do subempreiteiro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor ouviu algum comentário que essas notas a mais, esse valor a maior seria para pagamento de propina ao Sr. Maluf ou ao Sr. Pitta?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Isso eu nunca tive conhecimento. É uma coisa que eu jamais posso alegar aqui porque eu não sei. Ia falar uma verdade para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quando o senhor foi depor ao Ministério Público, chegou a ser público que o senhor iria fazer esse depoimento? A imprensa de São Paulo, principalmente, chegou a registrar que o senhor seria chamado para fazer o depoimento, depois do depoimento do Simeão ao Ministério Público?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Olha, eu não sei. Eu sei que, depois que foi feito o depoimento, alguma coisa sempre saiu em jornal, mas logicamente

estavam sabendo por causa da denúncia que o Simeão havia feito inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Quando o Simeão fez a denúncia, o senhor percebeu que o senhor iria ser chamado?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu achei até que seria possível porque, realmente, ele colocou... Quando saiu na televisão aquela situação em que ele mostrou os cheques que a empresa devolveia, falei: logicamente, a gente deve ser chamado para esclarecer a situação, como realizou na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Se o senhor percebeu, então, o senhor há de convir que era absolutamente normal que a Mendes Júnior também percebesse.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – É, não tem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E que o Sr. Maluf e o Sr. Pitta também percebessem.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Alguém lhe procurou no sentido de que fizesse declarações de forma a proteger a Mendes Júnior, ou o Sr. Maluf ou o Sr. Pitta?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, nunca houve dessa situação. Nunca houve essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Ninguém lhe procurou?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, ninguém me procurou.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Nenhum enviado de nenhuma dessa...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – A única coisa que houve é que, por exemplo, na Mendes Júnior, um diretor da Mendes Júnior, era o diretor... acho que é o Presidente também, na época, o diretor financeiro, uns dois meses antes de ocorrer a denúncia, ele falou: olha, nós estamos tendo um problema grave aqui, Santoro, porque o Dr. Simeão não faz mais parte do nosso grupo e ele está prometendo uma denúncia aqui, falando uma série de coisas e exigiu da gente aqui um determinado valor e nós não podemos dar, não há possibilidade de nós fazermos isso, não há condições. Eu falei: olha, o que que eu posso fazer? Eu não posso fazer nada. Eu nem conheço o senhor. Estou conhecendo agora. Eu conhecia aqui dentro o Simeão. Para mim, a Mendes Júnior era o Simeão. O que que eu posso fazer? Eu não posso fazer nada. E dois meses, três meses depois, veio o que ocorreu, veio a denúncia do Dr. Simeão pela televisão. Eu até não acreditei que ele fosse fazer. Até comentei com ele: "Ah, vocês estão ligando. Ele não vai falar. Imagi-

ne, ele trabalhou tantos anos aqui." E realmente não sei, a obra foi executada, está lá para...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– E quem era esse diretor que teve essa conversa com o senhor?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Foi o Dr. Ângelo que me chamou lá. Esse Dr. Ângelo fica em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– O senhor sabe o sobrenome dele?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não sei o sobrenome dele, mas ele é o atual diretor financeiro da Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Hoje é o diretor financeiro?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Acredito que era na época que ele me chamou lá.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– E nem esse Dr. Ângelo, ao dizer "Olha, estamos com um problema grave e tal", não chegou a insinuar que, se houvesse, ele queria contar com a sua compreensão?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não. Ele sempre comentou comigo o seguinte: que fosse falado a verdade. Eu falei: "Eu vou falar a verdade do que foi ocorrido, a verdade do que foi ocorrido vou falar." Porque, às vezes, para a Mendes, esse faturamento a mais, na cabeça deles, pode ser pelo custo financeiro do atraso que eles adiantavam o dinheiro pra gente. Então, eu não podia falar nada. Eu vou falar o que realmente ocorreu. Eu não vou falar nada diferente para não me criar nenhum problema, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E com relação ao dinheiro para o senhor, que aparece nas remessas da conta CC-5? O senhor reafirma...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Esse é o problema...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Quero só lembrá-lo que o senhor está depondo sob juramento. O senhor reafirma que não tem nada?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Veja bem, Excelência, é fácil de provar isso, porque quando entrava na conta R\$1 milhão, por exemplo, saía R\$1 milhão logo em seguida. E esses cheques que eram deixados comigo, o próprio Joel – o Joel não sei se ele vai chegar a depor com V. Ex^a – vai poder afirmar que os cheques eram batidos e ficavam todos os cheques lá. Ele é testemunha de que os cheques ficavam na empresa. Não sei se ficavam com a empresa ou com o Simeão, mas eles eram entregues para o Simeão. Agora, se era o Simeão que dava os cheques ou era a Mendes que dava, a gente não sabe, porque ficava em poder deles, entendeu? Agora, eu não tinha contato

nenhum lá fora nem nada, de forma nenhuma, imagina, isso não. A gente é um pobre empreiteiro que trabalhava para sobreviver, imagina. Tinha lá meia dúzia de equipamentos. A gente foi usado para montar isso, V. Ex^a entendeu bem a situação, a gente foi usado, a verdade é essa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa venda que o senhor fez à empresa foi registrada na Junta Comercial?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Foi, em 1994, foi passado, está lá. Se V. Ex^a tirar um prospecto lá na junta, V. Ex^a vai verificar que realmente foi feito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhava para outras empreiteiras?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – V. Ex^a quer dizer antes de 1994?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Normalmente.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – A firma foi aberta em 1978 e nós trabalhamos para todas as empreiteiras, várias delas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E havia algum esquema como esse?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, nunca teve. Sempre era obra executada normal. Isso aí ocorreu nesse caso, que foi uma situação que ocorreu. Mas na minha gestão, não. Até 1994, a firma funcionou sem o menor problema, tudo declarado, tudo pago, e isso aí não tinha nada a... Inclusive, tem uma situação: se V. Ex^a pegar, por exemplo, a Lion, que era fornecedora, a representante da Caterpillar aqui no Brasil, na época, eu cheguei a comprar mais de 50 máquinas da Lion no período até 1994. Então, a firma tinha até um porte razoável para tocar a obra, e tocava a obra de verdade. O que me atrapalhou, na época, foi que, em 1990, quando entrou aquele projeto do Collor que tirou dinheiro, a firma começou a ter problema financeiro. Daí pra lá, ela não conseguiu mais acertar. Até 1990, ela ia às mil maravilhas, tanto é que depois eu resolvi dispor por causa disso, porque entrou uma situação difícil. Trabalhei para o CDH, o CDH não pagava e acabei vendendo a empresa. Eu tinha outro negócio de loteamento, que é dessa firma de empreendimento imobiliário, Tecno-terra. Então, eu resolvi não ficar com ela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar em Sheila Abad?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, nunca ouvi falar, Excelência, não conheço. Sheila Abad? Logicamente, algum cheque meu, logicamente no nome dessa pessoa também, deve ter sido isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, não. Só estou perguntando se o senhor a conhece.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Para V. Ex^a ver, barbaridade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor Simeão, fez algum pedido para o senhor falar de um jeito ou de outro, no Ministério Público?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, não, ele não falou nada. O Simeão, ele se manteve... Ele fez a denúncia e nem tive contato com ele mais e nada... Na época, eu tinha um bom contato com ele, boa amizade com ele, de trabalho, normal. Ele não me pediu nada, não me solicitou nada. É uma pessoa que não posso falar nada dele a esse respeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, não mais havendo quem queira fazer indagações, liberamos o Sr. Sérgio Lima Santoro.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Estou disponível para a hora em que V. Ex^a precisar, no momento em que precisar, à inteira disposição. V. Ex^{as} têm o meu telefone, o meu endereço e o que precisar, estou às ordens 24 horas por dia.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Talvez voltemos a falar com o senhor sobre esse cheque que aparece, da conta CC-5, de 11 mil...

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Onze mil reais?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – US\$11 mil.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – US\$11 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – US\$ 11 mil.

Mas, eu nunca tive conta nesse Banco que V. Ex^a comentou, que é o Banco Safra. Pode ser um homônimo. Será que não pode ser Excelência. Há homônimo. Pelo CPF descobriremos. É fácil. O movimento era todo no Santander. Ele era todo feito lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o antigo Noroeste?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – É o antigo Noroeste. Aliás, os primeiros depósitos eram feitos ainda com o Banco Noroeste.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A firma começou mesmo em 1974?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Ela começou em 1978.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – De 1978 a 1994, o senhor sempre trabalhou e nunca teve problema desse tipo, em nenhuma época?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não. Na minha gestão não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Somente nas gestões do Maluf e do Pitta.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Veja bem, a firma até 1994, Excelência, era minha. Eu tratava dela com todo amor, carinho e responsabilidade. De 1994 para lá, houve isso. Ela foi vendida para terceiro. Era uma loucura e eu não fazia mais parte dela. Inclusive, eu tenho grandes obras que foram executadas e que eu posso enumerar para V.Ex^a. Aliás, no Ministério Público eu falei de grandes obras que foram executadas na época.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu agradeço o depoimento do Sr. Sérgio Lima Santoro. V.Ex^a deseja falar?

Há uma última pergunta que me ocorreu agora. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – O senhor informou aqui, à CPI, que o senhor tinha a procuração para quem o senhor vendeu e por conta disso o senhor assinou cheques até 1994. Qual a razão de o senhor ter a procuração para quem o senhor vendeu?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Veja bem, o contato na Mendes Júnior – como eu comentei com a senhora – era eu. Por que era eu? Porque eu tinha contato com todas as empreiteiras e era uma pessoa tradicional e conhecida no mercado, como sou até hoje. Então, o que ocorre? Eu tinha contato com a Mendes. O Simeão queria um contato comigo. Ele não queria um contato comigo. Ele não queria um contato com o novo proprietário da empresa, nem quis conhecê-lo. Não, eu quero o Santoro. O Santoro sabe tocar obra, sabe fazer isso, executa. Por isso eu tinha esse poder todo, para poder..;

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – E a pessoa para quem o senhor vendeu concordou imediatamente? O senhor já conhecia a pessoa para quem o senhor vendeu? Já tinha relação com ele?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Eu conhecia há muitos anos. Na época, para poder pegar a obra, ele também concordou com tudo. Eu falei “Eu, da minha parte, não iria fazer isso aí”. “Não, mas eles estão com o poder nas mãos. Vamos tocar a obra. Eles têm a situação financeira e temos de estar nas mãos dele. Não há outro jeito. Nós não recebemos nem aquilo que fizemos.

A SR^a IRINY LOPES (PT – ES) – Essa procuração que o senhor recebeu dava amplos poderes ou era somente para responder mediante contrato com a Mendes Júnior.

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Não, ela tinha poder não somente para essas obras, mas para outras

obras que também surgissem. O sistema de procuração dá poderes para outras obras também.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O dono da empresa recebia quanto?

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – O dono da empresa, logicamente, pagava os carreteiros. Logicamente, quando você paga 10 para os carreteiros na realidade, está recebendo 14, 15, por viagem ou por metro cúbico. Seria isso. Então, ele tinha. Quando ele ia pagar, ele já retirava daquele montante o dinheiro e já ficava com ele também.

O SR. (não identificado) – (fora do microfone. Inaudível)

O SR. SÉRGIO LIMA SANTORO – Pagava, porque, como contador, a empresa já era dele e ele não iria me ater a esse ponto. Mas, ele comentava comigo que pagava os impostos, que iria pagar o que estava atrasado. Tanto é que foi declarado todo o movimento que foi feito. Talvez, não tenha sido declarado no ano, foi declarado com atraso, um ano depois, mas ele declarou tudo. Foi o que ele falou para mim, na época, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu agradeço o depoimento do Sr. Sérgio Lima Santoro.

Suspendo a sessão por cinco minutos e, em seguida, ouviremos o próximo depoente.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência declara reabertos os trabalhos e informa que o próximo depoimento será do Sr. Alkimar Ribeiro Moura, ex-diretor do Banco central do Brasil. Informa também que ele assinou o termo de compromisso, conforme o art. 203, do Código de Processo Penal, que está nos seguintes termos:

“O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5^o, inciso, LXIII da Constituição Federal.”

Inicialmente passamos a palavra ao Dr. Alkimar Ribeiro. Evidente que V. S^a está informado sobre os objetivos desta CPML e passamos a palavra, inicialmente, para que, em 30 minutos, V. S^a pudesse fazer uma exposição inicial. E a seguir, nós passaremos ao relator para as indagações.

O Dr. Alkimar Ribeiro iniciou com a palavra.

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Deputada, Srs. Deputados. É com muito prazer que eu participo desta CPI. Não é a primeira vez que o faço. Quando no Banco Central eu já pude colaborar com outras CPIs e o faço dentro do espírito público de que um ex-servidor públi-

co tem que realmente colaborar com iniciativa desse porte do Congresso Nacional.

Eu somente queria esclarecer as condições com as quais estou fazendo esse depoimento. Eu recebi informação de que seria convocado ontem à noite, pelo telefone, às 20:30 hs. Hoje eu recebi o Fax oficial do Senado me convocando para esse depoimento marcado para amanhã, às 9hs da manhã. E hoje pela manhã eu fui informado também de que seria antecipado para hoje. Então eu estou somente esclarecendo. Não vai aqui nenhuma crítica à maneira como está sendo conduzida a CPI, mas é apenas para justificar a minha falta de condições de preparação para participar desse depoimento na qualidade ou no tipo de informação que eu gostaria de prestar a esta Comissão.

Então, isso demonstra, por um lado, a minha ampla disposição de colaborar com esse fórum, com essa CPI, mas por outro lado, por favor eu gostaria que V. Ex^{as} entendessem que eu não tive condições de me preparar devidamente para esse depoimento.

Eu queria primeiro me apresentar. Eu sou professor universitário. Sou professor na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, desde 1970. E por três vezes ocupei a diretoria do Banco Central. Em 1987 eu fui diretor da antiga Diretoria de Dívida Pública e Mercado Aberto do Banco Central, ainda no Governo José Sarney. De fevereiro de 1994 a março de 1996 eu fui Diretor de Política Monetária do Banco Central na implementação do Plano Real, e depois nos primeiros dois anos do Plano Real. E de março de 1996 a setembro de 1997 eu fui transferido, nomeado para a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional.

Eu ocupei as diretorias do Banco Central por três períodos. A primeira vez em 1987, a segunda e terceira vez de 1994 a 1997. De 1997 para cá eu voltei a São Paulo e continuei a minha carreira como professor universitário na Fundação Getúlio Vargas, onde estou até hoje.

Eu quero esclarecer para V. Ex^{as} quais as funções da Diretoria de Normas do Banco Central e a função pela qual eu estou sendo chamado para esse depoimento. Como V. Ex^{as} sabem, o sistema bancário, mais especificamente o sistema financeiro, opera na base de concessão federal. Na verdade, se pode dizer que as injunções financeiras, ao operarem com poupança pública, prestam, num certo sentido, um serviço quase público. Nesse sentido, essas instituições, mesmo que privadas, precisam ser reguladas. E o Banco Central é a instituição que tem por função regular a operação do sistema financeiro. Regular em que sentido? Basicamente eu diria que nas três fases da instituição

financeira: no nascimento da instituição, na operação e no encerramento.

O que significa no nascimento? Significa que as normas do Banco Central vão estabelecer as pré-condições, os requisitos para que um empresário ou um grupo de empresas possa estabelecer uma instituição financeira em termos de qualificação técnica, patrimônio de capital e reputação. Então, são as três pré-condições que o Banco Central exige, depois da Constituição de 1988, para que empresas e indivíduos possam organizar-se em instituições financeiras. Essa é a primeira regulação do Banco Central: a regulação quanto à entrada no jogo, no mercado de novos **players** e novos participantes.

No segundo momento há a regulação operacional e prudencial. E aí nós estamos falando de... Na operação da instrução financeira, porque a instrução financeira opera com recurso do público – poupança popular – e ela tem que ser regulada até para proteção, principalmente, do pequeno depositante. Essa regulamentação do Banco Central visa a várias funções, basicamente a de criar um sistema financeiro saudável e sólido que possa operar e captar a poupança do público e transformá-la em recurso para financiar o crescimento econômico. O que significam essas regras que o Banco Central estabelece, e a Diretoria de Normas é que tem a função de normatizar para todo o sistema bancário. Basicamente, são questões relativas a crédito: operação de crédito, concentração de crédito; para quem está sendo dado o crédito; diversificação regional; diversificação setorial e coisas assim. Problemas de risco: minimizar os riscos; evitar riscos que as instituições financeiras possam assumir e colocar em risco o sua própria solvência, a sua própria liquidez. Então, a área de normas também cuida de estabelecer parâmetros que a instituição financeira tem de obedecer para que ela seja operada em termos de cuidado, de discernimento e de proteção, basicamente, ao depositante. No Brasil, como os senhores sabem, também o Banco Central tem uma função muito substantiva na regulamentação de operação de crédito rural. Embora basicamente conduzidas pelo Banco do Brasil, mas a regulamentação parte do Banco Central. Então, existe uma regulamentação forte na área de crédito rural, direcionando-o para atividades, para determinadas áreas, para setores, para safras. Tudo isso também consta de regulamentações do Banco Central. Outro tipo de regulamentação ainda prudente e operacional: a relação do banco com o cliente. Quais as condições em que o banco vai aceitar a abertura de conta, a identificação e a necessidade de... Essas necessidades que o banco têm... “que exigir para estabelecer um relacionamento saudável com os seus clientes”. Outra

coisa é a movimentação da conta reserva bancária. São as contas correntes que os bancos comerciais têm no Banco Central. Também essa movimentação da conta reserva, uma conta essencialmente importante para o funcionamento do sistema bancário, esta regulamentação é feita, também, pela área de normas. Problema de imobilizado. Quando que um banco pode investir de imobilização. Quanto de patrimônio líquido um banco está canalizado para imobilizar. É outra regra prudente que o Banco Central estabelece para evitar que os bancos super concentrem recursos em atividades imobiliárias. Problema de poupança, o que também é muito importante no Brasil. Direcionamento da poupança. Todas essas regras de financiamento do crédito habitacional, captação de poupança. Todas essas regras também são definidas no Banco Central pela área de normas. Toda a regulamentação do Comitê de Basiléia, um Comitê internacional, originário do Banco de Compensações Internacionais, que o Brasil aderiu em 92/93 e que, na verdade, a implementação dessas regras de Basiléia é atribuição do Banco Central e, neste, da Diretoria de Normas. Problemas de assegurar a competitividade e concorrência dos bancos. Problema de proteção a consumidor. Implementação da Lei de Proteção ao Consumidor a Área Bancária. Todos são objetivos que a área de normas está presente. Condição de prestação dos serviços bancários. Problemas de tarifação, que serviços devem ser gratuitos. Problemas com a operação de câmbio. Essas normas são da alçada da área de normas. Finalmente, a regra de saída. Falei no início da operação e o funcionamento... Isso, eventualmente, se houver necessidade. Se o empresário quiser se desfazer do negócio bancário de maneira voluntária, uma decisão do indivíduo ou de um grupo de indivíduos, o Banco Central também normatiza as regras de saída. A instituição devolve, em certo sentido, a autorização que ela recebeu do Banco Central. Tudo isso, Sr^{as} e Srs. Deputados, é para mostrar o papel que a Diretoria de Normas desempenha no Banco Central e da qual fui responsável de março de 96 a setembro de 97.

Para finalizar essa minha intervenção, eu gostaria de mencionar um ponto que tem a ver, provavelmente, com a minha convocação.

Em assuntos específicos, é tradição da Diretoria Colegiada do Banco Central que, em alguns assuntos específicos que precisam ser normatizados, esses votos, essas normas têm a assinatura de dois diretores: do diretor da área específica e do diretor da área de normas. Isso ocorre com muita frequência no Banco Central, envolvendo, por exemplo, o crédito rural. O crédito rural é uma área muito específica, e ela tem que ser constantemente normatizada. As normas vêm da

área específica do Banco Central, mas tem a diretoria de normas também assinando as normas. Operações de direcionamento de crédito rural, crédito imobiliário, também poupança; tudo isso são assuntos específicos que compete a uma área técnica e que são normatizados por pela área de normas e que na normatização tem a assinatura de dois diretores. Na área de câmbio, a mesma coisa: as normas de câmbio, que são decididas pela área de câmbio, quando normatizadas pelo Banco Central, têm geralmente as assinaturas do diretor de câmbio e do diretor da área de normas.

Então, nesse sentido, realmente entendo o sentido da minha convocação para esse depoimento e estou, de novo, colocando-me à disposição dos senhores para qualquer pergunta e, de novo, enfatizando o caráter da condição que eu vim nesta CPI, com a maior disponibilidade, com a maior boa-vontade, mas com prazo muito exíguo para a preparação para responder às questões dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Feita a exposição inicial, passamos a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Alkimar, eu queria inicialmente indagar do senhor, o senhor se referiu agora há pouco que, quando se trata de assuntos específicos, dois diretores costumam assinar as propostas, etc. É o caso do Voto 141/96 – o senhor deve-se lembrar –, que trata da Circular 2.677. Gostaria que o senhor pudesse dar a informação para nós da CPI quais são as circunstâncias, de que maneira ocorreu a preparação de Voto. Quais os debates que estavam sendo travados naquele momento no Banco Central que levaram à confecção desse Voto?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Sr. Relator, já lá se vão sete anos. Já estou numa certa idade em que a minha memória não me ajuda muito, mas basicamente esse Voto foi confeccionado pela área internacional e levado ao conhecimento à área de normas e foi debatido com a área de normas para se ter o Voto em conjunto, como era a norma do Banco Central à época. Na verdade, é uma questão mais de procedimentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode dizer que quase uma adesão?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Adesão, mas não a adesão sem entendermos o espírito do voto, que era de coibir movimentos. Na verdade, era uma tentativa de consolidação de operações que passavam pela CC-5. Na verdade, era uma tentativa de consolidar normas cambiais no sentido de independência, mas, ao mesmo tempo, de monitoramento das operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor analisando, da tradição e da legislação que afetava essa circular, o senhor entendia que ela estava de acordo com as normas e as condições da legislação vigente?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Sim, entendendo que sim. O Banco Central não faria nada que fosse contrário à legislação vigente; isso é norma do Banco Central. Até temos um... Os votos são preparados e também têm, imagino, quase todos os votos, uma assessoria jurídica para verificar a delicidade e a legitimidade dos votos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor costumeiramente vê autorizações genéricas para que departamentos possam suprir possíveis falhas das circulares?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não. O senhor me falou: costumeiramente. Não. Eu acho que em alguns casos é possível imaginar que possa ter autorizações especiais, mas não é uma rotina. Há casos excepcionais. Casos excepcionais são tratados de maneira excepcional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se lembra de algum caso em que um departamento do Banco Central recebeu uma autorização genérica para suprir possíveis falhas de uma circular?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não me recordo, mas não estou dizendo que não possa ter havido. No momento não me recordo de outra situação deste tipo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesse caso o senhor sabe que há uma autorização genérica para o departamento ...

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – ... Para excepcionais ações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não conhece outro caso?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Por favor, Sr. Relator, estou dizendo que no momento...

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... O senhor não se lembra de outro caso.

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não me lembro de outro caso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então posso concluir que não é uma coisa corriqueira, senão o senhor se lembraria de vários casos?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Sr. Relator, coisas corriqueiras são tratadas corriqueiramente, situações excepcionais exige um tratamento excepcional. Imagino que em casos excepcionais esse tipo de delegação pode ser dado. Não me lembro, atualmente, de nenhuma outra delegação. Não posso dizer que não exista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu também as autorizações especiais, concedidas para os bancos operarem com ...

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Tenho notícia, hoje, mais pela imprensa, do que ... Porque estou afastado, sou funcionário de carreira do Banco Central...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Digo, na época.

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Na época sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se lembra dessas autorizações? Elas foram concedidas em abril de 1996.

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Sim, eu estava no Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... São consequências desses voto que o senhor assinou junto com o Dr. Gustavo Franco, que no último item prevê essa possibilidade do departamento ouvir do Direx.

Existem normas para essas concessões de autorizações especiais?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não ficou muito claro para mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque aqui diz assim, vou ler para o senhor só para recapitularmos.

“Isto posto – vem toda a resolução, uma fundamentação do voto – submetemos a apreciação de V. S^{as}. a anexa minuta de circular sobre a matéria, propondo ainda que o departamento de câmbio, ouvida a Direx – que é a Diretoria – possa autorizar procedimentos distintos dos previstos nesta circular.

O departamento de câmbio, ouvido a Direx, pode autorizar procedimentos distintos, dos previstos nesta circular, em caráter de excepcionalidade, a fim de atender situações específicas que lhes venham ser apresentadas, bem como promover autorizações de cunho operacional”.

Então o departamento de câmbio poderia fazer alterações na circular.

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não fazer alteração na circular. Ele podia excepcionalizar alguns procedimentos da circular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que na realidade é tirar da circular uma área, por exemplo; era uma das hipóteses, então ele podia alterar, aquela área não faz parte daquela circular. É isso?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Eu entendo que excepcionalizar era que alguns requisitos que a circular exigia, poderia, excepcionalmente, não ser cumprido em algumas situações específicas. Não é um cheque em branco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas existem normas que disciplinam essa situação excepcional?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Situações excepcionais como o próprio nome indica Sr. Relator, não tem jeito de ser definidas *a priori*.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não estou dizendo a situação qual seja.

Estou dizendo assim, para se conceder uma autorização especial para um banco ter qualquer finalidade, existe alguma norma para isso?

Para o Banco Central autorizar: O Banco do Brasil vai operar com valores superiores a R\$ 10 mil, sem identificar beneficiário, por exemplo, existe alguma norma que estabeleça isso?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existiu a discussão preliminar a este voto da possibilidade de liberação de autorizações especiais para Foz de Iguaçu.

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Sr. Relator, havia uma preocupação muito grande com o que estava ocorrendo na região de Foz de Iguaçu.

Agora, isto era uma preocupação muito grande com movimentação, mas não sei especificar tipo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A diretoria de normas participou da formulação das autorizações especiais para Foz de Iguaçu?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não; excepcionais não. A competência era do departamento de câmbio, ouvido o diretor da área internacional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a diretoria...

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não, ela participou da elaboração do voto, juntamente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei, isso já entendi.

A pergunta é a seguinte, queria saber se a diretoria que o senhor respondia se ele participou, previamente, da normatização das autorizações especiais para os bancos de Foz de Iguaçu?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Que eu me recordo não; não me lembro que tenha participado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No seu currículo o senhor se apresenta como alguém que participou da elaboração do Plano Real.

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Da implementação do plano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma das normas do Plano Real era a exigência de identificar os remetentes de valores superior a R\$10mil, que correspondia à época a US\$10mil. Esta autorização especial pede que se identifique somente o banco que arrecada

o recurso e não o beneficiário. O Sr. acredita que existia uma infração à norma legal do Plano Real?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – O Senhor pode repetir a pergunta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A circular veio normatizar a CC-5. A autorização especial permitiu que as agências de 5 bancos pudessem receber reais e convertê-los em dólar, remetendo para o destinatário conforme indicação de quem os remeteu, que é um banco, e não exigia que o banco identificasse os beneficiários. A lei do real exigia que os valores superiores a R\$10mil ou US\$10mil à época, porque era ao par, as pessoas fossem identificadas. A autorização especial respeitou a norma da lei que criou o real?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Sr. Relator, não tenho condições de responder a questão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve uma preocupação da diretoria de normatização de refletir sobre a sistemática que estava sendo criada em Foz do Iguaçu que permitia o ingresso de reais em carros-fortes?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Detalhes operacionais eu não posso dar conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Falo daquilo que está normatizado, porque a autorização especial criou uma exceção à Circular nº 2.675. A exceção também tem normas. Gostaria de saber se a diretoria de normas também se preocupou...

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Veja só, os detalhes operacionais técnicos da resolução foram elaborados por pessoas que conheciam o negócio, as operações, pessoal da área internacional, porque a área de normas não conhecia detalhes operacionais dessas operações. Então, ela não tinha condições operacionais de verificar esses detalhes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Departamento de Normas chegou a analisar a inexistência de uma autorização do Conselho Monetário Nacional prévia à circular 2077?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Senhor sabe se era necessário ou não essa autorização?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não me recordo. O Senhor há de convir que o tempo que participei do Banco Central foi há 7 anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era comum a publicação para vigir circulares assinadas por dois diretores antes que o colegiado as aprovasse.

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Era submetido ao colegiado. O diretor não aprovava nenhuma resolução que não passasse pelo colegiado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não havia nenhuma publicação *ad referendum* do colegiado?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não havia. Todos os votos eram previamente apresentados e discutidos no colegiado do Banco Central e depois, se aprovados, eram emitidos sob a forma de carta circular assinada nesse caso por dois diretores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Senhor tem idéia porque já não foram previstas na própria circular 2677 as características e as normas da autorização especial?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não sei responder. Acho que é difícil normatizar situações excepcionais e por isso existe essa válvula de escape.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A circular tinha um prazo de 10 dias para começar a vigência e do dia que começou, que foi 20 de abril, 48 horas depois foi dada a primeira autorização especial. Não seria mais fácil estarem contidas as normas para autorização especial na própria circular?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Realmente não posso dizer sobre a seqüência lógicao fato que não posso rememorar detalhes de cada uma dessas resoluções.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Senhor conhece alguma norma do Banco Central para empresas de factoring?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Empresas de factoring não são instituições financeiras, elas não são regulamentadas pelo Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Central não tem nenhuma ascendência, nenhum controle?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não, elas não são instituições financeiras, o que se tem, me lembro até do Plano Real que participei, autorizações ou vedações de operações de bancos para factorings. Na verdade, o Banco Central só pode regular instituições financeiras e factoring não é uma instituição financeira. Então, ela não é regulada pelo Banco Central só que o Banco Central pode regular operações realizadas por bancos com factorings, isso sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses fundos internacionais, existem normas que disciplinam a presença de brasileiros investindo em fundos internacionais?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – O Sennhor pode ser mais preciso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existe a possibilidade de brasileiros aplicarem recursos em fundos internacionais? O Fundo Oporttunity, por exemplo, é possível um brasileiro investir no Fundo Oporttunity?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Se é um Fundo organizado de acordo com a legislação brasi-

leira, aprovado pelo Banco Central, pela CVM, capta recursos do mercado nacional, por que não, acho que não tem nenhuma razão para não permitir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Paes de Barros) – Queria levantar uma questão que até relatei ao Deputado Dr. Hélio que está preocupando a minha consciência de cidadão e de alguém que ajudou a fazer a Constituição do Brasil.

Quero propor que reconvoquemos o Sr. Alkimar com prazo suficiente para que ele possa ouvir. Senão, vamos estar aferindo uma coisa que é absolutamente, gostaria, inclusive que fizesse o seguinte: pegasse a cópia do depoimento dele, encaminhasse para ele para ele avaliar, para ele verificar se quer ou não reconsiderar alguma coisa do documento porque tem o princípio da ampla defesa que não podemos violá-la.

Então, faria essa proposta à Comissão e a gente faria essa oitiva em data posterior a ser marcada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quero expressar a minha concordância com a proposta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Em data a ser marcada para que o Dr. Alkimar possa se inteirar de todos os fatos e fazer um depoimento.

Lamento inclusive o seguinte: acho que política é coisa pública e poderia tratar disso numa questão reservada, mas seria profundamente incorreto porque defendo que a política é coisa pública. Lamento que V.S^a não tenha levantado a questão de ordem pedindo inicialmente o adiamento.

Estou tomando a decisão, peço que seja tirara a cópia do que foi declarado aqui e possibilitado ao Dr. Alkimar para que ele possa rever os atos que fez como diretor e que possa vir aqui, até porque o Sr. não está, teoricamente, acusado de absolutamente nada. V. S^a está vindo dar o depoimento como *expert* dada aqui uma das principais preocupações desta CPMI é em função de elaborar, ao final, uma legislação condizente com o Brasil, que passe a relacionar a ética com a questão do capital.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, queria concordar com a decisão de V. Ex^a porque conversava com o Professor Alkimar Moura antes dele iniciar o depoimento e ele explicava que, realmente, foi tomado de surpresa e não sabia nem em que condições viria para cá. As condições eram, realmente, de convidado, de colaborador, mas realmente não teve tempo de rever documentos na época, até porque já se passaram 6, 7 anos de sua posição lá.

Realmente, como o depoimento está vazando e repetidas vezes não posso afirmar, não lembro, não posso garantir. Creio que a decisão do Presidente é

muito boa, numa outra oportunidade sentarmos, com mais calma, e na condição de convidado, V. S^a poder, basicamente, responder as perguntas que hoje não teve condições de responder, até por que tomado de surpresa num depoimento de ontem para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Só quero aqui fazer a seguinte colocação: não vamos confundir essa posição do Dr. Alkimar com pessoas em São Paulo que estão correndo inclusive da notificação, porque são pessoas que sabem que lavaram milhões e milhões de dólares nas contas CC-5 e que já pedimos à Polícia Federal que consiga trazer para depor aqui sob vara aqui, amanhã. Quer dizer, é uma situação inteiramente diferente. Praticaram-se irregularidades, lavou-se não sei quantos milhões de dólares e é uma coisa absolutamente diferente. Esse não, esse mandou dinheiro. Se chegar aqui amanhã terá que explicar o que fez em 96, 97, 98, o que não é o caso do depoente agora. Estou querendo fazer essa ressalva para que não venha alguém amanhã dizer que foi notificado porque escondeu, quando mandou o dinheiro sabia que ia ser convocado... É evidente que quem cometeu ilegalidade sabe que é objeto de convocação desta CPMI. Dr. Hélio e em seguida o Dr. José Rocha.

O SR. DR. HÉLIO (PDT - SP) – Sr. Presidente, caros parlamentares, Sr. Alkimar. Quero cumprimentar V. Ex^a pela atitude que tomou neste momento. É lógico que só esperávamos isso. Inclusive, o próprio relator aquiesceu a essa proposta de V. Ex^a, o que não poderia ser diferente. V. Ex^a chega sem ter o conhecimento pregresso daquilo que está relacionado e como estamos aqui num depoimento público, poderia encaminhar a participação de V. S^a para uma situação de co-responsabilidade. Então, o presidente, seguiu as regras claras que dão ampla defesa às pessoas, respeitou as pessoas nas suas posições e dificuldades diante da questão da memória. Então, queria cumprimentá-lo, Sr. Presidente. Acho que foi uma atitude para nós relevante até como ensinamento, porque dentro desta CPMI temos que buscar, com dignidade, chegar a resultados importantes para a sociedade brasileira e, de outro lado, respeitarmos as regras naturais de cidadania, de civilidade e de respeito humano. Então, queria cumprimentar V. Ex^a pela atitude.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Agradeço. O Deputado José Rocha gostaria de se manifestar?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, da mesma forma, para me congratular com V. Ex^a por essa posição tomada, o que demonstra a seriedade com que V. Ex^a tem costumeiramente dirigido esta Comissão. Realmente, foi uma atitude impor-

tante. Cumprimento também o relator que, de pronto, entendeu a mesma preocupação de V. Ex^a, que é a preocupação agora tomada por todos os participantes desta Comissão, presentes aqui hoje. Portanto, quero felicitá-lo por essa posição e me colocar inteiramente de acordo. Acho que o nosso depoente precisa realmente de tempo para se pronunciar a respeito de um assunto no qual ele não está sendo acusado, mas convidado para expor qual o funcionamento da sua área e das áreas afins em que trabalhou no banco. Mesmo por que, o Sr. Alkimar é um funcionário de carreira do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Professor da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não é carreira?

O SR. ALKIMAR RIBEIRO MOURA – Não sou de carreira.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mesmo assim, tem que merecer o mesmo respeito de todos os funcionários daquela entidade, uma entidade que todos devemos preservar dentro daquilo que seja mais importante, que é dar a oportunidade para que ele possa se preparar para a sua oitiva. Portanto, felicito V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quero informar ao Dr. Alkimar que essa oitiva fica suspensa e que, oportunamente, V. S^a será convocado para fazer novamente uma exposição inicial e, em seguida, novamente falará o relator, para as suas indagações, e depois com o plenário que estiver presente para fazer as indagações a V. S^a.

Estamos com dois problemas aqui em São Paulo. Um que está sumido – sumiu depois que foi chamado – e a Polícia Federal está tentando localizar já com ordem para trazê-lo para depor sob vara. Um é o Sr. Renato Lazuolo Filho, dono da Pizzaria Leona, que mandou alguns milhões de dólares para fora. E o outro é proprietário também de uma das empresas que participou da obra das Águas Espriadas, o Sr. Ricardo Augusto da Costa, dono da Costasso.

Então, já determinamos que a Polícia Federal traga essas duas pessoas para deporem sob vara. Eles vão depor. Peço, inclusive, à Secretaria que trate de tomar providências no sentido de entrarmos em contato com Polícia Federal para estabelecer uma vigilância para que não haja a fuga do País.

Declaramos encerrada a reunião. Amanhã, retornaremos com os depoimentos a partir das 9 horas da manhã.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual a pauta de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Amanhã são vários depoimentos. Esses dois inclusive, se localizados, vão depor amanhã.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não localizados, quais são os outros, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Há vários que já foram localizados e vêm. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h40min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 37ª Reunião, realizada 17 de outubro de 2003.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Dom Pedro, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Deputados José Mentor (Relator), Paulo Kobayashi, José Rocha, Dimas Ramalho, João Paulo Gomes da Silva, Gilberto Nascimento, Dr. Hélio e Deputada Iriny Lopes, reúne-se a Subcomissão de São Paulo, da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “**COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍDOS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5**”. A Presidência informa que a presente reunião tem por finalidade a oitiva dos seguintes depoimentos: Renato Lanzuolo Filho, Sócio-Proprietário da empresa Leona Pizza Bar; Senhor Márcio Viega, Sócio da empresa Leona Pizza Bar; Senhor Joel Guedes Fernandes, ex-Funcionário da Empresa Mendes Júnior; Senhora Rachele Abad, Bancária, ex-Funcionário do Banco

Cidade e a Senhora Yan Fuan Kwi Fuá, Proprietária da empresa Tai-Chi Turismo. A Presidência convida o Senhor Renato Lanzuolo Filho, Sócio-Proprietário da empresa Leona Pizza Bar para prestar seu depoimento. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra pela ordem de inscrição, os Deputados Paulo Kobayashi, José Rocha, Dimas Ramalho, Dr. Hélio e João Paulo Gomes da Silva. A presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a Sessão, convoca o Senhor Márcio Viega, Sócio da empresa Leona Pizza Bar para prestar seu depoimento. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra pela ordem de inscrição, os Deputados Dimas Ramalho, Dr. Hélio e Paulo Kobayashi. A presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a Sessão, convoca a Senhora Rachele Abad, Bancária, ex-Funcionário do Banco Cidade para prestar seu depoimento. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra pela ordem de inscrição, os Deputados Dimas Ramalho, Paulo Kobayashi e Dr. Hélio. A presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a Sessão, informa que irá tomar o depoimento do Senhor Sérgio Lima Santoro, ex-Funcionário da Empresa Mendes Júnior em caráter reservado. Finalizando, a presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a Sessão, a Presidência convida a Senhora Neceia Pitta, para uma acareação com a Senhora Rachele Abad, Bancária. A presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra pela ordem de inscrição, os Deputados Dimas Ramalho, José Rocha, João Paulo Gomes da Silva e Paulo Kobayashi. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, às dezoito horas e trinta minutos, marcando reunião para o dia vinte, às nove horas no Tribunal de Justiça de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas no Brasil especificamente para os chamados paraísos fiscais em razão de denúncias vinculadas pela imprensa por meio da operação Macuco realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002 por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à exposição dos Srs. Renato Lazuolo Filho, Márcio Veiga, Ricardo Augusto da Costa, Sheila Abad e ... Convocamos para o primeiro depoimento o Sr. Renato Lazuolo Filho. Informando que ele se faz acompanhado de advogado, e este pode evidentemente participar das comissões parlamentares de inquérito embora não possa, durante o interrogatório, auxiliar no depoimento do depoente. Portanto, convidamos o Sr. Renato a tomar assento à Mesa e o advogado para poder acompanhar o depoimento aqui perto de seu cliente.

O SR. DR. HÉLIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Os demais depoentes, se estiverem presentes na sessão, pediria que esperassem na sala reservada, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência acolhe a questão de ordem e solicita à secretária que os demais depoentes acompanhem em sala reservada. Mas acho que as providências já estão tomadas. Está acolhida a questão de ordem. Pois não excelência...

O SR. ADVOGADO DO SR. RENATO – Primeiro, minhas saudações a V. Ex^{as}, Srs. Senadores, Srs. Deputados. Queria perguntar já que V. Ex^a mencionou que o meu cliente vai ser interrogado, mas ele veio aqui como testemunha então não é interrogado é inquirido.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não, ele veio como testemunha. Ele veio convocado para prestar depoimento sobre a CPMI do Banes-tado.

O SR. ADVOGADO DO SR. RENATO – V. Ex^a me desculpa, mas, por amor à formalidade, como antigo integrante do Ministério Público de São Paulo, sou muito adstrito à técnica processual. Em segundo lugar, Excelência, queria dizer a V. Ex^{as} que o meu constituinte põe à disposição, abre o sigilo bancário, ele não tem nada a esconder. Então está à disposição desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Oferecemos ao depoente posteriormente a possibilidade de assinar a procuração disponibilizando o seu sigilo.

O SR. ADVOGADO DO SR. RENATO – A procuração está aí em seu poder?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Sr. Presidente, não há ata a ser lida?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Ata da reunião anterior. Como é uma reunião da co-

missão aqui em São Paulo, quando do retorno, quando for a próxima reunião, em São José do Rio Preto, na segunda-feira, aí sim teremos a ata de tudo que aconteceu nesta subcomissão aqui em São Paulo. Então, na verdade, a reunião de hoje é uma continuidade da reunião de ontem, daí acolhendo a questão de ordem de V. Ex^a, fazendo questão inclusive que a secretária preste atenção se esta é, portanto, continuidade da 36^a ou da 37^a Reunião, no sentido de que tenhamos uma ata que diga respeito aos fatos.

Gostaria de informar ao plenário que o Sr. Renato Lazuolo Filho assinou o termo de compromisso, conforme art. 203 do Código de Processo Penal, que está vazado nos seguintes termos: “O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5^o, inciso LXIII, da Constituição Federal”. Portanto, está completa a formalidade para o termo de compromisso assinado pelo Sr. Renato Lanzolo Filho.

E queremos informar ao Sr. Renato que ele foi convocado para prestar informações sobre o que sabe a respeito de remessas encaminhadas para o exterior, através das chamadas contas CC5, feitas em seu nome. E, portanto, inicialmente, a todas as pessoas que vêm prestar depoimento oferecemos um tempo de trinta minutos, para que V. S^a possa fazer uma exposição inicial daquilo que entender relevante e necessário. Após essa exposição inicial, o relator fará as indagações.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Acho que para mim trinta minutos é bastante tempo. Vim para, no que eu puder ajudar, para esclarecer e estou à disposição, não tenho muito que explicar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, V. S^a considera mais eficiente já começar a responder às perguntas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, com a palavra o Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tomou conhecimento da matéria publicada no **Correio Braziliense**?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Tomei sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem algum comentário a fazer sobre ela?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela narra a verdade dos fatos?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – A verdade dos fatos, como eu poderia dizer... Fiquei sabendo

disso tudo da seguinte maneira, quando vi isso, acho que o mais certo seria contar a minha história. Então, vou contar a minha história: No começo de 1991, mais ou menos, fui para os Estados Unidos, na época eu trabalhava com carros, vendia carros, comprava, esse era o meu negócio. Fui para lá a passeio e o que fiz: Abri uma conta lá. Abri uma conta por quê? Porque via a possibilidade de eu trazer, importar alguma coisa, até no futuro, não é? Falei assim: – Vou abrir essa conta, como o meu negócio era esse, no futuro, quem sabe, posso usar. E fui para lá e passei.

Passado acho que um ano, mais ou menos, conheci uma pessoa, numa viagem, eu estava em Orlando, fui para a Disney com a minha filha, a minha esposa e conheci uma pessoa lá. A gente ficou no mesmo hotel, tivemos uma amizade assim rápida, não é? Ele era argentino e falou assim: – Moro em Buenos Aires e também costumo ir para São Paulo, corriqueiramente, trabalho com mercado financeiro e tudo. A gente trocou cartão e, passado um tempo, ele veio me procurar. Ele veio me procurar com a seguinte proposta. Eu já tinha conversado anteriormente, quando a gente estava na viagem: – Ah! Abri uma conta lá, porque estava pensando em trazer carro, não sei o quê. E aí, depois de um tempo, ele chegou em São Paulo e me telefonou, nos encontramos e conversamos uma vez, e ele falou assim: – Tenho uma coisa para lhe propor, você tinha falado para mim que tinha uma conta. Você não quer fazer negócio comigo? Eu lhe pago uma corretagem, na época, eu não me lembro ao certo se era 0,2% ou se era 0,3%, era alguma coisa do gênero, você me empresta essa conta, movimentada ela para mim. E o que faço? Ela vai estar no seu nome, estou confiando a você, está certo? E eu mando para você as remessas para quem eu tenho que pagar e você vai receber. O meu trabalho seria única e exclusivamente soltar os pagamentos dele. Isso é o que eu receberia para fazer essa proposta que ele me deu. E o que aconteceu foi isso. Aí, depois... Aí que aconteceu tudo isso e eu vi o meu nome envolvido em tudo isso é que eu vi essa confusão que tinha lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual foi o banco que o senhor abriu a conta?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Ocean Bank.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o número dela?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É zero, um, zero, zero, cinco, sete, meia, acho que quatro, meia, oito, zero, meia. Nessa matéria ela está...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quatro, meia, oito...?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Zero, meia.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A matéria está certa?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Está. Está.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome do argentino?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Sei. Reinaldo Del Rio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reinaldo...?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Del Rio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele o procurou aqui em São Paulo?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É, a gente tinha trocado, a gente tinha trocado cartões.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que ele procurou o senhor?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Olha, eu acho que mais ou menos em 1992, mais ou menos, ou no fim de 1991. Alguma coisa do tipo. Já faz um tempinho, eu não me recordo direito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Mas o senhor conheceu ele nos Estados Unidos.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quando?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um ano antes.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Nessa viagem que eu fiz para Orlando, na Disney. Algum tempo antes? Uns seis meses antes?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor deu os talões de cheques assinados para ele? Como é que foi a movimentação?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Não. Como o contato no banco era meu, a conta era minha eu mandava via fax os paga... Ele mandava via fax. Vamos supor, remessa para tal pessoa, em tal banco. Uma relação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E aí você pagava.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – E aí eu repassava para o banco. Eu assinava...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele passava para o senhor o fax.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Via fax.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele lhe passava o fax.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Hein!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele lhe passava um fax.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor repassava o fax para o banco.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde ele lhe passava esses fax?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – De Buenos Aires.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Só para aproveitar. Como você recebia o fax do argentino para fazer o teu para os Estados Unidos, então você tem provas disso. Teve ter fax, cópias.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, porque a hora que eu passava eu destruía. A hora que o pagamento estava feito eu destruía.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele que orientava o senhor para destruir?

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Você passava para o teu nome.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Oi!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele que orientava o senhor para destruir?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É. Ele falou a partir do momento que for autenticado pode destruir.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Mas por que o senhor destruía? A conta do senhor era utilizada.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor pagava. O dinheiro não era do senhor, não é? Ele que depositava o dinheiro, certo?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor pagava quem ele mandava pagar.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A única prova que o senhor tinha que o senhor estava cumprindo o acordo que o senhor fez com ele era o pagamento, até para o senhor receber o 0.2. Aí o senhor destruía isso?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Ah! Não. Não. Eu primeiro, eu primeiro eu passava e depois eu mandava a fotocópia para ele. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E aí, pois é, aí o senhor mandava a fotocópia para ele.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Do extrato.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E o senhor não ficava com nada?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Do extrato... Não, porque no banco se eu pedir um comprovante, eles me mandariam pelo fax.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse dinheiro ficava lá, os 2% ou 3% ficava na conta do senhor lá ou não ficava?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Então, isso quando ele vinha para São Paulo, esporadicamente ele trazia para mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trazia para mim como?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Trazia para mim em papel moeda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reais ou dólares?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Às vezes em reais, às vezes em dólar. Aí eu ia numa casa de câmbio em shopping center e trocava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual casa de câmbio?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Ah, em qualquer shopping center. Eu ia ao Shopping Center Ibirapuera, Shopping Center Morumbi, em qualquer um deles você pode entrar. Até nove mil dólares é não identificado, você vende e eles dão real.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E eram valores menores de nove mil reais?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto o senhor ganhou de comissão?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto o senhor ganhou de comissão?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Ah! Deve ter sido alguma coisa por volta de uns sessenta mil dólares. Alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que período foi?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Foi a partir de 1992 até o começo de 1997.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebia esses dólares, convertia em reais e depositava na sua conta?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Eu usava para pagar a minhas contas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não movimentava a sua conta corrente?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Toninho Barcelona?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Sempre que viajava, comprava passagens dele. Ele tinha uma agência no Edifício, acho que era Zarzour na Avenida São Luiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantas vezes o senhor comprou?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Acho que umas cinco ou seis vezes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor era amigo dele?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só relação comercial?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se há alguma ligação desse argentino com o Toninho Barcelona?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor lembra dos nomes das firmas que em que fazia os pagamentos?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – A maioria eram firmas com nomes estrangeiros, não eram nem pessoas físicas, mas não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses recursos que o senhor Reinaldo Del Rio depositava em sua conta, como é que chegava esse dinheiro lá?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Como ele chegava?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Como ele chegava eu não sabia. Eu sei que eu ligava no banco e o crédito aparecia na minha conta. Eu não sei como ele fazia para mandar. Só sei que chegava na minha conta. Ele falava: “Vai chegar um crédito, aí você distribui”. E eu fazia. Agora da maneira que ele vinha eu não sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL-BA) – Ele mandava por fax?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, ele mandava o fax do pagamento que eu tinha que fazer. Agora como ele vinha para mim era da competência dele. Tanto é que eu vi todas essas remessas que vieram do Banestado e eu nem sabia que era do Banestado que vinha. Normalmente quando entrava o dinheiro aparecia só um nome. Não especificava de qual banco vinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia da origem desse dinheiro?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca perguntou?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não porque ele não me parecia ser uma pessoa – como posso dizer – que não fosse idônea.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas uma pessoa idônea pediria para abrir uma conta, emprestar uma conta ou alugar uma conta para mandar remessas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. É verdade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A aparência não tem muita importância aqui não é?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É que eu olhei mais pelo lado monetário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que esse dinheiro pode ser viciado com alguma ilegalidade como tráfico de drogas, tráfico de armas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque que precisaria da conta do senhor para esconder o dinheiro?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que ele não mandou no nome dele?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Imagine.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É, é super pertinente. Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca teve curiosidade de perguntar?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, eu chegava para ele e perguntava: Eu não vou ter nenhum problema com esse tipo de coisa? E ele falava: “Não, isso são empréstimos que eu faço, só que não quero movimentar no meu nome. Só isso”. E eu falei assim: Você não vai me colocar numa....

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o endereço dele?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, eu não sei. Eu falava via telefone com ele. Nunca fui a Buenos Aires.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem o telefone?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu posso tentar achar. Eu até tentei anteriormente e não consegui encontrá-lo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma pessoa que o senhor conheceu e viu uma vez em uma viagem, viu uma segunda vez em São Paulo numa visita que ele fez, lhe propõe alugar a conta – o senhor fala por fax e por telefone – não sabe o endereço, não sabe a origem do dinheiro... como é que o senhor quer que acreditemos nisso?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. É que como acabou em 1997, chega uma hora que ele fala: “Olha, o meu negócio não está mais valendo a pena fazer”. De 1997 até hoje, é um bom tempo, e eu não sou de ficar guardando papelzinho, telefone. Depois eu não tive mais contato. Eu o vi algumas vezes depois e falei para ele: Como é que é, vamos continuar para.... Aí ele falou: “Não o negócio não me está sendo útil mais”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas veja só. As únicas provas que o senhor tinha da estória que o senhor nos conta são os faxes que o senhor recebeu, os documentos que o senhor repassava pra ele e o telefone dele. O senhor não tem nenhuma das três coisas.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É... quando eu poderia imaginar que ia acontecer uma coisa dessas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor... escute... uma pessoa... eh... no senso comum faria um negócio desse? É quase que encontrar alguém na Praça da Sé...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não vejo por que não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então o senhor acha que... o senhor assume o que ele fez?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor assume a responsabilidade, compartilha do que ele fez...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, eu fiz somente a minha...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não... o senhor não vê nenhum problema?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, vejo o problema... agora eu estou vendo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não... o senhor esta compartilhando, quase como uma receptação... o senhor... passa pela sua mão o dinheiro para enganar o Fisco, para enganar a polícia, para dar curso, talvez dinheiro ilícito. Aliás, muito provavelmente, dinheiro ilícito, no mínimo, para esconder do Fisco, para não falar nada....

Por que ele não manda no nome dele? Quais seriam as hipóteses?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não sei. Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas imagine o senhor hoje, quais são as hipóteses?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu entendo... eu sei... o que poderia...

O SR. PAULO KOBAYASSHI (PSDB-SP) – Esse dinheiro vinha da Argentina ou do Brasil para sua conta?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Senhor?
O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Permite-me.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pois não.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Esse dinheiro ia da Argentina ou ia do Brasil pra sua conta?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Pelo que é visto, é do Banestado, né?

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – E ele morava na Argentina e mandava do Brasil o dinheiro?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado, vamos esperar acabar o relator, mas eu queria só, dentro do que o relator perguntou, perguntar ao senhor o seguinte...

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Esta bem!

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor falava com ele por telefone...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – De qual telefone que o senhor falava?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Do telefone do meu escritório.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Do seu escritório... Qual que é o número desse telefone?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Esse telefone era o 5543 8822.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... quebrar o sigilo... tem o telefone da sua casa que o senhor

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor abre mão também do seu sigilo telefônico, né?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Telefônico... eh... Ta bom.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma outra operação com o Toninho Barcelona?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Comprar dólar, vender... o senhor chegou a vender esses dólares alguma vez na Turismo Barcelona?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá na casa de câmbio do Ibirapuera, no Iguatemy, com quem é que o senhor falava?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É... ia no... é só uma janelinha, você vai no balcão, dá US\$1 mil, ele te dá... não precisa nem falar com a pessoa. Tem a placa do preço que paga, você não conversa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não conhece quem são os donos dessas casas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar do Banco Integración?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Blue Cabo, uma empresa...?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Espera aí. Eu quero apenas perguntar: o som, esta gravando bem a fala do...Ta? Então ta bom!

O SR. RELATOR (José Mentor) – June International Corporation?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Alberto Lanzolo?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Alberto Lanzolo é meu tio. Ele faleceu faz uns três meses mais ou menos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele também participou dessa movimentação?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nada?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na Lisco?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Quem?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lisco?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve conta em outro banco nos Estados Unidos?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Berkeley's Bank?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, só nessa mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vitorio Rivas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vitor Rivas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Scarpini?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca se lembrou disso? Nunca... não se lembra de ter feito pagamentos pra essa empresa que eu to falando?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu algum dinheiro pro senhor mesmo lá?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu algum dinheiro lá fora?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Eu só recebia o meu percentual.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ficou algum saldo na sua conta no Ocean Bank?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, porque quando acabou e ele não movimentou mais... e assim ficou.

Usava exclusivamente para isso. Exclusivamente

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor abriu essa conta com essa finalidade?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, eu abri essa conta porque eu trabalhava com automóveis e foi uma época que não tinha carro importado e... o mercado mostrava que... era capaz de começar a entrar carros e como eu tava a passeio eu falei: vou abrir uma conta, quem sabe uma hora eu não possa utilizá-la pra fazer uma importação independente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se encontrou com ele nessa mesma viagem/

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não. Foi depois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em outra viagem...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Em outra circunstância.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui, temos movimentação do senhor no Berkeley's Bank.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Onde?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Berkeley's Bank

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deu, alguma vez, documentos pessoais, passaporte, para essa pessoa?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos algumas movimentações aqui de Alberto Lanzuolo.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Como assim?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele dando ordem de pagamento.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Alberto Lanzuolo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É falecido, já?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Falecido. Faleceu de câncer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que ele faleceu?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Acho que faz uns quatro ou cinco meses.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os seus sócios na empresa que o senhor tem participaram desse esquema?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os seus sócios, na pizzaria. O senhor tem sócios na pizzaria?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Até isso era uma outra coisa que eu queria falar, que saiu no jornal. Saí da pizzaria em maio. Tive... Não me interessava mais, em maio, e eu saí. Essa reportagem que saiu, do Correio, mostra que eu estava lá, e, na verdade, eu não estava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor fez a sua saída formalizada na junta comercial?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Formalizada na junta. Formalizada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor saiu da pizzaria? O senhor pode dizer para nós?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Um problema pessoal que tive, de relacionamento com uma pessoa, e resolvi que seria melhor sair.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem são... Quem eram seus sócios, na pizzaria?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Quem era?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem eram?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Era o meu cunhado, o Márcio Veiga.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é o nome?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Márcio Veiga.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor vendeu para quem a sua parte?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Minha parte vendi para o Antônio Carlos Callado, que é um amigo meu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez outro tipo de operação dessas com outras pessoas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quanto tempo o senhor ficou na pizzaria?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Fiquei na pizzaria... A gente começou com ela em abril, do ano passado, até maio deste ano. Ela tem um ano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está entendendo a gravidade do que o senhor está falando?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Estou. Agora, vi. Quando comecei a ver, no jornal, o Banestado, os créditos na minha conta, aí, eu vi que...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor sabe que, no jornal, saiu só uma parte, né?

Saiu muito menos do que toda a movimentação do senhor.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não sabia?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma firma chamada Beacon Hill?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca movimentou nada na Beacon Hill?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve dinheiro na Beacon Hill?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem movimentação grande na Beacon Hill.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu recebendo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fazendo transações na Beacon Hill. Remetendo e...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Então... Foi sempre por ordem deles. Eu não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta no Ocean Bank... Creio que teremos que pedir uma autorização também para o sigilo internacional, das duas contas.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Está bom.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou me contentar, por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, passaremos à ordem de inscrição.

O primeiro inscrito é o Deputado Dimas Ramalho. Também, pela relevância do depoimento, faremos no mesmo estilo de ontem: pergunta e resposta e o tempo necessário e suficiente que cada parlamentar entender para as suas indagações.

Deputado Dimas Ramalho, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Pois não.

Antes, eu queria cumprimentar Dr. Tucunua, meu ex-professor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Por que será que saiu essa notícia no **Correio Braziliense**? O que o senhor acha? O senhor deve

ter-se perguntado: por que vai sair isso em Brasília, no **Correio Braziliense**?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu gostaria de saber. Não faço a mínima idéia.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O senhor não sabe?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Não tem noção?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

Eu até fiquei... Eu até achei estranho, porque saiu só lá. Depois, ninguém noticiou mais, e também não entendi.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E como o senhor tomou conhecimento disso?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu tomei conhecimento via Internet.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Quem te avisou?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu mesmo. Eu sempre navego...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Você lê todos os jornais?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, a Internet...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Aquele dia, que aconteceu, que saiu em **O Globo**, por exemplo...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Em **O Globo**, não vi.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Então, como é que você vê **Correio Braziliense** e não vê **O Globo**? **Folha de S.Paulo**, você lembra?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu ponho o meu nome e mando procurar e aparecem as coisas.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Porque você acha que é uma pessoa que tem notoriedade, em coluna social, essas coisas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Então por que colocar o seu nome naquele dia para aparecer?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Porque, se não me engano, há dois meses, saiu alguma coisa na **Folha**. Então, pensei: “Putz, alguma coisa está acontecendo comigo”. Então, eu estava prestando atenção. Por isso, eu estava olhando.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Ninguém lhe avisou?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quando você leu, você procurou quem?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Quando eu li?

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quando você leu, o que você fez?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Pensei: “Preciso procurar um advogado porque estou em uma situação delicada”.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Qual o número do telefone você utilizava para receber o fax?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Esse que passei para o Relator.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quantas vezes o Sr. Reinaldo veio a São Paulo e você se encontrou com ele?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Foram várias vezes.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – O ano de 1997 é recente. Então, dá para lembrar. Se você me perguntar de 1987, eu me lembro.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Vou dizer para o senhor que uma vez por mês ele vinha.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Que roteiro ele fazia? Descia no aeroporto...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Ia a um hotel.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Que hotel?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Às vezes, no Hotel Mofarrej.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Ou seja, um bom hotel?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Você se encontrava com ele onde?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – No próprio hotel.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Você não ia buscá-lo no aeroporto?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Qual horário você encontrava com ele no hotel?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Variava. De manhã, às vezes, à tarde.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o outro hotel?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Perto da Paulista, há uma atrás da **Gazeta**. Como chama?

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Renascença?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. É... Como chama?

- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Puxa vida, é um dos melhores hotéis.
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – É um hotel antigo. Maksoud.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Você se encontrava ou no Mofarrej ou no Maksoud com ele?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – É.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Encontrava e recebia o dinheiro?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Ele só me falava: “Está aqui sua comissão”.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Ele vinha sozinho ou com a família?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Sozinho.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Sempre sozinho?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – É.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Depois, você ia embora e não o via mais?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Ele continuava mandando?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – É.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Quantas vezes você trocou dinheiro?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Das comissões que eu recebia?
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – É.
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Várias vezes. Sempre que necessário porque eu precisava sobreviver. Eu tinha minhas contas para pagar.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Até emprestando a conta para coisa ilícita. Eu sei disso. É o que diz todo mundo.
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – É.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Quantas vezes o senhor conversou com Toninho Barcelona?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Umas três vezes, mais ou menos.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Só?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – É.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – O senhor esteve lá quantas vezes para comprar bilhete de passagem?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Umas cinco ou seis vezes.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – E o senhor não falava com ele?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não, às vezes, não. Às vezes, alguma atendente mesmo.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – O senhor está com o seu passaporte aí?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – O senhor poderia nos mandar depois?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Posso.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Quantas vezes o senhor foi para o exterior nesse período?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Poucas. Fui uma vez, a passeio, para Cancun com a minha esposa. Outra vez quando conheci ele em Orlando. Fui uma vez para Miami e fui passear mais uma vez em Aruba.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Foram quatro viagens só?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não. Houve mais algumas. Deixe-me lembrar.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Não dá. O senhor me desculpe, mas essas coisas são básicas. Com todo respeito, o senhor vem aqui e não lembra o número de passagens, não lembra onde encontrava, não lembra onde trocava, não lembra o número do telefone, destruiu o fax. O senhor concorda comigo? Assustamos quando a pessoa não sabe a coisa comum. Você me parece uma pessoa bem articulada. Você sabe que temos documentos de tudo. Estamos lhe dando a chance de nos explicar a origem disso.
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – A origem não sei.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Sim. Sei disso. Mas quantas vezes você viajou? Você falou que comprou cinco bilhetes e pagou quatro viagens.
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Agora, de cabeça, não me vem a outra viagem.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Só quatro, então?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não, não. Pode ser quatro, cinco ou seis, não sei. Exatamente não sei dizer para o senhor.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – O senhor concorda comigo que qualquer cidadão... Se você me perguntar quantas vezes fui para o exterior, vou lhe responder duas, quatro, cinco. O senhor não se lembra disso também?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Acho que foi... Acho que fui uma vez a mais para Orlando. Alguma coisa assim.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Por quanto o senhor vendeu a pizzeria?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Vendi por 250 mil.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS-SP) – Isso está declarado no Imposto de Renda?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Está.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – O Toninho Barcelona nunca lhe pediu para trocar dólar com ele?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome do Toninho Barcelona?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece Antônio Claramonte?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece Alberto loussef?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Afonso Celso Braga, conhece?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quero fazer uma pergunta ao senhor. Se alguém contasse essa história que o senhor está contando para nós, o senhor acreditaria?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu acreditaria.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – O senhor é uma pessoa que não aumentou conta, não fez nada de ilícito?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Depois eu vim saber. Uma coisa também que perguntei, eu como estrangeiro nos Estados Unidos não pagaria imposto. Pensei que fosse uma coisa que não tivesse problema.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Você tem família? Tem filhos? Se um filho seu crescer e vir um argentino que você não conhece propor para usar a conta dele para mandar dinheiro para o exterior, em dólar, sem dizer a origem, o senhor permitiria que um familiar teu fizesse isso? Como gosto dos meus filhos, não permitiria, evidente, claro. Pergunto se você permitiria isso. Isso é importante, sabe por quê?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu entendi.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Eu quero explicar, porque está sendo gravado e o Brasil vai assistir a isso. Para percebermos como acontecem as coisas. Um argentino que conhece numa viagem pede para mandar dinheiro. Você deixaria que usassem a conta de seu filho?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não deixaria.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Então, você tem noção de que não era correto aquilo.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Agora eu tenho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – E naquela época.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Naquela época não teria pelo que aconteceu. Agora vejo, pelo que aconteceu, que não foi certo.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quanto foi enviado, quanto passou pelas suas contas, por sua análise?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Pelo que saiu na imprensa, que foram vinte...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Não pela imprensa, a imprensa retrata.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não tenho um número exato.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Mais ou menos.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não tenho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Um milhão?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Se só na imprensa está dando vinte.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Ainda tenho tempo, Sr. Presidente. Você recebe o fax e o destruiu. Quem destrói prova é porque tem noção que algo não está correto, é evidente, vamos ser claros.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu destruí após devolver para ele.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Mas não fica com você. Quem destrói não quer ter provas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor destruiu?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Para não ficar com a papelada. Não por causa da prova. Acho que não teria necessidade de ficar com um monte de papel. Por quê?

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Isso não é um monte de papel. Aí o senhor está enganado. Isso é um papel fundamental na sua vida. Percebeu?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Percebi. Papel fundamental agora, que desencadeou um...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Queremos só a verdade. Quero saber o seguinte: quanto o senhor recebeu por fax, para passar tanto, aquilo...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não vou saber dizer.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Mas um fax, por exemplo, quanto, uma vez. Era mais ou menos de 100 mil?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Às vezes, ordem de 50, 100, 30.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Cinquenta o que?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – US\$50 mil, US\$30 mil, US\$100 mil e US\$200.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Qual foi a maior, que você reconheceu que era bastante?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Acho que uns US\$300 mil.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Dólares?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a sua comissão era de quanto?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Entre 0,2 e 0,3.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Variava?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, é que ele começou pagando 0,3 e depois pediu para baixar um pouco, porque estava apertado para ele. Ele falou para fazermos 0,2 e, como eu precisava daquilo falei que para mim estava bom.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Mais ou menos, quantas movimentações o senhor fez? Mais de cinquenta ou menos de cinquenta? Movimentações de fax para mexer na conta.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Acredito que mais ou menos por aí. Mais.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Numa semana. Em que dia da semana o senhor fazia isso?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Era esporádico, às vezes segunda, quarta, às vezes só na quinta.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Mas toda semana tinha?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Tinha. Às vezes vinham dez, às vezes vinham cinco.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Ou seja, foi uma atividade regular?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Foi.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Durante quanto tempo?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Mais ou menos uns três anos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Isso o senhor declarou no Imposto de Renda?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Nunca declarou?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Se durante três anos o senhor recebeu essas ligações, o senhor nunca pensou em guardar isso para o futuro?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, porque eu vi que ele estava... ele para mandar o dinheiro

pra mim ele taria confiando em mim também, né, que eu que assinava minha conta. Eu não via necessidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quer dizer, você confiou numa pessoa que o senhor conheceu uma vez...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Porque ele estava confiando em mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ta certo, mas quadrilha se confia também um no outro. Sabia? Quadrilha se confia...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É... mas nesse caso não era uma quadrilha... eu...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Que é que era? Como é que o senhor faz... pessoas se juntam pra mandar dinheiro de forma irregular pro exterior? Que é que o senhor acha que é isso?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – O que eu vi...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Não, o que o senhor é uma pessoa articulada... pessoas que se organização para cometer uma atividade delituosa, cometer um crime de evasão de divisas, dinheiro às vezes do narcotráfico, que pega todos os nossos filhos, às vezes venda de armas que vai matar nossos familiares... pessoas que se organizam com finalidade criminosa... como é que o senhor chama isso?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu acho que nesse caso, na minha situação, eu acho que eu fui um laranja.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ah... por que que ele confiou no senhor?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu não sei... vai ver que ele foi com o meu jeito... não sei...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas... mas veja o senhor o seguinte: o senhor fala que... se foi pela comissão de três, dá 20 milhões...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – 0,3%

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se for 0,2, dá 30 milhões.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não, 0,3% ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Em cima de 30 milhões dá US\$90 mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É isso que eu to falando. É isso que eu to falando. Se for 0,3 sobre 20 dá 60. Se for... exatamente... passa na sua conta 20 ou 30 milhões.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não era mais fácil quem ta apertado ir embora com uma carga dessas e sumir?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, mas eu não sou esse tipo de gente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, mas eu não to falando que o senhor é; eu to falando ele... Veja Deputado Dimas: o argentino que ninguém conhece, que conheceu duas vezes deposita 30 milhões na sua conta...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Mas não foi de uma vez. Foram espaçadas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, mas é claro. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Nem o senhor conhece o argentino.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só viu.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A história do senhor é fantástica, porque nem o senhor conhece o argentino...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, a gente tinha um contato via telefone...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja o risco. Era mais fácil um ou dois milhões, ir embora e acabou.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Só pra terminar, Presidente, o seguinte: eu queria... você tem contato com ele ainda, sabe onde ele anda?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não... acabou em 97, depois eu cheguei a procurar a ele, não encontrei...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Ele morava aonde na Argentina, sabe?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não sei. Só sei... Eu nunca fui pra lá, pra ver...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – É Buenos Aires?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É, Buenos Aires... Buenos Aires.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sabe o bairro, sabe de onde vinha ligação?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Ele ligava a cobrar ou não?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não ligava a cobrar não, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Presidente, eu vou ter mais dois minutos pra terminar, só dizer o seguinte: com todo respeito ao depoente, acho que o senhor ta mentindo.

Digo o seguinte, porque se você contar essa história pra alguém ninguém vai acreditar, ninguém. Eu sei que o senhor ta numa situação difícil também...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É... essa é a minha história. Infelizmente essa é a minha história...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sim, é uma história que não é real.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É... mas é a realidade.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Isso nem... olha, é uma coisa tão irreal que qualquer pessoa de bom senso vai saber que não é verdade. Tudo bem, é um direito que você tem constitucionalmente negar, ta certo, só que a história que você conta é inverossímil e o senhor sabe que isso vai, sem dúvida nenhuma, consequências jurídicas, profundas, profundas.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu sei.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – O que nós estamos dando chance é que o senhor explique, colabore com a CPI, diga quem que foi o dono desse dinheiro que foi pro exterior, que esse negócio com argentino, isso é uma coisa muita vaga, isso é uma boa argumentação, mas nós... eu particularmente acho que não é correta a tua forma de colocar. Acho que isso é uma história que subestima a nossa inteligência, agride qualquer pessoa de bom senso, porque isso é uma história pra você contar pra criança pequena. Aliás, é uma história de mau gosto... um argentino te manda 30 milhões na tua conta, você recebe, manda, recebe uma pequena porcentagem e não conhece, nunca foi, nunca viu... olha, eu vou parar por aqui porque eu acho que nós teríamos que procurar outros tipos de prova porque você realmente contou uma história aqui que não me convenceu.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu gostaria, antes de passar ao próximo parlamentar, ... como é que o senhor chegou a 30 milhões?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Como é que o senhor chegou a 30 milhões?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, o número exato eu não tenho, eu estou falando hipoteticamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É, porque é um pouco mais.

Dr. Hélio é o próximo parlamentar inscrito. V. Exª com a palavra.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares,

O SR. ADVOGADO DO SR. RENATO – Sr. Presidente, pela ordem. Se V. Exª me permite? É um pedido apenas de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Se for uma questão de ordem, pode.

O SR. ADVOGADO DO SR. RENATO – Rogo a V. Exª o seguinte: tenho o maior respeito por V. Exªs, Srs. Deputados, nem poderia deixar de render minhas homenagens ao Poder Legislativo. Todavia, Sr. Presi-

dente, o meu constituinte veio aqui como testemunha e ele está sendo chamado de mentiroso. Agora, V. Ex^{as}, têm toda, evidentemente, a liberdade de fazer um juízo de valor sobre o depoimento da testemunha, mas não, com todo o respeito que V. Ex^a me merece, ele não pode ser chamado de mentiroso antes de apurado todo o acontecimento. Então, esse juízo de valor não pode ser feito neste momento. V. Ex^{as}, em quem confiamos plenamente, terão oportunidade de averiguar tudo isso. Agora, no final do relatório de V. Ex^a, Sr. Senador, V. Ex^a tem todo o direito de dizer se ele disse a verdade, se não disse a verdade, se foi contraditório, se não foi contraditório. Agora, a testemunha ser tratada desse modo, eu, com todo o respeito, a defesa não pode concordar.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes vou apenas colocar que a questão do juízo individual que cada um faz com sua própria convicção, as pessoas vão continuar tendo essa liberdade. Mas é evidente que esta CPI só produzirá algum documento dizendo sobre os fatos, não apenas com relação ao Sr. Renato Lanzuolo Filho, mas com relação a todos os que aqui têm comparecido, ao final, no relatório do Deputado José Mentor. Será nesse momento, quando a CPI for votar o relatório do Deputado José Mentor, que ela vai indiciar as pessoas que merecem ser indiciadas.

Concedo a palavra ao doutor... Antes, por uma questão de ordem, ao deputado José Rocha e, posteriormente, o próximo inscrito é o Deputado Dr. Hélio.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, não podemos admitir, peço a V. Ex^a, que o advogado do depoente possa querer aqui interferir o que o Deputado ou o Parlamentar deva falar. Eu acho que é uma intervenção que devemos repelir. Esta Comissão não pode aceitar isso. E eu não aceito que o Sr. Advogado venha aqui dizer o que eu deva falar ou não. Eu acho que tenho a minha responsabilidade. Primeiro, o senhor não pode falar aqui. Só aqui quem pode falar é Parlamentar e depoente. Primeiro, o senhor não pode falar. E, Sr. Presidente...

O SR. ADVOGADO DO SR. RENATO – (manifestação fora do microfone)

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não pode falar, o Regimento não permite. Sr. Presidente, quero levar a V. Ex^a essa minha colocação no sentido de que eu não me conformo, não aceito que o advogado do depoente venha querer dizer o que o Parlamentar deva falar ou não falar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Nesse sentido V. Ex^a tem razão, porque V. Ex^a vai exercer o mandato na plenitude que o povo da Bahia lhe outorgou. Então, eu tenho convicção de que V. Ex^a tem total razão nisso. Agora, a Presidência não pode se furtar a conceder a palavra em questão de ordem. Foi apenas nesse sentido que nós...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas não para censurar o Parlamentar desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim, creio que V. Ex^a manifestou bem e colocou claramente que vai exercer o mandato na sua total autonomia, conforme lhe permite o povo da Bahia. Com a palavra o Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, como fui interrompido com essa questão de ordem no sentido de garantir a defesa da pessoa do depoente, quero obedecer à linha que V. Ex^a, como Presidente, Senador Antero Paes de Barros, estabeleceu, no sentido de buscarmos ganhar o máximo possível de ajuda para que possamos entender esse emaranhado e buscarmos, de fato, punir todos os responsáveis por essas falcatruas que levaram a uma evasão fiscal jamais vista em um País democrático.

V. Ex^a tem razão quando diz que o depoente, quando vem aqui, deve oferecer de fato subsídios que possam nos nortear. Quero dizer, de antemão, que não vou chamá-lo de mentiroso, mas que não acredito nessa estória. Não acredito nessa estória que é muito difícil. Não tem os subsídios, não tem os fundamentos concretos e, se houve, foram destruídos. Portanto, não dá para acreditar nessa estória.

Quero perguntar ao depoente e queria também chamar atenção para uma questão. Se houver alguma condição que signifique uma mentira diante das provas que aí estão, por favor, não pode, isso é um crime e tem que sair preso daqui. Não pode existir mentir. O depoimento de uma pessoa convocada em uma diligência, se houver mentira, isso é crime e, portanto, Sr. Relator, é passível de prisão.

Gostaria, portanto que ficasse muito atento porque se houver mentira temos que tomar uma posição clara que impõe uma CPMI.

Sr. Renato Lanzuolo Filho, o senhor é um homem rico?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Que patrimônio o senhor tem?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Isso, no meu Imposto de Renda, o senhor pode...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor poderia nominar os principais patrimônios ou não?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Tenho a minha residência.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Quanto é o patrimônio de V. Ex.^a?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Da residência?

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O patrimônio total de V. S.^a. Em valores estimados?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Prefiro que o senhor verifique em um órgão responsável.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – No imposto de renda?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Isso. Prefiro.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S.^a, nesses quatro meses, de novembro de 2002 a abril de 2003, remeteu algum dinheiro para o exterior?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – De novembro de 2002 a abril de 2003?

Sr. Relator, estou fazendo uma pergunta ao Sr. Renato Lanzuolo Filho no sentido de saber se de novembro de 2002 a abril de 2003, se ele ou foi usada uma forma ilegal de...

Na listagem que V. S.^a recebia para encaminhar dinheiro para aquela conta em Miami, existia algum nome de brasileiro?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, eram nomes de firmas sempre estrangeiras.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sempre estrangeiras?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Sempre.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor tinha contato com alguns brasileiros de expressão para venda e troca de dólares?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor conhece o Sr. Victor Vivas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Scapini Câmbios?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O Sr. Gumercindo Fernandes da Silva?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, queria que V. Ex.^a pudesse me dar um tempo para comparar esses dados em que está dizendo que não enviou nada de 2002 a 2003 com a Assessoria para, depois, eu poder retomar a inquirição.

Gostaria de comparar 2002 e 2003 com isso que o Sr. Renato Lanzuolo Filho está encaminhando que não encaminhou nenhum dinheiro em 2002 e 2003 para bancos estrangeiros.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vamos passar ao próximo parlamentar inscrito. Em seguida, o Dr. Hélio(?) pode retomar, apenas nessa indagação. O próximo parlamentar inscrito é o Deputado Paulo Kobayashi. V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sr. Renato Lanzuolo Filho, qual a última vez que o senhor viajou para os Estados Unidos?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Foi... Acho que foi em 98. É. Foi em 98. Foi uma última viagem que fiz para Orlando com minha filha. Acho que foi no final de ano.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Não teve mais necessidade nem curiosidade de voltar aos Estados Unidos?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Porque a documentação que possuímos na Comissão, os dados que possuímos, resultam, na verdade, de estudos primeiro realizados lá.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Certo.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – E por órgãos competentes da Justiça americana, associados com a Polícia Federal brasileira e o Ministério Público Federal, e que foram colocados à disposição desta CPI. E essa documentação em nome do senhor – a menos que haja homônimo, mas Renato Lanzoni Filho é muito consistente – o deixa em uma situação muito complicada. A impressão que me fica é que o senhor não tomou consciência, talvez até por não ter o hábito do acompanhamento jurídico das coisas, de onde isso vai levar. Tanto aqui, como lá. Por isso perguntei até se o senhor já teve a curiosidade de tentar entrar nos Estados Unidos, porque corre risco lá, inclusive. Porque lá foi depositado não só antes de 97. Mas em seu nome foi depositado nessa conta bem mais que os US\$30 milhões, e por escrito, registrado. Só não tem o CPF, porque lá eles não usam.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Certo? Então, essa situação, eu tenho impressão... O depoimento que você está fazendo aqui não é crível de nenhuma credibilidade. Não há nenhum motivo para os parlamentares daqui, com formação jurídica ou não, acreditarem em uma só palavra da sua história. Isso lá está tudo registrado em seu nome.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Hum, hum.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Se aparece esse... Em nenhum momento aparece esse Reinaldo Del Rio e o... Até aparece como emitente uma série de doleiros, casas de câmbio, e não sei o que lá, e não sei o que lá. Mas a grande verdade é que caiu na sua conta lá. Na sua conta lá. Até os percentuais que você fala são ridículos. Você não tem cara daqueles laranjas. E você mesmo se autodenominou “laranja”. Aqueles laranjas que esta própria CPMI tem tido contato. Motorista de táxi, lavrador, desdentado, semi-analfabeto. Não é? Quando V. S^a fala em US\$60 mil, mais ou menos, que ao longo do tempo eu levei,... Não, 0,3% de US\$30 milhões, US\$40 milhões é algo pelo menos próximo de US\$1 milhão. Então, eu não vou insistir no ramo de pergunta. Sinto que, ou foi tomado conhecimento da sua situação, e você foi informado através de notícias de jornais, de televisão, tal, muito recentemente, e ainda não se preparou devidamente para se defender, ou você está numa linha equivocada de contar uma história muito simples para o nível que se apresenta, e principalmente para o volume de operações e da forma que está documentado. O que recomendo é que, ao longo deste procedimento, que ainda vai ter continuidade nesta CPMI, como outros casos, que ao longo... E certamente terá continuidade no Ministério Público, na Polícia Federal e também na Justiça americana, é que ou arranja uma história com muito mais prova concreta de que só foi usado, inocentemente usado, baratamente usado ou vai ter que adotar uma outra linha – discute depois com o teu advogado, com o teu assessor jurídico – uma linha de colaborar, de colaborar mais com a Justiça e com essa Comissão, porque se coloca à disposição. Se não for com esta Comissão, através do Ministério Público Federal ou de outros órgãos, terá nossa orientação para exatamente vir a ser reconhecido juridicamente que a tua situação é essa simples, inocente, pueril e barata que você está dizendo. Do contrário, vai ficar tudo sobre tua responsabilidade do ponto de vista jurídico-penal aqui e lá.

Era só o comentário que eu queria fazer no sentido de você repensar e rediscutir com o teu assessor, teu advogado e tua assessoria jurídica essa situação. Porque essa situação do pronunciamento e das respostas que está dando aqui vamos ter que relevar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Nós vamos passar a palavra ao próximo Parlamentar inscrito.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, só pela ordem.

Poderia chamar a assessoria nossa, porque 98 já tem aqui três remessas. Uma de 60 mil, outra de 200 mil dólares e outra de 50 mil dólares. Ele tinha dito que

trabalhou essa questão nas contas de 1992 a 1997. Eu queria ver 1999, 2000 e 20002.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A assessoria não está...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Mas tem aqui. 1999, 2000 e 2002 está aqui próximo....

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Está aí?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem um monte.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Não. Sempre fica a hipótese de que ele continuou usando o teu nome. E está usando até hoje, porque tem conta lá, tem dinheiro lá de 2003.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pelo jeito abriu um outra conta.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Tem dinheiro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado José Rocha.

V. Ex^a com a palavra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, SR^{as}. e Srs. Parlamentares, eu inseria minhas perguntas ao Sr. Depoente perguntando: qual o seu grau de instrução, Sr. Renato?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É o Segundo Grau completo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Segundo Grau?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É. Eu estudei até o colegial.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual foi a sua atividade profissional durante esse tempo todo?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu trabalhei no comércio de automóveis e depois eu abri uma firma de estacionamento. Eu locava terrenos e usava para estacionamento. Aí, posteriormente, eu entrei na pizzeria. Agora, eu saí dela e continuo só no estacionamento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A pizzeria, qual era o sócio majoritário, era o senhor ou seu cunhado?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Era eu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sócio majoritário?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É. É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor disse que foi a Miami. Foi a Miami ou Orlando que o senhor foi?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Fui a Miami e fui a Orlando.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A conta o senhor abriu em Miami.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor abriu essa conta, segundo a sua informação, na possibilidade de transacionar com carros.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É. Porque eu já fazia na época.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor acha que o senhor poderia importar carros em nome pessoal para poder transacionar aqui no Brasil?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Eu deixei... Eu abri ela para uma posterior, como posso dizer, processo. Não sei se ela poderia ser feita em nome pessoa física ou não, mas eu abri. Falei, já que estou aqui vou abrir.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor abriu na época com que importância?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Ah, foi alguma coisa, assim, em torno de... acho que mil dólares, alguma coisa assim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esta conta encontra-se em movimento até a presente dada?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Deixou de ser movimentada a partir de quando?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Olha, eu acho que foi depois de 1997. Que me recordo foi isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ano de 1997.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deputado José Rocha,... Qual foi o primeiro movimento que o senhor fez na conta?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Foi quando eu fui abrir. Eu fiz um depósito de...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois disso, qual foi o primeiro movimento que o senhor fez?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu acredito que tenha sido em noventa... fim de 92 ou começo de 93. Não me recordo direito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já nessa operação com esse argentino?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela ficou um ano sem movimentação nenhuma?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Bem, só para lembrar aqui a cronologia. O senhor em noventa... Abriu a conta em?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – 91.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – 91.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Precisamente mais ou menos em que mês?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não me recordo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mais para o final ou início do ano?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Deve ter sido, deve ter sido mais para o final I ou início do ano?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Deve ter sido mais para o final ou senão no começo, pode ter sido em março, acho que deve ter sido no começo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nessa sua viagem você foi sozinho ou acompanhado?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu fui com minha esposa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Com mais alguém?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, só minha esposa, não lembro se minha filha foi, que era pequena, acho que foi só com a minha esposa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor conheceu o argentino lá em Miami?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, numa outra viagem que fiz para Orlando.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Para Orlando?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E como foi a conversa entre o senhor e o argentino no sentido desse relacionamento, dessa confiança recíproca de depósito em sua conta?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – A princípio não teve essa conversa, a princípio a gente começou a conversar: o que você faz, o que eu faço? Ele falou: eu trabalho com dinheiro, faço empréstimos internacionais, tenho relacionamento no exterior. Aí ele falou: o que você faz: eu trabalho com automóveis em São Paulo. E como foi uma viagem assim, acho que foi uma semana, uma coisa do gênero, a gente tinha sempre um contato, que estava sempre no hotel, às vezes chegou a ir até a algum parque junto, aí a gente trocou cartão e depois de um tempo ele veio me procurar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele estava acompanhado ou sozinho?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Ele estava acompanhado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De outra pessoa?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É, uma, uma, acho que devia ser a esposa dele, não?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Algum amigo, ele?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Como?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele estava com algum amigo?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não, só a esposa dele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E V. S^a o conheceu na viagem ou lá em...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, no hotel mesmo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – No hotel. Que hotel?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Acho que era no Hyatt. Se não me engano era no Hyatt.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Hyatt em?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Em Orlando.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E como surgiu essa proposta dele para V. S^a?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Foi quando ele veio pra São Paulo, não sei precisar quanto tempo depois foi. E ele falou assim: vamos sair para tomar alguma coisa, vamos conversar que tenho alguma coisa que a gente possa fazer junto. Aí a gente começou a conversar ele me veio com essa proposta, eu falei assim: mas isso aí não pode me trazer uma complicação? Ele falou assim: não, são empréstimos que levanto e faço no exterior, só não quero fazer o movimento em meu nome. Ele falou: se você quiser. Ai eu falei assim: vamos conversar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele tem residência no Brasil?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, que eu saiba não, porque as vezes que eu encontrei foi em hotel.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Hotel, isso aqui em São Paulo?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas ele se hospedava em outros Estados?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Ah, não sei precisar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não sabe?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nenhum domicílio dele em ...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual a idade dele mais ou menos?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Olha, ele deve ter uns, acho que uns dez anos a mais do que eu, mais ou menos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem informação se ele transaciona com casa de câmbio?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não tenho.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esse dinheiro, o senhor tem informação se esse dinheiro era em reais?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não tenho, eu só recebia ele lá na minha conta. Se tinha alguma movimentação aqui eu não sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E essa destinação dos recursos que saíam da sua conta, saía para alguma pessoa física ou só pessoa jurídica?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Era sempre jurídica.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essas empresas, a remessa era feita, eram sediadas onde essas empresas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Olha, as empresas eu não sei, agora, o banco delas lembro que tinha em Nova Iorque, tinha em Taiwan, são diversos locais. Agora, a empresa não posso saber de onde era.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Fazia do banco lá em Miami para...?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Chegou a ir para o Banestado em Nova Iorque?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Que eu me recorde não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Para as Ilhas Virgens, alguma remessa?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, a maioria era Nova Iorque mesmo e mais para a Ásia.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esses recursos que o senhor movimentou avalia em torno de mais ou menos...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não posso precisar porque não tenho uma contabilidade. Estimo mais ou menos o que sal na imprensa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas o senhor recebia um percentual... E pelo percentual que o senhor recebeu, o senhor sabe quanto estava...

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Recebia. Acredito que seja por volta de 30 milhões. Acredito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Trinta milhões de dólares!!

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor fazia essa movimentação de U\$30 milhões e não sabia a que

se destina esse recurso, não tinha maiores informações do seu parceiro de negócios nessa transação.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Até uma coisa que... Tinha muitas firmas que mandavam que, era na razão dela, tinha importação e exportação. Então eu estava vendo que era uma coisa...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, realmente não condiz nada que o depoente fala com a realidade dos fatos. Sente-se perfeitamente que o senhor depoente está, não está interessado em dizer tudo que sabe. Acredito que isso é até ruim para V. S^a. Se V. S^a pudesse ajudar mais esta Comissão, dizendo tudo que sabe, pois nós sabemos que V. S^a sabe muito mais. Não está disposto, e é um direito seu, não está disposto a colaborar, a dar mais detalhes, prestar mais informações a esta Comissão. Esta Comissão realmente ficará prejudicada por essas informações que percebemos que V. S^a teria para nos dar, para nos auxiliar não só nessa questão desse seu amigo argentino, se é que posso assim dizer, um nível de relacionamento desses, apesar de V. S^a dizer que os contatos eram poucos e mais por telefone e por fax, mas a confiança era mútua entre V. S^a e o argentino e que isso só talvez através de grandes amizades se poderia conceber.

Acredito que V. S^a está perdendo uma grande oportunidade de prestar esclarecimentos e um grande serviço a esta Comissão. Mas fica a juízo de V. S^a.

Entendemos. Sr. Presidente, que as informações prestadas pelo Sr. Renato Lanzuolo Filho não nos convence dessa parceria entre ele o argentino na leva de mais de US\$30 milhões do Brasil para o exterior.

Reservo-me, Sr. Presidente, de continuar a próxima rodada e voltar a fazer as perguntas que achar conveniente. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O senhor conhece a Rua Tebas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é lá?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Era a residência desse meu tio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do tio dele. Esse que faleceu. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo Parlamentar inscrito é o Deputado João Paulo.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – Sr. Renato, essa foi a primeira vez que o senhor esteve nos Estados Unidos, em Miami, ou o senhor já tinha o hábito de freqüentemente.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Foi a primeira vez.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – Foi a primeira vez. O senhor foi lá e abriu a conta bancária.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – O senhor tinha visto de turista?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É. Visto de turista.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – O senhor se lembra quanto dias o senhor ficou lá nessa oportunidade?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Penso que foi uma semana ou dez dias.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – Ao abrir a conta, qual foi o endereço residencial nos Estados Unidos que o senhor declarou?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, eu dei a residência daqui, do Brasil. Quando você abre a conta, você tem de dar a xerox do passaporte e a residência daqui.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – Não lhe pediram uma residência nos Estados Unidos para abrir a conta?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – O senhor ficou em hotel?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Fiquei.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – Não pediram nem o endereço do hotel?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – Estou percebendo que o advogado já está meio inquieto com a minha pergunta. Eu queria dizer que os Parlamentares têm imunidade constitucional pelas suas palavras, votos e opiniões. Os Parlamentares não têm imunidade para fazer o que faz o depoente, mas, para expressar suas opiniões, a Constituição nos dá esse direito. Temos essa imunidade.

Qual foi mesmo o nome do banco em que o senhor abriu a conta?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Ocean.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – Nesse período de 1991 até 1997, qual era a sua atividade profissional no Brasil?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Eu trabalhava com automóveis.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – O senhor declarou a comissão que o senhor recebeu durante esse tempo no Imposto de Renda?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

- O SR. JOÃO PAULO** (PT - SP) – Sr. Presidente, por enquanto, é só. Obrigado.
- O SR. PRESIDENTE** (Antero Paes de Barros) – Vou passar a palavra ao relator...
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade...
- O SR. PRESIDENTE** (Antero Paes de Barros) – Claro.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Eu queria saber se o senhor tinha um escritório perto da pizzaria? Um escritório para trabalhar.
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Do estacionamento. É.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Tinha telefone?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Tinha.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Qual era o número?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Era esse mesmo número que foi transferido.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Estava em seu nome?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Estava.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Se, amanhã, aparecer uma gravação do senhor.. O senhor está tendo chances de se retratar aqui...
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Entendi.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Se aparecer uma gravação do senhor, com a sua voz, com perícia da Polícia Federal, o senhor negociando dólar a mando de Barcelona para enviar para o exterior, ou seja, cometendo um delito, se aparecer uma gravação, na forma da lei, evidentemente, autorizada pelo Poder Judiciário, como ficaria esse depoimento do senhor? Se eu dissesse para pôr a gravação com o senhor negociando dólar, o que o senhor acha?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Eu acho que não existe.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Não existe?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – O senhor nunca falou isso?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor nunca negociou dólar?
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Nunca negociou dólar?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não. Negociar, não, eu só vendia minhas comissões. Só isso.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Por telefone?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não, in loco.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Por telefone, o senhor nunca falou em dólar?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Era isso, Sr. Presidente.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
- O SR. PRESIDENTE** (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Sr. Presidente, vou na linha do Deputado Paulo Kobayashi. Vou solicitar a V. Ex^a que determine que o depoente permaneça no recinto, que ele possa ter contato com seu advogado e que ele possa consultar o seu advogado. Ao final dos depoimentos que dizem respeito a esse caso, que ele, conversando com o advogado e querendo, talvez possa completar as informações das inquirições que foram aqui realizadas.
- O SR. DR. HÉLIO** (PDT – SP) – Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de requerer as fitas junto à Polícia Federal.
- O SR. PAULO KOBAYASHI** (PSDB – SP) – Eu gostaria de encaminhar requerimento ainda hoje.
- O SR. PRESIDENTE** (Antero Paes de Barros) – Peço à Secretaria que fizesse um ofício, solicitando as fitas à Polícia Federal, para que possamos, ainda hoje...
- O SR. PAULO KOBAYASHI** (PSDB – SP) – Se fosse possível, também requeiro a declaração de Imposto de Renda. Vou encaminhar à Mesa um requerimento para quebra de sigilo bancário e fiscal.
- O SR. PRESIDENTE** (Antero Paes de Barros) – A quebra do sigilo bancário foi disponibilizado. Pergunto ao senhor Renato se ele disponibiliza também o sigilo fiscal e telefônico.
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Sim.
- O SR. PRESIDENTE** (Antero Paes de Barros) – Peço que preparem juridicamente o termo para que S. S^a possa autorizar.
- Antes de suspendermos o depoimento...
- O SR. PAULO KOBAYASHI** (PSDB – SP) – Aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, gostaria de dizer que temos, na seqüência, depoentes vinculados e que apareceram no processo devido ao Sr. Renato Lanzuolo Filho. Falo de Márcio Veiga, que foi sócio e do atual sócio, também provado por meio de requerimento. À minha pergunta, antes da suspensão e da liberá-lo para conversações com o advogado, é sobre os dois próximos depoentes. Márcio Veiga, aquele que comprou a sua parte da pizzaria, no Leona Pizza-bar, tem algo a ver com essa história?
- O SR. RENATO LANZUOLO FILHO** – Não.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Nada foi feito em nome deles? Seus nomes ou CPFs nunca foram usados? Não têm nada a ver com a conta de Miami?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor comentou com eles a operação que fez na Argentina? Não têm conhecimento de nada disso?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Só agora vieram...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor comentou com eles anteriormente?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com alguém mais comentou sobre essa operação?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sua esposa sabia dessa operação?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Durante o período que o senhor Renato vai permanecer por aqui se decidir colaborar conosco estaremos à inteira disposição. Inclusive com esse objetivo. Se o senhor quiser dar qualquer colaboração especial sobre essa questão estamos à disposição durante o período que aqui permaneceremos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – O senhor tem diploma de curso superior?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não tem diploma de curso superior.

Quero fazer uma indagação ao Sr. Renato antes de suspender o depoimento.

Sr. Renato, hoje o senhor tem renda em função do quê?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Tenho o estacionamento e o que recebi da venda da pizzaria.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Qual é sua renda mensal?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – No estacionamento? Cerca de R\$5 mil.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vou suspender o depoimento. Peço que o Sr. Renato fique em uma sala reservada. Vamos ouvir, em seguida um de seus sócios, o Sr. Márcio Veiga será o próximo. Posteriormente, o sócio para quem ele vendeu a pizzaria. Depois, voltaremos a ouvir o Sr. Renato.

Quero fazer um apelo. Conversando com o seu advogado, que o senhor possa realmente refletir sobre a possibilidade de colaborar com a CPMI. Em seu depoimento o senhor protege um cidadão que conheceu muito rapidamente, um argentino. É importante que o senhor menciona à Comissão porque o senhor

tem família, esposa, filhos. Percebi que o senhor está atraindo só para si uma responsabilidade que seguramente não será pequena. Pelo seu depoimento, prevalecendo tudo isso, o grande responsável é o senhor. O senhor está atribuindo a si responsabilidades para proteger um cidadão com quem o senhor tem pouco relacionamento? Um argentino. Imaginamos que não. Não sabemos quem. A situação, talvez, se o senhor não colaborar, quando o senhor se arrepender, seja muito tarde! Então, pediria a V. S^a que refletisse, conversasse com o seu advogado. Já percebi, pela exposição do Deputado Dimas Ramalho, que é membro também do Ministério Público, que o seu advogado é uma pessoa renomada, conhece as leis e sabe também dos benefícios que a própria Comissão pode dar a V. S^a, no sentido de ter um depoimento em que V. S^a possa contribuir com mais esclarecimentos.

Então, está suspenso o depoimento de V. S^a e suspendo também a reunião, por cinco minutos, pedindo para fazer entrar o Sr. Márcio Veiga.

(A reunião é suspensa às 11h03min e reaberta às 11h12min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está reaberta a reunião. Na seqüência dos depoimentos, vamos ouvir o Sr. Márcio Veiga. Quero informar à Comissão que o Sr. Márcio Veiga assinou o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5^º, inciso LXIII da Constituição Federal.

Assinado o termo de compromisso, queremos informar ao Sr. Márcio Veiga que ele está convocado pela CPMI do Banestado. Gostaríamos também de indagar se V. S^a gostaria de fazer alguma exposição inicial para contar algum fato que seja do seu conhecimento com relação à evasão de divisas, à utilização de contas CC5, ou se V. S^a declina dessa fala inicial, e passaríamos, então, imediatamente às indagações do Relator, Deputado José Mentor.

O SR. MÁRCIO VEIGA – Não tenho nada a falar! V. Ex^a pode fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, inicialmente, passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Márcio, o senhor conhece o Sr. Renato Lanzuolo Filho?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há quanto tempo?

- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Já faz uns oito anos.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor tem relação comercial com ele?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Tive relação comercial.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Foi sócio do senhor na pizzaria?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Na pizzaria.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Durante quantos anos?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Não, por volta de oito, nove meses.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor tem conta no exterior?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Já movimentou valores para o estrangeiro?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Nunca.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Manipulou com dólar no Brasil?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Também não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor tem conhecimento se o Sr. Renato operou com dólar?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Não tenho conhecimento, porque o meu relacionamento com o Renato foi na pizzaria.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Quanto uma pizzaria faturava por mês?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Em torno de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Isso resultaria um lucro para cada um de quanto, a retirada de quanto?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Acredito que, para cada um, por volta de uns R\$15.000,00 (quinze mil reais).
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Toda a movimentação era declarada?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Declarada.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Pagava impostos etc?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Tudo.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor ouviu falar se o Sr. Renato tinha um relacionamento com um argentino?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Nunca ouviu nada a respeito?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Nunca.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Ele nunca comentou nada com o senhor?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Nunca, nunca, nunca, o meu relacionamento era só na pizzaria.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor teve conhecimento da reportagem do jornal **Correio Brasileiro**?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Tive.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O que o senhor achou da reportagem?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Para mim, que estou na pizzaria, me causou muita estranheza, porque, até então, nunca tive conhecimento, e também só tive conhecimento sobre o caso do Banestado através dessa intimação. Então, para mim, colocando o nome da minha pizzaria, dá um certo constrangimento.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Antes de o senhor ser sócio do Sr. Renato na pizzaria, qual era o relacionamento que o senhor tinha com ele?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Sou casado com a irmã dele. Então, é só um conhecimento mesmo como cunhado.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor chegou a constatar alguma vez a presença de um senhor argentino de nome Del Rio, Reinaldo Del Rio?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Nem nas relações familiares?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Nunca.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor conhece a Barcelona Turismo?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Também não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Já ouviu falar no Toninho Barcelona?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Também não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE** (Antero Paes de Barros) – Deputado Dimas Ramalho, V. Ex^a tem a palavra.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS – SP) – Eu apenas gostaria de perguntar ao depoente a que ele atribui essa notícia no Correio Brasiliense. Por que saiu lá em Brasília essa notícia sobre essa questão de dólares, envolvendo a pizzaria?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Veja bem, eu não imagino o porquê saiu em Brasília. Mas saiu, eu tive ciência de acompanhar o jornal. Mas o porquê eu não sei dizer para o senhor.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS – SP) – Você não tem noção, sei lá, alguém colocou no jornal...
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Não tenho.
- O SR. DIMAS RAMALHO** (PPS – SP) – É como o senhor teve conhecimento dessa reportagem?
- O SR. MÁRCIO VEIGA** – Eu mexo muito na internet. E acabamos verificando. E as pessoas quando viram o nome da pizzaria me questionaram: “Marcio, a sua pizzaria...” e tal. Acabei ficando conhecido.

O SR DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O seu cunhado viajava muito para o exterior, regularmente?

O SR MÁRCIO VEIGA – Não, senhor.

O SR DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Para terminar, como está o movimento da pizzaria hoje?

O SR MÁRCIO VEIGA – Graças a Deus, por enquanto, está tudo em ordem.

O SR DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Para terminar, o seu cunhado utilizava o telefone da pizzaria, tinha um escritório do lado, para cuidar de coisas particulares. Como era isso?

O SR MÁRCIO VEIGA – Até o momento, nesses meses em que ele ficou comigo na pizzaria, não. Não tenho nenhum conhecimento sobre isso.

O SR DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E porque ele saiu da pizzaria?

O SR MÁRCIO VEIGA – Eu acho que a pizzaria é um trabalho exaustivo, à noite e tal. E ele acabou, acho, não se acostumando com esse tipo de trabalho e acabou pedindo para se retirar.

O SR DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E vendeu para quem?

O SR MÁRCIO VEIGA – Antonio Carlos Calado.

O SR DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Por quanto?

O SR MÁRCIO VEIGA – Olha, precisando para o senhor, por volta dos 250 mil.

O SR DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Está bom. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o seu cunhado explicou depois que matéria foi publicada?

O SR MÁRCIO VEIGA – Veja bem, foi muito repentino sobre a matéria e eu, quando soube da matéria, não trocamos conversa...como eu posso explicar? Enfim, me pegou de surpresa. Eu não tive nenhuma explicação. Tive só a intimação para...

O SR. RELATOR (José Mentor) – o senhor perguntou para ele: “o que é isso aqui?”

O SR MÁRCIO VEIGA – Eu não perguntei para ele o que era. Só sei que estava relacionado a mim. O que mais importa para mim é a Leona, porque eu trabalho e dependo da pizzaria. Enfim, então...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve algum desentendimento com ele?

O SR MÁRCIO VEIGA – Não, não tive nenhum desentendimento. Acho que a gente simplesmente... Só me causou estranheza sobre isso, enfim...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele não deu qualquer explicação para o senhor, “isso aqui foi assim ou assado”?

O SR MÁRCIO VEIGA – Não, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Só para terminar, Sr. Relator, o senhor não conversou sobre isso com ele?

O SR MÁRCIO VEIGA – Não, eu não conversei sobre isso com ele. Eu procurei primeiro verificar sobre o porquê de o meu nome estar nisso, enfim...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Mas o senhor não teve curiosidade de perguntar: “o que aconteceu? Você mandou dinheiro? Usaram o teu nome? Não pensou em fazer isso?”

O SR MÁRCIO VEIGA – Sinceramente, não. Nós temos um relacionamento até familiar, então...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – E um almoço de domingo lá a família não discutiu? “Você viu no jornal, lá em Brasília?”

O SR MÁRCIO VEIGA – Sinceramente, não.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – A sua esposa comentou alguma coisa com o senhor?

O SR MÁRCIO VEIGA – A minha esposa ficou também...estranhou a novidade. Mas eu digo para V. Ex^a que a minha preocupação sempre foi em zelar pelo nome da pizzaria e pelo meu nome. Então, a gente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A sua esposa teve algum desentendimento com o Renato?

O SR MÁRCIO VEIGA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Dr. Hélio, V. Ex^a com a palavra.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Márcio Veiga o senhor conhece, tem um relacionamento há cerca de oito anos com o seu cunhado.

O SR MÁRCIO VEIGA – Perfeito.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Alguma vez o senhor já ouviu ou já viu transação de dólares nesses relacionamentos?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Nunca senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O seu cunhado Renato Manzuolo Filho freqüenta ainda a pizzaria?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Não, não tem...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Nesses nove meses que vendeu para o sócio Callado, ele tem freqüentado rotineiramente, esparsamente?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Nunca foi uma pessoa de freqüentar a pizzaria porque ele fazia mais a parte administrativa e eu faço a parte comercial, do atendimento ao cliente, enfim... Eu é que estou sempre presente na pizzaria.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Dentro da pizzaria o senhor já teve, ou já viu, alguma transação em moeda estrangeira?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Nunca, Senador.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Nunca viu?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Nunca.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor conhece esse Sr. Antonio Callado que comprou a parte da pizzaria?

O SR. MÁRCIO VEGAS – Conheço.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – É tem um bom relacionamento?

O SR. MÁRCIO VEGAS – O Callado é uma pessoa ... Antes da pizzaria, sempre trabalhei com o ramo de alimentação. É uma pessoa que era um cliente assíduo, enfim, era um amigo nosso de pizzaria, aquele cliente cativo. Eu conheço sim, senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Obrigado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, requero a V. Ex^a que determine que aguarde a presença na saída nossa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não havendo mais Parlamentares para fazer indagações, gostaria de fazer apenas uma indagação: O senhor confirma que não teve nenhum desentendimento com o senhor Renato?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Nunca teve?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Não tive nada de...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A que o senhor atribui o fato de ele achar que teve um desentendimento com o senhor?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Talvez por diferenças de administração. Não é nada que fosse por um lado de desentendimento assim...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que tipo de diferença de opinião administrativa?

O SR. MÁRCIO VEIGA – É que, volto a dizer, trabalhar de noite é difícil, você sacrifica a família, enfim... Talvez, isso fez com que, ele talvez quisesse permanecer na pizzaria, mas ao mesmo tempo não tinha como, porque a gente precisa de uma ajuda da pessoa na ativa, não é? Então talvez, pode ser que não tenha agradado a ele, mas não tive nenhum desentendimento, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele não cuidava só da parte administrativa? Ele tinha que ir só de dia, ou de dia e de noite?

O SR. MÁRCIO VEIGA – A priori, a parte administrativa, mas, como eu também, que estou sempre no escritório durante o dia, é aquele revezamento, às vezes, porque você tem a família e a pizzaria abre sete dias na semana, senão você acaba...

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Vou aproveitar, então, já que ninguém se inscreveu para fazer umas perguntas mais, vou fazer uma propaganda da pizzaria porque fiquei curioso de conhecer lá. A pizzaria fica onde?

O SR. MÁRCIO VEIGA – No Campo Belo.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – A pizzaria, pelo que os jornais citam, é muito bem frequentada, por artistas, jogadores, vocês fazem eventos até ajudando entidades com esses grandes nomes. Você atribui esse grande relacionamento a você, que gerencia, que é o sócio da noite, que é o sócio que comanda durante o período comercial, ou ao Renato, seu cunhado, ao grande relacionamento que ele tem nesse meio artístico, empresarial, futebolístico e tal, ou à clientela própria da pizzaria pelo local e tal?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Acredito que, se os senhores tiverem oportunidade de conhecer, vão ver que a pizzaria, realmente, é uma pizzaria bem diferente em São Paulo, o que causou a vontade das pessoas conhecerem e atribuo também ao bom trabalho que fazemos, angariando as fundações filantrópicas, jogadores... E eu tenho uma assessoria de imprensa, uma assessoria pelo restaurante que levam os artistas, enfim...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O faturamento e a lucratividade da pizzaria corresponde ao investimento?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Eu não sei porque a pizzaria é muito nova, tem doze meses. E quando fizemos a pizzaria não calculamos em quanto tempo voltaria. Estou lá para gerenciar o fundo comercial da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi o investimento? De quanto foi o investimento?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Acredito... Não sei precisar para o senhor, sinceramente, porque essa parte de contabilidade e tudo nunca ficou comigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque é um investimento requintado, não é? É uma pizzaria, é um restaurante fino, não é?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Não é que... Ela pode ser grandiosa, mas não que tenha um custo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – De investimento.

O SR. MÁRCIO VEIGA – De investimento. Mas ela é grandiosa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais ou menos quanto?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Foi feita de tijolos...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a percentagem do Renato na pizzaria?

O SR. MÁRCIO VEIGA – O Renato tinha 70% e eu 30%.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele vendeu 70% por R\$250 mil, mais ou menos.

O SR. MÁRCIO VEIGA – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto vale lá, então?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Não, quanto vale...

O SR. RELATOR (José Mentor) – R\$400 mil?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Acredito que sim, porque na verdade peguei aquilo como um fundo comercial para eu administrar. Agora, por quanto ele vendeu ou quis vender, cabe a ele o valor.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sigo nessa linha, só por curiosidade, em cima da pizzaria porque foi divulgado nos autos, embora registrada em abril de 2002, ela teve umas alterações societárias bem dinâmicas, bem diferentes, ora você entra, ora você aumenta, ora entra o Calado, ora sai o Calado, ora volta o Renato, então tudo isso pode ter explicações internas, é claro, mas sabemos também como funcionam diversos ramos, diversos restaurantes, pelas noites de São Paulo, bares, boates e restaurantes, nesse sentido exatamente de muitas vezes estarem vinculados a casas de câmbio, a doleiros, a negócios maiores, onde o ponto de encontro é lá, ponto de registro de documentos, notas e justificativas. Os italianos já descobriram isso há muito tempo, um pequeno restaurante explica qualquer movimentação maior ou menor e tal. Por isso estou fazendo um pouco de perguntas por aí.

Mas na verdade seu cunhado esteve aqui, ele fez um pronunciamento, contou toda uma história, e pela história contada por ele – a Comissão recebe com muita restrição, será ouvido novamente –, foi perguntado o que você tem a ver com isso, assim como Antonio Carlos Calado, e ele mesmo afirmou que vocês não têm nada a ver com a questão da conta que está em nome dele, com a movimentação e tudo mais – e nessa parte acreditarei na afirmação do Renato Lanzuolo Filho. Não tenho mais perguntas para fazer, então.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é seu nome completo?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Márcio Veiga.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só Márcio Veiga?

O SR. MÁRCIO VEIGA – Só.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Considero, então, encerrado o depoimento do Sr. Márcio Veiga.

Não acho que seja necessário fazer qualquer acareação. V. S^a está liberado.

Vamos suspender a reunião por cinco minutos e vamos, ainda pela manhã, ouvir um outro depoimento.

Quero saber se o outro sócio da pizzaria já está aí.

O SR. MÁRCIO VEIGA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, suspendo a reunião por cinco minutos e, na seqüência, daremos prosseguimento.

(A reunião é suspensa às 11h28min e reaberta às 11h45min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência declara reaberta a reunião e informa que vamos ouvir o depoimento da Sr^a Rachele Abad.

Informa aos Srs. e Sr^{as} Parlamentares que a Sr^a Rachele Abad assinou o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, vazado nos seguintes termos: “A depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigada a depor contra si própria, nos termos do art. 5^o, inciso LXIII, da Constituição Federal”.

Sr^a Rachele Abad, V. S^a sabe os motivos pelos quais foi convocada e, sendo assim, inicialmente, concedo a palavra a V. S^a para, no prazo máximo de 30 minutos, fazer uma exposição sobre o assunto objeto dessa convocação.

A SR^a RACHELE ABAD – Na verdade, não tenho nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, para que proceda às indagações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria que a senhora dissesse como seu nome é pronunciado.

A SR^a RACHELE ABAD – Racheli.

O SR. RELATOR (José Mentor) – D. Racheli, a senhora foi conhecida como Sheila em algum momento?

A SR^a RACHELE ABAD – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse conhecimento era geral ou comercial?

A SR^a RACHELE ABAD – Era quase geral.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora era conhecida como Sheila. Como prefere ser chamada?

A SR^a RACHELE ABAD – Sheila está bom.

O SR. RELATOR (José Mentor) – D. Sheila, a senhora trabalhou ou trabalha no Banco Cidade?

A SR^a RACHELE ABAD – Eu trabalhei no Banco Cidade muitos anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quando a quando?

A SR^a RACHELE ABAD – De 1969 a 1998.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que deixou o banco?

A SR^a RACHELE ABAD – Porque o banco assumiu a representação do banco suíço, do grupo, da qual eu fui encarregada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora continua com vinculação com o grupo, com o banco suíço?

A SRª RACHELLI ABAD – Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Absolutamente sim.

A SRª RACHELLI ABAD – Absolutamente sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que cargo ocupa?

A SRª RACHELLI ABAD – Sou a representante do banco suíço em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desde quando?

A SRª RACHELLI ABAD – Desde que saí do Banco Cidade, em 1998.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Qual é o nome do banco?

A SRª RACHELLI ABAD – **Mult Comercial Bank.**

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que função exercia no Banco Cidade, em todos os anos em que trabalhou lá?

A SRª RACHELLI ABAD – Comecei como assessora da secretária, bem pequenina.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que carreira fez?

A SRª RACHELLI ABAD – Fiz carreira nos financiamentos externos para o Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que cargo a senhora ocupou?

A SRª RACHELLI ABAD – Eu era a responsável, a coordenadora dos financiamentos dos bancos externos para o Brasil, para o Banco Cidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora fez isso até 1998?

A SRª RACHELLI ABAD – Até 1998.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desde quando?

A SRª RACHELLI ABAD – Não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais ou menos.

A SRª RACHELLI ABAD – Poderia ser desde 1975, talvez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece a D. Nicéa Camargo, ex-esposa do Prefeito Celso Pitta?

A SRª RACHELLI ABAD – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também conheceu o ex-Prefeito Celso Pitta?

A SRª RACHELLI ABAD – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que agência a senhora trabalhou?

A SRª RACHELLI ABAD – No Banco Cidade?

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Banco Cidade?

A SRª RACHELLI ABAD – Na matriz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o endereço?

A SRª RACHELLI ABAD – Praça D. José Gaspar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantas agências tem o banco?

A SRª RACHELLI ABAD – Quando foi vendido, penso que tinha 21 ou 22 agências.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havia alguma agência na Avenida Angélica?

A SRª RACHELLI ABAD – Não. O banco nunca teve na avenida Angélica.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O ex-Prefeito Celso Pitta manteve alguma relação comercial com o Banco Cidade?

A SRª RACHELLI ABAD – Não. Somente a empresa em que ele trabalhava: a Eucatex.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Eucatex tinha conta no banco?

A SRª RACHELLI ABAD – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O ex-Prefeito não tinha conta no Banco Cidade?

A SRª RACHELLI ABAD – Acho que não. Nunca tratei com ele como pessoa física.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E com a D. Nicéa Camargo?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve relacionamento?

A SRª RACHELLI ABAD – De banco comercial, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora fazia operações, no Brasil, com dólares? Remessas de dólares para o exterior?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não. Nunca trabalhou com esse..

A SRª RACHELLI ABAD – Não. Só com financiamentos de fora para cá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora chegou a se reunir com o casal, quando eram casados, Celso Pitta e Nicéa?

A SRª RACHELLI ABAD – Foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muitas vezes?

A SRª RACHELLI ABAD – Acho que só uma vez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora se lembra qual foi o assunto?

A SRª RACHELLI ABAD – Foi porque eu tinha conhecido ele, não me lembro que ano, acho que 1990 ou 92, não me lembro, pela Eucatex. Depois, quando ele chegou a Prefeito pediu a presença de uma pessoa para falar. Então, me pediram para ir lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá, onde?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele tinha me pedido para ir a casa dele, durante o dia. E lá que eu conheci ela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual o assunto que foi tratado lá?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele queria um financiamento externo para a Prefeitura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O assunto era da Prefeitura?

A SRª RACHELLI ABAD – Da Prefeitura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tinha nenhuma conotação pessoal dele?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, não. Absolutamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora sabe o motivo de ele ter querido conversar na casa dele ao invés de ser na Prefeitura.

A SRª RACHELLI ABAD – Ele tinha marcado lá, mas, depois, na última hora, ele falou que ele precisava, que ele tinha ficado na casa dele por algum motivo pessoal e pediu então para ir para casa dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E lá não se tratou de outro tipo de operação que não fosse esse empréstimo?

A SRª RACHELLI ABAD – Empréstimo para a Prefeitura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora tinha conhecimento se o ex-Prefeito e a Dona Nicéa possuíam conta no exterior?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora não...

A SRª RACHELLI ABAD – Nenhum conhecimento sobre isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece o Commercial Bank of New York?

A SRª RACHELLI ABAD – Conheço porque era um banco do grupo. Era, ele foi vendido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe se o ex-Prefeito e a Dona Nicéa tiveram conta nesse banco?

A SRª RACHELLI ABAD – Não. Não tenho como saber.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece o senhor Maurício Abad?

A SRª RACHELLI ABAD – É meu primo-irmão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Primo-irmão. A senhora sabe se ele tem alguma função nesse banco?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele teve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi a função?

A SRª RACHELLI ABAD – Acredito de gerente. Exatamente o título não sei. Ele era gerente. Ele era, digamos, um dos responsáveis.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe se ele atendia o ex-Prefeito Celso Pitta e a Dona Nicéa Pitta?

A SRª RACHELLI ABAD – Lá em Nova Iorque?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim.

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O relacionamento comercial com esse banco, a senhora fez alguma vez o relacionamento comercial do Banco Cidade com o Banco Comercial, Commercial Bank?

A SRª RACHELLI ABAD – O Banco Comercial dava empréstimos para empresas brasileiras sempre através do Banco Cidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora mantinha contatos com o senhor Maurício Abad?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Profissionais, digo?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Apesar do parentesco, não tinha relacionamento comercial?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, comercial, não, porque ele não era o responsável desses empréstimos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele nunca comentou com a senhora de ter atendido o ex-Prefeito de São Paulo e a Dona Nicéa?

A SRª RACHELLI ABAD – Não. Nunca comentou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora nunca realizou, repetindo a pergunta, nenhuma operação em conversão de reais em moedas estrangeiras para o ex-Prefeito Celso Pitta?

A SRª RACHELLI ABAD – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem para a Nicéa a Pitta?

A SRª RACHELLI ABAD – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também não sabe da conta conjunta que os dois tinha no Commercial Bank of New York?

A SRª RACHELLI ABAD – Não sei desses assuntos porque não era o meu departamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nessa visita que a senhora esteve com a Dona Nicéa e o ex-Prefeito Celso Pitta, um dos objetivos foi obter algum papel assinado por eles?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, não, não. Simplesmente ele chamou e eu tive que ouvir o pedido dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe quem é a Presidente do Commercial Bank of New York?

A SRª RACHELLI ABAD – O Presidente?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

A SRª RACHELLI ABAD – Não tinha assim Presidente. Era uma diretoria... Não sei. Eles lá chamam muito de Vice-President.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pode ser a Presidente?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece a dona Dália Ouseri?

A SRª RACHELLI ABAD – Ah, conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela era o quê?

A SRª RACHELLI ABAD – Não sei o título dela. Acredito que era Vice-President.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora sabe o endereço da agência de Nova York do banco?

A SRª RACHELLI ABAD – Não existe mais, mas era na Park Avenue. Não sei o número.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Park Avenue, 301?

A SRª RACHELLI ABAD – Não. Acredito que era 321.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em Nova York?

A SRª RACHELLI ABAD – É. (Pausa.)

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece essa conta Rigler?

A SRª RACHELLI ABAD – Como era? Desculpa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rigler?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O banco tinha operações com o Saíra, em Nova York? A senhora tinha relações com o Banco Cidade, com o Saíra?

A SRª RACHELLI ABAD – Não. Simplesmente que era um outro banco concorrente conhecido no mercado, só isso, mas não tinha relação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora chegou a conhecer o Sr. Sérgio Santoro?

A SRª RACHELLI ABAD – Não. Não sei quem é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse senhor, ele era um dos fornecedores de obras em São Paulo.

A SRª RACHELLI ABAD – Fornecedores?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para empreiteiras que realizaram obras em São Paulo. E nós temos um registro do seu Maurício Abad fazendo uma remessa para o Sr. Sérgio Santoro.

A SRª RACHELLI ABAD – Eu desconheço completamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem nenhuma informação?

A SRª RACHELLI ABAD – Não conheço nem de nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A lista de inscrição... Tem algum Parlamentar que queira fazer indagações? Passo a palavra ao Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Presidente, só queria que, se fosse possível, depois o Relator passasse o que a dona Nicéa Pitta afirmou em relação à depoente. Se alguém pudesse ler exatamente o que ela afirmou em relação à depoente. Posso ler, inclusive, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim, pediria ao secretário que passasse aqui ao Deputado Dimas. Está até sublinhado aí.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – A Srª Nicéa Teixeira de Camargo, que, na época, assinava Srª Nicéa Pitta, em depoimento na CPI, ela disse o seguinte: que o ex-marido, às vezes, me chamava que tinha sair para os meus eventos. Ele aproveitava para descansar um pouco e vinha pedir-me que assinasse alguns documentos. Sempre confiei muito nele, assinei muita coisa em branco. Porém, nesse dia, fiquei muito assustada porque ele dizia que era um documento para o Quiroga, o contador dele e do ex-Prefeito Paulo Maluf. Eu assinei. Acordei, levantei, cheguei à sala e havia uma doleira, se referindo à senhora. E daí o Senador Romeu Tuma pergunta: a senhora sabe o nome dela? E a Srª Nicéa responde: Era a Srª Sheila Abad. Ela trabalha no Banco Cidade e era ela quem fazia as remessas. Daí o Senador Romeu Tuma perguntando ainda: era do Banco Cidade? E a Srª Nicéa Teixeira de Camargo disse: sim, do Banco Cidade, que tem como filial, em Nova York, o Commercial Bank de Nova York. Ele, à noite, disse-me não era, que não, que ela não tinha nada a ver comigo, que o documento que assinei não tinha nada com conta lá fora. Aí, veio a pressão

para que eu assinasse esse outro documento que não assinei.

Agora, tenho uma dúvida muito grande sobre se aquele documento não foi realmente, porque assim que me viu, ela saiu da sala e eles foram embora imediatamente. Então, a Sr^a Nicéa disse que encontrou com a senhora na casa dela, que assinou alguns documentos e que a senhora é que fazia as remessas, segundo informações que ela tinha.

É por esse motivo que pergunto: o que a senhora acha dessa declaração da Sr^a Nicéa? Corresponde ou não à realidade?

A SR^a RACHELLI ABAD – Não conheço esses fatos. Eu conheci ela quando fui lá...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A que horas a senhora esteve na casa dela?

A SR^a RACHELLI ABAD – Durante o dia.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Aqui ela diz que era bem cedo, quando ela tinha acordado.

A SR^a RACHELLI ABAD – Não, não, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Ou ela não acordava cedo?

A SR^a RACHELLI ABAD – Durante o dia eu fui.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim, pode ser cedo, não?

A SR^a RACHELLI ABAD – Não, não, não. Alguma coisa, assim, logo depois de almoço. Alguma coisa assim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A Sr^a Nicéa disse que era bem cedo. Ela acordou e encontrou com a senhora lá e que era a senhora que fazia as remessas etc. A senhora tem conhecimento disso?

A SR^a RACHELLI ABAD – Absolutamente.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Não tem conhecimento disso?

A SR^a RACHELLI ABAD – Não, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – E a senhora participou de outra reunião com o Sr. Pitta, com a Sr^a Nicéa, ou só foi uma, e uma somente?

A SR^a RACHELLI ABAD – Não, tive de voltar outra vez para dar para ele sobre o pedido dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também na casa?

A SR^a RACHELLI ABAD – Também na casa.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – É comum, é usual ir na residência das pessoas?

A SR^a RACHELLI ABAD – Digamos das pessoas especiais, das pessoas...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Das pessoas “vips” a senhora vai à casa?

A SR^a RACHELLI ABAD – Vou na casa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – D. Sheila, e por que na casa para tratar um assunto da prefeitura?

A SR^a RACHELLI ABAD – Porque ele pediu assim também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A segunda vez também?

A SR^a RACHELLI ABAD – Não posso assim... Esse detalhe não posso afirmar, mas foi assim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – E, nesse segundo momento, qual o horário que era, D. Sheila?

A SR^a RACHELLI ABAD – É realmente difícil de me lembrar, mas é durante o dia, digamos em horário comercial.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sim, mas se a senhora se lembra da primeira vez, é mais fácil lembrar da segunda...

A SR^a RACHELLI ABAD – Não, em horário comercial. Na verdade, não posso me lembrar exatamente.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Eu sei. Mas, veja bem: era antes do meio-dia ou depois do meio-dia?

A SR^a RACHELLI ABAD – É realmente difícil... Se eu falar, é chute.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Não.

A SR^a RACHELLI ABAD – Só vou falar o que eu sei exatamente.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Em relação à Sr^a Nicéa, não sei o que é cedo para ela também.

A SR^a RACHELLI ABAD – É.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Certo. Essa questão é muito relativa para ela, para a senhora, para todos nós aqui, não sei o que é cedo.

A SR^a RACHELLI ABAD – Absolutamente.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Então, a senhora esteve uma vez, para ver a proposta, e a segunda para dar a resposta. O que o Prefeito Pitta pediu à senhora, quanto de dinheiro para o exterior?

A SR^a RACHELLI ABAD – Não, ele não podia, acho, fixar o montante. Ele pediu ao banco uma linha, o que o banco podia aprovar pra prefeitura.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – E o banco aprovou quanto?

A SR^a RACHELLI ABAD – Não aprovou nada.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Por que não aprovou?

A SR^a RACHELLI ABAD – Porque o banco estava fechado para financiamentos para o Brasil.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Mas na conversa que o Sr. Pitta teve com a senhora, quem estava: a senhora, o ex-Prefeito Celso Pitta e quem mais presenciou?

A SRª RACHELLI ABAD – A esposa dele não tava na reunião, mas ela tava na casa.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A senhora e o prefeito?

A SRª RACHELLI ABAD – Sim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Para tratar do empréstimo da prefeitura, a senhora, que é uma pessoa experiente, que tem boa formação, não era razoável que estivessem o Secretário de Finanças, o assessor jurídico?

A SRª RACHELLI ABAD – Porque era o primeiro contato, que eu saiba, porque era um primeiro contato que não vingou. Então, por isso é que foi só com ele.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Eu sei. Mas o primeiro contato, geralmente, é com o próprio prefeito ou com a equipe precursora que procura o banco, ou a pessoa técnica, ou se vai direto ao prefeito?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele conhecia o banco, então, por isso é que foi ele que pediu ao banco.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Ele era cliente do banco?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele foi pela empresa.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Pela Eucatex?

A SRª RACHELLI ABAD – Pela Eucatex. Por isso, foi ele que pediu. Eu suponho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sim, mas eu estou querendo entender um pouco a sistemática, porque isso não é usual. A senhora tem uma formação, participa de um banco, etc e que, em um primeiro contato, vai ao Presidente da companhia. Geralmente, há uma conversa inicial, uma tratativa, uma carta de intenções. Depois, chama quem decide. Como eram tratados os outros clientes do Banco? A senhora está entendendo o que eu quero perguntar, não?

A SRª RACHELLI ABAD – Sim, quer dizer, normalmente são empresas. Às vezes, a empresa vai ao banco; às vezes, o banco vai às empresas.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Pela importância de São Paulo, geralmente, quem trata primeiramente disso é o secretário de finanças. Ninguém vai pedir um financiamento, se não tem certeza absoluta de que ele tem chances reais de sair. Ele pede ao Banco Cidade e não sai, o que fazer? A senhora entendeu, Dona Sireia?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, acredito que ele estava perguntando como uma primeira coisa. Eu não sei como funcionava lá na Prefeitura.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Foi em início de mandato?

A SRª RACHELLI ABAD – Talvez, meio.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Está bem. Entre o primeiro contato que a senhora teve na residência e no retorno, alguém da Prefeitura procurou a senhora para falar: “alguém está indo lá?” Alguém da Prefeitura, algum secretário, ou ficou somente entre a senhora e o Sr. Celso Pitta.

A SRª RACHELLI ABAD – Ninguém me procurou, porque ele queria saber se era possível, em princípio, para depois entrar em detalhe, eu suponho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – E entre a primeira reunião e a segunda, quanto tempo demorou?

A SRª RACHELLI ABAD – Não demorou muito. Talvez, um mês.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Na segunda, a Dona Nicea estava presente?

A SRª RACHELLI ABAD – Eu acho que sim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Mas, ela passava na sala, saía e voltava?

A SRª RACHELLI ABAD – Sim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quanto tempo demorou a reunião com o Prefeito?

A SRª RACHELLI ABAD – Foi meio rápido; uma meia hora, uns vinte minutos. Meia hora, talvez.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Particularmente, nada foi enviado por conta particular, para ele próprio, independentemente da Prefeitura, de interesse patrimonial próprio?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Nada?

A SRª RACHELLI ABAD – Absolutamente nada.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Nunca foi insinuado? A senhora disse não.

A SRª RACHELLI ABAD – Não, não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Nunca?

A SRª RACHELLI ABAD – Nunca, nunca.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Para finalizar, Sr. Presidente, a que a senhora atribui essa questão da Dona Nicea, especificamente, citar a senhora, como quem fazia as remessas para o Sr. Celso Pitta? Tirando a questão da turbulência familiar, etc, porque ela poderia citar outras pessoas.

A SRª RACHELLI ABAD – Eu não sei. Eu posso supor que ela está confundindo as pessoas.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Por enquanto é somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Drª Sheila Abad, na verdade, eu entendo que a senhora foi convidada a participar desta CPI, como colaboradora, para confirmar ou não informações que já temos,

e não na condição, obviamente, de ré, de suspeita ou de algo assim. A senhora está aqui na condição de colaboradora. A nossa CPI trata de operações CC5, em Foz do Iguaçu, no Banestado, naquela operação chamada “operação macuco.” Vejo que o assunto tem alguma conexão, mais difícil, exatamente, de se transformar em um elo, para ser um assunto pertinente à Comissão.

Mas, a Dona Nicea, realmente, esteve novamente em Brasília e confirmou informações que já vinham, ao longo do tempo, a entrevistas dela nos anos 2000, 2001, houve processos de várias naturezas e sempre deixando bem claro que a prova que ela teria era que no apartamento dela era que o ex-prefeito fazia seus acordos e tudo mais. E, quando isso se configurava em enviar dinheiro para o exterior, fazia através do que ela mesmo chama de “doleira” e cita o nome da senhora.

Então, os depoimentos dela realmente, tanto na CPI como nos anteriores que ela prestou no Ministério Público, como nos processos, como saiu na imprensa, sempre vem a citação do nome D. Sheila Abad, como prima do Maurício Abad, como quem fazia intermediação, quem pegava o dólar, quem mandava, e assim por diante.

A Srª teve que depor em algum processo junto ao Ministério Público?

A SRª RACHELLI ABAD – Já. Não, eu depus aqui em São Paulo.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Sempre só na condição de depoente de informações.

A SRª RACHELLI ABAD – Já depus e não tenho...

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Vou passar para o nosso relator. Mas, como a Srª trabalha nesta área há muito tempo, tem um certo vínculo com a área comercial, bancária, financeira, no exterior, no interior, tem algum conhecimento, algum tipo de relacionamento, de envolvimento, do ex-prefeito ou, envolvendo ou não o nome da sociedade com a Nicéia Pitta, em operações da CC-5, em Foz do Iguaçu, para o Banestado, em contas em Nova York, através desse procedimento, transformação de Real em Dólar, de forma não declarada na Receita Federal? A Srª tem algum tipo de dado para esclarecer sobre isto?

A SRª RACHELLI ABAD – Eu, na verdade, não conheço nada da vida particular deles.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Fico satisfeito, porque, na verdade, foi uma declaração. A Srª está contrariando totalmente a declaração da D. Nicéia Pitta e temos alguma dificuldade em poder ou de querer ter a pretensão de ver quem está falando a verdade e quem não está. Então, deixo totalmente por

conta do relator, dos colegas da comissão, para dar seqüência às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Srª Rachelli Abad, se o resultado deste depoimento, que a Srª já fez, do ano 2000, qual foi o resultado desse depoimento?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele foi arquivado. O inquérito foi arquivado.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O inquérito foi arquivado. V. Sª, D. Rachelli, alguma vez, já mandou dinheiro para o Banestado de Foz do Iguaçu, Bemge, Banco Rural, Banco do Brasil ou Banco Araucária?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Não? Nunca mandou?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. Sª, em nome de terceiros, já encaminhou algum dinheiro para a conta CC-5, a algum desses bancos que relacionei aqui, Banco Banestado, Bemge, Araucária, Banco do Brasil e Banco Rural?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Estou satisfeito, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O relator, Deputado José Mentor, para as suas indagações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Srª recebeu, alguma vez, da D. Nicéia, no Banco Cidade, na agência?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, nenhuma vez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou vendo aqui o depoimento da Srª à Polícia Civil e aqui consta que o Sr. Maurício Abad deixou de trabalhar no Banco... e foi trabalhar no Banco Safra.

A SRª RACHELLI ABAD – Foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em Nova York.

A SRª RACHELLI ABAD – Foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aquele documento que eu havia mostrado aqui, eu havia perguntado se havia relação com o Banco Safra.

A SRª RACHELLI ABAD – Se o nosso Banco tinha relações, ou eu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, o Sr. Maurício.

A SRª RACHELLI ABAD – Eu entendi se era o nosso Banco ou eu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desculpe. O Sr. Maurício...

A SRª RACHELLI ABAD – Hoje, é funcionário do Banco Safra, desde 1999, se não me engano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa remessa foi feita pelo Banco Safra Nova Iorque de US\$11 mil.

A SRª RACHELLI ABAD – Que remessa?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi recebida, perdão.

A SRª RACHELLI ABAD – Desconheço o que ele fez ou deixou de fazer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece Naji Nahas?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, apenas de nome, pela mídia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, solicito que a depoente permaneça no recinto para que, se for o caso, haja uma nova inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Defiro. Quero, inclusive, informar à Comissão, que, como existiram muitas contradições entre o que dizem a Srª Sheila Abade e a Srª Nicéa Camargo. Mantive contato telefônico com a Srª Nicéa Camargo. Já pedimos a nossa assessoria para buscá-la e, depois, faremos uma acareação entre as duas. Peço a depoente que permaneça no recinto até a reconvocação desta Comissão. Está suspensa a sessão por 5 min. Não sei se a Comissão tem... O terceiro sócio, não. Chegou o Sr. Ricardo Augusto da Costa. Vamos suspender a reunião por 5 min. Posteriormente, retornamos com o depoimento do Sr. Ricardo.

(A reunião é suspensa às 12h20min e reaberta às 11h40min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) A Presidência declara aberta a reunião. Ouviremos o depoimento do Sr. Ricardo Augusto da Costa. Informo à Comissão, ao Relator e aos Srs. Parlamentares, que o Sr. Ricardo Augusto da Costa acaba de me solicitar sessão reservada, uma vez que deseja colaborar. Em sendo assim, creio que é do interesse desta CPI, apesar de ser reunião pública. Mas, se é esta a solicitação, quero encaminhar no sentido de que seja feita uma reunião reservada e que fique apenas o pessoal do som, o pessoal da assessoria do Relator e os Srs. Parlamentares. Gostaria que a nossa área de segurança fizesse, também, uma observação para que sejam retiradas as câmaras e gravadores. Que só fique o som oficial desta CPI. Peço que os Srs. Parlamentares desliguem os seus celulares ao começar a reunião reservada. Que essas providências sejam tomadas e, em seguida, retomaremos a reunião. Suspendo a reunião até que as providências sejam tomadas

(A reunião torna-se secreta às 11h42min, tornando-se pública às 13h30min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está reaberta a sessão.

Queremos informar que nós, em função do depoimento da Srª Sheila Abad, fizemos um contato telefônico com a Drª Nicéa Camargo, solicitando a presença da Drª Nicéa, uma vez que constatamos, em função do depoimento anterior da Drª Nicéa à CPMI, prestado em uma sessão em Brasília, onde V. Sª compareceu como convidada, e, em função do depoimento hoje aqui na CPMI da Srª Sheila, que compareceu como convocada, percebemos várias contradições. Sendo assim, entendemos que era importante uma acareação.

Quero orientar tanto a Srª Nicéa Camargo como a Srª Sheila Abade que o Relator vai fazer menção às contradições. Gostaria que a Srª Sheila respondesse ao Relator não olhando para o Relator, olhando para a Srª Nicéa Camargo. Gostaria, da mesma forma, que a Srª Nicéa Camargo respondesse ao Relator não olhando para o Relator, olhando para a Srª Sheila Abad.

Dessa forma, passo então a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

Gostaria que ambas falassem perto do microfone.

O SR RELATOR (José Mentor) – Dona Nicéa, gostaria que a senhora reproduzisse qual foi a vez que a senhora recebeu em sua casa a depoente.

A SRª NICÉA CAMARGO – Ela esteve num dia pela manhã, eram mais ou menos umas sete horas, sete e meia da manhã. Eu ainda estava dormindo. Meu ex-marido me procurou e pediu que eu assinasse um documento do qual ele iria... seria de Imposto de Renda, alguma coisa assim. Bom, eu assinei. Já que estava acordada, me levantei, e cheguei na sala, e estava sentada a Srª Sheila Abad com o meu ex-marido, e os dois então conversavam. Os argumentos que eu vi ela falar foram esses: não temos mais ninguém de confiança, portanto ela é a pessoa de maior confiança do senhor para aplicarmos esse investimento.

O SR RELATOR (José Mentor) – Era um investimento que o seu marido fazia no Exterior?

A SRª NICÉA CAMARGO – No Exterior, com a Srª Sheila Abad, que foi sempre ela que fez esses investimentos.

O SR RELATOR (José Mentor) – Dona Sheila, por favor, a Srª podia comentar esse episódio?

A SRª RACHELLI ABAD – Isso não é verdade porque eu nunca fui a sua casa às sete e meia da manhã e eu não conheço nada da vida particular do seu marido.

A SRª NICÉA CAMARGO – É lamentável, Srª Sheila Abad, que a senhora chegou a sua idade, que já deve ter alguns cabelos brancos, que a tinta disfarça, mas tem, e tem coragem de, na minha frente, desmentir isso tudo. Sempre a senhora foi a minha casa cedo, muito cedo, e não era em horário de expe-

diente, e esteve todas as vezes comigo, a meu lado. Inclusive eu gostaria – não sei se eles vão perguntar, mas só para relembrar... O caso do Vectra, foi um assunto também

particular?

A SRª RACHELLI ABAD – Que caso do Vectra?

A SRª NICÉA CAMARGO – Que foi comprado e a senhora pagou com um cheque que era de um doleiro, amigo seu, que chegou a ser preso inclusive.

A SRª RACHELLI ABAD – Eu desconheço.

O SR RELATOR (José Mentor) – A senhora podia dizer qual é o nome do doleiro, Dona Nicéa? Olhando sempre para lá.

A SRª NICÉA CAMARGO – É aquele mesmo que o senhor falou na CPI. Acho que, se quebrarmos até o sigilo telefônico meu, vai ver a senhora ligando para explicar para o meu marido porque foi aquele pagamento em cheque. A senhora disse para o meu ex-marido se ele queria que pagasse em cheque ou em dinheiro; ele disse que podia ser em cheque, e a senhora então disse que... A senhora foi um dia lá até para lembrá-lo disso.

O SR RELATOR (José Mentor) – Quantas vezes a Dona Sheila foi à casa da senhora?

A SRª NICÉA CAMARGO – Ela deve ter ido lá em casa umas três ou quatro vezes, pela manhã, sempre.

O SR RELATOR (José Mentor) – A senhora pode confirmar, Dona Sheila?

A SRª RACHELLI ABAD – Eu nunca fui pela manhã. Fui duas vezes na sua casa, durante horário comercial.

A SRª NICÉA CAMARGO – É uma pena que no nosso prédio as fitas que registram as pessoas que entram e saem já não tenham mais pelo período, porque isso já tem um passado, já tem três anos, praticamente, mas foi muito cedo. Posso até tentar conseguir... Não sei se essa pessoa iria se propor, foi uma pessoa que trabalhou na minha residência; ela servia os cafezinhos, ela vai-se lembrar que era muito cedo.

O SR RELATOR (José Mentor) – Dona Sheila, a senhora foi tratar que assunto na casa do ex-prefeito Celso Pitta?

A SRª RACHELLI ABAD – Financiamento para a prefeitura que ele pediu.

A SRª NICÉA CAMARGO – A prefeitura acho que costuma pegar financiamentos de outra forma, não no Banco Cidade Dona Sheila.

A SRª RACHELLI ABAD – Não no Banco Cidade. Foi no banco de fora, num banco suíço que ele pediu.

A SRª NICÉA CAMARGO – Então esse contato seria só com a senhora, não seria uma coisa mais pública, numa secretaria de finanças, que seria o lugar adequado. Porque para tratar de um assunto tão importante quanto esse, numa cidade tão importante quanto São Paulo, não seria na minha residência.

A SRª RACHELLI ABAD – Ele conhecia o banco desde há época da eucatex, por isso ele tentou uma coisa para vê se tinha segmento aí, que ia ter outra segmento com outras pessoas.

A SRª NICÉA CAMARGO – Mas isso aí na minha residência, uma assunto particular, para a cidade de São Paulo?

A SRª RACHELLI ABAD – Isso não era eu que decidia.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Senhora Sheila, a senhora se lembra mais ou menos a data que a senhora foi a casa da Srª Nicea tratar desse assunto. Pelo menos o mês e o ano?

A SRª RACHELLI ABAD – Acho que em 1999.

A SRª NICÉA CAMARGO – Exatamente, a última vez que estive com ela foi em 1999. ela levou um documento, que tenho certeza que foi o que assinei na cama, que ele dizia que era imposto de renda. Eles saíram juntinhos, desceram juntos, ele inclusive ia para o gabinete dele, portanto, era de manhã.

A SRª RACHELLI ABAD – Nunca fui na sua casa de manhã.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dona Nicea, a senhora chegou a ir alguma vez na agência do Banco Cidade?

A SRª NICÉA CAMARGO – Cheguei, fui com meu filho no Banco Cidade, falei com o direto o qual mandei o cartão dele para V. Ex^{as}. Porque eu já tinha sido procurada por alguns advogados que diziam que o banco não queria manter mais aquele dinheiro com eles, então eu queria checar para vê se era verdade mesmo, e foi tudo confirmado por esse diretor jurídico, administrativo, alguma coisa assim – acho que deveria ter levado um gravador junto, porque isso tudo teria se resolvido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora tinha uma conta conjunta com seu ex-marido...?

A SRª NICÉA CAMARGO – Que foi aberta em Nova Iorque no Banco Cidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi aberta aqui no Brasil?

A SRª NICÉA CAMARGO – Não, foi aberta lá. Fui com eu ex-marido, no Banco Comércio de Nova Iorque, que era um banco ligado ao...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Dona Sheila sabia dessa conta?

A SRª NICÉA CAMARGO – Claro que sabia, ela que movimentava. Inclusive ela tem um primo que é o Maurício Abad, que trabalha nesse banco lá em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dona Sheila, a senhora tem conhecimento da conta conjunta da Dnª Nicea, com o ex-marido, Celso Pita?

A SRª RACHELLI ABAD – Da conta não, porque a gente aqui em São Paulo não tem como conhecer alguma coisa lá.

A SRª NICÉA CAMARGO – É lamentável, que a senhora mantenha essa posição, porque seria muito mais fácil para senhora Dª Sheila, falar a verdade, porque isso só iria lhe ajudar.

A SRª RACHELLI ABAD – Mas eu aqui tinha os exercícios da função no Banco Cidade. Não tinha nada a ver com Comercial Bank.

A SRª NICÉA CAMARGO – Então não disse na minha frente para meu ex-marido que eu era a pessoa de maior confiança dele para fazer aquela aplicação?

A SRª RACHELLI ABAD – A Confiança de quem?

A SRª NICÉA CAMARGO – Eu, Nicea, seria a pessoa de maior confiança para ele fazer aquele aplicação e que a senhora iria fazer fora do País para ele?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, absolutamente. Eu não tratava de assuntos particulares com ele.

A SRª NICÉA CAMARGO – Só de Prefeitura?

A SRª RACHELLI ABAD – Sim.

A SRª NICÉA CAMARGO – Um financiamento para a Prefeitura de São Paulo na minha residência? Realmente é acreditar em Papai Noel. Fica difícil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora movimentou alguma vez recursos em moeda estrangeira do Prefeito Celso Pita?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Eu posso perguntar uma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pode.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Aquele dia lá, Dª Nicea, quem mais poderia ter visto a senhora Sheila lá?

A SRª NICÉA CAMARGO – Como na portaria eles já não tem mais a fita – até acho que foi de propósito, meu ex-marido pediu. Tentei na época localizar essa fita mas eles disseram que não ficava nada gravado. Agora, tem uma pessoa que trabalhou na minha residência naquela época que serviu o café de manhã para a D. Sheila. Não sei se ela vai quer porque é uma pessoa simples.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Poderia passar o endereço desta pessoa?

A SRª NICÉA CAMARGO – Sim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Perguntaria para a D. Sheila. Quando ela foi lá essa manhã ela foi de carro dirigindo, o motorista levou?

A SRª NICÉA CAMARGO – Não sei, estava em casa e não sei.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Como a Srª chegou até a residência?

A SRª RACHELLI ABAD – De táxi.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A que horas a Srª esteve na casa do ex-prefeito?

A SRª RACHELLI ABAD – Estive em duas vezes e sempre em horário comercial.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pela manhã ou à tarde?

A SRª RACHELLI ABAD – Não dá para afirmar o horário depois de 4 anos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não dá para lembrar o turno se foi de manhã ou à tarde?

A SRª RACHELLI ABAD – Eu me lembro que uma vez foi no final da tarde. Não dá falar de horário.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O ex-Prefeito mantinha conta pessoal no Banco Cidade?

A SRª RACHELLI ABAD – Não.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – A prefeitura de São Paulo tinha conta no Banco Cidade?

A SRª RACHELLI ABAD – Não estou sabendo. Desconheço se chegou a abrir conta.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – As prefeituras, os entes públicos abrem conta em banco público e ele queria o empréstimo no banco que a Srª representa e não era correntista lá. Como a Srª imagina que esse empréstimo poderia acontecer?

A SRª RACHELLI ABAD – Quando eu fui não era correntista.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Como a Senhora imagina que esse empréstimo para a prefeitura poderia se dar no banco?

A SRª RACHELLI ABAD – O empréstimo ia ser dado pelo banco suíço do grupo do Banco Cidade.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – A Senhora sabe se tinha autorização da Câmara Municipal?

A SRª RACHELLI ABAD – Era uma perguntar preliminar dele, não foi dado nenhum passo que eu saiba.

O SR. JOÃO PAULO (PT – SP) – Se o Senado tinha autorizado essa operação...

A SRª RACHELLI ABAD – Não. Foi uma pergunta preliminar.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – E na segunda oportunidade que a Srª esteve lá?

A SRª RACHELLI ABAD – Eu comuniquei que não era possível o financiamento.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A Senhora foi lá só para comunicar isso, que não era possível o financiamento?

A SRª RACHELLI ABAD – Sim.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A Senhora não fez por telefone?

A SRª RACHELLI ABAD – Não, a gente trata o cliente devidamente.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A Senhora foi de táxi de novo?

A SRª RACHELLI ABAD – O que eu sei dizer é que não gosto de dirigir e que muitas vezes eu pego táxi.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A pergunta que faço é que se nas visitas aos clientes vips, como a Srª falou, vai sempre de táxi?

A SRª RACHELLI ABAD – É que eu não gosto de dirigir e tenho medo de assalto.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Eu sei. Mas nas vezes em que a Srª fez visitas para personalidades, abertura de contas, sempre foi de táxi?

A SRª RACHELLI ABAD – A maioria das vezes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dª Nicea, a Senhora esteve nos Estados Unidos em contato com o Sr. Maurício Abad.

A SRª NICÉA CAMARGO – Inclusive o Sr. Maurício Abade que muitas vezes foi no hotel levar dólares para o meu ex-marido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a Dª Sheila sabia disso?

A SRª NICÉA CAMARGO – Deveria saber porque eles tinham que ter contato do quanto era liberado. Esse dinheiro tinha uma aplicação e a presidente chegou a comentar com ele de que a aplicação seria com os mesmos juros do Flávio Maluf e Paulo Maluf.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Senhora tinha conhecimento de que o Sr. Maurício Abad tinha essa movimentação com o ex-prefeito Celso Pita e a Dª Nicéa?

A SRª RACHELLI ABAD – Eu não tinha como ter conhecimento porque são assuntos interno de um banco lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Senhora quer retificar alguma coisa nas suas declarações?

A SRª RACHELLI ABAD – Eu mantenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Srª Nicéa quer retificar alguma declaração?

A SRª NICÉA CAMARGO – Gostaria de fazer um apelo à Dª Sheila que fosse mais sincera. É muito triste, na minha idade, ver uma pessoa na sua idade,

uma profissional, mentir assim, descaradamente, na minha frente. Acho isso muito triste, fui criada e aprendi a falar a verdade sempre e é tão bom conviver com a verdade, a Sra. não tem idéia. Imagino como está seu coração aí dentro da Sra.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Deputado Paulo quer fazer uso da palavra?

Pausa.

Deputado Dimas.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Da primeira vez que a Da. Sheila esteve na sua residência, para a segunda vez, quanto tempo demorou?

A SRª NICÉA CAMARGO – Olha, os prazos eram prolongados, não eram assim muito próximos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Mais de um mês?

A SRª NICÉA CAMARGO – Mais, uns 3, 4 meses, um pouco mais até.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Queria que a Dª Sheila confirmasse isso.

A SRª RACHELLI ABAD – Que me lembre, a resposta não demorou tanto, pode ter demorado 1 ou 2 meses no máximo.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quem a Senhora consultou para dizer que a Prefeitura não teria condições de ter crédito financiado?

A SRª RACHELLI ABAD – O banco suíço.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Que autoridade do banco suíço?

A SRª RACHELLI ABAD – A diretoria.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A Senhora poderia passar quem era a diretoria da época que pode confirmar essa consulta, a Sra. tem algum papel que pode confirmar essa consulta, alguma coisa ou foi por telefone?

A SRª RACHELLI ABAD – Não tenho documento, não sei se pode encontrar algum documento no banco porque foi vendido.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sr. Presidente, minha pergunta cabe no seguinte sentido: se foi feita uma consulta formal ao banco suíço, se a Prefeitura de São Paulo, que é um dos maiores municípios do Brasil teria condições de ter uma linha de crédito, isso não é por telefone, evidentemente.

Então, gostaria de saber com qual autoridade a senhora tratou naquele momento na suíça. Sei que é com o banco suíço, mas a senhora se retratou aqui, é o vice-Presidente, é o Diretor de Câmbio, é o Diretor de Crédito? Alguma pessoa física para que a gente possa saber se chegou o documento por que ele foi negado, etc.

A SRª RACHELLI ABAD – Normalmente, não fui eu pessoalmente quem fez a carta porque não sou diretora do Banco Cidade.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Teve carta?

A SRª RACHELLI ABAD – Deve ter tido, não fui eu quem fiz por que...

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quem fez?

A SRª RACHELLI ABAD – O banco, não sei a pessoa.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A senhora foi lá, voltou e tratou com quem esse assunto do empréstimo à Prefeitura de São Paulo?

A SRª RACHELLI ABAD – A pessoa que estava vendo isso era o Sr. Isac Arari.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Onde está o Sr. Isaac?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele faleceu.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quem mais sabia dessa consulta ao banco suíço?

A SRª RACHELLI ABAD – Não conheço outra pessoa que sabia.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – A senhora conversou só com o Sr. Isac?

A SRª RACHELLI ABAD – Isaac Arari era sócio-diretor.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sei, apenas com ele, ninguém mais sabia dessa consulta?

A SRª RACHELLI ABAD – Não sei se ele comentou com outra pessoa.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quem era o superior da senhora naquela época?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Quem mais trabalhava nessa área internacional do Banco Cidade aqui em São Paulo?

A SRª RACHELLI ABAD – O chefe era ele, agora tinha muitos funcionários.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Mais um nome, um nome a mais, era o Sr. Isac, a senhora e quem mais, na ausência dele, quem respondia?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele era sócio-diretor, eu não falava com outra pessoa.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sim, mas mais um diretor que trabalhava lá, mais um nome que a senhora se lembre, mais um nome só, não era só o Sr. Isaac.

A SRª RACHELLI ABAD – Para esses assuntos eu não sei, não tinha.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Como era? Era a senhora o Sr. Isaac e quem mais?

A SRª RACHELLI ABAD – O Sr. Isaac era diretor.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sim, mas outro diretor ali, se ele não tivesse e precisasse dar um jeito, precisasse perguntar, a quem a senhora se reportava. O Sr. Isaac tirou férias quem falava?

A SRª RACHELLI ABAD – Sabe, esses assuntos não são para delegar para outras pessoas, eram só com ele mesmo.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Digamos que ele não estivesse lá, com quem a senhora conversaria?

A SRª RACHELLI ABAD – Não tenho nomes para dar porque era só com ele.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sei, mas um outro nome, o Sr. Isaac não está, tem um assunto para tratar, com qual nome eu trataria? Um outro nome que trabalhou com a senhora lá?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele era o responsável, não podia falar com outra pessoa que não era o responsável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Só um parêntese aí dentro dessa indagação. Quando a senhora saiu do Banco Cidade para ir para essa nova função?

A SRª RACHELLI ABAD – A representação foi aberta no final de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Esse Sr. Isaac a que a Senhora se refere já faleceu, não é? Quando? Depois que a Senhora saiu?

A SRª RACHELLI ABAD – Faleceu há pouco, mas foi depois que saí.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Para terminar, Sr. Presidente, gostaria que a depoente, se pudesse mandar... Se ela lembra da carta-consulta que foi feita para o banco suíço, para empréstimo à prefeitura de São Paulo, e se oficiasse para o banco que adquiriu, se tem alguma memória desse documento, que é muito importante, uma carta-consulta para um empréstimo à prefeitura de São Paulo. Para encerrar, só mais um nome: A senhora e o seu Isaac.

A SRª RACHELLI ABAD – Não sei com quem ele se consultava, mas ele era a minha referência.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – E o nome abaixo, que respondia para a Senhora? Uma secretária, uma pessoa, a Senhora não se lembra?

A SRª RACHELLI ABAD – Não tinha secretária, era eu quem fazia as coisas.

O SR. JOÃO PAULO (PT - SP) – Por que razão o banco não emprestou os recursos para a prefeitura?

A SRª RACHELLI ABAD – Ele comentou que o banco da Suíça não queria, naquele tempo, emprestar para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Bem, acho que está esgotada a acareação, quero agradecer a disponibilidade da Senhora Nicéa, que ocorreu ao nosso convite, mesmo não estando programada a sua vinda a esta CPMI, surgiu em função do depoimento da Sr^a Sheila Abad, dizer que, por enquanto, estamos encerrando a acareação. Peço à assessoria para fazer uma pesquisa na Câmara Municipal de São Paulo e no Senado da República para verificar se havia interesse da prefeitura em fazer empréstimo na Suíça naquela época, porque creio ser muito relevante a observação feita aqui pelo Deputado João Paulo. Quero dar por concluída a acareação, suspender a reunião e quero também liberar a Sr^a Sheila Abad, está concluída a oitiva de V. S^a. Vamos suspender a reunião e retornar às 14h30min. Está suspensa a reunião.

tempo para ter acesso ao documento e achamos que é importante fazer a oitiva do Sr. Renato ainda hoje. Portanto, está suspensa até às 17h15min.

(A reunião é suspensa às 13h50min e reaberta às 18h15min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está reaberta a reunião. Pediria para que a assessoria trouxesse, para a continuidade do depoimento, o Sr. Renato Lanzaolo Filho. O Deputado Dimas quer fazer uso da palavra? Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Ricardo Lanzaolo.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Se fosse possível, Sr. Presidente, a programação da próxima semana, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Temos, na segunda-feira, uma oitiva em São José do Rio Preto, que vai das 9 horas da manhã às 8 horas da noite. Os convocados de São José do Rio Preto e convidados, porque tem convidados também, já estão relacionados e os nomes já foram inclusive distribuídos aos integrantes da CPMI. Quero só informar que um dos depoimentos ou talvez até todos eles, porque podem versar sobre o mesmo tema, será reservado, conforme deliberação da CPMI. E, sendo o depoimento reservado, é evidente que teremos apenas a gravação de reunião reservada e a presença dos parlamentares e dos assessores designados pela presidência e pela relatoria.

Quero também informar que, hoje, aqui em São Paulo era para ter comparecido, foi notificada, recebeu a notificação, foi informada da sua convocação, mas deixou de comparecer, a Sr^a Ian Fuam Kui Fuá. A Sr^a Ian Fuam Kui Fuá será, portanto, convocada oportunamente. E será convocada para depor sob vara, porque ela não tendo comparecido a esta reunião, não dá mais apenas para contarmos com a notificação.

Ela desobedeceu a uma convocação da CPMI, sendo assim vamos oficializar a Polícia Federal no sentido de que mantenha inclusive uma vigilância para que seja garantida a sua presença no País e que não haja a possibilidade de sair do País, já que as movimentações feitas em seu nome superam em muito as movimentações do próprio Sr. Renato Lanzaolo. São volumes realmente importantes que precisam ser esclarecidos a esta CPMI.

Vamos deliberar terça-feira sobre Campinas que, preliminarmente, no calendário está marcado para quinta-feira. Mas vamos verificar se seria realmente o melhor calendário, porque vamos definir os nomes na terça.

Fazer uma audiência em Campinas na quinta, penso que é uma temeridade pelo prazo de comunicação. Temos que fazer a reunião administrativa na terça, aprovar todos os convocados de Campinas e remarcar Campinas. E temos que pensar numa audiência na semana que vem para Brasília. Talvez, levando para depor, sob vara, em Brasília a Sr^a Ian Fuan Kui Fuá, sobre cuja pessoa já há todos os levantamentos dos dados adquiridos oficialmente pela CPMI do Banestado.

Declaramos reaberta a reunião.

Inicialmente queria passar ao Sr. Renato Lanzaolo a autorização. Vou ler a autorização:

Eu, Renato Lanzaolo Filho, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº tal, CPF nº tal, residente à rua Tibiriçá 284 – aqui tem especificado o número –, Brooklin, nesta capital do Estado de São Paulo, autorizo, na forma da lei, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5. Renato Lanzaolo Filho.

Passo para que V. S^a possa autorizar, conforme havia anteriormente se proposto, por suas palavras e pela interferência, inclusive, do seu advogado.

Passaria a palavra ao relator, o Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Renato, queria saber rapidamente como o senhor é chamado normalmente? Renato Lanzaolo Filho?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Renatinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Renatinho é um nome familiar? Os seus amigos também o chamam

por Renatinho? Tem alguma outra forma que o senhor é conhecido?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem algum outro apelido?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quero saber o seguinte: o senhor confirma que nunca teve contato telefônico com o Sr. Toninho?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, eu tive. Tive quando fui comprar as minhas passagens, esses foram os meus contatos com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi diretamente com o Sr. Antônio Barcelona?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Algumas vezes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nas viagens?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quais os diálogos o senhor teve com ele quando foi comprar as passagens? ... tempo ainda de cooperar ainda com esta CPMI. Estou fazendo mais uma vez a proposta de cooperação. Se o senhor quiser podemos transformar a sessão em reservada para o senhor conversar com os parlamentares, estou dando mais uma oportunidade de fazer isso. Estou dizendo que se o seu cliente quiser podemos transformar a sessão para reservada para que ele converse e coopere com a CPI.

O SR. ADVOGADO DE DEFESA – V. Ex^a é quem sabe.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – O meu depoimento basicamente é o mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem alguma outra informação que o senhor queira nos dar?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os diálogos que o senhor teve com Toninho Barcelona?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O diálogo com o Sr. Toninho foi exclusivamente para comprar a passagem?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor não trata de dólares com ele?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca tratou?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. ADVOGADO DE DEFESA – Sr. Presidente, se me permite dizer, o Relator aventou com a possibilidade de transformar a reunião em reservada, e é o que nós aceitamos...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Se ele se dispuser, para manter o mesmo depoimento não precisa ser reservada. Não tem nenhuma ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma novidade, alguma informação complementar, alguma coisa que o senhor queira comentar conosco reservadamente nós podemos transformar a sessão em reservada.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, a única coisa que aconteceu que eu posso colocar é que o Toninho, às vezes, freqüentava a pizzaria, e eu, às vezes, conversei com ele lá. Posso até ter tido algum outro tipo de conversa telefônica, mas foi uma coisa amigável, não foi nada...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então você era amigo dele?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, ele freqüentou algumas vezes lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Algumas vezes quantas?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Meia dúzia de vezes.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Uma oportunidade só? Alguém chama o senhor de Lanza?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Lanzinha?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Nunca?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não. Renatinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor quer aproveitar a oportunidade para conversar conosco reservadamente?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, não quero.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É só, Sr. Presidente.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só, para mais uma vez ponderar ao Senhor Lanzuolo, que há indícios evidentemente de que o senhor teria conversado sobre dólar com o Sr. Toninho Barcelona, que era dono da Barcelona Tour.

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Sei.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Evidentemente, esta CPI responsável que é está coletando esses indícios, mais que indícios, essas provas consistentes para que posteriormente entre no bojo de toda esta CPI. O que estamos colocando ao senhor é que estamos chegando ao final dessa coleta de dados importantes e que apontam que o senhor teve diálogos consistentes com o Sr. Toninho Barcelona. Gostaria

de perguntar se o senhor deseja acrescentar alguma coisa sobre isso ou não?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Não, se tem alguma fita, alguma coisa eu desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia dizer em que cartório o senhor tem firma para ser reconhecida a sua assinatura?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – Na rua Eucalipto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que bairro?

O SR. RENATO LANZUOLO FILHO – No Moema.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não havendo mais nenhum parlamentar inscrito para indagações, quero, ao final, lembrá-lo que V. S^a assinou um termo de compromisso no qual se compromete a dizer a verdade.

Quero lembrar a V. S^a que, em todas as oportunidades, tanto o Relator como outros Parlamentares desta CPMI, pediram a V. S^a se queria rever as suas declarações, se queria colaborar, se queria, enfim, oferecer a chance a si próprio com relação ao depoimento. V. S^a insiste em manter todas as afirmações. Então, pergunto, pela última vez: V. S^a não quer modificar as suas declarações, mantém essas declarações. Então, quero comunicar a V. S^a que vamos encerrar a reunião hoje e V. S^a vai estar convocado para um outro depoimento nesta CPMI, oportunidade em que teremos já toda uma perícia com relação a todas as análises dos documentos que chegaram hoje à CPMI. Mas acho que V. S^a desperdiçou neste depoimento uma ótima oportunidade, por tudo aquilo que lemos hoje, já em posse da Justiça.

Quero informá-lo que todas gravações são gravações autorizadas pela Justiça brasileira. E que essa CPMI só trabalha com provas legais.

Está encerrada a reunião. E convocamos a Comissão de Rio Preto para se reunir em Rio Preto na próxima segunda-feira. E na terça-feira haverá uma sessão deliberativa em Brasília.

(Levanta-se a reunião às 18h30min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia

Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5

Ata da 38ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2003.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às doze horas e dezessete minutos, no Auditório do Tribunal do Júri da Sexta Subseção Judiciária da Justiça Federal do Estado São Paulo, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, Presidente, e com as presenças dos Senadores Serys Slhessarenko e Demóstenes Torres, e dos Deputados José Mentor, José Rocha e Íris Simões, membros, reuniu-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. Declarado aberto os trabalhos, o Presidente informou que foi realizada reunião preliminar, com procuradores da república e policiais federais, para tratar de inquéritos a respeito de evasão de divisas. Comunicou, ainda, que o depoente José Paschoal Costantini afirmou não ter sido intimado pessoalmente para comparecer a reunião. A seguir, o Presidente transformou a reunião em caráter reservado, convocando para a sala de depoimentos o depoente Hilário Sestini Júnior. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. E, para registro documental, eu _____, Marcos Figueira de Almeida, Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, atuando na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 05, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de

divisas do País efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que já tivemos uma reunião preliminar, ouvindo Procuradores da República, integrantes da Polícia Federal, sobre os inquéritos que tramitam aqui em São José do Rio Preto e, com isso, colhendo depoimentos que enriquecem a linha de investigação da CPMI.

A Presidência quer informar também que o Sr. José Pascoal Costantini*, que foi comunicado para que aqui estivesse presente, alega, por meio dos seus advogados, que essa comunicação não foi feita de forma pessoal. Então, estamos providenciando com o apoio da Polícia Federal para que essa comunicação se faça a fim de que possamos ter a oitava do Sr. José Pascoal Costantini, que é importante na linha de investigação definida por esta CPMI.

Por um entendimento da Comissão, vamos transformar a reunião em reservada. Permanecerão aqui exclusivamente os técnicos de som e o Marcos, que é membro da Comissão. Peço também a permanência aqui do Delegado Castilho, da Polícia Federal, do Roberto, que é assessor, dos Procuradores da República e dos integrantes da Polícia Federal daqui de São José do Rio Preto que estão trabalhando nesse inquérito.

Sendo assim, suspendemos a reunião por cinco minutos e pedimos que se faça presente o Sr. Hilário Sestini Júnior.

A reunião será reservada para a oitava do Sr. Hilário Sestini Júnior.

(Secreta-se a reunião)

(Torna-se pública a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Quero informar ao Sr. Hilário que adiaremos o seu depoimento em função de uma estratégia de investigação da CPMI. Se tomássemos o seu depoimento hoje, entendermos que prejudicaria a linha de investigação da CPMI. Então oportunamente vamos reconvocá-lo para esse depoimento, acreditamos que é muito relevante que esse depoimento ocorra de acordo com a estratégia já definida por esta Comissão.

Queremos agradecer e também informar que esta CPMI, na possibilidade da colaboração de V. S^a, envidara os esforços no sentido de que, continuando nesse processo de colaboração, V. S^a receba também o apoio desta CPMI para que possa pessoalmente gozar dos benefícios que estão previstos na legislação. Ouviremos V. S^a apenas numa outra data, pode ser proximamente, pode ser hoje, pode ser amanhã, V. S^a será notificado da data.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Uma pergunta, Senador, hoje me encontro numa situação um

tanto quanto complicado por causa de um processo que respondo por sonegação fiscal, e acredito que foi complicado devido às declarações que dei, principalmente aqui na imprensa em Rio Preto. Era um processo simples, sou réu primário, não tenho condenação nenhuma e estou com 43 dias de prisão preventiva, num lugar que não existe nem como cumprir uma prisão dessas. Sei, como a metade da população de Rio Preto sabe, que isso aconteceu comigo porque já vinha denunciando já algumas vezes em Rio Preto na imprensa e de todas as maneiras possíveis – e V. Ex^a pode até olhar os meus depoimentos, “compareceu espontaneamente”, jamais fui intimado. Então gostaria de saber se esta Comissão pode me ajudar de alguma forma a resolver esse problema, uma vez que estou passando isso pelas declarações que dei.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Já tivemos uma conversa com os procuradores da República, com os membros do PODer Judiciário, e pessoalmente conversei com o delegado da Polícia Federal, o Dr. Castilho, e nós o trouxemos hoje aqui por uma sugestão da Senadora Serys Slhessarenko, que disse que V. S^a se sentiria bem se o delegado Castilho comparecesse a esta reunião, e a CPMI, dada a iniciativa de V. S^a de colaborar com a CPMI, poderemos realmente fazer essas gestões que nos foram solicitadas, mas isso terá que ser de comum acordo com o Ministério Público, e a decisão é a da Justiça, mas faremos realmente essas tratativas com o Poder Judiciário e com o Ministério Público Federal.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h32min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5

Ata da 39ª Reunião, realizada 21 de outubro de 2003.

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às doze horas e cinquenta minutos,

no Auditório do Tribunal do Júri da Sexta Subseção Judiciária da Justiça Federal do Estado São Paulo, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, Presidente, e com as presenças da Senadora Serys Slhessarenko e dos Deputados José Mentor, José Rocha e Íris Simões, membros, reuniu-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. O Presidente declarou aberto os trabalhos e informou que a reunião foi convocada para a tomada de depoimento dos Srs: Hilário Sestini Júnior e José Paschoal Costantini Júnior. Comunicou também que recebeu ofício do advogado Luis Guilherme Moreira Porto, o qual encaminha pedido ao Supremo Tribunal Federal, no intuito de o Sr. José Paschoal Costantini não prestar o compromisso de dizer verdade em depoimento. Para registro, o Presidente deu conhecimento ao Plenário de que todos os depoimentos são prestados sob juramento, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, não sendo a testemunha obrigada a depor contra si mesma. Ato contínuo, procedeu a leitura e a expedição de mandado de condução coercitiva do Sr. José Paschoal Costantini ao Departamento de Polícia Federal, haja vista o não comparecimento do depoente. Em seguida, passou-se a votação de requerimentos.

1) Requerimento nº 222/03, do Senador Antero Paes de Barros e do Deputado José Mentor, que requisita à superintendência do Departamento de Polícia Federal e às Varas da Justiça Federal de São José do Rio Preto/SP, cópias dos documentos abaixo relacionados, estendendo a esta CPML o sigilo e ou segredo de justiça se houver: inquérito nº 6-021/03 – ATLAS, Processo nº 2003.61.001502-2, 3ª Vara de Crimes Financeiros, São José do Rio Preto/SP; inquérito nº 6-0453/03 – Sheyla Kersting e outros, Processo nº 2003.61.06.007351-4, 3ª Vara de Crimes Financeiros, São José do Rio Preto/SP; inquérito nº 6-0519/03 – José Paschoal Costantini, Processo nº 2003.61.06.007855-0, 1ª Vara de Crimes Financeiros, São José do Rio Preto/SP; inquérito nº 50/01, da Seccional de São José do Rio Preto/SP – Aparecido de Assumpção Júnior; e as fitas apreendidas pela Polícia Federal na busca e apreensão realizada na empresa A.E. Marques Ltda., tida com o pertencente ao Sr. Hilário Sestini. Não houve discussão. Em vo-

tação, o requerimento foi aprovado. **2) Requerimento nº 220/03**, do Senador Antero Paes de Barros e do Deputado José Mentor, que requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. José Paschoal Costantini, e das empresas: Metais Preciosos Antares Ltda., Únicos Construtora Ltda., Únicos Comércio e Adm. Ltda., Atlas Factoring Fomento Mercantil Ltda., Indústria de Jóias Costantini Ltda., Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Rial Ferrame Produtos Siderúrgicos Ltda., Empresarial Processamento de Dados Ltda., Silver Star – Metais Preciosos Ltda., MPA – Comércio de Alimentos Ltda., Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda., Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda., Trigold Metais Preciosos Ltda. e A.E. Marques Ltda., de seus sócios quotistas e administradores responsáveis, entre eles: Marcelo Marmo Fleury, Gustavo Antonio Saad Emery, Carlos Camacho, Mariangela de Abreu Costantini, Claudinir Roberto Poltronieri, Sérgio Ulian, Hélio Shimokomaki, Reinaldo Melazi, João Tajara da Silva Filho, Júlio Cezar Bachí Jardim, Aparecido Gomes de Assunção Júnior, Adilson de Campos, Scheyla Kersting, Décio Miranda, Benedito Braz Raiel, Paulo Penteado Pinheiro, Adriano Edson Marques, Eronildes Leite, Júlio César Afonso Cuginotti, Stella de Abreu Costantini, Livia Costantini Marques, assim como: Matheus de Abreu Costantini, Célio Tabith e Guilherme Monteleone Tabith, face haver forte indícios de lavagem de dinheiro e remessa irregular de dinheiro ao exterior por meio das chamadas contas CC-5 e remessas ilegais de metais, que também podem configurar evasão de divisas, objeto desta CPML. Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado. **3) Requerimento nº 221/03**, do Senador Antero Paes de Barros e do Deputado José Mentor, que requer a convocação de: Marcelo Marmo Fleury, Gustavo Antonio Saad Emery, Carlos Camacho, Mariangela de Abreu Costantini, Claudinir Roberto Poltronieri, Sérgio Ulian, Hélio Shimokomari, Reinaldo Melazi, João Tajara da Silva Filho, Júlio Cezar Bachí Jardim, Aparecido Gomes de Assumpção Júnior, Adilson de Campos, Scheyla Kersting, Décio Miranda, Benedito Braz Raiel, Paulo Penteado Pinheiro, Adriano Edson Marques, Eronildes Leite, Júlio César Afonso Cuginotti, Stella de Abreu Costantini, Livia Costantini Marques, Matheus de Abreu Costantini, Célio Tabith e Guilherme Monteleone Tabith, para prestar esclarecimentos sobre a remessa irregular de recursos ao exterior por intermédio das contas CC-5, assim como pela remessa ilegal de metais ao exterior, que também podem configurar evasão de divisas, objeto desta CPML. Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às treze horas e cinco minutos. Para registro

documental, eu _____, Marcos Figueira de Almeida, Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, atuando na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados, entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

A presente reunião seria para as oitavas do Sr. Hilário Sestini Júnior e José Pascoal Constantini.

O Sr. José Pascoal Constantine, pelo seu advogado, Luis Guilherme Moreira Porto, protocolou nesta CPMI o Ofício 332/2003, informando que entrou no Supremo Tribunal Federal com uma solicitação de liminar para que o seu cliente possa depor sem prestar o compromisso. Portanto essa é a base, é o fulcro da petição, que ele possa depor sem prestar o compromisso de dizer a verdade.

Eu quero ler apenas aos integrantes da Comissão um trecho que considero relevante:

“Ocorre que não sendo caso de depoimento na condição de testemunha da CPMI tinha o depoimento e tem o depoimento do Sr. José Pascoal Constantini e na condição de testemunha. Mas ele, na qualidade de averiguado, não devendo o peticionário prestar compromisso, os patronos do requerente impetram o hábeas corpus perante o Supremo Tribunal Federal com a finalidade de que a Corte Suprema defira o pedido para que José Pascoal Constantini seja ouvido sem prestar compromisso bem como para que ele não seja preso por crime de falso testemunho.”

A CPMI quer informar que todos os depoimentos aqui dados lemos o termo de compromisso, em que consta o art. 208 do Código de Processo Penal. O art. 208 do Código de Processo Penal diz que o depoente pode ficar calado, que é uma garantia constitucional para não se incriminar. Mas essa é a petição para que ele possa depor futuramente sem prestar compromisso. Além disso, o Sr. José Pascoal Constantini não atendeu à convocação da CPMI para que aqui estivesse presente. Em função da sua ausência, juntamente com o Deputado José Mentor, estamos acabando de expedir um mandado de condução coercitiva para a Polícia Federal brasileira:

“O Presidente e o Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil especificamente para os chamados paraísos fiscais em razão de denúncias veiculada pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco realizada pela Polícia Federal a qual apurou a evasão de US\$30 milhões efetuada entre 1996 e 2002 por meio das chamadas contas CC5, respectivamente, o Senador Antero Paes de Barros e o Deputado José Mentor determinam com base no §3º do art. 58 da Constituição Federal combinado com os arts. 206 e 218 do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, ao Departamento de Polícia Federal e à Superintendência do Departamento de Polícia Federal de São José do Rio Preto que procedam onde for encontrado a condução coercitiva do Sr. José Pascoal Constantini residente, e domiciliado na Av. Hortência, 524, São José do Rio Preto, São Paulo, para depor na qualidade de testemunha perante esta Comissão tendo em vista que foi regularmente intimado sem que comparecesse.

Dado e passado aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e três nesta cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.”

Determino, portanto, que a Secretaria faça com que este mandado chegue imediatamente ao conhecimento da Polícia Federal para que se cumpra a diligência aqui solicitada.

Gostaria também de ler os seguintes requerimentos que faço juntamente com o Deputado José Mentor e que submeterei à aprovação desta Comissão.

Requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão requirite à Superintendência do Departamento de Polícia Federal e às Varas da Justiça Federal de São José do Rio Preto, São Paulo, cópia dos documentos abaixo relacionados estendendo a esta CPMI o sigilo e/ou segredo de justiça se houver:

Inquérito nº 6.021/03, Atlas, Processo nº 2003.61.06.001.502-2, 3ª Vara de Crimes Financeiros, São José do Rio Preto, São Paulo.

Inquérito nº 6-0453/03, Sheila Kesting e outros Processo nº 2003.61.06.007351-4, 3ª Vara de Crimes Financeiros de São José do Rio Preto São Paulo.

Inquérito nº 6-059/03 José Pascoal Constantini, Processo nº 2003.61.06.007.855-0, 1ª Vara de Crimes Financeiros de São José do Rio Preto São Paulo.

Inquérito nº 50/01, da Seccional de São José do Rio Preto. Aparecido de Assunção Júnior e as fitas apreendidas pela Polícia Federal na busca e apreensão realizada na Empresa A. E. Marques Ltda, tida como pertencente ao Sr. Hilário Sestini Júnior.

Como o requerimento é assinado pelo relator, ele dispensa o seu pronunciamento sobre o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Outro requerimento, também assinado por mim e pelo relator, de 2003: nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105 de 2001, da Lei nº 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro a esta comissão a transferência do sigilo fiscal, bancário, telefônico e telemático do Sr. José Paschoal Constantini e das Empresas Metais Preciosos Antares Ltda, Únicos Construtora Ltda, Únicos Comércio e Administração Ltda, Atlas Factoring e Fomento Mercantil Ltda, Indústria de Jóias Constantini Ltda, Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Real Ferrami Produtos Siderúrgicos Ltda, Empresarial Processamento de Dados Ltda, Silver Star Metais Preciosos Ltda, MPA Comércio de Alimentos Ltda, Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda, Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda, Trigold Metais Preciosos Ltda, A. E. Marques Ltda, bem como de seus sócios cotistas e administradores responsáveis, entre eles, Marcelo Marmo Fleury, Gustavo Antônio Saad Emeri, Carlos Camacho, Mariângela de Abreu Constantini, Claudenir Roberto Poltronieri, Sérgio Ulian, Hélio Shimokomaki, Neimaldo Melasi, João Tajara da Silva Filho, Júlio César Bache Jardim, Aparecido Gomes de Assunção Júnior, Adilson de Campos, Sheila Questing, Décio Miranda, Benedito Brás Rael, Paulo Penteado Pinheiro, Adriano Edison Marques, Ironildes Leite, Júlio César Afonso Coguinoti, Estela de Abreu Constantini, Lívia Constantini Marques, assim como Mateus de Abreu Constantini, Célio Tabiti e Guilherme Monteleone Tabiti, face haver fortes indícios de lavagem e de remessa irregular de dinheiro para o exterior, por meio das chamadas contas CC-5 e remessas ilegais de metais, que também pode configurar evasão de divisas, objeto desta CPMI.

O requerimento é assinado por mim e pelo relator. Deixo, portanto, de solicitar o parecer do relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Outro requerimento: nos termos do do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105 de 2001, da Lei nº 1579, de 1952, e nos termos regimentais, requeirô a esta comissão a convocação de Marcelo Marmo Fleury, Gustavo Antônio Saad Emeri, Carlos Camacho, Mariângela de Abreu Constantini, Claudenir Roberto Poltronieri, Sérgio Ulian, Hélio Shimokomaki, Neimaldo Melasi, João Tajara da Silva Filho, Júlio César Bache Jardim, Aparecido Gomes de

Assunção Júnior, Adilson de Campos, Sheila Questing, Décio Miranda, Benedito Brás Rael, Paulo Penteado Pinheiro, Adriano Edison Marques, Ironildes Leite, Júlio César Afonso Coguinoti, Estela de Abreu Constantini, Lívia Constantini Marques, Mateus de Abreu Constantini, Célio Tabiti e Guilherme Monteleone Tabiti, para prestar esclarecimentos sobre a remessa irregular de recursos ao exterior por intermédio das contas CC-5, assim como pela remessa ilegal de metais ao exterior, o que também pode configurar evasão de divisas, objeto desta CPMI.

Como requerimento é assinado por mim e pelo relator, deixo de solicitar a opinião do relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Solicitaria à Secretaria da Comissão que providenciasse, contando com o auxílio da Polícia Federal, a citação de todas essas pessoas, para estarem presentes aqui em São José do Rio Preto a partir do dia 7 de novembro. Do dia 7 de novembro em diante, podendo ser 7,8 e 9, ouviremos essas pessoas aqui em São José do Rio Preto.

O Relator gostaria de prestar algum esclarecimento antes de encerramos a reunião?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, gostaria de registrar que nossa diligência, ontem e hoje, ao contrário do que pode parecer, trouxe para a CPMI um conhecimento de fatos que extrapolavam a imagem que nós tínhamos da cidade de São José do Rio Preto. A conversa com o Juiz Federal, com os promotores, com os procuradores, com os delegados dão Polícia Federal levaram a um entendimento que extrapola, e muito, a imagem que cada um de nós tinha sobre o caso aqui. Os requerimentos, na realidade, são um início do aprofundamento da investigação em São José do Rio Preto. Infelizmente, não pudemos completar a diligências ouvindo o seu Constantini que, exercendo o seu direito, resolveu não falar. Não pudemos, por conta disse e por uma estratégia da investigação, ouvi-lo como desejávamos e cumprir a diligência. No entanto, isso não faz com que seja desmanchado o objeto da diligência. Estamos, aqui, tomando conhecimento de fatos que são mais graves do que imaginávamos. Essas diligências, com certeza, vão apontar a verdade real, que é o nosso objetivo.

Era o comentário que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Gostaria, ao final, de dizer que nós vamos remarcar os depoimentos dos Srs. Hilário Sestine Júnior e José Paschoal Constantini para o dia 7 de novembro,

juntamente com todas as pessoas convocadas. O dia 7 de novembro cai em uma sexta-feira.

A Presidência quer informar que tão logo termine a CPMI vai procurar o Ministério Público Federal e o Juiz Federal que cuida do caso do Sr. Hilário Sestine Júnior para reiterar o pedido. Se for necessário, faremos oficialmente por escrito. O Sr. Hilário tem manifestado interesse de contribuir com a CPMI e dizer a verdade. Que S. Sª possa, evidentemente, gozar dos benefícios da legislação e da apelação premiada.

Vou declarar encerrada esta reunião. Em seguida, vamos procurar manter contato com os procuradores e com o Juiz Federal de São José do Rio Preto para obter do Poder Judiciário essa consideração para alguém que se propõe a contribuir com as investigações e com a Justiça brasileira.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião. Estaremos novamente em Rio Preto no dia 7 de novembro.

(Levanta-se a reunião às 13h05min.)

Estou com o empresário José Paschoal Constantini ao telefone, com quem vamos conversar ao vivo agora. Gostaria de saber do Dr. José Paschoal Constantini o seguinte: O senhor comparece, hoje, à presença da CPI? Sr. José Paschoal, bom dia!

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Bom dia! Olha, o que ocorre foi um erro da CPI, mas não por parte dos integrantes, e sim talvez da estrutura administrativa. Eles tentaram mandar um fax para mim no número da central de segurança de minha casa. Esse número não atende, e não recebi nada.

Eu tinha uma audiência ontem em um órgão aqui em São Paulo, às três e meia. Particpei da audiência e tenho documentado. O que queria dizer é que houve um engano da parte deles. Agora, os meus advogados (**falha na gravação**) justificando a minha ausência ontem, dizendo que estarei à disposição para qualquer dia que eles marcarem.

O SR. REPÓRTER – Correto! Hoje o senhor não comparece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Hoje, não compareço, porque os advogados acham que teria que ter um tempo para preparar para justificar. Não posso ir à CPI sem ter colocado os documentos em ordem.

O SR. REPÓRTER – Está certo!

A CPI deve ter a sua sessão aberta a partir das nove horas da manhã. E, muito provavelmente, não deverá realizar essa audiência, então, com a sua ausência.

O seu advogado vai estar presente?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Está. Já está aí.

O SR. REPÓRTER – Certo!

E isso na tentativa de justificar a sua ausência ontem e hoje também?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E hoje também.

O SR. REPÓRTER – Está certo!

Como é que o senhor vê toda essa investigação, todo o trabalho da CPI, Dr. José Paschoal?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Olha, vejo um trabalho importante para elucidar vários casos. Estou sendo vítima de uma pessoa cuja índole todo o mundo conhece e o que ele é hoje na vida. E acho que isso aí vai esclarecer tudo.

Agora, existe uma campanha muito grande sendo montada, não sei se é para holofote, e sei que estamos sendo vítimas. Mas acho que o meu passado endossa tudo isso que está sendo feito e essa armação, inclusive do **Diário da Região**, que é um jornal para o qual não dou crédito. E é isso aí!

O SR. REPÓRTER – Está certo!

O senhor pretende voltar a Rio Preto quando?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Olha, assim que acabarem os meus afazeres aqui em São Paulo, volto para Rio Preto imediatamente. Não tem nada que...

O SR. REPÓRTER – Mas hoje o senhor não comparece à CPI?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não compareço por ordem dos meus advogados. Eles estão em Rio Preto, conversando com membros da CPI, para marcar uma nova data em que eu possa comparecer e responder a todas as perguntas necessárias.

O SR. REPÓRTER – Está certo!

Sr. José Paschoal, muito obrigado pela sua participação aqui no **Bom Dia, Cidade!**

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Foi um prazer! Muito obrigado.

O SR. REPÓRTER – Agora, em Rio Preto, são oito horas

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 40ª Reunião, realizada 29 de outubro de 2003.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às dezoito horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, José Jorge, Reginaldo Duarte, Flávio Arns e Heráclito Fortes e os Deputados, Eduardo Valverde, José Mentor, Eduardo Sciarra, Rodrigo Maia, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, Iris Simões, Gilberto Nascimento, Dr. Hélio, Antônio Carlos Biscaia, Drª Clair, Mário Negromonte, João Paulo Gomes da Silva e Paulo Baltazar membros, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “**COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5**”. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo e indaga aos senhores Parlamentares se é necessária a leitura das Atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias **13, 15, 17, 18, 20 e 21**, cujas cópias encontram-se distribuídas. Pela ordem o Senador Heráclito Fortes, solicita a verificação de quorum. Verificada a falta de quorum, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, convocando outra para amanhã, dia 30 de outubro, às 14:00 horas e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Declaro aberta a 40ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 05, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura das atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias 13, 15, 16, 17, 18, 20 e 21, cujas cópias encontram-se distribuídas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, é evidente a falta de número de Parlamentares para a realização desta reunião. Teremos que deliberar e não há, nem da Câmara, nem do Senado, número suficiente para a realização desta reunião.

Dessa forma, eu ponderaria a V. Exª que a suspendesse até um momento em que tivéssemos número suficiente para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Realmente, não há número parlamentar para deliberarmos sequer a respeito da questão da ata, uma vez que foi levantada a questão de ordem por parte do Senador Heráclito Fortes.

Peço à secretaria que convoque nova reunião para amanhã, a partir das 14 horas.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 18h35min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 41ª Reunião, realizada 30 de outubro de 2003.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, José Jorge, Reginaldo Duarte, Magno Malta, Serys Silhessarenko e Heráclito Fortes e os Deputados, Eduardo Valverde, José Mentor, Eduardo Sciarra, Rodrigo Maia, José Borba, Custodio Mattos, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, Iris Simões, Gilberto Nascimento, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, Mauricio Quintella Lessa, Drª Clair e João Paulo Gomes da Silva, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR

MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSO FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo e indaga aos Senhores Parlamentares se é necessária a leitura das Atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21 e 29 de Outubro, cuja cópias encontram-se distribuídas. Dispensada a leitura das Atas, são consideradas aprovadas. A presidência informa da necessidade de aprovação de alguns requerimentos para as próximas oitavas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e submeter ao Plenário o novo calendário de diligências. Com a palavra o Relator apresenta o seguinte calendário: Belo Horizonte, no dia 3 de novembro; Rio de Janeiro, nos dias 10 e 11 de novembro; São José do Rio Preto, nos dias 13 e 14 de novembro; Foz do Iguaçu e Curitiba, nos dias 20, 21 e 22 de novembro e Campinas, nos dias 27, 28 e 29 de novembro. A seguir a Presidência submete a proposta do calendário feita pelo Relator, Deputado José Mentor. Usam da palavra os Deputados Maurício Quintela Lessa, Eduardo Valverde, Dr. Hélio e Deputado Paulo Kobayashi. O Senhor Relator informa que há requerimentos que devem ser votados com prioridade: **Requerimento nº 357/03**, requer a oitava dos Senhores Eduardo Maluf Martins, Eduardo Fonseca Santos e Manoel Bernardes. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. Solicita ainda, a apreciação e votação prioritariamente dos Requerimentos nºs 357, 359, 360, 361 e 362, referentes a oitavas em Belo Horizonte. **Requerimento nº 100/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer junto ao Banco Central, o rol de todas as **factorings** e casas de câmbio contendo a relação dos seus respectivos sócios-proprietários que operaram no Brasil no período de 1995 a 2002, Com a palavra o Relator retifica o ano de 1995 para 1996, o parecer é favorável, com a modificação. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 103/03**, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, requer seja solicitado à Comissão de Valores Imobiliários e ao Bovespa o registro das operações realizadas pelos fundos de investimentos que receberam recursos provenientes de correntistas da agência do Banestado em Nova Iorque: Focus Brazil Fund; Opportunity Fund; Fundos estrangeiros operados pelo Banco Opportunity; Pac-

tual Overseas Corporation; Fundos estrangeiros operados pelo Banco Pactual; Cidam Brazil Fund; Corretora RMC; Socimer Fixed Income Brazilian Fund; Atrium Capital – Limited Partners; Corretora Atrium DTVM. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, solicita esclarecimentos ao autor do requerimento. Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde, presta os esclarecimentos necessários. Com a palavra o Relator, solicita que o requerimento seja votado na próxima reunião. **Requerimento nº 104/03**, de autoria do Senador Pedro Simon. Requer, requer às centrais de distribuição de cartórios, títulos e documentos da cidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília as documentações, registros e procurações em nome das seguintes empresas estrangeiras: Offshore, Antasy Ventures, Beluga, Rio Trading, PDI, Projetc Development e Blue Carbo. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 134/03**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requer que seja solicitada à Receita Federal o cruzamento de dados e CPFs dos nomes fornecidos pelo Procurador Luiz Francisco de Souza, os nomes fornecidos pelo Procurador na reunião secreta. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 212/03**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requer a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Afonso Celso Braga, entre 1994 e 2002. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 222/03**, de autoria da Senadora Serys Shessarenko, requer a transferência para esta CPMI, o sigilo bancário, no período de 1996 a 2002, das pessoas físicas e jurídicas a seguir qualificadas, Pedro Paulo Velásquez Romero (ou Pedro Paulo Romero); Rodolfo Castro Filho; Gregória Ester Roa; Nivaldo de Souza; Felipe Monteiro Marcondes; José Wilson Ribeiro Lima; Carolina Xavier de Oliveira; Alberto Youssef; Pak Serviços Auxiliares Ltda; RHR Publicidades e Representações Ltda; Duagro S/A – Administração e Participações; Sabra – Factoring Fomento Comercial Ltda; Incorporações e Participações Costa Patrocínio Ltda; Compugraphics – Indústria e Comércio Ltda; Goldfactoring Fomento Mercantil Ltda; CMA Plastics Indústria e Comércio de Plásticos Ltda; Novinvest S/A – Corretora de Valores Mobiliários; Mineração Lisboa Ltda; Rosade Comercial Importadora Ltda; Split Corretora de Mercadoria Ltda; Eco Química Ltda; Renegocial Participações Ltda; Câmbios Acaray S.R.L.; Banco Integración S/A M.L.F. com sede no Paraguai; Tupy Câmbios S/A, empresa com sede no Paraguai; Banco Del Paraná S/A, empresa com sede no Paraguai e Youssef Câmbio e Turismo Ltda. O parecer é favorável, excluindo os Itens 23, 24, 25 e 26. Em votação, é aprovado, com as ressalvas do Relator. **Requerimento nº 328/03**, de autoria da Senadora Serys

Slhessarenko. O relator propõe anexá-lo ao Requerimento nº 302, que está sobrestado para o próximo momento. **Requerimento nº 332/03**, de autoria do Deputado Dimas Ramalho, requer a convocação do Sr. Aloisio Faria, ex-proprietário do Banco Real S.A., atual proprietário do Banco Alfa do Brasil, para prestar esclarecimentos à CPMI, em data a ser apazada. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 342/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer que sejam intimadas para serem ouvidas no Departamento de Polícia Federal, com a presença de assessores de Parlamentares desta CPMI, as seguintes pessoas: Márcia Regina Frausino, Gilmar Fernandes de Oliveira, Celso Moreto, Luís Fernando Casseta, Enéas Leite Fonseca, Francisco Maciel de Barros, Eurinder Santos de Moraes, Márcio Andrei Alves dos Santos Lima, Luiz Antônio Trabusli e Paulo Sérgio S. Rezende. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 343/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer cópia dos processos instaurados no Banco Central para apurar possíveis irregularidades cambiais praticadas pelo Banco de Boston, de 1999 a 2002, incluindo os processos do Banco Central do Brasil de números 99.00.951.7783, 99.00.933.608, 99.00.943.883, 99.00.951.565 e 99.00.946.509. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 344/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer que sejam repassados a esta CPMI a documentação e as informações já constantes dos procedimentos criminais presididos pelos Procuradores da República Marcos da Penha Sousa Lima e Marcelo Antônio Ceará Serra Azul e pelo Subprocurador da República José Roberto Figueiredo Santoro, relacionados ao Sr. F. Antônio Trabusli, assim como os documentos apreendidos por força de busca e apreensão realizada em sua residência. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 345/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a quebra do sigilo bancário das pessoas jurídicas Sipasa S/A; Trust Exchange Turismo Ltda, Leão Comércio e Transporte de Alimentos Ltda; Lemos Comércio e Representação de Produtos Alimentícios Ltda; Posta Chimarrão Revendedora de Derivados de Petróleo Ltda; Panificadora Pão Italiano Ltda, no período de 1996 a 2002. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 358/03** de autoria Senador Antero Paes de Barros, requer a convocação, para prestar depoimento a esta CPI, das seguintes pessoas: João Augusto Moraes Monteiro, Mário Lamosa, Max Dolinger e Maurício Abreu Murad. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 363/03** de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra do sigilo tele-

fônico, fiscal e bancário, no período de 1996 a 2002, das seguintes empresas: 1,99 World Comercial Ltda.; ACM Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Agente Participações e Fomento Comercial S/A; Aggio & Aggio Veículos Ltda.; Agropecuária Estrela do Oriente Ltda.; Aipana Locadora Ltda.; Aipana Plaza Hotel Ltda.; Aleia Consulting Ltda.; Alef Serviços Assessoria Comercial Marketing S/C Ltda.; Amazon Belém Exportadora e Serviços Ltda.; Amazon Environment – Projeto e Participações Ltda.; Aquário – Empreendimentos Ltda.; Atacadão Home Shopping Ltda.; Atacadão SB Comércio de Utilidades e Decoração Ltda.; Attract Boutique Ltda. ME; Atuarq Planejamento e Construções Ltda.; Bahia Plus Agência de Viagens e Turismo Ltda.; Bancred S/A Investimentos e Participações; Bar Maxim S Ltda.; Barcelona Tour Agência de Passagens e Turismo Ltda.; BCS Seguros S/A; Berluga do Brasil Empreendimentos e Participações Ltda.; Betim Veículos S/A; Birel Sudam Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.; Bônus Administração de Bens Ltda.; Brasil Listas – Guias de Endereços Ltda.; Bullion Participações Limitada; C Valle Empreiteira Ltda.; Caburai Minerais Ltda.; Cambar Consulting Ltda.; Carmel Viagens e Turismo Ltda.; Casa Francesa Câmbio e Turismo Ltda.; Casa Nova Universal Câmbio Viagens e Turismo Ltda.; Cathay – Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Cave Du Sommelier Comércio de Vinhos Ltda.; Clickinvest Gestão de Ativos Ltda.; Clickinvest Tecnologia de Informações Ltda.; Clicktrade Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S/A; Confederação Nacional das Entidades Líbano-Brasileiras; Conspar – Construtora de Paranatinga Ltda.; Cortez Câmbio e Turismo Ltda.; Cota Comércio de Roupas e Armários Ltda.; Credit Factoring do Brasil Fomento Mercantil Ltda.; D D Veículos Ltda.; Dagara Fomento Mercantil Ltda.; Dakhia Indústria e Comércio de Termoplásticos Ltda.; Davies Participações S/A; DGBT Fomento Mercantil Ltda.; Delta Gemas Ltda.; Diskline Câmbio e Turismo Ltda.; Distribuidora de Petróleo Roraima Ltda.; Diversion & Alegria, Bingo & Restaurante Ltda.; Drogaria Colombo S/A; DVC Comércio de Veículos Ltda.; Esqueça a Conta Bar Ltda.; Europarty – Empreendimentos Imobiliários Ltda.; F.A.M. – Negócios Ltda.; F.M. – Incorporações e Empreendimentos Ltda.; Fair Wind Câmbio e Turismo Ltda.; Falcon da Freguesia Produtos Óticos Ltda. – ME; Fanton Comércio de Painéis Ltda.; Favorita Comércio de Roupas e Armários Ltda.; FGB Comércio de Roupas e Armários Ltda.; Fratelli Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.; Free Line Consultoria e Participações Ltda.; Freire Consultoria Econômica Ltda.; GI Administrações Ltda.; Golden Travel Turismo e Câmbio Ltda.; Granja Treze Casa de Galícia Madrid Club Ltda.; HBS Engenharia

e Projetos Limitada; Hotel Villa Di Capri Ltda.; Inpar Indústria de Produtos Alimentícios Roraima Ltda.; ITM Internacional Trading & Marketing do Brasil Ltda.; Jager Comércio de Veículos Ltda.; Jager Participações S/A; Jardim do Bebê – Artigos para Confecção, Decoração e Móveis Ltda.; Kamar Câmbio e Turismo Ltda.; Luferro Administração de Bens e Participações Ltda.; Lugatur Câmbio, Passagens e Turismo Ltda.; Lumina – Empreendimentos, Negócios e Participação Ltda.; Lyne Tur Viagens Ltda.; Made in Brazil Viagens e Turismo Ltda.; Martins Consultoria Ltda.; Matiz Movelaria Importação e Exportação Ltda ME; MB – Corretora de Mercadorias Ltda.; Meia Pataca Meias e Lingerie Ltda.; Mercoplan – Comércio, Serviços, Administração e Corretagens de Seguros de Vida Ltda.; Moreira Câmbio e Turismo Ltda.; Natureza Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Nazaré Agropecuária Ltda.; New Pizza Ltda.; Nissan Empreendimentos Ltda.; Norte Sul Representações, Importações e Exportações Ltda.; Novo Tempo Empreendimentos Ltda.; Orbi Administração e Participações S/A; Orbinvesti – Participações e Negócios Ltda.; Orbi Móveis Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Orbitop Operadora Turística Ltda.; Orbival Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.; Parati Empreendimentos e Participações Ltda.; Passatours Viagens e Câmbio Ltda.; Paulista Trade Ltda.; Paulista Tur – Turismo e Câmbio Ltda.; PB Câmbio e Turismo Ltda.; Pérola Agropecuária Ltda.; Pioneiro Combustíveis Santarém Ltda.; Planecon Planejamento e Construções Ltda.; Posto Pioneiro Ltda.; Racing Cigars Comercial Ltda.; RC – Brito Empreendimentos e Participações Ltda.; RCB Consultoria; Rede Tropical de Comunicação Ltda.; RMF Participações e Empreendimentos Ltda.; Royal Viagens e Turismo Ltda.; RTC Empreendimentos Mobiliários Ltda.; Saga Tour Turismo e Câmbio Ltda.; Saikoski & Kramer Ltda ME; Sanfebra Empreendimentos e Participações Ltda.; Sanza Agro-industrial Ltda.; S.F. 2000 Câmbio e Turismo Ltda.; Seculus Commodities Corretora Mercantil Ltda.; Seculus Tecnologia S/A; Singa Brasil Representações S/C Ltda.; Snow Assessoria Empresarial S/C Ltda.; Só Poços Ltda.; Sólida Facturing Ltda.; Stone Brothers Importação, Exportação e Representações Ltda.; Stone Comércio de Diamantes Ltda.; Stone Indústria e Comércio de Aparelhos de Ginástica Ltda.; Stone Serviços Ltda.; Stone Sociedade Comercial de Fomento Mercantil Ltda.; Studios indústria e Comércio Ltda.; Sucupira Móveis Rústicos e Acessórios Ltda ME; Supermercado Butekão Ltda.; Technorio 151 Serviços Automotivos Ltda.; Tecno AO Business Control Ltda.; Three Plus Corretora de Mercadorias Ltda.; Três Lameiras – Viagens e Turismo Ltda.; Tutti Pizza Alimentos Ltda.; Ultramar Viagens Turismo e Câmbio S/A; Valmonte do Brasil Consultoria

e Participações Ltda.; Vértice Turismo e Câmbio Ltda.; Vetreze Empreendimentos e Participações S/A; Via Leilão, Comércio, Importação e Exportação Ltda.; Vicatur Câmbio e Turismo Ltda.; Vigo do Brasil Câmbio e Turismo Ltda.; Vitória – Consultoria e Investimento Ltda.; V T E Representações e Negócios Imobiliários Ltda.; Yes Câmbio Viagens e Turismo Ltda.; Yes Factoring Fomento Mercantil Ltda.; Zana Móveis Ltda. ME.; Zibert Fomento Mercantil Ltda. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 364/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, entre 1996 e 2002, das pessoas físicas relacionadas a seguir: Adalberto Júnior Prestes Rocha; Agostinho Abreu Lameira; Aguiinaldo Castueira; Ailton José Lopes; Alaide de Oliveira Campos Claramunt; Alberto Luis Lustig; Alcídio de Almeida Lameira; Alexander Dias Ferreira Gomes; Alexandre Karol Srobotnjak; Alexandre Martini Martins; Altair Inácio de Lima; Angelo de Oliveira Campos; Antonio Oliveira Claramunt; Armando Santone; Benimarcos Timoner; Camillo de Lelis Assunção; Carla Contaldi; Carlos Alberto Marinho Barros; Carlos Alberto Ramos Mascarenho; Carlos Alberto Taveira Cortez; Carlos Hugo Sosa Palmarola, Carlos Mauricio Inacio de Souza, Carmem Noemie Vera de Ramirez, Castor Julian Rodas Berdejo, Celso Roberto Arinella, Cesar Blanco Gomez, Cesar Guilherme Vera Subeldia, Claudia Campos Batista, Claudia Helena da Mota Claramunt, Clemente Dana, Cristiana Marini Rodrigues da Cunha Brito, Daisy Morostegan, Dario Messer, Daniel Goldmann, David Kattan, Denis José Lustig, Dov Hamouei, Emilio Nantes Casalderrey, Enrico Lavagetto, Enrique Claramunte Riba, Esther Huberman, Fabio Fava Saikoski, Fabio Schop, Fany Katz Messer, Felice Aggio, Felipe José Raca, Fernanda Aznar Alesso Castueira, Fernando Viganí Alesso, Fernanda Contaldi, Fernando Janine Ribeiro, Fernando Manoel Ribas Soares, Fernando Pereira Fonseca, Fernando Terudo Yamada, Francisco Isabelino Lovera Bareiro, Gabriel Lewi Seszez, Gonzalo Javier Fernandez, Haroldo Bicalho e Silva, Henri Joseph Tabet, Ilton Guimarães, Ivan Moniz Freire, Jairo Marcos Baum, Jan Sidney Murachovsky, Joacyr Reinaldo, João Carlos Ferreira Lucas de Souza, João de Almeida Abreu Lameira, João Dias de Oliveira, João Marques dos Santos Figueiredo, Joaquim Costa Pereira Pinto, Joaquim Moreira da Silva, Jorge Antonio Estigarribia Acevedo, Jorge Davies, Jorge Estanislao Ortellado Marvaes, Jorge Ribas Soares, Jorge Ribas Soares Júnior, José Antonio Lopes Ferreira, José Carlos Maia Saliba, José de Lima Júnior, José Diogo de Oliveira Campos, José Eduardo Costa Vieira Pinto, José Fernando da Rocha Saikoski, José Luis da Costa Mesa, José Manuel Fernandez, José

Mendes Povoação, Julia Beatriz Fridman, Julio Messer, Juscelio Nunes Vidal, Leandro Marcio dos Santos, Lionete Maria Coutinho Reis, Lucilene do Nascimento Dourado Lima, Luis A. Farina, Luis Filipe Malhao e Souza, Luiz Felipe Prestes Rocha, Manoel Monteiro Cortez Filho, Manuel da Silva e Souza, Manuel Urbach, Marcelo Amaral Santana, Marcelo Birmarcker, Marcelo Treiger Urbach, Marcilio de Magalhães, Marcio Alexandre Azevedo de Lima, Marcio Paulo Baum, Marco Steinberg, Margarita Aznar Campoy, Mariana Moraes Ribeiro da Silva, Marlene Oliveira Contaldi, Marta Elena da Costa Meza, Martin Urbach Treiger, Mauro Abi-Ramia Chimelli, Messod Gilberto Samuel Benzecry, Mirela Nunes Spier Arinella, Miriam Morales Roca, Moises Raca Zaidenberg, Monika Wilhelm Nantes, Mordko Izaak Messer, Nelson Ferreira da Silva, Nuno Rodrigues dos Santos, Oscar Frederico Jager, Paulo Roberto Grapiuna Lima, Paulo Messer, Pedro José de Lima Reis, Raffaele Hmoui, Rahmo Kattan, Raul Davies Mendez, Raul Henrique Srouf, Raul Revkolevski, Reginaldo Chaves, Richard A. de Mal Van Otterloo, Rodolfo Diego Imbriani Atanasio, Rodrigo Ferreira Santone, Roni Lezerrovici, Rosimere Coser Ferreira, Rui Luiz da Luz Leite de Sousa, Salvador Angelo de Oliveira Claramunt, Samuel Messod Benzecry, Samuel Polite, Samuel Semtob Sequera, Sergio Jacobo Polite, Sergio Roberto Pinto da Silva, Silvio Cuenca, Susana B. Favello de Fernandez, Telmo Vieira Barros da Silva, Teresa Aurélia Vera Subeldia, Toufic Kattan, Valentin Aguilar, Venâncio Pereira Veloso Filho, Victor Hugo Prestes Rocha, Wanda Kogubej Srabotnjak e Yves Joseph Tabet. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 365/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a transferência por parte da Câmara dos Deputados dos sigilos dos documentos relativos à extinta CPI da CBF Nike, com um aditivo para que todas as CPIs, cujos relatórios finais já se encontram com a Secretaria da Comissão, que sejam estendidos também os documentos sigilosos. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 366/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer ao Banco Central do Brasil encaminhe, caso exista, cópia de processos em que estejam envolvidos o Banco Dimensão ou a Empresa FLPM Participações S/A. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 367/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer o envio por parte do Banestado dos cadastros que identifiquem os usuários constantes da coluna FTC – User, da base de dados da agência do Banestado de Nova Iorque e Fundo Transfer Control – FTC. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 368/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer ao

Ministério das Relações Exteriores todas as informações existentes, inclusive documentos em seu poder, sobre a transação comercial entre o Sr. F. Antoine Trabusling e representantes da Embaixada do Senegal, envolvendo automóvel marca BMW. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 369/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a extinção do sigilo à Secretaria da Receita Federal das bases de dados da empresa Beacon Hill Service Corporation e Banestado de Nova Iorque e que aquela Secretaria forneça em meio magnético para cada nome, o CPF, o CNPJ, constantes dessas bases, o endereço completo, bem como o ramo de atividade ou ocupação registrada em seus arquivos. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 370/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer autorização para a requisição de documentos e justificativas das pessoas físicas e jurídicas constantes nas seguintes bases de informações: contas CC-5 no período de 1996 a 2002; movimentações ocorridas no Banestado de Nova Iorque; movimentações ocorridas na conta Beacon Hill Service Corporation e suas sub-contas; movimentações nas contas Tucano, Depolo, Pai Capital, Banordic e Cofan, mantidas no exterior com o sigilo transferido para esta CPMI, assim como das contas que futuramente vierem a ser transferidas para esta Comissão, considerando os ramos de atividade e ocupações, a ordem decrescente de valores, casos em investigação ou denunciados e valores superiores a R\$80 mil por ano. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 371/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, no período de 1996 a 2002, da empresa: Parinvest Consultoria e Participações Ltda. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 372/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário da empresa Finambrás Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários Ltda. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 373/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer que a Secretaria da Receita Federal, forneça as informações fiscais relativas às pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem compatibilidade ou incompatibilidade entre a movimentação realizada e sua situação patrimonial, ou que já estejam ou estiveram sob investigação fiscal, constantes das seguintes bases de informações: Banestado Nova Iorque; Beacon Hill Service Corporation, e movimentação nas contas Tucano, Depolo, Pai Capital, Banordic e Corfan mantidas no exterior com sigilo transferido para esta CPMI, assim como das contas que futuramente vierem a ser transferidas para esta Comissão. O parecer é

favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 359/03** de autoria do Deputado José Mentor, requer ao Departamento da Polícia Federal, cópia do inquérito policial em andamento sobre a empresa offshore Trade Link Bnak, sediada nas Ilhas Cayman. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 360/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do senhor Fernando Toledo, representante da offshore Trade Link Bnak, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 361/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Roberto Salgado, Diretor do Banco Rural. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 362/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Paulo Roberto de Oliveira Bernardes. Sócio Gerente da Empresa Organizações Manoel Bernardes. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002 por meio das chamadas Contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura das Atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21 e 29, cujas cópias encontram-se distribuídas. (Pausa.)

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura das Atas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Solicitada a dispensa da leitura das Atas, podemos considerá-las aprovadas, respectivamente.

Informo que, além da necessidade da aprovação de alguns requerimentos para as próximas oitavas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, há a neces-

sidade de também submeter ao Plenário desta Comissão novo calendário, no sentido de que as reuniões se realizem nas respectivas cidades.

Passo a palavra ao Deputado José Mentor, Relator desta CPI, para que faça uma exposição da proposta do calendário. Em seguida, faremos a leitura dos requerimentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Farei o registro da proposta inicial e, depois, passaremos à discussão.

Belo Horizonte, no dia 3/11, próxima segunda-feira;

Rio de Janeiro, dias 10 e 11 de novembro;

Rio Preto, dias 13 e 14 de novembro;

Foz do Iguaçu – Curitiba, dias 20, 21 e 22 de novembro;

Campinas, dias 27, 28 e 29 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Em discussão a proposta de calendário feita pelo Relator, Deputado José Mentor. (Pausa.)

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Kobayashi, para discutir.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Embora eu não esteja nesse subgrupo, minha única dúvida é se nos dias 3 e 10 de novembro, segunda-feira, dará tempo de estar tudo acertado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está tudo acertado. Aliás, já estava tudo marcado anteriormente.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Normalmente as pessoas que residem no interior pedem que as reuniões sejam realizadas nas terças ou quartas-feiras, dando-lhes tempo de se deslocarem até a capital.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está tudo em ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado José Mentor, pondero junto a V. Exª, tendo em vista haver dois ou três nomes novos, cujos requerimentos apresentei recentemente, principalmente sobre a oitiva que será realizada em Belo Horizonte. Com relação aos demais locais, sei que há condições absolutas de se fazer a citação. (Pausa.)

Com relação a Minas Gerais. Sr. Relator, há o Requerimento nº 357, cuja aprovação peço prioridade, a fim de que as pessoas sejam localizadas e convocadas. Para tanto, reivindico a oitiva de três pessoas: o Sr. Eduardo Maluf Martins, o Sr. Eduardo Fonseca Santos e o Sr. Manoel Bernardes, se é que eles já não estão na lista. A justificativa do requerimento está em

anexo. Trata-se do Requerimento nº 357/2003. São pessoas que têm ligações com outras CPIs.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Solicito a V. Ex^a a apreciação dos Requerimentos nºs 357, 359, 360, 361 e 362, que são todos referentes a oitivas em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Requerimento nº 357 é de nossa autoria e convida os Srs. Eduardo Maluf Martins, Eduardo Fonseca Santos e Manoel Bernardes para depoimento na oitiva que será realizada no dia 3, segunda-feira, em Belo Horizonte.

O Requerimento nº 359 é de autoria do Deputado José Mentor: “Nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579, de 1952 e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, que seja encaminhado a esta Comissão pelo Departamento da Polícia Federal cópia do inquérito policial em andamento sobre a empresa **offshore** Trade Link Bank, sediada nas Ilhas Cayman.

O Requerimento nº 360, nos termos do § 3º, do art. 58, da Constituição Federal, de autoria também do Deputado José Mentor, da Lei nº 1.579, de 1952 e regimentais, “requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, convocar o Sr. Fernando Toledo, representante da **offshore** Trade Link Bank, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto desta CPMI”.

O Requerimento nº 361, também de autoria do Deputado José Mentor, Relator desta CPI, fazendo alusão aos mesmos artigos da Constituição e legais, ouvido o Plenário, pretende convocar o Sr. José Roberto Salgado, Diretor do Banco Rural, CPF nº tal, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Em outro requerimento, também com a mesma alusão à legislação brasileira, ouvido o Plenário, pretende-se convocar o Sr. Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, sócio-gerente da empresa Organizações Manuel Bernardes, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Todos esses requerimentos referem-se a oitivas de pessoas a serem realizadas em Belo Horizonte.

Concedo a palavra ao Relator para emitir parecer, principalmente sobre o requerimento que apresento, porque os outros são de sua autoria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Submeto os requerimentos à deliberação do Plenário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores e Deputados que os aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovados os requerimentos.

Faço um apelo à secretaria da Comissão, pois estamos numa quinta-feira, e a reunião será na segunda-feira. Peço ao Augusto que use os préstimos do Delegado Nogueira, que tanto tem contribuído com esta CPMI, no sentido de que a Polícia Federal auxilie com notificação às pessoas citadas para depoimento em Belo Horizonte, para que sejam avisadas em tempo hábil e estejam presentes na segunda-feira.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – É exatamente a respeito dessa preocupação de termos aprovado mais requerimentos para Belo Horizonte, pois já haviam sido aprovados alguns requerimentos para Belo Horizonte. É uma sugestão que ofereço ao Relator e à Comissão no sentido de estender também as oitivas para terça-feira, até para poder dar uma flexibilidade aos novos convocados, que poderiam ser ouvidos entre segunda e terça-feira em Belo Horizonte. Estou achando um dia muito apertado, pois pode haver dificuldade para quem deve deslocar-se de levar advogado ou coisa parecida. Assim, daremos a oportunidade ao inquirido de comparecer na segunda-feira ou na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Acolho a questão de ordem de V. Ex^a e solicito as providências no sentido de que a Comissão esteja nos dias 3 e 4 em Belo Horizonte, se for necessário. Se todas as oitivas puderem ser realizadas no dia 3, ótimo. Se for necessário, haverá permanência dos membros da Comissão em Belo Horizonte no dia 4.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, cheguei um pouco atrasado e queria saber de V. Ex^a quem será ouvido em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Serão ouvidos em Belo Horizonte o Sr. Murilo Mendes Júnior, diretor-proprietário da Mendes Júnior, e o Sr. Joel Fernandes, que já estavam convocados. Estamos convocando hoje os Srs. Eduardo Maluf Martins, Eduardo Fonseca Santos e Manoel Bernardes, e estamos convocando o Sr. Fernando Toledo, que é o representante da **offshore** chamada **Trade Link Bank**; o Sr. Roberto Salgado, que é diretor do Banco Rural, que, todos sabemos, não tinha autorização e operou as CC-5; o Sr. Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, sócio-gerente da empresa Organizações Manoel Bernardes; e a Presidente do Banco Rural, que também está convocada. Seriam essas as oitivas de Belo Horizonte.

Vamos passar à leitura dos próximos requerimentos para a deliberação do Sr. Relator.

Requerimento nº 100, de 2003, da Senadora Ideli Salvatti:

“Requeiro, nos termos regimentais, junto ao Banco Central, o rol de todas as **factorings** e casas de câmbio com a relação dos seus respectivos sócios-proprietários que operaram no Brasil no período de 1995 a 2002”.

Antes de passar a palavra ao Relator, quero informar que esta CPMI já recebeu, já autuou **factorings** de vários Estados brasileiros, com informações prestadas pelas juntas comerciais dos respectivos Estados, como conseqüência de requerimentos de informações anteriormente aprovados por esta CPMI.

Passo a palavra ao Relator para que S. Ex^a possa opinar sobre o requerimento da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com a correção de 96 a 2002, porque a nossa competência é de 96, e vem-se somar ao esforço que foi feito com relação às informações, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Em votação o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 103, de 2003, do Deputado Eduardo Valverde.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só para ajudar a assessoria, será que esse rol das **factorings** existente não está colocado na internet, em alguma página do Banco Central?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Central não controla as **factorings**.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O rol das **factorings** existente, com certeza, deve estar nessas relações da Junta Comercial, e isso a CPMI já tem. Então, penso que a assessoria já tem condições de ir trabalhando com o rol das **factorings**.

O SR. (Orador não identificado) – É, porque facilitaria o tempo para termos o das casas de câmbio, o que é mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O requerimento do Deputado Eduardo Valverde é o de nº 103, de 2003, vazado nos seguintes termos:

“Requeiro a V. Ex^a que seja solicitado à Comissão de Valores Imobiliários e ao Bovespa o registro das operações realizadas pelos seguintes fundos de investimentos que receberam recursos provenientes de correntistas da agência do Banestado em Nova Iorque:

Focus Brazil Fund;

Opportunity Fund;

Fundos estrangeiros operados pelo Banco Opportunity;

Pactual Overseas Corporation;

Fundos estrangeiros operados pelo Banco Pactual;

Cidam Brazil Fund;

Corretora RMC;

Socimer Fixed Income Brazilian Fund;

Atrium Capital – Limited Partners;

Corretora Atrium DTVM.

As informações de cada Fundo devem ser acompanhadas com o seu registro no Brasil e o nome de cada operadora e respectivos procuradores”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar ao Deputado Eduardo Valverde alguns esclarecimentos sobre esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não estando S. Ex^a presente...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Ex^a que deixasse o requerimento para a próxima reunião, pois eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Relatoria concorda com o adiamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Na realidade, Sr. Relator, sou a favor de que esse requerimento seja abrangente a todos os que operam no sistema, não a apenas três ou quatro fundos pinçados. Acho que, se é para se apurar, temos que fazer um levantamento geral, não apenas de três ou quatro fundos, sei lá por que interesse. Então, peço o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu gostaria, inclusive, que a assessoria pudesse, para a próxima reunião, informar...

O SR. (Orador não identificado) – **(Inaudível. Fora do microfone.)**

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não só há a necessidade de o autor estar presente, porque a minha avaliação pessoal, mas é uma avaliação apenas de memória, é de que já temos aprovado isso com relação a todos os fundos. Mas eu gostaria que a assessoria checasse essas informações, porque tenho certeza absoluta de que foi uma das primeiras providências que a CPI me pediu.

Requerimento nº 104, do Senador Pedro Simon. Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 5, de 2003, requisite às centrais de distribuição de cartórios, títulos e documentos da cidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília as documentações, registros e procurações em nome das seguintes empresas estrangeiras: Offshore, Antasy Ventures, Beluga, Rio Trading, PDI,

Projeto Development e Blue Carbo. Este requerimento é do Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Relator, para parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 134, do Senador Romeu Tuma.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja solicitada à Receita Federal o cruzamento de dados e CPF's dos nomes fornecidos pelo Procurador Luiz Francisco de Souza.

Concedo a palavra ao Relator, para parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Parecer favorável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Relator, os nomes fornecidos pelo Procurador onde?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na reunião secreta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – A discussão dos 400 nomes?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Ainda sobre a questão do Dr. Luiz Francisco, queria saber informações sobre a interpelação feita pela CPI, em que o ilustre Procurador havia dito que a CPI não estava se movimentando em relação a vários nomes passados à CPI. E a CPI fez interpelação por unanimidade para que o Procurador desse os nomes, cargos, funções, o dinheiro enviado ao exterior, como ele costuma fazer para que a CPI tomasse providências. Queria saber o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Informo ao Plenário que recebi hoje, pela manhã, durante a sessão plenária do Senado, uma resposta assinada pelo Procurador Luiz Francisco. S. Ex^a informa alguns nomes. Não quero mencionar porque são 4 ou 5 nomes dos mais de mil, embora faça novamente menção de que existe mais de 400. Informa 4 ou 5; faz uma abordagem de que a opinião dele é no sentido de colaborar, é apenas crítica etc e tal; responde oficialmente. Já despachei, hoje pela manhã, para que isso seja autuado, seja distribuído a todos os Parlamentares, seja encaminhado à Assessoria Jurídica, para as providências cabíveis e possíveis.

Mas, tenho a informar a V. Ex^{as} de que ele se baseia naquela exposição que fez na reunião secreta – e os que participaram da reunião reservada sabem que naquela exposição, sem sermos cegos, não tinha isso, nem surdos. S. Ex^a insiste em dizer que naquela exposição foi feita uma colocação de alguns nomes. Novamente transfere, no documento que encaminha, mais uma vez afirma que o Perito Renato teria condições de informar esses nomes.

O perito Renato já foi solicitado pela CPMI, também já informou, já apresentou dados à CPI dizendo que não os possui.

O SR. (Orador não identificado) – Mas está gravado, não está, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está gravado, está gravado mas é o tipo da situação seguinte: na reunião aberta fala que tem não sei quantos nomes de funcionários públicos e políticos; na reunião reservada nós não podemos revelar os nomes. O ideal seria, talvez, que se buscássemos na Justiça uma possibilidade de autorização de transformarmos a gravação aqui em aberta. Abriríamos uma reunião com a exposição da gravação. Mas, a legislação brasileira não nos permite. Devemos que andar dentro da legislação.

Volto a enfatizar o Requerimento, do Senador Tuma, nº 134, de 2003, solicitando o cruzamento de dados e CPF dos nomes fornecidos pelo Procurador Luiz Francisco. Evidente que ele está se referindo àquele momento...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, queria, inclusive, alertar a Comissão para a possibilidade de ter que ouvir o Procurador Luiz Francisco contando com a colaboração da Justiça portuguesa, uma vez que o que estamos sabendo é que o Procurador encontra-se aprofundando seus conhecimentos jurídicos nas escolas portuguesas. Então, seria muito fácil localizá-lo, uma vez que no Brasil não obtivemos esse êxito.

De forma que solicitaria à Comissão que, por meio de sua Assessoria Jurídica, começasse a examinar a possibilidade de ouvi-lo, com a colaboração dos portugueses.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Requerimento nº 134, do Senador Romeu Tuma tem o parecer favorável do Relator Deputado José Mentor.

Em votação o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Requerimento nº 212, de 2003, da Senadora Ideli Salvatti:

“Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, de 2001, da Lei 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário, a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Afonso Celso Braga, entre 1994 e 2002.

Tem o Relator a palavra para emitir o parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer é favorável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Qual é o período?

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 1996 a 2002.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É necessário que faça a correção do período.

O Sr. Afonso Celso Braga teve participação efetiva no Banco Integración, do Paraguai.

Em votação o parecer.

As Sr.ªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Requerimento nº 222, de 2003, da Senadora Serys Slhessarenko:

“Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52 e com o art. 4º, § 4º da Lei Complementar nº 105, de 10/01/2001, a transferência para esta CPI do sigilo bancário, no período de 1996 a 2002, das pessoas físicas e jurídicas a seguir qualificadas:

Pedro Paulo Velásquez Romero (ou Pedro Paulo Romero), brasileiro, casado, comerciante, CPF nº tal, titular conta corrente nº tal, agência nº 179 do Banco de Crédito Nacional S/A – BCN;

Rodolfo Castro Filho, brasileiro, solteiro, comerciante, CPF nº tal, titular da conta corrente nº tal, da agência nº 179 do Banco de Crédito Nacional S/A – BCN;

Gregória Ester Roa, brasileira, casada, CPF nº tal, titular da conta corrente nº tal, da agência nº 179 do Banco de Crédito Nacional S/A – BCN;

Nivaldo de Souza, brasileiro, titular da conta corrente nº tal, da agência nº 3270-0 do Banco do Brasil S/A;

Felipe Monteiro Marcondes, brasileiro, titular da conta corrente nº tal, a agência nº 179 do Banco de Crédito Nacional S/A – BCN;

José Wilson Ribeiro Lima, do Banfort S/A;

Carolina Xavier de Oliveira, do Banco Nossa Caixa S/A;

Aiberto Youssef, brasileiro, empresário;

Pak Serviços Auxiliares Ltda;

RHR Publicidades e Representações Ltda;
Duagro S/A – Administração e Participações;
Sabra – **Factoring** Fomento Comercial Ltda;
Incorporações e Participações Costa Patrocínio
Ltda;

Compugraphics – Indústria e Comércio Ltda;
Goldfactoring Fomento Mercantil Ltda;
CMA Plastics Indústria e Comércio de Plásticos
Ltda;

Novinvest S/A – Corretora de Valores Mobiliários;

Mineração Lisboa Ltda;
Rosade Comercial Importadora Ltda;
Split Corretora de Mercadoria Ltda;
Eco Química Ltda;
Renegocial Participações Ltda;
Câmbios Acaray S.R.L.;
Banco Integración S/A M.L.F, com sede no Paraguai;

Tupy Câmbios S/A, empresa com sede no Paraguai;

Banco Del Paraná S/A, empresa com sede no Paraguai;

Youssef Câmbio e Turismo Ltda.

Tem a palavra o Relator para proferir seu parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, somos favoráveis, excluindo os Itens 23, 24, 25 e 26, porque não temos a competência de quebrar sigilo em país estrangeiro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável à exceção das pessoas jurídicas localizadas em outro país.

Em votação o parecer.

As Sr.ªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento da Senadora Serys Slhessarenko, com as observações feitas pelo Relator, Deputado José Mentor.

Requerimento nº 328, de 2003, da Senadora Serys Slhessarenko:

“Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado para depor nesta CPMI o Sr. Carlos Gaban, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.”

Com a palavra o Relator, para emitir seu parecer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Sr. Presidente, a Senadora Serys Slhessarenko não se encontra presente e preciso de alguns esclarecimentos de S. Exª.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Dependendo de alguns esclarecimentos dela, até pelo texto do requerimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Senador Heráclito Fortes, esta Relatoria já se manifestou no Requerimento nº 302, do mesmo tipo, da mesma pessoa. Acredito que vou anexá-lo ao Requerimento nº 302, que está sobrestado para o próximo momento. Então, a proposta é o sobrestamento desse requerimento, juntando-se ao Requerimento nº 302, da Deputada Iriny Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quanto ao requerimento da Senadora Serys Silhesarenko, o parecer do Relator é pela sua anexação ao Requerimento nº 302 e, posteriormente, aprovação ou deliberação desta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o parecer do Relator.

Requerimento nº 332, do Deputado Dimas Ramalho. Requeiro, nos termos regimentais, a convocação do Sr. Aloisio Faria, ex-proprietário do Banco Real S.A., atual proprietário do Banco Alfa do Brasil, para prestar esclarecimentos à CPMI, em data a ser agendada posteriormente, sobre eventual ação que esteja respondendo nos Estados Unidos, movida pela Promotoria de Justiça da cidade de Baltimore, e em outros assuntos pertinentes ao objeto desta CPMI.

Com a palavra o Relator para emitir o parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, consulto o autor sobre o acréscimo no requerimento de dois aspectos. Primeiro, poderia vir prestar esclarecimentos o presidente ou outro representante legal, como aconteceu com o Banco Rural, que o presidente indicou um diretor, responsável por aquela área do nosso interesse. Então, poderia ser o Sr. Aloisio Faria ou um representante do Banco. Segundo, incluir a agência do Banco Real de Foz do Iguaçu, que também praticou, com autorização especial, o objeto de investigação desta CPI.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Concordo, não há problema. Se for preciso, num segundo momento, poderemos chamar o próprio Sr. Aloisio.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento do Deputado Dimas Ramalho, com as observações feitas pelo Relator Deputado José Mentor.

Requerimento nº 342. Requeiro, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, que sejam intimados para serem ouvidos no Departamento de Polícia Federal, com a presença de assessores

de Parlamentares titulares desta CPMI, as seguintes pessoas: Márcia Regina Frausino, Gilmar Fernandes de Oliveira, Celso Moreto, Luís Fernando Casseta, Enéas Leite Fonseca, Francisco Maciel de Barros, Eurinder Santos de Moraes, Márcio Andrei Alves dos Santos Lima, Luiz Antônio Trabusli e Paulo Sérgio S. Rezende. São pessoas encontradas na Beacon Hill e que têm domicílio no Distrito Federal.

Tem a palavra o Relator para emitir o parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer é favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria da Presidência. Requeiro, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579 e com o art. 4º, §4º, da Lei Complementar nº 105, cópia dos processos instaurados no Banco Central para apurar possíveis irregularidades cambiais praticadas pelo Banco de Boston, de 1999 a 2002, incluindo os de número 99.00.951.7783, 99.00.933.608, 99.00.943.883, 99.00.951.565 e 99.00.946.509. São os números dos processos do Banco Central.

Com a palavra o Relator para emitir o parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Requerimento nº 344. Requeiro, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, que sejam repassados a esta CPMI a documentação e as informações já constantes dos procedimentos criminais presididos pelos Procuradores da República Marcos da Penha Sousa Lima e Marcelo Antônio Ceará Serra Azul e pelo Subprocurador da República José Roberto Figueiredo Santoro, relacionados ao Sr. F. Antônio Trabusli, assim como os documentos apreendidos por força de busca e apreensão realizada em sua residência.

Concedo a palavra ao Relator para emitir o parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer é favorável.

Em votação, o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 345, de 2003:

“Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, a quebra do sigilo bancário das pessoas jurídicas Sipasa S/A, CNPJ tal; Trust Exchange Turismo Ltda, CNPJ tal; Leão Comércio e Transporte de Alimentos Ltda; Lemos Comércio e Representação de Produtos Alimentícios Ltda; Posto Chimarrão Revendedora de Derivados de Petróleo Ltda; Panificadora Pão Italiano Ltda, com o encaminhamento a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das seguintes informações, no período de 1996 a 2002:

- a) lista dos números de todas as contas correntes e de poupança, com os respectivos nomes e números de agências e bancos;
- b) cópias legíveis das fichas de abertura de contas e aplicações financeiras, assim como eventuais alterações posteriores;
- c) cópias legíveis dos cartões de assinatura;
- d) cópias legíveis dos extratos bancários de todas as contas e das aplicações financeiras (caso haja descontinuidade dos dados dos extratos, explicar os motivos);
- e) cópias legíveis dos comprovantes de operações de câmbio e de transferências internacionais em moeda nacional em valores superiores a R\$50 (cinquenta mil reais);
- f) cópias legíveis de todos os documentos (cheques, guias de retirada, guias de depósitos, DOCs, ordens de pagamento, comprovantes de transferência eletrônica, TEDs, formulários de controle de transações em espécie, ou documento equivalente, cheques administrativos, títulos quitados, faturas de cartão de crédito, entre outros) que tiverem dado suporte aos lançamentos a crédito ou a débito, nas contas correntes de valor igual ou superior a R\$50 (cinquenta mil reais), para documentos datados de 01/01/1996 a 12/12/2002.

1.1. Requer seja solicitado ao Banco Central do Brasil que faça a circulação do presente requerimento junto ao Sistema Financeiro Nacional, e que se faça constar do comunicado, expressamente, prazo imprerível de 15 (quinze) dias para o atendimento, prazo ao qual se sujeita o próprio Banco Central, nas informações de sua competência.

1.2. Requer ainda sejam encaminhadas as cópias supracitadas, também em meio magnético, no formato “.txt” ou “.xls”, quando possível.

2. À quebra do sigilo fiscal das pessoas jurídicas Sipasa S/A, Trust Exchange Turismo Ltda, Leão Comércio e Transporte de Alimentos Ltda, Lemos Comércio e Representação de Produtos Alimentícios Ltda, Posto Chimarrão Revendedora de Derivados de Petróleo Ltda, Panificadora Pão Italiano Ltda, com o encami-

nhamento a esta CPMI das seguintes informações, no período de 1996 a 2002:

a) cópias legíveis dos dossiês sobre a movimentação da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), contendo os nomes das instituições financeiras e as movimentações mês a mês;

b) cópias legíveis das declarações completas de Imposto de Renda, inclusive com demonstrativos de evolução patrimonial.

2.1. Requer seja solicitada a abertura, pela Receita Federal, de Mandado de Procedimento Fiscal, cujos resultados, mediante relatórios analíticos, podem contribuir para a comprovação ou esclarecimentos de fatos sob investigação desta CPMI.

2.2. Requer ainda seja determinado o prazo imprerível de 15 (quinze) dias para o atendimento, assim como sejam encaminhadas as cópias supracitadas, também em meio magnético no formato “.txt” ou “.xls”, quando possível”.

Com a palavra o Relator, para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– O parecer do Relator é favorável.

Em votação o parecer.

Os Srs. e as Sr^{as} Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Requerimento nº 357, de 2003, já foi votado.

Requerimento nº 358, de 2003:

“Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579, de 1952, a convocação, para prestar depoimento a esta CPI, das seguintes pessoas: João Augusto Morais Monteiro, Mário Lamosa, Max Dolinger e Maurício Abreu Murad”.

Com a palavra o Relator, para proferir seu parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– O parecer é favorável.

Em votação o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 363, de 2003, do Deputado José Mentor:

“Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579, de 1952, e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, no período de 1996 a 2002, das seguintes empresas...”

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB-SP) – Entendo que, como já temos a relação discriminada aqui, é desnecessária a leitura, até porque não se trata de convocação, e sim de solicitação de quebra de sigilo. É dispensável a leitura de um por um.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Com todo o respeito ao Deputado Paulo Kobayashi, considero uma formalidade tornar público o ato da CPI. Eu insistiria, mesmo perdendo alguns minutos, em que fossem lidos os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, vamos cumprir a formalidade.

Empresas:

1,99 World Comercial Ltd^a, subconta Lisco; ACM Empreendimentos Imobiliários Ltd^a. – É Preciso dizer a subconta? Não? – Agente Participações e Fomento Comercial S/A; Aggio & Aggio Veículos Ltd^a; Agropecuária Estrela do Oriente Ltd^a; Aipana Locadora Ltd^a; Aipana Plaza Hotel Ltd^a; Aleia Consulting Ltd^a; Alef Serviços Assessoria Comercial Marketing S/C Ltd^a; Amazon Belém Exportadora e Serviços Ltd^a; Amazon Environment – Projeto e Participações Ltd^a; Aquário – Empreendimentos Ltd^a; Atacadão Home Shopping Ltd^a; Atacadão SB Comércio de Utilidades e Decoração Ltd^a; Attract Boutique Ltd^a ME; Atuarq Planejamento e Construções Ltd^a; Bahia Plus Agência de Viagens e Turismo Ltd^a; Bancred S/A Investimentos e Participações; Bar Maxim S Ltd^a; Barcelona Tour Agência de Passagens e Turismo Ltd^a; BCS Seguros S/A; Berluga do Brasil Empreendimentos e Participações Ltd^a; Betim Veículos S/A; Birel Sudam Indústria Comércio Importação e Exportação Ltd^a; Bônus Administração de Bens Ltd^a; Brasil Listas – Guias de Endereços Ltd^a; Bullion Participações Limitada; C Valle Empreiteira Ltd^a; Caburai Minerais Ltd^a; Cambar Consulting Ltd^a; Carmel Viagens e Turismo Ltd^a; Casa Francesa Câmbio e Turismo Ltd^a; Casa Nova Universal Câmbio Viagens e Turismo Ltd^a; Cathay – Empreendimentos Imobiliários Ltd^a; Cave Du Sommelier Comércio de Vinhos Ltd^a; Clickinvest Gestão de Ativos Ltd^a; Clickinvest Tecnologia de Informações Ltd^a; Clicktrade Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S/A; Confederação Nacional das Entidades Líbano-Brasileiras; Conspar – Construtora de Paranatinga Ltd^a; Cortez Câmbio e Turismo Ltd^a; Cota Comércio de Roupas e Armarinhos Ltd^a; Credit Factoring do Brasil Fomento Mercantil Ltd^a; D D Veículos Ltd^a; Dagara Fomento Mercantil Ltd^a; Dakhia Indústria e Comércio de Termoplásticos Ltd^a;

Davies Participações S/A; DGBT Fomento Mercantil Ltd^a; Delta Gemas Ltd^a; Diskline Câmbio e Turismo Ltd^a; Distribuidora de Petróleo Roraima Ltd^a; Diversion & Alegria, Bingo & Restaurante Ltd^a; Drogeria Colombo S/A; DVC Comércio de Veículos Ltd^a; Esqueça a Conta Bar Ltd^a; Europarty – Empreendimentos Imobiliários Ltd^a; F.A.M. – Negócios Ltd^a; F.M. – Incorporações e Empreendimentos Ltd^a; Fair Wind Câmbio e Turismo Ltd^a; Falcon da Freguesia Produtos Óticos Ltd^a – ME; Fanton Comércio de Painéis Ltd^a; Favorita Comércio de Roupas e Armarinhos Ltd^a; FGB Comércio de Roupas e Armarinhos Ltd^a; Fratelli Indústria e Comércio de Alimentos Ltd^a; Free Line Consultoria e Participações Ltd^a; Freire Consultoria Econômica Ltd^a; GI Administrações Ltd^a; Golden Travel Turismo e Câmbio Ltd^a; Granja Treze Casa de Galícia Madrid Club Ltd^a; HBS Engenharia e Projetos Limitada; Hotel Villa Di Capri Ltd^a; Inpar Indústria de Produtos Alimentícios Roraima Ltd^a; ITM Internacional Trading & Marketing do Brasil Ltd^a; Jager Comércio de Veículos Ltd^a; Jager Participações S/A; Jardim do Bebê – Artigos para Confeção, Decoração e Móveis Ltda.; Kamar Câmbio e Turismo Ltda.; Luferro Administração de Bens e Participações Ltda.; Lugatur Câmbio, Passagens e Turismo Ltda.; Lumina – Empreendimentos, Negócios e Participação Ltda.; Lyne Tur Viagens Ltda.; Made in Brazil Viagens e Turismo Ltda.; Martins Consultoria Ltda.; Matiz Movelaria Importação e Exportação Ltda ME; MB – Corretora de Mercadorias Ltda.; Meia Pataca Meias e Lingerie Ltda.; Mercoplan – Comércio, Serviços, Administração e Corretagens de Seguros de Vida Ltda.; Moreira Câmbio e Turismo Ltda.; Natureza Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Nazaré Agropecuária Ltda.; New Pizza Ltda.; Nissan Empreendimentos Ltda.; Norte Sul Representações, Importações e Exportações Ltda.; Novo Tempo Empreendimentos Ltda.; Orbi Administração e Participações S/A; Orbinvesti – Participações e Negócios Ltda.; Orbi Móveis Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Orbitop Operadora Turística Ltda.; Orbival Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.; Parati Empreendimentos e Participações Ltda.; Passatours Viagens e Câmbio Ltda.; Paulista Trade Ltda.; Paulista Tur – Turismo e Câmbio Ltda.; PB Câmbio e Turismo Ltda.; Pérola Agropecuária Ltda.; Pioneiro Combustíveis Santarém Ltda.; Planecon Planejamento e Construções Ltda.; Posto Pioneiro Ltda.; Racing Cigars Comercial Ltda.; RC – Brito Empreendimentos e Participações Ltda.; RCB Consultoria; Rede Tropical de Comunicação Ltda.; RMF Participações e Empreendimentos Ltda.; Royal Viagens e Turismo Ltda.; RTC Empreendimentos Mobiliários Ltda.; Saga Tour Turismo e Câmbio Ltda.; Saiskoski & Kramer Ltda ME; Sanfebra Empreendimentos e Participações Ltda.; Sanza Agro-industrial Ltda.; S.F.

2000 Câmbio e Turismo Ltda.; Seculus Commodities Corretora Mercantil Ltda.; Seculus Tecnologia S/A; Singa Brasil Representações S/C Ltda.; Snow Assessoria Empresarial S/C Ltda.; Só Poços Ltda.; Sólida Facturing Ltda.; Stone Brothers Importação, Exportação e Representações Ltda.; Stone Comércio de Diamantes Ltda.; Stone Indústria e Comércio de Aparelhos de Ginástica Ltda.; Stone Serviços Ltda.; Stone Sociedade Comercial de Fomento Mercantil Ltda.; Studios Indústria e Comércio Ltda.; Sucupira Móveis Rústicos e Acessórios Ltda ME; Supermercado Butekão Ltda; Technorio 151 Serviços Automotivos Ltda.; Tecno AO Business Control Ltda.; Three Plus Corretora de Mercadorias Ltda.; Três Lameiras – Viagens e Turismo Ltda.; Tutti Pizza Alimentos Ltda.; Ultramar Viagens Turismo e Câmbio S/A; Valmonte do Brasil Consultoria e Participações Ltda.; Vértice Turismo e Câmbio Ltda.; Vetreze Empreendimentos e Participações S/A; Via Leilão, Comércio, Importação e Exportação Ltda.; Vicatur Câmbio e Turismo Ltda.; Vigo do Brasil Câmbio e Turismo Ltda.; Vitória – Consultoria e Investimento Ltda.; V T E Representações e Negócios Imobiliários Ltda.; Yes Câmbio Viagens e Turismo Ltda.; Yes Factoring Fomento Mercantil Ltda.; Zana Móveis Ltda. ME.; Zibert Fomento Mercantil Ltda.

O Requerimento é do nobre Relator, Sr. Deputado José Mentor.

Portanto, deixo de fazer a consulta sobre a opinião do Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Passamos ao Requerimento nº 364: citada a legislação vigente, ouvido o Plenário, a quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário, entre 1996 e 2002, das pessoas físicas relacionadas a seguir:

Adalberto Júnior Prestes Rocha; Agostinho Abreu Lameira; Aguinaldo Castueira; Ailton José Lopes; Alaide de Oliveira Campos Claramunt; Alberto Luis Lustig; Alcídio de Almeida Lameira; Alexander Dias Ferreira Gomes; Alexandre Karol Srabotnjak; Alexandre Martini Martins; Altair Inácio de Lima; Angelo de Oliveira Campos; Antonio Oliveira Claramunt; Armando Santone; Benimarco Timoner; Camillo de Lelis Assunção; Carla Contaldi; Carlos Alberto Marinho Barros; Carlos Alberto Ramos Mascarenho; Carlos Alberto Taveira Cortez; Carlos Hugo Sosa Paimaróia. Carlos mauricio inacio de Souza, Carmem Noemie Vera de Ramirez, Castor Julian Rodas Berdejo, Celso Roberto Arinella, Cesar Blanco Gomez, Cesar Guilherme Vera Subeldia, Claudia Campos Batista, Claudia Helena da Mota Claramunt, Clemente Dana, Cristiana Marini Rodrigues da Cunha Brito, Daisy Morostegan, Dario Messer, Daniel Gold-

mann, David Kattan, Denis José Lustig, Dov Hamaoui, Emilio Nantes Casalderrey, Enrico Lavagetto, Enrique Claramunte Riba, Esther Huberman, Fabio Fava Saikoski, Fabio Schop, Fany Katz Messer, Felice Aggio, Felipe José Raca, Fernanda Aznar Alesso Castueira, Fernando Vigani Alesso, Fernanda Contaldi, Fernando Janine Ribeiro, Fernando Manoel Ribas Soares, Fernando Pereira Fonseca, Fernando Terudo Yamada, Francisco Isabelino Lovera Bareiro, Gabriel Lewi Seszez, Gonzalo Javier Fernandez, Haroldo Bicalho e Silva, Henri Joseph Tabet, Ilton Guimaraes, Ivan Moniz Freire, Jairo Marcos Baum, Jan Sidney Murachovsky, Joacyr Reinaldo, João Carlos Ferreira Lucas de Souza, João de Almeida Abreu Lameira, João Dias de Oliveira, João Marques dos Santos Figueiredo, Joaquim Costa Pereira Pinto, Joaquim Moreira da Silva, Jorge Antonio Estigarribia Acevedo, Jorge Davies, Jorge Estanislao Ortellado Marvaes, Jorge Ribas Soares, Jorge Ribas Soares Júnior, José Antonio Lopes Ferreira, José Carlos Maia Saliba, José de Lima Júnior, José Diogo de Oliveira Campos, José Eduardo Costa Vieira Pinto, José Fernando da Rocha Saikoski, José Luis da Costa Mesa, José Manuel Fernandez, José Mendes Povoação, Julia Beatriz Fridman, Julio Messer, Juscelio Nunes Vidal, Leandro Marcio dos Santos, Lionete Maria Coutinho Reis, Lucilene do Nascimento Dourado Lima, Luis A. Farina, Luis Filipe Malhao e Souza, Luiz Felipe Prestes Rocha, Manoel Monteiro Cortez Filho, Manuel da Silva e Souza, Manuel Urbach, Marcelo Amaral Santana, Marcelo Birmarcker, Marcelo Treiger Urbach, Marcilio de Magalhães, Marcio Alexandre Azevedo de Lima, Marcio Paulo Baum, Marco Steinberg, Margarita Aznar Campoy, Mariana Moraes Ribeiro da Silva, Marlene Oliveira Contaldi, Marta Elena da Costa Meza, Martin Urbach Treiger, Mauro Abi-Ramia Chimelli, Messod Gilberto Samuel Benzecry, Mirela Nunes Spier Arinella, Miriam Morales Roca, Moises Raca Zaidenberg, Monika Wilhelm Nantes, Mordko Izaak Messer, Nelson Ferreira da Silva, Nuno Rodrigues dos Santos, Oscar Frederico Jager, Paulo Roberto Grapiuna Lima, Paulo Messer, Pedro José de Lima Reis, Raffaele Hmoui, Rahmo Kattan, Raul Davies Mendez, Raul Henrique Srou, Raul Revkolevski, Reginaldo Chaves, Richard A. de Mal Van Otterloo, Rodolfo Diego Imbriani Atanasio, Rodrigo Ferreira Santone, Roni Lezerrovici, Rosimere Coser Ferreira, Rui Luiz da Luz Leite de Sousa, Salvador Angelo de Oliveira Claramunt, Samuel Messod Benzecry, Samuel Polite, Samuel Semtob Sequera, Sergio Jacobo Polite, Sergio Roberto Pinto da Silva, Silvio Cuenca, Susana B. Favello de Fernandez, Telmo Vieira Barros da Silva, Teresa Aurélio Vera Subeldia, Toufic Kattan, Valentin Aguilar, Venâncio Pereira Velo-

so Filho, Victor Hugo Prestes Rocha, Wanda Kogubej Srobotnjak e Yves Joseph Tabet.

O requerimento é do Relator. Portanto, deixo de submeter o parecer a S. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Gostaria de um esclarecimento de ordem prática, Sr. Presidente e Sr. Relator, que vale para esse pedido e para o anterior com relação à quebra de sigilos. Em primeiro lugar, é a autorização, mas não será o pedido. Se for o pedido, em que ordem prioritária será feita? Haverá uma ordem prioritária?

Justifico essa questão: quanto a alguns nomes aqui relacionados e algumas empresas, temos sentido a celeridade em ter conhecimento de sigilo da Receita Federal. Lembro que, há mais de um mês, a CPMI vem solicitando à Receita Federal dados importantíssimos, como a “deleção” das empresas da nossa região de Campinas, ato criminal, e até hoje não obtivemos resposta. Então, se incumbirmos a Receita Federal da abertura de sigilos de tais quantidades de documentos, sem que haja uma priorização de tempo e de importância, poderemos estar prejudicando, muitas vezes, alguns trabalhos que já solicitamos e sobre os quais não obtivemos resposta.

Gostaria de indagar do nobre Relator se a obtenção dessas listas nominais de pessoas físicas e jurídicas significa obter autorização e estabelecer uma ordem de prioridade ao pedido ou se o pedido será de imediato realizado. Se for realizado imediatamente, teremos alguns problemas, porque sequer pedidos passados foram atendidos ainda pela Receita Federal, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Informo a V. Ex^a que a Receita Federal não tem atendido com a velocidade desejada por esta CPMI, mas que muitos dos pedidos solicitados já estão aqui. Assim que tivermos acesso à movimentação das contas CC-5 – pedimos o sigilo de todas as contas CC-5, com autorização deste Plenário, e isso foi encaminhado à Receita, que nos tem respondido. Grande parte desses documentos estão autuados na Secretaria da Comissão. Outros ainda não chegaram – nesse ponto V. Ex^a tem razão.

O requerimento do Deputado José Mentor, ora em discussão – o anterior foi aprovado – é claro: pede a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dessas pessoas físicas, porque as jurídicas já foram aprovadas. São pessoas identificadas em outras contas; por isso, há uma relação de subcontas, com movimentações no exterior. Agora, o Relator está pedindo a quebra do sigilo dessas pessoas físicas no Brasil, em função

de elas terem sido encontradas nas movimentações no exterior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente, Sr. Presidente.

Evidentemente, vamos quebrar todos. Existe uma estratégia de investigação, e a quebra será consequência dela – a informação a ser obtida.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Submeto à opinião do Plenário o parecer favorável do Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 365.

Nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579 e 52 regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, a transferência por parte da Câmara dos Deputados dos sigilos dos documentos relativos à extinta CPI da CBF Nike.

O requerimento é do próprio Relator sendo, portanto, desnecessário o seu parecer.

Submeto-o ao Plenário.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Deputado Dr. Hélio com a palavra.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Aproveito o objetivo do Requerimento nº 365 para sugerir ao nobre Relator José Mentor a possibilidade da extensão para os indicados também na CPI do Narcotráfico. Nós apresentamos aqui, no início da CPMI, sigilo dos documentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Hélio, é o seguinte: os relatórios finais das CPIs todas – da Câmara Federal, do Senado Federal e as conjuntas – já estão conosco. Aqui estamos pedindo para estender a esta CPMI o sigilo de informações que a CPI da Nike obteve. São informações sigilosas que vamos obter agora. O relatório nós já temos, todos eles.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – O sigilo dos documentos relativos a...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, os documentos que foram encaminhados à CPI da Nike são sigilosos. Nós estamos pedindo que se estenda o sigilo para esta CPMI.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Na CPI do Narcotráfico, houve também documento sigiloso e sabemos que existe uma relação entre a CPI dos Precatórios, CPI do Narcotráfico, CPI do Futebol e CPI do Sistema Bancário Nacional que têm documentos sigilosos que, a meu ver, seria importante serem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há concordância do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, V. Ex^a está propondo, encaminhando favora-

velmente ao parecer do Relator, um aditivo para que todas as CPIs, cujos relatórios finais já se encontram com a Secretaria da Comissão, que sejam estendidos também os documentos sigilosos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que guardem relação com o objeto desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento com as modificações e o aditivo feito pelo Deputado Dr. Hélio, oralmente, e que solicito seja colocado no ofício à Câmara dos Deputados, bem como ao Senado da República.

Requerimento nº 366, do Deputado José Mentor. Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição que o Banco Central do Brasil encaminhe, caso exista, cópia de processos em que estejam envolvidos o Banco Dimensão ou a Empresa FLPM Participações S/A.

O requerimento é do próprio Relator, Deputado José Mentor, razão pela qual deixo de colher sua opinião.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 367.

Nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, o envio por parte do Banestado dos cadastros que identifiquem os usuários constantes da coluna FTC – User, da base de dados da agência do Banestado de Nova Iorque e Fundo Transfer Control – FTC.

O requerimento é do Deputado José Mentor, razão pela qual deixo de colher a sua opinião.

Submeto o requerimento imediatamente ao Plenário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Requerimento nº 368, de autoria da Presidência.

Requeiro, com fundamento do §3º do art. 58 da Constituição Federal, que sejam requisitadas ao Ministério das Relações Exteriores todas as informações existentes, inclusive documentos em seu poder, sobre a transação comercial entre o Sr. F. Antoine Trabusling e representantes da Embaixada do Senegal, envolvendo automóvel marca Bmw, fato recentemente noticiado pela imprensa.

Concedo a palavra ao Relator, para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer é favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 369 do Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição, Lei 1.579/52, regimentais, a extinção do sigilo à Secretaria da Receita Federal das bases de dados da empresa Beacon Hill Service Corporation e Banestado de Nova Iorque e que aquela Secretaria forneça em meio magnético para cada nome, o CPF, o CNPJ, constantes dessas bases, o endereço completo, bem como o ramo de atividade ou ocupação registrados em seus arquivos.

Deixo de colher a opinião do Relator, uma vez que o requerimento é de sua autoria.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Requerimento nº 370.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição, Lei 1.579/52, regimentais, que esta CPMI autorize a requisição de documentos e justificativas das pessoas físicas e jurídicas constantes nas seguintes bases de informações: a) contas CC-5 no período de 1996 a 2002;

b) movimentações ocorridas no Banestado de Nova Iorque;

c) movimentações ocorridas na conta Beacon Hill Service Corporation e suas subcontas;

d) movimentações nas contas Tucano, Depolo, Pai Capital, Banordic e Cofan, mantidas no exterior com o sigilo transferido para esta CPMI, assim como das contas que futuramente vierem a ser transferidas para esta Comissão, considerando os ramos de atividade e ocupações, a ordem decrescente de valores, casos em investigação ou denunciados e valores superiores a R\$80 mil por ano.

O Requerimento nº 370 é do próprio Relator. Portanto, deixo de colher a opinião de S. Ex^a e o submeto à apreciação do Plenário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Requerimento nº 371, de 2003, também de autoria do Deputado José Mentor:

Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579, de 1952, e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, no período de 1996 a 2002, da seguinte empresa:

Parinvest Consultoria e Participações Ltda, subconta Benefatto.

O requerimento é do Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Requerimento nº 372, de 2003, também do Deputado José Mentor:

Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579, de 1952, e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário da Finambrás Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários Ltda.

O requerimento é do Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento nº 372/03.

Requerimento nº 373, de 2003:

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição, Lei nº 1.579, de 1952, e regimentais, que a Secretaria da Receita Federal, após cruzamento das bases de dados já encaminhadas àquele órgão, forneça em meio magnético as informações fiscais relativas às pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem compatibilidade ou incompatibilidade entre a movimentação realizada e sua situação patrimonial, ou que já estejam ou estiveram sob investigação fiscal, constantes das seguintes bases de informações: a) Banestado Nova Iorque; b) Beacon Hill Service Corporation, e c) movimentação nas contas Tucano, Depolo, Pai Capital, Banordic e Corfan mantidas no exterior com sigilo transferido para esta CPML, assim como das contas que futuramente vierem a ser transferidas para esta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Não há mais requerimentos para deliberar.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Lendo o Requerimento nº 332, de 2003, e ponderando ao Sr. Relator, Sr. Presidente, ao qual peço que me ouça, o requerimento que faço se prende à questão sobre quem está respondendo a um eventual...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Requerimento nº 332.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Requerimento nº 332, de minha autoria. Quem estaria respondendo a essa eventual ação nos Estados Unidos, em Baltimore, é o Sr. Aloísio Faria.

Eu gostaria de ponderar a V. Ex^a se realmente ele tem de explicar para a CPI, senão acabaremos abrindo, aqui na CPI, uma jurisprudência para que toda pessoa convocada mande seu advogado. Nesse caso específico, se o banco estivesse respondendo perante o Banco Central norte-americano, com certeza a ponderação de V. Ex^a seria totalmente pertinente. Mas, analisando o caso melhor, é ele, como pessoa física, que responde a eventual ação nos Estados Unidos.

Portanto, seria importante que a CPI, ouvindo evidentemente V. Ex^a, pudesse ouvi-lo pessoalmente.

O SR. RELATOR (José Menter) – Tenho concordância com a explicação de V. Ex^a e digo-lhe que o Sr. Aloísio Faria e um representante do Banco Real.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Evidentemente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, no Requerimento nº 332, fica confirmada a convocação do Sr. Aloísio Faria, o qual, pretendendo trazer alguém para auxiliá-lo na explicação, poderá fazê-lo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobre as contas CC-5 de Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está aprovado o Requerimento nº 332, na forma original proposta pelo Deputado Dimas Ramalho, com adendo do Relator, Deputado José Mentor.

Não há mais requerimentos para deliberarmos. Temos aqui uma lista de inscrição.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PSB-AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes da lista.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PSB-AL) – Peço pela ordem, até para me apresentar. Sou o Deputado Maurício Quintella Lessa, e assumo hoje esta Comissão como titular, substituindo o Deputado Gilberto Nascimento. A alteração não chegou ainda, estou sendo inclusive comunicado das reuniões há um mês, mas a Liderança apenas ontem informou-me que já está mandando a comunicação. Quando chegar obviamente o comunicado oficial, e, já me adiantando, pedindo a V. Ex^a, ou melhor, a esta secretaria a cópia das atas, pois já estamos na 34ª reunião, para que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Estamos na 41ª reunião.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PSB-AL) – Certo. Gostaria que V. Ex^a me fornecesse a cópia dessas atas para que eu pudesse, obviamente, tomar conhecimento da situação da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Peço a Secretaria que atenda à questão de ordem formulada pelo Deputado Maurício Quintella. Solicitaria que a Liderança do partido de V. Ex^a apressasse o encaminhamento oficial dessa substituição à Comissão.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PSB-AL) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Temos aqui uma ordem de inscrição. Quero saber se vamos abri-la, porque o objeto da convocação da Comissão já se esgotou, mas se os que aqui estiverem inscritos fizerem questão absoluta de usar a palavra, vou seguir a ordem de inscrição.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Como houve reuniões em outros Estados, que pelo menos nos passasse, de maneira sintética, o que resultou das audiências realizadas em São Paulo e Santa Catarina, para que haja homogeneização do conhecimento aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Faço a seguinte proposta: creio que a Comissão precisa fazer, na semana que vem, assim que chegue de Belo Horizonte, uma reunião reservada para estabelecermos alguns critérios, porque, embora tenhamos ainda um bom tempo para a investigação, esse bom tempo será bem utilizado se tivermos definidos exatamente os focos a que chegaremos com esta investigação. A cada reunião da Comissão, aprovamos uma série de requisição de documentos que já são milhares. É necessário que definamos os focos para esta CPI. Queremos atender à questão de V. Ex^a. Assim que a Comissão retornar combinarei com o relator para, na quarta-feira ou quinta-feira da semana que vem, fazermos uma reunião reservada e nela a exposição que V. Ex^a pleiteia.

O SR. (Orador não identificado) – Embora a CPI tenha sido prorrogada por mais seis meses, existe o recesso, que atenta contra o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Entendemos que, no recesso, além de suspender o prazo, ainda levaremos vantagem de a assessoria trabalhar nos casos cujos focos vamos definir aqui e na linha proposta pelo relator. Creio que o recesso, além de reivindicarmos que suste o prazo, portanto, o prazo não seria até abril e sim até junho, teríamos a vantagem de a assessoria ter a oportunidade de trabalhar os documentos para facilitar a linha de investigação do relator, Deputado José Mentor.

O SR. (Orador não identificado) – A menos que haja convocação extraordinária, e da pauta conste a CPI que foi em julho. Penso que não seria o caso.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PMDB-SP) – Sr. Presidente, creio que estou na ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a é o segundo inscrito.

O SR. (Orador não identificado) – Nessa linha mesmo não só para que possamos avaliar os procedimentos tomados nas diligências como também compatibilizar as diligências com aquilo que aprovamos na reunião reservada, que são os 17 nomes a serem ouvidos aqui na CPMI. Como aprovamos 17 nomes para serem ouvidos e que têm umnexo causal com as diligências que não são reuniões de CPMI, gostaria de ratificar no sentido de que precisamos parar um instante – pode ser na semana que vem – para compatibilizar esses aspectos. Aqueles nomes aprovados em caráter de reserva para comparecer a esta CPMI têm umnexo causal com diligência. Nós poderíamos, inclusive, estar mudando o caráter de procedimento das diligências.

Embora tenhamos seis meses, Sr. Presidente, pelo que temos feito, percebemos que ainda há muito trabalho pela frente. Portanto, é urgente que se faça essa discussão de procedimentos, que se realize uma reunião para estabelecermos umnexo causal entre a continuidade da CPMI e o processo de diligências, que é um processo investigativo. Ele por si só não encerra nenhum passo da CPMI; ele é simplesmente colaborativo.

É a reflexão que trago para a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Certo. Faremos isso na semana que vem.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PMDB-SP) – A minha inscrição foi meramente para indagação, aproveitando a presença do Presidente e do Relator.

Trocamos o cronograma e pergunto se fica mantida mais ou menos a mesma base convocada de Parlamentares escalados para acompanhar a Subcomissão.

Como dentro de quatro dias deveremos estar em Belo Horizonte, gostaria de saber quem confirmou presença na comitê.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Os Parlamentares designados para Belo Horizonte já tomaram conhecimento de suas indicações. Haverá apenas uma alteração, pois, em função dos trabalhos do Senado, solicitamos que o Deputado Rodrigo Maia exerça a Presidência na oitava de Belo Horizonte. Nós

ficaremos aqui, presidindo os trabalhos do Senado. Essencialmente, essa é a única alteração.

Volto a reforçar o apelo para que a Secretaria providencie ainda hoje o início das notificações, principalmente das pessoas convocadas hoje.

Não há mais assunto a ser deliberado.

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja falar, vou encerrar a reunião.

Segunda-feira e terça-feira, a comitiva estará em Belo Horizonte e, na semana que vem, marcaremos nova reunião da CPML.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h36min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 42ª Reunião, realizada 3 de novembro de 2003.

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, sob a Presidência do Deputado Paulo Kobayashi, e ainda com as presenças dos Deputados José Mentor (Relator), Edmar Moreira, Dr. Hélio e João Paulo Gomes da Silva, reúne-se a Subcomissão de Belo Horizonte, da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN **“COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”**. A Presidência informa que a presente reunião tem por finalidade a oitiva dos seguintes depoentes: Murillo Valle Mendes, Presidente da Empresa Mendes Junior; José Eustáquio Cardoso, Gerente Administrativo e Financeiro das Organizações Bernardes; Élcio Antônio de Azevedo, Sócio da Em-

presa Séculus; Haroldo Bicalho e Silva, Kátia Rabello, Presidente do Banco Rural S/A; José Roberto Salgado, Diretor do Banco Rural; Joel Guedes Fernandes, ex-Funcionário da Empresa Mendes Júnior; Eduardo Fonseca dos Santos, Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Centro Oeste de Minas Gerais; Fernando Toledo, Representante da Trade Link Bank; Manoel Pereira Bernardes, Proprietário da Empresa Organizações Manoel Bernardes e Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, Diretor de Varejo da Empresa Organizações Manoel Bernardes. A seguir, a Presidência convida o Senhor Joel Guedes Fernandes, ex-Funcionário da Empresa Mendes Júnior, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. A seguir, solicita que a presente reunião seja em caráter reservado. A Presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, a Presidência convida a Senhora Kátia Rabello, Presidente do Banco Rural S/A, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato da depoente, a Presidência passa a palavra ao Relator. A presidência agradece a depoente dispensando-a e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, convida José Roberto Salgado, Diretor do Banco Rural S/A para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Com a palavra, o depoente tece considerações sobre as diretrizes do Banco Rural. A Presidência passa, a seguir, a palavra ao Relator. Usa da palavra o Senhor Deputado João Paulo Gomes da Silva. A Presidência suspende sessão por cinco minutos. Reaberta a sessão, convida o Senhor José Roberto Salgado, Diretor do Banco Rural S/A, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato dos depoentes sobre suas atividades, a Presidência passa a palavra ao Relator. Usa da palavra o Senhor Deputado João Paulo Gomes da Silva. A presidência agradece ao depoente dispensando-o e suspende sessão por cinco minutos. Reaberta a sessão, convida o Senhor Eduardo Fonseca Santos, do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Centro Oeste de Minas Gerais, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. A seguir, solicita que a presente reunião seja em caráter reservado. A Presidência agradece o depoente dispensando-o e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, convida o Senhor Fernando Toledo, Representante da Trade Link Bank, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. A seguir, solicita que a presente reunião seja em caráter reservado. A Presidência agradece o depoente dispensando-o e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, com

a palavra o Senhor Deputado Dr. Hélio, sugere que as sessões sejam públicas e, reservadas, apenas quando houver um fato relevante. A Presidência convida o Senhor Eduardo Maluf Martins, Diretor de Futebol do Cruzeiro, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. A seguir, solicita que a presente reunião seja em caráter reservado. A Presidência agradece o depoente dispensando-o e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, a Presidência convida o Senhor Manoel Pereira Bernardes, Proprietário da Empresa Organizações Manoel Bernardes, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato sobre sua empresa, a Presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Deputado Dr. Hélio e Deputado João Paulo Gomes da Silva. A Presidência agradece o depoente dispensando-o e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, convida o Senhor Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, Diretor de Varejo da Empresa Organizações Manoel Bernardes, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. A Presidência passa a palavra ao Relator. Usa da palavra para interpelar o depoente o Deputado Dr. Hélio e solicita que a Comissão convoque para prestar depoimento, perante a Comissão, o Senhor José Eutáquio Cardoso, Gerente Administrativo e Financeiro da Empresa Organizações Manoel Bernardes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se amanhã, dia quatro de novembro, às nove horas neste mesmo Plenário e encerra a presente reunião, às dezoito horas e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente Ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar a responsabilidade sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa e reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, que apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002 por meio das chamadas Contas CC-5.

A Presidência informa que esta reunião... Eu, na condição de Presidente substituto, informo que esta reunião, por ser uma reunião do Congresso Nacional, segue todo o ritual regimental do Senado Federal e, ao mesmo tempo, é integralmente gravada para os

efeitos jurídicos que se fizerem necessários. E a presente reunião destina-se à exposição dos senhores depoentes ou convidados: Joel Guedes Fernandes, Dr. Murilo Vale Mendes, Drª Kátia Rabelo, Dr. José Roberto Salgado, Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, Manoel Bernardes, Fernando Toledo, Eduardo Maluf Martins e Eduardo Fonseca Santos. Para ouvir o depoimento e a exposição desses depoentes é que foi formado este subgrupo da CPI do Congresso Nacional para acompanhar diretamente aqui da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

A Presidência vai chamar o primeiro depoente, já presente, o Sr. Joel Guedes Fernandes, para ocupar o local destinado aos convidados depoentes. O Sr. Joel está acompanhado de seu advogado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Pela ordem, o Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Joel agora se dirigiu a mim, dizendo que gostaria de fazer o depoimento em reunião reservada. Esta relatoria concorda com o pedido do Sr. Joel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Eu queria, inicialmente, tirar o termo de compromisso, como manda o nosso Regimento. O termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal. Seu nome completo é Joel Guedes Fernandes. Identidade: Minas Gerais, 2755972 SSP-MG. CPF: 062 482 176 53. Casado. Rua Quintino Bocaiúva, 278. Bairro: Centro. Santa Rita do Sapucaí. Aposentado.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber ou que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. Então, já está assinado o termo de compromisso legal do Sr. Joel Guedes Fernandes. E, de acordo com o parecer do Relator, por solicitação então do depoente, e com a aprovação do Relator, vamos ouvir em reunião reservada o Sr. Joel. Então, vamos suspender a reunião por cinco minutos e pedir a retirada da imprensa. Ficaria a assessoria autorizada pela CPI para ouvir os depoimentos que serão gravados.

A reunião está suspensa por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Bem. Sr. Joel, estamos aqui em reunião reservada, só que tudo que aqui falamos fica gravado para os arquivos da CPI. Pelo nosso regulamento, se o senhor desejar usar da palavra, teria a palavra por trinta minutos, para depois partirmos para as perguntas, especialmente as perguntas do Relator. Então, o senhor...

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Prefiro partir para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Já prefere partir para a resposta direta das perguntas. Só lembramos que a presença do advogado é permitida, mas não é permitida a intervenção direta nos depoimentos.

O SR. DAVID BERNARDES – Pela ordem, por gentileza. Gostaria de justificar, já o fiz a S. Ex^a, o Sr. Deputado, o porquê da reserva solicitada. Em princípio pode parecer estranha essa nossa atitude, mas justifico dizendo que moramos no interior. Conforme já foi dito, ele mora em Santa Rita do Sapucaí, uma cidadezinha desse tamanho, e eu, em Nova Lima. Somos irmãos e sou advogado dele, a minha cidade também é desse tamanho.

Há pouco tempo, quando foi divulgado, na imprensa, este assunto que hoje está aqui sendo ventilado, em todo o canto que chegávamos na cidade, como somos muito conhecidos, alguém nos abordava, e isso o dia inteiro durante muito tempo. Por isso que estamos pedindo essa reserva. E gostaria de deixar isso consignado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Passo a palavra ao Relator, que fará as inquirições.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou na Mendes Júnior?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria de saber quais as funções que o senhor exerceu lá.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Primeiramente auxiliar de escritório.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que o senhor entrou na empresa?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Durante quatro anos, de 1973 a 1977; retornei em 1985, já na função de caixa, trabalhando em obras; em abril de 1988, fui transferido para o escritório regional de São Paulo, onde fiquei até abril de 2000, quando pedi demissão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor fazia o quê no escritório regional de São Paulo?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Era caixa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia descrever o que fazia lá?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Tinha também a função de procurador da firma: assinava os cheques. Então, fazia todos os pagamentos atinentes ao escritório regional de São Paulo e também remessas para as obras do Estado de São Paulo... O escritório de São Paulo que..

O SR. RELATOR (José Mentor) – Obras no Estado ou fora dele?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – No Estado de São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só no Estado de São Paulo.

O senhor deu quantos depoimentos para o Ministério Público?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Três.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor confirma todos eles?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Todos eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a conhecer operações de caixa dois da Mendes Júnior?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Se existia, não sei. Sei o que foi publicado na imprensa, que eram feitos pagamentos e que depois retornavam. Eu fazia os cheques, fazia os pagamentos para os empreiteiros e depois também assinava... preenchia os cheques na devolução.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então o senhor conhecia esse mecanismo?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Sabia que existia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor preenchia os cheques da devolução?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Da devolução.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem operava esse sistema? Quem executava esse sistema? O senhor só preenchia os cheques ou fazia outras coisas também?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, eu fazia o pagamento da remessa para o fornecedor. O fornecedor fornecia tantos cheques para que eu fizesse os 90% do valor remetido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que o senhor fazia com esses cheques devolvidos?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Esses cheques eu passava para o meu chefe, que era o Dr. Simeão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que ele fazia com esses cheques?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Esses cheques, eu acredito, eram transformados em dólar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acredita ou o senhor sabe?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Eu sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram transformados em dólar?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Eram transformados em dólar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse dólar servia para quê?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não sei, porque me mandavam efetuar, vamos supor, faça um embrulho de US\$600 mil. Eu fazia, ia ao caixa do banco, do qual tinha acesso, tirava aqueles US\$600 mil, fazia o embrulho e entregava para quem de direito e..

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para quem o senhor entregava?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Ah, normalmente era para o diretor regional de São Paulo, Dr. Sidney Lima.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que era feito com esse dinheiro?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não é do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a ver alguma operação com doleiro?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Ah, eu conhecia os entregadores, os que iam levar. Ele dizia que levava os dólares, entregava para o Simeão, o Simeão me passava, pedia para eu conferir e posteriormente guardar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Guardava onde?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – No cofre do Banes.... Banco do Estado de São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso, durante todo esse tempo que o senhor esteve lá, foi feito desse jeito, durante esses quatro anos? De 1988 a 2000?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – De 1988 a 2000.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve lá 12 anos?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Doze anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sempre foi feito assim?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não. Teve também um movimento do BCN, mas esse era pego em moeda corrente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. Como era o sistema?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Era remetido de Belo Horizonte para São Paulo, retirava-se o dinheiro mediante uma carta, ou seja, fazia-se uma carta solicitando ao banco a emissão de um cheque administrativo. Esse cheque administrativo nominal à empresa. Esse cheque era levado na empresa, a empresa... Nesse movimento, somente os diretores, ou

o diretor regional ou o diretor aqui de Belo Horizonte que assinavam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o de Belo Horizonte?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Na época ainda era o Dr. Marcos Mendes, já falecido. E teve época que era o Dr. Airton Brega. Somente esses que assinavam...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Airton?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Airton Brega.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como funcionava isso?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Pedia-se ao banco a emissão de um cheque administrativo. Na época, Cr\$100 milhões, Cr\$200 milhões. Pegava-se o cheque, essa mesma pessoa, que era o que tinha a autorização junto ao banco, endossava o cheque. Muitas vezes pedia-se o desdobramento em outros cheques ou então pedia-se em dinheiro, em moeda corrente, que era retirada na agência da rua Boa Vista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que fazia com o dinheiro ou com os cheques?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Faziam-se embrulhos; mandava-se fazer com tantos mil cruzeiros... Embrulhava-se, colocava-se dentro do porta-malas do diretor e ele levava. Para onde, também não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que conhecia algum doleiro. São as pessoas que iam....

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Só aqueles que iam levar. Empregados, né? O doleiro em si, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome de algum deles?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse então que entregava para o Sr. Simeão e ele que providenciava para frente o fluxo desse recursos?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Ele que passava para frente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Agora, essas operações ocorreram só durante a obra de Águas Espraiadas, ou não?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Todas as vezes que havia um bom recebimento, mesmo que fosse de outras obras, o dinheiro era transferido para São Paulo e era assim. Não era somente... Na época da política também tinha. Mas aí já era em moeda corrente. Eu acredito que esse do BCN era todo para a política.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não sabe para quem era destinado?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a ouvir algum comentário de alguma conta de doleiro que era depositado esse dinheiro?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nuca ouviu falar?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não ouviu nunca falar em Lespan?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não. Desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Campari?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabia se tinha algum doleiro no shopping Iguatemi que era operado com esses recursos?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar em Yukon River?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não chegava ao meu conhecimento esses detalhes. O meu era só fazer o pagamento...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem operava esse caixa dois da Mendes Júnior? Era o Sr. Simeão?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Era o Sr. Simeão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é que movimentava. O senhor simplesmente fazia a devolução dos cheques preenchidos dos clientes.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram esse clientes que o senhor fazia isso?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Tinha uma empresa... Costaço?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Costaço.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Tinha uma madeireira...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Ricardo Augusto da Costa?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a outra?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Emplô Construtora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome de quem fazia essa operação...

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Planecampo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Sérgio Lima Santoro?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele era?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Parece-me que ele era da Planecampo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas empresas prestavam serviços ou eram só notas fiscais que iam e vinham?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Acredito que, na realidade, não prestavam, não, porque eles devolviam 90%.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se existia pagamento de vales para essas empresas?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Vales?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antecipação em dinheiro?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, somente se fosse por meio da obra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso, por meio da obra.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, mas eu não trabalhava na obra. Eu trabalhava no escritório regional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tem conhecimento da existência de pagamentos em dinheiros durante a prestação do serviço?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Simeão nunca comentou com o senhor sobre essa hipótese?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor também não sabe dizer se a Planecampo prestava serviços ou não?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Eu acredito que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem a Costaço?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem o nome de outras empresas de que o senhor se lembra?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Ah, não estou... Só que eu me afastei da empresa tem mais de três anos. Então, eu já não tenho mais o...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, no depoimento que fez, chegou a falar em operações via cabo. O senhor quer explicar para nós como era isso?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, eu nunca fiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era feito na Mendes Júnior?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Creio que se pegavam aqueles cheques e compravam-se dólares para fazer remessa ou já pegava-se o dólar e já fazia. O doc já estava em mãos e fazia a remessa. Nunca tive participação naquilo. Eu era um simples caixa, que tinha... A única coisa que tinha a mais de um caixa era que eu assinava os cheques, coisa que os diretores evitavam assinar. Eles corriam para longe. Eles não queriam assinar os cheques de jeito nenhum. Não sei se porque, desde a época que a firma teve uma situação muito precária, então, eles não queriam se envolver. O nome deles como procurador era só para constar, porque éramos eu e Simeão que assinávamos 99,9% dos cheques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está numa reunião reservada. O senhor tem alguma informação que queira prestar à CPMI, para colaborar com o nosso trabalho? Há algum documento que o senhor queira nos entregar?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, não tenho documento. Nunca me preocupei com isso, não. Podia até ver alguma coisa, passando alguma fatura, pagando, e eu achava que aquilo não era serviço prestado, mas não me despertava curiosidade de ter uma cópia daquilo, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas operações que o senhor diz eram para um caixa dois da Mendes Júnior?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Da Mendes Júnior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram para outras obras que não só Águas Espraiadas?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesses doze anos que o senhor trabalhou na regional de São Paulo, o senhor presenciou operações desse tipo?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi enquanto, é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Passo a palavra ao Deputado João Paulo Gomes da Silva, que formulará suas perguntas.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. Joel, desde quando funcionou esse siste-

ma na Mendes Júnior, em São Paulo? O senhor disse que foi transferido para lá em 1988.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Certo

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Eu queria saber se esse sistema de contratação de empresa e de obtenção do retorno funcionava desde o momento em que o senhor chegou lá, em 1988?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, desde abril, eu tomei conhecimento.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Desde abril de 1988?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – De 1988, quando eu fui para lá.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Já existia esse sistema lá?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Já, já existia. Anteriormente, eu não sei.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Desde abril de 1988, o senhor passou a agir da mesma maneira? O senhor também passou a assinar os cheques em abril de 1988?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, não, demorou um tempo. Talvez uns seis meses, um ano. Daí que eu passei a procurador.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Seis meses a um ano depois é que o senhor veio a ser procurador, assinando os cheques?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Talvez. De seis meses a um ano depois de estar lá é que eu passei a procurador.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – E quais eram as empresas com que a empresa tinha esse relacionamento de receber o retorno do que fora pago?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Essa Costaço, Planecampo, Emplo... Parece-me que é construtora Emplo. O Alunar... Tinha uma empresa, o Alunar. Eu acho que é isso, o Alunar...

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – O senhor não está enganado na data? É 1988 mesmo? Não é 1998?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, é 1988. De quando eu fui transferido para lá. Abril de 88.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito. E de seis meses a um ano depois...

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Eu passei a ser procurador.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito. E esse sistema passou a funcionar, então, pelo conhecimento do senhor, de seis meses a um ano depois.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Aí eu passei a tomar conhecimento.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito. O senhor falou que, certamente, alguma importância estaria sendo canalizada para a campanha política. O senhor teria alguns nomes a fornecer, a campanha política de alguém? Alguém que se apresentava como procurador de algum político para receber as importâncias?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, era levado.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Funcionário da empresa é que levava?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – O diretor é que levava. Eu só ia ao banco já com a reserva feita. Eu ia ao banco, pegava o dinheiro, que era colocado em sacos de viagem. Eu colocava nas costas e saía andando na rua, porque o veículo podia transitar na rua. Então, o carro em que eu ia ficava na esquina do Jôquei Clube Brasileiro, ficava aguardando. Eu saía, andava quase um quarteirão com o saco nas costas.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito. Esses cheques que eram retornados para a empresa eram contabilizados?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Não eram contabilizados?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Contabilizados só os que saíam.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Eram nominais à empresa esses cheques?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, eles eram assinados em branco.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Alguém da Mendes Júnior colocava o nome do beneficiário ou do beneficiado no cheque?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, não sei. Logicamente, colocavam, porque o cheque não pode ser ao portador, não é? Um cheque de determinado valor tem de ser nominal. Eu preenchia os cheques. Eu recebia os cheques em branco e preenchia os cheques. Vamos supor: eu recebia quinze cheques em branco. Aí falavam: “faz um milhão e setecentos mil...” Um milhão e setecentos não. Um milhão e oitocentos. Eu ia preenchendo os cheques, tirava da minha gaveta, tal valor, assim... Somava, fechava o valor, um milhão e oitocentos naqueles quinze cheques. Aí eu entregava ao Simeão. Aí é que esses cheques eram assinados.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – O senhor preenchia os cheques em branco? E não tinha o nome do beneficiado?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não. Só valor e data.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Estou satisfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu gostaria de saber do senhor o seguinte: todos os fornecedores da Mendes Júnior faziam desse jeito ou só essas empresas?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não. Havia os fornecedores sérios, que realmente estavam prestando serviço e forneciam material. Agora, havia aquelas determinadas, que eram só notas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantas eram essas determinadas? A quantidade.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Eram umas quatro ou cinco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quantos...

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – De tempos em tempos mudava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quantos fornecedores tinha a Mendes Júnior no total?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Ah...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É muita coisa?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Milhares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Milhares?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Milhares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia de algum endereço para onde esses dólares foram remetidos? Nunca ouviu comentários?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na Nova Invest?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar em alguma operação com compra de ouro?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que esses recursos se destinavam à compra de ouro?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, na Mendes Júnior, ouviu falar em Naji Nahas?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Na Mendes Júnior, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar fora pela imprensa?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Pela imprensa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar alguma vez em Najun Turner?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor em um depoimento que fez ao Ministério Público, lhe foram apresentados dois documentos: um do Safra Nacional Bank of New York e o outro do City Bank New York. E lá o Senhor identificou esse documento e chegou a falar nesta Conta Lespan, o senhor não quer...?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Desconheço. Eu vi em um inquérito um documento que eu deduzo ser um documento bancário, mas eu desconheço porque eu não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor viu a primeira vez quando era lhe apresentado este documento foi no Ministério Público?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – No Gaeeco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente, que o senhor viu a primeira vez. O senhor não conhecia essa ...?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu vou lhe pedir para o senhor dar uma linha em um depoimento. (Pausa)

A primeira vez que o senhor ouviu foi lá esse documento.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Foi junto ao Sr. Silvio ou ao Dr. Blate.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa consideração que o senhor faz sobre a Lespan, como é que o senhor explica?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Eu não fiz, eu desconheço a engrenagem de render. Eu sei que a pessoa sequer vai no banco e faz a remessa, como que é eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Sr. Joel, queria também formular algumas perguntas e eu estou acompanhando esse procedimento lá desde de São Paulo. A partir de depoimentos do senhor e do Simeão Damasceno o Ministério Público de São Paulo, então, montou uma série de processos lá na Justiça paulista que corre contra os ex-Prefeitos então, Paulo Maluf e Celso Pita e contra a empresa Mendes Júnior e sempre tomando como base um eventual acordo ocorrido entre o Ministério Público de São Paulo e o Senhor Damasceno intermediário por um advogado chamado Pedro Luiz Lesse Rabelo.

O Senhor chegou a fazer esse acordo com o Ministério Público de São Paulo em que o senhor poderia

falar e que o Ministério o protegeria, de acordo com a lei de incriminações criminais?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Na seqüência de todos esses procedimentos o Sr. Simeão Damasceno foi a cartório e retratou-se administrativamente de acusações que pudesse atingir alguém tipo Paulo Maluf, Celso Pita, ou mesmo a empresa tratou-se e o Senhor sabia que houve uma retratação jurídica por parte

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Eu soube porque o Dr. Silvio que me ligou me comunicando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – E o senhor saberia o motivo que ele fez isso, não tem nenhuma?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor, porque depois que eu saí da empresa pouco contato eu tive com o Sr. Simeão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Agora contra a empresa o senhor está processando ou está sendo processado pela empresa?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – A empresa me denunciou junto ao quinto distrito policial de São Paulo como sendo o intermediário de uma chantagem perpetrada pelo Simeão. O fato que ocorre é o seguinte: Eu estava em Novo Horizonte, no interior de São Paulo quando recebi um telefonema do Dr. – me fuge, que já foi da Polícia Federal – José Reinaldo Simões Santos e isso foi em 2 agosto de 2001. Eu estava em Novo Horizonte quando recebi uma ligação dele dizendo que ele queria conversar comigo e perguntou assim: Você está sabendo que o Simeão foi demitido. Eu disse: estou sabendo. Eu gostaria de conversar com você porque você trabalhou muitos anos com ele, dá para vir aqui ao escritório hoje? Eu falei: Meu querido, estou a praticamente 500 quilômetros de São Paulo. Não tem como. Aí ele falou: “Por aí tem avião?” Eu falei: Tem. Tem em São José do Rio Preto e, talvez, Canduva. Ele falou: “Se eu te mandar uma passagem você vem?” Eu disse: Perfeitamente.

Ele me mandou uma passagem, a Mendes Júnior me mandou uma passagem lá para São José do Rio Preto. Eu contratei um táxi, fui e ele falou: “Pode anotar as despesas que nós ressarcimos.” Fui a São José do Rio Preto, peguei o avião pela manhã e fui a São Paulo. Mas antes de ir, eu liguei para o Simeão e falei para ele: olha, estão me chamando lá na Mendes Júnior para me perguntar a seu respeito. Chegando em São Paulo, o Simeão me apanhou no aeroporto e eu falei: olha, Simeão, estão lá querendo conversar comigo e acertar a seu respeito. “Jai, tudo bem!” Aí, conversamos no aeroporto e eu fui para o escritório.

E ele começou, não a conversar, mas como que interrogando a respeito do Simeão. Se eu sabia algum ilícito do Simeão, se o Simeão havia feito isso, se o Simeão havia feito aquilo e tal. Não, é porque a firma está fazendo um levantamento da vida do Simeão, etc. e tal. O Simeão está exigindo, está fazendo uma chantagem contra a empresa. Você está sabendo? Eu falei: não, desde que eu saí da firma, em abril de 2000, não tenho mais tido contato com o Simeão. Só tive hoje, porque eu falei com ele que eu vinha aqui. Então, ele falou umas besteiras lá e etc e tal. Se eu puder, eu até falo o que ele falou. Ele falou que ia “f...” o Simeão; ele e a empresa, iam “f...” o Simeão. E aquilo me atingiu, porque afinal de contas eu trabalhei com o Simeão doze anos e ele sempre foi muito bom comigo e aquilo me magoou. Ele disse que ia “f...” o Simeão porque o Simeão estava fazendo chantagem contra a firma, isso assim e assim. Então eu falei para ele: olha, se ele acha que tem direito de receber alguma coisa, ele está certo de fazer, porque tive... eu achei que tinha que receber o dinheiro da firma, falei: quero receber isso, isso e isso, fiz um acordo com a firma e recebi. A firma mandou que eu fizesse uma reclamação, já estava feito o acordo do valor. Fiz uma reclamação trabalhista, eles me deram o advogado deles, não gastei dinheiro com advogado e no dia lá já chegou, sentou: Tem acordo? Tem. E fechou. Eu recebi. E eu ainda disse para eles: não quero mais trabalhar na empresa. Já sou aposentado, tenho tempo para receber a complementação salarial da Mendes Júnior. Então, para que vou ficar me desgastando? Já estava aporrinhado mesmo de trabalhar na Mendes Júnior, de ver tanta hipocrisia. Resolvi me afastar.

Mas, daquela minha ida, a convite da Mendes Júnior, levaram na Policia, dizendo que eu tinha ido lá fazer chantagem e começou a apresentar comprovante da portaria do prédio que eu havia estado lá, uma declaração do condomínio que eu estive lá. Eu falei: bobagem, ninguém precisa provar que eu estive lá não, pois eles que me chamaram. Pagaram a minha despesa. Eu tenho o comprovante guardado. Pagaram toda a minha despesa de viagem. Agora vão provar que eu fui lá. Eles me chamaram. Então falaram que eu fui lá ser um porta-voz do Simeão para fazer uma chantagem. Então, aconselhado, entrei com uma ação de perdas e danos contra a Mendes, porque ela me taxou de chantagista. Então, ela tem que provar que eu sou um chantagista. Entrei com um processo contra a Mendes Júnior, querendo uma indenização por danos morais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – E no que é que deu isso? Está tramitando ainda? O juiz já...

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, está tramitando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Agora, como afirmava, dos depoimentos do senhor e do Sr. Simeão Damasceno, entre outros, o Ministério Público, formulou todas essas acusações que poderiam levar a envio de dinheiro para o exterior, real transformado em dólar, através de Foz do Iguaçu, do Banco do Estado de Nova York, contas em nome de estrangeiros... Tem conhecimento de alguma coisa dentro dessas operações que o senhor fazia?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não. Dentro dessa movimentação toda eu posso dizer o seguinte: que eu já recebi para conferir dólares e estavam mofados. Essa é a única anormalidade que já vi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Mas não sabe de onde veio, nem...

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, não. É porque é assim: se o senhor falar comigo: “Conta aí para mim”. Então, eu ia contar, para depois falar “Aqui tem tanto”, para ver se batia lá com os registros dele. Então, uma vez ele estava mofado, estava úmido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Nunca foi buscar, nem trouxe, nem soube da procedência ou coisa assim em relação aos ex-Prefeitos de São Paulo?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Não tem...

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Não teria nada a afirmar, a provar contra...

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Inclusive fui arrolado também pelo Ministério Público a respeito de falar sobre o Pitta. Não sei de nada, não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – O processo do senhor é essencialmente, então, e o conhecimento, dentro da empresa Mendes Júnior.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Dentro da empresa, restrito à minha função de caixa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Está bem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...pela oportunidade, Sr. Presidente.

O senhor hoje faz o quê?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, hoje sou...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é aposentado?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Sou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem outra atividade?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor é amigo do Simeão, ainda hoje?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – É uma amizade... Vamos dizer assim, é uma amizade adquirida profissionalmente, porque nunca freqüentei a casa dele, ele nunca freqüentou a minha casa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor tinha confiança e ele confiança no senhor, naqueles doze anos em que o senhor trabalhou junto com ele? Ele confiava no senhor, o senhor confiava nele?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Ele confiava em mim, eu confiava nele. Ele dizia “faz isso”, eu faço, ele está mandando fazer, está falando para fazer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele nunca comentou nada com o senhor desse negócio do dinheiro para ir para fora, contas no exterior, depósitos em conta no exterior?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não, não. Ele só comentou comigo uma ocasião em que a empresa havia solicitado a ele que eu não ficasse entrando, me imiscuindo na movimentação do caixa dois, inclusive que não queriam mais que eu fosse na caixa do banco, no cofre do banco, ao qual eu tinha acesso. Eu era autorizado a entrar lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor guardava esse dinheiro lá nesse caixa do banco?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – No caixa do banco. Então, pediram a ele para ir me afastando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Então, a minha saída da Mendes Júnior foi em decorrência disso, porque eu apresentei um pleito de auxílio-moradia, porque quando fui para São Paulo eu fui transferido de Uberlândia para São Paulo, então eles teriam que me dar as mesmas condições que eu tinha em Uberlândia. Eu tinha moradia por conta da firma, eu tinha refeitório por conta da firma, e eles não me deram isso em São Paulo. E quando foi um belo dia, eu vi que colegas meus transferidos de fora estavam recebendo, então eu apresentei o pleito, em julho de 1999. Falei: “Olha, os colegas meus estão recebendo, então também tenho o direito de receber e etc. e tal”.

Alegaram para mim que eu não poderia... Falaram: “Não podemos te pagar porque não está previsto no **overhead**, mas, a partir de janeiro, vamos te pagar porque vamos fazer a previsão”. Recebi o mês de janeiro e não veio. Então falei com o Simeão: “Olha, se eu receber o mês de fevereiro e não receber retroativo a janeiro vou levar a firma ‘no pau’, vou no Ministério do Trabalho reclamar”. Aí ele falou para mim: “Você tem

coragem de fazer isso?” Falei: “Tenho. Não estou fazendo nada demais, estou requerendo um direito meu. Todo mundo aqui está recebendo, também sou filho de Deus, quero receber”. Então, falei para ele: “Inclusive já pedi em julho, falou comigo que ia me pagar a partir de janeiro, não pagou”. Esperei fevereiro, não recebi. Aí falei para ele: “Vou ‘botar a firma no pau’”.

Então, comecei a fazer um gráfico. Se eu ia brigar, eu ia querer desde 1988; desde que eu fui transferido para São Paulo eu ia querer. E fiz o levantamento, etc. e tal, chegou a R\$200 mil. Aí Simeão falou comigo: “Você não acha mais plausível você apresentar essa sua reivindicação?” Eu falei: “Se eu for apresentar, esse homem aí vai rir de mim, e se ele rir de mim não sei o que vou fazer, meu estopim é meio curto, vou partir para a ignorância”. Ele falou: “Você quer que eu leve essa sua reivindicação?” “Pode levar”. Simeão apresentou a minha reivindicação.

Conversa daqui, conversa dali, mandaram que eu viesse aqui em Belo Horizonte conversar. Vim, conversei com a assistente social, mais um advogado da Mendes, e esse advogado chegou com uma CLT, cheia de clipe. Então ele dizia com relação a todos os itens da minha reivindicação: “Você não tem direito por isso, por isso, por isso. Você não tem direito por isso, por isso.” Então, dei um tapa na mesa. Se for para ouvir essa bobagem que você está falando, não precisava ter vindo aqui, não. Fala por telefone mesmo. Eu falei, não quero saber se tenho direito ou não. Se tenho direito desde 1988 ou de 5 anos pra trás. Eu quero é receber. Falei pra ele: não vou conversar mais não. Aí quis sair da mesa, me chamaram: não, vem cá, vamos conversar. Aí fui conversar com Gleiber. Não sei assim o cargo dele lá não, mas parece que é administração de pessoal. Aí com o Gleiber eu fechei um acordo, em cima daquela minha reivindicação, de 1988 até 2000, fechamos acordo pra ele, 120 mil mais 9 mil referente a 40% do Fundo de Garantia. Eu falei: não quero mais trabalhar, mas quero os 40% do Fundo de Garantia. Então, fechamos o acordo em 129 mil. Então, falou, então você vai, o procedimento legal que nós temos, o motivo pra te pagar, você vai reclamar. Eu falei, mas se vou reclamar, pra reclamar tem que apresentar advogado, vai me pegar dinheiro. Ele falou: não, nós lhe damos advogado. Me deram advogado. Fizemos o acordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Seu Joeli, esse dinheiro que era separado, o Sr. tem informação se alguma parcela ficava em poder do seu Simeão?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Aquilo é controlado demais. Auditoria sabe de tudo, até de uma vírgula, auditoria sabe. E auditoria ia lá pra constatar, pra ver. Ia no fornecedor pra ver se, eles chegavam,

a auditoria chegava a pedir um xérox daqueles cheques que eu fazia, eles pediam cópia deles, frente e verso, pra ver se foi mesmo, se o cheque foi nominal, se o cheque foi endossado pela firma, etc. Mas nunca entregava cheque para fulano, fazia depósito pra ele. A auditoria pedia, de tempos em tempos, eles pedia cópia. Então, aquilo era controlado. A mesma coisa, por exemplo, Simeão de vez em quando falava comigo assim: “Ah, eu tô com problema aqui, confere pra mim quanto tem lá, lá no cofre.” Porque, 95% da vezes, quem ia lá era eu. De vez em quando... então eu ia contar dinheiro. “Ah, você tem tanto.” Ele falava que tava com problema, que tava com dúvida e pedia pra eu contar. Eu ia contar falava: tem tanto. Porque já deixava tudo pronto, né? Fazia uns pacotinhos de 100 mil. Eu sabia, o pacotinho que tá fechado é 100 mil, só eu mexia lá. O troco, o menos de 100 mil, tava dentro do envelope, que era fácil. Contava quantos pacotes de 100 mil mais tanto é tanto. Anotava, falava, oh tem tanto. Ah tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Da parte da CPI, estamos satisfeitos com o depoimento do Sr. Joel.

O senhor quer encerrar com alguma palavra?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Fica já dispensado...

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Vou receber uma cópia, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. conhece o seu Kalin Eid?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Já ouvi falar esse nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não esteve nunca com ele?

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Já vi assim em televisão e tudo, mas pessoalmente nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Então, agradecendo a presença do seu Joel, a colaboração do seu Joel com o nosso trabalho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O depoente, no início, pediu para preservação da imagem, era bom que ele tivesse a saída sem ter contato com a imprensa.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – É porque, inclusive, eles já me fotografaram aqui, fotografando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Então, vou suspender a reunião por cinco minutos, enquanto a assessoria providencia a saída o mais discreta possível.

O SR. JOEL GUEDES FERNANDES – Sim, a cópia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois que tiver taquigrafada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Taquigrafada, a CPI envia ao senhor a partir de Brasília.

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Reaberta a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que trata das contas CC5, dando continuidade já que ouvimos um depoimento. Agora, recebemos o depoimento, como convidada, da Dr^a Kátia Rabelo, Presidente do Banco Rural. Apenas seguindo a praxe regimental, temos um termo de compromisso que V. S^a já assinou, inclusive, Dr^a Kátia Rabelo, em que o depoente compromete-se, nos arts. 213 do Código de Processo Penal, sob a pena da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. Assinatura da Dr^a Kátia Rabelo. Passo a pergunta diretamente para a coordenação, para o Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não sei se a senhora quer falar alguma coisa antes ou prefere que eu faça as perguntas logo.

A SR^a KÁTIA RABELO – Gostaria de me apresentar. Talvez seja interessante. Meu nome é Kátia Rabelo. Eu tenho 42 anos. Sou filha caçula do acionista controlador do Banco Rural e estou na presidência do banco há dois anos. A minha experiência profissional, a minha formação foi fora do sistema financeiro. Eu me formei, profissionalmente, como empresária, criando uma empresa há vinte e dois anos, uma escola de dança. Através da minha irmã, que foi a principal executiva do banco nos últimos 15 anos, até o falecimento dela, eu ingressei para o banco, na área de comunicação e, em função do acidente que impediu que ela continuasse exercendo o cargo que ela exercia tão bem, por uma série de razões, coube a mim assumir essa posição. Eu queria agradecer aos senhores a oportunidade que a gente está tendo, oportunidade dada ao banco de poder esclarecer tudo o que for possível e colocar o banco à disposição da Comissão para tudo que for necessário, tudo o que a gente puder fazer para ajudar nesse trabalho. Como eu estava dizendo, com eu estou na presidência do banco há dois anos e os fatos que estão sendo investigados nesta Comissão aconteceram algum tempo antes, gostaria de pedir a presença do meu diretor da área internacional, que é o Sr. José Roberto Salgado, que eu acredito que é a pessoa que vai poder responder melhor a qualquer pergunta sobre esse assunto, porque o meu conhecimento é bastante limitado em função da minha ausência no momento onde os fatos ocorreram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consideração inicial.

A SRª KÁTIA RABELO – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque a CPMI convocou V. Sª dando um tratamento igual aos seis bancos que tiveram ação em Foz do Iguaçu. E, pela informação de que nos foi dada, de que o Banco Rural teria operado valores em reais para dólar, também em Foz do Iguaçu, sem a autorização especial. Por esse motivo é que nós chamamos o Banco Rural. Nós já tratamos dos outros cinco bancos. O Banco do Brasil já esteve na CPMI, o Banco Araucária, o Banco Itaú está informando em relação ao Bemge, que ele adquiriu, é o Banestado...

A SRª KÁTIA RABELO – Certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...e o Banco Rural é o sexto banco que nós estamos trabalhando. Então, foi por esse motivo que nós convocamos o Banco Rural para estar aqui conosco. Mas da minha parte, Sr. Presidente, em face desse histórico que a Drª Kátia Rabelo apresentou, deixo de fazer perguntas a S. Sª e peço que seja convocado o diretor que S. Sª acaba de nominar, que também está convocado, para prestar informações. E, evidentemente, ainda, Srª Kátia, teremos de prescindir da sua presença, enquanto o diretor fizer o depoimento.

A SRª KÁTIA RABELO – Então, eu me retiro para ele poder vir, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Agradecemos a presença de V. Sª, como Presidente do Banco Rural. Já tínhamos, por meio da assessoria, sido informados, de que V. Sª realmente está na diretoria do banco, no controle do banco, a partir de 2000/2001, de 2001 efetivamente...

A SRª KÁTIA RABELO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – E o período que estamos abarcando e analisando, nas contas CC-5 de Foz do Iguaçu, é exatamente o período de 1997 a 1999, período a respeito do qual o seu diretor poderá explicar um pouco melhor.

Portanto, já que temos o parecer favorável do Relator, a menos que o Deputado João Paulo queira dirigir a palavra, vamos dispensá-la, agradecendo-lhe a presença. Se quiser, poderá permanecer até o final.

Vamos ouvir o depoimento do Sr. José Roberto Salgado. Antes, porém, suspenderei por 3 minutos a reunião, até que o Sr. José Roberto Salgado possa adentrar o local.

A SRª KÁTIA RABELO – Pedirei licença, então, porque tenho muito trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A senhora está dispensada.

(Suspende-se a reunião por 3 min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Está reaberta a reunião desta Subcomissão da CPI Mista do Congresso Nacional, que apura a evasão de divisas, na Operação Macuco, em que ouviremos o depoimento do Sr. José Roberto Salgado, diretor do Banco Rural.

Seguindo os nossos procedimentos regimentais, há um termo de compromisso, também já assinado por V. Sª, José Roberto Salgado, com todas as especificações, em que o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal, já assinado pelo depoente convidado.

Sr. José Roberto Salgado, esta Subcomissão está ouvindo, questionando e interrogando V. Sª sobre as questões que apareceram nos processos, nos depoimentos, nos documentos de posse desta Subcomissão a respeito das operações CC-5 naqueles anos de 1996 a 2002. Como o Banco Rural teve certa participação, comprovada em documentação, em depoimentos de posse desta CPI, gostaríamos, inicialmente, diante do Relator e dos Deputados, de formular as perguntas pertinentes, para que V. Sª, dentro dos termos de compromisso, a elas nos responda.

Gostaríamos de abrir-lhe a palavra: V. Sª tem o direito de falar por até 30 minutos, se quiser, sobre o Banco Rural e essas operações, para que possamos fazer-lhe a arguição, na continuidade.

Tem a palavra, portanto, o Sr. José Roberto Salgado.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Obrigado. Primeiramente, eu gostaria de dizer que para nós é muito importante este momento, porque achamos que esses fatos devem ser esclarecidos e o Banco Rural está aqui exatamente para auxiliar no sentido de que isso ocorra.

Eu gostaria de falar um pouco do banco. Temos orgulho de ser hoje um banco nacional, porém, de origem mineira, um banco que começou na década de sessenta e quatro, um banco que se especializou, ao longo desses anos, em ser um banco de crédito para financiar a atividade produtiva. E a nossa história, a história de crescimento do nosso banco acompanha não só a história de Minas Gerais, mas a história do Brasil. E hoje o Banco Rural é um banco que tem presença em toda a Nação brasileira, em todas as capitais e nas principais cidades.

Em 1995 nós iniciamos também um processo de internacionalização do Banco. O Banco Rural sempre teve como negócio básico o financiamento da atividade produtiva de pequenas e médias empresas e esse é o nosso nicho de negócios. Nós nos especializa-

mos nisso. E em 1995, quando se iniciou o processo de abertura da economia brasileira, aqueles clientes nossos, pequenos e médios, tiveram que, de uma ou de outra forma, acessar também o mercado internacional. E nós nos vimos na obrigação, naquele momento, de acompanhar o processo desses clientes. E naquela época nós definimos três pontos que norteavam a nossa estratégia de internacionalização.

O primeiro ponto foi que nós deveríamos, nesse processo de abertura, em que nossos clientes precisariam de apoio, tanto no processo de exportação como no de importação, desenvolver negócios, linhas voltadas para financiar esses clientes. Então, o primeiro passo que nós demos foi no sentido de buscar parceiros internacionais, bancos internacionais que suportassem o Banco Rural com linhas de crédito para financiar comércio exterior.

O segundo ponto deu-se também muito mais pela necessidade de nós acompanharmos o passo desses clientes, ou seja, antes de mais nada nós assessoramos o nosso cliente nesse processo de crescimento. Então, em função disso, nós definimos também que deveríamos ter uma rede internacional. E assim, hoje, nós temos presença no Uruguai, nos Estados Unidos e na Europa. Para nós, hoje, é muito importante principalmente a Europa, porque foi talvez o primeiro banco brasileiro a ter licença do Banco Central da Europa para abrir filial em Portugal. Hoje temos uma rede – para um banco do nosso porte – que nós poderíamos considerar grande em termos internacionais. E o Banco Rural Europa, hoje, atua tanto na Europa como na Ásia e África.

E o terceiro ponto que nós definimos naquela época – e na última segunda-feira tivemos a felicidade de complementar –, foi a colocação do nosso nome no mercado internacional. Isso se deu por meio da emissão de euro-bônus, de US\$50 milhões, e que foi um grande sucesso. Na realidade, para nós do Banco Rural, representou, antes de tudo, mostrar que o nome do banco é um nome hoje respeitado no mercado internacional. E isso só nos leva, cada vez mais, a termos a convicção e certeza de que estamos no caminho certo e estamos aqui hoje exatamente para ajudar, no sentido de que todos os esclarecimentos sejam feitos.

E nós que somos do mercado, que temos uma atuação – eu estou no mercado há mais de 28 anos e tenho a felicidade de estar no Banco Rural há cerca de nove anos – sempre ouvimos, quando se fala de transferência internacional de reais no Brasil, que muitas das pessoas automaticamente consideram isso como uma atividade ilícita. Na realidade, não é. É uma atividade prevista, para a qual há normas do Banco Central a serem seguidas, normas da Receita a serem

seguidas. E não necessariamente o fato de haver uma transferência internacional de reais quer dizer que a operação é ilegal.

Entendo que o que se pretende apurar aqui são exatamente aquelas operações que foram efetuadas sem a legalidade devida. E nós afirmamos, com convicção, que todas as operações feitas pelo Banco Rural foram pautadas pelo respeito às normas cambiais vigentes e todas as normas que deveriam ser seguidas.

Solicito, se fosse possível, que eu fosse acompanhado, a partir de agora, por dois assessores nossos, que são as pessoas mais técnicas da nossa área, porque eventualmente pode haver alguma pergunta para a qual eu precise do auxílio deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Pode chamar os assessores.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Eu gostaria, então, de chamar o Sr. Reginaldo, que é o nosso Superintendente de Inspeção, e o Sr. Francisco, que é o nosso Diretor da área de câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A Presidência esclarece ao seu depoente convidado, Sr. José Roberto Salgado, que o intuito da CPI é...

Esta não é bem a CPI, é uma subcomissão da CPI. A CPI em Brasília é formada por dezessete Senadores e dezessete Deputados Federais, mas, diante do acúmulo e do número muito grande espalhado pelo Brasil de situações que apareceram nas nossas documentações, tivemos que subdividir uma série de subcomissões como esta, que vai aos Estados, exatamente, para ouvir e levar à Brasília, depois, as conclusões para submeter à comissão maior, mas, dirigida pelo relator.

E, exatamente, o espírito é esse, quer dizer, naquelas operações 1996/2002, onde muito dinheiro saiu de Foz do Iguaçu e chegava no Banco do Estado, Banestado, em Nova York, e outras operações que tivemos, fala-se em 30, 40, 50 bilhões de dólares, sabemos, temos consciência de que havia uma mistura de operações, operações quentes, legítimas, declaradas ao Sistema Financeiro Nacional, à Receita Federal, que se misturou com dinheiro outro, cuja procedência é questionável, sob todos os aspectos.

E essa CPI, exatamente, tem procurado ir aos Estados, o relator dando uma orientação muito precisa, no sentido de não se transformar numa CPI holofônica, à procura das luzes somente, mas, exatamente, à procura de realisticamente separar o joio do trigo, para levarmos para as apurações finais que deveremos fazer, em Brasília, de caso por caso, mas, todos assentados numa documentação muito ampla, que recebemos ao longo de procedimentos da comissão e de depoimentos.

Então, de início, já agradecemos, não só pela presença da Presidente Kátia Rabelo, como do Sr. Diretor José Roberto Salgado, agora, acompanhado dos seus assessores, para responder às perguntas pertinentes. E, inicialmente, vamos passar a palavra ao relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. José Roberto, pediria, inicialmente, que o senhor pudesse descrever a carreira que o Senhor desenvolveu no Banco Rural, as funções anteriores e as atuais.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Iniciei no Banco Rural em maio de 1995, na função de Diretor-Adjunto de Câmbio. Na época, fui contratado exatamente para auxiliar na montagem nesse processo de internacionalização do Banco. Em 1998, fui conduzido ao cargo de Diretor da Área Internacional, cuidando das unidades externas e das operações de comércio exterior. Em 2000, assumi a função de Diretor-Estatutário do Banco, respondendo pela área de câmbio, área internacional e pela área de finanças corporativas. E em fevereiro deste ano, fui conduzido ao cargo de Diretor-Superintendente Operacional, respondendo por toda a parte de operações ativas e passivas do Banco Rural.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nos outros estabelecimentos do Banco, o Senhor também tem algumas funções?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim, tenho função como Diretor-Estatutário, hoje, da IFI, Banco Rural Uruguai, do **Rural International Bank**, tenho também a função de Diretor-Estatutário no Banco Rural Europa e na **Royal Securities**, em Miami; e também no Banco Simples, no Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós recebemos na CPI, durante esses 4 meses e pouco que estamos pesquisando a evasão de divisas no Brasil, e há informação de que o Banco Rural teria operado, na sua agência de Foz do Iguaçu, recebendo recursos em espécie, sem possuir autorização especial.

O Senhor pode comentar esse assunto?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Gostaria de ressaltar que a última agência que o Banco Rural teve, em Foz do Iguaçu, foi fechada em 1994. Desde então, o Banco Rural não possui mais agências em Foz do Iguaçu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Noventa e...

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Quatro. 1994. Temos, sim, uma agência, só um minuto... Existe uma agência que era Banco BR Mercantil, hoje o Banco Simples, que foi aberta em 1997 e que, também, hoje, já está fechada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela funcionou até quando?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Foi 1998 ou 1999, Deputado. Não sei precisar a data, poderíamos depois colher este dado e passar para o Senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa agência do BR Mercantil, o senhor fala que esse BR Mercantil, hoje, é o Banco Simples?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela operou com CC-5 e com autorização especial em Foz?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Vamos lá... É... A agência do BR Mercantil, que é hoje o Banco Simples, ele tinha autorização para operar com cheques com valores menores que R\$10,00. Era uma autorização especial do Banco Central. Cheques esses que todos possuímos cópias que, inclusive, colocamos à disposição desta Subcomissão se necessitarem de verificarem. Essas operações eram todas registradas no sistema do SIS-BACEN do Banco Central. Operações em espécie, nós nunca fizemos operações em espécie, inclusive o Banco Rural, em determinada época, chegou a fazer solicitação nesse sentido junto ao Banco Central e essa solicitação foi negada, formalmente, pelo Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem essa cópia de autorização especial para cheques menores de R\$10 mil?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim. Temos à disposição no banco. Infelizmente, não a tenho aqui agora. Mas coloco à disposição dos senhores e podemos fazer chegar aqui às suas mãos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses cheques que o senhor operou, menor de R\$10 mil, eram cheques vindos de fora do País?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade, eram cheques depositados por empresas estrangeiras. Empresas da região, principalmente de Cidade Del Leste e, se não me falha a memória, de Uruguiana, que eram cheques oriundos de comércio fronteiro... Normalmente, estamos falando de cheques de R\$100, 200, 300, 500 reais. Eram cheques muito pulverizados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa autorização especial era para agrupar esses cheques?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim. Era no sentido de que nós fizéssemos o registro globalizado, ou seja, juntávamos esses cheques, fazia um registro único no Banco Central. Colocando todos esses cheques à disposição do Banco Central para posterior vistoria e posterior análise necessária.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quer dizer então que, embora fossem globalizados, o Banco Rural tem, especificamente, cada um dos depositantes?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim. Temos cópias de cada todos esses cheques e estão à disposição dos senhores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não era feita a conversão em reais e, depois, feita a remessa?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não. Esses cheques eram depositados na conta de uma empresa. Sempre uma empresa estrangeira, comercial, de Cidade Del Leste, cidades fronteiriças. E, depois desses cheques compensados, aí, sim, era feita a operação: operação interbancária.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a constatar depósitos no valor de R\$9.999,00. Chegou a ter alguma hipótese dessa?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não. Nós tínhamos uma preocupação muito grande de que essas contas não fossem usadas para, de alguma forma, maquiagem uma operação que tivesse origem ilegal. Então, essas normas eram muito rígidas no sentido de que tinham de ser, realmente, cheques pulverizados, e valores pulverizados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor informa à CPI que o Banco Rural não executou conversão de reais, moeda, para a CC-5? Nunca praticou essa...

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Operações em espécie, não. Nós não tínhamos autorização do Banco Central do Brasil para operarmos espécie.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse pedido lhe foi negado? O Banco Central justificou a negativa?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Se não me falta... Deixa eu só... Disse somente que estava negado e não explicitava o motivo. Simplesmente que foi negado e que não teríamos autorização para operarmos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa documentação... O Banco Rural dispõe ainda hoje?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Dispomos e está à disposição. Esse comunicado foi feito através pelo próprio SISBACEN. Então, é um comunicado que está à disposição dos senhores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, eu vou propor a quebra do sigilo bancário dos cheques menores de R\$10 mil, para que a Assessoria possa ter acesso e, por amostragem, levantar esses recursos. Até agradecendo a colocação de disponibilidade, mas a formalidade me exige quebrar o sigilo para ter acesso a essas informações. De modo, Sr. Presidente, que vou propor, no momento adequado, a quebra do sigilo, dos cheques inferiores a R\$10 mil, para que a Assessoria possa, por amostragem, fazer a checagem. Continuando, Sr. José Roberto, o Banco Rural operou muito, pelo histórico que o senhor faz, se desenvolveu nessa área de apoio aos seus clientes no

mercado internacional. E o Banco Rural operou muito com o CC-5. Com valores significativos que nós temos apontados nos registros do Banco Central. E o senhor, nessas operações, chegou a constatar a existência de pessoas que movimentavam recursos incompatíveis com a sua renda, ou seja, pessoas que movimentavam valores sem lastro, os chamados, vulgarmente, de “laranjas”?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sr. Relator, é importante ressaltar o seguinte: temos, já que estamos falando de 96 a 2002, ainda de janeiro de 96 a abril de 96, as normas que regiam as transferências internacionais de reais eram diferentes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que período?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – De janeiro... Até abril de 96, a norma que regia a transferência internacional de reais era uma. Em abril de 96, mais precisamente, o Banco Central mudou essas normas. Se fizermos um comparativo entre as duas normas, o grande objetivo na mudança foi no sentido de que sempre o banco sacado, ou seja, aquele banco onde o cliente tinha contas correntes deveria ser o banco que estaria preocupado quanto à origem desses recursos. Todas as vezes que algum cliente do Banco Rural fez uma transferência internacional de recursos, com certeza, todos os procedimentos no sentido de que fossem verificadas a sua idoneidade e a sua capacidade financeira de fazê-lo, foi verificado. E quando o cliente não comprovava, com certeza, não o fizemos. Agora, muitas dessas operações eram operações onde os cheques eram oriundos de outros bancos, ou seja, dentro do conceito hoje que norteia o trabalho de qualquer entidade bancária, ou seja, você tem que conhecer o seu cliente, é o famoso conheça o seu cliente, então sempre o princípio que nós partimos é que, quando era depositado na conta de transferência internacional de reais de nossas empresas algum cheque, que esse banco, que fosse o sacado, tivesse o cuidado, ao abrir essa conta corrente, de que a conta efetivamente, de que aquele cliente tivesse a capacidade de fazer aquela transferência. Não temos acesso às informações de contas correntes dos outros bancos. Então todos aqueles que eram clientes do Banco Rural, com certeza, fizemos esse trabalho. Os outros, entendemos que os bancos sacados o fizeram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E há algum registro, algum procedimento para localização de possíveis “laranjas” dentre os clientes do Banco Rural?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim, com certeza. Temos feito um trabalho sempre de buscar aprimorar os nossos controles; os nossos controles são muito bons, mas a gente tem sempre a preocupa-

ção de buscar aprimorá-los mais ainda. E hoje temos inclusive no Banco um comitê que chama Comitê de Prevenção de Ilícitos – sou o presidente-coordenador desse Comitê –, e o que temos buscado sempre é proteger o Banco Rural e as demais unidades do Rural para que não sejamos usados para fazer qualquer tipo de operação que tenha origem ilegal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Chegou a existir alguma investigação do Banco Central no Banco Rural para a localização de “laranjas”?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Tivemos no passado, Sr. Relator, casos específicos – e estou dizendo basicamente de casos que ocorreram até 95 – de algumas contas que detectamos que eram contas onde as pessoas não tinham a capacidade e essas contas foram fechadas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, até por ser fato conexo com a investigação, embora fora do período de 96 a 2002, vou solicitar ao depoente que nos dê os detalhes de 95.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade, estamos falando de uma conta que existia na nossa unidade de Manaus, que era de uma pessoa chamada Sâmia Adoc Lobo; essa conta foi encerrada em 93. Tivemos alguns outros casos envolvendo a nossa unidade de Fortaleza, eram pessoas jurídicas que, de memória, não saberia dizer todos os nomes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano foi, Fortaleza?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Foi em 95, essas contas foram encerradas em 95. Eram contas de pessoas jurídicas – por exemplo, a HS Lucas era uma dessas contas – que nós, ao detectarmos que a movimentação não condizia, essas contas foram fechadas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois essa Same Adoc Lobo chegou a operar com o Banco Rural?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não, não temos conhecimento de que tenha havido qualquer tipo de operação depois de 1993, com essa senhora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela pode ter recebido remessas pelo Banco Rural, de terceiros; não para essa conta, receber remessas por outras pessoas?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – No Banco Rural, posso afirmar para V. Ex^a que não temos nenhuma operação envolvendo essa senhora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Nadgia Fideliti?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não, nunca ouvi falar esse nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas contas de Fortaleza o senhor se lembra de mais alguma pessoa jurídica? O senhor falou HS-Lucas?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – HS-Lucas – deixa eu pedir auxílio aqui ao meu ... – **Gold Fecture**, Casa da Criança Governador Virgílio Távora.

Inclusive essas documentações, Sr. Relator, colocamos à disposição de V. EX^{as}, todos esses documentos. Eles estão à disposição desta subcomissão ou dos seus assessores para possam analisá-los.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar de Alexander Diógenes Ferreira Gomes?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Esse nome, na realidade, ouvimos ligados a essas contas dessas empresas. É uma pessoa que vimos depois em revistas e jornais que seria uma, possivelmente, doleiro, alguma coisa assim. Mas não o conheço pessoalmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode informar se esta conta AC-Setur, se fazia parte desse rol?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também pertencente, coligado ao Sr. Alexander?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não posso afirmar, com convicção que sim, o que podemos dizer que eram contas que tinham relação entre elas, pela movimentação. Mas são dados que eu não poderia abrir aqui, pelo sigilo, mas nos colocamos à disposição, lá no Banco Rural, para que essa Subcomissão possa acessar tais contas. Toda a documentação está à disposição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa Fator e Investimento e Participações LTDA.?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa operação foi objeto de alguma investigação por parte do Banco Central? Se houve, qual a conclusão dela?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade temos pedidos de autoridades, não só o Banco Central, mas também Polícia Federal, Receita Federal, juiz. Esses nomes temos na memória porque tivemos que atender essas solicitações. Todas elas foram atendidas, inclusive, essa documentação está separada, temos várias caixas lá separadas e colocamos à disposição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da mesa forma, Sr. Presidente, até para uma questão formal, vamos estender o sigilo dessas informações para a CPMI; a relatoria vai providenciar o pedido, no momento oportuno.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Só ressaltando, Sr. Relator, que essas contas todas elas foram encerradas em 1995.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mesmo sendo no período que extrapola o objeto da CPI, por ser fato conexo, vamos pedir o sigilo.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe que o Wiff, ou o Rural International tiveram relações, posteriormente a essa data, com Samian Adoc Lobo?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Desconheço que tenha ocorrido esse tipo de movimentação. Obviamente que temos um sigilo a ser respeitado nesses países que não poderia, a princípio desconheço que tenha havido essas operações, mas por questão de sigilo desses países não poderia afirmar para V. Ex^a. Mas o que gostaríamos de dizer Sr. Relator é que estamos à disposição para auxiliá-los, nesse sentido, ou seja, despender todos os esforços, recursos necessários para que V. Ex^{as} tenham acesso a essas informações, se necessárias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, nas outras instituições tem função também executiva? Como é no Rural International e no Wiff?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sou diretor estatutário. Obviamente, cada uma dessas unidades têm seus executivos, mas é claro que temos sempre a preocupação e o trabalho de acompanhamento dessas operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Wiff é uma instituição independente do Rural ou é ligada a ele? Como é?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – É uma subsidiária 100% controlada pelo Banco Rural Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas segue a legislação...

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – É uma entidade uruguaia, submetida às normas e sigilo bancário do Banco Central do Uruguai; daí eu estar dizendo para V. Ex^a que eu estaria cometendo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Rural International Bank?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – O Rural International Bank é uma unidade sediada em Nassau, Bahamas, subordinada ao Banco Central das Bahamas. É também uma subsidiária 100% controlada pelo Banco Rural.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Simples é brasileiro?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – O Banco Simples é brasileiro e controlado pelo Banco Rural em 100%.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar em Carlos Eduardo Bechara Mussi?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não, desconheço esse nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Odilon Cândido Bacellar Neto?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Esse senhor foi funcionário do Banco Rural até 1996, quando foi demitido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem a informação de que esse senhor está detido hoje, acusado de ilegalidade em relação à moeda?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Nós sabemos que esse senhor esteve, por várias vezes, envolvido em investigações por parte da Polícia Federal e do Ministério Público relacionadas à evasão de divisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando ele trabalhou no Banco Rural, teve alguma atuação neste sentido?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade, a presença desse senhor no banco foi muito curta, de julho de 1995, aproximadamente, a meados de 1996, quando foi demitido porque tinha muitos problemas de relacionamento com os demais membros da equipe. Posso assegurar para V. Ex^a que, durante a permanência dele, não houve nenhum tipo de operação ilegal feita por ele usando o Banco Rural.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na Beacon Hill?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade, ouvi falar por meio desta CPI, quando saiu em alguns periódicos esse nome. E, como citava operações que poderiam ter sido realizadas por algumas de nossas unidades externas, tive a preocupação, como diretor executivo e estatutário dessas unidades, de buscar informações. Tivemos informações de que ocorreram algumas transações, em que clientes de nossas unidades externas solicitaram que fizessemos transferências, ou seja, operação bancária normal de qualquer correntista, para essas contas. Obviamente, era uma prestação de serviço que fizemos, como qualquer outro banco internacional; ou seja, funcionamos muito mais como um *clearing* para esses clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Rural teve alguma negociação com a Beacon Hill?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Desconheço e, até onde sei, jamais fizemos qualquer operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os bancos Wiff e International é que fizeram operações?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Tivemos informações, sim, de que fizeram transferências a pedido de clientes, correntistas daquelas unidades. Infelizmente, eu não poderia, por sigilo bancário desses países, abrir esses nomes. Ressalto, mais uma vez,

que nos colocamos à disposição para auxiliá-los neste sentido, fazer as tratativas e solicitações que forem necessárias junto às autoridades locais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Itaú, que acabou adquirindo o Banestado e o Bemge, obteve a quebra de sigilo em Nova Iorque para as contas CC-5 do Banestado. Está agindo no mesmo sentido para tentar obter a quebra do sigilo das CC-5 do Bemge. Indagaria se V. S^a estaria disposto a cooperar com a CPI e o próprio Banco Rural International e o Wiff, tentando obter nos seus respectivos países autorização judicial para estender para esta CPI o sigilo dessa movimentação.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Colocamo-nos à disposição, não só o banco Rural, mas como nossas unidades externas. Sr. Relator, gostaria apenas que fosse formalizado o pedido por parte desta Comissão para que pudéssemos encaminhá-lo, tomando todas as medidas que forem necessárias. O nosso intuito, não só do Banco Rural, mas também de suas unidades, é auxiliar no que pudermos, para que essas investigações sejam feitas e todos os fatos sejam apurados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desde já registro que vou solicitar a aprovação de requerimento que pede ao Banco Rural a colaboração nas suas entidades internacionais para cooperar com o sigilo dessas contas, estendendo-as para esta CPI.

O senhor já chegou a ouvir falar em uma subconta da Beacon Hill chamada Lonton?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não, como eu disse para o senhor, o meu acesso a este nome Beacon Hill foi exatamente por meio de uma revista de publicação semanal. Foi aí que tomei conhecimento da existência desse nome e dessa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existiu um caso investigado pelo Banco Central no Rural sobre cheques administrativos endossados que acabou levando a movimentações dessa empresa chamada Corfan, paraguaiá, e cheques administrativos do Beron. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Como disse de início, até abril de 1996, existia uma legislação que norteava as operações de transferências internacionais. Basicamente, o que essa legislação dizia? Toda vez que fosse feita uma transferência internacional de reais, deveria ser feita através da emissão de cheque administrativo, DOC ou ordem de pagamento, onde o banco emissor desse instrumento de crédito deveria registrar no Banco Central a emissão do referido instrumento de crédito.

O que é transferência internacional de reais? É toda vez que tenho a saída de recursos de um brasilei-

ro, de um nacional para uma instituição internacional, externa, ou seja, para alguém que não seja declarante de Imposto de Renda. Esta seria a caracterização de um não residente: alguém que não tenha existência aqui no País. Então, até abril de 1996, quando ocorresse qualquer operação de transferência internacional deveria ser através de um desses instrumentos.

Quando tenho o caso de recurso já em uma conta CC-5, ou seja, de uma conta de não residente que é transferido para a conta de outro não residente, isso não pressupõe a existência de transferência internacional de reais, é a simples transferência de um não residente para outro não residente. Então, esses casos envolvendo o Corfan, que é um banco paraguaiá, em todos eles foram cheques administrativos emitidos pelo Banco do Estado de Rondônia, onde o tomador desse cheque era o próprio Banco Corfan, e em sendo este o tomador e o beneficiário também o Banco Corfan, que tinha uma conta de não residente com o nosso banco, nesse caso, entendíamos que não se tratava de transferência internacional de reais.

Posteriormente, o Banco Central veio a apurar junto ao Banco do Estado de Rondônia que a emissão desses cheques, em algum momento, não foi feita da forma correta, mas era um dado que somente o Banco Central tinha; não tínhamos acesso a esse dado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso está sendo objeto de uma investigação do Banco Central?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que pé está?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade, dos seis quesitos que foram colocados, dois deles, na fase inicial, já foram afastados pelo próprio Banco Central e em relação aos quatro outros quesitos, neste momento, estamos preparando a nossa defesa com a tranquilidade e convicção de que todos os processos foram feitos dentro das normas do Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas já houve algum julgamento?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não, não houve qualquer julgamento não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E tem previsão de que ocorra?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Obviamente, essa operação se encontra no chamado “Correio” do Banco Central. Estamos aguardando a data que vai ser marcada para isso, mas temos a tranquilidade de que, inclusive, dentro do próprio Banco Central, já existem pareceres favoráveis a nós, no sentido de que cumprimos as normas dentro do que tinha que ser feito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento de que o Banco Beron atuou com relação aos precatórios de Rondônia?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não saberia dizer. Essa informação eu não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se lembra da empresa Split?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Desconheço se ela teve algum tipo de relação de negócio conosco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a CMA?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Desconheço. Nós teríamos que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – CMA Plastics?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Desconheço. Poderíamos levantar isso e passar essa informação a posteriori para V. Ex^a. Nós temos hoje uma carteira de 55 mil correntistas. Desculpe-me, às vezes esses nomes não soam nada para mim, mas me coloco à disposição para apurar essa informação e fazê-la chegar até V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento de alguma operação internacional via Beacon Hill em que o Banco Rural tenha sido o último beneficiário?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Até onde sei, não tenho conhecimento disso, Sr. Deputado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Evidentemente que essas operações internacionais com o Banco Rural estão sujeitas à prestação de contas no Brasil. O balanço é consolidado com essas operações, inclusive. Aparecendo algumas delas, nós podemos solicitar a V. S^a que apresente as explicações, caso elas existam.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – É importante ressaltar que todas as contas que nós chamamos de bancos correspondentes, ou seja, todas as contas que o Banco Rural tem com banqueiros internacionais são conciliadas no Brasil e colocadas à disposição do Banco Central. Assim, todos os dados de origem desses recursos obviamente vão estar presentes lá. Ficamos à disposição para esclarecer qualquer operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Rural é detentor de uma conta no American Express?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim, essa é uma das contas **clearing** nossa. O que é uma conta **clearing**? É onde nós centralizamos a nossa movimentação de recursos. O American Express Bank é um desses bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quando a remessa aponta como último beneficiário o próprio Banco Rural, a destinação é para o próprio Banco Rural ou é para o cliente também?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade, há vários tipos de operação que passam por essas contas. Por exemplo, quando o Banco Rural pega um financiamento externo junto a um banco internacional, quando esse banqueiro internacional credita a conta do Banco Rural, o beneficiário final é o Banco Rural. Mas também recebemos através dessa conta ordens de pagamentos de clientes, créditos oriundos de exportação. Todas essas operações têm um tratamento cambial. Ou seja, é fechada uma operação de câmbio equivalente, em que o destinatário final dos recursos recebe os reais equivalentes, se tivermos falando de créditos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em todas essas operações do Banco Rural há fechamento de câmbio?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim, ou fechamento de câmbio... no caso de operações de busca de linhas lá fora, nesse caso não existe o conceito de fechamento de câmbio, porque depois eu tenho que pagar esses recursos. Mas esse recurso é contabilizado como uma obrigação que o banco tem e que também está à disposição de V. Ex^as.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou descrever uma operação do seguinte tipo: uma empresa uruguaia manda através da Beacon Hill, da Lonton, um recurso para o Banco Rural com destinatário final no American Express. Com poderíamos entender essa operação?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Eu diria a V. Ex^a que dificilmente essa operação teve como destinatário o Banco Rural, porque pela qualificação que me disse não se caracterizaria como uma dessas operações que citei e em que o Rural é o beneficiário final. Normalmente, quando ocorre esse tipo de transferência e a nossa equipe da área de bancos correspondentes não tem o beneficiário final, é solicitado ao banqueiro, no caso o Amex, ou a quem o enviou que coloque o beneficiário final. Então, possivelmente, se houve uma transferência dessas, temos condições de dizer quem foi o beneficiário final da operação, exatamente porque, se veio em nome do Banco Rural, em princípio, não tem característica de operações onde o banco seria o beneficiário. Agora, é importante ressaltar, Sr. Relator, que essas operações todas são contabilizadas quando é feito o fechamento de câmbio e todas são monitoradas pelo Banco Central do Brasil e desconhecemos qualquer tipo de anomalia apontada pelo Banco Central do Brasil em relação a essa conta.

Da mesma forma, coloco-me à disposição para, se V. Ex^a puder nos passar essas operações, esclarecê-las e dar todas as informações e dados necessários para que V. Ex^as saibam exatamente qual a origem, qual a finalidade dessa operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, a relatoria vai solicitar a extensão do sigilo dessas contas, dessas movimentações bancárias para a CPI. O senhor conhece a Trade Link?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade, esse é um banco, como o American Express, também correspondente do Banco Rural, que dá ao Banco Rural linhas de crédito para financiar comércio exterior. Então, o conhecimento que temos dele é como temos do American Express, temos do Citibank, do Chase Manhattan Bank, ou seja, de outros bancos correspondentes que são nossos supridores de recursos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É que temos aqui a informação de que há coincidência de diretores da Trade Link com diretores do Banco Rural: Sabino Correa Rabelo, Renato Skaff...

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Desses nomes eu conheço o Dr. Sabino Correa Rabelo, que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Othon Gomes Brandão?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – É uma pessoa que trabalhou no banco, mas não trabalha mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Renato Skaff?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não tem relação com o Banco Rural.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Sabino Correa Rabelo é diretor do Rural e é...

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade, o Dr. Sabino não exerce funções executivas no Banco Rural. Ele é o dono do Banco Rural, mas não exerce funções executivas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A informação que tenho é de que é **chairman** da Trade Link.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – O conhecimento que temos é de que o Dr. Sabino teria sido convidado, como ex-banqueiro – não podemos mais dizer que ele seja banqueiro porque ele não exerce funções executivas –, a ser um presidente honorário, alguma coisa assim, desse banco, em determinado momento, representando um conjunto de investidores. É o dado que temos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece José Henrique H. Neves?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – José Henrique... Temos uma pessoa com esse nome que trabalhava em Miami. Lembro dessa pessoa em Miami.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ricardo Bermudes?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luíza Binder?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fernando Toledo?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Fernando Toledo é a pessoa do Trade Link com que são fechadas as captações quando fazemos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Simone Palma Lima?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Derek Jacobson?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Guilherme Rocha Rabelo?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Guilherme Rocha Rabelo é um dos acionistas do Banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há ligações do Banco Rural ou são pessoas...? Como se dá essa ligação com a Trade Link?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não existe, por parte do Banco Rural ou de qualquer empresa do sistema financeiro Rural, qualquer vínculo com esse banco. O que existe hoje de relacionamento de Banco Rural com esse banco são operações em que eles nos dão recursos para financiar a exportação. A relação que temos é exatamente essa e desconheço qual seja a atividade desse banco ou quem sejam os donos. Desconheço isso. O que posso afirmar para V. Ex^a é que não existe essa relação entre o Banco Rural e esse banco. A única relação que existe, que também está à disposição de V. Ex^{as}, é exatamente o suprimento de recursos externos que eles eventualmente fazem conosco, como também fazem o American Express e outros banqueiros. Hoje, estamos falando em 190 bancos internacionais, que nos dão linhas de crédito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor diria que as relações com a Trade Link são normais de mercado ou há um percentual mais efetivo do que com outros bancos?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não, pelo contrário, o Trade Link deve ser o décimo, décimo segundo banco em termos de volume. Nosso primeiro banco hoje em termos de volume é o Banco Acóvia???, o segundo é o American Express, o terceiro é o Commerc Bank da Alemanha, o quarto é o Union Bank of Califórnia. Sei dizer esses por ordem porque são os mais importantes e que temos uma relação grande. Inclusive, a exemplo do American Express, são **clearing**, ou seja, são os bancos que usamos como banco-caixa. Esse banco inclusive nem é considerado como um **clearing** nosso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desde quando o Banco Rural tem relações com a Trade Link, o senhor tem essa informação?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Desde que estou no Banco Rural tínhamos essa relação. Eu diria ao senhor que ao longo dos anos, quando fomos ampliando a base de clientes, estamos falando, Sr. Relator, que o Banco Rural tinha 20 milhões de operações há oito anos, hoje temos operações da ordem de US\$350 milhões. Então, sempre temos que buscar bancos que nos dêem linha e esse trabalho foi feito ao longo desses anos, como afirmei de início, eu posso afirmar ao senhor que o Trade Link é um banco que mantém uma relação normal de mercado conosco e não é um dos bancos importantes parceiros nossos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perguntaria ao senhor se essa posição é histórica, se já foi maior ou menor.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Desde que eu entrei no banco ele não foi o banco mais importante, era um banco normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto eu fico por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Passo a palavra ao Deputado João Paulo.

O Sr. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. José Roberto, o senhor tem conhecimento desta circular nº 2.677, do Banco Central?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim, é a circular que rege hoje todas as transferências internacionais de reais.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Segundo diretores do Banco Central, autoridades que prestaram depoimento, essa circular veio no sentido de dar estabilidade e credibilidade ao comércio, notadamente o comércio fronteiriço. Queria que o senhor confirmasse se importâncias em dinheiro brasileiro até R\$10 mil o banco nunca aceitou, nunca fez a conversão. Depósito até R\$10 mil em dinheiro...

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não, na realidade nós não tínhamos, como disse no início, o que tínhamos eram cheques de valores pequenos que eram feitos. Valores em dinheiro, para nós, é muito claro, que qualquer operação quando há mais de uma... porque é normal uma operação de cinco, seis, sete mil reais, isso é operação normal, mas a incidência de vários depósitos abaixo de R\$10 mil claramente para nós é sinal de que está sendo feita alguma tentativa de burlar a norma. Então, temos a preocupação no Banco Rural, criamos mecanismos exatamente para que isso não ocorra.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sabemos que esses recursos que vinham ali

daquele comércio das sacoleiras do Paraguai eram depositados nos bancos, eram colocados em carros-fortes, carros transportados para o Brasil, passavam na ponte. Os fiscais do impostos de renda, por não terem condições de contar, davam carimbo dizendo que era numerário brasileiro, mas dizendo que a moeda não era conferida. Queria saber se desses recursos o banco recebia esses depósitos aqui dentro do Brasil.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – É importante ressaltar que o Banco Central somente concedeu licença para cinco bancos operarem esses recursos; são bancos que já foram citados aqui anteriormente em noticiários de jornais e revistas. Como eu disse de início, nós também buscamos essa autorização e não a obtivemos, ou seja, nos foi negada essa autorização. Então, somente cinco bancos brasileiros, que tinham agências em Foz do Iguaçu, salvo engano também na cidade fronteiriça do norte de Mato Grosso, tinham autorização para receber esses reais. Nós não tínhamos. O Banco Rural jamais recebeu esse tipo de depósito.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito, o Banco recebia então em cheque?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Como eu disse para o senhor, nós tínhamos, no caso da agência de Foz do Iguaçu do Banco BR Mercantil, hoje Banco Simples, que nós mantivemos a agência até 1998 e, depois, por uma questão estratégica, todas as agências do Banco Simples migraram para o Banco Rural. Então, nós fechamos aquelas agências que não tinham importância estratégica dentro do banco e essas agências de fronteiras foram fechadas exatamente porque elas não eram estratégicas. Então, o Banco Simples passou a ser unicamente um banco que trabalha hoje o conceito de cartão de crédito. Então, o banco não tem agências. Daí nós termos na época fechado essas agências. O que nós tínhamos efetivamente na agência de Foz do Iguaçu, nesse caso, era recebimento de cheques de pequenos valores oriundos do comércio fronteiriço. Esses cheques, como eu disse de início, eram globalizados num único registro no Banco Central e nós mantínhamos esses cheques à disposição do Banco Central para posterior verificação. E como eu disse de início, eles estão à disposição dos senhores para as verificações que forem necessárias.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – O senhor saberia dizer se, dentre esses cheques, se encontravam, em valores desdobrados, vários cheques de valores inferiores a 10 mil reais de um mesmo emitente?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – É, eu... Para o senhor ter uma idéia, são 177 caixas que representam movimento de um ano e meio a dois anos. Então, eram cheques muito pulverizados. Eu não saberia dizer

isso para o senhor. Acho que realmente essa dúvida poderia ser tirada a partir da investigação *in loco*.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Estamos colocando à disposição dos senhores.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – É o sigilo.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Está me informando aqui, são 45. Menos mau. Então são 45 caixas com cópias de todos esses cheques.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito.

O banco operava certamente com o Câmbio, além dessas operações de comércio fronteiriço, com pessoas físicas e jurídicas de outros países. Fazia remessa para recurso de não-residentes em outros países que não fosse especificamente para cobrir esse tipo de comércio?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Na realidade, como eu disse de início, a transferência internacional de reais é uma operação prevista pelo Banco Central do Brasil. E, a exemplo de todos os outros bancos do sistema, fazemos essas operações e temos grandes clientes que utilizam o banco para fazerem essas operações. Então essa é uma operação normal. Mas também temos operações de exportação, importação, financeiras. O Banco Rural é um banco muito ativo em comércio exterior. Só para ter uma idéia, hoje cerca de 35% das nossas operações de crédito se referem a comércio exterior. E como eu disse, nós temos hoje 190 banqueiros correspondentes que nos dão linhas de crédito. Então, atividade internacional para o Banco Rural é uma atividade muito importante, com certeza, e essas operações de transferências estariam incluídas dentro de uma gama vasta de operações que nós realizamos.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Inclusive para pessoas físicas?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Dentro das normas do Banco Central, sim. Se a pessoa tem origem, tem capacidade de fazê-lo, vamos fazer, com certeza, sempre respeitando o conceito de conheça o seu cliente. E nós temos tranquilidade de que as operações que nós fazemos, sempre que se trata de cliente do Banco Rural, com certeza, o cliente está apto a fazer a operação.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito. E no caso de pessoas físicas, qual é o critério em que o senhor se louvava para saber se a pessoa física era, de fato, residente no exterior ou não? Tinha alguma comprovação da residência dele no exterior?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Vamos lá. O conceito de residência para efeito de Banco Central – e recentemente a Receita mudou a norma, porque agora é exigido também CNPJ para pessoas não-residentes – até então esse conceito é de que não tivessem CPF ou CGC. Então essa era a caracterização de não-residente. Como eu disse, recentemente, creio eu que a partir de janeiro deste ano, a Receita passou a exigir que qualquer não-residente que tenha negócios com o Brasil tenha que ter o CNPJ ou o CPF.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Muito bem. Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Sr. José Roberto Salgado, na verdade esta CPI começou o seu trabalho há quatro meses e meio, não fomos o primeiro. Na verdade, esse procedimento de análise dessas questões dessas contas já começaram seis, sete anos atrás lá no Paraná, pelo Ministério Público Federal do Paraná. Foi criada, ainda em andamento, uma CPI inclusive estadual lá, porque o foco de deslocamento desse dinheiro era Foz do Iguaçu, e o Ministério Público Federal autuou, e obviamente o Banco Rural, e V. S^a, já como representante do Banco Rural, já teve em consequência que participar de depoimentos e certamente de questões de processo. Vejo, por exemplo, nas anotações que o Sr. José Roberto Salgado, o Sr. Tarcísio Ferreira de Freitas também respondem certamente pelo Banco Rural na 2^a Vara de Foz do Iguaçu sobre as questões pertinentes desta CPI. Em que pé se encontram esses processos, se é que processo há da CPI do Paraná ou do Ministério Público do Paraná em relação às questões do Banco Rural na responsabilidade da tua área? Juridicamente como se encontra? Já concluíram, não concluído, em andamento, não existe, já ganharam, já perderam.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Esses processos que o senhor citou, nós somos ouvidos por carta precatória já há cerca de dois ou três anos e até onde sabemos isso ainda se encontra em investigação, não virou processo ou ação contra as nossas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Certo. Então, nem ação em concreto virou, mas já saiu bastante na imprensa.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Mas não existe nenhuma ação contra nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Falando em imprensa. antes desta CPI iniciar esses trabalhos, como dizia, ela veio na cola de trabalho que já existe no Paraná, existe na Polícia Federal e no Ministério Público também em Brasília, a respeito das contas CC-5, operação Macuco, dinheiro em real que se transforma em dólar, sai de Foz do Iguaçu, em foz é uma designação geográfica que significa fim, e agora virou nascente de

um grande rio que foi parar em Nova Iorque, no Banco do Estado. E nas citações, lá do passado, mas V. S^a já dirigindo esse setor do banco, pelo que pude verificar, se arrolava muita questão do Banco Rural com ... Bank, seria uma empresa **offshore** aberta por diretores do Banco Rural em parte ... talvez nem tenha nada a ver com o Banco Rural nas ilhas Cayman e faz citações de grandes operações de relacionamento das associações com questões problemáticas no passado das nossas análises de atividades econômicas da área tributária, da área financeira, banco Oportunity, FonteCindan, Banco Pactual. Essas operações, esses relacionamentos, a imprensa certamente fantasiou muito, mas até que ponto realmente o Banco Rural, naqueles anos 1997, 1998 e 1999, operou junto com o ... com dinheiro que foi para Nova Iorque, no Estado de Nova Iorque, a partir de Foz do Iguaçu, com a operação CC-5, na associação ou em negociações com esses fundos e com esses bancos de investimentos.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Gostaria de ressaltar para o senhor, inclusive a pedido do Ministério Público, foi feita uma solicitação de abertura da conta que o Banco Rural possuía com o Banestado e ficou constatado por esses extratos que fornecemos que a relação que tínhamos com o Banestado era uma relação muito mais do Banestado como também um banco que nos dava linha de crédito. Era um banco sediado nos Estados Unidos e que nos dava linhas de crédito. Como disse, de início, o Banco Rural não possui nenhuma relação ... é um banco como outro banco que supre recursos para nós esporadicamente em linhas de financiamento de exportação, importação e a nossa relação se resume a isso. Desconheço qualquer tipo de relacionamento desses outros nomes que o senhor citou com esse banco, não faz parte da nossa relação, não faz parte do nosso negócio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Retorno a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. José Roberto, o senhor pessoalmente mantém alguma movimentação no exterior?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Sim, e estão declaradas no meu Imposto de Renda. Inclusive, sou funcionário assalariado do Banco Rural Europa. Tenho declaração de Imposto de Renda em Portugal, sou cidadão residente lá, e também declaro para o Imposto de Renda brasileiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou pedir a minha assessoria para lhe apresentar uma movimentação, sobre a qual o senhor podia dar uma explicação.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Essa conta aqui, eu tinha uma conta no Banestado, que está declarada no meu Imposto de Renda, não saberia dizer

para o senhor quando é que foi feita essa movimentação, porque é uma conta muito antiga. Mas o senhor poderá verificar pelo meu Imposto de Renda que está declarada essa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Acho que é janeiro de 2002.

E aí a movimentação passa a Beacon Hill.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – A única conta que tive no Banestado está declarada no meu Imposto de Renda. Como tenho declarada uma conta – estou quebrando o meu sigilo aqui – no If Banco Rural, e tenho conta também no nosso Banco Rural Europa. Então, não saberia dizer para o senhor porque o meu nome está citado aqui. Mas como disse para o senhor, eu tenho conta em moeda estrangeira e está totalmente declarado no meu Imposto de Renda, e paguei pelos impostos de renda necessários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou lhe passar os dados específicos, pediria que o senhor desse uma olhada e me informasse em seguida.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque a movimentação aqui, como o senhor viu, passa pela Beacon Hill.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Eu não saberia dizer para o senhor porque passa pela Beacon Hill. Todas as movimentações que faço das minhas contas são declaradas ao Banco Central quando essas movimentações ocorrem. Mas eu me disponho a verificar que movimentação é essa e auxiliá-lo nesse sentido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Indagaria do senhor, se o senhor tem alguma informação complementar que gostaria de prestar a esta CPI.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Gostaria só de dizer novamente que nos colocamos à disposição para abrir toda a documentação que se encontra no Banco Rural. O objetivo nosso específico é auxiliar nas investigações no que for necessário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Na realidade, há quatro, cinco solicitações, sugestões do relator ao longo do questionamento que, naquilo que depender da aprovação desta Subcomissão, que regimentalmente comportar, já está aprovado.

Na medida em que necessitar de questionamento do nosso Plenário, o relator fará requerimento, a respeito daqueles documentos, daqueles dados solicitados ao longo desta audiência.

Quero agradecer a presença, pela Presidência substituída, de V. S^a e de seus assessores. Já nos damos por satisfeitos com os esclarecimentos prestados.

Retornaremos na seqüência a Brasília.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só um detalhe, permita-me.

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a conta Depolo? Já ouviu falar?

O SR. JOSÉ ROBERTO SALGADO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Retomaremos depois com todos os trabalhos de subcomissões. Tiramos algumas conclusões locais e levamos depois o parecer para a CPI, como um todo, em Brasília.

Nesse momento, portanto, agradeço a presença, e já o dispense, está totalmente dispensado. Vou suspender a reunião por cinco minutos para dar seqüência com a próxima audiência.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Está reaberta a nossa reunião. E continuaremos os depoimentos dos pré-selecionados e aprovados por requerimento na CPI em Brasília.

O próximo a ser ouvido como convocado, como convidado, é o Sr. Eduardo Fonseca Santos, que, de acordo com o Regimento, já assinou o termo de compromisso.

Sr. Eduardo Fonseca Santos é empresário.

O depoente se compromete, nos termos do art. 213 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. V, inciso LXIII, da Constituição Federal. O termo já foi devidamente rubricado pelo Sr. Eduardo Fonseca Santos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Requeiro seja transformada a reunião em reservada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Por requerimento do Relator, a reunião será reservada.

A Presidência suspenderá a reunião por três minutos, para que permaneçam no recinto apenas os Parlamentares, os assessores autorizados e o advogado do depoente.

Está suspensa a reunião por dois minutos.

(Suspende-se a reunião por 2 min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Está reaberta a reunião.

A reunião, embora reservada, será gravada para efeito documental posterior, como em toda CPI, e devidamente lacrada.

Vamos ouvir o Sr. Eduardo Fonseca Santos, que é empresário.

S. S^a é ou foi membro da diretoria do Sindfer?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Eu sou diretor do Sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Do Sindicato.

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Filiado ao Sindfer

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – No oeste de Minas, não é?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Já foi lido o termo de compromisso. Eu pergunto se V. S^a deseja falar alguma coisa, porque tem direito de fazê-lo em até 30 minutos. Em seguida, passaremos para as perguntas, especialmente do Relator e dos Deputados.

V. S^a deseja falar alguma coisa?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Eu desejo colocar-me à disposição da CPI, para todos os esclarecimentos que se fizerem necessários e dizer que fui surpreendido com a solicitação da Presidência, aqui, hoje. Mas estou pronto para prestar todas as informações que se fizerem necessárias – se não de pronto, num próximo momento, uma vez que nem todas as informações nós temos a tempo e a horas. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, para a arguição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quero, primeiro, confirmar: é Eduardo Fonseca Santos?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rua Mato Grosso, 641, apartamento nº 1.201, Divinópolis, Minas Gerais?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a atividade do senhor?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Industrial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Industrial do ramo de serviço de siderurgia?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De qual sindicato o senhor participa?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Do Sindicato das Indústrias Siderúrgicas do Centro-Oeste de Minas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Das Indústrias?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Indústrias Siderúrgicas do Centro-Oeste de Minas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Indago se o senhor possui conta no exterior.

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não possui. Toda a movimentação do senhor está registrada no Imposto de Renda, sem nenhuma exceção?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Beacon Hill?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor conhece o Sr. Donato Vinhola?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Eu estive ano passado em Genebra e fui apresentado a essa pessoa para que possibilitasse a abertura de um empréstimo externo para que eu pudesse constituir um empreendimento novo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Paulo Roberto Gapiuna Lima?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Maria das Graças Takahashi Lima?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece a Sólida Factoring Limited?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca operou a sua empresa com essa factoring?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem o senhor pessoalmente?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então nós temos aqui registrada uma remessa, por ordem do senhor, da Beacon Hill, que é uma empresa americana, para crédito do UBS... agora aqui não vou saber pronunciar porque está em alemão... em Zurique, no dia 1 de novembro de 2002, no valor de US\$75 mil, no Genève Banching e está credita a ordem do que o senhor mandou.

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Eu precisaria fazer essa checagem, uma vez que provavelmente isso foi um empreendimento comercial, para que eu pudesse prestar esses esclarecimentos aos senhores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece Aroldo Bicalho e Silva?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Élcio Antonio de Azevedo? Não conhece?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve... conhece a Lonton Trading Limited?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia nos informar com precisão essa operação em quantos dias?

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Eu diria que dentro dessa semana mesmo ou menos, se necessário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Proponho a V. Ex^a determinar cinco dias para que o depoente possa explicar, justificar e juntar a documentação adequada.

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Perfeitamente.

(Intervenção fora do microfone.) (Inaudível)

O SR. RELATOR (José Mentor) – A cópia não posso lhe dar porque está sob sigilo esta informação, mas vou lhe dar os dados para o senhor anotar.

O SR. EDUARDO FONSECA SANTOS – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Para justificar esse depósito, essa operação de US\$75mil, prazo de cinco dias. (Pausa)

O depoente e seu advogado estão dispensados. Fiquem à vontade e, em cinco dias, se possível, enviem-nos dados. A assessoria entra em contato sobre essa operação especificamente.

Dando continuidade à série de depoimentos da Subcomissão da CPMI, referente à Operação Macuco, o próximo depoente convidado é o Sr. Fernando Toledo, que assinou documento, de acordo com as regras da nossa Comissão do Senado. O Sr. Fernando Toledo vem como representante da Offshore Trade Link Bank, sediado no Grand Cayman, nas Ilhas Cayman.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 213 do Código Processo Penal, sob as penas de lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Fe-

deral. Tem a assinatura e o compromisso do Sr. Fernando Toledo.

O assunto é a Trade Link Bank, que fez bastantes operações via CC-5 e Banestado, no período de 1996 a 2002. Se o senhor desejar usar da palavra, pode falar até trinta minutos e, na seqüência, teremos as perguntas formuladas pelos Parlamentares, especialmente pelo Relator.

Então, se desejar, pode usar da palavra

O SR. FERNANDO TOLEDO – Obrigado, Sr. Deputado. Gostaria de saber se o meu assessor André pode me acompanhar aqui e se esta reunião pode ser fechada ou particular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que motivo?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Porque trabalho para uma instituição internacional, que é regida por leis bancárias que exigem um sigilo bancário muito grande. Para ser sincero, não gostaria de falar algo que a imprensa, depois, pudesse usar e eu correr um processo lá fora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A relatoria é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Como o parecer do Relator é favorável e porque existe a questão do sigilo bancário, vamos transformar em reunião reservada, com a presença do seu assessor, que, entretanto, mesmo em reunião reservada, não poderá se manifestar no processo. Pode apenas acompanhá-lo.

Portanto, vamos suspender essa reunião por um minuto, para transformá-la em reservada, ficando apenas os assessores credenciados, os Parlamentares e o convidado depoente, com o seu assessor.

(Suspende-se a reunião por 1 min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Está reaberta a reunião. Passemos à fala do depoente convidado.

Isso é para ficar gravado. Fica sob sigilo absoluto, com segurança total, mas, para efeito da CPMI, temos que deixar gravado.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Perfeito. Só gostaria de comunicar os senhores que nasci no Brasil, sou brasileiro, moro no exterior desde a minha infância, fui alfabetizado em inglês. Falo o português, mas peço desculpa se, por acaso, tiver dificuldade de entender alguma palavra. Se eu pedir para o senhor repetir, é só esciarcere a palavra para mim, para poder tentar atender aos senhores melhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Passo a palavra ao Relator, que fará os questionamentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria que o senhor pudesse dizer o que é a empresa Trade Link, descrever o serviço que ela presta, o que ela faz.

O SR. FERNANDO TOLEDO – A empresa Trade Link Bank é um banco sediado em Grand Cayman, nas British Islands.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É um banco:?

O SR. FERNANDO TOLEDO – É um banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que tipo de operação de negócio ele faz? Todo tipo?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Todo tipo de um banco normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um banco comercial?

O SR. FERNANDO TOLEDO – É um banco comercial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a diretoria do banco?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Qual é a diretoria do banco? Infelizmente, esse tipo de informação não posso abrir, porque leis em Cayman que, para se dar esse tipo de informação, tem que ser um processo formal, que vem através do Judiciário de Grand Canyon, que é apresentado ao Manater Authority, que seria o Banco Central deles, que requerem ao banco dar esse tipo de informação. Isso tem que ser dado através deles. Isso por leis de sigilo bancário de Cayman, que são extremamente rígidas. Todos que trabalham para um banco lá são obrigados a cumprir isso com a pena de ser preso ou de ser processado se quebrar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor Sabino Correa Rabelo participa da Trade Bank?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Participa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele é da diretoria?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Ele é Presidente do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E cargo honorário ou é executivo?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Cargo honorário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cargo honorário. Ele não tem atividade corriqueira no banco?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Atividade operacional no banco, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Renato Scaf?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É diretor?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Ele foi no ano passado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Onton Gomes Brandão?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi ou é?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não é mais?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não é mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. José Henrique H. Neves?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é o quê?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Ele foi um funcionário que trabalhou comigo em Miami.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não trabalha...

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não é mais?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ricardo Bermudes?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é o quê?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Ele é diretor do Trade Link Bank.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Diretor do Trade Link Bank.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luísa Binder?

O SR. FERNANDO TOLEDO – É a minha assistente pessoal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Simone Palma Lima.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Funcionária da instituição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Derek Jacobson?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Funcionário da instituição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas pessoas estão autorizadas a movimentar contas do banco?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Existe uma, não sei como é que fala, uma escala, uma tabela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alçada.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Alçada, acho que é. Alçada que eles têm limites de valores, e pessoas têm que assinar em conjunto e, dependendo da pessoa, tem um limite.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a relação do Trade Bank com o Banco Rural?

O SR. FERNANDO TOLEDO – É um banco correspondente, comercial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas tem negócios com as instituições do Banco Rural?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Nós temos negócios com o Banco Rural, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Rural, no Brasil, o Banco Rural International?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Neste momento, não saberia lhe dizer exatamente com qual, mas já tivemos com as duas entidades?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Banco Simples também?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Pelas normas da CPMI, não pode haver esse tipo de orientação por parte do advogado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só se ele consultar um dado técnico.

O SR. (Orador não identificado.) – Só fui lembrado da questão de correspondente. Às vezes, existem alguns termos que a tradução não se aplica de forma adequada. Então, pedi que esclarecesse o que é o termo correspondente, porque pode significar uma outra coisa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – O Sr. Guilherme Rocha Rabelo, o senhor conhece?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é o quê?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Ele foi funcionário do Trade Link Bank.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não é mais?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a função que ele tinha?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Na época, na realidade, não sei qual exatamente era o cargo dele no banco, mas se ele era um simples assessor ou se ele era diretor, não mexia com essa área do banco na época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O fato de o Trade Bank e o Rural terem o mesmo Presidente tem alguma relação diferenciada?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Que eu saiba eles não têm o mesmo Presidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não? O Sr. Sabino é o quê?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Do Trade Bank?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Ele exerce o cargo de Presidente do Trade Bank.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E do Banco Rural?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Que eu sabia ele não exerce cargo no Banco Rural. Posso estar enganado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Acho que ele preside o Conselho de Administração.

O SR. FERNANDO TOLEDO – A Presidente do Banco Rural é a Sr^a Kátia Rabelo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É Conselho de Administração. A Sr^a Kátia é Presidente da Diretoria. Isso cria alguma relação diferenciada entre o Trade e o Banco Rural?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não. Nenhuma. Porque o Sr. Rabelo não atua ativamente no Trade Bank.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem no Banco Rural? Ou no Rural ele atua? O senhor não sabe?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Beacon Hill?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Trade Link operou com essa empresa americana chamada Beacon Hill.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Operou...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teve negócios, enviando recursos, recebendo recursos.

O SR. FERNANDO TOLEDO – De cabeça, não lembra de nenhuma empresa Beacon Hill. O senhor está falando que essa pode ser uma das contas que recebeu dinheiro na Suíça? Mas não tenho conhecimento da empresa em si.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a empresa De Polo?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Trade Link recebeu... Passando pela Beacon Hill, há várias subcontas. A Beacon Hill é uma empresa que tem várias subcontas. No período de 1997 a 2002, ela operou com 21 milhões, com várias ordens. O senhor não tem informação sobre isso?

O SR. FERNANDO TOLEDO – O senhor está falando “operou”. Imagino que o senhor queira dizer que houve transferência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Transações de recursos.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Exato. Porque estou lembrando agora... A empresa Beacon Hill não conheço. Que eu saiba ela não tem conta comigo. Se ela tem conta em outro banco nos Estados Unidos e nós fizemos transferência para lá, não tenho acesso. Só fiz a transferência. Não tenho acesso da transferência para frente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O valor que eu lhe falei foi recebido pela Trade Link. Treze milhões ela remeteu. São operações que envolvem 35 milhões em três, quatro anos. O senhor não tem esse conhecimento?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Nós somos um banco que faz várias transferências e recebimentos diários. Imagino que esse valor seja uma acumulação de várias transferências. Então, não posso dizer para o senhor exatamente para onde as transferências dessa época foram. O senhor está me dizendo que elas foram feitas. É possível que tenham sido feitas, mas, se o senhor me perguntar por que, não sei. Isso foi a pedido de um cliente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O cliente pede para o senhor receber ou pagar?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Funciona como um banco. Ele dá instrução, e o banco cumpre a instrução do cliente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No caso dos 13 milhões que lhe falei, o ordenante é a Trade Link. É algum cliente do senhor que mandou o senhor pagar para lá?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Provável. Não estou com a documentação para poder responder...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Daqui a pouco, vou lhe mostrar. Só estou vendo aqui. Essa empresa foi investigada em Nova Iorque e foi fechada pela Justiça americana porque estaria operando com valores superiores aos permitidos e, depois, constatou-se evidências fortíssimas de lavagem de dinheiro. O senhor tomou conhecimento dessa informação?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, nunca fomos comunicados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento se a Trade Bank tem conta na Beacon Hill?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não senhor, não tenho. A Trade Bank só tem conta em outros bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos aqui uma operação na qual o senhor pede para creditar. A Trade Link orienta a Beacon Hill para creditar a Trade Link num outro banco, por meio da Beacon Hill.

O SR. FERNANDO TOLEDO – É possível, mas não sei porque foi feita essa transferência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Standart Charter Bank.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Em Nova Iorque, conheço. É um outro banco correspondente que usamos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Correspondente?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Desculpa. É um banco onde também temos operações, com o qual temos relacionamento profissional. Foi o que quis dizer com correspondente, não sei se é isso que transpassou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar nas contas tucano? Já ouviu falar?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lonton?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Finá?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aquarius?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pescara?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eleven?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Midler?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não ouvi falar. Só para o senhor ter uma idéia, somos um banco que trabalha com leis que exigem um sigilo bancário extremo. Inclusive dentro da própria instituição. Não são abertos nomes de contas e esse tipo de coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com essas contas a Trade Link operou, fazendo remessas para esses nomes que lhe falei.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Fizeram remessa para essas contas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não posso confirmar nem negar, porque realmente não tenho isso na minha frente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Trade Link Bank tem sede em Cayman?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Tem sede em Grand Cayman. Ele é um banco de Grand Cayman.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que um banco utilizaria uma empresa como a Beacon Hill? O senhor tem idéia? Uma explicação técnica, em tese, por que um banco usaria uma conta como essa?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não sei te responder. O banco só poderia fazer operação para essa conta se foi instrução de um cliente ou se ele tinha alguma operação de empréstimo, algo nesse sentido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Trade Bank também tinha conta no Banestado?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa movimentação também passou com Beacon Hill, Banestado/Beacon Hill, por ordem da Trade Link.

O SR. FERNANDO TOLEDO – É como eu disse para o senhor, seria um procedimento normal fazermos uma transferência para uma conta no Banestado, ou pedir para o Banestado fazer uma transferência para uma outra conta para nós.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para as relações internacionais do Banco Rural, que importância tem a Trade Link?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não entendi a pergunta, desculpe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que será que o Banco Rural precisa de uma offshore em Cayman para operar?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Que eu saiba, o Banco Rural não tem uma offshore em Cayman.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por isso que ele se vale da Trade Link?

O SR. FERNANDO TOLEDO – A Trade Link, no meu modo de entender, é um parceiro do Banco Rural como é de outros bancos no Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Trade Link opera com outros bancos no Brasil?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em quais bancos?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Como não considero esse dado sigiloso, posso revelá-lo. Ele opera com o Banco Safra. Não sei exatamente o que V. Ex^a quer dizer com operação. V. Ex^a deseja saber para quem eu faço transferência, para quem eu remeto dinheiro?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com quem V. S^a opera? Com quem V. S^a faz operações?

O SR. FERNANDO TOLEDO – BMG. A lista é extensa e variada. Todos esses bancos saem no mercado para captar recursos, e somos um banco doador de recursos. Então, dependendo de taxa e de operação, isso é algo normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é patrimônio líquido da Trade Link Bank? V. S^a sabe?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Infelizmente não posso revelar. Precisaria haver uma petição oficial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, por enquanto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Passo a palavra ao Deputado João Paulo para inquirir o depoente.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – V. S^a é cidadão brasileiro? Tem cidadania brasileira?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim, Excelência.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – V. S^a também tem cidadania de outro país?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Americana.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Americana?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim, Excelência.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – V. S^a foi alfabetizado nos Estados Unidos?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim, Excelência.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – V. S^a nasceu no Brasil?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Eu nasci no Brasil e moro nos Estados Unidos desde os seis anos de idade.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – V. S^a ainda reside lá?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim, Excelência.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – V. S^a está no Brasil, em Minas Gerais, especificamente em Belo Horizonte, para que finalidade?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Para atender ao pedido de V. Ex^{as} e tentar esclarecer esse assunto do Banestado, parece-me.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – V. S^a veio dos Estados Unidos para atender à CPI?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Exatamente.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Concedo a palavra ao Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Primeiramente, registro que, por ter chegado atrasado a esta reunião, prejudiquei uma parcela da minha participação neste processo.

Ouvi aqui que, pela Trade Link Bank, passaram a conta Tucano e também a conta Midler. V. S^a disse que não tem conhecimento de nenhuma dessas duas contas. É isso?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim, Excelência.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Essas operações – conta Tucano e conta Midler – são suspeitas, haja vista que por elas passaram vários depósitos irregulares, podendo ter relacionamento não apenas com evasão fiscal, mas com o crime organizado no Brasil.

V. S^a, como representante do Trade Link Bank, já teve conhecimento de alguma conta irregular ou suspeita de ser irregular ou de ser utilizada pelo narcotráfico, pelo contrabando de armas, por roubo administrativo? Alguma vez, na Trade Link Bank, houve alguma suspeição de contas irregulares?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Que eu saiba, não. Nunca tivemos contato, nesse sentido, com autoridade nenhuma. Como disse a V. Ex^{as}, operamos apenas com bancos externos. Somos um banco que não opera – como falar em português – com balcão. Não temos...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Varejo.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Como?

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Varejo.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Varejo. Podemos operar apenas com países de certo nível de controle em razão de leis internacionais. Portanto, não podemos operar com países de lista negra que, no mundo financeiro, não têm controle sobre esse tipo de transação. Então, não somos muito sujeitos a esse tipo de situação. Por exemplo, operamos com o Banestado, em Nova Iorque, que, na nossa opinião, é regido pelo Federal Reserve Bank, nos Estados Unidos, porque exige os seus auditores para fiscalizar esse banco. Nesse caso do Banestado, que hoje não existe mais lá fora, não fomos comunicados de que haveria algum problema de algum cliente do Banestado que passou o dinheiro para nós. Então, não temos este tipo de coisa.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Ao tomar contato com o Banco Rural... Como representante do Banco Rural, o senhor ficou sabendo... O senhor teve contato com o Banco Rural como representante aqui no Brasil ou fora do País?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Fora do Brasil.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Fora do Brasil. Com que pessoa? O senhor foi procurado ou procurou que pessoa do Banco Rural para obter essa representação do Banco Rural junto ao Cayman, ao Trade Link Bank?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Acho que não estou entendendo a pergunta.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Que pessoa? O senhor lembra?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não estou entendendo o sentido da pergunta. O Trade Link Bank – não sei se lhe esclareci – é um banco em Cayman. Nós saímos no mercado e operamos com outros bancos para emprestar dinheiro, comprar operações. É assim que o banco se rentabiliza. O contato por meio do Banco Rural veio nesse sentido. Participamos de eventos bancários lá fora. Esse contato vem além do tempo em que eu estou no banco. Então, assim que foi feito. Representação do Banco Rural em Cayman, que eu saiba, não existe. E se existe não é por nosso intermédio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Está bem!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela oportunidade, o Banco Rural, para esse efeito, disputa o mercado com os outros bancos. É isso?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Só quero que o Dr. Fernando Toledo conte um pouco da história na empresa, no Trade Link Bank.

O SR. FERNANDO TOLEDO – A minha história?

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – É. As posições ocupadas. Consta aqui na ficha “representante da **offshore**, Trade Link Bank”. Muito pouco, não? Há quantos anos o senhor está lá? Qual a responsabilidade efetiva que tem sua função hoje, especialmente no período de 1996 a 2002, que é objeto da nossa CPI?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Eu comecei a trabalhar com esse grupo em 1991, nas áreas de produtos, lidando mais com os produtos que eles tinham para apresentar para os clientes. Vim trabalhando com eles até essa época. No ano 2000, fui promovido internamente e, no ano 2000, fui promovido a diretor. Minha responsabilidade principal é administrativa dentro do banco. Existem outros diretores e a gente toca esse banco dessa maneira. Eu sou o único brasileiro-americano. Então, quando se chega a negociações com bancos no Brasil, normalmente sou eu quem lido e discuto com a diretoria para tocarmos o negócio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Outra pergunta. O Trade Link Bank já há muito tempo tem aparecido em algum noticiário relativo a essa área financeira. Minha assessoria levantou dados, por exemplo, desde a época do Collor, do Paulo César Farias. Tem havido notícias cujo mérito não vamos discutir aqui. Vários noticiários dizem sistematicamente assim: “O Trade Link Bank é um **offshore** do Banco Rural, nas Ilhas Cayman”. Na minha ficha, porém, veio até mais modesto: “O Trade Link Bank tem, como sócios, diretores do Banco Rural”. O senhor que trabalha há muito tempo lá dentro, que tem uma posição importante, com qual interpretação fica e como explica? É do Banco Rural?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor. Eu creio que isso tudo se rege porque temos o Sr. Rabelo como presidente e isso leva certas pessoas a pensarem que são do mesmo grupo. A realidade é que não é, e o Sr. Rabelo, vamos dizer, ajuda o nosso banco a dar uma certa credibilidade em operar com outros bancos aqui no Brasil.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Então, me diz aqui: o Trade Link Bank possuía conta na agência do Banestado em Nova York nesse período citado, de 1996 a 2002, e movimentou grande quantidade de dinheiro. O que o senhor tem a dizer dessa afirmação?

O SR. FERNANDO TOLEDO – O Trade Link Bank tinha conta no Banestado. Agora, com respeito a ser grande quantidade de dinheiro, pelo que estou entendendo, movimentou de entrada e saída US\$35 milhões em um período de cinco anos. É um ponto de vista considerar que isso é muito...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse valor é só da Beacon Hill.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Hã?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só que passou pela conta Beacon Hill?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Então, realmente eu não posso afirmar se a quantidade foi grande ou não, porque realmente não sei o número que foi usado para transferir. Sei que o Banestado foi um banco que usamos para fazer **clearing**, para fazer transferências. Porque somos um banco que operamos em dólar, e um banco em Cayman, para operar em dólar, o dólar é operado através de um sistema chamado FedWare System, então vários bancos americanos fazem esse tipo de serviço para bancos **offshore** para poder operar em dólar para fazer movimento de dinheiro. O Banestado era um deles. Então, teria passado dinheiro para ele diariamente.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Estou satisfeito com as explicações, Sr. Fernando Toledo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só algumas mais indagações.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja, eu tenho aqui uma reunião da diretoria de abril de 1998, e aqui existem alçadas, como o senhor falou. E o Dr. Sabino Correia Rabelo tem assinatura tipo A no Trade Link Bank.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Como Presidente, ele teria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E é tida aqui como **chairman**.

O SR. FERNANDO TOLEDO – É, o presidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. O senhor aqui estava com a assinatura tipo C, em 1998. O senhor hoje tem que tipo de assinatura?

O SR. FERNANDO TOLEDO – A minha assinatura hoje é tipo A.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Naquela ocasião era o Sr. Sabino e o Sr. Honton.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor disse que o Sr. Sabino não tinha funções executivas.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Correto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele não se utilizava desse poder de assinatura tipo A.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tinha só na formalidade, não no dia-a-dia, no exercício.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Exatamente, é na formalidade que o Presidente do Banco tem esse tipo de assinatura, porque ele é o presidente do banco, mas nunca exerceu esse poder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Gomes Brandão?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é ele?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Ele é um ex-diretor do Trade Link Bank.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é diretor?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Era um ex-diretor, não é mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na realidade, é o Sr. Honton Gomes Brandão, é isso?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui consta uma operação ordenando a Trade Link fazer um pagamento para o Sr. Sabino, e isto em novembro de 1998. O senhor tem informação sobre isso?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, de cabeça não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eric B. Huck o senhor conhece?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não. Pode repetir, por favor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Talvez eu não saiba soletrar. Eu sou Erick B. Rook. O senhor sabe quem é?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também fazendo uma ordem de um pagamento para o Sr. Sabino da Trade Link que remete esse dinheiro e que determina a ordem. O senhor não sabe quem é?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teria condições de propor à diretoria da Trade Link, claro que provocado pela CPI, solicitar, em Cayman, a extensão do sigilo dessas operações para a CPI?

O SR. FERNANDO TOLEDO – A única maneira de fazer isso teria que ser através, pelo que entendo, do judicial de Grand Cayman que faz esse pedido ao Monetary Authority, que é basicamente o banco central de Cayman e eles fazem ao banco... a pedido deles o banco pode soltar essa informação para eles e eles viriam para vocês.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eu diria assim: o senhor não poderia, provocado pela CPI, quem sabe, propor ao Banco Central a autorização para estender o sigilo para a CPI?

O SR. FERNANDO TOLEDO – É que as leis de Cayman são bem explícitas nesse sentido. O processo tem que ser através dele e qualquer funcionário do banco em Grand Cayman assina um termo com o Governo de que não pode divulgar qualquer tipo de informação sem ser a pedido do Banco Central e esse processo é dessa maneira. Então, qualquer funcionário que quebrasse esse sigilo estaria sujeito a ser processado lá fora ou preso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O endereço exato...

O SR. FERNANDO TOLEDO – Eu poderia tentar ajudar? Acho que o processo correto teria que ser da CPI, dos senhores, fazerem uma solicitação oficial através deles para fazer esse tipo de coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O endereço exato da Trade Link é onde?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Lisbifidus Square...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Devagar, por favor.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Trade Link Bank, Lisbifidus Square...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia escrever para nós, por favor? (Pausa)

O senhor trabalhou alguma vez no Banco Rural?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teve alguma relação com algum familiar ou parente do banco rural?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Relação em que sentido?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Relacionamento pessoal. Relacionamento social, não-econômico.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, sou funcionário do Trade Link Bank e conheço o Sr. Rabelo, mas fora isso não sou...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem nenhum relacionamento mais íntimo, pessoal, amigável, social?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, gostaria de achar que é amigável, mas não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não social, né?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Frequenta a residência?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem uma residência fixa aqui no Brasil?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nenhuma residência fixa?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Não, senhor. Nunca tive.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Trade Link Bank existem gerentes donos de contas?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Como? Desculpa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por exemplo, qual é a organização para cuidar das contas do Trading Bank.

O SR. FERNANDO TOLEDO – Internamente, temos uma estrutura...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Divide por várias pessoas?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia de quem cuidaria dessa conta Beacon Hill?

O SR. FERNANDO TOLEDO – Essa conta Beacon Hill...Eu posso...Eu não posso, mas temos os nossos gerentes de conta, mas que eu saiba essa conta não é uma conta nossa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Estando o Relator e os parlamentares da Subcomissão satisfeitos com os esclarecimentos e o depoimento do Sr. Fernando Toledo, vamos dispensá-lo agradecendo pela sua presença, pela vinda a esta Comissão. Na verdade, a Subcomissão faz o questionamento, analisa com a assessoria, chega a algumas conclusões, e depois as encaminha para a Comissão, em Brasília, quando o Relator parte para a fase principal, a fase do relatório. Agradecemos os esclarecimentos e dispensamos o depoente.

Vamos suspender a reunião até às 15 horas para um rápido almoço e lanche. Retornaremos para a seqüência de depoimentos com o Sr. Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, o Sr. Manoel Bernardes e o Sr. Eduardo Maluf Martins.

Está suspensa a presente reunião.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Declaro reaberta a 42ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 5, de 2003 – CN, com a finalidade de apurar a responsabilidade sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados “paraísos fiscais”, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa e reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002 por meio das chamadas contas CC-5.

Ouvimos, na parte da manhã, antes do almoço, diversos depoimentos. Foram depoentes o Sr. Joel

Guedes Fernandes, a Drª Kátia Rabelo, o Dr. José Roberto Salgado, o Dr. Fernando Toledo e o Dr. Eduardo Fonseca Santos. Agora, nesta segunda etapa, ainda no dia de hoje, os depoentes programados são o Sr. Eduardo Maluf Martins, Diretor do Clube de Futebol Cruzeiro, o Sr. Manoel Bernardes, proprietário da empresa Manoel Bernardes Jóias, e Paulo Roberto de Oliveira Bernardes.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Pela ordem, o Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Dois aspectos que quero levantar. Primeiramente, para que não se torne um precedente que ganhe corpo em nossas diligências, sugiro que todos os questionamentos sejam feitos em reunião aberta. No momento em que for necessário, no momento em que acharmos necessário, que estivermos convencidos de que se deve fazer sob reserva, desde que esta reserva traga verdadeira utilidade para a CPMI, em termos de dados que sejam relevantes, aí, então, no meu modo de entender, devemos ser consultados sobre transformá-la em reunião reservada, em fechada. Do contrário, acho que deve permanecer aberta, até porque, assim, muitas vezes o público pode nos encaminhar determinadas denúncias que podem ser relevantes para a continuidade das diligências.

Quero, buscando resgatar o papel das audiências públicas, citar o exemplo do Sr. Fernando Toledo. Ele não falou nada, negou tudo. Parecia que ele não tinha absolutamente nada a ver com aquilo que temos comprovado por documento, mostrando que pela Trade Link Bank passaram várias contas irregulares, pelo Banestado, passou pelo Banco Rural, vai para contas de pessoas como Conta Tucano, Midler. Aqui ele fez um exercício de hipocrisia. Então, penso que tem que ser aberta justamente para isso. A reunião secreta fica para quando se trazer alguma coisa de utilidade para nós.

Com relação ao Sr. Fernando Toledo, quero encaminhar à presidência dos trabalhos um requerimento para que ele possa ser novamente ouvido, em Brasília, pela CPMI, já que não nos trouxe nenhum dado relevante e continua, pelo menos para mim, a possibilidade de que a Trade Link Bank faça parte de um “paraíso fiscal” nas ilhas Cayman, e até o momento existe forte suspeição de sua ligação com o Banco Rural.

Dessa forma encaminho, como proposta, o pedido para que ele seja novamente ouvido lá na CPMI em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A Presidência esclarece que, como Presidente substituto,

não me cabe nenhum tipo de decisão a não ser seguir o que tem sido a tradição desta Comissão, desta CPI, cujo Presidente, Senador Antero, esteve impossibilitado de aqui comparecer hoje por votações importantíssimas das reformas no Senado, como S. Ex^a já havia antecipadamente explicado.

A respeito do requerimento, cabe inteira razão a V. Ex^a de uma certa frustração por um dos depoentes ter recorrido à reunião reservada e efetivamente se portado como representante de uma empresa estrangeira com dupla nacionalidade, portanto, respeitando as normas mais do país sede da empresa que ele representa, com relação a essa frustração, digamos do ponto de vista das apurações, realmente cabe razão a V. Ex^a. Sendo assim a Presidência vai encaminhar ao plenário da Comissão em Brasília o seu requerimento, submetendo-o à discussão e votação, quando da presença do presidente efetivo e dos demais membros participantes da CPI.

E também, concorde com V. Ex^a, passa por uma certa frustração produzida pela forma como esse depoimento foi feito, utilizando-se do fato de a Subcomissão ter suas limitações.

Agora, sobre as reuniões reservadas, sabemos que tradicionalmente o requerente pode solicitar que seja feita reunião reservada quando há questão de sigilo de justiça, ou seja, quando está sendo julgado ou acusando alguém; é pertinente também quando há algo a acrescentar à CPI, algo a enriquecer, dados novos a nos fornecer e conseqüentemente pode-se pedir a oitiva em reunião reservada no sentido de colaboração e para não vir a sofrer eventuais conseqüência de natureza jurídica, que não foram os casos, mas, em última hipótese, temos seguido a regra adotada pelo Senado Antero, que é de acompanhar o parecer do Relator.

Ainda por esta reunião, como somos Presidente substituo, seguiremos a tradição da nossa Comissão em Brasília de pedir e acompanhar a recomendação do Relator. Posteriormente, voltaremos a discutir esse tema em Brasília.

Volto então à lista dos depoentes. Convido para sentar aqui no nosso plenário, local para os depoentes convidados, o Sr. Eduardo Maluf Martins.

A Presidência passa o termo de compromisso, assinado de acordo com o Regimento, pelo Sr. Eduardo Martins Maiaui, diretor de futebol profissional, atualmente diretor do Cruzeiro Esporte Clube.

Parabéns pelo Cruzeiro.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Eu, como bom palmeirense, estou torcendo para o Cru-

zeiro ganhar de todos os outros paulistas. Parabéns novamente.

Agora, voltando – depois de quebrada a formalidade – ao nosso termo de compromisso. O Regimento do Congresso Nacional exige dos depoentes e também dos convidados a assinatura de um termo de compromisso, V. S^a já assinou esse compromisso, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5^º, inc. LXIII, da Constituição Federal.

Já firmado esse termo de compromisso, a Presidência indaga do Relator se há algum posicionamento prévio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, com todo o respeito e tenho certeza de que o Dr. Hélio compreende a posição da Relatoria, temos mantido a posição de que quando o depoente solicita a reunião reservada, por motivos de sua vontade, deferimos esse entendimento de reserva. Essa é uma hipótese. A outra é: quando o interesse da investigação se revela, é necessária a reunião reservada. Nesse caso aqui, é como entendo deva ocorrer. Então, estou propondo a V. Ex^a que a reunião seja transformada em reservada neste momento para que eu, como Relator, e os demais Parlamentares possamos conversar com o Sr. Eduardo Maluf Martins. Evidentemente, se for o caso, ainda hoje mesmo, dependendo da avaliação que fizermos, poderá ser transformada em pública novamente, sem nenhum problema.

Então, requeiro a V. Ex^a que a reunião seja transformada em reservada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Como a Presidência já afirmou na questão de ordem do Deputado Dr. Hélio e nesta reunião, como Presidente substitutivo, vou seguir as regras predeterminadas de solicitar o parecer do Relator e considerá-lo como fundamental nas questões de reservar as reuniões ou torná-las públicas.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Neste caso específico, e ouvindo as razões solicitadas e colocadas claramente pelo nobre Deputado Relator, concordo. Só não entendo que em condições do depoente pedir reuniões reservadas em CPV. nós podemos abrir um precedente, que é sério, para os demais depoentes que teremos ao longo dos seis meses. Mas neste caso especial, dados os critérios que observamos junto ao nobre Relator, ele tem razão e concordo que seja reservada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Vamos suspender a reunião por dois minutos. Só ficam no Ple-

nário os parlamentares e os assessores devidamente credenciados.

Está suspensa a reunião em que está sendo inquirido o Sr. Eduardo Maluf Martins.

(Suspende-se a reunião por 2 min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Vou pedir que fechem as portas e passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor quer fazer alguma consideração preliminar? O senhor tem direito a usar a palavra inicialmente, se quiser.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, estou sendo convocado e não sei o motivo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está bem.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Na convocação que recebi, não diz o motivo. Então, eu gostaria de ouvir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é diretor do Cruzeiro?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Sou diretor de futebol do Cruzeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desde quando?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Trabalhei no Cruzeiro em 1998 e 1999; ausentei-me no ano de 2000, quando trabalhei no clube Atlético Mineiro, voltei para o Cruzeiro no ano de 2001, 2002 e continuo até hoje.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conta no exterior, alguma movimentação bancária de contas do senhor no exterior?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca fez nenhuma movimentação no exterior?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Nenhuma movimentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse HSC Agent for Midler Corporation S. A. o senhor conhece?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece a Beacon Hill?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Banco Internacional de Funchal, em Lisboa?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma operação com esse banco?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não tive.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor também não teve conta nesse banco?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não tive.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós temos aqui um registro de uma operação que o senhor fez com esse banco em junho de 2001, US\$30 mil.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, nunca fiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está transferindo por ordem do senhor, do Banco de Funchal para o Beacon Hill.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Eu fazendo transferência?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, nunca fiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eduardo Maluf Martins.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – É; mas realmente nunca fiz. Eu realmente estive em Portugal no final desse ano, levando um jogador para passar por exames médicos. Nunca conheci esse banco e nunca fiz nada com esse banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia do que pode ser isso?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Eu transferindo... O senhor pode repetir? Beacon Hill é o quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Beacon Hill é uma empresa americana, que trabalhava com modas.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar do nome Medler?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Nunca ouvi. Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há outra indagação. O senhor disse que esteve no Cruzeiro em 1998 e 1999, não é isso?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois, ficou fora em 2000...

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – No ano de 2000.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois, em 2001, 2002, voltou.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Voltei em 2001, 2002 e estou agora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Cruzeiro fez movimentações de contas no exterior?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Eu cuido da parte do futebol, do planejamento e da execução

do futebol profissional. Essa parte de negociação é da área comercial e financeira e eu não participo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor saberia me dizer quem era o diretor em 1996 dessa área, no Cruzeiro?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, porque vim para o Cruzeiro em 1998, para exercer essa função.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o setor comercial que trabalha com isso?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – É a parte comercial e financeira, parte de transações de jogadores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem o presidente do clube nessa época, o senhor não saberia me dizer? Em 1996?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, não vou cometer...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma injustiça.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Injustiça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há mais outras duas operações também do Cruzeiro, em 1999. O senhor já estava lá. O senhor tem idéia?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Qual a transação?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do Cruzeiro com uma empresa T&T Sports Marketing Limited.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Olha, sou Diretor-Executivo do Futebol. Então, quando existe a negociação de jogadores, participo do planejamento, se o jogador pode sair ou não. Como a parte comercial e a parte financeira procedem não é da minha alçada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor saberia me dizer quem era o diretor dessa época, em 1999?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Diretor de futebol?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Comercial e financeiro.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, sinceramente, não. O financeiro deve ser o que está até hoje. É uma área de que não participamos diretamente. O futebol é um pouco fora dessa área comercial. Todas as negociações internacionais são feitas na presidência, na vice-presidência. Não tem um funcionário específico para fazer. São coisas que... É a coisa mais importante do clube. Então, ela é feita no nível maior do clube, por meio do seu presidente, vice-presidente e a vice-presidência financeira. Nós, do futebol, só direcionamos a saída do jogador e qual jogador que vamos

repor. Em relação à venda, à contratação de jogador, não tenho muitas informações a passar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem idéia dos US\$30 mil?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor estaria disposto a nos dar uma autorização para, em Portugal, conseguirmos ver qualquer movimentação em seu nome nesse banco?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Estaria, estaria. O que seria essa movimentação? Eu enviei dinheiro para lá?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor depositou, por meio do Banco Funchal, de Portugal, na Beacon Hill, na subconta chamada Medler.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, não. O senhor está autorizado a fazer esse levantamento. Nunca tive, nunca mandei dinheiro para essa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor também não tem conta no banco?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não tenho conta no banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu vou providenciar uma autorização, em que o senhor daria para a CPMI poderes para poder, no banco, buscar toda movimentação que, porventura, tenha existido em seu nome?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inclusive, contas, se existentes?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Com certeza. Está autorizado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou propor isso à CPMI, no momento adequado, Sr. Presidente, para que ela autorize a busca desses documentos no Banco Internacional do Funchal, em Lisboa, Portugal.

O senhor disse que conhecia esse Banco. O senhor esteve nesse Banco?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não. Porque quando eu estive em Portugal, na venda de um jogador do Atlético, eu, como Diretor de Futebol fui acompanhá-lo para fazer os exames médicos e tudo. Igual a gente vê a propaganda aqui em **outdoor** e não sei o que, eu realmente vi Banco Funchal em Portugal.

Eu estive na cidade de Lisboa e fiquei oito dias acompanhando os exames médicos de um jogador, que não deu certo; não foi vendido...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se lembra dessa data, 21 de junho?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Olha, eu não lembro a data, porque vou falar para o senhor que

a temporada na Europa começa em agosto. Então, a contratação é anterior a agosto. Pode ser junho ou julho. E foi extremamente divulgada pela imprensa a ida do jogador e que eu estava acompanhando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A Presidência indaga do Relator se S. Ex^a está satisfeita quanto à segunda parte da...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se houver necessidade eu volto a indagar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Com a palavra o Deputado Dr. Hélio.

O SR DR. HÉLIO (PDT – SP) – Bom, eu praticamente estou satisfeito com essas questões do Relator e com as respostas. Eu só queria frisar dois aspectos. O senhor já assinou algum documento de transferência ou de venda de jogador a esta época?

O SR EDUARDO MALUF MARTINS - O cargo de diretor de futebol não a ele essa prerrogativa de ter o direito de assinar, porque toda a transferência internacional e de venda, só tem validade com a assinatura do presidente ou por quem o estatuto do clube o permitir.

Então, a minha função nunca, nos dois clubes em que passei nesse período todo, me deu poder de fazer nenhuma transação.

O SR DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor poderia citar o nome desse jogador de quem se tentou fazer transferência em Portugal?

O SR EDUARDO MALUF MARTINS - Foi o Marques, o jogador do Atlético que, na época foi vendido. Eu o acompanhei e deu problema no exame médico. No tornozelo dele apareceu, foi até noticiado nacionalmente uma radiografia de um parafuso, e o médico do Benfica não autorizou a venda.

Eu fiquei em Lisboa, nesse período, tentando contornar essa situação aqui, porque nós iríamos entrar com uma ação de indenização na FIFA. Naquela oportunidade, eles aceitaram fazer a negociação. E, aí, o jogador não quis ir. Para ir de contrapeso foi um jogador, o André. Eu estava em Portugal e a negociação foi feita no Brasil, onde ele foi vendido por dois milhões e quinhentos mil dólares.

O SR DR. HÉLIO (PDT – SP) – Existia a possibilidade naquela ocasião, que antecedeu a ida do jogador, de V. S^a receber algum dinheiro daqui do Brasil para Portugal por este Banco?

O SR EDUARDO MALUF MARTINS - Nunca. Eu falo para o senhor. Estou extremamente tranqüilo. Nunca existiu, não mandaram o dinheiro. Eu viajava com o dinheiro do clube já com a passagem reservada, o

hotel reservado. Não tinha necessidade de ser enviado nenhum dinheiro do Brasil para Portugal.

O SR DR. HÉLIO (PDT – SP) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Com a palavra o Deputado João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. Eduardo, o senhor se lembra de ter eventualmente assinado alguma procuração de empresário nesta viagem?

O SR EDUARDO MALUF MARTINS - Sinceramente, não. Eu tenho convicção de que eu assinei a ficha do hotel; alguma coisa da agência de viagem. Mas nenhuma procuração para jogador de futebol nenhum.

Acompanhei o jogador que realmente tinham um procurador, na época o André, mas não me lembro de ter assinado nenhum documento para ninguém.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – E esse procurador foi junto? Seguiu junto na viagem?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Porque eu fiquei em Portugal oito dias. E quando o Marques não deu certo, na ida do André ele levou o procurador dele. Mas não tive contato assim com ele lá, no dia-a-dia. Ele é quem discutiu os contratos do jogador com o clube e eu resolvi só o problema do atleta, que através daqui acertou os valores, mandou o contrato e autorizou o depósito na conta do Clube tal, que aí já não competia a mim. Era através do departamento financeiro.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito! Por parte deste clube com o qual o senhor foi estabelecer conversações, teria havido também a participação de algum empresário ou de algum representante do clube ou que o senhor teria assinado um pré-trato, uma carta de intenção, um documento qualquer que tenha a assinatura do senhor e que poderia ter eventualmente ter sido assinado por outra finalidade?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Nessa procuração do Marques o procurador dele acertou o contrato dele aqui e eu só o acompanhei para fazer os exames. Nessa venda do André foi feito através de um grupo de empresários portugueses que tiveram em Belo Horizonte, acertaram com o Atlético e eu já estava em Portugal para receber o jogador. E realmente nós sentamos junto com o Presidente do Benfica e com esse procurador que fez a venda do jogador. Realmente, sentamos, sim. O Presidente do Benfica, eu representando o Atlético, eles representando o Clube que fez a venda e para fazer o contrato do jogador, sim.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Então, com essas colocações o senhor que poderia ter sido utilizado na sua assinatura para a finalidade de alguém ter utilizado e aberto esta conta lá com esse dinheiro, de alguma maneira ter...?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Olha, eu até que me prove o contrário eu não suspeito de ninguém. Nesse período eu através do Benfica com a não acerto do Marques, eu passei alguns fax do Benfica para o Atlético para se acertar situações que nós poderíamos entrar na Fifa e o Atlético, também, passou esse Fax para mim na sala do Presidente do Benfica.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – O senhor nunca recebeu nenhuma informação deste banco que o senhor dispõe desta importância que está depositada lá?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Ela está depositada?

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – É. São trinta mil dólares.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Eu nunca recebi. Que está na minha conta?

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – É. A aqui registra o senhor dando a ordem para transferir.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Ah! Bom, quer dizer que não tem dinheiro na...

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Bom, pode ser que tenha, não sei.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, eu nunca tive e nunca fui...

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – O senhor nunca recebeu um valor de salário, trabalho fora?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Nada. Eu nunca fiz nenhuma transferência de dinheiro do Brasil para qualquer lugar que seja.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar em Dário Messer?

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Não, nunca ouvi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só quero lhe dizer que, então, brevemente eu vou lhe mandar um documento que o seu advogado, evidentemente vai tomar conhecimento e que autoriza, então a CPI a buscar os documentos no Banco Funchal sobre essa operação.

O SR. EDUARDO MALUF MARTINS – Está Ok!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Então, pelos documentos que possuímos aqui como o Relator deixou claro havia esta operação que está registrada nos papéis que recebemos nesta CPI, que

V. S^a nega, mas que é provavelmente provável desde que realmente officie, como o Relator está solicitando, a autorização e o Banco confirme.

E de um outro lado a outra que não tem nada haver, não é. Quer dizer, a operação cruzeiro também está registrada aqui, mas ela se dá na área financeira comercial e V. S^a responde pela área esportiva.

Então, vamos dispensá-lo e agradecer a presença, o próprio Relator fez questão de sugerir que a reunião fosse reservada exatamente pela notoriedade do teu nome, do Clube e tudo o mais e também pelas informações dos dados que nós temos que realmente não justifica todos estes dados de Imprensa. A menos que respondesse o senhor também pela diretoria financeira do Cruzeiro.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, eu quero sugerir ao nobre Relator que busque junto ao Clube Cruzeiro que officie o nome do Diretor Financeiro à época que conheci com o contato que não se efetivou do Marques, e contrato do André, enfim destes jogadores, e que busque esta relação com esta data do depósito no Banco Funchal dessa quantia que passou pela conta em Lisboa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Agradecemos a presença do Sr. Eduardo Maluf Martins. V. S^a está dispensado.

A reunião está suspensa por 5 min.

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Está reaberta a 42^a Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que trata da operação Macuco.

O próximo depoente é o Sr. Manoel Pereira Bernardes, que já assinou termo de compromisso, conforme dispõe nosso regimento. O empresário, então, se compromete, nos termos do art. 213 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5^º, inciso LXIII, da Constituição Federal. O termo de compromisso, que é uma norma das Comissões Parlamentares de Inquérito do Senado Brasileiro, já está assinado.

inicialmente, o Sr. Manoel Bernardes está convidado e convocado para colaborar com esta Subcomissão da CPI e dispõe de até 30 min. para a sua explanação. O senhor já sabe o motivo da CPI. A CPI trata das operações CC-5, Foz do Iguaçu, Banestado, de Nova Iorque, no período de 1996 a 2002, a chamada operação Macuco, que trata de evasão de divisas,

que, diante das documentações que temos, pode vir com dinheiro já justificado perante a Receita brasileira, perante as autoridades ou de origem não justificada. Cabe a essa CPI a tentativa de separar o joio do trigo para dar continuidade às operações.

V. Sr^a dispõe, em querendo, de até 30 min. para usar da palavra. Lembro que o advogado aqui presente não pode participar ou interferir no depoimento.

O SR. MANOEL BERNARDES – Boa tarde a todos. Gostaria de passar imediatamente às perguntas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Concedo a palavra, então, ao Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Manoel, gostaria inicialmente que o senhor pudesse nos narrar quais são as empresas das quais o senhor é proprietário, as denominações e o ramo de atividade de cada uma delas.

O SR. MANOEL BERNARDES – Organizações Manoel Bernardes, indústria de jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa é a única empresa?

O SR. MANOEL BERNARDES – Faço parte da agropecuária Riacho do Campo. Sou acionista, também por herança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a denominação oficial?

O SR. MANOEL BERNARDES – Agropecuária Riacho do Campo S. A.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Organizações Manoel Bernardes, essa...

O SR. MANOEL BERNARDES – Organizações Manoel Bernardes Ltda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa denominação Manoel Bernardes Comércio e Indústria Ltda.

O SR. MANOEL BERNARDES – Exatamente. Desculpe, ela foi alterada recentemente para essa denominação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o ramo de atividade?

O SR. MANOEL BERNARDES – Indústria e comércio de jóias e pedras preciosas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em qual local está estabelecida?

O SR. MANOEL BERNARDES – Av. do Contorno, nº 5417, Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É um edifício? Tem andar?

O SR. MANOEL BERNARDES – Ocupa do 1º ao 4º andar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem operações no exterior?

O SR. MANOEL BERNARDES – Temos uma área de comércio exterior que vende produtos, sobretudo pedras brutas e lapidadas. Há também uma pequena parte em jóias, mas a maior parte é pedras.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tenho um endereço...então é do 1º ao 4º andar? (Pausa)

Nesse prédio há outras atividades, outras empresas?

O SR. MANOEL BERNARDES – São 12 andares. Há várias outras empresas que não tem nenhuma relação conosco, estabelecidas nesse endereço

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma relação com essas outras empresas?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O prédio é do senhor?

O SR. MANOEL BERNARDES – É. O prédio é da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Relações, então, de inquilino e proprietário.

O SR. MANOEL BERNARDES – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a empresa chamada Beacon Hill?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na conta Lonton?

O SR. MANOEL BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Redox? Já ouviu falar?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dentre essas empresas que foram inquilinas da empresa que o senhor é proprietário, o senhor se lembra da Sólida Factoring?

O SR. MANOEL BERNARDES – A Sólida Factoring estava no 6º andar do prédio, se não me engano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quem são os proprietários dela?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tinha relações com essa Sólida Factoring?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve relações comerciais?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Aroldo Bicalho Silva?

O SR. MANOEL BERNARDES – Sim. O Sr. Aroldo trabalha na Sólida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o seu conhecimento com ele é como?

O SR. MANOEL BERNARDES – Ele era inquilino no prédio. Várias vezes encontrava com ele na garagem. Ele tem uma relação de amizade com a gente, mas não comercial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe a atividade dele?

O SR. MANOEL BERNARDES – Factoring.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trabalhava também com moedas?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não saberia dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a conhecer Paulo Roberto Grapiuna Lima?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não. Não sei de quem se trata.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Maria das Graças Tacarraxi Lima?

O SR. MANOEL BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que o Sr. Aroldo era da Sólida Factoring?

O SR. MANOEL BERNARDES – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele que mantinha o contato com o senhor?

O SR. MANOEL BERNARDES – Nos encontramos várias vezes na garagem. Ele era...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Digo, mas para celebrar o contrato de locação da Sólida Factoring...

O SR. MANOEL BERNARDES – Não é comigo essa área. É outra área da empresa que cuida da parte administrativa. Minha área é desenvolvimento de produtos, então não tenho esse tipo de relação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Encontramos na Beacon Hill e essa conta Lonton com o endereço da empresa do senhor, inclusive com o telefone coincidente. Esse telefone é da Sólida Factoring.

O SR. MANOEL BERNARDES – Sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse Aroldo, que o senhor conhece, é sócio do Sr. Paulo Roberto Grapiuna Lima, a que me referi agora pouco. Eles são responsáveis por essa outra empresa chamada Redox, também da Beacon Hill. Lá o telefone do senhor consta como sendo da Sólida. O senhor não teve nenhuma relação com a Sólida?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E as operações internacionais o senhor fazia através de que?

O SR. MANOEL BERNARDES – Nós temos várias relações internacionais. Temos contrato de câmbio,

vários, usamos vários bancos: Itaú, Bradesco, Banco do Brasil...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca usou a Beacon Hill?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece esse nome: Lonton Trade Limited?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Élcio Antonio de Azevedo, o senhor conhece?

O SR. MANOEL BERNARDES – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde é?

O SR. MANOEL BERNARDES – Élcio Antonio de Azevedo é de uma empresa Séculos, que é uma grande indústria de Belo Horizonte de jóias. A gente conhece toda a família Azevedo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que chama a empresa?

O SR. MANOEL BERNARDES – Séculos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também trabalha com jóias?

O SR. MANOEL BERNARDES – Trabalha com jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe onde o Sr. Élcio se encontra?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem o endereço?

O SR. MANOEL BERNARDES – Ele é aqui de Belo Horizonte, mas exatamente o endereço eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem relações comerciais com essa empresa?

O SR. MANOEL BERNARDES – Tenho algumas relações comerciais, sim, com ela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que tipo?

O SR. MANOEL BERNARDES – Eles são fabricantes de jóias. Eles têm um tipo de produto, que são alianças, que a gente normalmente compra deles, para revender aqui no Brasil mesmo. De qualquer forma, a gente se conhece, todas as ferreiras... Do Trade, a gente conhece.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sempre manda as suas remessas para o exterior através dos bancos oficiais?

O SR. MANOEL BERNARDES – Olha, absolutamente, não estou me lembrando de ter feito remessas para fora, porque na verdade a gente recebe remessas, na sua imensa maioria das vezes, a gente exporta. Não tenho recordação aqui de nenhuma remessa feita.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E desses recebimentos que o senhor faz, o senhor recebe através de fechamento de câmbio, todos eles?

O SR. MANOEL BERNARDES – Fechamento de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E em nenhuma ocasião através do mercado paralelo?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não, porque a gente tem uma série de benefícios exportando, então para nós não tem sentido, e nem tem prejuízo uma vez que também não há taxação de impostos na exportação. Então penso que não teria nenhum sentido fazer uma operação através do mercado paralelo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A documentação quando o senhor recebe, o senhor analisa se esses documentos passaram por essa empresa chamada Beacon Hill?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não, de forma alguma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem esses documentos com o senhor na empresa?

O SR. MANOEL BERNARDES – Os documentos de fechamento de câmbio?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. MANOEL BERNARDES – Absolutamente todos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia relacionar alguns dos seus clientes no exterior?

O SR. MANOEL BERNARDES – Olha, eu não poderia dizer-lhe agora porque a minha área na empresa é desenvolvimento de produtos. Eu não trabalho com mercado externo. Mas são vários, em todos os países, Japão, Tailândia, Estados Unidos... Tenho vários clientes em todos eles. Se o senhor precisar, depois eu posso providenciar uma lista de clientes. Isso não é um problema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, esta relatoria vai solicitar a quebra do sigilo dessas operações da empresa, porque aqui nós temos operações registradas que movimentam as contas da Beacon Hill.

O SR. MANOEL BERNARDES – Sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os levantamentos acusam essa movimentação. Precisaríamos analisar um pouco melhor para ver de que tipo podem ser essas operações. O senhor disse que raramente faz remessas?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não estou lembrado de fazer remessas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem muita movimentação entrando para pagamento de exportações?

O SR. MANOEL BERNARDES – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses clientes são clientes renomados?

O SR. MANOEL BERNARDES – Olha, tem de todo tipo de cliente. O Sr. imagina, quando vai a uma feira, participa de várias feiras, o cliente compra na hora, paga. Pode ser um cliente simples, compra pouca quantidade, leva. Outros podem ser grandes clientes. Então, tem de todo o tipo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chega a movimentar vendas em espécie nessas feiras? Valores menores?

O SR. MANOEL BERNARDES – É possível sim. É possível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E que tratamento é dado a essas moedas?

O SR. MANOEL BERNARDES – Fechamento de câmbio. A gente sempre faz o fechamento de câmbio ou a transferência pro banco brasileiro, imagino.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a utilizar ou receber, remeter para o CC-5?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não. Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Falcão Lugando?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Switzerland?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui há um registro de uma operação de mais de US\$200 mil quando a empresa do Sr. deu a ordem para pagar.

O SR. MANOEL BERNARDES – Hum, hum. Não, não sei do que se trata.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. tem conta ou sua empresa no American Express Bank?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui há uma outra movimentação por ordem da Manuel Bernardes, de US\$ 200 mil que credita o Express.

O SR. MANOEL BERNARDES – Eu desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui há uma ordem de Manuel Bernardes para Manuel Bernardes, pela Beacon Hill, creditando lá fora a própria empresa. Uma remessa da Manuel Bernardes creditando lá fora na Beacon Hill também a Manuel Bernardes.

O SR. MANOEL BERNARDES – Desconheço essa operação também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem na empresa teria conhecimento sobre essas operações?

O SR. MANOEL BERNARDES – As operações de câmbio são tratadas na área financeira. Então, provavelmente, na área financeira, tem mais conhecimento sobre os contratos de câmbio. Muita das vezes, eu assino, até eu mesmo assino o contrato de câmbio, mas não sou eu que gestiono, nem que faço

as operações de câmbio. Isso está na área administrativo-financeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. teria o nome da pessoa que opera, que executa as operações de câmbio.

O SR. MANOEL BERNARDES – O gerente administrativo-financeiro da Manuel Bernardes é José Eustáquio Cardoso. Ele é funcionário da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é gerente administrativo e financeiro?

O SR. MANOEL BERNARDES – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gerente?

O SR. MANOEL BERNARDES – Hum, hum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele que é responsável por esses fechamentos?

O SR. MANOEL BERNARDES – Hum, hum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Paulo Roberto de Oliveira Bernardes atua em que área?

O SR. MANOEL BERNARDES – Área de varejo, cuida das lojas da Manuel Bernardes aqui e em Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele também não mexe nessas operações?

O SR. MANOEL BERNARDES – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A responsabilidade, a titularidade da empresa é do Sr. sozinho? Tem outros sócios?

O SR. MANOEL BERNARDES – Titularidade?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Proprietário da empresa?

O SR. MANOEL BERNARDES – Somos oito irmãos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os oito são proprietários?

O SR. MANOEL BERNARDES – Somos, por herança também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Algum dos irmãos supervisiona essa área de câmbio?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Park View Services?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tupi Câmbios?

O SR. MANOEL BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque aqui também temos registro de operações, no Banestado, de Manoel Bernardes Limitada.

O SR. MANOEL BERNARDES – Como fechamento de câmbio?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, uma remessa que foi o ordenante Park View Service, num

caso, e, no outro caso, o Manoel Bernardes é o próprio ordenante, que envolve a Tupi Câmbios.

O SR. MANOEL BERNARDES – Eu desconheço. Quando que foram essas operações?

O SR. RELATOR (José Mentor) – 97, 98, essas do Banestado. As outras aqui vêm até 2002, até o valor da CPI são muitas operações que envolvem a Beacon Hill.

O SR. MANOEL BERNARDES – Certo. 97, 98, certamente, eu não teria nenhuma lembrança, além de não ser uma área que eu trabalho mesmo. Como fala no Tupi Câmbio, eu me pergunto se é a respeito de operação de fechamento de câmbio, mas você está dizendo que é uma remessa, na verdade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso, é uma remessa.

O SR. MANOEL BERNARDES – Então, não sei do que se trata.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa tem disponibilidade no exterior?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não que eu saiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela tem contas no exterior?

O SR. MANOEL BERNARDES – Também não que eu saiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A Presidência indaga se os demais Deputados têm alguma pergunta a formular ao depoente. Com a palavra o Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Dr. Manoel Bernardes, V. S^a já ouviu, já tomou conhecimento se essa Sólida Factoring, esse Sr. Aroldo Bicalho Silva trabalha comercializando dólares?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não, não sei.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Já ouviu falar, nunca ouviu falar?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não, não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Neste prédio alugado por V. S^a, nunca foi do seu conhecimento que esse Sr. Aroldo Bicalho Silva ou essa Sólida Factoring trabalha comercializando dólares?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S^a sabe que o que nos interessa, nessa discussão, é, no caso de V. S^a estar encaminhando remessa, que essa remessa tem o caráter de irregularidade.

O SR. MANOEL BERNARDES – Hum, hum.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Temos aqui o Banestado, duas contas. O valor qual? Banestado? E as demais todas com Beacon Hill. Eu entendi aqui

de V. S^a que esse dinheiro é muito mais resultante de uma venda de exportação. Portanto, V. S^a recepciona este dinheiro e não o remete.

O SR. MANOEL BERNARDES – Exatamente. Não quer dizer que tenha uma ligação com a Beacon Hill, porque desconheço, mas a origem do dinheiro é sempre fechamento de câmbio, trazendo divisas para o Brasil.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – De lá para cá.

O SR. MANOEL BERNARDES – Hum, hum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Hélio, pela oportunidade...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...na Beacon Hill, enviando, o registro é de 3 bilhões e 600; recebendo, de 11 milhões e 800. Realmente, o valor é maior recebendo do que enviando, mas há as duas operações. 11 milhões e 800, recebendo; e 3 milhões e 600, remetendo. E na base Banestado, são duas operações de 345 mil, tudo em dólar, claro.

O SR. MANOEL BERNARDES – De qualquer forma, esses valores são tão grandes que ultrapassam completamente o tamanho da empresa, que...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor já me respondeu a questão seguinte. Eu ia perguntar para V. S^a, sabendo dessa quantia em recebendo e em remetendo, qual era o tamanho desse patrimônio porque a quantia agora é muito grande.

V. S^a desconfia que tenham usado o nome de V. S^a para algum número de conta que possa ter facilitado que esses US\$3,6 milhões fossem encaminhados como remessa para a Beacon Hill, contas francamente irregulares?

O SR. MANOEL BERNARDES – Olha, eu não saberia dizer qual a vantagem de usar o meu nome. Eu não saberia dizer. Na verdade, a Manoel Bernardes hoje tem um valor de exportação por volta de US\$2,5 milhões, que varia de ano para ano, pela circunstância de mercado até US\$3 milhões. Essa é a ordem de grandeza das exportações que fazemos anualmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só um detalhe: aqui estamos falando do período da investigação – de 1996 a 2002. Então, se pegarmos por aí, pode ser que esse valor realmente coincida: US\$12 milhões em 6 anos.

O SR. MANOEL BERNARDES – Se for isso, é razoável: US\$12 milhões em 6 anos, de 1997 até agora?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim.

O SR. MANOEL BERNARDES – Pode ser, isso pode ser. Temos mais ou menos US\$2 milhões...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que se estranha é a passagem por uma empresa típica de doleiros. Essa é a questão.

O SR. MANOEL BERNARDES – Isso também me estranha.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Eu gostaria de dar como sugestão ao nobre Relator que pudéssemos ouvir o Sr. José Eustáquio Cardoso, gerente administrativo-financeiro, e também, com a quebra do sigilo, comparar esse dinheiro que entrou com as notas de fechamento de câmbio e com as vendas. Aqui, existem duas suspeições: ou essas pedras preciosas e um pouco de jóias estão num processo irregular, o que, portanto, corresponderia a uma evasão, ou precisamos buscar quais as razões para que esse dinheiro tenha saído do País sem correlação com o fechamento de câmbio de forma regular pelos chamados bancos oficiais.

Eu queria sugerir ao nobre Relator estas duas questões: a primeira delas seria ouvir o Sr. José Eustáquio Cardoso, o que pode ser feito hoje ou amanhã, pedindo à Polícia Federal que o localize, se for o caso, e, em segundo lugar, que tenhamos, entre hoje e amanhã, se o nobre depoente nos auxiliar, os documentos nessas datas, para que saibamos se esse dinheiro que entra tem relação com documentos de fechamento de câmbio, já que, quanto ao dinheiro que sai pela Beacon Hill de US\$3,6 milhões, a suspeita é de que se trata de um dinheiro irregular.

Por enquanto, é só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Passo a palavra ao Deputado João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. Manoel Bernardes, segundo sua própria informação, essa movimentação financeira, ao longo de 6 anos, está compatível com o movimento da empresa, a quantidade fim da empresa.

Os recursos que entraram e notadamente esse, por volta de US\$11 milhões ou um pouco mais, e esses cerca de US\$3 milhões que teriam sido remetidos para o exterior, normalmente, a empresa faz a remessa para o exterior a algum título? Entrar é normal, porque se faz a exportação, mas e os recursos remetidos para fora? A que título isso teria ocorrido?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não, eu acho que o tipo de dinheiro que a gente usa, quase a gente tem despesas de viagem. Acho que só se for esse tipo de despesas da viagem.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Tem comissão, tem algum tipo de remuneração paga lá fora? A que título isso teria saído?

O SR. MANOEL BERNARDES – As pessoas são funcionários brasileiros, portanto eles recebem comissão no Brasil mesmo.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – É, não é?

O SR. MANOEL BERNARDES – São viajantes, então eles viajam. E quando tem comissão, só aqui no Brasil mesmo.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Está bem. Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A Presidência indaga do relator se está totalmente satisfeito com o depoimento?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só há algumas questões aí, por hora.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Não, mas questão só, Senador? Esses aqui eu estou vendo da Beacon Hill, mas aqui o Sr. Manoel Bernardes está recebendo. Aqui ele está recebendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É, aqui as duas situações: recebendo e remetendo.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – É, não está recebendo. V. S^a tem uma conta no Unibanco Sociedade Anônima, de Belo Horizonte? Uma conta nº733824 é de V. S^a?

O SR. MANOEL BERNARDES – Provavelmente tenho. Unibanco. Provavelmente.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Tem. E está recebendo. Está recebendo. Não, não está enviando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem as duas situações aí no relatório: enviando e recebendo. Depois eu lhe mostro aqui o detalhe.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – A segunda também é recebendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem as duas situações.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Da Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já, já vemos já isso.

O senhor tem alguma informação que pudesse justificar o endereço da empresa do senhor estar na Beacon Hill relacionado a essa conta Lonton, que eu lhe perguntei? E o telefone, seu telefone da Factoring, que é do mesmo prédio, no sexto andar. O senhor tem essa idéia?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não. Não saberia dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor tem alguma informação que possa nos fazer entender por que um dos movimentadores da conta Lonton, que é inquilino do senhor, tem essa outra conta Redox também na Beacon Hill?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não, eu não saberia dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E veja o senhor que essas duas informações coincidem com a movimentação toda da empresa do senhor na **Bicon Rio**.

O SR. MANOEL BERNARDES – Olha, eu desconheço.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, o senhor me permite um aparte nessa parte? (Pausa)

O senhor é sócio dessa Factoring?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Não é sócio?

O SR. MANOEL BERNARDES – Nada. Não tenho nenhuma relação.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor já utilizou a Sólida para fazer alguma transação com Beacon Hill, através da Beacon Hill, da conta Baconhill?

O SR. MANOEL BERNARDES – Não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar à Mesa que pudesse convidar o Sr. Aroldo Bicalho da Silva para depor e a partir daí nós tomarmos outras providências, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Em diversas oportunidades o depoente Manoel Bernardes usou outro expediente, ou sinceramente, de que não poderia responder, não teria como responder, não sabia, não cuidava, não era responsável pela área cambial, a área financeira ou comercial. Então a Presidência indaga do Sr. Relator o requerimento do Deputado Dr. Hélio no sentido de também se fazer a convocação do Sr. Diretor Financeiro...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse pedido nós já havíamos orientado a assessoria para providenciar.

O SR. MANOEL BERNARDES – O gerente administrativo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso, José Eustáquio Cardoso.

Agora, o senhor disse que aquele senhor...

O SR. MANOEL BERNARDES – Aroldo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não. Esse senhor de que eu lhe dei o nome agora há pouco, que é de uma grande empresa...

O SR. MANOEL BERNARDES – Élcio Azevedo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. O senhor sabe onde poderíamos encontrá-lo?

O SR. MANOEL BERNARDES – Se o senhor ligar na Sécuius, Empresa, eles certamente vão saber onde encontrá-lo

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vamos fazer um requerimento. Vamos requerer também a oitiva desse senhor. E esse Sr. Aroldo continua no 6º andar do prédio do senhor?

O SR. MANOEL BERNARDES – Acho que ele mudou de lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Faz quanto tempo, o Senhor sabe?

O SR. MANOEL BERNARDES – Pouco tempo. Não sei quanto tempo, mas pouco tempo, parece.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia do lugar onde ele possa ser encontrado?

O SR. MANOEL BERNARDES – Acho que posso saber sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia contribuir conosco ou...

O SR. MANOEL BERNARDES – Claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, vamos determinar a assessoria que convoque os três.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Os três, os Srs. José Eustáquio Cardoso, Aroldo Bicalho e Silva...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Elcio Antônio de Azevedo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, queiram permaneçam sentados. (Pausa)

Fica aprovado e a assessoria técnica, com o auxílio do Sr. Manoel Bernardes, vai procurar entrar em contato com os convocados para dar continuidade aos depoimentos dentro deste assunto.

Quanto ao Sr. Manoel Bernardes, a Relatoria está satisfeita, por hora?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Satisfeita. Pediria que o Sr. Manoel ficasse no recinto até terminarem os...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Então, a Presidência solicita ao Sr. Manoel Bernardes que fique ainda no recinto, mas, o dispensa no momento da continuidade do depoimento. E convida para depor o Sr. Paulo Roberto de Oliveira Bernardes.

(Suspende-se a reunião por 2 min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Vamos reabrir, então, a nossa 42ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tendo como convidado depoente o Sr. Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, que também assinou o termo de compromisso, onde se compromete, nos termos do art. 203 do CPP, sob as penas de lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal. Já está assinado o termo de compromisso e o Sr. Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, querendo, poderá usar da palavra, fazer alguma exposição, qualquer coisa, ou, do contrário, passaremos para o Relator e os Deputados formularem as perguntas pertinentes. O senhor fique à vontade.

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não tenho nada a questionar. Na verdade, não tinha idéia do que era a CC-5, procurei saber e estou aqui. Mas, realmente, não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A Presidência então passa a palavra ao Sr. Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inicialmente, pediria ao senhor que descrevesse as funções e que tipo de participação tem na Empresa Manoel Bernardes Comércio e Indústria Ltda.

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Sou gerente da área de varejo, cuido da área de varejo da empresa. A Manoel Bernardes tem lojas aqui em Belo Horizonte e eu cuido desta área.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informações sobre as atividades comerciais da empresa com o exterior?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Tenho conhecimento daqueles assuntos que são mais amplos. De vez em quando, fazemos reuniões e se comenta, às vezes, sobre metas de resultados de vendas, só isso. É uma coisa mais por alto, porque não deixo de ser acionista da empresa como um todo. É mas nesse aspecto que tenho conhecimento da área do exterior. Mas, muito pouco, cuido da área de varejo, em Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os oito irmãos trabalham na empresa?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Trabalham. Tenho uma irmã que tem uma dificuldade mental, então ela vai lá e freqüenta. Mas... Sou tutor dela e ela não tem... Vamos dizer, ela trabalha, mas só para constar que trabalha. Fora isso, o resto trabalha. Tenho uma irmã, também, que cuida de uma empresa do tipo SWAT Store. É uma empresa independente dela. Ela hoje não trabalha mais na Barão Bernardes, mas nessa empresa que é uma SWAT Store, nas lojas de BH. O resto trabalha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Manoel Bernardes, seu irmão, é o presidente da empresa?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é o responsável, dos irmãos, por essa área de comércio exterior?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Eu tenho um irmão, Marcelo Bernardes, que cuida dessa área de comércio exterior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. José Eustáquio Cardoso?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a função dele?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Ele é o Diretor Financeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tem alguma subordinação ao Sr. Marcelo Bernardes?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não. Lá dentro da empresa, a área financeira cuida de toda a parte financeira, não cuida da área comercial. O Sr. José Eustáquio faz a parte financeira de todas as áreas, não só... seja do varejo, da exportação, do atacado, de todas as áreas, ele faz a parte financeira. É assim que funciona.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a parte comercial toda quem faz é o Sr. Marcelo Bernardes?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – A parte comercial é com o Sr. Marcelo Bernardes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com o exterior...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Com o exterior...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Importação e exportação...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – A Manoel Bernardes ela não tem... Bom... Se ela tem importação, é muito pouca coisa. Praticamente, não importamos; só exportamos. Eu não tenho... Se a gente... Pode ser que importe alguma coisa, alguma pedra, mas é muito pequeno. Nosso processo de importação é irrisório, entendeu? Basicamente, a Manoel Bernardes é uma firma exportadora. Ela faz os produtos aqui, lapida a pedra, compra a pedra bruta e exporta. Essa é a atividade principal nossa. Então, a gente não tem... Se tem, é muito raramente e em um valor irrisório, a exportação de pedra. Isso é o que tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento de como se dão essas operações de câmbio na empresa?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na exportação, como recebe os recursos, como recebe os valores da exportação... Fecha câmbio ou não fecha câmbio.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Normalmente, fecha câmbio. Normalmente, fazem a exportação. Pelo que entendo, o cliente remete o dinheiro e a gente fecha o câmbio em banco. É assim que funciona... Por alto... Em nível de detalhe, qual o banco que é, como que é... Eu não sei dizer especificamente. O que eu sei é que a gente exporta.

Os clientes enviam o dinheiro e a gente fecha o câmbio em banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde está instalada a empresa?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Na Avenida do Contorno.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o número?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – 5.417.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É um prédio grande, não é? Quantos andares ela ocupa?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – A Manoel Bernardes?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Ela ocupa... Um, dois, três... Três andares do prédio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Três andares. E o resto do prédio é de propriedade da empresa?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – É de propriedade da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual é a relação que o senhor tem com o pessoal do prédio. É inquilino, proprietário, locador... São áreas locadas?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – São áreas locadas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece essa Sólida Factoring?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, sei que a Sólida Factoring tinha escritório no nosso prédio. É esse o conhecimento que tenho deles... Nada mais que isso...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem mais?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Faz quanto tempo que deixou de ter?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Deixou de ter o quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Faz quanto tempo que a Sólida saiu do prédio?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Exatamente, eu não sei dizer. Eu acho... Não sei... Deve ter sido até a metade deste ano. Acredito em alguma coisa assim... maio e junho... Eu não sei exatamente, porque não é minha área verificar quem está lá. Só que, às vezes, eu via, encontrava no elevador. Não tenho visto mais. É exatamente nesse sentido. Então, não posso precisar quando ela saiu de lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é que cuidava do aluguel dessas...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Tem uma empresa, se não me engano, Atlântida, que é a empresa que faz, que seleciona os inquilinos e que recebe os aluguéis. Agora, dentro da Amaral Bernardes, quem conversa com a Atlântica é o Sr. José Eustáquio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor conhecia alguém da Sólida Factoring?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, eu conheço lá do prédio, de ver e cumprimentar uma pessoa que chama Aroldo; era esse que eu conhecia, mas de encontrar no prédio e tudo. Não tenho um conhecimento mais profundo com ele, não tenho não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É Aroldo Bicalho da Silva?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Acho que é, não tenho certeza sobre o nome também não. Era mais de encontrar no prédio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Paulo Roberto Grapiuna Lima?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Paulo Roberto Grapiuna Lima.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a Dona Maria das Graças Tracaache Lima?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar de uma empresa chamada Lonton Trading Ltda.?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Taís Ereras de Salas?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Élcio Antônio de Azevedo?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Élcio, sei quem que é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Eu conheço o Élcio através da Séculus. Eu conheço o pessoal da Séculus, a gente faz parte até ajudando uma obra que chama Lar dos Meninos, e eu conheci o Élcio lá e sei que ele faz parte do... Conheço o pessoal da Séculus, que é fabricante também de jóias, então conheço o pessoal da Séculus e

sei que o Élcio é um dos irmãos. É nesse sentido que eu o conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na Beacon Hill?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui temos operações de recebimento e remessa da empresa que o senhor trabalha nessa empresa Bicon Rew, que é uma empresa americana. O senhor nunca ouviu falar nesse nome?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, eu nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa Lonton é uma subconta da Beacon Hill, e o registro da Lonton, para operar a Lonton, é aquela empresa do sexto andar, a Sólida Factoring.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Entendi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E temos aqui uma movimentação grande da empresa do senhor na Beacon Hill.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma informação de algum tipo de operação com jóias que recebe recursos pelo mercado paralelo?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se alguma operação da empresa, ao invés de receber e fechar câmbio, opera com o mercado paralelo de moedas, de dólar, por exemplo, ou de ouro?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não tenho conhecimento disso. Não acho que isso aconteça porque não faz sentido. Hoje a diferença cambial não justifica ter nenhum tipo de operação nesse sentido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas nesse período de 96 a 2002?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Pois é, acho que não. Não vejo sentido nisso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se a empresa do senhor tem conta no Exterior?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se a empresa tem algum recurso disponível no Exterior?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aplicado?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, não tenho conhecimento de ter.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Centro Diamantatura?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Centro Diamantatura? Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Floriano da Silva? Idar Obstain?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Idar Obstain é uma cidade na Alemanha, que eu conheço. Agora, Floriano da Silva não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você tem idéia de quanto a empresa do senhor exporta por ano?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não tenho idéia. Com sinceridade, o valor preciso não sei te dizer. Não é minha área.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Rodrigo Passos?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Rodrigo Passos é um primo meu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também opera na empresa?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não. Rodrigo Passos é um primo meu que mora em São Paulo, mas não tenho conhecimento das atividades dele. Não tenho relacionamento com o Rodrigo. Faz anos que não o vejo. Aliás, até o encontrei na Feninge, que é uma fera de pedras que tem em São Paulo, mas não tenho relacionamento com o Rodrigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Faria sentido a empresa do senhor fazer uma remessa no nome dele em Nova Iorque?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Rodrigo? Estou tentando lembrar, mas não faz sentido, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos um registro aqui, de 1998, de US\$ 200 mil. Nova Iorque, 56 West, pela Beacon Hill.

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não tenho conhecimento, nem estou enxergando sentido nisso. Realmente, não sei te falar, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece alguém com o nome de Falcão?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lugano?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar numa empresa chamada Redox?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Redox? Não, não sei do que se trata.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A Presidência indaga se algum Sr. Deputado deseja usar da palavra? (Pausa)

Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Paulo Roberto de Oliveira Bernardes, o senhor já ouviu falar ou já ouviu comentários a respeito dessa Sólida Factoring, se essa Sólida Factoring transaciona com dólar, vende dólar no paralelo?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não tenho conhecimento nenhum da Sólida, a não ser que eles tinham um escritório no nosso prédio. Esse é o conhecimento que tenho da Sólida, restringe-se a isso. Para mim, o que está escrito, que estava lá no quadro era factoring. Esse é o conhecimento que tenho dela. Para mim, factoring faz é descontar cheques. É isso que entendo. O conhecimento que tenho é esse, de ver escrito lá no quadro do prédio Sólida Factoring.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O Sr. desconhece que a Manoel Bernardes Comércio e Indústria Ltda tenha feito qualquer transação com a Sólida Factoring do Sr. Aroldo Bicalho Silva?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Desconheço qualquer transação que tenha sido feita.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Nem desconto de cheques?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Vou te falar, não é minha área mesmo e não sei se nem desconto de cheque fez. Acredito que não, porque a Manoel Bernardes, nós não temos o costume de fazer desconto de cheque. Mas, baseado nisso, acredito que não tem, porque não costumamos fazer o desconto de cheque.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor tem idéia da média de venda para o exterior de pedras preciosas lapidadas pela organização? Uma média/ano. Seria razoável dois a três milhões de dólares ano?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Acho que seria razoável.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Devolvo a palavra ao Reitor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os registros que temos dizem que a Sólida Factoring é de propriedade de Paulo Roberto Grapiuna Lima, em sociedade com Maria das Graças Takarrash Lima. O Sr. Paulo Roberto é sócio de uma outra empresa com o Sr. Aroldo e a Sólida movimentava a conta Lonton na Beacon Hill.

No entanto, quem estava no sexto andar cuidando da Sólida era o Sr. Aroldo.

O senhor tem alguma explicação que possa juntar a Sólida, a Lonton, a Redox, o Sr. Aroldo e a movimentação da empresa do senhor com a Beacon Hill?

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, de forma nenhuma. Nem conheci essas pessoas que o senhor está falando, a não ser o Aroldo. O resto eu realmente não conhecia. Dessas, eu só conhecia o Aroldo e o Élcio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No registro da Beacon Hill o endereço é o sexto andar e da Lonton, esse empresa é uma subconta da Beacon Hill.

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não consegui memorizar esses nomes, que são novos para mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Lonton tem endereço na Avenida do Contorno nº 5.417, sexto andar, no Brasil, e tem como titular essas duas pessoas que lhe falei agora há pouco, Paulo Roberto Grapiuna Lima e Maria das Graças Takarrash Lima. No entanto, no sexto andar quem trabalhava era o Sr. Aroldo, que é sócio do Sr. Paulo Roberto na Redox.

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não sei se essas outras pessoas que o senhor está citando como donos da Sólida trabalhavam lá. Não posso dizer isso porque nunca fui lá e nunca entrei no escritório. Por conhecer o Aroldo, que já vi, e as outras pessoas não posso dizer se trabalhavam ou não lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tem nenhuma explicação para essa ligação com o espaço físico no mesmo prédio e pela movimentação da Beacon Hill de cerca de doze milhões de dólares, em seis anos, recebendo...

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Doze milhões de quem, de quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa do senhor de 1997 a 2002 operou US\$11,8 milhões da Beacon Hill e enviou US\$3,6 milhões nesse mesmo período.

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Para a Beacon Hill?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para fazer pagamentos

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Em realidade, deveremos continuar ainda, amanhã de manhã, a inquirir e a ouvir os representantes da Manoel Bernardes – já foram aprovados os três requeri-

mentos – e teremos audiência a partir das 9 horas da manhã neste mesmo local, já com outros depoimentos que haviam sido convocados e aprovados em Brasília. Acrescentamos, por força ainda de consolidar um melhor conhecimento, já que diversas vezes a resposta não preencheu os requisitos da Comissão. Três requerimentos foram aprovados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Requeiro que tanto o Sr. Paulo Roberto quanto o Sr. Manoel também estejam amanhã aqui, à disposição da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Os dois. Em realidade, explicando, Sr. Paulo Roberto, o Sr. Manoel Bernardes fez uma exposição pública e, em grande percentual das respostas, ele dizia “não sei, não é meu departamento, essa área financeira, área de câmbio, não tenho informação, não sei”. O expediente também foi muito repetido por V. S^a quando saía da sua área de atuação: “não sei, a minha área não é essa”. Então, a Comissão sentiu a necessidade, já que diversas vezes aparece nas nossas documentações, acumuladas ao longo do tempo sobre esta CPI, como explicitado pelo Relator, a empresa e seus vínculos com a Beacon Hill. Então, a Comissão entendeu necessário ouvir pelo menos mais dois ou três convidados para expor sobre o assunto, para ver se conseguimos consolidar melhor o entendimento de por que a Manoel Bernardes aparece tanto e tanto recebendo, importando e exportando, recebendo e pagando em real para dólar, dólar para real, no Banco do Estado, na conta Beacon Hill. Não está devidamente explicado para esta Comissão como isso ocorreu. Daí por que convidamos o senhor e o Sr. Manoel Bernardes para amanhã também, não para depor, mas para acompanhar os depoimentos a convite, Sr. Advogado, dos Srs. Eustáquio e mais dois requerimentos aqui aprovados.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Pela ordem, Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Foram citados ainda como proprietários da Lonton Trade Limited Paulo Roberto de Lima e Sr^a ...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Não tem endereço. Mas se fosse possível tentarmos localizar, porque esses são os proprietários que constam no documento da subconta da Beacon Hill, Lonton Trade Limited, que, através dela, recepcionaram 11,800 milhões e enviaram 3,6 milhões.

Portanto, eu gostaria de associar ao requerimento de convite ao Sr. Aroldo Bicalho da Silva do Sr. Paulo Roberto Lima e da outra senhora que faz parte como proprietária dessa subconta Lonton Trade Limited.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem objeção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Então, em mandamento à decisão do parecer do Relator, a Presidência também estende, então, os convites às duas pessoas citadas, para os sócios proprietários que aparecem na documentação.

Assim, se o Relator concordar, suspenderemos até amanhã, às 9 horas, e reabriremos com o depoente, já com horário marcado, convidado anteriormente, aprovado em Brasília, Dr. Murilo Vale Mendes. Na sequência, retornaremos, então, com aqueles convidados contatados por requerimento aprovado e continuarmos a discussão a respeito do assunto sobre o qual fizeram exposição o Sr. Manoel Bernardes, o Sr. Paulo Roberto Oliveira Bernardes e...

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Eu gostaria de entender. Vocês estão pedindo quem para vir depor aqui? Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Isso foi aprovado antes de seu depoimento. E, em função do depoimento do Sr. Manoel Bernardes, houve requerimento do Deputado Dr. Hélio e do Relator para convocar algumas pessoas, ainda nesta nossa estada em Belo Horizonte, para dar explicações sobre esse assunto. Essas pessoas, segundo o Sr. Manoel Bernardes, teriam melhores condições de responder às perguntas que ele não soube responder. Foram aprovados, ainda antes de seu depoimento, o Sr. Eustáquio Cardoso, o Sr. Aroldo e o Sr. Élcio, esses três, acrescidos agora do nome do Sr. Paulo Roberto Lima e da outra senhora que faz parte daquela sociedade, para participarem amanhã das inquirições que os Deputados e o Relator formularão. Estão também convocados o Sr. Paulo Roberto e o Sr. Manoel Bernardes para aqui comparecerem.

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Mas qual a necessidade de eu estar aqui novamente, se já fiz o meu depoimento? Eu só queria entender isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Exatamente porque a Presidência, o Relator e os Deputados entenderam que o percentual de perguntas respondidas foi muito pequeno. V. S^a está abrigado no direito de não se meter em assunto que não é da área da sua competência dentro da empresa. As perguntas não foram devidamente esclarecidas. Por isso, já que estamos convidando e convocando outros membros da empresa ou da organização para depor, preten-

demos dar seqüência aos trabalhos, inclusive com a presença dos senhores, exatamente para liquidar a interpretação da Comissão sobre esse assunto, para que não tenhamos que retornar a Brasília e depois solicitar mais depoimentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou incluindo o nome do Sr. Marcelo Bernardes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Inclusive o nome já citado por V. S^a, do Sr. Marcelo Bernardes, como um dos co-responsáveis ou responsáveis pela área comercial e o setor específico que trata mais dessa...

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA BERNARDES – Comércio exterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – O senhor virá na condição de convidado, Sr. Paulo Roberto, para o depoimento, na mesma condição de hoje. Trata-se de uma continuidade da convocação de hoje, na medida em que ela não atendeu plenamente os esclarecimentos que esta CPMI considera necessários.

Vamos dar a palavra ao advogado Cláudio Atala.

O SR. CLÁUDIO ATALA – Nossa presença aqui amanhã será a partir das 9 horas ou posteriormente?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A nossa prática é convocar todos para o mesmo horário, porque não se sabe o tempo que um depoimento demorará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A convocação será a partir das 9 horas, sendo que foi aprovado agora o requerimento quanto aos demais nomes, e a Assessoria agora é que vai ver a possibilidade e assim por diante.

O SR. CLÁUDIO ATALA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Vamos suspender a presente reunião até amanhã às 9 horas, quando daremos seqüência ao depoimento do Dr. Murilo Mendes e nomes aqui aprovados, junto com o Sr. Paulo Roberto e o Sr. Manoel Bernardes.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas

do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5

Ata da 43ª Reunião, realizada 4 de novembro de 2003.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, sob a Presidência do Deputado Paulo Kobayashi, e ainda com as presenças dos Deputados José Mentor (Relator), Edmar Moreira, Dr. Hélio e João Paulo Gomes da Silva, reúne-se a Subcomissão de Belo Horizonte, da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “**COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSO FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5**”. A Presidência informa que a presente reunião tem por finalidade a oitiva dos seguintes depoentes: Murillo Valle Mendes, Presidente da Empresa Mendes Junior; José Eustáquio Cardoso, Gerente Administrativo e Financeiro das Organizações Bernardes; Élcio Antônio de Azevedo, Sócio da Empresa Séculus; Haroldo Bicalho e Silva, Sócio da Sólida Factorin; Maria das Graças Grapiuna Lima, Sócia da Sólida Factoring; Marcelo de Oliveira Bernardes, Gerente de Importação e Exportação da Empresa Organizações Manoel Bernardes e Paulo Roberto Paulo Roberto Grapiuna Lima, Proprietário da Sólida Factoring. A seguir, a Presidência convida o Senhor Murillo Valle Mendes, Presidente da Empresa Mendes Junior, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a Presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senador Heráclito Fortes, Deputado Dr. Hélio e Deputado João Paulo Gomes da Silva. A presidência agradece ao depoente dispensando-o e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, assume a Presidência dos trabalhos o Senhor Senador Heráclito Fortes e convida o Senhor Marcelo de Oliveira Bernardes, Gerente de Importação e Exportação da Empresa Organizações Manoel Bernardes, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a Presidência passa a palavra ao Relator. Usa da palavra para interpelar o depoente o Senhor Deputado Dr. Hélio. A Presidência agradece

ao depoente dispensando-o e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, a Presidência convida o Senhor José Eustáquio Cardoso, Gerente Administrativo e Financeiro das Organizações Bernardes, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a Presidência passa a palavra ao Relator. Usa da palavra para interpelar o depoente, o Deputado Dr. Hélio. A Presidência agradece ao depoente dispensando-o e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, a Presidência convida o Senhor Paulo Roberto Paulo Roberto Grapiuna Lima, Proprietário da Sólida Factoring, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a Presidência passa a palavra ao Relator. A Presidência agradece ao depoente dispensando-o e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, a Presidência dispensa o depoimento da Senhora Maria das Graças Grapiuna Lima, Sócia da Sólida Factoring e convida o Senhor Haroldo Bicalho e Silva, Sócio da Sólida Factorin para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a Presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Deputado Dr. Hélio e Senador Heráclito Fortes. A Presidência agradece ao depoente dispensando-o e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberta a sessão, assume a Presidência o Senhor Deputado Dr. Hélio, e comunica, aos Membros da Comissão, o recebimento de ofício do Senhor Élcio Antônio de Azevedo dirigido à CPMI. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, às dezesseis horas e vinte minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente Ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Declaro aberta a 43ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 5, de 2003, Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas no Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, que apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC5.

A presente reunião desta Subcomissão da CPI Mista do Congresso Nacional tem em pauta, hoje, ouvir os seguintes depoentes, convidados: Dr. Murilo Valle Mendes, o Sr. José Eustáquio Cardoso, Élcio Antônio

de Azevedo, Aroldo Bicalho e Silva, Paulo Roberto Grapiuna Lima, Maria das Graças Takarrashi Lima e Marcelo de Oliveira Bernardes.

Com a presença do Relator, Deputado José Mentor, do Senador Heráclito Fortes, do Deputado Federal Dr. Hélio, vamos dar início aos trabalhos. O primeiro convidado a depor é o Dr. Murilo Vale Mendes.

A Presidência informa que, de acordo com o Regimento do Senado Federal e do Congresso Nacional, há um termo de compromisso assinado pelo Dr. Murilo, em que o depoente se compromete, nos termos do art. 213 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

Acaba de chegar o Deputado João Paulo, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Dr. Murilo encontra-se acompanhado do seu assessor jurídico. Pelas normas, só haverá o depoimento direto do Dr. Murilo, sem a intervenção do seu advogado, que, entretanto, poderá acompanhar, assessorar.

O Dr. Murilo Valle Mendes, que já prestou o termo de compromisso, sabe que esta Subcomissão – parte de uma comissão de Brasília –, veio a Belo Horizonte, para ouvir depoimentos sobre aqueles casos sobre os quais eventualmente a Comissão tem interesse em trocar informações.

Se V. Sª o desejar, terá a palavra por até 30 minutos, sendo que, na seqüência, o Relator e os Deputados formularão as questões que julgarem pertinentes.

Está com a palavra o Dr. Murilo.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Já tive o prazer de cumprimentar os Srs. Membros desta Subcomissão, o Sr. Senador Heráclito Fortes, os Srs. Deputados.

Gostaria de dizer o seguinte: estou aqui cumprindo a convocação dos senhores, como cidadão brasileiro, obviamente, submetido a esta convocação. Gostaria de começar, identificando-me. Sou o cidadão Jésus Murilo Vale Mendes, nascido em 1925. Passei parte da minha vida, do meu aprendizado, em Belo Horizonte, formei-me em 1950 pela Escola de Engenharia Federal de Minas Gerais como engenheiro civil eletrotécnico.

Como os senhores podem ver, pela própria idade que possuo – já não sou mais extremamente jovem –, passei parte da minha vida profissional, pessoal, ao longo do século XX, que foi um século marcado por transformações enormes tanto no Brasil como no restante do mundo. Os senhores participaram apenas de parte dessa transformação, mas obviamente que tem

conhecimento disso e sentiram grande parte dessa transformação.

Entendo que estou aqui convocado na qualidade de Presidente das organizações do Grupo Mendes Júnior, que são muitas e que têm um passado longo, com a grande diversidade de atuação por todo o Brasil e por um número, nas suas atividades, no campo da tecnologia, no campo do comércio, da trade e da indústria por um número enorme de países ao longo do mundo, operando dentro de uma variedade muito grande de contextos culturais, econômicos e políticos.

Devo dizer que sou presidente de todas as organizações e responsável por todas elas. Evidentemente que dentro de uma estruturação, de uma organização que nasceu moderna e continua sempre moderna, enfrentando os problemas que qualquer organização, seja ela organização privada, seja ela organização pública, enfrenta na sua adaptação as transformações cada vez maiores por que passam o ambiente onde todos vivemos e operamos.

A Mendes Júnior com a sua configuração atual, foi fundada em 1953. O objetivo da sua constituição foi e continua sendo a de oferecer algo que não existia dentro do Brasil, pelo menos, sob o comando de brasileiros, que era, inicialmente, o trabalho no campo de engenharias de complexidade, predominantemente no campo da infra-estrutura, em que as grandes obras que se iniciavam no Brasil eram executadas por empresas estrangeiras.

O objetivo da Mendes Júnior, e que se tornou na sua identidade, era o de se tornar uma empresa em que a qualidade comportamental e tecnológica fosse marca predominante que a levaria a enorme competitividade. Hoje, transcorrido esse tempo todo, podemos nos orgulhar de termos sido fiéis à sua fundação e não vemos razão para que essa identidade continue no mesmo caminho e se aprimorando ainda mais no mundo de hoje, em que a sociedade exige o seu direito, a prestação de serviços de qualquer ordem com eficiência global.

Passaram por essa nossa empresa, temos cadastradas bem mais de um milhão de pessoas que já trabalharam nela. Aqui em Belo Horizonte mesmo, freqüentemente encontramos pessoas que trabalharam ou no Iraque, ou na China, ou no Equador, ou na Argélia, ou na Mauritània. A meu ver, é importante situar isso, e compreendo essa missão dos senhores de colaborar na evolução e na reposição do Brasil numa trilha, que, hoje, já não é tão brilhante como já foi em outras épocas.

Os senhores têm uma missão que eu respeito extremamente, importante e que deve merecer o respeito de toda a sociedade, porque a sociedade espera muito

do Legislativo, do Parlamento brasileiro. Porque só por meio da lei, portanto do Legislativo, do Parlamento, é que poderemos recompor as disfunções que todos percebemos no que se espera de qualquer Estado, que é oferecer à sociedade a ordem, a educação e a saúde pública, uma estratégia que permita o desenvolvimento. Enfim, vivemos, e os senhores estão trabalhando como muito afinco, na época das reformas.

Reforma significa que algo não está funcionando bem. Ouvimos, hoje, o trabalho produzido, principalmente pelo Legislativo, mas também pelos outros poderes, em torno de reformas da Previdência, reforma tributária, reforma política, reforma do sistema trabalhista. Então, isso significa que os senhores e a sociedade – e os senhores são representantes da sociedade – entendem e estão trabalhando na construção de uma melhoria substancial, que nos leve ao que todos anseiam. Não a índices financeiros brilhantes, não a elogios brilhantes do mercado, que é uma entidade hoje soberana, principalmente o mercado financeiro. Claro que isso também é importante. O que precisamos é de emprego, de segurança, de educação, de hospitais, coisa que não estamos recebendo em nível satisfatório.

Nesse sentido, presto uma homenagem aos homens detentores do poder público que estão se esforçando para trazerem esses resultados que a sociedade reclama, precisa e tem o direito.

Outra questão para a qual gostaria de chamar a atenção é que as atividades da empresa Mendes Júnior como de outras empresas desse mesmo tipo, que são regidas formalmente por contratos. Ao vendermos serviços, produtos, na realidade, estamos exercendo contratos. Contratos têm que, naturalmente, se enquadrar a qualquer lugar em que se trabalhe – e trabalhamos em lugares bastantes diferenciados, na sua estruturação jurídica –, têm que se submeter às normas vigentes em cada região. Quando dizemos e temos certeza de que o sinônimo Mendes Júnior significa qualidade obviamente tem que significar qualidade no cumprimento dos contratos e da lei geral do país. Outra coisa, na nossa empresa, nunca nos afastamos da apuração de qualquer dúvida que pudesse existir sobre a qualidade dos nossos serviços, sempre aceitamos e sempre enfrentamos a solução diretamente dos problemas, sejam eles internos ou externos. Acho pertinente para dizer porque os senhores estão tratando, de uma maneira geral, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é uma atribuição que todos os países têm, que os Legislativos de pelo menos a maioria dos países têm para não só fazer a lei mas também procurar assegurar que elas estão sendo cumpridas de maneira adequada.

Estou aqui à disposição dos senhores, pronto para responder aqui sobre o que eu tenha conhecimento e coloco-me à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Dr. Murilo, a Presidência substituta, antes de passar a palavra ao Relator, quer atestar que realmente as perguntas que aqui serão formuladas certamente resultarão no processo dessa CPI de eventuais desavenças internas dentro da própria empresa no passado que levaram dois ex-funcionários a mover acusações que geraram até ações digamos tramitando pela Justiça, se, em algum momento, o senhor entender que as perguntas formuladas devam ser respondidas em reservado, por conta até dos procedimentos que se encontram na Justiça, quer da empresa para com elas, quer deles e do ministério para com a empresa, o senhor terá a liberdade de solicitar do Relator-Geral o procedimento. Por outro lado, atestar também que obviamente esta CPI foi criada não para fazer análise da questão interna da empresa, a quem não cabe entrar no mérito dos tipos de dos processos que possam correr e nem mesmo os movidos pela Justiça paulista naquelas discussões de obras e tudo mais. O nosso motivo pauta da CPI é exatamente eventuais transações financeiras para os chamados paraísos fiscais que possam ser caracterizados como atitudes irregulares utilizando a CC-5 Foz do Iguaçu, Banco do Estado, esta é a parte que realmente fica limitado. Mas atestamos também que um presidente com a história do senhor, com o potencial das empresas do senhor e com toda essa história que o senhor traz que sabemos e que o Brasil todo reconhece, até não é muito comum atender à demanda e à solicitação das comissões, geralmente usa o expediente de mandar os seus diretores ou encarregados que possam responder diretamente pelo setor. Nesse sentido, esta CPI também faz o reconhecimento então de que em todos os momentos, uma vez aprovado um requerimento para que comparecesse representando as empresas para falar e depor junto à comissão, o senhor de pronto prontificou-se sem a necessidade de recorrer a auxiliares.

Quero passar a palavra inicialmente ao Relator para formular as perguntas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem;

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, aproveito para consultar não só V. Ex^a mas também ao próprio Relator para que tornássemos mais objetivo este encontro. Evidentemente que o Dr. Murilo irá responder perguntas aqui formuladas e no seu

contexto quero crer que na sua maioria são questões que envolvem segredo de justiça. A necessidade de que esta reunião seja reservada começa agora, para não se ter, Sr. Relator, daqui a cinco ou dez minutos, de interrompê-la. Proponho que façamos uma primeira parte dela reservada; depois, se houver necessidade de algum esclarecimento – vejo a imprensa presente desejosa de notícia sobre a questão –, se faria uma segunda parte aberta.

É a minha proposta.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Vou deixar a palavra final para o Relator, como tem sido o procedimento nas nossas CPIs.

Concedo a palavra ao Dr. Hélio e, depois, ao Deputado João Paulo.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, voltamos à discussão do dia anterior no sentido de a reunião ser a princípio pública. Quando houver alguns dados ou alguma situação que preveja, por conta do depoente ou por conta dos próprios membros da CPMI, a necessidade de se preservarem determinados questionamentos que possam conflitar ou ir de encontro a segredo de justiça, podemos interromper a reunião. Tem sido assim desde o início da CPMI, em Brasília e em diligências que fizemos em São Paulo.

Portanto, gostaria de manter aquela discussão que fizemos no primeiro dia, ontem. Tenho, por exemplo, algumas perguntas que não têm nenhuma relação direta com segredo de justiça. É uma pergunta direta e objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes para contradizer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Lembro que quem decide se a reunião será aberta ou fechada, no caso, é o depoente. Inclusive, isso já foi dito pelo próprio Relator. Vai caber ao Dr. Murilo dizer, em última palavra, se quer a reunião fechada a partir de agora ou não. Apenas estou dando uma sugestão no sentido prático do desenrolar da reunião, uma vez que não se trata aqui, nesse momento, de um depoimento de um acusado ou de alguém com vinda com a empresa. Trata-se de um homem de responsabilidade neste País, com 77 anos de idade, e temos de levar em conta exatamente isto: a história, tradição e acima de tudo a responsabilidade que pesa sobre os seus ombros. Evidentemente, caberá ao Dr. Murilo o momento em que deseja a reunião aberta ou não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Concedo a palavra, primeiro, ao Deputado João Paulo. O Relator terá uma posição praticamente definitiva nessa questão.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. Presidente, parece-me que a CPI está criando uma linha de convergência. A posição é exatamente esta: se o depoente convidado desejar uma reunião fechada, ele o solicitará no momento adequado, levando em consideração que nenhuma acusação pesa sobre, que ele vem espontaneamente, como V. Ex^a já frisou, sem auxílio de assessores para prestar as informações que tiver, que julgar ou sobre as quais tiver domínio. Reputo que a Comissão parece-me que chegou no entendimento, pela palavra do Senador: se o depoente desejar reunião fechada, que a requeira. O depoente está muito bem acompanhado do professor Afonso, que certamente poderá, também num momento adequado, sugerir que o faça. Parece-me que estamos falando a mesma língua com as expressões um pouco diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Este Presidente coloca-se na condição de apenas Presidente substituto.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Esclareço que, de fato, as pessoas que vêm depor na CPMI não são consideradas de forma alguma culpadas de absolutamente nada. Trata-se de pessoas que são, na maioria das vezes, trabalhadores, empresários, dirigentes ou donos de bancos e outros que têm ou que tiveram papel relevante na sua cidade ou na sua região, no Estado ou no País.

No entanto, para que não se abra precedente, porque essa situação de cada um dos depoentes escolher se deve ser reunião aberta ou fechada é uma abertura de precedente. Isso não houve em reuniões passadas nem na CPMI, nem nas diligências, e haverá outras diligências em outros Estados brasileiros. Para que não haja esse tipo de precedente foi que eu coloquei... tanto é assim que o Sr. Murilo Mendes esteve aqui e apresentou, aí, nos primeiros até 30 minutos a sua exposição e não acho que hajam perguntas que, num primeiro momento, possam ter necessidade de manter esta reserva. No entanto, como o nosso colega, Deputado João Paulo e o Senador que se colocaram na posição de aceitar esse tipo de procedimento, eu gostaria que não fosse considerado como precedente. Aceitaria, quer dizer, eu me curvaria a isto – a este tipo

de posicionamento – mas sem que considere isto como precedente a ser assumido nas demais diligências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Com a palavra o nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nobre Deputado Dr. Hélio, longe de mim propor privilégio para quem quer que seja. Nós ouvimos aqui o depoimento inicial e aberto do Dr. Murilo e, em seguida, o Presidente levantou a questão de a reunião ser aberta ou fechada e que caberia ao Dr. Murilo o juízo do momento em que desejasse. O que eu propus é que, sabendo que grande parte do que aqui será tratado, corre em segredo de justiça, por precaução e para facilitar os trabalhos – até porque nós temos a oitiva de sete pessoas – foi que eu propus que a reunião – já que tivemos a parte inicial aberta – fosse, imediatamente, considerada fechada. Dei sugestão. Em nenhum momento estou aqui abrindo precedente e nem propondo precedente. Quero que fique bem claro que nós já tivemos, em outras circunstâncias, depoentes que, imediatamente, solicitaram a reunião fechada e tivemos que suspender, e esse procedimento foi feito, até porque é um direito do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Por favor, o público não pode se manifestar – nem favorável e nem contra o posicionamento dos Parlamentares.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Portanto, a minha questão, Sr. Presidente e Sr. Relator, é apenas com este objetivo, de tornar esse depoimento o mais rápido possível para que nos facilite, inclusive, o ordenamento dos depoimentos restantes. Mas fica com o Depoente e com o Sr. Relator a decisão final da questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A Presidência entende que há três situações para sessões reservadas: quando for rodada alguma pergunta que o depoente entender que ele precisa de uma reunião reservada por algum motivo relativo a sigilo de justiça. Mas, para isto, é necessário que haja pergunta – não foi formulada nenhuma até agora. Em segundo lugar, quando o depoente vem, já, e nos procura porque ele quer falar, ele quer detalhar mas com segredo de justiça, ou seja, em reunião fechada, até para não ter que ceder aos revezes jurídicos por conta de quem possa ser acusado. Em terceiro lugar, quando, pelas normas da nossa CPI em Brasília, presidida pelo Sr. Senador Antero Paes de Barros, quando o Relator opina favoravelmente sobre o pedido ou não de algum parlamentar ou depoente.

Por isto, a decisão fica por conta dessa preliminar colocada pelo nosso Relator, o Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, essa Relatoria tem mantido essa posição em todos os depoimentos. Ela define, de acordo com a estratégia da investigação, se há ou não interesse em reunião reservada. Neste caso, aqui, não há esse interesse em relação à investigação. Deixarei, então, por conta do Depoente. V. S^a querendo fazer qualquer revelação em reunião reservada poderá requerê-lo e tem a prévia concordância do Relator. Se V. S^a quiser toda a reunião reservada, de acordo com a conveniência – porque, neste caso concreto, Sr. Presidente, há disputas judiciais. Até menos por conta do segredo de justiça – que poderia haver – como há disputa judicial, pode ser que a empresa reserve em relação à determinada linha.

Deixarei, então, por conta da empresa a conveniência ou não de fazer revelação reservada, se assim entender adequada.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Pois não. Eu gostaria de agradecer o interesse com que os senhores estão tratando o assunto e fico desvanecido por ... e não é surpresa para mim pela qualidade dos homens que estão aí em frente.

De uma maneira geral, sobre alguma inconveniência o meu advogado me alertará. De uma maneira geral, eu gosto de defender as minhas coisas pública e abertamente. Eu não tenho que... desde garoto eu sempre tive essa postura de enfrentar frontalmente... frontal e desde já peço alguma desculpa aos senhores se eu for mais veemente, mais contundente, mais franco em alguma resposta. Isso não significará de maneira alguma desrespeito aos senhores. Pelo contrário, eu acho que a franqueza é uma obrigação, é um respeito ao interlocutor, ou até mesmo ao antagonista, que não é o caso certamente. E estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Agradeço ao depoente e concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Murilo, nós vamos tratar aqui de um assunto que tem recebido a atenção e a investigação de autoridades paulistas no que diz respeito à obra de Águas Espriadas. Estou fixando um pouco o foco nessa circunstância e quero até realizar uma justificativa prévia para que V. S^a possa entender da motivação da linha de raciocínio da investigação.

Essa CPMI busca conhecer, investigar remessas irregulares, evasão de divisas por conta de fatos que iniciaram... foi tomado conhecimento em Foz do Iguaçu e ela tem um dado geral e hoje há investigação no Brasil inteiro.

Por que parte então de Águas Espraiadas? Porque a motivação do conhecimento pela CPMI dessa hipótese foi originária na investigação que o Ministério Público de São Paulo realizou nesta obra e quero me fixar na questão da obra exclusivamente pela possibilidade de ter sido, como assim é caracterizado pelo Ministério Público, como um crime antecedente, se é que ele ocorreu. O superfaturamento não é objeto da CPI, mas ele poderá ser o gerador da investigação por conta de ser um crime, se é que ocorreu, repito, antecedente à evasão de divisas. E nessa qualidade ele nos interessa conhecer.

Então eu queria fazer uma primeira indagação ao senhor. Até pelo simbólico da obra, que é uma obra importante na cidade, demorou muitos anos, foi contratada no Governo Jânio Quadros, eu faria uma indagação ao senhor: por que falam tanto que a obra está superfaturada? Por que Águas Espraiadas foi superfaturada?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Olha, eu não seria capaz de dizer como se originou toda esta celeuma. Eu gostaria de dizer o que é Águas Espraiadas. Águas Espraiadas é um complexo de obras de engenharia, não se trata pura e simplesmente de uma avenida com propósitos apenas de facilitar trânsito. Eu gostaria de listar aqui de que consta essa... qual é o escopo dessa obra que foi executada por um consórcio de doze empresas com tradição em obras de grande porte e não pela Mendes Júnior isoladamente... que não ... estou apenas classificando, isso não muda nada. A Mendes Júnior, dentro do consórcio ou fora do consórcio, é plenamente responsável pelo que ela faz ou deixou de fazer.

Então, nos termos estritos do contrato, vamos começar pelo escopo: número um, alargamento da Avenida Vereador José Diniz, entre as ruas Vieira de Moraes, Joaquim Nabuco e outra – o total faturado foi de R\$65 milhões; reassentamento de famílias...

Observem que isso não tem nada a ver com engenharia. Apenas estava no escopo, porque a agência encarregada disso assim o determinou, em concorrência. Lembro também que essa concorrência foi feita em junho de 1987 e que a prefeitura era administrada por Jânio Quadros, entre 1985 e 1988. Posteriormente, na administração Luiza Erundina, de 1989 a 1992, houve várias reformulações, com descontos e etc., para o prosseguimento da obra. Finalmente, a obra atingiu maior velocidade, na administração Paulo Maluf, de 1993 a 1996; e terminou, na administração Celso Pitta, de 1997 a 2000.

Durante essa obra, aconteceram três planos econômicos: Plano Verão, Plano Collor e Plano Real.

Voltando ao escopo da obra: alargamento da Avenida Vereador José Diniz, R\$65 milhões; reassentamento de famílias, R\$60 milhões; canalização do córrego Água Espraiada, R\$216 milhões; estação de bombeamento Dreno do Brooklin, R\$100 milhões; sistema viário Água Espraiada e ruas adjacentes; viaduto da avenida Washington Luís, R\$18 milhões; piscinão Jabaquara/túnel Washington Luís, que é uma obra para contenção de inundações, R\$71 milhões; administração contratual – água, luz, telefone –, totalizando R\$791 milhões.

Essa obra foi investigada exaustivamente, a respeito da adequação da administração da agência que construía a obra, a Emurb, durante anos a fio. Várias alegações de superfaturamento foram derrubadas liminarmente, porque eram grosseiras. Tratava-se de arguições absolutamente erradas; faziam-se comparações que nada tinham a ver com a concretude da obra. Todas elas foram rebatidas.

Digo o seguinte: a nossa tese, a nossa definição, dentro de todos os processos movidos, é de que não existe essa história de superfaturamento, que se tornou uma moda muito freqüente, hoje, no Brasil. Não estou dizendo que não há casos em que tenha existido isso ou aquilo, mas cada indício ou suposição de irregularidade não pode ser tratada genericamente; tem que ser apurada objetiva e concretamente.

Essa obra tem sido motivo de um trabalho exaustivo do Ministério Público de São Paulo, na detenção de eventuais irregularidades, muito incrementadas por um fato lamentável que ocorreu dentro da nossa empresa, que foi a delinquência de um administrador financeiro nosso, que manifestou, muito antes dessas investigações, uma tentativa de chantagem contra a nossa empresa, alegando que iria tornar públicos documentos secretos da nossa empresa de que ele havia se apropriado indevidamente.

Somente depois da nossa recusa a essa tentativa de extorsão, foi que esse cidadão, com outros cúmplices, resolveu apresentar denúncia ao Ministério Público.

Atribuo essa notoriedade a esse fato. É evidente, não poderia deixar de ser, porque é um fato inusitado. A nossa postura, a nossa atitude é que não compactuamos com tentativa de extorsão, de achaque, de qualquer coisa. Essa é uma filosofia da nossa empresa: essa é uma filosofia minha, pessoal.

Esse cidadão, inclusive, teve um único contrato, na vida, com ele. Quando ele começou a contar sobre histórias de roubos e “não sei o quê” na empresa, já estava sob suspeição. Ele me procurou dizendo que estava sendo perseguido dentro da empresa, e que ele queria apenas se desvencilhar. Enfim, quando ele

mostrou... E finalmente ele veio apresentar a chantagem, por escrito, que foi motivo de um processo que movemos contra ele, que está na 5ª Delegacia de Polícia de São Paulo.

Esse cidadão, que é o alimento das fofocas todas, entrou com várias ações contra a empresa, mais de dez, 12, e perdeu todas. Algumas delas com sentença do juiz classificando de litigância de má-fé. Perdeu todas. Então, são uns chantagistas, ele e os seus cúmplices, que estão sendo motivo de apuração e de processo de nossa parte.

Atribuo a isso essa celeuma em torno do assunto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Murilo, nesses debates, nessas discussões judiciais, em algum momento, essa questão do superfaturamento foi abordada?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Eu não sei se foi... Se foi... Se essa... Porque o senhor se refere às ações judiciais entre a Mendes e esse...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em qualquer delas.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Eu creio que sim, que foi, inclusive... Mas está sendo apurada e respondida, adequadamente, essa minha afirmação de que não existe superfaturamento. E tem sido adequadamente refutadas, com provas concretas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, para executar essa obra – foram vários anos –, o senhor foi instado, a empresa foi instada a pagar qualquer tipo de propina a administradores da cidade de São Paulo?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nas renegociações a que o senhor se referiu, no Governo Luiza Erundina, que reduziu o custo, houve qualquer tipo de tentativa de obtenção, em qualquer desses governos pelos quais o senhor passou a obra?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não. Na administração Erundina, ela procurou, como era normal, ao reiniciar uma obra que havia sido paralisada – o que lamentavelmente são acontecimentos freqüentes no Brasil –, ela tentou, para equacionar a solução financeira da obra, obter, apertar mais um pouco todos... essa concorrência e todas as outras que ela encontrou, que eram muitas e maiores e muito mais vultosas do que essa de Água Espriada.

Ela fez uma renegociação geral.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma das alegações testemunhais a que esta CPMI teve acesso – isso também está confirmado em depoimentos prestados ao Ministério Público – é a destinação de propina para alguns administradores. Estou insistindo

na pergunta, de uma outra forma, para que o senhor saiba que existe contradita em relação a essa posição. O senhor, em nenhum dos momentos, foi obrigado ou foi instado...

O SR. MURILO VALLE MENDES – Em nenhum momento, não tenho conhecimento de que tenha sido proposto esse pedido de propina à empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem a prefeitos nem a secretários?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Nem a prefeitos nem a secretários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um segundo ponto que está também com prova testemunhal e, no caso, com algum aporte documental é a possibilidade de ter ocorrido o chamado caixa dois na Mendes Júnior, que seria a busca de obter uma reserva para despesas não-oficiais. Indago de V. Sª se, na Mendes Júnior, há uma política de existência de caixa dois.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não existe essa política. É contra as normas da empresa qualquer procedimento que não seja estritamente dentro da lei vigente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há aqui o testemunho do Sr. Simeão, que trabalhou na empresa, que vem corroborado com o do Sr. Joel, que também trabalhou anos na empresa, que reafirmam a existência de caixa dois, inclusive apontando algumas empresas que forneceram os documentos para que essa prática pudesse ser sustentada. Aqui eles dão alguns nomes. Vou indagar a V. Sª esses nomes. Jatobá, Emplo, Costaço, STPO e Planicamp. O Sr. Joel e o Sr. Simeão se diziam operadores desse caixa dois e que não era uma coisa só durante o período das obras de Águas Espriadas. O Sr. Joel, depondo aqui ontem, afirmou que ele, no período em que trabalhou na regional de São Paulo, coordenou a obtenção de recursos para esse caixa dois. Nas investigações do Ministério Público, ouvindo essas empresas – a CPI ouviu duas delas –, os empresários, proprietários dessas empresas, afirmaram que havia devolução de 90% do valor. Alguns deles não executaram nenhum tipo de serviço. Outros executaram parcialmente o serviço e cobravam um valor maior e eram obrigados pelo Sr. Simeão e pelo Sr. Joel a devolver 90% do valor recebido. Indago de V. Sª sobre essa operação.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho conhecimento nenhum disso. Mandei fazer uma pesquisa na minha empresa. Qualquer procedimento desse tipo estaria frontalmente contrário à política e à determinação da empresa. Qualquer coisa que tenha havido nesse sentido seriam negócios pessoais e particulares do Sr. Simeão e o Sr. Joel com terceiros, o que poderia explicar a enorme fortuna que esse senhor tem, que

não se justificaria pelos salários modestos que ele vinha percebendo da empresa. Então, a minha resposta é uma negativa peremptória. Não conheço nada disso e não encontrei nenhum procedimento que abonasse a atitude que esses senhores alegam ter tido. Atribuo-a à iniciativa e negócios pessoais, paralelos dentro da empresa, aliás, os levantamentos que já fizemos hoje identificam que os danos causados à nossa empresa por essa falha da administração de São Paulo em não ter detectado essa anomalia comportamental são de grande vulto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa chegou a tomar qualquer providência em relação a esse aspecto?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Tomamos. Nós entramos com ação para recuperar e criminalizar o Sr. Simeão e o Sr. Joel. Essa ação está correndo na 5ª Delegacia Policial de São Paulo. Tive o cuidado de coligir tudo o que se refere ao **affair** Águas Espriadas, todos os documentos, todas as pendências, todos os relacionamentos. Mandei fazer uma investigação na empresa, que me trouxesse o estado dessa investigação do Ministério Público e das ações contra os Srs. Joel e Simião. Isso vou deixar para os senhores, está aqui, escrito. Evidentemente, não teria sentido memorizar isso, pois, obviamente, sou o Presidente da empresa, não sou operador de uma região e não poderia ter esses detalhes. Tudo que é feito dentro da empresa é susceptível de registro e de respostas. Vou deixar à disposição dos senhores uma série de documentos constando: organograma das empresas Mendes Júnior; contrato para implantação de Água Espriada; constituição do Consórcio Mendes Júnior-OAS – Implantação de Água Espriada; valor e características do projeto Água Espriada; relação dos procedimentos judiciais e policiais que envolvem Simião Damasceno de Oliveira e Joel Guedes Fernandes; sentenças referentes aos procedimentos judiciais envolvendo o Sr. Simião Damasceno de Oliveira e o Sr. Joel Guedes Fernandes, condenando-os como litigantes de má-fé, respectivamente, na 18ª e na 22ª Varas Cíveis de São Paulo, entre outras; pedido de abertura de inquérito criminal em 17 de agosto de 2001 – muito antes da presença do Ministério Público nesse problema de Água Espriada – envolvendo Simião Damasceno de Oliveira, Joel Guedes Fernandes e Dr. Pedro Luís Lesse Rabelo, que é o advogado desse pessoal, que iniciou também com história criminal bastante extensa; indiciamento de Simião Damasceno de Oliveira e Pedro Luís Lesse Rabelo; intervenção da Mendes Júnior Trade Engenharia SA no Protocolo nº 41.871, do Ministério Público, perante a Procuradoria-Geral de Justiça, originário da ação da 22ª Vara Cível, que condenou Joel

Guedes Fernandes à penalidade de litigante de má-fé, tudo com vistas à apuração de conduta delituosa. Este documento passo aos senhores para que essas respostas estejam melhor definidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A Presidência faz a juntada desta documentação no pronunciamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Murilo, em algum momento a Mendes Júnior tentou obter uma avaliação técnica de terceiros sobre o valor e os custos de Águas Espriadas?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho conhecimento disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na Justiça, esse item chega a ser citado como um dos que devam ser aprofundados ou está fora de cogitação a questão do valor?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho informação sobre isso. Sobre o que eu não tiver informação e que for relevante, posso buscar e responder aos senhores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Simião caracterizou a atividade dele e a carreira que fez na Mendes Júnior como uma carreira de confiança. Inclusive, ele delimita o falecimento de um irmão do senhor como um dos momentos que mudaram a relação dele na empresa. O senhor poderia fazer um comentário para podermos estabelecer essa relação?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não, não tenho conhecimento dessa relação dele com esse meu falecido irmão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele fez ao Ministério Público algumas afirmações referindo-se a algumas contas no exterior, como Conta Campari, Conta Pêra, Conta Lespan e Conta Carten. O senhor tem conhecimento dessas contas?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho e mandei investigar – após tomar conhecimento do processo – todas essas alegações, e não foi encontrada, no âmbito da Mendes, nenhuma referência a nenhuma dessas contas. Se elas existem, fazem parte dos negócios pessoais do Sr. Simeão e de seus cúmplices.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele disse haver uma conta, Sitaxi ABA, e cita o nº 026.012.894, em Nova Iorque, do MT Bank – conta nº 72.02-01 –, que seria uma das contas utilizadas pela Mendes Júnior para operar recursos no exterior.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho conhecimento disso. E as investigações que determinei na empresa não identificam nada disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há anos a Mendes Júnior tem operações, atividades e obras no exterior?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Evidentemente, a empresa operou, com recursos, trânsito de capitais entre o Brasil e esses países?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se esta CPI considerar necessário ter acesso a essas informações e a esses dados, a Mendes Júnior faz alguma objeção?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não, absolutamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa sempre operou...

O SR. MURILO VALLE MENDES – Regularmente, por meio de bancos, nas suas maneiras, mesmo porque são operações de grande vulto, que continuamos a ter. Há uma empresa muito atuante no Chile; fizemos recentemente um trabalho vultoso na China; e mantemos permanentemente, de acordo com a evolução, negócios no exterior e, portanto, o fluxo de remessas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Evidentemente, se esse procedimento for necessário, nós o estabeleceremos conforme a legislação, com a extensão do sigilo dessas informações para a CPI.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Exatamente. As informações estarão à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, por enquanto, é só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Concedo a palavra ao Deputado João Paulo para fazer suas perguntas.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Cumprimento o nobre depoente visitante e seu competente advogado, Dr. Afonso. Peço licença para confessar, de público, que fui aluno de S. S^a no início da década de 70 – já faz algum tempo.

Dr. Murillo, o Sr. Simeão Damasceno tinha poderes ilimitados para gerir a política financeira da empresa em São Paulo?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Eu não diria ilimitado – quero crer que não –, mas está comprovado, pelos fatos, que ele possuía poderes muito além dos que merecia; porque ele assinava cheques e transacionava com os empreiteiros, etc. Lamentavelmente, depois da porta arrombada, identificamos que ele era uma pessoa que não tinha condições de gerenciar uma área administrativa de uma região operacional da Mendes.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Onde fica a sede da empresa? Em que Estado?

O SR. MURILO VALLE MENDES – A sede fica em Belo Horizonte.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – V. S^a fica mais em Belo Horizonte ou viaja pelo Brasil e pelo exterior?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Fico na posição tradicional de presidente de uma empresa, porque, atualmente, nos tempos modernos, o presidente de uma empresa pode ficar em qualquer lugar por ter acesso a tudo. Em virtude das funções peculiares ao presidente de um conglomerado de empresas, é muito fácil o exercício das atribuições. Obviamente, desde que se descobriu a divisão do trabalho – fato que iniciou o progresso da civilização –, não se pode agir como em futebol de roça, em que todos ficam onde está a bola. É preciso dividir as funções, as habilidades, os talentos e as tarefas. A minha base residencial principal... principal, não, a minha residência é Belo Horizonte.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Nas oitivas que tivemos em São Paulo, um cidadão dono de uma empresa chamada Costazzo e de outras empresas disseram e até repetiu em depoimentos que prestaram à Polícia Federal que emitiam notas fiscais para a Mendes Júnior, e, no caso específico da Costazzo, essa nota fiscal atestava o fornecimento de aço para a construção da obra da Avenida Água Espraiada, mas que nenhum aço saía, nenhum aço era entregue na empresa Mendes Júnior, que era a empreiteira. Nenhum aço era fornecido, apenas a nota fiscal. E esse cidadão recebia um cheque no valor exato da nota fiscal emitida e emitia um outro cheque para a construtora Mendes Júnior. Esse cheque era emitido pelo próprio Joel, que era funcionário da Mendes Júnior, um cidadão da empresa Costazzo entregava o talão de cheques dele em branco para o seu Joel, que era funcionário da Mendes Júnior. O seu Joel nos disse isso aqui ontem. O talão de cheques da empresa Costazzo ficava com ele, que emitia o cheque no valor de 90% do outro cheque que era emitido para a Mendes Júnior e esse cheque da empresa Costazzo retornava para a Mendes Júnior. O cheque era repassado para o Sr. Simeão Damasceno com o beneficiado em branco e ele, então, dava destinação para outra pessoa, permutava isso em dólar e guardava esses recursos em dólar no cofre da empresa Mendes Júnior em São Paulo. Essas importâncias eram regularmente auditadas pela auditoria interna da empresa. O senhor tem conhecimento dessa situação?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho conhecimento. Não encontro suporte nenhum dentro da empresa a essas afirmações do Sr. Joel.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Pois bem. O senhor disse que teria eventualmente – se eu bem entendi – entrado com uma ação contra o Sr. Simeão Damasceno para ressarcir a empresa por danos causados. Por danos morais ou materiais?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Danos financeiros também.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Também?

O SR. MURILO VALLE MENDES – É.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Como é que ocorreram esses danos financeiros? Como ele provocou danos financeiros à empresa Mendes Júnior?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Olha, identificada a atuação do Sr. Simeão ao desviar recursos, ao se apropriar e ao dar evidências do extraordinário enriquecimento dele, nós iniciamos um procedimento para apurar o que havia. Quer dizer, estamos em fase de apuração de quais foram esses danos, de dimensionamento. Não temos a dimensão disso. Esse é um processo em andamento.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Que ele possa ter-se apropriado de importâncias advindas dessas empresas para as quais a Consultora Mendes Júnior fazia pagamento e obtinha esse retorno, eu, pessoalmente, como membro da CPI, entendo que ele pode eventualmente ter se locupletado dessa importância que retornava. Contudo, causou-me não surpresa exatamente, mas veio o interesse em saber qual o tipo de prejuízo. O senhor já disse que há uma ação movida contra ele. Então, não há uma quantificação dos prejuízos financeiros que ele causou à empresa? É isso que o senhor quer dizer?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não, não há, porque não há apuração ainda. Quer dizer, estamos fazendo todas as investigações, que serão, no tempo devido, juntadas a este processo.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Esse enriquecimento que o senhor informa que ele experimentou, nesse período, incompatível com o salário que ele percebia, o que ele possui e que o levou a fazer a acusação de que ele se enriqueceu?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Veja o seguinte. Identificado um problema, ou irregularidades determinadas, o que o Presidente de uma empresa faz? Ela determina aos seus órgãos especializados e capazes de tratar do assunto para cuidar do problema. Não posso responder em detalhe o que seria, o que

se imagina, o que pode ser. Sei que foi uma situação, já sei, nesse estágio, que foi uma atuação dolosa, até porque esse cidadão, aqui perante os senhores e a Comissão, fez várias afirmações que, acho, são de difícil credibilidade. Inclusive, tem contradições, ora diz uma coisa, ora diz outra. Outra hora, ele diz que ele colheu a informação por ouvir dizer; outra hora, ele diz que foi em rodadas de cachaçada. Eu prefiro, prefiro, não, eu não tenho alternativa, a não ser responder aos senhores, dentro das minhas possibilidades e do respeito que os senhores me merecem, dentro dos fatos concretos de meu conhecimento e das atuações de empresa, dentro das suas responsabilidades contratuais.

Veja bem, este problema do contrato do Consórcio Águas Espaiadas está sendo investigado, pertinentemente, é claro, pelo Ministério Público, e está sendo conduzido, e a empresa nunca se furtou a abrir ao Ministério Público todos os elementos que foram solicitados. Essa é a nossa atitude e a nossa posição. Agora, evidentemente, atender a essas perguntas que o senhor coloca muito bem, eu não tenho condições de descer aos detalhes de fazer avaliações como o senhor está me pedindo.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Mas, o senhor confirma que ele se enriqueceu sem causa?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Confirmando. Já temos levantamentos amplos que mostram o enriquecimento dele, muito grande.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Perfeito. E o Sr. Joel também teria se enriquecido?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Teria.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – O senhor faz uma afirmação ainda de que o Sr. Simeão teria feito doação dolosa. O que seria, exatamente, isso?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Criminosa.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Mas doação de que para quem?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Ah! Eu falei doação?

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – É.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não. Deve ter sido... Não me lembro ter falado que ele fez doação, não. Provavelmente, quis me referir à atuação.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Ah! Sim. Perfeito.

O senhor saberia dizer se a Empresa Mendes Júnior tem tradição em fazer doações para campanhas políticas e se o fez para candidatos nas eleições de São Paulo?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Tenho. Tenho.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – O senhor saberia dizer para quem?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Eu não sei a quem em detalhes, mas posso levantar para os senhores.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Os valores também o senhor não sabe?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela oportunidade, Deputado.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas doações foram feitas legalmente, de acordo com a legislação?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Legalmente. Legalmente.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – A Mendes Júnior prestou serviços na construção do Túnel Ayrton Senna, em São Paulo?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não. Que eu saiba, não.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Passo a palavra ao Deputado Dr. Hélio, para formular suas perguntas.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Jesus Murilo Mendes, quero reconhecer, aqui, que o seu depoimento é um depoimento em que o senhor utiliza muita clareza. V. S.^a, até o momento, não se recusou a responder, diretamente, a quaisquer questionamentos. Faço esse reconhecimento, inicialmente.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Agradeço a V. Ex.^a e quero dizer que não estou fazendo mais do que minha obrigação de respeitar o trabalho dos senhores.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S.^a, pessoas físicas ou pessoa jurídica, tem alguma conta bancária em paraísos fiscais?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não. Não tenho.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S.^a ou o seu irmão tinham algum relacionamento direto ou de amizade com Sr. Simeão?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Sobre o meu irmão eu não posso afirmar. Eu não tenho porque estive com esse cidadão uma vez quando ele começou a insinuar uma tentativa de chantagem e o coloquei no devido lugar e, a partir daí, ele passou para a chantagem explícita e documentada.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S.^a ou o seu irmão tinha algum relacionamento ou amizade com o Sr. Joel.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho. Não tenho informação a esse respeito.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – A empresa de V. S.^a, Mendes Júnior, ou V. S.^a pessoa física já enviou ou recebeu, recepcionou alguma transação financeira pelo Banestado, Bemge, Banco Rural, Banco do Brasil ou Banco Araucária?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Olha, isso eu teria que investigar. Eu tenho... Nós temos negócio com o Banco Rural. É um banco local, já tivemos muito negócio com ele. Qual foi o outro banco que V. Ex.^a falou?

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Araucária, Banestado.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Com o Araucária acredito que não. Com o Banestado também acredito que não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Bemge?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Com o Bemge provavelmente sim, mas também são coisas que o senhor tome de maneira positiva ou negativa porque...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Eu quero reformular a minha pergunta.

Algumas desses cinco bancos, com sede em Foz do Iguaçu, encaminhando para fora ou recepcionando algum valor?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho conhecimento e pesquisei de nenhuma transação nossa havia Foz do Iguaçu.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Esse é o escopo das nossas reuniões, das nossas visitas de sindicância. Meu dou como satisfeito, uma vez que as duas primeiras perguntas foram respondidas.

Era do seu conhecimento as denúncias dos suspeitos de superfaturamento e V. S.^a respondeu. Nesse caso, quais foram as medidas administrativas à época tomadas, V. S.^a respondeu e, com relação a essas transações financeiras irregulares, que é o escopo da CPMI do Banestado de 1996 a 2002, V. S.^a acaba de responder. Agradeço.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – A vantagem das reuniões públicas, abertas assim, além de sinceras, é que devem ser muito bem explicadas.

Como o Deputado João Paulo formulou a pergunta e se a Mendes Júnior ajudou eleitoralmente algum político em São Paulo, eu e o Deputado José Mentor somos... V. S.^a falou em ter ajudado candidaturas, mas

é bom que fique claro perante todo mundo e perante os colegas que não foi o caso.

A Mendes Júnior é mais uma empresa de Minas Gerais e do resto do Brasil.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Mesmo porque está configurado em lei a ajuda. É legal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Toda e qualquer ajuda que uma empresa tenha oferecido legalmente, o Tribunal Regional Eleitoral... Está em declarações tudo o mais, mas para ficar esclarecido que o nosso relacionamento é de total...

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Só para dizer que, apesar de a Mendes Júnior ser de Minas Gerais, também não tive a sorte de merecer nenhum centavo, aliás nem dela e nem de nenhuma empresa, nunca, em minhas campanhas e estou disposto a aceitar se tiver alguém interessado em fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Informalidades à parte, vamos voltar para o esclarecimento e às perguntas finais do Relator, uma vez que o nosso Senador Heráclito Fortes depois faz outros pedidos.

O SR. RELATOR (PT – SP) – Dr. Murilo, o senhor tem conhecimento da existência de um cofre no Banespa que era utilizado para a guarda de recursos em espécie da Mendes Júnior?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve conhecimento de alguma operação da Mendes Júnior através de doleiros?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Simeão também aponta uma conta no banco Safra Nacional Banking, em Nova Iorque, conta corrente nº 06100546. O senhor tem conhecimento dessa conta?

O SR. MURILO VALLE MENDES – Não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Sr. Murilo, os Parlamentares dessa Subcomissão já formularam as perguntas que julgaram pertinentes e vou deixar o encerramento do depoimento de V. Ex.^a para a autoridade maior que temos na Comissão, que é o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu me dou por satisfeito, pelo que ouvi, e passo a palavra ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Esta Comissão está agradecida pela presença de V. S.^a, que já está liberado.

O SR. MURILO VALLE MENDES – Gostaria de dizer que fiquei muito bem impressionado pela maneira objetiva com que V. Ex.^{as} conduziram esta interpelação. E, pessoalmente, agradeço o cavalheirismo com que fui tratado. Acho isso muito bom, porque o Brasil precisa progredir. E, quanto a todas as dúvidas que acontecem, acho que o caminho certo é esclarecê-las pelas vias corretas – e a de V. Ex.^{as}, sem dúvida, é mais do que correta –, como a lei e as instituições pertinentes. No mais, desejo uma boa-tarde a V. Ex.^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Vamos suspender a reunião por cinco minutos, para dar continuidade com mais uma lista de seis depoimentos da CPI.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião por 5 min.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Está reaberta a segunda reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para apurar a possibilidade de evasão de divisas do Brasil.

Temos aqui o termo de compromisso assinado pelo Sr. Marcelo de Oliveira Bernardes, comerciante em Belo Horizonte, no qual o depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal.

Em primeiro lugar, vou conceder a palavra ao depoente convidado, que terá até 30 minutos. Encontra-se também presente seu advogado, que poderá acompanhá-lo, mas não poderá manifestar-se, como já é sabido. Por isso, passo a palavra ao Sr. Marcelo de Oliveira Bernardes.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Estou aqui, basicamente atendendo a uma solicitação que me foi feita ontem à noite. Meu irmão foi um dos depoentes de ontem, e estou aqui presente para responder o que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Antes de passar a palavra ao Relator, até para que os demais membros da Comissão se situem melhor, queria que V. S.^a fizesse uma pequena expiação sobre sua atividade de negócios.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Bom, eu basicamente sou gerente de importação e exportação da Amaral Bernardes, uma empresa totalmente voltada, no caso, à exportação de jóias e gemas

e, no varejo, de jóias e afins no Brasil. Sou responsável pela parte de exportação já há alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O Relator tem a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a poderia descrever qual é a política da empresa para exportar seus produtos, de que maneira ela age, o **marketing** que faz e de que maneira se relaciona com seus clientes?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Perfeito. Basicamente, não podemos esquecer que a Amaral Bernardes é uma empresa que exporta há mais de 40 anos. Portanto, já tem uma sólida clientela lá fora, principalmente na exportação de pedras, de gemas, que foi a atividade inicial, inclusive, do fundador da empresa, meu pai. Continuamos atendendo esses clientes e um dos meios mais eficazes que temos de promover as vendas são dois, uma por meio da visita, **in loco**, aos clientes, levando mercadoria em mãos, e participando das várias feiras internacionais no mundo inteiro, várias feiras por ano. São essas as duas formas, basicamente, as duas formas que fazemos, por meio de visitas, visitando os vários clientes em vários países do mundo, e por meio das várias feiras que fazemos no mundo também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem a dimensão de quanto é esse valor que a empresa exporta?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Com certeza, é alguma coisa da ordem... Bom, nos últimos anos ela teve picos, como em 1999, que chegou a US\$ 4 milhões e pouco, isso, na média é alguma coisa em torno de US\$ 2 milhões, e US\$ 3 milhões por ano. Esse tem sido o faturamento. Inclusive esse ano me parece que até agosto estava alguma coisa em torno de US\$ 1,7 milhão, US\$ 1,750 milhão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas essas operações são revestidas de legalidade, com registro nos órgãos competentes das mercadorias exportadas e do recebimento das importâncias equivalentes?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Com certeza, porque existem duas modalidades de exportação, uma que é a exportação consignada, aquela que se leva em mãos normalmente, o que não é vendido é retornado ao Brasil, é feita a checagem pela Receita, e é necessário fechar o câmbio do que não retornou ao País; e a exportação direta, que também automaticamente é fechado o câmbio.

Então basicamente tudo isso, obviamente, amparado por documentos do próprio Banco Central, porque o câmbio todo é fechado e tem que estar registrado tudo certinho no Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não há negociação de valores fora desses procedimentos, nem de pedras, nem de gemas, nem mercadorias fora da legalidade?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, acho que o senhor está mencionando a operação de compra e venda?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mercado paralelo, por exemplo?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, a compra e venda é feita da forma que a lei nos faculta, mesmo porque não há hoje nenhum imposto de importação e não há por que então de haver nenhum tipo de outra forma de negociar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem os recursos cambiais obtidos também negociados no mercado paralelo:?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, porque, na verdade, é necessário repassar isso. A nossa empresa inclusive trabalha na modalidade de ACC, Adiantamento de Contrato de Câmbio, então num ACC há, vamos dizer, seis meses de prazo para saldar aquele ACC, então, as exportações são feitas diariamente, semanalmente temos embarques, por exemplo, e essas são exportações muitas vezes podem ser de valores pequenos, então não se fecha o ACC com aquelas exportações do dia a dia, é necessário juntar um volume de exportações, para quando chegar na época do vencimento do ACC ir e transferir aqueles recursos para o banco no qual fez o adiantamento de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas cada exportação é registrada previamente na Direx?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Ah, sim, claro. Tudo registrado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O câmbio, o senhor opera com ACC num volume maior planejado para seis meses, por exemplo?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – É, já sabemos mais ou menos qual o nosso volume de exportação anual, e sabemos que podemos estar contratando com ACC, que, na verdade, é a forma mais barata que existe hoje no Brasil para financiamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para capital de giro?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Para capital de giro, basicamente capital de giro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a cada exportação pequena ou grande o senhor tem o registro na Direx?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Claro, sempre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não digo, a cada vez que há um comprador diferente, para cada um é uma guia de exportação?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não necessariamente, porque quando sai consignado, sai, inclusive, em meu nome. Por exemplo, vamos dizer que estou saindo para viajar e alguém leva a mercadoria ou um vendedor nosso, então ele sai e não sabe para quem exatamente vai vender, para isso foi criada a modalidade de exportação em consignação, uma vez realizadas as vendas, faz-se a juntada das vendas e repassa as informações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aí o senhor identifica cada um dos compradores?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Existe essa possibilidade, ou você pode fazer a transferência quitando aquele câmbio relativo àquela mercadoria que não foi retornada. Essa, sim, você tem que comunicar nesse momento a quem foi vendida a mercadoria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você já ouviu falar em Beacon Hill?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Já.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor conhece essa empresa?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Essa empresa, até onde eu saiba, não é muito a minha área na empresa, é uma empresa, que eu sei, uma agente financeira que facilitava a remessa para o Brasil par quitação dos câmbios, para fechamento dos nossos câmbios. É muito mais fácil trabalharmos com um agente desse, financeiro, ou através de uma trading, por exemplo, que faz todo o recolhimento dessas pequenas remessas de clientes por exemplo, porque não vou sair saldando aqui um contrato um adiantamento de contrato de câmbio sendo que tenho seis meses para pagá-lo. Fazemos vendas com 30 dias, 60 dias, 90 dias, 120 dias. Então isso tudo é enviado para Beacon Hill – não sei, era as **Beacon** mais alguma coisa. Isso era então enviado para o Brasil fechando os câmbios que totalizavam aqueles valores declarados de venda, que batiam exatamente com o que não foi retornado ao Brasil da mercadoria exportada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu gostaria que o senhor detalhasse essa operação. Que o senhor repetisse detalhadamente como o senhor age através da Beacon Hill.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Olha, quem tem que dar mais detalhes seria talvez o diretor administrativo e financeiro. A minha função é tão-somente vender. Uma vez vendido, é passado para os clientes: favor a transferência desta venda

para Baconhill e os demais detalhes da conta e ele é o agente financeiro para se fazer isso. Então, ele basicamente é isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa do senhor é que indicava para pagar via Baconhill?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Sim. A gente indicava...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Pela facilidade que estou lhe explicando. A facilidade de em vez de estar fazendo centenas de pequenos fechamentos de câmbio. Primeiro porque sai mais barato. Cada fechamento de câmbio, paga-se no mínimo US\$50.00 por contrato. Segundo, a praticidade. Como eu disse, fazemos adiantamento de câmbio. Temos volume de US\$200 mil, US\$300 mil a cada contrato de câmbio. A partir do momento que tínhamos aquele volume já para se fechar um determinado contato de câmbio era feita, então, a remessa, fechando aquele contrato de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o recurso ficava depositado onde até que se fechasse o contrato?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Ele era encaminhado para a Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ficava depositado na Beacon Hill?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Que eu saiba, sim. Mas teria que confirmar exatamente os detalhes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a Beacon Hill movimentava esse dinheiro no mercado fora?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Disso não tenho conhecimento. As atividades da Beacon Hill não posso falar porque não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque o dinheiro era do senhor, não é?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não. Tão-somente eu sabia quanto era enviado para a Beacon Hill, porque os clientes obviamente, uma vez feita a venda...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe entender. Imagine que o senhor tenha vendido lá à vista e o ACC fosse fechada em 180 dias. O senhor mandava o seu cliente pagar US1,000.00 para a Beacon Hill, que ficavam depositados na Beacon Hill. E o senhor só ia fechar o ACC seis depois.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não necessariamente, porque o ACC, contratei hoje tenho até seis meses para quitá-lo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse... Estou pegando a fala do senhor. O senhor disse que

operava e quanto tivesse o volume para fechar – então podia ficar um, dos , três, quatro meses...

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Sim, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito bem. Nesse período, o dinheiro que o senhor recebeu, que é seu e que está na Beacon Hill faz o quê? Fica parado?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– É; ele fica basicamente aguardando instruções de fechamento do câmbio. Sim, basicamente. Mesmo porque é... Dentro do nosso volume de exportação de 2; 2,5; 3 ao ano, ter lá, 150, 200 aguardando para se fechar um câmbio, não é uma quantia tão alta, tão exorbitante. Normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a empresa Lonton?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Sim. É... A conta, eu não conheço a empresa. Não sei que empresa é essa. Para mim, a Lonton é tão somente uma subconta da Beacon Hill. Pelo que eu sei, é isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o proprietário da Lonton? O senhor conhece?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor mandava seu dinheiro para ser depositado nessa conta?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem conhecer o dono?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não, a empresa... Imagino que a Lonton seja uma subconta da Beacon, que seja a proprietária. Eu, pessoalmente, não sei quem é. Agora, obviamente, o nosso diretor administrador-financeiro que é a pessoa que contratou esses serviços, com certeza, deve saber, deve conhecer. Eu, pessoalmente, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Sólida Factoring?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Bom, eles são inquilinos do prédio que pertence a Manoel Bernardes. Isso eu sei. Até aí...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a relação entre a Lonton e a Sólida Factoring?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não. Absolutamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Firma Redox?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar, então, da Empresa Lonton? O senhor sabe o nome todo dessa empresa?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não. Assim de cabeça, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lonton Trade Limited?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– É, Lonton Trade. Esse é o nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Elcio Antônio de Azevedo?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Sim, conheço. Elcio é um empresário importante do setor de jóias. Conheço-o como...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem negócios com ele?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não, não temos negócios com a Seculus. A Seculus, na verdade, é até uma concorrente, do ponto de vista de fabricante brasileira. Até disputamos mercado, na verdade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Aroldo Bicalho e Silva

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Olha, conheço um Aroldo. Não sei se é Bicalho e Silva, para falar a verdade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. De onde o senhor o conhece?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Ele é uma pessoa que está, de vez em quando, no nosso prédio e também por interesses comuns de motociclismo. O Aroldo já ganhou umas provas importantes, como o Enduro da Independência. Curtimos motocross. Então, conheço-o também daí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem relações de amizade com ele?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não chega a ser amizade. É de conhecimento. Eu não saio com ele, nunca saí...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá, no prédio, ele frequenta algum lugar especialmente?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Parece que ele, de vez em quando, vai, se não me engano, ao quarto andar. Talvez seja no andar da Sólida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele frequenta a Sólida?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não estou dizendo isso. Parece-me que ele, quando vai... Às vezes, perguntamos para o porteiro, por questão de segurança nossa, aonde essa pessoa tem ido ou aonde aquela pessoa tem ido. Então, às vezes,

comenta-se assim. Mas eu não sei exatamente o que ele faz, assim, do ponto de vista...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se ele trabalhou na Sólida?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Isso eu não posso afirmar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Paulo Roberto Grapiuna Lima?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não, não conheço...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Dona Maria das Graças Takarashi Lima?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Também não conheço, apesar de que... Pessoalmente, eu não conheço, agora, até que... Parece que eles são os proprietários da Sólida, se não me engano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor sabe disso?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Porque eles são inquilinos nossos. Somos proprietários daquele prédio e estamos sempre averiguando quem são os inquilinos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu irmão, Manoel Bernardes, tinha conhecimento dessas coisas todas? Da Beacon Hill, da Lonton, do Paulo Roberto, da Maria das Graças, da Sólida...

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Olha, é bem provável até que não. Como o Manoel esteve muitos anos à frente do CDL local, confesso que ele praticamente se ausentou da empresa e ficou só com uma atividade-fim basicamente, que era o desenvolvimento de produto que é criação dele, a cabeça, que é justamente a criação das novas linhas de jóias. Então, é até bem provável que ele não tivesse, talvez, esse conhecimento, mas eu não posso afirmar isso por ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o seu irmão Paulo Roberto?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – O Paulo também é voltado para a área de varejo. Ele hoje é gerente. Ele gerencia as lojas. Então, também não tenho certeza, porque a empresa ela tem, vamos dizer, esses dois negócios bem definidos: a exportação e o varejo. São dois negócios bem definidos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa do senhor tem um contrato de locação com a Sólida?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Olhe, isso é através... Não a Manuel Bernardes. Temos uma empresa que faz esse trabalho para nós, uma imobiliária. Toda locação da empresa não é feita diretamente pela Manuel Bernardes. Portanto, eu não sei exatamente quem está representando cada empresa dessa e tudo. Apenas a gente sabe porque às vezes

vocês tromba na garagem, então fica conhecendo. O prédio até não é grande. São doze andares...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o senhor que mantém a relação da família com essa empresa que faz a locação?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não. É o próprio diretor administrativo e financeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como o senhor soube que era o Sr. Paulo que é o diretor da Sólida?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Como eu acabei te dizendo. A gente é um prédio de somente doze andares. Nós ocupamos três ou quatro andares. Então, a gente tromba todo dia. São dois elevadores, a garagem é pequena, a gente acaba se encontrando e, obviamente, você tem uma idéia de quem é quem no prédio, mesmo pessoas que nunca soube formalmente que é esse ou aquele inquilino, possivelmente é até um inquilino. Eu não sei exatamente o nome da pessoa, mas vejo todo dia, cumprimento, a gente sabe e tal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Aroldo conhece o Sr. Paulo Roberto?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não tenho essa certeza, não posso afirmar isso. Nunca vi eles juntos, assim. Eu nunca vi, pelo no prédio eu nunca vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas as operações que a empresa realiza de exportação passam pela Beacon Hill?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não. Muitas vezes a gente exporta diretamente para os clientes. Tem clientes que, por preferirem a modalidade de exportação contra documentos, eles querem que os documentos sejam enviados diretamente para o Banco deles. Uma exportação com documentação consignada ao Banco – isso até por questão de garantia nossa também, principalmente quando a gente não conhece um cliente, um cliente novo, aí a exportação é feita diretamente para o cliente novo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa do senhor tem contas no exterior?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não. Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta na Baconhill, o senhor tem um depósito, uma sub-conta? Como é que fica o dinheiro do senhor lá?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Não. Que eu saiba...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Baconhill guarda para o senhor o dinheiro, é isso?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES – Até onde eu sei, essa conta é a utilizada por eles para

justamente fazer esses pagamentos ao Brasil. Não sei se para outros também da América Latina ou não.

Mas não a conta da Manuel Bernardes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem são eles? Que operam com a conta Lonton?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– A Baconhill. Exatamente quem são as pessoas por trás elas eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas como o senhor conheceu a Baconhill?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Eu estou lhe falando. O nosso diretor administrativo e financeiro, que, talvez por indicação de alguém - essa é uma pergunta que pode ser feita para ele -, achou interessante porque a gente estava realmente com um volume muito grande de pequenos fechamento de câmbio. E todo dia tendo de fechar alguma coisa, fazer algum fechamento de câmbio. Isso tudo estava é extremamente burocrático, toma muito o tempo da empresa. É muito mais fácil você sintetizar isso através de um único fechamento de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem um custo no ACC?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto é esse custo?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não. De cabeça eu não sei. Eu creio que seja, para cada fechamento você tem só uma tarifa, só uma taxa de fechamento é 50 reais, é 50 dólares. Mas, aí você tem os custos obviamente dos juros...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa não recebe antecipado o fechamento do câmbio?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Sim, não o fechamento, o adiantamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O adiantamento do câmbio ela não recebe antecipado?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Recebe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela tem a diferença da variação cambial mais os juros que ela paga para o Banco?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, tem um custo.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, no momento em que o senhor deixa o dinheiro lá fora sem fechar o fechamento do câmbio o senhor está pagando por um dinheiro que estaria na sua mão.

Isso não aumenta o custo?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Na verdade, você precisa do capital de giro, porque as vezes não adianta você fechar um câmbio antecipado hoje e de repente, amanhã, você precisa dessa capital de giro. Então, você...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eu digo assim: quando você fecha o câmbio e abate da antecipação que foi feita você deixa de correr o risco cambial e deixa de pagar os juros.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Bom, isso é até uma análise que a empresa faz mesmo. A empresa sempre faz. Quando o mercado está oscilante a gente pode tomar a decisão de inclusive antecipar um contrato de câmbio. Isso é realmente possível que aconteça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eu digo quando você deixa o dinheiro na Beconril, você está pagando além do risco cambial – se bem que está com o dólar lá - mas o custo do dinheiro você está pagando para o Banco, porque você antecipou o câmbio.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– É preferível você ter esse dinheiro disponível do que você ter que buscar de repente no mercado uma necessidade que pode ocorrer na compra de um produto de um material que apareça ou qualquer coisa de uma necessidade mesmo de capital de giro você ter que buscar isso em um mercado ou em sendo que no Brasil muito mais caro qualquer outra forma de financiamento, a mais barata ainda é o ACC. E você sabe que hoje você não abre um ACC na hora que quer, você tem que ir no Banco negociar, uma vez quitado um ACC aí ele te abre outro contrato. Então, não é uma coisa que você... E tem que ser uma coisa muito proporcional a sua expectativa de exportação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, essas conversas os irmãos que são proprietários e importadores das empresas nunca conversaram sobre essa decisão?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não, isso envolve mais assim a área financeira, a financeira inclusive para isso, para analisando o mercado ver para nós quais são as melhores formas de financiamento e também nos orientar se devemos ou não fechar um cano em função dessas oscilação, porque no ano passado, por exemplo foi um ano muito ativo, com aquela oscilação do câmbio nós tivemos que estar muito atento a esta questão, fechava ou não fechava câmbio, pegava o novo contrato, não pegava. Todas essas questões são discutidas entre esse gerente administrativo financeiro e eu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aí ele se reporta ao Senhor?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não me reporta, mas ele discute as várias formas de financiamento. E eu dou a ele a minha expectativa de exportação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a quem ele se reporta?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Olha, nós temos um sistema dentro da empresa, como eu disse o Manoel até é o nosso Presidente. Nós temos um sistema de rodízio entre os irmãos na Presidência e já foi Paulo, atualmente é o Manoel. E agora eu confesso que em função do Manoel está muito presente no CDL realmente é o exercício dessa Presidência ficou bastante prejudicado.

Então, esse contato se perdeu muito nos últimos anos, mas o que a gente basicamente faz é se sentar de vez em quando uma duas ou três vezes por ano a gente senta e traça as diretrizes macro para empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente financeiro tem autonomia para...?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Tem, tem autonomia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E não se reporta a ninguém?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Mesmo porque ele está com a gente desde 1975, quando da morte do nosso pai. Então, inclusive é um tio meu, faz parte da família. Então, ele está tendo realmente como se fosse um acionista, apesar de não ser.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – O Sr. Marcelo de Oliveira Bernardes, V. S^a colocou aqui que o agenciamento financeiro, depois de uma certa idade se fazia pela Bicomrio. Em algumas dessas situações a Sólida Factoring participou?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Que eu tenha noção não.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Disse V. S^a que a subconta Lonton Trade Limited, que pertence a Beacon Hill, ela também fez parte de algumas operações?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– De fechamento de câmbio da própria Manoel Bernardes. Isso não tem nada haver com outra empresa é tão-somente uma transferência de recursos da Manoel Bernardes, através da Lonton, para fechamento de câmbio no Brasil.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Sr. Relator, o senhor prestou a atenção nesta? A primeira resposta dizia aqui que a Sólida Factoring não participava em

nenhum momento da atividade diretamente com a Beacon Hill e quando eu perguntei se a subconta Lonton Trade Limited foi usada, o Sr. Marcelo disse que sim. Agora a Lonton Trade Limited, essa subconta, pertence, Sr. Marcelo, à Sólida. Algumas subcontas da Lonton, nós temos documentos, estão no nome da Sólida Factoring, com o telefone da Sólida Factoring e com o endereço do sexto andar.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Isso é algo que desconheço. O senhor está afirmando isso, mas desconheço qualquer ligação.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Bom, a segunda questão...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela oportunidade, o senhor tinha qualquer relacionamento com a Sólida, a empresa do senhor ou algum dos irmãos?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Chegaram a descontar cheque, ou alguma operação?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Nada, nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor autorizou a Sólida...

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Que eu saiba. Obviamente, eu não estou no financeiro, mas como proprietário da empresa, é lógico que eu sei de alguma coisa que se passa no financeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. O senhor teria autorizado alguma vez a sólida operar ou dar orientação para a conta Lonton, na Beacon Hill?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Sr. Marcelo, V. S^a sabe de alguma operação de fechamento com o Banestado de Nova York?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Não. Aliás não tenho acompanhado muito esta CPI, para falar a verdade. Não estou muito bem informado sobre o que anda acontecendo para falar a verdade.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Peça ao relator que possa recordar, parece-me que há operações com o Banestado de Nova York?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que não conhece, não sabe se há operação? Isso é responsabilidade do gerente administrativo e financeiro?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES

– Como é a pergunta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que o gerente financeiro tem autonomia para decidir onde opera. Ele pode escolher o banco, ele escolhe a taxa e a maneira de fazer...

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES
– Sim.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Deputado João Paulo, V. Ex^a deseja fazer alguma pergunta?

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. Presidente, eu não tenho perguntas. Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O relator tem mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existem remessas realizadas pela empresa para ela própria na Beacon Hill? Remessas de numerários, movimentação de numerários ordenados pela empresa para ela mesma na Beacon Hill, para ficar à disposição dela na Beacon Hill?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES
– O que pode ter acontecido, eu diria, é que ao se fazer as feiras no exterior e as próprias viagens, parte do numerário e eventuais cheques podem ter sido encaminhados para a Baconhill, para justamente fazer esse agrupamento e eventual fechamento de câmbio no Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem vendas no Exterior em cheques?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES
– Não é comum. O mais comum é a transferência direta do cliente, ou para a nossa conta no Brasil, as várias contas da empresa, ou através, por exemplo, da Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Toda a movimentação na Beacon Hill, na conta Lonton corresponde a fechamento de câmbio no Brasil?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES
– Tenho o entendimento que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não há nenhuma operação a cabo, o senhor trazendo recursos lá e recebendo em reais aqui?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES
– Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Tupi Câmbios?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES
– Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tá. Estou satisfeito, Sr. Presidente. Eu só pediria que o depoente permanecesse à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Por solicitação do relator, esta Presidência solicita a V.

Ex^a que permaneça em recinto próprio deste prédio para uma posterior necessidade de acareação. V. S^a está liberado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria de indagar se ele tem algum complemento que queira fazer?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. S^a tem algum esclarecimento a fazer?

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA BERNARDES
– Não. Estou à disposição. Não em problema nenhum. Queremos obviamente colaborar o que for possível com esta CPI e esclarecer tudo o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. S^a está liberado. Vou suspender a presente sessão, até que se faça a substituição para o próximo convidado.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Está reaberta a 42^a sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 05, de 2003, com a finalidade de apurar responsabilidade sobre a evasão de divisas no Brasil.

Estamos aqui já com a presença do próprio depoente que é o Sr. José Eustáquio Cardoso.

Temos sobre a Mesa seu termo de compromisso no qual compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade, no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5^º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

O Sr. José Eustáquio Cardoso terá até trinta minutos, caso julgue necessário, para algum esclarecimento.

Encontra-se ao seu lado o seu advogado, que, no entanto, não poderá manifestar-se.

Antes, porém, eu gostaria que V. S^a, para que fique registrado nos Anais, dissesse-nos um pouco das suas atividades empresariais nas Organizações Bernardes e, em seguida, fizesse a exposição e prestasse os esclarecimentos que julgar necessários.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Pois não. Sou responsável pela área administrativa e financeira da empresa, onde trabalho há 25 anos. O que tenho a complementar, além disso, é que estamos prontos a dar todo esclarecimento que for necessário.

Hoje, estamos um pouco decepcionados com as notícias que surgiram na imprensa, de alguma forma destruindo uma reputação construída em muitos anos de trabalho sério, seguro e correto. Então, ficamos um pouco assustados e decepcionados com essa situação, porque passa a ser destruída uma reputação que vem sendo construída há muito tempo, em segundos – vamos dizer assim.

De qualquer forma, estamos aqui para responder ao que for necessário, ao que nos for possível responder. Tomei conhecimento dessa convocação já muito tarde, ontem. Pode ser que alguma coisa eu não saiba responder, mas aquilo que eu souber estou pronto a esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. S^a inclusive poderá ter a oportunidade de, quando não tiver a resposta pronta, remetê-la, pelos meios legais, à CPI, para posterior análise.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Em segundo lugar, temos que lamentar todo esse constrangimento que V. S^a diz passar. Não é a intenção desta CPI, que se prende única e exclusivamente a cumprir o seu objetivo.

Evidentemente, as convocações feitas são decorrentes do próprio desenrolar de depoimentos aqui prestados, mas terá V. S^a o tempo necessário, inclusive para desfazer qualquer dúvida e restabelecer qualquer tipo de perda ou de prejuízo que a reputação de V. S^a, pessoalmente, ou da própria empresa tenha sofrido. Acho até que esta é uma oportunidade ímpar para esses esclarecimentos.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Eustáquio, primeiro, não estamos acusando ninguém aqui; estamos investigando.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu entendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor quiser fazer qualquer comentário em relação a possíveis notícias das quais não tomei conhecimento pela imprensa, se quiser aproveitar agora, estamos aqui para ouvi-lo.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – A que chateou mais foi que no jornal **O Tempo** saiu um bloco dizendo que a empresa tinha... Acusando, de alguma forma, de fazer contrabando de pedras e jóias, o que é uma inverdade. Não temos nem por que fazer contrabando, se é uma atividade absolutamente isenta de impostos e etc. É incentivada até. Lançando-se isso na imprensa, de alguma forma, denigre-se a imagem da empresa. Isso nos deixa chateados, mas vamos esclarecer, vamos ter a oportunidade de deixar esclarecidas todas as dúvidas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas essa declaração foi atribuída a qualquer membro da CPI?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei a quem foi atribuída. Não menciona, mas deve ter saído daqui de dentro, provavelmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Bem, o senhor então é o responsável pelos aspectos administrativos e financeiros das empresas.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem autonomia para decidir as coisas?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ou o senhor se reporta a alguns dos proprietários, dos dirigentes?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, eu tenho autonomia, já estou lá há bastante tempo. Evidentemente, eventualmente, trocamos idéias ou prestamos contas, mas tenho bastante autonomia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa troca de idéias é só eventualmente?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – É. Eventualmente. Às vezes, é necessário trocar uma idéia ou qualquer coisa, prestar contas. Acho que é natural, é a ordem natural das coisas, como empregado. Sou empregado celetista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia descrever como se dão as operações de comércio exterior que a empresa realiza? Importação e exportação.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Importamos muito pouca coisa, praticamente insumos para indústria, e exportamos todos os nossos produtos, que são pedras brutas, pedras lapidadas e jóias. Estamos fazendo um esforço muito grande para exportação de jóias também, abrindo um novo mercado, procurando agregar valor ao nosso produto.

Essas vendas são realizadas por meio de feiras, participação em feiras, no caso das jóias especificamente, que é um mercado novo para nós. No caso das pedras, temos um conhecimento maior, a Manoel Bernardes surgiu na exportação de pedras, tanto pedra bruta quanto pedra lapidada. A maneira que se vende é a seguinte: eventualmente o cliente vem ao Brasil, mostramos o produto para ele e, regularmente, ainda participamos de feiras, ou fazendo viagens específicas para demonstrar o produto, visitando os clientes e efetuando vendas.

Em síntese, é esse o **modus operandis**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses recursos obtidos com a exportação, eles são todos registrados no Brasil?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Todos registrados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos têm fechamento de câmbio?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Todos têm fechamento de câmbio, 100%.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pelo valor real da venda?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Pelo valor real da venda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E na quantidade dos produtos consignados ou vendidos?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Com certeza. Isso tem a fiscalização na saída e tem a fiscalização na volta. E não faz sentido que não seja assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fala que não faz sentido por conta da não-tributação?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o paralelo está quase ao par em relação ao real.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Exato. Não, mas só pelo real...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se alguém quiser, por exemplo, constituir um fundo, um caixa dois fora, pode fazê-lo através das pedras, das gemas e das jóias, não pode?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei se pode. Nós, por exemplo, não fazemos. Eu diria até que pode, mas não faríamos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar em Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Já ouvi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia nos descrever como aconteceu, de que maneira, quem indicou?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Olha, como trabalhamos no mundo inteiro, temos a necessidade de estar recebendo, agrupando recebimentos, porque nossas vendas são realizadas de forma dispersa, bastante dispersa, temos muitos clientes. Vendemos cinco, dez, 20, 30 mil, e existe a necessidade de estar agrupando, mesmo porque, nas vendas, você faz uma venda hoje e dá prazo de 30, 60, 90 dias. Então, em um dado momento, tivemos a necessidade de ter um ponto de recebimento desses recursos e um cliente, não lembro mais qual, indicou a Beacon Hill como um agente financeiro que presta esse serviço para diversas empresas. E optamos, então, por fazer na Beacon Hill uma centralização de recebimentos desses recursos que vêm de forma dispersa, de vários lugares do mundo, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor não se lembra do cliente?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Do cliente que nos indicou não lembro, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desde quando opera com a Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não lembro. Isso tem quatro anos ou três, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Começou com o senhor operando na Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A decisão para operar com a Beacon Hill é sua?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – É minha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia a empresa?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Fui indicado por essa pessoa e evidentemente se começa fazendo operações e não deixa acumular recursos, vai fechando os câmbios. Porque ele faz a transferência, você fecha o câmbio das vendas realizadas. E durante esse período nunca tive problema com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele quem?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Com a Beacon Hill, com essa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era a pessoa proprietária da Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Olha, sei o nome de uma pessoa, não sei nem se ele é proprietário ou não, que se chama Anibal. Eventualmente ele era o contato. A gente não se falava...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é brasileiro?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Acho que não. Acho que ele é espanhol, ou porto-riquenho. Não tenho certeza, não. Ele falava “portunhol”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o volume anual de negócios no exterior?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Da Manoel Bernardes? Ele varia de ano para ano, mas a gente pode dizer que é qualquer coisa por volta de 2,5, de 2 a 3.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o faturamento total?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Da Manoel Bernardes? É qualquer coisa por volta de R\$10 milhões.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, US\$2,5 milhões anual são 7,5 milhões, é 75%.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu diria que é 60%, porque existe uma variação. Nós estamos falando de dólar oficial. Eu diria que é 63%, 60%, qualquer coisa desse tipo, acho que dois terços.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não acha que era mais seguro abrir uma conta num banco lá fora do que operar com uma empresa que o senhor não conhecia?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, porque, na verdade, esses volumes não são grandes. Eles são pequenos. Eles decorrem no ano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, mas no ano, 60% do faturamento.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – E mais, doutor, muitos desses clientes fazem a remessa direto para bancos brasileiros: Bradesco, Itaú, Banco do Brasil. Eu não imponho a passagem desse dinheiro por essa conta transitória. Ela vem direto também. Então, é dada ao cliente a opção. Ele pode tanto fazer essa transferência... Eles, às vezes, preferem porque uma transferência para os Estados Unidos é menos burocrática. Tem bancos que existem no mundo todo, e para transferir para bancos brasileiros é um pouco mais complicado. Então, eles dão preferência, mas, muitas vezes, ocorre a transferência direta para os bancos brasileiros.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os países?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Nós, recebemos de Hong Kong, que é China, recebemos da Tailândia. Para os Estados Unidos também, são feitas transferências porque participo de uma feira em Las Vegas, vendo em Los Angeles, vendo nos Estados Unidos inteiro. Então, eventualmente, eu tenho transferência nos Estados Unidos para Nova York, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas qual é a complicação para mandar para um banco brasileiro?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu não sei explicitar para o senhor, mas você tem que usar... Eu estou supondo porque, no caso...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos os clientes do senhor só querem mandar para a Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que é?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Alguns preferem mandar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a maioria manda para a Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu diria que sim. Hoje é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que todos conhecem a Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Porque, evidentemente, eu forneci a conta...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor indicava então?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Indicava. Eu fornecia a conta do Bradesco, do Itaú.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, na realidade, a Beacon Hill prestava um serviço importante para o senhor.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Presta sim, prestou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece só o Sr. Aníbal?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não há outra pessoa?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falava por telefone com ele?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Por fax, na verdade. Eu não falo inglês. Embora ele fale português, ele dava... se fosse necessário...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem esses documentos todos guardados, os fax?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não tenho não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não guardou?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não tenho porque não é necessário. Se eu recebi a operação e ela foi contabilizada, eu emiti nota fiscal, eu fechei o câmbio, aquilo ficou limitado ao necessário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quem é o dono da conta da Beacon Hill ou o dono da conta Lonton?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Suponho que seja o próprio Aníbal. Não sei se ele é dono, mas a Beacon Hill deve ser dona da conta Lonton.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As subcontas têm vários donos. O senhor conhece o dono da Lonton?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor, se forçar um pouquinho a memória, não consegue lembrar quem foi que indicou para o senhor a Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma empresa lhe presta um serviço dessa importância, e o senhor não se lembra quem foi que a indicou?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não. Você vai adquirindo confiança devagar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou perguntando quem a indicou a primeira vez.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu não lembro. Eu sei que foi um cliente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor quer preservá-lo? O senhor não quer dizer o nome?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, sinceramente, eu não lembro. Sinceramente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem outras contas tipo Beacon Hill com que o senhor trabalha no exterior?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só essa?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Só essa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor não lembra o nome?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – De quem indicou não. Isso surgiu de uma necessidade do cliente e que mostrou ser prático para nós porque, como eu recebia muitos valores, alguns valores, não são muitos, nosso movimento é muito pequeno, alguns valores, ele centralizava aquilo e eu, ao invés de estar fechando... porque, quando manda direto para o Brasil, eu tenho que, rapidinho, uma semana, dez dias, estar fechando o câmbio daquilo. O banco fica te cobrando o fechamento daquele câmbio. Isso gera despesa. Um banco te cobra de 50 a 100 dólares por fechamento de câmbio. Então, quando eu faço um agrupamento, se fecho um câmbio de US\$1 mil ou de US\$100 mil, pago o mesmo valor, a mesma despesa pelo contrato. Por questões de economia, era interessante esse adensamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que valores o senhor costuma agrupar lá para fechar o câmbio?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – US\$100 mil, US\$150 mil, já deixei até US\$200 mil. Acho que mais do que isso nunca deixei. Temos esse cuidado também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quanto a esse dinheiro, o senhor não fica pagando juro aqui no ACC?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Pago, mas, vamos dizer, faço um ACC de US\$200 mil, por exemplo, e não posso pagar os US\$200 mil porque não os tenho. Vou agrupando até que eu tenha esses US\$200 mil, quando só então liquido o ACC.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual é o custo da antecipação do contrato de câmbio?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Hoje é qualquer coisa por volta de 0,5%, ou 6%, 6,5% ao ano, depende do banco, do relacionamento com o banco e tudo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais os bancos em que o senhor opera com ACC?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Opero com o Itaú, com o Banco do Brasil, com o Bradesco, com o Sudameris, com esses bancos todos. Já operei

muito com o Bemge, que hoje é do Itaú. Quando ele era aberto, tinha uma carteira de câmbio muito ativa, muito positiva.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor alguma vez comunicou aos sócios essa operação feita na Baconhill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eles sabiam que tínhamos essa conta centralizadora. Provavelmente eles não sabem detalhes, se é Beacon Hill, se é Lonton Trade, o que é. Isso é uma coisa muito minha. Trabalhamos num nível de confiança muito grande, pelo tempo que tenho de casa e também porque sou tio deles. Existe uma relação de confiança muito grande, o que facilita as coisas com relação à liberdade de ação, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Manoel sabia?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Que há a conta centralizadora, ele sabia, sim, mas acho que saber detalhes de funcionamento ou algo desse tipo, provavelmente, não. Em síntese, acho que ele sabia, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas se é uma só, como o senhor se referia a essa conta: como Beacon Hill, como Lonton? Como o senhor se referia a ela?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Acho que é mais como Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Beacon Hill tem muitas contas, mas o senhor operava com a Lonton?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Sim. Não sei como opera a Beacon Hill. Não conheço detalhes da Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve pessoalmente na Beacon Hill alguma vez?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Nunca estive. Foi algo que foi crescendo devagar, foi feita uma operação, foi feita outra. Fechamos muito pouca coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe que a Beacon Hill foi investigada e fechada nos Estados Unidos?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe qual a acusação que houve lá?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, em detalhes, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor ficou sabendo?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Fiquei sabendo que foi fechada, vi alguma coisa na imprensa, e, por sorte, eu não tinha nada com eles. Tive medo

de perder alguma coisa, mas não tinha saldo nenhum com eles, não perdi nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois que fechou a Beacon Hill, o senhor opera de que maneira?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Estou pedindo que os clientes façam as remessas diretamente para nós, por meio do Banco Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, o que for mais fácil para eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não foi procurar uma outra empresa que fizesse o agrupamento?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, porque imaginamos a confusão que pode dar, o risco que corremos e tentamos sair fora disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor só se deu conta disso depois que fechou a Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Sim. A Beacon Hill, para mim, sempre foi uma empresa legal, uma empresa que trabalhava corretamente, uma empresa prestadora de serviço, que prestava esse serviço para mim e para centenas de outras pessoas. Para mim, era tudo legal, porque é um tipo de empresa que existe aos milhares nos Estados Unidos. Disseram-me ou me venderam esse peixe, e suponho que seja verdadeiro, mas, pelo visto – não sei nem se estavam ilegais ou não –, estavam ilegais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor não abriu uma conta num banco, qualquer que fosse ele, nos Estados Unidos em que é permitido abrir?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não abrimos porque achamos que fosse mais prático operar com alguém que está lá nos Estados Unidos. Não temos um escritório nos Estados Unidos, não temos uma pessoa para administrar, efetuar depósitos, conferir documentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas esse controle pode ser feito hoje **on-line**, na Internet, e até por fax, como o senhor fazia.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Pois é. Eu não sei se é possível, sinceramente, eu não sei se é possível. Eu digo que nessa época nos pareceu mais prático e mais econômico – sempre pesando muito o fator de economia, de reduzir custos –, achamos que fosse mais prático estar remunerando, em nível... Porque cada vez que se faz uma transferência ou que alguém transfere para alguém, paga-se alguma coisa. E isso era a remuneração dele. Ficava muito mais barato do que ter um homem lá administrando isso, etc. Hoje o senhor está dizendo que é possível **on-line**. Eu não sei se é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu pessoalmente o Sr. Aníbal?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não. Não conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguns dos sócios da Empresa...

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Provavelmente não, também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele esteve aqui alguma vez, no Brasil?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Se esteve, eu não estive com ele. Não o conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Sólida Factoring?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que o senhor conhece?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eles são nossos inquilinos. Foram nossos inquilinos no prédio onde nós temos a sede.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E eles trabalharam com o quê, lá?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eles fazem desconto de cheque, desconto de duplicata, coisas desse tipo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E opera com câmbio?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Compra e venda de dólares?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quem são os donos da Sólida?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Olha, eu sei que é um tal de Paulinho. Eu conheço por Paulinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece de onde?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu conheço do prédio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele freqüentava o prédio ali?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Freqüenta. Eu encontro com ele no elevador; encontro com ele na garagem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os sócios da empresa conhecem o Paulinho?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Provavelmente já o viram lá. Eu não sei se é conhecer de conhecer, de freqüentar ou de... Provavelmente, não. Nós conhecemos como conhecemos outros inquilinos que estão no prédio. Há dez ou doze inquilinos,

não sei quantos. Mas conhece como uma pessoa que está sempre no prédio estacionando o carro, pegando elevador, etc. Eu acho que mais relação do que isso não tem, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Dona Maria das Graças Takarrashi Lima?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, senhor. Não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Paulinho é casado?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Sinceramente, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome do Sr. Paulinho todo, como é?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei. É Paulo não sei de quê. Eu sei que é Paulo. Eu o chamo de Paulinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem intimidade com ele?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não. Só de elevador, de...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa já operou com essa Factoring?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não. Factoring não tem taxa competitiva para nós.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se tem alguma relação da Sólida Factoring com a Lonton?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não. Não sei. Acho até que não, mas não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Aroldo Bicalho e Silva?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde é que o senhor o conhece?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu o conheci também no prédio. Ele está sempre lá com esse Paulinho, na Sólida. Ele está sempre presente lá. E eu o conheci lá. E ele faz um trabalho assistencial muito grande para a Cidade dos Meninos, e eles estão sempre promovendo churrascão, feijoada, etc, e ele está sempre. Eu o conheci um pouco mais porque ele vai lá vender isso pra gente, vender esses convites pra churrasco, pra festa, etc, com o objetivo de angariar fundos para essa Cidade dos Meninos, etc. Então, isso fez uma aproximação maior. Ele é muito expansivo, é uma pessoa muito alegre. E do Aroldo eu posso até dizer que sou mais amigo. Sou amigo até. Um amigo, não íntimo. Não frequento a casa dele, ele não frequenta a minha, mas já pescamos juntos uma vez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele costuma frequentar a Organizações Manoel Bernardes?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, só quando ele tem convite pra vender. Quando ele tem convite pra vender, ele vai lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei. E o seu Manoel, por exemplo, conhece esse Sr. Paulinho?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei. Acho que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele conhece o Sr. Aroldo?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Deve conhecer, porque o Aroldo é mais expansivo, é mais de cumprimentar, de falar. Provavelmente, Doutor. Eu não posso falar pelo Manoel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Paulinho e o Sr. Aroldo têm negócios em conjunto?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu não sei informar para o senhor. Não sei informar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na Redox?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, nunca ouvi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa mantém contas no exterior?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – A Manoel Bernardes não. Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ela mantém recursos no exterior?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Também não. Tinha quando tinha essa conta centralizadora. Hoje, já faço as transferências direto. Quando o cliente tem que me pagar, venceu o prazo dele, ele está fazendo a transferência direta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em algum momento, a empresa trabalhou com mercado paralelo de moedas?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, não tem por quê.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Elcio Antônio de Azevedo?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da onde o senhor o conhece?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Ele é sócio de uma empresa do nosso ramo, que é a Séculus, e também, muitas vezes eu conheço muito dessas festas que eles promovem, porque são os grandes promotores dessa Cidade dos meninos e do Asilo São Vicente de Paulo. Então, eles estão sempre fazendo feijoada, churrasco e esse tipo de coisa. Então, você é sempre convidado, você vai, e é um convívio muito bom. Então, conheço ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Aroldo trabalha com ele nessas comunidades dos meninos?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – O Aroldo é uma das pessoas que vende convite para essa Cidade dos Meninos, não sei se trabalha com o Élcio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Élcio também trabalha nessa cidade dos meninos?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – O Sr. Élcio é um dos sócios – estou dizendo que ele é sócio, mas não sei se é –, mas suponho que ele também seja um dos sócios, porque são vários irmãos, um dos sócios da Século. E lá todos eles, todos os irmãos, trabalham muito forte no sentido de angariar fundos para essa instituição que eles têm que se chama Cidade dos Meninos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A mesma coisa que faz o Sr. Aroldo, quando vende o ingresso?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Também. E, por acaso, estou com 10 ingressos na minha mesa para vender. Eles descobrem a gente, e temos que trabalhar para eles. É uma coisa horrorosa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui, só se for legal vamos comprar depois. Podemos...

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Pois é. A festa é bonita.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Élcio mantém negócios com a Lonton?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, acho que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca conversou com ele sobre isso?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, nunca conversei sobre isso com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou pedir que a assessoria leve este documento com essa foto, para o senhor identificar para mim.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Esse é o Élcio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode me trazer de volta. Então, quando o senhor operava com a Beacon Hill o senhor sabia que era conta Lonton, que era lá que ficava o dinheiro do senhor?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Kobayashi) – Concedo a palavra ao Deputado Doutor Hélio, para perguntas ao convidado depoente.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. José Eustáquio Cardoso, esta conta centralizada com que a empresa trabalhava na Beacon Hill, que é a Lonton, V. S^a tem algum extrato dessa conta?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não tenho. Esse controle era feito muito direto, mês a mês, e os movimentos são pequenos. Para o senhor ter uma idéia, eu fecho um câmbio por mês, dois câmbios no máximo por mês. Então, o nosso movimento é muito pequeno. A Empresa Manoel Bernardes não é uma empresa grande, é uma empresa pequena. Então, é uma coisa que você controla. O cliente diz que mandou 20 mil, 10 mil, você anota, confirma que chegou e fala: vou fechar o câmbio, por favor, pague ao Sudameris, por favor, pague ao Bradesco. Você fecha o câmbio, aquele banco te paga uma taxa melhor, você fecha e autoriza a transferência. É um controle muito, diria, primitivo. É uma coisa muito na ponta do lápis, uma conta corrente, uma coisa simples.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Estamos fazendo aqui, Sr. José Eustáquio, o nosso papel. Estamos partindo do pressuposto de que cabe a nós identificar de que forma cerca de 30 bilhões de dólares evadiram-se fiscalmente deste País. E por trás disso, está o crime organizado, o narcotráfico, junto com essa evasão fiscal.

Tivemos oportunidade de dormir esta noite aqui em Belo Horizonte e conhecer, com algumas pessoas do nosso relacionamento, o grau de credibilidade que goza Manoel Bernardes aqui em Belo Horizonte. Mas existem alguns fatos fortemente suspeitos de que dólares foram operacionalizados por uma conta irregular, chamada Beacon Hill, e que esta subconta, chamada conta Lonton Trade Limited, tem, nos documentos, o telefone e o endereço, no 6^o andar, dessa Sólida Factoring. Portanto, existe uma relação entre essa subconta, onde V. S^a teve... V. S^a está colocando alguns, muito pouco... Mas nós temos dados de remessas que equivalem, ao longo de 1996 ou 2000 ou 2001, que equivalem a US\$11 milhões e 800 mil. E o beneficiamento, o caminho de lá para cá, de cerca de US\$3,6 milhões. Pode parecer quantia pequena para V. S^a. Mas a somatória disso, em centenas ou, talvez, milhares de empresas, vem contribuir para essa fabulosa soma de cerca de US\$30 bilhões.

Pergunto a V. S^a se existiria alguma outra vantagem na negociação através Beacon Hill, que não a economia de US\$50 por remessa? Existia... Quer dizer, a pessoa da Beacon Hill, o Sr. Aníbal, que era o nome do contato da Beacon Hill. Ele apresentava algumas vantagens para que pudesse centralizar essa conta da empresa que V. S^a administrava na Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – A vantagem principal, Doutor Hélio, era exatamente o fato de estar centralizando. Como eu, eventualmente, fazia uma CC, um adiantamento de câmbio, precisava de 100 mil, não de 10 e não de 20. Então, eu conseguia

fazer a concentração desses recursos para que pudesse pagar aquele contrato de uma vez. Então, essa, de fato, é a principal vantagem. Outra coisa que eu gostaria de complementar. Eu entendo o trabalho, eu acho maravilhoso e positivo... Mas eu posso lhe afirmar: a nossa empresa nunca fez transferência... Nós somos caipiras. Nós não conhecemos o que é CC-5. Nós ouvimos falar de CC-5 pelos jornais. Nós nunca transferimos um dólar sequer do Brasil; pelo contrário, nós trazemos dólares. Então, esses 11 milhões... mais esse... Parece-me que falaram outro valor aí...

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Três milhões e seiscentos mil...

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Esse dinheiro veio de lá e é origem de vendas e de exportação legal. E está dentro do que a gente exporta para a nossa contabilidade.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S^a tem os documentos de fechamento de câmbio das saídas com vendas consignadas de pedras e gemas que passaram pela Receita Federal?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Nós temos... Isso é controlado rigorosamente... Nós temos toda a documentação.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Esses documentos? Gostaríamos de solicitar ao Relator que pudesse...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela oportunidade, Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Pois, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a ordenar pagamentos ou recebimentos dentro de Beacon Hill? De uma conta para outra?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não... O que pode acontecer é o seguinte. Como eu participava de feiras, nos Estados Unidos, em várias cidades, em Hong Kong, na Tailândia, eventualmente, as vendas que eu realizava, os recursos que eu recebia, eventualmente mandava para essa conta também, como uma forma de estar centralizando...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu digo assim... O senhor tem lá um valor: 10 mil, 50 mil dólares. O senhor precisa fazer uma feira e vai gastar US\$5 mil. O senhor tirava desse dinheiro para fazer a feira?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Acho que ocorreu...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso não era uma maneira de não oficializar o câmbio?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teria de trazer o dinheiro, virar o câmbio e exportar sem gastar. O senhor tem compras que o senhor fez dessa maneira, por exemplo?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não... Eu não compro nada lá fora... Sou o maior produtor de pedras do mundo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor diz que importava alguns insumos...

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não... Isso é tudo ... Importo oficialmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós temos a relação aqui... Um registro de US\$3 milhões. Não é um valor tão insignificante... O senhor chegou a pagar insumos com esses recursos da Lonton?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não. Se eu fecho o câmbio, porque...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Despesas de viagens de pessoas no exterior recebendo da Lonton?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Também, não. Despesas de viagens a gente paga tudo com cartão de crédito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que operações o senhor fez mais com a Lonton? Desculpe-me, Dr. Hélio, pegar a sua linha de raciocínio, porque achei importante. Que operação mais o senhor fazia com a Lonton?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não mais, só essa que eu mencionei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Despesas com feiras, talvez o senhor tenha usado?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Se usei uma ou duas vezes, não me lembro, mas teria a chance, mas não faz sentido também, doutor, porque essas feiras são promovidas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Rodrigo Passos?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem ele é?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Ele é meu sobrinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez algum pagamento para ele?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos um registro aqui em 98 de US\$ 200 mil.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não faz o menor sentido, o menor sentido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele reside no exterior, em Nova Iorque?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, ele reside hoje em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele faz algum trabalho para a empresa?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, não faz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca fez?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Nunca fez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 98, ele trabalhou para a empresa, alguma coisa?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele morava aonde em 98?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – No Brasil, acho que ele sempre morou no Brasil. E o Rodrigo é um vendedor nato, é uma pessoa que busca mercado, e ele é bastante ativo. Até não posso afirmar para o senhor se, num dado momento, se ele trabalhou ou não algum produto nosso; não posso afirmar porque não sou da área comercial, mas acho até que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui há uma ordem da Manoel Bernardes para a Bicon Rew Conta Lonton fazer um pagamento, cujo último beneficiário é o Rodrigo Passos.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não faz sentido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Obrigado.Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O senhor poder-nos-ia ajudar nos dizendo se faz parte dessas operações de consignação pedras preciosas e gemas lapidadas ou pedras em bruto, a centralização em subcontas como a que V. S^a utilizou na Bicon Rew? Se isso é um procedimento rotineiro nesse setor de pedras preciosas, gemas e pedras brutas?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei responder pelos outros, mas acho até que não. As empresas do setor são muito primitivas. As pessoas não têm sofisticação nenhuma, são pessoas muito simples, e então essa sofisticação que existe no mercado financeiro não é do nosso conhecimento não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Mas é isso que é estranho. Como é que o senhor utiliza uma subconta Lonton de uma conta irregular chamada Bicon Rew, com suspeitas fortíssimas de coisas muito sérias, e acaba muitas vezes comprometendo um nome.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Dr. Hélio, infelizmente, a gente foi jogado nesse barco. Eu já disse: um cliente nos indicou, achamos que poderia ser interessante, e foi interessante. Para nós – o senhor está dizendo que é uma empresa irregular e ilegal – sempre foi regular e legal, absolutamente legal. Seríamos loucos se botássemos nosso dinheiro numa empresa ilegal, seríamos absolutamente loucos.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. José Eustáquio Cardoso, V. S^a utilizou a conta do Banestado de Nova Iorque?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Nunca, nunca utilizamos.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento se o Sr. Aroldo tem alguma relação com a Beacon Hill?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E com a Lonton?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Também não. O que sei do Aroldo é que ele é uma pessoa muito ativa, ele compra e vende imóveis, ele tinha uma fazenda aqui no Vale do Aço, tirava leite. A gente conversou sobre essas amenidades. Sobre negócios, esses detalhes mais...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem o registro de todas as operações que o senhor fez lá fora com esses dólares?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Tenho, está tudo na contabilidade. Está tudo. Todo o fechamento de câmbio eu emito uma nota e, fechado o câmbio, ser fiscalizado pelo Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perfeito, mas o senhor me disse que, quando o senhor agrupava lá, por exemplo, um certo valor, US\$ 10, 20, 50 mil, que poucas vezes, segundo sua palavra, o senhor utilizou desse recurso para uma despesa no exterior. Essa despesa foi contabilizada?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei. Tenho que olhar. Provavelmente foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem controle e registro dessas despesas?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Deve estar na contabilidade. Eu tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas como o senhor deu entrada?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei. É o que falo: são valores pequenos e se paga em cartão de crédito, coisas desse tipo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou me referindo ao...

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Estou entendendo o senhor. Como disse, é fácil negar, mas estou dizendo que provavelmente pode ter acontecido. Pode ter, mas não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor operou no Banestado?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não. Nunca fomos clientes dele. Nunca operamos com o Banestado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E com a Tupi Câmbios?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Também não. É a primeira vez que estou ouvindo esse nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Park View Service?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos dois registros de movimentações – uma com a Tupi Câmbios, outra com a Park View – pelo Banestado. O senhor tem esse registro?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não tenho. Não sei do que se trata. Não sei quem é Tupi Câmbios nem a Park View.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É a movimentação nº 45.224.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não tenho idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E com a Tupi Câmbios, 300 mil. Uma pelo Banco Cidade, em São Paulo, creditando no Banco Cidade. A sua empresa envia para a Tupi Câmbios pelo Banco Cidade.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei do que se trata a Tupi Câmbios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa operação foi em 1998; a outra, em 1997.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei do que se trata a Tupi Câmbios nem o outro, o Park View, como o senhor falou, e eles, provavelmente, não sabem quem sou eu também. São umas coisas malucas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa que o senhor trabalha opera com caixa 2?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca operou com caixa 2? (Pausa)

O senhor fez alguma quitação parcial de ACC?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não me recordo, Doutor, se já fiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas é possível fazer quitação parcial.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – É possível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor operou alguma vez com dólar a cabo?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Já. Essa operação com a Lonton, a cabo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como ela funciona?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Você dá uma ordem e ela credita no banco. Isso é que se chama de cabo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma operação a cabo em que o senhor movimentava no exterior e recebe em reais no Brasil, sem passar pelo banco?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca operou?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Nunca operei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todo o fechamento da Lonton para o Brasil passou pelo banco?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Passou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E teve fechamento de câmbio?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Teve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca movimentou valores dentro da própria Beacon Hill, de uma subconta para outra subconta?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito. Pediria, Sr. Presidente, que o Sr. José Eustáquio Cardoso permanecesse no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Sr. José Eustáquio, o senhor nos deu a informação de que falava com uma pessoa por fax, não conversava porque não sabe falar inglês. Foi essa a informação?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não falo, embora ele consiga se comunicar em “portunhol”, espanhol, e a gente consegue falar, mas era por fax.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Pela empresa, existia uma outra pessoa, não o senhor, que se relacionasse com a Beacon Hill e com essas outras empresas que faziam câmbio ou era só o senhor?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Só eu.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Era o senhor que dava a última palavra?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Só eu.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – O senhor se recorda de ter eventualmente assinado uma procuração ou um documento qualquer que autorizasse alguém, em nome da empresa, a eventualmente realizar operações?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não, nunca faria isso.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Não?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PL – MG) – Pelas colocações do Relator, em função de operações que o senhor desconhece e que a documentação está dando como tendo sido feitas pela empresa, o senhor julga que alguém poderá ter entrado nesse circuito e utilizado o nome da empresa indevidamente?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Pode ser. Essa informação que estou sabendo aqui, hoje, de que era uma empresa irregular, ilegal, fico muito assustado, porque o risco que a gente correu e está correndo...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quero esclarecer a V. S^a que a empresa não era ilegal, tanto que tinha registro no mercado americano. Tornou-se ilegal ao longo do tempo por fatos acontecidos lá.

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Operando ilegalmente, não é? Isso nos deixa mais tranquilos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para fechar a minha pergunta, a sua empresa não tomou nenhum prejuízo nessas operações?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não. Em relação a essas operações, não; estávamos zera-dos. Como somos pequenos, fechamos mais rápido, por necessidade até.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Obrigado. Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O nobre Relator deseja fazer mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma conta ou operação com o banco Bilbao Viscaya?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu já fiz adiantamento de câmbio com eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde fica essa conta? Essa operação foi em São Paulo?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Eu fecho aqui, em Belo Horizonte, na agência da Savassi. Agora, se o câmbio deles é centralizado em São Paulo... pode ser, porque são agências pequenas, e hoje quase todo banco está centralizando o câmbio em São Paulo, até bancos grandes como Itaú e outros.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa reitera a necessidade de sua permanência no recinto da assembléia, para o caso de acareação posterior. Agradece a sua presença e coloca à sua disposição o microfone para algum esclarecimento final.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Farei mais uma pergunta. O senhor conhece Centro Diamantadura?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não sei do que se trata.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As ordens de pagamento vão para o Centro Diamantadura. Nunca ouviu?

O SR. JOSÉ EUSTÁQUIO CARDOSO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor aguarde na outra dependência, para o caso de necessidade de acareação.

Vamos suspender a reunião por três minutos, até que o próximo depoente chegue.

(Suspende-se a reunião por 3 min.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Está reaberta a 42^a sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 05, de 2003, com a finalidade de apurar responsabilidade sobre a evasão de divisas no Brasil.

Estamos aqui já com a presença do depoente que é o Sr. Paulo Roberto Crapiúna Lima.

Temos sobre a Mesa seu termo de compromisso no qual compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade, no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

O Sr. Paulo Roberto Grapiuna Lima terá até trinta minutos, caso julgue necessário, para algum esclarecimento.

Antes, porém, eu gostaria que V. S^a, para que fique registrado nos Anais, dissesse-nos um pouco das suas atividades na Sólida Factoring e algum esclarecimento profissional ou pessoal que desejasse fazer.

V. S^a tem a palavra.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Sou proprietário da Sólida Factoring desde 2000.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual o capital?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – O capital deia é R\$410 mil.

Faço desconto de duplicatas, de cheques pré-datados, com os contratos, mediante cobranças de juros, claro!

O que mais poderia falar? Acho que a atividade da factoring é somente esta: desconto de duplicata. Há os devidos contratos que fazemos com as empresas

que queiram vender os seus créditos. A gente tem feito um trabalho pequeno. O meu capital não é grande, mas até hoje foi normal. Não tive grandes percalços.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Há mais algum esclarecimento a prestar?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não. A minha atividade seria essa só.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem algum sócio?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – A minha mulher.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Só um instante Relator, V. Sr^a optou por vir sem a companhia de advogado.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não tenho advogado. Nem estava sabendo do que se tratava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem algum sócio?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – A minha mulher.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Única e exclusivamente ela.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela também opera?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não. Ela não participa de jeito algum da administração.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É sócia **pro forma**, apenas para constituir...

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Exatamente, zero vírgula alguma coisa do capital.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor opera no mercado normal com duplicatas e cheques com descontos.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia dizer o número de seu celular?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – 9977-5632

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor comprou a Factoring de quem?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Eu tinha uma empresa de representação e resolvi transformar em factoring, e modifiquei o contrato. Não adquirei de ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quando é a empresa de representação?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – De 1992, se não me engano. Teria que ver os contratos. É bem mais antiga.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deixou o prédio que o senhor alugava da família Bernardes, quando?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Tem dois meses. Dia 1º de setembro, eu entreguei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê? Teve algum motivo especial?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Olha, a atividade de factoring é um negócio um pouco perigoso e, há uns tempos, tive o dissabor de ser passado para trás, uma empresa emitiu duplicatas frias e me deu um prejuízo de mais ou menos 30% do meu capital. E, aí, ficou um pouco apertado, eu já tinha, além do capital, um ganho de mais ou menos uns R\$200 mil, que era o que eu estava trabalhando normalmente. E, com essa perda, foi um baque porque diminuí bastante o meu lucro, e, diante disso, resolvi passar para uma sala mais barata porque lá realmente já estava me apertando. O senhor entendeu, e resolvi diminuir os custos da empresa porque daqui para a frente fiquei com o capital bem reduzido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor opera com moedas estrangeiras?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não, senhor, só nacional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor conhece o Sr. Aroldo Bicalho e Silva?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele é do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Nós trabalhamos juntos numa Corretora de Valores em 1988, 89, mais ou menos, e, de lá para cá, nos tornamos amigos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é funcionário da Corretora?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Eu era funcionário da Corretora junto com ele, e ele também se casou com uma das filhas do proprietário dessa corretora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o nome dessa...

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Chaves Corretora de Valores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Chaves?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – É. Parece que já até não existe mais, já acabou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Aroldo faz o quê?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Olha, há pouco tempo, ele vendeu uma fazenda que ele cuidava de fazenda, deve ter uns 3 anos mais ou menos que ele tem essa fazenda, e ele cuidava dela, ela produzia alguns mil litros de leite, não sei precisar, mas parece que ele vendeu isso há pouco tempo, essa fazenda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma empresa chamada Beacon Hill?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve nenhum negócio com a Beacon Hill?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma empresa chamada Lonton?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar em Lonton?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Redox?**O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA**

– Olha, eu, há uns tempos, esse mesmo Aroldo, me falou o seguinte: você podia captar moedas de fora do País que fica mais barato o juro para você emprestar aqui e, inclusive, me propôs até fazer isso através do Uruguai, empresas lá do Uruguai. Não deu, não deu certo, nunca fizemos nada com essa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa é a Redox?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela iria captar recursos fora para emprestar para...

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...emprestar para a sua factoring para o senhor aplicar aqui.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Para eu aplicar aqui no mercado nacional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor sabe onde é que ia ser feita a captação?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Ele falou para mim que era no Uruguai, inclusive, acho que o contato era lá no Uruguai.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem a cópia do contrato?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa firma Redox de quem era? Era dele e do senhor, juntos, era só...?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Era dele. Eu, simplesmente, participava dela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor ficou...

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Nós criamos a empresa, mas ela não saiu do lugar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, ela foi oficializada, ela foi constituída?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Foi constituída.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Uruguai?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Eu creio que sim, onde, não sei, não tenho nenhum documento dessa empresa, não tenho nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor assinou o que para ele?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Eu assinei como se fosse um cartão bancário, né, para assinatura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o contrato social?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não, o contrato social eu não assinei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não era sócio?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não era bem sócio. Eu estaria assinando pela empresa para captar recursos. Foi isso que ele me disse que era para fazer. O mecanismo dela eu não sei como era.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é que ia assinar?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Eu é que ia assinar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas em que condição?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Talvez um procurador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor tinha procuração?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – No próprio contrato eu acho que dizia. Eu não cheguei a ler o contrato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor assinou só a ficha ou outros papéis?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Eu assinei uma ficha. Quer dizer, eu não sei se aquilo é ficha. É o fim do contrato. Lá está o nome dele e o meu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o valor dessa firma ou empresa? Qual era o capital dela?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Eu não sei precisar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual era o valor desse empréstimo prometido pelo Sr. Aroldo?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não tinha valor prometido. Isso era para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – E o custo desse dinheiro?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – O custo seria o custo internacional, que eu não sei também.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sem nenhuma taxa de ...?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não. O mecanismo, como ia ser feito, eu ainda não tinha conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou mostrar-lhe uma ficha para identificar. Essa empresa não fez nenhuma operação?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Que eu saiba não. Comigo não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não voltou a falar com eles sobre a empresa?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não, porque acho que isso caiu no esquecimento, nem foi para frente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi isso?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Há mais o menos uns oito ou nove meses. Foi no princípio do ano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não perguntou mais nada?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não, porque eu não me interessei depois em fazer isso. Eu achava que o custo do dinheiro lá fora, depois fui analisar friamente: eu estaria tomando o dinheiro em dólar. Então a taxa de juros era baixinha. Mas vamos dizer que o dólar ficasse acima da paridade do real. Então o ganho que eu teria aqui não valeria a pena. Eu simplesmente esqueci isso. Isso não seria o meu negócio, Senador. Se fosse em real, com a taxa baixinha, tudo bem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Aroldo opera com moeda estrangeira?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a fazer negócios com as empresas Manoel Bernardes?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Na verdade, sou inquilino deles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não descontou cheques, operações de duplicatas?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não, não tive nenhuma operação com eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Élcio Antonio de Azevedo?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Eu fui empregado do Élcio. Ele tinha uma distribuidora de valores, em 1994. Eu fiquei lá quase um ano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome dela?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Era Séculos DTVM. Depois disso eu saí e fui trabalhar no meu negócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca mais teve contato?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – A gente tem contato porque ele pertence a São Vicente de Paulo e a gente vende para eles aqueles convites do churrascão. Nos estamos sempre em contato. Todo ano tem esse churrascão, tem bingo da Cidade dos Meninos e a gente ajuda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu queria pedir à assessoria para o Sr. Aroldo identificar essa assinatura.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – O Sr. Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desculpe-me, Sr. Paulo.

É a assinatura do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou lhe mostrar a mesma ficha para o senhor poder identificar qual é a diferença para mim. (Pausa)

Essa foi a primeira que o senhor viu. O senhor viu que está grifada a diferença?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – ã

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que está escrito lá em cima?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Aqui está escrito... Não estou enxergando direito o primeiro nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está escrito Beacon Hill.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Beacon Hill Service.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É a mesma ficha.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Isso mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não reparou que estava assinando uma ficha da Beacon Hill?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não, realmente, na época não me tocou o nome de quem era. Na época, realmente não vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse número de telefone, 3287-3099 é do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – É da minha firma, da Sólida Factoring.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Olha, vou lhe mostrar uma ficha da Beacon Hill, da conta Lonton, e queria que o senhor dissesse os dois telefones. O telefone de cima qual é?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – 3287-3099.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o da empresa do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – É o da minha empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o de baixo? O celular?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – 9977-5632.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o celular do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É da conta Lonton, na Beacon Hill. O senhor conhece a conta Lonton? Nunca ninguém falou com o senhor sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não conheço, nunca ninguém falou comigo sobre isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece esse endereço, avenida do Contorno, 5.417, 6º andar?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Sim, é o da minha firma, a Sólida Factoring.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o endereço que está nos contatos da Lonton.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Contatos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os endereços e os telefones do senhor, da sua empresa e do senhor.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Mas não tenho nenhum contato com essa empresa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor podia identificar essa fotografia que vou lhe passar? Quem é?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Esse é o Elcio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Elcio tinha algum negócio com a Beacon Hill? Com a Lonton?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não, não sei, não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com a Lonton?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez algum negócio com o senhor Elcio, além de ter trabalhado no começo?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não, só trabalhei durante um certo tempo, em 94.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Sr. Paulo Roberto Grapiuna Lima.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Sim, senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – V. Sª viu as letras daquele documento que foi mostrado, com a assinatura do senhor, as letras que preenchem o contrato?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Sim.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – É do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Não.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Não é do senhor aquela letra?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– A letra não.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – O senhor sabia que a subconta Lonton Trade que o senhor assina ali tem depósitos para fechamento de câmbio do senhor da organização Manoel Bernardes?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não. Tem a minha assinatura para fechamento de câmbio, o senhor falou?

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Corrigindo. A conta Redox, que o senhor assina, aquela letra que fica o documento, que preenche aquele documento é do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA

– Não, não. Só a assinatura.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – O senhor saberia me dizer se o senhor Elcio Azevedo tem atualmente alguma factoring?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Não, factoring não.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – O senhor conhece a conta Lonton Trade?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Não, senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Nunca teve contato com nenhuma pessoa que tenha aparecido como dono dessa Lonton Trade?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Não, senhor.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – A empresa do senhor, Sólida Factoring passou a funcionar a partir de 2000, como o senhor havia dito.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Não, ela, ela veio antes como representação, era PRGL Representações.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – Como?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– PRGL Representações, eu transformei ela.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – A partir do ano 2000, não é?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Mas me parece que a Sólida Factoring é de 1977, se não me engano, 76, 77.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – A quem pertencia a Sólida Factoring antes de 2000?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Não, eu falei para o senhor que me enganei na data. É 1977.

O SR. DR. HÉLIO (PT – SP) – 1977. Pois não. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Relator, mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Lucilene do Nascimento Dourado Lima?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Não, senhor. Nunca vi esse nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece José de Lima Júnior?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– José de Lima. Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é Paulo Roberto Grapiuna Lima?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA – Lima. Eu tinha um tio que chamava José Coelho Lima, irmão do meu pai.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Queria que o depoente permanecesse no recinto, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor tem mais alguma coisa a declarar?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só uma pequena questão. O senhor pode dizer quem preencheu aquele cartão?

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Deve ter sido o Aroldo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa vai dispensá-lo momentaneamente, embora solicitando que V. Ex^a permaneça nas dependências da Assembleia Legislativa, porque pode haver necessidade de acareação posterior.

O SR. PAULO ROBERTO GRAPIUNA LIMA
– Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Muito obrigado.

Vamos suspender a reunião por mais três minutos, até que adentre à sala o próximo depoente convidado. (Pausa.)

Está reaberta a 42^a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tem finalidade apurar responsabilidade sobre evasão de divisas no Brasil.

Está presente o Sr. Aroldo Bicalho da Silva, que já assinou o termo de compromisso. O depoente, nestes termos, compromete-se, baseado no art. 203, do Código de Processo Penal, sob penas da lei, dizer a verdade no que for perguntado (...) nos termos do art. 5^º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

Encontra-se acompanhando o Dr. Aroldo o seu advogado, que, no entanto, se não poderá manifestar.

Antes de passar ao objetivo dessa reabertura, concedo a palavra ao relator para comunicado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, comunico a dispensa da testemunha Maria das Graças Takarrashi Lima, por ser desnecessária na investigação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Portanto, por solicitação do Sr. Relator, fica dispensada, pelo menos por enquanto, a oitiva da Sr^a Maria das Graças Takarrashi Lima.

Sr. Aroldo, estamos aqui para ouvi-lo. V. S^a terá 30 minutos. Antes, porém, solicitaríamos que V. S^a coñtasse um pouco da vida empresarial, como participante da Sólida Factoring, e de suas atividades empresariais, para que os anais da CPI pudessem fazer esse registro.

Em seguida, está facultado 30 minutos para qualquer esclarecimento que por acaso o senhor queira fazer.

Concedo a palavra ao Sr. Aroldo Bicalho da Silva.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Sou engenheiro e administrador de empresas de formação. Nos últimos anos, tenho trabalhado com fazenda de leite. Tenho fazenda em São Domingos do Prata, tenho

mexido com gado de leite. No último tempo, até vendi a fazenda e agora estou querendo comprar uma fazenda de corte, porque gado de leite é muito ruim.

V. Ex^a falou sobre a Sólida Factoring; o Paulo Roberto é muito meu amigo, e constantemente estou com ele. Já o conheço há mais de vinte anos. Ele trabalhou com meu sogro antigamente na corretora de valores, sendo pessoa de amizade minha. Freqüente muito o escritório dele.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Posso passar a palavra ao Relator para iniciar as perguntas?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado José Mentor para as suas perguntas iniciais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma empresa chamada Redox?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Redox? Essa Redox foi uma empresa constituída há um ano, aproximadamente, com a intenção de fazer negócios. Ela acabou não saindo do papel. Não existiu nenhuma negociação com ela. Ela não foi para frente. A intenção era de ter negociação, mas não funcionou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que negócios?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Seria tanto na área de comércio exterior quanto captar recursos para aplicar no Brasil em factoring. Mas não funcionou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ela não funcionou por quê?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Porque o ano passado foi um ano complicado, e a intenção era ter negócio com a Argentina também, mas o mercado não funcionava. Teria idéia de ter comércio exterior, mas não chegou a funcionar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não fez nenhuma operação?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não saiu do papel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem eram os sócios dela?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Foi constituída por mim e pelo Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma empresa chamada Beacon Hill?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Já ouvi de jornal, de revista, mas não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma tratativa da Redox com a Beacon Hill?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – A Redox com a Beacon Hill não. A Redox foi constituída para distribuir no Uruguai, não sei se foi para a Beacon Hill

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A sede da Redox era Uruguai?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Uruguai. Que eu saiba sim, Uruguai.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem foi que constitui, como foi constituída? O senhor mesmo foi ao Uruguai constituir?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não, um advogado do Uruguai esteve no Rio de Janeiro, contactaram comigo, perguntaram se eu tinha interesse em montar alguma coisa, fui ao Rio de Janeiro, contactei com ele, comprei essa empresa pronta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o nome do advogado?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Acho que é Victor, não me lembro o detalhe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o advogado como?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Alguém me indicou, perguntou se eu tinha interesse de fazer alguma via Uruguai e funcionaria, mas não funcionou não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O telefone celular do senhor qual é?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – 9972-9977.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual o volume de recursos do negócio que o advogado propunha colocar à disposição dos senhores para essa atividade?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não se chegou a falar em volumes de recursos não. O advogado ... constituição do negócio mas não evoluiu.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor teria algum cartão do advogado para remeter ao Relator, à Comissão ou endereço do advogado?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não tenho mas posso ver...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nos seus arquivos teria?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Difícil, mas posso ver.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Telefone.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Tive contato com ele no Rio e não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fez alguma remessa ou recebeu algum valor?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a conta Lonton?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez algum negócio com as empresas Bernardes?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Simplesmente sou cliente de loja, comprar um relógio, coisa assim. Sou amigo ao longo dos anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece quais deles lá?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Conheço o Paulo Bernardes, é meu companheiro para andar de moto. O Marcelo, o Zé Eustáquio, somos amigos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Manoel?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Manoelzinho, sei quem é, conheço menos mas conheço. Conheço a Andréa, conheço a família toda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve algum negócio com o Sr. Paulo Roberto?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não, somos amigos de muitos e muitos anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teria idéia da anotação do telefone do senhor na conta Beacon Hill, em Lonton? Esse telefone celular que o senhor me forneceu agora?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Uma anotação lá?

O SR. RELATOR (José Mentor) – No fichário da Beacon Hill.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Consta o meu telefone?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Consta o seu nome e o seu telefone.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve nenhum contato?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve nenhum contato referente a essa empresa Beacon Hill?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também não tem idéia do porquê está anotado o telefone do senhor lá?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você sabe se o senhor Paulo Roberto teve algum contato, alguma negociação com a Beacon Hill?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não, que me conste não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou lhe apresentar um documento, gostaria que o senhor confirmasse para mim se o senhor conhece?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Sim conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do que se trata?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Da foto do meu passaporte.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou lhe passar também uma ficha para o senhor identificar.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Identifico.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Meu nome e a minha assinatura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Assinatura do senhor?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – É ... parece. Está muito irregular, mas parece sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas há dúvida de que não seja?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É a assinatura do senhor?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Parece que sim, sem dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quero saber se parece ou se é.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou lhe mostrar a mesma ficha na parte de baixo. Há outra assinatura. O senhor pode identificar de quem é?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Parece... Com certeza, parece ser do Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do Paulo. O senhor se lembra desse documento?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Esse documento pode ter sido feito junto com o papel lá do Rio de Janeiro, da Redox. Que eu me lembre foi isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então vou lhe apresentar a ficha completa para o senhor comparar uma com a outra. (Pausa)

Qual é a diferença de uma para a outra?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Parece ser a mesma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, em cima da maior está escrito o quê?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E embaixo da Beacon Hill?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Signature e alguma coisa ‘card’.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Redox.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – E Redox.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses documentos juntamente com o passaporte do senhor foram apreendidos pelo Ministério Público de Nova Iorque nos documentos da Lonton.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Na Lonton?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O passaporte estava constando da documentação da Lonton. E no fichário, essa ficha que o senhor viu aqui, da Redox. O senhor e o Sr. Paulo Roberto.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como autorizados a movimentar a conta Redox e o passaporte na conta da Lonton e o telefone do senhor na conta da Lonton.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Da Lonton?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lonton.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – É, da Redox faz sentido, Lonton não faz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu alguém da Beacon Hill?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca manteve nenhum contato com a Beacon Hill?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse advogado que o senhor diz que lhe prestou esses serviços, foi uma indicação e o senhor o viu quantas vezes?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Uma vez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E nessa vez ela já fez tudo?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Foi. Eu iria ao Rio de Janeiro, no hotel encontraria com ele, ele me daria... eu assinaria os papéis e...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quanto ele cobrou por esse serviço inicial?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Foram R\$2,5 mil.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Foram pagos?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Foi a única vez que estive com ele.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Foram pagos?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Foram pagos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor tem recibo?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não. Não existiu recibo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor opera com câmbio?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca operou com moeda estrangeira?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguém conhecido que opere com moeda estrangeira, com quem o senhor tenha feito algum negócio?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não, moeda estrangeira não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Moeda estrangeira não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já fez operações a cabo com dólar?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O telefone do senhor, na Lonton, está junto dos telefones do Sr. Paulo Roberto. O senhor tem uma explicação para isto?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Na Lonton não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E está junto com o telefone da factoring do Sr. Paulo Roberto, a Sólida.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – A Sólida também junto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma explicação para isto?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa Avenida do Contorno 5417, 6º andar, o senhor conhece esse endereço?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Conheço. É. O prédio da Manuel Bernardes é o endereço da Sólida Factoring, onde ela funciona.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse é o endereço para contatos da Lonton.

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – É o endereço da Sólida Factoring.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem uma explicação?

O SR. AROLDO BICALHO DA SILVA – Não. Porque tem Lonton aí, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Deputado Dr. Hélio, alguma pergunta?

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Aroldo Bicalho e Silva, V. S^a visitava, assiduamente, a Sólida Factoring?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Sim. Eu estava lá constantemente.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Esta visita que V. S^a fazia, assiduamente, à Sólida Factoring era relação comercial ou relação de amizade?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Relação de amizade.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Não havia nenhuma relação comercial?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não – comercial, não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S^a não conhece a Lonton Trade Ltda.?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não. A Lonton, não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S^a não conhece a Beacon Hill?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não. A Beacon Hill não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S^a tinha relação comercial com as Organizações Manoel Bernardes?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – No sentido de cliente, sim, e amizade pessoal com os Bernardes.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S^a teve alguma relação – fora a relação de cliente – com a Século Jóias?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Alguma relação? Desculpe – a pergunta.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Não como cliente, como comprador – V. S^a conhece o Sr. Élcio Azevedo?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Conheço muito – é muito meu amigo.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S^a tem alguma relação comercial ou teve alguma relação comercial com a Século Jóia?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Com a Século Jóia, não – comercial, o senhor fala em comprar algum tipo de produto deles? Isto, sim – eu já fui cliente deles em comprar mercadorias porque eles são uma indústria de jóias, não é? Mas relação com eles – eu fui sócio deles numa empresa de **commodities** – a Séculos Commodities, Corretora Mercantil. A gente operava com a Bolsa em São Paulo, com

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S^a sabe se o Sr. Élcio Azevedo tem alguma factoring?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não. A Séculos teve uma factoring que se chamava GS Factoring que foi de 1997 a 1998 ou 2000 – não me lembro.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – GS-Factoring.

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – A GS Factoring foi uma factoring do Grupo Séculos.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – V. S^a já trabalhou em alguma dessas factoring?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não. Com relação à Séculos, eu tenho relacionamento com eles em toda a minha vida e sempre fui muito amigo e tive sociedade com eles na Séculos Commodities – sociedade não.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Essa Redox que foi aberta, provavelmente era uma firma de sociedade anônima – essa Redox pertencia a quem?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Essa Redox foi essa empresa que eu e o Paulo compramos. Era com a intenção de fazer algumas negociações.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Que negócios eram esses?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – A intenção era capitais – para a Factoring – e alguma coisa de comércio exterior mas acabou não funcionando.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Tinha empréstimo em dólar?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não, não. Ela não fez nada.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sr. Aroldo, nós estamos, aqui, com o objetivo de esclarecer uma evasão de divisas detectado no Brasil, nos últimos anos, que chega à cifra de US\$32 bilhões. Nós não temos convicção nenhuma desse número, mas temos a consciência de que não é uma ação isolada aqui ou uma ação isolada ali que vai nos fazer chegar a esse volume mas há um fato, aí, da maior importância que é o nome do Advogado que fez as tratativas com V. S^a no Rio de Janeiro. É da maior importância para a Comissão. Até o momento, não temos nenhum motivo para ter nenhuma suspeita que o senhor agiu de má-fé – pode ter sido, até, que o senhor tenha sido iludido por esse advogado.

Agora, quero dizer uma coisa ao senhor que, infelizmente, terá que acontecer e estamos querendo evitar até pelo transtorno que causa na vida de qualquer cidadão – e seu advogado, depois, poderá lhe dizer... Se o senhor quiser colaborar com a Comissão e nos trazer o endereço – porque nós vamos ter que ir atrás do advogado. Caso contrário, nós iremos fazer, a contragosto, a quebra do sigilo fiscal, bancário e, também, telefônico. Estamos lhe dando esta oportunidade e o senhor reflita se vale a pena colaborar com a Comissão. O senhor haverá de ter o número do telefone desse advogado e o endereço. É muito importante para a Comissão. O endereço é muito importante para a Comissão. Caso contrário, vamos ficar até as 16 ou 17 horas. Solicitaremos também uma da Lonton e os respectivos esclarecimentos.

É uma oportunidade que a Comissão dá ao senhor, para que não sejamos obrigados ao constrangimento de ter que quebrar o seu sigilo bancário e telefônico, que eu acho a pior das coisas hoje no Brasil. Isso lhe criaria transtorno, assim como para todas as pessoas ligadas direta ou indiretamente ao senhor, com quem o senhor fez transação nos últimos anos. É uma atitude que não gostaríamos, pelo menos nesse momento, de tomar. Agora, não temos outro caminho a não ser fazer isso.

Vamos estar aqui até por volta das 16 horas, 17 horas. Se, até lá, o senhor conseguir esse endereço, nós...

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Posso tentar. Posso...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Estaremos aqui aguardando. Seria uma colaboração prestada a esta Comissão. Caso contrário, já fica ciente de que nós vamos, infelizmente...

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não, caso eu tenha, não tenho por que não passar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – É... Precisamos tomar esse procedimento, porque pode ser que, exatamente, por intermédio desse advogado, que deve ter oferecido esse tipo de facilidade não só ao senhor mas a “n” pessoas, estejamos aí exatamente encontrando um nicho para...

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Posso tentar localizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Estamos combinados assim? (Pausa)

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informação de que esse grupo Manoel Bernardes, onde o senhor tem vários amigos, operou com a conta Beacon Hill?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não, não. Tenho um relacionamento mais pessoal com eles, não comercial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há uma série de indícios e de coincidências que levam a essa intervenção do Sr. Presidente, porque o senhor tem amizade com a família dos Bernardes.

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É sócio do Paulo Roberto...

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não, não sou sócio, sou amigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É... Na Redox, o senhor é sócio...

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Mas essa empresa não existiu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A vontade que ele cedeu é de sociedade, não é de inimizade.

O senhor abre uma empresa para operar no mercado internacional, com captação de recursos. A empresa Manoel Bernardes opera com a Beacon Hill com a subconta Lonton. Aí, nós pegamos o fichário da Beacon Hill, na subconta Lonton, tem o seu telefone celular, o endereço do Sr. Paulo Roberto, o telefone dele e da conta dele, da empresa dele. O senhor tem alguma explicação para isso?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Não, não tenho. Com a Lonton, não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha no mínimo estranho, não acha?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Acho. Realmente acho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E são dezenas de movimentações. Dezenas de movimentações com a subconta Lonton da Beacon Hill, e, no fichário, também está a cópia do passaporte do senhor na conta Lonton e a ficha da conta Redox que o senhor preencheu e o Sr. Paulo Roberto e os senhor assinaram.

Acho que o Presidente está lhe dando a oportunidade de, querendo, cooperar conosco, mesmo que seja numa reunião reservada.

Acho que o senhor deve consultar seu advogado...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Pode ser uma reunião reservada. Não temos outra alternativa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode consultar seu advogado e, depois, comunicar a essa relatoria e aos membros da CPI.

Eu vou me dar por satisfeito agora, Sr. Presidente, mas peço que aguarde o depoente no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Feito isso, V. S^a está dispensado, muito embora tenha de ficar no recinto para esperar a necessidade de uma acareação. No entanto, temos também que lhe dar oportunidade de ir a casa ou ao escritório, entendeu? Por intermédio do advogado ou de qualquer pessoa, pode-nos informar, e encontraremos uma maneira de... Está certo assim?

O SR. AROLDO BICALHO E SILVA – Está.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A reunião está suspensa para o último, o Sr. Elcio Antonio de Azevedo.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Está reaberta a 42^a Reunião, que tem como objetivo apurar responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil.

Iríamos ouvir o Sr. Elcio Antônio de Azevedo, que foi notificado por meio de requerimento assinado pelo Presidente em exercício desta Comissão, Deputado

Paulo Kobayashi, recebido no dia 4 de novembro, às 11h50min, pelo seu representante, o seu advogado.

Fizemos todas as tentativas possíveis para que o Sr. Élcio aqui estivesse, e a última informação agora obtida, depois de que o agente da Polícia Federal encarregado desses contatos foi até sua residência, é de que o depoente se encontra em São Paulo.

Assim sendo, vamos transferir a convocação dele para Brasília, em dia a ser combinado com o Sr. Relator, e usaremos das medidas legais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Caso ele não chegue até o final da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – E a informação que temos é de que ele não chegará a Belo Horizonte hoje.

Sendo assim, usaremos as prerrogativas legais para convocação posterior dele a Brasília.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Tem a palavra o Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado que o Sr. Aroldo Bicalho e Silva, no seu depoimento, afirmou que o Sr. Élcio Azevedo possui ou possuiu a GS Factoring, ligada à chamada Séculos Jóias.

Eu queria que ficasse registrado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Está feito o registro de V. Ex^a. Vamos suspender a reunião, não só porque a parte da manhã foi cumprida, mas porque vamos dar tempo ao Sr. Aroldo, para que nos entregue o nome do advogado do contrato, já citado.

Suspenderemos a reunião e reabriremos entre 15h e 15h30min, até porque estou vendo a imprensa desejosa por uma decisão de suspensão desta, porque estão todos famintos, querendo ir à D. Lucinha.

(Suspende-se a reunião às 13h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Está reaberta a 42ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil.

Já foram ouvidos, hoje, o Dr. Murilo Valle Mendes, José Eustáquio Cardoso, Élcio Antônio de Azevedo, Aroldo Bicalho e Silva, Paulo Roberto Grapiuna Lima, Maria das Graças Takahashi Lima (dispensada) e Marcelo de Oliveira Bernardes.

Até o momento, o Sr. Élcio Antônio de Azevedo não compareceu e encaminhou, agora, o Ofício nº 390/2003:

“Em vista da viagem programada, encontrando-se fora de Belo Horizonte, o que nos impede de comparecer à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, na data e hora aprazada, colocamo-nos à disposição

da Comissão Parlamentar de Inquérito, bastando que seja designado o horário.

Sem mais para o momento,
Atenciosamente,
Élcio Antônio Azevedo.”

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, eu queria registrar que estou apresentando, neste momento, para ser deliberado na reunião administrativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em Brasília, a reconvocação do Sr. Élcio Antônio de Azevedo para data a ser definida.

Estou apresentando o requerimento de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de José Eustáquio Cardoso, Marcelo de Oliveira Bernardes e das empresas Organizações Manoel Bernardes e Manoel Bernardes Comércio e Indústria Ltda.

Estou requerendo a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Élcio Antônio de Azevedo e das empresas Seculus S.A., Seculus da Amazônia S.A. e GS Factoring.

Também estou apresentando requerimento, para ser apreciado em momento oportuno, de quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico dos Srs. Aroldo Bicalho e Silva e Paulo Roberto Grapiuna Lima.

Era o que tinha a requerer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Em discussão o requerimento de reconvocação do Sr. Élcio Antônio de Azevedo para prestar depoimento nesta CPMI. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em discussão o requerimento de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico dos Srs. José Eustáquio Cardoso, Marcelo de Oliveira Bernardes e das empresas Organizações Manoel Bernardes e Manoel Bernardes Comércio e Indústria Ltda. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em discussão o requerimento de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Élcio Antônio de Azevedo e das empresas Seculus S.A., Seculus da Amazônia S.A. e GS Factoring. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Pendente, em oportunidade a ser determinada por esta CPMI: quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico dos Srs. Aroldo Bicalho e Silva e Paulo Roberto Grapiuna Lima.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, vou requerer o aditamento da empresa RS Previdência no requerimento que pede a quebra de sigilo do Sr. Élcio Antônio de Azevedo. Então, o requerimento se refere ao Sr. Élcio Antônio de Azevedo, Séculus S. A., Seculus da Amazônia, GS Factoring e RS Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Em discussão a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Élcio Antônio de Azevedo e das empresas Séculus S. A., Seculus da Amazônia S. A., GS Factoring e RS Previdência. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h e 20min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”

Ata da 44ª Reunião Realizada em 06 de novembro de 2003

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às doze horas e quarenta e dois minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, Romeu Tuma, José Jorge, Reginaldo Duarte, Ideli Salvatti, Flavio Arns, Magno Malta, e Heráclito Fortes e os Deputados, Edu-

ardo Valverde, José Mentor, Eduardo Sciarra, Rodrigo Maia, Custodio Mattos, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, Iris Simões, Dr. Hélio, Antonio Carlos Biscaia, Drª Clair e José Rocha membros, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo e indaga aos Senhores Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 30 de Outubro de 2003, cuja cópia encontra-se distribuída. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Com a palavra o Deputado José Jorge, indaga sobre os Requerimentos nº 363/03 e nº 364/03. Após esclarecimentos do Relator, a Presidência passa a apreciação dos seguintes requerimentos: **Requerimento nº 354/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, requer a oitiva do Senhor Beny Parnes, ex-Diretor da Área Internacional do Banco Central do Brasil. O parecer é pelo sobrestamento. Em votação, fica sobrestado para a próxima reunião. **Requerimento nº 355/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, requer a oitiva dos Senhores Manuel Monteiro Cortez Filho, Carlos Alberto Taveira Cortez Samuel Messod Benzecry Filho e Messod Gilberto Samuel Benzecry. O parecer é favorável. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 356/03**, de autoria do Deputado Dimas Ramalho, requer a oitiva do Senhor Najun Azario F. Turner, em data a ser agendada. O parecer é favorável. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 382/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Alexandre Halfen da Porciúncula, Procurador de Foz do Iguaçu, para prestar esclarecimentos sobre a remessa irregular de recursos por intermédio das contas CC-5. O parecer é favorável. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 383/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer que se requisite à Receita Federal, cópia das informações relacionadas às fiscalizações havidas ou em curso, em especial realizadas no âmbito das Delegacias de São José do Rio Preto/SP, das cidades de São Paulo/SP e Foz do Iguaçu/PR das seguintes pessoas físicas e jurídicas: José Paschoal Costantini, Marcelo Marmo Fleury, Gustavo Antonio Saad Emery, Carlos Camacho, Mariângela de

Abreu Costantini, Claudinir Roberto Poltronieri, Sérgio Ulian, Hélio Shimokomaki, Reinaldo Melazi, João Tajara da Silva Filho, Júlio Cezar Bachi Jardim, Aparecido Gomes de Assunção Júnior, Adilson de Campos, Scheyla Kersting, Décio Miranda, Benedito Braz Raiel, Paulo Penteado Pinheiro, Adriano Edson Marques, Júlio César Afonso Cuginotti, Stella de Abreu Costantini, Livia Costantini Marques, Matheus de Abreu Costantini, Célio Tabith, Guilherme Monteleone Tabith, Gastão Henriques Ladeira Filho, Edson Pereira Ramos, Hilário Sestini Júnior, Luís Felipe de Saldanha da Gama, Álvaro Alves de Oliveira, Augusto Garcia Santana, Antônio Carlos Sestini, Metais Preciosos Antares Ltda., Únicos-Constructora Ltda., Únicos-Comércio e Adm. Ltda., Atlas Factoring Fomento Mercantil Ltda., Indústria de Jóias Costantini Ltda., Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Rial Ferrame Produtos Siderúrgicos Ltda., Empresarial Processamento de Dados Ltda., Silver Star – Metais Preciosos Ltda., MPA – Comércio de Alimentos Ltda., Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda., Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda., Trigold Metais Preciosos Ltda., A. E. Marques Ltda., G.H. Ladeira Filho São José do Rio Preto, L.A.A. Assessoria Independente Ltda. O parecer é favorável. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 384/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a oitavas das seguintes pessoas: Gastão Henriques Ladeira Filho, Edson Pereira Ramos, Luís Felipe de Saldanha da Gama, Álvaro Alves de Oliveira, Augusto Garcia Santana e Antonio Carlos Sestini. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 385/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático das seguintes pessoas físicas e jurídicas: Gastão Henriques Ladeira Filho, Edson Pereira Ramos, Luís Felipe de Saldanha da Gama, Álvaro Alves de Oliveira, Augusto Garcia Santana, Antonio Carlos Sestini, G. H. Ladeira Filho São José do Rio Preto e L.A.A. – Assessoria Independente Ltda. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 386/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer ao Banco Central do Brasil que encaminhe a essa CPMI, relação completa dos declarantes de posse de bens e direitos no exterior em 31.12.2002, conforme o estabelecido na Circular n.º 3.181. Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia, solicita que sejam inclusas no requerimento, as pessoas que declararam, entre o dia 6 e o dia 10 de março, a base de 2001. O Relator acata as sugestões do Deputado Rodrigo Maia e solicita que o mesmo subscreva o requerimento. Com a palavra o Senador José Jorge, ressalta que a CPMI deve solicitar apenas o cadastro daquelas pessoas que foram beneficiadas durante aquele período. O Relator acata

a sugestão do Senador José Jorge. Com a palavra o Deputado Dr. Hélio sugere que essa base de dados, assim que chegar, seja cruzada com a base de dados da Receita Federal, em termos de imóveis ou residências dessas mesmas pessoas. Em votação, é aprovado, com as alterações sugeridas pelos Deputados Rodrigo Maia e Dr. Hélio. **Requerimento nº 387/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Rodrigo Silveirinha Correa, Fiscal do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra o Senador José Jorge, solicita maiores esclarecimentos. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 388/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Eduardo Pereira Ramos, Fiscal do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 389/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a transferência do sigilo, para esta CPMI, dos processos em curso na digna Justiça Federal, no Estado do Rio de Janeiro, relacionados com a apuração da CPI do Propinoduto, da Assembléia do Estado do Rio de Janeiro, em especial referentes ao esquema de evasão de divisas identificado, incluindo o acesso de membros e assessores credenciados desta Comissão aos autos, com a devida permissão para a extração de cópias. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 390/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a transferência do sigilo para esta CPMI dos inquéritos abertos pela Polícia Federal relacionados com a apuração da CPI do Propinoduto, da Assembléia do Estado do Rio de Janeiro, incluindo o acesso de membros e assessores credenciados desta Comissão aos autos, com a devida permissão para a extração de cópias. Usa da palavra para discutir o Deputado Antônio Carlos Biscaia. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 391/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a transferência do sigilo para esta CPMI do processo de privatização do Terminal Menezes Cortes, na cidade do Rio de Janeiro, incluindo o acesso de membros e assessores credenciados desta Comissão aos autos, com a devida permissão para a extração de cópias. Usa da palavra para discutir o Senador José Jorge. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 392/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Carlos Sasse, ex-secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 393/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Marcelo Fernandes Mesquita, ex-empregado dos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 394/03**, de autoria do Depu-

tado José Mentor, requer a convocação do Senhor Arilson da Silva Dias. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 395/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Valdir Ferreira de Freitas. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 396/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Germano Silva Filho. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 397/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Paulo Henrique Sekiguchi. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 398/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Roberto Wanis Filho. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 399/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer ao Ministério Público realizar gestões no sentido de obter, por meio do MLAT, os documentos que compõem o dossiê/cadastro na conta da Depolo Corporation S.A, mantida então no MTB Bank, de Nova York, atual CBC Bank. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 400/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, das seguintes pessoas físicas: Adilson da Cunha Barbosa, Alberto Luis Lustig, Carlos Alberto Guimarães Padilha, Daniel Fores Assunção, Daniel Amoui, Dilma Ferreira Guimarães, Edmundo Gurgel Júnior, Favel Bergman Vianna, Felipe Ferreira Guimarães, Flavio Froes Assunção, Flavio Lamas Marques, Francisco Paulo Xavier Macedo, João Bosco Assunção Esteves, João Miguel Taveira Pinto de Nagy, Jorge Luiz Mussumesci, José Eduardo Escabin, Josebias Vitorino da Silva, Marcelo Ferreira Guimarães, Rafael Lustig, Regina Claudia da Costa Santos, Rony Hamoui, Valdir Dias Guimarães. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 401/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Ronaldo Adler, representante do Banco Suíço Discount Bank and Trust Company. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 402/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação da Senhora Marlene Rozen, funcionária da Coplac empresa representante no Brasil do Banco Suíço Discount Bank and Trust Company. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 403/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Hierry Rosemberg, representante do Banco Suíço Discount Bank and Trust Company. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 404/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e bancário das seguintes empresas: Anacor Agência de Viagens Ltda., Copa Cobrança Padrão Ltda., Daniel & Cia Ltda., Empresa

Brasileira de Som Ltda., Equipmed Importação e Exportação Ltda., Fox Factoring Fomento Comercial Ltda., Fox Factoring Fomento Mercantil Ltda., Green Car Auto Center Ltda.-ME, ICBB – Industrias Cunha Barros da Brasil, Intercell Comunicações Ltda., JE Consultoria Ltda., Marlin Distribuidora de Petróleo Ltda., Net Turismm Ltda., Noral – Nordeste Alumínio Ltda., Norte Cambio Turismo Ltda., Odecam – Comercio de Artigos Esportivos e Presentes Ltda., R.D.C. Consultoria Financeira e Informática Ltda., Radial Administração e Corretagem de Seguros Ltda., Radial Comércio Exterior S/A, Red Line Comércio e Laboratório Fotográfico Ltda., Simétrica Participações e Serviços Ltda., Speed Informática Ltda., Star Gás Distribuidora Ltda., Stream Tour de Turismo Ltda., Strata Representações Ltda. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 405/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Juscelino Nunes Vidal. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 375/03**, de autoria do Deputado Dr. Hélio, requer a convocação do Senhor Albert Youssef. O requerimento fica prejudicado por já ter sido aprovado em outra ocasião. Usa da palavra para discutir, o Deputado Dr. Hélio. **Requerimento nº 380/03**, de autoria do Deputado Dr. Hélio, requer seja reconvocado o Senhor Fernando Toledo, representante da offshore Trade Link Bank. O parecer é favorável. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 381/03**, de autoria do Senador Magno Malta, requer a convocação do Senhor Albert Youssef, doleiro do cenário financeiro brasileiro. O requerimento está prejudicado porque já foi aprovada a convocação. **Requerimento nº 406/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer junto ao Departamento de Polícia Federal, a transferência do sigilo relativo à busca e apreensão realizada pela “Operação Anaconda” na residência da Senhora Norma Regina Emílio Cunha, abrangendo cópia de todos os documentos, inclusive aqueles em meio magnético, tais como as gravações referidas nas matérias recentemente divulgadas na imprensa. O parecer é favorável. Usam da palavra para discutir os senhores Deputado Antônio Carlos Biscaia, Senador José Jorge e Senador Romeu Tuma. Em votação, o requerimento é aprovado. Usa da palavra pela ordem o Deputado Robson Tuma. **Requerimento nº 407/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a convocação da Senhora Norma Regina Emília Cunha. O parecer é favorável. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 408/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer ao Banco Central do Brasil que encaminhe, caso exista, cópia de processos onde esteja envolvida a empresa Parinvest Consultoria e Participações Ltda. Em votação, o requerimento

é aprovado. **Requerimento nº 409/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do senhor Rodrigo Santone. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 410/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação dos senhores Adalberto Bernardo de Lira e João Carlos da Rosa de La Rocha, sócios da WWW Comercial de Ferros, para prestarem esclarecimentos de seus relacionamentos com a empresa BEACON HILL. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 411/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação dos senhores Roberto Matalon, Clark Setton e Meneghesso Neto. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 412/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação de Luislei Terra. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 413/03** de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Camilo Cuquejo Suarez. Em votação, o requerimento é aprovado. **Requerimento nº 414/03**, de autoria do Deputado José Mentor e do Senador Antero Paes de Barro, requer ao Juiz Federal de Curitiba, estender o sigilo dos documentos apreendidos durante a prisão do Senhor Alberto Youssef. Em votação, o requerimento é aprovado. Encerrada a apreciação e votação dos requerimentos, usam da palavra pela ordem os senhores Deputado Dr. Hélio, Deputada Iriny Lopes, Deputado Paulo Kobayshi, Deputado Eduardo Valverde, Senador Romeu Tuma, Senador Heráclito Fortes, Deputado José Mentor, Deputado José Rocha, Senador Magno Malta, Senadora Ideli Salvatti e Deputado Alexandre Santos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 44ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 5, de 2003 – CN, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5.

A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo.

Indago aos Srs. e às Sr^{as} Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 30, cuja cópia encontra-se distribuída.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata por encontrar-se aqui, à nossa disposição.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, já que na reunião passada eu não estava presente quando da leitura do Requerimento nº 363, que se refere à quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário de uma série grande de empresas, e do Requerimento nº 364, relativo a pessoas físicas, gostaria de saber a que se referem especificamente esses requerimentos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. Ex^a verá que hoje há um complemento dessas empresas, porque concluímos um levantamento na conta Beacon Hill. Todos os envolvidos na movimentação dessa conta, aqueles que hoje serão aprovados, são os que constam nos registros telefônicos, inclusive, da Beacon Hill.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Solicitada a dispensa da leitura pelo Deputado Dr. Hélio, consideramos a ata aprovada.

Passamos à apreciação dos requerimentos.

Requerimento nº354, de 2003, da Deputada Iriny Lopes.

Requeiro, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei 1.579/52, a convocação, para prestar depoimento nesta CPMI, do Sr. Beny Parnes, ex-Diretor da Área Internacional do Banco Central do Brasil.

Concedo a palavra ao Relator, para emitir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, aqui cabe uma pequena explicação. Conversei pessoalmente com a Deputada Iriny há pouco. Estamos já há algum tempo analisando os documentos do Sr. Beny Parnes. Ele, na semana passada, entregou um complemento de documentos, inclusive com um texto do seu advogado. Também tivemos necessidade de termos acesso às declarações do Imposto de Renda, oficiais da Receita, dos últimos cinco anos. Esse fato fez com que se alongasse um pouco o estudo, que é um pouco mais complicado nesse caso.

Portanto, vou propor à Comissão o sobrestamento desse requerimento, para que, na próxima semana, a Relatoria apresente uma opinião técnica sobre a movimentação feita pelo Sr. Beny Parnes. Aí verificaremos se vamos convocá-lo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, o Relator transfere o seu parecer para a próxima semana.

Submeto a posição do Sr. Relator ao Plenário.
Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Requerimento nº 354 volta à pauta na próxima semana.

Requerimento nº 355, da Deputada Irene Lopes, que pede, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, a convocação, para prestar depoimento a esta CPMI, dos Srs. Manuel Monteiro Cortez Filho, Carlos Alberto Taveira Cortez, Samuel Messod Benzecry e Messod Gilberto Samuel Benzecry.

Tem a palavra o Sr. Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

Registro que o Sr. Samuel Messod Benzecry já estava convocado anteriormente, mas o requerimento é um complemento em relação aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer senados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 355.

Requerimento nº 356, do Deputado Dimas Ramalho, que pede, nos termos regimentais, seja convocado o Sr. Najun Azario F. Turner, para prestar esclarecimentos à CPMI.

Tem a palavra o Sr. Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Sr. Relator é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 382, do próprio Sr. Relator, Deputado José Mentor, que, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, da Lei nº 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, pede a esta Comissão a convocação do Procurador da República em Foz do Iguaçu, Sr. Alexandre Halfen

da Porciúncula, para prestar esclarecimentos sobre a remessa irregular de recursos por intermédio das contas CC5, objeto de investigação desta CPMI.

Deixo de reivindicar a opinião do Relator, por ser este o autor do Requerimento nº 382.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 383, em que se pede a esta Comissão, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, e nos termos regimentais, que requisite à Secretaria da Receita Federal cópia das informações relacionadas às fiscalizações havidas ou em curso, em especial realizadas no âmbito das Delegacias de São José do Rio Preto, São Paulo, da cidade de São Paulo, e de Foz Iguaçu, Paraná, acerca das seguintes pessoas físicas e jurídicas: José Paschoal Costantini, Marcelo Marmo Fleury, Gustavo Antonio Saad Emery, Carlos Camacho, Mariângela de Abreu Costantini, Claudinir Roberto Poltronieri, Sérgio Ulian, Hélio Shimokomaki, Reinaldo Melazi, João Tajara da Silva Filho, Júlio Cezar Bachi Jardim, Aparecido Gomes de Assunção Júnior, Adilson de Campos, Scheyla Kersting, Décio Miranda, Benedito Braz Raiel, Paulo Penteado Pinheiro, Adriano Edson Marques, Júlio César Afonso Cuginotti, Stella de Abreu Costantini, Lívia Costantini Marques, Matheus de Abreu Costantini, Célio Tabith, Guilherme Monteleone Tabith, Gastão Henriques Ladeira Filho, Edson Pereira Ramos, Hilário Sestini Júnior, Luís Felipe de Saldanha da Gama, Álvaro Alves de Oliveira, Augusto Garcia Santana, Antônio Carlos Sestini, Metais Preciosos Antares Ltda., Únicos-Construtora Ltda., Únicos-Comércio e Adm. Ltda., Atlas Factoring Fomento Mercantil Ltda., Indústria de Jóias Costantini Ltda., Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Rial Ferrame Produtos Siderúrgicos Ltda., Empresarial Processamento de Dados Ltda., Silver Star – Metais Preciosos Ltda., MPA – Comércio de Alimentos Ltda., Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda., Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda., Trigold Metais Preciosos Ltda., A. E. Marques Ltda., G.H. Ladeira Filho São José do Rio Preto, L. A A Assessoria independente Ltda.

O requerimento é do próprio Relator, Deputado José Mentor, razão pela qual deixo de colher a sua opinião como Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 383.

Requerimento nº 384, também do Relator: Nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, de 2001, da Lei nº 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro a esta Comissão a convocação de Gastão Henriques Ladeira Filho (...); Edson Pereira Ramos (...); Luiz Felipe de Saldanha da Gama (...); Álvaro Alves de Oliveira (...); Augusto Garcia Santana (...) e Antonio Carlos Sestini (...) para prestar esclarecimentos sobre a remessa irregular de recursos ao exterior por intermédio das contas CC5, assim como pela remessa ilegal de metais ao exterior, que também pode configurar evasão de divisas, objeto desta CPMI.

Submeto o requerimento do Relator à apreciação do Plenário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 384.

Requerimento nº 385:

Nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, de 2001, da Lei nº 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro a esta Comissão a transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de: Gastão Henriques Ladeira Filho (...), Edson Pereira Ramos (...), Luiz Felipe de Saldanha da Gama (...), Álvaro Alves de Oliveira (...), Augusto Garcia Santana (...), Antonio Carlos Sestini (...), G. H. Ladeira Filho São José do Rio Preto (...), L. A. A Assessoria Independente Ltda (...), face haver fortes indícios de lavagem e remessa irregular de dinheiro ao exterior por meio das chamadas contas CC-5 e remessas ilegais de metais, que também podem configurar evasão de divisas, objeto desta CPMI.

Submeto o requerimento do Relator à apreciação do Plenário.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento nº 385.

Requerimento nº 386: Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, que o Banco Central do Brasil envie a esta CPMI relação completa dos declarantes de posse de bens e direitos no exterior em 31.12.2002, conforme o estabelecido na Circular 3.181 desse órgão, em meio magnético, para cada CPF/CNPJ constante daquela base.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O requerimento é do Relator, por isso deixo de colher a sua opinião.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia, para discutir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Relator pela ordem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que esse requerimento foi sugerido pelo Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Rodrigo Maia. O Relator endossou a sugestão e apresentou o requerimento.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, quero apenas agregar alguns dados mais relevantes que não estão ainda nesse pleito.

Essa circular foi divulgada pelo Banco Central, se não me engano, no dia 6 de março deste ano, na quinta-feira após a Quarta-Feira de Cinzas, apresentando as regras para a Declaração base de 2002. E no último artigo, penso que no art. 7º - foi por isso que fiz o pedido, que não está ainda incluído aqui -, eles abrem o prazo para a base de 2001 só na quinta-feira, após a quarta-feira de cinzas: quinta-feira, sexta-feira e segunda, do dia 6 ao dia 10.

O que me causa estranheza, no mínimo, é que o Banco Central tenha baixado uma circular pós-carnaval e abrindo a base de 2001. A justificativa do Banco Central é que tinha que fechar 2001 para abrir 2002. Eu não entendo o porquê desse prazo após a Quarta-Feira de Cinzas.

Penso que deveríamos incluir aqui as pessoas que declararam, entre o dia 6 e o dia 10 de março, a base de 2001, que seria o grave. De 2002, não, penso que é o natural.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está incorporado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Relator incorpora a sugestão do Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E considero o Deputado como subscritor do requerimento comigo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge para discutir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar somente um esclarecimento sobre essa informação. Qual é a dimensão desse cadastro? Porque, na realidade, parece uma informação muito ampla para que tenhamos aqui, quando estamos examinando um caso bastante particular. Não sei se estamos nos munindo de informações em excesso que poderão, muitas vezes, até nos prejudicar na análise. Então, para meu esclarecimento, gostaria de uma explicação adicional a respeito do uso do cadastro, porque,

se formos pedir cadastros a todas as instituições, daqui a pouco seremos incapazes de processar as informações, que, em demasia, nem sempre é bom. O correto é informação na medida certa. Na verdade, não estou entendendo qual a finalidade desse cadastro. O natural seria consultarmos os cadastros daquelas pessoas que, de alguma maneira, estivessem indiciadas como suspeitas. Por isso, solicito uma explicação acerca da necessidade de termos o cadastro completo na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia para dar as explicações.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – A base de 2002 nem é tão relevante porque foi no prazo correto. Estranhei o fato de – e aí foram poucas pessoas, pois poucos no Brasil estariam preocupados com isso – pessoas se preocuparem em acertar a base de 2001 na quinta-feira, após a Quarta-Feira de Cinzas, até segunda-feira. São apenas três dias. O que interessa para a CPI, já que a criação da CPI vem ventilada desde o início do ano, é, de fato, por que o Banco Central abriu esse prazo de três dias, após a Quarta-Feira de Cinzas, para a base de 2001 – não se trata da base de 2002. Reabriu o prazo, porque a pessoa já estava inadimplente. De repente, o Banco Central fez uma circular para registrar as regras de 2002. Acho que 2002 certamente é informação demais, porque é o cotidiano. Por que, no meio dessa circular, entrou 2001? Se são apenas três dias, poucas pessoas fizeram esse registro, acertaram a sua prestação de contas com o Banco Central, e são, de fato, pessoas com as quais a CPI deve ter algum tipo de preocupação. Por que três dias apenas, pós Quarta-Feira de Cinzas? Não são dias normais, são dias que, sabemos, muitas pessoas “enforcam”, principalmente as que têm uma situação favorável. Precisamos saber por que, e se alguém foi beneficiado. O mercado diz que algumas pessoas se beneficiaram desses três dias. Não quero prejudicar, dizendo os nomes sabidos pelo mercado. Mas acho que, de fato, se alguém se beneficiou, temos que saber quem se beneficiou desses três dias de reabertura da base de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, por que não pedimos exatamente o que desejamos? Ou seja, o cadastro das pessoas que foram beneficiadas durante aquele período?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Rodrigo Maia, V. Ex^a concorda?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A intenção é exatamente essa. Podemos restringir esses pedidos com mais especificidade.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, já que o autor da proposição, Deputado Rodrigo Maia, juntamente com o Relator, que também é autor da proposição, Deputado José Mentor, concordam com a observação do Senador José Jorge, eu a colocarei em votação para que seja encaminhada exclusivamente a relação das pessoas que regularizaram suas situações ou, pelo menos, acreditam terem-na regularizado nesses três dias: quinta, sexta e segunda-feira. O Requerimento nº 386 tem essas características da observação feita pelo Senador José Jorge e pelo Deputado Rodrigo Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio, para discutir.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, sugiro que essa base de dados, assim que chegar, seja cruzada com a base de dados da Receita Federal, em termos de imóveis ou residências dessas mesmas pessoas. Esteja ou não regulamentado na informação da Receita Federal. Acho importante esse cruzamento de dados.

Quero cobrar, mais uma vez, a importância de buscarmos os bens regulares ou irregulares no exterior, que foi solicitado por esta CPMI, que serviria de valiosa ajuda quando das diligências que estamos fazendo nas regiões já determinadas até o fim deste mês. Seria importante que a Receita Federal pudesse nos encaminhar os dados, inclusive já cruzados, daquelas pessoas que iremos ouvir quando de nossa visita nessas sindicâncias que faremos até o final deste mês, e dos seus patrimônios, residência no exterior, conforme requerimento aprovado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Fica a observação do Deputado Dr. Hélio para a orientação da análise técnica desta Comissão, para que se faça o cruzamento necessário dos dados.

Em votação o Requerimento nº 386, com a observação feita pelo Deputado José Jorge.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento nº 386.

Peço a atenção da Assessoria no sentido de, na hora de formular o ofício encaminhando a solicitação dos dados, prestar atenção nos detalhes da observação feita pelo Senador José Jorge.

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 387, de autoria do Deputado José Mentor, que pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, convocar o Sr. Rodrigo Silveirinha Corrêa, Fiscal do Governo do Rio de Janeiro, para prestar informações

sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI.

Como o requerimento é de autoria do Relator, eu o submeto desde já à apreciação do Plenário.

Em discussão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge para discutir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pelo que li nos jornais, ontem ou anteontem, o Sr. Rodrigo Silveirinha já foi condenado e julgado e se encontra preso. Gostaria de saber como ele dará esse depoimento. Iremos até lá, ou o depoimento será solicitado por escrito? Ou o preso será trazido aqui? Em princípio, penso que isso seria constrangedor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Senador José Jorge, haverá uma diligência na Polícia Federal do Rio de Janeiro na segunda-feira e na terça-feira. Evidentemente, o juiz a quem ele está custodiado irá trazê-lo para depor, como já aconteceu em outros casos. Portanto, ele se encontra na Polícia Federal do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O depoimento será realizado no Rio de Janeiro.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Submeto, portanto, à votação o Requerimento nº 387.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 388, de autoria do Deputado José Mentor, que, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, pede a esta Presidência, ouvido o Plenário, convocar o Sr. Carlos Eduardo Pereira Ramos, Fiscal do Governo do Rio de Janeiro, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI. Trata-se da mesma situação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 389, do Deputado José Mentor, que, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, pede a esta Presidência, ouvido o Plenário, a transferência

do sigilo para esta CPMI dos processos em curso na digna Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro relacionados com a apuração da CPI do Propinoduto da Assembléia do Estado do Rio de Janeiro, em especial referentes ao esquema de evasão de divisas identificado, incluindo o acesso de membros e assessores credenciados desta Comissão aos autos, com a devida permissão, para a extração de cópias.

Submeto o requerimento à apreciação do Plenário.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Esta aprovado o Requerimento nº 389.

Requerimento nº 390, em que se pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, a transferência do sigilo para esta CPMI dos inquéritos abertos pela Polícia Federal, relacionados com a apuração da CPI do Propinoduto da Assembléia do Estado do Rio de Janeiro, incluindo o acesso de membros e assessores credenciados desta Comissão aos autos, com a devida permissão, para a extração de cópias.

Em discussão o Requerimento nº 390.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra o Sr. Deputado Antonio Carlos Biscaia para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Quero apenas um esclarecimento: existe, a esta altura, inquérito sobre sigilo? Isso não é do meu conhecimento. Os inquéritos instaurados sobre o tema estão instruindo a ação penal, tendo, inclusive, já havido decisão condenatória. Há sigilo ainda?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja V. Ex^a que há dois requerimentos: um para a Justiça e outro para a Polícia Federal. É um requerimento genérico. A Assessoria irá para lá um dia antes, para tomar conhecimento de qualquer possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento nº 390.

Requerimento nº 391, em que se pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, a transferência do sigilo para esta CPMI do processo de privatização do terminal Menezes Cortes, na cidade do Rio de Janeiro, incluindo o acesso de membros e assessores credenciados desta Comissão aos autos, com a devida permissão, para a extração de cotas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu havia levantado o dedo para pedir a palavra discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a me desculpe. V. Ex^a tem a palavra para discutir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Gostaria de um explicação do Relator: o que isso tem a ver com a finalidade desta CPMI? Tenho a preocupação de não abrimos demais o caminho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Senador José Jorge, esta CPMI já aprovou um requerimento do Deputado Alexandre Santos, que justificou a possibilidade de análise deste caso com a entrada de recursos por meio de de uma **offshore**, que seria o retorno de uma evasão. Evidentemente, trata-se de uma hipótese que estamos investigando. Pedimos um requerimento genérico para a Polícia Federal e para a Justiça Federal e também para esse caso, para que a Assessoria tenha acesso e veja se deve ou não haver uma investigação aprofundada. Já foi aprovado, nesta CPMI, esse requerimento do Deputado Alexandre Santos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Em votação o Requerimento nº 391.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 392, em que se pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, seja convocado o Sr. Carlos Antônio Sasse, ex-Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI.

A convocação, por meio de requerimento, é solicitada pelo Deputado José Mentor.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 393, em que se pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, seja convocado o Sr. Marcelo Fernandes Mesquita, ex-empregado dos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 394, de autoria do Deputado José Mentor, que pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, seja convocado o Sr. Arilson da Silva Dias, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 395, do Deputado José Mentor, que pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, seja convocado o Sr. Valdir Ferreira de Freitas, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 396, do Deputado José Mentor, que pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, seja convocado

o Sr. Germano Silva Filho, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 397, do Deputado José Mentor, que, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, pede a esta Presidência, ouvido o Plenário, seja convocado o Sr. Paulo Henrique Sekiguchi, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 398, do Deputado José Mentor, que, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, pede a esta Presidência, ouvido o Plenário, a convocação do Sr. Roberto Wanis Filho, advogado, para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes ao objeto desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 399, do Deputado José Mentor, que, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, pede a esta Presidência seja solicitado ao Ministério da Justiça que realize gestões no sentido de obter, por meio do MLAT, os documentos que compõem o dossiê/cadastro da conta da Depolo Corporation S.A., mantida no então MTB Bank de Nova Iorque, atual CBC Bank, naquela mesma cidade.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 400, em que se pede, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, entre 1996 e 2002, das pessoas físicas relacionadas a seguir: Adilson da Cunha Barbosa, Alberto Luís Lustig, Carlos Alberto Guimarães Padilha, Daniel Froes Assunção, Daniel Hamoui, Dilma Ferreira Guimarães, Edmundo Gurgel Júnior, Favel Bergman Vianna, Felipe Ferreira Guimarães, Flávio Froes Assunção, Flávio Lamas Marques, Francisco Paulo Xavier Macedo, João Bosco Assunção Esteves, João Miguel Taveira Pinto De Nagy, Jorge Luiz Mussumesci, José Eduardo Escabin, Josebias Vitorino da Silva, Marcelo Ferreira Guimarães, Rafael Lustig, Regina Cláudia da Costa Santos, Rony Hamoui, Valdir Dias Guimarães.

O requerimento é de autoria do Deputado José Mentor.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 400.

Requerimento nº 401, também do Deputado José Mentor, que, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, pede a esta Presidência, ouvido o Plenário, convocar o Sr. Ronaldo Adler, representante do banco suíço Discount Bank and Trust Company, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI.

O requerimento é de autoria do Deputado José Mentor.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 401.

Requerimento nº 402, em que se pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, convocar A SRA. Marlene Rozen, funcionária da Coplac, empresa representante, no Brasil, do banco suíço Discount Bank and Trust Company, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI.

O requerimento é de autoria do Relator.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 402.

Requerimento nº 403, em que se pede, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, convocar o Sr. Henry Rosemberg, representante do banco suíço Discount Bank and Trust Company, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O requerimento é do Relator.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 404, também do Relator, Deputado José Mentor, que pede, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, a esta Presidência, ouvido o Plenário, a quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário, do período de 1996 a 2002, das seguintes empresas: Anacor Agência de Viagens Ltda.; Copa Cobrança Padrão Ltda.; Daniel & Cia Ltda.; Empresa Brasileira de Som Ltda.; Equipmed Importação e Exportação Ltda.; Fox Factoring Fomento Comercial Ltda.; Fox Factoring Fomento Mercantil Ltda.; Green Car Auto Center Ltda-ME; ICBB – Indústrias Cunha Barros do Brasil Ltda.; Intercell Telecomunicações Ltda.; JE Consultoria Ltda.; Marlim Distribuidora de Petróleo Ltda.; Net Turismo Ltda.; Noral – Nordeste Alumínio Ltda.; Norte Câmbio Turismo Ltda.; Odecam – Comércio de Artigos Esportivos e Presentes Ltda.; R.D.C. Consultoria Financeira e Informática Ltda., Radial Administração e Corretagem de Seguros Ltda.; Radial Comércio Exterior S.A.; Red Line Comércio e Laboratório Fotográfico Ltda.; Simétrica Participações e Serviços Ltda.; Speed Informática Ltda.; Star Gás Distribuidora Ltda.; Stream Tour de Turismo Ltda.; Strata Representações Ltda..

O requerimento é do Relator.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 404.

Requerimento nº 405, também do Relator, que, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579/52 e do Regimento, pede a esta Presidência, ouvido o Plenário, convocar o Sr. Juscélio Nunes Vidal, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes ao objeto de investigação desta CPMI.

O requerimento é do Relator.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 405.

Requerimento nº 375, em que se pede, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, em conformidade com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado ao art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para prestar depoimento nesta CPMI, a convocação do doleiro Alberto Youssef, que foi preso ontem pela Polícia Federal, em Curitiba, Paraná.

O requerimento é do Deputado Dr. Hélio.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está prejudicado o requerimento, Deputado Dr. Hélio, porque anteriormente já havia sido aprovada a convocação do Sr. Alberto Youssef.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É que já foi aprovada a convocação dele em reunião reservada.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, a oportunidade desse requerimento é no sentido de que essa pessoa possa ser ouvida na CPMI, em Brasília, por várias razões. A principal delas é que se trata de um suspeito de ter participado de uma importante evasão de divisas. Seria relevante para a continuidade dos trabalhos de investigação não só no Paraná, porque se suspeita que essa pessoa tenha atuado em outros Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Informo a esta CPMI que mantive contato com um juiz federal do Paraná que ouviu o Sr. Alberto Youssef ontem. Na verdade, tentou ouvi-lo, porque ele invocou o direito de permanecer calado. Perguntei ao juiz se era interessante ouvir o Sr. Alberto imediatamente e obtive a resposta de que deveríamos esperar alguns dias, quando ele tivesse maior disposição de colaborar, porque seria uma repetição do silêncio.

O juiz prontificou-se a encaminhar a esta CPMI todos os documentos do inquérito no Paraná, inclusive os relativos à apreensão do Sr. Alberto Youssef. Segundo o juiz, os documentos são relevantes e de

interesse desta CPMI, e S. Ex^a deverá enviá-los hoje a esta Comissão. Pedimos à assessoria que faça um ofício requisitando esses documentos para a CPMI.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Sr. Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O requerimento que aprovamos, em reunião reservada, fazia menção à participação de dezessete pessoas, entre as quais estava incluído o Sr. Alberto Youssef na CPMI de Brasília. O argumento utilizado na reunião reservada era o de que esses dezessete nomes compunham formas diferenciadas de evasão de divisas para fora do País. Em segundo lugar, alguns daqueles nomes estavam envolvidos em vários Estados brasileiros, não somente no seu Estado de origem.

Por essa razão, insisto nessa possibilidade. Não acredito que ela seja ligada à cronologia – ter que ser amanhã, por exemplo -, mas não podemos estar à disposição de um cidadão que está preso e que tem suposto envolvimento profundo com evasão fiscal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem toda razão o Deputado Dr. Hélio. Quando discutimos os dezessete nomes, queríamos ouvi-los em Brasília dada a sua importância. E deixamos de convocar qualquer um deles para as regiões quando estávamos nas diligências. Ocorre que houve uma pequena alteração porque o Sr. Alberto Youssef foi preso pela força-tarefa em Curitiba.

Inclusive, havíamos comentado, ontem, com o Presidente da CPMI, o Senador Antero Paes de Barros, da necessidade de ouvirmos hoje o Sr. Alberto Youssef, dada a importância das informações que ele podia ter. Deixamos de fazê-lo por ponderação do Senador, porque o juiz também entendeu desaconselhável neste momento.

Por esse motivo, analisaremos, no momento oportuno, em que data e local vamos ouvir o Sr. Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Faremos essa discussão no momento oportuno, uma vez que ele já está convocado. Quanto ao local, poderemos defini-lo na próxima semana, quando faremos uma deliberação sobre alguns requerimentos que estão sobrestados, cujas conclusões a assessoria já está terminando para passar ao Relator.

Passa-se à apreciação do **Requerimento nº 380**, do Deputado Dr. Hélio.

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com a Lei nº 1.579, de 1952, e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário da Comissão, reconvocar o Sr. Fernando Toledo, representante da **offshore** Trade Link Bank, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes a objeto desta CPMI.

Concedo a palavra ao Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Em votação o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao **Requerimento nº 381**, do Senador Magno Malta.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – É igual ao Requerimento nº 375.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está prejudicado porque já foi aprovada a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Requerimento nº 381 está prejudicado, pois já foi aprovada a convocação.

Analisemos o **Requerimento nº 406**, de nossa autoria:

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, em conformidade com a legislação vigente, ao Departamento de Polícia Federal a transferência, para esta CPMI, do sigilo relativo à busca e apreensão realizada pela Operação Anacônda na residência de Norma Regina Emílio Cunha, abrangendo cópia de todos os documentos, inclusive aqueles em meio magnético, tais como as gravações referidas nas matérias recentemente divulgadas na imprensa brasileira.

Concedo a palavra ao Relator para emitir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento. Estão sendo solicitados todos os documentos. Coincidentemente, estávamos em São Paulo, a Deputada Iriny Lopes e eu, em outra Comissão que está fazen-

do um trabalho relacionado com as deficiências da Polícia Federal, no momento em que chegavam os participantes. São caixas e mais caixas, gravações e documentos. O requerimento pretende a quebra de sigilo de toda a documentação?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim, Deputado, porque foram encontradas barras de ouro, dólares, dinheiro na casa da SRA. Norma Regina Emílio Cunha. A imprensa tem registrado que há remessas para o exterior, inclusive para bancos suíços. Daí a necessidade da quebra do sigilo. É evidente que faremos uma triagem dos documentos.

O parecer do Relator é favorável.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na mesma linha de pensamento do Deputado, pergunto se V. Ex^a e o Relator não julgam necessário fazer um pré-exame da documentação, para que solicitemos exatamente o que precisamos. Essa é uma investigação do Poder Judiciário que, só na margem, interfere diretamente nas atribuições desta Comissão, no momento em que o dinheiro é enviado para o exterior – que é a atribuição específica da CPMI. Solicitar toda a documentação seria um exagero. Seria necessário, primeiro, verificar-se a documentação. Já que os fatos aconteceram na semana passada, é necessário que tenhamos um pouco mais de tempo para que examinemos especificamente o que a Polícia Federal nos enviaria. Não sei se é urgente assim para o Relator. Se não for, talvez pudéssemos analisar um pouco mais e fazer um pedido mais específico, para que já tenhamos as informações com tratamento preliminar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Senador José Jorge, V. Ex^a tem razão. Aliás, em todos os casos, sempre temos procurado trazer o menor número possível de documentos para Brasília. Mas, neste caso, temos que agir como fizemos em outras vezes. Fizemos assim em Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo: mandamos, primeiro, dois assessores para analisar e separar os documentos. Mas temos de quebrar o sigilo de tudo; caso contrário, não se pode olhar o que nos interessa. Assim será feito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Faremos, então, a triagem solicitada inicialmente pelo Deputado Biscaia e depois pelo Senador José Jorge e pelo Relator José Mentor. A Presidência vai designar dois assessores para buscarem imediatamente os documentos, e é evidente que farão a triagem. O que não tem relação com esta CPMI não há por que trazer.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não sei se o Deputado Biscaia se refere à ocorrência do problema de São Paulo com essas apreensões.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Realmente, tem de haver um pouco de paciência, porque a própria Polícia Federal e o Ministério Público estão se surpreendendo com alguns documentos que estão sendo examinados. Não há conhecimento total da documentação apreendida. Conversei com alguns deles para saber da evolução. Deputado Biscaia, eles têm a impressão de que a coisa é mais grave do que se imaginava.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Eu apenas assinalo que o volume é imenso. Coincidentemente, estávamos na Superintendência Regional da Polícia Federal quando eles estavam retornando da diligência. O volume de documentos e gravações é imenso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – São mil e trezentos quilos de documentos que estão sendo analisados com a maior urgência, e estão surpreendendo os analistas. Seria bom que o advogado que está colaborando com V. Ex^a acompanhasse de perto e lhe trouxesse as informações.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vamos designar um delegado da Polícia Federal para que, juntamente com um assessor desta CPMI, possa fazer essa triagem, acompanhar e encaminhar para esta CPMI o que for objeto dela.

O parecer do Relator é favorável, com essas observações feitas e com as providências já anunciadas pela Presidência.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento nº 406.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, considero extremamente importante investigarmos juízes, investigarmos tudo. Inclusive, a CPI da Pirataria, da qual faço parte, também quer entrar na mesma investigação.

Preocupa-me o fato de a Casa suspender um monte de tarefas e, no fim, nos perdermos.

Elaborei alguns requerimentos baseados em denúncias – entre essas denúncias, há a da própria D. Nicéia, que, aliás, entrou em contato pedindo auxílio. Passo à Comissão, publicamente, o pedido de auxílio de S. S^a – D. Nicéia tem recebido várias ameaças depois de ter vindo depor aqui –, para que a CPMI providencie junto à Polícia Militar, à Polícia Civil e à Polícia

Federal proteção, segurança. Fica aqui transmitido publicamente o pedido dela.

Naquele dia, houve várias denúncias. Fiz vários requerimentos, convocando banqueiro, funcionários de banqueiro, que teriam acompanhado D. Nicéa e o marido na abertura de conta e na remessa para o exterior. Ela mesma disse que foi junto, que abriu a conta. Fiz os requerimentos, que ficaram sobrestados. Neste caso, claro, sou favorável a que se investigue. Nem sequer sabemos o que os documentos contêm e já queremos outros documentos, já queremos tudo aqui, mesmo o que não diga respeito à CPMI. Quando pedimos cópia de tudo, obviamente virão coisas que dizem respeito à CPMI e outras não.

Enfim, meu intuito é apenas o de apelar a V. Ex^a para que coloque os meus requerimentos em votação. Aqueles que acreditarem que as denúncias da D. Nicéa são incorretas, são infundadas, que o banqueiro e os membros daqueles bancos não precisam vir, que as pessoas envolvidas não precisam vir, não precisam ter seus sigilos quebrados, enfim, não precisam ser investigadas, que votem contra. Caso contrário, em vez de sobrestar, que se coloque em votação. Os que são favoráveis devem votar favoravelmente; os que são contrários, devem votar contra.

Sinto-me entristecido de ver alguns requerimentos para depoimentos com informações, com denúncias bastante substanciais não serem votados, enquanto outros que aqui chegaram posteriormente serem votados.

Faço, então, esse apelo a V. Ex^a, que tem conduzido esta Comissão de maneira extraordinária. O nobre Relator tem sido um homem extremamente correto em seus posicionamentos – inclusive em entrevista na **Rede Globo** foi muito elogiado pelos colegas pela maneira correta, tranqüila com que expôs os fatos. O meu apelo é para que marquemos nossos posicionamentos, votando “sim” ou “não”, a fim de liberarmos os requerimentos sobrestados. Do contrário, daqui a pouco, teremos mil ou dois mil requerimentos sobrestados. Ou o autor retira o requerimento, ou votamos favoravelmente ou contrariamente ao requerimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Relator para explicações.

Antes, porém, Deputado Robson Tuma, reconheço que não podemos estender nossas investigações, nem temos capacidade legal para isso.

Esta CPMI trata exclusivamente das contas CC5 e da lavagem de dinheiro. Não vamos, em nenhum momento, trazer a debate nesta CPMI a análise sobre a questão de juízes, a não ser os que tenham praticado evasão de divisas. A finalidade do requerimento é ex-

clusivamente em relação ao objeto desta CPMI. Concordamos com V. Ex^a em que não devemos alargar o limite das nossas investigações, até porque não temos autorização do Congresso Nacional para isso.

Tem a palavra o Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Manifestando minha concordância com a opinião do Presidente, só queria aduzir que o sobrestamento de requerimentos é um recurso que a Relatoria tem utilizado para dar dois sinais. O primeiro deles diz respeito a que a pessoa chamada poderá vir a ter importância para a CPI. O segundo sinal é o que ele diz: “Não é o momento adequado, na visão do Relator, para a estratégia da investigação”. É isso que quer dizer sobrestar o requerimento; não significa que se está deixando de ouvir, nem que se vai ouvir. Evidentemente, apresentamos, na semana passada, Deputado Robson Tuma, alguns requerimentos sobrestados, aprovando alguns e rejeitando outros, e vamos repetir essa posição durante os próximos dias.

Hoje mesmo, dei uma explicação – V. Ex^a estava acabando de chegar – com relação ao comparecimento do Sr. Beni Parnes. Na semana que vem, vamos apreciar se vamos convocá-lo ou não. O requerimento está sobrestado. Então, cada um deles será apreciado adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O próximo a ser apreciado é o:

Requerimento nº 407, também de minha autoria.

Requero, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, a convocação de Norma Regina Emílio Cunha, para prestar depoimento a esta CPMI.

Concedo a palavra ao Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer é favorável.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Peço um esclarecimento, Sr. Presidente. Quem é Norma?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É a senhora com quem foram apreendidos os documentos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Os da Operação Anaconda?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há indícios de remessa para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E lá havia ouro e dólar.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 408, do Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição e da Lei nº 1.579/52 e regimentais, que o Banco Central do Brasil encaminhe, caso exista, cópias de processos em que esteja envolvida a empresa Parinvest Consultoria e Participações Ltda.

Em discussão o requerimento (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 409, também do Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição e da Lei nº 1.579/52 e regimentais, seja convocado o Sr. Rodrigo Santoni para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta CPMI.

Em discussão o requerimento (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 410, do Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição da Lei nº 1.579/52 e regimentais, sejam convocados os Srs. Adalberto Bernardo de Lira e João Carlos da Rosa de La Rocha, sócios da WWW Comercial de Ferros, para prestarem esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta CPMI.

Em discussão o requerimento (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 411, do Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição da Lei 1.579/52 e regimentais, sejam convocados os Srs. Roberto Matalon, Clark Setton e Carlos Meneghesso Neto para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta CPMI.

Em discussão o requerimento (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 412, do Relator, Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição da Lei 1.579/52 e regimentais, seja convocado o Sr. Luizlei Terra, para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta CPMI.

Em discussão o requerimento (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 413, do Relator, Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição e da Lei nº 1.579/52 e regimentais, a convocação do Sr. Camilo Coquejo Soares para prestar esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta CPMI.

Em discussão o requerimento (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 414, assinado por mim e pelo Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal e da Lei nº 1.579/52 e regimentais, seja requisitado o Juiz Federal de Curitiba e estendido o sigilo dos documentos apreendidos durante a prisão do Sr. Alberto Yussef.

Em discussão o requerimento (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Comunico a V. Ex^a e aos demais membros que, nessas diligências regionais que temos realizado, as investigações começam a tornar-se um pouco mais específicas, e o leque de convidados e convocados está-se ampliando, como aconteceu em Belo Horizonte. Então, o fato de termos doze, quinze, vinte convocados não quer dizer

que vamos ouvir todos porque, evidentemente, na sequência dos depoimentos – como também aconteceu em Belo Horizonte –, dispensamos algumas pessoas que haviam sido convocadas. Estou registrando esse ponto, para não parecer que teremos trinta convocados e lá só ouviremos doze. Não é isso. A estratégia da investigação pode dispensar um ou outro daqueles convocados.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)

– Eu pediria à assessoria que isso ficasse claramente especificado quando votarmos requerimentos para convocações nos Estados e cidades brasileiras. Peça que isso fique claramente especificado no requerimento. Por exemplo: estou convocando fulano de tal para prestar depoimento a esta CPMI, à comissão que vai ao Rio de Janeiro, à comissão que vai a São Paulo, para que as pessoas tenham uma exata noção do lugar em que irão prestar depoimento. Isso serve para elucidar melhor os trabalhos desta CPMI.

Não há mais requerimento a ser votado.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, é importante que tenhamos também um sumário daquilo que ocorre em cada diligência. Acho que, dessa forma, a CPMI, como um todo, teria uma visão mais panorâmica do que está ocorrendo.

Quando fazemos diligências em determinada região, existe, por parte do Relator, a preocupação efetiva de estender a discussão, trazendo outras pessoas que estão envolvidas. É importante que haja o sumário do que ocorreu em cada uma das diligências, para que todos possam estar sabendo quais foram as circunstâncias da diligência.

Em segundo lugar, na diligência de Belo Horizonte, por exemplo, faltou ouvirmos um representante da Séculos Jóias e Comércio Ltda., de quem também se levantou a possibilidade de ser proprietário de uma **factoring** que é suspeita de ligação com uma subconta na conta Beacon Hill. Dessa forma, esse requerimento que provavelmente será trazido a esta casa para ser aprovado terá o sentido de que essa pessoa não deixe de ser ouvida. Quer dizer, ela não estava presente em Belo Horizonte, encaminhou um fax dizendo que tinha se deslocado para São Paulo, e que não estava no Estado de Minas Gerais. No entanto, as diligências apontaram a importância do seu depoimento. Logo, a possibilidade de vir a esta Casa, trazer um sumário do que ocorreu nas diligências e, ao mesmo tempo, ratificar uma convocação, dá a dimensão da continuidade e da profundidade que esse assunto merece. Isso traria uma contribuição enorme para o conjunto da CPMI.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, o Deputado Dr. Hélio tem total razão. Em Belo Horizonte, pretendíamos ouvir cerca de oito convocados e acabamos ouvindo quatorze. Dispensamos um e um não compareceu.

Mas V. Ex^a deve lembrar-se de que, nas outras, há também pendências: em São Paulo, temos a pendência daquela tailandesa, que não pôde ser encontrada. Vamos novamente a Rio Preto, já marcamos a visita, juntamente com outras convocações aprovadas hoje aqui. Há a pendência de Belo Horizonte, essa que V. Ex^a se lembrou. Em Florianópolis também há uma outra – e já foi aprovada hoje – de um procurador. Enfim, vamos ter que ajustar para saber se fazemos uma nova diligência lá ou fazemos aqui. Acho que, no momento oportuno, vamos apreciar essa questão.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – Daí a importância, Sr. Presidente, de termos um sumário do que ocorreu, porque a população dessa região, dessa cidade, presta atenção e percebe que, de fato, uma pessoa ou outra não estava presente quando devia estar como depoente. Fica a impressão, muitas vezes, que caiu no esquecimento, que nós a esquecemos. Então, com esse esclarecimento do nobre Relator, fica claro para aqueles que acompanharam os trabalhos de Belo Horizonte, que essas pessoas, no momento oportuno, serão ouvidas por esta CPMI – e haverá um requerimento aqui para reconvocação dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputada Iriny Lopes, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. IRINY LOPES (PT – ES) – Sr. Presidente, quero retornar à questão apresentada pelo Deputado Robson Tuma. Eu já havia expressado ao nosso Relator algumas preocupações que quero aqui dividir com o conjunto da Comissão. Acho que sou a campeã dos requerimentos sobrestados na Comissão. Sou a mulher mais sobrestada aqui. Obviamente, qualquer um de nós apresenta um requerimento porque tem uma convicção, um objetivo de esclarecer um fato, com base em documentos, estudos e análises que já fez anteriormente.

A CPI teve uma capacidade excelente de definir a primeira fase de seu funcionamento, com vistas a esclarecer a estrutura, o arcabouço legal, o método e o **modus operandi** dessa grande operação de evasão de divisas do País. Agora, gostaria de ver qual a metodologia que vamos utilizar. O que discutiremos aqui, conforme fizemos na fase anterior, é a segunda fase, até porque depende dessas decisões o prosse-

guimento de vários dos requerimentos que se encontram sobrestados na Comissão.

Então, faço a sugestão de realizarmos uma reunião de trabalho da CPI, não para avaliar requerimentos, mas o método, o funcionamento dessa próxima fase, que é fundamental para darmos prosseguimento ao êxito que tivemos na fase inicial.

A segunda questão é a seguinte: dentro dessa lógica dos requerimentos sobrestados, há obviamente a opinião do caro Relator sobre se é o momento adequado, sobre se está consubstanciada nos documentos apresentados a pertinência, ou não, dos requerimentos. O que gostaria de solicitar é que nós, requerentes, membros desta CPI, também pudéssemos, junto com o Relator, acompanhar a Assessoria na análise dos documentos e na emissão do seu parecer, porque, em alguns momentos, poderemos ter a mesma opinião do Relator ou da maioria dos membros da CPI e, em outros, não. Teremos, então, a necessidade de argumentar e, para isso, obviamente, precisaremos acompanhar, ter acesso ao conhecimento. Isso facilitaria bastante o nosso trabalho, já que o objetivo de todos nós é o mesmo: o êxito desta CPMI, com o esclarecimento do Brasil e a recuperação do dinheiro que saiu de nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quero registrar concordância com a observação feita pela Deputada Iriny Lopes e sugerir que, na próxima semana, na quinta-feira, tenhamos uma fase inicial da votação dos requerimentos pendentes, para que se possa dar celeridade a esses questionamentos feitos. Depois, avaliemos bem essa definição dos focos, porque já caminhamos para os resultados finais da CPI. Então, temos que definir os focos e perseguir os objetos em função deles. Agora, não resta dúvida de que, com a continuidade das investigações, têm surgido fatos novos, e essa investigação inevitavelmente se tem alargado. Isso tem sido constatado principalmente pelo Relator, Deputado José Mentor.

Gostaria de fazer esses esclarecimentos, mas considero oportuno, realmente, que, na próxima semana – não definirei como data a quinta-feira –, assim que voltarmos do Rio de Janeiro, na terça-feira, marquemos imediatamente uma reunião com esse objetivo.

Com a palavra, o Deputado Paulo Kobayashi e, na seqüência, o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. PAULO KOBAYASHI (PSDB – SP) – Entendo as preocupações aqui formuladas. Mas, nessa fase, inclusive com Subcomissões designadas para visitar determinadas localidades como o Rio de Janeiro, Rio Preto, Curitiba, Foz do Iguaçu e Campinas, penso que deveríamos priorizar a conclusão dessa etapa. Até porque há muitos requerimentos já aprovados, além

dos novos requerimentos que também têm sido aprovados, todos nesse sentido.

Sr. Presidente, entendo que a nossa Assessoria deve ter inteira dedicação no encaminhamento dessas Subcomissões para os Estados acima citados. Encerrada essa etapa, após o término do mês, aí, sim, poderíamos retomar com prioridade, com exclusividade, e estabelecermos uma nova etapa, como a formulada pela Deputada Iriny Lopes, começando exatamente pela análise dos documentos sobrestados.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, na Ata da reunião passada ficamos de decidir, nesta reunião, o Requerimento nº 103, de minha autoria, solicitando à Comissão de Valores Mobiliários e ao Bovespa as operações realizadas pelos Fundos de Investimentos, listados no requerimento e que está constando na Ata.

Ocorre que um dos viés dessa investigação tem que passar também pela internação dos recursos que se evadiram do Brasil. Portanto, se não analisarmos esses fundos, não vamos saber e perderemos um foco de investigação muito importante. Então, ficou para definirmos nesta reunião a aprovação ou não desse requerimento.

Faço outra observação: a necessidade de agilizarmos as tratativas com o governo uruguaio para ouvirmos o Comendador aqui ou lá. O Comendador é um foco, é um baú de informações importantes, talvez mais do que o Alberto Yousseff.

Sr. Presidente, há a necessidade de também ouvirmos o Sr. Alberto Yousseff. Hoje, aprovamos um requerimento nesse sentido. Então, que o ouçamos também, um outro baú de informações importantes à CPMI.

Para finalizar, as Subcomissões estão num viés de ouvir e de trazer informações à CPMI. A minha preocupação é a mesma da Deputada Iriny Lopes, ou seja, a fase de análise dessas informações. Creio que somente a Assessoria da Comissão realizar esse trabalho será insuficiente, porque teremos que definir critérios políticos para encaminharmos a linha de investigação. É necessário que, após a fase da retomada de depoimento, se reconstituam as Subcomissões por temas de investigação para que possamos dar o norte para que a Assessoria possa debater com um volume grande de informações.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Nobre Deputado, com relação ao requerimento que ficou para ser apreciado nesta reunião, em seguida concederei a palavra a V. Ex^a, mas pediria ao Relator,

Deputado José Mentor, que fornecesse uma explicação ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deputado Eduardo Valverde, esse foi um dos requerimentos sobrestados que está retornando à discussão. Há um trabalho de debate que está sendo desenvolvido com o Banco Central e também buscamos informações sobre dois aspectos: **factorings**, embora não seja da alçada dele o controle, e os fundos.

A ponderação feita pelo Senador Heráclito Fortes, e o Relator a acolheu pela segunda vez, é que a análise dos fundos deverá ser feita de uma maneira globalizada, quer dizer, pegando os fundos sobre os quais pairam quaisquer dúvidas. Está sobrestado porque o Relator vai apresentar um requerimento genérico que inclui a preocupação de V. Ex^a sobre os fundos de investimentos. O mesmo em relação às **factorings**.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Darei duas explicações com relação à convocação do Sr. Alberto Yousseff, que, aliás, foi aprovada há algum tempo – não foi na reunião passada. Estamos apenas definindo qual será a melhor oportunidade de ouvi-lo.

Já tive a oportunidade de explicar à Comissão que, ontem, falei com o Juiz federal de Curitiba. S. Ex^a entende que ouvi-lo imediatamente seria desnecessário, porque o Sr. Yousseff certamente iria repetir o mesmo comportamento assumido ontem perante a Justiça Federal do Paraná, em que se limitou a ficar calado.

Além do mais, hoje, já aprovamos uma requisição de todos os documentos apreendidos com o Sr. Yousseff. Segundo a Justiça, existem documentos importantes que, como disse, já foram convocados.

Com relação à oitiva do Sr. Arcanjo, também está há muito tempo aprovada, aliás, o requerimento é da minha autoria com a Senadora Serys Slhessarenko.

As providências para que tenhamos possibilidade de ouvi-lo no Uruguai, já fizemos várias e várias tentativas. Eu estive com o Deputado José Mentor na Embaixada do Uruguai, pedindo duas ajudas: primeiro, para a extradição, pois, só vamos ouvi-lo no Brasil, se for extraditado, sem a extradição, será impossível ouvi-lo no Brasil. Segundo: que nos possibilite ouvi-lo lá, que é, inclusive, o requerimento aprovado aqui na última reunião pela Senadora Serys Slhessarenko. Além de ter feito o ofício ao Ministro da Justiça, eu e o Deputado José Mentor estivemos com o Ministro Márcio Thomaz Bastos e pedimos o empenho do Governo brasileiro, no sentido de conseguir a oitiva para nós no Uruguai. A Dr^a Cláudia tem mantido contatos com o Relator Deputado José Mentor nesse sentido. A autoridade brasileira que trata desse assunto com o Uruguai é o Ministério da Justiça. Mas não ficamos só

nisso: fiz um ofício e, além disso, falei com o Embaixador Celso Amorim, no sentido de que a Embaixada brasileira nos ajude nessa tarefa. Eu como V. Ex^a considero fundamental também essa oitiva como é fundamental que tenhamos acesso nos Estados Unidos a uma conta que pedimos, que pode ser extraordinariamente elucidativa de grandes casos brasileiros, que é a conta Almatos, que estamos, inclusive, reiterando isso junto ao Procurador Distrital de Nova Iorque, o Dr. Robert Morgenthau.

Senador Tuma, é sobre esse assunto?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É só uma sugestão, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É sobre o assunto também, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É sobre o assunto.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sobre o assunto, inicialmente, o Senador Heráclito, depois, o Senador Romeu Tuma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero me justificar aqui perante o Deputado Valverde.

Deputado Valverde, aguardo que V. Ex^a termine sua comunicação celular para que eu...

Deputado Valverde, a questão de ordem é em torno de V. Ex^a, aguardo que termine a sua ligação. Não vou cometer esta indelicadeza com V. Ex^a.

Quero justificar por que pedi o adiamento do requerimento de autoria de V. Ex^a. Podemos até divergir nas questões pontuais, mas tenho um apreço muito grande pela imagem do Parlamentar. Quando pedi o sobrestamento, é porque V. Ex^a insiste pela terceira ou quarta vez em querer devassar a vida apenas de alguns Fundos, quando sei que a intenção de V. Ex^a não é esta, V. Ex^a não está fazendo o jogo de nenhum outro Fundo, V. Ex^a quer abrir a caixa-preta. E aquele requerimento da maneira que está, deixa V. Ex^a muito mal pela origem partidária, pela origem política, pela briga que o Fundo em tela tem com o Partido de V. Ex^a. De forma que a minha idéia foi preservá-lo, fique certo disso. E até se eu, na minha modéstia, pudesse lhe dar uma sugestão, diria que substituísse esse requerimento abrangendo o sistema de uma maneira geral, para que de uma maneira isenta se saiba exatamente em toda a totalidade de quem trabalha no sistema, quais são as irregularidades cometidas; porque não é fundo a, b ou c, todos deverão – uma vez que é o desejo de V. Ex^a – ser motivo de investigação desta Comissão. Evidentemente que se V. Ex^a não concordar, entrarei com um requerimento adicional, abrangendo o sistema

como um todo, e tenho a certeza de que V. Ex^a ficará bem melhor perante o povo de Rondônia e o Brasil.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Quero só justificar perante o nosso decano Senador, qual a razão para se fazer esse requerimento. Não foi aleatória, não foi ao léu, porque parte desses fundos, segundo informações, receberam recursos da conta **Beacon Hill**, dessa conta **master**.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – (?) ou nos Estados Unidos?

O SR. O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Almatos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Almatos. Foram fundos brasileiros, situados em paraísos fiscais, que receberam depósitos da conta Beacon Hill e Almatos. Essa foi a razão. Não foi algo aleatório pegar fundos. Se pegássemos todos os fundos, talvez desviássemos o viés dessa investigação.

Assim, foram selecionados aqueles que, supostamente, receberam recursos dessas duas contas. Paira uma grande suspeita de que receberam recursos das contas CC5 do Brasil. Foi só isso. Não tenho nada contra e nem conheço...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a há de convir que todos os fundos que participam desse tipo de operação estão sujeitos a esse mesmo tipo de coisa. A informação de V. Ex^a pode ser tão precisa quanto àquelas informações do Procurador Luiz Francisco sobre os quatrocentos Parlamentares corruptos e famosos no Brasil. Não podemos cair no diz-que-me-diz-que. Esta CPMI deve prestar contas das ações, com a responsabilidade que paira sobre os nossos ombros.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Foi a imprensa que divulgou e não eu. Foi a imprensa que listou esses fundos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a está se pautando no que a imprensa diz?

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não. Inicialmente, foram tornados públicos aqueles fundos. A imprensa, numa revista semanária, publicou a relação de fundos que tinham recebido recursos da conta Beacon Hill e da conta Almatos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Deputado, se formos nos pautar, nesta Comissão, pelo que diz a imprensa, qualquer que seja o jornal, por maior que seja a sua credibilidade, não vamos chegar a nada. Estamos aqui exatamente para apurar fatos, de maneira concreta.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Mas, Senador, a Comissão só surgiu, porque a imprensa divulgou esses fatos. Então, a imprensa tem um papel importante.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É claro que a imprensa divulga tudo, e esse é o seu dever e o seu papel. Às vezes, inclusive, com a sua boa-fé, recebe informações falsas, como é exatamente a da evasão dos US\$32 bilhões e dos quatrocentos Parlamentares corruptos e famosos no Brasil. V. Ex^a assistiu a essa reunião secreta e deve estar tão envergonhado como eu estou.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Não foi bem assim que ele falou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não foi bem assim? V. Ex^a é um defensor do Procurador, e eu respeito isso. Não quero entrar no mérito da questão. Mas, se V. Ex^a não quiser abranger todos os fundos, pedirei permissão ao Relator para entrar com um requerimento, aditando ao desejo de V. Ex^a. E vamos abrir toda a caixa-preta; não vamos fazer isso apenas de forma dirigida, como deseja V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti. Aliás, após o Senador Romeu Tuma, como a Senadora Ideli Salvatti está inscrita apenas, concederei a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado José Rocha. Em seguida, falará a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a falou sobre a oitiva do doleiro Alberto Youssef, no Paraná. É isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Ele está convocado, mas ainda não está marcada a data em que será ouvido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sugiro a V. Ex^a que requeira todos os inquéritos que correm contra ele já em procedimento judicial. Considero isso importante, porque ele responde a vários processos.

Não sei se V. Ex^a e o Relator me autorizariam a consultar a Interpol sobre a oitiva do Arcanjo, com a assistência de alguém, não exatamente a própria Comissão, pela dificuldade que tem. Com a autoridade policial do Uruguai, na Interpol, talvez se possa conseguir alguma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, eu ia me manifestar anteriormente sobre esse assunto. Pela informação que vem do Ministério da Justiça, não se trata de falta de ação do nosso Ministério para concluir o objetivo do requerimento, que é o de ouvir o Comendador Arcanjo. Na realidade, autoridades uruguaias estão colocando empecilhos para que ele seja ouvido por uma comissão de políticos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Isso ocorre por causa da legislação uruguaia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O problema da legislação financeira uruguaia dificulta qualquer informação financeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Menos que a informação, porque o assunto pode ser qualquer outro; pode-se tratar de fatos outros. Mas as autoridades uruguaias estão se negando a permitir que a CPMI ouça o Comendador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A CPI poderia acompanhar uma autoridade uruguaia...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa pode ser uma sugestão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Uma autoridade policial uruguaia faria isso na presença...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Acolho a questão de ordem de V. Ex^a e solicitaria os seus préstimos e a sua experiência no sentido de auxiliar a CPMI. Esse é mais um caminho a ser tentado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Talvez a CPMI possa sugerir que, nos próximos tratados de cooperação, as autoridades brasileiras incluam as CPIs como autoridades competentes para ouvirem pessoas fora do Brasil

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Exatamente. É uma boa sugestão, inclusive, na legislação, porque nos tratados internacionais... Segundo informação da Dr^a Cláudia ao Relator, por meio de um telefonema, a CPMI não é vista no Uruguai, pela legislação uruguaia, como sendo autoridade judiciária. Ela é, no nosso direito positivo interno, considerada autoridade judiciária. Mas, lá, só o juiz pode ouvir a autoridade judiciária brasileira.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ou então pode, por meio da Polícia Federal, requerer...

Pode tranquilamente pedir, pela Interpol, a oitava...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Poderíamos, Sr. Relator, requerer cópia do depoimento prestado à Justiça brasileira no Uruguai. O Procurador Pedro Taches e o Juiz Julier já tiveram oportunidade de fazer esse depoimento. Então, podemos também requisitar, pedir ao Dr. Julier, juiz federal que atua nesse caso, que nos encaminhe a cópia desse depoimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Solicito à Assessoria que providencie o requerimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A própria legislação brasileira dificulta que deputados de outros países venham ouvir qualquer pessoa aqui. É uma coisa natural. Então, nos acordos internacionais é que hoje... Quando estive na ONU, observei que ninguém cumpre

acordo internacional por falta de cláusulas que imponham a obrigatoriedade. Então, a maioria dos acordos não é cumprida, inclusive no tráfico de armas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É relevante a experiência de V. Ex^a nesse auxílio à CPMI.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a convocou esta Comissão para uma reunião na quinta-feira próxima. No calendário, está previsto a ida da Subcomissão a São José do Rio Preto, na próxima quinta-feira. Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que pondere em relação a essas datas de São José do Rio Preto, 13 e 14, pois são os dois últimos dias de apresentação de emendas ao Orçamento. Estamos todos aqui debruçados sobre as emendas ao Orçamento, tanto as de comissão quanto as individuais. Então, vejo aí uma inconveniência de, nessas duas datas, estarmos em São José do Rio Preto. Talvez devêssemos remanejar essas datas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A preocupação de V. Ex^a é relevante. Penso que políticas são definidas por meio do Orçamento, mas solicitaria realmente aos Parlamentares da Comissão que se empenhassem no acordo com as suas respectivas bancadas e definissem, antes dos dias 13 e 14, que são os últimos dias, mas não são os únicos dias, porque já foi adiada a oitava de Rio Preto. Vamos adiar novamente a oitava de Rio Preto?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a há de convir que a quinta-feira é o último dia dos acordos das emendas. Normalmente, as bancadas – e sou coordenador da bancada do meu Estado – reúnem-se às quintas-feiras para definir, no último dia, as emendas. Na sexta-feira, teremos até meia-noite para apresentá-las. Tem-se que lavar a ata, os Parlamentares têm que assinar...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Já há uma deliberação da Comissão, inclusive, tanto o Deputado José Rocha quanto V. Ex^a estiveram lá em Rio Preto. O que podemos estabelecer, Sr. Relator, o início da oitava em Rio Preto na quinta-feira, no final da tarde, e na sexta... Teríamos a quinta-feira aqui, praticamente o dia inteiro, para que pudéssemos trabalhar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era nisso que eu estava pensando.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Por que não sexta e sábado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Porque já foram convocados, notificados, e vamos correr o risco de novamente alguém não ter sido notificado, de chegar lá e saber que o Sr. Constantino

não veio porque vocês convocaram para o dia tal e notificaram. Aí adiaram, convocaram para o dia tal e notificaram, adiaram e não deu tempo para notificar. Não estou querendo correr o risco de convocar pessoas sem o prazo suficiente para que a Polícia Federal possa notificá-lo, para que a Assessoria da Comissão possa notificá-lo. Só isso, para preservar a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É uma data meio...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sugiro a V. Ex^a que eu possa fazer um estudo hoje ainda com a assessoria para estudarmos a possibilidade de acomodar essa questão que está sendo levantada. Vamos ver quem já está convocado e quem não está convocado ainda. Enfim, analiso concretamente e falo com V. Ex^a, que, em seguida, comunica aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, antes de entrar na questão que quero levantar, queria tecer alguns comentários a respeito da questão dos fundos, de forma muito especial a respeito do Opportunity. Tenho uma profunda preocupação. O tempo vai passando e essa questão da investigação dos fundos não é fácil de ser feita, principalmente porque, no caso dos fundos, toda a documentação que necessitamos acessar está fora do Brasil. Então, causa-me um pouco de preocupação, porque vários Parlamentares, inclusive eu, têm requerimentos sobrestados relacionados à questão do Opportunity.

Quero dizer que, diferentemente da linha de argumentação já usada, não foi por causa de imprensa, disso ou daquilo, não foi por causa de nada. O problema é que, na documentação que a CPI já tem, aparecem depósitos do esquema para o Opportunity. Então, eu queria que pudéssemos trabalhar da seguinte forma: pedir para a assessoria trazer-nos a documentação que a CPI já tem, que está em seu poder, onde aparecem depósitos para o Opportunity. Então, se não tivermos nenhuma outra deliberação, com base nos documentos, eu gostaria que pudéssemos ter a deliberação na próxima reunião, senão vamos ficar postergando.

Há um requerimento, por exemplo, já postergado. Já há processo em Cayman abrindo o sigilo do Opportunity. O requerimento que fiz para podermos ter acesso ao processo também está sobrestado.

Considero correta a posição do Senador Heráclito Fortes de que não é só um, são todos, entretanto, todos a partir do momento em que vamos tendo os

indícios, indicadores. Então, não é pelo fato de começarmos por um que vamos nos restringir a ele, mas, se já temos documentos de algum, vamos começar a trabalhar.

Era o que queria pleitear, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço a palavra para uma questão de ordem sobre o assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vou ceder a palavra a V. Ex^a para uma questão sobre o assunto, mas antes quero fazer uma consideração, porque está passando da hora de fazê-la.

Em um dos primeiros requerimentos que fiz aqui - já pedi ao Relator para acionar a assessoria, a fim de pegar esses requerimentos -, aprovamos tudo, de todos os fundos, do Opportunity a todos, de “a” a “z”, como quer o Senador Heráclito Fortes. Essa foi uma das providências preliminares, no início da CPI.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E tranqüila. Todos temos o entendimento de que é necessário fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E é necessário. Concordo que seja necessário.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em primeiro lugar, quero dizer à Senadora Ideli Salvatti e ao Deputado Eduardo Valverde que não defendo o Opportunity nem nada. O que está acontecendo - é bom que se diga, porque agora o véu caiu - é que esse documento ao qual a Senadora Ideli Salvatti refere-se foi entregue à Comissão, numa reunião secreta, pelo Procurador Luiz Francisco, quando ele próprio declarou que tinha dúvidas se o documento era legítimo ou falso. Claro que o ego de V. Ex^a será atendido, Senadora, porque constava no documento, que posteriormente foi comprovado ser falso, o nome do Senador Bornhausen. E V. Ex^a não protestou por ter um conterrâneo nessa relação. Então, está se querendo fazer algo aqui para incriminar um colega, um companheiro, por meio de um documento que quem o entregou já disse que poderia ser falso. Não podemos trabalhar, nesta CPI, com documento dessa natureza. Sei que isso lhe entristece, porque vai tirar o foco da sua política de Santa Catarina.

Mas temos que tratar esta CPI com fatos concretos. Não podemos ir no diz-que-diz. O documento circulou aqui de mão em mão - se V. Ex^a quiser, mando pegar no meu gabinete -, inclusive em duas versões. Em uma delas, o nome do Senador estava em segundo ou terceiro lugar e na outra, lá embaixo. É uma brincadeira o que se quer fazer. Nós não podemos trazer a sucessão de Florianópolis ou de Santa

Catarina para uma CPI desta natureza. De maneira nenhuma, Sr. Presidente.

Se querem investigar, vamos investigar o sistema de uma maneira geral. Essa questão onde o Opportunity aparece, é uma briga empresarial que não entendo, mas tem um nome – Deputado Valverde, V. Ex^a tem memória melhor do que a minha –, dava inclusive o nome do cidadão, que era um ex-funcionário, que tinha sido demitido. Vamos falar a verdade e acabar com essa palhaçada.

Não vamos usar uma CPI desta natureza, da qual o Brasil todo está esperando uma definição, para esse tipo de vindita política, porque “o que dá para rir dá para chorar”.

Nobre Senadora, até justifico, compreendo a sua sofreguidão em expor um companheiro, mas não vou aceitar aqui que membros do meu Partido sejam usados como joguetes para interesses políticos inconfessáveis. Não aceito, não admito. Pensei que essa brincadeira já tivesse acabado.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite? Eu estava com a palavra ainda.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Inicialmente, para uma questão de ordem solicito a palavra o Deputado Eduardo Valverde e, em seguida, V. Ex^a. S. Ex^a solicitou primeiro, somente por esse motivo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas é que eu estava com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não, V. Ex^a terminou, e ele pediu pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não terminei. Eu tinha mais dois assuntos para tratar, aí o Senador pediu para falar sobre a questão do Opportunity.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu pediria a compreensão do Deputado Eduardo Valverde para a Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu quero colocar de forma muito clara, porque se há uma pessoa que insiste em trazer o nome do Senador Jorge Bornhausen a esta CPI não sou eu. Quem insiste em trazer é o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De maneira clara, V. Ex^a por subterfúgio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Insiste em trazer.

Eu fui muito clara. Esta CPI tem documento de depósito do Opportunity. Esse documento foi entregue à CPI. O que estou pedindo é que a assessoria traga-

nos o documento de depósitos no Opportunity. É isso que estou pedindo. Não citei nome de A, B, C ou D.

E quero dizer mais, Sr. Presidente – S. Ex^a me obriga a falar do Senador Jorge Bornhausen, e eu não puxei o assunto, volto a reafirmar, foi S. Ex^a quem puxou -, o assunto Senador Jorge Bornhausen apareceu na reunião secreta. Apareceu de que forma? Nos depósitos do Opportunity, que eram vários, apareciam números seriados, em seguida, que estavam ao lado do valor do depósito do Opportunity. Apareceu uma lista com duas versões, onde os tais dos números seriados eram relacionados com o nome de A, B, C ou D.

Esse documento em duas versões que relacionava seriados com nomes ficou muito claro que era falso, que não tinha razão de ser. Foi inclusive contestado e tal. Agora, os depósitos no Opportunity foram apresentados, Sr. Presidente. Então, os depósitos no Opportunity existiram.

Estou pedindo que esses depósitos venham, para que possamos investigar o Opportunity. Porque com relação ao Opportunity estão configurados indícios de ter se utilizado do esquema das contas do doleiros, **off shores** etc.

Quero rechaçar de pronto, mais uma vez, pelo meu comportamento... É só as pessoas prestarem atenção, o nome do Senador Jorge Bornhausen nunca vem pela minha boca. Nunca vem. Estou pedindo aqui um documento sério, responsável, onde estão registrados depósitos em um fundo.

Agora, se o Senador Heráclito Fortes quer desviar o assunto, aí é um problema dele. Se S. Ex^a acha que o Presidente Nacional do PFL é um problema paroquial meu, está muito enganado, porque não tenho nada a ver com o Presidente Nacional do PFL. Estou aqui na CPI do Banestado tentando investigar como foram remetidos ilegalmente recursos. E se o Opportunity recebeu dinheiro de forma ilegal, tem que ser investigado. Se ele está no esquema, tem que ser investigado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a concluiu?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Depois, tenho mais dois outros assuntos, mas é outra questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sobre este assunto, quero dizer que ...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço inclusive a confirmação do que falei a respeito do Opportunity e dos outros documentos a que o Senador Heráclito se referiu.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A senhora pede para mim?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço apenas que V. Ex^a possa confirmar se não foi exatamente isso que aconteceu. Foram apresentados os depósitos, os números e depois um documento relacionando números com nomes, o que não tem nada a ver.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Senadora Ideli Salvatti, Senador Heráclito Fortes, a questão dos fundos é um dos focos que já fixamos para a segunda fase desta investigação. Há requerimentos específicos e há requerimentos genéricos. Entende a relatoria que devemos manter padrões de tratamento das questões em foco, porque se formos pinçar esta ou aquela situação vamos incorrer numa disputa de quem pinça melhor. Então, considero mais adequado tratarmos como tratamos até agora, ou seja, com critérios, e, dentro desses critérios, não importa o nome, o sobrenome de quem quer que seja.

A relatoria vai manter o seu entendimento de tratar com critérios as possibilidades a serem investigadas, e os fundos são uma dessas hipóteses. Vamos manter esse critério.

Já fiz duas reuniões com o Banco Central, farei a terceira, e, no momento adequado, quando estiver convencido de como tratar o assunto, vou propor à CPI o encaminhamento desta questão.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes de passar a palavra ao Senador Heráclito Fortes e depois ao Deputado Eduardo Valverde, quero dizer que, pela minha memória, não posso atestar absolutamente nada, porque não lembro. Mas, quando a Comissão tiver um quórum melhor, já que a Senadora Ideli se referiu em reunião pública a fatos que ela entende terem ocorrido em reunião reservada, pessoalmente não me lembro que ocorreu. Lembro-me da lista com duas hipóteses com colocações de nomes em posições diferentes. Não lembro desses detalhes colocados. Mas esses detalhes – vamos ser sinceros entre nós – foram publicizados neste momento com a memória correta ou com a memória incorreta. Não sei. Mas foram publicizados.

Então vou defender que pelo menos este trecho seja exibido aqui em reunião aberta. Outra questão: quero que a assessoria do Relator, Deputado José Mentor, nos ofereça, para a próxima reunião, uma certidão de comprovação de depósito no Opportunity. Está requerendo oficialmente. E que a certidão seja resultado de investigação da relatoria em documentos oficiais entregues a esta CPMI.

Digo mais: sou a favor da investigação de todos os fundos. Penso que esta CPMI não tem como deixar de investigar todos os fundos.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Faço apenas um esclarecimento. A parte à qual foi dada publicidade aqui, a lista, foi distribuída no dia...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sim, a lista foi; rodou aí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nesse documento basearam-se algumas pessoas, colocaram inclusive o nome do possível autor da tal lista. Quero deixar isso bem claro. Eu não falaria aqui, numa reunião aberta, sobre fatos de uma reunião reservada. Aliás, tenho muita vontade de uma dia abrir o coração, até para a imprensa, sobre o que aconteceu na reunião reservada, sobre o vexame, sobre a palhaçada a que nós nos submetemos, mas respeito – é uma exceção – até o momento em que se for permitida a abertura daquela reunião, a sua conversão em reunião pública, vou manter. Mas esse documento foi distribuído nesta Comissão de mesa em mesa. Alguém, a serviço de não sei quem, distribuiu o documento de mesa em mesa.

Senadora Ideli Salvatti, Deputado Eduardo Valverde, ficaria muito mal para esta Comissão tratar dos fundos do Opportunity ou seja lá de quem for e não investigar os fundos pelos quais remeteram recursos diretores, presidentes e altos funcionários do atual Governo.

Se V. Ex^a quer apurar, vamos apurar também o Presidente do Banco do Brasil – por qual fundo mandou, se é ilegal –, o diretor da Caixa Econômica e outra relação que está aí esperando. Não fique pensando que essa história de remeter dinheiro por CC-5 é privilégio dos partidos que deixaram o poder, não.

Vamos ver, Deputado Valverde. Temos de passar isso a limpo, e a hora é agora. Se V. Ex^a quiser, assuma a responsabilidade, amplie e vamos apurar.

Ainda vou dizer a V. Ex^a com toda a isenção: não acho que o Presidente do Banco do Brasil tenha cometido algum crime – ele era homem de mercado, nobre Senadora Ideli Salvatti – nem que o outro diretor também tenha cometido. Mas a cultura que V. Ex^{as} criaram nesta Comissão é a de que todos que usaram as CC-5 e que mandaram dinheiro para o exterior ou eram lavadores de dinheiro, ou eram bandidos, ou eram traficantes, e não se deixou oportunidade para os homens sérios.

Então, não vamos querer crucificar um fundo que está brigando com a Previ, que prestigia muita gente do Partido de V. Ex^a em campanha eleitoral. Vamos abrir o jogo, Deputado Valverde. É preciso que essas coisas sejam postas em prato limpo.

Não vai se crucificar nesta Comissão ninguém ligado ao meu Partido com esse tipo de palhaçada. Eu não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde e, em seguida, ao Deputado Alexandre Santos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Meu caro Senador, eu seria a última pessoa aqui dentro a comprar uma briga política por vingança pessoal, até porque estou iniciando nesta Casa, tenho apenas dez meses de mandato e não tenho essa astúcia e essa capacidade de fazer uma trama para combater os adversários de maneira sórdida. Muito pelo contrário, estou ainda tentando fazer ou exercitar o meu mandato de maneira correta e ética.

Com relação à questão dos fundos... Sou de Rondônia e não tenho nenhuma relação com briga política em Santa Catarina. O meu embate político com o PFL é amplo, dá-se no campo eminentemente ideológico e propositivo e não no campo pessoal.

O nobre Presidente da Comissão inclusive já informou que há outro requerimento em que nomeia todos os fundos.

Ao apresentar esse requerimento, listei mais de 15 fundos. O Opportunity é um deles. Por que foram nominados? Porque todos eles tinham indícios de terem recebidos recursos de conta CC-5. Quem mandou recursos? Todas aquelas pessoas que mandaram recursos para fora por meio das contas CC-5 são criminosas? Não. Mas aqueles que enviaram por doleiros o são, porque se esconderam. Está certo? Aquele que remeteu corretamente pela CC-5, tendo colocado o nome, o CPF e tudo, está identificado. Agora, aquele que usou doleiros e casas de câmbio quis se esconder. É esse que está sendo investigado.

Boa parte dos recursos das contas CC-5 que foram enviados para fora na conta Beacon Hill e outras foram remetidos por doleiros. Só vamos encontrar quem remeteu dinheiro mediante a quebra de sigilo bancário e fiscal dessas contas e o rastreamento que começa pelos fundos de investimento, uma forma de internalizar esses recursos de volta para o País.

Na época, em 1997/1998, fez-se uma feira aqui no Brasil em que se abriu um balcão para receber recursos, muitos deles de origem ilícita, para comprar empresa estatal, um sorvedouro desses recursos, e para inclusive se eximir de pagar Imposto de Renda. Esses recursos não são fundos estrangeiros, mas fundos de capitais nacionais que se evadiram do Brasil de maneira ilícita, por meio de doleiros e de casas de câmbio. São essas pessoas cujo **modus operandi** queremos conhecer para puni-las, para fazer com que paguem Imposto de Renda, e para combatermos a origem ilícita. Devem ser combatidos o crime organizado, a sonegação fiscal e a corrupção.

É essa a investigação. Não importa o Partido político, não importa quem seja a pessoa; se remeteu irregularmente, mediante doleiro, recurso do Brasil, tem que ser punida, seja do PFL, do PT, do PMDB, não importa. Não estamos discutindo nesta Comissão qual é o partido mais honesto, estamos discutindo a forma de aperfeiçoar os institutos que permitam ao Estado brasileiro fazer o controle correto dos capitais que remete para fora. Este é o objetivo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Ex^a que, possivelmente até em uma reunião secreta, convocasse o Deputado Eduardo Valverde para ouvirmos sobre os segredos e os mistérios que S. Ex^a sabe da privatização. Parece-me que o Deputado tem mais informações sobre irregularidades da privatização do que nós conseguimos apurar até agora. S. Ex^a deu alguns indícios de que é um profundo conhecedor, e o Brasil está querendo saber os detalhes e os meandros da privatização como um todo. Vez ou outra aparecem indícios de irregularidades na privatização. Conheço muito pouco da privatização, mas o Deputado Eduardo Valverde, em reunião secreta, poderá prestar-nos um grande serviço. S. Ex^a tem indícios de que a evasão de divisas começou com a privatização, fatos dos quais não temos conhecimento. Cai por terra o seu argumento de que, em Rondônia, não acompanha o que acontece no Brasil. Tanto acompanha que ele sabe das irregularidades do Banco de Rondônia em São Paulo e vem acompanhando isso com relação ao Brasil todo. Ele é um homem universal, globalizado. Eu protesto contra essa história de que não sabe o que acontece no Brasil porque é de Rondônia, inclusive em nome do povo daquele Estado, formado de nordestinos, de sulistas. Nada mais globalizado do que a própria Rondônia, nobre Deputado.

Preste esse serviço a esta Comissão. Abra a caixa-preta que existe na sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não havendo questão de ordem a deliberar, concedo a palavra...

O SR. JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Sr. Presidente, o debate feito aqui agora reafirma a posição do Relator de manter a sua estratégia de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu quero passar a palavra ao Deputado Alexandre Santos e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti, para outros dois questionamentos.

Deputado Alexandre Santos, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu pediria que o seu requerimento viesse à tona na próxima reunião, para que nós pudéssemos discutir o levantamento de todos os fundos, a fim de que não paire essa dúvida que ficou aqui, agora. A televisão tem uma grande audiência, e as pessoas podem ter essa dúvida de que estamos protegendo e escondendo fatos nesta Comissão. Essa mancha não pode ficar nesta CPI. Eu pediria a V. Ex^a que avançássemos nesse campo, independentemente de termos as estratégias do nosso Relator, pois isso está deixando a CPI sob dúvida, o que não pode ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deixe-me fazer uma colocação aqui muito clara: na estratégia do Relator sempre foi definida a necessidade da investigação dos fundos. O Relator sempre apoiou e deliberou pela necessidade da investigação dos fundos. Entretanto, só vai haver pronunciamento oficial do Relator e da Comissão no instante em que houver fatos concretos que possam ser oferecidos à sociedade brasileira.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a está com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria levantar duas questões decorrentes da atividade que a equipe teve em Santa Catarina, sobre as quais precisaríamos ter encaminhamentos.

A primeira delas é com relação à questão da rogatória do governo alemão, que foi rejeitada pelo Ministro Maurício Corrêa, para a qual já há um recurso da Procuradoria. Esta CPI já se pronunciou junto ao Supremo, e avalio que temos que tomar uma providência mais ofensiva.

Se o Presidente e o Relator não podem deliberar a respeito, talvez possam alguns dos que estiveram em Santa Catarina. Devemos ter uma audiência no mais curto espaço de tempo com o Ministro Maurício Corrêa para tentar destrinchar essa questão e ver se conseguimos abrir a investigação na Alemanha. Se o governo alemão for atendido na carta rogatória, temos uma grande chance de ter uma investigação na Alemanha; aí é claro que toda aquela operação desencadeada pelo Dr. Marcos Brandão lá em Santa Catarina, poderia ter um sucesso maior. Então, eu queria pedir que encaminhássemos, se possível, no mais tardar, na semana que vem, essa audiência com o Dr. Maurício Corrêa, o que seria muito importante.

A outra questão refere-se a algo que me deixou profundamente preocupada, e imagino que também ao Relator e aos demais que estiveram lá, o Senador Heráclito Fortes e o Deputado Edson Andrino. Trata-se do fato de os inquéritos terem saído de Blumenau e terem ido parar na tal vara especializada em crimes

de lavagem de dinheiro, que, no caso de Santa Catarina, não é vara especializada coisa nenhuma, é a vara da capital, que já está sobrelotada até o último fiapo de cabelo de quem está cuidando dos processos, e que, ainda por cima, tem uma situação extremamente agravante: dos dois juízes responsáveis por essa vara, um está respondendo por atividade administrativa no fórum da capital e, como cumpre a tarefa administrativa, não pode ser substituído. Então, já é uma vara sobrecarregada, foi sobrecarregada à exaustão com todos os inquéritos de crime contra a ordem financeira e lavagem de dinheiro do Estado inteiro, e, ao invés de dois juízes, tem só um.

Tenho o entendimento de que, no caso daquele procedimento, inclusive porque o Dr. Marcos Brandão nos alertou que, além dos inquéritos que já estavam abertos e foram transferidos para a capital, ainda haveria possibilidade de termos o dobro ou talvez até o triplo de inquéritos abertos, pela documentação que ele acessou e recolheu na busca e apreensão.

Eu queria saber, Sr. Presidente, se temos como fazer uma solicitação para que possamos instalar, da mesma forma que se instalou no Paraná, uma força-tarefa lá para tentar limpar isso, equacionar, resolver, encaminhar os processos. É claro que não se trata de uma força-tarefa do porte da do Paraná, mas que, pelo menos, pudesse juntar, do meu ponto de vista... que o procurador que foi a origem de toda a investigação pudesse também compor a força-tarefa ou até coordenar o trabalho. Creio que isso agilizaria muito.

Quero ser muito sincera, porque, posteriormente, tive contato com pessoas da Justiça Federal que disseram assim: “Senadora, não vai andar”. E, naquele caso, são todos processos de pessoas que se utilizaram da remessa, com grandes indícios de ter havido sonegação fiscal. Está bastante bem caracterizado que a grande maioria é de sonegação fiscal. Portanto, se os processos não andarem, aquilo tudo efetivamente prescreve e perderemos a oportunidade. E não esqueçamos que, em vários daqueles processos, as pessoas têm contas bloqueadas, com dinheiro retido, e poderiam ser recuperados os recursos.

Eu queria saber da possibilidade de fazermos essa gestão junto aos órgãos – Receita, Polícia Federal, Ministério Público e Justiça –, para montar uma força-tarefa menor, mas que pudesse agilizar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Senadora Ideli Salvatti, com relação à carta rogatória, eu solicito à assessoria da Comissão tentar uma audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, na quarta-feira da próxima semana. Eu me designaria, assim como o Relator, Deputado José Mentor, e o Vice, Deputado Rodrigo

Maia, e convidaria a Senadora Ideli Salvatti para estar presente nesta audiência, na próxima quarta-feira, que vamos tentar com o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Com relação à questão da força-tarefa, trata-se de um assunto que temos que debater e ver se outras instituições aceitam se envolver nessa necessidade e quais as instituições seriam necessárias se envolver. Se esses processos estão no fórum, não seria só o Ministério Público e o Poder Judiciário? Se a investigação está feita, concluída, o processo está no fórum, há um número elevado de processos, creio que teríamos só o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Agora, se se trata de investigação ainda, caberia à Polícia Federal e à Receita Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ainda têm que entrar a Polícia Federal e a Receita Federal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, vamos entrar em contato com essas autoridades para ver se existe essa possibilidade de realizar uma força-tarefa, ainda que mais reduzida, com essas questões levantadas pela Senadora Heloísa Helena.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quero dizer que não me sinto nem um milímetro desmerecida de ser chamada de Heloísa Helena, Sr. Presidente, mas eu lhe alfinetei em algum momento?

O SR. RELATOR (José Mentor) – S. Ex^a o fez com o intuito de elogiá-la.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E nem deve, não é? V. Ex^{as} se parecem tanto!

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Já é a memória do Senador.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h45min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”

Ata da 45ª Reunião Realizada em 07 de novembro de 2003

Aos sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e três, às vinte horas, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, Romeu Tuma, José Jorge, Reginaldo Duarte, Ideli Salvatti, Flavio Arns, Magno Malta, e Heráclito Fortes e os Deputados, Eduardo Valverde, José Mentor, Eduardo Sciarra, Rodrigo Maia, Custodio Mattos, Paulo Kobayashi, Alexandre Santos, Iris Simões, Dr. Hélio, Antonio Carlos Biscaia, Dr^a Clair e José Rocha membros, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN **“COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍDOS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”**. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter reservada e indaga aos Senhores Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 06 de novembro de 2003, cuja cópia encontra-se distribuída. Dispensada a leitura da Ata, é considerada aprovada. Com a palavra o Relator Deputado José Mentor. Após esclarecimentos do Relator, a Presidência passa a apreciação de requerimentos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”

Ata da 46ª Reunião Realizada em 10 de novembro de 2003

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às quinze horas e dez minutos, na

Cidade do Rio de Janeiro, no Plenário do Fórum Federal Desembargadora Marilena Franco, situado à Av. Venezuela, 134 – Centro, sob a Presidência do Deputado Alexandre Santos, e ainda com as presenças dos Deputados José Mentor (Relator), Antônio Carlos Biscaia, Nelson Bornier e Senador Heráclito Fortes, reúne-se a Subcomissão do Rio de Janeiro, da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência inicialmente agradece ao Dr. Lafredo Lisboa pela cessão das dependências do Tribunal e a seguir, informa que a presente reunião tem por finalidade a oitiva dos seguintes depoentes: Rodrigo Silveirinha Corrêa, Fiscal Estadual; Carlos Eduardo Pereira Ramos, Fiscal Estadual; Carlos Antonio Sasse, ex-Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; Marcelo Fernandes Mesquita, ex-funcionário da empresa Passabra; Arilson da Silva Filho, ex-empregado da empresa Passabra Turismo; Paulo Henrique Sekiguchi, Valdir Ferreira de Freitas, Germano Silva Filho, ex-funcionário da empresa Passabra; Antônio Vanis Filho, Ronaldo Adler, Sócio da Coplac; Marlene Rozen, Secretária da Coplac; Herry Rosenberg, representante do Discount Bank no Brasil; Jucélio Nunes Vidal, Alexandre Martins, Reinaldo Pitta, Rodrigo Ferreira Santoni, Clark Seton, Carlos Meneshego Neto, Roberto Matalo Luisley Terra, Camilo Guquejo Soares, Adalberto Bernardo de Lira, João Carlos da Rosa Delarocha. A seguir, a Presidência solicita aos demais presentes que se retirem do auditório, para que ocorra uma reunião reservada. Com a palavra o Relator, apresenta requerimento estendendo o sigilo para essa CPML, nos processos em curso na Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, relacionados com a apuração da CPI do propinoduto na Assembléia do Rio de Janeiro, incluindo o acesso de membros e de assessores credenciados, desta comissão, aos autos, com a devida permissão para a extração de cópias. Em votação, é aprovado o **Requerimento nº 388/03**. A Presidência passa a reunião para caráter reservado e convida o Senhor Carlos Antonio Sasse, para prestar seu depoimento. A presidência agradece ao depoente e convida o Senhor Carlos Eduardo Pereira Ramos, Fiscal Estadual, para prestar seu depoimento, proce-

dendo a leitura do termo de compromisso, passando a seguir a palavra ao Relator. Usam da palavra os Senhores deputados Antônio Carlos Biscaia e Nelson Bornier. Assume a presidência o Senador Heráclito Fortes e convida o Senhor Marcelo Fernandes Mesquita, ex-funcionário da empresa Passabrás, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra os senhores deputados Antônio Carlos Biscaia e Alexandre Santos. A presidência suspende os trabalhos por 3 minutos e informa que a partir deste momento a reunião será em caráter reservado. A presidência passa novamente para a reunião pública e convoca o Senhor Ronaldo Adler, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra os Senhores Deputado Alexandre Santos e Senador Heráclito Fortes. A presidência agradece ao depoente e convida a Senhora Marlene Rozen, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra os Senhores Deputado Alexandre Santos e Senador Heráclito Fortes. A presidência agradece a depoente e convida o Senhor Herry Rosenberg, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra os Senhores Deputado Alexandre Santos e Senador Heráclito Fortes. A presidência agradece ao depoente e convida o Senhor Arilson da Silva Dias, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usa da palavra para interpelar o depoente o Deputado Alexandre Santos. A presidência agradece ao depoente e convida o Senhor Germano Silva Filho, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. A presidência passa a palavra ao Relator. Usa da palavra para interpelar o depoente o Deputado Alexandre Santos. A presidência agradece ao depoente e, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, às dezenove horas e treze minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente Ata.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento

nº 05, de 2003, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias vinculadas pela imprensa, reveladas pela operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência quer inicialmente agradecer, e muito, ao Dr. Lafredo Lisboa pela acolhida e pela cessão das dependências do tribunal.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à oitiva dos Srs. Rodrigo Silveirinha Corrêa, Carlos Eduardo Pereira Ramos, Carlos Antonio Sasse, Marcelo Fernandes Mesquita, Arilson da Silva Filho, Paulo Henrique Sekiguchi, Valdir Ferreira de Freitas, Germano Silva Filho, Antônio Vanis Filho, Ronaldo Adler, Marlene Rozen, Herry Rosemberg, Jucélio Nunes Vidal, Alexandre Martins, Reinaldo Pitta, Rodrigo Ferreira Santoni, Clark Seton, Carlos Meneshego Neto, Roberto Matalo Luisley Terra, Camilo Guquejo Soares, Adalberto Bernardo de Lira, João Carlos da Rosa Delarocha.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, só para registrar, especialmente para a imprensa aqui presente, conforme a deliberação da CPMI em Brasília, temos um rol de convocados para depoimento, mas necessariamente não quer dizer que tenhamos de ouvir todos, porque depende da estratégia e do desenvolvimento da investigação.

Para que se tenha idéia do que ocorreu em Belo Horizonte, quando essa relatoria dispensou um ou outro depoente, houve quem considerasse isso alguma coisa excepcional. Na realidade, a convocação e as oitivas seguirão a estratégia e o interesse da investigação.

Sugiro como primeiro depoente o Sr. Carlos Antonio Sasse.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Sr. Presidente, quero também aqui manifestar publicamente ainda que existe um rol de depoentes, 23 pessoas cujos depoimentos foram objeto de requerimento pelos Parlamentares integrantes da Comissão.

Os pedidos de depoimento foram aprovados pela Comissão e selecionados os depoentes, em regra, nessa diligência a ser realizada aqui no Rio de Janeiro. Verifico que, dos 23 depoentes, a respeito de 22 existem indícios da participação, direta ou indireta, na evasão de divisas e na questão que envolve a ação penal do Propinoduto. O único dos 23 que não tem envolvimento, porque é uma testemunha efetivamente, é o primeiro depoente, Carlos Antonio Sasse, ex-Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Eu queria registrar essa minha intervenção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero, como Relator desta CPMI, somar-me à manifestação do Deputado Antonio Carlos Biscaia, o qual, além de ser membro da CPMI, é um Deputado do Estado do Rio de Janeiro e conhecedor profundo das questões desse Estado. Além do mais, é reconhecido e emérito promotor público. É uma pessoa balizada para ter esse juízo. Então, eu me somo à intervenção de V. Exª e registro que, não somente porque consta de um rol de pessoas que podem ter qualquer complicação, todas as pessoas estão envolvidas com o caso. No caso de V. Exª, na qualidade de Secretário, tem informações valiosas para prestar para esta CPI, no sentido de contribuir com a investigação.

Eu peço, na oportunidade, Sr. Presidente, a V. Exª que determine a retirada do plenário de todos os convocados para seguir o Secretário Sr. Augusto Pannisset, para a sala reservada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Eu solicito a retirada de todos os presentes, por favor, neste momento, dos convocados, pois realizaremos uma reunião reservada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu requeiro, em seguida, Sr. Presidente, que esta reunião seja tornada, neste momento, reservada, dado o caráter da contribuição do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Neste instante, eu convido o Deputado André Luiz para fazer parte da mesa, ao mesmo tempo em faço das minhas palavras as dos meus nobres colegas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Enquanto o salão é evacuado, eu requeiro a V. Exª a apreciação do requerimento que passo à mão de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Requerimento - nos termos do inciso III, do art. 58, da Constituição Federal - nº 1579, de 1952 e regimento, nos seguintes termos:

“Requeiro a V. Exª, ouvido o plenário, adiar o Requerimento nº 388, de 2003, estendendo o sigilo para essa CPMI, nos processos em curso da digna Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, relacionados com a apuração da CPI do propinoduto da Assembléia do Rio de Janeiro, em especial, referente ao esquema de evasão de divisas edificando, incluindo o acesso de membros e de assessores credenciados, desta comissão, aos autos, com a devida permissão para a extração de cópias.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, requeri a transformação desta reunião em reservada. Portanto, a imprensa e os demais visitantes... devem permanecer apenas os Parlamentares e sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Havendo a necessidade do Relator em ouvir o depoente reservadamente, solicito neste momento a evacuação do plenário, ficando nesta sala somente os Parlamentares e os assessores da Comissão Especial.

Solicito a ajuda da assessoria para evacuar o plenário para que possamos ouvir o Sr. Carlos Antonio Sasse. (Pausa.)

Apenas para informe: após esse depoimento, a reunião será reaberta ao público e à imprensa. (Pausa.)

Sr. Carlos Antonio, o senhor tem, a partir desse momento, até 30 min. para sua exposição e considerações.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Na verdade, excelência, não tenho considerações nenhuma a fazer. Mas, estou aqui à disposição para tudo aquilo que V. Ex^{as} argüirem a respeito. Eu não tenho conhecimento da questão do Banestado, dessa CPI. O conhecimento que tenho é o conhecimento da imprensa e também não imagino que relações tenham com o episódio do Rio de Janeiro, aqui chamado de propinoduto e de que forma essas coisas se entrelaçam. Mas, estou à disposição dos senhores para qualquer pergunta que fizerem. É meu dever de cidadão. É meu desejo que tudo isso se elucide e que isso redunde efetivamente na punição daqueles que cometeram irregularidades.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Carlos Antonio Sasse, essa relatoria quer esclarecer ao senhor que não estamos aqui para investigar a corrupção que já foi objeto de uma CPI e é objeto de outras investigações no Estado do Rio, e que envolvem fiscais estaduais e auditores federais. Essa CPI, chamada de Banestado, tem como escopo a investigação da evasão fiscal, da evasão de divisas. É nesse sentido que viemos ao Estado do Rio de Janeiro, porque a Suíça localizou movimentação de recursos originários do Brasil e que chamaram a atenção das autoridades estrangeiras. Então, nesse caso aqui houve evasão da moeda e de dólares para o exterior, de moeda forte para o exterior, constatada pelas autoridades na Suíça. Eles que vieram aqui propor a investigação. Então, eu repito: nós não estamos investigando aqui.

É claro que há uma conexão entre o dinheiro evadido, os recursos evadidos e o crime antecedente,

de irregularidades e de corrupção na fiscalização do Rio de Janeiro.

Então, o crime antecedente só tem relação conosco na medida em que ele facilitaria a quebra do sigilo no exterior. Nesse caso, não há necessidade disso, porque é o próprio país estrangeiro quem se dirigiu a nós perguntando dos recursos.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Hum, hum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como o senhor exerceu um cargo de Secretário da Fazenda no Rio de Janeiro...

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...e na época deixou esse cargo, exatamente um dos motivos alegados (**fora do microfone – inaudível**) a fiscalização que o senhor desejava fazer naquela época, e esse motivo é exatamente o crime antecedente que causou a evasão, nós gostaríamos de ouvir do senhor um apanhado, uma narrativa de como aconteceu isso? O que o senhor encontrou na Secretaria? Como é que o senhor saiu? De que maneira saiu? Por que saiu? O que o senhor constatou lá? Porque são motivos que orientam a nossa investigação.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Os motivos que me levaram a sair da Secretaria estão perfeitamente relatados num depoimento que eu fiz ao Ministério Público Estadual, do qual tenho cópia aqui. E pergunto aos senhores se lhes passando essa cópia, ela é o suficiente? Porque relata toda a minha passagem pelo Governo nos nove meses que ali estive e as razões por que saí. E junto a esse depoimento está anexada também a minha carta de demissão, a carta em que eu peço exoneração do cargo. E o ato do Governador que me exonera a pedido.

Se os senhores entenderem por bem, eu lhes passo esse depoimento, para que não tenhamos que repetir tudo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu acho importante o senhor nos passar, mas eu pediria ao senhor que por obséquio fizesse um resumo sintético desse depoimento e dos motivos que o senhor alega na carta de demissão.

Eu pediria ao senhor, por obséquio, fazer só um resumo bem sintético, sucinto.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Bem, Excelência, a minha passagem pelo Governo, como todos sabem, foi uma passagem muito difícil e tumultuada, primeiro porque herdou-se um Governo sem nenhum tostão em caixa. Na verdade, à época, o Estado dispunha, em caixa, de apenas R\$13 milhões que pertenciam ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara

e que não poderiam ser utilizados na manutenção e custeio do Governo.

Nessa data da assunção do Governo nós tínhamos, já de imediato, compromissos enormes a arcar. A folha de pessoal estava marcada para o dia cinco e se estendia até a segunda quinzena do mês de janeiro. E uma folha que montava quatrocentos milhões. Então, iniciamos o ano numa ginástica enorme, para que se pudesse honrar com esses compromissos. Os senhores sabem que um esforço dessa natureza exige muito tempo de trabalho, muitas negociações, muitas medidas, muitos atos, tanto que mandamos um conjunto de atos à Assembléia, antecipando calendários fiscais, mudanças na Legislação, enfim, criando condições para que se pudesse honrar com os compromissos.

Então, o início do Governo foi muito difícil. A segunda dificuldades que se teve é que nós todos, eu diria não publicamente, mas todos nós no seu íntimo, sabemos a dificuldade que se tem em lidar com grupo grande de fiscais. Essa área da corporação de fiscais é muito complexa, onde vicejam elementos de toda a natureza, a maioria desses fiscais vinha do antigo Estado do Rio de Janeiro, do tempo em que não havia concurso, nomeados por conhecimento, muitos sem preparado, a grande maioria não se interessou, aquilo era, na verdade, um emprego, não era um cargo ou uma profissão e tudo o mais que se ouve pelas ruas a respeito da atuação da fiscalização.

Para me proteger e proteger o Estado dessa situação, tive que tomar várias medidas, uma delas, talvez a principal, inicialmente foi fazer o rodízio de todos os fiscais do Estado. Nenhum fiscal nesse rodízio para outro município junto com alguém do município em que ele trabalhava. Para os senhores terem uma idéia, quem estava lotado em Niterói, por hipótese, foi um para cada município, a fim de que se eliminasse a possibilidade de trabalho em conjunto de grupos ou interesses comuns. Isso obviamente causou um grande rebuliço e, de pronto, dificuldades de relacionamento com o sindicato dos fiscais.

A outra providência que tomamos foi de imediato a recuperação do posto fiscal de Angaqui, na rodovia Presidente Dutra, por onde entram as mercadorias, ou a maior parte das mercadorias que abastecem o Rio de Janeiro. E o posto estava desativado há anos. Em 60 dias ativamos o posto e fizemos uma escala de serviço em ordem alfabética, para que, mais uma vez, não existissem grupos, de “a” a “z”.

Essas medidas, estou lhes dizendo para dar o tom do que foi a luta para alterar os procedimentos usuais de uma secretaria tão difícil como a Secretaria de Fazenda.

Nesses procedimentos e no procedimento de negociação da dívida interna do Estado, junto à União, processo também muito difícil, porque nós éramos mutuários das chamadas contas “a” e “b”, uma conta de natureza previdenciária, do extinto Banerj e outra conta para custear aquilo que se denominou chamar de passivo oculto do antigo Banerj. Essas contas o Estado era mutuário e estavam incluídas no montante devido, mas a União não queria repassar esse dinheiro. Se o Estado era mutuário desse dinheiro, e se esse dinheiro, num montante de 6 bilhões aproximadamente fazia parte do montante devido o Estado tinha o direito de recebê-lo.

Então, também a negociação da dívida foi muito dolorosa. Juntou-se a isso os problemas que tive de gestão com o Governador Garotinho. Em fevereiro, ele me ligou, pedindo a designação de um fiscal para a chefia da inspetoria de Campos. Eu não me lembro do nome do fiscal. E eu lhe disse que o fiscal não preenchia os requisitos para o cargo, exigidos pela administração em curso: que não morasse no município, porque quem mora há quarenta anos no município, não pode ter liberdade para fiscalizar bem; que não fosse aposentado; que não tivesse participado de inspetorias recentemente. Enfim, um conjunto de requisitos. O Governador me disse, então, que ele não estava falando de requisitos. Ele estava dizendo para eu mandar o ato de nomeação daquele fiscal; que se tratava de uma ordem. Eu disse a ele que mandaria os dois atos. E ele me perguntou “Como dois?” Eu disse “o da nomeação do fiscal, Governador, e o da minha exoneração, porque, se o senhor quer governar daí, administrar a Secretaria daí, o senhor não precisa de Secretário. O senhor coloque aqui qualquer outro.”

Esse foi o primeiro atrito que tivemos. Tivemos algumas dissensões ao longo da negociação da dívida, porque, algumas vezes, o Governador fechou a negociação da dívida com o Ministro Malan e eu reabri, porque não podia admitir que a renegociação contemplasse apenas quatro anos de Governo. Eu queria uma negociação para o Estado; não para uma administração. E reabri várias vezes a renegociação até que, por fim, esses recursos das contas “A” e “B” vieram para o Estado.

Outra dificuldade que tive foi já em agosto – lembro-me bem o dia hoje, foi no dia 26 de agosto, uma quinta-feira -, quando o Governador me ligou, pela manhã, e me disse que o Sr. Jonas Lopes, chefe do Gabinete Civil, iria me procurar para tratar de um assunto de seu interesse, do interesse dele, Governador

Eu disse perfeitamente e que o Dr. Jonas poderia ir lá a hora que bem entendesse. O Dr. Jonas me pediu que eu disponibilizasse seis inspetorias, sendo uma para

o Deputado Roberto Dinamite; uma para a Deputada Núbia Cozolino; uma para o Deputado Cori Pilar; uma para o Deputado Sivuca e duas que ele distribuiria, por outros critérios, ou por um critério geral, ou que ficariam disponíveis para cessão. Eu disse ao Dr. Jonas que não poderia fazer isso, pois a vida toda eu havia lutado contra esse tipo de coisa e que, se aquilo fosse uma decisão de governo, eu entregaria o cargo.

Para não acirrar as disputas dentro do PDT e os atritos que o Governador já tinha com o Governador Leonel Brizola, eu disse a ele que eu pediria uma exoneração em caráter irrevogável por razões de saúde. O Dr. Jonas me disse que achava que eu era politicamente inflexível; eu lhe respondi que dependia do que ele entendia por política. Que era política, sim, arregimentar apoios para as causas de interesse público; que era boa política, sim, fazer coligações para ascender ao Governo e defender princípios do interesse da coletividade. Mas, que, no caso, eu entendia como favorecimento pessoal com o dinheiro público. E não podia concordar com isso.

Isso ocorreu numa quinta-feira, dia 26 de agosto, quando eu disse a ele que levasse ao Governador a minha resposta. Na sexta-feira, liguei para ele, o qual me disse que ainda não havia falado com o Governador, e liguei de novo na segunda-feira seguinte, quando ele me disse: “Falei com o Governador, que me disse vai a Brasília com você na terça-feira e que vocês conversarão no avião”. E assim foi feito. Conversamos no avião. Estavam presentes, na viagem a Brasília, eu, o Sr. Governador e o assessor de imprensa dele, o Peninha.

Relatei ao Governador exatamente o que havia dito ao Dr. Jonas Lopes, e convencionamos, então, que eu estaria entregando o cargo. S. Ex^a me pediu para aguardar até o dia 16 de setembro, quando ele chegaria de uma viagem aos Estados Unidos. S. Ex^a disse que mexeria no secretariado, reformaria o secretariado, e aproveitaria a oportunidade para aceitar a minha exoneração.

No dia 16 de setembro, liguei para o Governador, o qual me pediu para aguardar mais um pouco, porque estava revendo questões políticas de coligação, enfim, reestudando tudo e pediu-me para aguardar. Lembro-me de que eu disse a S. Ex^a: “Governador, V. Ex^a vai acabar me deixando mal nessa história.” Ele disse: “Não. Sasse. não se preocupe.”

Tive o terceiro e último grande problema na fiscalização de Campos, quando, ao final do mês de setembro, no dia 28, se não me engano, os jornais publicaram, em Campos, uma possível greve dos comerciantes de Campos em razão da fiscalização que lá se desenvolvia. Estávamos lá desenvolvendo um novo

método de fiscalização, que chamávamos de varredura de logradouro, em que os 30 fiscais da inspetoria eram mobilizados em grupos de pelo menos quatro – ninguém podia atuar sozinho –, que corriam fiscalizando a rua inteira. Essa ação tinha alguns objetivos:

1. atuar os grupos em conjunto, permitindo que a fiscalização, com o máximo de participantes, tivesse o mínimo de erros e de desvios;

2. fazer analogia e comparar as fiscalizações de cada grupo, porque empresas de mesmo porte deveriam ter recolhimentos compatíveis com aquele porte, podendo-se identificar as situações não compatíveis;

3. localizar os contribuintes clandestinos; e

4. incluir todos eles – a grande maioria de pequenos comerciantes – nas suas faixas de pagamento fixo, porque a pequena empresa no Estado paga segundo faixas de faturamento, não pelo movimento econômico nem pelo sistema de débito e crédito usual do ICMS.

Portanto, diante desse aviso de greve, falei com o Governador e disse a S. Ex^a que, como era o Município dele, eu iria a Campos. S. Ex^a solicitou que eu fosse e mantivesse contato com o Prefeito de Campos, Arnaldo Viana(*). E assim foi feito. Lá tivemos uma grande reunião com o empresariado local, numa terça-feira. Argüi deles o que desejavam, os quais me disseram que as multas eram muito altas e ilegais. Eu disse-lhes: “Perfeitamente. Vamos rever todas as multas, todos os autos de infração lavrados. Contra os que estiverem em desacordo com a lei, os senhores recorrerão, e lhes disponibilizo assessoria técnica para seus recursos. Porém, aqueles que estiverem de acordo com a lei serão pagos, ainda que parceladamente, como permitir a lei estadual.” E eles me disseram que não era apenas isso, porque estavam sendo alvo de corrupção.

Eu disse: “Perfeitamente. Os senhores me façam o seguinte: os senhores me digam os nomes dos fiscais que, eventualmente, estejam cometendo essa irregularidade”.

“Não, mas nós temos medo de dizer. Nós não queremos dizer”.

Eu disse: “Mas vocês não tenham medo. Vamos fazer o seguinte: eu saio daqui da sala; os senhores se tranquem aqui na sala, botem os nomes em um papelzinho e me passem por baixo da porta. Eu não vou saber quem falou. E os senhores podem deixar que eu tomo minhas providências”.

“Não, doutor. Mas, na verdade, não se trata disso. Nós queremos mesmo é que a fiscalização seja suspensa”.

Eu disse: “Isso não é possível”. O Estado tem a obrigação de fiscalizar, e o fiscal tem o dever de fiscalizar. A lei estabelece que o fiscal não pode ser nem obstado, na sua ação de fiscalização. A lei lhe dá a ex-

clusividade dessa atividade fiscalizadora, atividade exclusiva. Disse a eles que não seria possível e que...

Esqueci-me de uma questão: disseram, também, que os processos demoravam muito na inspetoria.

Eu disse: “Perfeitamente. Nós vamos fazer uma central de atendimento. Os senhores entreguem tudo o que desejarem e que precisarem para o Presidente da CDL, Dr. Marcelo Mérida. Ele vai entregar diretamente ao chefe da inspetoria, e todos os assuntos serão resolvidos em 48 horas, impreterivelmente”.

E, ao dizer que não poderia ser suspensa a fiscalização, criou-se uma situação de difícil encaminhamento. E já eram nove e meia da noite. Eu já não tinha... Eu tinha ido de helicóptero e já não tinha mais autorização de vôo. Solicitei que fosse dada, pelo DAC, uma autorização especial de vôo, que me foi dada para sair, dentro de 15 minutos, sem a qual não poderia retornar.

Então, diante dessa situação, transferimos a continuidade daquela reunião para a próxima quinta-feira. Era uma terça. Quarta-feira, eu iria a Brasília, com o Governador, para negociação da dívida do Banco Central. Então, marcamos quinta-feira, porque quinta-feira eu voltaria a Campos.

Enquanto eu viajava de helicóptero para o Rio, o Governador determinou a suspensão da fiscalização. E, quando fui para o aeroporto, de manhã, na terça-feira, recebi do inspetor de Campos o aviso de que todos os jornais de Campos já anunciavam a suspensão da fiscalização.

Eu, então, me dirigi ao Governador e disse: “Governador, nós não podemos suspender a fiscalização. Isso não é um ato que ajude a administração do Estado, não é um ato que mantenha a autoridade do secretário. Isso não é um ato que traga benefícios ao Estado. O senhor, por favor, repense isso e me deixe continuar a negociação lá e prosseguir a fiscalização. Temos que demonstrar ao contribuinte que o Estado é idôneo, que o Estado só cobra o que lhe é devido, que o Estado não é truculento e que o Estado quer ter com o contribuinte uma relação idônea e respeitosa”.

E ele disse: “Que nada! Lá só tem fiscal corrupto! São trinta... Todos os fiscais são corruptos”.

Eu disse: “Não, senhor. Lá, tem trinta fiscais, todos de terceira categoria, do último concurso. Eles vieram um de cada município. Não quero dizer ao senhor que não possa haver irregularidades, mas eu não posso aceitar que os trinta sejam condenados. Essa hipótese, em princípio, é inadmissível, Governador. Por favor, repense isso, enquanto nós vamos para Brasília. E lá em Brasília eu volto a tocar no assunto com o senhor”.

Viajamos, fomos a Brasília. Quando chegamos ao aeroporto, eu perguntei de novo, e ele disse: “Não. Está suspenso, e está acabado”.

Eu disse: “Perfeitamente, Governador”. Resolvi as coisas que tinha que resolver em Brasília, naquele dia, e voltei. Peguei o avião de volta, às cinco e meia da tarde. Cheguei à Secretaria às 8, convoquei minha equipe, liguei para o Jornalista Ricardo Boechat, na época, no **Bom Dia Brasil**, expliquei que poderia noticiar de manhã a minha exoneração no **Bom Dia Brasil**. E, no dia seguinte de manhã, encaminhei esta carta que aí acompanha ao Sr. Governador. E este foi o desfecho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu indagaria do senhor se o motivo para propor o rodízio de fiscais e a explosão das equipes, cada um para um lado, já dizia respeito a indícios de corrupção e que tipo de prática eram essas?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não, era uma medida preventiva, profilática, eu diria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve em que período como Secretário?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – De 1º de janeiro de 99 a 30 de setembro de 99 também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesse período, o senhor teve notícia de alguma coisa que veio depois a ser apurada como a corrupção dos fiscais?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não, de maneira nenhuma, ao contrário, a minha passagem pela Secretaria foi caracterizada por um grande aumento de arrecadação, sucessivos recordes de arrecadação, o Estado se viabilizou financeiramente, inclusive reiniciou seu programa de obras.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve alguma resistência política a essa nova orientação do tratamento dos fiscais por rodízio e por explosão.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Houve as resistências de praxe do Sindicato dos Fiscais, as queixas individuais, essas questões que não têm relação nenhuma nem política nem moral com o que aconteceu aí, depois, críticas no jornal do sindicato, essas coisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois que saiu, o senhor acompanhou qual era a política de distribuição de fiscais?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não sei se foi mantida, a verdade é a seguinte: não sou funcionário e vivo de consultoria a vida toda, sempre vivi da minha atividade profissional, ao sair, depois de 9 meses, eu tinha rapidamente que voltar a trabalhar para reconstituir a minha vida profissional e o meu ganho, porque, de repente, fiquei sem renda nenhuma, voltei rapidamente ao meu trabalho, tentando reconstituir os

meus contatos, essas coisas todas e abandonei qualquer contato com a Secretaria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que, quando viajou para Brasília com o Governador, quem mais estava com o senhor no avião?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – O assessor de imprensa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome dele?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Peninha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Peninha.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não sei o nome exato dele. Ainda é, até hoje, Assessor de Imprensa do Governador, aliás, hoje, Secretário de Segurança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que essa prática dos fiscais não existiu na época em que o senhor foi Secretário.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Eu não posso lhe garantir isso, ninguém pode, porque, na verdade, essa questão dos fiscais, ao que me parece, foi feita de uma forma, digamos, competente, mas não tenho certeza disso, eles negociavam as multas, a redução das multas, e parte das multas eram pagas, e talvez parte eles negociavam. Esta é a impressão que tenho, não sei se isso é verdadeiro. Era como se multassem em 300 milhões, e dissessem não, você paga 200 e eu tiro 100. É a única possibilidade que posso imaginar porque a arrecadação cresceu muito nos 9 meses. Então, era incompatível deixar de lavrar os autos, deixar de fiscalizar, e a arrecadação crescer, a não ser nessa hipótese.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Fiscal Silveirinha já tinha atuação na Fazenda Estadual? Qual era a função dele?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – O Sr. Silveirinha é Fiscal concursado, e ele é filiado ao PDT, ele foi da TurisRio no tempo do Trajano Ribeiro, era do Diretório Regional de Copacabana e veio no grupo de transição e, como o senhor sabe, a equipe dirigente, o senhor monta com essa equipe. Apenas apresentei esses nomes ao Governador, que chancelou. E esses nomes, eu saí e eles continuaram, não são nomes de equipes que eu teria trazido para a Secretaria, todos eles continuaram, eu saí sozinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia dizer se essa função do Sr. Silveirinha e de outros era de confiança política.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Sim, são cargos de confiança política, porque são de nomeação exclusiva do Governador. São chamados na estrutura do Estado de cargos de confiança, é como a nomeação de um Ministro, um cargo de confiança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode nos dizer se houve algum tipo de acobertamento, de facilitação por parte do Governo em relação a essa prática dos fiscais?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não posso lhe afirmar de maneira alguma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não, levei do grupo todo, não só dele, levei dele, do Davi Birmann, do Geraldo Moreira, do Joaquim Ferreira para Assessor Jurídico, do Mário Tinoco, para Subsecretário Especial, das pessoas que compunham o grupo de transição, fiz uma seleção e submeti os nomes ao Governador, que chancelou. E esses nomes eram os que eu tinha para levar, não poderiam ser outros porque eram nomes que tinham vínculo político, e, depois, eu não poderia nomear para determinados cargos quem não fosse fiscal, e o cargo ocupado pelo Sr. Silveirinha era prerrogativa de fiscal, está na Lei Complementar 69 do Estado, não poderia nomear alguém que não fosse fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não, não é o grupo de Niterói, não, senhor, isso aí, Excelência, é uma deturpação. Na verdade, o que ocorreu? Ocorreu que, no dia 3 de janeiro deste ano, me ligou um repórter da Istoé, me perguntando se eu conhecia o Sr. Lúcio Picanço. Eu disse para ele que sim. E ele me perguntou se eu sabia que ele era rico. Eu disse: claro que não, não tenho intimidade com ele nem conheço a sua vida particular, seu patrimônio. Perguntou-me pelo Carlos Eduardo Pereira Ramos. Eu nem me lembrava. Eu disse: eu nem me lembro. E, aí, ele me disse assim: o senhor sabia que, dos 33 milhões depositados na Suíça, a maior parte é de fiscais estaduais? Eu disse para ele: e eu com isso? Esse repórter era uma pessoa agressiva e eu me senti como se ele estivesse me inquirindo de uma forma indevida e disse para ele: E eu com isso, meu amigo? Passe bem, e desliguei o telefone.

Isso foi no dia 3 de janeiro, uma sexta-feira. Na segunda-feira seguinte fui almoçar no **buffet** do Jóquei, que tem uma comida boa e barata, e descí. Quando cheguei na rua encontrei com o Davi Birmann e disse: Davi, como foi bom eu encontrar você aqui. Um repórter da IstoÉ me ligou dizendo assim, assim, assim. E o Davi me disse: O que é isso, Sasse, por essa turma eu boto a mão no fogo. Conheço há muitos anos. Boto a mão no fogo. Está bom, Davi, perfeitamente, eu disse.

Terça-feira eu vinha de viagem de uma consultoria, seis e tanto da tarde, e me liga o Davi e diz assim: Saci, é tudo verdade. E eu disse: Verdade o quê, Davi? E ele me disse: É tudo verdade o que o repórter vai publicar. Estão todos dentro. E eu perguntei: Todos quem? E ele respondeu: Todos, menos eu, você e o Fernando Lopes. E o Geraldo Moreira? E ele me respondeu: Não, não estou falando do Geraldo, Joaquim, estou falando da fiscalização, estão todos dentro. E eu disse: Olha, Davi, vamos fazer uma coisa. Estou dirigindo na estrada, são seis e meia da noite. Vamos fazer uma coisa. Ligue para o Fernando Lopes e vamos nos encontrar no gabinete do Fernando Lopes para você nos contar essa história com detalhes, e assim foi feito.

Às oito e meia da noite estávamos lá na Secretaria de Controle, naquele anexo do Palácio Guanabara. Reuniram-se Fernando Lopes, Secretário de Controle, O fiscal Leonardo Costa, que consta dos autos, o Davi Birman e eu, e ele contou que o Silveirinha foi na casa dele pedir a ele que tomasse conta dos filhos se algo lhe acontecesse e o Silveirinha disse para ele que efetivamente tinha cometido essas irregularidades. Essa reunião terminou às dez e meia da noite e eu disse para o Fernando que ligasse para o Garotinho, para o Davi ir lá contar para ele, porque isso vai afetar diretamente a imagem do governo. E, por uma questão de lealdade, pelo menos sua, Fernando, ele tem que saber.

O Fernando passou a mão no telefone, o Garotinho não queria receber, ele insistiu e o Davi então, com o Leonardo Costa, foi lá contar para o governador. De lá, parece que o governador ligou para o Silveirinha, chamou de cachorro, isso está nos jornais, não sei exatamente, mas isso demonstrava que era um problema intrínseco do governo e não sei porque a IstoÉ inventou uma chamada Conexão Niterói. Quem é de Niterói nessa história? Sou eu. O Geraldo Moreira é do Rio, o Silveirinha é do Rio, o Carlos Eduardo é do Rio, o Rômulo é do Rio, o Joaquim Ferreira é do Rio. Os únicos de Niterói eram eu e o Lúcio Picanço, que não exercia cargo na fiscalização, exercia chefia de gabinete. Por que esse conceito de ligação com Niterói? Certamente, uma manobra diversionista, que gerou a ação que movo hoje conta a IstoÉ, de danos morais, e com a qual juntei os documentos.

Se os senhores quiserem, estão aqui disponíveis, de que o Sr. Lúcio Picanço nunca trabalhou na prefeitura de Niterói e eu nem o conhecia, que ele não é meu genro. Minhas filhas são casadas, graças a Deus, com pessoas da idade delas. Tenho seis netinhos muito bonitinhos. Graças a Deus, agora, a quem interessava essa manobra diversionista?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor tem conhecimento que essas práticas são efetivamente realizadas desde 1996.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não. Soube pela imprensa. Jamais imaginei que isso era um processo tão antigo. O senhor sabe como é a administração pública brasileira. Todos sabem qual era o nível de crítica que sofria o Governo anterior. Publicamente não era um Governo bem avaliado. Depois, tive que ter muito cuidado, porque eu só tinha ao ser escolhido secretário um fiscal que eu conhecia, chamava-se Valter Gaspar. O Valter Gaspar era do PDT, serviu com o Fernando Lopes na antiga Secretaria de Planejamento e Controle. O Valter Gaspar... chamei o Valter e falei Valter você se prepara porque vamos trabalhar juntos. Ele disse: Pôxa, Sasse, que bom, porque toda a vez que o PDT ganha o Governo me tiram aqui da Secretaria. Eu disse, pois é, mas dessa vez você vai ficar, eu quero que você leva a Legislação para casa, relacionei um conjunto de idéias que eu tinha. Rodízios, mudança de legislação, eu quero que você leve isso tudo para você examinar. O Sr. Valter Gaspar levou para uma casa que tem em Rio das Ostras, teve um infarto e morreu. Eu fui ao enterro dele. Isso irá escandalizar. Eu tive a sensação de que eu estava no enterro de Alcapone. Tal a proliferação de carros de luxo, de me senti desesperado e foi por isso que tomei essas duras medidas preventivas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Só para deixarmos bem claro. O cargo do Silveirinha sendo estratégico, de suma importância, alguém lhe indicou para que ele ...

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não, as referências que eu colhi foram boas e quem mais deu referências do Silveirinha foi o Davi Biermann quem eu conhecia há mais de dez anos. E que não era fiscal nem nada, era um homem da área de informática. As principais referências com relação ao Silveirinha foram dadas pelo Davi Biermann; como deu depois, garantindo-me que colocava a mão no fogo. E o Silveirinha é um profissional competente, é um fiscal de mão cheia, é um homem equilibrado, então tinha, preenchia os requisitos para a ocupação do cargo. Agora, não traz escrito. Né?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – A prática de nomeação política em algum tempo foi exercida durante sua gestão?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Como assim? O senhor fala de nomear por indicação, política?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sim.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não, enquanto estive lá não. E me insurji quando quiseram introduzir. Acho que a Fazenda, perdoe-me, acho que a Fazenda não pode conviver com política, eu tenho inimigos no meu Partido, que me ouviram dizer que secretário de fazenda não pode ser candidato. E criticaram muito por essa afirmação quando nos anos 95 e 96 eu fazia palestras para os prefeitos recém eleitos pelo Partido. E não pode, porque um secretário de fazenda que é candidato o senhor sabe que ele leva uma grande vantagem na hora das contribuições à campanha, porque ele é quem arrecada e é quem paga. E por isso também nunca foi candidato.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – A sua relação com o Governador Garotinho teve qualquer outra discussão que não fossem essas?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Não, apenas não sei se um boato, alguma coisa que me chegou aos ouvidos que me pareceu muito desagradável e deselegante, que, em meados de junho ou julho, ele havia convidado Alfredo Salomão – é assim que ele se chama -, para me substituir sem me falar nada. Mas que o Salomão havia recusado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Relator, fico aqui e coloco agora para qualquer... (Pausa) Ao relator, então.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se essa política de loteamentos, posteriormente à sua saída, existiu no Governo Garotinho?

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Olha, não tive acompanhamento disso. Mas os atos publicados podem ser acompanhados. Eles existem. Há possibilidade de verificação disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nada mais a perguntar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Nenhum dos membros deseja fazer alguma colocação, queria aqui deixar o senhor à vontade, se quisesse fazer alguma colocação a fim de acrescentar para pudesse nos ajudar nesse momento, estamos em intensa pesquisa. Se o senhor puder fazer alguma colocação, por favor fique à vontade.

O SR. CARLOS ANTONIO SASSE – Infelizmente, não tenho mais como ajudar, até gostaria.

Quero agradecer o carinho, como estão me tratando, a respeitabilidade e colocá-lo à disposição dos senhores, sempre que precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Nós que agradecemos. Muito obrigado.

(falha na gravação)

...encontra-se cópia do ofício do Juiz da 3ª Vara Federal Criminal, em que se dá notícia de, ainda hoje,

às 14 horas, que deverão ser conduzidos à presença desta comissão para prestar depoimento.

O requerente encontra-se em estado psíquico de grave abalo, decorrente da sentença proferida pelo mesmo juízo convocante, que, aliás, se encontra inativo por força da suspensão judicial em curso. E gostaria de postular que seja designada data para sua audiência, que poderia ser feita nas próprias instalações do local onde se encontra preso, no mal de evitar também desnecessária exposição do preso à exploração da mídia.

O requerente nada tem a ver com os fatos que apuram por esta CPI. Não está, ao que se sabe, mencionado por qualquer depoente ou referido em documento que conste dos autos.

A constante exposição do réu à imprensa em geral, presente inclusive aos depoimentos, fato que amplia o constrangimento, viola claramente os direitos do preso, previstos no art. 41, da Lei 7.210, de 1984. Constitui direito do preso proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.

A exposição do requerente a sensacionalismo, nesse exato momento, pós-condenação em primeiro grau, em que a imprensa ainda não teve nenhum contato direto ou indireto com o requerente, constitui flagrante violação ao direito previsto em lei. Termos em que juntada, pede deferimento. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2003. Fernando Frago, advogado.

Indefiro a presente petição, por falta de amparo legal, mantendo a convocação do Sr. Rodrigo Silveirinha.

Neste momento, convido o Dr. Carlos Eduardo Pereira Ramos, fiscal estadual para depor.

Queria que a assessoria providenciasse o termo de compromisso para o Sr. Carlos Eduardo Pereira Ramos.

Termo de compromisso, conforme art. 203 do Código de Processo Penal. Nome completo: Carlos Eduardo Pereira Ramos. Identidade: 49885-2. Idade: 46 anos. CPF: 504.924.507-34. "O depoente compromete-se nos termos dos art. 203 do CPP, sob as penas da lei dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, 10 de novembro de 2003."

Por favor, o senhor tem trinta minutos para expor o que achar por bem dispor.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não tenho muito o que falar porque tive conhecimento dessa convocação hoje de manhã, inclusive tive que pedir para apanhar roupa para estar aqui presente. Nem sei por quê, para dizer a verdade nem sei do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Carlos Eduardo, o senhor tem alguma conta no exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Já respondi isso nos autos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está diante de uma CPI, é um outro tipo de investigação.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pediria ao senhor que respondesse às perguntas que fossem feitas pela relatoria e pelos membros. O senhor assinou um termo em que pode se recusar a responder aquilo que pode comprometê-lo, mas no mais é obrigado a dizer a verdade. Estou lhe perguntando se o senhor tem alguma conta no exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Posso pedir para os senhores se remeterem ao processo penal em que fui condenado?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, o senhor deve responder para a CPI, porque aqui é outra investigação. Mesmo que a pergunta seja a mesma, o senhor tem que responder para a CPI.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Me reservo, então, o direito da Constituição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reserva o direito de?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – De não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já esteve alguma vez no exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais os países que o senhor visitou?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Vários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Portugal, França, Itália, Suíça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na Coplac?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Somente pelos jornais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar no Discount Bank and Trust Company?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Pelos jornais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca teve nenhum procedimento com essas empresas?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. R. Rosenberg?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ronaldo Adler?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez alguma remessa de reais para o exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor remeteu alguma vez dólar ou moeda forte para o exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deu ordem de alguma remessa para alguém fazer em seu nome para o exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não. Eu já respondi isso, mas tudo bem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está disposto a assinar um termo colocando à disposição desta CPI qualquer recurso que esteja em seu nome no exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não, porque isso seria contra a lei isso, porque se não tenho conta, como é que vou colocar à disposição?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode dizer que o senhor não tem, mas caso se encontre algum nome...

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não, isso é contra a lei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é contra a lei? Contra a lei é mandar dinheiro para fora sem poder.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Contra a lei é eu colocar à disposição algo que não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor podia assinar uma redação? Eu combinaria com o seu advogado.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não viu a redação que vou propor ainda para o senhor.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Mas estou lhe falando que não. Não vou contra a lei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As autoridades suíças encontram um valor volumoso em nome do senhor nesse banco a que me referi agora há pouco. O senhor tem alguma informação a prestar sobre isso?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tem nenhum dinheiro lá?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não tenho, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia de a quem deve ser atribuída essa remessa em seu nome nesse banco?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não estaria disposto a dar uma ordem para esse dinheiro voltar para o Brasil?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– O senhor veja bem, estou lhe respondendo, não quero fazer algo contra a lei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor acha que é contra a lei mandar algum recurso que está em seu nome no exterior voltar para o país?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Porque eu não tenho conhecimento desses recursos em meu nome. Não tenho essa certeza desses recursos em meu nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, mas a autoridade suíça tem a comprovação de que está em seu nome.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Tenho conhecimento que essa carta rogatória foi anulada pelo Supremo Tribunal lá da Suíça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendi, desculpe-me, o que foi anulado? Qual a informação que o senhor tem?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Olha, acho que... O meu advogado está me...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Advogado,

o senhor não pode interferir no depoimento do seu cliente, o senhor deve acompanhar o depoimento, o senhor não pode interferir. O senhor sabe que o senhor não pode interferir. (Pausa)

O senhor conhece a D. Valéria dos Santos?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Foi minha ex-esposa. Esposa não, ex-companheira, colocando melhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela presta um depoimento que diz que o senhor guardava moeda estrangeira em casa e após algum tempo passou a remeter esse recurso ao exterior, por meio de Alexandre Martins. O senhor conhece?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Ela deu esse depoimento, pelo que está nos autos, sob pressão. Então, não tenho nada que comentar sobre isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pressão de quem?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Está no próprio depoimento dela. Foram três vezes na casa dela. A primeira vez foi num domingo, a segunda vez foi numa segunda-feira e a terceira vez foi na terça-feira, com mandado de busca e apreensão. E ofereceram a ela uma vantagem, vamos dizer assim, não sei como colocar isso aqui, que seria ela não ser indiciada. Ela, então, falou o que achava que deveria falar para se livrar. Este é o meu pensamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos anos o senhor viveu com a D^a Valéria?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Quinze anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que motivo ocorreu a separação?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Acho que não cabe, aqui, nós estarmos comentando isto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor estaria disposto a assinar um termo dizendo que se alguma alma bondosa estiver qualquer feito qualquer depósito em nome do senhor no exterior, o senhor converteria esse recurso para o Governo brasileiro?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Eu me reservo ao direito da Constituição – art. 5^o da Constituição – para não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não acha que é uma colocação que pesa contra o senhor? O senhor falou: “Eu não mandei...”

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Eu já respondi esta pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eu estou fazendo outra pergunta, agora, para o senhor. O senhor não acha que pesa contra o senhor, o senhor dizer: “Eu não fiz remessa nenhuma. Eu não tenho conta alguma.”

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Mas eu já falei que não fiz remessa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aguarde eu formular a pergunta – por favor. O senhor não acha que pesa contra o senhor o senhor dizer....

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Tanto....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um momento, por favor – aguarde, por favor, a pergunta: o senhor não acha que pesa contra o senhor, o senhor dizer que nunca fez remessa para o exterior, nunca abriu conta no exterior, nunca autorizou ninguém abrir conta em seu nome? A autoridade suíça – que não é nenhuma bondade expressa – localiza US\$17 milhões em seu nome e o senhor diz que não é do senhor. E eu digo

se o senhor não está disposto a trazer de volta esse dinheiro? Porque o senhor não vai perder nada – não é do senhor mesmo – não vai perder coisa alguma – e mandar repatriar esse dinheiro para o Brasil?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Eu me reservo ao direito de não responder ao senhor em função do art. 5º da Constituição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No “Termo de Depoimento” da sua esposa, ela declara, expressamente, que está depondo sem qualquer coação.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Eu não diria isto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas foi ela que disse.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Eu rebati isto nas minhas alegações finais. Infelizmente, não foi levado em consideração. Se o senhor olhar as minhas considerações finais – do Processo Penal – onde eu fui condenado por 17 anos e 6 meses, infelizmente, o senhor vai ver que lá tem uma resposta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Srs. Deputados, V. Ex^{as}. querem argüir alguma coisa? (Pausa)

Sr. Relator, V. Ex^a retorna com a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais foram os cargos que o senhor ocupou na sua carreira, no Governo do Estado do Rio de Janeiro?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Eu sou Fiscal de Renda desde 1990 – de 25 de outubro de 1990, quando eu tomei posse e galguei várias posições, inclusive entre como Fiscal de terceira categoria e fui para segunda categoria e fui promovido para a primeira categoria e fui Inspetor da Inspeção de Contribuinte de Grande Porte.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inspetor?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Inspetor da Inspeção de Contribuinte de Grande Porte, onde foi possível, durante a nossa gestão, ter um aumento da arrecadação que mais que dobrou no período de 1999 até 2002.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas considerando a inflação ou sem considerar a inflação?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Sem considerar a inflação. Se o senhor observar que a inflação nesse período, aí, foi em torno de 30 a 40% no máximo, o senhor verá que foi mais de 100%, foi bem acima da inflação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa inspeção de grande porte cuida de pessoa jurídica e de pessoa física?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não entendi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa inspeção que o senhor dirigiu cuida de pessoas físicas e jurídicas?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, só jurídicas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor responde a algum processo administrativo?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Veja bem, a inspeção é de contribuintes do ICMS, são empresas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor respondeu a algum processo administrativo na sua carreira?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Alexandre Martins e o Sr. Ronaldo Pitta?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, conheço-os, uma vez apenas, de contato, numa, vamos dizer assim, numa festa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma empresa chamada Passabra?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Gortim Promoções?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Também não!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gortim Corporation?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Também não!

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Rodrigo Silveirinha?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há quanto tempo?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Passei a ter maior contato, quando ele foi subsecretário e eu, inspetor da Inspeção de grande porte. Antes, tínhamos trabalhado uma vez apenas, alguns anos antes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem indicou o senhor para essa inspeção?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Foi ele. Acredito que em função do meu currículo. E acredito que pelos meus bons trabalhos desenvolvidos na Secretaria de Fazenda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As decisões que o senhor tomava eram submetidas ao Sr. Silveirinha?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Com certeza! Não só a ele como ao Secretário. Aos Secretários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas as decisões? Todas?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Sim. Tínhamos reuniões periódicas, não só com ele como com o Secretário também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Digo as decisões que o senhor dava nos processos.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Depende! Porque há processos em que há necessidade, e há processos que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depende do quê?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Da relevância do processo. Era submetido a alguma coisa. Havia processos, como, por exemplo, o da Light, em que a fiscalização começou com uma ordem por meio do Diário Oficial. Então, dessa aí tinha que prestar conta diretamente ao Secretário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há casos, então, que o senhor decidiu sozinho?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, de forma alguma. No Estado, nunca decidimos sozinho qualquer coisa que seja.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não há uma alçada? O senhor não tem alçada até um certo...?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, não existe isso. Existe. Por exemplo, alguns processos de autos de infração formais são decididos na própria Inspeção. Isso foi decidido. Para agilizar o processo, para desemperrar um pouco a Junta de Revisão Fiscal, esses processos passaram a ser de decisão das inspeções, dos inspetores. Mas esses são processos pequenos. Por exemplo, não atender à intimação. Isso gera um auto de infração.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sempre, então, estava, nas suas decisões, acompanhado do Sr. Silveirinha?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não só do Sr. Silveirinha. O processo tem um trâmite normal dentro da Secretaria. Às vezes, ia ao Silveirinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há casos em que o último a decidir é o Sr. Silveirinha?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não lhe sei dizer. Assim de cabeça, acho que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos os Secretários tinham que dar a concordância?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Acho que sim. O processo segue uma norma já definida pela Secretaria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece algum doleiro?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca trabalhou com doleiro algum?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca fez conversão de dólares por reais, e vice-versa?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, não, não diretamente. Talvez para alguma viagem, uma coisa assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fazia onde essa transação?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, isso por meio de amigo, que fazia para mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Amigo doleiro?

Como é que fazia?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, eu, às vezes, trocava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trocava com quem?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Com amigos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o amigo era doleiro? Como é que ele tinha dólares?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, não era doleiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele era?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Ele tinha algum contato talvez com doleiro, não sei como. Nunca tive esse acesso. Nunca fui perguntar a ele como ele ia fazer esse tipo de troca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em todas as viagens que o senhor fez para o exterior, o senhor fez câmbio oficialmente no banco?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não posso lhe afirmar isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode apresentar cópia do seu passaporte?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não entendi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A cópia do passaporte para ver as viagens que o senhor fez. O senhor pode apresentar?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– O passaporte está na Justiça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, estou requerendo a cópia do passaporte do depoente.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– O meu passaporte foi entregue.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Deferido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, repito a pergunta: quando o senhor ia viajar, o senhor não fez no banco o câmbio. O senhor fez com quem?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não sei lhe responder. Isso aí tinha alguns amigos que trocavam para mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas qual é o nome do seu amigo que trocava?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não tem nome. Não tenho o nome agora, aqui, neste momento. Isso era feito, às vezes, por agências de viagem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual agência?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – A Soletur, por exemplo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o dono da Soletur quem era?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não, não sei quem era.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome com quem o senhor fazia isso lá?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa firma está aberta ainda hoje?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Acredito que não, pelo menos parece que faliu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há alguma outra que o senhor tenha feito troca de moedas que esteja aberta hoje?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A última viagem quando foi?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Acredito que foi no final de ... Nós estamos em 93, 92.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, nós estamos em 2003.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Hã?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estamos em 2003.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – 2002.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi para onde?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Fui à França, Espanha e Portugal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor trocou dólar com quem?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não lembro. Eu acho que foi na Abreu, se não me engano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Abreu, se eu não estou enganado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é Abreu?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Abreu é uma empresa de turismo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabe quem é o dono?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não, não conheço. Acho que é uma empresa internacional inclusive.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a empresa Depoio?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não. Nunca escutei falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Dario Mercer?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Já vi em jornais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Trade Invest?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou lhe perguntar de novo: o senhor conhece a Coplac?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca ligou para a Coplac?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não sei, pode ser.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas se o senhor não conhece, o senhor ligou para fazer o quê?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Mas, veja bem, às vezes, a gente tem um telefone e não quer dizer que seja daquela empresa. Às vezes aquele telefone pode estar em nome de outras pessoas. Quantas vezes acontece isso? O senhor telefona para mim e o telefone não está no meu nome. Está no nome de outra pessoa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, geralmente, quando o senhor liga para uma empresa, fala-se: Coplac. Quer falar com quem?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Muitas vezes, nós utilizávamos empresas para ter cotação de dólar. Nós mexíamos muito com importação. Nós tivemos um...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós quem?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– A Inspeção de Grande Porte. Teve um trabalho muito grande, um programa específico na área de importação, inclusive lavramos uma infinidade de auto de infração e identificamos diversas falsificações, e o Estado se beneficiou com isso, quer dizer, se beneficiou não, recuperou os recursos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Carlos Eduardo, gostaria só de lhe dizer uma coisa: o senhor tem o direito de não revelar, mas não de mentir. O senhor pode se calar.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Ok.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor pode se calar sobre aquilo que lhe diga respeito, sobre os outros fatos, o senhor não pode mentir. O senhor pode responder um outro processo por mentir, por falso testemunho.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, vou lhe perguntar de novo: o senhor conhece a empresa Coplac.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Estou lhe dizendo que não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ligou alguma vez para a Coplac?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– É possível que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Para talvez pegar alguma informação desse tipo que estou lhe falando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que tipo?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– De pegar informação sobre cotação de dólar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que faz a firma Coplac?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas como é que vai pedir cotação de dólar se não sabe o que faz? O senhor liga para a empresa e fala: por um acaso, você mexe com dólar? É assim que o senhor fala?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Ehhhh...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu lhe perguntei se o senhor ligou para a Coplac alguma vez?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Deixe-me falar uma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pois não.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– O que acontece? Infelizmente, no Estado, temos uma estrutura muito fraca. Às vezes, necessitamos de determinadas informações que o Estado não fornece. Então, temos que conseguir essas informações de outras fontes. E, às vezes, colocamos, nesse ponto aqui – agora estou vendo aqui –, colocamo-nos em risco para fazer um bom trabalho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez o senhor já fez câmbio com o Banco do Brasil no paralelo?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não. Lógico que não. Nunca fiz com nenhum banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor não telefonou para o Banco do Brasil para saber o valor do dólar? É um banco oficial.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– O senhor já teve contato com o Banco do Brasil para ver como é? Eu tenho conta lá. O senhor sabe como é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você telefona, e o Banco informa que o preço do dólar é tanto.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– O senhor já tentou fazer isso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Várias vezes.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Pois eu já tentei e não fui bem atendido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, por que o senhor ligou para a Coplac?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não sei. Estou lhe falando que o único motivo que pode ter sido é esse aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tenho a informação de que o senhor ligou 64 vezes para a Coplac. O senhor acha que não há problema nisso?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não sei se há algum problema ou não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor alguma vez recebeu ligações da Coplac?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não sei lhe dizer. Acho que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não sei. Não sei dizer. É um período que... Como vou saber...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece alguém que trabalha na Coplac?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu 193 ligações da Coplac.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– É possível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É possível?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Se está aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas estou perguntando se o senhor sabe disso.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Deixe-me falar uma coisa. O meu telefone sempre esteve no meu cartão de visita. Eu utilizava exclusivamente... Exclusivamente, não. Estou exagerando. Mas eu utilizava o meu telefone celular para contatos comerciais também, contatos profissionais, melhor dizendo. O Estado não tinha como me fornecer um telefone celular. Então, às vezes, o próprio secretário, em reuniões, me fazia perguntas para as quais eu tinha que ter uma resposta na hora. Então, eu usava o meu celular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas usava para ligar para quem para ter a resposta?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não sei. Não conheço quem trabalhava na Coplac.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, então, por que o senhor ligava para lá?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Mas eu não sabia que eu estava ligando para a Coplac, meu senhor. Como eu ia saber?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quem estava ligando era o senhor. Quem podia saber? Só o senhor mesmo.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Mas estou lhe dizendo que eu não sabia que lá funcionava a Coplac. Quantas vezes o senhor liga para uma pessoa e o telefone está no nome de outra pessoa? Quantas vezes acontece isso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o número desse telefone para o qual o senhor ligou? O senhor pode me fornecer o telefone?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não estou lembrado, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma empresa chamada Pescara?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Beacon Hill?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lespan?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Atlantis?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Armando Santone?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca escutei falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rodrigo Santoni?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca escutei falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gilcélvio Nunes Vidal?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca escutei falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rui Luis da Luz Leite de Souza?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca escutei falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fernando Sobral?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca escutei falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Oscar Jagler?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca escutei falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fávio Bergen Viana?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca escutei falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João Lucas Souza?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nunca escutei falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Herry Rosenberg?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Desse já escutei falar. Inclusive, esteve preso comigo no Ponto Zero.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não o conhecia antes?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ronaldo Adler?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Esse também esteve preso na 1.0.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca tinha visto antes?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Não.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Marlene Rozen.
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Não conheço.
O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o motivo desses dois que estiveram presos com o senhor?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Por causa desse problema.
O SR. RELATOR (José Mentor) – De qual?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Desse processo.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas por que eles estavam presos?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Pelo processo.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles são representantes da Coplac.
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – O senhor está me informando isso.
O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Roberto Matalon?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Nunca ouvi falar.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Clark Ceton?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Nunca ouvi falar.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Oscar Jarger?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Nunca ouvi falar.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Flávio Viana?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Nunca ouvi falar.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Kiko?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Nunca ouvi falar.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Paco?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Nunca ouvi falar.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Aníbal Conreiras?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Nunca ouvi falar.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Antônio Vanis Fiino?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Nunca ouvi falar.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor ganha por mês?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Em torno de R\$10 mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que trabalhou quantos anos no Estado?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Fiz agora 13 anos.
O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha possível alguém com esse salário ter uma poupança em dólar de 18 milhões?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – O senhor está dizendo que tenho essa poupança. Eu não estou dizendo.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou perguntando se o senhor acha possível que alguém que ganha R\$10 mil por mês ter uma poupança de US\$18 milhões.
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Estou-lhe dizendo que não tenho essa poupança.
O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu não disse que o senhor tem. Estou perguntando se o senhor acha que é possível alguém que ganha R\$10 mil ganhar uma poupança de US\$18 milhões.
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Não sei se essa pessoa tem outros negócios.
O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor faz algo além de trabalhar para a Receita?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Não.
O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve em alguma repartição bancária nas viagens que fez ao exterior?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Não entendi a pergunta.
O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve em alguma repartição bancária nas vezes em que viajou para o exterior?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Não.
O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez algum câmbio nesses bancos?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Não.
O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar neste número: 182216ZN?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Já escutei falar no processo, já vi no processo.
O SR. RELATOR (José Mentor) – A primeira vez que o senhor ouviu falar foi no processo?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – Isso.
O SR. RELATOR (José Mentor) – E 182282ZH?
O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
 – No processo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No processo. Essas são as contas que dizem que o senhor é proprietário?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– O senhor está dizendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar que essas contas dizem que o senhor é o proprietário?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Sim. Mas já foram rebatidas, como está no processo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma afirmação que o senhor queira prestar que ajude a esclarecer esse fato nesta Comissão Parlamentar?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Em relação?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em relação a esses fatos que estamos conversando aqui agora.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Realmente não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem algum outro bem no exterior? Propriedade?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Biscaia para suas colocações.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Sr. Carlos Eduardo, na sua função de fiscalização e como chefe da Inspetoria de Empresas de Grande Porte, quando o senhor ia às empresas o senhor tinha a preocupação de exatamente verificar o que na sua fiscalização? Exclusivamente questões relacionadas com impostos estaduais? ICMS?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Na Inspetoria de Grande Porte eu era inspetor, eu não tinha essa função de ir às empresas para fiscalizar. Quem fiscalizava eram os fiscais, que traziam essas informações para que discutíssemos tecnicamente.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Nesse exame, avaliação e discussão, a documentação das empresas chegava à inspetoria?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não. Existia uma orientação para que... Em razão do tamanho das empresas, existia uma instrução do Secretário para que essas fiscalizações fossem feitas no próprio local da empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– A orientação para os fiscais era direcionada exclusivamente para ICMS?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não entendi a pergunta.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Os fiscais, quando examinavam a documentação, apenas se preocupavam... A função do fiscal estadual é verificar se estão sendo pagos os tributos estaduais. Não é isso?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Eventualmente, se, após o exame da documentação, se verificasse outro tipo de questão que envolvesse tributos federais ou evasão de divisa, quais seriam as providências que deveria tomar o fiscal? Embora V. S^a não estivesse pessoalmente lá, quais seriam as providências tomadas pelos fiscais da inspetoria que V. S^a comandava?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Federais, não. Fiscalizamos tributos estaduais.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Do exame da documentação, constatavam eventualmente evasão de divisa?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Isso nunca foi visto?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Se, por acaso, isso ocorresse, quais seriam os procedimentos fiscais que deveriam adotar?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Deveríamos enviar um ofício à Secretaria da Receita Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Vocês tinham contato com os auditores da Receita Federal nesse aspecto?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Nenhum contato?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Não. Era diretamente com a Secretaria.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Eventualmente isso ocorria?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Era de superintendência para superintendência.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Mas isso ocorria?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS
– Informávamos o fato à superintendência do ICMS, que se prontificava a fazer esse contato.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Portanto, os fiscais poderiam constatar alguma irregularidade relacionada a tributo federal também?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Sim. Teoricamente, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– V. S^a já ouviu falar a respeito das Contas CC-5?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Já escutei falar, mas não sei como funcionam.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Não sabe?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– V. S^a é um fiscal de rendas concursado?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Portanto, conhece Direito Tributário.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Conhece bem.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Mas isso não quer dizer que eu deva conhecer toda a legislação de todos os tributos. Do contrário não exigiria essa divisão de fiscal estadual, fiscal federal, fiscal municipal, fiscal do INSS, fiscal do ISS.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– V. S^a não tem idéia de como funciona o sistema das denominadas Contas CC-5 de residentes?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não. Realmente não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Quais eram efetivamente as atribuições? Como as empresas eram selecionadas para a fiscalização? Quais eram os critérios? Era a receita estadual?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Os critérios eram definidos pelo DPF – Departamento de Planejamento Fiscal. O Departamento de Planejamento Fiscal gera os RAFs – Relatório de Ação Fiscal –, com o qual se inicia o processo de fiscalização. Esses RAFs vão para todas as inspetorias – não apenas para a de grande porte. A partir daí, faz-se a fiscalização.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Eram 400 empresas. as maiores?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Mais ou menos isso.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Algumas representação de multinacionais também.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– E nunca foi visto nada que envolvesse evasão de divisa ou Conta CC-5?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, porque essa não era a nossa função.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Mas insisto nesse ponto. Quando isso ocorria, era feita uma comunicação.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Veja bem. Não podemos entrar em outra área que não é de nossa competência. Podemos examinar importação e exportação. Entretanto, evasão de divisas não é uma área de nossa competência. Não podemos olhar o extrato nem fazer esse tipo de procedimento.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Como servidor público, V. S^a também deve saber que, tomando conhecimento de qualquer irregularidade ou de um ilícito que envolva uma questão que não é de sua competência, precisa tomar providências.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Quando existia o auto de infração que poderia gerar algum efeito de Imposto de Renda ou algo parecido, nós comunicávamos.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Era isso que eu queria saber.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Mas isso não era feito diretamente na Secretaria, mas por intermédio da superintendência.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Sr. Presidente, eram esses os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Ao Deputado Nelson Bornier, para indagações.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Sr.

Carlos Eduardo, o senhor, como inspetor da Inspeção de Grande Porte, tinha contato direto com as empresas?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não. Não tinha, não tinha.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Quantos fiscais tinha subordinados a sua inspetoria?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Cerca de oitenta.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Oitenta? Quando da fiscalização desses oitenta fiscais a uma dessas quatrocentas empresas, as possíveis irregularidades encontradas, o auto de infração já chegava pronto para o senhor. ou esses fiscais viriam até o senhor antes da lavratura desses autos para que o senhor reconhecesse ou não se o auto estaria realmente de acordo?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Normalmente, os autos vinham prontos. O que acontecia era o seguinte: nós dividíamos esses oitenta

fiscais, nós dividíamos a inspetoria em supervisões, eram quatro supervisores. Essa função não era oficial, isso aí foi uma sugestão do secretário, que nós dividíssemos por áreas, e esses supervisores corriam às empresas às quais eles estavam diretamente ligados e traziam essas informações para mim, para o inspetor. Eu discutia com o supervisor e, se fosse o caso, chamávamos o fiscal, para que a gente tomasse providências, discutisse mais o assunto, para que autos de infração não fossem lavrados sem base legal ou sem exageros. No caso, por exemplo, de Petrobrás, era um caso muito importante. Então, empresas desse porte, nós necessitamos fazer um auto de infração bem lavrado. Por quê? Porque lá existe um corpo jurídico forte, e a gente...

O SR. NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – A partir do início da fiscalização desse fiscal com um contribuinte desse, o senhor não tinha contato desde esse início até o final? O senhor só teria conhecimento, realmente, no final da fiscalização, com a empresa certa, ou seja, o fiscal dando como certa ou autolavrada, era isso?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Isso, isso. Normalmente era assim.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Nenhum contato era feito do senhor, nenhuma empresa?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não, existia algum contato, mas era raro, né? Por causa que existiam esses supervisores que me traziam os...

O SR. NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Esse contato dava-se como? A partir do momento de dúvidas entre a fiscalização em si que estava sendo feita, para que o senhor pudesse dirimir?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não, nós fazíamos reuniões periódicas com os supervisores, esse era o primeiro momento. De quinze em quinze dias, normalmente, nós fazíamos uma reunião com os supervisores, onde eles listavam todos os pontos principais em cada fiscalização, e discutíamos aquelas fiscalizações onde estavam acontecendo maiores problemas. E aí, se fosse o caso, chamávamos o fiscal para fazer uma reunião em conjunto para chegar a uma...

O SR. NELSON BORNIER (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Relator, com a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Carlos Eduardo, o senhor deu alguma vez procuração para alguém representá-lo no exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca deu nenhuma procuração para ninguém?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Quem fez isso foi o meu advogado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele fez o quê?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Ele fez... ele contratou um advogado no exterior para verificar justamente esse problema da conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu procuração de alguém para atuar no exterior, para movimentar conta no exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Eu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deu, aqui no País, autorização para alguém abrir conta para o senhor no exterior?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor assinou, alguma vez, contrato de abertura de conta, ficha cadastral para abertura de conta no Brasil?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não. Se eu não tenho a conta...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conta no Banco do Brasil?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – No Banco do Brasil eu tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o número da conta?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não, não sei. Eu tenho duas contas no Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se eu lhe disser o número o senhor pode confirmar ou não?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – O senhor tem que entender que estou há um ano longe disso daí. Há um ano que estamos presos. Estou preso desde abril. Estou preso há sete meses. Meus bens foram todos bloqueados, minhas contas foram todas bloqueadas. O meu salário foi bloqueado. Consegui a liberação na semana passada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se recorda do maior saque que fez em dinheiro na boca do caixa?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Não, não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É mais do que dez mil?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais de cem mil?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais de quinhentos mil?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Eu sei onde é que o senhor quer chegar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi um milhão e pouco, não é isso?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Um milhão e alguma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E cinquenta. O senhor sacou?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Saquei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi no dia 28/10/1998.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Em 28/10/98. Exatamente e transferi para uma outra conta. Foi uma transferência de uma outra conta e, depois, essa conta foi transferida de novo para a minha conta. O senhor pode ver os extratos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui está dizendo o contrário.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Mas estou lhe afirmando que é isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, fiz aqui. Em 1998...

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Em 1999, ele voltou para a minha conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, veja, em 1998 o senhor tinha dez anos de carreira. Se, há cinco anos passados, o senhor ganhasse dez mil reais, sem gastar com mais nada, o senhor tinha um milhão de reais.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Só que tem um problema que o senhor não está levando em consideração. Temos uma participação nas multas, ou seja, aqueles autos que foram lavrados, que foram pagos, tínhamos uma participação de 30% sobre as multas pagas para o Estado e, durante um bom tempo, recebi mais de dois milhões de reais disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto era o seu salário por mês, então?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – O meu salário por mês é dez mil e poucos reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a sua remuneração total quanto era por mês?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Como assim? Não entendi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A sua remuneração média, quanto era?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Média? Estou dizendo o que é salário e o que é quota-parte. Quota-parte é uma coisa, salário é outra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já entendi. Qual era a remuneração média do senhor?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Dez mil e poucos reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não dá para ter um milhão em pouco assim e não gastar mais nada.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Estou lhe dizendo que a parte...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a remuneração média? Pegue o salário mais a média da quota-parte.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Aí, eu tenho que fazer conta. Eu não estou concordando...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui, o levantamento técnico diz que esse dinheiro não passou pelo sistema financeiro.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Quem disse?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O levantamento técnico que foi feito.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS – Infelizmente esse levantamento técnico está completamente errado, já provei isso. SE o senhor for aos autos verá que isso está errado e o Dr. Moacir Leão fez um carnaval em cima disso aí, colocou no **Fantástico**, no **Globo Repórter**, no **Jornal Nacional** e em uma série de lugares. Estou guardando porque tenho provas de que isso não é verdade.

O que ele fez – deixe-me completar – ele usou o relatório completamente errado, usou o relatório da CPMF em que pegou as minhas aplicações. Vou lhe dar um exemplo. O senhor aplica no dia 1º e resgata no dia 30. No dia 1º do mês seguinte faz nova aplicação e faz o resgate no outro mês. Ele pegou e somou isso tudo como se fossem várias aplicações, várias entradas de dinheiro. Isso deu, pelo que saiu no jornal, foram oito milhões de dólares em um ano, dez milhões de dólares no outro. Isso é um absurdo mesmo. Provado e tenho documento para isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Carlos Eduardo, não sei se o seu advogado conversou com o senhor, mas talvez possa fazê-lo, esta CPMI pode lhe oferecer os benefícios da cooperação. O senhor cooperando com a CPI, o senhor pode ter a sua situação jurídica amenizada. Nós estamos lhe oferecendo

isso. Se o senhor quiser colaborar, inclusive em reunião reservada, para falar o que o senhor sabe e ajudar a desvendar essa situação que afetou nosso país. Estamos lhe oferecendo a possibilidade de, em reunião reservada, colaborar com a CPMI.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Sabe o que é que aconteceu? A minha esposa recebeu a mesma proposta e gerou essa confusão toda em que eu estou metido agora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu não estou falando com a sua esposa. Eu estou falando com o senhor.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Mas o senhor entendeu qual é a comparação que eu estou fazendo? Ela chegou lá e foi...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ela foi ouvida depois...

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Falou um monte de coisas que não aconteceram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ela foi ouvida depois que a Suíça informou das contas o antes?

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não sei. Como assim?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É. O problema talvez não seja nem o depoimento da sua esposa. Estou oferecendo ao senhor a possibilidade de cooperar com a CPMI. E que a sua situação de cooperação será levada em consideração na sua participação nesse episódio.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Eu não tenho o que cooperar. Eu não tenho como fazer. Se o senhor me disser como, eu até ajudo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor...

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– O que eu puder fazer, até este momento... Deixe-me só colocar... Isso aqui é uma CPI do Banestado, não é isso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, não. Da evasão de divisas.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Evasão de divisas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Mas então... Mas evasão de divisas referente ao Banestado, é isso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não. Divisas do Brasil. Recursos do Brasil, levados irregularmente, fraudulentamente para fora.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Mas de onde é esta CPI? O senhor me desculpe...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qualquer... Do Brasil inteiro. Qualquer lugar do País.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Eu fui pego desprevenido hoje de manhã.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Fui avisado hoje de manhã. Eu saí correndo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós estamos falando do senhor dos 18 milhões que estão lá fora.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Hã.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso que nós estamos falando com o senhor. Só.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não, mas espera aí. Mas o que eu queria dizer era o seguinte: que na CPI do Banestado, onde estão se apurando trinta... A evasão de trinta bilhões... Olha aqui: bilhões.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Trinta... Trinta bilhões de dólares...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. Nós estávamos falando do senhor, de dezoito milhões de dólares. Uma pessoa só.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Mas sabe o que é que acontece? Lá está sendo feito... Vamos dizer... Está havendo um sigilo. Não está havendo esse carnaval aqui não. Não está havendo não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Carnaval! Um minutinho só. O senhor deve se referir... O senhor está em uma audiência da CPMI do Senado e do Congresso...

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...da Câmara Federal. Isso aqui não tem carnaval nenhum. Nós estamos tratando o senhor com toda educação. Aliás, até quando o senhor mente, nós estamos respeitando o senhor.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– É...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho só. Até quando o senhor mente, nós estamos respeitando o senhor. Então, o senhor deve se dirigir cortesmente, da mesma maneira que está sendo tratado aqui.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Bom, agora eu posso responder?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou dizendo para o senhor que o senhor tem a chance agora de colaborar com a CPMI para ajudar a esclarecer a remessa desses recursos para o exterior. Eu estou falando de uma pessoa que tem dezoito milhões de dólares, mas não tem lastro para isso. Eu estou lhe dando a oportunidade. Se o senhor quiser...

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– O senhor está dizendo que são dezoito milhões de dólares, mas não tem prova disso. O senhor me desculpe. Então, o que está acontecendo é o seguinte...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou dizendo que há dezoito milhões de dólares no seu nome na Suíça. E eu tenho prova disso.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Ah...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, para mim, estou satisfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Pois não, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– Não quero fazer nenhuma pergunta mais. Mas também quero repelir essa declaração que isso é carnaval. Nunca foi. Esta é das CPs mais discretas que tenho visto. Ela está buscando a apuração criminosa de tudo. É uma diligência no Estado do Rio de Janeiro para tomar depoimentos...

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Inclusive...

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– ...e ela, a não ser que seja depoimento reservado, as audiências todas são públicas. Então, não há carnaval. Apenas as pessoas que quiserem poderão assistir, assim como o acesso à imprensa está livre. Então, eu quero repelir essa declaração.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Então, vamos lá.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)

– É só essa intervenção, Sr. Presidente. Não vou bater boca não. Quero apenas fazer essa intervenção.

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

– Não. Mas eu só queria fazer uma colocação, por favor. O que acontece é o seguinte: nós estamos passando por momentos extremamente difíceis. Nós estamos desde janeiro sob fogo cruzado na mídia, na Justiça, nós estamos... No Imposto de Renda, de tudo...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Carlos Eduardo, neste momento,...

O SR. CARLOS EDUARDO PEREIRA RAMOS

Hã.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – ...eu quero agradecer a sua participação, e solicito à Polícia a recondução do Sr. Carlos Eduardo Pereira Ramos ao lugar em que ele estava anteriormente.

Neste momento, passo a palavra ao Relator, para prosseguimento da reunião.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu gostaria de indagar se o Sr. Rodrigo Silveirinha Corrêa já se encontra no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Quero acusar também a presença do Senador Heráclito Fortes e fazer o convite para que ele faça parte da Mesa. Convido-o a fazer parte da Mesa e assumir a Presidência dos trabalhos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já que o Sr. Silveirinha não se encontra no recinto, requeiro seja ouvido neste momento o Sr. Marcelo Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Presidência solicita a presença do Sr. Marcelo Fernandes Mesquita ao plenário.

Encontra-se sobre a mesa termo de compromisso do Sr. Marcelo Fernandes Mesquita, onde o depoente compromete, “nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que sabe e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.”

Inicialmente, a Mesa avisa que V. Sª dispõe de até 30 minutos para alguma instrução que considere necessária. Antes, porém, eu solicitaria que V. Sª se qualificasse, dizendo qual a posição que exercia e alguns dados que possa orientar os presentes nesta oitiva.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA

– Ajudei a Justiça em tudo e hoje me senti prejudicado, perdi meu emprego, a empresa que eu trabalhava, comparado nisso, me demitiu, não tenho como sobreviver. O Governo não fez nada por mim, ninguém me ajudou a nada. Prometeram-me muitas coisas. Presentei depoimento contra, ajudei em tudo o que eu pude. Quer dizer, hoje estou largado. Fui largado pela Justiça, a empresa me demitiu. Tentei de toda maneira não ser demitido.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A qual empresa o senhor...

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – A empresa que eu trabalhava. Eu não estava trabalhando mais para eles. Saí da empresa deles em 2002.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quero dizer ao senhor que o senhor está diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, evidentemente, que pode estar, diante de uma oportunidade, inclusive se for o caso, de algumas correções. O objetivo desta CPI é exatamente fazer apuração de uma evasão de divisas...

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Estou disposto a ajudar da mesma maneira que ajudei a Justiça, em tudo que eu puder ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Então, indagamos se V. S^a tem mais alguma consideração a fazer, ou poderíamos iniciar as perguntas.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não, pode começar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – As perguntas?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Pode perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O Sr. Relator tem a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia dizer onde o senhor trabalhou?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Trabalhei, fui responsável pela contabilidade das empresas dos Sr. Reinaldo Pitta e Alexandre Martins.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E lá o senhor fazia que atividade?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Fazia a parte contábil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram as atividades das empresas?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – A empresa dele era ligada a futebol. Mas, então...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome dela?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Ghost Promoções.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Ghost Promoções.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Pode continuar. Fazia o quê?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Eu fazia a contabilidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, digo, a empresa fazia o quê?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – A empresa trabalhava com futebol e ela tinha uma outra fachada. Ela trabalhava, como se diz, câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fazia o quê no câmbio?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Fazia mercado paralelo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era a operação que eles faziam? Quais eram os tipos e como era feito?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Olha só, a operação é o seguinte, eles pegavam, chegavam fiscais lá com dinheiro até para fazer remessa para o exterior. A remessa funcionava da seguinte maneira, chegava – posso falar? – um fiscal ou outra pessoa com os dólares. Eles tinham uma conta dele

no Banco Português do Atlântico, em Miami, então esse pessoa pegava o dinheiro, comprava dólar e eles remetiam, mas eles não tiravam dinheiro do País. O dinheiro era transferido, era debitado na conta deles e mantinham para o banco, o Discount bank, onde eles tinham conta e depois era remetido para outra conta. Isso está até num depoimento que prestei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É chamado operação cabo?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Operação de cabo. Isso mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles recebiam os reais aqui?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E entregavam os dólares lá fora?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Isso, isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem entrar nem sair dólar do Brasil?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Esses reais eram comprados dólares e jogados no mercado de câmbio paralelo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havia outro tipo de operação?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Que eu conhecesse não, só conhecia esse.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quais eram os clientes?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Bom, era o fiscal Heraldo, o fiscal Axel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Heraldo de onde?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Heraldo da Receita Federal, fiscal Axel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde era?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Da Receita Federal, o Carlos Eduardo Pereira Ramos, já vi uma vez na empresa, o Júlio, irmão do Amauri.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Carlos Eduardo?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Pereira Ramos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. Foi fazer o quê na empresa?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – É ele foi lá para pegar uma grana, porque eles também funcionavam de outra maneira, era tipo uma insituição financeira. Como vou explicar para o senhor? Eles pegavam, o fiscal chegava com o dinheiro, então esse fiscal deixava o dinheiro sob custódia, guardado, e ia

pegando aos poucos. O senhor de repente está entendendo o que estou falando?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claro, como ele não podia deixar na rede bancária oficial...

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Isso, isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele deixava irregularmente, clandestinamente alguém guardando o dinheiro e ele ia tomando aos poucos.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – E as coisas dele eram todas feitas em dinheiro. Para não caracterizar junto ao banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor viu o Carlos Eduardo lá fazendo essa operação?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Sim. Ah?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor viu o Sr. Carlos Eduardo lá fazendo essa operação?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não, olha, o Sr. Carlos Eduardo esteve lá uma vez pegando dinheiro. Agora não sei do que se tratava, acredito que isso...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Poderia ser operação Tab ao inverso?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Isso, é poderia ser, talvez...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Carlos Eduardo, por exemplo, poderia ter pegado dólares no exterior, entregue para eles no exterior, recebia reais aqui, pago ao contrário?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Eles mantinham uma conta no Discount Bank, no DBTC. Então, o que acontecia, quando precisavam de um... os fiscais que tinham dinheiro no exterior precisavam de dinheiro aqui, o que acontecia? Faziam uma transferência, através do Discount Bank, para a conta deles e eles entregavam o dinheiro aqui para o fiscal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor viu algum outro fiscal de que se lembre?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Foi o Heraldo Cavalieri, Amauri, o Júlio, irmão do Amauri.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Júlio?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Júlio, Júlio César, só que o Júlio César é fiscal estadual. (Pausa)

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem mais? Lembra de mais alguém?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Era o Amauri, o Júlio. Não estou lembrado de mais ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem operava isso? Havia algum funcionário que fazia essa opera-

ção? O senhor que fazia, ou o senhor só contabilizava? Quem fazia, quem executava a operação?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Como prestei no meu depoimento, os boletos de transferência do banco foram preenchidos por Sr. Aloísio, que é o gerente-geral da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aloísio do quê?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Aloísio de Freitas, Faria de Freitas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. Ele que operava?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Era através de um boleto, era transferido o valor, era preenchido, aquele boleto já ficava em branco com a assinatura dele, então o Sr. Aluísio preenchia quando o fiscal pedia, outras pessoas também, não só são fiscais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem mais preenchia, você se lembra?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não, só ele. Quando eu saí de lá, já tem um ano que saí de lá, eu fui trabalhar em outro ramo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Ricardo Pitta?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Reinaldo Pitta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reinaldo Pitta, perdão.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – O Sr. Reinaldo Pitta, eles faziam, ele eram donos da empresa, o Sr. Reinaldo Pitta e o sr. Alexandre Martins.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havia jogadores de futebol que também faziam operações desse tipo?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Olha só, no meu depoimento na Justiça, eu falei no jogador Bismark, que trazia dinheiro do Japão, pegava o dinheiro dele, depositava na conta do Banco Português Atlântico deles e aqui o dinheiro era dado para eles. Tanto é que o Sr. Bismark teve um aumento de patrimônio muito grande. Não tem como provar a origem porque as remessas foram feitas ilegais. O dinheiro bem trazido de lá para cá através deles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E para onde foi esse dinheiro aqui?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Esse dinheiro era entregue à pessoa, ou depositado na conta. O pessoal da Receita Federal que eu estava ajudando estiveram na cidade onde eu moro, e eu prestei até alguns depoimentos, eles estavam com um estrato acusando a conta de um laranja com a conta do Bismark. Até um valor elevado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles usaram laranjas?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Olha só. A situação do laranja era o seguinte. Era usado mais o poder econômico.ninguém ganhava nada, como eu nunca ganhei nada, nem os outros ganhavam. Boto até a mão no fogo por isso, porque dependíamos do nosso emprego. Era usado o poder econômico, né? Inclusive a minha conta...

O SR. RELATOR (José Mentor) – quem não fizesse perdia o emprego?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Isso. A minha conta parou de ser movimentada em 1999 porque fui obrigado a passar um cheque e deixar ele passar duas vezes para o meu nome entrar no registro do Banco Central. Foi quando eles pararam de movimentar minha conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles continuam fazendo essas operações?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Agora não sei. Não tive mais contato com eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desde quando você não encontra com eles?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Agora, eu saí da empresa em fevereiro de 2002 e tive muito pouco contato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se havia alguma operação de remessa de dólares para o exterior?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Eles não faziam remessa; o dinheiro já estava todo lá fora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas nunca fizeram? Não conhece, não sabe...?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não, não que eu soubesse. Quando eles tinham dinheiro na conta, eles pegavam dinheiro com outros doleiros no mercado e compravam o dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas operações com jogadores é só essa que você conhece ou tem outras?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – É que eu não lembro, Doutor, tem muito tempo. Passei a fazer um outro tipo de trabalho depois, não consigo lembrar. Foi muita coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se eles tinham contato com outras casas de câmbio, doleiros?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Tinham.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com quem?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Dario Messer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que eles faziam para o Dario Messer?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Eles faziam transações de compra de dólares, de venda, porque quando o fiscal... a pessoa chegava com o dólar, eles tinham que vender aquele dólar para fazer o **spread** que era o ganho deles. E na remessa eles cobravam uma taxa, e, de vez em quando, quando não tinham dinheiro lá fora, então o Dario Messer...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já ouviu falar na empresa Coplac?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Representante do Discount Bank.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o papel da Coplac aqui?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – A Coplac, os formulários de transferência eram entregues a eles. Eles é que faziam as transferências. Todos os formulários, boleto de transferência bancária de uma conta para outra era entregue a eles, à D^a Marlene Rozen.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ela era da Coplac?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Parceria que ela era gerente de lá. Tipo a mandachuva.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Ronaldo Adler?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Conheço de vista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele era?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Um dos donos da Coplac.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Harry Rozemberg?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Sócio também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já ouviu falar na conta Depolo?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Parece-me que essa conta é do Dario Messer. Não tenho certeza, não posso afirmar isso para o senhor. Elo que eu ouvia falar, era do Sr. Dario Messer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta era onde?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Parece-me que era no MTB Bank de Nova York, se não me engano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Armando Santoni, o senhor conhece?

- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Armando Santoni me parecia que tinha uma casa de câmbio chamada Atlantic Tour.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – E tinha operações com a firma?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Não faziam muita coisa não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Rodrigo Santoni?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Desconheço.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Jucélio Nunes Vidal?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Rui Luiz da Luz Leite de Souza?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não conheço.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Fernando Sobral?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Oscar Jangler?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não conheço.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Favel Begman Viana?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não. Favel?
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Sim.
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA** – Favel era amigo do Alexandre. Tinha até um carro que foi vendido direto para o Favel. Era o que eu sabia, que o Alexandre Martins vendeu o carro para ele. Agora, não sabia qual era o relacionamento deles.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – João Lucas de Sousa?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não conheço.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Já ouviu falar na empresa Pescara?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não, Doutor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Beacon Hill?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Eleven?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Atlantis?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – E esse Clark Seton?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não. A casa de câmbio do Dario Messer é Estrin Tour.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Como?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Estrin Tour?
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Roberto Matalon?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Kiko?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Também não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Paco?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor conhece a conta Lespan?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Desses fiscais estaduais do Rio de Janeiro, além do Sr. Carlos Eduardo, alguém esteve lá que o senhor tenha reparado?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA** – Só o Júlio. O Júlio Nogueira, irmão do Amauri.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor não conhece nenhuma operação de remessa de dólares para o exterior?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Até que eu conhecesse, era feito desse jeito. Porque eu também não tinha acesso a muitas coisas lá, porque eu comecei a me revoltar com eles depois que eu descobri o que acontecia com a minha conta. Porque nem eu nem os outros tínhamos acesso à conta, não recebíamos extrato. Era tudo uma transação do Banco com eles.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Você assinava os cheques em branco?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Éramos obrigados a pegar o cheque. Assinávamos, entregávamos a eles, eles ligavam para o Banco para saber quantos talões nós pegamos. O esquema era todo fechado, deles com o Banco.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Além de manter o emprego havia outra motivação para o senhor fazer essa operação?
- O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA**
– Não, Doutor. Que saiba, não. Ele pagava um salário razoável para a gente, até muito bom, mas não era

em cima disso. Porque, na minha conta, pela Receita, foram movimentados 03 milhões de reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que Banco o senhor tinha conta?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – BCN. Inclusive a minha conta era uma conta salário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto, estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Terminada a primeira etapa das interpeleções do Sr. Relator, com a palavra o Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – É mais um esclarecimento. Essa Estriturismo...

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – É Estrin tour.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Quais eram os participantes?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – A Estrin tour até então eu sabia que era do Dario Messer, mas eu não sabia qual era o sócio dele.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Os outros, não sabia?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não, os outros, não. Ele eu tenho certeza de que era o dono. Parece que ela foi fechada.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – E ainda em complemento ao seu esclarecimento, aquelas remessas que vinham de fora de atletas, a aquisição de imóveis era feita pela própria empresa que vocês...?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não. O próprio atleta é que fazia. Olha, o que eu ouvi falar muito lá é um Banco Amambai.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Qual era o Banco?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Amambai.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Mas o dinheiro que era destinado para a aquisição do imóvel, muitas vezes o atleta não vinha ao País para que o imóvel fosse adquirido.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – E quem cuidava disso?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Olha só, a parte dos atletas, o próprio atleta devia de ter uma pessoa. Era entregue o dinheiro a ele, ele fazia uma operação... Assim: “Eu quero 30 mil dólares”. Aí era transferido da conta do atleta para a conta deles, o dinheiro era entregue para eles aqui no Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o nobre Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Marcelo, o Banco Amambaia é de Dario Messer?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não. Aí tenho desconhecimento. O Banco que o Sr. Dario Messer tinha era o Banco Dimensão. Mas já foi fechado.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor no seu trabalho que exerceu, o senhor tem lembrança de algum outro fiscal ou autoridade que tenha transacionado esses valores nesse período?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não tenho não, doutor, porque comecei a ser afastado das coisas, num período antes da minha demissão eu fui afastado. Então, já não tinha mais controle.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Essa Marlene Rosen é a gerente?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Da Coplac, que representa o Discount Bank aqui no Brasil.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor conhece o Sr. Silveirinha?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não o conheço. Que eu saiba eles nunca fizeram transação com ele.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Presidente, é só.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor tem mais alguma questão?

A Mesa indaga se o Relator deseja fazer mais alguma pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O Relator afirma não ter mais questionamentos. Dessa forma, o Marcelo está dispensado devendo ficar em outra dependência para a eventual necessidade de uma acareação.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Tudo bem.

Posso falar com V. Ex^a em particular?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Pode. A reunião está suspensa por três minutos.

(Suspende-se a reunião por 3 min.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A CPI reabre neste instante apenas para comunicar que, a partir de agora, vamos ouvir o Sr. Marcelo em reunião secreta, pois foi um entendimento dos membros da CPI, por causa da importância desta oitiva. De forma que pedimos à Assessoria providência, no sentido de

que permaneçam na sala somente o depoente, a parte técnica e o advogado, no caso, o Defensor Público.

Estão reabertos os trabalhos.

Esta reunião torna-se reservada, não só pela manifestação do depoente em fazer algumas declarações, inclusive, de cunho pessoal, mas a própria Comissão achou que seria importante ouvi-lo nesta etapa. De forma que, reaberta a reunião, concede a palavra ao Marcelo para que ele dê suas explicações e, posteriormente, possamos fazer alguma pergunta.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA

– Sim, senhor.

Explicações, como assim?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Que o senhor contasse à Comissão mais ou menos todo aquele sofrimento que tem vivido depois que colaborou com a justiça, as dificuldades que está enfrentando, viu, Relator. Foi uma conversa que ele teve ali que considero conveniente que participe à Comissão, porque não é justo que isso permaneça sem conhecimento.

O senhor tem a palavra.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA

– Estou passando muita dificuldade financeira porque fui demitido da empresa em que eu trabalhava porque tive meu nome envolvido nisso, fui chamado até de dedo duro. Acho que o nosso País tem que mudar, entendeu, penso dessa maneira, parti para o lado da justiça, de agir com a justiça e ajudar o governo, só que este me abandonou, perdi meu emprego, perdi tudo, hoje quem sustenta minha filha é meu pai, não tenho condições e não consigo arrumar emprego justamente por causa disso, ninguém que possa me dar emprego. A única que está fazendo alguma coisa por mim é a Polícia Federal, a única que está fazendo, porque, fora disso, não tive nada, entendeu. Aqui, no Brasil, a testemunha não é ajudada em nada, por isso as pessoas não querem ser testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor está sendo protegido?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA

– Olha só, no momento, Senador, não estou sendo protegido porque estou... Eu não quis mais, porque...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Digo proteção física.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA –

Não, não estou tendo, pedi à Polícia Federal que não me protegesse porque estou achando muito constrangimento para mim, como acredito que eles não vão fazer nada comigo, entendeu. Eu queria, de repente, alguma coisa, que o Governo arrumasse um emprego para mim, alguma coisa, pelo menos o que eu tinha. Como é que vou sobreviver? Não consigo emprego justamente por causa desse problema, não consigo

emprego. Meu pai também ganha muito pouco, está sustentando a minha filha, eu tenho que tomar alguma atitude, não sei o que vou fazer. Dispensei até a Polícia Federal para poder procurar emprego porque não consigo. Como é que eu ia fazer entrevista em uma empresa com dois agentes federais do meu lado. Então, fica difícil. Acho que fui largado, ajudei muito, ajudei a Justiça e me largaram de lado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Questionamento.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Marcelo, a questão envolve mais o Poder Judiciário do nosso Estado do Rio de Janeiro. Seu depoimento foi essencial para que este caso chegasse ao seu final, como prova, foi o mais importante. Havia prova documental e, na realidade, a prova testemunhal que serviu de ratificação da prova documental foi o seu depoimento e a ex-mulher do Fiscal Carlos Eduardo. Então, seu depoimento é importante. De qualquer maneira, nós, aqui, estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito investigando outro fato e as suas possíveis ligações com esse aqui. De qualquer maneira, vou levar a questão à Comissão numa reunião plena em Brasília, com o Presidente, os demais Senadores e Deputados, Senador Heráclito Fortes, Deputado Alexandre Santos, que estão aqui, confirmarão a minha intervenção, no sentido de que alguma coisa possa ser feita para ajudá-lo. Só vou encaminhar esse seu apelo à CPI, para que seja feito um contato com o Poder Judiciário Federal, para ver se é possível encontrar alguma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Presidente, em face das colocações do depoente, que são de muita importância para o crime que estamos apurando, já faço um requerimento a V. Ex^a, para que possa solicitar a proteção à testemunha, amparado num decreto federal e nas leis federais, para que ele possa ter a proteção e poder até mesmo nos auxiliar, com mais profundidade, num processo que estamos em andamento.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Presidente, antes, gostaria de fazer mais umas indagações, para ver se ele as pode esclarecer aqui.

O senhor conhece pessoalmente o Sr. Dario Míssa?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Conheço.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor se recorda mais ou menos quando ele esteve lá pela última vez?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA

– Ele fazia muitas reuniões com o Reinaldo Pitta. Uma informação que eu tive, não sei se é verdade, é a de ele seria do dono do bingo em Bom Sucesso. Não sei se é verdade.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O Bingo de Bom Sucesso?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – É, o Bingo de Bom Sucesso.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Agora, só para esclarecer: os mecanismos de remessa para os exterior, os fiscais entregavam reais ou dólares ao Alexandre Martins e ao Pitta?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Ou reais ou dólares.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor presenciou essa entrega?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Entrega de dólares e entrega de reais.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Os dólares eram remetidos. O senhor sabe quem os compensava lá no exterior?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Eles tinham uma conta lá para as transações de seus jogadores de futebol, já eram lá foram, aí eles faziam a transferência.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Então, a fonte era a venda de jogadores?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Isso. Venda de jogadores, intermediação, contratos.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Está certo. Então, é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Então, o esclarecimento aqui do Deputado Alexandre Santos.

O Marcelo disse uma coisa aqui muito clara: em determinado momento, teve que abrir mão da proteção, porque a proteção policial, a proteção física, passou a prejudicá-lo. Ele, no momento em que prestou a colaboração à Justiça, para a elucidação desse caso, ficou marcado, e a grande dificuldade é exatamente de obter uma colocação para a sua subsistência.

E, a partir do momento que chegava a algum escritório, acompanhado da Polícia, evidentemente que afastava o empregador de qualquer possibilidade de atender o seu pleito.

FIZ questão de colocar esse assunto à Comissão, para, como bem disse o Deputado Biscaia, que possamos tratar em Brasília desse caso. É um fato delicado. Temos que, pelo menos, transmitir o que vem ocorrendo no caso específico do Marcelo, para que se encontrem soluções, para que não fique prejudicado no futuro.

A partir do momento em que ele colabora no programa de testemunhas, está passando, paralelamente, por esse processo. E é preciso que se examine, de uma maneira geral, e no caso específico dele. Daí por que vamos levar o caso à Comissão, logo que se tenha uma reunião após a essa, lá em Brasília. Está certo, Marcelo?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Certo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO – (fora do microfone – inaudível)

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Essa solicitação que fiz foi para que ele ingresse no programa de proteção federal, porque tem algumas condições a mais do que o Governo do Estado, para que ele possa ser abrangido. Essa foi a minha intenção, para que pudesse ser inserido nessa proteção à testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Dr. José Antônio, o senhor até poderia colaborar, fazendo uma petição, assinada por ele, relatando todo esse fato e nos remetendo a Brasília o mais rápido possível.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO – Na verdade, a iniciativa pode ser até do próprio Ministério Público, do juiz.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Exato.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O próprio Ministério Público Federal poderia...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O próprio Ministério Público Federal. Ou pode ser por intermédio...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO – (fora do microfone – inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Ajudaria muito e mandaria para a CPI o mais rápido possível para que na próxima reunião pudéssemos tratar oficialmente desta questão. Mais alguma coisa, Sr. Marcelo?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Na verdade, eu queria ser um exemplo para que outras pessoas fizessem o que eu fiz. Só que de que maneira?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Marcelo, antes de lhe dispensar dessa primeira etapa, indagaria se você tem mais alguma informação que considera importante, que nos ajudaria...

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Não tem. Se V. Ex^a tiver dúvida em alguma coisa pode me perguntar. Se eu souber terei o maior prazer em responder.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor se coloca à disposição para algum posterior esclarecimento a qualquer momento?

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – A qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Estamos satisfeitos. Sinta-se liberado dessa etapa. Muito obrigado.

O SR. MARCELO FERNANDES MESQUITA – Posso ir embora, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Há necessidade de acareação? Não? Então, está liberado. Obrigado.

Terminada a reunião reservada ao Sr. Marcelo, vamos passar novamente para a reunião pública, convocando o Sr. Ronaldo Adler.

A presente reunião destina-se a ouvir pessoas com a finalidade de apurar responsabilidade sobre a evasão de divisas do Brasil. Encontra-se presente o Sr. Ronaldo Adler. O depoente compromete-se, conforme documento assinado e colocado à mesa, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal. Antes de mais nada, Sr. Depoente, V. Sª terá 30 minutos para prestar os esclarecimentos que julgue necessário. Antes, porém, para melhor situar os membros da Comissão, pediríamos que V. Sª qualificasse a sua função, o que fazia. Aqui consta como representante do Discount Bank. Está errado? Então, V. Sª faria a qualificação. Boa Tarde. Tem a palavra.

O SR. RONALDO ADLER – Boa tarde. Primeiramente, com relação a essa informação que V. Exª tem, não sou representante do Discount Bank. Sou sócio de 0,01% da Coplac, que é uma empresa que prestava consultoria, na qual fui, enfim, convocado, convidado a trabalhar nela por causa do meu passado, da minha profissão, administrador, economista. Tenho conhecimento bastante profundo sobre mercados emergentes, para isso fui convocado, para isso fui convidado e a razão pela qual eu sou sócio é pura e simplesmente 0,01%, você não de convir que é só por razões do Ministério do Trabalho, porque para constar e configura por que eu tinha que estar na empresa. Se por uma razão qualquer o Ministério do Trabalho passasse no escritório, não, eu sou de fato sócio em 0,01%. Essa é a relação do Ronaldo com a Coplac.

O que eu faço ou o que eu fazia.

Eu sou um conector dos mercados emergentes, mercados internacionais e para isso fui contratado, para fazer avaliações para que o antigo Discount Bank, hoje o DB, através da minha pessoa, pudesse receber as informações relativas aos mercados brasileiros, que são hoje ... no passado foram melhores, mas hoje, dado graças ao bom desempenho da eco-

nomia e do Governo, se tornam e se tornaram ativos extremamente importantes, de bastante relevância, com alta rentabilidade. Eu estudo, estudava esses mercados para oferecer à instituição essas análises técnicas para que ela pudesse fazer a avaliação e sugerir aos clientes do mundo inteiro.

Resumidamente é mais ou menos o que eu fazia.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Se o senhor desejar dispõe de até trinta minutos para mais algum esclarecimento que tiver.

O SR. RONALDO ADLER – O que o senhor quiser saber.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Então, passo a palavra para ganharmos tempo, vamos às perguntas.

O SR. RONALDO ADLER – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sr. Relator, com a palavra para as perguntas iniciais.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Ronaldo, o senhor declarou que tinha 01%.

O SR. RONALDO ADLER – 0,01%.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Da firma Coplac.

O SR. RONALDO ADLER – Exato.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Quais eram os outros sócios da empresa?

O SR. RONALDO ADLER – Dr. Herry Rosenberg tem 0,1% e uma empresa do banco chamada Trade Invest, uma **off-shore**, completamente dentro dos padrões, dentro do que dita a Legislação vigente no País, 99 vírgula o que for, a diferença.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E o senhor sabe quais os sócios da Trade Invest?

O SR. RONALDO ADLER – O próprio Discount Bank, o dono da Trade Invest é o Discount Bank. Isso não tem nenhuma ... nada de errado.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Estou perguntando, eu não estou ainda ...

O SR. RONALDO ADLER – E tem contrato, se o senhor quiser saber, os contratos todos são perfeitamente abertos e esclarecedores.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A Coplac era responsável pela abertura de contas?

O SR. RONALDO ADLER – Jamais. A Coplac é uma empresa de consultoria, ela faz avaliação, ela não tem nenhuma relação com abertura de conta, até porque, para ficar muito claro isso, que foi uma dúvida que eu não só os senhores, mas todo mundo tem, principalmente a mídia, a Coplac fazia ou que faz a abertura de contas. Isso não é verdade, até porque quem abre uma conta não é uma empresa e sim o banco. Então, eu jamais poderia abrir uma conta no

Bradesco, eu tenho que ir ao Bradesco para solicitar à direção, à gerência que fizesse a abertura. A mesma coisa a Constituição, se alguém quiser abrir uma conta essa pessoa tem que se dirigir à instituição para que seja feita a abertura.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Pois é, mas tem aqui o fiscal Antonio Bonfim da Silva declarou em seu depoimento que abriu a conta nº 143.688, através da Coplac, tendo entregue a quantia de US\$120 mil em espécie, assim como realizou saques na referida conta.

O SR. RONALDO ADLER – Eu desconheço integralmente, além do que não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor possui conta no exterior?

O SR. RONALDO ADLER – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Aqui o senhor já afirmou que a Coplac não é representante do Discount Bank no Brasil. Apenas o Trade Invest é sócio com 99,...

O SR. RONALDO ADLER – Vou explicar para o senhor entender direitinho. O Dr. Herry vai poder explicar melhor, porque ele tem uma... até porque ele tem a regulamentação, ele é o representante oficial, foi o representante oficial da instituição e ele recebeu o mandato para tal, vinculado ao Banco Central. Ou seja, todos os documentos são um suporte, podem ser comprovados.

Como a pessoa física não poderia prestar esse tipo de consultoria, o Herry Rosemberg, a figura do representante, oficializou a Coplac para que ela pudesse junto à legislação local ter essa relação.

Essa é a denominação. A Coplac foi uma empresa contratada – temos documentos todos suporte do que estou falando -, de tal maneira ela abria uma porta para o Dr. Herry permanecer dentro da instituição e fazer toda a parte de relação.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E a Coplac possuía conta no exterior?

O SR. RONALDO ADLER – Jamais.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A Coplac mantinha algum tipo de relação com o Sr. Chaim Enok Zalkzberg?

O SR. RONALDO ADLER – Vou explicar também.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Ou o senhor como pessoa física ou empresa?

O SR. RONALDO ADLER – Dr. Chaim Zalkzberg é advogado, inclusive advogou para essa instituição, chamada Trade Invest. Ele foi a pessoa que, junto aos órgãos competentes, fez toda a parte de legalização de toda empresa. Vou lhe dar um exemplo para o senhor entender.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E os registros de remessa, então?

O SR. RONALDO ADLER – Vou explicar para o senhor entender.

O imóvel onde a Coplac está pertence à Trade Invest. Para que esse imóvel fosse adquirido no Brasil foi necessário o envio, uma internação oficial de todo o dinheiro para a aquisição do imóvel. Então, a gente precisa de um advogado e esse advogado foi o Dr. Chaim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Exatamente, o Dr. Chaim e o Dr. Antonio Vanez Filho são procuradores da *off-shore*?

O SR. RONALDO ADLER – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Exatamente, então é confirmando isso.

O SR. RONALDO ADLER – Perfeitamente, consoante com a legislação.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor conhece Armando Santoni?

O SR. RONALDO ADLER – Nem de nome.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Rodrigo Santoni?

O SR. RONALDO ADLER – Nem de nome.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Pescara, uma empresa?

O SR. RONALDO ADLER – Jamais ouvi falar.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Júcelio Nunes Vidal?

O SR. RONALDO ADLER – Negativo.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Fernando Sobral?

O SR. RONALDO ADLER – Negativo.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Beacon Hill?

O SR. RONALDO ADLER – Negativo.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Alguma negociação com Beacon Hill?

O SR. RONALDO ADLER – Jamais, isso eu li no jornal, em revista quando publicaram, mas desconheço a matéria integralmente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E os empresários do futebol Alexandre Martins e Ronaldo Pitta?

O SR. RONALDO ADLER – Eu os conheci quando fui intimado a estar nesse local no dia em que os fiscais foram presos. Foi o dia que os vi pela primeira vez na minha vida. Vi-os, não os conheço e nunca cruzei com eles.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E as empresas Passabra, Gortim Corporation?

O SR. RONALDO ADLER – Desconheço. De nome, eu vi depois do escândalo.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor já manteve algum contato com as seguintes pessoas: Roberto Matalon.

O SR. RONALDO ADLER – Jamais.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Clark Seton?

O SR. RONALDO ADLER – Conheço socialmente. Já estive em casamentos e festas, conheço ele socialmente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Oscar Jaia?

O SR. RONALDO ADLER – Socialmente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Faivel Viana?

O SR. RONALDO ADLER – Socialmente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Anibal Contreiras?

O SR. RONALDO ADLER – Jamais.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A empresa uruguaia Lespan também não é do seu conhecimento?

O SR. RONALDO ADLER – Jamais.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E com os fiscais, antes do processo, Carlos Eduardo Pereira Ramos, Rodrigo Silveirinha Corrêa, Rômulo Gonçalves, Amauri Franklin Nogueira Filho, Lúcio Manoel Picansso dos Santos, Hélio Ramos da Silva Lucena, Sérgio Jacoma de Lucena, Axel Hamer?

O SR. RONALDO ADLER – Todos eles fui conhecer aqui no... quando foram convocados junto comigo para a primeira oitiva.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E Tolla Adler e Isabel Adler?

O SR. RONALDO ADLER – Isabel é minha mãe.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Consta aqui um registro de remessa, mas isso aqui...

O SR. RONALDO ADLER – Tolla? O senhor poderia repetir o nome, por favor?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Está aqui. Remessa de U\$50 mil, pela Redler, para Tolla Adler.

O SR. RONALDO ADLER – Dora?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Não. “T”, “O”, “L”, “L”, “A”, que está aqui.

O SR. RONALDO ADLER – Desconheço.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Isabel Adler...

O SR. RONALDO ADLER – Como se escreve Isabel, por favor?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Está aqui. Isabel Adler. U\$34 mil, em 1998. Maraton de Santiago, também não?

O SR. RONALDO ADLER – Impossível. Minha mãe é aposentada. Não tem a menor chance de ter esse tipo de...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mais uma indagação. Os advogados Antonio Vanez Filho e Chaim, além da advocacia, têm relações com câmbio, remessas...

O SR. RONALDO ADLER – Jamais. Isso é uma grande mentira, se é que posso lhe dizer. São pessoas sérias, cumpridoras de sua profissão. Exercem a advocacia como primeira e única atividade.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Presidente, por enquanto é isso.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Deputado Alexandre Santos, alguma pergunta?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Deputado Ronaldo Adler, quem gerenciava a Coplac?

O SR. RONALDO ADLER – Herry Rosemberg, e eu ajudava.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O Dr. Carlos Eduardo, que o senhor desconhece...

O SR. RONALDO ADLER – Doutor?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Carlos Eduardo Pereira Ramos recebeu da Coplac quase duzentos telefonemas. Seria do Seu Hélio?

O SR. RONALDO ADLER – Seria... desculpe, eu não ouvi.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Seu Hélio?

O SR. RONALDO ADLER – Seu Hélio?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Hélio, porque é o senhor e o Seu Hélio que faziam a gestão, não é isso, da Coplac?

O SR. RONALDO ADLER – Seu Hélio, quem é Hélio, desculpe, eu não entendi o senhor.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Herry Rosemberg.

O SR. RONALDO ADLER – Ah! Herry Rosemberg. Eu posso dizer o seguinte: eu não conheço essas pessoas. Não posso dizer pelas outras pessoas, mas tenho certeza absoluta que todas essas pessoas que o senhor está falando eu os conheci ou aqui ou posteriormente quando fui detido e estava no ponto zero.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quantos funcionários tem a Coplac?

O SR. RONALDO ADLER – Oito ou nove tinham.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O doutor ... só legalizou a venda do imóvel?

O SR. RONALDO ADLER – Ele legalizou a empresa, a ..., e nos assessorava em tudo que dizia respeito à parte legal junto ao Banco Central e algumas coisas que tínhamos dúvida.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então o senhor falou que ele foi contratado para legalizar e internar o dinheiro que veio...

O SR. RONALDO ADLER – Perfeitamente, todos eles foram feitos de forma oficial junto a bancos credenciados e através das resoluções que o Banco Central exige.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então o senhor agora está dizendo que ele não só fazia isso mas as outras atividades de assessoria a sua empresa.

O SR. RONALDO ADLER – Não todas, algumas. Eu tinha, se tínhamos alguma dúvida com relação ao Banco Central ou a empresa tínhamos que fazer a solicitação. A gente conversava com ele, principalmente na época da aquisição. É importante o senhor entender também que houve outra aquisição de outro imóvel no Leblon na qual a ... foi a instituição que adquiriu e para isso houve uma demora, houve um processo praticamente de um ano e meio para adquirir esse imóvel e a gente tinha uma relação contínua em função dessa negociação desse imóvel.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor conhece um funcionário chamado Marcelo?

O SR. RONALDO ADLER – Funcionário, Marcelo? Marcelo de quê e da onde?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Marcelo Fernandes Mesquita.

O SR. RONALDO ADLER – Desconheço integralmente.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Presidente, é só obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor tem de memória o valor dessas duas interações para aquisição dos imóveis?

O SR. RONALDO ADLER – O primeiro imóvel da Nilo Peçanha alguma coisa em torno, posso estar enganado, de US\$150 mil, e o segundo foi bem mais alto, um andar no Leblon da ordem US\$1,2 milhão, um milhão cento e oitenta, posso estar enganado, mas alguma coisa próximo disso, mas, volto a lhe falar, todas essas informações são facilmente resgatáveis, porque todos os documentos são abertos, foram feitos através de uma conta aberta especificamente para esse fim e todos eles estão declarados com escritura fartamente documentada.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sr. Relator, teria mais alguma pergunta a fazer?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sim, Sr. Presidente.

Sr. Ronaldo, o senhor conhece quais são os acionistas do Discount Bank?

O SR. RONALDO ADLER – Os acionistas? Conheço certamente. O dono.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sim.

O SR. RONALDO ADLER – O dono se chama Oudi Recanati, é um empresário que atua em diversos ramos no mundo.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Como se escreve, por favor?

O SR. RONALDO ADLER – Oudi Recanati.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Foi vendido recentemente?

O SR. RONALDO ADLER – Foi, o Union Bank Privê adquiriu essa instituição.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Tenho mais duas indagações ainda tendo em vista o seu próprio depoimento, os seus esclarecimentos. Um brasileiro com recursos no exterior pode comprar papéis no mercado financeiro nacional utilizando-se do Discount Bank ou seus fundos de investimento *off-shore* sem ser identificado?

Não sou técnico nessa área, por isso faço essa pergunta.

O SR. RONALDO ADLER – Vou responder de forma objetiva. Qualquer cidadão brasileiro ou não, sediado em qualquer do mundo, pode comprar qualquer ativo em qualquer lugar do mundo. Então, se for brasileiro e estiver me qualquer lugar do mundo, pode adquirir, porque o mercado é aberto. Não existe restrição alguma.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Vale dizer que se um brasileiro também....

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. RONALDO ADLER – Não, não. Vou explicar para os senhores entenderem.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas ele precisa se identificar?

O SR. RONALDO ADLER – De maneira nenhuma. Nenhum ativo no Brasil, quando lançado por instituições credenciadas – vou explicar mais ou menos para os senhores entenderem... Por exemplo, o BNDES, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce têm interesse em fazer uma captação de recursos. Todas as vezes em que os senhores ou qualquer pessoa lê no jornal um matéria sobre entrada de recursos no País, essa entrada se dá principalmente por recursos de instituições que fazem lançamentos ou emissões de papéis lá fora – por exemplo, Vale do Rio Doce, BNDES, Petrobrás, Bradesco, Banco Itaú, etc. -, perfeitamente normais. Essas empresas, estatais, privadas ou o que forem, contratam o serviço de instituições financeiras estrangeiras que repassam, por seus *dealers*, que são instituições

credenciadas mais específicas, e pulverizam isso no mercado internacional. Então, vai para todo mercado internacional: Japão, Inglaterra, Europa, Estados Unidos. Como o Brasil é um País onde sempre houve uma grande volatilidade dos papéis, e naturalmente onde há grande volatilidade existe a possibilidade de alta rentabilidade, os papéis brasileiros são altamente interessantes para pessoas que buscam altas rentabilidades, até porque a rentabilidade está diretamente ligada ao risco. O País, há um ano, antes das eleições tinha um risco muito elevado. O País estava, então, altamente interessante para quem buscava altas rentabilidades. Nesse sentido, as pessoas buscam, não só brasileiros, mas também europeus, asiáticos, americanos, o Brasil como alternativa, principalmente porque hoje a taxa de juros internacional é muito baixa, e o Brasil oferece papéis, ou seja, rentabilidade interessante para esses investidores finais. Então, qualquer investidor, em qualquer lugar do mundo, assim como qualquer brasileiro, pode adquirir qualquer ativo no mundo – no caso do Brasil, desde que comprove. O Imposto de Renda é muito claro. Você tem uma coluna específica para depósitos em moeda estrangeira ou ativos estrangeiros. Então, desde que seja lá registrado, é algo perfeitamente normal. A recíproca também é verdadeira, só que ao contrário: as pessoas têm que declarar lá fora para colocar aqui.

Fui claro para o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sim, tinha me referido exatamente a essa questão da comprovação.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Para mim, é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Eu não teria mais nenhuma pergunta a fazer.

Indago ao Relator se há necessidade de S. Sr^a se manter para uma futura acareação. Haverá necessidade de acareação? (Pausa)

Está liberado.

O SR. RONALDO ADLER – Muito obrigado. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Solicitamos providências da assessoria no sentido de trazer A SRA. Marlene Rozen. (Pausa)

A SRA. MARLENE ROZEN – Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Boa tarde.

Está presente A SRA. Marlene Rozen que assinou termo de compromisso no qual “compromete-se, nos termos dos art. 203 do CPP, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio,

nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, 10 de novembro de 2003.”

V. S^a terá, inicialmente, até trinta minutos para prestar algum esclarecimento.

Consta aqui no nosso rol de convocações que a senhora é uma das representantes do Discount Bank no Brasil. Parece que há uma divergência com relação a isso. Então, pediríamos que V. Ex^a, num minuto, se qualificasse, dissesse exatamente qual é a sua posição no mercado, até para que os Parlamentares se situem com relação a isso. V. S^a tem a palavra.

A SRA. MARLENE ROZEN – Sempre fui secretária da Coplac. O representante do banco era o Dr. Herry Rosenberg, eu sempre fui secretária da Coplac, porque eu fazia todo o trabalho burocrático, pegava as ligações. Era essa a minha função, então eu fazia sempre o trabalho burocrático, eu não tinha nada...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Mais algum esclarecimento? Ou passaríamos logo às perguntas do relator e dos Parlamentares que o desejarem?

A SRA. MARLENE ROZEN – Bom, acho que esclareci, porque a gente tem medo de deixar passar o momento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Se tiver, durante qualquer parte da oitiva, não tem nenhuma dificuldade, V. S^a fique absolutamente tranqüila.

A SRA. MARLENE ROZEN – Nunca entendi por que é que foi dito que sou representante, é por isso que estou à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Pois é, mas a senhora fique absolutamente tranqüila, estamos aqui para esclarecimento, fique completamente à vontade. Se no correr da reunião, a V. S^a achar que deve voltar ao assunto, se quiser transformar a reunião em secreta, porque tem alguma informação a prestar que não queira fazer em público, fique inteiramente à vontade.

A SRA. MARLENE ROZEN – Certo. Só quero deixar bem claro que não tenho nada a ver com a representação do banco, sou funcionária da Coplac, sempre fui. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Passaria a palavra, então, ao relator e em algum momento que a senhora queira fazer alguma consideração fique inteiramente à vontade.

A SRA. MARLENE ROZEN – Está bom, sim senhor.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A senhora não é sócia da Coplac, é gerente executiva?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não, não sou gerente executiva. A Coplac era um lugar pequeno, tinha um representante, tinham os dois sócios que faziam

o trabalho, e eu secretariava, não quis ser gerente, entendeu?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Quais são os dois sócios?

A SRA. MARLENE ROZEN – O Dr. Herry Rosenberg e o Dr. Ronaldo Ávila, sendo que o Dr. Herry Rosenberg também era representante do Banco.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E a Trade Invest, era sócia?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não sei bem a estrutura da Trade Invest, não sei...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A senhora viu o contrato social da Coplac já? A senhora viu o instrumento do contrato da empresa?

A SRA. MARLENE ROZEN – Já vi ligeiramente, não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Não sabe quais são os sócios, além do Sr. Herry Rosenberg e o Sr. Ronaldo Ávila?

A SRA. MARLENE ROZEN – Consta-me que são só eles dois, eles eram os meus patrões. A Coplac, para mim, eram só eles dois.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Agora, quais eram exatamente as suas atividades na Coplac?

A SRA. MARLENE ROZEN – Sempre secretariava o Dr. Herry, quando ele precisava, às vezes pessoas ligavam para ele e eu anotava o recado, depois passava. Quando ele me pedia para preencher cadastro de pessoas que queriam se candidatar a abrir conta no Discount Bank, eu preenchia o cadastro, juntava o documento e passava para ele. Quando tinha também... A Coplac trabalhava com pesquisa de investimento no Brasil, então, eu ajudava, quando ele pedia, a fazer essas pesquisas, sobre empresas brasileiras, Banco do Brasil, BNDS. Às vezes ele mandava pesquisar.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Então, as contas eram abertas, mas eram abertas lá no Discount Bank?

A SRA. MARLENE ROZEN – Olha, eu não sei lhe dizer o mecanismo, porque eu preenchia o cadastro e, aí, encerrava porque eu só era Secretária, entendeu?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A senhora conheceu o fiscal Antonio Bonfim da Silva?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Porque ele declarou que abriu uma conta na Coplac por seu intermédio – e as pessoas que abriam conta, algumas vezes, entregavam os valores em espécie?

A SRA. MARLENE ROZEN – Nunca.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas como – abria a conta sem depósito nenhum?

A SRA. MARLENE ROZEN – Olha, eu não sei se abria, entendeu? Porque quando preenchia o cadastro, eu perdia a continuidade com a pessoa – eu não sabia o que iria acontecer depois.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A senhora preenchia o cadastro e entregava cadastro preenchido a quem?

A SRA. MARLENE ROZEN – Eu passava para o Dr. Herry. Agora, o que... Bom.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Então, o representante do Discount no Brasil é o Dr. Herry Rosenberg e não a Coplac.

A SRA. MARLENE ROZEN – É o Dr. Herry – a Coplac fazia, também, outras coisas.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Certo – o representante era o Dr. Herry Rosenberg.

A SRA. MARLENE ROZEN – É.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A senhora sabe se essa representação foi autorizada, legalmente, pelo Banco Central?

A SRA. MARLENE ROZEN – Foi. Lembro-me que ele estava fazendo o Processo, junto ao Banco Central.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E a Coplac era o único representante no Brasil do Discount Bank ou havia outros representantes – a senhora tem conhecimento disto?

A SRA. MARLENE ROZEN – Se a Coplac...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Se a Coplac era a única representante do Discount Bank?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E a Coplac possuía conta bancária no Brasil e no exterior?

A SRA. MARLENE ROZEN – A Coplac tinha contas, aqui, no Citibank – e acho que no Unibanco – para movimentar e pagar os funcionários. Quando dava consultoria a empresa recebia também por essas pesquisas. Eram essas as contas que tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E o preenchimento do cadastro era feito em português ou em inglês?

A SRA. MARLENE ROZEN – Era em português.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Em português mesmo, não é. Como era, mais ou menos, o questionário – a senhora tem alguma recordação?

A SRA. MARLENE ROZEN – Eram dados pessoais da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A senhora lembra de algum nome ou de alguns nomes

dessas contas que foram abertas e preenchidas pela senhora – de pessoas conhecidas?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – De nenhum?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O cadastro-formulário era da Coplac ou do era do Discount Bank?

A SRA. MARLENE ROZEN – Era um formulário comum – não estava escrito nem uma coisa e nem outra.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – No formulário não havia nada que indicasse o mesmo?

A SRA. MARLENE ROZEN – Acho que havia o nome do Banco.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Do Banco?

A SRA. MARLENE ROZEN – É. Não tenho certeza mas acho que sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Porque, aí, o formulário era, provavelmente, do Banco.

A SRA. MARLENE ROZEN – Provavelmente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A senhora conhece o Sr. Dario Nesser?

A SRA. MARLENE ROZEN – Já ouvi falar e encontrei algumas vezes – em comunidades, assim, indo para Sinagogas...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sim mas lá na Coplac não?

A SRA. MARLENE ROZEN – E nunca vi ele lá.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E algumas empresas, aí, que eu irei citar os nomes e pessoas – a senhora conheceu alguma como o Sr. Armando Santoni e o Sr. Rodrigo Santoni da Pescara – relações, agenda?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não conheço.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Jucélio Nunes Vidal?

A SRA. MARLENE ROZEN – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Um Banco – uma empresa americana: Beacon Hill?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não. Não conheço.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Lespan, do Uruguai?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Fernando Sobral?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Oscar Jaguar?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Favel Bergman Viana?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – João Lucas Sousa?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E os empresários, aí, do futebol – Srs. Alexandre Martins e Ronaldo Pitta?

A SRA. MARLENE ROZEN – Esses também conheci socialmente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Socialmente. Não foi na Coplac?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não. Não vi lá não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A empresa Depolo?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não conheço.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E esses fiscais que estão envolvidos nessa remessa. A senhora conheceu algum deles? Abriram contas por seu intermédio, pelo cadastro deles?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não os conheci.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Carlos Eduardo Ramos?

A SRA. MARLENE ROZEN – Já o vi na audiência. Não conheço nenhum deles.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Rodrigo Silveirinha e Rômulo Gonçalves. A senhora os conhece?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Amauri Frank Nogueira Filho?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Lúcio Manoel Picâncio dos Santos?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Hélio Ramos da Silva Lucena?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sérgio Jacome de Lucena?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Axel Hamer?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A senhora sabe qual é a atividade do Sr. Dario Messer? Ele trabalha em quê?

A SRA. MARLENE ROZEN – Já ouvi falar. O pai dele vendia jóias. Isso contava meu pai. Depois, ouvi dizer que ele era cambista. O pai dele.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Ouviu falar que ele era cambista. Nunca teve confirmação?

A SRA. MARLENE ROZEN – Meu pai, às vezes, fazia negócios com eles. Comprou um relógio.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E para remeter dólares?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não sei dizer-lhe.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Srª Marlene, a senhora assinou e leu um termo sobre falar a verdade. Tem consciência disso?

A SRA. MARLENE ROZEN – Tenho.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Para qual empresa a senhora trabalhava?

A SRA. MARLENE ROZEN – Coplac.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Qual seu cargo?

A SRA. MARLENE ROZEN – Eu era Secretária.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A senhora dava assistência ao Sr. Herry Rosemberg?

A SRA. MARLENE ROZEN – Dava. Ele era meu chefe.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A senhora preenchia a ficha do Trade Bank Investment?

A SRA. MARLENE ROZEN – Do Discount? Preenchiamos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A empresa Coplac era contratada para fazer esse trabalho para o banco?

A SRA. MARLENE ROZEN – Era representante do banco também.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quantos funcionários tinha a Coplac, por favor?

A SRA. MARLENE ROZEN – Creio que nove.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quantos funcionários tinha o banco?

A SRA. MARLENE ROZEN – Na Coplac havia nove. Não tinha um banco.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Mas a senhora exercia uma função de assessoria ao Dr. Herry Rosemberg.

A SRA. MARLENE ROZEN – Na Coplac... também.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A senhora preenchia cadastro bancário. A senhora fazia um cadastro para o banco?

A SRA. MARLENE ROZEN – Para a proposta de quem quisesse abrir.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quem faz proposta para abrir conta bancária e para o banco?

A SRA. MARLENE ROZEN – É.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, a senhora fazia trabalho para o banco, mesmo trabalhando na Coplac?

A SRA. MARLENE ROZEN – É.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – É isso? Gostaria que a senhora respondesse, por favor.

A SRA. MARLENE ROZEN – Atendia a solicitação do Dr. Herry de que tinha que preencher o cadastro e reunir aqueles papéis para entregar a ele. A proposta ia ser aprovada.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Só para o nosso entendimento. Quando faço uma ficha de cadastro bancário vou ao banco e o funcionário do banco me atende com tal finalidade. A senhora fazia auxiliando o Dr. Herry?

A SRA. MARLENE ROZEN – É. Mas ele não abria, também, porque nós, aqui, não tínhamos... Ele não tinha como abrir aqui. Ele não abria conta; a gente preenchia só e... E mandávamos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Há pouco, pudemos ouvir o Dr. Ronaldo dizer que a Coplac não tinha nada com o banco, que não fazia as funções do banco. Estou querendo só dizer que a senhora era uma funcionária da Coplac e fazia as ações do banco, ou melhor, de abertura de conta bancária, para serem encaminhadas para quem a senhora prestava serviço, que era um dos donos da Coplac, e que também tinha envolvimento com o banco.

Funcionava alguma representação, na Coplac, do banco?

A SRA. MARLENE ROZEN – O Dr. Herry era um representante.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, na Coplac, havia representação do banco?

A SRA. MARLENE ROZEN – Sim. O Dr. Herry era um representante.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A senhora conhece o Sr. Chaim? Dr. Chaim?

A SRA. MARLENE ROZEN – Dr. Chaim Zalkzberg?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim.

A SRA. MARLENE ROZEN – É. Eu via, às vezes, ele indo lá; às vezes, os Drs. Herry e Ronaldo iam ao escritório dele.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Oudi Recanati?

A SRA. MARLENE ROZEN – Como?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Oudi Recanati? A senhora sabe de quem se trata?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não conheço.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A senhora conhece o NTB Bank, de Nova Iorque?

A SRA. MARLENE ROZEN – Hein?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Já ouviu falar?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não, não. Nunca ouvi falar.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Strito Turismo?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não, não conheço.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A senhora funcionava como uma espécie de secretária-gerente da Coplac?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não tinha o que gerenciar. Não tinha essa função, porque era um lugar pequeno. Eu era secretária e fazia o trabalho burocrático que aparecesse: faz uma carta, ajuda, preenche o cadastro, atendia as ligações... Era esse o meu trabalho de secretária.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A senhora conhece o funcionário chamado Marcelo Fernandes Mesquita?

A SRA. MARLENE ROZEN – Ele não trabalhava na Coplac, não. Não conheço ele.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Passa a senhora conhece?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não, não conheço.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Pergunto: a senhora ainda continua trabalhando na Coplac?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não. Ele já...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não, digo a senhora. Continua trabalhando na Coplac.

A SRA. MARLENE ROZEN – Não, eles já fizeram o fechamento, fizeram a homologação e me mandaram embora, agora.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Atualmente, a senhora trabalha onde?

A SRA. MARLENE ROZEN – Estou parada. Estou aposentada. Sou já aposentada do INSS.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A senhora sabe – já estamos nos encaminhando para o final –, o Discount Bank, a senhora sabe quais eram os acionistas, quais eram as atividades exatas que o Discount Bank tinha lá fora? A senhora tem algum conhecimento disso?

A SRA. MARLENE ROZEN – Olha, o que eu sei é que eles abriam contas e tinham uma série de fundos,

que queriam, inclusive, oferecer aqui para empresas brasileiras, para bancos, para fundos...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Eles faziam aplicações aqui no Brasil?

A SRA. MARLENE ROZEN – Eu acho que eles ofereciam... Uma das funções era oferecer esses fundos que eles tinham lá para empresas brasileiras.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Agora, quando... A senhora afirmou que nunca recebeu em espécie; fazia só o cadastro. Se tinha que fazer alguma reserva para o Discount Bank, de que maneira isso era feito? Por intermédio de um outro banco?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não, nós não tínhamos conhecimento nenhum disso. O que acho é que quem fazia isso e queria mandar fazia através do Banco Central. Como, não sei, porque eu não tinha conhecimento do que acontecia.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Se é abertura de conta, nunca foi feito nenhum tipo de remessa para lá?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não, lá, não. Lá não tinha isso.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Nem através do computador, alguma forma, algum sistema?

A SRA. MARLENE ROZEN – Não sei, porque sou ruim de computador, mas nunca vi computador lá trabalhar com isso.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A papelada, os cadastros eram encaminhados para lá.

A SRA. MARLENE ROZEN – Era.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – De maneira eram encaminhados?

A SRA. MARLENE ROZEN – Olha, eu sei que eu passava e eles mandavam passar por fax, agora o resto não sei lhe dizer.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Eram mandados por fax?

A SRA. MARLENE ROZEN – É.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, está bom. Acho que é isso, Sr. Presidente. Gostaria que V. Ex^a pedisse para aguardar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A senhora está liberada desta primeira etapa, agora vamos solicitar que aguarde em outra dependência do fórum para uma necessidade posterior, se for o caso de uma acareação.

A SRA. MARLENE ROZEN – Está legal. Posso sair?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Pode. Nós agradecemos a colaboração.

Pedimos à nossa assessoria que traga a este recinto o Sr. Herry Rosenberg.

Compromete-se, nos termos do art. 206 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXII, da Constituição Federal.

No primeiro momento, a assessoria terá até trinta minutos para prestar algum esclarecimento que julgue, antes, porém, solicitaríamos até para orientação da assessoria e dos Parlamentares aqui presentes que o senhor se qualificasse, porque há, inclusive, uma divergência, pois o senhor consta como representante do Discount Bank no Brasil. Era exatamente essa a sua função? Queria que o senhor dissesse quais as suas funções na iniciativa privada, apenas para facilitar os nossos trabalhos aqui. Em seguida, o senhor dispõe de até trinta minutos. Se quiser dispensá-lo, não tem nenhum problema, ficando lhe facultada, a qualquer momento, a palavra no caso de algum esclarecimento, uma vez que o que estamos buscando aqui são esclarecimentos suficientes para que a CPMI cumpra o seu objetivo.

Faço o registro de que se encontra presente o seu advogado, que irá acompanhá-lo o tempo todo, sem, no entanto, como é de praxe poder se manifestar.

Outro ponto que gostaria de deixar bem claro é, se em algum momento, o senhor solicitar, por conveniência, que seja feito um depoimento reservado, secreto, é só avisar, que tomaremos todas as providências necessárias para que isso aconteça.

Tem a palavra.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Muito obrigado. Bom, eu, em 98, fui nomeado representante oficial no Brasil pelo Discount Bank, devidamente credenciado pelo Banco Central do Brasil, para a atividade de representação não comercial. Que quer dizer isso? É um dos primeiros esclarecimentos que gostaria de colocar. A representação era para fazer relações públicas, a representação da instituição perante as instituições locais.

Sempre uso a palavra **interface**, que era exatamente o que eu sempre fiz. Representava a instituição que me deu esse mandato, perante as instituições locais, apresentando às instituições locais os produtos da minha instituição. E, no momento em que houvesse qualquer interesse de qualquer instituição local para com esses produtos, eu colocava a instituição local, em contato com a mesa da minha instituição para que aí, sim, fosse feita a transação. Jamais fui autorizado para fazer nenhum tipo de transação nem compra e venda de papéis a não ser a venda somente do produto na parte de relações públicas e não, a venda efetiva do produto. Quando falo em produto, falo de

fundos de investimento, enfim, produtos que um banco normal vende.

Estou no mercado, como agente de investimento, desde de 1983, se não me falha a memória. Então, sou uma pessoa que sempre trabalhei nesse mercado e tive a honra de poder ter recebido este mandato para fazer o trabalho.

A empresa que constituí, chamada Coplac, no ano de 1990, essencialmente era uma empresa de consultoria na área financeira. Ela fazia esse trabalho. Quando fui nomeado representante, na minha pessoa física – porque, como a época não era permitido que uma pessoa jurídica fosse representante de um banco, fui, então, nomeado na minha pessoa física –, nessa época, precisei de um suporte de escritório, de toda parte de base para uma representação, para eu poder me locomover e para poder ter telefone. Assim, naquela época, o banco aceitou a idéia de que a Coplac fosse contratada para dar o suporte à Herry Representante, o suporte que necessitava na parte de escritórios. Daí vem a ligação da Coplac com a representação. Eu gostaria de deixar isso bem claro porque, às vezes, pairam dúvidas. Que fique claro quem é Coplac, quem é a Representação e quem é o representante. Eu tinha o escritório que fazia toda essa parte de consultoria para várias empresas. Em 1988, o banco entrou como cliente – vamos dizer assim – da Coplac para dar toda essa sustentação na parte logística.

Com relação ao banco, a atividade era muito maior muito mais na área de consultoria. É importante que V. Ex^{as} saibam que o banco tinha ativos em papéis do Brasil, papéis emitidos por bancos brasileiros. É de conhecimento público que os bancos nacionais emitem papéis lá fora. Então, os bancos internacionais compram esses papéis porque eles, naquela época mais ainda, ofereciam uma rentabilidade acima da média do mercado internacional. Eram papéis muito cotados. E praticamente 90% da atividade do meu escritório e da minha representação eram na avaliação desses papéis, na consulta com relação à validade de compra desses papéis, ao momento de compra e venda, enfim, como deve ser uma atividade de uma pessoa que trabalha no mercado de investimentos. Ao mesmo tempo em que havia interesse às vezes de instituições daqui, os grandes bancos brasileiros, em comprar fundos do banco voltados para o mercado internacional, para os diversos mercados. Então, essa era a grande atividade que desenvolvemos durante esses anos todos. Eu quis sintetizar e explicar mais ou menos o que era a representação.

Não sei se preciso de 30 minutos. Eu preferiria responder, porque facilitará para mim, em vez de ficar falando algo para eu voltar o tempo todo para o mesmo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Tem a palavra, portanto, o Sr. Relator, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor esclareceu a primeira dúvida, porque o Sr. Ronaldo Adler declarou que a Coplac não era representante do Discount Bank e A SRA. Marlene Rozen declarou que o senhor era uma representante do Discount Bank.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Creio que esclareci isso muito bem, quem é quem e onde.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor era representante como pessoa física?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Pessoa física.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Quais eram os sócios da Coplac?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Eu, o Ronaldo e a sócia majoritária a Trade Invest, que é uma *off-shore*, que era do banco.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Então, o Discount Bank era sócio da Coplac?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não diretamente. A Trade Invest é a empresa que tem 99% da Coplac e eu e o Ronaldo, como sócios gerentes, tínhamos uma participação minoritária.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas o senhor constituiu a Coplac antes ser um representante do Discount Bank.

O SR. HERRY ROSEMBERG – O senhor tem toda razão. Vamos voltar para 1990. Em 1990 eu constituí a Coplac como empresa de consultoria. No ano de 1994 a Trade Invest entrou na Coplac.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Então, na constituição originária ela não era sócia?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Foi anterior, não era. Só em 1994, porque foi quando a instituição começou a querer investir e a se interessar pelo País, pelos ativos do Brasil.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor declarou que era representante não comercial das instituições locais. Quer dizer, a sua representação do Discount Bank que utilizava o escritório da Coplac, por meio de um contrato, estava autorizada a abrir contas no Discount Bank?

O SR. HERRY ROSEMBERG – A atividade de abertura de contas era minoritária dentro da atividade da Copiac, porque a atividade principal era a atividade de consultoria e de representação da instituição perante as instituições locais. Não sei se estou-me fazendo entender. Essa era a atividade da representação. O representante se dirigia ao banco Bradesco, Itaú, aos grandes bancos locais e oferecia os produtos que existiam no banco que eu representava. Da mesma maneira

que esses bancos que emitiam papeia no exterior ofereciam no mercado esses papéis para os bancos estrangeiros e eu indicava a minha instituição, recomendava a compra ou não desses papéis das instituições. Essa era a atividade, a consultoria era para isso, para avaliar o mercado brasileiro e para avaliar as oportunidades no mercado brasileiro para poder justamente recomendar ou não para minha instituição que tinha ativos que comprava do mercado brasileiro.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas uma pessoa física que pretendesse abrir uma conta no Discount Bank poderia fazer isso se dirigindo à Coplac?

O SR. HERRY ROSEMBERG – A Coplac era a parte física, o escritório. Por isso existe um contrato feito entre a Coplac e o Banco para poder dar essa estrutura que a pessoa física somente não poderia ter. Então, foi contratada a Coplac para dar suporte à representação. Aí sim, uma pessoa física poderia vir ao escritório, porque escutou falar que havia uma representação. Era feito um cadastro que era mandado para o Banco, que aprovava ou não aquela pessoa para ser cliente ou não do banco. Essa era uma atividade meramente burocrática.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – De que maneira era feita uma remessa?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não era feita por nós, não tínhamos nada a ver com a remessa.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas o cadastro era encaminhado...

O SR. HERRY ROSEMBERG – O cadastro era encaminhado...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O banco aprovava, e aí, a pessoa...

O SR. HERRY ROSEMBERG – E aí voltava, a pessoa assinava, recebia um número do banco, da conta, e aí ele se encarregava de fazer toda a parte...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Você sabe de que maneira ele fazia isso?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não, porque acontece o seguinte: minha atividade parava na parte burocrática. Eu não tinha nenhum acesso, por razões até de sigilo suíço, não tínhamos nenhum acesso a nenhuma informação com relação à seqüência do que acontecia depois que era feita a parte burocrática.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor tem conhecimento da resolução 2.592 do Conselho Monetário Nacional.

Art. 1.º, inciso 2.º: “A representação referida neste artigo, a representação no País de instituição financeira, ela tem por objeto a realização de contatos comerciais, transmissão de informações, vedada a prática de operações privativas das instituições financeiras e

das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Mas que fique bem clara uma coisa: primeiro, a abertura não era feita. A abertura quem fazia era o banco, quem abria era o banco, não éramos nós. Nós somente enviávamos as informações para que o banco, se era o caso, abrisse ou não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas de que modo era feito o encaminhamento? E-mail? Fax?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Isso é pelos caminhos normais de comunicação.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Agora, não poderia a pessoa fazer diretamente? Por que ela utilizava...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Poderia, vou chegar lá. É bom porque vou poder esclarecer as coisas. Primeiro, a pessoa poderia abrir conta diretamente no banco lá fora, poderia abrir conta através de um representante de lá que estivesse aqui de passagem, existiam várias maneiras. Então, quer dizer, essas maneiras sempre existiram, entendeu? E elas estão no mercado. Então, quer dizer...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Continuam existindo.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Estou me referindo exatamente ao que V. Ex^a me perguntou, entende? Então, no caso específico que V. Ex^a está me perguntando, se fosse o caso de uma pessoa física, esse era o trâmite. Agora, é muito importante que se esclareça o seguinte: todas as pessoas que se dirigiram – e que não foram muitas – eram avisadas de que deveriam declarar isso em suas declarações de Imposto de Renda, porque esse era o normal, isso era uma coisa que era praxe. Do momento que o banco aprovava qualquer cadastro, era imediatamente dito que não se esquecesse de que isso fosse declarado no Imposto de Renda.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor passou a ser representante em que ano?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Em 1998. Agosto.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Nesse período, até 2002, o senhor tem idéia aproximada do número de contas que tenham sido...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Foi muito poucas, sei lá, trinta, quarenta, enfim, dezenas, nada de... Porque, volto a dizer, não era a minha atividade principal. Minha atividade principal não era essa. Não era para isso que eu tinha sido... entendeu?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E a Coplac possuía conta lá fora, no exterior?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Não, não, não, não. A Coplac recebia do banco uma importância aqui, na conta da Coplac, como está no processo, para justamente se manter e poder dar esse serviço.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Agora, uma outra indagação técnica. Não sou conhecedor...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Por favor, eu estou aqui para esclarecer.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Alguém que procurasse lá, quer dizer, um brasileiro com recursos no exterior, ele poderá adquirir papéis no mercado financeiro nacional, utilizando-se do Discount Bank?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Bom, o Discount Bank hoje já não é mais, ele foi comprado por um outro banco, mas, enfim, logicamente sim, porque a conta lá fora, do momento em que é declarada no Imposto de Renda, ela existe, e os ativos que podem ser cobrados são ativos internacionais. Então, nada impede que ninguém que tenha uma conta no exterior possa comprar ativos de qualquer país – dos Estados Unidos, do Brasil, enfim de qualquer lugar. Agora, é importante que se diga o seguinte – é porque vai vindo na minha cabeça e eu vou lhe esclarecendo – : tem certos tipos de papéis que são vedados à compra de locais. Por exemplo, tem certos papéis emitidos pelo Brasil que é proibida a venda, vamos chamar assim, a brasileiros. E como tem outros que podem ser. Isso não é só o Brasil, vários países, quando emitem papéis existem certas limitações. Mas isso aí é do dia-a-dia do mercado internacional.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor conhece o Sr. Dario Messer?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Socialmente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – A empresa Depolo?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não me diz nada.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Armando Santoni e Rodrigo Santoni?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Nunca escutei falar. Desconheço.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Jocélio Nunes Vidal?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não conheço.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Beacon Hill?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não me diz nada.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Rui da Luz Leite de Souza?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não conheço,

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Fernando Sobral?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Oscar Jagger?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Oscar? Esse nome não me é estranho, mas não conheço. Já escutei.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Favel Begman Viana?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Aliás, Favel tomei ciência... Não foi esse que estava no jornal, foi assassinado, enfim, se suicidou. Não sei.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E os empresários de futebol Alexandre Martins e Ronaldo Pita?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Socialmente, somente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E esses fiscais e auditores que estão no processo da justiça federal? Carlos Eduardo Pereira Ramos?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Para sintetizar, infelizmente o conheci quando estive no Ponto Zero porque também estive na...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Até aquela oportunidade?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Não conhecia. Conheci-os no ponto zero.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Bom, as suas atividades todas eram lícitas?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Sempre foram. Sempre me pautei...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Por que motivo o senhor foi condenado a nove anos e seis meses de reclusão?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Eu gostaria que o senhor perguntasse isso a quem condenou. Também acho isso um absurdo porque se o senhor pegar a minha vida toda – tenho que dizer isso pois é uma revolta que existe dentro de mim – e se olhar toda a minha vida pregressa que está no processo, toda a minha parte porque desde o primeiro minuto abri mão de todo o meu sigilo profissional, fiscal, bancário, tudo, abri porque não tinha nada para esconder e, infelizmente, faço a mesma pergunta que o senhor me fez.

Não consigo dormir por que a pergunta está aqui o tempo todo. Por quê?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O Sr. Chaim Zalkzberg qual é a relação que mantinha com o senhor ou com a sua empresa?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Vou lhe dizer. O Dr. Chaim é uma pessoa que aprendi a conhecer desde pequeno, uma pessoa que era conhecida na minha família como advogado de reputação ilibada,

de renome e por quem sempre tive o maior carinho e que sempre teve o maior carinho por mim.

Quando montei a empresa quem cuidava da parte jurídica, embora eu seja advogado de formação, mas quem cuidou para mim, mesmo a representação perante o Banco Central, foi o escritório do Dr. Chaim quando fomos comprar, quando a Tradinvest comprou o imóvel da Nilo Peçanha onde a Coplac está estabelecida, foi o Dr. Chaim porque é uma pessoa de confiança, uma pessoa de reputação ilibada.

Faço também a mesma pergunta porque está sendo envolvida com coisas que não têm nada a ver com ele que é um advogado de renome e de reputação ilibada.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Presidente, conclui.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PSDB – RJ) – Dr. Herry, V. S.^a tentou nos tirar algumas dúvidas que o Dr. Ronaldo nos deixou e que foram confirmadas pela D. Marlene, mas volto ao senhor.

O senhor falou que pode um representante abrir conta no banco. O senhor acabou de dizer, há poucos instantes, que passando um representante do banco poderia...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Desculpe-me, eu disse que não é abrir, não abria. Fazíamos a parte burocrática, quem abria era o banco. Gostaria que isso ficasse bem entendido.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Mas, depois, em seu depoimento, dentro da normalidade, o senhor falou “passando aqui um representante, poderia abrir”.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Sim, um representante de fora.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor agendava clientes? Estou entendendo, uma vez que o senhor fazia o cadastro deles, agendava ou preparava o cliente para o banco.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Não, deixe-me voltar um minutinho. Posso interromper, ou o senhor quer terminar?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Por favor. Vamos.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Se alguém aparecesse no escritório com essa intenção, o cadastro era feito e era mandado para o banco. E ao banco cabia abrir ou não. Esse era o procedimento. Então, não tinha agendamentos, por quê? Primeiro, nós não tínhamos interesse nenhum de buscar clientes fora, entendeu? Não era essa a praxe, e não era esse o interesse. O interesse, volto a dizer, era a consultoria,

era justamente dar ao banco – entendeu? – as chances de investimento em mercado. Então, essa era a grande atividade. As outras coisas eram acessórias. Então, esse era o procedimento.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor tinha uma representação oficial de um banco?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Sim, senhor. Perante o Banco Central, oficializada pelo Banco Central.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E que a empresa que o senhor detinha com o Dr. Ronaldo...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – ...preparava os cadastros e remetia para a análise do banco...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – ...para que então uma análise aprovada, abria-se uma conta.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Ou não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Ou não. Mas que o senhor também não tem conhecimento.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor também não tem conhecimento de como se faziam os depósitos?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Não. Porque não era... Não era da nossa atividade. Porque era uma atividade meramente burocrática. Volto a dizer, era atividade bastante... Praticamente irrisória dentro do escritório, não era uma atividade principal. Muito ao contrário. Então, não tínhamos esse tipo de contato com relação às contas em si. Somente a parte burocrática. E para isso havia o contrato, que era só para isso. Porque aí entrava o sigilo, então nós não tínhamos acesso a nenhum tipo de informação.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O que nos deixa às vezes surpresos...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Vamos lá.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – ...é que como o senhor e o Dr. Ronaldo trabalham no mesmo escritório,...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Sim.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – ...ele não tem conhecimento. Sabe que o senhor é representante de um banco. Mas não tem conhecimento das ações que a Dona Marlene fazia para o senhor, que era preenchimento de cadastro. Já que ele disse que a Coplac não tinha nada a ver com a sua representação. Então, uma coisa...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Entendi. Desculpe. Volto um minutinho. Ele não... Porque, olha bem... Primeiro, deixa-me voltar aqui só um minutinho para

esclarecer. O Ronaldo tinha participação na Coplac, certo, mas quem era o representante do banco era eu, certo? A Dona Marlene era minha secretária. Ela fazia justamente a parte de secretaria relativa a toda a parte que eu precisasse. Entende? Então, que fique bem claro isso. Então,...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Mas a Coplac é que dava assessoria ao senhor?

O SR. HERRY ROSEMBERG – A Coplac me dava assessoria somente logística.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Somente a parte logística.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E o Ronaldo também era um dos donos?

O SR. HERRY ROSEMBERG – O Ronaldo era acionista...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Da Coplac?

O SR. HERRY ROSEMBERG – ...minoritário. Mas era da Coplac.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Era?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Era.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Independente, era?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Exatamente. E ele fazia...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Tinha conhecimento e trabalhava lá?

O SR. HERRY ROSEMBERG – E ele fazia toda a parte... Porque, como o Ronaldo é uma pessoa que vem do mercado, é uma pessoa especializada no mercado...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim. De amplo conhecimento.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Exatamente. Ele trabalhava muito nessa área de consultoria e nessa parte de investimentos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O que nos deixou perplexos é que ele não conhecia o trabalho feito pela Dona Marlene.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Mas não sei. Eu não posso...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Já que ele...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Eu não posso...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Porque a Dona Marlene não... Ela trabalha na Coplac.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Exatamente. Ela é funcionária da Coplac.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E as ações dela são feitas para a empresa Coplac?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Sem dúvidas.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E preenchia a ficha...

O SR. HERRY ROSEMBERG – E a Coplac tinha um contrato com o banco, para dar esse serviço. Então, a Marlene, através...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, a Coplac tem tudo a ver com o banco, já que ela prestava serviço diretamente...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Sem sombra de dúvidas. Eu disse isso. A Coplac foi contratada para isso.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, o que vem a nos tirar a posição do Sr. Ronaldo, já que ele disse que a Coplac era uma empresa...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Isso é verdade. A empresa... Mas a empresa...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O que não tinha nada a ver. Ela só fazia assessorá-lo...

O SR. HERRY ROSEMBERG – É lógico.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – ...pele que eu estou entendendo aqui, já que em conhecimento de mercado a Coplac só dava assistência, análise de investimentos, tudo o mais, mas para o banco que o senhor representava.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Eu representava o banco para dar análise e toda a consultoria, toda a parte, fazia tudo o que precisava. Para isso ela foi contratada.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Por que é que fechou a Coplac?

O SR. HERRY ROSEMBERG – A Coplac fechou por causa... Muito simples. Aliás, ela não fechou. Ela... O problema é que, desde que começou este problema, esvaziou. Começamos a estar, infelizmente, na mídia, enfim, começou todo esse problema e a Coplac passou a não ter razão, porque tudo que ela fazia, fomos afastados... Porque eu e o Ronaldo, principalmente, estávamos afastados do mercado, da Coplac, de tudo. Por quê? Porque fomos afastados, recebemos uma suspensão temporária.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O Discount Bank?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Sim.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Tirou o senhor como representante?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Tirar, não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Tirou sua representação?

O SR. HERRY ROSEMBERG – O problema foi o seguinte, vou explicar: no meio do ano passado, o

banco foi comprado, e justamente quando começaram os problemas. Então, essa história da representação, perdi a representação, por causa de tudo que aconteceu, embora, não é que não tenha nada provado contra mim, e se Deus quiser não vai ter, mas criou um vazio.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, volto a dizer: o senhor disse que não, e agora disse que sim.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não, estou dizendo por que estou inativo. Estou sem atividade.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Volto a fazer a pergunta.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Estou sem atividade.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim, mas, oficialmente, o que nos interessa. O senhor fazer ou não fazer é uma ação própria sua.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Ah, oficialmente continuo. Inclusive continuo recebendo.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, hoje o senhor ainda continua sendo um representante do banco?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Continuo, inclusive continuo recebendo o salário, oficialmente, que entra todo mês no banco aqui, direitinho, certinho, como sempre.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Está bem. Essa remessa vem do exterior?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Vem do exterior, para uma conta daqui e é trocada como sempre foi, como está nos anais aí, está no processo. É oficial, como sempre foi, e trocada oficialmente.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Só para terminar, Sr. Presidente. Só porque pessoas com conhecimento de mercado, com a inteligência demonstrada pelo Dr. Ronaldo, e como a do senhor, acho que a sua colocação é uma explicação que entendemos. Faz-se uma empresa para dar assessoria a uma representação de um banco, e não é uma empresa separada; juridicamente pode até ser. Mas elas funcionam na mesma sala, com a mesma secretária, fazendo as ações para atendimento à representação do banco.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Sem dúvida.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Dr. Herry, qual era a remuneração do banco com relação à empresa de vocês, do Discount Bank? Era por abertura de conta...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Não, não. Era uma remuneração fixa, para manter a atividade, para manter os funcionários que prestavam serviços.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor tem idéia do valor?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Era em torno de – está inclusive no meu depoimento – US\$20 mil por mês, que vinham oficialmente para a conta da Coplac todo mês, direitinho, como está.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O Dr. Ronaldo falou em algum momento na internação de duas quantias para aquisição de imóveis.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor se lembra Senador valores?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Foram dois imóveis em épocas diferentes. Um foi o imóvel da Coplac, que foi comprado em 1995, se não me falha a memória, que é o da Avenida Nilo Peçanha, que ainda existe, está lá, onde funcionou a Coplac esses anos todos; e o outro foi o imóvel do Leblon, que foi em 2002, mas que já foi vendido, foi logo vendido. Mas não foram nada com a Coplac. Isso teve a ver com a Trade Invest. Foi a Trade Invest que comprou esses imóveis. Eram imóveis que são propriedade da Trade Invest. O do Leblon era e o da Nilo Peçanha continua sendo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor lembra os valores?

O SR. HERRY ROSEMBERG – O da Nilo Peçanha, por favor não me pegue pela... O da Nilo Peçanha foi US\$200 mil na época; e o do Leblon foi um milhão e poucos dólares, mais ou menos, uma coisa assim.

Mas todos foram operações oficiais, pelo Banco Central, direitinho, como tem que ser.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Eles entraram no Brasil pela Trade Invest...

O SR. HERRY ROSEMBERG – Trade Invest, comprando imóveis.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – E a venda, esses recursos foram parar na mão de quem, quando vendidos?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Quando vendidos, eles voltaram para a Trade Invest, claro, em operação oficial, pelo Banco Central. Isso é uma coisa bastante fácil de ser...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Retornaram à origem, via Caymann?

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Trade Invest é irlandesa, se não me engano é irlandesa, Irish, é uma Irish Company.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Eram as duas perguntas que gostaria de fazer ao senhor. Há necessidade de alguma acareação também?

Agradecemos a sua presença.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Existe a possibilidade de mais algum esclarecimento que V. S^a queira fazer.

O SR. HERRY ROSEMBERG – Não. Muito obrigado, obrigado a V. Ex^{as}. Estou à disposição a qualquer momento, para qualquer tipo de novo esclarecimento. Muito obrigado e sucesso no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Agradeço. V. S^a está liberado.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Presidente temos ainda uma relação de diversas pessoas.

Existe nesse momento a comunicação de que Alexandre Martins e Reinaldo Pitta preferiram... (Pausa)

Pois é, esses dois aí... acredito que o depoimento deles é rápido, e as pessoas estão aí o dia inteiro, então talvez fosse o caso de ouvirmos o Sr. Germano e o Sr. Arilson.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Por gentileza, que seja trazido até a sala o Sr. Arilson da Silva Filho. (Pausa)

Encontra-se já na sala o Sr. Arilson da Silva Filho.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Arilson da Silva Dias.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Então há um erro da convocação. O Sr. Arilson da Silva Dias.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Ex-empregado da Passabrás.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não, a empresa é Passabra.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Aqui também estava errado. Estava achando inclusive esquisito o nome.

Sr. Arilson, em primeiro lugar, fique absolutamente tranqüilo, estamos aqui para ouvi-lo e se algum momento V. S^a achar que há alguma coisa de importante e que exija sigilo, pode solicitar que tornaremos a reunião secreta.

Registro que o Sr. Arilson da Silva Dias está acompanhado do seu advogado, que poderá lhe prestar assistência sem, no entanto, poder se manifestar.

Preenchendo as formalidades, encontra-se sobre a mesa um termo de compromisso assinado por Arilson da Silva Dias, no qual o depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5^o inc. LXIII, da Constituição Federal.

Querida que o senhor falasse um pouco da sua atividades na Passabra e, se quiser, tem até 30 minutos

para prestas alguns esclarecimento, caso não deseje ou não seja necessário passaremos então ao bloco e perguntas, iniciando-se pelo Relator.

Sr. Arilson, V. S^a tem a palavra.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Primeiramente, sou auxiliar de escritório da empresa Passabra, fui, aliás, hoje em dia exerço a mesma função nas Gortim Promoções.

Meu dia a dia lá é coisa corriqueira, de escritório, não tenho grande, não saberia assim precisar exatamente o que seria... é pagamento de contas, essas coisas. Nada de mais.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Iniciemos as perguntas.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Arilson, o senhor trabalhou na Passabra por quanto tempo?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Trabalhei na Passabra Turismo, se não me engano, foi quatro anos, e depois passei para a Gortim Promoções.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Gortim Promoções.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Isso.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Quando o senhor mudou?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Isso foi, se não me engano, foi em 2001, acho que foi 2001.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E continua lá?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – E continuo na Gortim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Quer dizer, tanto a Passabra quanto a Gortim Promoções são empresas do Alexandre Martins e Ronaldo Pitta? É isso?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – E Reinaldo Pitta. Isso.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Reinaldo Pitta. Eles são os sócios e donos?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – São os diretores da empresa e sócios.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E quais são atividades das empresas? É na área do futebol exclusivamente?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – A Passabra era uma empresa de turismo e a Gortim Promoções é uma empresa de futebol.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Ah, então a Passabra, turismo, e a Gortim Promoções, futebol.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Isso.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E câmbio, qual delas exercia? A Passabra ou a Gortim Promoções.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – A Passabra era uma empresa que funcionava com turismo e câmbio.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Câmbio?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – É, até a razão social é turismo e câmbio.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Quando perguntar, tanto na Passabra como na Gortim Promoções. Como o senhor recebia o seu pagamento? O senhor tinha conta bancária?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Tinha. Tinha uma conta bancária.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E o pagamento era crédito na sua conta?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não. O pagamento não era crédito. O pagamento era feito através de contracheque, no escritório, assinava o contracheque e recebia o meu dinheiro.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Em dinheiro? Recebia em espécie?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Recebia em espécie.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E por que o senhor tinha conta bancária então?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Porque a gente precisava fazer alguma pagamento, alguma coisa, a gente fazia através da conta bancária...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas qual era a movimentação dessa conta? O senhor recebia o extrato, alguma coisa?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Bom, é importante salientar aqui o seguinte. Essa conta, conforme o senhor deve saber, teve aí um inquérito, um processo todo em cima dessa conta.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Uma movimentação muito além do seu salário.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Exatamente. Exatamente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – É isso que eu quero que o senhor explique como era feito.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Bom, essa conta, durante algum tempo, durante algum momento, eia foi só minha, somente minha. E teve um momento também que foi uma conta movimentada pelo Sr. Reinaldo e pelo Sr. Alexandre Martins.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas de que maneira? A conta era aberta em seu nome.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – A conta foi aberta em meu nome.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E o senhor o que, assinava cheque em branco?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Era.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E o que o Sr. Alexandre Martins e Ronaldo Pitta alegavam para isso?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Nada. A princípio nunca alegaram nada. Eles faziam simplesmente um pedido que a gente respeitava e assinava.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Se não atendesse estava demitido?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não; nunca houve esse tipo de ameaça não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Qual é o seu grau de instrução?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Segundo grau completo.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor tinha bem idéia do que estava fazendo com esse procedimento? Tinha consciência do que estava fazendo? Sabia que era uma coisa indevida?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Eu sabia que era uma coisa indevida, mas a princípio nunca pensei que isso fosse acarretar algum outro problema.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor não recebia o extrato bancário lá não?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não. Nunca tirei.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor tinha cartão do banco? Que banco era?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Tinha. BCN.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor tinha cartão do banco?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Tinha.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – De vez em quando, nem por curiosidade, o senhor ia lá no caixa para ver o saldo.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Eu sabia que a quantia qualquer que seja não era minha, então não tinha esse tipo de curiosidade.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas nem ia ver quanto era?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Agora, o senhor tem conhecimento da razão pela qual esse procedimento era adotado pelo Sr. Alexandre Martins e Ronaldo Pitta? Por que eles faziam isso, na forma mais simples possível, de que maneira essa movimentação de dinheiro era utilizada, com que finalidade?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Bom, já esclareci no depoimento que dei à Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas isso é lá na Justiça; aqui é uma CPI e que não é nem o problema do propinoduto. Estamos investigando uma outra questão que é evasão de divisas em todo o País. Teve até alguém que disse 'outro processo, 30 milhões; esse aqui há quem diga que são 16 bilhões, 40 bilhões, falam até em mais do que isso. Queremos saber o procedimento, por que o Sr. Alexandre Martins e Reinaldo Pitta estavam movimentando a sua conta, com que finalidade?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não sei qual é o intuito, qual a finalidade exata por que movimentavam a conta. Eles simplesmente pediam a conta, a gente assinava o cheque, passava o valor, às vezes passavam os valores para a gente, às vezes a gente assinava o cheque em branco, que eles mesmos preenchiam, e movimentavam. Agora, qual a finalidade, não sei. De início, a gente tinha uma certa idéia de que fosse para pagamento das contas do escritório, movimentação dessas coisas, na realidade não tinha idéia para que serviria...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Enquanto o senhor estava na Passabra o senhor tinha conhecimento de que maneira o câmbio era feito, a remessa para o exterior?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não, porque nunca trabalhei com câmbio; eu trabalhava na parte de turismo.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Turismo?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Só turismo. Eu trabalhava na parte exata em que fazíamos o pagamento das contas da empresa, o pagamento de luz, gás, água.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Qual era a pessoa encarregada do câmbio na Passabra?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – O Reinaldo e o Alexandre.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Os dois? Eles mesmos cuidavam disso?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Eles mesmos cuidavam.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Se alguém pretendesse fazer câmbio de alguma maneira... Era com ele?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Não tinha nenhum outro funcionário que cuidasse disso lá?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – É, tinha outros funcionários que trabalhavam na parte de câmbio, mas acredito que os clientes procuravam Reinaldo e o Alexandre normalmente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor não tinha interferência nisso?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não. Nunca trabalhei com câmbio.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Arilson, o senhor trabalhava em uma casa de câmbio?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Trabalhava em uma casa de turismo e câmbio, uma empresa.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Além disso, emprestava o seu nome para que fossem feitas as transações financeiras e se declara consciente do seu processo. Quem tem consciência sabe que o senhor estava dentro de um processo, além de outros crimes, por formação de quadrilha. Nesse processo o senhor recebeu alguma pena?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – No processo criminal?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Se eu sofri alguma pena?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Através dos jornais o senhor deve ter tomado conhecimento de que a gente foi condenado, os funcionários, a três anos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Mas o senhor não está cumprindo pena?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – De prisão?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor, dentro da Passabra, tinha conhecimento de outros vínculos com outras empresas?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – O quê? Da Passabra Turismo?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Que eu conheça, não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Com outras casas de câmbio?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não. Eu não trabalhava com câmbio.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor só levava a quantia?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não. Eu nunca carreguei quantia.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Qual era a sua função específica, por favor.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Eu vou falar novamente, já foi esclarecido aqui. Eu era auxiliar de escritório, fazia trabalhos internos. De vez em quando, trabalhos externos. Trabalhos externos que eu fazia era pagamento em Banco. Eu pagava contas em Banco, até porque isso é inerente a minha função já que eu fazia o pagamento das contas da empresa. Eu nunca carreguei valores nem trabalhava na parte de câmbio. Logo, não tenho idéia se tinha conexão...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor me desculpe por falar fácil assim. Eu até entendo como é feito o procedimento de alguns lugares, até mesmo para lhe dar uma chance, porque você falou com tanta facilidade: “tinha conhecimento...”, “Sei...”, “Tinha consciência que estava sendo usado...”, “Me deixava ser usado...”

São coisas que as pessoas têm de ter. No mínimo, antes de saber, podem ter esse posicionamento. Mas depois...Estou falando isso até para o senhor se acautelar porque isso pode prejudicá-lo.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Ele só me perguntou, pelo que entendi, meu grau de instrução e se eu saberia, se teria idéia de que esse procedimento era irregular. Foi essa a pergunta que eu entendi.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor nunca ouviu falar de Depolo, de nenhuma conta assim no exterior?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quem era além do Sr. Alexandre Martins e o Reinaldo Pita, teria mais alguma pessoa que estaria credenciado como dono da empresa, como sócio da empresa?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Que eu conheça, os sócios da empresa eram eles dois e as duas empresas.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Qual era o nome delas, por favor?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Das esposas?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Do Alexandre a esposa era a Elizabete, e do Reinaldo, D. Rosália.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Elas freqüentavam a empresa?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Só servia o nome para em conjunto com eles?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – É, acho que era um contrato social; eles dividiam e tal...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor tem alguma informação que possa ajudar esta Comissão ou que queira prestar em depoimento sob sigilo para esta Comissão?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sr. Relator, mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Arilson, o senhor foi condenado e ainda assim, com todo esse, o senhor continua trabalhando na empresa?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Continuo trabalhando para o Dr. Reinaldo Pitta e para Alexandre Martins?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Não lhe deram explicação para isso tudo?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não entendi.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor foi condenado porque permitiu que usassem a sua conta bancária. Nunca lhe deram uma explicação sobre isso?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor considera que foi normal?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor era empregado. Quanto o senhor ganhava por mês?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Trezentos e cinquenta reais?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Hoje ainda?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Ainda ganho.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor está tranquilo. Não está revoltado, indignado? Nada disso?

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Claro. Obviamente, estou indignado por ter sido condenado. Até porque creio nada tenho a ver com relação a todas as questões que foram levantadas. Estou pagando pelo erro que cometi e o admito.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não há mais perguntas a fazer e nem necessidade de que ele aguarde a acareação. Esta Presidência libera o depoente deixando-lhe, ao menos, prevenido de que, se houver alguma necessidade posterior de esclarecimento adicional, iremos procurá-lo e esperamos a sua colaboração.

O SR. ARILSON DA SILVA DIAS – Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Muito obrigado.

Pedimos que seja conduzido à sala o Sr. Germano Silva Filho. (Pausa)

(falha na gravação)

... no qual o depoente assume o compromisso, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, de dizer a verdade no que souber e for perguntado. Não sendo obrigado a depor contra si, nos termos do art. 5º, inc. LXIII, da Constituição Federal.

O Sr. Germano encontra-se acompanhado por seu advogado, que irá assisti-lo, sem, no entanto, poder manifestar-se conforme a praxe.

Sr. Germano, o senhor está aqui, convocado pela CPI, para prestar alguns esclarecimentos sobre suas atividades na Empresa Passabra. Gostaríamos de deixá-lo inteiramente à vontade para prestar os esclarecimentos que entender conveniente. Se, em determinado momento, o senhor entender que há algum esclarecimento importante e não quiser fazê-lo de maneira pública, mas de maneira sigilosa, transformaremos imediatamente a reunião pública em uma reunião reservada. Assim ser-lhe-á assegurada privacidade para as revelações que deseje fazer.

Gostaríamos, inicialmente, para orientar a Comissão e para que fique registrado nos Anais desta Comissão, que o senhor falasse a respeito de suas atividades na empresa. Concedo-lhe até trinta minutos, se for necessário, para prestar algum esclarecimento. Caso não seja necessário, passaremos imediatamente às perguntas.

Tem a palavra.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não quero esclarecer nada, não! Não tenho nada!

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual a sua atividade na empresa? Essa parte, para que fique registrado.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Sou auxiliar de escritório.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual o salário?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Continua trabalhando na empresa?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Continuo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O Sr. Relator tem a palavra.

O SR. RELATOR JOSÉ MENTOR (PT – SP) – Como auxiliar de escritório, Sr. Germano, quais são as suas atribuições? Qual é o seu trabalho lá na Passabra.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Faço muito serviço de rua, faço serviço interno, faço serviço de rua, vou à Light, vou levar documento aos clubes, ao Detran, tirar documento, fazer pagamento, essas coisas.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E a parte de câmbio lá é o senhor que cuida?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, não, senhor.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Quem cuida disso lá?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – A parte de câmbio?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – É. A Passabra, a Turismo e Câmbio.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Eu trabalhava no Turismo.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sim. E quem cuida do câmbio lá?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Do câmbio, não sei-lhe dizer.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Como é o nome do seu funcionário, do seu colega lá que cuida disso?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Do funcionário que cuida...?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – É. Se alguém quer cuidar de câmbio, quando vai lá. Nunca entrou ninguém para tratar de câmbio lá dentro? Quem que atende?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Ah, na época, quem trabalhava no câmbio lá era o Joaquim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Joaquim. Sabe o nome dele completo?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não sei.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O seu pagamento de que maneira é feito lá? O senhor trabalha lá há quanto tempo?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Trabalho lá desde 89?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – 89? Há 14 anos já?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Isso.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sempre com o Alexandre Martins e o Reinaldo Pita?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E, desde o início até hoje, como era o seu pagamento no final do mês?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Bem, através do Sabe, recebia duas vezes, no dia 25 e no dia 12.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas recebia em dinheiro vivo, em espécie?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Em espécie, através do ...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Contracheque?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Contracheque, isso!

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Assinava o recibo?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Isso!

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E a conta bancária, para que servia?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – A conta bancária que tinha no BCN?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – É.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – À conta bancária eu não tinha acesso. Eles me pediram para abrir a conta, mas eu só assinava o talão de cheque.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E por que isso? Eles explicaram por que isso era feito?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, na época, eles não me explicaram, mas depois fiquei sabendo que era para fazer pagamento de jogador, essas coisas.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Pagamento de jogadores?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – É. Pagamento nas contas de jogador, essas coisas assim. Conta de luz, de água, essas coisas.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor tinha idéia de qual era a movimentação da sua conta?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não tinha, porque eu não tinha acesso.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor não tinha o cartão do banco?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, não, ficava tudo com eles dois.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Nem o cartão eles lhe entregaram?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, não. Só assinava os talões de cheque e entregava a eles.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Muitos jogadores freqüentavam já a empresa?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Alguns. Porque eu trabalhava mais na rua do que na empresa, está entendendo!

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Quando houve esse problema, o senhor prestou depoimento, como está prestando hoje.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E, quando aconteceu, o que eles lhe falaram? O Alexandre Martins e o Reinaldo Pitta? Eles recomendaram alguma coisa para o senhor?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Como assim?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Quando o senhor foi chamado a primeira vez!

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Ah, não, fui lá prestar esclarecimento.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas não houve nenhuma recomendação?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Não?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Deles, não!

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor não perguntou a eles por que estava sendo chamado?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Ah, perguntei!

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E o que eles disseram?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Disseram que era por causa das contas que eles usavam. Aí, tinha que depor, e fui lá depor.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E advogado? Eles também disseram que lhe iam dar advogado?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Como é que é?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Eles lhe disseram que lhe iam dar advogado?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Pois é, estão cumprindo isso exatamente.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – É.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Para o senhor ser bem assistido por advogados competentes, porque o seu salário não dá para pagar advogado.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor continua trabalhando normalmente lá?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Continuo.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E o senhor está tranquilo com essa condenação que sofreu da Justiça?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não estou tranquilo, porque é algo desagradável.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Desagradável?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – É.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Três anos é desagradável? O senhor é casado?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Sou.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Tem filhos?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Tenho uma filha de treze anos.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Isso não é uma vergonha para o senhor?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Realmente é uma vergonha.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E o senhor continua convivendo com o Alexandre e o Reinaldo Pitta? Eles são responsáveis pela sua condenação. Como o senhor olha para essas pessoas? Imaginem: alguém condenado a três anos, os responsáveis são eles e o senhor está lá fazendo pagamentos, levando depósitos, vendo, olhando para a cara deles todos os dias?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Tenho de trabalhar, não é?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Isso é difícil. O senhor não tem revolta? Não fica indignado?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Fico.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas tem de agüentar os dois? Imagina se não houvesse uma substituição de pena. O senhor tem idéia do que são três anos de cadeia?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, senhor. Não tenho idéia.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Penso que um dia de pena privativa de liberdade já é algo grave.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – É sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Estou achando estranho que o senhor continue trabalhando lá depois de tudo isso. O senhor não sabia que corria sérios riscos, permitindo que eles utilizassem a sua conta?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor nunca pensou nisso? Em momento algum?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, não sabia.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Não. A sua tranquilidade é muito grande. Na rua, o senhor costumava procurar clientes que eles encaminhavam?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Não?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Eu ia fazer serviços no Detran e na Light quando eles tinham problemas. Quando um jogador tinha algum problema referente à conta de luz, eu ia lá. Ia ao Detran tirar o extrato de multas e essas coisas.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Se um cliente quer fazer o câmbio, o senhor tem de apanhar o pacote de dinheiro?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Nunca fez isso?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Em quase quatorze anos?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O senhor era de confiança deles, não?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Nunca fez depósito bancário?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Depósitos bancários eu fiz.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Em cheque ou em dinheiro?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Em cheque e em dinheiro. Mas era coisa mínima: R\$1.000,00, R\$2.000,00, R\$3.000,00?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Está bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Germano, quem operava o câmbio na empresa era o Sr. Joaquim?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Sim.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor está, há quatorze anos, sem ganhar uma confiança na relação de trabalho. O senhor teve algum ressarcimento por ter sido condenado, por estar passando por esse momento que passou?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, senhor.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quero comungar com o que disse o nosso Relator, que há muito não vejo alguém condenado com tanta tranquilidade – tanto o senhor como o Sr. Arilson. Isso faz parecer que, no mínimo, houve ressarcimento.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Pela pena que o senhor sofreu, pelo momento que está

passando na família, entre amigos e tudo o mais. Mas já que o senhor disse que não houve... O senhor pode dizer quantos funcionários tem essa empresa?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Na época? Tinha uns dezessete, dezoito funcionários.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E quando um jogador, que é um símbolo para todos nós – temos esse vínculo com os jogadores – quando se cuida dessas pessoas, não se esquece, principalmente em uma empresa de porte pequeno. Sabemos quem foi e para quem estamos trabalhando. O senhor poderia citar quem são os jogadores?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Para quem eles trabalham?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Para quem eles trabalham.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Ronaldo, Amoro, Valber...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Amoro e quem mais?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Ronaldo, Amoro, Valber, só alguns jogadores, mas no momento não me recordo.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor se lembra talvez de uma quantia mais alta que o senhor transitou?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – R\$3 mil

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Porque acredito, Sr. Germano, que o senhor com 14 anos de empresa e com essa tranquilidade, é uma pessoa com boas relações com seus patrões. Quem atua no câmbio – de turismo, principalmente – faz transações somente para jogadores de vulto, e não são essas que o senhor está falando. Mas já que o senhor afirma que fez transferência de apenas R\$3 mil, vou continuar acreditando nas suas palavras, até que possamos provar o contrário.

Sr. Presidente, termino aqui minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O Sr. Relator com a palavra.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Sr. Germano, o Paulo Henrique trabalha com você?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Trabalha.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O Arilson também?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Trabalha.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Como eles estão se sentindo com relação a isso tudo? Eles continuaram também lá, não é?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Todos trabalham lá.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – E o Marcelo Fernandes Mesquita, o que houve que ele foi demitido?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Na época, foi uma demissão comum. Que eu saiba, foi uma demissão comum.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Mas no momento em que foram chamados... Todos foram chamados para prestar depoimento?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Não há uma razão para o Paulo Henrique, o senhor e o Arilson continuarem lá e o Marcelo ter sido mandado embora?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Mas...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – O Valdir também?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – O Marcelo já saiu há uns dois anos.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – É?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – É.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Não estava trabalhando no início do ano lá?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não. O Marcelo não. Há uns dois anos, mais ou menos.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Biscaia) – Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor não sabe por que o Marcelo saiu?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não temos mais nenhuma pergunta a fazer. Agradecemos a sua presença aqui. O objetivo dessa Comissão é esclarecer a evasão de divisas. Evidentemente, não havia nenhuma pretensão dessa Comissão, por meio desse seu depoimento, em chegar a uma pista mais concreta, mais segura. Apenas temos que cumprir um roteiro.

Compreendo a sua posição constrangedora de permanecer na mesma empresa pela dificuldade de emprego no nosso País. Evidentemente, Sr. Relator, uma demissão do Sr. Germano ou de qualquer um desses, em um momento como esse, iriam enfrentar dificuldades no mercado, até porque seria uma pessoa marcada. Não entro em detalhes se há ou não outro tipo de acerto entre o senhor e seus patrões. Não nos cabe. Mas aqui vem o lado pessoal, humano do Parlamentar que preside... Não me estarrece. Por olhar para o senhor, tenho certeza de que não está muito feliz onde está, mas não tem alternativa. É uma questão de sobrevivência. Não como Senador da Re-

pública, mas como cidadão, compreendo. Infelizmente o senhor está envolvido nesse episódio.

Quero apenas tirar uma dúvida.

Aproximadamente quantos talões de cheques o senhor assinava por mês ou por período?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Uns três ou quatro.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Por mês.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – É.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – De 10 ou 20 folhas?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – O talão é de 20 folhas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor tem idéia de quanto foi movimentado em sua conta?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Deve ter no processo. O volume, o senhor sabe?

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Não tenho idéia.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Devemos ter cópia aqui. Muito obrigado. O senhor está dispensado. Mais uma vez muito obrigado pela presença.

O SR. GERMANO SILVA FILHO – Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h e 13min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”

Ata da 47ª Reunião Realizada em 11 de novembro de 2003

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas e cinqüenta minutos, na Cidade do Rio de Janeiro, no Plenário do Fórum Federal Desembargadora Marilena Franco, situado à Av. Venezuela, 134 – Centro, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes, e ainda com as presenças dos

Deputados José Mentor (Relator), Alexandre Santos, Antônio Carlos Biscaia, e Nelson Bornier, reúne-se a Subcomissão do Rio de Janeiro, da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “**COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSO FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5**”. A Presidência informa que a presente reunião tem por finalidade a oitiva treze depoentes e convida o Senhor Paulo Henrique Sekiguchi, ex-empregado da empresa Passabra para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso, passando a seguir a palavra ao Relator para as interpelações. Usam da palavra os Senhores Deputados Antônio Carlos Biscaia, Alexandre Santos e o Senador Heráclito Fortes. Com a palavra o Relator, apresenta requerimento solicitando a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico entre 1996 e 2002 de Paulo Henrique Borges Sekiguchi, funcionário das empresas dos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta, estendendo-se o sigilo à Secretaria da Receita Federal. Em votação, é aprovado o Requerimento. **Requerimento n.º 364/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a Secretaria da Receita Federal que instaure procedimento fiscal para investigar o Sr. Paulo Henrique Borges Sekiguchi, funcionário das empresas dos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta, e remeta relatório a esta Comissão no prazo de 30 dias. Em votação, é aprovado o Requerimento. A presidência agradece ao depoente solicitando que o mesmo permaneça nas dependências do Fórum para possível acareação. A presidência convida o senhor Valdir Ferreira de Freitas, ex-empregado da empresa Passabra para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Usam da palavra para interpelar o depoente o Deputado Alexandre Santos e o Senador Heráclito Fortes. A presidência agradece ao depoente solicitando que o mesmo permaneça nas dependências do Fórum para possível acareação. A presidência procede a leitura de requerimento determinando a Polícia Federal que conduza, coercitivamente, até a presença dos membros desta comissão, o Senhor Rodrigo Correia Silveirinha, para prestar as informações e esclarecimentos de interesse das investigações e andamentos, com observação e atenção a todos os procedimentos

legais previstos na legislação vigente, ressaltando que o conduzido seja previamente submetido a exame médico, com o fim de ser avaliado das suas condições físicas, devendo ocorrer uma formal manifestação do exame realizado. A seguir, a presidência convida o Senhor Alexandre Martins, sócio da empresa Passabra Turismo, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso, passando a seguir a palavra ao Relator para as interpelações. Assume a presidência o Deputado Alexandre Santos e informa que há sobre a mesa dois requerimentos a saber: requerer ao Banco Central, relatório contendo os contratos de câmbio, entre 1996 e 2002, de empresários de futebol e de atletas residentes no exterior e das empresas das quais os atletas são sócios, entre elas a empresa Empório Ronaldo do Brasil e, requerer aos clubes de futebol do Rio de Janeiro: Flamengo, Botafogo, Vasco, Fluminense; e de São Paulo; Corinthians, São Paulo, Palmeiras, documentos que comprovem transferências de valores para os empresários de futebol, Alexandre da Silva Martins e Reinaldo Menezes da Rocha Pinto, ou alguma empresa das quais eles sejam sócios, responsáveis ou procuradores, informando, em cada remessa, a sua motivação. Prossegue a fase interpelatória. A presidência agradece ao depoente solicitando que o mesmo permaneça nas dependências do Fórum. A presidência informa que há sobre a Mesa requerimento de autoria do Deputado José Mentor, requerendo a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, no período de 1996 a 2002, de Alexandre da Silva Martins, Reinaldo Menezes da Rocha Pitta, Arilson da Silva Dias, Germano Silva Filho, Valdir Ferreira de Freitas, Marcelo Fernandes Mesquita, Passabra Turismo e Câmbio Ltda. e Gote Promoções Ltda. Em votação, é aprovado o requerimento. A presidência convida o Senhor Jucélio Nunes Vidal, ex-representante da Beacon Hill no Brasil, para prestar seu depoimento, procedendo a leitura do termo de compromisso. Após breves esclarecimentos do depoente a presidência passa a palavra ao Relator para as interpelações. A presidência agradece ao depoente e convoca o Senhor Rodrigo Silveirinha Corrêa, ex-Fiscal Estadual, que se negou a assinar o termo de compromisso em que o depoente se compromete, no art. 203 do Código de Processo Penal, a dizer a verdade. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. A presidência agradece ao depoente dispensando-o e convida o Senhor Reinaldo Menezes da Rocha Pitta, sócio da empresa Passabra, para prestar seu depoimento. A presidência informa que acaba de receber duas petições a saber: do Senhor Camilo Soares, vem, por meio dos seus advogados, requerer prazo legal para a juntada de instrumento do mandato e dizer o que se segue. A

segunda petição do Senhor Rodrigo Ferreira Santoni, para esclarecer que se encontra ausente do Estado do Rio de Janeiro, colocando-se à disposição da Comissão para outra ocasião. A presidência procede à leitura do termo de compromisso do Senhor Reinaldo Menezes da Rocha Pitta. Após breve relato do depoente, a presidência passa a palavra ao Relator. Finalizando, a presidência agradece ao depoente, dispensando os demais depoentes que estavam aguardando e, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião, às dezoito horas e trinta minutos e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente Ata.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Declaro aberta a 47ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio de Requerimento nº5, de 2003, com a finalidade de apurar responsabilidade sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa reveladas pela operação Macuco realizada pela Polícia Federal a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se a ouvir a oitava de 13 Srs. Depoentes.

Chamaremos, em primeiro lugar, para prestar seu depoimento o Sr. Paulo Henrique Sekiguchi. Pediríamos à assessoria que o trouxesse.

Já se encontra devidamente acomodado o Sr. Paulo Henrique Sekiguchi, acompanhado de seu advogado, que irá assisti-lo, sem, no entanto, poder pronunciar-se.

Sobre a mesa, termo de compromisso do Sr. Paulo Henrique Sekiguchi, no qual o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal.

Sr. Paulo Henrique, o senhor tem, inicialmente, até 30 minutos para prestar algum esclarecimento que julgo necessário. Antes, porém, pediria que o senhor se qualificasse, perante a Comissão, para facilitar os nossos trabalhos e também para que fique registrado nos Anais, sobre suas atividades e suas funções na empresa Passabra.

Tem a palavra o senhor.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Bom dia! Não tenho nada a declarar, a não ser o que foi no outro processo.

Sou tesoureiro na Gortim Promoções Ltda e estou à disposição das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Passe, então, à parte das perguntas.

Com a palavra o Sr. Relator José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há quanto tempo o senhor trabalha na Gortim?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI Deve ter, não vou te precisar, mas acredito que uns seis, sete anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa Gortim é empresa do quê? O que ela faz?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Ela gerencia, no caso, a parte de futebol, de atletas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você podia explicar para nós o que é isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na verdade, não vou saber explicar ao senhor, porque a minha área nem tem muito a ver com essa área de gerenciamento. Na verdade, faço mais a parte de pagamento deles, do Reinaldo e do Alexandre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor trabalha numa firma há seis, sete anos, e não sabe o que ela faz?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Então, justamente, mas o que quero dizer é que ela trabalha com os atletas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas faz o que com os atletas? Compra ou vende atletas? O que ela faz?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Intermedeia a compra e a venda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor paga o que lá? Quando o senhor tem que pagar, quais são os tipos de pagamentos que o senhor faz?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu faço pagamentos direcionados ao Reinaldo e ao Alexandre, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas pagamento de quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Deles, pessoais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalha para o Reinaldo pessoalmente ou para a Gortim?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Trabalho para o Reinaldo e para o Alexandre, no caso, para a empresa Gortim. Mas, na verdade, como sou tesoureiro, obviamente abrange toda a empresa, mas eu trabalho mais especificamente pagando as contas particulares do Reinaldo e do Alexandre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da empresa o que o senhor paga?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Da empresa, nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve uma conta em seu nome movimentada pela empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Tive.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como funcionava essa conta?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na verdade, eu não sei. Eu tinha essa conta, eles me pediram, enfim, eu dei a eles o talão, passei para eles. Como movimentavam, eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto o senhor ganhava por mês?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Ganhava R\$370,00.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor emprestou a conta para eles? Como era isso? O que eles faziam com a conta? Como era a conta que o senhor tinha?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Como era?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É. Como funcionava a conta que o senhor emprestou para eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Isso aí eu não sei. A conta era a minha. Numa ocasião eles me pediram e eu dei a eles em total confiança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor assinava cheques em branco para eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Assinava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há quanto tempo isso funcionou?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É difícil precisar. Não sei confirmar há quanto tempo: um, dois anos. Não sei. Não sei precisar. É difícil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor fez isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Por confiar neles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor continua trabalhando lá?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Continuo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a conta continua emprestada para eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não. Acredito que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor não souber, quem vai saber?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, não. Hoje não tem mais nada. Nem existe mais a con-

ta. Acredito que, desde 1999, se não me engano, foi cancelada essa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para que ele precisava de uma conta do senhor para movimentar?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Para quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não achou isso estranho? Qualquer um que peça uma conta para o senhor: “Me empresta a sua conta”...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, porque eu sempre confiei. Na verdade, não vejo nada de errado no caso deles terem me pedido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos cheques em branco o senhor assinava por mês?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei. Às vezes era o talão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha isto normal: ter de assinar cheques em branco, emprestar conta? Por que ele não abriu uma conta no nome dele para fazer a mesma coisa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Normal... Eu sempre acreditei, sempre confiei, enfim, não tenho o que falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a movimentação que havia nessa conta? O senhor sabe?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca pegou extrato?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca olhou?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não. Junto à investigação fizeram a quebra do sigilo, e eu não cheguei nem a ver.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor ganhava só R\$370,00?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem idéia de quanto movimentavam na sua conta?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que o senhor fez com o imposto de Renda?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na verdade, eu não fiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não declarou nada?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sempre normal, como isento. Em cima dos R\$370,00.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor sabe que tem de ter explicação para a sua movimentação financeira para informar ao Imposto de Renda? O Imposto de Renda vai analisar a sua conta. Viu serem depositados lá milhões de reais. O senhor terá de ter uma explicação para isso. Que explicação o senhor tem?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu não tenho. Nem sei o que falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor acha isso normal? Continua achando normal?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não. Normal não é, mas eu confiei, acreditei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que trabalhava na Gortim, mas não fazia nada para ela.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Para empresa em si não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito bem, quais foram as negociações que o senhor assistiu da Gortim com os jogadores? Quais são o jogadores que o Sr. viu serem negociados?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – De negócio que eu tenha visto, não que eu tenha necessariamente passado por mim, mas que eu tenha visto foi o Vampeta, que é um atleta, tem o Gilberto...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gilberto da onde?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Ele hoje acho que está no Grêmio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, a transação que o senhor viu quando foi? A do Vampeta foi de quem para quem?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Ah, isso aí não sei precisar. Gilberto, no período, não sei se ele tinha ido, não sei se foi para Inter de Milão. Não sei. Isso aí não vou precisar porque eu não lembro também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Me dê um caso que o senhor se lembre, de jogador que sua empresa intermediou.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Intermediou? Tanto o Gilberto quanto o Vampeta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então me dê os detalhes dessa intermediação. Que clube que vendeu, que clube que comprou?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu estou passando só pro senhor o que eu lembro de ter feito a negociação. Agora, não foi passado nada por mim. Eu também não sou assim muito ligado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está a sete anos lá e não sabe o jogador. Quem vendeu para quem, quem comprou?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Então, nesse caso, no caso do Vampeta foi quando ele tinha...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor que falou o nome do Vampeta. O senhor que falou o nome do Vampeta.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Então...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi a negociação que o senhor fez?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Se não me engano o Vampeta, no período, foi quando ele veio acho que da Inter, acho que ele foi para o Flamengo, do Flamengo foi para o Corinthians. É difícil, porque são coisas que não são passadas para gente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se alguma parcela desse valor ficou no exterior?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Gortim tinha conta no exterior?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei lhe informar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não é tesoureiro lá?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sou, mas é... volto a esclarecer. Na verdade, tesoureiro abrange a empresa toda. Tesoureiro da Gortim, mas eu especificamente trabalho para o Reinaldo e para o Alexandre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está querendo proteger alguém?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, de forma alguma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E tudo isso que o senhor fez até agora lhe resultou numa condenação. E o Sr. continua na empresa. Qual o motivo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Trabalho, né? Eu preciso trabalhar. Acho que hoje tá tudo muito difícil. Trabalho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor estuda ou só trabalha?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, só trabalho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como o senhor está pagando o seu advogado?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que seja eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem são eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – O Reinaldo e o Alexandre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Ronaldo e o Alexandre estão pagando o seu advogado?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não acha que o seu interesse é diferente do interesse deles? O senhor não acha, para se defender, pode ter que acusá-los? Para falar a verdade, o senhor pode falar coisas que podem implicá-los?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, mas é...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o advogado é pago por eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Mas é... o que eu tô...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou perguntando para o senhor.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Então...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não acha que o seu interesse pessoal pode estar em conflito com os interesses do Alexandre e do Reinaldo? Pode ou não pode?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Concordo, mas eu não tenho condição de pagar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor movimentava as contas do Sr. Reinaldo e do Sr. Alexandre, é o senhor quem assina? O senhor é procurador deles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor faz?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não movimentava as contas, eles me dão o dinheiro e, enfim, eu faço os pagamentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo em dinheiro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Tudo em dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto o senhor paga por mês para o Sr. Reinaldo, das contas dele? Quanto o senhor paga?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não faço idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como não?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na verdade...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Farei uma advertência para o senhor: quero que saiba que o senhor assinou um termo para dizer a verdade.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Repetirei a pergunta: quanto o senhor paga por mês em dinheiro para o Sr. Reinaldo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Porque não vamos fixar um valor por mês, porque, na verdade...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é que sabe, o senhor é que faz o pagamento.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, não, é o que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Uma média.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É? Acredito que seja, porque tem coisas extras, entendeu o que quero dizer? Num mês tem mais, noutro mês tem menos, acredito que seja 20 mais ou menos, por média, vamos dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E para o Sr. Alexandre?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que não seja muito diferente disso não, porque é difícil precisar questão de média.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor acha normal R\$20 mil por mês, na média, tudo em dinheiro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acho, para fazer os pagamentos, eu não vejo maldade, não sei, não vejo, não vejo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conta bancária?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, hoje, atualmente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha conta no banco, para o senhor mesmo, não aquela “geladeira”, mas a conta normal?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu tive um período no Banco HSBC.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor movimentava a sua conta com um salário de R\$370,00? O senhor pegava o salário todo em dinheiro para pagar as suas contas? Como o senhor fazia: o senhor ia pagando cheque?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu recebia em dinheiro, né, junto ao contracheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ai ia pagando, depositava e ia movimentando a conta?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – A maioria das vezes, pagava...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha normal a pessoa ter R\$20 mil e pagar tudo em dinheiro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu não vejo maldade, não vejo anormalidade, não vejo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a perguntar alguma vez para ele porque pagava tudo em dinheiro e não em cheque?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca perguntou?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor for autuado pela Receita Federal, pelo Imposto de Renda, por exemplo, quem pagará a multa para o senhor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na verdade, nem pensei isso. Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já foi chamado alguma vez pela Receita para justificar a sua movimentação?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Já, nesse processo aí, né, o anterior, está sendo fiscalizado o que eu recebi, no caso...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ainda mantém amizade com o Sr. Reinaldo e com o Sr. Alexandre?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Continuo na empresa, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles pediram para o senhor mentir aqui na CPI?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, de forma alguma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Ministério Público, alguma vez pediram para o senhor mentir?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, de forma alguma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pediram para o senhor esconder alguma coisa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nada?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que o senhor está escondendo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Se o senhor acha que eu estou escondendo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor trabalha há 6, 7 anos numa empresa, fazendo pagamentos em dinheiro para duas pessoas, nunca perguntou por que em dinheiro? O senhor trabalha há 6, 7 anos numa empresa, fazendo intermediação de jogadores, e não se lembra de um negócio fechado na empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, mas não trabalho especificamente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor trabalha na empresa. Estou dizendo de algum comentário, ouvir dizer que alguém comentou ou alguém disse, no mínimo isso qualquer pessoa normal saberia.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Então, mas é...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor fazia algum pagamento para os jogadores, na conta dos jogadores?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Tem lá, na verdade, tem uma ajuda de custo, né, que eles dão para os atletas que trabalham na fase júnior e juvenil, né?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A empresa dá uma ajuda de custo para os jogadores?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sim, para os atletas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Para os atletas. E qual é o valor dessa ajuda?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – R\$300,00.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – R\$300,00?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – São aproximadamente quantos atletas?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Agora, tem - acho - que dez ou quinze.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Na sua tarefa de tesoureiro, o senhor fazia algum pagamento para atender jogadores que, por exemplo, estivessem no exterior?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nem contas de luz, condomínio?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Mas a empresa fazia?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu não sei dizer ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Mas, o senhor é tesoureiro.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sim, mas eu volto a esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quem é o tesoureiro responsável por esse pagamento?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Seria, no caso, o Reinaldo Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Mas, ele é tesoureiro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – O Reinaldo Alexandre?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Mas, ele é o dono.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sim, mas acredito que eles que..

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa tinha outros tesoureiros?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Somente o senhor é tesoureiro da empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É. Como tesoureiro, sou eu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fazia os pagamentos da empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu não sei. Eu acredito que seja ou o Reinaldo ou o Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Tivemos aqui, ontem, um companheiro do senhor. Ele disse que uma das tarefas da empresa era suprir dívidas que os jogadores tinham, quando estavam no exterior, como o pagamento de condomínio, guia ao detran – ele citou isso diversas vezes -, o pagamento de multa, a regularização de carro. Esse dinheiro saía da empresa por que intermédio, se não saía por intermédio do senhor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que seja a pedido até do senhor Reinaldo Alexandre. Por eles.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sim, mas o Dr. Reinaldo Alexandre não iria, eu quero crer, nem ao Detran, nem...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Perfeitamente, acredito que não; mas, no caso, o colega que veio ontem aqui que, com certeza, deve ser um dos que trabalham na rua, então, ele - acredito - vá ao Detran ou para fazer qualquer outro serviço de rua.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Outra pergunta, esse dinheiro que o senhor recebia mensalmente, em torno de vinte mil de um e vinte mil de outro, quarenta mil, o senhor recebia em dinheiro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Dos dois?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Dos dois. Não, na verdade, conforme o vencimento das contas. Vence uma conta hoje...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Mas, todo em dinheiro. Nada em cheque?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Nada, nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor guardou uma agenda dos empresários na sua casa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – A agenda era minha, no caso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A agenda era do senhor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que tinha nessa agenda?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Havia diversas anotações lá, a pedidos de clientes, e deles também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, o senhor não que falou que pagava as contas somente do Sr. Reinaldo e do Sr. Alexandre? Por que o senhor teria uma agenda com outras anotações? Qual o motivo das anotações?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Porque diversas no caso clientes iam lá e pediam para eu anotar e eu anotava, enfim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pediam para o senhor anotar o quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Anotava conta, recado. Anotava diversas coisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Anotava para fazer o quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Muitas das vezes eu anotava e não sabia nem para que era. Eu simplesmente anotava e passava para eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem quantos anos de idade?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Vinte e cinco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor anotava sem saber o quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – O cliente pedia para eu anotar. Eu anotava e passava para eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na sua agenda pessoal?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sim, a agenda era minha, mas, no caso, era do trabalho. Eu anotava para o trabalho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os Srs. Reinaldo e Alexandre tinham secretária?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ela fazia os quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Telefone também, em relação a recados também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que o senhor também anotava?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Recados no caso direcionados à outra parte, no caso de pagamentos e tudo o mais, até para eu poder lembrar a eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não está falando que a sua função era fazer os pagamentos pessoais deles em dinheiro? Por que o senhor anotava a conta do exterior, por exemplo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – A anotação, acredito que tenha sido porque já tem tempo. Acredito que isso tenha sido de cinco a seis anos. Com certeza. Na ocasião, o cliente ligava, pedia para eu anotar, enfim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o cliente ligava para o senhor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu não entendi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o cliente ligava para o senhor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sempre me passando, para eu, depois, passar para eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, por que não ligava para a secretária deles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sim, mas, justamente, para eu poder anotar a conta, e tudo o mais, para depois eu poder passar para eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, por que o cliente não ligava para a secretária dele, mas ligava para o senhor? O senhor não me explicou isso.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na verdade, a secretária era a telefonista. Passava recado por telefone. “Ligou fulano de tal.”

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor tinha uma função. Os recados mais importantes é que passavam para o senhor, é isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Também. O cargo de tesoureiro é um cargo de confiança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então o senhor tinha funções outras que não apenas fazer os pagamentos pessoais?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Anotar os recados, acredito, no caso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é que sabe o que fazia lá. Não sou eu que sei.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, no caso, o senhor falou como se eu fizesse outra função. E eu estou esclarecendo para o senhor: no caso, anotava os recados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Dario Messer?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca falou com ele?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Nunca falei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem por telefone?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Nunca falei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem anotou recado dele na agenda?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como estava anotada a conta dele lá?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É o que estou falando para o senhor: na verdade, não sei se o número é dele ou de quem é? Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas está escrito o nome lá: Dario Messer.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Simplesmente anotei, mas não falei com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar em Depolo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Ouvi, é lógico. Até porque está anotado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é Depolo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não sabe também?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está sabendo de pouca coisa. Para ser tesoureiro, está sabendo de pouca coisa, não acha?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor tem algum telefone celular seu ou pago pela empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não usava telefone celular?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, eu tenho um celular meu. Eu pago.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com um salário de R\$300, o senhor pagava celular?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Pagava celular.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual é o número desse telefone?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – 9613-5959.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual era a despesa mensal que o senhor tinha com esse telefone? O senhor lembra?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não lembro. Nesse período, desculpem-me, devo esclarecer que esse celular é recente. Não tenho há muito tempo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o anterior, o senhor tinha?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve celular?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Tive um outro número que é... Desculpem-me. Anotem o número: 9974-4250.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe-me perguntar algo para o senhor: o senhor falou, há pouco, que a firma não tinha conta no exterior?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Gortim?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Banco Português Atlântico de Miami?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não conheço, mas está anotado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Anotado o quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na agenda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que está anotado na agenda?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – O nome Banco Português do Atlântico.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que está anotado sobre ele? Qual é a anotação sobre o banco?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que esteja o endereço, se não me engano...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que mais?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Também tem um número, acredito que seja a conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conta do quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que seja o número de uma conta, já que se trata de um banco, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem é essa conta?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Há um endereço e embaixo está escrito Gortim?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como o senhor disse que não sabe se a empresa tem conta no exterior? O senhor sabe que pode ser preso por mentir?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor vai continuar fazendo isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, vou perguntar de novo: o senhor sabe se a Gortim tem conta no exterior?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como, na sua agenda, está escrito: Banco Português Atlântico de Miami, 075-076.010, Gortim Corporation.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Isso é uma anotação. Na verdade, não sei se existe a conta ou não, então, não posso afirmar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Estamos tendo toda a habilidade e todo o cuidado, porque sabemos que o senhor é apenas uma peça nessa engrenagem que estamos querendo investigar, mas o senhor não está colaborando. Pelo contrário. Está-se contradizendo com as próprias anotações que constam da sua caderneta. O senhor está nos forçando a tomar algumas medidas como quebra do sigilo telefônico, fiscal, bancário...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Isso não tenha dúvida, porque todo o sigilo seu, bancário, telefônico, todo ele...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor está-nos obrigando a tomar uma medida que não gostaríamos e que terá conseqüências.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na verdade, volto a esclarecer, no caso em questão, de haver anotação ou não, não sei precisar para o senhor se existe a conta ou não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se os Srs. Reinaldo e Alexandre operavam com câmbio?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca viu nenhuma operação de câmbio que tenham participado?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Que eu tenha visto não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, perguntei se o senhor sabe, não se o senhor viu.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar sobre isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ninguém comentou com o senhor nada sobre isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma propriedade?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma aplicação financeira no seu nome?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deu alguma procuração para alguém atuar em seu nome no Brasil ou no exterior?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor abriu alguma conta em nome do senhor no exterior?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, por enquanto, Sr. Presidente.

Queria que o senhor permanecesse no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor participou, acompanhou a compra de algum imóvel para jogador de futebol, no período que estava na empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Se eu acompanhei a compra ...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Compra de um imóvel na Barra para algum jogador?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, que eu lembre não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor não acompanhou, na participou, não telefonou para a corretora, não fez o contato entre o jogador e a...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Já falei com corretores sim, mas não fiz, eu não efetivei o negócio.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não fez, mas intermediou. Foi o primeiro contato.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor soube da compra de algum imóvel pela empresa para algum jogador?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, que eu saiba não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ouviu algum comentário?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra Deputado Biscaia?

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – O senhor tem vinte e seis anos de idade?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Vinte e cinco.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Trabalhou na Passabra, antes...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – A Passabra era antes e depois passou para a Gortim?

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Ao todo quantos anos?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que seis, sete anos.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Esse período todo sempre com o Alexandre e o Reinaldo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sempre com o Alexandre e o Reinaldo.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Quer dizer a relação de confiança, o senhor confia nos dois e eles confiavam no senhor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu acredito que sim.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – E qual era a atividade dessas empresas? Turismo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na Passabra Turismo Câmbio Ltda.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – E a atual?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – A Gortim, é Gortim Promoções Ltda.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – E a outra Gortim Turismo funciona no mesmo local?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – A Passabra, no caso funcionava no mesmo local.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – No mesmo local. E então eram duas atividades, turismo e câmbio, do outro lado a questão de promoções esportivas?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – E nesses seis anos o senhor tomava conhecimento de que negócios, afinal de contas. O que era feito lá na empresa, as pessoas iam comprar passagens aéreas? Essas atividades todas?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É, nessa parte de turismo não era nem feita por mim, mas obviamente existiu compras de ...

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Mas quantas pessoas trabalham lá?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Atualmente são 11.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ) – Qual era o seu horário de trabalho?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Das 9 às 6h.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– O senhor não via quando alguém ia comprar uma passagem, mesmo que o senhor não cuidasse disso, não tinha conhecimento?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É o que eu falei ao senhor, obviamente existia vendia, vendia, lógico que vendia.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Quando alguém ia comprar dólar lá, o senhor sabia disso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, dólar nunca vi.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Mas não é câmbio lá?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sim, mas nunca vi. Nesse período.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Em seis anos nunca viu ninguém, nunca cruzou com ninguém dizendo que queria comprar câmbio para viajar.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Não? Nunca? Não tem conhecimento?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não responda com a cabeça. Responda no microfone.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, não.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– O senhor foi condenado a três anos de prisão. O senhor está tranqüilo assim?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Continua trabalhando com os responsáveis pelos três, Alexandre Martins, Reinaldo Pitta. Eles foram os responsáveis. Por que o senhor foi condenado afinal de contas? Porque permitiu que utilizassem sua conta. Não foi esse o crime que lhe atribuíram?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Foi, foi.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– E o senhor continua lá, normalmente, no convívio com eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu preciso trabalhar, né?

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Eles não deram explicação nenhuma? Não lhe pediram desculpa? Não lhe prometeram alguma coisa? Nada?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Nada.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Ficou por isso mesmo? O senhor quer que a gente

acredite nisso? O senhor quer que a gente acredite nisso? O senhor está tranqüilo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– O senhor tem que ficar quieto em troca de quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, de nada. Não estou...

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Como que não?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Tranqüilo, obviamente, não tenho como ficar, mas não houve troca de nada.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Se essa pena for aumentada no tribunal e não tiver aí a substituição de penas, o senhor acha tranqüilo ir para a cadeia, cumprir pena porque entregou as contas suas para a movimentação dos dois?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não tem como ser tranqüilo.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– O senhor está querendo protegê-los por que motivo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não estou protegendo.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Como? Está negando tudo. Ninguém pode acreditar nessa história. Não dá para acreditar. Não dá. O senhor não sabia das operações. A sua agenda, quem anotava na sua agenda?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– O senhor anotou um banco em Miami e não sabe o que é?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sim...

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Qual é o seu grau de instrução?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Segundo grau completo.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– O senhor não sabe... anota lá uma conta bancária e tal e não sabe do que se trata, não?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei do que se trata.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT – RJ)
– Está bom. É muito difícil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Me responda uma coisa: o senhor conheceu já, como seu colega de empresa, o Sr. Marcelo Mesquita?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Por que ele deixou a empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Porque, infelizmente, acredito que, de dois a três anos, foi quando ele saiu, ele alegou porque ele teve um incidente com a filha dele, com o cunhado dele. Enfim, ele denunciou o cunhado, o cunhado foi preso e, nesse meio tempo, o cunhado ia sair, não sei como é que é condicional e tudo mais e ele ficou sabendo que o cunhado queria pegar ele, queria matar ele e por isso que ele pediu para sair da empresa e foi morar em Friburgo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Há quantos anos atrás isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que de dois a três anos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor se lembra bem disso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Desse fato eu lembro...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – E dos outros não?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Que outros?

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Das negociações da empresa, das coisas que se comenta. Porque o senhor trabalha há seis, sete anos lá.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Mas é porque esse fato ele contou pra mim. Ele, o Marcelo trabalha comigo, virou e falou pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Paulo Henrique, o senhor está numa das funções mais importantes de uma empresa, quer dizer, ser tesoureiro. O senhor já ouviu falar dos jogadores Ronaldo...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Já.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Amoroso...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Já.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Valter...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Já. Valber.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Valber. Eles são clientes da sua empresa que o senhor é tesoureiro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Da empresa, sim, são.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Da corte?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – São, são.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Esses pagamentos que os senhores fazem para os jogado-

res, o senhor recebe esse dinheiro como tesoureiro de alguma instituição internacional ou de um banco aqui mesmo no País?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, isso aí não sei dizer ao senhor.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Mas o senhor é tesoureiro.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Certo.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Como é que o senhor recebe dinheiro para fazer pagamento pra eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu volto a esclarecer porque o cargo de tesoureiro se torna, na verdade, é mais específico em relação a Reinaldo e Alexandre. E trabalho ali no caso aos jogadores que eu falei em relação à ajuda de custo, são jogadores que eram na parte juvenil, júnior, juniores.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Esse Ronaldo, Amoroso e o Valber são clientes da empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – São.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O Ronaldinho que o senhor está falando. É isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – São, são.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E quando eu perguntei pra o senhor quais eram os clientes, o senhor falou do Vampeta...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, tem diversos, tem... Já passou...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Você não lembrou do Ronaldinho?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Lembro, é porque, na verdade, é tão, é tão, é tão falado, tão óbvio, desculpe se eu não coloquei aí pro senhor o Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Que tipo de serviços que a empresa presta a eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual o tipo de serviços que a sua empresa presta a esses jogadores?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na parte de intermediação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Intermediação de quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Da compra e da venda dos jogadores.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Só isso? Não dá nenhum tipo de assistência aos jogadores quando eles estão fora do País?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Quando está fora, não sei, acredito que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse pagamento da comissão por assistência, o dinheiro é depositado aonde?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Reinaldo e o Sr. Alexandre tem conta em que banco?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – BCN e Unibanco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles recebem salário pró-labore da empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei dizer para V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde saio o dinheiro para pagar as contas que o senhor paga para eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Chega em dinheiro, não sei dizer para V. Ex^a., eles me dão em dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A conta que o senhor emprestou para eles era em que banco?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Era do BCN.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Como é o nome do banco estrangeiro que ele tinha conta, Sr. Reinaldo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei.

Na agenda tem anotado Português do Atlantico.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Só esse?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Mas na verdade não sei precisar se ali, efetivamente, existe a conta.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não tinha nenhum banco espanhol?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece esse MT-Banc?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não se lembra de ter anotado esse nome?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Anotado sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde é que o senhor ouviu falar no MT-Banc?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Só na anotação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que anotação, para quem era essa anotação?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Para quem era é difícil lembrar, já são cinco anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo bem.

A conta que o senhor tem no BCN era movimento com cheques em branco?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos cheques por mês o senhor assinava? Talão inteiro? Um por mês?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que sim, na média, acredito eu que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi chamado alguma vez para explicar alguma movimentação incompatível com o seu dinheiro no banco?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Aonde?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pelo banco?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente nunca chamou o senhor para movimentação incompatível com o seu cadastro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o nome do gerente, o senhor sabe?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na época era a Sílvia Helena.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sílvia Helena, se não estou enganado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a agência?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Agência 024, Rodrigo Silva.

O SR. RELATOR (José Mentor) – BCN?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – BCN.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a gerente?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quem?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Falei com ela, algumas vezes,

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobre o quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na abertura da conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na abertura e depois?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Faiei algumas vezes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobre quais assuntos?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não me lembro. É difícil lembrar.

Liga, até para eu passar recado também, como tesoureiro, para oi Reinaldo e o Alexandre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que tipo de recado?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É difícil lembrar, não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acabou de falar que ela passava recado.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Justamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não se lembra de nenhum recado? O senhor lembrou de recado e não sabe qual é o recado?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Recado tipo: Passa para o Reinaldo o recado de que a conta do filho dele estourou em R\$ 500,00.

Eu passava o recado.

Obviamente você acaba falando come ela, durante o ano você vai falando com ela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela ficou muito tempo como gerente lá?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não vou precisar não. Mas ficou bastante tempo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela sabia que o senhor assinava cheque em branco para o Sr. Reinaldo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez o senhor explicou isso para ela?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes do senhor emprestar a conta para os Srs. Reinaldo, e o Alexandre, quantos cheques por mês o senhor dava?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Pouquíssimos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei, talvez três. Não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor nunca foi chamado para explicar porque dava um talão inteiro por mês?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, no banco não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quem quiser fazer perguntas..

Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Santos.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Você conhece o Sr. Joaquim?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O Sr. Joaquim não é quem cuida do turismo lá dentro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, na verdade quando eu entrei lá acho que ele já tinha saído há bastante tempo.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Ele está fora há mais de seis anos?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acredito que sim. Com certeza absoluta. Mas não sei dizer a época que ele saiu não sei dizer.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Você conhece o Sr. Germano?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Conheço.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Ele ontem declarou que quem cuidava da parte de turismo era o Sr. Joaquim.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – O Germano tem quatorze anos na empresa.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sim, mas Joaquim que está há mais de seis anos fora e que cuida da parte de turismo...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Com certeza ele se equivocou aí, porque na verdade o Germano tem quatorze anos, com certeza deve ter pego o Joaquim lá. Mas nesse período que trabalho lá ele já não está mais lá. Quando entrei ele já não estava mais lá.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor é responsável, pelo que está dizendo, pelo pagamento das despesas dos clientes da corte. Tipo, o jogador está lá fora, a esposa passou uma conta acima da normalidade, o senhor cobre a conta da esposa ou do filho, como de acabou de falar aí.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor passa para os seus patrões para eles fazerem essas coberturas como pagamento também de prestação, como outros pagamentos necessários, ou o senhor mesmo pede autorização a eles e efetiva esses pagamentos?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu passo para eles... No caso de cobrir a conta...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Dentro da normalidade.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu passo para eles e não sei como eles... Em relação aos atletas que existem lá fora eu nunca fiz nenhum tipo de pagamento.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Como tesoureiro da empresa o senhor não faz isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – De jogadores que estejam lá fora não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor então cobre ... Qual é a sua atividade como tesoureiro da empresa então?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu volto a falar no caso. Isso é mais específico ao Reinaldo e ao Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O Reinaldo e o Alexandre fazem pagamento dos jogadores?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acrescentando mais a parte de pró labore dos atletas júnior e juvenil que trabalham aqui, no caso.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E que seriam de dez a quinze?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – De dez a quinze atletas.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Cada um deles R\$300, um total de R\$4500. Esse é o valor que o senhor mexe no mês inteiro? Esse é o seu movimento financeiro como tesoureiro da empresa?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Fora a parte deles.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Mais R\$20mil para cada um.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Por média.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor como tesoureiro da empresa é quem faz esses pagamentos?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Eu é que faço.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor recebe esses pagamento – e nós já estamos chegando a R\$50mil – da mão de quem ou movimento qual conta? A entrada desse dinheiro é colocada por quem?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Isso eu não sei precisar. É o que eu falei e volto a falar. Conforme vão vencendo as contas, eu vou pagando. Se somar, obviamente, vai dar esse total.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor está falando das contas pessoais?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Das contas pessoais.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então o senhor cuida só

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Mais especificamente das contas pessoais. Faço outras coisas que estão relacionadas ao...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Na intermediação dos jogadores, como o senhor falou aqui, intermedia a compra a venda, tem um percentual que é ganho e isso é legal. Isso entra na contabilidade da empresa ou isso é um jogo por fora?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei, não sei, até porque, no caso da contabilidade eu também não faço.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Mas o senhor é o tesoureiro.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Sim, mas não necessariamente eu faço a contabilidade.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A contabilidade é a escrita do que se faz, quem faz é o senhor. Estou tentando para o senhor me explicar um pouco porque está ficando muito difícil se aceitar que o senhor dentro de uma empresa, com o cargo de tesoureiro, o senhor não é um auxiliar, é um tesoureiro dentro de uma empresa.

O senhor diz que intermedia a compra e venda de jogador de futebol...

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A empresa faz isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – A empresa que faz, o Reinaldo e o Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E o senhor como tesoureiro, lógico e evidente, a empresa tem um percentual, quem cuida do dinheiro da empresa é o senhor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É, na verdade, a lógica seria essa, mas é que como na carteira existe o cargo de tesoureiro, obviamente, a minha função é ser tesoureiro, mas especificamente, o Reinaldo e o Alexandre, essa parte dos atletas.

Em relação ao que o senhor está colocando de intermediação em relação a porcentagem, isso aí eu não sei.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Os senhores cuidam de quantos jogadores no todo? Já falei para o senhor em relação ao Ronaldinho, o Amoroso, o Valber e o senhor falou do Gilberto e do Vampeta. Quantos jogadores os srs. têm dentro da sua ação?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Na verdade, são poucos que continuam com a gente, enfim, muitos...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Paulo Henrique, o senhor está sob juramento. Volto a dizer ao senhor porque, muitas vezes aqui tem momento que temos que conduziras coisas, mas tem momento que tem que ter seriedade. Volto a falar com o senhor e a minha pergunta é: quantos são os jogadores, quais os números, o senhor é tesoureiro, sabe de número, mexe com dinheiro, sabe fazer pagamento. O senhor não pode chegar aqui e ficar simplesmente dando a impressão que o senhor não viu nada. O senhor é tesoureiro de uma empresa que está sendo investigada.

Então, estou lhe perguntando, mais uma vez: quais os números, quantos são e qual o montante de dinheiro que o senhor mexe por mês?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Chegamos aí a conta, mais ou menos em torno de 50 mil reais, vamos botar aí. Volto a falar, especificamente, o Reinaldo e o Alexandre e os atletas que faço o pagamento de ajuda de custo.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quantos atletas, por favor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Entre 10 a 15 porque não é um número que fica fixo.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O Amoroso, o senhor não faz pagamento nenhum lá dentro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Do Amoroso não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Do Ronaldo, também não? Não se mexe nada na empresa do Ronaldo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, também não, nada.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Não se mexe nada do Valber também lá dentro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Deputado Alexandre, o depoimento do Paulo Henrique está nos levando à conclusão líquida e certa, ou seja, a existência de um Caixa 2 criminoso promovido pelos patrões dele. Os patrões dele estão exatamente pagando a um advogado para que ele faça acusação. Veja bem, se você tem uma empresa desse porte e uma empresa só movimentada 50 mil reais por mês, com todo o tipo de transação que tem, e o senhor é o tesoureiro e não passou – não estou lhe incriminando não, incriminação tem outra direção. Existe um Caixa 2 criminoso dentro da empresa, secreto que o senhor não tinha conhecimento. Não estou lhe incriminando. O senhor é que está condenando os seus patrões, a partir do momento em que admite que sabe que tudo isso acontecia, mas que nada disso passava por sua mão. Ele devia ter uma sala secreta, uma sala blindada, uma sala que o senhor não tinha acesso, mas que tinha, tinha. Acho que só isso já é suficiente para a presença do senhor aqui. Muito embora o relator ainda tenha algumas considerações a fazer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São poucas e finais.

O senhor, alguma vez, foi buscar recursos em Reais para a empresa ou para o Reinaldo Alexandre?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não. Se já fui buscar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Recebeu alguma importância para ele, em algum lugar?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca recebeu nenhuma importância?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca recebeu nenhuma importância?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu algum valor em Reais ou em dólares na empresa para o Sr. Reinaldo e para o senhor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca recebeu nenhum valor?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa tem 11 funcionários.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Hoje, acredito que sim, atualmente, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem algum office-boy?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Tem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto ganha um office-boy?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei, duzentos e pouco. É difícil, não sei precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o tesoureiro ganha 340?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – R\$ 370.

O SR. RELATOR (José Mentor) – R\$370?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É. Mais...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o office-boy ganha quanto?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Com mais vale-transporte, vale-refeição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o office-boy ganha quanto?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Acho que 220, 180, 220.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sr. Relator, tivemos dois ou três depoentes da mesma empresa e todos com o mesmo salário. Parece que lá não se comete injustiça, uma padronização salarial para todos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse dinheiro que pagavam os júniores e os juvenis, vinha da onde?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Dinheiro...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo é dinheiro lá.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – ...que eles me dão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo em dinheiro?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – É, eles me dão, no caso, em dinheiro, esse, mais ou menos 4.500 até por...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor pegava recibo dos jogadores?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Dos jogadores, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Porque, na verdade, o que foi passado para mim é uma ajuda de custo em relação à manutenção deles lá...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, a empresa não contabilizava esse dinheiro? A empresa não contabilizava esse pagamento?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei contabilizar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor não tinha recibo, como é que ia contabilizar? O senhor sabe, não foi contabilizado.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei dizer para o senhor, acredito que não, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a possibilidade que o senhor acha que podia registrar?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Só tendo um recibo e se ele colocou..

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinha recibo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não tenho noção de...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas era o senhor fazia o pagamento. O senhor pagava com recibo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, não, o recibo não tem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tinha?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não tem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, como é que ele podia contabilizar?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não sei dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor que falou que achava que não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Se, no dia seguinte, um dos jogadores dissesse lá para o pa-

trão que não recebeu, que o senhor tinha ficado com o dinheiro na mão, o que o senhor ia fazer?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Aí é a confiança, né.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os nomes dos jogadores juniores que o senhor pagava?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Tem Tiago Xavier, tem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um momentinho, devagarinho.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Desculpe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tiago Xavier?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Tem Sales, tem Rafael Marques Pinto, Rafael Ribeiro...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho só.

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Desculpe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marques Pinto, Rafael o quê?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Rafael Marques Pinto, Rafael Rebelo, Ronald...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles estão hoje, lá ainda?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Hoje, eles esses que estou falando estão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses aqui estão hoje?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Estão, estão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que o senhor paga hoje eles?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Hoje, não tenho feito mais nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando o senhor pagou?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Olha, tem um bom tempo aí que não pago nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não acha estranho fazer pagamento sem recibo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, porque eu sempre...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É normal?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Como é uma ajuda de custo, nunca...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas iria dar um recibo da ajuda de custo. Quem foi que orientou o senhor a pagar sem o recibo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – Não, eles mesmos...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem orientou o senhor a fazer o pagamento sem recibo?

O SR. PAULO HENRIQUE SEKIGUCHI – O Reinaldo e o Alexandre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está bem. Sr. Presidente, estou requerendo aqui, queria passar às mãos de V. Ex^a dois requerimentos que gostaria fossem apreciados pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Requerimento 364, de 2003, nos termos do § 3º, do art. 58 da Constituição Federal, Lei 1.579, de 1952, e regimentais, requeiro a V. Ex^a ouvido o Plenário, a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico entre 1996 e 2002 de Paulo Henrique Borges Sekiguchi, funcionário das empresas dos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta, estendendo-se o sigilo à Secretaria da Receita Federal.

Retificação

As informações solicitadas poderão contribuir para que esta Comissão prossiga as investigações sobre remessa de divisas e lavagem de dinheiro relacionadas ao esquema de propinoduto.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 364/3. (Pausa)

É o mesmo? Não, é outro.

Nos termos § 3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579, de 1952, e regimentais, requeiro a V. Ex^a a ouvida do Plenário para a Secretaria da Receita Federal e para que a Secretaria da Receita Federal instaure procedimento fiscal para investigar o Sr. Paulo Henrique Borges Sekiguchi, funcionário das empresas dos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta, e remeta relatório a esta Comissão no prazo de 30 dias.

Justificação.

As informações solicitadas à Receita Federal poderão contribuir para que esta Comissão prossiga nessa investigação quanto às remessas de divisas e lavagem de dinheiro, relacionado ao “esquema do propinoduto”.

Sala das sessões, Relator: **José Mentor**.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O senhor está liberado do depoimento. No entanto, deverá ficar à disposição de uma Comissão, numa sala reservada, para posterior acareação.

Muito obrigado.

Pedimos que seja trazido até a sala o Sr. Valdir Ferreira de Freitas. (Pausa.)

Já se encontra na sala o Sr. Valdir Ferreira de Freitas, que assinou o termo de compromisso.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso 63, da Constituição Federal.

Sr. Valdir, o senhor se encontra aqui convocado por esta CPI, acompanhado do seu advogado, que irá assisti-lo, sem, no entanto, poder se manifestar.

Numa primeira etapa, o senhor tem até 30 minutos para prestar alguns esclarecimentos.

Gostaríamos, se possível, que o senhor, antes de mais nada, se identificasse, para facilitar o trabalho não só dos parlamentares, mas da Comissão, dizendo qual a sua função na empresa, por quanto tempo trabalho, o seu salário, o que já sabemos de antemão, que é de 370, apenas para que conste dos registros.

Tem a palavra V. S^a.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – O meu nome é Valdir Ferreira de Freitas, trabalho na empresa Corte Promoções há cinco anos. Sou casado, tenho dois filhos, moro em Queimado.

O que me traz aqui é, realmente, prestar uma grande ajuda, esclarecendo no que for preciso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual o seu salário?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – O meu salário é de R\$370,00.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Passo a palavra, inicialmente, ao Relator, para as perguntas que deseje fazer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a sua função lá na Corte?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – A minha função é a de auxiliar de escritório.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que o senhor faz lá.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Presto serviços de rua e presto também serviços dentro do próprio escritório.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os serviços de rua que o senhor faz.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – O meu serviço de rua é justamente serviço de banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Movimentação bancária?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor faz depósitos e saques?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, só faço depósitos. Também, depósitos e saques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São valores altos?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são mais ou menos os valores?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Para mim, não posso dizer que o valor não é alto, porque o meu custo de vida não é compatível para que eu diga que o valor é baixo, mas não são valores totalmente, estupidamente baixos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os valores de saques e depósitos?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Oito mil, seis mil, por aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem todo dia saque e depósito?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, varia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conte para nós a média por dia, por semana...

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Umas duas vezes por semana, mais ou menos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já foi buscar recursos, pagamentos, em clientes?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, senhor, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já foi fazer pagamentos para clientes em outras empresas, na casa de algum cliente?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem que o senhor recebe esse dinheiro para depositar? Quem é que entrega o dinheiro para o senhor depositar?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Ele acabou de falar que é o Paulo Henrique, o tesoureiro da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que ele faz? Ele chama o senhor?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Ele me chama e eu vou ao banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E deposita na conta de quem?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – São várias pessoas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são as contas?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – De cabeça não sei. É mais a conta da empresa, da Passabra, da Gortim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Senhor também trabalha para a Passabra?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, só faço parte da Gortim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já fez parte da Passabra?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Fiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a sua função lá?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – A mesma função.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fazia o mesmo serviço?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – O mesmo serviço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que saiu de lá?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Trabalhei na Passabra por cinco anos e saí da empresa porque consegui uma coisa para mim e voltei agora por um período de mais cinco anos, mas só que voltei na Gortim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então o Senhor trabalhou sete anos lá? Dois, ficou um tempo fora, depois trabalhou mais cinco.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são as contas em que o Senhor fazia depósitos?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Mais na conta da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quando o senhor sacava dinheiro da onde é que o Senhor sacava?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Também na conta da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que o senhor fazia com o dinheiro?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Às vezes eram pagamentos da empresa também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pagava onde?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – No próprio banco BCN.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebia um cheque para vários pagamentos ou cada pagamento tinha um cheque?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Para cada pagamento um cheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fazia esses cheques?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Quem fazia era o tesoureiro da empresa, que manuseava tudo. A parte de dinheiro era com ele.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Esse valor que o tesoureiro movimentava era de aproximadamente quanto por mês?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Mais ou menos uns 20 mil, no máximo 30 mil. Não faço idéia porque a minha parte é mais de serviço de rua.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pagamentos da empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso, os pagamentos da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os pagamentos dos donos da empresa, do Reinaldo e do Alexandre, quem fazia?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Às vezes eu também fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era feito?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Através de cheque do próprio BCN.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um cheque para cada pagamento, para cada despesa? Igual à empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Igual.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tinha pagamento em dinheiro?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Às vezes, mas era muito raro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor alguma vez viu o manuseio de moeda estrangeira na empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, senhor, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi levar algum valor em dinheiro, moeda estrangeira, dólar, para alguém, receber de alguém?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Nunca fiz isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor continua trabalhando lá?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Continuo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O salário, qual o salário atual? Quanto é?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – O meu agora é 370.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi condenado?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor emprestou a conta do senhor também à empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para fazer o quê?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso ó Sr. Reinaldo e o Alexandre pediram para que eles pudessem usar a minha conta e eu fui e cedi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eles não têm conta em banco?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Eles tinham conta em banco. Não sei se ainda têm.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinham conta. E por que precisavam da conta do senhor?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para quê precisavam da conta do senhor?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Eu não sei senhor, eu sempre confiei neles, eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas por que? para quê o senhor emprestou?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Exatamente por acreditar neles e confiar neles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eles não disseram assim, me empresta que eu vou fazer isso com a sua conta?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca falou isso ao senhor?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Nunca, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se ele tivesse fazendo alguma coisa irregular, um crime, como o senhor faria?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – É, difícil responder, é difícil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor fazia, o senhor assinava um cheque em branco para eles?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Sim, assinava em branco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos por mês?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos por mês?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Uma faixa de dois talões de cheques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que banco o senhor tinha conta?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – BCN.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha a conta há mais tempo?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor abriu a conta para esse fim?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor abriu a conta a pedido deles?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – A pedido deles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha conta em outro banco?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve conta?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Nunca tive conta em outro banco. Tinha poupança e tal, mas eu nunca assim, nunca fui de movimentar cheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a agente do banco? Do BCN?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – A gerente do banco?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi abrir a conta lá?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi abrir a conta lá?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Fui, fui, fui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com quem o senhor falou para abrir a conta lá?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Com quem eu fui abrir a conta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Eu fui abrir a conta com uma funcionária da gerente lá. Uma secretária da gerente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o senhor preencheu o cadastro para abrir a conta?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O cadastro, o senhor preencheu, os papéis, o senhor assinou?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Sim, preenchi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E nunca ninguém o chamou para explicar uma movimentação maior do que o senhor...?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, não, não, isso não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto o senhor movimentava por mês com os cheques que o senhor assinava em branco? O senhor tem idéia de quanto era?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não tenho idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca teve extrato da sua conta?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, não, não. Nunca peguei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Dario Messer?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Dario Messer, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na empresa Depolo?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Alguma pergunta? (Pausa)

Alguma pergunta, Deputado Alexandre?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Só para, Sr. Valdir, só para registro.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Sim, tudo bem.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor fazia os pagamentos bancários.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Sim, senhor.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Teria outra pessoa que também ... com a mesma finalidade dentro da empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – O Germano que fazia o mesmo trabalho, o Germano fazia.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quanto o senhor pagava por dia. Quantas vezes o senhor ia ao banco?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Eu pagava muito pouco, eu não sei, porque era muito pouco movimento, entendeu? Então, era raro eu pegar justamente em dinheiro. Eu só fazia mesmo quando eles me pediam para fazer, porque a minha parte mesmo ...

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Eles pediam para o senhor fazer, mas quantas vezes o senhor trabalha em nenhuma vez por dia algum lugar, não? O senhor ia ao menos uma vez.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, não eu só trabalho para eles, né.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor parece ser um trabalhador com capacidade plena, para se manter esse tempo todo.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Com certeza. Com certeza.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, quantas vezes o senhor ia ao sistema bancário por dia?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Três vezes, no máximo umas três vezes.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O Sr. Germano e quem mais que faz?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Agora sou eu e o Germano, antes era o Marcelo Fernando Mesquita.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor tem alguma coisa sobre a demissão do Marcelo?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, o que eu sei é que o Marcelo pediu para poder sair da empresa. Ele que pediu para sair da empresa, porque estava com problemas particulares de família. Um caso da filha dele, que um rapaz tinha feito maldade à filha dele. Então, ele estava com medo desse rapaz ser solto e fazer alguma coisa com ele. Foi por isso que ele saiu da empresa.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor e o Sr. Germano então fazem serviços bancários, estritamente bancários?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso também.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Pagamentos, depósitos e retiradas?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, o senhor acha que o Germano faz três vezes por dia também?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não entendi.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – A mesma seqüência, vai ao sistema bancário três vezes por dia?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Por aí.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Assim, o senhor que pagava R\$100,00, R\$10 mil por dia? O senhor tem a noção?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não tenho noção.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor fazia pagamento relacionados com encargos, dívidas, cobertura de contas dos jogadores também e de seus parentes?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, jogadores de futebol algumas vezes eu fiz. Mas são jogadores do Bangu, porque trabalhamos com jogadores do Bangu.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Do Bangu?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – É.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O que tem o Bangu, só para a gente...

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Eles têm alguns jogadores que jogam no Bangu.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O time do Bangu bancado por vocês?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não sei lhe dizer. Só o Reinaldo e o Alexandre que podem lhe dizer.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Por que você faz o pagamento?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Assim, só pagamento como R\$500,00, parece que eles pagam um **pró-labore** a eles.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Aos jogadores do Bangu?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Exatamente.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Ao time do Bangu?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Ao time não, alguns jogadores do Bangu.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quantos seriam?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não sei lhe dizer.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Uns dois, dez?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não sei lhe dizer.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Em relação ao Vampeta, ao Gilberto, o senhor nunca pagou nenhuma prestação de apartamento, de carro?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Levou dinheiro para cobrir conta de alguém, do Ronaldinho?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, senhor.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Então, esses pagamentos o senhor não faz?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Esse tipo de pagamento não.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor só faz do Bangu?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Alguns jogadores do Bangu.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E vai três vezes à rede bancária por dia?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Também.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Os jogadores do Bangu devem ter uma movimentação imensa, para o senhor ir três vezes, o Germano três vezes.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Três vezes na semana algumas coisas da empresa, porque faço serviços diversos, não é só tarefas do Bangu.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quais outros serviços, por favor?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Ir a algum lugar, entrega de camisa de jogador de futebol, alguma coisa relacionado a isso.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Porque entendo a sua profissão, sei que o senhor faz pagamentos bancários. Estamos querendo fechar, para que daqui a pouco a sua profissão não seja uma ilegalidade.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Tudo bem.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor presta serviço para a Corte?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor, por acaso, entende de contabilidade?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, senhor.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor nunca tratou de contabilidade?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, senhor.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – O senhor trata mesmo dos chamados pagamentos de rua?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso, exatamente.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – E a sua conta o senhor deixou movimentar e assina três talões de cheques por mês por confiança aos seus patrões?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Dois, por confiança aos meus patrões.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quais eram os bancos que o senhor com maior constância fazia os seus depósitos?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Era o BCN.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Só o BCN?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – É.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Foi dito aqui ontem que uma das atividades do pessoal de rua da sua empresa era pagamento de contas de jogadores que estavam no exterior. Contas de condomínio, energia. Iam à Light, ao Detran renovar placo de carro, seguro, etc. O senhor fazia isso também?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, essa parte quem fazia era Germano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou agora que esse Germano fazia esses pagamentos. Para quem o Sr. Germano fazia esses pagamentos?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Ele falou os emplacements, essas coisas todas, o Germano que fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para jogadores que moram no exterior?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – É também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os jogadores?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Ronaldo, Vampeta... não sei, alguns deles. São vários jogadores, eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pagava o quê? Placa, emplacement, conta de condomínio, o que mais?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Mais documento de carro, negócio de IPVA de carro, essas coisas todas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como o Ronaldo, o Vampeta faziam o pagamento para a empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Aí eu não sei, essa pergunta não sei dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais os jogadores que o senhor conhece que eram clientes da empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Os jogadores que conheço que eram clientes da empresa?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar, que o senhor sabia que são clientes da empresa? Quais são os jogadores?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Aí assim de cabeça eu não sei. De cabeça assim eu não sei lhe informar, cliente eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não falou que a empresa fazia pagamento para alguns jogadores?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Tem alguns jogadores deles próprios, o próprio Reinaldo e do Alexandre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não são clientes da empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Jogadores que eles são exatamente empresários, pagamento de pro labore, isso é que estou dizendo, que eles pagam para os jogadores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles pagam para os jogadores **pró-labore**?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso, exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é isso?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Aí eu não sei dizer. Só eles podem explicar ao senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais os jogadores que recebem **pró-labore**? Exemplos.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Os jogadores do Bangu, o Renatinho, que é do Bangu, tem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não ia fazer o pagamento, o senhor não ia levar o dinheiro para eles...

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então para quem o senhor entregava?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, pagamento não. Ia fazer alguns serviços de banco, fazer depósito ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...na conta dos jogadores?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Dos jogadores, exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os jogadores?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Renatinho, que é do Bangu, tem mais uns dois ou três jogadores lá do Bangu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não lembra o nome?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não lembro assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor faz todo mês esse pagamento?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quando em quando?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quanto em quanto tempo?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – De mês a mês.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma vez por mês?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso, exatamente, porque, às vezes, não é nem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas todo mês o senhor faz o pagamento?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso, mas às vezes nem cai para o mês eu fazer, o Germano faz ou o outro fazia, não é...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor se lembra de um só?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Agora assim de cabeça, sem brincadeira, só veio ele de cabeça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem paga o seu advogado?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem paga o seu advogado?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – O Reinaldo e o Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual é o nome do seu advogado?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Dr^a Luciana.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – De quê?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Dr^a Luciana Câmara.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe... Por que eles pagam o seu advogado?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Eu não sei lhe explicar, não sei se é porque, por a gente ter emprestado a conta para eles, entendeu? Porque eles nunca foram pessoas assim, a gente sempre confiou nele, sempre confiamos neles, e ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não acha que o seu interesse nesse caso em ser absolvido é conflitante com o interesse dos dois?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Eu não sei lhe dizer, senhor. Eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor resolver colaborar com a CPI, o que o senhor sabe não pode incriminar os dois?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Estou aqui para tentar colaborar, justamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o que o senhor falar aqui, o que o senhor sabe efetivamente não pode implicar nos outros dois?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não sei, aí eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que pode haver um conflito de interesse entre o senhor e os dois proprietários da empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, acho que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) - O senhor acha que não.

O senhor conhece o Sr. Paulo Henrique Borges Sekiguchi?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) - Qual a sua relação com ele?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – A minha relação com ele é trabalho, só trabalho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é tesoureiro lá?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) - Ele tem mais responsabilidade nas coisas do que o senhor lá?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito maior?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Muito maior.

O SR. RELATOR (José Mentor) - E por que o senhor ganha o mesmo salário dele?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Aí não sei, senhor, aí só o Reinaldo ou o Alexandre que podem explicar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é que faz toda a movimentação financeira da empresa?

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Deputado José Mentor, só um acréscimo. É só para ele esclarecer se o Paulo Henrique Sekiguchi, ele é que o operador de câmbio?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, ele não é operador de câmbio.

O SR. ALEXANDRE SANTOS (PP – RJ) – Quem é o operador de câmbio?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não tem operador de câmbio, já não tem câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse Sr. Paulo Henrique, é ele que faz todos os pagamentos da empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Isso, pagamentos diversos, ele que manda a gente ir para a rua fazer os pagamentos diversos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É ele que dá para o senhor os cheques para pagar?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, quando ia fazer o pagamento para os jogadores do Bangu, o senhor pagava e pegava o recibo?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Se eu pagava e pegava os recibos? Não, porque às vezes ficava no banco, às vezes fica no banco, a gente pega no outro dia, é assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas tem recibo?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Tem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os pagamentos todos têm recibo?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, depósito da conta dos próprios jogadores, depósito dos jogadores, isso aí vai direto para eles, os jogadores é que ficam com o comprovante daquele depósito que eu fiz. É isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fica, a empresa ou o jogador?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, o comprovante, porque justamente os jogadores do Bangu, alguns jogadores do Bangu pediam o pró-labore deles na conta deles, aí a gente entrega a eles, aos próprios jogadores de futebol.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendi.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Os recibos de depósito, a gente fazia para eles o depósito, só que esse recibo de depósito vai para os próprios jogadores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que ficava na empresa?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não fica nada na empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nada?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – De depósito de jogador acho que não. Eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E se o jogador dizer assim: - Eu não recebi. Como é que faz? Paga de novo?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Aí não sei, provavelmente o Ric deveria ter o controle disso. O Ric deve ter controle.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – O Paulo Henrique deve ter controle disso, entendeu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se era feito pagamento em dinheiro diretamente aos jogadores?

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente. Requeiro a permanência do depoente no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não há mais nenhuma indagação a ser feita. O senhor está dispensado dessa primeira etapa, no entanto, deverá permanecer em recinto do fórum para a necessidade de uma posterior acareação. Muito obrigado.

O SR. VALDIR FERREIRA DE FREITAS – Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

“Nos termos do § 3º do art. 58, da Constituição Federal, nº 1.579, de 1952, e regimentais, requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário, determine a Polícia Federal conduzir coercitivamente até a presença dos membros desta comissão o Sr. Rodrigo Correia Silveirinha para prestar as informações e esclarecimentos de interesse das investigações e andamentos, com observação e atenção a todos os procedimentos legais previstos na legislação vigente, ressaltando que o conduzido seja previamente submetido a exame médico, com o fim de ser avaliado das suas condições físicas, devendo ocorrer uma formal manifestação do exame realizado.

Justificativa.

É claro que a objetivação da conduta coercitiva decorre do fato de que o investigado, Rodrigo Correia Silveirinha, com as suas atitudes, tem evitado atender, como já evitou, a convocação realizada desde o dia de ontem, fazendo uso de alegações imprópria e inverídicas com o único intuito de dificultar os trabalhos de investigação desta CPI.

Sala das sessões., Assinado: Senador **Heráclito Fortes**, Deputado **José Mentor**, respectivamente, Presidente e Relator.”

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Solicitamos ao representante da Polícia Federal que cumpra, imediatamente, o presente Requerimento.

Sobre a mesa, Termo de Compromisso do Sr. Jucélio Nunes de Vidal. Solicitamos que o tragam até a sala para início da sua oitiva.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª a inversão do Depoente.

Gostaria que, primeiro, chamassem o Sr. Alexandre – pediria para o Sr. Jucélio, por gentileza, que

aguardasse mais alguns instantes que, em seguida, o chamaremos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Solicito que seja conduzido até esta sala o Sr. Alexandre Martins, empresário e sócio da Passabra, Turismo. (Pausa)

Sobre a mesa, Termo de Compromisso assinado pelo Sr. Alexandre da Silva Martins, no qual o Depoente se compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, Inciso 63, da Constituição Federal.

Sr. Alexandre da Silva Martins, a sua convocação deve-se ao fato da necessidade desta Comissão tem sobre alguns esclarecimentos com relação à investigação sobre a evasão de divisas ocorrida no País.

V. Sª tem até 30 minutos para algum esclarecimento inicial que ache conveniente ou necessário. Antes, porém, eu gostaríamos para que facilitasse os trabalhos não só dos Srs. Parlamentares mas, também, dos auxiliares e para que fique registrado nos Anais da Comissão, V. Sª discorresse um pouco sobre as suas atividades na empresa ou nas empresas que participa para que pudéssemos ter este registro.

V. Sª tem a palavra.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Senhores, boa tarde. Eu espero colaborar com aquilo que seja necessário.

A minha atividade nessa empresa – Passabra Turismo e Câmbio – começou quando, na época, eu era amigo de uma pessoa que foi colega meu de Banco e, encontrando com ele num evento social, chegamos à conclusão de fazer um negócio e partimos para fazer a Passabra, agência de viagens e turismo. Depois, verificando a necessidade do mercado de atender a necessidade das pessoas que viajavam para fora do País – da compra de dólares, **travellers-checks** – nós procuramos fazer um trabalho de atendimento geral no mercado, ou seja, nós fomos ao Banco Central e solicitamos autorização para operar com câmbio manual e, depois dessa autorização concedida, passamos a fornecer, também, para o mercado, um serviço de atendimento aos clientes dessas agências que não eram autorizadas. Então, mandavam para nós e começamos a fazer esse trabalho.

Paralelamente, a gente também, por uma questão até de gostar do meio e por uma questão filantrópica, começamos a ajudar uma equipe de futebol aqui no Rio de Janeiro, o que nos deu a visão de que poderíamos de alguma forma, não só atendendo filantropicamente a esse meio, o meio esportivo, o meio do futebol, também mais tarde verificar que profissionalmente isso

seria uma coisa interessante. Depois tivemos vários desdobramentos nesse setor que nos levaram a tomar todo o nosso tempo em cima do futebol.

Algumas coisas nos levaram a também nos afastar da atividade do câmbio manual. Primeiro, o **spread** era pequeno, o spread entre as operações era pequeno, e o nosso custo tinha que ser diversificado. Ou seja, precisávamos também ter outro tipo de atividade que nos desse algum retorno. Nesse caso, o futebol mostrou isso e começamos a nos envolver profissionalmente com o futebol. Logo depois disso, sofremos várias situações, até dentro do próprio mercado de câmbio, onde não tivemos, vamos dizer, acontecimentos que nos deixaram à margem desse mercado. Ou seja, que era melhor, pelos riscos que tínhamos que correr, ficar fora. Solicitamos então que o Banco Central nos descredenciasse. Ou seja, pedimos o descredenciamento do Banco Central em virtude de vários acontecimentos e o futebol passou a ser a nossa quase principal atividade. Mantivemos a empresa de turismo porque, querendo ou não, a gente viaja, temos benefícios por sermos agentes de viagem, mas nosso objetivo principal seria realmente o futebol. Mediante isso, muitas viagens, muitas idas e vindas nos colocaram com atribulações. Posso dizer que no último ano posso ter passado quase oito meses fora do país, exatamente em virtude do retorno do nosso maior craque, que estava enfrentando muitos problemas de relacionamento não só no clube em que estava no momento, a gente tinha que chegar a uma conclusão, como também acionar a parte de recuperação dele, porque estávamos próximos da Copa do Mundo e não podíamos fazer nada que não fosse fazer, como vou lhe dizer, uma assistência constante ali, porque senão não estaria recuperado para a Copa.

Depois disso, estamos enfrentando um problema, todos sabem, da ligação nossa com pessoas que conhecemos há muitos anos. Conhecemos através de uma pelada, vamos dizer assim, de um jogo amigável entre alguns amigos também da Receita Federal, não é Fiscal, auditores da Receita, e ex-jogadores que faziam uma pelada na Tijuca. Meu sócio jogava essa pelada, fui para lá com ele e, através dessa ligação com essas pessoas, hoje estamos incluídos num processo que, sinceramente, para mim, é descabido, porque sempre procurei fazer as coisas dentro da maior dignidade possível, enfrentamos dificuldades. inclusive, o senhor sabe que esse mercado, do futebol, é muito desassistido financeiramente e acho que, com toda essa modificação que houve depois da Lei Pelé, houve um pouco mais de responsabilidade, as coisas se encaixaram um pouco mais, foi uma coisa mais empresarial, tem hoje uma conotação mais responsável,

apesar de termos algumas dificuldades, porque o que mantém o futebol é o lado do **marketing**, são as empresas que acreditam na veiculação das suas imagens por meio do esporte.

Então, fomos incluídos nesse processo, através dessa ligação que tínhamos com essas pessoas, mas não passavam de ligações, puramente, meramente, de amizade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu pediria o obséquio ao senhor de que, quando se referisse às pessoas, desse o nome delas e as datas, por favor.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Bom, o nome das pessoas que eu me lembro agora, por favor... Amaury, Heraldo, o Axel, o Cavallieri – que eles chamam de Cavallieri, o primeiro nome nem sei direito, mas é Cavallieri Vommaro, o último nome dele. E, que eu me lembre, assim... Ah, tem um que eu havia esquecido, que é irmão do Cavallieri, que é o... Eu não tenho o nome dele, exatamente, só conhecia por Tutel. Tutel. Certo?

Então, são pessoas que tínhamos uma ligação por amizade. Isso aí, em torno lá de 1990, por aí. O senhor falou em datas... Aproximadamente 1990, quando eu os conheci, quando participei da primeira atividade lá. Isso ficava na rua Maria Amália, ali na... Lá em cima da rua Maria Amália, na Tijuca.

Então, essas pessoas foram envolvidas em um processo de investigação e chegaram a nos colocar, não sei se por causa das nossas atividades anteriores – digo anteriores, porque pedíamos o desligamento do Banco Central já desde 1996 –, não sei exatamente por que chegaram a essa conclusão, mas, de qualquer maneira, respondemos a esse processo. Sempre me coloquei à disposição da Justiça e da Polícia Federal. Quando estava requisitado, eu estava fora do País. Nas duas vezes que fui requisitado, eu peguei, vim direto, para poder me apresentar. Sempre estivemos disposto a esclarecer toda a situação, mas me parece que não foi satisfatório, e hoje sofremos, respondemos a uma condenação, no meu entender, desculpe, incabível, em virtude exatamente da – quem tiver acesso ao processo pode verificar isso... Porque temos, hoje... Estamos enfrentando até dificuldade. Está certo que temos... O senhor sabe, quando se responde a um processo, quando se tem algum problema, lógico, desencadeia uma vida completamente atribuíada, e você sempre procurando esclarecer. E eu estou aqui, hoje, para esclarecer, com certeza, aquilo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Sr. Relator.

Antes, porém, eu queria fazer um registro, que não fiz inicialmente, mas que tem que constar dos Anais.

O senhor encontra-se acompanhado de seu advogado, que vai assisti-lo, sem, no entanto, poder manifestar-se.

Eu queria apenas que V. Ex^a mencionasse o nome do seu advogado.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Dr. Ubiratan Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Guedes?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Obrigado.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – De nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor contratou advogados para funcionários que estão sendo investigados no mesmo caso do senhor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim. Eles são nossos... São nossos funcionários; foram envolvidos nisso por causa da nossa administração. E, logicamente, nós nos responsabilizamos por isso. Não vamos deixar essa carga sobre os garotos. Logicamente, são advogados que estão destinados apenas a defendê-los e a esclarecer, também, o assunto, na medida da necessidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor podia indicar para nós cada um dos clientes e o advogado que o senhor contratou para cada um deles?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Olha, eu... A gente contratou o escritório do Dumas, está certo? Tem a Dr^a Luciana, tem... Eu não sei lhe dizer quais são os advogados com quem estão, mas é do escritório do Dr. Alexandre Drumas e Cerqueira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São todos do mesmo escritório?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os advogados do senhor também são do mesmo escritório?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. O Dr. Ubiratan Guedes é de outro escritório.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi o senhor que solicitou a eles que abrissem contas para serem operadas pela empresa, pelo senhor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que motivo?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Acabei de dizer aqui que nós começamos a operar com futebol, e o futebol, querendo ou não, até esclareci, porque, a partir da Lei da Pelé a coisa ficou mais institucional, ficou mais responsável. O senhor sabe, é público e notório, o futebol sempre teve a necessidade de operar de uma forma que pudesse defender um pouco o seu caixa, para que pudesse botar no campo equipes que

fatalmente não condizem de maneira, não condiziam de maneira nenhuma com a sua folha de pagamento.

A gente sabia muito bem, pelo que veiculava na imprensa sobre o que cada um ganhava e o que, na realidade, estava na folha de pagamento, o que, realmente, não condizia. Então, sempre existia uma forma de remunerá-los ou através de contratos diretos de imagem, ou talvez até, vamos dizer, bichos diretos que não passavam. Não sei como está hoje a administração desses clubes, mas não passavam nem nas suas contabilidades.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que se dava essa operação? O senhor poderia nos explicar como é que se dava essa operação?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Querido, sempre apostamos no futebol com a base. O que quer dizer? Financiar jogadores de quatorze anos, quinze anos, que tenham qualidade, mas não tem condição financeira, não tem condição de se locomover, não tem condição de se apresentar com um bom material, então a nossa função sempre foi dar a eles essa condição e uma ajuda de custo para que eles pudessem seguir a vida, alcançar os objetivos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Agora, fisicamente, operacionalmente, como é que se dava a operação? Como é que ela ocorria? Por que o senhor precisava usar a conta dos seus funcionários?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Porque, veja, uma vez que eu tinha algum recurso que tinha que administrar, eu não administrava ele fisicamente, administrava exatamente através de conta bancária. Então, se eu tinha algum benefício proveniente de qualquer transação no meio do futebol, eu botava na conta dos garotos, a fim de que eles fizessem a distribuição. Eles não, nós fizéssemos, através da conta dele, a distribuição desses recursos, ou seja, dando a eles a ...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quantas contas foram abertas?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Que eu me lembre, cinco. Me lembre não, são cinco contas.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quais são os nomes dos titulares?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Germano Silva Filho, Valdir – não estou lembrando o nome inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Basta o primeiro nome.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Tem o Germano, Valdir, Paulo Henrique, Marcelo e Arilson. São nossos...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Marcelo e Arilson.

Movimentou quanto aproximadamente dessas contas? Qual foi o movimento?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Olha, os movimentos variavam muito. Os movimentos até pequeno, não são movimentos grandiosos, inclusive isso foi matéria do processo que eu estou respondendo e me coloquei à disposição de apresentar essas contas, para que fossem verificadas. E reitero também essa posição com vocês. Se for necessário nós apresentarmos essas contas também para serem verificadas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas pessoas assinavam os cheques em branco?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exato. Assinavam os cheques em branco e deixavam, porque, às vezes, eles não estavam na casa para fazer algum pagamento, então ficava ali o cheque. Era feito o cheque e era pago, ou um aluguel, ou uma compra, ou alguma coisa que a gente tinha que fazer, ou então o pagamento exato da ajuda de custo mensal que sempre damos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram os jogadores que se beneficiavam desses pagamentos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Há uma gama grande. São garotos de faixa etária pequena. Na realidade, não posso lhe declinar os nomes. Posso lhe dar uma lista depois, com certeza. Assim que for necessário, passo-lhe uma lista. Não há problema nenhum. É bom explicar que essa ajuda de custo era dada exatamente no momento em que eles ainda não eram profissionais, no momento em que eles precisavam de apoio para chegar a ter o primeiro contrato.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Era uma espécie de escolinha?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim. Mas não chegamos a criar uma escolinha. Foi bem colocado, mas não chega a ser uma escolinha.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Esses garotos depois tinham alguma obrigação profissional para com os senhores?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Havia algum contrato de gaveta?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nessa idade, o senhor sabe que a obrigação não é do garoto, mas dos pais. Então, nesse hora, sempre buscamos firmar um compromisso com os pais e com o garoto não de propriedade de passe somente, mas na condução da vida profissional dele. Muitas coisas aconteceram neste País, como a evasão de jogadores menores de idade, que foram levados para fora e que foram simplesmente abandonados lá fora. Hoje encontram-se muitos garotos lá fora servindo como garçom ou trabalhando em outras atividades.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos eram?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Chegamos a ter perto de 110 jogadores. Mas hoje reduzimos bastante esse número.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o custo médio de cada um?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O custo médio de cada um podia dar, nos valores de hoje, R\$500. Falo em tudo: ajuda de custo... Nada a mais. Um salário-mínimo, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Afora isso, vocês tinham um esquema de ajuda aos jogadores do Bangu.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim, com certeza. Mas não aos jogadores do Bangu. Nós temos jogadores que colocamos no Bangu. Quando eles chegam no Bangu, eles já chegam como profissionais. Então, eles já têm contratos. São contratos mínimos porque o senhor sabe que na realidade de hoje...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa não paga nada para os jogadores do Bangu.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não. Quem paga é o Bangu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa paga alguma coisa para o Bangu?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. O que a empresa tem com o Bangu é uma responsabilidade de portar esses jogadores. Por quê? Foi assim que começamos a nossa vida dentro do futebol. Hoje vemos até clubes internacionais praticando isso. Ou seja, se temos um jogador – por isso, vou chegar no lado da escolinha que acho interessante... Preferimos não fazer a escolinha por quê? Porque se se tem um jogador com qualidade e tem um clube que tem condições de dar a esse jogador a oportunidade de trabalhar e de estar dentro de um grupo já formado, é melhor que compartila esse jogador com o clube na iniciativa de produzir alguma coisa que amanhã nos dará créditos. Seriam créditos futuros em função do sucesso desse jogador. Sempre procuramos fazer desta forma: procurando os clubes, fazendo com que os clubes participassem. Muitas dessas vezes, isso se transformava em outros créditos, mas não créditos financeiros. Por quê? Porque, pela falta de condição dos clubes de pagar, eles simplesmente nos davam participação em outro jogador ou fazia qualquer outro tipo de atividade que nos beneficiasse. Ai crescemos dentro de futebol, participando e aumentando a participação em até outros jogadores.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quais jogadores de renome os senhores venderam para equipes no exterior?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Fizemos negócio com o Vampeta, Ronaldo, Gilberto. Foram basicamente esses. Felipe, nós intermediamos uma empresa. Basicamente isso, não fazemos muita coisa com o exterior. Hoje me dedico mais à manutenção das coisas que estão efetivamente em movimento, no caso, seria o ramal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor fazia para contabilizar essas despesas pagas dessa maneira pelas contas dos seus funcionários?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sempre procuramos, ao final, fazer uma avaliação das entradas e das saídas. Procurávamos, essa diferença passar para o nosso contador, para que ele desse entrada de caixa na nossa empresa, no caso, a Gortim Promoções, que foi criada para essa finalidade do futebol.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor tem contrato com todos esses jogadores, Ronaldo, Vampeta? Contrato legalizado?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – É interessante. No caso do Ronaldo, esse contrato feito em 1991. Ele já não existe mais. O contrato foi feito em 1991, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Encerrou quando?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – De dez anos é o contrato, já encerrou. Para nós não encerrou. Nosso relacionamento é outro hoje, é mais de confiança do que pautado em num contrato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendi como o senhor contabilizava, o senhor poderia repetir para mim? Como o senhor compatibilizava essa movimentação na empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O senhor está falando a respeito da movimentação dos garotos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dos funcionários.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Quando eu tinha o crédito, ia para essa conta e pagávamos as despesas dos garotos, fazíamos todos esses pagamentos. Logo depois, se houvesse uma diferença a favor, levávamos ao nosso caixa, que é o caixa da Gortim, porque, querendo ou não, a empresa também tinha que se manter.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como se contabilizava essa diferença.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sinceramente, sou leigo nisso, mas, de qualquer maneira, isso era feito pelo nosso contador, Sidney.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sidney do quê?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Desculpe, depois lhe forneço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é autônomo ou tem alguma empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Ele tem a empresa dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem a empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Se não me engano, agora está como o nome de Pátimus.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem o endereço?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Ela fica na Barra da Tijuca, não sei o endereço exatamente, mas fica na Barra da Tijuca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia pedir para seu advogado obter o endereço e o telefone do contador para nós ainda hoje?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim, perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses créditos vinham de onde?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Os créditos eram inerentes a essas movimentações com os jogadores de futebol, quando os créditos não eram transformados em benefícios, como eu falei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os créditos eram gerados no Brasil?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – No Brasil, com certeza, produzidos aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que tipo de movimentação isso ocorria? Qual era o crédito? Que tipo de operação gerava o crédito? Qual era a operação que gerava o crédito?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A compra e a venda de jogador, empréstimo, essas coisas. Sempre havia condições de se fazer algo que, na realidade, não era contabilizado diretamente. Isso, inclusive, deixei bem claro quando estava sob investigação do propinoduto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem idéia do volume de recursos que foi obtido dessa maneira? O volume de gastos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nunca fiz um somatório disso, mas, com certeza, isso pode ser averiguado. Nunca fiz um somatório dessa movimentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são, então, os negócios que geraram esses créditos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Negócio com o futebol.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quais foram no Brasil?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Foram vários negócios, havia sempre algo a ser feito com vários jogadores. Não posso agora identificar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor em alguns exemplos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A parte administrativa sempre foi mais comigo e a parte de relacionamento com os clubes sempre foi mais com meu sócio. Inclusive, quero deixar claro que o meu sócio é o agente Fifa, quer dizer, sempre fez o relacionamento com os clubes e sempre procurei dar o apoio na movimentação e também na parte internacional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas V. S^a deve conhecer alguns casos.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Conheço, com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os casos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não sei dizer-lhe exatamente quais são os casos. Citarei um: o Vampeta também foi de um clube para outro aqui dentro. De repente, um jogador do Flamengo ou um jogador do Vasco. Citar exatamente os casos realmente fica...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas V. S^a não se lembra de três, quatro ou meia dúzia deles nesses anos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Vamos lá. Deixe-me citar um: Vampeta. Gilberto é outro caso; ele é o nosso jogador que está lá em...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Vampeta foi negociado de quem para quem?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Do Flamengo para o Corinthians. Certo? Isso ocorreu na volta dele, porque mandamos o Vampeta para o Inter de Milão. Quem mais? Gilberto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem para quem? Qual foi a negociação feita com o Gilberto?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Do Gilberto?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O Gilberto saiu agora do Flamengo e foi para o Grêmio. Desculpe-me. Ele foi para o Grêmio, esteve no Vasco da Gama e foi para o Grêmio. O Gilberto saiu do Vasco da Gama para o Grêmio. Quem mais? Estou falando sobre os fatos mais notórios. Há muitos fatos pequenos que não têm muita...

Vou citar o caso de outro jogador que é importante: o Felipe saiu do Vasco da Gama e foi para o Atlético Mineiro. Depois, saiu do Atlético Mineiro. Ele esteve em dois clubes. Passou rapidamente pelo Atlético Mineiro, pois não levou tanto tempo, e foi para o Palmeiras. Logo depois, ele foi para o Galata Saray*.

Esses são detalhes. Se não citarmos uma operação mais notória, fica difícil identificar. Há várias operações de jogadores que as pessoas nem conhecem; operações de empréstimos, cessões, etc.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não estou entendendo por que isso não era contabilizado. Se V. S^a tinha, como disse, a receita e a despesa e depois, pelo líquido, V. S^a lançava na empresa, por que não se lançavam na empresa todas as entradas e todas as saídas? A situação seria a mesma. Por que era preciso usar os funcionários?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O que ocorre? Alguns créditos não vinham desses clubes, mas de pessoas que poderiam ajudá-los. Sempre ocorreu assim; o futebol sempre foi gerido dessa forma. Sempre há pessoas por trás dos clubes tentando ajudar de alguma forma. E nós, por acaso, também estávamos no mesmo mercado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um tipo de receita era proveniente da intermediação de negócios e outro tipo, de doações e contribuições? V. S^a está dizendo isso?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Há várias...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É isso que estou entendendo?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim, Deputado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um tipo de receita era oriundo da intermediação de negócio; e outro tipo era proveniente de doações?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sempre intermediação de negócios. As doações são feitas aos clubes por intermédio de outras pessoas que estão por trás dos clubes. Não é diretamente conosco. Sempre fizemos operações diretamente com os jogadores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a relação das contribuições de pessoas físicas com a empresa? Não estou entendendo.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A contribuição de pessoas físicas é destinada aos clubes que contratam esses jogadores. Para contratar esses jogadores, eles precisam ter receita. Se o clube não tem receita, sempre que há alguém que ajuda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que isso tem a ver com a empresa de V. S^a?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Comigo nada; tem a ver com os clubes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são as receitas da empresa? Apenas intermediação de negócios?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim, intermediação de negócios. V. Ex^a poderá verificar que, na empresa, há várias operações, como a do Vampeta

– que citei anteriormente –, que foi muito bem contabilizada, e está aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Novamente não estou entendendo. Se V. S^a tem as receitas e as despesas, por que não contabilizá-las na empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Porque algumas dessas receitas não vinham pelo lado normal, ou seja, sempre vinham não pelo clube, vinham diretamente por alguém que estava financiando esse clube, então recebíamos, era dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou lhe perguntando quais são as receitas da empresa.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – As receitas da empresa são provenientes da diferença da administração desse custo que nós temos com os atletas, está certo? E também de algumas intermediações com os atletas diretamente, que a empresa sempre faturou. Tem faturas, inclusive, pode lhe dar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Me desculpe, o senhor está explicando... (Pausa)

Claro, claro.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) - Todos nós sabemos que o relacionamento do empresário de seu porte com jogadores de futebol termina... é a mesma coisa que ocorre com o artista: termina sendo um relacionamento filial. Se a gente for pegar as revistas da época, vai ver que o senhor auxiliou alguns jogadores importantes na aquisição de apartamentos, de imóveis, de investimento, de recuperação de teatro em sua cidade natal, compra de quadros caros, inclusive com fotografias de Cícero Dias*, todos eles com assessoria dos senhores. Tudo isso era feito legalmente, com documentação, com pagamento...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sempre essa assessoria com o jogador, a gente sempre procurou fazer tudo legalmente, sempre saindo em nome do jogador, demos assessoria, assim, em compra de apartamentos, provenientes de receita que eles tinham dos clubes, à medida que fosse necessário, certo? Agora, quanto a outros investimentos menores, ou até de arte, cultural, nunca partimos para esse lado, até porque nós sempre cuidamos mais da necessidade básica dos jogadores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está entendendo bem então? Na realidade, tínhamos duas origens das receitas. Até agora apareceram duas origens, a primeira: intermediação, porcentagem, sei lá, valores...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Participação...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Participação nos negócios realizados e doações de terceiros.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Doações de terceiros nós não temos. O senhor está entendendo? As doações de terceiros são feitas aos clubes diretamente, não a nós.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. E como é que chegava para ser colocada no dinheiro dos seus funcionários?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Isso o clube, a forma de pagamento que os clubes nos davam para receber, nós recebíamos, então não vinha diretamente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os clubes é que faziam transferência para os senhores?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exatamente, exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os clubes...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Quais são os clubes?

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... que faziam as transferências?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O senhor pode notar, temos vários... todos os clubes do Rio, do Brasil, têm esse tipo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, os que fizeram com o senhor. Eu quero saber os que fizeram com o senhor, com sua empresa.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nós temos os quatro grandes clubes daqui...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são eles?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O Botafogo, o Fluminense, o Vasco, o Flamengo, os grandes clubes de São Paulo, os grandes clubes...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Botafogo... Um minutinho, por favor: Botafogo, Fluminense...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Vasco, Flamengo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vasco, Flamengo.

De São Paulo quais são?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Corinthians, em São Paulo, Palmeiras, eu acho que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, veja. Só me diz o seguinte: esses clubes recebiam doações, contribuições, não importa o nome que chega...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Veja bem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... e o clube passava o recurso para o senhor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eu estou falando de todos que operavam conosco...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um momentinho só, por favor.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – ... não estou dizendo que todos faziam essa mesma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, eu quero saber os que faziam essa mesma coisa.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eu, sinceramente, não sei lhe dizer exatamente isso, porque isso não está comigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a pergunta que lhe fiz é esta: quais os clubes que passavam recursos para a empresa do senhor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Inclusive nós estamos sofrendo uma investigação fiscal, que nós estamos dando a eles todos os números necessários para isso e, se for necessário, esses números também serão concedidos a essa Comissão, para evitar de eu responder alguma coisa errada. Eu estou tentando colaborar, mas eu não posso ir além daquilo que está na minha cabeça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então eu queria saber do senhor o seguinte: quais os recursos, de quem o senhor recebeu os recursos para depositar na conta dos seus funcionários, desses clubes?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Desses clubes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, esses clubes receberam doações, contribuições e parcelas...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Conforme for, olha, eu...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só um minutinho, para eu poder entender, porque eu preciso entender isso aqui, aliás nós todos precisamos entender. E esses clubes passavam dinheiro de recursos para o senhor que não eram oficiais.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses recursos o senhor transformava na conta dos seus funcionários para pagar despesas.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o interesse desses clubes em pagar esses amadores?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, ele não tinha interesse em pagar esses armadores, o interesse era nosso, mas quanto ao interesse da administração de caixa deles era uma coisa deles e não nossa.

Quando fazíamos um negócio e tínhamos que receber alguma coisa, a forma de pagamento sempre acordávamos antes, mas com certeza não dá para identificar essas operações imediatamente porque é difícil fazer esse tipo de verificação. Se o senhor verificar depois na movimentação das contas, verá que não são coisas tão...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A sua condenação foi por sonegação fiscal?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Uma parte, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dê-me um exemplo, por favor. Qual o interesse que tinha o Botafogo em repassar o dinheiro dessa maneira para o senhor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Só ele pode responder isso, querido, porque o interesse é que os clubes não têm dinheiro. Ele não tinha dinheiro e, se tem alguém querendo ajudar, eles procuravam, com certeza, receber essa ajuda e repassavam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor me diga o seguinte e gostaria que me desse alguns exemplos concretos. O Botafogo, por exemplo, transferiu recursos a que título?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A título de, por exemplo, empréstimo de jogador, na transferência de um jogador que precisava para disputar o campeonato. Ele não tinha esse dinheiro e uma pessoa do clube resolveu doar para que pudesse fazer essa negociação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A pessoa tinha o dinheiro?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Essa pessoa tinha o dinheiro e fez essa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que essa pessoa não fazia legalmente a doação?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eu não sei, querido, mas isso era uma coisa do clube e não nossa. A gente só não podia aceitar ter que emitir uma nota fiscal contra o clube quando, na realidade, o clube não tem esse caixa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu quero que o senhor entenda uma outra coisa, que o senhor entenda o papel que desempenhou. O senhor está dando cobertura para alguém que tem recurso e não quer legalizar.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, eu estou dando cobertura aos clubes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De um dinheiro que não é legal.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Estou fazendo uma coisa para que possam suportar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vamos dizer assim: de um dinheiro que não é oficial.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Se eu estou recebendo do clube um valor em moeda que seja trinta, cinquenta ou cem mil, isso é um problema que não cabe a mim explicar. Cabe a mim, é lógico...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cabe ao senhor me dizer que papei que o senhor tem nisso aqui.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E se esse dinheiro, por exemplo, for resultado de tráfico?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Olha, sinceramente, não tenho nem, como é que vou lhe dizer, essa visão de o tráfico estar próximo do esporte.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se for oriundo da contravenção penal do jogo do bicho? Não importa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sinceramente, não tenho essa idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não lembra de nenhum caso concreto de nenhum desses times que o senhor falou: Botafogo, Flamengo, Vasco etc?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não sei lhe dizer, mas isso posso lhe falar de um caso mais quando falar com...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é que sabe desses casos concretos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Só através da documentação que a gente vai ver.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quem realizou esses negócios?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Fomos nós, eu e meu sócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor deve saber alguns.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Querido, agora mesmo estou lhe falando que o caso do Botafogo foi uma coisa que a gente procurou dar a eles um apoio na vinda do jogador do Atlético Mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Querida somente lhe fazer uma ponderação. Evidentemente que compreendo que o senhor não é Parlamentar, não é advogado, mas estamos em uma reunião que está sendo gravada.

Tenho observado que, sem nenhuma maldade, mas displicentemente o senhor tem tratado o Relator como “querido”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu também tenho querido saber das coisas, mas não tenho conseguido saber.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Esse é um termo que foge à linguagem.

Faço apenas o pedido para que tivesse cuidado porque estamos gravando a reunião para os anais da CPI.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Compreendo perfeitamente e o senhor não tem obrigação de saber como é que é o tratamento regimental ou Parlamentar. Apenas lhe alerto para isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A mim não afetou. Apenas quero registrar que também tenho querido saber das coisas, mas não tenho conseguido.

Quem é que poderia dizer de casos concretos dos times que agiram dessa maneira?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Olha, esses casos são passados e que não foram contabilizados.

É difícil agora. E eu falei que a documentação vai mostrar aqueles casos que procuramos sempre colocar na conta dos funcionários...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é que realizava, quem operava? Não era o senhor. Quem fazia a operação?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, eu fazia a operação junto com o meu sócio. Isso, não tenha dúvida que nós fazíamos esse tipo de operação. Mas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu acho que o senhor vai se lembrar de algumas pelo menos.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Mas, sinceramente, eu estou lhe falando, eu estou há tanto tempo afastado dessa coisa, cuidando de outra área, que é difícil de lhe dar agora uma... Com detalhes essas... Com minúcias, não é? Esses casos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está percebendo que eu estou lhe dando essas oportunidades todas para que possamos chegar... Porque evidentemente que essas informações songadas, a Comissão tem instrumentos para chegar nelas. E vai usar desses instrumentos. Claro, vai usar desses instrumentos. Mas eu estou lhe dando todas as oportunidades para o senhor chegar a nos informar.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Certo. À medida que eu puder colaborar, nós vamos continuar colaborando.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor deve saber inclusive da possibilidade que, se for da conveniência sua, de tornar a reunião reservada, se achar que tem alguma declaração, algum esclarecimento que queira prestar, mas que queira que haja a manutenção do sigilo. O senhor fica inteiramente à vontade. Na hora que desejar.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Perfeito. Mas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor disse que a parte comercial era o seu sócio que fazia?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eu também faço. Mas ele faz mais a parte comercial interna porque ele tem um relacionamento mais ligado com os clubes aqui, e eu tenho mais ligado com os clubes lá fora. Então, é por isso que temos essa... Eu acho que ele pode detalhar um pouco mais essa situação do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quais são os países em que a sua empresa mantém, ou o senhor, pessoa física, ou o seu sócio mantém conta bancária?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Nós não temos conta bancária no exterior. No exterior não temos.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não tem conta na Espanha?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Conta na Espanha, quem tem é o Ronaldo. Quem tem são as empresas do Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A sua empresa não tem nenhuma conta na Espanha?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não tem na Inglaterra?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Não tem na Inglaterra.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não tem nenhuma conta fora?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nenhuma conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor faz pagamentos aos seus clientes que estão no exterior no Brasil?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Como assim? Não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por exemplo, alguma despesa do Ronaldinho no Brasil,...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qualquer outro jogador que se encontre ausente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...qualquer jogador.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Bom, o jogador tem que mandar o dinheiro para a conta dele mesmo aqui. É fechado um câmbio no Banco Central, e aí ele é orientado dessa forma. E aí os pagamentos têm que sair dessa conta dele. Inclusive tive até uma dificuldade em abrir uma conta uma vez em um banco porque ele, tecnicamente, não poderia se abrir a conta aqui, uma vez que ele é residente fiscal em outro país. E tentei abrir uma CC-5 em nome dele para que ele pudesse receber esse dinheiro. E não fomos atendidos, não sei por que, mas, já que é uma pessoa física brasileira que está prestando serviço no exterior, eu não vi nenhum tipo de complicação de se abrir uma conta para ele poder receber créditos. E os créditos sempre foram passados para a conta dessas pessoas. E geralmente, quando saem daqui, deixam essas contas abertas. E quando recebem, recebem diretamente no próprio banco.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor tem procuração de algum jogador para movimentação de conta?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nem de nenhum familiar de jogador?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que isso se dá...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Aliás, desculpe. Desculpe. Tenho sim. Tenho do Ronaldo. Desculpe. É que temos uma empresa no Brasil, que resolvemos abrir essa empresa no Brasil para, caso façamos algumas operações de... Que falamos, uma operação de **marketing**, dentro do Brasil, para que não seja paga fora do Brasil, que se mantenha os recursos aqui, abrimos uma empresa aqui. Mas a administração é fora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – É Empório.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Empório Ronaldo do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Empório...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Empório Ronaldo do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que se dá isso, então? O Ronaldo, ele manda o dinheiro para cá, fecha câmbio,...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Fecha câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...credita na conta dessa empresa...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Credita na conta da empresa. Quando não, na conta dele particular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nas duas hipóteses, como é que funciona o pagamento das despesas?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O pagamento das despesas é feito com cheques dele, tudo contabilizado, sem problema nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele deixa assinados em branco os cheques?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não. Aí é com procuração. É por isso que eu... Tem o detalhe. A procuração.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E é o único caso que o senhor tem é do Ronaldo?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exato. Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os outros, como é que funcionam?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Os outros é com eles mesmos, com a família. Não é conosco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não há nenhum outro caso que o senhor trabalha dessa maneira?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você chegou a fazer alguma operação com o jogador Ronaldo onde recursos do Brasil foram disponibilizados contra recursos no exterior?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Ao contrário? Não, não. Sempre na situação inversa. Teve inclusive um

fato que é bom notar, quando fizemos a transferência dele para a Inter, tivemos que fazer um recolhimento aqui, porque, quando eles estão nesses países, eles precisam estar sempre apoiados com bons tributaristas exatamente em função dessas trocas de países.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O Zico que o diga.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Quem? Ah, o Zico. Entendi outra coisa. Não sei exatamente como foi a situação dele.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Ainda hoje ele é proibido de entrar na Itália.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não é não. Já encontrei com ele na Itália.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Quando?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Encontrei com ele na Itália recentemente. O Ronaldo estava jogando na Inter, quando encontrei com ele lá. Ele não...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Então, terminou o processo. Porque ele saiu da Itália...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sei, ele teve um problema fiscal lá, mas parece-me que foi esclarecido e resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Se foi, foi muito recentemente, porque...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não tenho detalhes, mas acho que foi.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – ...porque, há cerca de três anos, esse assunto tramitou no Congresso Nacional para se tentar uma solução para esse caso. Por isso que estou achando que foi bem recente.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Posso lhe dizer que tem mais ou menos isso que encontrei com o Zico em Milão, quando eu estava ali para tratar de assuntos do Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Foi uma viagem onde ele foi homenageado e, por meio de um salvo-conduto, ele esteve na Itália, uma questão especial.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Mas não vem ao caso.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – De qualquer forma, nesse caso, numa transferência que fizemos, tivemos que recolher a diferença entre uma taxa que ele recebia na Itália. Ele recebia no ato, ou seja, na fonte, ele era debitado de um valor e a diferença para cá eu tinha que creditar aqui, ou seja, eu tinha que recolher aqui. Na realidade, até fizemos uma consulta à Superintendência na época, não me lembro agora, e me disseram que não, que não haveria essa necessi-

dade, mas, se ele ficasse sem fazer esse recolhimento, ele teria um débito fiscal, dentro do contexto geral ele teria um débito fiscal. Então, tive que recolher, através de um DARF, a diferença desses valores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendi. Se ele é um não-residente, por que recolheu?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exatamente. Mas, veja: quando ele é transferido de um país para outro, ele tem 182 dias para ser considerado residente fiscal naquele país. Quando ele saiu da Espanha e foi para a Itália, ele fez uma negociação, como pessoa física, com um contrato de imagem. Nesse contrato de imagem, ele foi tributado na fonte em 20%. E, naquela época, aqui tributávamos a pessoa física em 25%. Então, tínhamos aí uma diferença de 5%, já que ele não era considerado residente fiscal na Itália e tinha saído da Espanha. Ele vai recolher onde? Na Espanha? Não. Na Itália? Só o necessário, que é o da fonte. Se a fonte é menor, ele teria que recolher a diferença no país de origem dele, origem de cidadania, já não falo de origem fiscal. A origem fiscal, nesse caso, seria um ano que ele teve dentro da Espanha. Então, o que acontece? A diferença, naquela época, recolhemos aqui, através de um DARF, e esse DARF foi anexado à declaração dele da Itália, para mostrar que houve uma...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendi por que ele não pôde abrir a CC-5, se é exatamente para não-residente.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não entendi também, porque isso seria uma coisa normal. Hoje sou um profissional, vou para fora e preciso mandar dinheiro para minha família, de repente. Não sou mais residente fiscal aqui no Brasil. Então, abro uma CC-5 em meu nome e mando o dinheiro de lá para cá, para minha conta, para pagar alguma coisa para a família, mandar algum dinheiro para a família. Se você mandar para uma outra pessoa física qualquer, tem que justificar através de um contrato, através de documentos, toda essa transferência. E no caso de ser para você mesmo, você justifica simplesmente no momento que tenha que justificar à Receita.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca houve nenhum desembolso por parte da empresa ou desses recursos não oficializados, para qualquer pagamento de despesa ou aquisição ou investimento...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...do jogador Ronaldinho, sem que houvesse a transferência para a conta particular dele ou para a empresa que vocês constituíram desse recurso com o fechamento de câmbio?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não houve nenhum?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nunca houve.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Queria apenas fazer um registro - repito, estamos com uma audiência gravada - com relação à citação que fiz do caso Zico.

Por dever de justiça, devo dizer que não fiz nenhuma condenação ao Zico, que é um dos maiores atletas que o Brasil tem. Apenas fiz um registro para mostrar que o Zico é uma das grandes vítimas que o País tem de empresários ou de procuradores que não tomaram os cuidados suficientes. E isso vemos acontecer não só com jogadores de futebol não, mas também com outras pessoas inclusive exportadores que não se acautelam e de repente passam por vexame. Há empresas de construção civil, e várias pessoas que, exercendo atividades fora do País e por falta de conhecimento da legislação local, muitas vezes, são vítimas de dissabores como o próprio Zico.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Com certeza.

Por isso, quando o Ronaldo chegou na Holanda, era garoto ainda, fizemos um acordo com o pessoal do PSV, que foi muito bem recebido, um clube que tem uma estrutura muito boa para poder dar esse apoio aos garotos, até aos garotos de base, eles nos indicaram uma empresa chamada Caron Stevens. Essa Caron Stevens fez um trabalho muito bom nesse dois anos em que ele teve ali jogando. Logo depois, quando foi para a Espanha, a primeira coisa que fizemos foi procurar uma grande empresa, e naquela época era a Garriges e Andersen, que, com a falência da Arthur Andersen, deixou de chamar-se Garriges e Andersen e está como Garriges, e que hoje atualmente cuida da vida fiscal dele lá fora. Então a gente sempre procurou ter essa tranquilidade para evitar qualquer tipo de problema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Voltemos um pouco às contas dos funcionários.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim, pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) - Como essas contas foram abertas?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Foram abertas por eles e a nosso pedido foi feita a disponibilidade dos talões de cheques para que pudéssemos administrar.

O SR. RELATOR (José Mentor) - Eles pessoalmente compareceram nas agências?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Administrar pura e simplesmente o futebol, ou seja, aquilo que a gente tinha por responsabilidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, digo o seguinte, eles compareceram à agência, eles próprios, cada um deles compareceu?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eles foram na agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles foram acompanhados dos proprietários da empresa ou não?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não, não, eles foram indicados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos eles?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Todos eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca a agência do banco chamou, no caso os apresentadores como os senhores, para justificar um volume de movimentação incompatível com o salário?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não houve assim essa preocupação de ser incompatível ou não com o salário, existia a responsabilidade da movimentação, eles sabiam que quando nós indicamos alguma coisa sempre fomos responsáveis com essa indicação. Então eles não se preocupavam com relação à movimentação exatamente porque fomos nós que indicamos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve algum caso de saque a descoberto?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Saque a descoberto? Não, não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nas contas?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não tenho conhecimento. Creio que não, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia a gerente? O gerente do banco?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Conhecia, lógico!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era mulher?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Tinha uma gerente mulher, tinha um gerente homem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram os gerentes?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – No caso, na época, Silvia, é... o gerente do...

O SR. RELATOR (José Mentor) - Do BCN não é?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – É BCN. Era o Carlinhos, chamava de Carlinhos, eu não sei o nome dele exato, mas sempre Carlinhos, Carlinhos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual é a agência?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Agência 024, Rodrigo Silva.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a comentar com os gerentes esse tipo de movimentação que era feita?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não, não chegávamos a fazer esse tipo de confiança.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sr. Relator, peço licença para interromper a reunião por 2 min. Trata-se de uma questão técnica. A fita está chegando no limite.

(Suspende-se a reunião por 2 min.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Está reaberta a reunião.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nenhum desses funcionários chegou a comentar com o senhor problemas de saldo e de justificativa que eles tivessem que tomar perante o Banco pela movimentação incompatível com o salário?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não me lembro disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse no início, eu queria que o senhor precisasse um pouco, como aconteceu a empresa Passabra.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A Passabra? Bom, nós decidimos abrir a Passabra para operar no... mercado de turismo. Tentar fazer alguma coisa dentro do receptivo no Rio de Janeiro e alguma coisa também na parte de viagens ao exterior, de grupos, e ta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Se não me engano, em 1989, precisando assim as datas, em torno de 1989.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois, qual foi a seqüência dela?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A seqüência dela nós vimos que até dificuldade dos nossos próprios clientes em comprar os **travellers-checks** ou dólares manuais para poder viajar, e nós fizemos um setor de câmbio, fizemos a solicitação ao Banco Central e, depois de cumpridas as exigências, fomos autorizados a operar. E criamos um setor onde, através de algumas circulares espalhadas no mercado dizendo que estávamos disponíveis para vender para esses clientes, os clientes deles, logicamente comissionando cada venda dessa para atrair um volume que justificasse essa atividade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Bom, depois...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto tempo o senhor operou? Em que ano foi a autorização do câmbio?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Isso aí, se não me engano, foi em torno de 1990. sinceramente, des-

culpe não precisar as datas mas foi em torno disso. Depois fizemos o descredenciamento em função exatamente da forma no mercado estar com um **spread** muito curto e tinha que correr muitos riscos e logicamente tivemos que tomar a decisão...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi isso?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O descredenciamento não sei exatamente mas não sei, tem bastante tempo, foi em 1996, em 1997, por aí. O descredenciamento pedimos já depois de uns cinco, seis anos. não sei exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma operação com o exterior nesse período?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Com certeza, porque quando vendíamos os **travellers-checks** tínhamos que pagar a Thomas Cook. Então, para que fosse pago a Thomas Cook, fechamos operações de remessa para pagar essas consignações que eram vendidas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como eram feitas essa remessa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Era feita através da Thomas Cook, do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com que banco o senhor operava?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não me lembro agora o banco exatamente, mas era um banco indicado pela Thomas Cook, que fechávamos e... operava. Quer dizer, o que movimentávamos a conta era o BCN mas o que fechávamos o câmbio não era o BCN era o banco indicado por eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor fechava o câmbio no BCN para remeter ao banco indicado por eles?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, eu administrava o dinheiro que eu recebia aqui no BCN e, na hora de fechar o câmbio, fechava em outro banco que era indicado pela Thomas Cook. A Thomas Cook indicava, o banco tinha que pagar lá fora e até o caminho que podíamos fazer isso aqui dentro tomávamos providências para eles receberem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O senhor disse que no ano de 2002, passou 08 meses fora do Brasil, até em trabalho louvável de recuperação psicológica, ajudando na recuperação psicológica e física do atleta Ronaldinho e tem todos os méritos por isso, inclusive.

Como o senhor se manteve lá fora? Cartão de crédito...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Ele me mantinha lá fora bastante com a... Ele tem uma estrutura dentro de Madri, onde eu ficava – estrutura que a gente fala é

apartamento – para evitar também os custos de hotel. As despesas de viagem eram pagas por ele.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Manutenção, dia-a-dia, tudo?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O dia todo. Essa é uma atividade, quando tem a condição de fazê-lo, tem de realizar. Quando não, a gente procura fazer através do nosso próprio...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha relação com outras casas de câmbio e turismo no Brasil?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não necessariamente, porque não trabalhávamos com casas de câmbio. Trabalhávamos com empresas... Por exemplo, nesse caso da Thomas Cook, nós tínhamos uma, como vou dizer, consignação de um determinado valor de **travellers-checks**, que ficavam em nosso poder. Recebíamos essa consignação e, depois das vendas, apresentávamos esse borderô de justificativa e, com certeza depois de um determinado tempo – não sei se acumulava quatro ou cinco dias ou uma semana, não sei exatamente – isso era juntado e transferido para o exterior para pagar aquelas consignações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não digo nessa ilação com a Thomas Cook, mas outras relações, com outras empresas, pessoas físicas ou jurídicas, que trabalhavam com turismo e câmbio?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Dario Messer?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É Dario ou Dario?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. É Dario. Dario Messer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Agora há pouco fiz a pergunta para um funcionário seu: “O senhor conhece o Sr. Dario Messer?” Ele, então, disse: “Dario, não”.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – (Risos) O nome dele é Dario Messer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor o conhece de onde?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eu conheço ele socialmente, porque, no Rio de Janeiro, quando a gente não se conhece, eu dizer que não conheço... ívias, dentro da parte profissional, não.

Ele, inclusive, fiquei sabendo que ele tentou andar pelo futebol, investir no futebol. Não sei se conseguiu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe qual é o ramo de atividade que ele tem?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eu acho que ele trabalha com o turismo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca teve relacionamento, a sua empresa, com ele?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem o senhor, pessoalmente, negócios?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Paulo Henrique Borges Sekiguchi é um funcionário de confiança do senhor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Total?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Ele é um funcionário que está responsável exatamente por fazer os pagamentos e recebimentos nosso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O “nosso” que o senhor disse refere-se a quem?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nosso. Da empresa, meu e do Reinaldo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é quem faz todos os pagamentos do senhor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também faz todos os pagamentos do senhor Reinaldo?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim. Quer dizer o Reinaldo faz os pagamentos dele, mas na medida em que precisar mandar a um banco, fazer alguma coisa, é através dele.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – E os da empresa também?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Da empresa também.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Qual é o volume mensal desses pagamentos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eu não sei lhe precisar. É conforme a necessidade, mas o volume... Inclusive, às vezes a gente tem uma despesa... Às vezes não, temos uma despesa fixa...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Uma média.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Em torno de 20 a 30 mil. Pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – De pessoa física, da empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Da empresa... Não sei lhe dizer agora, mas posso lhe dizer que está em torno de 50 mil, algo assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses pagamentos, como são feitos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Os pagamentos são feitos através de cheques ou dinheiro. Depende do que a gente na mão, caixa ou qualquer coisa desse tipo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os pagamentos da empresa são feitos em dinheiro?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Se tiver dinheiro no caixa, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como esse dinheiro entra no caixa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A empresa pode ter dinheiro no Banco ou no caixa. Se tiver no caixa, ele pode sacar em um Banco ou receber através de pagamentos em dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E é ele que emite, no caso de cheque, o emite para fazer o pagamento?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim, quando o cheque estava lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O cheque foi assinado em branco.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exatamente, mas à medida que tinha necessidade o fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era ele que emitia o cheque?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E no caso dos cheques em branco? Quem preenchia?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Poderia ser ele ou nós. Dependia do momento. O próprio emitente, se estava na casa, emitia. Não havia problema nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Das cinco contas dos funcionários que estavam em branco era ele que preenchia?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Ele preenchia e controlava as contas a pagar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele controlava o saldo das contas dos cinco funcionários?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando havia despesas para serem pagas e não havia recursos para pagamento ele comunicava ao senhor e ao outro sócio?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Comunicava. Nós procurávamos, de alguma forma, prover.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, ele era o tesoureiro mesmo?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Ele era o responsável pelas contas a pagar. Nos sempre procuramos deixar nas mãos dele porque sempre nos movimentamos muito. Eram viagens. Até em viagens curtas, se há alguma coisa para pagar ele manda para o banco para fazer o pagamento, tomava providências.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o MT Bank, em Nova Iorque?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Conheço, aliás, desculpe-me, mas não conhece ninguém no banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez alguma operação com ele diretamente?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Indiretamente?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Também não. Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma explicação para o fato de na agenda do Sr. Paulo Henrique estar anotada a conta do Sr. Dario Messer*, do MT Bank de Nova Iorque?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A conta do Sr. Dario Messer. Estivemos conversando sobre isso. O assunto foi matéria, inclusive, da outra investigação que sofremos. Essa era uma agenda que estava com Paulo Henrique há cinco anos. Ele fez essa anotação. Sinceramente, não sei precisar-lhe quem fez que pediu a ele para fazer esse anotação. Posso dizer-lhe que não tivemos nenhuma transação com o seu Dario Messer que pudesse dar-lhe condição de mandar sua conta. Não sei exatamente se a conta é dele. Não sei por que esse nome está lá. Com certeza, ele anotava na agenda algumas coisas que lhe eram passadas por nós ou por clientes que ligavam para lá para fazer pagamentos. Pagamentos que fossem necessários. Por exemplo, se havia uma devolução fazer, algum crédito a receber, as pessoas ligavam para ele para dizer: "Bota na minha conta". Agora, não sei exatamente como isso foi parar na agenda dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele poderia ter anotado esse endereço para passar aos senhor ou ao seu sócio?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não sei qual foi a intenção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ao senhor não o passou?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não o passou. Não tenho esse endereço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Gortim Corporation?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Poderia nos explicar o que é?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A Gortim Corporation foi uma empresa que nos procurou. Vou falar um pouco sobre essa situação porque creio que houve uma divulgação errada em relação a isso.

Essa empresa nos procurou no sentido... Há também a Passabra Trade Corporation e a Passabra Comércio Exterior.

Nessa época, estava tentando fazer alguma coisa dentro do mercado de importação e exportação, diversificar, quando tinha verificado que o mercado de turismo era um mercado que nos dava uma margem muito pequena de ganho, com um custo muito alto de mão-de-obra de trabalho. Estava procurando um

setor que naquela época estava surgindo bem, que é o setor de comércio exterior. Então, procurei montar uma empresa aqui chamada Passabra Comércio Exterior, e montar uma empresa em Miami, cujo nome ficou sendo Passabra Trade Corporation. Por quê? Em Miami, você comprava as coisas, havia o **world house**, para colocar as coisas para mandar para o Brasil. Então, fechava-se um grande contêiner, com vários produtos que, é lógico, tínhamos que primeiramente divulgar no Brasil para poder mandar. Então, criamos toda essa estrutura para que viesse para aqui para o Brasil, com produtos importados, porque estávamos pensando, inclusive, em abrir uma loja.

Só que, nesse meio, foram verificadas muitas coisas, porque é um mercado muito técnico. O mercado de câmbio é um mercado muito técnico, o mercado de importação e exportação, e, para operar com tantos produtos, tínhamos que estar muito bem aparelhados. Então, desistimos dessa operação, depois de ter investido até lá.

Nessa época, conheci uma pessoa que me fez esse contato, por meio do Sr. Carlos Vieira, fez esse contato para investir aqui no Brasil. Eles estavam querendo investir também nesse mercado de...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem são eles?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – A Gortim Corporation.

Então, estavam querendo investir aqui no mercado de importação.

Quando falei a respeito do negócio do futebol, encontramos-nos num evento que foi lá no Intercontinental, que foi uma coisa do comércio exterior, e ele me falou da intenção do futebol, que ficou intencionado em fazer esse investimento. E nos disponibilizou, quer dizer, nos empenhou a intenção de investir nesse mercado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem são esse sócios da Gortim Corporation?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, era um advogado que era deles que encontrei lá. Era americano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você sabe o nome dele?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – John Paul Smith, um negócio desse. Uma coisa assim! Não tenho aqui agora, mas, inclusive, tive problemas com agendas, depois posso-lhe explicar que perdi muitas coisas nesse meio tempo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tem escritório onde?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Ele tinha escritório lá em Miami. Eu não sei exatamente, na Brake Avenue e tal.

Então, essa pessoa nos disponibilizou para trazer recursos para o Brasil, no sentido de investir no futebol. Começamos a pensar no assunto e nos empenhar, e começamos a divulgar até para o nome de Gortim Corporation, Gortim Corporation, quando verificamos que não precisávamos fazer isso. Para que pudéssemos fazer um investimento mais seguro no País, o melhor a fazer era abrir uma conta, abrir uma empresa, aliás, eu e meu sócio, juntamente com eles, para que pudéssemos, aqui no Brasil, receber recursos e administrar.

Depois de fazer isso, foi verificado que eles não estavam mandando exatamente nada, e estávamos trabalhando para eles. Isso nos levou a simplesmente tirá-los da sociedade. Mantivemos o nome de Gortim, exatamente em função de que não existia proteção alguma comercial e já estávamos apresentando como Gortim, já estávamos com esse lado institucional, mudar seria, mais uma vez, começar tudo de novo, então, mantivemos o nome Gortim e o nome Gortim Promoções. Gortim Promoções teve a ver, no momento em que estávamos esperando que houvesse investimento, a participação dessas pessoas, mas, depois, deixou de existir, porque não houve remessa alguma para nós, nenhum tipo de situação que justificasse continuar representando eles, até porque o trabalho era nosso, os jogadores eram nossos, tudo o que estávamos produzindo colocávamos na empresa. E isso não seria muito bom. Então, terminamos com a empresa, com aquele tipo de sociedade e ficamos eu e o Reinaldo, com 50% e 50%, e continuamos como Gortim Promoções. E a Gortim Promoções nunca teve conta lá fora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde ficava a Gortim Corporation? Em Miami?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Em Miami.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estão dizendo...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Estavam sempre misturando o nome Gortim Promoções com o nome Gortim Corporation, por quê? Existia essa confusão. A Gortim Corporation é uma empresa internacional. Não tem nada a ver com a Gortim. O que ela tinha era a intenção de investir. Não investiu, ficou fora. Só mantivemos o nome Gortim porque estava na nossa proteção comercial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta do Banco Português Atlântico de Miami é da Gortim Corporation?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Gortim Corporation.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem nada a ver com o senhor, nem com a sua empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece ou ouviu falar nessa conta Depolo Corporation, de uma empresa chamada Depolo Corporation?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu, nunca tratou, nunca teve nenhuma operação?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na época em que operou com turismo e com câmbio, o senhor sofreu algum processo investigativo de alguma denúncia do Banco Central?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia descrever essa relação com o caso que o senhor falou dos fiscais aqui no Rio de Janeiro?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Na realidade, com esses fiscais, como eu havia dito no início, tenho uma relação de amizade criada por meio do futebol. Fui apresentado a eles pelo meu sócio, que era amigo de um deles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual deles?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Se não me engano, do César Lopes da Rocha, um auditor que morreu de câncer. Uma pessoa era muito amigo dele, juntamente com Paulo César Puruca, ex-jogador do Vasco da Gama, que se tornou auditor fiscal também...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Paulo César...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Paulo César Puruca. Eles faziam pelada lá em cima. Ele estava sempre indo e dizia: “Vamos lá, vamos lá”. E um dia me levou, gostei, comecei a participar. Foi onde conheci o pessoal. Não tenho uma amizade tão próxima.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles mantiveram alguns negócios com os senhores?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não. Nunca tivemos negócios. Na realidade, a esposa do Volmário esteve uma vez na empresa. Ela gostava da área de turismo, tentava desenvolver essa parte de turismo com a minha Gerente de Turismo, mas acabou não caminhando e ela acabou saindo. Apenas isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nenhuma das duas empresas tratou de remessas para o exterior?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não. O senhor fala as duas, no caso, a Passabra e a Gortim. A Passabra, sim. A Passabra, sim, quando operava

com o câmbio turismo. Ela tinha recursos a serem remetidos. Eram remetidos para suprir o Thomas Cook, quer dizer, para pagar as ações naquelas consignações. Só isso. Com relação à Gortim, não. Com relação à Gortim não tem operação que seja... Há apenas uma operação que foi fechada, uma remessa de fora que recebemos, se não me engano, na operação do Vampeta, mas fechamos uma operação no Banco Central. O meu sócio é que está mais a par disso, que não estou me lembrando aqui exatamente. Teve uma operação que fechamos um câmbio, recebendo comissão nessa operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. conhece Amaury Franklin Nogueira Filho?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da onde?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Dessa pelada. Dessa pelada. Desse evento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Axel Ripol Ramer?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da pelada?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcos Escardino?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Marcos Cardina?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Escardino.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não estou lembrado, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Carlos Eduardo P. Ramos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, esse, inclusive teve uma situação meio complicada, que dentro da investigação teve aquela senhora que disse que me foi apresentada em 1991. E depois de algum tempo, o marido dela havia dito que estava mandando alguma coisa para mim, pra mandar para o exterior. Na realidade, não tem o mínimo sentido isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é o nome dessa pessoa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – D. Valéria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Marcelo Fernandes Mesquita...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele confirma a presença desse Carlos Eduardo na empresa do senhor.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, eu não confirmo a presença dele lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca esteve lá?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nunca esteve comigo. E outra coisa, foi bom o senhor tocar a respeito do Marcelo.

Marcelo é um garoto que a gente tentou ajudar já no começo, onde ele estava em formação como contador. Ele não vinha demonstrando, dentro dos afazeres dele, uma condição que poderia ser mantida na empresa. Mesmo assim, vínhamos tentando de alguma forma fazer com que ele continuasse. Até o momento que eu desisti dessa situação. Tinha já tomado a decisão de mandá-lo embora. E o meu sócio o manteve. Logo depois, ele sofreu um problema com a filha, a gente procurou ajudar sempre esse garoto. E demos a ele a condição de ele sair e sair bem da empresa, porque ele pediu assim. Ele, inclusive, estava sofrendo uma investigação por parte da investigação psíquica, exatamente por envolvimento com essa situação. E, logo depois, pela participação dele no processo passado, também ele sofreu essa investigação solicitada pelo Dr. Juiz Alfredo Lisboa. Foi constatado, não sei se posso falar, parece que tem um Código de ética, que não dá para que eles falem em insanidade mental. Mas, de qualquer maneira, existe um laudo que dá totalmente o comportamento dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses jogos, essa pelada, quando foi?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Bom, que eu possa lhe dizer, era todo sábado, na parte da manhã. E isso nós começamos a realizar cerca de 1990, mais ou menos assim; cerca de 1990, 1991, eu freqüentava mais, depois, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Ah, isso eu realmente, não jogo essa pelada há muitos anos, mas muitos anos mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos anos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Mais de seis anos com certeza. Mais de seis anos, até porque essa pelada modificou foi para um outro campo. Depois eles tiveram dificuldade de continuar. Eles andaram até mudando de situação. Só participei dessas peladas lá em cima.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até 1997?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Hein?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até 1997, seis anos atrás?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Pode até ser. Sinceramente, estou sendo... não posso lhe precisar a data, mas tem muito tempo, muito tempo mesmo, até porque tive uma contusão, sou...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não tem idéia de ser 7, 8 anos atrás? Mais de seis?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Mais de seis. Com certeza mais de seis.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses nomes que citei há pouco, Amaury, Axel, Marcos, etc., tinham que relacionamento mais com o senhor? Só pela...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Só de amizade, e uma amizade muito distante, até porque o nosso dia-a-dia não coincidia. Mas é como eu lhe falei, eu tenho sido o mais ausente da empresa, estou sempre mais viajando. Mas, de qualquer maneira, a nossa relação, com certeza, era só de tomar alguma coisa depois da pelada ou se encontrar em qualquer evento...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E com o sócio do senhor, a relação deles com o sócio do senhor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Era até mais estreita, porque eles eram mais amigos dele, por causa dessa pelada. Vou lhe dizer: freqüentei um pouco essa pelada, depois eu saí, até porque não pratico tão bem isso. Tenho um problema no ombro, que eu me afastei um pouquinho, porque o que eu fazia exatamente era agarrar no gol. Então, para ir lá me arrebrantar era melhor eu ficar fora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O sócio do senhor tinha outras relações comerciais com essas pessoas?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não creio. Não creio, até porque não sei delas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Alexandre Martins, qual é o relatório quinzenal da sua agência de viagens?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O relatório quinzenal da Passabra que os senhor diz? É muito pouco. Mantivemos essa empresa aberta...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Quanto é esse muito pouco?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Quanto de valores?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sim.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não tenho isso. Não posso dizer, porque não acompanho isso. Isso era mais de acompanhamento da nossa gerente, a Sandra.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Qual o nome, por favor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sandra.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Então o pagamento do relatório quinzenal fica na empresa de viagem?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Ela, quinzenalmente, tem de passar o relatório e fazer os pagamentos.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Então, o senhor não sabe quanto era...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não sei exatamente quanto era, mas era feito regularmente, inclusive, de alguns anos para cá, muito pouco, porque deixamos de atacar esse mercado, deixamos de operar esse mercado e operávamos mais em cima daquilo que, ou de jogadores, ou nosso ou qualquer outra, ou algum grupo...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Em “Contas a Pagar” dessa empresa, que é de sua propriedade junto com o seu sócio, quem estava encarregado de fazer os pagamentos, quem assinava o cheque dessa empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eu e meu sócio.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Então, quanto ao dinheiro, era o senhor que fazia a tesouraria, para o tesoureiro de sua empresa fazer os pagamentos?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O dinheiro, no caso da empresa de turismo, provinha de vendas de passagens.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Se não me engano, está tudo no mesmo lugar, não é?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Está no mesmo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O Ric, como é conhecido, é tesoureiro da empresa que não é a de turismo?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Ele é que comandava com a gente a situação. Ou seja, “Ah, precisa pagar isso”, então, verifica o caixa, verifica toda a coisa, e a gente sempre costumava fazer isso antes de ir para o nosso contador. Porque tu “tem” que ter uma administração dentro, para depois disso mandar pro contador tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O contador contabiliza o que é feito?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O que é feito, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Então, vamos para o pagamento. O senhor diz que é o senhor que emite os valores, os cheques a ele, para que ele faça o pagamento?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Ele depois aqui se contrapõe exatamente ao que o senhor diz: primeiro, ele diz que gasta R\$4.500,00 na

empresa, que são só de 10 a 15 jogadores, que os senhores mantêm só isso na empresa – estou dizendo isso porque, daqui a pouco, tomaremos providências sobre isso...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – E o senhor me diz que são 110 jogadores?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, eu falei que chegamos a 110 jogadores. Não temos isso hoje. Inclusive, estamos enfrentando esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Mas ele disse que sempre foi de 10 a 15, e perguntei 3 vezes, para que não tivesse erro, e que o custo dele, de movimentação financeira, era somente disso mais os valores para o senhor que chegava a R\$ 20 mil, juntamente com o seu sócio, também na mesma quantia.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Se há um contador, para fazer somente isso, com esses valores, se há duas pessoas que são chamados “pagamentos de rua” - e foram inquiridos aqui também - as coisas estão muito disformes.

Eu quero lembrar aqui que a nossa CPI não é muito para nos aprofundarmos nesses detalhes. Mas não podemos também ficar aqui ouvindo depoimentos montados. Deixo bem claro que sabemos que uma empresa que tem um financeiro, que é o caso do Rique, tem movimentos além de R\$ 4 mil e 500 por mês. Quem tem dois boys ou funcionários para fazer pagamento de banco, os valores são muito mais expressivos do que isso. Inclusive, eles se contrapõem ao que o senhor fala.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Inclusive, eles se contrapõem ao que o senhor também fala. O senhor está falando algo mais. Em R\$ 50 mil; e não em R\$ 4 mil e 500. Se o tesoureiro fala que são R\$ 4 mil e 500, mais suas despesas, e o senhor fala que são R\$ 50 mil mais as suas despesas, estamos falando rapidamente em valores que também não são focos da sua gestão. Eu perguntaria ao senhor: o senhor tem um banco, um cofre no banco Mercantil?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Já teve?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor nunca guardou os dólares dos fiscais em algum cofre do Banco Mercantil?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Seja da propriedade da sua empresa ou de sua propriedade?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor conhece Juninho Pernambuco?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Eu não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Ele é jogador.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Desculpe-me. Julinho... Júnior Pernambuco, que está agora no Leon. Sim, conheço.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor teve alguma transação, juntamente com o Vasco da Gama?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nós tentamos ter essa transação, mas não conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor não teve o passe do jogador por uma dívida?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor sabe algo sobre “chará nacional”?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Como?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sobre “chará nacional”?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – São US\$ 400 mil.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Desculpe-me, mas “chará nacional” é um jogador?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Não, é um crédito.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor conhece Giovanni Branchini?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim. Ele era o nosso representante quando levamos o Ronaldo. Eu dou até uma prévia em relação a isso, porque, quando saímos daqui com um jogador, principalmente quando ele é menor de idade, temos de ter um responsável fora do País que o possa acompanhar. Nesse caso, o Branchini foi a pessoa que realizou a operação com o PSV e trouxe a oportunidade para que ele pudesse sair. Com certeza, nós o mantivemos como nosso representante e como representante do jogador lá.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Ele é credor de US\$ 2.1 milhão da empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nossa! Não, lógico que não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Qual é a percentagem que o senhor ganha, ou sua empresa, na venda, na transação de um jogador?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Isso varia a cada negócio.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Uma média?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Normalmente, quando se começa a negociar se fala em 10%, está certo? Agora, tem operações que a gente nem ganhou nada. Operamos apenas para que o clube se refizesse, vamos dizer assim. E tem operações que se ganha 1%, 2%. Mas na realidade, eu acho que o teto máximo... Acho. Eu digo acho, porque não sei se tem outras transações que... mas fica em torno de 10% de comissionamento. Inclusive, isso amparado pela Fifa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Isso o senhor mantém em contabilidade?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim. Tem algumas coisas que podem ser verificadas dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Filipe, Vampeta, Amoroso, Valber, Gilberto são jogadores que o senhor transacionou?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Com certeza. Muitas vezes nesses casos sem receber comissão, porque a gente tinha participação dos direitos creditórios deles, mas nem recebemos esses direitos creditórios. Posso citar, inclusive, o próprio Gilberto, no Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor recebe direitos creditórios do Gilberto?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Direitos creditórios.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Isso é contabilizado também?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Mas como é contabilizado se o tesoureiro do senhor disse que só entra quatro mil, R\$5 mil por mês na empresa do senhor?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Veja, às vezes um jogador vale um milhão, dez milhões e amanhã vale zero. Os valores são muito intrínsecos. E na realidade, transformar isso em valores absolutos é difícil, exatamente em função daquilo que eu havia explanado antes: a falta de caixa, de disponibilidade desses clubes.

Então, a gente enfrenta alguns problemas. E nesses casos, quando tem que se liquidar alguma operação dessa, geralmente são trocadas por outros direitos creditórios, são trocadas por participação com outros jogadores. Por isso nós chegamos àquele volume que eu ine faiei.

Aquele volume não quer dizer que os cem recebem dinheiro da empresa, como ajuda de custo. Aquele volume são jogadores profissionais que têm seus ganhos e nós simplesmente estamos na expectativa de participar quando eles realmente produzem alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – É, mas quando existe o fato, lógico e evidente que se é um profissional ganha muito mais até do que amador?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor conhece a Zestrem Tour?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Stream Tour?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Zestrem? Stream...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor volta a afirmar que o senhor nunca teve nenhum negócio, nenhuma relação comercial com o Sr. Dario Messer?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Volto a afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor já ouviu falar do livro-caixa que existe, da sua empresa?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O livro-caixa é feito por dia, quer dizer, com as necessidades do dia, e o livro-caixa que nós temos na empresa fica em poder do nosso contador.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O Sr. Sidney é o seu contador?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sidney.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – É ele que faz essa contabilidade toda?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Da Patmas?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Patmos. O nome da empresa é Patmos. Ele, inclusive, está agora respondendo à investigação que a gente está sofrendo, da Receita Federal. Está apresentando toda documentação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Esse dinheiro que o senhor ganha do Ronaldo e ganhou até lá fora, quando esteve oito meses, está contabilizado?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Alguma coisa, sim. Alguma coisa nós temos créditos, mas não foram... como é que eu vou dizer...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Essas negociações do Ronaldo, de que o senhor é o agente, inclusive publicamente; outros até não, mas o Ronaldo está nessas transações milionárias que ele fez, o senhor também teve o percentual de 10%?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não tive.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Mas, o seu percentual está regular, está contabilizado de acordo com...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Veja, a gente procura não fazer essa relação nossa, pura e simplesmente, com participação de percentual. A gente participa é em resultados, também. Então, os resultados não estão sendo distribuídos. O Senhor verificou, quando foi aberta a empresa, para evitar essa coisa de comissionamento. Quando foi aberta a empresa Empório Ronaldo do Brasil, ela foi aberta com 90% do Ronaldo e 10% minha e do meu sócio. Para evitar exatamente essa figura da comissão, entre nós não existe esse contrato de comissionamento, não existe mais, já existiu alguma vez, mas não existe mais e o que a gente faz é participar junto com ele da produção. Tem que produzir para participar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Qual a sua relação de negócios com Amaury, Heraldo, Axel, Cavalieri...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Nenhum desses caras...

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – ...caras citados, como tantos outros, também não tem nenhuma relação?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Presidente, já pediria ao senhor a quebra do sigilo bancário dos cinco funcionários da empresa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já está feito. Já está sendo feito.

Sr. Presidente, eu estava tentando concluir as perguntas e, em seguida, fazer os requerimentos, se V. Ex^a assim concordar, inclusive, esse que V. Ex^a falou já estamos providenciando.

O SR. (Orador não identificado) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Agradeço o esclarecimento de V. Ex^a, mas já existem dois requerimento sobre a mesa, feitos pelo relator. Diz o primeiro deles:

“(...) nos termos do § 3º, do art. 58, da Constituição Federal, e da Lei nº 1.579, de 1952, e ouvido o Plenário da Subcomissão, requerer ao Banco Central um relatório contendo os contratos de câmbio, entre 1996 e 2002, de empresários de futebol e de atletas residentes no exterior e das empresas das quais os atletas são sócios, entre elas a empresa Empório Ronaldo do Brasil.

Justificação.

Esse requerimento visa obter dados que possam contribuir com investigações em curso na CPMI. Os contratos de câmbio fechados pelos atletas irão per-

mitir a essa comissão concluir pela legalidade ou não dessas transações.”

O segundo requerimento é o seguinte:

“Nos termos do § 3º do art. 58, da Constituição Federal, (...), ouvido o Plenário, vem requerer aos clubes do Rio de Janeiro: Flamengo, Botafogo, Vasco, Fluminense; e de São Paulo: Corinthians, São Paulo, Palmeiras, documentos que comprovem transferências de valores para os empresários de futebol, Alexandre da Silva Martins e Reinaldo Menezes da Rocha Pinto, ou alguma empresa das quais eles sejam sócios, responsáveis ou procuradores, informando, em cada remessa, a sua motivação.

Justificação.

Os requerimentos visam obter dados que possam contribuir com as investigações incursas nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a partir de informações passadas por Alexandre Martins.”

Há mais um terceiro que está sendo elaborado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Enquanto isso vou terminar as perguntas, Sr. Presidente. Poderíamos terminar as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sim, mas esses dois requerimentos, havendo concordância dos membros da comissão, eles estão aprovados.

O SR. (Orador não identificado) – (fora do microfone – inaudível) ...domina a matéria. Quanto a esse requerimento da quebra de sigilo em relação.... não sei se V. Exª tem conhecimento houve uma CPI do Futebol. E todos esses requerimentos foram formulados e deferidos na CPI do Futebol, eles foram apurados na CPI do Futebol. Pelo que temos conhecimento, hoje, aqui está se deparando com um erro do advogado e se o Alexandre sobre o Banestado, entoa esse do futebol já...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Vou procurar esclarecer. Respeitamos a sua intervenção, mas aqui o que houve foi o seguinte, o depoimento foi prestado e a vista do depoimento, o Relator, Deputado José Mentor, que conhece o caso com maior intensidade, que tem participado de todas as viagens da Comissão, de todas as audiências, formulou requerimentos, que submetidos à Comissão foram aprovados. Se isso é uma repetição de documentos já existentes em outras CPIs, é possível, mas os requerimentos já estão aprovados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Devo a palavra a V. Exª.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até porque não estamos aqui tratando do Banestado. Estamos tratando de Banestado também. A CPI é a evasão de

divisas por qualquer Banestado que possa ter existido no País. Depois, o sigilo das CPIs inclusive do futebol já está estendido a esta CPI. Não vai haver **bis in idem**, porque já temos parte dos documentos, só queremos completá-los e especificamente como foi formulado.

Queria completar minha inquirição indagando do depoente se ele conhecia qualquer relacionamento do sócio com o Sr. Dario Messer.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – O mesmo que o meu, com certeza, porque nós coincidimos na mesma ... eu não conheço que ele tenha outro tipo de relacionamento. Mas puramente pessoal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E do Sr. Paulo Henrique? Tem relacionamento com o Sr. Messer?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Creio que não. Até porque não sei se ele já coincidiu em algum lugar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós já vimos que o senhor tinha relacionamento com os fiscais por conta dos jogos de futebol, das peladas, e o sócio do senhor também.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabia de algum relacionamento do Sr. Paulo Henrique com os fiscais?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Só com os que foram à empresa, ou já tiveram na empresa, acredito, porque pelo que eu saiba ele nunca teve nenhum outro tipo de contato a não ser através de nós.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Naquela agenda que o Sr. Paulo Henrique detinha além daquela afirmação que já fiz do nome do Sr. Dario Messer da Depolo, da conta no MTBank, o número da conta etc. ainda consta o registro de anotações com os nomes dos fiscais em várias datas, inclusive do aniversário do Dario Messer.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não isso só se foi pedido para incluir através da secretária ou do próprio Reinaldo. Eu não me lembro de ter feito essa inclusão, até porque não sei quando é. Por outra, essas inclusões desses nomes de fiscais, essas pessoas de quem lhe falei - Amaury, Axel - iam no nosso escritório uma vez ou outra nos visitar. Com certeza, se usavam serviço nosso para pagar uma conta ou fazer qualquer desse tipo, era coisa pessoal deles. Não tinha nada a ver com qualquer transação comercial nossa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Usavam o quê?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Se usavam o nosso serviço para fazer algum pagamento na rua ou coisa desse tipo era uma coisa deles, ou seja, tem que pagar uma conta de luz, aí usava lá e mandava o garoto ir à rua pagar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas era possível isso?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Era possível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se eu chegasse lá e queria pagar uma conta.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Se o senhor fosse amigo da casa eu mandava o garoto ir pagar sua conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então não é qualquer um. Só os amigos.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Os amigos. Eu lhe disse, se eu conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma outra questão. Essa Gortim Corporation o senhor disse que teve contato com o advogado. Foi no Brasil ou no exterior?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – No exterior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá em Miami?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Lá em Miami.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá o senhor sabe me dizer qual o endereço deles?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não sei lhe dizer, eu tinha tudo isso, tinha telefone, fax, tal, não se eles ainda estão. Sei que é na Rua Brikel Avenue. Não estou lembrando o número, sei que é no oitavo andar. Não sei mais o número.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ainda funciona lá?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não sei lhe dizer, tem muito tempo. Tem mais de seis anos que eu não faço esse contato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma conta pessoal no exterior?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não, não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o seu sócio tem?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Que eu saiba não. Se não ele teria comentado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se utilizou de algumas outras pessoas para abrir contas para o senhor movimentar com o futebol?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só essas cinco?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Só isso. São essas pessoas que estavam ligadas, diretamente, a nossa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa do senhor tem o chamado caixa dois?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Tem. Disse que tinha e isso é o caixa dois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E no exterior?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – No exterior não. Só administramos aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas operações continuam hoje?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Essas operações não são mais realizadas há quase três anos. Vou dizer porque.

Tivemos um problema, isso não é problema é virtude, como lhe falei, a própria Lei Pelé veio dar uma regularizada nos próprios clubes. Estão fazendo com que esses clubes se organizassem um pouco mais nos seus caixas e até nos seus números; e hoje até essa movimentação é mais difícil deles fazerem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece alguma outra maneira que os jogadores de futebol internam dinheiro o no Brasil, que não é dessa forma que o senhor disse, que pe através de contrato de câmbio, etc.?

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Não. Não tenho essa idéia. Eles são orientados, porque eles estão amparados por um contrato no exterior. Eles são orientados a trazer esse dinheiro pelo Banco Central porque eles ficam com crédito tributários na frente. Eles foram tributados em países que vão tributá-los a quase 50%, 46%, 47%, seja lá o for. Então vamos colocar aqui 47%; ele ganhou sobre um contrato, foi tributado 47%, quando ele entra com esse dinheiro no País, ele tem um crédito tributário pela diferença. Aqui ele seria tributado como pessoa física em 27%; então o crédito tributário dele é bom dizer que esse crédito tributário não é financeiro, é um crédito tributário que ele se credita na Receita, ou seja, sobre futuros impostos que ele teria sobre a movimentação dele. Então eles são orientados a trazerem o dinheiro que ganham através dessa finalidade, ou seja, desse meio, pelo Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tenho mais perguntas, mas pediria que mantivesse o depoente na Casa.

Estou apresentando outro requerimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor está liberado por hora, aguardando uma possível solicitação de requisição.

O SR. ALEXANDRE MARTINS – Para terminar, gostaria de finalizar aquela parte que V. Ex^a pede a quebra do sigilo bancário dos garotos. Isso já tinha sido oferecido ao próprio juiz na época; e quando eu fui questionado sobre essas contas eu também ofereci um pouco no começo.

Então, a gente sempre procurou cooperar. Não vou lhe dizer que trabalhamos dentro de um modelo normal, mas posso dizer que estamos prontos a apurar, estamos prontos a nos responsabilizar pelos erros cometidos, por isso que estamos tentando esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Encontra-se sobre a mesa o requerimento do Deputado José Mentor, Relator.

“Nos termos do § 3º, art. 58, da Constituição Federal, da Lei nº 1579/52, regimentais, ouvir do Plenário a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, no período de 1996 a 2002, das pessoas físicas e jurídicas, a seguir relacionadas: Alexandre da Silva Martins, Reinaldo Menezes da Rocha Pitta, Arilson da Silva Dias, Germano Silva Filho, Valdir Ferreira de Freitas, Marcelo Fernandes Mesquita, Passabra Turismo e Câmbio Ltda. e Gote Promoções Ltda.

As pessoas relacionadas estão envolvidas com o objeto da investigação desta Comissão, com indícios de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. É fundamental para as investigações da CPMI as informações requisitadas. As investigações poderão aprofundar, com sucesso, com as informações a serem obtidas.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Parlamentares, integrantes da Subcomissão, que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Está aprovado o Requerimento.

Apresento o Sr. Jucélio Nunes Vidal que assinou o Termo de Compromisso, nos termos do art. 213 do Código de Processo Penal, sob pena de dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si mesmo, nos termos do Inciso 53, do art. 5º, da Constituição Federal – 10 de novembro de 2003.

Regimentalmente, o senhor tem o tempo de até 30 minutos para fazer uso da palavra, com as suas exposições sobre qualquer assunto relacionado, aí, com esta CPMI que apura a evasão de divisa. Esgotado esse tempo, os Parlamentares poderão dirigir-lhe perguntas.

Peço, então, que o senhor possa se manifestar.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Perfeitamente. Esse tempo regimental poderia ser invertido, ou seja, eu ser submetido às perguntas e usá-lo no final? É possível? Porque, inicialmente, eu só gostaria de dizer que não seria, ainda, esta manifestação. Eu não sei, exatamente, do que falar. Evidentemente, eu, como Advogado que sou e por mais que eu perquiria para saber as razões que me trazem aqui – a não ser que esta CPMI tenha outros assuntos que eu desconhe-

ço, eu acho que eu estou aqui pelo exercício da minha profissão de Advogado.

Quero deixar claro com os senhores que eu tenho o máximo respeito pela CPI – acompanho os trabalhos da CPI e, como cidadão, eu tenho o mais elevado interesse em acompanhar isto e admiro o trabalho da mesma. Agora, eu gostaria que, se perguntado sobre clientes meus que, também, são objeto nesta CPI, eu tenha que invocar o sigilo profissional, eu gostaria que isto não fosse tomado como um desrespeito ao trabalho de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Dr. Juscélio, o que consta, aqui, é Jucélio Nunes Vidal, ex-representante da Beacon Hill, então, é exatamente sobre isto – fundamentalmente – que originou o Requerimento, aprovado pela CPI, para a sua convocação.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Perfeito. Eu tenho o máximo interesse em esclarecer. Eu não sou representante da Beacon Hill no Brasil. Eu fui e ainda sou Advogado da Beacon Hill no Brasil. A idéia de representante passa no sentido de que eu sou uma extensão dos negócios dela aqui no Brasil. Eu nunca fui. O meu trabalho com ela, aqui, no Brasil – os senhores devem conhecer bem a Beacon Hill em função da viagem que fizeram a Nova York. Eu, particularmente, acho que existem conceitos da Beacon Hill que estão errados aqui – a imprensa tem divulgado trabalhos errados, mas não compete a mim defendê-la, aqui, porque é uma empresa americana, mas se os senhores tiverem interesse, em nome da investigação, eu posso falar sobre a Beacon Hill, sobre o que, na realidade, ocorreu lá, numa outra ótica, mas, no caso, gostaria que nesse particular fosse em reunião reservada – não agora –, porque estaria envolvendo talvez uma autoridade americana, pelo que sei, e acho que isso, só se for do interesse da CPI.

O que está em questão, pelo que vi, é o meu trabalho da Beacon Hill aqui no Brasil como advogado. Na realidade, fiz poucos trabalhos para a Beacon Hill aqui. Eu era consultado esporadicamente para, por exemplo, negócios que ele pudesse ter que envolvesse empresas brasileiras, dela, de clientes dela ou de não clientes dela. Desculpe, falei dela, mas, dificilmente ela tinha negócios aqui no Brasil, pelo menos não me lembro de nenhum. Examinar contratos sociais, fazer pesquisas de empresas, examinar resistência ou não de uma determinada firma que estivesse operando com ela ou tivesse uma parceria com algum cliente dela, CPF, registro de títulos de documentos, registro de imóveis, alguns trabalhos de tradução eu fiz para ela, cartas-circular que ela quisesse mandar aos clientes e pedia para que eu traduzisse para o portu-

guês eu traduzia e mandava de volta pela internet e ela distribuía isso.

Esse era basicamente o meu papel com ela, que não era uma coisa, vamos dizer assim, era constante, conheço o Presidente dela, o dono dela já há alguns anos. Se não me falha a memória, a Beacon Hill foi criada em 93 ou 94 e o meu trabalho era constante porém pouco freqüente. Às vezes, por meses, não falava com ele. Basicamente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Concedo a palavra ao relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estamos exatamente aqui para conhecer essas questões, as relações do senhor com a Beacon Hill porque é o senhor quem vai nos dar evidentemente e estamos investigando as coisas que dizem respeito a essa empresa no Brasil e os efeitos dela no Brasil.

Longe de nós queremos ferir o seu sigilo profissional, acho que o senhor, no momento adequado, vai querer dizer essa questão não posso tocar, e no momento adequado transformaremos a reunião em reservada para ouvir do senhor essas questões, entendendo o sigilo para esta Comissão.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria que o senhor nos dissesse, resumidamente, o que é a Beacon Hill?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – É uma empresa americana, é constituída pelas leis do estado de New York, deve ser 93 ou 94, foi a época da constituição dela, não posso precisar a data.

A atividade principal dela, a atividade genérica dela é de um **business agent**, ou seja, é uma empresa que realiza negócios diversos para clientes diversos. Ela é um **business finder**, ela busca negócios para clientes no mundo inteiro e não só no Brasil, ela provê a administração de contas bancárias, isso é verdade, vocês sabem disso. Ela é uma espécie de busca pontas comerciais e ela era uma facilitadora, em função de existirem pessoas que falavam espanhol ou português, ela facilitava, em muitos aspectos, clientes brasileiros que buscavam negócios no mundo. Parece-me que fazia também, embora não possa assegurar, isso era uma atividade que chamava “cobrança internacional”. Uma pessoa que recebesse um cheque de um banco estrangeiro, tendo dificuldade de descontar esse cheque, poderia recorrer a ela que ela providenciava a compensação desse cheque, a cobrança desse cheque mediante uma cobrança de uma comissão. Isso é o que sei. Não vivi lá com eles, não conheço os estatutos, mas tive diversos contatos aqui no Brasil, fui visitado pelo Presidente da empresa, em uma ou duas viagens

que fiz a Nova Iorque a trabalho, evidentemente, fazia visitas de negócio, isso é verdade também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor realizou visitas de negócios?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Quando eu fazia visitas de negócios a clientes meus, eu sempre procurava o diretor da empresa em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a funcionar como um agenciamento de negócios no Brasil?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não, não, nunca fiz isso, nunca. Porque o trabalho era basicamente jurídico e sobre coisas específicas. Os documentos que eu examinava normalmente eram documentos que eram mandados para ele diretamente por clientes ou por parceiros desses clientes, e ele me mandava esses documentos por fax para eu examinar. Já recebi, por exemplo, cópias de contratos de câmbio que foram apresentadas a ele para ver se se adequava às normas do Banco Central, já examinei contratos sociais, CPFs, saber se aquela documentação estava de acordo com a lei brasileira. O meu trabalho não era tão freqüente quanto a condição de representante pode sugerir e era esporádico, quer dizer, baseava-se, pelo que me recordo, basicamente nisso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a manter um contrato com a Beacon Hill?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não, nunca fiz contrato, só verbal. Se não me falha a memória, acho tenho uma procuração da Beacon Hill de um trabalho específico que foi feito numa ocasião em que precisei de uma procuração para apresentar, mas não sei nem se tenho isso hoje, mas já tive uma procuração dela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor recebia correspondências, fax, cartas, orientação para esse ou aquele assunto, faça isso, faça aquilo por escrito?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não, veja só. Recebi, um exemplo, não quer dizer que sempre tenha sido assim: preciso que você examine para mim uma documentação. Posso lhe mandar? Pode. Mandava por fax, eu recebia no meu escritório, examinava, às vezes, dava um parecer, às vezes, simplesmente um parecer verbal, às vezes, precisava de algum tempo, eu pedia alguns dias, quando era para examinar se uma empresa existia ou não, junta comercial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa documentação está disponível no seu escritório?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não tenho isso mais não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que o senhor deixou de trabalhar para a Beacon Hill?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Olha, eu ainda faço...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ainda é.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Ainda faço contatos com a Beacon Hill, com advogados dela, desde o fechamento dela em fevereiro deste ano, se não me falha a memória, mas eu não tinha por hábito, depois de terminada a consulta, destruí os documentos, eram documentos que não me diziam respeito, eram só fax, eu só tinha que dar informação se a empresa existia ou não existia, etc.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas essa documentação não poderia servir para consolidar esta relação profissional que o senhor tinha com a Beacon Hill?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Consolidar?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É porque o senhor está me dizendo que é dessa maneira, digo, não sou representante, era advogado, tinha relação profissional, portanto, sujeito a sigilo profissional. Evidentemente, se tivesse um contrato, a documentação pertinente seria mais fácil de ser consolidada, confirmada.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Se eu tivesse um contrato, seria bem mais fácil de eu chegar aqui e apresentar isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isto.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Estou dizendo assim, eu não tenho um contrato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mesmo no caso de um contrato verbal, ele poderia ser refletido nesses documentos, troca de correspondência, fax, etc.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Sim, olha só, eu não posso afiançar, Sr. Relator, se eu tenho isso, mas é possível que eu tenha alguma coisa, mas eu teria que procurar. Eu não sabia nem a razão por que fui intimado, sábado de manhã, para estar aqui ontem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o motivo... Pois não, pode falar.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu posso verificar e, se for do interesse da CPI, posso encaminhar para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os motivos do fechamento da Beacon Hill?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu poderia falar nisso. Eu não tenho como falar nisso sem atingir outras pessoas, e isso eu reservaria para a reunião reservada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perfeitamente.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Posso lhe assegurar o seguinte, pelo que eu sei, pelas conversas

que eu tive, inclusive com advogados, a Beacon Hill não foi fechada por lavagem de dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que funcionava esse sistema de contas e subcontas na Beacon Hill?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Olha, desconheço a operacionalidade da Beacon Hill. Eu nunca soube, nunca me foi passada. Agora, sei como funciona o sistema de sub-conta e o de conta, de maneira geral.

O que eu me lembro era que, há alguns anos atrás, o modo de trabalho da Beacon Hill na administração de contas, de modo geral, era uma conta mãe, com outras sub-contas. Ela administrava isso. Esse era um dos seus trabalhos. Isso não é segredo, não constitui segredo profissional. Era dela e de outras empresas que operavam e que operam dessa maneira.

Posteriormente, se não me falha a memória, até recomendado por um advogado dele que eu conheci, recomendou-se que as contas fossem separadas, até mesmo por segurança deles e dos clientes. Um exemplo, um sistema de conta-mãe, com sub-contas, um depósito, vamos dizer assim, sujo nesta conta, contaminaria todos os clientes.

Pelo que eu soube, paulatinamente, a empresa foi modificando essa cultura de uma conta-mãe, com sub-contas, para contas individualizadas.

Agora, isso eu sei de modo genérico. Não sei como era a operacionalidade. Não sei quem eram os clientes, o que faziam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui no Brasil, as operações sobre as quais o senhor foi consultado, todas elas seguiram a legislação brasileira, sem nenhuma operação duvidosa, fraudulenta?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – A pergunta é boa, Deputado, para eu poder deixar bem claro qual era o meu trabalho.

Olha só, eu não sabia qual era a operação que estava sendo realizada. Eu não sabia nem se a operação estava sendo feita no Brasil e nem sempre. Quer dizer, nem sempre, o fato de eu examinar uma documentação não tinha informação de que aquela empresa, sobre a qual eu estava dando um parecer, fosse a empresa com quem ela estava operando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esta visão de que a Beacon Hill, de que grande parte dos clientes eram brasileiros, o senhor tem informação sobre isso?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – A Beacon Hill tinha clientes brasileiros, como tinha também argentinos, chilenos, tinha clientes na Europa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também havia a informação, pelo menos a desconfiança de que a

empresa trabalhava com muito dólar a cabo. O senhor tem essa informação?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Olha, não tenho essa informação, não posso assegurar, porque, veja só, a parte operacional da Beacon Hill não dizia respeito a mim. O seu dia-a-dia era ignorado por mim. Eu poderia até, vamos dizer assim, bom, ela deve operar com isso, ela administra a conta, mas eu não tinha acesso ao seu dia-a-dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há outro assunto aqui. O senhor tem também informação de que grande parte desses clientes operava com o câmbio no Brasil?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Olha só, posso dizer que é possível que entre os clientes da Beacon Hill houvesse empresas ou pessoas que operavam o câmbio. Não posso dizer ou assegurar quem são essas pessoas. Eu nunca tive acesso à lista de clientes da Beacon Hill, é um outro aspecto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dentre esses clientes que foram consultados, o senhor conheceu de nome, de ouvir falar, pessoas que operavam com o câmbio no Brasil?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não.

Tenho duas coisas a dizer.

O senhor me desculpe, mas, como é que vou lhe dizer... Se o senhor me pergunta se essa empresa era cliente ou não e eu lhe digo que não conhecia e o Senhor me pergunta outra e eu invoco o sigilo, indiretamente, estarei dizendo que conheço a empresa tal. De modo geral, os trabalhos que eu fazia não eram diretamente em cima de clientes da Beacon Hill. Nunca examinei documentação de cliente da Beacon Hill para dizer se ele existia ou não. Eu examinava documentações que eram resultado de operações da Beacon Hill, de clientes dela, que podiam ser no Brasil ou fora daqui. Examinava juridicamente documentos daqui do Brasil, mas a frequência disso era ocasional. Eu não fazia isso todo dia, toda semana. Às vezes, eu passava meses sem nenhum contato com a Beacon Hill, nem por carta, por telefone, por fax.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A remuneração do senhor era paga no Brasil?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Era paga no Brasil da seguinte maneira, quer dizer, não sei como o dinheiro chegava para mim. O dinheiro era-me pago no escritório. Eu cobrava deles o equivalente a 90 dólares por hora. Fazia uma consulta sobre junta comercial e cobrava por hora, o que não era nada. Então, às vezes, deixava até acumular. Cobrava e normalmente recebia de alguém que deixava no meu escritório, indicado por eles, ou eles pediam a alguém para creditar em minha conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em reais?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Em reais. Quero deixar claro que nunca tive conta com a Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor sabe quem fazia essa operação de crédito na sua conta?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não. Às vezes era um portador que me deixava no escritório, às vezes crédito na conta. Eram valores pequenos, nunca foram valores que justificassem uma investigação para ver quem estava pagando. Eram duzentos dólares, convertidos em reais à época dava 300 dólares, 400 dólares, esporadicamente, não eram grandes quantias. A importância do meu relacionamento com a Beacon Hill tomou vulto a partir do momento em que me colocaram como representante dela. Nunca fui essencial aos negócios da Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E hoje qual é a relação que ela tem com o Senhor?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não recebo nada dela desde que ela foi fechada. Tenho mantido contatos com os advogados dela nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quais são os assuntos da tratativa?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – A Beacon Hill ainda discute ou pretende discutir na justiça o levantamento da ação movida contra ela pelo Ministério Público de Nova Iorque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor podia dizer qual era a diretoria da Beacon Hill, quais eram os donos?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu conheci um só, o Sr. Anibal Contreras. Não posso assegurar, mas me parece que a empresa era dele e da mulher dele, mas ele era o dono da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se ele tinha muitos funcionários?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Talvez uns dez funcionários, talvez menos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Anibal Contreras é cidadão americano?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Ele é guatemalteco, se não me falha a memória, estava se naturalizando há alguns anos como cidadão americano. Não sei se obteve a naturalização.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o seu relacionamento com ele era meramente profissional?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Ele me ligava de vez em quando. Se eu fazia uma visita a Nova Iorque às vezes me perguntava se eu queria um carro, que eu normalmente dispensava, mas era um relacionamento social. Frequentar a casa dele não me recordo. Há muito tempo atrás, estive na casa dele numa visita

rápida. Foi a única vez, então eu não tinha convivência social com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve várias vezes na Beacon Hill, em Nova Iorque, não?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu viajei muito, mas eu viajava para clientes, na Beacon Hill, em Nova Iorque, eu devo ter estado nesse anos todos duas ou três vezes, não mais do que isso. Especificamente para ela acho que nenhuma vez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você aproveitou outras viagens para ir à Beacon Hill.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Exatamente, uma visita social.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes da reunião reservada, o senhor teria mais alguma coisa a falar sobre a Beacon Hill?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não, sobre a Beacon Hill não tenho nada, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou requerer a V. Ex^a transformar a reunião em reservada. Se for o caso, voltamos a falar publicamente em seguida.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Poderia preservar a presença do meu advogado aqui ou não?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Solicito que as pessoas se retirem para que esse depoimento seja tomado reservadamente. (Pausa)

(falha na gravação)

... a imprensa, mesmo a mídia.

Dr. Jucélio, agora o senhor pode falar...

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Perfeito.

Na realidade eu não tenho nenhuma declaração bombástica para fazer. Eu simplesmente gostaria de... Eu venho acompanhando na imprensa as informações sobre a Beacon Hill. A Beacon Hill vem assumindo, principalmente no que diz respeito ao que aconteceu com ela lá...

Primeiro, a Beacon Hill é uma **off-shore**. Beacon Hill é uma conta-ônibus, uma **bus count**. Beacon Hill é a maior lavanderia de dinheiro do mundo.

A Beacon Hill, como eu disse a vocês, que fazia realmente serviços de administração de contas. A Beacon Hill, e eu sabia disso, tinha um sistema de prevenção de crime de lavagem de dinheiro muito eficiente. A Beacon Hill informou diversas vezes às autoridades americanas. Isso me foi dito ainda em segredo profissional.... Quando eu era comunicado ele dizia: Dr. Jucélio, estou lhe dizendo isso em razão de sigilo profissional, o senhor não está autorizado a falar isso para ninguém. Trocava idéias comigo. Quando clientes faziam operações suspeitas a Beacon Hill preenchia o chamado SAR – Suspicion Activity Re-

port - de empresas tanto brasileiras quanto estrangeiras. As autoridades americanas diversas vezes foram informadas disso. Eu não sei dizer a frequência com que isso acontecia, nem se dizia respeito sempre a brasileiros, mas a Beacon Hill muitas vezes informou. Inclusive esta é a informação que tenho do próprio presidente da empresa, do dono dela, e também de conversas que tive com advogados deles: o que motivou ou vamos dizer o que aguçou o tino do Ministério Público de Nova Iorque, Dr. Robert Morgentown, e S. Ex^a já sabia de operações que saíram do Banestado, de empresas do Banestado que passaram pela Beacon Hill – foi que ela detectou uma tentativa de depósito em dinheiro vivo na conta de clientes dela, não sei se brasileiros ou estrangeiros. Ela detectou e determinou ao banco que estornasse o dinheiro e preencheu os formulários Suspicion Activity Report, Relator de Atividade Suspeita, informando à autoridade competente de lá, que seria como se fosse o nosso COAF aqui. Na lembro agora o nome da empresa.

Bem, pelo que disseram, essa informação teria motivado o Ministério Público a investigar a Beacon Hill, e descobriram que ela não tinha uma licença para operar como entidade financeira. Em função disso, no início, bem no início de fevereiro, comandado pela promotoria de Nova Iorque, eles invadiram, com ordem judicial, a Beacon Hill, e prenderam todos os documentos, todos os computadores e são basicamente os documentos que, inclusive, esta CPMI já teve acesso em Nova Iorque.

Agora, não foi só isso. Entraram no escritório do advogado da Beacon Hill em Nova Iorque, entregaram a ele uma supina, que é uma espécie de uma intimação em que ele não podia se manifestar. Recolheram dele toda a correspondência que tinha com a Beacon Hill.

Esse advogado, talvez, fosse o único advogado de Nova Iorque capaz de entender o tipo de trabalho que a Beacon Hill fazia. Até aí tudo bem, foi com ordem judicial, não se pode questionar.

Dias depois, o Morgantown deu declaração para o **New York Times** - tenho isso, se é mentira é mentira do **New York Times** -, em que ele falava que o Ministério Público de Nova Iorque teve um corte de cerca de 15% no orçamento dele, e que eles passando por dificuldades. E que o Ministério Público de Nova Iorque ficava muito feliz de poder fazer com que os turistas pudessem circular livremente pelas ruas de Nova Iorque sem serem assaltados e tudo mais, mas que, de agora em diante, eles estariam – as palavras podem não ser estas – dando prioridade a crimes de colarinho branco, lavagem de dinheiro, porque isso resultava, pela lei americana, em benefícios para o Ministério Público, quando o dinheiro era apreendido. E deu exemplo: re-

centemente, fechamos uma empresa em Nova Iorque com cerca de 270 caixas de documentos, o que parece ser uma grande lavanderia de dinheiro. O Ministério Público de Nova Iorque pretende provar a lavagem de dinheiro e se apropriar desse dinheiro.

Se apropriar não há nenhum crime aqui, estou discutindo a intenção que está por trás da entrada. A Beacon Hill não foi a primeira empresa desse tipo. Historicamente sempre existiu esse tipo de coisa em Nova Iorque. **Remittances** existe nos Estados Unidos inteiro, embora a Beacon Hill não fosse uma **remittance**.

Vejam os senhores, realmente pelo o que estou informado, a Beacon Hill não tinha uma licença. A Beacon Hill tinha uma consulta ao departamento de bancos. Nos Estados Unidos não é um banco central que fiscaliza, é um departamento estadual que fiscaliza.

Ela tinha consulta feita pela Beacon Hill, respaldada no parecer deste advogado, que dizia que a Beacon Hill era uma zona....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome do advogado?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – O nome dele era Marshall Beil.

A Beacon Hill, segundo estou informando, diversas vezes encaminhou cartas ao departamento de bancos pedindo informações: e a minha consulta, a minha consulta. O parecer desse advogado não li, mas a informação que tinha que ele achava que realmente a Beacon Hill era uma prestadora de serviços, entre eles serviços financeiros, mas não era uma empresa bancária a necessitar de uma autorização, que seria uma espécie de uma patente.

O departamento de bancos de Nova Iorque nunca respondeu por escrito. Agora, as informações eram: continue. Dizem que o próprio G. P. Morgan, que era onde a Beacon Hill operava, teria consultado, não posso afiançar isso. Isso me foi dito por um funcionário da Beacon Hill que esteve no Brasil, dizendo que ela operasse, que o departamento de bancos oportunamente se manifestaria.

Agora, que Robert Morgantown entrou lá baseado exatamente na premissa de que ele operava como instituição financeira sem licença foi o primeiro fato. Não houve nenhuma investigação de lavagem de dinheiro, até onde vai o meu conhecimento. Esses fatos estão no **New York Times**.

Houve também, isso me foi dito pelo presidente da empresa, que Morgantown lhe ofereceu uma transação penal do tipo: você assume a responsabilidade que lavava dinheiro dos seus clientes, eu libero você, mas confisco as contas e o patrimônio da Beacon Hill, ele recusou isso, aliás, ele me informou que ia recusar e me parece que recusou.

Outra informação obtida na imprensa de que estava preso o que sei até hoje é que o processo que existe nos Estados Unidos contra a Beacon Hill é somente um processo pela falta de licença e não por lavagem de dinheiro. Senhores, eu não posso asseverar. São informações que me foram passadas pelo próprio diretor da empresa. O advogado dele à época não posso falar com ele, está sob ordem de silêncio, não pode se manifestar sobre a Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O proprietário da Beacon Hill, o senhor acha que se disporia a vir ao Brasil falar com a CPI?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Posso até consultá-lo se for do interesse da CPI, particularmente acho que ele não viria não. Depois do ocorrido com o Ministério Público lá ele acabou, não tem mais negócios, até mesmo para ele pagar advogados está tendo dificuldades, advogados nos Estados Unidos são caros. Ele conseguiu uma ordem judicial para que parte do dinheiro congelado da conta da Beacon Hill fosse liberado para pagar advogado, essa informação eu tenho, e não foi uma quantia muito grande para os padrões americanos não, se não me falha a memória cerca de cento e pouco mil dólares. O que é pouco nos Estados Unidos, principalmente em Nova Iorque, onde os advogados cobram de 400 a 500 dólares a hora.

Posso consultá-lo, Deputado José Mentor, ou talvez até ouvi-lo no consulado brasileiro. Ele vir aqui, de repente, a CPI encaminhar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós já temos que fazer uma viagem aos Estados Unidos, se quiser podemos ouvi-lo no consulado brasileiro. O senhor acha possível?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Posso consultá-lo? Posso consultá-lo se o senhor quiser, se for do interesse desta CPI posso consultá-lo. (Pausa)

Mais uma vez eu justifico, são coisas que teoricamente poderia ter dito em público, mas a menção ao Ministério Público americano é bom que eu não dissesse perante a imprensa para não causar qualquer constrangimento, acho que isso pode gerar até um incidente diplomático...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Não, o que foi prestado aqui, em seu depoimento reservado, os integrantes da CPI estão proibidos de se manifestar sobre isso.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Entendo, só estou justificando, de repente, pedindo para falar isso em reunião reservada dá a impressão que eu tenho informações bombásticas, mas o que gostaria realmente é de ser mantido reservadamente a menção ao ... pelas razões que já expus.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós tivemos acesso a uns documentos que falam de uma negociação de três dragas. O senhor se lembra desse episódio?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu fiz alguma consulta para a Beacon Hill, isso deve ter uns dois ou três anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Janeiro de 2000.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Dois ou três anos aproximadamente. Eu não lembro detalhes, Deputado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui era uma compra de um equipamento, dessas três dragas, US\$9 milhões, da South American Equipment, aquisição que seria feita Parinvest. E essa South American forneceu a fatura, US\$9 milhões, e foi feito o pagamento desta...

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Tenho duas coisas a dizer a respeito. Eu me lembro disso, não me lembro de detalhes. Lembro-me de consulta feita sobre a regularidade do câmbio. Acho que me foi... Não posso assegurar, é muito tempo para eu me lembrar de coisas das quais não guardava o documento, mas tenho duas informações.

Acho que nessa... me foram mandados os documentos, acho que havia contratos de câmbio...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve um fechamento de câmbio?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – E, nesse caso específico, foi se o câmbio, se o documento era autêntico ou não. Lembro-me que respondi, pode ser até que tenha, essa pasta, pode ser até que tenha uma manifestação minha aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há um parecer do senhor.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Se não me falha a memória, acho que eu dizia que a Parinvest existia; o contrato de câmbio estava de conformidade com os padrões normais do Banco do Brasil. Agora, a Parinvest foi uma empresa que advoguei para ela até 1995. Aí acho que deveria me ater ao sigilo profissional para não falar dela, nesse aspecto. E também pelo fato de que em 1995 acho que fugiria até do escopo desta CPI. Mas dessa operação me lembro de ter sido consultado pela Beacon Hill a esse respeito. (Pausa)

Lembro-me que eu disse sobre a existência da Parinvest. (Pausa)

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja aqui, essa operação foi uma importação de três dragas. Aqui é um parecer do senhor, dando pela legalidade, os documentos que foram realizados.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Acho que eu falava basicamente sobre os documentos, eu não recomendei a operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, já estava sendo feita a operação.

O senhor chegou a saber o desdobramento dessa operação?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não. Isso que eu digo, eu não acompanhava nem tinha informações sobre o cotidiano da Beacon Hill. Eu era esporadicamente consultado a respeito das repercussões de operações. Esse é um exemplo típico. Não sei se ela foi realizada ou não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve com a Parinvest até 1995?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – É, novembro ou dezembro de 1995.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesse caso aqui, além de ser um negócio com a Beacom Rio, mas também envolve um outro cliente do senhor, que é a Parinvest, se o senhor pudesse nos dar essa situação, eu gostaria, que informasse da sua situação com a Parinvest.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – A Parinvest era uma empresa holding, isso não é segredo, do grupo Atlantic Tour. O que mais que eu posso falar? Ela tinha vários negócios aqui. Hoje, a informação que sei, de mercado, é que ela está praticamente quebrada, mas ela, no período em que estive com ela eu administrei, não fui só advogado não. Nesse caso dela, administrei alguns imóveis que ela tinha, anunciava, alugava. Ela tinha também uma participação numa concessionária de veículos. É o que me recordo.

Até 1995, quando eu sai dela, isso foi mantido, isso existia? (Pausa)

Não posso assegurar, mas é o que me recordo dela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, nesse contrato de câmbio, chegou a analisar uma alteração posterior que foi feita?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Alteração?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não me recordo. Sr. Deputado – que alteração o senhor se refere? É no contrato de câmbio?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque a Ordem de Pagamento foi para a América – o que me re-

feri – e a alteração foi para depositar na Beacon Hill. O senhor já conhecia essa conta Pescara?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não. Veja só: muitas contas, tanto em bancos americanos, era comum, até antes de 11 de setembro – talvez até um pouco antes disto – muitas contas eram abertas... Por exemplo: eu abria uma conta em meu nome, mas criava um **fictitious name** para ela – um nome fictício, um nome fantasia. A legislação americana permitia isto – pelo menos em alguns Estados. Muitas vezes, então, você se refere a conta tal, assim, assim e procura uma empresa com aquele nome e não encontra. Acho que, ultimamente, a partir de 11 de setembro, passaram a exigir mais controle por parte dos bancos e isto passou a não ser mais permitido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse contrato de câmbio, então, foi alterado – vamos ver a data... (Pausa)

Mas a relação do senhor com a Parinvest foi, então, de advogado e de administrador de alguns bens?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – É – de bens – ela tinha imóveis, ela tinha participação societária e socorreu até – lembro-me que, a partir de 1996, eu não tinha mais nenhum vínculo com ela. É possível, até – a data que eu tinha era até o final do ano de 1995, eu me desliguei dela, com toda a certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor cobrava, também, honorários deles – participação?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu tinha honorários e, depois, eu tive carteira assinada por ela, como Diretor, durante um ano ou um ano e meio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi, então, funcionário – diretor assalariado?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Naquela época, quais eram os sócios da Parinvest?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Ela tinha uma empresa brasileira e ela possuía uma participação estrangeira – a Valmont e alguma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Valmont?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa era....

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Era uma sócia brasileira dela. Eu devo até ter toda essa documentação mas, de cabeça, não me recordo – oito anos depois...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que para haver...se refresca... (Pausa)

Valmont Corporation, não é?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Chamava Valmont do Brasil. Tinha uma empresa estrangeira. Eu representava essa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem Valmont do Brasil também. A brasileira era Valmont do Brasil?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Valmont do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a outra era Valmont Corporation.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Rodrigo Santoni e o Sr. Armando Santoni.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram sócios também?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não. Na época, não. Quando saí de lá, a recomendação que me deram foi que passasse para... Eu tinha uma procuração inserida no próprio contrato social. Se não me falha a memória, essa procuração foi passada para Rodrigo Santoni, que é filho de Armando Santoni, que foi meu cliente. Advoguei para ele, pessoa física.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rodrigo. E o outro?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Armando Santoni. Também encerrei minhas atividades com ele na mesma época. Renunciei ao mandato... De algumas empresas eu tinha até procuração, de todo um grupo de empresas, em 1995.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inclusive o Sr. Santoni e esse?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Inclusive.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nessa mesma época.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Nessa mesma época. Nunca mais...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve algum motivo especial?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Motivo de ordem particular, foro íntimo. A partir daí, nunca mais tive contato, a não ser contato social, encontrar na rua, mas não tive mais nenhum contrato comercial, profissional, de nenhuma natureza com nenhum dos dois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse Sr. Santoni trabalhava com quê?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Foi o principal acionista, quer dizer o principal proprietária da Atlantic Tour.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele trabalhava com moeda?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Tinha autorização para operar câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles chegaram a ter conta na Beacon Hill?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Ignoro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos um registro do senhor também como procurador da Valmont Corporation?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Sim. Eram as **holdings**. Quer dizer, uma era sócia da outra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa vazia o quê?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – A Valmont Corporation? Era só acionista, cotista da...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a atividade dela principal qual era?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Aqui no Brasil?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, fora.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Era uma empresa em um paraíso fiscal...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era uma **off-shore**?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Era uma **off-shore**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aquela do Brasil? A Valmont do Brasil?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – A finalidade dela, pelo que me recorde, era a participação no capital de outras empresas, empreendimentos imobiliários. Essas informações estou passando porque constam do contrato social. Posso estar dando uma informação errada, mas não constitui sigilo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Empreendimentos imobiliários...

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Participação no capital de outras empresas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Santoni era dono das duas?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não. Que me recorde, nunca participou do capital dessas empresas.

Santoni, o senhor está dizendo quem? O Rodrigo ou o Armando?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os dois.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não. O Rodrigo passou... Quando saí de lá, outorguei a procuração para ele por recomendação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem eram os sócios da Valmont Corporation?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não. A Valmont Corporation era uma empresa estrangeira. Ela não tinha sócios. As ações de fora poderia até cauciar de quem fosse, mas ações são ao portador. Não sei de quem eram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem outorgou a procuração para o senhor?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Quem outorga é um representante – veja só – é o representante que

a empresa sempre tem. A sistemática, nesses locais, é que haja sempre um diretor, um responsável.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não sabe quem eram os sócios?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os acionistas?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não.

Deputado, eu sei quem eram os acionistas. Não posso revelar, em razão de sigilo, aí, no caso. Evidentemente que eu sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na realidade, o que ocorre é isto: os sócios constituem a empresa, nomeiam o representante, o representante nomeia o procurador que os sócios querem.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Nem sempre. Veja só, acho que isso não tem nada a ver com o assunto em pauta aqui, mas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem a ver, porque a movimentação dessas contas pode resultar na investigação que estamos fazendo.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, é de nosso interesse saber.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu, aí, não posso revelar, porque...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, nesse caso aqui, o senhor era representante legal, não era como advogado, não é? Era como um representante legal?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não. Era mais abrangente, não é? A procuração era bem abrangente; abrangia, inclusive, poderes **ad judicium**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, no caso dos poderes **ad judicium**, o senhor estaria protegido pelo sigilo, não enquanto representante legal, que é mais do que ser advogado.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Vamos separar isso. Veja só, Deputado. E outra coisa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, porque, veja só... Desculpe, é só para dialogar com o senhor.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor não fosse advogado, o senhor poderia ser representante legal, do mesmo jeito, e saberia quem são os sócios. Não é porque o senhor é advogado que o senhor sabe quem são os sócios; é porque o senhor é o representante legal que o senhor sabe quem são os sócios.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Tá, mas, veja bem. O senhor está... Esta CPI está investigando o quê? Algum fato relativo a...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Evasão de divisas.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não, digo, relativo à minha época, 1995?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, não. É antecedente, né? Estou investigando de janeiro de 1996 para frente. Então, o senhor me diz de novembro e dezembro de 1995. São fatos antecedentes, que têm conexão exata.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – O que posso assegurar à CPI é o seguinte: a razão por que fui procurador dessas empresas é que eu não aceitaria, de modo nenhum, ingerência de outras pessoas. Todas as atividades, todo o período em que, como administrador, atuei lá, eu posso assegurar aos senhores que não houve nenhum ilícito, nem mesmo – o que era tão comum, na época, porque não havia tanto, vamos dizer assim, controle fiscal em cima disso – nem mesmo sonegação. Eu pagava os impostos, todos eles. Até dezembro de 1995, essa empresa primava pela... Eu diria até o seguinte: talvez, até 1995, quando saí de lá, 1995 tenha sido um ano problemático para ela, porque atrasaram depois, mas ela não cometeu, aqui, nenhuma operação ilegal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Bem, veja o senhor, nesse caso particular, como fica intrincada a ligação. A Beacon Hill, que é alvo de uma investigação principal nossa – e o senhor tem essa relação, no Brasil, como advogado etc. –, uma operação que pode ter sido resultado de US\$9 milhões de evasão – que é o caso das dragas, que envolve a Parinvest. A Parinvest, que tem duas empresas: a Valmont Corporation e a Valmont Brasil, de que o senhor é representante legal.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Fui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi. À época que antecedeu dos fatos, o senhor era...

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, veja, daí, a minha pergunta, mas...

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Entendo o senhor, mas pergunto o seguinte...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, por último, veja: temos um registro de Benefato Limitide. O senhor conhece?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma conta de Armando Santoni, Wilton Guimarães e o senhor, na Beacon Hill. Vou pedir para levar para o senhor. As duas.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Tem assinatura minha?

É minha a assinatura. A assinatura é minha. A assinatura é minha, não posso negar. Há operações dessa empresa?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há uma conta aberta dessa maneira.

Há um vincado de coisas que nós precisamos esclarecer.

Estou dando a minha opinião, porque sou advogado também.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não é pelo fato de o senhor ser advogado que deveria ou não conhecer o nome. O senhor poderia ter sido contratado pelo representante sem saber de quem se tratava. No caso, é o contrário, porque o senhor é o representante legal da empresa. O senhor não está lá como advogado. Está como representante legal. É diferente. Lá o senhor sabe quem foi. Nós podemos dizer ao senhor que aqui nós estamos em uma reunião reservada. Portanto, o que o senhor colocar aqui, aqui ficará.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Deputado, eu não me recordo de ter operacionalizado isso. Com toda a sinceridade, isso me surpreendeu. Não posso negar que a assinatura é minha. Não sei que época essa, mas possivelmente foi 94, por aí. Foi numa época em que eu advogava para o Grupo Atlantic Tour. Eu não me recordo de ter operacionalizado essa conta junto à Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Grupo Atlantic Tour também trabalhava com câmbio.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Esse grupo era autorizado para trabalhar com câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja que nós estamos convergindo numa situação... Com toda a franqueza, eu estou entendendo a sua situação, mas chega uma hora em que só o meu entendimento não basta. Daí a minha pergunta. Eu acho que essa é uma informação que não traz prejuízo, porque o senhor está falando como representante legal da empresa.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu sei, mas o que V. Ex^a gostaria de saber?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu já lhe pedi duas coisas: a primeira, articular esse encontro com o Sr. Aníbal nos Estados Unidos, porque acho que isso é importante para a investigação e até para ele ter oportunidade de desmistificar uma imagem que hoje está colocada e com a qual eu concordo e que pode ser até deturpada.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Quando V. Ex^as pretendem ir a Nova York?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É só uma questão de combinar. Eu estou aguardando uma procuração, a tradução juramentada, para em seguida ir.

Esse segundo fato também é relevante. Estou agora lhe dando vários indícios que podem focar uma investigação. O senhor pode me ajudar. Não vejo aqui como o senhor pode infringir o seu sigilo profissional dando essa informação.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Quem assina aquela conta são pessoas... Quer dizer, eu era representante da Atlantic Tour, da Parinvest. O outro que assina ali também trabalhava na Atlantic Tour.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlantic Tour fazia o que especificamente?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Era uma agência de viagens que tinha autorização do Banco Central para operar câmbio. Na época, as operações de câmbio, pelo que eu me recordo... Ela operava inclusive com o Banco Central. O Banco Central permitia que as casas de câmbio operassem com valores maiores. Hoje isso não é mais possível. Hoje me parece que as agências de viagens podem operar, mas não podem ter depósitos maiores do que US\$200 mil. Antes não havia esse limite. Elas podiam operar inclusive com instituições financeiras ou até diretamente com o Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa fazia trânsito de capitais?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela hoje ainda está...?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Acredito que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deixou de trabalhar em 95 nessa profissão?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Que eu me recordo foi em novembro ou dezembro de 95. Foi quando eu parei de trabalhar com o grupo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu faria nova pergunta: quem são os proprietários da Valmont Corporation e da Valmont Brasil.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Obviamente era o Armando Santoni ou talvez até não, mas as empresas foram formadas com o aval dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Patrícia Madalena Largos Ortega?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa Racing Cigarette Limited Cigars? Sanza Agro-Industrial Ltda.?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas empresas, na realidade, colocavam na outra ponta as remessas de capitais? É isso?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Como assim? Não entendi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nas operações internacionais que o senhor Santonho realizava, parte delas acabava na **off-shore**.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não, pelo que sei, essa Atlantic Tour teve participação de câmbio inclusive... Não, não era ela diretamente, não. Ela operacionava o câmbio flutuante com empresas brasileiras que podiam transacionar com o Banco Central através de Nova Iorque. Não trabalhava lá dentro, mas, durante muito tempo, ela operou com valores altos. Lembro-me de que, numa ocasião, o Banco Central fez uma série de consultas a respeito daquilo, eu conversei com os operadores, fiz até uma carta ao Banco Central, dizendo como era o trâmite.

Isso foi há muito tempo, em 93, 94. Não me recordo, mas a Atlantic Tour operacionava câmbio, sim, e legalmente.

Se tinha câmbio paralelo, não posso afiançar, mas que ela operava câmbio com outras instituições, que não era proibido. Hoje, é proibido.

O Banco Central impõe limites no flutuante para empresas não-financeiras.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a função da **off-shore**?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Aqui não tinha nenhuma.

Veja só, a função da **off-shore**, quando o capital não é de uma empresa nacional, a função dela pode ser absolutamente legal até. Uma empresa quer comprar um imóvel no Brasil, não quer saber que o concorrente saiba que está vindo aqui; uma família que quer evitar problemas; um homem ou uma mulher que quer evitar problema de casamento, etc.

Uma empresa que esteja vindo do exterior para investir no Brasil não quer que o concorrente dela saiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sempre para esconder alguma coisa.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – É, sempre para esconder alguma coisa, que não é necessariamente uma atividade ilícita.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas também as ilícitas.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Também as ilícitas, como várias coisas na vida, uma faca na mão de um açougueiro, uma faca na mão de um esquadrejador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E no caso concreto da Valmont, qual é a finalidade dela?

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Ser acionista da empresa aqui no Brasil, disfarçando na realidade quem era o proprietário dela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já me disse que essa Pescara, o senhor não conhece essa conta Pescara.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A informação que dispomos aqui é que é do Santoni.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não sei. Honestamente, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Naquela operação das dragas, desemboca na Pescara. E a Parinvest desembocando na Pescara.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – E era na Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na Beacon Hill.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Não sei, pode ser que seja aquilo que lhe disse.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nome fantasia.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Um nome fantasia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com certeza é um nome fantasia. (Pausa)

O senhor se recordou dessa... (Pausa)

Não, está assinado por ele. É dele o parecer.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Essa carta foi mandada... Eliot Fine, a quem enderecei a carta, é funcionário da Beacon Hill. Era a pessoa lá encarregada de... Eu tinha contatos com ele, que era encarregado de executar o chamado **compliance** deles. **Compliance** significa exatamente isto: quando um cliente queria fazer uma operação, a função dele era verificar se não se tratava de lavagem de dinheiro e tudo o mais. Daí o meu parecer.

Se a carta seguinte, que não é minha, foi endereçada a Pescara, ligada a isso, não há nenhuma dúvida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há outro ingrediente. Na movimentação que há aqui, a Pescara é uma das maiores.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Eu não sabia. Eu não participava das operações diárias da Beacon Hill. Eu tinha contatos com a Beacon Hill, mas não posso precisar o volume nem com quem ela operava. Não tenho a mínima idéia disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesse caso, ganha maior relevância esse possível encontro com o Sr. Anibal lá.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Posso comprometer-me com esta CPMI de fazer o possível. Não sei se os advogados dele permitirão. A meu ver, ele está obrigado ao sigilo em virtude da sua atividade com os

clientes. Então, ele pode não querer. No entanto, posso tentar agendar com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a está sendo franco em relação às limitações que sua situação pessoal requer. Creio que podemos ter uma situação um pouco diferenciada, sem que o Sr. Anibal quebre qualquer sigilo dele com seus clientes. Dessa forma, seria possível entender melhor como os fatos ocorreram lá. Se for possível, peço a V. S^a que consiga esse encontro que poderá ser muito valioso.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Farei o possível, Deputado. Pode ter certeza de que me empenharei. Com quem eu poderia manter contato na CPMI?

O SR. RELATOR (José Mentor) – No final, darei o meu cartão com o meu telefone daqui e de Brasília. Os Deputados Antonio Carlos Biscaia e Alexandre e todos nós estamos à disposição de V. S^a para estabelecer esse contato.

Sr. Presidente, por hora, estou satisfeito.

No caso de precisarmos novamente manter contato, anotarei os telefones de V. S^a para os encontros que forem necessários.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – Ficarei à disposição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito obrigado.

O SR. JUCÉLIO NUNES VIDAL – A reunião está encerrada? Devo permanecer ou posso retirar-me? Deixo o telefone agora ou depois?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode fornecer agora. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) - Dando prosseguimento à reunião, temos já sentado a nossa frente o Sr. Rodrigo Silveirinha Corrêa, fiscal estadual, que se negou – e eu pergunto mais uma vez a ele – a assinar o termo de compromisso em que o depoente se compromete, no art. 203 do Código de Processo Penal, a dizer a verdade. Eu perguntaria ao depoente se ele continua mantendo a mesma postura de não desejar assinar o termo de compromisso.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Senhores, como já havia manifestado anteriormente, eu me encontro extremamente abatido. Fui vítima de uma grande injustiça. Sou réu num processo condenado a 15 anos, um processo onde não há um fato sequer provado contra a minha pessoa, e o que se assistiu nesses últimos meses, todos eles, aliás, sempre no espírito de colaborar com a Justiça, eu compareci a todos os atos, estive sendo alvo do assédio da imprensa durante um grande período. Ainda solto, jamais me evadi, jamais procurei fugir a minha responsabilidade e a minha tarefa de buscar a verdade.

Muito bem, passados esses quatro meses iniciais do ano, fui preso e, desde 15 de abril, me encontro preso, e assisti a um processo em que o que se perpetrou foi um crime contra a Justiça, porque fui condenado sem haver uma prova, um fato que pudessem ser imputado com uma conduta incompatível com a lei da minha parte. O que assistiu foram pessoas querendo se promover à custa da desgraça alheia. De forma que estou...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Senhor Rodrigo...

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Só um momentinho, por favor. Peço a vênua de me ouvir, porque vim aqui no sentido de colaborar com esta Comissão.

Então, eu não me encontro em condições emocionais de responder a qualquer pergunta sobre um assunto que desconheço, não tenho conhecimento, o que pouco eu sei, eu sei pela imprensa e não conheço nada que possa aduzir novos fatos a esse assunto chamado CPI do Banestado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Silveirinha, acho que nós estamos aqui confundindo um pouquinho as coisas, talvez a gente possa esclarecer e com isso o senhor tomar a decisão que achar conveniente para o senhor.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Sim senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Primeiro, que esta CPI não é do Banestado. Ela é chamada, conhecida como CPI do Banestado. Ela é uma investigação federal do Congresso Nacional sobre a evasão de divisas, esse é o objeto da CPI. Portanto, os assuntos que estão sendo apurados no Rio de Janeiro podem estar enquadrados dentro do objetivo desta CPMI. Então, esse é um primeiro esclarecimento que resolve este problema inicial.

O segundo aspecto é que aqui conosco o senhor não está sendo acusado de nada. Aliás, nós estamos nos vendo aqui pela primeira vez. Não há ainda na CPI qualquer indiciado, não há nenhum acusado. Nós estamos investigando os fatos para ver se são relevantes e para o conhecimento da CPI. Aí eu faria uma ponderação ao senhor com relação ao termo de compromisso. O senhor poderia, é claro, conversar com seu advogado para analisar melhor essa situação, porque o senhor está vindo aqui para falar de assuntos que o senhor tem conhecimento, sobre os quais o senhor tem o dever e a obrigação de falar a verdade. E na-

queles que possam incriminar o senhor, o senhor tem o direito constitucional de se recusar a falar. Sobre os demais, não; os demais o senhor teria que falar porque o senhor é uma testemunha, o senhor é uma pessoa que tem informações para prestar. É nesta condição que convocamos o senhor. Então eu acho... estou lhe dando aqui uma primeira... que a recusa de assinar o termo de dizer a verdade dá o pressuposto de que o senhor vai mentir.

Ouçame para o senhor entender.

O SR. SEVERINO RODRIGO CORRÊA – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode, como o próprio tema diz, em qualquer assunto em que o senhor entenda que a resposta poderá prejudicá-lo, recusar-se a responder. O senhor não é obrigado a falar sobre alguma coisa que vai incriminá-lo, mas como testemunha, como depoente, sobre os demais assuntos, tem a obrigação de falar a verdade. Então, esse é o termo que estamos pedindo que assine.

Todos os convocados o são nessa situação. Peço encarecidamente que assine o termo nessas condições e, se quiser consultar o seu advogado, não há problema. Solicito ao Sr. Presidente que fale com o seu advogado e, nesta condição, assinaria o termo de prestar o depoimento recusando-se a falar sobre qualquer assunto que possa vir a lhe incriminar. Esse é um direito constitucional que tem e, quanto ao restante, colaborar com aquilo que tem conhecimento.

O SR. SEVERINO RODRIGO CORRÊA – Em primeiro lugar, mais uma vez, gostaria de agradecer a maneira como V. Ex.^a está se dirigindo a mim pois a sua conduta é aquela que se espera de um Parlamentar, muito diferente daquelas que seus equivalentes estaduais demonstraram aqui durante a CPI.

Na verdade, quero dizer que em todas as oportunidades busquei esclarecer naquilo que eu tinha conhecimento. De forma que, como o senhor acabou de elucidar e eu tinha conhecimento. Naturalmente, qualquer ponto que venha a ser objeto de algum questionamento e que se vincule, liminarmente, ainda que de uma forma tangencial ao processo em que sou réu e estou recorrendo, de fato, usarei desse recurso de que disponho, uma vez que sou réu em um processo e os assuntos concernentes a ele merecem um tratamento diferenciado.

Nos demais assuntos, todavia V. Ex.^{as} podem contar com a minha inteira colaboração porque, até como cidadão, gostaria de ver o sucesso dessa CPI.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esta é a ponderação que faço porque a negativa do senhor pode ser encarada por nós como um pressuposto ruim.

O SR. SEVERINO RODRIGO CORRÊA – Sendo assim e, em função do que estou assistindo do interesse dos senhores em tratar o assunto de uma forma séria e na busca da verdade, disponho-me a assinar.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Severino Rodrigo Corrêa, o senhor tem até trinta minutos para fazer suas colocações, expor qualquer fato que queira. O microfone está a sua disposição.

O SR. SEVERINO RODRIGO CORRÊA – Gostaria que os senhores compreendessem que o meu interesse é tornar isso o mais breve possível, uma vez que estou vindo aqui em condições especialíssimas porque não me encontro em condições de permanecer muito tempo nesse trabalho. De forma que, as manifestações que poderia fazer as faria em outra oportunidade em que estivesse em melhores condições.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Silveirinha, pediria ao senhor para, resumidamente, relatar a carreira do senhor no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Bom, na verdade, esse é um assunto que já foi objeto e continua constando dos autos do processo em que eu sou o réu. De forma que eu me reservo o direito de permanecer calado em relação a essa pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia nos dizer quem o indicou para a Subsecretaria da Fazenda?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse assunto é um assunto que está sendo tratado num processo onde eu sou réu, e eu me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já esteve no exterior?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse é assunto é um assunto que é objeto do processo onde eu sou réu, e eu me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor possui contas no exterior?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse assunto é um assunto que é objeto do processo onde eu sou réu, e eu me reservo o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já fez alguma remessa de numerário para o exterior?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse assunto é um assunto objeto do processo onde eu sou réu, e eu me reservo o direito de permanecer calado, conforme inclusive o senhor me deferiu aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Carlos Eduardo Pereira Ramos?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse ponto é objeto do processo onde eu sou réu, e eu desejo permanecer em silêncio em relação a essa pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor gosta de futebol?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Olha, sinceramente, eu não gosto de futebol. Eu não aprecio futebol. Não sei se isso é pertinente aqui ao assunto da CPI, mas, até para nos conhecermos melhor...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só para quebrar a monotonia.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Alexandre Martins?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse assunto é um assunto pertinente ao processo onde eu sou réu, já essas declarações constam do processo, de forma que, o senhor se detendo ao trabalho de examiná-lo, verificará que jamais estive com esse senhor, nunca o vi antes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Ronaldo Pitta?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Mais uma vez eu lhe digo, para quebrar a monotonia, que se o senhor se detiver a examinar o processo onde eu sou réu, o senhor perceberá que não há nada que aponte qualquer contato meu com esses senhores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa Passabra e Gortim, o senhor conhece?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse ponto é mais um ponto do processo onde eu sou réu, e eu me reservo o direito de permanecer calado. O senhor perceberá, lendo o processo, que eu jamais tive contato com qualquer um desses senhores ou as suas empresas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Bom, Sr. Silveirinha, só para o senhor saber, nós estamos aqui em uma outra investigação que é diferente daquela do processo que o senhor responde.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Sim. Eu estou só manifestando isso com o objetivo de economia processual, para que o senhor possa já estar ciente de que essa vertente é uma vertente que não vai se chegar a lugar nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É evidente que aquele depoimento e as provas que o senhor produziu naquele processo a CPMI terá acesso. Já tem em parte. Mas evidentemente também que o que prevalece é a imagem, a visão e as provas que vão ser colhidas aqui. E a pergunta do futebol não foi por acaso. Foi para quebrar a monotonia e para mostrar

que o Sr. Alexandre Martins e o Sr. Ronaldo Pitta têm ligações com o futebol.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Eu... Engraçado, agora já quebrando um pouco, eu realmente, o máximo que eu assisto são os jogos de seleção brasileira. Aliás, uma pena acessória que eu estou cumprindo é ter que assistir os jogos de futebol lá na televisão, porque a televisão é coletiva, não é individual. E eu sou submetido a ter que assistir os jogos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas aí seria pior se não tivesse a televisão.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Às vezes, assistimos certas coisas na televisão que seria melhor que não tivesse televisão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso é verdade também.

O senhor conhece o Sr. Dario Messer?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não, não conheço o Sr. Dario Messer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a empresa chamada Depolo?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Olha, não conheço, não sei nem se isso é um assunto do processo do qual sou réu. Mas não conheço essa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o R. Rosemberg?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse é um assunto pertinente ao processo onde sou réu e me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E assim o Sr. Ronald Hatler e Marlene Rosen?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Mesma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa Complac o senhor conhece?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – É um ponto pertinente ao processo onde sou réu e de-sejo permanecer calado em relação a isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa Trade Invest?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não, não conheço essa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece o Armando Santoni?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rodrigo Santoni?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Jucélio Nunes Vidal?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rui Luiz da Luz Leite de Souza?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fernando Sobral?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Oscar Jangler?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João Lucas Souza?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar em alguma coisa chamada Pescara?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eleven?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – O quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eleven?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lespan?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Beacon Hill?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Roberto Matalan?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Clark Seton?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Isso é nome de pessoa?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nome de pessoa.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Kiko?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não conheço, não sei o que é isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pacco?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – São pessoas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – São pessoas.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aníbal Conterras.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar no Discount Bank, da Suíça?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – O quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Discount Bank, da Suíça.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse é um ponto do processo onde sou réu e me reservo direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor estaria disposto a entregar à CPI uma autorização para que ela repatriasse qualquer valor que estivesse em seu nome no exterior?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse é um assunto pertinente ao processo em que sou réu e eu gostaria de permanecer calado em relação a esse ponto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Carlos Eduardo Pereira Ramos?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Salvo engano, o senhor já me fez essa pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E eu queria ouvir a resposta.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Evidente que conheço. Se sua pergunta limita-se a conhecer, conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem relações com esse senhor?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Essa pergunta já foi feita no processo em que sou réu e me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Carlos Antonio Sasse?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem relações com esse senhor?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Fui subordinado a ele na Secretaria de Fazenda. Minha relação é profissional, foi profissional exclusivamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi ele que formou a equipe que o senhor participou na Secretaria de Fazenda?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse assunto é pertinente ao processo onde sou réu, essa pergunta já me foi feita, e me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve algum encontro com outras autoridades do Governo do Rio de Janeiro?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse assunto já foi objeto do processo em que sou réu e me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Rodrigo Correa, perdão, o senhor Rômulo Gonçalves?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem relações de que tipo com ele?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não tenho relações de espécie alguma, conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Amauri Frank Nogueira Filho?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não o conhecia antes do processo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Lucio Manoel Picanço dos Santos?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Eu o conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma relação com ele?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Hélio Ramos da Silva Lucena.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não conhece ou não tem relações?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não conheço, porque é preciso colocar um divisor de águas entre antes do processo e depois do processo, depois do processo as pessoas se encontram e antes eu nunca tinha visto na vida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor Sérgio Giacome de Lucena?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Nunca tinha visto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Axel Ripol Raner?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não conheço. Não conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isabel Adler?
(Pausa)

Por ora estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Rodrigo, o senhor conhece o Sr. Birmann?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Ele atuava profissionalmente junto com o senhor?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Essa pergunta já foi objeto do processo em que sou réu e me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor trabalhou em alguma campanha política?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse assunto já foi objeto do processo em que sou réu e me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor declarou nas suas iniciais que sofreu uma condenação injusta. A que o senhor atribui isso?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Eu atribuo a um espírito inquisitório, um espírito norteador pela vaidade, pelo sucesso fácil, por desconsiderar o pressuposto de que ninguém é culpado até que se prove efetivamente, ou seja, nós somos inocentes até que surjam provas. Esse é um processo em que me imputada uma pena dessa ordem e não um fato, se os senhores se detiverem a ler o processo, se derem ao trabalho, faço um apelo aos senhores, não um fato sequer provado que impute uma conduta indigna da minha parte, legal, sequer imoral. Não há.

Agora, talvez no afã das pessoas se promovem ou de tentarem destruir todo que um trabalho que vinha sendo feito, porque a realidade é a seguinte... E V. Ex^a inclusive não deve estar se recordando, mas já estive na Secretaria de Fazenda, numa reunião em que participei, fui chamado a participar com o senhor e o Secretário Fernando Lopes.

Durante o nosso tempo à frente da Secretaria da Fazenda, a arrecadação cresceu em valores relativos, não só nominais como relativos, ano a ano, e o que assiste hoje é arrecadação do Estado caindo fragorosamente. Então o que se assiste é o prêmio à sonegação, quer dizer, se tiraram as pessoas acusadas e colocaram o quê? O que resultando esse trabalho? A arrecadação não pára de cair. E quando estávamos lá a arrecadação crescia ano a ano. V. Ex^a deve ser testemunha disso, porque, como Deputado, deve acompanhar a arrecadação do Estado. Então o que se assistiu nesse período todo é uma violência muito grande.

Todos os cidadãos deveriam ficar extremamente receosos de que amanhã ou depois isso possa acontecer com qualquer um, que pessoas no afã de se promover, de obter a fama que nunca conseguiram em muitos anos cheguem a condenar pessoas, no meu caso sem uma prova sequer, não há no processo uma prova contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor então atribui isso a um desmonte da arrecadação do Estado? Pelo que o senhor está falando?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não, acho que a queda da arrecadação é fruto também disso, de uma desmoralização que foi perpetrada em relação em relação à máquina arrecadadora. Agora, isso é efeito não é causa. A causa é uma conjugação de fatores, de pessoas orquestradas no intuito de se promoverem...

Os senhores assistiram a isso tudo. Tenho certeza de que lá no fundo os senhores sabem muito bem como isso tudo se conduziu sem precedentes na história. Apelo à consciência dos senhores, que os senhores verão que a forma como isso tudo foi conduzido foi um grande absurdo. Por isso, realmente, esse é um assunto... Eu creio em Deus que a verdade virá à tona e as coisas vão chegar a um bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Por isso que pedimos ao senhor para que, se puder, dar todas as informações possível, para que esta CPI possa se aprofundar somente em relação aos fatos desta CPI. Se o senhor pudesse ajudar já que o senhor, um funcionário público, como homem de bem que está dizendo e quer provar, penso que o senhor poderia dar algumas informações ao Sr. Relator para que ele tivesse subsídios de esclarecer melhor, já que o senhor está ponderando que o senhor não quis falar, mas pelos antecessores do senhor que os valores lá fora não são dos senhores e que não têm nada com isso.

Vocês não têm prova dessa relação dos valores lá fora. Mais uma vez, já sei qual vai ser a resposta, mas pedira se o senhor desse uma procuração a esta CPMI para que outorgasse ao Governo estadual os valores que constam estar em seu nome no banco da Suíça.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Acho até que, com o maior respeito, se pudéssemos nos ater a perguntas novas. Faço um apelo aos senhores, dada a minha condição, que não ficássemos batendo sobre a mesma tecla e nos atívéssemos em fatos novos sempre no interesse de colaborar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Silveirinha, às vezes, a repetição de uma pergunta é para dar uma nova chance para as pessoas, refletindo, poderem se posicionar.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Muito obrigado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não se trata em insistir naquilo que já está respondido, mas às vezes a pessoa tem oportunidade de reconsiderar o que falou. Eu diria o seguinte: o senhor poderia resumir para nós os argumentos centrais do recurso que o senhor vai apresentar à sentença que o condenou?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Olha, o meu advogado, se o senhor puder convocá-lo numa

outra oportunidade, tenho certeza que ele de uma forma muito mais brilhante do que eu, porque, no fundo, todo esse processo, me afetou emocional e intelectualmente, só... Ele terá condições melhores de trazer aos senhores e com certeza conto como desejo dos senhores de buscarem a verdade dos fatos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja, Sr. Silveirinha, evidentemente que não estou atrás do brilho do seu advogado que, com certeza o tem bastante, mas eu queria só saber os argumentos que o senhor, sem a linguagem técnica jurídica vai levantar em defesa com relação à sentença que o condenou.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Veja só, penso até que isso tem uma estratégia usual, porque primeiro a acusação apresenta o que pretensamente ela tem, e depois a defesa se manifesta. A sentença efetivamente não apresentou fato nenhum. Então, não há nem o que se contrapor porque sequer se apresentou alguma coisa. Então acho que, com muito maior competência, ou futuramente peço até se houver possibilidade de ser dada a mesma divulgação que é dada as imputações acusatórias se puder ser dada a divulgação à aos pontos da defesa, com certeza isso contribuiria para que a justiça fosse feita neste País.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A que o senhor atribui uma autoridade estrangeira ter procurado as autoridades brasileiras, dando conta de movimentação dando conta da movimentação de recursos que chamaram a atenção dessas autoridades?

A que o senhor atribui esse fato?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não me é possível emitir um juízo de valor sobre esse ponto. Não tenho opinião sobre isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor sabe que autoridades da Suíça procuraram o Brasil tempos atrás, levantando suspeita sobre movimentação financeira naquele País de alguns brasileiros, inclusive o senhor?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Veja. Primeiro, não tenho conhecimento da nada envolvendo o meu nome. O que se vê é um nome, inclusive escrito de forma errada. Até hoje o meu nome aparece de forma errada. Inclusive, na sua convocação para hoje o meu nome continua aparecendo de forma errada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por favor, qual é o nome certo?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – O nome certo é Rodrigo Silveirinha Correia. Eu recebi uma convocação: “Rodrigo Correia Silveirinha”. São coisas assim.

De forma que, mais uma vez, digo aos senhores que em relação ao processo em que sou réu, eu gostaria de me abster de fazer qualquer pronunciamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se essa informação se confirma como nome certo, a que o senhor a atribui?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Olha, se nós formos tráfegar no campo das hipóteses, eu pediria ao senhor que não estejamos aqui tomando o tempo de um ao outro, porque não vamos chegar a lugar algum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse número 182.269ZS diz alguma coisa para o senhor?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Não, não me diz nada. Não me diz absolutamente nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se existirem recursos nesta conta com esse número o senhor se interessa por eles?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Nobre Deputado, eu já disse ao senhor que nos assuntos concernentes ao processo em que sou réu eu gostaria de me reservar o direito da Constituição, que o senhor também tem o dever de respeitar, de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou respeitando o seu direito de permanecer calado. Contudo, eu tenho o direito de fazer as perguntas.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já realizou alguma operação de câmbio no Brasil?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Essa pergunta já foi feita no processo em que sou réu e eu me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já viajou ao exterior?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Essa pergunta já foi feita no processo em que sou réu e eu me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Silveirinha, foi noticiado que o senhor até mesmo enviou uma carta, tentando não vir a esta CPMI.

Os fatos estão aí, não fomos nós que os produzimos. Estamos em busca de um outro processo. O que estamos tentando é fazer com que as coisas não venham em breve tempo, até ser solicitada uma nova presença, novos depoimentos. O que estamos buscando, realmente, não são coisas que comprometam o pessoal. No todo, já temos aqui a comprovação e os depoimentos necessários. Que possam se encaixar, como o senhor bem falou que iria contribuir.

Quero dizer que, da nossa parte, fica a impressão de que estamos buscando, sobre os caminhos e os descaminhos do dinheiro no Rio de Janeiro, tem que ser aprofundada. Portanto, Relator, creio que vamos

ter que fazer, depois, uma reunião para dar alguns encaminhamentos que o caso vai requerer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Dona Sílvia Dionízio Silveirinha Corrêa?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Sílvia não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rodrigo Silveirinha Corrêa Filho?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – É meu filho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ricardo Silveirinha Corrêa?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Meu filho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rafael Silveirinha Corrêa?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊASILVEIRINHA CORRÊA – Meu filho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O nome da esposa do senhor qual é?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – O nome da minha esposa é Silvana.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Silvana Dionízio Silveirinha Corrêa?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Citei o número de uma conta agora há pouco. No caso do desaparecimento do senhor, os beneficiários serão A SRA. Silvana Dionízio Silverinha Corrêa, Rodrigo Silveirinha Corrêa Filho, Ricardo Silveirinha Corrêa e Rafael Silveirinha Corrêa. O senhor tem alguma explicação para isso?

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Esse assunto é pertinente ao processo em que sou réu. Reserve-me ao direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nada mais tenho a perguntar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Nada mais havendo a tratar, quero dispensar o Sr. Rodrigo Silveirinha Corrêa.

Peço à assessoria para convocar o novo depoente.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO SILVEIRINHA CORRÊA – Por nada. Sucesso para V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Solicito à assessoria que traga a esta Comissão o Sr. Reinado da Rocha Pitta para prestar seu depoimento.

Ao tempo em que recebo, o Sr. Camilo Soares, espanhol, casado, comerciante, portador da carteira de identidade (...), residente e domiciliado nesta cidade na Avenida Epitácio Pessoa nº 300/101 vem, por meio dos seus advogados, requerer prazo legal para

a juntada de instrumento do mandato e dizer o que se segue:

O requerente, às 20h do dia 07.11 foi, por telefone, conectado por uma pessoa que se identificou como sendo da Polícia Federal dizendo chamar-se Ricardo. Informou que o mesmo deveria comparecer à Polícia Federal, na Avenida Rodrigues Alves, na data de hoje, dia 10.11, às 14 h.

O requerente, nessa oportunidade, informou ao seu interlocutor que estava de partida para Minas Gerais e que só retornaria no final de semana seguintes, mais provavelmente na sexta-feira.

A afirmação é a de que não recebeu do suposto policial qualquer restrição. No entanto, na manhã do dia de hoje, 10. 11. 2003, houve novo contato telefônico, desta feita com um membro da família do requerente no qual insistiram no comparecimento deste à Polícia Federal mencionando tratar-se de uma situação relacionada ao Banestado.

Preocupado com o ocorrido e completamente ignorante quanto aos fatos e suas conseqüências, os familiares contataram os advogados signatários do presente e diligenciaram junto à Polícia Federal, tendo sido informados pelo Escrivão Ricardo, lotado na Delecore, tratar-se de uma audiências da CPMI do Banestado que ocorreria no prédio da Polícia Federal na Avenida Venezuela, às 14h.

Presentes na leitura de instalação da reunião, na qual foram lidos os nomes dos convidados a comparecer, os signatários confirmaram estar o requerente efetivamente relacionado entre aqueles que deveriam ser ouvidos. A partir desse momento, tendo ficado constatada a veracidade do convite telefônico recebido pelo requerente, veio mesmo, por meio dos seus patronos, justificar sua ausência, tendo em vista viagem previamente agendada. Assim, o requerente comunicará imediatamente a sua chegada e a sua presença no Rio de Janeiro, colocando-se ao inteiro dispor desta CPMI para ser ouvido em data que melhor aprover à sua Presidência.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2003. – **José Carlos dos Santos Jacinto de Andrade, Antônio Eduardo Ramirez Santoro.**

Recebo, Sr. Relator, esta petição, mas dizendo que não se encontra acostada a ela a devida procuração. fato que passo ao Reiator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, como o motivo alegado é viagem, evidentemente que os advogados que subscrevem a petição deverão juntar a procuração tão logo o seu cliente retorne. É uma prática, Vamos receber, então, com essa cautela que V. Ex^a já precisou.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Recebido.

Passo a ler a segunda petição.

Rodrigo Ferreira Santoni possui advogado infra-assinado. Vinha em atendimento à convocação contida no Ofício nº448, de 2003.

“Venho à presença de V. S^a para esclarecer que se encontra ausente do Estado do Rio de Janeiro, desde 01/11/2003, por motivo de força maior, razão pela qual não chegou a tomar conhecimento da presente convocação.

Outrossim, colocando-se à disposição desta respeitosa Comissão, serve a presente para requerer a V. S^a redesignação da referida convocação para dia, hora e local que melhor atender os interesses da apuração e andamento.

Para tanto, e no sentido de melhor agilidade dos trabalhos desta Comissão, requer ainda que a nova data a ser designada por V. S^a seja comunicada ou combinada com a subscritora.

Protesto desde já pela oportuna juntada do instrumento de mandato.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2003. – **Ana Beatriz Esteves**, advogada.”

Recebo também e passo ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da mesma maneira, registrando a ausência da procuração, que deverá ser juntada oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Recebidos os ofícios, agora passo a ler o termo de compromisso do Sr. Reinaldo Menezes da Rocha Pitta.

O depoente se compromete a, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2003. – **Reinaldo Menezes da Rocha Pitta**.

Sr. Reinaldo, o senhor tem até 30 minutos para usar os microfones. Esteja à vontade!

O SR. REINALDO PITTA – Primeiramente, gostaria de dizer aos senhores da minha indignação de estar presente aqui e estar passando por tudo o que eu, meus sócios e meus funcionários estamos passando. Mas não posso mudar a lei da vida e não posso mudar algumas coisas que acontecem infelizmente no nosso Brasil.

Trabalhei em três instituições financeiras. Minha família tem uma fábrica de produtos químicos há vinte e cinco anos. Sou empresário de futebol há quinze anos. E, em todos esses lugares em que estive pre-

sente, vocês poderiam procurar qualquer pessoa que dissesse qualquer vírgula a meu respeito. Então, é uma coisa que me chateia! Pode procurar qualquer clube do Brasil, ou fora daqui, que qualquer Presidente, que qualquer diretor, que qualquer atleta, mesmo que não esteja trabalhando comigo, diga alguma coisa contrária à minha pessoa em relação às minhas atitudes.

Não posso e não devo também falar muito, porque isso infelizmente tentamos de todas as maneiras colaborar com a Justiça e está acontecendo tudo o que está acontecendo com a gente. De qualquer maneira, acredito em Deus. Tenho certeza de que, dentro em breve, os culpados aparecerão. Estou à disposição de V. Ex^{as} para o que precisarem. Sempre que fomos chamados, tentamos colaborar da melhor maneira possível. É só. Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Reinaldo Pitta, primeiramente quero registrar que não estamos acusando ninguém de nada, mas investigando.

O SR. REINALDO PITTA – Perdão. Não estou falando em relação a V. Ex^{as}, estou relatando o que ocorreu: os meus 115 dias de prisão, o que considero absurdo. Mas tudo bem. Não posso mudar a vida. Vamos em frente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu gostaria que o senhor rapidamente, sucintamente, pudesse nos falar sobre sua participação na empresa Passabra.

O SR. REINALDO PITTA – A Passabra é uma empresa de turismo. Creio que o meu sócio tenha falado algo a respeito para V. Ex^{as}, porque nós dividíamos tanto a Passabra como a Gortim. Ele cuida da parte administrativa e eu sou uma pessoa que lida totalmente com futebol nos últimos quinze anos. Meus contatos eram com Presidentes de clubes; cuidava da imagem de jogadores. Na realidade, se V. Ex^a me fizer perguntas administrativas sobre a Passabra, não poderei, nem saberei dizer muita coisa, mas posso tentar colaborar – é só perguntar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que função o senhor tinha lá?

O SR. REINALDO PITTA – Eu sou sócio da empresa, mas dividíamos algumas funções.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As funções que o senhor tinha quais eram?

O SR. REINALDO PITTA – Na Passabra?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. REINALDO PITTA – Eu era sócio da empresa e tínhamos, na época, uma diretora ou um diretor. Duas pessoas cuidavam da Passabra e nós só respondíamos socialmente, digamos assim. O Alexandre era a pessoa mais ligada administrativamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tinha gerenciamento sobre a Passabra?

O SR. REINALDO PITTA – Se eu precisasse tomar uma atitude, tomava; mas, administrativamente, digamos que eu não estava muito ligado a isso, principalmente porque minha finalidade sempre foi o futebol. Sempre me relacionei com o futebol, desde a primeira venda internacional que fiz, a do Viola, há mais de dez anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas isso não tem nada a ver com a Passabra?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não tem nada a ver com a Passabra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na Passabra o senhor não tinha nenhuma função?

O SR. REINALDO PITTA – Não, eu não tinha nenhuma função na Passabra. Era sócio e aquilo que o meu sócio respondeu, eu também sou responsável. Temos confiança entre nós, estamos juntos há muitos anos e acho que dá para se ter isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou que lá existiam dois outros sócios. O senhor se lembra dos nomes?

O SR. REINALDO PITTA – Eu não falei dois outros sócios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Diretores, gerentes.

O SR. REINALDO PITTA – Agora, infelizmente, se eu disse o nome... Da menina, eu não me lembro. Pode parecer brincadeira, mas, por tudo o que passei, também estou um pouquinho esquecido. Não estou tentando me esquivar. Eu realmente não lembro os nomes, mas prometo fazer um esforço para lembrar. Vou lembrar já dos dois nomes. Eu não me lembro dos dois nomes das pessoas que eram responsáveis pelo turismo. Havia uma pessoa responsável pelo câmbio, um senhor. Eu acho que era o Sr. Joaquim o responsável pelo câmbio turismo. Mas confesso que eu não era uma pessoa muito envolvida com isso. Eu nunca soube ganhar dinheiro com isso. A minha história, na realidade, onde eu soube ganhar dinheiro, foi no futebol e no trabalho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia as operações que a Passabra desenvolvia?

O SR. REINALDO PITTA – A Passabra vendia dólar turismo. Representava – ai meu Deus! Estou muito esquecido. Como era o nome da empresa que fornecia talão de cheques? Eu não me lembro também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tomas Cook?

O SR. REINALDO PITTA – Thomas Cook. Isso mesmo. Perfeito. Chegamos, em uma época, a ser grandes operadores da Thomas Cook. Tivemos problemas

administrativos e, como a imprensa noticiou que nós perdemos a carta patente... Não, entregamos a carta patente, porque não nos interessava mais, o nosso negócio era futebol.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi o problema administrativo?

O SR. REINALDO PITTA – Foi um furto que aconteceu, um problema com um funcionário. Infelizmente na vida se têm dois motivos: delegar ou não delegar. Vou continuar errando porque sempre deleguei, mas acertei muito também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi o funcionário?

O SR. REINALDO PITTA – Foi o Sr. Joaquim, se não me engano, por isso não quero me ater muito à parte administrativa porque posso dar alguma informação incorreta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os senhores devolveram a carta?

O SR. REINALDO PITTA – Devolvemos. O Banco Central nos tomou como a imprensa noticiou. Não operamos com dólar turismo, acho que há 5, 6 anos, alguma coisa assim, não tenho muita certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No período em que o senhor trabalhou com dólar, fez remessas para o exterior?

O SR. REINALDO PITTA – Não, trouxe muita coisa para o Brasil. A venda do Viola, a venda do Vampeta, do Fábio Júnior, do Evanilson.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Digo na época em que o Sr. estava operando com câmbio?

O SR. REINALDO PITTA – É mais ou menos essa época mesmo. A gente está no futebol há muitos anos, não é? E tenho certeza da coisa boa que nós fomos tanto para o Brasil como para os clubes, quanto para as nossas famílias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Passabra tinha relações com outras empresas de câmbio, turismo?

O SR. REINALDO PITTA – Olha, é aquilo que estou lhe falando, logicamente conheço algumas empresas. Se o Sr. citar alguns nomes, vou dizer: conheço, não conheço. Mas logicamente que tínhamos. Nós vendíamos pacotes de maneira geral.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não pode citar as pessoas que o senhor conhecia.

O SR. REINALDO PITTA – Assim é complicado, porque não era meu ramo, Ex^a, entendeu? Estou sendo honesto para o senhor. Eu sempre fui uma pessoa meio desligada em relação a isso. Se o senhor me perguntar alguma coisa de futebol, prometo ao senhor que vou responder tudo com bastante clareza, que é o que eu sei fazer. Não que eu seja completamente ignorante

no ramo, é que eu não tinha preocupação com isso na ocasião. Era simples. Nós tínhamos uma menina, que agora me lembrei o nome, que era Sandra, gravei o nome, que cuidava do turismo. Era uma pessoa que trabalhou com a gente, se não me engano, 15 anos. Infelizmente, por causa dessa situação, nós nunca tínhamos demitido um funcionário. Tivemos que demitir alguns. Não podemos fazer nada. O que podemos fazer? Temos que lutar pela vida, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar numa empresa chamada Depolo?

O SR. REINALDO PITTA – Como é o nome?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depolo.

O SR. REINALDO PITTA – Depolo? Não ela estava numa agenda nossa. Pelo que me consta estava numa agenda nossa, que era uma agenda que nós não pedíamos ao funcionário para guardar. Não obrigamos ele a guardar. Ele guardou essa agenda por algum motivo pessoal dele, porque era uma agenda geral, que ele anotava algumas coisas nossas, anotava muitas coisas também que pedíamos para anotar, de maneira geral, cliente. É uma agenda que tem cinco para seis anos atrás. Tenho certeza absoluta com toda a cordialidade, se eu perguntar ao Sr. o que o Sr. fez há seis meses sobre alguma notação, tenho certeza de que o Sr. vai ter dúvida. Imagina essa agenda que apareceu na casa de um funcionário. Uma agenda de cinco, seis anos atrás. Qual a finalidade de nós guardarmos essa agenda? Nenhuma. Agora, tinha alguns nomes anotados nessa agenda que não foram divulgados, alguns compromissos que eu e Alexandre mandamos anotar. Então, é uma coisa super complicada. Então, acho que a Depolo, nunca tive relacionamento nenhum. Se estava anotada lá, tinha um motivo. Lógico, tinha um motivo. Certo? Como devia estar anotado um almoço que tivemos com o Presidente Fernando Henrique. E não declarado nada. Então, é uma coisa complicada tudo isso. É uma agenda que não é uma agenda de um ano, de seis meses não. É uma agenda de cinco, seis anos atrás. É o que posso que lhe esclarecer, mas não tem nenhum envolvimento com a Depolo. Depolo. Depolo que o senhor falou, não é isso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. Mas o senhor sabe do que é?

O SR. REINALDO PITTA – Hein?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o que é Depolo?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Dario Messer?

O SR. REINALDO PITTA – Conheço. Conheço, Dario Messer. Conheço Dario, conheço algumas pessoas da sua família. Conheço algumas pessoas da

religião. Socialmente já estive com ele. E não tenho relacionamento superafetivo com ele. É uma pessoa que conheço de festa, de algumas situações, normalmente como conheço muita gente. Conheço várias pessoas, se o senhor quiser que eu cite o nome, porque trabalhei na Crefisul Crédito Imobiliário S/A, e a maioria dos meus clientes, já naquela época, eu com 23 anos, eram judeus. Então, acho que conheço muita gente realmente. Tivemos a felicidade de entrar no futebol através, não foi do Ronaldo, através do Valber, que foi um dos grandes atletas que tivemos, que infelizmente não teve a cabeça que o Ronaldo tem hoje, e por a gente ser hoje logicamente responsável pela carreira do Ronaldo, o nosso nome deve ter ficado muito bonito. Eu achava que isso era bom, mas hoje reconheço que não é bom.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe que o Sr. Dario Messer faz?

O SR. REINALDO PITTA – Sei que ele é um grande empresário. Acho que ele é um grande empresário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que ramo?

O SR. REINALDO PITTA – Não sei lhe dizer todos os ramos que ele trabalha, e também vou lhe dizer um ramo e, de repente, não é, porque ele nunca me confidenciou isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ninguém falou com o senhor sobre os ramos de atividade do Sr. Dario Messer?

O SR. REINALDO PITTA – Dario Messer? É lógico que eu sei que, na realidade, acho que ele tem construção civil, ele tem uma série de situações. Agora, ele nunca me participou da vida particular dele, porque tem algumas pessoas que o senhor conhece, que conhece em festa, então, o senhor não fala nesse tipo de assunto, entendeu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas festa também tem muito disse-me-disse, como: “Ah, faz aquilo, faz aquilo outro”.

O SR. REINALDO PITTA – Mas a gente não tem uma afinidade tão profunda assim, entendeu? O próprio Dario, acho que não vejo “ele” há, não sei, mais de 6 meses, 8 meses, não sei lhe precisar. Então, nenhuma afinidade com o Sr. Dario Messer. Eu o conheço, não posso dizer que não o conheço, como também conheço a maioria dos auditores federais. Não conheço nenhum auditor estadual. Todos sabem disso, mas isso não foi divulgado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nessa agenda que estava em poder de um funcionário da Gortim Promoções Ltda, estava marcado um almoço com o Sr. Dario Messer e a data do aniversário dele.

O SR. REINALDO PITTA – É uma coisa curiosa porque, com o passar do tempo, como estavam marcadas outras datas de aniversário também. Estavam marcadas outras datas de aniversário. Até por educação nossa, entendeu, pessoas que a gente considera, que a gente tem até alguma afinidade, em termos que nos interessa, na época de seus aniversários, a gente manda um cartão. Se o senhor me perguntar do futebol, por exemplo, para quem eu já mandei cartão no mundo e no Brasil, pra todo mundo, pra grandes empresários, construtores, pra todo mundo, porque tenho um relacionamento que é normal tudo isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual é a afinidade que o senhor tem com o Sr. Dario Messa?

O SR. REINALDO PITTA – A afinidade boa, de festa, de achar que ele é um grande empresário. Eu acho, na minha concepção, que ele é um grande empresário. Acho que não é nem ele, acho que é a família dele, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já teve algum negócio com ele?

O SR. REINALDO PITTA – Não, nunca tive negócios profissionais com ele.

E outra coisa interessante é que o problema do almoço também não foi feita uma pergunta assim. Disseram que houve bloqueios de telefone, mas não divulgaram bloqueios de telefones nossos. Marquei, na minha vida, não sei lhe precisar o número de almoços que eu marquei e tive que desmarcar por não poder cumprir. Então, eu acho que tudo isso é uma coisa muito relativa. As suposições que foram feitas nesse caso eu as considero absurdas, até porque, com a idade que eu estou, não procuraram saber o que fiz com 50 anos, com 49, com 48, com 47, com 46, com 45 e assim sucessivamente. Trabalho desde os 13 anos. Com 13 anos, tive uma fábrica de pipa. Então, tudo é muito relativo, entendeu? Eu já estou um pouquinho grande para ter passado tudo o que eu passei, mas vamos em frente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não tenho conta no exterior. E até um comentário que a gente fica sabendo das coisas, porque fui julgado pela minha declaração de imposto de renda também, porque tudo o que eu tenho está no Brasil. Por isso que a minha declaração é bonita, porque tudo o que eu ganho, invisto no Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa do senhor tem conta no exterior?

O SR. REINALDO PITTA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nenhuma delas?

O SR. REINALDO PITTA – Nenhuma delas. E eu não cuido da parte administrativa e posso lhe garantir que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar no MTB Bank de Nova Iorque?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não. Se eu disser que “sim” ou que “não”, eu...assim como MTB Bank, não. Não tem um outro nome? Um nome total dele?

O SR. RELATOR (José Mentor) – MTB Bank

O SR. REINALDO PITTA – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse número 030.100.089...

O SR. REINALDO PITTA – De onde é esse número?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o número de uma conta do MTB Bank que está na agenda?

O SR. REINALDO PITTA – De quantos anos, Excelência, que essa agenda existe? Como eu vou lembrar de uma agenda de cinco, de seis anos atrás, com um número de conta!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta é do Sr. Dario Messer.

O SR. REINALDO PITTA – É dele?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. REINALDO PITTA – Tudo bem. É um fato sobre o qual não posso lhe dizer muito coisa. Mas, só tinha essa conta anotada nessa agenda? O senhor há de convir que eu e meu sócio andamos quase o mundo inteiro. Há muitas situações, que foram propostas de negociação com o jogador, que não fizemos. Tudo o que estava naquela agenda tinha uma finalidade. Mas, sobre uma agenda de cinco, de seis, de sete anos atrás, afirmarmos que essa agenda e que essa conta era do Dario, como o senhor está falando, por uma situação, eu, infelizmente, não tenho o que lhe esclarecer em relação a isso.

Eu estou procurando ser limpo para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu também. Veja, eu estou dizendo ao senhor que o senhor teve uma empresa que trabalhou com turismo e com câmbio.

O SR. REINALDO PITTA – Sim, compreendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá há uma marcação de agenda do Sr. Dario Messer, no MTB Bank, em Nova Iorque. Esse é um banco que passou várias remessas...

O SR. REINALDO PITTA – Eu li na imprensa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, o Sr. Dario Messer, ou Dario Messer, como ele é conhecido, também é conhecido por operação de câmbio, por muitas operações de câmbio, por valores altos de operação de câmbio. O senhor diz que ele tem relação com o Sr. Dario Messer.

O SR. REINALDO PITTA – Mas, o senhor acha que ele me participou disso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até agora, eu não estou falando nada.

O SR. REINALDO PITTA – Perdão, mas eu estou me defendendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu somente estou perguntando. Então, evidentemente, essa é uma situação fática que merece a atenção de quem está investigando a evasão de divisas.

O SR. REINALDO PITTA – Concordo plenamente. Eu acho que o trabalho que os senhores estão fazendo tem de ser feito. Mas, somente para entender, será que neste banco, só havia conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Podia ter outras cinquenta contas, mas o fato de ter a conta de uma pessoa que trabalha com câmbio, relacionada a uma empresa do senhor, que também trabalhou com câmbio, com banco que é receptor de várias remessas, se o senhor estivesse investigando evasão, o senhor também perguntaria sobre Dario Messer.

O SR. REINALDO PITTA – Eu até brinco com os meus sócios que eu acho que o nosso defeito não foi fazer evasão, mas foi fazer invasão, que é trazer para o Brasil. Eu não estou sendo sarcástico não. Eu estou falando o que o meu coração está mandando fazer. O senhor há de convir que, no momento que estamos vivendo, o meu emocional, a minha vida pessoal, se eu não tivesse o apoio dos meus filhos, de todos os que estão me apoiando, talvez, eu não estivesse de pé.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já movimentou valores no exterior?

O SR. REINALDO PITTA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu gostaria que o senhor me dissesse sucintamente a trajetória da Firma Gortim.

O SR. REINALDO PITTA – Bom, se eu disser a trajetória dela, o senhor está falando de promoções. Isso. Agora, a Gortim Promoções foi uma empresa fundada, através de destituição da Gortim Corporation. Eu explicar a V. Ex^a tecnicamente toda essa situação, é uma situação que eu não sei fazer. Eu somente queria falar que eu endosso todas as palavras que o meu sócio falou, porque o senhor está me perguntando uma situação...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o que ele falou?

O SR. REINALDO PITTA – Não. Eu não sei o que ele falou, mas estamos prestando depoimento... deve ser o quarto ou quinto depoimento, entendeu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, o senhor não sabe o que ele falou hoje aqui?

O SR. REINALDO PITTA – Hoje, o que ele falou, eu nem consegui vê-lo ainda. Tudo o que encontrei hoje aqui foi um funcionário meu, o Valdir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor endossa o que ele disse nos outros depoimentos?

O SR. REINALDO PITTA – Nos outros depoimentos; e o que ele disse aqui também, porque ele tem conhecimento técnico de toda a situação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, o senhor não sabe o que ele disse aqui?

O SR. REINALDO PITTA – Não sei o que ele disse. Mas trabalhamos e nos conhecemos há mais de vinte anos e somos piores do que marido e mulher; brigamos todo dia, entendeu? Então, não tem motivo para eu não confiar nele, com a idade que eu estou e com a idade que ele está, entendeu? E hoje eu tenho que ir até o fim da minha vida com ele. E vou com o maior carinho, porque a gente se respeita. Só isso. E sempre fizemos cada um a sua parte. Ele faz bem o que faz e eu acho que faço bem o que eu faço. É o que eu posso lhe responder, honestamente.

Tudo que eu lhe falar, eu até gostaria de falar porque nós colaboramos com tudo. Eu gostaria de falar: ó, eu preferia ficar calado, até pela minha ignorância na situação, porque eu nunca me preocupei. Mas prefiro tentar esclarecer tudo. E por isso é que nós erramos, porque eu tentei esclarecer tudo o que sabia e devo ter dito alguma coisa que não tinha que dizer, por não ter o conhecimento técnico de como era feito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Diga-me então agora, por favor, qual é a atuação do senhor na Empresa Gortim?

O SR. REINALDO PITTA – Gortim? Eu sou a pessoa que lido com todos os presidentes de clube, lido com a maioria dos atletas, represento-os, tento fazer negócio. De maneira geral eu faço tudo com um atleta e com o clube. Depois que eu dialogo, falo para o Alexandre e ele resolve. Por isso há a minha ignorância na parte administrativa porque o tempo não daria para eu fizesse tudo, como o tempo não daria para que ele fizesse também a minha parte. E a empresa foi crescendo. Hoje nós temos outras pessoas que fazem outras situações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa atividade do senhor consiste em quê? Conversa e o que mais?

O SR. REINALDO PITTA – Não, muito diálogo, muita conversa. Eu sei, de repente, avaliar um jogador, uma compra, uma venda. Eu sei avaliar um salário de um jogador. Eu sei avaliar se um jogador de repente pode ter futuro daqui há três anos. Já errei demais. Acertei pouco, mas Deus me ajudou. Acertei algumas vezes bem. É de que eu gosto e o que sei fazer.

Se o senhor conversar comigo sobre isso, eu vou lhe dizer tudo. Qualquer pergunta que o senhor queira fazer eu vou lhe dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Gortim trabalha com que receitas?

O SR. REINALDO PITTA – Com receita do futebol.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que tipo de receita?

O SR. REINALDO PITTA – Receita de venda de jogadores, de compra de jogadores, de venda, de empréstimos, de várias situações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ela tem jogadores de propriedade dela?

O SR. REINALDO PITTA – Não. A Gortim defende, tem alguns direitos financeiros, é diferente. Mas da maioria dos jogadores nós somos procuradores. E a história é longa. Se eu for lhe contar a história do Ronaldo, do Vampeta, do próprio Viola, do atual Gilberto que está no Grêmio agora e se Deus quiser nós devemos vendê-lo também, entendeu? Então, são coisas que precisava estar no dia-a-dia com a gente. É uma coisa complicada para os outros; simples pra mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que a Empresa Gortim precisou pedir para os funcionários abrirem conta para ela movimentar?

O SR. REINALDO PITTA – Na realidade foi um erro nosso. Até assumimos isso logo na primeira instância. Porque o futebol sempre foi uma instituição sem fins lucrativos. Se o senhor vir o que acontecia no futebol, o senhor via um jogador com um contrato de mil reais oficialmente e em imagem uma quantia imensa.

Logicamente nós recebíamos verbas que os clubes não declaravam, porque eles tinham esse direito. Logicamente que isso os fez... o número de viagens que nós fazíamos também foi o motivo. E pela confiança que a gente tinha nos funcionários e eles na gente.

O SR. REINALDO PITTA – Mas por que era preciso fazer assim?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque foi uma maneira que nós arrumamos. Não são laranjas, como declararam. Eu acho que estou sendo penalizado por isso, tenho que ser penalizado por isso e é por onde eu tenho que responder. Pelo resto, não. Achamos que era a maneira que nós tínhamos que fazer e...

O SR. REINALDO PITTA – O que eles são?

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... e o senhor pode perceber o seguinte: nós fizemos isso no máximo um ano. Depois, nunca mais fizemos, porque não tinha necessidade de fazer. O futebol passou a ser uma instituição privada que tinha que cumprir com as suas obrigações, então não tínhamos motivos. Tudo que nós recebemos sempre teve nota fiscal e sempre fizemos

notas fiscais. Muitas coisas, até muito dinheiro que passou nessa conta era dinheiro oficial. Agora, como é que nós vamos explicar isso? Estamos tentando de todas as maneiras, junto ao Ministério da Fazenda; o nosso contador está empenhado com isso e vamos ser sacrificados; vamos ter que trabalhar mais alguns anos para pagar aquilo que na realidade nós temos que pagar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que funcionava esse esquema? O senhor recebia...quais são as receitas da Gortim?

O SR. REINALDO PITTA – A Gortim...eu gostaria até, o Senhor não tem o imposto de renda da Gortim aí? Se o Senhor observar verá que recolhemos muito mais impostos do que os grandes bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, estou preocupado com o seguinte: como era a operação que se fazia na Gortim?

O SR. REINALDO PITTA – Qual tipo de operação?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos os tipos, todas elas.

O SR. REINALDO PITTA – Operações normais, tinham os jogadores que tínhamos alguns direitos federativos, financeiros, posso lhe dar alguns exemplos, deixe-me lembrar um nome recente, pois a minha cabeça está ruim, o Alessandro, que está no Atlético Paranaense, era um jogador que era nosso e o emprestamos para o Atlético Paranaense, sem honorários nenhum. Se o jogador desse certo, daqui a um ano, ele pagava uma quantia por 50% do valor do passe. Um ano depois que o clube viu que o jogador era promissor, ele nos pagou e emitimos uma nota fiscal contra ele, e assim sucessivamente. Eram operações normais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o dinheiro que entrava sem ser oficial, esse que os clubes mandavam?

O SR. REINALDO PITTA – Esse dinheiro entrava nessas contas desses funcionários. Essas quantias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a origem desse dinheiro?

O SR. REINALDO PITTA – Do futebol.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do futebol porque era o clube que passava?

O SR. REINALDO PITTA – Era logicamente o clube que passava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem pretendia dar o dinheiro para o clube?

O SR. REINALDO PITTA – Mas o clube não me dizia, ele não tinha obrigação nenhuma. Ele me pagava daquela maneira ou eu não recebia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele tinha obrigação de fazer oficialmente, não tinha?

O SR. REINALDO PITTA – Eu acho que ele tinha que ter feito, mas, o que o Senhor acha, se ele só podia me pagar daquela maneira, como eu iria fazer? Não iria receber? Eu tinha compromissos. Dou pró-labores para alguns jogadores, já tivemos uma série de jogadores. É que gostaria muito que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não poderia estar legalizando um dinheiro que era ilegal?

O SR. REINALDO PITTA – Não, porque ele vinha a provento de coisas boas. O clube não tem interesse de fazer coisas ilegais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que a pessoa que deu o dinheiro para o clube não oficializou?

O SR. REINALDO PITTA – Não perguntei à pessoa, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, não poderia ser ilegal esse dinheiro?

O SR. REINALDO PITTA – Não acredito, honestamente, pela minha vivência no futebol.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que não fazia legalmente, então?

O SR. REINALDO PITTA – Por que eles não tinham obrigação, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como não tinham, claro que eles tinham obrigação de fazer legalmente.

O SR. REINALDO PITTA – Mas, se eles eram instituição sem fins lucrativos, na minha maneira de ver...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais um motivo para não ser ilegal.

O SR. REINALDO PITTA – Mas eles, de repente, não faziam, lançavam num livro. Não sei o que faziam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A minha pergunta é o seguinte: Isso não poderia ser um recurso ilegal? O jogo do bicho, por exemplo?

O SR. REINALDO PITTA – Concordo com o Senhor, mas é diferente do jogo do bicho. Acho que é diferente. Não conheço o jogo do bicho, não sei como é feito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, estou falando que alguém que trabalhe com o jogo do bicho doou para um time e veio parar na mão do senhor.

O SR. REINALDO PITTA – É, podia até acontecer isso. Acho que não, porque acreditava nas pessoas com quem eu convivia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor não poderia estar legalizando um dinheiro que não era bom?

O SR. REINALDO PITTA – Isso pode ocorrer com qualquer um de nós, até com um grande amigo nosso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, quando o senhor aluga contas ou até toma contas emprestadas...

O SR. REINALDO PITTA – Eu não aluguei nem tomei contas. Isso foi uma grande injustiça que fizeram conosco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que o senhor fez?

O SR. REINALDO PITTA – Por que achamos que tinha que usar daquela maneira e usamos. Agora, se o Senhor me perguntar se estou errado, digo para o Senhor que estou errado e assumo isso. Mas, não quer dizer que eu fazia daquela prática uma coisa ruim, para maldade ou para algo leviano. Fazia tudo aquilo que passou naquelas coisas, tudo foi direcionado para o futebol, o que entrou e o que saiu. É simples, é só o Senhor pegar o número de jogadores que tivemos e temos, e fazer um inquérito em cima deles, pois haverá alguém que vai falar alguma coisa. Temos alguns jogadores, que posso citar o nome, que não são mais jogadores, que ajudamos como: Carlos Germano; Cássio, do Flamengo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse dinheiro era contabilizado na firma?

O SR. REINALDO PITTA – Alguma coisa era contabilizada. E o que estou lhe dizendo é que, administrativamente, estou tentando até lhe dar informações para o Senhor não achar que eu estou me escondendo. Por isso que até não tenho muitos meios ou muita condição de lhe explicar, porque não era a minha tarefa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais os jogadores que a empresa trabalhou e que renderam receitas para ela?

O SR. REINALDO PITTA – Ronaldo, Vampeta, Viola, vou falar os principais, Ronaldo, Vampeta, Viola...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você sabe o ano de cada um?

O SR. REINALDO PITTA – O Viola deve ter uns 10 anos; o Ronaldo, foi quando...? Em 1994 para 1995? Há um fato importante, que é também um desabafo, porque nessas horas as pessoas, principalmente o jornal, só falam das coisas ruins. O meu sócio tem uma passagem muito boa aqui, é uma passagem que tivemos no **Fantástico**, em 1995 para 1996, quando tiramos o Ronaldo do Barcelona, não deixamos o Ronaldo no Barcelona, porque foi feita uma proposta de US\$ 4 milhões para assinarmos um contrato, que achávamos que não tínhamos que assinar, que era um contrato que dava 90% de imagem para ele de salário não oficial e 10% oficial. Esse foi o motivo. Essa conversa foi pega na filmagem. Se eu não me vendi naquela época por US\$ 4 milhões, por que eu iria me

envolver com fiscal da Receita Federal? Infelizmente as pessoas esquecem o passado muito rapidamente, mas tenho certeza de que vamos ter um futuro muito promissor ainda. E tudo isso que fizeram conosco, se alguém fez vai pagar, e ainda vamos deixar o nosso nome na história, porque para o futebol você pode ter certeza de que pode ter tido o melhor, igual talvez, mas acho que é difícil na nossa área. E quem pode atestar isso são todos os presidentes de clubes, você pode escolher qualquer um: o Cruzeiro, o Atlético, o São Paulo, o Palmeiras, os quatro do Rio...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Além do Ronaldo, do Vampeta e do Viola, com quais jogadores mais o senhor teve participação?

O SR. REINALDO PITTA – Alessandro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De qual time?

O SR. REINALDO PITTA – O Alessandro é esse mineiro que está no Atlético Paranaense. Há uma série de jogadores. Estou com a cabeça muito ruim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais?

O SR. REINALDO PITTA – O Valber, é coisa meio antiga. Eu tinha que ir pelos clubes. Uma série de jogadores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais?

O SR. REINALDO PITTA – Não me recordo assim. Se o senhor tiver a paciência de aguardar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu aguardo. O senhor disse que a parte administrativa cabia ao seu sócio. O seu sócio disse que a parte comercial cabia ao senhor.

O SR. REINALDO PITTA – Sim. De maneira geral, devo ter comercializado no Brasil e fora do Brasil praticamente mais de 50 jogadores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu gostaria de alguns nomes.

O SR. REINALDO PITTA – É tão complicado isso. Júnior baiano, deve ter sido a maior operação que houve dentro do Brasil; César do Fluminense; Marcão do Fluminense; Zada que está no Fluminense.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pagava despesas desses jogadores?

O SR. REINALDO PITTA – Pagava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais despesas?

O SR. REINALDO PITTA – Até hoje eu pago. Necessidades. Às vezes o clube atrasa quatro meses, e emprestamos algum dinheiro porque ele tem que pagar aluguel, tem que comprar comida para a família. Para os jogadores menores damos um pró-labore, uma ajuda de custo que está em torno de dois salários mínimos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso é oficial ou é caixa dois?

O SR. REINALDO PITTA – Oficial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo é oficial?

O SR. REINALDO PITTA – É oficial, tudo declarado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse pró-labore é oficial, com recibo?

O SR. REINALDO PITTA – O contador qualifica tudo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor paga também despesa para jogadores que estão no exterior?

O SR. REINALDO PITTA – Não, porque quando eu os vendo para o exterior eles não precisam mais de mim, graças a Deus. Agora, posso pagar dentro do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor paga dentro do Brasil?

O SR. REINALDO PITTA – Se houver necessidade de algum deles pedir para eu pagar e depois me restituir o dinheiro eu não vejo problema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já aconteceu isso?

O SR. REINALDO PITTA – Já deve ter acontecido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com quem?

O SR. REINALDO PITTA – Não sei lhe precisar. Se eu lhe precisar posso dizer o nome errado, então prefiro não falar, se o senhor não ficar zangado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui não ficamos zangados, só queremos saber o que aconteceu.

O SR. REINALDO PITTA – É porque estou sendo franco. Isso já aconteceu? Acredito que já, porque até o senhor já deve ter feito isso com algum amigo seu. É normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como isso poderia ter acontecido? O senhor paga para ele a despesa aqui?

O SR. REINALDO PITTA – Depois ele me devolve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que tipo de despesa?

O SR. REINALDO PITTA – Qualquer despesa. De repente ele precisa dar um dinheiro à mãe dele ou alguma coisa, eu adianto e depois ele me devolve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como ele manda para o senhor?

O SR. REINALDO PITTA – Quando ele vem ao Brasil ele me entrega, não vejo problema nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Entrega em dólar?

O SR. REINALDO PITTA – Ou então ele paga um hotel lá fora para mim. Nós temos contas de compensação também, são dinheiros oficiais, porque não temos nenhum atleta fora do Brasil que não tenha uma situação regularizada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses volumes de recursos que os jogadores que jogam no estrangeiro, quando mandam para o Brasil...

O SR. REINALDO PITTA – Mandam oficialmente, mandam tudo direitinho. Por exemplo, o Ronaldo tem feito algumas situações de lá para cá, com alguns investimentos que ele tem feito no Brasil, de compra de imóveis dele, ele manda normalmente, como tem que ser mandado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Taxa câmbio no banco?

O SR. REINALDO PITTA – Tudo direitinho. Se V. Ex^a quiser posso até dar o nome do banco, posso até errar, mas se seu errar V. Ex^a me perdoe depois dou o nome certo, acho que é o Banco Real.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Explica de novo essa negócio da compensação, que o senhor falou agora há pouco, como que é?

O SR. REINALDO PITTA – A compensação que falo é a seguinte. Se eu chego aqui pago uma despesa, pelo telefone ele pede para eu adiantar, quando ele vem ao Brasil ele me paga. É apenas um empréstimo que fiz para ele de uma semana, quinze dias, um mês.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é a compensação no exterior, que o senhor falou, paga uma despesa no exterior?

O SR. REINALDO PITTA – Não tem compensação no exterior. É uma gentileza. Se de repente o Ronaldo me pede para pagar uma conta para ele de R\$100,00, um exemplo, um coisa qualquer, quando eu chegar no exterior ele vai pagar um jantar para mim. Qual é o problema?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve alguma operação desse tipo com valores maiores?

O SR. REINALDO PITTA – Não. Que eu me lembre não.

Tudo que os atletas nos pedem para fazer é oficialmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Amauri Franklin Nogueira Filho?

O SR. REINALDO PITTA – Conheço, Amauri, chamo ele de careca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É amigo do senhor?

O SR. REINALDO PITTA – É amigo de pelada há quinze anos. Essa pelada é uma pelada mais conhecida do Rio de Janeiro, porque essa pelada foi fundado por um ex-Auditor Federa e um lateral direito chamado

Paulo César Puruca. Essa pelada freqüentam, logicamente, auditores federais, que é Amauri, Cavalier... Aí V. Ex^a tem que me dar o nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Axel Ripo Ramer?

O SR. REINALDO PITTA – Não vejo Axel há mais de três anos, mas já frequentou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcus Escardino?

O SR. REINALDO PITTA – Freqüenta também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Genilson Bonfim Machado.

O SR. REINALDO PITTA – Não sei que é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcos Bonfim?

O SR. REINALDO PITTA – Marcos Bonfim, conheço.

O que acontece, se V. Ex^a colocar todos aqui, vou dizer: conheço esse, conheço esse...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Carlos Eduardo Ramos?

O SR. REINALDO PITTA – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sérgio Jacome de Lucena?

O SR. REINALDO PITTA – Não sei se conheço Sérgio Lacomme de Lucena ou o outro. Se V. Ex^a colocar eles aqui, no caso são dois que tenho o mesmo nome. Um eu conheço o outro não conheço. V. Ex^a teria que colocar para eu dizer se conheço ou não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Genilson Bonfim, o senhor conhece?

O SR. REINALDO PITTA – Pelo nome é complicado, acho que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto tempo você não joga pelada lá?

O SR. REINALDO PITTA – V. Ex^a vai achar que é brincadeira, deve ter no mínimo, que não vou freqüentemente lá, deve ter uns cinco anos. Agora nesses anos talvez tenho ido lá três vezes. Não tenho como não ter relação com essas pessoas, são pessoas que são chefes de famílias, vi seus filhos crescerem na pelada, não tinha como não ter intimidade com essas pessoas. Essa pelada é uma pelada freqüentada por grandes treinadores, grandes jogadores, ex-jogadores e eu freqüentava essa pelada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles tinham negócio com o senhor?

O SR. REINALDO PITTA – Quem?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguns deles, que citei aqui, Amaury, Axel, Marcos...

O SR. REINALDO PITTA – Não tinham negócio nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...Genilson, Carlos Eduardo...

O SR. REINALDO PITTA – Esse Genilson, não tinha negócio comigo.

Dessas pessoas aí quem eu conhecia na realidade, que eram as pessoas com que eu tinha um pouco mais de afinidade, eram o Amauri e o Heraldo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perguntei também para o seu sócio ele me disse que o senhor que tinha amizade com essas pessoas.

O SR. REINALDO PITTA – Eu conheço, mas veja bem, nos últimos cinco anos devo ter ido a esse pelada – para eu não errar – cinco vezes. Eu conheço as pessoas, mas tem tanta gente que fala comigo, na Rio Branco, apertam minha mão – e não faço por maldade -, eu cumprimento, eu não sei quem é mas a pessoa sabe quem eu sou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Agora veja o senhor o seguinte: em 1999, 2000 e 2001, o Sr. Amauri ligou 48 vezes para sua empresa.

O SR. REINALDO PITTA – É possível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para quê?

O SR. REINALDO PITTA – Amauri é um botafoguense doente, é um cara apaixonado por futebol, por isso tinha até mais afinidade com ele e com Heraldo.

O senhor falou que ele ligou 48 vezes?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 1999, 2000, 2001.

O SR. REINALDO PITTA – V. Ex^a acha que é muito, em três anos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depende da relação que se tem pode ser pouco.

O SR. REINALDO PITTA – Se é uma pessoa que conheço há quinze anos, vi os filhos dele nascer, ele nunca me disse que ele fazia e o que deixava de fazer. Pega 48 e divide por 36, uma vez por mês, pô!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não tinha mais pelada?

O SR. REINALDO PITTA – Mas eram pessoas que passavam até no meu escritório, não era todos, dois ou três passavam, porque eles tinha afinidade. Nunca fui presunçoso mas as pessoas tinha interesse em ter contato comigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Axel ligou para sua empresa 85 vezes.

O SR. REINALDO PITTA – Em quanto tempo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Três anos, sem pejada.

O SR. REINALDO PITTA – Mas pode ter certeza absoluta que deve ter ligado muito poucas vezes para falar comigo, e muitas vezes porque vendíamos turismo, fazíamos tudo e essas pessoas da Receita eles tinham carinho pela gente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Axel recebeu 47 telefonemas, em dois anos, da sua empresa para ele.

O SR. REINALDO PITTA – Deve ter um motivo de turismo, de relacionamento, não vejo nada errado nisso.

Esse relacionamento não é um relacionamento que surgiu em um ano, dois anos. É um relacionamento que tem quinze anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Paulo Henrique Sekiguchi é seu funcionário?

O SR. REINALDO PITTA – É um amor de pessoa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É de confiança?

O SR. REINALDO PITTA – De confiança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe qual o apelido dele?

O SR. REINALDO PITTA – Chamo ele de Ric.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele é de confiança?

O SR. REINALDO PITTA – É, de confiança, senão não estaria trabalhando comigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele fazia o que na empresa do senhor? Ele continua trabalhando para o senhor?

O SR. REINALDO PITTA – Ele pagava e recebia as contas.

Fico imaginando esse menino, para mim é difícil, imagina para eles, que espero nunca mais estarem numa situação dessas, quando eles sentam perante V. Ex^{as} a dificuldade que ele deve ter.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele fazia o pagamento pessoal do senhor também?

O SR. REINALDO PITTA – Fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do seu sócio também?

O SR. REINALDO PITTA – Fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que ele fazia esse pagamento?

O SR. REINALDO PITTA – Ele pagava, mandava os contínuos pagar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com dinheiro, ou com cheque?

O SR. REINALDO PITTA – Com dinheiro, com cheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os pagamentos da empresa, como é que ele fazia?

O SR. REINALDO PITTA – Tenho de certeza que ele fazia nossos pagamentos pessoais e alguns pagamentos das empresa ele devia de fazer também. Agora V. Ex^a me perguntar quais os pagamentos que ele fazia, se eu falar que sei vou estar lhe mentindo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como ele fazia os pagamentos, com cheque ou dinheiro da empresa?

O SR. REINALDO PITTA – Com cheque e com dinheiro, aí fica difícil eu lhe afirmar.

Tenho que falar com cheque ou com dinheiro? Eu acredito que seja cheque e dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar o que o senhor achar o que deve falar.

O SR. REINALDO PITTA – Tudo bem, é normal, tem coisas que ele deve ter pago com dinheiro, e alguma coisa que ele pagou com cheque.

O senhor me perdoa minha maneira de falar. Todos me chamam a atenção, meu filho, principalmente, porque falo alto e da impressão, mas eu sou assim. Me perdoe!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com esses fiscais e auditores nem o senhor e nem a empresa teve qualquer negócio?

O SR. REINALDO PITTA – Não tivemos.

Eles já compraram, tenho certeza absoluta. Não fiz levantamento, nem vamos fazer, a Receita está levantando tudo. Muito deles devem ter comprado muitas passagens com a gente, não só eles não, outras pessoas também, como: jogadores, treinadores sempre usaram nossa empresa, porque temos um relacionamento sadio com todas pessoas; e essas pessoas da Receita Federal, principalmente.

V. Ex^a tem que entender que aquilo que eu estou falando é verdade. Eu vi os filhos deles nascerem. Meu filho foi criado nessa pelada. Não tem como. Como eu não vou ter relacionamento com pessoas que são chefes de família, são pessoas que sempre apresentaram uma situação regular, normal. Conheço onde mora um ou dois. Há dez, doze, quinze anos sempre moraram bem. Mas eles não me davam satisfação da vida deles. O que eles faziam era difícil... Eu não sou auditor federal, eu não sou funcionário público. As pessoas me tratavam com carinho. Até quem não me trata com carinho eu retribuo. Infelizmente, até com toda essa situação eu não consigo ter raiva nem bronca nem ódio de ninguém, porque eu acho que isso não leva a nada. Mesmo os que me prejudicaram, mesmo os que falaram mentiras. Mas as verdades vão aparecer. Os que falaram mentiras sobre a gente, daqui a muito pouco tempo vão falar mentiras sobre outros. Aí vamos ver como vai ficar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Clark Seton?

O SR. REINALDO PITTA – É uma empresa?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, é o nome de uma pessoa.

O SR. REINALDO PITTA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Rogério Matalon?

O SR. REINALDO PITTA – Não, nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece String Tour Turismo?

O SR. REINALDO PITTA – String Tour Turismo? Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca fez nenhum negócio com a String Tour Turismo?

O SR. REINALDO PITTA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na Lespan?

O SR. REINALDO PITTA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Durante o período em que o senhor trabalhou com câmbio teve algum processo de investigação do Banco Central sobre alguma irregularidade?

O SR. REINALDO PITTA – Eu acho que teve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobre o quê?

O SR. REINALDO PITTA – Eu não me lembro, Doutor. Eu não me lembro mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não sabe nem qual era o assunto?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não sei. Se o senhor me lembrar, eu posso falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou fazendo a pergunta para saber.

O SR. REINALDO PITTA – Não, não sei. É aquilo que eu estou lhe falando. Ou seja, a minha empresa, quando trabalhou com dólar turismo, eu não participava muito disso porque não era a minha área, não era um assunto que me dava alegria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Valéria Gonçalves dos Santos? Essa Valéria é a que foi esposa... Ela falou uma grande mentira e isso eu não vou esquecer nunca mais. Eu nunca tinha recebido uma notificação para esse assunto e a primeira vez que eu vim foi quando os fiscais foram presos. Essa senhora fez um depoimento fechado, alguma coisa assim, e declarou que em 90 ou 91 esteve com meu sócio e talvez comigo num **reveillon**.

Nos últimos vinte e cinco anos, todos os **reveillons** eu passei com a minha família. Isso foi uma mentira que ela pregou. Depois ela disse que meu sócio, uma coisa de louco, tinha passado no apartamento dela – acho que essa senhora é ex-mulher de alguns deles, eu não me recordo -, recebido um envelope de dinheiro e ela não sabia se era dólar ou real. Ela lembra que o **reveillon** foi em 90 ou 91, mas o dinheiro, que era o mais importante, ela não sabe precisar a data. Eu provo com fotografia, com o que o senhor

quiser, como em 88, 89, isso antes, em 90, em 91, em 92, eu passei natal e **reveillon** com minha família. Nunca passei num hotel de Petrópolis ou Teresópolis que ela fala – Lê Cantão, alguma coisa assim. Nunca fui a esse hotel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu Marcelo Fernandes Mesquita?

O SR. REINALDO PITTA – Conheço, foi meu funcionário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também de confiança?

O SR. REINALDO PITTA – Até não vou dizer que é infelizmente não, vou dizer que é felizmente, entendeu, porque ele é um pobre coitado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi de confiança?

O SR. REINALDO PITTA – Ele não era de confiança porque pagamos os estudos dele, ajudamos ele, ele se formou em técnico de contabilidade, começou a fazer a contabilidade da Gortim Promoções, vimos que ele tinha um problema de doença, acabamos tirando ele da contabilidade, a Gortim naquela época, há 11 anos, estava se formando, entendeu, tiramos ele da contabilidade, entregamos para um contador, logo depois, ele teve um problema, que, hoje, a gente tem dúvida, que foi o estupro da filha dele, que disse que foi um cunhado. Ele só embora, não foi porque nós mandamos embora, ele tinha que ter ido embora há 8, 10 anos, não mandamos porque sabíamos que ele não ia ter condições de fazer nada em lugar nenhum, porque a família já tem um problema, o pai já é formado por isso, mas acho que, com a graça de Deus, a pedido das pessoas que estavam vendo a situação, foi feito um exame nele e aconteceu o que aconteceu, e ainda bem que esse exame não foi pedido por nós, e ele já estava em tratamento há um ano e meio, ou seja, não tinha nenhuma possibilidade, como o jornal pronunciou que poderíamos, de repente, ter feito isso. Então, o Sr. Marcelo Mesquita é uma pessoa que tenho certeza absoluta que eu vou sobreviver, porque tenho capacidade para sobreviver, eu tive um passado, tenho um presente e vou ter um futuro, mas o Sr. Marcelo Mesquita, considero que o que fizeram com ele foi uma judiaria, é o que eu acho, é minha opinião pessoal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa do senhor já teve conta no Banco Mercantil?

O SR. REINALDO PITTA – Banco Mercantil? Não, não, não tive conta no Banco Mercantil, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem a empresa?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não tive, não, não me recordo, não tive conta no Banco Mercantil, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teve, por exemplo, um cofre para guardar valores no Banco Mercantil?

O SR. REINALDO PITTA – Olha, eu não sei lhe precisar porque eu acho que quem fala isso é o Marcelo, eu acho que não tenho certeza, juro que não tenho certeza. Em que ano foi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele, quando trabalhou com o senhor, tinha a confiança de vocês lá?

O SR. REINALDO PITTA – Ele tinha confiança, como todos os funcionários nossos tinham confiança. Se uma pessoa trabalha com você há 11 anos, certo, você veja bem, e todas essas declarações do Marcelo que ele fez, é uma coisa que tem que ser notada, ela foi feita depois de um ano e meio, dois que ele foi demitido. Então, o Marcelo, não levo em consideração porque ele, daqui a pouco, vai estar falando outras situações, procura ver o exame que ele fez, se ele é uma pessoa normal. E é uma pessoa que temos que ter, inclusive, pena dele, entendeu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor paga salário para os seus funcionários por fora?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não, lógico que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só o que está registrado?

O SR. REINALDO PITTA – O que está registrado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Paulo Henrique...

O SR. REINALDO PITTA – É, temos uma gratificação...

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...é Tesoureiro.

O SR. REINALDO PITTA – Não é uma constância a gente fazer isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que o senhor fez? Como é que foi feito?

O SR. REINALDO PITTA – Foi feito, nós demos dinheiro a ele porque achamos que ele merecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto foi?

O SR. REINALDO PITTA – Não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todo mês?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não, não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De vez em quando?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não é de vez em quando, eu não sei lhe precisar, amigo, estou falando com honestidade, não sei lhe precisar. Você está me fazendo algumas perguntas que se eu lhe afirmar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É porque o Sr. Paulo Henrique é o Tesoureiro, mexe com valores...

O SR. REINALDO PITTA – Eu não considero ele tesoureiro, entendeu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele é?

O SR. REINALDO PITTA – Eu acho que ele é um contas a pagar, é uma pessoa em quem a gente tem confiança, eu não o considero tesoureiro. O tesoureiro acho que tem uma importância e uma responsabilidade maior. E não tinha nada de dificultoso para ele fazer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Valdir Ferreira de Freitas?

O SR. REINALDO PITTA – Valdir...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ferreira de Freitas?

O SR. REINALDO PITTA – Valdir Ferreira de Freitas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É funcionário também.

O SR. REINALDO PITTA – Ah! É o Valdir, é o Valdirzinho, tá bom, desculpe, desculpe, desculpe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele faz o que lá?

O SR. REINALDO PITTA – Ele é um dos contínuos da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o salário dele quanto é, não?

O SR. REINALDO PITTA – Não recordo, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E do Sr. Paulo Henrique?

O SR. REINALDO PITTA – Também não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os dois ganham R\$370,00.

O SR. REINALDO PITTA – Hã?

O SR. RELATOR (José Mentor) – R\$370,00.

O SR. REINALDO PITTA – Ah, é? Então, é R\$370,00.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É compatível com a responsabilidade de um e de outro?

O SR. REINALDO PITTA – Eu acho que tudo depende. Eu acho que o próprio Paulo Henrique é uma pessoa também que ele não tem a importância de um tesoureiro, na minha maneira de ver, porque eu não fico ligado nem preocupado com essa situação, entendeu?

Estou sendo franco com o senhor, não estou omitindo nada não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu também.

Esse Banco Português Atlântico de Miami, o senhor conhece?

O SR. REINALDO PITTA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Gortim Corporation teve conta lá.

O SR. REINALDO PITTA – Eu soube através de jornais que ela tem conta lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa Gortim Corporation é de onde?

O SR. REINALDO PITTA – Deve ser de Miami, se ela tem conta em Miami, deve ser de Miami.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não teve nenhuma relação com ela?

O SR. REINALDO PITTA – O meu sócio deve ter esclarecido tudo isso. Estou evitando ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É que eu não estou perguntando para o seu sócio, estou perguntando para o senhor.

O SR. REINALDO PITTA – Eu sei, mas eu estou evitando falar nisso, por quê? Não é que eu esteja evitando falar nisso, porque se eu esclarecer para o senhor, posso esclarecer alguma coisa errada. Assino qualquer coisa que ele tenha falado, sou responsável.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já disse isso, estou perguntando o que o senhor conhece ...

O SR. REINALDO PITTA – Porque representamos a Gortim durante um ano, um ano e meio, porque eram pessoas que iam investir no Brasil e nós nos decepcionamos com essas pessoas. Então, estou sendo franco com o senhor. Não estou mentindo nem fugindo não, porque a minha tendência é essa, não sou uma pessoa ligada a isso. Estou sendo sincero com o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa do senhor nem o senhor trabalhou com o Banco Português Atlântico de Miami?

O SR. REINALDO PITTA – Eu não trabalhei como Banco Português Atlântico de Miami.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na Beacon Hill?

O SR. REINALDO PITTA – Como é o nome?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Beacon Hill.

O SR. REINALDO PITTA – Nunca ouvi falar não senhor. Como é o nome por favor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Beacon Hill.

O SR. REINALDO PITTA – Não, nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto, é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Reinaldo.

O SR. REINALDO PITTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor é o homem do negócio do futebol, pelo que o senhor colocou aqui, o gestor administrativo, mas quem congrega as negociações é o senhor.

O senhor teve alguma negociação com o Vasco?

O SR. REINALDO PITTA – Tive, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – De alguma dívida de alguns milhões de dólares?

O SR. REINALDO PITTA – Isso é muito folclórico no Brasil, não é? Tem muita história, entendeu? Eu tive um relacionamento com... que é uma coisa gozada, porque talvez até pela pessoa que ainda hoje está o Vasco, que é uma pessoa conturbada, em termos de situação, mas estivemos no Fluminense e, em 1995, fomos campeões, tivemos no Flamengo e, em 1996, fomos campeões; tivemos no Vasco, em 1997, e fomos campeões, e ninguém fala de 1995 e 1996.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Mas tivemos como? Só para eu ...

O SR. REINALDO PITTA – Porque nós ajudamos, em 1995, o Fluminense a montar o time; em 1996, ajudamos o Flamengo, e, em 1997, fomos os responsáveis só ela ida do Edmundo do Flamengo para o Vasco, e deu no que deu.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Vocês são os negociadores desse processo?

O SR. REINALDO PITTA – Isso, desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Arranjam esses jogadores e colocam lá. Ganham uma participação?

O SR. REINALDO PITTA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – A participação de vocês no passe do Alexandre foi de 50%.

O SR. REINALDO PITTA – Não, foi não, é de 50%.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – É, mas já houve um pagamento.

O SR. REINALDO PITTA – Não é, porque houve um pagamento em termos passados, há três anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Isso é normal?

O SR. REINALDO PITTA – É normal, primeiro que, na minha maneira de ver, o problema da procuração e até de um grande contrato, como se vê assinado aí, para mim, não vale nada pelo seguinte: porque se você não tem o atleta do seu lado, se o atleta não tem a sua confiança, ele não vai ficar contigo, entendeu?

Então, acho que isso é normal. Se você cuida da carreira do atleta e ele acha que você cuida bem e que você está fazendo o bem para ele, acho que é normal e todas essas negociações não tem uma que não sido feita em qualquer valor que não tenha sido transacionada na frente do atleta, do clube e da nossa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sim, mas venho no percentual.

O SR. REINALDO PITTA – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Mas eu venho num percentual.

O SR. REINALDO PITTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Foram negociados mais de 50 jogadores para o exterior nessa relação de vocês.

O SR. REINALDO PITTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – E tem jogadores que são excelência nacional.

O SR. REINALDO PITTA – E jogadores que já foram excelência nacional e hoje estão em decadência e vendemos super bem. O próprio Fábio Júnior, o Vampeta, vendemos por 15 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Com 50% também?

O SR. REINALDO PITTA – Não, quem dera. Mas podia ter sido feito isso anteriormente, só que abrimos mão para o Corinthians. Tínhamos o direito de compra dele, o Corinthians não arcou com essa responsabilidade, o Banco Bilbao Biscaia fez um compromisso com a gente quinze dias depois, eles conseguiram um patrocínio, o Dualibe ligou e me perguntou se eu abriria mão, eu abri e eles compraram o jogador, não foram nem eles, por 5 milhões de dólares. Um ano depois vendemos por 15. Então, acho que não foi ruim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Quero dizer para o senhor o seguinte: com essas transações nesses níveis, certamente, a empresa movimenta um valor alto.

O SR. REINALDO PITTA – É, um bom valor.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Você o chama, o seu gerente financeiro, para não dizer diretor-financeiro, o que cuida das contas, o Ric...

O SR. REINALDO PITTA – Não sei porque dão essa importância. Talvez, até por ele ser da minha confiança, de lidar com o meu dinheiro, com o dinheiro do Alexandre, de pagar as nossas contas, talvez tenha dado essa importância, mas o menino é de confiança, mesmo não tendo essa responsabilidade toda.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Reinaldo, vocês têm uma empresa que faz as negociações com os jogadores. Dentro dessa empresa tem alguém que paga, que é responsável pelos pagamentos. É o Rick?

O SR. REINALDO PITTA – Não, ele é responsável pelo caixa da empresa de recebimentos e pagamentos. Quando a gente tem de emitir um cheque, temos uma funcionária que emite os cheques e simplesmente assinamos. Ele não define isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem controla se há ou não dinheiro no banco?

O SR. REINALDO PITTA – Eu e o Alexandre. Agora, logicamente que ele é um menino que tem a possibilidade de ligar para um banco e saber qual é o saldo quando nós damos esse direito a ele, mas ele não é o responsável por esses pagamentos que o senhor está intitulado, por a gente movimentar. Logicamente que ele nem sabe das negociações que a gente está fazendo, se estou comprando ou vendendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem recebe o dinheiro da empresa?

O SR. REINALDO PITTA – É o banco. Normalmente, essas operações são pagas por cheque, por crédito em conta. Inclusive, estamos com uma conta bloqueada. O Atlético Mineiro acabou de pagar uma quantia e entrou lá nessa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Recebe dinheiro também?

O SR. REINALDO PITTA – Não, recebe cheque. A maioria dessas operações hoje são feitas com cheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas alguma vez já recebeu em dinheiro?

O SR. REINALDO PITTA – Não é uma frequência. Não sei nem lhe precisar se a minha empresa recebe dinheiro. Ela recebe, mas as operações que o Senhor está intitulado, que são operações altas, são feitas em cheque ou em crédito, em DOC. O clube credita direto, a gente manda uma cópia da nota fiscal por fax, depois manda a original por Sedex, tudo feito dentro de uma normalidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os pagamentos, como são feitos?

O SR. REINALDO PITTA – Os pagamentos são feitos por cheque. O último atleta que compramos que possa ter custado caro foi o Fabrício, do Corinthians, e nós compramos do União São João. É uma coisa que vocês podem levantar e ter uma origem de como é feito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Reinaldo, o que estamos investigando e o que nos traz aqui chama-se evasão de divisas no país. Até entendo que algumas negociações são feitas entre jogadores dos clubes, mas tenho o depoimento do Sr. Alexandre Martins, que o senhor inclusive tutela totalmente no seu depoimento em que ele diz que a movimentação mensal da empresa dos senhores se dá em R\$50 mil mês. Daqui a pouco estou tonto que seguir um caminho, que é responsável financeiramente ...

O SR. REINALDO PITTA – Será que ele falou que é a empresa ou é a nossa movimentação...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – A movimentação de vocês feita pela empresa, os negócios são feitos pela Cortes...

O SR. REINALDO PITTA – Mas eu não acredito que ele tenha falado isso, porque é simples, é só pegar a cópia a cópia do Imposto de Renda da Gortim Promoções.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sim, porque fica difícil até mesmo de vermos a sua veracidade... quero deixar claro aqui porque o seu sócio responsável administrativamente, em declaração anteriores, falou que a Cortes...

O SR. REINALDO PITTA – Mas será que ele não falou em relação às nossas despesas? Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – As despesas dos senhores, por mês, ficam entre 20 e 30 mil cada...

O SR. REINALDO PITTA – As despesas nossas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Pessoais de 20 a 30 por mês. Deixa eu repetir o que ele declarou aqui.

O SR. REINALDO PITTA – Mas a gente não faz, a gente não vende compra de jogador todo o dia, não. Nem todo o mês.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Eu sei, mas eu quero dizer que... eu vou fazer um ... O que está gravado, estou falando depois vamos juntar, a fase de detalhamento. Eu estou tentando ter um segmento de pensamento.

O SR. REINALDO PITTA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Vocês têm um gasto de 20 a 30 mil por mês. A empresa, por ele, tem de 50 mês. Já o Ric, estou chamando também na intimidade, disse que vocês têm uma ajuda de 10 a 15 jogadores e que isso custa R\$4.500,00 mês. E isso era toda a movimentação da empresa. O Sr. Joaquim, o senhor declarou que é responsável pelo turismo?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não. Ele foi, sei lá, o Joaquim saiu tem mais de cinco anos, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Então está aqui, o senhor não mexe com turismo há mais de cinco anos.

O SR. REINALDO PITTA – Não, com câmbio turismo. A venda de *travellers-checks*, não sei se três, quatro ou cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Mas o Joaquim, pelo falar deles, eram quem cuidava do turismo, dessa parte.

O SR. REINALDO PITTA – Não, não. Quem cuidava do turismo, turismo, turismo, era a Sandra, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – A Sandra continua com vocês?

O SR. REINALDO PITTA – Não, a Sandra foi demitida.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Foi mandada embora.

O SR. REINALDO PITTA – É coitada.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Foi nesse período?

O SR. REINALDO PITTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Estou falando que quem tem uma movimentação tão pequena, tão inexpressiva, que tem dois rapazes de alta confiabilidade, que vieram aqui depuseram realmente, que ganham R\$370,00 mês, mas são dois rapazes que fazem, no dia-a-dia, pagamentos, depósitos e recebimentos bancários. Duas pessoas para gastar R\$4.500,00 por mês e para pagar jogadores.

O SR. REINALDO PITTA – Mas eu, só um instantinho...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – É porque temos que sabe... tem coisas que...

O SR. REINALDO PITTA – Ok, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Quem transaciona um jogador no nível que vocês transacionam, estamos falando em milhões de dólares. Não estamos falando de outra coisa.

O SR. REINALDO PITTA – A gente transaciona, a gente não recebe. Recebe um percentual.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sim, sim. Por isso que perguntei o percentual e ele disse que no máximo seriam 10%.

O SR. REINALDO PITTA – Quem falou?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O Sr. Alexandre Martins.

O SR. REINALDO PITTA – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – São 10%, o senhor me fala que alguns são 50%. Então quando estou falando isso...

O SR. REINALDO PITTA – Mas aí é diferente, deixa eu lhe explicar uma coisa. Quando colocamos um jogador no Brasil num clube, emprestado por um ano, com preço do passe fixado, normalmente esse jogador é 50% fixado por um valor muito irrisório. Onde se vai ganhar é na futura venda dos 50%. Então, o senhor tem que pegar um caso, por exemplo, do Alessandro, e detalhar ele o senhor vai entender.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Se ele tivesse me falado aqui, só para o senhor entender, oíha, nós transacionamos só porque eu estou tentando pegar o que o senhor está falando, juntar o que ouvi antes e tentar formatar um procedimento até mesmo de perguntas que tenho aqui, porque começo a ficar preocupado. Estamos com declarações assinadas pelo senhor e pelo Sr. Alexandre Germano sobre a mes-

ma coisa. Quero tentar dar prosseguimento ao nosso questionamento.

O SR. REINALDO PITTA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – As transações financeiras de negociação são depositadas na Gortim?

O SR. REINALDO PITTA – Na Gortim promoções.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Então, esse caixa de 4.500 por mês não existe?

O SR. REINALDO PITTA – Não sei do que o senhor está falando porque a Passabra é uma empresa e a Gortim Promoções é outra empresa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Estou falando da Gortim, negócio que o senhor trata.

O SR. REINALDO PITTA – Negócio de promoções.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Estou falando do que eles declararam porque tem jogador no Bangu.

O SR. REINALDO PITTA – Os jogadores do Bangu eu posso até lhe dar, os jogadores do ano passado que saíram do Bangu que estão nos grandes clubes. Todos eles foram emprestados a custo zero. Se der certo é um investimento que estamos fazendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor paga pró-labore o senhor pega recibo de pagamento?

O SR. REINALDO PITTA – Eu acredito que o meu contador pegue o recibo porque ele lança. Eu não fico preocupado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Como o senhor faz, ao invés da evasão, usando suas próprias palavras, a “invasão” do dinheiro.

O SR. REINALDO PITTA – A “invasão” é uma brincadeira que fizemos quando começou quando fomos presos e o Alexandre comentou que havíamos sido presos por “invasão de divisas”, porque vendemos o Vampeta, Viola, Fábio Júnior, Evanilson e Ronaldo que somadas as quantias foram colocadas para o Brasil oficialmente, não nós mas os clubes, acima de US\$60 milhões.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento se alguma parte desses recursos ficam no exterior?

O SR. REINALDO PITTA – Posso lhe dar a última operação que fizemos e o senhor pode verificar no clube porque não sou eu quem recebo esse dinheiro. O Corinthians me pagou o que eu tinha direito...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se algum desses clubes fica com alguma parte desses recursos no exterior?

O SR. REINALDO PITTA – Eu vou ser... eles não me dizem isso. Eu acredito que não. Por exemplo, o Dualíbio é um Presidente que lido há 13 ou 14 anos, uma pessoa que gosto muito, uma pessoa que vive totalmente para o Corinthians. Eu estou dando um exemplo que não tem muito tempo e que os Srs. podem checar, é uma história boa para se ver.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Gostaria de lhe dar a oportunidade, já que com muita ênfase falou que na agenda houve compromissos que não foram publicados. O senhor pode citar alguns para a gente?

O SR. REINALDO PITTA – Eu não tenho a agenda. Se o senhor me der a agenda eu vou lembrar. Tivemos um almoço com o Sr. Fernando Henrique em 7 de setembro, um café e estava marcado na agenda que tínhamos que viajar e isso não foi publicado. Não tenho liberdade com ele... como tinham outros compromissos também.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – O senhor falou várias vezes no seu depoimento citando. Por que não citaram as outras coisas?

O SR. REINALDO PITTA – Porque já é a quarta vez que estamos depondo, sempre falando sobre as mesmas coisas. Ou seja, pegaram as coisas que acharam que a gente poderia estar envolvido e colocaram na nossa conta.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Por isso estou lhe dando oportunidade de falar o que o senhor deseja.

O SR. REINALDO PITTA – Não tem como achar que é mentira minha. É uma agenda de cinco ou seis anos atrás que estava guardada na casa de um funcionário e não sei porque ele guardou na casa dele e o Sr. pode chamar e perguntar se eu mandei guardar ou se o Alexandre mandou guardar. Ele guardou por algum motivo. Como vou saber por que motivo foi escrito algumas coisas que estão ali, só falaram das coisas que poderiam ser ruim, não falaram das coisas... deve ter muitas coisas boas e não falaram. Entendeu? Selecionaram as coisas ruins e colocaram na nossa conta...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Quero dizer que o microfone está à sua disposição para falar as coisas boas.

O SR. REINALDO PITTA – É o que eu acho, não sou dono da verdade também, emocionalmente o senhor pode saber que não sou mais - vou ser ainda – uma pessoa normal, vou ser, vou voltar a ser.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Sr. Relator, à vontade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma firma chamada Blue Carbo S. A?

O SR. REINALDO PITTA – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor operou alguma vez com o Banestado?

O SR. REINALDO PITTA – Nem na porta passei. Nunca tive conta no Banestado, minha empresa nunca teve conta no Banestado, nunca, nunca nem na porta passei e nunca tivemos nenhuma conta CC-5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que período o senhor teve negociações com a Gortim Corporacion.

O SR. REINALDO PITTA – Não tive negociações, tentamos. Meu sócio cuidou disso...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eles não ficaram sócios da ... ?

O SR. REINALDO PITTA – Ficaram para investir.

O SR. RELATOR (José Mentor) - Aí não deu certo e desfez.

O SR. REINALDO PITTA – Pensava que era bom para jogador, ficou quase dois anos e as pessoas, ia passar o Ronaldo para ele, os nossos jogadores para ele, não tinha sentido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ficou quase dois anos.

O SR. REINALDO PITTA – Não me lembro agora o ano, entendeu? Se foi 90...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ficou quase dois anos negociando com a Gortim Corporacion, foram sócios.

O SR. REINALDO PITTA – Tentando. Eles falaram que iam investir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Chegou a colocá-los no papel como sócios.

O SR. REINALDO PITTA – Colocamos no papel e tiramos imediatamente. Inclusive se a gente tivesse...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não está tentando, o senhor tentou fazer negócios, não deu certo, a sociedade fechou.

O SR. REINALDO PITTA – Eu lhe dou até um esclarecimento tranquilo em relação a isso, nós chegamos a nos apresentar como Gortim Corporacion no Brasil, aos clubes, como Gortim, se nós tivéssemos ou quiséssemos fazer alguma coisa errada não iríamos nos desassociar deles e fazer Gortim Promoções, colocava Manoel Maria, então é o meu raciocínio, acho que foi uma coisa que fizemos porque já intitulávamos isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só para precisar as coisas como ocorreram, a sociedade com a Gortim Corporacion foi fechada...

O SR. REINALDO PITTA – Foi e nós tínhamos 10%.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho só para conseguir expressar o raciocínio. Ela foi fe-

chada, o que não deu certo foram os negócios, mas a sociedade foi fechada, tanto é que no papel entraram como sócios de vocês aqui na Promoções...

O SR. REINALDO PITTA – Isso, se não me engano, o senhor está me fazendo uma pergunta que o senhor está lendo, por isso que estou lhe falando que quem cuidava de toda essa parte era o Alexandre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu sócio me disse isso aqui.

O SR. REINALDO PITTA – Então, conclusão: se ele falou isso para o senhor é porque era.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor deve ter assinado o contrato social.

O SR. REINALDO PITTA – Assinei, mas assino muita coisa em branco para ele, em branco não, eu nem leio e assino. É uma questão de confiabilidade, acreditar ou não. Entendeu? Tenho afinidade durante anos com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Durante quantos anos a Gortim Promoções teve a participação dos sócios da Gortim Corporation?

O SR. REINALDO PITTA – Acho que não chegou a dois anos, não tenho certeza absoluta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Pedro Silva Mesquita?

O SR. REINALDO PITTA – Pedro Silva Mesquita? Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano a Gortim teve relações com o senhor?

O SR. REINALDO PITTA – Se não me engano foi em 1992, estou com medo de falar o ano e errar mas acho que foi entre 1992 e 1993, não tenho certeza, posso estar falando besteira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os sócios da Gortim Corporation?

O SR. REINALDO PITTA – Não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, Sr. Pitta, aí fica difícil, o senhor foi sócio deles.

O SR. REINALDO PITTA – Meu senhor, deve ter quantos anos isso? Não me recordo, não me liguei nisso. Não me recordo. Não me recordo mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve alguma vez na Gortim Corporation?

O SR. REINALDO PITTA – Não. Eles vieram ao Brasil. Veio, se não me engano, a primeira vez que veio um advogado representando-os.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já teve uma empresa chamada Gortim Promoções?

O SR. REINALDO PITTA – Não, a Gortim Promoções foi feita depois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com a participação deles?

O SR. REINALDO PITTA – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi uma empresa nova?

O SR. REINALDO PITTA – Aí é que está, senhor, na realidade, o senhor veja bem, eu nunca me liguei na parte administrativa, nunca me liguei em contratos. Tudo quanto é tipo de contrato quem resolvia, quem fazia era o Alexandre. O senhor vai me fazer algumas perguntas que vou querer responder e aí vou acabar respondendo errado e vou me prejudicar. Não porque eu queira mentir, porque realmente eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor continua operando com esse nome Gortim com o consentimento deles?

O SR. REINALDO PITTA – Quem? Não teve problema nenhum, não tinha uma marca registrada aqui. Pelo menos foi o que o Alexandre, na época... - Ronaldo, vamos continuar com o Gortim, para mudar o nome, e continuou. Nunca tivemos problema nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca mais teve negócio com a Gortim Corporation?

O SR. REINALDO PITTA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela existe ainda?

O SR. REINALDO PITTA – Não sei, honestamente não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca teve participação nenhuma na Gortim Corporation?

O SR. REINALDO PITTA – Não. Nada, nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem o seu sócio?

O SR. REINALDO PITTA – Nem o meu sócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Paulo Gadelha?

O SR. REINALDO PITTA – Paulo Gadelha? Não sei quem é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alexandre Diógenes Gomes?

O SR. REINALDO PITTA – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Curt Lee Amstut?

O SR. REINALDO PITTA – Não sei quem é não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Neste momento, encerro o depoimento do inquirido, solicitando que ele permaneça na Casa até terminarmos a reunião.

O SR. REINALDO PITTA – Posso me retirar, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Muito obrigado.

O SR. REINALDO PITTA – Obrigado ao senhor. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) – Está reaberta a reunião. Passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, só para registrar que o Sr. Rodrigo Ferreira Santoni, o Sr. Camilo Coqueso Soares justificaram a ausência e serão reconvidados. Os Srs. Antônio Vanis Filho e Clark Seton estão em viagem, serão reconvidados. E o Sr. Adalberto Bernardo de Lira não foi localizado. Por esse motivo, também vamos reconvidar Luisley Terra.

Então, requeiro a V. Ex^a a dispensa daqueles que estão aguardando e registro que apesar das contradições existentes em vários depoimentos, daqueles que aqui falaram ontem e hoje, esta relatoria entende desnecessária, neste momento, uma acareação entre eles. E, por esse motivo, está propondo a V. Ex^a a dispensa de todos aqueles que estão aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Santos) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”

Ata da 48ª Reunião Realizada em 13 de novembro de 2003

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas e quarenta minutos, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, Ideli Salvatti, Serys Shessarenko, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Marcelo Crivella e os Deputados, Iriny Lopes, José Mentor (Relator), Eduardo Sciarra, Rodrigo Maia, Edison Andrino, Custódio Mattos, Paulo Kobayashi, Edmar Moreira, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, José Rocha e João Paulo Gomes da Silva, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN **“COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES**

DADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo, tendo a necessidade de aprovação de requerimentos em aditamento aos requerimentos da Subcomissão de São José do Rio Preto/SP, aprovados naquela Cidade. Com a palavra o Deputado Edison Andrino solicita esclarecimentos sobre os requerimentos a serem votados. Após esclarecimentos prestados, a presidência informa ainda que há sobre a Mesa requerimentos a serem votados com prioridade. **Requerimento nº s/n**, de autoria do Deputado José Mentor em aditamento ao **Requerimento nº 339/03**, referente a transferência dos Sigilos Fiscal, Telefônico e Telemático das pessoas Físicas e Jurídicas relacionadas no citado requerimento. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 340/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros e Deputado José Mentor, requer a convocação das pessoas física relacionadas no requerimento. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 341/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros e Deputado José Mentor, requer a Superintendência do Departamento de Polícia Federal e às Varas da Justiça Federal de São José do Rio Preto/SP, cópia dos documentos relacionados no requerimento, estendendo a esta CPMI, o sigilo e o segredo de justiça se houver. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 374/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação dos senhores José Eustáquio Cardoso, Diretor Administrativo e Financeiro da Empresa Organizações Manoel Bernardes; Haroldo Bicalho e Silva; Élcio Antônio de Azevedo; Paulo Roberto Lima; Marcelo de Oliveira Bernardes e Maria das Graças Takahashi Lima. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 376/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Senhor Élcio Antônio de Azevedo e das empresas Seculus S/A, Seculus da Amazônia S/A; GS Factoring e RS Previdência. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 377/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Senhor Haroldo Bicalho e Silva e Paulo Roberto Grapiúna Lima. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 378/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico dos senhores José Eustáquio Cardoso, Marcelo de Oliveira Bernardes e da empresa Organizações Ma-

noel Bernardes e Manoel Bernardes Comércio e Indústria Ltda. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 379/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a reconvocação do Senhor Elcio Antônio de Azevedo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 416/03**, de autoria da Deputada Iriny Lopes, requer a Receita Federal do Estado do Espírito Santo, cópias de documentos relacionados no referido requerimento. O parecer é favorável, em votação, é aprovado. **Requerimento nº 417/03**, de autoria do Deputado Alexandre Santos, requer seja convidado para prestar depoimento, o Senhor Antônio Carlos Santos de Moraes. O parecer é pelo adiamento, em votação, é aprovado, fica adiado para a próxima reunião. **Requerimento nº 418/03**, de autoria do Deputado Alexandre Santos, requer seja requisitado ao Ministério Público Suíço a documentação em poder do Senhor Procurador Brent Holtkamp. O parecer é favorável, com a ressalva de que seja solicitado e não requisitado. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 419/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico dos senhores Paulo Henrique Borges Sekiguchi, Alexandre da Silva Martins e Reinaldo Pitta, estendendo os sigilos à Secretaria da Receita Federal. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 420/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a Secretaria da Receita Federal que Instaura procedimento fiscal para investigar os senhores Paulo Henrique Borges Sekiguchi, Alexandre da Silva Martins e Reinaldo Pitta, remetendo relatório à esta CPMI no prazo de trinta dias. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 421/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer aos clubes do Flamengo, Botafogo, Vasco e Fluminense, Corinthians, São Paulo e Palmeiras, cópia de documentos que comprovem as transferências de valores para os empresários de futebol Alexandre da Silva Martins e Reinaldo Menezes da Rocha Pitta bem como das empresas que sejam sócios, responsáveis ou procuradores. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 422/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer ao Banco Central do Brasil, relatório contendo os contratos de câmbio de empresários de futebol e atletas residentes no exterior, e das empresas os referidos atletas sócios, dentre elas, a empresa Empório Ronaldo do Brasil. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 423/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e bancário das pessoas físicas e jurídicas, relacionadas no requerimento. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 424/03**, de autoria do Deputado José Mentor, em aditamento ao Requerimento nº 389/03, estendendo o sigilo para esta CPMI, dos processos em curso na Justiça Federal, no Estado do Rio de Janeiro, referente a CPI do Propinoduto. Em

votação, é aprovado. **Requerimento nº 425/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação dos senhores Anízio Rezende de Souza, Aparecido Manoel Souza, Hélio Zanelli, Luiz Fernando Gaiardo, Osvaldir Teixeira de Souza, Paulo João Scandalo, Adelar Felipetti, Renato Cezar Favaro, Valderi Werle, Alcenir Brandt, Luiz Acosta, Gustavo Luis Melgarejo Samudio, Débora Ormay Molas, Beno Fizinus, Hilda Madrona Benitez Oviedo, Altemir Antônio castelli, Ephifânio Molas, Nilton Cordoni Junior, Pierre Cícero da Cunha, João Batista Almeida, Luis Carlos Ranieri, Milton Pires Martins, Aldo de Almeida Júnior, Valdir Werle e Odilon Aires. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 426/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer seja convidado os representantes da Polícia Federal e da Receita Federal em Foz do Iguaçu/ PR, para prestarem esclarecimentos a esta CPMI. Em votação, é aprovado. Com a palavra o Relator solicita que os **Requerimentos de n.º 427 a 431**, de autoria do Deputado José Mentor sejam votados em bloco, referente às convocações dos senhores João Batista da Silva, Nestor Reinaldo Morel Aquino, Sérgio Luiz Rosseli Becker, Paulo Ricardo Kohlrausch e Saturnino Ramirez Zarate. Em votação, são aprovados os Requerimentos. **Requerimento nº 433/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer ao Banco Central do Brasil, a relação dos funcionários que trabalharam na Delegacia Regional ou na Gerência Regional de Curitiba. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 444/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Prisma Factoring Fomento Mercantil Ltda., de Marcelo Pizzo Lippelt. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 445/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Marcelo Pizzo Lippelt. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 446/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a Promotora do Ministério Público do Estado de São Paulo, cópia do CD Compact Disk – CD, contendo as gravações de diálogo entre várias pessoas, dentre elas, o Senhor Hilário, José e outros, conforme citado no PJC-CAP n.º 158/2002, Volume IV. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 447/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a Procuradoria da República de Blumenau/SC a transferência do sigilo bancário conforme referências constantes do Ofício n.º 547/2003, de 24/10/2003, daquela Procuradoria. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 448/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Wagner Bisco. Com a palavra o Deputado Dr. Hélio para discutir. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 449/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Vanderlei

Aparecido Pereira. Com a palavra o Deputado Dr. Hélio para discutir. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 450/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Sérgio Araújo Lacerda. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 451/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Munir Chiquie Dippo. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 452/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor José Alberto Marchesan. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 454/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação do Senhor Sérgio Carnielle. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 455/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a convocação das pessoas físicas, representantes das empresas conforme relacionadas no requerimento. Usam da palavra para discutir, os deputados Paulo Kobayashi e Dr. Hélio. A presidência presta esclarecimentos sobre o nome do Senhor José Serra, informando que não se trata do ex-Ministro e ex-Senador da República. **Requerimento nº 456/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer ao Banco Central do Brasil, relação consolidada por CNPJ, das operações de exportação na modalidade de pagamento antecipado, que tenham sido convertidas em operações de empréstimo, investimento no País, bem como as que não tenham ingressado no País. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 457/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer ao Banco Central do Brasil, seja disponibilizado a esta CPMI e assessores por ela indicados, os contratos de câmbio realizados no período de 1996 a 2002, bem como obter cópias por meio magnético ou papel dos referidos contratos. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 459/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a transferência do sigilo bancário do Senhor David Kattan. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 460/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a transferência do sigilo fiscal do Senhor David Kattan. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 461/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a transferência do sigilo telefônico do Senhor David Kattan. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 462/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a convocação do Senhor David Kattan. Com a palavra o Relator, requer seja incluso os nomes dos senhores Toufic Kattan e Rahmo Kattan. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 463/03**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requer a convocação do senhor Antônio Celso Cipriani. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 464/03**, de autoria do Se-

nador Antero Paes de Barros, requer a transferência do sigilo fiscal do senhor Antônio Celso Cipriani. O parecer é favorável. Em votação, é aprovado. A presidência informa que a partir deste momento, a presente reunião será em caráter reservado e suspende o trabalho por cinco minutos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião e, para constar eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 48ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002 por meio das chamadas contas CC-5.

A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo.

Vamos, então, passar à leitura dos requerimentos para submeter à aprovação do Plenário. Esses requerimentos, na verdade, estão ratificando as decisões anteriormente tomadas pelas Subcomissões que atuaram nas diversas cidades e Estados brasileiros.

Requerimento nº 339/2003: “Nos termos do § 3º, do art. 58 da Constituição Federal da Lei Complementar 105, de 2001, da Lei 1.579/52, nos termos regimentais, requeiro a esta Comissão a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. José Pascoal Constantino e das Empresas Metais Preciosos Antares Ltda; Únicos Construtora Ltda; Únicos Comércio e Administração Ltda; Atlas Factoring e Fomento Mercantil Ltda; Indústria de Jóias Constantino Ltda; Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; Real Ferrami Produtos Siderúrgicos Ltda; Empresarial Processamento de Dados Ltda; Silver Star Metais Preciosos Ltda; MPA Comércio e Alimentos Ltda; Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda; Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda; Tree Gold Metais Preciosos Ltda; A. E. Marques Ltda; de seus sócios cotistas e administradores responsáveis, entre eles: Marcelo Marmo Fleury; Gustavo Antônio Saad Meri; Carlos Camacho; Mariângela de Abreu Constantini; Claudinir Roberto Poltronieri; Sérgio Urian; Hélio Shimokomaki; Neinaldo Melasi; João Tajara da Silva Filho; Júlio César Jardim; Aparecido Gomes de Assunção Júnior; Adilson

de Campos; Sheila Casting; Décio Miranda; Benedito Brás Jael e ainda Paulo Penteado Pinheiro.

Em aditamento a este requerimento, Stela de Abreu Constantini, Lívia Constantini Marques, assim como, Célio Tabiti: Guilherme Moneleone Tabiti e Júlio César Afonso Cugnotti.

Em aditamento ao Requerimento nº 339, aprovado em São José do Rio Preto e que submetemos novamente à apreciação desta Comissão, submetemos o presente requerimento à aprovação do Plenário, face haver fortes indícios de lavagem, remessa irregular de dinheiro ao exterior por meio das chamadas contas CC-5 e remessas ilegais de metais, que também podem configurar evasão de divisas, objeto desta CPMI, dentre os quais pode ser destacado que as empresas Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Indústria de Jóias Constantini Ltda, Silver Star Metais Preciosos Ltda e Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda apresentam uma movimentação de recursos junto à Beacon Hill ou ao Banestado, agência de Nova Iorque, o que configura indício de movimentação de recurso irregular, possivelmente relacionada à evasão de divisas do Brasil, e que alguns de seus sócios, diretores ou responsáveis pela administração das mesmas, também apresentam movimentação de recursos relacionada à remessa de recursos via CC-5, inclusive sendo objeto de fiscalização junto à Secretaria de Receita Federal, conforme diversos inquéritos policiais abertos contra pessoas interpostas, chamadas de “laranjas”, na localidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

A justificativa está em anexo. Este é um requerimento que foi assinado por mim e pelo Relator, Deputado José Mentor, na cidade de São José do Rio Preto. Nós estamos ratificando esse requerimento hoje, em função de termos recebido ontem uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou ter validade apenas e tão-somente os requerimentos aprovados nesta Comissão.

Assim sendo, é necessário que os requerimentos não mais sejam aprovados nas Subcomissões, mas exclusivamente nas reuniões de plenário das Comissões.

Como o requerimento é de autoria do Deputado José Mentor, nós deixamos de solicitar o pronunciamento de S. Ex^a para emitir parecer favorável ou não, uma vez que, evidentemente por ser o proponente, é favorável.

Submeto o requerimento à apreciação das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC) – Sr. Presidente, desejo só uma informação do autor do requerimento. Essas empresas e o nome dos sócios não são especificamente do Estado de São Paulo, são ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – São todas relacionadas com a investigação de Rio Preto.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC) – São todos relacionados com a investigação de Rio Preto, mas isso não quer dizer que obrigatoriamente esses nomes sejam de São Paulo. Ou são todos de São Paulo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu não sei dizer-lhe, mas acho que todos eles são de Rio Preto ou são de São Paulo. Mas não houve esse corte. A ligação é sobre tratativas, negociações e relação com a investigação de Rio Preto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E além disso, os indícios que foram encontrados na conta Beacon Hill.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado o Requerimento nº 339.

Gostaria inclusive de pedir à Secretaria que encaminhasse, urgentemente, esses requerimentos que vão estão sendo aprovados hoje à Assessoria Jurídica desta Casa, uma vez hoje anda vou tentar uma audiência com o Ministro Marco Aurélio Melo sobre a liminar concedida por ele.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Relator José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu havia orientado o Secretário, Sr. Presidente, para que ao final desta reunião providenciasse imediatamente a ata, para fornecê-la à Assessoria Jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu pedi para concluírem a ata hoje, porque quero entregá-la hoje ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, para mostrar que uma das alegações que ele coloca na liminar está superada com essa aprovação feita agora pela Comissão.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC) – Que liminar é essa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É uma liminar que ele concedeu ontem, atendendo a uma petição de algumas das pessoas citadas nesses requerimentos. S. Ex^a disse que não podia quebrar o sigilo dessas pessoas com a aprovação do requerimento em uma subcomissão.

Requerimento nº 340: Nos termos do § 3º, do art. 58, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, de 2001, da Lei 1.579, de 52, nos termos regimentais, requeiro a esta Comissão a convocação de Marcelo Marmo Fleury, Gustavo Antonio Saad Amery, Carlos Camacho, Mariângela de Abreu Constantini, Claudinei Roberto Poltronieri, Sérgio Uliá Hélio, Neinaldo João da Silva Filho, Julio César Jardim, Aparecido Gomes de Assunção Júnior, Adilson de Campos, Sheila, Décio Miranda, Benedito Brás, Paulo Penteado Pinheiro,

Adriano Edson Marques, Heronildes Leite, Júlio César Afonso, Stela de Abreu Constantini, Lívia Constantini Marques, Mateus e Abreu Constantini, Célio Tabiti, Guilherme Tabiti, para prestar esclarecimentos sobre a remessa irregular de recursos ao exterior, por intermédio das contas CC-5, assim como pela remessa ilegal de metais ao exterior, que também pode configurar evasão de divisas, dentro do objeto desta CPMI.

Concedo a palavra ao Relator, para esclarecimentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu também adito a justificativa com os mesmos argumentos da justificativa anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Feita a adição da justificativa, submeto-a à apreciação das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer como sentados. (Pausa)

Está aprovado o Requerimento nº 340.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só para um esclarecimento, Sr. Presidente. Evidentemente, estamos aprovando todos os requerimentos que foram apreciados pelas Subcomissões, todas elas.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a está com a palavra.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC) – É só uma preocupação. Na realidade, há muitos nomes de empresas e pessoas que estão sendo chamadas a depor, especificamente quase todas do Estado de São Paulo. A minha preocupação é no sentido de que, em função do número de pessoas e de empresas, haja outros problemas também em outros Estados, de pessoas e de empresas que não estão sendo chamadas agora, até em função de alguns requerimentos que estão na pauta e que, provavelmente, serão chamadas futuramente. A minha preocupação, tendo em vista o número de pessoas e de empresas, é exatamente o tempo da CPI, caso surjam outros nomes de pessoas e empresas de outros Estados e outros fatos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Edison Andrino, ocorrendo as oitavas nas Subcomissões, como essas comissões têm um menor número de parlamentares, serão ouvidas lá em Rio Preto. A CPI tem conseguido ouvir o maior número de pessoas, mas considero correta a preocupação de V. Ex^a, para que haja realmente uma centralização de foco.

Requerimento nº 341. “Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão requisite à Superintendência do Departamento de Polícia Federal e às Varas de Justiça Federal de São José do Rio Preto-SP, cópia

dos documentos abaixo relacionados, estendendo a esta CPMI o sigilo e/ou o segredo de justiça se houver: Inquérito nº 6.021, de 2003, Atlas, Processo nº 2.003.61.06.001.502-2, 3ª Vara de Crimes Financeiros, São José do Rio Preto-SP; Inquérito nº 6/045303-Sheila Casting e outros. Processo nº 2.003.61.06.007.351-4, 3ª Vara de Crimes Financeiros, São José do Rio Preto, SP; Inquérito nº 6/051903-José Pascoal Constantine, Processo nº 2.003.61.06.007.855-0, 1ª Vara de Crimes Financeiros, São José do Rio Preto, São Paulo; Inquérito nº 5.001, da Seccional de São José do Rio Preto, Aparecida e Assunção Júnior; e fitas apreendidas pela Polícia Federal na busca e apreensão realizada na empresa A. E. Marcos Ltda., tida como pertencente ao Sr. Hilari Cestini. A justificativa segue em anexo. O requerimento é do próprio Relator e desta Presidência.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O próximo Requerimento é o de nº 374, do Deputado José Mentor. “Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com a Lei nº 1.579, de 1952, Regimentais, ouvido o Plenário do Comissão, convocar os Srs. José Eustáquio Cardoso, diretor administrativo-financeiro das empresa Organizações Manoel Bernardes; Aroldo Bicalho e Silva; Élcio Antônio de Azevedo; Paulo Roberto Lima; Marcelo de Oliveira Bernardes e Maria das Graças Takarrashi Lima, para prestarem informações sobre atos e fatos pertinentes, objeto desta CPMI.” O requerimento é do Relator, o Deputado José Mentor, e a justificativa está em anexo.

A Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o Requerimento nº 374.

Requerimento nº 376, também de autoria do Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só para esclarecer, Sr. Presidente. Este requerimento e os seguintes foram encaminhados na Comissão de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Requerimento nº 376. “Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão quebre o sigilo fiscal, bancário e telefônico do Sr. Élcio Antônio de Azevedo e das empresas Séculos S.A., Séculos da Amazônia S.A., GS Factoring e RS Previdência”.

A justificativa está em anexo. O requerimento é do próprio Relator, Deputado José Mentor.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o Requerimento nº 376.

Requerimento nº 377, também do Relator, o Deputado José Mentor. “Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão quebre o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos Srs. Aroldo Bicalho e Silva e Paulo Roberto Grapiuna Lima.”

A justificativa está em anexo. O requerimento é do próprio Relator, Deputado José Mentor.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Requerimento nº 378, do Deputado José Mentor:

“Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão quebre o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos Srs. José Eustáquio Cardoso e Marcelo de Oliveira Bernardes e das empresas Organizações Manoel Bernardes e Manoel Bernardes Comércio e Indústria Ltda.”

A justificativa está em anexo.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o Requerimento nº 378.

Requerimento nº 379:

“Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão reconvoque o Sr. Elcio Antônio de Azevedo a prestar depoimento nesta CPML em data a ser definida.”

A justificativa está em anexo. O requerimento é do próprio Relator, Deputado José Mentor.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o Requerimento nº 379.

Requerimento nº 416, da Deputada Iriny Lopes:

“Requeiro, com fundamento no parágrafo 3º, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, da Lei nº 1.579/52, a solicitação por esta CPML a Exm^a Sr^a Delegada da Receita Federal do Espírito Santo, Laura Gadelha Xavier, para que S. Ex^a dê cópias do cheque e do doc que integram o Ofício nº 563/2001, da 4ª Vara da Justiça Federal, datado de 11/09/01, que integra processo originado no relatório final da CPI dos Títulos Públicos.”

A justificativa está em anexo.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o Requerimento da Deputado Iriny Lopes.

Requerimento nº 417, do Deputado Alexandre Santos:

“Requeiro, com fundamento no parágrafo 3º, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, com a Lei Complementar nº 105, de 10/01/01, que seja convidado a prestar esclarecimentos a esta CPML o Sr. Antônio Carlos Santos de Moraes, representante da Carta Administração e Participações Ltda., (...) com endereço comercial na Rua Alcino Guanabara, nº 24, 8º andar, Rio de Janeiro, a respeito da compra de títulos podres dos Estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco e pelos Municípios de Osasco e Pernambuco, títulos esses emitidos de forma irregular no mercado e que, após o seu devido recebimento, o mesmo teria seguido de forma ilícita para o exterior, pelas contas CC-5, do Banestado.”

A justificativa está em anexo.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, como o autor não está presente, requeiro o adiamento para uma informação mais precisa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Relator propõe o adiamento para que o requerimento seja apreciado com a presença de seu autor.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Está adiado o Requerimento nº 417.

Requerimento nº 418, do mesmo autor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É do mesmo autor, mas tratam de documentos. Sempre defiro a documentação, porque se chegar o documento e tiver relação, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – “Requeiro, com fundamento no parágrafo 3º, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, com a Lei Complementar nº 105, de 2001, a esta Presidência que seja requisitado ao Ministério Público suíço a documentação em poder do Sr. Procurador Brent Hotcamp a respeito do caso propinoduto.”

O Requerimento é do Deputado Alexandre Santos.

Concedo a palavra ao Relator para parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É uma questão de precisão de terminologia. Não podemos requisitar documentos de um procurador, mas solicitar que, se for o caso, nos envie. Proponho, então, a elaboração de um ofício solicitando que, gentilmente, S. Ex^a nos encaminhe esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a substituição do termo “requisição” por “solicitação”, pois se trata de outro país, colocamos o parecer do Relator em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o Requerimento nº 418.

Requerimento nº 419, do Deputado José Mentor:

“Nos termos do parágrafo 3º, do art. 58, da Constituição Federal, Lei nº 1579/52, e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, a quebra do sigilo bancário e telefônico, entre 1996 e 2002, de Paulo Henrique Borges C. Kigush, funcionário de empresas dos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta, estendendo o sigilo à Secretaria da Receita Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado o Requerimento nº 419.

Requerimento nº 420, também de autoria do Deputado José Mentor.

Nos termos do § 3º, do art. 58, da Constituição Federal, Lei nº 1579, de 52, e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, para que a Secretaria da Receita Federal instaure procedimento fiscal para investigar Paulo Henrique Borges C. Kigush, funcionário das empresas dos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta e remeta relatório a esta Comissão no prazo de 30 dias.

O requerimento é do Relator, deixo de ouvir, portanto, o seu parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado o Requerimento nº 420.

Requerimento nº 421, de 2003, também do relator do Deputado José Mentor. Nos termos do § 3º, do art. 58, da Constituição Federal, Lei nº 1579, de 52, e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, requerer aos clubes do Rio de Janeiro, Flamengo, Botafogo, Vasco e Fluminense; e de São Paulo, Corinthians, São Paulo e Palmeiras, documentos que comprovem as transferências de valores para os empresários de futebol Alexandre da Silva Martins e Reinaldo Menezes da Rocha Pitta, ou algumas empresas nas quais esses sejam sócios responsáveis ou procuradores, informando em cada remessa a sua motivação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (José Mentor) – Em votação.

Os Srs. e Sr^{as} Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 423. Nos termos do § 3º, do art. 58, da Constituição Federal, Lei nº 1579, de 52, e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, a quebra do sigilo telefônico, fiscal e bancário, entre 1996 e 2002, das pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) - Nomes: Alexandre da Silva Martins, Reinaldo Menezes da Rocha Pitta, Arilson da Silva Dias, Germano Silva Filho, Valdir Ferreira de Freitas, Marcelo Fernandes Mesquita, Passabra Turismo e Câmbio Ltda, Gortin Promoções Ltda.

A justificativa está em anexo.

O requerimento é do Deputado José Mentor.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Eu gostaria só de dar uma justificativa à Comissão.

Não costumo atender celular aqui na presidência, mas é que, neste exato instante, há a iminente possibilidade de um conflito entre os índios xavantes e proprietários de terras no meu Estado de Mato Grosso. E eu estava falando com o Ministro da Justiça para que haja a imediata intercessão da Polícia Federal naquele local, a fim de evitar um conflito, porque há 180 índios xavantes de um lado, e do outro lado tem posseiros, mas tem principalmente “posseirões”, que são fazendeiros armados que estão do outro lado. Os índios estão voltando para a terra deles. É uma área demarcada, área histórica da Suíamissu, há, portanto, a iminência de um conflito. Então, estou fazendo essa justificativa, porque precisava da urgente comunicação com o Ministro, que se dispôs acionar a Polícia Federal, imediatamente, para ver o que é possível evitar neste momento.

Voltamos aos requerimentos.

Requerimento nº 424.

Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579/52 e regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, aditar o Requerimento nº 389/03, estendendo o sigilo para esta CPMI dos processos em curso na digna Justiça Federal no Estado do Rio Janeiro, relacionados com a apuração da CPI do Propinoduto da Assembléia do Estado do Rio de Janeiro, em especial referentes ao esquema de evasão de divisas identificado, incluindo o acesso de membros e assessores credenciados desta Comissão aos autos, com a devida permissão para extração de cópias.

Submetemos o Requerimento de autoria do Relator, Deputado José Mentor, à apreciação do Plenário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 425, também do Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579/52 e regimentais, convocar Anísio Rezende de Souza, Aparecido Manoel Sousa, Hélio Zaneli, Luís Fernando Gaiardo, vulgo Piá, Osvaldir Teixeira de Souza, Paulo João Escândalo, Adelar Felipeti, Renato César Fávaro, Valderi Werli, Alcenir Brant, vulgo Gastão, Luísa Costa, Gustavo Luiz Melgarejo Samúdio, Débora Ormaí Molas, Beno Fizinós, Ilda Madrona Benite Zoviedo, Altemir Antônio Casteli, Epifânio Molas, Nilton Cordôni Júnior, Pierre Cícero da Cunha, João Bastista Almeida, Luís Carlos Ranieri, Milton Pires Martins, Aldo de Almeida Júnior, Valdir Verli e Odilon Aires, para prestarem esclarecimento sobre atos e fatos pertinentes a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Trata-se da Comissão do Paraná.

Vai haver mais nomes no futuro, ou não? (Pausa)

A justificativa está em anexo.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 426, do Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579/52 e regimentais, convidar os representantes da Polícia Federal e Receita Federal em Foz do Iguaçu, para prestarem esclarecimentos sobre atos e fatos pertinentes a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 427.

Nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579/52 e regimentais, requeiro a V. Ex^ª, ouvido o Plenário,...

O SR.RELATOR (José Mentor) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra a V. Ex^ª.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Solicito que os Requerimentos nº 427 a 431 sejam votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vamos ler os Requerimentos nº 427 a 431.

Requerimento nº 427: convoca o Sr. João Batista da Silva para prestar esclarecimento sobre atos e fatos pertinentes a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; **Requerimento nº 428**: convoca o Sr. Nestor Reinaldo Moréu Aquino; **Requerimento nº 429**: convoca o Sr. Sérgio Luís Roceli Becker; **Requerimento nº 430**, convoca o Sr. Paulo Ricardo Coralchi; **Requerimento nº 431**, convida o Sr. Saturnine Ramires Zarati.

Em votação os Requerimentos nº 427 a 431, todos de autoria do Deputado José Mentor, para prestar depoimento à Subcomissão de Foz do Iguaçu e Curitiba.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovados os requerimentos.

Requerimento nº 433, também de autoria do Deputado José Mentor.

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição, Lei 1.579, de 1952, regimentais, que o Banco Central do Brasil encaminhe relação dos funcionários que trabalharam na Delegacia Regional ou na Gerência Regional de Curitiba no período de janeiro de 1996 a dezembro de 2002. A relação deve ser encaminhada em meio magnético e em papel por ordem alfabética, sendo que para cada servidor deverá ser informado o CPF, a matrícula, nome pelo qual é conhecido no Registro Funci, se preenchido, nome Sisbacen, data inicial e final de locação em Curitiba, relação de todos os cargos comissionados porventura assumidos, com respectivas datas de posse e exoneração.

A justificativa está em anexo.

O requerimento é do Relator. Submeto-o à apreciação do Plenário.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Requerimento nº 444, também do Relator, Deputado José Mentor: Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição, da Lei Complementar, nos termos regimentais, requeiro a esta Comissão transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Empresa Prisma Factoring Fomento Mercantil Ltda., (...) e Marcelo Piso Lipelti, (...) face a haver fortes indícios de lavagem, remessa irregular de dinheiro ao exterior, por meio de chamadas contas CC-5, e remessas ilegais de metais que também podem configurar evasão de divisas objeto desta CPMI.

O requerimento é do Relator Deputado José Mentor.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Requerimento nº 445: Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, de 2001, da Lei 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro a esta Comissão a convocação de Marcelo Piso Lipelti, CPF (...), para prestar esclarecimento sobre a remessa irregular de recurso ao exterior, por intermédio das contas CC-5, assim como pela remessa ilegal de metais ao exterior, que também pode configurar evasão de divisas objeto desta CPMI.

O requerimento é do Deputado José Mentor.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Requerimento nº 446, também do Relator: Nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, da Lei 1.579, nos termos regimentais, requeiro a esta Comissão cópia do CD (**compact disc**), sem marca ou modelo, contendo uma gravação de diálogos entre várias pessoas, dentre eles Hilário José e outros, conforme citado no PJC-cap nº 158/2002, Volume IV, ao Ministério Público do Estado de São Paulo, a cargo da Promotoria de Justiça da Cidadania da Capital, Dr^a Andréa Chiaratti do Nascimento Rodrigues Pinto.

O requerimento é do Deputado José Mentor.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Requerimento nº 447: Nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, de 2001, da Lei 1.579, de 1952, e nos termos regimentais, requeiro a esta Comissão seja requisitada à Procuradoria da República no Município de Blumenau, Santa Catarina, a transferência do sigilo bancário das contas de correntistas referidas em seu Ofício nº 547/2003, de 24 de outubro de 2003, em face de haver indícios de lavagem e de remessa irregular de dinheiro ao exterior, por meio de chamadas contas CC-5, objeto desta CPMI.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados.

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 448: Nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 105, de 2001, da Lei 1.579, de 1952, regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, convocar o Sr. Wagner Bisco, residente em Campinas, São Paulo, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes a objeto desta CPMI.

A justificativa está em anexo.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Eu gostaria de ter uma explicação deste requerimento de forma isolada, já que vamos ter o Requerimento nº 455 com toda uma lista de pessoas físicas e jurídicas a serem ouvidas em diligência em Campinas. Então, eu gostaria apenas de uma explicação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós íamos fazer um de cada vez e, na realidade, no final, fizemos um para todos. É só uma questão de metodologia, nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A justificativa do Requerimento nº 448 está em anexo.

As Sr^{as} e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Requerimento 449:

Nos termos do §3º, do art. 58 da Constituição Federal (Lei nº 1.579, de 1952, regimentais), requeiro ouvir do Plenário convocar o Sr. Vanderlei Aparecido Pereira, CPF (...), sócio-gerente da empresa Tecnol Técnica Nacional de Óculos, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes objeto desta CPMI. A justificativa está em anexo.

Para discutir, concedo a palavra o Deputado Dr. Hélio.

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – O caso é o mesmo, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É. A assessoria está fazendo um por um e, depois, determinei que fizesse todos em conjunto. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – As Sr^{as}. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 450.

Como se trata do mesmo assunto eu vou ler apenas o nome.

Convocar o Sr. Sérgio Araújo Lacerda, CPF (...), sócio-gerente da empresa Calatec Automação Ltda., para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes objeto desta CPMI. A justificativa está em anexo.

As Sr^{as}. e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 451:

Nos termos do § 3º, do art. 58 da Constituição Federal (Lei nº 1.579, regimentais), requeiro a V. Ex^a ouvir do Plenário colocar o Sr. Munir Shikie Dipu, CPF

(...), sócio-gerente da empresa Ages Equipamentos e Serviços de Informática Ltda, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes objeto desta CPI. A justificativa está em anexo.

As Sr^{as}. e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 452:

Nos termos do § 3º, art. 58 da Constituição Federal (Lei nº 1.579, de 1952, regimentais), requeiro ouvir do Plenário colocar o Sr. José Alberto Markezan, CPF (...), sócio-gerente da empresa Markezan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S/A, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes objeto desta CPMI. A justificativa está em anexo.

As Sr^{as}. e Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Nos termos do § 3º, art. 58 da Constituição (Lei nº 1.579, de 1952, regimentais), requeiro a V. Ex^a ouvir do Plenário convocar o Sr. Sérgio Carniele, Presidente da Associação Atlética Ponte Preta, para prestar informações sobre atos e fatos pertinentes objeto desta CPMI. A justificativa está em anexo.

A Sr^{as} e Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 455:

Nos termos do § 3º, art. 58 da Constituição (Lei nº 1.579, de 1952, regimentais), requeiro ouvir do Plenário convocar as pessoas relacionadas na lista abaixo, para prestarem informações em Campinas – SP sobre atos e fatos pertinentes objeto desta CPMI:

Constante L. B. Neto, Heloísa Elza Berteli, Francisco Gomes Neto, João Batista Vieira, João Faria da Silva, Ilze Basílio, João Lázaro Simoso, Kal Wilmem Harps, Marcos Ribeiro Diniz, Milton Cordeiro, Paulo Diniz, Pedro Ferreira, Renato Ifanger, Siderlei Corso, Taek Keum-Yo, Wellington Gustavo Valiat, José Serra, Antônio Serra, Ricardo Serra, Ricardo Paiaro, Marcos E. B. Maia, Geia D. B. Maia, Leonardo B. Maia, Fabiana B. Maia, Eduardo B. Maia...

O SR. DR. HÉLIO (PDT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria pela ordem apenas deixar destacado que, ao contrário dos requerimento anteriores, que votamos isoladamente, constava o CPF dos requeridos, o que não ocorre neste caso. Daí por que quase que certamente haverá casos de mesmo nome, etc. Apenas para ressaltar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também para registrar, pela oportunidade, Sr. Presidente, que nós estamos aqui aprovando globalmente as diligências

de Campinas. Evidentemente, talvez não vamos ouvir todos os que estão aqui. Nós estamos aprovando em bloco e vamos selecionar aqueles que serão localizados para serem ouvidos.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC) – Eu queria aproveitar para fazer uma observação. Existem alguns nomes que aqui não constam e que eu gostaria de incluir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qualquer outra sugestão poderá ser incluída nesse momento aqui ou no momento oportuno?

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC) – Não. Existem alguns nomes que poderiam ter alguma explicação de não estar aqui presentes, como, por exemplo, da Valéria Monteiro e de uma distribuidora de cerveja, uma distribuidora de cerveja.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Solicito a V. Ex^a que me indique após, aqui, preparamos em conjunto o requerimento.

Em relação a D. Valéria Monteiro, eu, por intermédio de um Procurador, recebi a informação de que ela irá apresentar, por escrito, uma ponderação em relação à situação em que ela foi envolvida. Eu achei por bem aguardar a comunicação por escrito e, em seguida, vou convocá-la ou não.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC) – Sr. Presidente, eu só estou levantando esse aspecto porque abre o precedente para que os demais possam, também, aguardar uma carta ou um posicionamento por parte do seu procurador e como é um precedente, gostaria....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na realidade, eu estou confirmando o precedente porque já houve um outro caso de uma outra pessoa em que havia o Requerimento de Convocação, o advogado me procurou e apresentou uma Justificativa que achei incompleta. Pedi novos documentos e ele completou - na terceira vez ele completou e, em seguida, nós vamos deliberar se vamos ou não convocar. É o mesmo critério para todos.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB-SC) – Eu quero suscitar, também, que, no caso a que se refere o Sr. Deputado Dr. Hélio, já foi aprovado, também, Requerimento anterior para eventual convocação desde que o Subgrupo que irá a Campinas entender necessário.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu quero apenas prestar um esciarcimento porque, lido por mim, sem a colocação do CPF – como há, aqui, uma evidente situação de homônimo com uma personalidade política bastante conhecida deste País, eu creio que é dever nosso, por amor à verdade, informar a esta Comissão que o Sr. José Serra aqui citado, trata-se, na verdade, do Sr. Joseph Serra

que, por ser Joseph, adota José, cujo endereço está em Campinas e cujo CPF é inteiramente diferente do Sr. José Serra, político, ex-Ministro e ex-candidato à Presidência da República. Eu creio que era dever informar, senão poderia haver uma deturpação de que nós estaríamos, aqui, convocando o ex-Ministro José Serra para depoimento, o que não é verdadeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas isso, Sr. Presidente, é pelo fato de chamar o Sr. Joseph Serra, o Sr. Antonio Serra e o Sr. Carlos Serra de uma família de Campinas que não tem nada a ver com o ex-Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Creio, então, que é importante que deixemos registrado isto até para soterrar dúvidas indevidas e, também, convocar os representantes legais e sócios das seguintes empresas: Staffer Line, Marchezan – Implementos e Máquinas Agrícolas, AGES – Distribuição Ltda., Tecnol - Indústria de Óculos, Calatec Automação, Ismar Equipamentos, Sidmec – Importação e Exportação, Nacional Turismo e Câmbio, Fiame Ltda., Star Tur – Turismo, Mogiana Alimentos S. A., Delink Sudamérica S. A., APER – Assessoria, Fomento e Comércio Ltda.

A justificativa do Relator está em anexo.

As Sr^{as}. e os Srs. Parlamentares que aprovam o Requerimento, queiram permanecer sentados. (*Pausa*)

Está aprovado o Requerimento.

Peço à Assessoria Jurídica para que, futuramente, busque identificar os representantes dessas empresas porque não tem como convocar uma pessoa jurídica.

Passamos ao **Requerimento nº 456**:

“Requeiro, com fundamento no §3º, do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579, de 1952, e com a Lei Complementar nº 105, de 2001, ao Banco Central do Brasil a relação consolidada por CNPJ, das operações de exportação, na modalidade de pagamento antecipado, que tenham sido convertidas em operações de empréstimo e investimento no País, bem como as operações celebradas na modalidade de pagamento antecipado de importação, cuja mercadoria tenha ingressado no País no prazo regulamentar.”

O período a que se refere este Requerimento está compreendido entre janeiro de 1996 e dezembro de 2002.

O Requerimento nº 456 é de autoria do nobre Deputado José Mentor.

A justificativa está em anexo.

O SR. EDMAR MOREIRA (PL–MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. EDMAR MOREIRA (PL–MG) – Sr. Presidente, eu sou a favor da aprovação do Requerimento, mas só queria ponderar com o autor do requerimento sobre a sua amplitude, de 1996 a 2002. Em se tratando de modalidade de pagamento antecipado, entendo que jamais pode ser convertido em empréstimo; investimento, sim, mas empréstimo, não. É uma ponderação que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado José Mentor para explicações acerca da ponderação do Deputado Edmar Moreira, que argumenta que, em se tratando de modalidade de pagamento antecipado, não poderia ser considerado empréstimo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou esclarecer. Na realidade, trata-se de um caso significativo de um pagamento antecipado de uma importação que foi transformado em investimento no exterior. Com base nesse caso, seria uma modalidade nova de evasão que estamos começando a investigar. Daí o caráter mais genérico do requerimento. Na realidade, nem sabemos se existem tantos casos quanto esse que foi detectado, O pedido é genérico mesmo por esse motivo: para que possamos localizar quais são os casos de importações cuja mercadoria não deu entrada no País em que recurso pago antecipadamente foi transformado em investimento no exterior.

O SR. EDMAR MOREIRA (PL–MG) – Entendi que se trata de uma modalidade nova de fraude, mas contabilmente seria impossível fazê-la.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É, mas temos um caso detectado assim.

O SR. EDMAR MOREIRA (PL–MG) – É uma fraude.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exatamente por isso estamos investigando. Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Em votação o Requerimento nº 456.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*)

Aprovado.

Requerimento nº 457: “Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579, de 1952, regimentais, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário, requerer ao Banco Central do Brasil colocar à disposição desta CPMI e de assessores por ela indicados os contratos de câmbio realizados entre 1996 e 2002, podendo ser obtidas cópias em meio magnético ou papel dos contratos que sejam do interesse da Comissão”.

O autor do requerimento é o Deputado José Mentor.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento nº 458.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse já está votado. Foi feito um novo, e esse está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Requerimento nº 459 de nossa autoria: “Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52 e no art. 4º, § 4º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, a transferência para esta CPMI do sigilo bancário de David Kattan”, CPF (...), no período de 1996 a 2002.

Requerimento nº 460. Também estamos requerendo a transferência para esta CPMI do sigilo fiscal de David Kattan, CPF (...), também nos cinco anos subseqüentes.

Requerimento nº 461. Requeremos a transferência para esta CPMI do sigilo telefônico de David Kattan, CPF (...), também no período de 1996 a 2002.

Concedo a palavra ao Relator para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Estamos votando em conjunto os Requerimentos nºs 459, 460 e 461.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 462, em que se pede, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52, a convocação do Sr. David Kattan, para prestar depoimento a esta CPMI.

Concedo a palavra ao Relator, para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, eu queria complementar, aduzindo a esse requerimento a convocação dos Srs. Toufic Kattan e Rahmo Kattan, que são da mesma empresa.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Relator encaminha o parecer favorável, incluindo os outros dois sócios da mesma empresa. Trata-se da empresa Pai Capital Corporation.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 463, de minha autoria, em que peço, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado

com o disposto na Lei nº 1.579/52, a convocação, para prestar depoimento nesta CPMI, do Sr. Antônio Celso Cipriani, ex-Presidente da Transbrasil.

Concedo a palavra ao Relator, para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do Requerimento nº 464/2003, em que se pede, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52 e no art. 4º, §4º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, a transferência do sigilo fiscal do Sr. Antônio Celso Cipriani, nos últimos cinco exercícios.

Concedo a palavra ao Relator, para proferir parecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O parecer do Relator é favorável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há dois requerimentos para serem votados em reunião reservada.

Portanto, eu suspenderia a reunião...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Antes de entrarmos na reunião reservada, eu queria saber se foi feito algum encaminhamento a respeito da nossa audiência, ontem, no Supremo Tribunal Federal, com o Ministro Maurício Corrêa, porque, da nossa conversa, ficou combinado fazermos uma checagem no Ministério de Relações Exteriores, para sabermos se o dinheiro continua bloqueado.

Então, eu queria que, antes de entrarmos na reunião reservada, déssemos encaminhamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como a reunião foi ontem, ao final da tarde, o encaminhamento será feito hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quero, inclusive, explicar a V. Ex^{as} que, cumprindo

uma determinação do Plenário, por sugestão da Senadora Ideli Salvatti, estivemos – eu, a Senadora Ideli Salvatti e o Relator, Deputado José Mentor –, ontem, no Supremo Tribunal Federal, com o Presidente Maurício Corrêa, ocasião em que tratamos do assunto “carta rogatória da Alemanha”.

O Ministro Maurício Corrêa se dispôs, dentro das leis brasileiras, no que for possível, apoiar a reivindicação desta CPMI e solicitou que fizéssemos uma reivindicação ao Ministro das Relações Exteriores, para que S. Ex^a pudesse acelerar as informações, de que o Supremo precisa, na Embaixada da Alemanha em nosso País. E essas providências estarão sendo tomadas hoje pelo Relator.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Não sei se o momento adequado é a reunião pública ou a reservada para encaminhar algumas questões sobre convocação, sobre as viagens das Subcomissões, ou se haverá uma outra reunião para isso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Creio que podíamos tratar disso na reunião reservada, porque ganharíamos tempo.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP) – Está bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Determino a suspensão da reunião. Dentro de cinco minutos, reabriremos a reunião reservada, para a apreciação de dois requerimentos.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa a reunião às 11 horas e 34 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”

Ata da 49ª Reunião Realizada em 13 de novembro de 2003

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às dezenove horas e cinqüenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, e ainda com as presenças dos Senadores, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Marcelo Crivella e os Deputados, Iriny Lopes, José Mentor (Relator), Eduardo Sciarra, Rodrigo Maia, Edison Andrino, Custódio Mattos, Paulo Kobayashi, Edmar Moreira, Dimas Ramalho, Dr. Hélio, José Rocha e João Paulo Gomes da Silva, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN **“COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”**. A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo, tendo a necessidade de aprovação de alguns requerimentos. Há sobre a Mesa requerimentos a serem votados com prioridade: **Requerimento nº 465/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer que os cinco bancos, Banco do Brasil, Banco Real, Banco Araucária, Bemge, Banestado, que obtiveram autorizações especiais em 1996 para operar com contas CC-05 em Foz do Iguaçu, Paraná, tornem disponíveis as fitas de caixa para exame desta Comissão. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 466/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a revogação da decisão que aprovou o Requerimento nº 339/2003. Em votação, é aprovado. **Requerimento nº 467/03**, de autoria do Deputado José Mentor, requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. José Pascoal Constantini, das Empresas Metais Preciosos Antares Ltda., Unicos Construtora Ltda., Unicos Comércio e Administração Ltda., Atlas Factoring Fomento Mercantil Ltda, Indústria de Jóias Constantini Ltda., Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Rial Ferami Produtos Siderúrgicos Ltda., Empresarial Processamento de Dados Ltda., Silver Star Metais Preciosos Ltda., MPA Comércio de Alimentos Ltda., Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda., Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda., Tree Gold Metais Preciosos Ltda., A.E. Marques Ltda., de seus sócios cotistas e administradores responsáveis, entre eles: Mariângela de Abreu Constantini, Matheus

de Abreu Constantini, Claudinir Roberto Poltroniere, Sérgio Lian, Hélio Shimokomaqui, Reinaldo Melazzi, João Tajara da Silva Filho, Júlio César Bacchi Jardim, Aparecido Gomes de Assunção Júnior, Adilson de Campos, Sheila Casting, Décio Miranda, Benedito Braz Raiel, Paulo Penteado Pinheiro, Adriano Edson Marques, Eronildes Leite, Estela de Abreu Constantini, Lídia Constantini Marques, assim como Célio Tabiti, Guilherme Monteleone Tabiti, Júlio César Afonso Kugnoti. Em votação, é aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convoca os Membros da Subcomissão para as reuniões de segunda-feira e terça-feira em Rio Preto, e desta Comissão para reunião a ser realizada na próxima semana, informando ainda que, na quinta-feira e sexta-feira, as Subcomissões estarão atuando em Foz do Iguaçu e Curitiba e encerra a presente reunião e, para constar eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 05, de 2003, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícito sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC-05.

A Presidência informa que a presente reunião é de caráter administrativo. Na verdade, essa reunião está sendo convocada para aprovação de alguns requerimentos.

Requerimento nº 465/03, de autoria do Deputado José Mentor. Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, Lei nº 1.579, de 1952, e regimentais, requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário, requerer que os cinco bancos, Banco do Brasil, Banco Real, Banco Araucária, Bemge, Banestado, que obtiveram autorizações especiais em 1996 para operar com contas CC-05 em Foz do Iguaçu, Paraná, tornem disponíveis as fitas de caixa para exame desta Comissão.

A justificativa segue em anexo.

A proposição é do próprio Relator, o Deputado José Mentor. Sendo uma proposição do Relator, Deputado José Mentor, deixo de solicitar o encaminhamento do seu parecer, já que o requerimento é de sua autoria.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento nº 465, de 2003.

Requerimento nº 466, de 2003, também de autoria do Deputado José Mentor. Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição, Lei nº 1.579, de 1952, e regimentais, a revogação da decisão que aprovou o Requerimento nº 339/2003.

A justificativa do Relator é que a revogação do requerimento é necessária em razão de questionamentos regimentais.

Como o requerimento é do próprio Relator, Deputado José Mentor, deixo de acolher seu parecer.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento nº 466, de 2003.

Requerimento nº 467, de 2003, também de autoria do Deputado José Mentor, em que requer, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição, Lei nº 1.579, de 1952, e regimentais, a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. José Pascoal Constantini, das Empresas Metais Preciosos Antares Ltda., Unicos Construtora Ltda., Unicos Comércio e Administração Ltda., Atlas Factoring Fomento Mercantil Ltda, Indústria de Jóias Constantini Ltda., Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Rial Ferami Produtos Siderúrgicos Ltda., Empresarial Processamento de Dados Ltda., Silver Star Metais Preciosos Ltda., MPA Comércio de Alimentos Ltda., Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda., Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda., Tree Gold Metais Preciosos Ltda., A.E. Marques Ltda., de seus sócios cotistas e administradores responsáveis, entre eles: Mariângela de Abreu Constantini, Matheus de Abreu Constantini, Claudinir Roberto Poltroniere, Sérgio Lian, Hélio Shimokomaqui, Reinaldo Melazzi, João Tajara da Silva Filho, Júlio César Bacchi Jardim, Aparecido Gomes de Assunção Júnior, Adilson de Campos, Sheila Casting, Décio Miranda, Benedito Braz Raiel, Paulo Penteado Pinheiro, Adriano Edson Marques, Eronildes Leite, Estela de Abreu Constantini, Lídia Constantini Marques, assim como Célio Tabiti, Guilherme Monteleone Tabiti, Júlio César Afonso Kugnoti.

A justificativa do Relator segue em anexo.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento nº 467, que tem parecer favorável do próprio autor, Relator José Mentor, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, convoco os Membros da Subcomissão para as reuniões de segunda-feira e

terça-feira em Rio Preto, e desta Comissão para reunião a ser realizada na próxima semana. Na quinta-feira e sexta-feira, as Subcomissões estarão atuando em Foz do Iguaçu e Curitiba.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h e 12min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5”

Ata da 50ª Reunião Realizada em 17 de novembro de 2003

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às dez horas e cinquenta e cinco minutos, no Auditório do Tribunal do Júri da Sexta Subseção Judiciária da Justiça Federal do Estado São Paulo, sob a Presidência do Deputado Íris Simões, Presidente em exercício, e com as presenças dos Deputados José Mentor, Relator, e José Rocha, membro, reuniu-se a Subcomissão de São José do Rio Preto da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN **“COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”**. Pauta da Reunião: Tomada de depoimento dos Srs: Hilário Sestini Júnior, empresário; José Paschoal Costantini, empresário; Gastão Henrique Ladeira Filho, funcionário da Atlas; Luís Felipe de Saldanha da Gama, sócio da L.A.A. - Assessoria Independente; Álvaro Alves de Oliveira, sócio da L.A.A. - Assessoria Independente; Augusto Garcia Santana, sócio da L.A.A. - Assessoria Independente; Scheyla Kersting, responsável pela Casa Ouro Velho de Metais Preciosos Ltda; Décio Miranda, responsável pela Moinho de Ouro Metais Preciosos

Ltda; Edison Pereira Ramos, responsável pela Silver Star; Aparecido Gomes de Assumpção Júnior, sócio da MPA – Comércio de Alimentos; Adilson de Campos, sócio da MPA – Comércio de Alimentos; Matheus de Abreu Costantini, diretor da Atlas; Célio Tabith Júnior, diretor da Atlas; Guilherme Monteleone Tabith, diretor da Atlas; Benedito Braz Raiel, proprietário da Raiel & Martines Ltda; Claudinir Roberto Poltronieri, sócio da Indústria de Jóias Costantini Ltda; Sérgio Ulian, sócio da Indústria de Jóias Costantini Ltda; Hélio Shimokomaki, sócio da Indústria de Jóias Costantini Ltda; Reinaldo Melazi, sócio da Indústria de Jóias Costantini Ltda; João Tajara da Silva, Sócio da Rial Ferrame Produtos Siderúrgicos; Adriano Edson Marques, proprietário da A.E. Marques Telemarketing; e Júlio César Afonso Cuginotti, ex-juiz de direito. Aberto os trabalhos, o Presidente convoca Gastão Henrique Ladeira Filho para prestar depoimento. Finda as interpelações ao primeiro depoente, o Presidente anunciou o próximo convocado Luís Felipe de Saldanha da Gama. Antes de suspender a reunião às treze horas e quarenta e cinco, testemunharam ainda Augusto Garcia Santana, Décio Miranda e Benedito Braz Raiel. Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, assumiu a presidência da Mesa o Senador Antero Paes de Barros, Presidente da Comissão, reabrindo os trabalhos. Foi chamado novamente para depor o Sr. Benedito Braz Raiel. Em seguida, o Presidente anunciou Aparecido Gomes de Assumpção Júnior e, ato contínuo, Adilson de Campos, a fim de serem inquiridos. Passou-se a reunião reservada, às dezessete horas e quinze minutos, para a oitiva de Hilário Sestini Júnior. Terminada a inquirição em caráter reservado, foi convocado a prestar depoimento José Paschoal Costantini. Às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, o Presidente declarou a acareação reservada de José Paschoal Costantini e Hilário Sestini Júnior. Convertida em pública, às vinte e duas horas e cinquenta minutos, a reunião prosseguiu com nova acareação de Gastão Henrique Ladeira filho, Luís Felipe de Saldanha da Gama e Augusto Garcia Santana, participando posteriormente Hilário Sestini Júnior e Aparecido Gomes de Assumpção Júnior. Por fim, o Presidente encerrou a reunião aos quinze minutos do dia dezoito de novembro. Para registro documental, eu _____, Marcos Figueira de Almeida, Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, atuando na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista

de Inquérito, destinada a apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícito sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC5.

A nossa Ordem do Dia.

A nossa reunião foi convocada para a tomada de depoimento das seguintes pessoas: Hilário Sestini Júnior, empresário; José Paschoal Constantini, empresário; Gastão Henrique Ladeira Filho, funcionário da Atlas; Luís Felipe de Saldanha da Gama, sócio da LAA – Assessoria Independente; Álvaro Alves de Oliveira, sócio da LAA – Assessoria Independente; Augusto Garcia Santana, sócio da LAA – Assessoria Independente; Sheyla Kersting, responsável pela Casa Ouro Velho e Metais Preciosos Ltda; Décio Miranda, responsável pelo Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda; Edson Pereira Ramos, responsável pela Silver Star; Aparecido Gomes de Assumpção Júnior, sócio da MPA – Comércio de Alimentos; Adilson de Campos, sócio da MPA – Comércio de Alimentos; Mateus de Abreu Constantini, Diretor da Atlas; Célio Tabith Júnior, Diretor da Atlas; Guilherme Monteleone Tabith, Diretor da Atlas; Benedito Bráz Raiel; proprietário da Raiel e Martinez Ltda; Claudinir Roberto Poltronieri, sócio da Indústria de Jóias Constantini Ltda; Sérgio Ulian, sócio da Indústria de Jóias Constantini Ltda; Hélio Shimokomaki, sócio da Indústria de Jóias Constantini Ltda; Reinaldo Melazi, sócio da Indústria de Jóias Constantini Ltda; João Tajara da Silva; sócio da Raiel Ferrame Produtos Siderúrgicos; Adriano Edson Marques, proprietário da AE Marques Telemarketing e também Júlio César Afonso Cuginotti, ex-Juiz de Direito.

Vamos agora chamar, já está presente, sentado à nossa esquerda, o primeiro depoente, que é o Gastão Henrique Ladeira Filho, funcionário da Atlas.

Antes de iniciar, esclareço ao depoente e aos demais senhores presentes que o tempo concedido para a exposição inicial será de 30 minutos, não podendo ser apartado.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura nesse momento.

O depoente compromete-se, no art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do inciso LXVIII da Constituição Federal.

Assinado

São José do Rio Preto, 17 de novembro de 2003.

– **Gastão Henrique Ladeira Filho.**

Concedemos então a palavra ao depoente, Gastão Henrique Ladeira Filho, por trinta minutos. O senhor está com a palavra.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Bom dia. Gostaria, primeiro, de entender por que fui convocado, se é conta CC5. Mas não há necessidade também... Estou aqui para colaborar, no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – O senhor é o contador da empresa.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não sou o contador. Dou assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a profissão do senhor?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Assessor administrativo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Do Sr. José Paschoal Constantini, das empresas dele, desde 92. Quando ele tinha outras empresas eu trabalhava com essas outras empresas, na assessoria. Depois eu parei, no período de 95 a 97. Aí eu voltei. Aí é que eu fui para a Atlas. Em 99 eu montei uma empresa que se chama GH Ladeira, que presta assessoria e cobrança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vamos resumir isso. Em 92 o senhor fazia o que nas empresas? Assessorava o Sr. Constantini? Quando foi que o senhor começou a trabalhar para o Sr. Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Em 92.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fazia o que e para quem?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Para ele junto às empresas dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor fazia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Eu era assistente administrativo. Vamos supor, eu conferia caixa, conferia estoque para ver se estava tendo, conferia o movimento normal das empresas. Era mais ou menos uma auditoria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor era registrado em carteira?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não, porque eu era autônomo. Depois eu montei a empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendo. Como o senhor trabalhava em uma empresa sem ter vínculo com ela para fazer esse serviço que fazia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Isso é normal em autônomo, com um pessoa que tem prática de fazer levantamento de estoque e coisas assim. Com o autônomo é combinada uma remuneração com ele e pronto. Ele faz o trabalho naquela empresa e depois parte para outra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram as empresas que o senhor trabalhava naquela época?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu já estive na Metalúrgica Ferrame...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também do Sr. Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a outra?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Metalúrgica Ferrame, Raiel Ferrame.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o Sr. Constantini era lá?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Sócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais as outras empresas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Cosvel Veículos, Malanda Madeiras, Trip Locadora, Únicos Construtora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Trip fazia o quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Era locadora de veículos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em todas elas o Sr. Constantini era sócio?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Sócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual mais?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Únicos Comércio. Muitas delas já foram encerradas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 92 o senhor trabalhava para todas elas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Sim. Um pouquinho em cada uma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que era este pouquinho em cada uma que o senhor fazia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Era tipo uma auditoria. Eu chegava e conferia estoque, conferia não a contabilidade porque não sou contador, mas os saldos para ver se batiam, se estava tudo certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você fazia um controle para ele? Era isso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Sim, eu conferia aquele trabalho que o funcionário executava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tinha nenhum vínculo empregatício com as empresas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa função é de confiança, não ?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Totalmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Constantini era sócio majoritário em todas elas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele era?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Na Metalúrgica Ferrame era junto com o Dr. João Tajara.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era majoritário?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Acho que era o Sr. José, mas não tenho certeza, porque tem muito tempo. Tenho quase certeza de que era ele. Na Cosvel também o Dr. João.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é o nome dele todo? Dr. João ...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Dr. João Tajara. Na Raiel Ferrame também era o Dr. João Tajara. No restante seria majoritário. Eu só lembro de ter tratado com os sócios nessas três empresas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois, de 95 a 97, o senhor saiu?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Saí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fazia o que nessa época?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Montei uma mini-padaria ali em uma cidade próxima, e fiquei tocando o negócio. O negócio não estava indo bem, voltei e conversei com ele e ele conseguiu me colocar na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ficou registrado na Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, primeiro fui como autônomo. Depois, montei a minha empresa de assessoria e prestava serviços para ele, emitia notas, tudo direitinho... Para ele não, para a Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi em 1999 que o senhor montou a sua empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Em abril de 1999, se não me falha a memória, mas foi em 1999.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, de 97 até abril de 99 o senhor trabalhou para a Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Junto com o Sr. Hilário Sestini Júnior, trabalhava para ele também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só na Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – E dava assessoria para a firma do Hilário Sestini também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a firma do Sr. Hilário Sestini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Era a Dona Comércio, Importação e Exportação de Presentes Finos e o nome fantasia era Planet Celular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se essas empresas tinham movimentações De recursos internacionais?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca tiveram?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Contas no exterior?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fizeram alguma remessa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Desconheço totalmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma dessas empresas trabalhava com câmbio? Comprava, vendia dólar?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Com câmbio não. Só a Atlas que trabalhava, mas vendendo ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que funcionava isso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Mais ou menos, a parte operacional, a mesa de operação não sei, porque não mexo com isso, compra e venda de ouro, a minha parte é mais administrativa, ou seja, preparar a documentação para a contabilidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas como é que o senhor podia controlar uma coisa sem conhecer? Como é que o senhor podia ver se estava certo?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Mas aí eu não estava fazendo auditoria de mesa de operação, eu controlava a parte burocrática, fornecedores, etc., para conferir, ver se realmente a nota bateu, enviar os documentos para a contabilidade em São Paulo na época em que tinha a Atlas aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual era a operação da Atlas com câmbio?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Com câmbio eu não sei, nunca vi fazer. Só sabia de ouro, porque eu vi eles cotando e vendendo ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas vendiam em reais ou em dólares?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Em reais, porque depositavam nas contas e eu inclusive tinha que controlar isso também. Depois vinha a listagem e eu confrontava com os depósitos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor também conferia a movimentação financeira?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não toda, só os depósitos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os pagamentos não?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, porque eu só anexava a cópia dos cheques e o Financeiro é quem mandava para a frente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor controlava esses pagamentos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Conferia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os pagamentos o senhor também verificava se estavam certos ou errados?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Se estava certa, vamos supor, uma hipótese, a emissão de uma nota com um cheque. Outra coisa que eu tinha que observar é se a emissão da nota não tinha alguma irregularidade, essas coisas, para mandar para a contabilidade. Somente isso, mais nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos os pagamentos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Todos os pagamentos que eram feitos por Rio Preto. Depois, passados alguns dias, quando fechava o movimento em São Paulo, eles mandavam também as cópias para eu conferir. DARF, impostos, tudo eu conferi para ver se foi reiniciado certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a movimentação pessoal do Sr. Constantino quem conferia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Conta particular dele eu não mexo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não mexia, não. Não é? (Pausa)

O senhor conhece os sócios do Sr. Constantini? Quais eram eles?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Únicos Comércio...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não. Os sócios.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Da Atlas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – De cada uma delas.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – De cima eu já falei para o senhor é o Dr. João Tajara.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João Tajara?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – É. Os demais não lembro, porque a maioria é dele, a maior participação. Devia ser tudo Únicos Comércio e ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não conhecia os outros sócios?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Qual?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qualquer outro sócio?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, porque a maioria das empresas dele era Únicos Comércio e ele. Então esse comércio é dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sheyla Kersting, o senhor conheceu?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Trabalhou na Atlas, em São Paulo, junto como Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor conheceu?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Conheci uma vez só. O resto era por telefone.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ela fazia com o senhor?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ela administrava a Atlas junto com o Sr. Hilário e eu que fornecia a informação para ela e ela para mim para o negócio de impostos, para ela mandar documentos para mim. Só, o único contato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve com ela uma vez só?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Em São Paulo é. Aliás, eu só estive lá em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só uma vez?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Só uma vez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aqui ela nunca veio?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o resto o senhor fazia contato por telefone.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ela fazia o que lá, o senhor sabe?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Parte administrativa, também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luis Felipe de Saldanha da Gama?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Operador da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Operador, é aquele que, falei para o senhor, mesa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha contato com ele?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Tinha, mas não o dia todo, porque a minha sala era outra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era aqui em Rio Preto?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Era.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele quem vendia e comprava?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Todos eles faziam negócio, comprando ou vendendo ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eram sócios ou eram só funcionários?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Funcionários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Sheyla também era só funcionária?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Só funcionária.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Álvaro Alves de Oliveira.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Também a mesma coisa, operador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era sócio ou funcionário?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Funcionário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Augusto Garcia Santana?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Operador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não era sócio?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Décio Miranda.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edson Pereira Ramos.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aparecido Gomes de Assumpção Júnior.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Trabalhava com o Sr. Hilário Sestini Júnior como motorista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só fazia isso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – É, motorista e ele cuidava também dos estoques da Planet Celular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Planet com...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Com “t” mudo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com “t” mudo, Celular. Isso do Hilário?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adilson de Campos.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca viu?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mateus de Abreu Constantini.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Filho do Sr. José Constantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É só filho ou era sócio também?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ele é sócio nas empresas da Únicos Comércio e agora ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da Únicos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – É. E a Únicos... é ficou só na Únicos, porque ia passar doação, agora não sei se foi feita para a Atlas. Porque mudariam daqui, né.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Célio Tabith Júnior?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Trabalhava em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era o quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não é da minha época, mas parece-me também que era mesa e diretor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Guilherme Montelione Tabith.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Também a mesma coisa. Parece que era operador e diretor também, porque não era da minha época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Benedito Bráz Raiel.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claudinir Roberto Otonieri.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Faz parte de uma empresa também de jóias da Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele é o quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Dono de uma empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Acho que é o próprio nome, depois é EPP.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claudinir Roberto Otonieri.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – EPP deve ser o nome, porque não consigo lembrar mais. Tem algum tempo também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – EPP quer dizer o quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Empresa de Pequeno Porte.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele era sócio, tinha alguma com o Sr. Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não sei se antes dele abrir essa empresa era sócio na indústria de jóia, não sei porque foi depois que ele abriu essa empresa de terceirização.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sérgio Urian.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Fazia parte da sociedade da indústria de jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fazia parte como?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Sócio, pelo que eu li, porque eu não freqüentava a indústria de jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nessas empresas em que o senhor fazia esses serviços, a empresa de jóias o senhor não fazia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Fiz só uma vez, mas quando eu estava no meio do trabalho tive que parar para poder ir para a Cosvel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Porque o Sr. Zé achou mais conveniente ir para a Cosvel, porque teria mais urgência, na época, de um trabalho que tinha que ser executado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que não o senhor não fazia também na empresa de jóias constantemente?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Porque não dava tempo, doutor. Não tinha como fazer tudo ao mesmo tempo. Às vezes, tinha trabalho que o senhor ficava dois meses na empresa. Não tinha como cobrir todas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é que fazia o seu trabalho na indústria de jóias?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Não tinha. Tinha um contador que fazia por lá, mas o Sr. Zé nunca preocupou tanto em mandar para a indústria de jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinha alguma outra empresa que o senhor não fazia esse trabalho, além da indústria de jóias?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Vou tentar recordar. Não, a exceção foi a indústria de jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantas empresas o Sr. Constantini tinha a sociedade majoritária ou minoritária? O senhor meu deu aqui a Metalúrgica Ferrame, a Raiel Ferrame, Cosvel, Malanda, Trip, Únicos e Únicos. São só essas e mais a indústria de jóias ou tem mais alguma?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Eram 23 empresas, muitas já estão extintas. Agora, lembrar o nome de todas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas que o senhor não fazia esse trabalho.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Que eu não fazia era só a indústria de jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nas outras 22 o senhor fazia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Não, porque tem empresas dele extintas anterior à minha admissão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– É difícil, eu tenho a relação das empresas, mas não tenho a data da fundação, nem da extinção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hélio Shimokomaki.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Também empresa EPP. Sei porque eles eram clientes da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eles tinham alguma relação com o Sr. Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Tinham, eles trabalharam com o Sr. Constantini muitos anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram funcionários?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Eram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sérgio também?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– O Sérgio eu não sei, mas os demais eu sei. Mas o Sérgio acho que era sim, muitos anos. Se bem que eu não o conhecia. Sabia só de nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reinaldo Melazi.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– EPP também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – EPP é uma empresa de pequeno porte. Foi funcionário também?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Tenho certeza, foi. Porque quase todos se desligaram da indústria de jóias e cada um montou um EPP.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João Tajara da Silva. Era sócio das primeiras?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adriano Edson Marques.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Ele montou recentemente uma empresa de **telemarketing** para suprir a saída da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para suprir o quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Com a saída da Atlas ele tinha a intenção de montar uma empresa de **telemarketing** e conversou o Sr. José para montar essa empresa e aproveitar no **telemarketing** a quantidade de cliente que a Atlas tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era funcionário da Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele foi o quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Ele trabalhou na Raiel Ferrame durante muitos anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcelo Pizzo de Lippelt?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antônio Carlos Sestini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Também foi operador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele era do Sr. Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Funcionário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era parente?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Do Sr. José, não. Ele é parente do Hilário Sestini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele é do Hilário?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Acho que é primo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor reconheceu o Sr. Hilário Sestini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Conheci e trabalhei para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a relação do Sr. Hilário com o Sr. Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Eles eram sócios na Atlas há muitos anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quando a quando?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– É anterior a mim. De 1997 a 1999, tenho certeza, mas anterior eu não sei. Só sei que tinha muito tempo que ele estava lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles eram amigos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Profissionalmente, durante o período que estive ali amizade profissional. Agora, amigos de frequentar a casa eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor participou da constituição dessas empresas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ajudou a registrá-las na Junta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não porque eu não trabalho com isso. Quem faz isso é contador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem foi que constituiu e fechava as firmas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Na Atlas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qualquer uma delas. O senhor falou que ia no 23...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– A Atlas era a Paulista Assessoria Contábil em São Paulo. A Raiel Ferrame era o Júlio o contador, na Únicos Construtora era o Dinael, na Cosvel não me recordo o nome, na metalúrgica o nome mas vou me lembrar já. O Silva era o diretor da metalúrgica agora o contador eu...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe me dizer por que abria e fechava tanta firma assim?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não abria e não fechava. A Metalúrgica Ferrame foi vendida, assim como a Raiel, Cosvel e Trip. Não era abria e fechava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A D. Sheyla continua como funcionária do Sr. Constantini hoje?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não, ela saiu em 1999.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe por quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– A saída dela é que originou esses problemas todos que estão acontecendo, porque no dia acompanhei. Quer que explique?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quero.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– O Sr. José Constantini havia pedido ao Hilário para demitir a Sheyla, porque ele queria admitir a filha dele. Queria, não; ele iria admiti-la. O Hilário não cumpriu a determinação. Então, o Sr. José demitiu a Sheyla. Pronto! Começou a desavença entre o Hilário e o Sr. José. Sei desse fato porque eu trabalhava com o Hilário.

Um dia, o Hilário foi, de manhã, à indústria de jóias e discutiu com o Sr. José não sei sobre qual assunto – eu não estava presente lá, pois me encontrava na minha sala. Eu vi o Hilário, porque da minha sala dava para ver a sala em que eles estavam – uma sala de operações –, recolhendo todos os seus pertences, meio alterado em virtude da discussão, e levando tudo embora. Como tínhamos muita amizade, tentei ver o que estava ocorrendo, mas ele apenas disse: “Não interessa; não interessa.” E foi embora. A partir daquele momento, o Álvaro falou: “Agora há um problema. Eu entreguei a ele 57kg de ouro para transportar para São Paulo e fazer o refino – era comum ele fazer isso. Então, os 57kg de ouro estavam em poder dele.”

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em poder de quem?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Do Hilário.

Então, começou a confusão. O Sr. José tentava fazer com que ele devolvesse o ouro, mas não conseguia. A partir daí, começou uma série de ameaças via fax. Os originais estão comigo. Eu os guardei porque

considerarei tudo muito interessante – havia muitas ameaças. Eu sugeri ao Sr. José que fosse feito um laudo pericial de um desses fax no Instituto Del Picchia, em São Paulo – um laudo que valesse juridicamente. Não sei se V. Ex^a sabe, mas é possível pedir a um perito que faça um trabalho sem a necessidade de utilizá-lo juridicamente. Esse laudo confirma...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi feito esse laudo?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Foi. O laudo confirma que partiu do fax dele as ameaças.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dele quem?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Do Hilário. Da empresa dele: Dona.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a ainda é amigo do Hilário?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Gosto dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perguntei-lhe se é amigo dele.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, porque perdemos contato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há quanto tempo V. S^a não tem contato com ele?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – De 2001 para cá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E V. S^a é amigo do Sr. José Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Amigo... É isso que eu falo para V. Ex^a. Amizade é algo diferente. Não frequento a casa dele nem vou lá; não tenho essa liberdade. Trabalho com ele e tenho uma amizade profissional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a continua trabalhando hoje com ele?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Continuo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há quantos anos V. S^a trabalha com ele? Desde 1992?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Desde 1992. Parei em meados de 1995 e voltei em 1997.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em uma função de confiança?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Acredito que sim, porque, se eu confiro caixa e tudo o mais, deve ser um cargo de confiança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a tem em seu poder esses *faxes*?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Os originais estão na minha empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – V. S^a pode passá-los à CPMI ainda hoje?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Posso. Tão logo eu saia daqui, irei à empresa para buscá-los. V. Ex^a quer os originais?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode ser uma cópia autenticada; uma cópia autenticada.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Cartório não autentica fax.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então o senhor vai me trazer o original, vou receber o original e lhe dou uma cópia recebida.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, tenho as cópias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O fax fala o quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Teria que voltar a ler todos... Vou ver se tem algum aqui. (Pausa)

Esse aqui é o laudo de enxerto de nome, o que fizemos. O senhor verá que em cima de vários documentos está o nome da empresa dele: Dona Comércio Importação e Exportação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que foi enxertado aqui?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – O nome do ex-Governador Fleury.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o ex-Governador Fleury?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor, apenas pela política, televisão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não viu se ele esteve na empresa Atlas ou em qualquer outra do Sr. Constantini.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Nunca vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Constantini era amigo dele?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Sabe disso não sei, não, mas deve ser porque ele é um político de renome e o Sr. José foi Presidente da ACIRP. Então deve ter algum contato com ele, sim. Amizade não sei, porque, como falei para o senhor, essa palavra... Amigo é difícil falar

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Fleury teve algum negócio com o Sr. Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor. Se tivesse, eu teria sabido, porque olhei essas empresas todas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era essa operação sobre o ouro? Como funcionava isso? O senhor sabe?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Não, porque eu não trabalho na mesa, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas nem de ouvir falar?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Ah, de ouvir falar, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que é?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Compra no garimpo. Compra na bolsa de valores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Compra, recolhe os impostos, que é onde eu conferia. Até aí que eu sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E faz o que com o ouro?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Depois que vem do garimpo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Vai refinar, porque ele vem bruto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Refina e depois?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Aí vai vender, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vende bruto mesmo ou transforma em jóias?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Não, porque todas as vendas são todas ouro fino.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É ouro refinado, já com os quilates?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– É. Pega o lingote, laminam e fica as “tirinhas” para fazer 100g, 200g. O lingote pesa 1Kg. Tem que refinar para fazer as “tirinhas” – não mexo com isso, não, chamo tirinhas – para poder pesar 200g.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E vendia o ouro laminado.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Ouro laminado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E vendia onde?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Em São Paulo e São José do Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na bolsa? Onde vendia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Tinha clientes, investidores, pessoa física...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E não exportava?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinha clientes em Foz do Iguaçu?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Foz do Iguaçu? O problema é que eu não vendia, mas deveria ter, porque vende no Brasil inteiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nos papéis que o senhor conferia o senhor não via se tinha Foz do Iguaçu.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Pode até ter, mas são tantos que fica difícil afirmar para o senhor. Mas 90% é provável que tenha sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas nessas vendas, havia pessoas que exportavam esse ouro, mandavam para fora?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Não. Isto eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Algum cliente do Sr. Constantini era exportador de ouro?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Não sei – também, não tenho contato com os clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinha alguma empresa de transporte de valores?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Dele?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não – que vendia ouro – o Sr. Constantini vendia ouro para empresa de transporte de valores.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Nunca ouvi falar nisto – já teve faturamento de empresas de transporte de valores – que transportava e cobrava o frete.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existia alguma empresa estrangeira que transportava valores para ele e cobrava o frete?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Nunca vi porque, primeiro, afirmar isto aí – porque se tivesse uma empresa estrangeira, a fatura viria tudo em inglês e eu não iria entender o que estava escrito. Nunca vi nada disto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca viu nenhuma movimentação pessoal do Sr. Constantini – de recursos para fora do País?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Fleury comprou ouro do Sr. Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Se o Sr. Fleury comprou ouro? De maneira nenhuma – os documentos passam na minha mão – e se eu tivesse visto o nome dele lá iria até assustar: comprando ouro aqui para quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma firma chamada Almatos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Fiquei conhecendo por uma dessas ameaças aí – porque ele colocou o nome dessa empresa aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está aqui?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Deve estar nesse aí – se não tiver, eu trago para o senhor porque está lá no fax. Além do...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe-me ver se eu acho aqui, por favor.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Além do que, já ouvi falar, também, dessa firma não só na CPI do Banestado, mas a dos Planos de Saúde, a do Painel do Senado – eu adoro assistir. O senhor, uma vez, falou dessa empresa lá. Olhe, Senador, Almatos está aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o que é isto?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu o Sr. Constantini falar sobre essa firma Almatos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse laudo falou que foi incluído o nome do Sr. Fleury – e fala mais – qual é a outra conclusão? Ele chegou a mais uma conclusão?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Que foi enxertado um nome?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que foi enxertado o quê? Um nome?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – O nome Fleury – nesse documento aí e, além de outras – laudo vai ficar com o senhor, não vai?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vai.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Depois o senhor irá ler ali que, além de outros enxertos que o perito...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os outros enxertos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Data, nomes... Aí, eu teria que reler para lembrar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar de uma empresa chamada Luli?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem nas CPI's a que o senhor assiste?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Sim. Na CPI e na Istoé – o senhor falou na Empresa Luli.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E conta Luli – conta-corrente Luli?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Pois é. Foi porque saiu na Istoé – eu, também, nunca vi isto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece essa empresa – LAA – Assessoria Independente?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Essa empresa LAA, o "L" é de Luis Saldanha da Gama, o "A" de Augusto e "A" de Álvaro. Eles montava para, também, prestar serviços para a Atlas e acabou que essa empresa não durou 6 ou 8 meses. Por que eu sei? Porque eu conservei com eles – eles trabalhavam lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que essa empresa fazia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eles iam dar assessoria para a Atlas – tipo terceirização. Aí, não sei por que cargas d'água essa firma demorou pouco tempo. Eu sei porque eu conversava com eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o Luiz, o Álvaro e o Augusto – não eram funcionários?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Da Atlas – o pessoal da Atlas, aqui, não era registrado na Atlas. Era registrado em firmas de terceirização para evitar custos de...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trabalhistas.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Trabalhistas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem movimentava a conta da LAA?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – A conta de quem?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A conta dessa empresa LAA, quem fazia o movimento?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ah, não sei nem se tem conta isso aí. Nunca... Eu não mexia com essa empresa. Eu não mexia com essa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda.?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Da mesma forma, o... Quando começou esse desentendimento aí, houve uma série de denúncias contra o

José Constantini, entre eles, que ele tinha participação nessa Casa Ouro Velho e em uma outra empresa que chama Silver Star, que aí, inclusive, a Receita Federal iniciou uma intimação do Sr. José e um processo, tentando... Chama sujeição passiva esse processo que eles abriram. Eu chamo processo, da Receita Federal. Só que não conseguiram vincular isso aí. Tudo, partiram das denúncias do Iram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o Sr. José tinha ou não participação na Ouro Velho e na Silver Star?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Nunca ouvi falar nessas firmas... Só fiquei sabendo agora, que acompanhei esse processo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A D. Sheyla trabalhava em alguma dessas firmas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – A Sheyla, quando levantei aí... Quando a Receita veio em cima, no contrato social, ela era como sócia-proprietária dessa empresa, da Ouro Velho, parece.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não era comum terceirizar? A Ouro Velho não trabalhava também com o Sr. Constantini, através da Sheyla?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Mas isso aí não é terceirização. Terceirizou foi o seguinte... Como abriu a LAA... Terceirizar, que eu quero dizer, é aqueles funcionários operarem aqui, não é movimentar banco, não é movimentar nada. A minha empresa mesmo, GH Ladeira, já prestou serviço com funcionários deles, da própria Atlas, registrados na minha empresa, tudo recolhido, todos os impostos recolhidos, fundo de garantia. Só mesmo trabalhando aqui, sem conta bancária.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha funcionários da sua empresa que trabalhavam para a Atlas, registrados na sua empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Isso. Terceirização, foi onde falei para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que não foi assim com a Ouro Velho?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Senhor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que não foi assim com a Ouro Velho?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Nem imagino. Primeiro, que eu nem sei o que era isso aí. Fiquei sabendo agora. Agora, de terceirização, é dessa forma que é feito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor, quando cobra do Sr. Constantini, o senhor cobra para pagar os encargos sociais também, não cobra?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Também. Também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que o Sr. Constantini não contrata direto as pessoas para trabalhar para ele?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Porque esse ramo, aí, esse ramo de mesa de... De negócio de valores mobiliários, tem uma série de benefícios que o senhor tem que pagar para os funcionários, entendeu? Além do que é de lei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os benefícios?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Cestas básicas, o reajuste deles é maior...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quer dizer que, na realidade, então, terceiriza para não cumprir a legislação trabalhista e os encargos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, não. Para tirar... Não tem, cada um tem uma categoria? Securitário, bancário...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, para burlar a categoria?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu não penso assim, não. Penso que é uma forma, porque ele está trabalhando legalmente, está tudo direitinho, está todo mundo registrado, tem contrato...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E não paga cesta básica, nem o reajuste maior.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Paga o reajuste...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da outra categoria.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Da outra categoria. Não é meu mérito, mas eu posso julgar. Eu não acho que está errado, não, porque esta tudo registrado, tudo direitinho, tudo pago, fundo de garantia, décimo terceiro, férias. E só pedir que eu te entrego os documentos lá da minha empresa. Entrego tudo aqui para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Moinho de Ouro Metais Preciosos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Fiquei sabendo, também, nessa confusão de... Que saiu nos jornais, aí. Que saiu no jornal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem é essa empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca ouviu falar nela?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Nunca ouvi. Mas, se não me falha a memória, numa das ameaças tem, agora não me lembro, são tantas coisas, dos *faxes* que vou trazer. Não posso afirmar isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é ameaça?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Os *faxes*.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a ameaça que essa Moinho de Ouro fez?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Dentro das ameaças, ele colocava uma série de contas. Deixe-me ver se vejo uma ameaça ali...

(Pausa)

Aqui não tem não, mas eu tenho lá. Como afirmei para o senhor não sei se tem essa do Moinho de Ouro Metais.

Eu procuro para o senhor nos que tenho guardado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não se recordou desse Décio Miranda?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Nesse processo que correu aqui na Receita Federal, esse nome está na Silver Star ou na Casa Ouro Velho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não é Moinho de Ouro, não?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não sei, eu vi esse nome já, depois que o senhor falou, ele está num processo desses dois aí. Ou está numa dessas ameaças aí, não sei, tenho que ver.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Edson, o senhor se lembrou? Edson Pereira Ramos?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Tinha que pegar esses dois processos e ver. Tem um desses nomes que está numa dessas empresas aí. Na hora que o senhor falou, eu puxei pela memória.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E da Silver Star, o senhor quem falou da Silver Star, não fui eu. O que tem a ver a Silver Star?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – A Silver Star a Receita Federal, essa intimação no processo administrativo, colocou o Sr. José como sujeição passiva, mas, sinceramente, não sei nem o que é isso. Teve que se defender porque eles estavam tentando ligar essa Silver Star e essa Casa Ouro Velho com o Sr. José Constantini. Recorreu e não se conseguiu provar até hoje – tentaram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca ouviu falar nessas 3 empresas? Ouro Velho, Silver Star e Moinho Ouro Metais? Nunca ouviu falar?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Nunca ouvi falar. Só depois que começou essa confusão aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar, nunca teve nenhum negócio, nem compra, nem venda?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Nada. O senhor tem a data da fundação dessas empresas, até onde elas movimentaram? (Pausa)

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece MPA?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Quanto à MPA, está correndo, aqui em Rio Preto, o Inquérito Policial nº 50/01.

Sei tanto disso porque estou acompanhando isso com toda a minha garra.

O proprietário dessa MPA é o Sr. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior. Depois que o Hilário saiu, o Ciro continuou trabalhando com ele. Provavelmente, só pode ter sido dessa forma. Obedecendo à ordens do Hilário, ele resolveu, em 2001, comparecer ao 1º Distrito Policial de São José do Rio Preto para dizer, em um BO, que eu e o Felipe mandamos ele abrir essa conta. No outro dia, compareci à 1ª DP e verifiquei que o BO estava todo errado. Porque, primeiro, estava lá que eu... (Pausa)

Só um minuto.

Eu posso até deixá-lo com o senhor porque tenho cópia. O BO foi feito às 16 horas do dia 25 de junho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano ele foi feito?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Em 2001.

Nesse BO, constam empresas-partes, Atlas DTVM, presente ao plantão, endereço (...) Representante, Gastão Henrique Ladeira Filho. Quer dizer, se a Atlas está presente, sou eu quem estava lá. Não é isso? Cargo: encarregado-geral. É claro que eu não ia estar. Então, corri lá. Eu disse: “Vou me preservar porque isso é mentira”. Aí compareci e rebati o que ele falou. Primeiro, eu não estava lá. Inclusive tomei conhecimento desse BO porque ele também me foi enviado via fax como ameaça. O senhor quer o BO? Declarei lá que, primeiro, não estava presente, que não sou representante nem encarregado-geral da Atlas. Não sou! Dou assessoria administrativa. Declaro ainda que o conteúdo do histórico, acima indicado, o BO, é inteiramente desconhecido do declarante, e que jamais pediu ao Sr. Aparecido Gomes da Assumpção Júnior – esse senhor – que abrisse firme ou negócio de interesse de terceiros. A presente declaração é feita seja para ratificação do equívoco – quer dizer que a polícia viu que houve o equívoco.

Em 25/06/2001, esse Sr. Aparecido fala que eu o Felipe mandamos que ele abrisse conta. Não mandei ninguém abrir conta. Quando ele abriu essa empresa NPA assinei como testemunha, como assino para centenas de pessoas, desde que nasci. É normal a pessoa chegar com o contrato social e lermos, porque ele vai

ter que registrar na Junta. Ele pediu que eu assinasse como testemunha.

Em fevereiro de 2002 ele declarou no Jornal Nacional, da **TV Globo**, e em outras emissoras que o José Paschoal Constantini mandou que ele abrisse essa conta. Tenho, inclusive, essa fita transcrita pela perícia da Polícia Civil. Em 2002 ela já fala que sou José Constantini. Depois que ele saiu do Hilário, foi demitido e entrou com ação trabalhista, ele vai à Receita Federal e fala que o Hilário mandou que ele abrisse conta. Isso ocorre desde 2001. Eu gostaria que ele decidisse, porque cada hora é um, tenho documentos que provam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor está com esses *faxes* originais?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Porque eu sabia que um dia isso aconteceria. Quando passo fax, se não guardo o original, se trabalho com xerox, pode, às vezes... Se bem que ninguém vai contestar um laudo pericial, tanto é que o laudo foi feito em cima do fax original.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas por que não foi o Sr. Constantini que guardou esses fax?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Dou assessoria para ele. O senhor já imaginou se ele guardar todos os documentos de que necessita? Ele não tem espaço para isso não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor tem espaço para guardar tudo de que ele precisa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Das empresas para as quais estou trabalhando agora tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não é estranho isso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Por quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque se o documento é do seu cliente, ele guarda. O senhor diz para ele guardar, porque será importante.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Mas é, porque se a pessoa começa a receber ameaça não é bom o senhor guardar aquilo? Pode-se precisar um dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, claro, mas por que não foi a Atlas, o Sr. Constantini que guardou e foi o senhor que guardou?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Porque está na minha empresa. Eu dou assessoria para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas os documentos normais dos seus clientes ficam na sua empresa ou nas empresas deles?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Os normais, dos quais não precisarei, ficam na empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo que o senhor precisa guarda na sua empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Vamos supor que a Únicos construtora está cobrando judicialmente um prédio que foi vendido em Ribeirão Preto e estou acompanhando. Tenho que guardar os documentos todos. Eu estava fazendo o levantamento agora de um loteamento, um desmembramento. Tenho que guardar tudo aquilo também, tenho que manusear toda hora aquilo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas enquanto o senhor está trabalhando está certo. Mas o senhor guardou esses fax por que o senhor iria manuseá-los?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu poderia precisar novamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Poderia é uma coisa. Quando ao desmembramento, o senhor está manuseando, mas...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não estou manuseando, está guardado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na sua empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Na minha empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As coisas importantes dos seus clientes ficam na sua empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ficam, por quê? Ficariam na casa dele?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cada cliente guarda suas coisas importantes. Não é assim?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não penso assim não. Suponhamos, um empresário com tantas empresas, eles não vão guardar tudo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a remuneração que o senhor tem, mensal, do Sr. Constantini?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Mil e seiscentos reais. Tenho nota e tudo tirado. Eu tiro nota para Únicos Comércio e Únicos Construtora, porque dou assessoria lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalha para quantas empresas dele hoje?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – No exato momento, estou acompanhando esse desenrolar da Atlas aí com ele e Únicos Construtora e Únicos Comércio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Únicos Consultora e Únicos Comércio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor trabalhava para aquelas firmas todas – oito – quanto o senhor recebia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – 92, é difícil. Porque houve uma época aí que, enquanto aquelas histórias...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, o senhor pode me falar quanto o senhor ganhava em 97, 99, que o real já era existente.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – 97, 99 eu já estava aqui na Atlas. O senhor está falando anterior às anteriores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – No dinheiro...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor voltou em 97 na Atlas, mas continuou dando assessoria para outras empresas, não?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só para a Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Depois que eu vim para cá em 97, eu fiquei só mais é na Atlas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto é que o senhor ganhava na Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – A mesma coisa, porque eu trabalhava para Únicos Comércio também e para a Únicos Consultora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ganhava 1.600 reais?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – 1.600 reais. E do Sr. Hilário Sestini eu ganhava 500 reais para dar assistência para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor recebia alguma coisa por fora?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor. Como por fora?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como autônomo? Nada como autônomo?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, depois que eu montei a empresa, não havia necessidade. (Pausa)

O senhor vai querer aquele B.O. de onde começou essa confusão?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou ver já, já.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – E a transcrição da fita lá...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – ... que a própria polícia fez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Essa vou que trazer também junto com o fax.

O SR. RELATOR (José Mentor) – o senhor conhece a firma Raiel e Martinez Ltda.?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não senhor, nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar? E esta Raiel Ferrame Produtos Siderúrgicos, é a do tal Dr. João? Era aquela que o senhor falou no começo do Dr. João?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ele era sócio com o Sr. Zé lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E que eles faziam com a Atlas? Tinham algum negócio com a Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Com a Atlas nunca vi nada, não. Trabalhava fazendo a parte administrativa, conferindo as coisas, mas movimento que o senhor fala, comprar e vender da Atlas, acho que não, porque a Raiel não mexe com ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela mexe com quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Mexia, né? Com ferro, esses negócios de plástico – PVC, caixas d'água...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fazia fundição?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, não. A Raiel que o senhor está falando, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Raiel.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, vendia, da Tigre...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Comércio, fazia comércio.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Isso, daquelas empresas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Júlio César Afonso Cuginotti?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não o conheci, não. Mas teve uma ação aí que correu aqui em São José do Rio Preto que fui envolvido nela, que depositaram um cheque na minha conta e esse cheque foi sustado, quer dizer, transitou na minha conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cheque de quem?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Cheque de...?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que cheque que transitou?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Um cheque de 39 mil reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem depositou?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Até hoje eu não sei, não entendi isso, porque foi assim: quando peguei uma época, foi em 2000, para mim poder aumentar um pouco a minha remuneração, o que eu fazia? O pessoal da mesa, na hora que a ligação chegava por cotação, ligavam, eu passava a cotação, se o cliente ia fechar, eu já passava para ele o número da conta para ele depositar, não é? Quando o cheque era compensado, aí eu passava para a mesa, a mesa tirava a nota e entregava o material. E esse cheque foi parar na minha conta. Ele voltou, como voltavam dezenas, centenas. Quando o cheque volta o senhor nem toma conhecimento dele. Então, o cliente não liquidou.

Na época, o que eu fazia? Quando cheque voltava e para não deixar tudo esparramado, eu colocava dentro de um envelopinho. Daí, vieram perguntar “cadê o cheque?”. Eu não conseguia lembrar porque eram dezenas e quem ia buscar era o **boy**. “Não sei porque não destacou quem é o cliente, não sei, não estou entendendo o que é isso”.

Passada uma semana que o Mateus me lembrou “oh, Gastão, esse cheque eu peguei na sua mão”, mas eu nem estive com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é Gastão?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – É o filho do Sr. Zé.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia na empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Mateus? Estava dirigindo a empresa porque o Sr. Zé já tinha...O Hilário tinha saído.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi isso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – O sucedido do cheque ou a saída do Hilário?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto o Sr. Mateus falou com o senhor.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Mais ou menos uns quatro ou cinco dias depois que eu estava desesperado procurando isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi isso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Deve ter sido em abril de 2000.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aí o senhor lembrou do cheque e pegou o cheque.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Entreguei para ele que me fez lembrar. Graças a ele porque não me lembrava disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aí? O que aconteceu?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – O cheque para mim não valia nada mais porque se não foi contabilizado nada. Então, simplesmente entreguei como entregava para os outros clientes também que não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que o Sr. Mateus fez com o cheque?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Levou a pedido do Cuginotti, de acordo com as declarações dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A pedido do juiz?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – É, eu li essas declarações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu queria só que o senhor repetisse porque os cheques passavam pela sua conta.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Porque, na época, em 2000, passei um tempo intermediando essas vendas, atendendo o cliente e passando a cotação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Venda de quê?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Do ouro, mas eu não vendia...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não falou para nós que fazia só a parte administrativa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, mas nesse período aí fiquei, mais ou menos uns nove meses fazendo isso, para poder ver se dava alguma coisa e, como não dava nada, eu parei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fazia a intermediação para quem?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu atendia os cliente da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na mesa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, o telefone era aquele sistema que tem com tanta ligação, tanta ligação que, se não dá para alguém atender, ele passa na mesa do senhor, entendeu? Passava na minha mesa, se pegar, atende já que ninguém atendeu lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor atendia para fazer operação da mesa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não para fazer operações dela, para atender o cliente. Eu passava a cotação. O cliente dá o código dele, a nota passa no fim do expediente para o pessoal da mesa que passa para São Paulo e passa para tirar a nota e pronto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que o cheque ia para a sua conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Porque era a única forma que eu tinha de controlar o que eu estava recebendo para poder...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, quero lembrar ao senhor que está sob juramento.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Só?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou lembrando ao senhor que está sob juramento.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Correto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o cheque passava pela conta do senhor?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Para meu controle, para acertar no final do dia ou no outro dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que não depositava na conta da empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Porque eu perderia o controle, misturava com... Se o senhor soubesse a quantidade de envolvimento que era aquilo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas por que o senhor não anotava em uma folha de papel, cheque tal, valor tal, cheque tal... E o senhor tinha o controle.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Vamos supor: o cliente na hora em que pega a cotação e fecha ele fala “não, quer duzentos gramas, pronto”. Ele não tem como dar o número do cheque, todos os cheques, como é que vai pagar. Então, Nossa Senhora, eu não conseguiria fazer isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas essa é uma movimentação paralela da empresa, é isso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, não era paralela porque eu repassava o dinheiro para eles que tiravam a nota e pronto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas me explique por que não passava pela empresa, só isso. Direto na empresa.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Para melhor controle. Falei para o senhor que se ele misturasse com a...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vamos dizer assim: o senhor está movimentando recursos da empresa.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Se eu estava?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Movimentando recursos da empresa na sua conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Isso. Mas repassava o dinheiro para eles para poder

fechar a conta para poder sobrar o que eu ia ganhar, não é? Isso girava em torno de 0,2, 0,3.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E todo o recurso era passado para a conta da empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Sim senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Oficialmente? Se eu quebrar...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu fazia o cheque...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se eu quebrar o seu sigilo e o da empresa, vou encontrar os mesmos valores depositados em um e outro?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ah, vai ter que achar. Vai ter que achar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tinha nenhum valor por fora?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu não creio mesmo. Mas, se casar, vão achar. Porque tirava notai, uai. Como é que tira nota se não passou?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor não sabe por que depositaram 39 mil na sua conta? Esse cheque de 39 mil o senhor não sabe quem foi?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não sei porque não houve, naquele dia, ligação nenhuma telefônica. Só sei que quando esse já voltou, quando ele voltou, que eu vi que ele estava assustado inclusive, para mim não havia mais nada. Entendeu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendi.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Quando... Quando um cheque volta, sem fundo, o cliente vai ter que ligar para ver se estava liberado, não teria? Ninguém ligou. O cheque estava parado lá. Foi quando...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor ganha R\$1.600,00 por mês.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deposita um cheque de R\$39 mil na sua conta. O cheque volta sem fundos, e o senhor larga o cheque? O senhor quer que eu acredite nisso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ah, mas o problema é que esse dinheiro não é meu. Acabei de falar para o senhor que chegava no final do expediente ou no outro dia, já passava para a Atlas aquilo que foi feito e eles tiravam as notas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que o senhor não repassou o cheque sem fundo para a Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Como é que vai repassar cheque sem fundo se não

vale nada, se não houve fechamento de negócio? Tinha que devolver para prestar conta. Porque entrou na minha conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por isso mesmo. Por isso mesmo, tinha que prestar contas: “Olha aqui, este cheque não foi compensado”.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Porque alguns clientes que, quando eles ligavam e pegavam a cotação, o próprio **boy** deles ia lá buscar. Então, eu falei...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já conhecia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ele vai ligar aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já conhecia o Dr. Júlio César?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Nunca... Só por noticiário. Só por noticiário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse cheque deveria ser em torno de uma operação de uma compra de ouro?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Se fosse compra de ouro, eu saberia, que eu teria anotado o número do cliente que fechou. Não tinha ninguém. Por isso que eu falei para o senhor. Ninguém ligou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não foi o senhor que depositou na sua conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E também não chamou a atenção do senhor o depósito na sua conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não chamou porque quando o senhor vai pegar o saldo no outro dia e tem cheque devolvido, como é que... Tem um cheque desse aí, devolvido, no valor desse, que eu... Eu falei: “Mas ninguém fechou nesse valor. Vamos aguardar, porque às vezes pode ser algum cliente que – como é que fala? – deposita e depois liga”. Entendeu? Isso que eu esperei. Só isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todo mundo tinha o número da sua conta? Os seus clientes tinham o número da sua conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Só aqueles que eu atendia o telefone, quando caía na minha mesa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que esses o senhor não atendeu o telefone e depois está na sua conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Isso é que eu pergunto para o senhor, porque às vezes...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A mim não. O senhor é que tem que responder.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Pois é. Mas às vezes acontecia também de algum cliente que vai ligar e tudo mais, já que, como, vamos supor, uma hipótese, uma hipótese, na semana passada ele depositou. Ele já depositava e no outro dia ligava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse depositou e não ligou?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só o filho, que foi procurar alguns dias depois com o senhor?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Aí perguntou para mim se estava com problema. Aí eu falei: “A única coisa que eu tenho é esse cheque aqui, que eu não sei o que é esse trem aqui, ó”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele falou...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Esse cheque não. Estava aqui. Entreguei para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele explicou para o senhor por que ele queria o cheque?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Senhor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele explicou para o senhor por que ele queria o cheque de volta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor deu o cheque para ele?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu dei. Como eu acabei de falar com o senhor. Para acerto com a Atlas, não valia nada. E outra. Depois, ele falou para mim: “Você entregou para mim, Gastão”. Falei: “Graças a Deus, porque eu não estava entendendo onde foi parar isso, o que é isso. Alguém buscou esse negócio aqui”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele disse... Quando o senhor perguntou: “O que é isso?”, o que ele respondeu para o senhor?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor perguntou: “O que é isso?”, o que ele respondeu para o senhor?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Ele é que falou para mim, depois que eu fiquei preocupado com esse negócio. Eu falei: “Como é que esse cheque...” Ele falou: “Gastão, esse cheque, você não lembra que você me entregou.” Eu falei: “Não lembro”. Ele falou: “Mas você entregou”. Eu falei... Então... Porque... Filho do Sr. José, administrando a empresa,

me pergunta se está com algum problema e eu entrego, eu falei: “O único que eu tenho é este aqui.” E era um cheque parado. Estava dentro do envelope”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele adivinhou que tinha um cheque no envelope, parado?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Eu que falei. Ele falou: “Você está com algum problema?” Aí, como...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, Sr. Gastão, o senhor acabou de falar que o cheque não era problema, que não foi compensado, não foi feito o negócio.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Pois é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que problema poderia ter aquele cheque?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Para mim, nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, por que o senhor falou que era problema para ele?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– O problema que a gente fala, vamos supor: se tenho vários cheques devolvidos, todos já vieram buscar e esse aqui está parado, três, quatro dias parado, dois dias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não me falou agora a pouco aqui, para todos ouvirmos, que aquele cheque, quando foi devolvido, o senhor falou “isso aqui não é problema, não compensou mesmo, não tem negócio nenhum”?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aí virou problema de um dia para outro?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando ele perguntou para o senhor, aí vira problema?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não, então vou mudar a forma de expressar, porque não quis dizer problema. O único caso insolúvel que tenho é esse aqui. Pronto, foi assim, mais ou menos. Eu chamo de problema, porque parado aqui, ninguém liga.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, qual era o caso insolúvel? Por que era insolúvel esse cheque? Por que era insolúvel?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Porque ninguém tinha ligado até aquele dia, e eu achando estranho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não sabia nem o que era o cheque.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Justamente isso. É igual teve uma vez. Eu tenho o

documento também, mostro para o senhor. Teve um depósito a minha conta que eu nunca vi aquele trem na minha vida, foi na mesma época, era cento e poucos mil reais, eu corri lá no banco e devolvi. Tenho a correspondência que comprova. Eu devolvi. Falei: não, não sei o que é isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fez o depósito desses cem mil?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não sei, porque, quando vi no extrato, era DOC. Só mandei estornar. Disse: estorna esse trem porque não sei o que é isso não. Nunca fiz um trem num valor desse. Tenho o comprovante da época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos cheques desse tipo passaram pela sua conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– De ter que devolver?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Só uma vez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Esse que eu tive que ir lá no banco e estornar. Porque um valor desse, falei: Deus me livre, o que é isso aí?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havia outros operadores da mesa aqui agindo dessa maneira, que passava os cheques das suas próprias contas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E eles controlavam os negócios que eles faziam?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– O meu ou lá?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cada operador controlava os negócios que cada um fazia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Controla.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem passar pela conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Como sem passar pela conta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem passar pela conta própria de cada um deles.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Mas não passa na conta deles, passa na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que o do senhor passava pela do senhor?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Para eu controlar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eles controlavam sem passar.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não tem como. Eles controlam sem passar porque,

quando eles fecham lá, já está com o código do cliente, já sabem a agência que vai depositar. Entendeu? É diferente do...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a comissão do senhor nesses negócios?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Era 0,2%, variava, 0,2% a 0,3%, dependendo do dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que não valeu a pena continuar fazendo as operações?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não estava dando muito dinheiro esse negócio, não estava valendo a pena não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não tinha um volume grande de cheques que o senhor tinha que controlar, senão perdia o controle? Não eram muitos negócios?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram muitos negócios que não davam resultado, é isso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não davam. Depende do dia, depende, eles passavam a cotação para mim, e aí acaba sobrando pouco. Falei: ah, vou parar com isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está percebendo que não tem lógica o que o senhor está falando? O senhor está percebendo?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Tem, tanto é que eu desisti.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se são muitos negócios que tinha uma comissão, e o senhor tinha que passar para sua conta para o senhor controlar, senão o senhor ia perder o controle, e não dava resultado?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não dava. Os muitos negócios que o senhor pensa não é assim tanta coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos são por dia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Mais ou menos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Tenho que lembrar quanto estava o grama na época... Uma média de uns, seriam assim uns dez mil reais por dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, quantos negócios?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ichi, aí. Podia dar, de dez mil, podia dar doze, quinze...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por dia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Por dia, mais ou menos, porque tem que ver o grama quanto estava na época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, se não passasse na conta do senhor, o senhor perdia o controle?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Perdia. Misturava com os dele lá, doutor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas e os outros rapazes que operavam na mesa perdiam o controle sem passar na conta? Só o do senhor perdia o controle?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Devem até perder, porque...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, por enquanto, estou satisfeito. Peço que permaneça no recinto o depoente.

Solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, designar um agente da Polícia Federal para ir à casa do depoente e buscar o original dos *faxes* e outros documentos a que ele se referiu.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não é na casa, é....

O SR. RELATOR (José Mentor) – No escritório, onde estiver o documento, e retornar para este recinto.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Designamos algum dos agentes da Polícia Federal que acompanhe o Sr. Gastão, o delegado ou um agente, para que apanhe esses documentos e retornem para cá.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – O seu depoimento já está terminado. Na seqüência, depois de olharmos os documentos, o senhor ficará à disposição da CPI até verificarmos os documentos. Está certo?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Excelência, por favor, quer que traga também da fita transcrita? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Dando seqüência às oitivas, vamos ouvir agora Luis Felipe de Saldanha da Gama, que é sócio da LAA – Assessoria Independente.

Pedimos à Assessoria que conduzisse o Sr. Luiz Felipe Saldanha da Gama até a sala. (Pausa)

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, no momento em que chega a esta sala para sua oitiva o Sr. Luis Felipe de Saldanha da Gama. Quero lembrar ao depoente o termo de compromisso. O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obri-

gado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º inc. LXIII, da Constituição Federal.

É o termo que o senhor assinou.

O senhor tem, a partir deste momento, 30 minutos para fazer uma explanação aos membros desta CPI sobre o que conhece dessa operação e o que envolve as denúncias do Hilário Sestini e também do que envolve o Sr. José Costantini. Por favor.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – O que conheço é o que tem saído nos jornais. Eu trabalhei na Atlas e o que temos visto aí é o que realmente tem aparecido aí. É isso que sei das...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas gostaríamos de que o senhor, que trabalha na Atlas, fizesse exatamente essa explanação.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – O senhor gostaria que eu fazia lá. É isso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem que falar à CPI, o senhor como trabalha na Atlas,

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Trabalhei, não trabalho mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trabalhou na Atlas, conhece a história de tudo isso, queríamos exatamente ouvir do senhor uma explanação histórica do que o senhor viu e o que o senhor tem a nos dizer.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Olha, o que eu realmente vi, eu realmente não vi nada. Eu trabalhava aqui em São José do Rio Preto, as operações de compra de ouro eram passadas para São Paulo, para a Atlas, onde era feito o encaminhamento e onde eram fechados os negócios. Então praticamente essa parte não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou de quando a quando na Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Trabalhei de 93 a 2001.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor saiu por quê?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – A empresa fechou aqui em Rio Preto, aí fui trabalhar com a AE Marques, uma empresa de telemarketing.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fazia o que na Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Eu era operador de mesa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual é a função do operador de mesa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Vender ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor fazia então essas vendas de ouro. Como era o ouro?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Era ouro comprado no garimpo, comprado no BMF, era comprado em outras DTVMs e vendido para pessoas físicas, jurídicas, indústrias e na própria BMF.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não falou que o negócio era fechado em São Paulo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – É, nós passávamos as operações daqui para São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quem fechava a operação, não é a mesa quem fecha a operação?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Nós só passávamos o cliente para São Paulo. Lá em São Paulo era feito o fechamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Descreva para mim o seu serviço. O que o senhor fazia? Tocava o telefone...

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Tocava o telefone, eu atendia a ligação, dava a cotação do material, se o cliente estivesse interessado, encaminhávamos para São Paulo, para ele fechar lá em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele fazia outra ligação para São Paulo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Fazia. Fazia outra ligação e fechava com eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que ele não pedia a cotação em São Paulo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Porque era pessoal de São José do Rio Preto. O pessoal de São Paulo ligava lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando os clientes eram de Rio Preto, é isso?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram duas mesas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Eram duas mesas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uma em Rio Preto e outra em São Paulo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor fazia Rio Preto?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Eu ficava aqui em Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinha alguém que fechava negócio em Rio Preto?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Às vezes havia um fechamento, mas já passava direto fechado, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando... O senhor nunca fechou um negócio em Rio Preto?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Se fechei, foi um ou dois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Outros operadores de mesa fechavam negócio em Rio Preto?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Alguns fechavam. Eram muito poucos fechamentos aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor fechou esse negócio como aconteceu? Descreva-me um caso em que o senhor fechou um negócio.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Foi fechado o negócio, foi passado para São Paulo e São Paulo encaminhava para onde ia ser depositado o dinheiro e quando iriam mandar o material com a sua respectiva nota.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não existia venda sem nota?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E São Paulo é que dizia onde depositava o dinheiro, Por quê?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Muitas vezes nós mandávamos para lá os cheques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muitas vezes quer dizer o que, que tinha outro jeito de fazer? que depositava aqui também?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Aqui tinha uma conta da Atlas em Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor depositava na conta da Atlas alguns casos?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Sim. Clientes que levassem o cheque em Rio Preto, depositávamos aqui na conta da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ou em caso contrário, encaminhava o cheque para São Paulo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – É; que às vezes eles depositavam na conta da Atlas em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por malote? Como ia o cheque?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Por malote.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há algum caso de depósito na conta do operador da mesa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor quando fazia esses negócios anotava o controle das operações.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, não fazia isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor fazia?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Às vezes anotava num papel e depois jogava fora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ganhava comissão pelos negócios fechados?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, eu tinha salário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E não tinha comissão?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, não precisava controlar.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, não precisava. Eu ganhava fixo, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei. Quem mais operava na mesa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Eu, Augusto, Alvaro. Nós três.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Gastão fazia o que lá?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – O Sr. Gastão dava assessoria financeira às empresas do Sr. José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que era isso?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Ele cuidava dessa parte não financeira, a parte administrativa, a parte burocrática das empresas dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E operou na mesa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se ele comprou ouro, revendeu ouro para ele investiu?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não sei, não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na mesa ele nunca trabalhou.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, na mesa não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez ele ajudou o senhor ou ao Sr. Augusto, o Sr. Álvaro?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando tinha um volume maior de ligações podia ser que caísse

na mesa dele ou em outra mesa para fazer a operações?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não. Só ia para a nossa mesa mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tinha como fazer?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se alguém depositasse o dinheiro de um negócio na conta própria o que acontecia?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Como na conta própria?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor, ao fazer uma operação, pegasse o dinheiro e depositasse na sua conta...

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não. Impossível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Impossível? O senhor não conhece nenhum caso?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Nunca. Ninguém fez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor abriu essa empresa, a AE Marques, é isso?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Se eu trabalhei nela?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalha?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não. Trabalhei e sai em novembro do ano passado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem alguma coisa a ver com o Sr. Costantini essa empresa ou não?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o endereço dela?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Era na Rua Voluntários de São Paulo, 3.169, 7º andar...8º andar, desculpe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela tinha alguma loja, alguma filial em São Paulo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Qual empresa, senhor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A AE Marques.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só aqui?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Só aqui em Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é o proprietário dela?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – É

Adriano Marques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele teve algum tipo de relação com o Sr. Costantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Ele

trabalhou com o Sr. José há muito anos atrás.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trabalhou em quê?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não sei. Exatamente, não sei. Mas ele já trabalhou com o Sr. José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas essa empresa, a AE Marques, não tem nada mais a ver com o Sr. Costantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA –

Não. Não tinha. O Adriano pediu para o Sr. José quando a Atlas foi embora se ele poderia fazer a parte de **telemarketing**, avisando os clientes que a Atlas tinha ido embora e que existia a possibilidade futura que ele entraria no Banco Central para obter autorização para trabalhar com metal aqui em Rio Preto.

Mas, infelizmente, não conseguiu. Eu fui dispensado e acabou a empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fechou essa empresa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Fechou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela teve alguma outra negociação com o Sr. Costantini essa empresa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Que eu saiba não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Hilário Sestini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Conheço, sim, senhor. Ele é meu cunhado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se dá bem com ele?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Nós nos dávamos muito bem e por problemas particulares não conversamos mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse problemas particulares em que ano aconteceram?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Acho que foi em 99.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Hilário ainda é casado com a sua irmã?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não. Eu sou casado com a irmã dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor continua casado com a irmã dele?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Sim, senhor. Continuo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o Sr. Hilário Sestini fazia nas empresas do Sr. Costantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Ele era sócio do Sr. José na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe por que eles brigaram ou não?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não. Sei que houve uma discussão e ele saiu da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece as acusações que o Sr. Hilário faz ao Sr. Costantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Que eu sei, essa do material.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Que ele está tentando acertar. Tentou acertar as contas. Só isso que eu sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual? Desculpe...

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – E essas que aparecem no jornal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a do material? Descreva para mim essa pendência, essa briga por causa do material. Que material é esse?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – O material que ficou com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que material é?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Cinquenta e sete quilos de ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele deveria devolver para o Sr. Costantini e não devolveu?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que saiu no jornal? Qual é o assunto que o senhor conhece?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – O senhor não tem falado desses dinheiros para fora, dessas coisas todas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabia disso?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem um comentário sobre contas no exterior?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Sobra contas no exterior sim. A partir de publicações em jornais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor trabalhava lá não?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não. Ficávamos aqui em Rio Preto. Tudo era feito em São Paulo. Se foi em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca ouviu comentário sobre remessas para o exterior?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a fazer alguma venda de ouro para o exterior, alguma exportação.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem uma consulta?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não. Nem consulta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse endereço que o senhor deu-me agora há pouco, da AE Marques, é no Edifício Volpazi?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas também tem...

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – A Atlas era lá. No oitavo andar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No mesmo lugar?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– No mesmo lugar. Quando a Atlas foi embora o Adriano pediu ao Seu José e alugou as salas que eram da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. José é o proprietário da sala?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, a empresa onde o seu trabalho ficou no mesmo local?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Onde era a Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi alugada do Sr. Constantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Do Sr. José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ficou com a incumbência de fazer o telemarketing da ...

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Da Atlas. Informando aos clientes que a Atlas havia mu-

dado, que não era mais lá, e para que eles fizessem os negócios em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O proprietário dessa empresa é amido do Sr. Constantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – São conhecidos. Trabalharam juntos. Do Adriano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Adriano tem outros negócios com o senhor Constantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o ex-Governador Fleury?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor. Só pela mídia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca o viu na Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Nunca o vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu a Dona Sheyla Kersting?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não conheci, mas sabia que trabalhava em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ela fazia?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não sei especificamente o que ela fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trabalhava na Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Trabalhava na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As desavenças familiares do senhor com o Sr. Hilário envolveram a Dona Sheyla?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a casa Ouro Velho Metais?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca fez negócios?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa LAA - Assessoria Independente, o senhor a conhece?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – É uma empresa que nos montamos, eu o Augusto e o Álvaro, para ganharmos um pouco mais em termos salariais. Mas não deu certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que ganhariam mais?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Pretendíamos fazer assessoria a empresas, ajudar outras.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que o senhor montou essa empresa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Foi em 1999, se não me engano. Não durou um ano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ainda estava na Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Estava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os outros dois também ainda estavam na Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Estavam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Prestavam serviços para a Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não. Íamos prestar serviços a outras empresas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não prestaram serviços para a Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa chegou a movimentar conta?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor. Praticamente não fez nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca movimentou recursos para a Atlas na sua conta corrente?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem de amigos do senhor?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor soube se a Atlas conseguiu movimentar essa conta por meio de outras pessoas.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Também não, senhor. Nunca soube.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento de que o Sr. Gastão movimentou na conta dele recursos da Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Décio Miranda o senhor conhece?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já ouviu falar na Moinho de Ouro Metais Preciosos?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca fez negócio?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, nunca fiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edson Pereira Ramos o senhor conhece?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já ouviu falar na Silver Star?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aparecido Gomes de Assumpção Júnior o senhor conhece?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Ele era motorista do Sr. Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só motorista?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Só motorista, que eu saiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a MPA?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabia que o Sr. Aparecido era sócio da MPA?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Sabia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor soube?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA –

Soube, porque fui chamado para receber sobre essa MPA, mas eu não conheço a empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor trabalhava na Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Foi. Foi em 2001, se não me engano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor sabe sobre isso?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Realmente não sei. Sei que eles abriram essa empresa, o Sr. Aparecido, e que movimentavam um dinheiro não sei também da onde.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não conhecia a empresa e não sabia o que ela fazia?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Adilson de Campos o senhor conhece?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia os donos da MPA?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Que eu saiba era só o Sr. Aparecido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia o Sr. Mateus de Abreu Constantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Conhecia, sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Ele cuidou da empresa após a saída do Sr. Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele era do Sr. José Constantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Ele é filho do Sr. José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Célio Tabith Júnior?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele era?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Era um dos diretores da Atlas. Célio, se não me engano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Célio. O que ele fazia lá?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Ele era diretor da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas qual era a função dele?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não sei especificamente. Sei que ele era diretor. Ele, o Guilherme, o Hilário e o Sr. José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor o conhecia como? Só de ver. Como é que era?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Por telefone.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é de São Paulo.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Benedito Bráz Raiel?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Benedito?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Bráz Raiel.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claudinir Roberto Poltronieri.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Se não me engano é diretor da indústria de jóias. Foi diretor Claudinir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você conheceu ou não?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Ele era diretor, se não me engano, administrativo-financeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma relação com a indústria, ou não?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Às vezes, vendia ouro para eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vendia ouro para a indústria.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Para a indústria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Comprava muito?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Senhor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A indústria comprava muito da Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não comprava muito, não. Mas comprava...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse ouro era para quê? Eles usavam para quê?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Para eles fazerem as jóias, produzirem jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve alguma venda por fora?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas as compras que a Atlas fazia de ouro eram oficiais?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não entendi o senhor. Todas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas as compras que a Atlas fazia eram oficiais?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Sim, eram oficiais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Comprava do garimpo, na bolsa. Todas eram oficiais.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – É, na bolsa, algumas da TVM. Eram oficiais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E todas as vendas que elas faziam eram oficiais?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Oficiais, sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve venda por fora?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teve venda com valor abaixo do mercado, meia nota ou coisa desse tipo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, porque daí era prejuízo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se fosse para Atlas poderia não ser, porque vendia de uma para a outra.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As vendas da Atlas para a indústria também eram pelo preço de mercado?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Preço de mercado. Eram empresas independentes que tinham que gerar lucros também independentes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sérgio Ulián conhece?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – É da indústria também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia lá?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Esse eu não sei, eu sei que ele trabalhava lá na indústria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não sabe o que ele fazia?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor. Se não me engano, era produção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hélio Shimokomaki, conhece?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Diretor de produção. Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse era diretor?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Isso, de produção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João Tajara da Silva?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da onde é ele?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Da indústria de jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele é lá?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Desculpe, senhor, ele foi, se não me engano sócio do Sr. José na Cosvel Veículos. Na indústria não sei realmente o que ele fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele participava da indústria?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Raiel Ferrame Produtos Siderúrgicos?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Foi uma das empresas do Sr. José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. José Costantini? Ele era dono?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Isso. Ele era dono.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o sócio dele, o senhor sabe?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era o sócio majoritário?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Realmente, eu sei que ele era proprietário da empresa, agora os sócios...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor sabe se ele era majoritário? Se era o maior dono?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não sei, senhor. Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantas empresas o Sr. José Costantini teve, o senhor sabe?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Olha, que eu saiba era Raiel Ferrame, Cosvel, indústria de jóias, a Atlas, Únicos Construtora. Acho que eram essas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Júlio César Afonso Cuginotti?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor, só pela mídia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcelo Pizzo de Lippelt?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antônio Carlos Sestini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele é?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Primo da minha mulher.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem relação com ele?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Às vezes, quando ele estava em Rio Preto, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele trabalhou para o Sr. Costantini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Trabalhou na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia lá?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Ele também, às vezes, operava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E às vezes fazia o quê?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – E às vezes recebia os cheques sem fundos para devolver para São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobre esse caso do Dr. Júlio César, o senhor ficou sabendo de alguma coisa? De um cheque?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Fiquei. Fiquei sabendo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor ficou sabendo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Que foi depositado um cheque na conta do Sr. Gastão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não sei, não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não perguntou para ninguém? Não teve notícia de informação, de ouvir dizer?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, só o que realmente saiu nos jornais e o que foi comentado rapidamente, que foi um cheque que foi depositado na conta dele. Não sei por quê.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Gastão comentou com o senhor alguma coisa sobre isso?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, estou satisfeito por enquanto, mas peço que o depoente permaneça no recinto. Há contradições que poderão ser motivo de acareação.

Pedimos à nossa assessoria e aos agentes da Polícia Federal que estão dando cobertura a esta CPMI que façam retornar o Sr. Luis Felipe de Saldanha da Gama.

E o senhor ficará mais um tempo à nossa disposição para, na seqüência, tirar algumas dúvidas, está certo? (Pausa)

(falha na gravação)

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – ... da lei dizer a verdade do que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art 5º, inciso LXVIII da Constituição Federal.

Pergunto ao depoente se deseja fazer alguma explanação antes de responder as perguntas. O senhor deseja falar?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não sei. Estou na expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – O senhor sabe por que está aqui?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – É lógico. Estou afastado do grupo desde o final do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – O senhor tem algo a relatar a respeito de tudo o que está ocorrendo?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Por ter trabalhado em uma empresa idônea – o sonho de qualquer trabalhador é trabalhar numa empresa do Grupo Constantini –, para nós, ver tudo o que está ocorrendo é um sofrimento. Tirava o meu sustento de lá na época em que trabalhei. Nunca passei pelo que passo hoje. Estou em grande sofrimento de quatro dias para cá. Jamais fui envolvido em algum processo. Em todos os processos que houve até hoje não me chamaram. Quando fiquei sabendo, lá em casa, deste, a casa caiu na minha cabeça, porque procuro ter uma vida correta no dia-a-dia – desculpe-me, estou nervoso. Como estou falando, prezo muito aquilo que vivo.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Sr. Augusto, o senhor terá todos os direitos. O senhor não está aqui, de forma alguma, para ser pressionado. O senhor tem toda a liberdade.

Concedo a palavra ao Relator, que fará perguntas.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Estou às ordens.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Augusto, repito que o senhor não está sendo acusado de nada.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Estou tranqüilo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi convidado a prestar informações para a CPI, que está investigando alguns fatos. Apenas pedimos sua colaboração.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Naquilo que puder ajudar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou com o Sr. Constantini?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quando a quando?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – De 1993 a 2001.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que função?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Minha principal função era ligar várias vezes para a matriz, em São Paulo – o escritório da matriz fica em São Paulo – e pegar a cotação, que oscila várias vezes ao dia. Eu ligava várias vezes para lá, pegava a cotação e, na medida em que os clientes me ligavam, em Rio Preto, eu passava a cotação para os clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor era o chamado operador de mesa?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – É. Operador de mesa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses negócios eram fechados aqui? Como eram feitos?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Eram fechados por São Paulo. A nossa finalidade era cativar o cliente, passar uma cotação razoável para que ele pudesse fechar negócio, mas os fechamentos eram feitos por São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez o senhor chegou a fechar aqui?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Esporadicamente. Uma vez ou outra, quando o cliente queria aproveitar a oportunidade. Trazia aqui e fazia pagamento com um cheque que era enviado para São Paulo para ser depositado na conta da Atas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O cheque era enviado para São Paulo?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Enviado para lá, para depositar na conta da Atlas lá, lançado por financeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez foi depositado na conta da Atlas aqui?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Aqui em Rio Preto?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Passava por financeira. Eles pegavam e depositavam. A minha parte era só essa de...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o financeiro?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Na época em que eu trabalhava era o Antônio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antônio de quê?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Conhecia apenas por Antônio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor controlava as operações que fazia? O senhor registrava?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Nada, nada. Tudo passava por São Paulo ou por telefone. Era registrado lá, porque o computador lançava tudo lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto o senhor ganhava por isso?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Meu último salário foi de R\$1.836,00 na carteira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ganhava porcentagem?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não, eu não. Só os funcionários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só funcionários deles. Alguém ganhava comissão?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – A parte de gerência eu não sei. Eles nunca falaram o salário. Nunca comentaram o salário de ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem eram os gerentes?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – O Mateus, que era filho do Sr. José, o Felipe e o Álvaro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez o senhor depositou alguma movimentação da sua mesa na sua conta pessoal?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não, minha conta está aberta. Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca, nunca?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Minha conta nunca foi depositada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabe se algum outro funcionário depositou na conta dele?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Na minha conta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na conta de cada um deles?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Ah, não sei. Essa parte cada um recebia, onde era depositado, não fiquei sabendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se tinha orientação da empresa para que alguém depositasse na conta dele?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não, que eu saiba não. Essa parte financeira não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o Sr. Gastão fazia lá?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Ele prestava serviço para algumas empresas do seu José. Agora, creio que deve ser assessoria. Agora quais as empresas, sei que ele passava lá várias vezes, mas não...a função principal dele, eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Gastão operou alguma vez na mesa? Trabalhou com o senhor na mesa?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca trabalhou?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Aqui em Rio Preto, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se ele vendeu alguma coisa em ouro, comprou alguma coisa em ouro?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu Dr. Júlio César Afonso Cuginotti*?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Pela imprensa. Pelo problema que houve lá, pela imprensa, mas pessoalmente se ver ele não sei quem é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ficou sabendo aquele negócio do cheque do Sr. Gastão?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Tudo pela imprensa. Você liga rádio, TV.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabia se a Atlas tinha conta no exterior?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Nunca fiquei sabendo. Parte financeira, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se foi feita alguma remessa para o exterior?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Nunca fiquei sabendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se alguma vez foi vendido ouro para o exterior?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Também não tenho conhecimento de nada disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez foi exportado ouro para o exterior?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não tenho conhecimento também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu Luís Felipe de Saldanha da Gama?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Conheci, trabalhava comigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia lá?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Operador também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Igual o senhor?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Álvaro?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Trabalhava também como operador. Eles eram cargo maior, porque eu era apenas um...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram superiores do senhor?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Eram. Eu não tinha...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que eram superiores?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Ah, junto com o Mateus. Tinha a gerência ali, mas eu não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com o Mateus é? O que eles faziam que o senhor não fazia?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – O que eles faziam?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a responsabilidade deles maior? Eles tinham maior responsabilidade?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Ah, mais responsabilidade porque... não sei se tinham alguma coisa no papel, alguma coisa que eles teriam mais, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu LAA?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que foi?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Foi uma empresa que eu, Felipe, Álvaro abrimos para tentar ter uma remuneração a mais a parte. Mas como funcionário a gente pensa de um modo e, na hora de abrir, a cabeça pensa de outro. Então, logo em seguida já encerramos. Estou com todos os papéis lá em casa.

Eu que guardei todos os papéis. Não ficou menos que um ano, só não teve nada financeiramente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não teve movimentação?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não, não teve nada. Abrimos, tentando vê se ... mas não encerramos em seguida. Tenho todos os papéis lá em casa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi procurado por alguém para orientar o senhor para este depoimento?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não, eu apenas estava apavorado. Quando recebi, caiu um teto na minha cabeça. Eu logo em seguida liguei para o seu José e falei: Oh, seu José, o que está acontecendo? Eu nunca fui chamado pra nada. Me dá uma orientação, me dá uma luz aí, pelo amor de Deus. Não sei o que está acontecendo comigo. Aí fui conversar com ele só, mas só para ele me deixar mais relaxado porque eu tava muito apavorado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não se reuniu com o seu Álvaro, com Luís Felipe?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Com seu Álvaro não. Com Luís Felipe ontem. Tava eu e ele lá junto com o seu José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Seu José?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Álvaro não. Álvaro faz tempo que não vejo ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E que o Sr. José falou?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Pra ficar tranqüilo, você não tem nada a temer, Augusto. Você não deve nada. Você sempre trabalhou honestamente, vai tranqüilo, fala o que você sabe. Você tem obrigação de falar o que você sabe lá. É o que você fez, você não vai mentir. E é isso que estou fazendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa LAA funcionou aonde?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Na 15 de Novembro, 7º andar. O número não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela fazia o quê?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela fazia o quê?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – A tendência era dar assessoria, mas não vingou, porque as nossas cabeças, como empresa, cada um pensa de um modo e, mas até declarei tudo também, a declaração, tudo certinho isso aí também, no período em que ficou aberto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Hilário Sestini?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia na empresa?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – No meu conhecimento, ele era diretor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe por que ele brigou lá?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Também, pelo que eu fiquei sabendo, teve uma retirada indevida de ouro, uma quantidade grande, indevida. Daí pra cá, nunca mais vi o Sr. Hilário na empresa. Aí, começou todas essas coisas até hoje.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se foi feita alguma queixa, algum BO dessa retirada?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Me parece que foi feito um boletim de ocorrência criminal, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fez?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Me parece, pelo que eu fiquei sabendo também, é uma coisa que apenas fiquei sabendo: me parece que foi o Sr. José contra ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o motivo da briga? Foi esse o motivo?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. A gente não interferia nessas partes particulares, então...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor conheceu A SRA. Sheyla Kersting?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Trabalhava em São Paulo. Pessoalmente, nunca vi “ela”, mas sei que trabalhava em São Paulo um período.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas falou com ela?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Assim, nunca...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nessas cotações que o senhor fazia, quem dava para o senhor a informação de São Paulo?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Lá tinha o Guilherme, tinha o Célio, tinha o Roberto, o sobrenome não sei, acho que só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar, alguma vez, dessa Casa Ouro Veíno Metais Preciosos Ltda?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca negociou?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca vendeu nem comprou ouro deles?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabia da existência dela?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Tudo através dessas coisas que andam acontecendo faz um bom tempo já.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Décio Miranda o senhor conhece?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda conhece?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca vendeu, nunca teve operação?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Que eu fiz não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabe se mantinha...

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Eu passava a conta, né, tudo passa por São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se mantinham contas, negócios com a Atlas?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Acho que não. As operações, é que nem eu falo pro senhor, né: como era feito, a gente passava alguns negócios daqui só; de lá, não sabia porque eram “feito” por lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá também havia uma mesa?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Tinha uma mesa de operação lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edson Ferreira Pereira Ramos o senhor conhece?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Silver Star?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Só também, tudo é essas contas que, nessa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aparecido Gomes de Assumpção Júnior?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Esse aí, algumas vezes, eu via com o Hilário, aparecia com o Hilário lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não sei, estava com o Hilário, Agora, falavam que era motorista dele, mas eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu essa firma MPA?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar dela?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Só através de quando aconteceu tudo isso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mateus de Abreu Constantini(*) o senhor conheceu?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Lógico, o filho do Sr. José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabe se ele tinha conta no exterior, movimentação em dólar?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Operação de câmbio?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Essa parte financeira deles aí...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a vender alguma vez sem nota?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Eu não. Passava, todos os negócios “era efetuado” pra São Paulo, né. Então, lá creio que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas havia alguma orientação para entregar sem nota?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Meia nota?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Eu não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A compra de ouro, alguma vez, foi feita sem ser oficialmente?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – É, como todas as compras eram feitas tudo por São Paulo, creio que não também, porque era feito tudo com nota, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o chefe do escritório em São Paulo?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Lá, às vezes ficava o Célio, o Guilherme?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome dele?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Ah, completo não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Celio Tabith Júnior?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Sim. Eles eram gerentes lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Guilherme Monteleone Tabith?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles são parentes?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Acho que são irmãos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é o outro que o senhor disse? Roberto?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Roberto, mas não sei o sobrenome não. Tinha um tal de Gil, mas não sei o sobrenome do pessoal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Benedito Bráz Raiel, o senhor conhece?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa Raiel Martinez Ltda. Nunca ouviu falar?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claudinir Roberto Poltronieri?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Há algumas pessoas que trabalhavam na indústria que eu conheci agora. Não sei os nomes... parece que o Tuti era o Claudinir, mas eu não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tuti?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – É. Mas é preciso ver se é esse aí. Eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o que ele fazia na indústria?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Às vezes, ele comprava ouro lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele comprava ouro na Atlas?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Comprava ouro na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele comprava mais barato?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não, pela cotação normal do dia-a-dia. Agora, o que ele faz na indústria, eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse Sr. Sérgio Ulian.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – É como eu falei, há várias pessoas ali que encontrei e que pode ser um desses aí. Eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor o encontrou onde?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Aqui fora. Então, não sei se trabalhava na indústria ou não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hélio Shimokomaki?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Eu também não conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reinaldo Melazi?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Raiel Ferrame Produtos Siderúrgicos?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Pelo nome, sim, pois era uma empresa que o Sr. José tem ou tinha. Eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adriano Edson Marques, o senhor conhece?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Adriano era proprietário da AE Marques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde o senhor conhece a AE Marques?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – A AE Marques, quando a Atlas fechou, em 2001, o movimento caiu muito. Resolveram fechar e ficar somente em São Paulo. Precisava de uma empresa para dizer que a Atlas não tinha acabado, que ela estava em São Paulo. Então, contratou essa empresa de **telemarketing** do AE Marques, que até o Sr. José nos indicou para trabalharmos nela. Eu trabalhei um ano nela, menos de um ano, e fui demitido no final do ano passado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem indicou o senhor foi o Sr. José?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Sim, pois como ele já sabia que conhecíamos vários clientes, que eu conhecia o pessoal do ramo, então, eu e o Felipe fomos lá para, pelo menos, darmos continuidade ou pelo menos indicar que a Atlas não tinha fechado, que ela estava pelo menos trabalhando em São Paulo atuando lá. Eu trabalhei menos de um ano ali. Foi o último trabalho meu.

Essa empresa fazia o quê?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Somente **telemarketing**, somente anunciava, o cliente ligava lá e falávamos: “não, a Atlas parou as suas atividades aqui, mas trabalha em São Paulo”

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os telefones da Atlas passaram para essa empresa?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não sei, essa parte de onde estavam os telefones, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas onde os clientes ligavam?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Como escritório continua no mesmo lugar, que é a Atlas antes. Não sei se continua ligando lá. Então, falava só que a Atlas agora é em São Paulo, que ela fecha por lá, agora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Marcelo Pizzo Lippelt?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antonio Carlos Sestini?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Ele trabalhou uns dezoito anos na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Ele fazia essa parte financeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é o Sr. Hilário?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Ele é parente dele, do Antonio. Acho que é primo, eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem alguma informação a mais que o senhor gostaria de passar para a CPI?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – O que os senhores quiserem perguntar. O que eu tinha para falar era isso. Desculpem o meu nervosismo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o ex-Governador Fleury?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Pela imprensa, ex-Governador, sim, mas, pessoalmente, eu nunca vi ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Algum comentário na Atlas sobre o ex-Governador?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é somente isso, Sr. Presidente. Eu peço que o depoente fique no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Agradecemos ao Sr. Augusto Garcia Santana o seu depoimento e gostaríamos que os nossos companheiros da Polícia Federal acompanhassem, para que o senhor permanecesse, para que nós possamos depois tirar mais algumas dúvidas, está certo? Fique tranqüilo.

A nossa assessoria, juntamente com os companheiros da Polícia Federal, deverão trazer, nos próximos minutos, aqui para o auditório, o Sr. Décio Miranda, para que possamos dar continuidade aos trabalhos da CPMI.

Na CPMI recebemos agora, no auditório, para a oitiva. Eu gostaria da confirmação, através do microfone, do depoente Décio Miranda. É isso mesmo?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Seu Décio, eu gostaria, antes do senhor começar a responder aos Deputados que aqui se encontram, de dizer que o senhor assinou um termo de compromisso. Eu gostaria de esclarecer esse termo para o senhor: “O depoente compromete-se, nos termos do art.203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art.5º, inciso 68, da Constituição Federal. O senhor assinou esse termo de compromisso, né?”

A partir de agora, Sr. Décio, se for da sua vontade e o senhor quiser fazer algum comentário, alguma

explanção aos membros desta CPMI, o senhor terá um prazo de até trinta minutos, se assim o desejar. O senhor quer falar alguma coisa sobre o assunto que lhe trouxe até aqui?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Eu não sei do que se trata, né.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Então eu passo de imediato a palavra ao nobre relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Décio, o senhor trabalha em algum... Qual é o seu trabalho? O que o senhor faz hoje?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Pedreiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pedreiro?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Pedreiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sempre aqui em São José do Rio Preto?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não, nunca tive.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca aqui?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trabalhou aonde?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Fartura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor vem de Fartura?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Fartura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem o seu CPF aí?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Tem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar pra nós no microfone? O senhor pode declarar ao microfone o número do seu CPF.

O SR. DÉCIO MIRANDA – 144.322.888-50.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por gentileza, traz até a mesa para que possamos verificar. (Pausa)

O senhor conhece Moinho de Ouro Metais Preciosos Limitada?

O SR. DÉCIO MIRANDA – É, eu até estou com todos os papéis aqui, né, que é uma firma que foi colocado no meu nome e não tenho nada com isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que papéis o senhor tem aí?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Eu tenho os papéis aqui que comprova que ela já foi eliminada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, mas vamos por partes. O senhor conhece essa firma Moinho de Ouro Metais Preciosos Limitada?

O SR. DÉCIO MIRANDA – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi dono dessa empresa?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que apareceu seu nome nessa empresa?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Foi anunciado no rádio e foi chamado na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi lá?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Fui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E mostraram para o senhor um papel que tinha uma empresa no seu nome?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca tinha visto essa empresa?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor viu sua assinatura lá?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Aliás, fui chamado para responder nem sabia o que era, como aqui também. Fui lá na Polícia Federal e lá apareceu um firma que chamava Intergold.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No seu nome, essa Intergold?

O SR. DÉCIO MIRANDA – No meu nome.

Aí fui na Receita Federal e fez um levantamento e não constou essa Intergold na Receita Federal. Foi achada essa aqui que é Moinho Ouros. Foi feito um levantamento e apareceu só essa aqui, a outra não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Baixou essa empresa?

O senhor disse que ela foi extinta.

O SR. DÉCIO MIRANDA – Foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor que fez a extinção?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Foi um advogado da OAB.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A OAB defendeu o senhor para encerrar essa firma. Foi isso?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Benedito Bráz Raiel?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não conhecia ele não. Mas nos conhecemos aqui no Fórum, hoje.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor entrou com uma ação contra ele?

O SR. DÉCIO MIRANDA – É que foi levantado isso aí, e não conhecia ele, tinha que limpar meu nome, ele foi procurado e não foi encontrado, então foi feito isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que contra ele essa ação? Ele era o outro sócio, da Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda.?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Ele era outro sócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já trabalhou alguma vez aqui em Rio Preto?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor atribui seu nome aparecer aqui, o senhor tem alguma idéia?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Trabalhei para uma firma daqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como chama-va a firma daqui?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Únicos Construtora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez o que lá?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Trabalhei de pedrei-ro mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi isso?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Foi em 92, acho... Vou ver aqui. (Pausa)

De agosto de 1991 a fevereiro de 1992.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem o se-nhor conheceu lá? O senhor conheceu o Sr. José Constantine?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor co-nheceu o Sr. Gastão Henrique Ladeira Filho?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem o se-nhor conheceu lá?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Só lembro do encar-regado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era o nome dele?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não lembro o nome dele. Esqueci.

O SR. RELATOR (José Mentor) Nunca lhe falaram que tinham aberto uma empresa no seu nome?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor as-sinou algum papel em branco para eles lá?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, estou requerendo que esta CPMI officie a Junta Co-mercial e vamos requerer a cópia dos instrumentos de registro e de baixa da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Está acata-do o pedido do nobre Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor co-nheceu o encarregado aqui?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Conheci lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Em Fartura. A cons-trutora foi fazer a casa em Fartura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor foi registrado deu os seus documentos para isso?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi a pri-meira vez que o senhor foi chamado para o fórum?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não tenho lembrança, porque não foi chamado no fórum. Fui na Polícia Federal em Marília.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Ano retrasado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – 2001. O senhor está na sala com várias pessoas. O senhor conheceu alguém lá?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Das pessoas que estão lá o senhor reconheceu alguém lá?

O SR. DÉCIO MIRANDA – Não. Não conheço ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, estou satisfeito. Requeiro que permaneça conosco.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Sr. Décio, o senhor está liberado para voltar à sala e permanecer aguardando para que possamos, se for o caso, tirar mais algumas dúvidas. (Pausa)

Reiniciamos nossos trabalhos no nosso auditório o Sr. Benedito Bráz Raiel. Gostaria que confirmasse o nome.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Benedito Bráz Raiel.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – O senhor assinou um termo de compromisso para vir depor nesta CPMI.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Gostaria de passar ao senhor o que diz esse termo.

O depoente se compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for pergunta-do, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso 68, da Constituição Federal.

Sr. Benedito, o senhor sabe porque está aqui hoje? O senhor gostaria de falar sobre o assunto?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não, eu fiquei sabendo na quinta-feira à tarde na hora em que esti-veram na minha casa para eu vim depor hoje. Aqui é que estou me inteirando do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – O senhor quer fazer algum comentário? O senhor tem meia hora para fazer algum comentário que seja da sua vontade.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não tenho nada a dizer. Não sei de nada do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Vou passar a palavra a nobre Relator que fará as perguntas ao senhor.

Sr. Benedito, o senhor tem problema de visão?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Problema de visão?

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – É.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Nas vistas?

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – É.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – A luz atrapalha? Porque o senhor não consegue olhar para a mesa.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não, não está atrapalhando, só tenho a vista bastante curta, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – É?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – É. Os óculos também já estão vencidos e nem se faz mais grau nessa altura para mim em lentes multifocais.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Está certo. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu pediria para o senhor, por favor, responder olhando para nós. Pode ser?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Respondo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Olhando aqui para a mesa.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Tudo bem. Para o senhor, né?

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Não, agora para cá, agora o senhor está no foco certo.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Ah, certo... Eu estava olhando...

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Está bom.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a profissão do senhor, Sr. Benedito?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Pedreiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalha onde?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Bom, eu trabalhei durante este ano, praticamente, no Dama III, agora, terminei o serviço lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é autônomo?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Autônomo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou para alguma empresa?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Bom, eu trabalhei para o Dr. Mário Coelho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mário Coelho?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Mário Coelho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da onde ele é?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – É engenheiro aqui de Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor trabalhou, aqui, em alguma empresa, alguma firma?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Trabalhei também, mas faz alguns anos já, né.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para quem?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Trabalhei de mestre de obra nela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aonde?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL Esqueci o nome do prédio agora. Não me lembro o nome do prédio agora da firma. Era um condomínio, e a firma, saiu da mente agora o nome da firma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem a carteira profissional do senhor?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Aqui não tenho, não trouxe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor mora onde?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Eu moro no Jardim Antonieta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui mesmo?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Em Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Décio Miranda?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Conheci hoje, aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já trabalhou com ele?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou no interior aqui perto, deixe-me ver a cidade, Fartura?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca trabalhou em Fartura?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não, nem conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. José Constantini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não, só conheço a loja dele que a gente vai lá, vê se compra, ele, pessoalmente, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou alguma vez para essas lojas, na firma dele?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar numa firma chamada Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Hoje, eu dando uma entrevista para o repórter, falaram para mim, e o rapaz vendo esse Décio, falou: então, você é sócio dele sem saber. Aqui é que eu fui descobrir que eu era sócio dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Raiel e Martinez Ltda.?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – É uma firma que abri há alguns anos, e ela está de pé até hoje, só que nunca saquei nenhuma nota porque não cheguei a usar ainda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ela faz?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Pedreiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ela está atuando, está fazendo serviços?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não, não. É o que eu digo, nunca usei ela, não cheguei a usar ela, só pago o escritório para manter ela de pé por enquanto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é o seu sócio, lá?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Minha esposa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é o nome dela?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Luzia Martinez Raiel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luzia Martinez?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Trigold Metais Preciosos Ltda.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é sócio também dela.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Como é que chama?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor também é sócio dessa firma Trigold...

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Trigold?

O SR. RELATOR (José Mentor) – ...Metais Preciosos Ltda. Muitas empresas em seu nome, hein?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Eu, pobre... Como é que posso dizer? Meu nome rico, e eu pobre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Meu nome rico, e eu pobre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É. Precisa saber rico de que porque pode ter feito coisas que não são boas.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – É vai saber, do quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar Trigold Metais Preciosos Ltda.?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não, estou ouvindo falar pela primeira vez aqui, agora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se incomodaria em dar um pulinho em sua casa com um agente, para pegar a sua carteira de trabalho?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Vou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aproveitar e trazer esse contrato social da Raiel e Martinez?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Trago.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem problema para o senhor?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não. De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vamos suspender nesse momento, porque depois queremos voltar a falar com o senhor, quando estiver com esses papéis, Sr. Benedito. Pode ser assim?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Certo, sem problema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, pediria a V. Ex^a, Sr. Presidente, que determinasse o acompanhamento do depoente a sua residência, para buscar a carteira de trabalho e os documentos do contrato das firmas Raiel e Martinez Ltda.

O SR. PRESIDENTE (José Mentor) – Pedimos, mais uma vez, a colaboração do Delegado de Polícia Federal e um agente, para que possa ir até a sua casa, Sr. Benedito, apanhar esses papéis que foram solicitados.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Mentor) – E vamos suspender o depoimento e voltamos na seqüência. O senhor ficará um pouco mais a nossa disposição, para que possamos esciarcerecer mais o assunto. Certo?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Suspendemos a presente reunião pelo prazo de uma hora, ou melhor, para às 15h.

Às 15h estaremos de volta, uma hora e quinze minutos.

Está suspensa reunião.

(Suspende-se a reunião às 13h e 45min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro reaberta a 50ª Reunião da Comissão Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa e reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC5.

No instante em que foi suspensa a reunião, estava prestando depoimento o Sr. Benedito Bráz Raiel, proprietário da Rael e Martinez Ltda.

Devolvo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, para que possa prosseguir nas indagações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só vou requerer a V. Exª, Sr. Presidente, a suspensão por dois minutos, para examinar os documentos que estão chegando às minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Determinamos, então, a suspensão por dois minutos. E, em seguida, retomaremos com o depoimento do Sr. Benedito.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está reaberta a reunião.

Com a palavra o Deputado José Mentor, Relator desta CPML.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria de saber do depoente, Sr. Benedito, se o senhor conhece Osvaldo Bernardino de Sousa?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Osvaldo Bernardino de Sousa? Não estou tendo lembrança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Osmar Amaro de Andrade?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou lhe falar alguns nomes e o senhor vai dizer se conhece ou não.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hilário Sestini Júnior.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Hilário Sestini Júnior? Não, eu conheço João Durval Sestini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Durval Sestini. Conheci, se eu topar na rua hoje é capaz que eu não o conheça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde o senhor o conheceu?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Daqui de Rio Preto mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – De Rio Preto mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde? Durval?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – João Durval Sestini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele fazia, o senhor sabe?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Fui construir um barracão para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece José Paschoal Constantini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gastão Henrique Ladeira Filho?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luis Felipe de Saldanha da Gama?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Álvaro Alves de Oliveira?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Augusto Garcia Santana?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sheyla Kersting?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Décio Miranda?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edson Pereira Ramos?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aparecido Gomes de Assumpção Júnior?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adilson de Campos?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mateus de Abreu Constantini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Célio Tabith Júnior?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Guilherme Monteleone Tabith?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claudinir Roberto Poltronieri?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sérgio Ulian?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hélio Shimokomaki?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reinaldo Melazi?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João Tajara da Silva?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adriano Edson Marques?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcelo Pizzo Lippelt?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antônio Carlos Sestini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor alguma vez assinou papel em branco para alguém?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não tenho lembrança disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem procuração para alguém falar em seu nome?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para mim é só, Sr. Presidente.

Vou requer a cópia xerox desses documentos do Sr. Benedito. Vou pedir à Assessoria que tire cópia desses documentos e das duas carteiras de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Determino à Assessoria que tire as cópias e devolva os originais ao proprietário dos documentos.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Antero Paes, Sr. Relator Deputado José Mentor, Deputado Iris Simões, Sr^s e Srs, Sr. Benedito Bráz Raiel, o senhor mora na Avenida 9 de Julho, 1357, Centro ?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual é o endereço do senhor?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Rua Jerônima Francisca Gomes, 1887, Jardim Antonieta.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual é o seu CPF?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – É 784.795.768 – 04.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor conhece a empresa Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda.?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Ouvi falar dela aqui hoje.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não a conhecia?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Até então não. Até hoje cedo não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor conhece o Sr. José Paschoal Constantini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Também não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor mora aqui em Rio Preto?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Moro aqui em Rio Preto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E não conhece o Sr. José Paschoal Constantini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não. Conheço a loja. Comprei na loja dele. Tenho crédito lá, mas não o conheço. A pessoa dele eu não conheço.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não o conhece pessoalmente, mas já ouviu falar dele?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Já ouvi falar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sabe que ele existe?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Sei que ele existe. Se eu o encontrar na rua, eu não o conheço, mas conheço a loja dele. Comprei lá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que o senhor sabe do Sr. José Paschoal Constantini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Eu não sei informar nada. Sobre a pessoa dele eu não sei informar nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em que loja dele o senhor comprou?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Eu acho que eu comprei nas duas. Não tenho certeza. Em uma eu comprei relógio e na outra eu acho que eu comprei óculos. Parece-me que eu comprei nas duas lojas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor sabe se ele é dono de mais lojas ou de mais alguma empresa?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Eu não sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor sabe da atividade do Sr. José Paschoal Constantini aqui na cidade?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não, eu só sei dessas lojas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor acompanha o noticiário do jornal daqui da região?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Na verdade, eu não acompanho.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem televisão?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não, não tenho televisão.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não tem televisão em casa?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não tenho.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando o senhor tomou conhecimento de que estava envolvido nessa questão do Sr. José Paschoal Constantini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Na quinta-feira à tarde, na hora em que o oficial foi me levar a intimação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Antes disso o senhor não tinha conhecimento?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Antes eu não tinha conhecimento. Até achei, quando ligaram para mim, que era uma brincadeira de amigos. Mas era verdade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem algum conhecido, algum amigo que trabalha para José Paschoal Constantini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não há nenhum amigo seu, nenhum conhecido que trabalha nas empresas dele?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Que eu saiba não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem idéia de como seu nome apareceu nessa questão de sócio do Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Jamais, não faço a mínima idéia, nem sei como pode acontecer.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor mora em Rio Preto há quanto tempo?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Mudei para cá em março de 92.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor é de onde?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Sou de Santa Albertina, São Paulo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De 92 para cá, qual foi a atividade do senhor aqui?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Fiz várias coisas. Por exemplo, peguei serviço num prédio, de porteiro, mas não gostei e, dentro de 30 dias, eu me demiti, saí. Peguei serviço na circular, para passar para motorista. Também achei um serviço de pedreiro, que ganhava mais que o próprio serviço de motorista de circular e também saí, pedi as contas e saí, mas a maior parte foi como pedreiro mesmo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sua atividade profissional é como pedreiro?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Pedreiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor já trabalhou em alguma construção do Sr. José Paschoal Constantini?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Alguma obra de alguma empresa ligada a ele?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor conhece a empresa Únicos Comércio e Administração?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Ouvi falar pela primeira vez aqui, agora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca trabalhou nessa empresa?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A que o senhor atribui o seu nome estar como sócio dessa empresa Moinho de Ouro?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não sei, estou sabendo aqui agora. Não sei falar nada a esse respeito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas nunca comentaram isso com o Senhor? Ninguém comentou durante esses últimos dez, quinze dias?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Nunca, fiquei sabendo agora, quinta-feira à tarde, não de sócio dessa firma, que eu ia ser intimado a depor aqui. Da firma vim a saber aqui. Na hora em que encontrei o rapaz aqui, por coincidência, conversando, na hora em que fui falar para o repórter alguma coisa falei o meu nome e fui informado que eu é quem estava envolvido com ele nessa firma. Até então eu não sabia, vim descobrir aqui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por ora, Sr. Presidente, dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Como não há mais nenhum Parlamentar querendo indagar o Sr. Benedito Bráz Raiel, damos por encerrado o seu depoimento e V. S^a está liberado. Gostaria apenas que aguardasse o tempo suficiente para receber os originais dos seus documentos. V. S^a está liberado.

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Em seguida, solicito à assessoria que faça adentrar o recinto para dar seu depoimento o Sr. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior. (Pausa)

Pediria à assessoria que também pudesse liberar, porque não vai ser necessário um futuro depoimento, na avaliação do Sr. Relator, o Sr. Décio Miranda. Além do Sr. Benedito Raiel, que libere também o Sr. Décio Miranda. (Pausa)

Pela ordem o relator, o Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, requeiro que o Sr. Benedito Bráz Raiel possa vir para responder a mais uma pergunta. (Pausa)

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, quando fez a compra nas lojas do Sr. Constantine, comprou a prazo?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – A prazo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor preencheu um cadastro?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Faz vários anos, não me lembro direito, mas com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pagou a prestação?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – A prestação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 1992?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – Não me lembro da data exata, mas acho que não foi em 1992, foi mais para a frente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi?

O SR. BENEDITO BRÁZ RAIEL – A minha esposa está aí, ela lembra melhor do que eu. Mais ou menos em 95, não tenho certeza. Ela sabe melhor. Em 92, mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está bom.

O Sr. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior, foi convocado nesta CPMI para informar sobre o que sabe a respeito dos fatos que estão sendo apurados por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O Sr. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior assinou o termo de compromisso vasado nos seguintes termos: “O depoente compromete-se, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber o no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, Inciso 63, da Constituição Federal.

O Sr. Aparecido assinou, portanto, o termo de compromisso. Inicialmente, Sr. Aparecido, concederemos a palavra a V. S^a. Gostaria de saber se V. S^a quer fazer uma exposição inicial sobre os fatos desta CPMI, ou V. S^a prefere que o Sr. Relator e os outros Parlamentares comecem a fazer as indagações a V. S^a.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPCÃO JÚNIOR – Eles podem começar já.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Eu concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Aparecido, o senhor trabalhou na Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPCÃO JÚNIOR – Não, eu trabalhava na CB Comércio e Representações Ltda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é? CB?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPCÃO JÚNIOR – CB Comércio e Representações Ltda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem eram os donos?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPCÃO JÚNIOR – Quando eu comecei o serviço lá era o Mauro Baraldo Gomes e Hilário Sestini Júnior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mário?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPCÃO JÚNIOR – Mauro Baraldo Gomes e Hilário Sestini Júnior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor fazia lá?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPCÃO JÚNIOR – Trabalhava de motorista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou de quando a quando?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Lá trabalhei na CB, depois foi para a 2943.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Alberto Andaró, 2943, daí passou a chamar Dona Comércio de Presentes Finos Ltda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Somando as duas o senhor começou quando na primeira?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Comecei na época, mais ou menos em outubro, novembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que ano?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – De 2001.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E saiu de lá quando?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ao contrário, eu sai em 2001 de lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Começou a trabalhar quando?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu trabalhava em Mirassol eu vim para lá em 96, foi em novembro de 96.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou de 96 a 2001?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A 2001, foi quando eu sai.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor saiu por quê?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque eu não estava recebendo pagamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma empresa chamada MPA Comércio de Alimentos?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Essa MPA o Hilário Sestini Júnior me pediu se eu não queria abrir uma firma para eu ganhar um pouquinho mais ali na... que era para trabalhar com produto alimentício. Aí eu assinei essa papelada para ele e dali uns quatro meses o Dr. Manoel Pedro falou que iria encerrar a firma porque não tinha virado nada. Quando foi em junho de 2001 eu recebi uma notificação da Receita Federal que eu tinha que vir aqui para esclarecer um negócio de 30 e poucos milhões que tinham passado por essa conta.

O SR. (Orador não identificado) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Como senhor?

O SR. (Orador não identificado) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu não entendo muito de dinheiro, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é o Sr. Manoel Pedro?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Era o advogado da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o que ele tinha que ver com isso.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele era advogado da firma. Ele falou que iria abrir a firma normal e assinei para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quem pediu para o senhor não foi o Hilário?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi o Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sestini?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Que passou a documentação para ele que era para abrir essa firma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o que o senhor tinha a ver com a Atlas? O senhor fazia o que para a Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Para a Atlas eu trabalhava mais para o Hilário. Eu era motorista do Hilário, o Hilário era o diretor da Atlas. Aí como o sogro dele tomava conta da CB, quando tinha alguma coisa para fazer em São Paulo que eu ia fazer ele pedia: dá para levar a camioneta para mim ou no aeroporto. Umas duas ou três vezes eu levei no aeroporto para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para ele quem?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Para o Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor levou?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Levava na caminhonete, porque ele vinha dos Estados Unidos para cá, para entregar a condução para ele poder ir embora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor Manoel Pedro falou com o senhor que ia encerrar a Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, que ia encerrar a MPA.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas por que o Manoel falou para o senhor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque ele era funcionário da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o Hilário vinha dos Estados Unidos?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Inclusive, ele morou lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr. Manoel Pedro falou por que ele ia encerrar?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque nada tinha dado certo e tinha encerrado. Como tinha pago tudo na vila Ercílio, a MPA uns quinze dias já tinha apagado tudo na parede, achei que não tinha virado mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor recebeu alguma coisa por essa MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não recebi nem os extratos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha quem como sócio?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Aí ele pediu que tinha que arrumar uma pessoa de confiança, peguei o meu cunhado que estava desempregado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano foi que o senhor abriu a MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A MPA a data certinha não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais ou menos.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi antes de junho. Foi em abril, maio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 96?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi por aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor lembra exatamente quando foi que abriu?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A data certinha, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano foi?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A data certa para falar para o senhor não sei, porque eu assinei a baixa e...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor assinou a baixa também?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A baixa assinei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que assinou a baixa?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A baixa eu assinei na Manoel Pedro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi entre maio e junho. Foi depois de quatro meses para frente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Logo que o senhor entrou já abriu a ficha?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, eu trabalhava na CB.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, quando foi que o senhor abriu a MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A MPA foi em janeiro, fevereiro, por aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que ano?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Acho que foi em 86, porque não lembro a data certa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São dez anos de diferença. O senhor falou agora pouco 96.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu saí daqui em 2001.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi chamado na Receita Federal e daí o que o senhor fez?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O Hilário falou para mim: é para você ficar fora uns dias. Peguei e continuei trabalhando na empresa dele. Aí o Valmir foi lá de manhã, eu era funcionário dele, dali a cinco minutos, eu já não era mais. Ele nem sabia por que estava acontecendo isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Hilário pediu para o senhor ficar fora por quê?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque ele dava um jeito de resolver um negócio, que já tinha resolvido outra conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual era o jeito que ele ia resolver?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Aí eu não posso falar para o senhor, porque não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem era o Valmir?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O Valmir era um da Receita Federal, procurando foi lá onde era a MPA. Aí o senhor do Serve Festa falou que eu trabalhava na Daló. Aí ele desceu lá. Ele entrou dentro da loja e a Manuela falou: ele trabalha aqui. Aí ela subiu e dali a pouco ela voltou e falou que eu não trabalhava mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ia fazer essa MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Trabalhar com produto alimentício.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que quer dizer MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Então, para mim foi para trabalhar com produto alimentício. Depois, muitas vezes ia pegar di-

nheiro para levar para a mulher do Hilário, na Atlas, e eu escutava os caras falando para depositar na MPA. Mas aí falaram que a MPA era Metais Preciosos Atlas. Então, eu achava que era outra firma deles, nem pre-ocupeí ir atrás de nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem falou para o senhor que era para depositar na MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, quando eles atendiam o telefone lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem atendia o telefone?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Lá tinha o Felipe que trabalhava na mesa de operação, tinha o Augusto e os outros lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Augusto e quem mais?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – De nome certinho, não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Felipe e Augusto falavam que era para depositar na MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar isso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu ouvia falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu o Felipe falar “deposita na MPA”?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Muitas vezes ele falou “deposita na MPA”, mas eu achava que a MPA era deles lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu o Augusto falar deposita na MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ouvi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Gastão?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele orientou o senhor a fazer alguma coisa?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, que eu saiba só assinou no contrato da firma como testemunha, que eu sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a firma?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Na MPA.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só testemunha ele foi?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Na firma foi só testemunha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quando fez o distrato ele também assinou ou não?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Deve ter assinado, foi na mesa dele que eu assinei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na mesa do Gastão?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aí quando o senhor foi à Receita disseram que o senhor devia 30 milhões, ou movimentou 30 milhões?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ia pagar quanto de imposto?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O imposto não fiquei sabendo certo não, sei que era muito dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia o Sr. José Paschoal Constantini?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Vi ele uma vez que o Hilário me apresentou, mas eu não sabia o que era não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o dono da Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Sei que o Hilário era diretor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Agora o dono da Atlas certinho não posso falar porque não sei não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou indo lá com o Sestini até 2001, o senhor ia muitas vezes na Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu ia assim, ia ao banco, passava para pegar algum dinheiro para fazer depósito para ele ou para levar na casa dele para a esposa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhava onde?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Na CB Comércio e Representações, Rua Minas Gerais, 140.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ia muitas vezes por dia, por semana na Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, às vezes ele ligava e pedia para eu levar a caminhonete em São Paulo, outra vez levei o Santana para ele. Esperava ele chegar no aeroporto, montava num ônibus e vinha embora... para onde ele ia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor assinava cheque da MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei, no começo assinei uma folhas que era para abertura de firma, pagar despesa de cartório, essas coisas, depois não vi mais nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos cheques?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei em torno de 15, 20 cheques, um talão por aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para abrir firma?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque eu ia para São Paulo eles pediram para eu deixar assinado que era para acertar o negócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo em branco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Era.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu confiava nele.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Quem pediu para você assinar o cheque?

O SR. RELATOR (José Mentor) – No dia em que assinei ele estava perto de mim.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele quem?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Hilário Sestini Júnior.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Quem mais estava perto do senhor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dali da mesa estava o Felipe e o Augusto, mas não sei se foi eles que ficaram com o talão ou não...

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – E o Sr. Gastão?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Gastão trabalha na salinha pelo lado de fora.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele estava junto?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, ele trabalha na sala na entrada.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O senhor nunca perguntou o que fizeram com os seus cheques?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, nunca perguntei.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Quando foi um dia que fui guardar os móveis do Hilário lá onde ia ser essa firma do MPA, cheguei lá tinha uns extratos no chão que era do Bradesco, fui até o Bradesco, sentei em uma mesa com um funcionário do Bradesco e perguntei era 11 horas da manhã e ti-

nha R\$34 mil nessa conta. Aí ele levantou, conversou com o gerente Madeira, pegou o telefone, ligou, não sei para onde ele ligou, veio e falou que tinha puxado conta errada e que essa conta não tinha nada. Aí eu falei que não tinha problema, não tem nada, só que estou com a notificação da Receita Federal e vai ter que aparecer, porque se esse dinheiro estava aí, saiu para algum lugar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já tinha ido na Receita ou foi antes?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, não tinha, porque estava sem advogado nenhum, porque o Hilário falou que ele vinha aqui e não vinha. E eu estava dentro da loja dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor viu esse extrato, o senhor pegou esse extrato aqui já tinha sido chamado na Receita ou foi antes?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Já tinha recebido uma notificação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Aí ele foi prolongando, prolongando e foi onde fui no banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era o nome do gerente?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Madeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o outro?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O outro que ia sempre na Atlas era o Viola.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Viola?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Viola.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do Bradesco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a agência?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Da Bernardino, em frente ao fórum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe qual o número da conta ou não?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Acho que é 115... não lembro certo mais não. Essa conta nem mexia com eia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi a única vez que o senhor viu o extrato dessa conta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois o que o senhor fez?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não fiz mais nada, porque aí eu vim aqui, fiz o depoimento e fiquei esperando. Daí, li a notificação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos dias o senhor foi ao Bradesco antes de vir fazer o depoimento aqui?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ao Bradesco eu fui para tentar um extrato, me pediram dois e setecentos “contos” para me dar o extrato, o microfilme, porque eu queria ver pelo menos o cheque. O gerente enrolou, enrolou e falou que ficava dois mil e setecentos “contos”. Aí eu falei: – Eu não vou pagar uma coisa que não fiz, já estou...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quantos dias antes de o senhor vir à Receita?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Bem antes. Recebi a notificação em junho, a primeira notificação que recebi. Quando foi em julho, já fui ao Bradesco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quando é que o senhor veio depor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Vim depor está com uns oito, nove meses, por aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso em julho, o senhor está falando do ano passado?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Do ano retrasado, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 2001?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – É. Foi quando recebi a notificação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor não foi procurar ninguém, nem o Sestini, nem ninguém?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Fui, eu trabalhava dentro da loja do Sestini, que não era nem dele, era da mulher, da esposa e da cunhada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou com ele depois disso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Trabalhava lá dentro com ele, conversava com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que o senhor falou com ele sobre essa conta do Bradesco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele falou que o Sr. José ia dar um jeito nessa conta. Foi isso que ele falou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é o Sr. José?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele é que sabe, ele trabalhava lá dentro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem ia dar uma solução na conta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O Hilário chegou em mim e mandou a secretária dele me dar um cheque de R\$ 600,00, do Banco Safra, e falou: – É para você ficar uns dias fora porque o Sr. José vai dar um jeito na conta, porque ele já deu numa. Foi isso que ele falou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – José o quê? Qual é esse José?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não sei. Ele é que sabe quem é o Sr. José. Aí eu fiquei uns quinze dias fora. Aí liguei para ele e ele falou: – Pode vir embora. Continuei trabalhando para ele. Fiquei agosto, setembro e outubro sem receber pagamento. Aí ele me deu o cheque do BCN e depois foi lá e sustou o pagamento do cheque. Aí eu falei: “- Bom, se vou trabalhar num lugar, o meu filho quer comida, e o cara além de não me pagar me dá o cheque e ainda susta o pagamento, é melhor sair.”

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quanto é o cheque que ele deu, do BCN?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – É três meses de pagamento, eu ganhava seiscentos, ele deu um cheque de oitocentos contos, mais ou menos, porque um pouco ele me deu em dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – R\$ 1.800,00?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, era seiscentos contos que eu ganhava, três meses, seriam um mil e oitocentos, mas o cheque que ele me deu é de oitocentos contos. Ele falou que no fim do mês daria o resto, aí não deu mais o resto e ainda sustou o cheque, aí peguei e parei de trabalhar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E sobre a conta lá no Bradesco, o que o senhor falou com ele depois?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Depois que saí de lá não falei mais nada. Ele me procurou na porta da minha casa lá, conversou comigo. Se ele gravou alguma coisa, só se estava no bolso, também não vi, falando que nego tinha oferecido dinheiro para mim, se ofereceu, ofereceu para ele, porque para mim não foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguém procurou o senhor para orientá-lo sobre esse depoimento aqui hoje?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, graças a Deus, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem o Sr. Hilário?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Nem o Sr. Hilário, ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não sabe quanto foi movimentado nessa conta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu sei porque vi na reportagem, um negócio de trinta milhões e pouco, agora, não sei se é dólar ou o que é, que para mim eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E era o Sr. Hilário que movimentava? E o cheque em branco o senhor entregou para quem?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Para o Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Aparecido, o senhor disse que o Sr. Hilário foi lhe procurar na sua casa depois. O senhor achou que ele tivesse gravado alguma coisa.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, porque, depois, ele ligou falando que tinha gravado, agora... Ligou para mim falando que tinha gravado.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Ele foi lhe procurar, o que ele disse ao senhor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele foi falar para mim se o meu advogado, que eu tinha arrumado, não estava pegando dinheiro de alguém. Eu falei: não, graças a Deus, nesse homem eu posso confiar, porque aquele um que você me arrumou não virou nada. Agora, esse aí eu trabalhei muito tempo com ele, ele me conhece desde moleque e não vai fazer isso comigo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O advogado que estava cuidando da questão da Receita.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso, para ele vir aqui comigo, porque eu não tinha ninguém para vir aqui, eu estava com medo de vir sozinho.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Quem arrumou esse advogado para o senhor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Trabalhei muito tempo com o tio dele, quando tinha máquina de café em Mirassol. Aí ele falou: – Não, não é por causa de dinheiro não. O filho dele, que é o Luiz Guilherme, pegou e falou: “Eu vou ligar para o meu prime e vou mandar você lá.” Aí, eu vim e procurei o Dr. José Barbacuri e ele falou: “Não – você deveria ter me procurado no dia em que você recebeu a primeira notificação.”

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é o nome do Advogado?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Dr. José Barbacuri.

O SR. RELATOR (José Mentor) – José?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Barbacuri.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Este foi o último contato e era isto, Sr. Presidente, que eu queria perguntar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Aparecido, o senhor começou a trabalhar na CB – quando?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Na CB eu comecei mais ou menos em novembro – porque eu trabalhava no Tubão, em Mirassol e sai do Tubão porque já estava quase para fechar e vim trabalhar ali.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em novembro de que ano?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Em 2001 fez cinco anos certinhos que eu trabalhei com ele – foi quando e sai agora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em 1996?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor é daqui de São José do Rio Preto?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Moro em Mirassol.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor é de Mirassol?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando o senhor veio para cá, já veio para trabalhar direto nessa empresa?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu vim direto para a CB.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem convidou o senhor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Quem me convidou foi um rapaz que tem uma loja de celular em Mirassol e falou que ele trabalhava com celular e perguntou se eu não queria pegar o serviço. Eu peguei, vim e conversei com ele e quando foi meio-dia eu comecei a trabalhar direto – aí, eu fiquei direto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como é o nome da loja de celular?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não era loja – era atacado de celular – era CB, Comércio e Representação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – CB?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isto. Aí, depois de um ano...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele pediu para o senhor para o senhor trabalhar com o Sr. Hilário?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isto. Ele tinha loja de celular e falou: “O Mauro está precisando de um funcionário para ir para São Paulo – você não quer ir trabalhar de motorista?” E eu falei: “Vamos lá que eu converso”. Ai, eu vim e, na época, eu comecei a trabalhar R\$300,00 com ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Com o seu Hilário?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – É – era o Mauro que é o sogro dele e o Hilário que ficava mais no Atlas do que lá na CB – ele quase não ia lá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De quem era a CB – de Hilário ou do sogro?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Se eu estou bem certo, acho que não deve ser de nenhum dos dois – deve ser de algum outro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque ele nunca nos registrou.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A CB – qual era a atividade da CB?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ela trabalhava com celular – no atacado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Celular no atacado?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Era loja de...

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Era um tipo de depósito que comprava e revendia, um negócio assim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Distribuía?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isto. Eu é que fazia as entregas nas lojas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Fazia entrega?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Nas lojas – na CO-Tec, na Telefonia...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aqui na cidade ou fora da cidade também?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não – fora da cidade, nunca fui. Eu fui depois que ele abriu as loja dele. Aí, eu fui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quais foram as outras lojas que ele abriu?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele abriu em Presidente Prudente – no shopping, – no Prudenshopping – abriu em Ourinhos,

abriu em Marília, em Votuporanga, em Araraquara e tinha no Shopping, aqui, em Rio Preto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem abriu – o Sr. Hilário?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isto – e tinha na Alberto Andará – que é a 2943, onde eu trabalhava.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A loja vendia o que?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Celular.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só celular?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Só celular.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não vendia equipamentos de computador não?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Quando eu sai, começou a trabalhar com computador – mas já estava trabalhando. Aí, depois, eu sai e não sei o que virou.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esse material chegava nas lojas vindo de onde – o senhor sabe?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – De onde vinha, eu não posso falar para o senhor porque não sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor nunca transportou?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Quando eu ia buscar celular em São Paulo, eu busquei. Ele me dava a nota e eu trazia com nota, normal, de São Paulo para cá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor buscava em São Paulo – em que lugar de São Paulo?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Geralmente, era em depósitos que pegava – aí, eu levava na São Rafael, despachava – montava no ônibus e vinha embora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor trazia?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não. Despachava os celulares de lá para cá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor despachava – não era o senhor que trazia?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não. Só quando era pouco, assim, que, às vezes eu trazia – porque eu ia de carro mesmo e mandavam trazer porque eram duas ou três caixas e eu as trazia no carro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aonde era a sede dessa CB?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Quando começou – e eu trabalhava lá – era

ali, no Edifício Elquaser, no quinto andar, ao lado do Atlas – só tinha uma paredinha que fechava assim... Era uma sala aqui e o Atlas era aqui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Atlas era na sala vizinha?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – É – parede por parede. Aí, fechou uma paredinha lá e ficou sendo a CB. Depois, dali, mudou para a Rua Minas Gerais, nº 140 e na Alberto Andaró, 2943, era loja de roupas. Depois, fechou a loja de roupas e abriu – começou a abrir a de celular.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A empresa era só do Sr. Hilário e do seu sogro – que era o pai dele?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Quando abriu a Tona, Comércio de Aparelhos,...Ltda., era em nome da Daniela Vidal Gomes Sestini, que é esposa dele, e da cunhada, Emanuela Vidal Gomes. A empresa está no nome das duas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor chegou a prestar algum serviço para a MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – MPA? Não prestei nada. Eu trabalho lá na CB.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca transportou nada?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Nada, nada. Não vi nem saco de alimento, não vi nada. Só vi que apagaram, na parede lá, dali uns 15, 20 dias, apagou, na parede lá... Porque, inclusive, escreveram na parede, porque falou que o fiscal ia lá fazer vistoria. Aí, escreveu lá MPA. Fica lá na Conselheiro Lafaiete, 545.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A MPA o senhor sabia de quem era?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A MPA eu sabia que era para abrir lá, que era para poder trabalhar com produto alimentício.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o dono da MPA, o senhor sabia quem era?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Dono da MPA? O dono da MPA, eu abria firma da MPA, mas só que eu não...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor abriu a firma?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Abri a firma lá, assinei a papelada lá, depois, assinei lá, de novo, para encerrar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o dinheiro que o senhor via o Felipe dizer que era para depositar na MPA, se a MPA era do senhor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Mas eu não sabia, que ele... Metais Preciosos Atlas é totalmente diferente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele não falava a sigla, falava o nome completo?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor não sabia que era a mesma coisa?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, não sabia.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor recebeu essa notificação da Receita onde? Em que local?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Aí, eu recebi na minha casa, em Mirassol. Barão do Rio Branco...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Lá em Mirassol?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor já tinha deixado o emprego aqui?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, deixei aqui em novembro. Novembro, aí, eu parei definitivo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor recebeu essa notificação depois?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, recebi em junho de 2001.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que lá, e não aqui?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Por isso que eu estou falando para o senhor: quando começou a me procurar, foi procurar no endereço em que era a firma. Aí, não achou. Aí, na esquina, tem o Serve Festa. Aí, o rapaz do Serve Festa falou: “Se for o Aparecido que eu conheço, ele está trabalhando ali no Andaró”. Tem o estacionamento da loja, em frente, e ele está ali na loja.

Aí, o Valmir foi lá no estacionamento e me achou. Achou, se o... Falou: “Olha, ele está trabalhando ali”. Ele entrou e perguntou para a Emanuela. E a Emanuela falou: “O Cido trabalha aqui, sim”. Aí, ela subiu e conversou, não sei se foi com o pai dela, ou se foi com o Hilário, aí, ela voltou e falou que não, que eu não trabalhava.

Aí, foi onde ele pediu o livro dos empregados, e todos que estavam lá, nenhum estava registrado. Só tinha a carteira lá em cima, só. Não tinha nenhum registrado. Aí, ele registrou todo mundo em outra firma, que chama LC Moreira, que era na Silva Jardim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. José Paschoal Constantini esteve alguma vez lá nessa empresa?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Nada. Depois que eles brigou, ele nunca mais foi lá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas antes?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Nunca. Na loja, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca viu ele lá?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Na loja, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O talão de cheque da empresa ficava com quem?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Deixei lá no Atlas. Com ele lá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ficava na Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E não na empresa que o senhor trabalha?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não. Aí, depois, eu não vi mais cartão, não vi nada dessa conta aí.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem pegou o talão de cheque do banco? Foi o senhor ou foi...

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Esse talão de cheque foi levado lá no Atlas. Eu não peguei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Lá na Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. – Se foi... Porque o Viola e o Madeira ia sempre lá, se foi eles que levou, também não...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Atlas era vizinha...

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – É, tipo assim, é mesmo andar. Era no quinto andar. Abria uma porta, aqui, entrava para o Atlas, e aqui era CB. Era um escritório só. Aí, dividiu no meio.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem é que levava o talão de cheque?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Então, se foi que levou lá, na época, ou foi o Viola ou foi o Madeira, ou foi a própria funcionária que pegou, porque eu não fui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem é Viola, Madeira?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Gerente do Bradesco.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Gerente do Bradesco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor se lembra quantos cheques o senhor chegou a assinar?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi mais ou menos um talão. Se eu assinai, foi um talão.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Um talão completo?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso. Esse eu falo...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não teve mais de um talão? Não teve um segundo talão?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não. Aí, eu não vi mais nada. Eu só fui...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Algum cheque avulso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor ficou fora daqui de São José do Rio Preto quanto tempo que o senhor falou?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Deu 15 dia, fora do serviço.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor foi para onde?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu fui em Minas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas por que o senhor saiu e não ficou aqui?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque o Hilário fazia os papéis e mandava para cá, por intermédio de **motoboy**. Aí, foi onde ele começou a mandar papel para cá, mandar para diário da região, mandar para a Rede Globo, mas, assim, manda no papel, e eu... sem eu saber que era eu, que ele estava fazendo aquela para mim. E ele mandava em um envelope, o cara ia lá na loja, pegava, achava que era serviço.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E por que você saiu?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque nunca recebi pagamento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o senhor disse que ele é que mandou o senhor se ausentar.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não. O senhor perguntou quando eu saí da firma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não saiu daqui, de São José do Rio Preto.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, eu saí, porque ele pediu. Ele me deu. A secretária dele, chama Simone, veio me deu um cheque de R\$ 600,00, fui no Banco Safra, inclusive não tinha dinheiro. Tive que pedir para o gerente assinar. Aí ela me pagou. A Rose me pagou, e eu fui embora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor foi para onde?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Fui para Minas. Fiquei em Minas quinze dias.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas por que ele pediu para o senhor se ausentar daqui?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Aí eu não posso falar nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele não disse ao senhor por quê?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele falou que se eu fosse preso ia ficar pior. Isso que ele falou para mim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Para o senhor não ser preso.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor teve que se ausentar uns quinze dias.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como foi que o senhor retornou? Ele mandou buscar o senhor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu ligava para ele. Dali uns quinze dias, ele falou para vir embora. Aí eu peguei e vim embora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E como ficou resolvida essa questão da notificação da Receita Federal?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Notificação não sei. Vim aqui, fiz o meu depoimento e estou esperando.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não sabe do resultado?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca mais foi procurado pela Receita?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, continuou. Recebi mais uma está com dois meses, mais ou menos, depois não recebi mais nenhuma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essa MPA, quem são os donos dela na verdade?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Então, aí é que falo para o senhor, não posso

afirmar certinho quem é o dono. Não tem jeito. Quem movimentou com essa conta também.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Hilário era funcionário ou sócio do Sr. José Paschoal Constantini

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele era diretor da Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Era diretor da Atlas.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Diretor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E quem era o dono da Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Que eu sei, na época era o José Paschoal.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – José Paschoal. E o Sr. Hilário saiu da Atlas quando?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ah, ele saiu foi em junho de 92, 93 mais ou menos. Não, 92 foi.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Junho de 92. Depois que ele saiu, o senhor trabalhou com ele quanto tempo?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, continuei trabalhando até 2001.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Até 2001. E ele conversava com o senhor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, nós conversava.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em relação a Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, aí não. A gente só conversava que ele estava movendo uma ação trabalhista contra o seu José, que ele tinha ganhado em São Paulo. Só isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o senhor sabia qual era a atividade da Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu sei que era tipo assim... Para mim, aquilo lá é uma casa de câmbio, assim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor já transportou dólar, já transportou ouro alguma vez?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, isso não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nenhuma...

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Conhecia alguém que tivesse feito transporte de ouro ou de dólar?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – De lá?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, porque a maioria ali era Valdir que viajava de carro para São Paulo, só, e os outros, mas eu não ...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Está ok, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra, o Relator, para suas indagações finais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem foi que entregou o talão de cheques para o senhor assinar?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi Hilário Sestini, na mesa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele próprio entregou para o senhor.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele falou: assina. Aí, depois, eu viajei para trabalhar para o sogro dele. Eu ia para CB e ficava lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi uma única vez que o senhor assinou esse talão?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar no ex-Governador Fleury?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, ele que falou para mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele quem?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O Hilário que falou para mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Falou o quê?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Falou: põe o nome dele também no meio, no dia que foi fazer o boletim de ocorrência. Falei: não, não conheço. Não tenho certeza. Nunca vi ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor colocou?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, aí não. Aí, que ele falou foi ele lá no balcão, que ele foi junto comigo fazer esse boletim de ocorrência. Eu não ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não achou esse negócio estranho?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu achei. Achei estranho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E mesmo assim o senhor fez?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O boletim de ocorrência?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A firma, os cheques.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A firma, os cheques foi coisa de ... Eu fiz confiando nele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não achou estranho?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Achei estranho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E mesmo assim o senhor fez?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Então, foi por isso que eu falei para o senhor: fiz, confiando nele. Agora, se eu trabalho junto com o senhor, convivo junto, como é que eu vou falar uma coisa... Pensar que ele ia fazer isso comigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor assinou todos os cheques pensando nisso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, assinei as vinte folhas que estou fazendo para o senhor. Quinze, vinte folhas assinei, do resto não vi mais folha nenhuma e nem extrato da conta e nem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele deu alguma coisa para o senhor assinar, aqueles cheques?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele prometeu para o senhor que o senhor ia ganhar?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Que ia abrir a firma, aí eu ia ganhar uma comissão lá na firma. Conforme fossem vendendo os produtos alimentícios, eu ia ganhando uma comissão e eu ia tomar conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Entre abrir a firma e o senhor assinar o cheque, quanto tempo passou?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Que parou?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Entre abrir a firma e assinar o talão de cheque?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei a abertura da firma, Manoel Pedro. Coisa de 15 a 20 dias, mais ou menos, assinei o talão. Dali a quatro meses, falou que a firma não tinha virado nada...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como eles apagaram lá?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Apagaram lá dali a uns 20 dias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes de assinar o talão de cheque ou depois?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Depois que assinei o talão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não pediu o talão de volta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Falou que tinha encerrado a firma. Pagou lá e eu continuei trabalhando normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não assinou todos os cheques em branco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor não pediu o talão de volta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não. Não pedi nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Como eu ia saber que ele ia fazer aquilo comigo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, se a firma foi encerrada, para que o talão?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Mas ele falou que estava tudo resolvido, acabado. Achei que estava certo. Confiei neles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E não pediu o talão de volta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não pedi.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Por que o senhor confiou neles e depois foi pedir o microfilme no Bradesco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque aconteceu o seguinte: achei que o Hilário ia me ajudar e estava me atrapalhando cada vez mais. Tentei ir lá para ver esse microfilme e ele me falou que isso ia ficar caro. Mas achei que caro seria coisa de... Foi quando ele disse: “Dois mil, setecentos e pouco”. Eu disse: “Então, larga para lá e deixa quieto”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor foi ao banco, o senhor ainda trabalhava com o Hilário?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Trabalhava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ainda confiava nele?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O que acontece? Achei que estava tudo normal. Só que aconteceu que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é tudo normal?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu tinha um filho para tratar. Eu tinha que trabalhar ali. Pensei em tentar até encontrar outro serviço, quando arrumasse, eu sairia. Em novembro, eu falei para minha mulher: “Não dá. Não vou trabalhar mais”.

Inclusive, lá dentro, começou um negócio de arma de fogo para lá, arma de fogo para cá. Falei: “Para mim, o ambiente já não está bom. Vou sair”. Falei para minha mulher: “Seja o que Deus quiser. Se eu tiver que ficar parado, vou ficar parado”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é arma de fogo?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Revólver.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a conversa sobre arma de fogo?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Os outros iam lá para receber dele, e ele não pagava. Começou a chegar polícia, boletim ocorrência. Ele ia registrar boletim de ocorrência, dando parte de todos os empregados que saíam, dizendo que roubavam ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Hilário Sestini fazia isso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Hilário Sestini deu talão de cheque para alguma pessoa?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não. Não sei porque ficou na mão dele. Só ele pode saber, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor só foi essa única vez ver essa conta no Bradesco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Dessa vez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca mais? Quanto tempo essa conta ficou aberta lá?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor abriu a firma?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Maio ou junho, quando fomos assinar a papelada. Dalí a quatro meses, falou que não virou nada e encerrou. Achei que tinha encerrado mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Solicito a V. Ex^a que determine que a depoente permaneça no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Deputado Iris Simões quer fazer mais algumas indagações.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Aparecido, o senhor falou que houve um momento em que o senhor foi fazer um boletim de ocorrência.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Aí o Sr. Hilário pediu que incluísse o nome do ex-Governador Fleury?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Por que ele fez isso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi a outra vez que achei que, como ele era diretor, ele tinha certeza. Ele falou: “Pode por porque todo mundo lá sabe que ele é”.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Que ele é o quê?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Que ele era sócio da firma.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E o senhor não colocou?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Falei que era uma coisa que não vi. Para falar uma coisa, tenho que ver a pessoa lá. Como nunca vi, falei que não ia colocar o nome dele.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor nunca viu ele lá?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vamos suspender o depoimento do Sr. Aparecido, mas determino que V. S^a permaneça recinto porque poderemos ouvi-lo novamente.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está suspenso o depoimento.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Peço à assessoria que faça entrar o Sr. Adilson de Campos, que é o próximo depoente.

Ouviremos agora o depoimento do Sr. Adilson de Campos. Quero informar que o Sr. Adilson de Campos assinou o termo de compromisso que, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, é vazado nos seguintes termos: O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

Eu indagaria do Sr. Adilson de Campos se S. S^a gostaria de fazer alguma exposição inicial ou se preferir, como o antecessor, que sejam feitas as perguntas e que S. S^a respondesse.

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Eu gostara que fossem feitas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, passo imediatamente a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Aparecido Gomes de Assumpção Júnior?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele é seu?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Cunhado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve negócios com ele?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – A gente abriu uma firma de produtos alimentícios, que não deu certo. Havia uns quinze dias que havíamos aberto essa firma e ele disse que não deu certo essa firma. Assinei uns papéis para abrir a firma e não fiz mais nada para encerrar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem levou os papéis para o senhor abrir a firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Foi ele mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E para encerrar?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não teve encerramento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não assinou os papéis para encerrar a firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não. Ele só me disse que não deu certo a firma, só isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor assinou algum cheque dessa firma em branco?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde iria funcionar a firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Para ser sincero, eu não sabia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor abriu a firma para ganhar dinheiro?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Abrimos a firma, porque estávamos parados. Íamos mexer com cesta básica. Ele falou que poderia dar certo, que poderíamos ganhar dinheiro, mas poderia não dar certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto tempo levou para achar que não daria certo?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Depois de uns quinze dias ele me falou que não daria certo. De quinze a vinte dias, no máximo, nem isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não é muito pouco tempo para saber se daria certo ou não?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Isso foi o que ele me disse. Eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já tinha registrado os papéis da firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, não tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você nunca mais perguntou nada sobre a firma para ele?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não. A partir do momento em que ele falou que não deu certo, perguntei se fechou. Ele falou que fechou, estava legal. Não houve mais nada, ele não me perguntou mais nada. Eu perguntei: está legal? E ele disse que estava legal. Só que eu dei bobeira nos papeis que eu assinei. Ele era meu cunhado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que chamada MPA?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Também não sei, sinceramente não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem escolheu esse nome?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Também não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor sabia que estava como sócio?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Sabia que estava entrando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor prestou depoimento na Polícia sobre esse caso?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na Receita Federal.

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Depois uma vez, me chamaram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na Receita Federal?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – É, chamaram-me.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que o senhor falou lá?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Lá não paguei nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor falou lá?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – A mesma coisa que estou falando para vocês foi o que falei para eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você falou a mesma coisa que está falando aqui?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que o senhor sabia que era sócio, que assinou os papéis.

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Isso, exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quinze ou vinte dias depois acabou a...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Isso, que não deu certo a firma. Ficou pó isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto tempo depois o senhor foi chamado para falar na Receita?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Demorou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Demorou quanto?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não tenho base não, mas demorou uns seis ou sete meses.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi chamado à Receita Federal, o que o senhor falou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Eles me chamaram e mostraram alguns papéis que eu tinha assinado. Perguntaram: “Foi você que assinou?” Respondi: “Fui eu que assinei.” E disseram: “Está ocorrendo o seguinte: estão mexendo num dinheiro – não sei quantos mil reais.” Eu disse: “Nem estou sabendo desse dinheiro.” Nessa hora fiquei sabendo da firma, que estava mexendo em dinheiro em nosso nome. Eles pegaram o meu depoimento e disseram que eu seria chamado novamente. Mas não me chamaram mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado Iris Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Adilson, o senhor recebeu algum dinheiro para fazer esse negócio de abrir essa empresa? Não lhe deram nada?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Nem um centavo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor não se preocupou com o seu nome? Logo em seguida – 15 dias –, o senhor comentou que o Sr. Aparecido disse que a empresa não havia dado nada, o senhor não se preocupou com o seu nome?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não me preocupei, porque era o meu cunhado que estava fazendo. Ele fez a proposta e eu aceitei. Pensei: “Ele não vai querer fazer nada para me prejudicar.” Então, fiquei tranquilo por causa dele.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E depois que o senhor soube que havia uma movimentação de mais de R\$30 milhões na sua conta, ainda assim o senhor não se preocupou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Nesse momento, fiquei preocupado. Mas ele também.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E o que o senhor fez?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não fiz nada. Não pude fazer nada.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Procurou o Sr. Aparecido?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Procurei. Conversamos. Ele falou: “Eu também estou nessa.” Ele explicou tudo certinho para mim.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E o Aparecido reclamava de quem? Dizia que era culpa de quem?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Infelizmente, nunca falou nada para mim; se havia mais alguém culpado.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Ele não dizia: “Foi tal pessoa que me pediu para abrir a empresa?”

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não. Ele não me disse, não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Nem o senhor perguntou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não perguntei também, sinceramente.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor ficou sem saber absolutamente nada?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Exatamente.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Não se preocupando em saber quem era o dono de todo esse dinheiro.

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Exatamente.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas isso não é possível, Sr. Adilson. O senhor nunca se perguntou: “Quem fez isso? Quem está usando o meu nome e movimentado tanto dinheiro?” O senhor não pensava nisso?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – É lógico que eu pensava. Pensava, sim.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor mora em casa alugada ou a casa é própria?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Moro em casa de Cohab.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Alugada?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, é minha.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – A casa é sua?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – É.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor está trabalhando?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Sou pintor.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Na época, trabalhava?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não. Na época, eu tinha saído da firma.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Estava desempregado?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Estava desempregado.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E sabendo que havia uma movimentação de mais de R\$30 milhões, o senhor não quis saber quem era o dono desse dinheiro?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Eu fiquei sabendo, porque fui chamado pela Receita. Lá, eles me mostraram. Então, fiquei sabendo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – De que o senhor ficou sabendo?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Desses R\$30 milhões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas de quem eram os R\$30 milhões?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Agora não sei responder.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E o senhor nem quis perguntar ao Aparecido?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Ele também não sabia.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Então, o senhor chegou a perguntar ao Aparecido de quem era esse dinheiro?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Depois que estive na Receita, logicamente fui conversar com ele. Ele também não sabia.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Presidente, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Adilson, o senhor é irmão ou cunhado de Aparecido?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Cunhado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Cunhado do Aparecido.

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Exato.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Adilson de Campos.

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Exato.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual é o seu CPF?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Preciso olhar. Não lembro de cabeça. O número do meu CPF é: 002.598.628-78.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor abriu a firma MPA juntamente com o Aparecido?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual foi, quem lhe convidou para abrir essa firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Foi o Aparecido.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mais alguém...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ... chegou a falar sobre essa abertura dessa firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, não. Foi só com o Aparecido, só.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Os papéis, quem deu ao senhor para assinar?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Foi o Aparecido que levou para mim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Aparecido que levou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Exato.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o Aparecido dizia ao senhor qual era o interesse da abertura dessa firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – É. Ó, vamos abrir essa firma, nós vamos trabalhar com produtos alimentícios, né? Nós vamos fazer cesta básica, e tal. E eu falei: “tudo bem, vamos, não custa tentar”.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o dinheiro para movimentar isso, saíria de onde?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, aí que eu não sei. Exatamente, eu tinha um pouquinho, né? Porque eu tinha sido mandado... tinha saído da firma, né, então ele falou assim: “Vamos abrir a firma, nós vamos ver, nós vamos ver como é que vai ficar isso aí, vamos saber quanto que vai gastar”.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não se abre firma sem dinheiro.

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, eu sei, exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor deu algum dinheiro para abrir a firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não deu dinheiro nenhum?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não dei nada, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E quem deu dinheiro em seu nome para abrir a firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Aí que não teve.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não perguntou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como é que abre uma firma? Vai ser um empresário sem capital para trabalhar? Como é que ia comprar os gêneros alimentícios? O senhor não perguntou nada, como é que se ia comprar?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não perguntei, sinceramente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E como é que o senhor começou, achou que essa firma iria começar, iria se iniciar?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não é tão... primeiro ele trouxe os papéis e falou assim: “Vai demorar de uns quinze a vinte dias para gente, né? Para legalizar esses papéis”. Tudo bem. Mas daí a quinze ou vinte dias, ele chegou e falou que não deu certo, e eu fiquei lá, né? Não deu certo, então não deu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas você não perguntou a ele quanto que cada um ia entrar, como é que era que ia ser, qual era a sede dessa empresa?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, a partir do momento que tivesse pondo os papéis, né, aí a gente ia sentar e conversar certinho, mas só que... Na época que era para abrir já falou que não deu, que não tinha dado certo...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ia funcionar onde, em que endereço?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Também não sei responder.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Também você não sabia?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nem perguntou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não perguntei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Você encontrava diariamente o seu cunhado?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Ah não, era difícil. Uma vez por semana, no máximo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É o senhor não perguntava a ele sobre o andamento da firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não senhor, não perguntei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não estava muito interessado na firma?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Ela só teve uma tentativa, né? Se desse certo, a gente se interessaria, é lógico.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor estava desempregado na época?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Estava desempregado na época.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E com a perspectiva de ter essa empresa funcionando o senhor não se interessou de estar procurando sempre seu cunhado, e tal, que dia vai começar, que não vai, como é que vai ser?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Foi exatamente isso. Ele falou: “Olha – que nem eu falei para o senhor –, olha, daqui a quinze ou vinte dias, nós vamos ter a

resposta se vai funcionar ou não. Aí ele chegou e falou que não deu certo, eu deixei para lá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E durante esse período o senhor fazia o quê?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Ah, eu mexia com pintura. Eu sou pintor de parede.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aí continuou...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, estou no ramo até hoje ainda.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E essa empresa, o senhor ouviu algum comentário depois quando, sobre essa empresa?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não ouvi nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não foi notificado pela Receita Federal?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não fui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Receita Federal não lhe procurou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Aliás, eu tive a intimação, né, para mim ir depor na Receita, aí eu fui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o senhor disse que não foi, agora diz que já foi.

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Aí, dessa vez...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Vamos orientar aí esse negócio...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Aí dessa vez que eu fiquei sabendo o rolo que estava tendo. Mas depois disso não houve mais nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Alguém conversou com o senhor sobre essas questões que estavam acontecendo, de denúncia...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não senhor, ninguém.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ninguém nunca...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Ninguém nunca.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ... lhe procurou para...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ... falar sobre essas questões?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, não. Nunca fiquei...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor soube disso através de onde?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Eu soube disso através da Receita, eu não sabia.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só quando a Receita lhe procurou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Só quando recebi a intimação, né? Que fui lá...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Você recebeu a intimação onde?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Na minha casa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Na sua casa?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E aí, quando o senhor recebeu a intimação, qual foi a sua ação, a sua atitude?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Eu acho que eu gelei, né, não sabia o que que era, aí eu fui lá na casa do meu cunhado perguntar para ele o que estava acontecendo. Ele disse: “Também não sei porque eu também recebi uma”.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O seu cunhado recebeu onde a dele?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Ah, eu não sei. Sei que ele falou que recebeu uma. Agora onde ele recebeu, eu não sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor... E essa firma, seu cunhado lhe falou alguma coisa sobre ela, que ela foi movimentada, chegou a ter...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O seu cunhado lhe disse o quê? Que não deu certo a firma...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Disse que não deu certo a firma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O seu cunhado não lhe falou dos cheques que ele assinou da firma, não?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca lhe falou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Nunca, nunca.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que ele tinha talão de cheque dessa firma, que ele chegou a emitir cheques?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, não. Nunca comentou isso comigo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não sabe disso?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor era sócio de uma firma que estava em funcionamento, emitindo cheque, pagando e tal, recebendo dinheiro na conta e o senhor não sabia?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Estava funcionando...se ele falou para mim que não deu certo, foi quinze dias ou vinte dias e não deu certo a firma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o senhor sabe que ela movimentou com recursos, com dinheiro, com talão de cheque?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Fiquei sabendo, sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor ficou sabendo?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Fiquei sabendo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Fiquei sabendo quando fui depor na Receita. Por boca de ninguém fiquei sabendo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o seu cunhado não lhe explicou nada?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como foi esse movimento?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, não me explicou nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O seu cunhado lhe disse o quê? Que ele iria resolver a questão? O advogado quem colocou?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Foi ele quem arrumou.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem arrumou o advogado?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Acho que foi ele, o meu cunhado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor sabe o nome do advogado?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Dr. Carlos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Carlos de quê?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Carlos...esqueci o nome dele...Curi.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor chegou a assinar alguma procuração para o advogado?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Assinei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E, depois, o advogado deu alguma informação ao senhor se tinha resolvido a questão da Receita ou se não tinha?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor sabe como é que está a questão na Receita?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor já tinha trabalhado antes com o seu cunhado em alguma coisa?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, nunca. Nunca tinha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tinha alguma informação de outras pessoas que pudessem estar por trás dessa empresa?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não tinha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca ouvi falar?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Nunca ouvi falar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ok, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Deputado José Mentor, para sua reinquirição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a visitar o local onde a firma iria funcionar?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Não, senhor. Nunca visitei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi informado qual seria o local de funcionamento?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Seu cunhado comentou com o senhor que apagaram a pintura lá, alguma coisa assim?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor falou que o seu cunhado lhe falou que não iria dar certo...

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Há uns 15 ou 20 dias, mais ou menos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem certeza?

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Foi isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois o senhor nunca mais falou sobre isso com ele.

O SR. ADILSON DE CAMPOS – Depois que ele falou que não deu certo, nunca mais tocou no assunto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É só, Sr. Presidente. (Pausa)

Requeiro que ele permaneça no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pediria ao Sr. Adilson - V. S.^a tem o seu depoimento suspenso – que aguardasse no recinto porque pode haver necessidade de uma nova tomada de seu depoimento.

Quero informar às pessoas aqui presentes que todos os depoimentos de pessoas que se encontram detidas temos tomado o depoimento em reunião reservada.

Assim, suspenderemos a reunião por cinco minutos e, em seguida, ouviremos o Sr. Hilário Sestini Júnior

de forma reservada e pediria que apenas os funcionários da segurança permanecessem no recinto.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião.)

(falha na gravação)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Gostaria que providenciássemos aí para... Eu acho que já foi tempo suficiente para fazer o registro.

Eu quero informar que o Sr. Hilário Sestini Júnior assinou termo de compromisso que, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal, está vazado com os seguintes dizeres: “O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LVIII, da Constituição Federal”.

Está assinado o termo de compromisso pelo Sr. Hilário Sestini Júnior.

Quero informar que, inicialmente, Sr. Hilário, estamos oferecendo, V. Sª sabe do que se trata, o motivo da convocação de V. Sª para esta CPMI, nós da CPMI estamos inclusive na expectativa da colaboração de V. Sª, de que V. Sª possa dizer tudo que sabe. Fizemos uma reunião reservada como forma de lhe dar mais tranquilidade para dizer exatamente tudo que sabe, apesar do som não estar saindo na caixa, estamos com esta reunião sendo gravada. O seu advogado pode permanecer no recinto. Entretanto, não pode orientá-lo nas afirmações por ser esta uma regra das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. E, sendo assim, concedo a palavra a V. Sª para, em trinta minutos, fazer uma exposição inicial, abordando todos os assuntos que queira abordar. Do seu envolvimento, da questão das contas no exterior, lembrando de seus depoimentos, enfim, contado todos os fatos que são do seu conhecimento. Quero só alertá-lo que é importante que V. Sª faça a descrição desses fatos com base no que V. Sª assinou. Ou seja, dizendo a verdade a esta CPMI.

Com a palavra V. Sª, por trinta minutos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Em primeiro lugar, gostaria de perguntar para o senhor se eu estou incluso já como colaborador e com os benefícios que a lei dá sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Essa questão da colaboração funciona da seguinte forma: a CPI intercede. Embora tenha poderes judiciais, ela tem poderes judiciais nesta investigação. Então, nesta investigação, nós temos poderes judiciais. V. Sª responde a outros inquéritos. O seu advogado, não sei se é do seu conhecimento, nos procurou em Brasília,

eu e o Deputado José Mentor assinamos uma declaração, entregamos essa declaração ao seu advogado, exatamente para que produza esses efeitos. Ou seja, para que V. Sª possa ser considerado pela Justiça. Portanto, da parte da CPI, institucionalmente, o Presidente e o Relator da CPI, representando toda a Comissão, já assinamos o documento, e já documentamos seu advogado. Isso já está de posse do seu advogado, que, é evidente, deve peticionar ao Juiz e ao Promotor titular do caso que o mantém detido. Não...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas, por exemplo, nos crimes que esta CPI está apurando, de contas CC5, eu estou como colaborador?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tanto está que já demos por escrito.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, é só isso que eu precisava saber para prosseguir sobre isso. Então, gostaria de falar para os membros da CPI que fui Diretor da Atlas DTVM, Diretor Executivo, eu não me lembro se foi no finalzinho de 1991, começo e 1992, que eu entrei na Atlas como Diretor Executivo. E que a Atlas DTVM tinha... O proprietário era José Paschoal Constantini. E o sócio oculto, o ex-Governador Luiz Antônio Fleury Filho, que era ele quem fornecia o dinheiro para a Atlas fazer as operações que ela tinha que fazer no mercado financeiro. A Atlas contava com uma série de operações de ouro, operações de dólar, compra e venda de dólar. Ela contava também com operações de contas CC5 lá fora, alimentando uma conta chamada Almatos, que é uma conta onde girou muito dinheiro. Ela contava também com operações de ouro em jóias, comprando ouro em jóias na Itália, precisamente nas feiras de jóias em Milão e em outras cidades, Veneza, que tinham feiras de jóias. Trazia essas jóias para o Brasil através de canais em Zurique, internava essas jóias sem conhecimento público nem fiscal e continuava a fazer operações de ouro na Bolsa, na BMF, que é a bolsa de ouro no Brasil, através da Atlas e várias contas que ela criava para fazer essas operações.

Então, essas operações todas eram feitas através da conta da Atlas e das contas que o Costantini obtinha através de ex-funcionários, de funcionários, de amigos, que lhe giravam o dinheiro da Atlas.

Acho que agora seria até mais importante, porque tudo que eu disse já está praticamente em depoimentos anteriores com as novidades que eu poderia cooperar com a CPI, através das pessoas que fizeram negócios, identificando pessoas que fizeram negócios, assim como as pessoas que compraram ouro fora do País, as pessoas que despachavam fora do País essas jóias para o Brasil. Então, a colaboração seria mais no sentido agora de identificar quem são as pessoas e como

foram feitos os negócios. Mas, o grosso, o que deveria ser falado sobre as operações da Atlas e como eram feitas já foi falado em vários depoimentos, inclusive para a Polícia Federal de Rio Preto, em depoimentos que dei espontaneamente, anterior a qualquer averiguação. E todos os depoimentos que dei foram de livre e espontânea vontade, mesmo tendo dado outros depoimentos, jamais fui chamado para falar sobre esse assunto. As duas únicas vezes que fui chamado foi a título de convidado, e não de intimado, que foi para a Polícia Federal de Foz de Iguaçu, Dr^a Cristina, e para a Polícia Federal de Presidente Prudente, Dr^a Lúcia, como convidado, nunca como intimado. Porque via os fatos acontecerem e me propunha a ir até lá, como fui no caso de Foz do Iguaçu. Fui até Foz de Iguaçu como convidado da Dr^a Cristina, sem ser intimado. Também em Presidente Prudente, liguei na delegacia, fiz contato com a delegada e fui como convidado. Jamais, nesses fatos que relatei, em todos os casos, nunca fui intimado, mesmo tendo dado todas as declarações que dei a todos os órgãos que dei.

Então, agora estou aqui à disposição para qualquer pergunta de vocês sobre esses fatos. Eu poderia esclarecer todos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi diretor executivo, contratado profissionalmente, assalariado?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu tinha salário e participação no lucro da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o salário e qual era a participação?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O salário era em torno de US\$2 mil fixos e uma participação no lucro de 30%, no final. No começo era 10% e, no final, passou para 30%.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor entrou já nessa condição de diretor executivo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Já entrei como diretor executivo. Vim de uma outra firma de ouro também, que se chamava Goldmine, que era o extinto Banco FonteCindam, da área de garimpo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gold?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Goldmine, Banco Goldmine, que era o antigo FonteCindam, que era de propriedade do José Paschoal Costantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E de lá o senhor saiu por quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor saiu do Goldmine, por quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor saiu?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Na época, o Goldmine antes de ser Banco Goldmine era uma fundidora de ouro. Eu tomava conta da parte de garimpo. Quando ela virou Banco Goldmine, ela paralisou praticamente as operações de ouro para fazer como banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor podia solettrar o mine como é?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – “Gold” com “d” mudo e “m”, “i”, “n”, “e”, Goldmine.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Goldmine. Antes era mineradora?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Antes ela era uma fundidora de ouro e era Goldmine Metais Preciosos, e aí passou para Banco Goldmine.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes como se chamava, o senhor sabe o nome anterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Chamava-se Goldmine Metais Preciosos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes de ser banco?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Antes de ser banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Goldmine Metais Preciosos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso, S/A.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ela foi vendida?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não. Ela se transformou em Banco Goldmine, depois se transformou em Banco Cindam, depois o Fonte sumiu com o Cindam e ficou FonteCindam. Ela nunca foi vendida, ela sumiu....

O SR. RELATOR (José Mentor) – E todas elas, desde a fundição até o banco FonteCindam, são é do José Paschoal Costantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele era uma dos sócios junto com o irmão dele, Orlando Paschoal, e Jorge Shinagawa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foram sócios no FonteCindam também?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foram sócios do... Não, do Banco Goldmine, depois quando ele virou FonteCindam ele já não era mais sócio, foi quando fiz a ida para a Átias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, quando foi FonteCindam eles não eram mais sócios?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não eram mais sócios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Orlando Costantini...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Orlando Paschoal Costantini e Jorge Shinagawa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Shinagawa. O senhor podia soletrar Shinagawa para nós?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – “S”, “h”, “i”, “n”, “a”, “g”, “a”, “w”, “a”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa função do senhor de diretor executivo, no que consistia?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu fazia as operações de garimpo, era minha especialidade, quando saí do banco Goldmine, minha especialidade era garimpo, comandava toda a parte de garimpo do Banco Goldmine, e aí levei para a Atlas para fazer a parte de garimpo da Atlas, porque a intenção do José Constantini era tornar a Atlas uma imagem do Banco Goldmine quando era Goldmine Metais Preciosos S.A.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que consistia essa operação?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Montar postos de garimpo, para comprar ouro mais barato no garimpo, levar até a cidade, fazer a fundição do ouro a purificação e a venda na BMF.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa operação, todas elas eram feitas legalmente?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A maioria das operações eram feitas, por exemplo, a Atlas tinha um limite de operação, o caixa da Atlas tinha, vamos dizer, um caixa registrado junto ao Banco Central, até aquele limite de operações a Atlas podia fazer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fixava esse limite?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele é fixado na abertura da empresa, quando você abre, por exemplo, uma DTVM...

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Banco Central?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É, ele é registrado no Banco Central, com um capital “x”, a partir daí existe a fiscalização do Banco Central em cima daquele capital, as operações não podem extrapolar o capital da empresa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Extra-oficialmente podia, não?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, nem extra-oficialmente podia, porque extra-oficialmente que eu digo assim, nas operações que não estavam registradas ela fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Queria que o senhor me explicasse como se dava uma operação e como se dava a outra operação.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Uma operação da Atlas normalmente, ela recebia o dinheiro na conta dela, da própria Atlas, passava para o posto de garimpo, o posto de garimpo fazia a compra do ouro, o ouro vinha para São Paulo, era feita a fundição, a purificação do ouro, e o ouro era vendido na BMF.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa é a operação normal e quando é que a operação era registrada?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Era essa aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, mas, sim, mas onde era registrada? Mandava o dinheiro oficialmente de uma conta.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Bom, não é que ela era registrada, a partir do momento em que o dinheiro saía da conta da Atlas ele ia para a conta do garimpo, que era um posto da Atlas de compra de ouro, voltava como ouro e ia para a purificação, todas as etapas eram seguidas pelo Banco Central, ou seja,

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era registrada no Banco Central?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, nenhuma era registrada, ficava marcada na contabilidade da Atlas, não é que ela era registrada, pelo contrário, a fiscalização do Banco Central é a fiscalização mais falha que existe em qualquer empresa, é omissa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque primeira que eles não vão e quando vão só conferem numere, eles não conferem operações. Você dá uma tabela de números, do lado de cá o extrato do banco, do lado de lá o de operação, ele vê se o número bateu, bateu, bateu, bateu, o saldo é esse, encerrou a operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a operação anormal como é?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Anormal seria uma conta que não fosse da Atlas, o dinheiro iria pra o garimpo nunca conta que não era do posto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Devagarzinho, por favor. Uma conta..

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Da conta que não da Atlas, o dinheiro iria para o garimpo numa conta que não era do posto de compra da Atlas, esse dinheiro era convertido em ouro, comprado direto do garimpeiro, só que não era dada uma nota de aquisição para o garimpeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso que lhe pergunto, naquela operação inicial, tinha uma nota de aquisição?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Toda vez que o posto da Atlas comprava ouro, ele dava uma nota de

aquisição para o garimpeiro. Ou, se não desse, peço menos ele registrava a nota de aquisição dentro do próprio posto. Ele é obrigado a fazer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O ouro sem nota?...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O ouro seria comprado sem nota, remetido uma nota que foi usada pela Atlas, que foi comprada legalmente, essa nota retorna para o garimpo, vem com esse ouro para São Paulo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Remessa com nota anterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Uma nota já usada. É feita a fundição do ouro, e o ouro não é vendido na BMF, mas para um cliente que vai pagar na mesma conta que sair o dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É por isso que na mesa os operadores dizem ‘deposita nessa conta ou naquela conta’?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exatamente. Jogo de conta porque esse dinheiro saiu dessa conta, esse ouro foi comprado com essa conta, esse dinheiro tem que voltar para essa conta ou para qualquer outra que não fosse da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem faz essa indicação são os operadores da mesa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Os operadores da mesa. E quem fazia a verificação dos saldos bancários era o Sr. Gastão. Quer dizer, a partir de 1996, se não me engano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso tudo era feito com o consentimento do Sr. Constantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Com o consentimento e conhecimento do Sr. Constantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa movimentação é que o Sr. Gastão fiscalizava?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa movimentação de contas de clientes que o Gastão fiscalizava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em nome dele?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como assim?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em nome do Sr. Constantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Ele era o homem de confiança do Sr. Constantini dentro da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o metal fisicamente, quem controlava?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O metal, fisicamente, existe um programa dentro da Atlas, que

não sei os senhores estão com cópias dos inquéritos que existem, se estão com os senhores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguns já têm; outros estão chegando.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque seria muito importante porque nesses inquéritos coloquei muitas provas. Tenho até essas provas comigo, mas no corre-corre que houve comigo, tive que separar muitas provas em lugares diferentes, então eu precisaria de uns dez dias para reunir essas provas novamente. Mas lá existem muitas provas... Por exemplo, existe um programa nos computadores da Atlas que fazia esse controle automático. Gerava um balanço no final do dia. No final do dia era feito um balanço já com a lucratividade do dia. No final do mês era feito um do mês consolidado, ou seja, o lucro do mês inteiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O legal e o extralegal?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tudo junto. O balanço legal era mandado para o Banco Central. Esse aí era tudo junto, todas as contas que a Atlas tinha, de todas as pessoas que recebiam dinheiro da Atlas, de todos....

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Isso está documentado nos inquéritos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Documentado nos inquéritos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E além do documento nos inquéritos, V. S^a tem esse documento em outro lugar?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tenho esses documentos todos guardados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem mais documentos ou só aqueles do inquérito?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tenho alguns outros documentos que foi pedido cópia para mim e tenho que verificar. Mas a maioria dos documentos que dei tenho todos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor tem documentos além daqueles que estão no inquérito?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Penso que esses documentos que estão no inquérito podem ser desdobrados em outros, que seriam praticamente os mesmos só que mais específicos, mais balanços. Dei um balanço como amostra, mas haveria mais balanços que esses.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou que quem colocava dinheiro na Atlas foi o Sr. Fleury. Como era isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Esse dinheiro vinha através de uma conta no exterior chamada Almatos. Essa conta movimentava uma união de bancos

suiços e recebia um aporte de capital constantemente. Esse dinheiro era transferido em dólar, vinha para o Brasil e, quando era remetido de volta nessa conta, passava na CC5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Almatos mandava para o Brasil para que conta?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mandava através de venda para doleiros. O cabo é vendido, você pode...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. negociava o dólar para o doleiros e os reais eram depositados em que contas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nessas outras que falei, a Casa Ouro Velho, a Trigold, a Silver Star; no final, MPA, que foi a que mais operou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ouro Velho, Trigold...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Casa Ouro Velho, Trigold, Silver Star, moinho de Ouro, MPA.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quando fazia a operação, vendia o ouro, remetia dólar de novo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pela CC5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que tinha de passar lá por fora o dinheiro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque naquela época era mais fácil mandar dólar para fora era CC5 no Paraguai.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ... Não vinha da Almatos. Já estava lá, não é?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, vinha Almatos para fazer aporte de compra de ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Responda-me o seguinte: porque não guardavam os reais aqui no Brasil em vez de ficar mandando para os Estados Unidos, volta... Manda para os Estados Unidos de novo, volta...?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque toda operação é uma operação em si. Ou seja, se o dólar está mais barato hoje em relação ao ouro, existe uma moeda que se chamada “arbitragem”. É o custo em dólar, ou seja, quando existe um ágio entre o dólar paralelo. O preço do ouro no Brasil é cotado em dólar e, queira ou não, pelo dólar comercial. O dólar comercial, às vezes, fica achatado em relação ao paralelo. Ou seja, o preço do ouro fica mais baixo no Brasil... Apesar de ser o mesmo dólar, você traz o dólar de fora, vende aqui dentro no paralelo, e você ganha um ágio às vezes de até 7%.

Então, era essa a vantagem de você fazer uma operação dessas. Trazer o dólar, comprar o ouro, vender o dólar, para fazer esse ágio de lucro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse dinheiro era o mesmo que ia e voltava várias vezes?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Era dinheiro diferente. Era dinheiro que... ia e volta; era dinheiro que ficava parado em ouro na empresa. Não era o mesmo dinheiro que ia e voltava.

Por exemplo, às vezes a empresa estocava ouro. A perspectiva do ouro era de subir o preço. Então, vamos fazer um estoque de 50 a 70 quilos de ouro para especular no preço do ouro.

Então, se você ficou parado com 70 quilos de ouro, você precisa de mais dinheiro para comprar ouro no garimpo. Vem mais dinheiro; compra-se ouro no garimpo. Se você ainda quer mais ouro precisar estocar mais ouro ainda ou quer vender para o UBS, precisa de mais dinheiro.

Quer dizer, nunca era o mesmo dinheiro. Às vezes ele poderia retornar integral, mas era sempre dinheiro vindo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Costantini é um testa-de-ferro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Olha, o Sr. Costantini tinha um lastro muito grande de empresas. Na época em que ele se associou com o Fleury ele tinha muitos bens no nome dele e pouco dinheiro. Foi o dinheiro do Fleury que movimentou o Costantini.

Lógico que disse ele tirou uma grande vantagem, ele se reergueu novamente. Mas o dinheiro veio do Fleury.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, qual era o papel do Sr. Costantini? Era sócio?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele era sócio do Costantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E hoje ainda é?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Hoje eu não sei, Excelência. Desde fevereiro de 1999 que eu não tenho mais notícia da sociedade deles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que mexia com dólar também. Como era a operação em dólar?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A mesma coisa que com ouro. Só que o dólar, a Atlas tinha até autorização no começo para comprar dólar no câmbio flutuante. Era uma autorização dada pelo Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela tinha autorização?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tinha. No Começo tinha. Aí, uma operação com dólar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando ela tinha autorização?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando ela tinha autorização?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Olha, eu não me lembro da data, mas deve existir no Banco Central um registro de quando foi cancelada a autorização e de quando foi dada novamente. Se não me engano, foi 83 ou 84... Desculpa, 93 ou 94, que foi cancelada a operação. Por quê? Foi feita uma grande compra de dólar na fronteira do Brasil como Paraguai. Se não me engano foram 800 mil dólares, e foram emitidos boletos.

O que acontecia? Se os boletos não fossem pegos ou fiscalizados, quando chegavam em São Paulo, eles eram cancelados.

Na passagem dos dólares pelo aeroporto de Nova Iguaçu, a Polícia Federal que estava de plantão registrou a operação, mas não notificou a empresa transportadora. Uma semana depois o Banco Central foi avisado da operação, da passagem dos dólares.

Eles foram, fiscalizaram a empresa e viram que não tinham os lançamentos das boletas. Cancelaram o câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso foi um processo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foi um processo dentro do Banco Central de cancelamento do câmbio. Para recuperar o câmbio, o José Constantini disse que eu tinha feito a operação sem a anuência dele. Fez formalmente como se tivesse sido mandado embora da Atlas, justificando junto ao Banco Central por tinha sido feita a operação e pediu novamente o câmbio, e o Banco Central deu novamente o câmbio para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor ficou fora da...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nunca fiquei. Eu fiquei sabendo disso depois, tá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como era a operação com dólar?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Bom, como a operação com dólar não era feita, boletada pela Atlas, porque naquela época você podia fazer até 10 mil dólares não identificados. Mas na Atlas não se fazia a operação. O caixa tinha até uma operação pequena de saldo de 9 mil dólares, mas não eram feitas operações altas.

Então, como era feito? Era comprado o dólar com dinheiro dessas contas. A Casa Ouro Velho e a Silver Star davam dinheiro, comprava-se dólar e este ficava ligado dentro da Atlas. Era vendido e comprado, no caso do papel físico. Ou era comprado no Paraguai e vinha por meio de uma transportadora de valores até São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Usavam a Foz do Iguaçu ou vinha para São Paulo mesmo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sempre a Foz do Iguaçu. Usavam a Foz do Iguaçu para comprar porque o dólar era muito abundante lá e a facilidade de compra da moeda era grande. Quando faltava era São Paulo. Ou comprava-se o dólar lá e era trazido para São Paulo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, sem ser oficialmente. Comprado lá no Paraguai...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era trazido por caminhão?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – ... se comprasse no lado do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Traziam com carro-forte?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Traziam com carro-forte.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas usavam contas CC5 também em Foz?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sempre por meio do Banco Del Paraná. Ruan Almada Huber, se não em engano, era o diretor de câmbio do Del Paraná em Ciudad del Lest.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ruan Almada?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não sei se é Huber ou Humer. Sei que é Ruan Almada alguma coisa. Era o Diretor de Câmbio do Del Paraná.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha reais?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tinha reais. O carro-forte levava os reais até lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até Foz?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Até Ciudad del Lest. Cruzavam a fronteira e entregavam a eles. Eles davam os dólares e o carro-forte cruzava a fronteira de volta com os dólares. Sempre havia uma boleta dando cobertura. Conforme eu disse, se a operação não era pega as boletas eram rasgadas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não se usava CC5?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Usava-se CC5 para levar para fora. Quando o dólar não vinha em papéis e sim em cabo. Para a conta Almatos, por exemplo, que era em Nova Iorque, o dólar ia via cabo, aí usava-se a CC5.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Era transformado em papel, em dólar. Eles me entregam dólar. Eu entregava reais. A conversão eram eles que faziam. Eles fazem a conversão direta. Pegam o real, o Gua-

rani, e fazem a conversão para dólares. Como faziam internamente, pelo Banco Del Paraná, era super fácil. Hoje, se você cruzar a fronteira levando reais você chega lá, dá reais, e pega dólares. Hoje ainda é assim. Eles fazem a conversão em interna deles: transformam o real em Guarani.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses reais depois eram CC5. Quero saber o seguinte: os senhores, alguma vez, usaram reais no Brasil para converter em dólar em Foz do Iguaçu?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Usamos algumas vezes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era essa operação?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Com uma casa de câmbio normal. Não me lembro dos nomes. Tinha uma Safira. A outra era do sócio do Ruan. Inclusive o irmão do Ruan trabalhava nela. Era a que mais usávamos. Tinha uma outra casa de câmbio onde tinha um operador chamado Guilherme, que também fazia essas operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em Foz?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os senhores levaram reais?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Reais...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Usavam CC5?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só transporte via carro. Daqui de Rio Preto até Foz do Iguaçu os reais iam de carro. Entragavam os reais lá e traziam os dólares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era câmbio paralelo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Era câmbio paralelo. Todos esses eram no câmbio paralelo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mesmo a do Ruan, no Del Paraná, para nós era paralelo. Não era registrado na empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a aquisição, a operação dólar real, era no câmbio paralelo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tudo era no mercado paralelo. Todo o dólar da Atlas era no mercado paralelo. Saía de uma conta que não era da Atlas e ia até lá e convertia em dólar e voltava para dólar que também não era registrado. A operação inteirinha era paralela.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque você registrar a operação até U\$10 mil não identificados. Além de U\$10 mil, temos que identificar. O nome de quem se ia colocar? Tínhamos uma intimidade muito grande com a operação de ouro, do começo até o fim. Com dólar não tínhamos intimidade nenhuma. Nem sabíamos como funcionava, dentro do Banco Central, com a Receita Federal. Como era fiscalizado, se poderia ser pego ou não. Entendeu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa remessa para a Almatos, por meio de quem se fazia?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A mairia pelo Del Paraná. Pelo Del Paraná e pelo Guilherme.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não consigo me lembrar do nome da casa de câmbio do Guilherme. Se não me engano, a Dr^a Cristina já tinha o nome dele em registros de operações em Foz do Iguaçu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas como se fazia isso? Vocês mandavam de que jeito o dólar para a Almatos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Comprava cabo. O cabo é transferência, o Banco Del Paraná é que se encarregava dos nomes que iam mandar as ordens. Temos depósitos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aí que se usava CC5?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É. CC5. Davam o número das contas para a gente fazer os depósitos. Nós fazíamos os depósitos e eles mandavam a ordem. Eram os “laranjas” do Del Paraná que entravam em ação e mandavam o dinheiro para o Del Paraná.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram as contas em que eram feitos os depósitos? O senhor se lembra?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. De “laranjas”? Não eram muitos. Porque não é como... A operação da Atlas eram contas que já disse, de algumas empresas, mas a do...

O SR. RELATOR (José Mentor) – As do doleiro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, e cada dia era um nome. Não era uma conta fixa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha algum doleiro em especial que operava para o senhor?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Praticamente a CC5 era feita através do Banestado, dinheiro no Banestado, nessas empresas que citei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas tinha que haver algum doleiro que tinha os “laranjas”.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Seriam esses doleiros, o Ian, o irmão dele, o Guilherme, que seriam esses doleiros.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas nessa época não tinha a CC5.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Lógico que tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não ia mandar mais de...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas tinha que identificar.... Mais de 10 mil você teria que identificar. Essa foi a época em que o Del Paraná mais atuou, mais remessa foi nessa época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vocês estão falando de 1996 para cá?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, anterior um pouco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Seria em torno de 1993, 1994, 1995.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Na época da Silver Star, ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando operou?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Com o Ruan? Acho que até 1996 operou com o Ruan.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta Almatos quem é o dono dela?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – José Paschoal Constantini. Sobre a Almatos, por exemplo, a Almatos é no BS, Banco Suíço, que, para abrir uma conta, ele precisa identificar o proprietário, não é como os outros bancos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o banco?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O UBS, União de Bancos Suíços.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Em Nova York.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está identificado lá?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não sei se ele está identificado. Ele é o proprietário da conta. Não sei se está no nome de uma *off-shore*, mas o que estou dizendo é isto: a União de Bancos Suíços não opera como os outros bancos. Ela precisa conhecer o proprietário da conta, qual é o ramo de atividade, o que ele faz. Dificilmente eles abrem contas de doleiro, por quê? Porque a conta de doleiro entra e sai dinheiro toda hora. União de Bancos Suíços não opera assim. Ela trabalha com dinheiro em depósito, um depósito a

longo prazo. Ela não gosta que se faça mais de duas ou três transferências ao dia. É totalmente inadverso a isso. O Diretor do UBS se chamava Martin e ficava aqui em São Paulo. Viajei várias vezes com o Martin de São Paulo para Rio Preto para apresentá-lo para outros clientes, tipo clientes de móveis aqui em Rio Preto, que tinham fábricas de móveis, clientes que tinham construtoras em Rio Preto, para conseguir novos clientes para a União de Bancos Suíços, clientes que tivessem depósitos fixos, e não fossem doleiros. Então, o Martin, esse diretor, conhecia a fundo o José Constantini e vinha direto para São José do Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é estrangeiro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Estrangeiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fábrica de móveis e de quais outras empresas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, eu apresentei clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. Quais outras?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Construtoras.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem o nome dessas empresas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tenho, mas não chegou a concretizar negócio nenhum, só o trouxe, para ele conhecer. Nenhum desses clientes aqui da região de Rio Preto concretizaram negócio com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que não teve negócio fechado?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque a maioria do pessoal daqui de Rio Preto não é ligado muito nesse negócio de colocar dinheiro lá fora, num juro baixíssimo, entendeu? Porque o juro lá é uma coisa irrisória. É mais para quem quer o status de ter um banco lá fora, um dinheiro muito grande guardado lá fora. Para pessoas que mantêm um negócio aqui no Brasil, que precisam de dinheiro rápido de saída e entrada, que pode aplicar numa taxa normal de banco, não seria atrativo nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas operações com jóias como aconteciam?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essas operações de jóias também saíam da Almatos, o dinheiro saía direto para a Zurique.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Almatos-Zurique?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nova York, Zurique.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É, geralmente... É Nova York-Zurique. Desculpe. Foi ao contrário, direto da Almatos para a Itália, e a jóia saía da Itália direto para Zurique. No aeroporto de Zurique, havia um despachante chamado Jumbo, que é o Sr. Uchoa, que recebia essas jóias da Itália, empacotava e despachava para o Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que jeito?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Elas vinha geralmente através da Swiss Air.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não tinha alfândega, não tinha nada?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Swiss Air a mandava com destino a outra cidade da América do Sul, que não fosse o Brasil, e, no meio do caminho, ela era retirada no Rio de Janeiro. E aí vinha para São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem retirava?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A maioria das vezes era um esquema já montado. Eles entregavam para nós em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quem montou esse esquema?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Já era do Constantini. Quando comecei lá, já existia esse esquema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas jóias eram destinadas a quê, aqui?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eram destinadas ao mercado atacado, jóias italianas no mercado atacado. Existia uma empresa que chamava Antares Metais Preciosos que era quem comercializava essas jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antares Metais...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Antares Metais Preciosos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também é da...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, essa empresa é uma empresa no nome do próprio Constantini e da mulher dele, ela ficava no mesmo andar que a Atlas em São Paulo. O andar era dividido em dois: metade era a Antares, metade era a Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ela vendia jóias no estado em que eram importadas mesmo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Jóias italianas. Chegavam as jóias já prontas para a venda, no atacado, ou seja, atacadista é para joalheiros, para pessoas que vendem em grandes quantidades. Nunca era uma peça, duas peças, eram três quilos, quatro quilos, cinco quilos de jóia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E onde entrava o ex-Governador Fleury nessas operações todas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O dinheiro. O dinheiro vinha dele, o dinheiro vinha da Almatos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não disse que a Almatos era do Constantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, o senhor me perguntou se a Almatos estava no nome de quem. Falei José Paschoal Constantini. Agora, o senhor tinha me perguntado anteriormente se ele era sócio do Fleury. Ele era sócio. A única coisa era que o Fleury não aparecia no contrato social nem na empresa, agora, por exemplo, a Almatos era alimentada com outras contas maiores. O dinheiro caía na conta Almatos...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem alimentava a Almatos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Fleury. As grandes ordens de pagamento da Almatos vinham do Fleury. Então, se houver...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe alguma conta?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma conta que alimentava a Almatos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não sei qual é a conta, precisaria quebrar o sigilo bancário da Almatos e se encontraria a conta que alimenta a Almatos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta “Luli”, o senhor conhece?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como se operava com ela?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A conta “Luli”... Existia também uma conta “Luli” dentro da Atlas. A Atlas tinha um relatório de contas internas. Por isso perguntei até se está algum dos inquiridos aí, porque existe cópia desses relatórios do inquirido. Então, todos os clientes eram numerados, era como se fosse um banco, cada cliente tinha um número dentro da Atlas. Esses clientes que tinham número, um deles era o “Luli”, que é uma conta do Luiz Antônio Fleury Filho com o Lilico, que era interna da Atlas. Nessa conta ele tinha crédito ou débito. Essa conta sempre tinha uma movimentação, um extrato de conta que era dado para ele.

Por exemplo, se ele precisasse pagar um determinado funcionário da casa dele, era vendido o dólar, ia o real para a casa dele e lançava: Luli – jardineiro – “x”. Sei lá, uma transferência de imóvel, pago registro do imóvel tal – “x”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses documentos o senhor tem? Esses comprovantes?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Estão no inquérito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como o senhor sabe que era de Fleury esse dinheiro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Participei de várias reuniões com ele, várias, não foi uma, foram várias reuniões, na casa da Rua Groenlândia. Participávamos não só eu, mas Célio e Guilherme Tabith, que era os outros dois diretores da Atlas, participavam comigo das reuniões. Prestávamos conta dos balanços mensais da Atlas, apurava-se o lucro, fazia-se a repartição do lucro entre ele e o Costantini nas reuniões, ele ia até a Atlas, chegou a colocar uma sobrinha dele trabalhando lá, chamada Regina – não me lembro o sobrenome –, um assessor dele chamado Ailson Lopes...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ailson Lopes. Trabalhou comigo durante mais ou menos uns seis meses na Atlas, prestando conta para ele das operações da Atlas. Aí uma briga interna nossa com o Ailson e com a Regina – nossa dos diretores, eu, Célio e Guilherme –, retiramos o Ailson e a Regina de dentro da Atlas e passamos nós a prestar contas para ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Diretamente ele não tinha um executivo que ...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, era diretamente com ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele pessoalmente?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pessoalmente. Ele ...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele como Governador?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Na época que ele era Governador e na época que ele não era mais Governador. Na casa da Rua Groenlândia ficavam ele e o Lilico. Íamos até a Rua Groenlândia e prestávamos contas diretamente para ele.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Você lembra o número? Rua Groenlândia que número?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não me lembro o número, mas é fácil para mim identificar a casa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor sabe ir lá?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sei, tranquilamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ajudou a abrir algumas dessas contas que iam ser movimentadas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não é que eu ajudei a abrir, eu participei do processo todo da empresa. Eu estava lá dentro, eu jamais não tive conhecimento. Tive conhecimento de todas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem mais sabia que essas contas eram usadas dessa maneira?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todos os que trabalhavam lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cite nomes, por favor.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Célio Tabith, Guilherme Tabith.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minuto. Quem mais?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Célio Tabith e Guilherme Tabith, que eram os diretores e a Sheyla Kersting, que, até 1999, trabalhou na mesa de operações da Atlas em São Paulo; aqui em Rio Preto, Felipe Saldanha da Gama, Antônio Carlos Cistine, Augusto e Álvaro Alves de Oliveira, o Duda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Augusto e quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Álvaro Alves de Oliveira, o Duda. O apelido dele é Duda. Enfim, eu posso dizer para o senhor que todos os funcionários sabiam. Uma pessoa muito importante foi o Jaime Tiago Gonçalves.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Jaime?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Jaime Tiago Gonçalves. Inclusive pedi que fosse intimado. Passei o nome deles várias vezes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Gastão sabia?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Gastão por excelência, porque ele fazia a conferência dos saldos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As pessoas que participavam das contas sabiam exatamente o que eram?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exatamente. Sabiam de toda a operação em si, como era feita, porque o dinheiro entrava lá. Por exemplo, o Luiz Felipe, quando ia buscar o ouro no garimpo que não havia sido comprado pela Atlas, separava as notas fiscais que iriam compor aquela remessa que estava parada sem nota fiscal. Saiu de avião daqui com a nota fiscal em nome da Atlas, ia, por exemplo, até Áita Floresta, já com o valor certo do que deveria vir no avião. Se desse um pouquinho mais ou um pouquinho menos, completava-se com areia para bater exatamente o peso da nota. Aí esse ouro vinha de novo, com essa nota já usada. Ia para São Paulo e faziam a fundição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Álvaro também sabia disso? Ele fazia isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quem?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Álvaro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele também ia buscar no garimpo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Ele ia buscar o ouro no aeroporto, quando chegava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Augusto, o que fazia?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Sr. Augusto era o operador de mesa. Não tinha, digamos assim, idéia própria. Ele só cumpria o que era determinado. Por isso considero muito importante, como disse a V. Ex^{as}, uma acareação minha com o Augusto, com o Felipe e com o Gastão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que com o Augusto?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque se o Augusto vier até aqui, como eu sei e posso falar para ele que ele fazia as coisas por ordens superiores, que ele, vamos dizer, não tinha envolvimento nenhum na empresa, como Diretor que eu era ou como Diretor que o Célio era, tenho certeza de que elealaria como era feito, apresentaria os preços com relação ao relatório de contas, identificaria o relatório como sendo da Atlas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fechava as operações na mesa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todos os operadores podiam fechar. Cada um tinha um terminal. Quando o operador faz a operação, vai ao terminal, digita a operação...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas fechavam na mesa de Rio Preto ou de São Paulo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A maioria das operações eram fechadas em Rio Preto. Em São Paulo, havia mais liquidação. No começo era o contrário. São Paulo era a mesa principal e Rio Preto a liquidação. Como o volume de clientes é muito maior em Rio Preto e no interior, a mesa veio para Rio Preto e ficou só a liquidação em São Paulo. A Sheyla ainda fazia operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é liquidação?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A entrega física do material. Por exemplo, se o cliente comprou dólar, quer receber papel. A liquidação é a entrega: toma lá, dá cá. Toma o dólar, me dá o dinheiro. Essa é a liquidação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem determinava em que conta depositar o dinheiro recebido?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O próprio operador, mediante consenso da mesa. Ele dizia: “Estou recebendo um cliente com R\$200 mil. Para que conta vai?” “Bom, precisamos comprar hoje ouro no garimpo não através da Atlas, mas da Silver Star. Vai na Silver Star.” Isso era determinado no momento do fechamento da operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E era o operador que fazia isso ou o diretor?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Era o operador, em consenso com a mesa. Ele perguntava e todos checavam o saldo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por exemplo, o Sr. Augusto era um operador?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Era um operador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para quem ele perguntava?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Geralmente para o Felipe, que era o gerente da mesa. O gerente da mesa de Rio Preto era o Felipe. O Felipe era comissionado...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o gerente de São Paulo, quem era?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A Sheyla.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E abertura das contas? Quem escolhia as pessoas para serem abertas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Olha, a maioria era de funcionários da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não havia essas contas que o senhor falou. **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todas que não eram da Atlas. Silver Star.

O SR. RELATOR (José Mentor) – **(fora do microfone – inaudível)**

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, essa aí conta oficial. Ela tinha conta, mas conta oficial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Únicos Construtora Ltda.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Cury?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, Únicos

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Únicos, conta oficial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Únicos Comércio e Administração?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Conta oficial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Atlas Factoring Fomento Mercantil?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Conta oficial da Atlas Factoring.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Indústria de Jóias Costantini Ltda.?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Conta oficial da indústria, embora a indústria Costantini foi uma da que mais recebeu cheques de “conta laranja”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois vamos falar um pouco da Indústria. Atlas Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Conta oficial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Raiel Ferrame Produtos Siderúrgicos Ltda.?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Também era empresa do próprio Zé Paschoal. Conta oficial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era majoritário ou era o sócio que era majoritário?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A maioria das contas era ele e a esposa dele. José Paschoal Costantini e Únicos, Administração e Participação, alguma coisa assim. Que era ele e a mulher do outro lado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas esse João...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tajara.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João Tajara da Silva?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – João Tajara era sócio dele na Indústria Costantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não era nessa Ferrame?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Na Indústria Raiel Ferrame, não sei, mas o escritório dele era dentro da Indústria Costantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Empresa Raiel Processamento de Dados Ltda.?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Firma do Costantini. Oficial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Silver Star?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa é “laranja”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram os sócios?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Silver Star. Se não me engano um era Edson Pereira Ramos, o outro não sei quem que era. Edson Pereira Ramos era funcionário da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não sabe qual era o outro sócio?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Sei que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – MPA?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – MPA. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse Aparecido era motorista do senhor?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. O Aparecido é o seguinte: o Aparecido começou trabalhando comigo como motorista, foi apresentado pra Atlas, passou a trabalhar na Atlas dando nome da conta. Ele abriu a conta como Felipe e com o Gastão. Posteriormente, modificou esse depoimento dele orientado por José Paschoal Costantini e falou que eu tinha pedido para ele abrir a conta. Eu tenho uma fita gravada com Aparecido no dia em que ele recebeu uma oferta através do advogado dele que veio de José Costantini e tenho uma fita gravada com a pessoa que levou a proposta para o Aparecido, que é um ex-funcionário da Atlas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor tem como nos ceder essa fita?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tenho. Como disse para o senhor, preciso de uns dez dias para reorganizar os documentos que eu tenho, mas eu gostaria de digitalizar essa fita, passar para um CD e entregar para o Sr.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele foi funcionário do senhor?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele foi funcionário meu fixo depois que eu sai da Atlas. Depois que eu saí da Atlas, ele veio trabalhar para mim, depois que... após eu sair da Atlas, ele continuou dando o nome para conta da Atlas até mais ou menos no final de 1999, quando citei aquele nome Jaime Thiago Gonçalves, o senhor entendeu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Adilson de Campos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Casa Ouro Velho Metais preciosos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sheyla Kersting e, se não me engano, Marcelo... alguma coisa... Marcelo é um ex-operador de bolsa da BMF.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcelo Pizzo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pizzo. É isso aí. A esposa dele trabalhava na Atlas, chama Silvina, é uma argentina ou descendente de argentinos. Trabalhava na Atlas, daí o nosso conhecimento com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Moinho de Ouro Metais Preciosos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Moinho de Ouro: se eu não me engano, a Moinho de Ouro também era da Scheila. Eu não tenho certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse Benedito Bráz Raiel o senhor conhece?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Benedito é um ex-funcionário do José Paschoal Costantini e da Únicos, se não me engano, da construtora, se não me engano, salvo engano. Ou ele ou o Decio Miranda, um dos dois que abriu a empresa era funcionário dele. O outro me parece comprou alguma coisa na Indústria de Jóias Costantini, deixou os documentos lá e usou os documentos para abrir a empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – AE Marques Telemarketing?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – AE Marques, o Adriano Marques é um ex-funcionário da Únicos Construtora, que hoje é dono de uma casa de prostíbulos aqui em Rio Preto, chamada O Casarão. O Costantini, depois que deu todos os problemas por causa de Foz do Iguaçu e Presidente Prudente, parou com a Atlas em Rio Preto e passou a operar com essa AE Marques, que na realidade era a mesma Atlas fazendo as operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas essa empresa é do Costantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Essa está no nome do...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas é real ou é “laranja”?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É “laranja”. Ele é um “laranja” que foi usado pelo Costantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que tipo de operações ele faz o senhor sabe?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Hoje ele é dono dessa casa de prostíbulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E fechou essa AE Marques?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não é que fechou. Houve uma batida da Polícia Federal lá, já estava fechada, se não me engano, porque demorou muito tempo pra ter a batida. Apesar, por exemplo, de todas as denúncias, a batida não teve, nunca teve. Essa batida foi dada em consequência de Presidente Prudente, da delegada ter pedido de Presidente Prudente, porque, dos meus pedidos, não houve batida nenhuma, nem jamais importunaram “ele”.

O SR. RELATOR (José Mentor) – LAA - Assessoria Independente?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só o Gastão Ladeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Gastão não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luis Felipe, Álvaro e Augusto.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah! Não, desculpe-me. A do Gastão é LAG, desculpe-me.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa LAA é real?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, essas são todas operações da Atlas. “Que” que ele fez? Em vez de operar com a Atlas em Rio Preto, ele começou a colocar nome de funcionários para fazer a operação. Seria o mesmo que a Silver Star, só que o quê? Era declarada. Ele só fazia a intermediação. Mas uma distribuidora de títulos e valores não pode ter intermediação. Não existe intermediação na compra de ouro, ativo financeiro, nem intermediação na compra de dólar flutuante. Ou a distribuidora compra ou ela não compra. É autorizada um posto de serviço em nome da distribuidora, mas nunca em nome de terceiro, ou eu, não existe isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Prisma Factoring Formento Mercantil o senhor conhece?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – GH Ladeira Filho?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É essa aí que é a do Gastão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas essas duas últimas são oficiais?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não é que são oficiais, são empresas que só fazem intermediação, não têm uma vida própria. Na realidade, elas só faziam uma intermediação. Para ter um escritório montado de compra de ouro e dólar, ela precisava ter uma face legal. A face legal era a empresa, mas na realidade a operação é da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os detalhes da relação do senhor com o Sr. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi a relação: ele trabalhou para o senhor depois ou antes?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele fazia serviços pra mim esporádicos, apresentei “ele” para a Atlas, a Atlas abriu a conta no nome dele. Ele recebia um dinheiro mensal...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os esporádicos eram quando?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – 96 ou 97, por aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Motorista?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, ele fazia entregas, entregas como motorista mesmo. Não motorista particular, mas motorista para entrega.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a ...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Fazia no meu carro, no carro da Atlas, porque eu ficava o dia

inteiro na Atlas e às vezes cedía o carro da Atlas para ele fazer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quem pagava? Era o senhor que pagava a ele?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, eu não tinha pagamento, quem pagava ele era a Atlas. Eu tirava o dinheiro da minha conta na Atlas. Não, nunca teve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é autônomo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sempre foi autônomo. Nem depois quando ele trabalhou pra mim, ele também não teve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, então, ele prestava serviços para a Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Para mim, como diretor da Atlas ele prestava serviço. Aí, eu introduzi ele “dentro” da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, em 96 ou 97, não tenho certeza. Aí ele passou a ter uma conta dentro da Atlas no nome Aparecido, recebia dinheiro da Atlas mensal para ser usado no nome dele. Isso está nos balanços que anexei aos inquéritos, que têm o nome dele “Aparecido MPA”, pagamentos “x” no final do mês.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, ele já tinha essa firma MPA?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Já tinha essa firma MPA.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele recebia por emprestar a conta?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, quando ele recebeu, já tinha a firma, mas ele abriu a empresa dentro da Atlas. Ele abriu a MPA dentro da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, e ele recebia por ter aberto a empresa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por ter aberto a empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele recebia quanto? O senhor sabe?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele recebia trezentos e poucos reais ou quinhentos e poucos reais. No balanço está notificado até o valor que ele recebia por mês, porque, no final do mês, todas as pessoas que tinham nome, que emprestavam nome para a empresa, e que estavam em contas ativas ainda, recebiam um percentual todo mês.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que a Receita Federal pegou?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A receita pegou por causa do valor absurdo que foi movimentado na conta deles. Trinta e dois...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele abriu a conta lá, mas a conta era fora.

Ainda em relação ao Sr. José Aparecido, depois disso, ele recebia para emprestar a empresa que ele abriu, não é isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele trabalhava para quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele já recebia da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era legalizado, era registrado, ou não?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Nunca foi. Nem antes nem depois. Nunca foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aí, ele foi mandado embora da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Aí, eu saí da Atlas, em fevereiro de 1999. Uns sete ou oito meses depois – tem até a data em que a Empresa MPA parou -, ele saiu de lá e veio trabalhar comigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, por que o senhor o pegou para trabalhar com o senhor?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque eu já o conhecia. Sabia que era uma pessoa de confiança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é de confiança?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sempre foi. Confiança que eu digo é de não sumir dinheiro; de nunca se apropriar de nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele reafirma essa história aqui?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não sei. Seria até interessante uma acareação. Existe uma pessoa muito interessante para ser chamada nessa história que é o Jaime Tiago Gonçalves. Há um depoimento muito bom dele na seccional de polícia, que era o boy que retirava os cheques da MPA, que sacava o dinheiro da MPA no nome dele. Essa pessoa sacava 50 mil, 100 mil, 150 mil, na boca do caixa. É Jaime Tiago Gonçalves.

Ele deu um depoimento muito bom. Ele disse que sacava o dinheiro da MPA e levava na Atlas, entregava o dinheiro na Atlas. Essa pessoa tinha pedido...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano foi isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Em 1999 foram os maiores saques dele. E os cheques eram assinados pelo Aparecido. Eu acharia muito interessante o senhor chamar o Aparecido aqui, porque ele disse na Seccional que ele realmente sacava o dinheiro e

entregava dentro da Atlas, como **boy** da empresa. Mais claro que o dinheiro era da Atlas, impossível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Aparecido sabia dessa movimentação?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Aparecido é uma pessoa humilde.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu acredito que ele sabia que existia um movimento grande na conta dele, mas não tão grande como o que era feito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele recebia todo mês por esse motivo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por esse motivo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por ter a conta, não era pelo serviço que ele prestava como motorista?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, ele recebia pela conta e pelo serviço; ele recebia pelos dois. Ele tinha um salário fixo lá dentro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Além do salário ele tinha um empréstimo da conta ou era tudo junto?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Era tudo junto. Ele recebia “x” por mês. Há uma cópia de um balanço da empresa, anexada ao inquérito, em que consta o nome dele, de quanto ele recebia. Consta Sheyla, quanto ela recebia. Consta o Antônio Carlos Sestini, conta MPA; Sheyla, conta; Sestini, conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Somente para entender. Ele prestava serviço de motorista para a Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E tinha salário por esse motivo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele tinha um salário que era junto, o da conta e o de motorista. Ele recebia um valor só, todo mês. Todo mês creditavam um valor para ele, referente ao serviço dele e o da conta, que era acima do de um motorista normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era a relação do senhor com a Dona Sheyla Kersting?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ela era operadora-chefe da mesa de São Paulo; ela era gerente da Atlas, em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha alguma relação pessoal com ela?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nenhuma, a não ser de gerente da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tentou impedir a demissão dela, em alguma ocasião?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tentei no final, quando eu saí da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque era uma excelente operadora. Existia uma operação de bingos que os bingos são obrigados a dar prêmios em ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que é? Operação de?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Os bingos, no Brasil, o prêmio que o bingo dá... Eu não sei se continua sendo hoje, né? Na época em que eu estava lá, em 1999, era assim. Todo bingo tem que dar o prêmio em ouro. Então, o que acontecia? Ela tinha uma infinidade de clientes de bingo. Começou com um e foi aumentando. Então, o que a gente fazia? Vendia o ouro pro bingo, para ele poder dar pro cliente que ganhava; recomprava o ouro do bingo pra poder dar em dinheiro pro cliente e na operação de ida e volta, em cada operação ganhava um **spread**, que era uma operação altamente lucrativa.

E além disso, a Sheyla já conhecia todo mundo no mercado de ouro, tanto joalheiro como refino de ouro, tudo sobre o ouro. E o Constantini queria colocar o filho dele, o Mateus, que era uma pessoa que já tinha brigado com todo mundo dentro da Atlas e já tinha sido mandado embora da Atlas por isso. E eu não aceitei trocar uma operadora eficiente por um cara como o Mateus. Esse foi o pivô da briga.

Além disso ele queria colocar também a filha dele, chamada Estela, na Atlas em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aí foi o motivo da desavença entre o senhor e o Sr. Constantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Agora, ele abria mão de uma pessoa que dava grande lucratividade? É isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A Sheyla já havia brigado com o filho dele, com o Mateus. O Mateus, por exemplo, é uma pessoa problemática. Ele é uma pessoa altamente emotiva. Se houve uma discussão ele chora na mesa, grita, bate porta. Em várias ocasiões ele fez isso com gerente de banco dentro da Atlas. Então, as pessoas tinham restrição contra ele. A Sheyla foi uma que teve uma briga com ele, que todo mundo da mesa comprou a briga do lado da Sheyla, que éramos eu, Guilherme e Célio. Ele foi mandado embora.

Fora isso, quando houve a outra empresa na Atlas, que era Antares, um dos ramais da Atlas, de telefone, ficou na sala do José Constantini. Uma empresa que não tinha participação nenhuma, que era a Antares. Então, as pessoas da Antares iam nessa sala que tinha o ramal da Atlas e gastavam um absurdo em ligação. A maioria de ligações internacionais para Zurick, para Nova York, por causa das jóias. Numa das vezes eu

pedi pra Sheyla retirar o ramal de dentro da sala do José Constantini, porque eu não achava justo a Atlas pagar um ramal da Antares. Pedi pra retirar o ramal. Ele ficou sabendo que quem tinha retirado o ramal era a Sheyla. Então, para ele, José Paschoal Constantini, ter um ramal da sala dele retirado pela Sheyla foi a gota d'água.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não acho isso uma coisa muito exagerada, não? O senhor sendo funcionário da Atlas, ir contra o dono da Atlas? Impor ao dono da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas por quê? Eu sou uma pessoa altamente técnica. Sei o meu trabalho. A vida inteira fiz um trabalho perfeito. Sei o meu valor. Por que eu não iria a favor de uma funcionária excelente?

Eu tinha participação no lucro da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor retirou um ramal de dentro da sala do dono da empresa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Veja bem, quando eu retirei o ramal de dentro da empresa, eu retirei numa normal. Não contra ele, ou porque ele falou pra deixar ou tirar. Não existiu uma briga entre eu e ele, e eu falar: não, tira o ramal. Eu pedi pra ela tirar o ramal. Não teve uma briga entre eu e ele por eu ter retirado o ramal, ou não. O único problema todo desse negócio foi porque foi ela que tirou, não eu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, mas foi o senhor que mandou.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu que mandei. Ele não acreditou que ela pudesse fazer isso sem autorização dele. Não teve uma briga entre eu e ele. Ó, eu vou tirar seu ramal. Não, eu sou o dono, você... Não houve isso. Eu simplesmente pedi pra ela retirar o ramal, que tinha muita ligação. Ela foi e retirou. Pra ele o cúmulo foi ela ter tirado o ramal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas tinha alguma conta no exterior? Conta corrente bancária?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ela ia abrir. Ela estava abrindo uma conta da própria Atlas no Banco Safra, em Nova York.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não abriu?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas abriu uma outra, uma outra conta que foi movimentada com *ívia ívatos*, que essa conta não tem o número agora, mas poderíamos ter o número...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o banco?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Banco Safra, Nova York. No mesmo banco onde ia ser aberta a da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele ia abrir duas contas lá?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso. Uma que seria como se fosse ao Matos, e a outra da Atlas. Por que da Atlas? Pra fazer exportação de ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor consegue o número da conta ao Matos, lá?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Posso tentar. Inclusive gostaria muito, se for possível, que o Álvaro Alves de Oliveira viesse depor aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque era ele que fazia a movimentações dessa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esta convocado para vir.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Para vir aqui em Rio Preto?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Me parece que não. Pelo que ouvi ele estaria em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem movimentava essa conta era o Álvaro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas chegou a ser aberto?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Chegou a ser aberto e movimentou por um bom tempo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual delas, as duas? Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Atlas não. Essa outra conta, se não me engano era Rios Boro. Não me lembro o nome. Posso conseguir para V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não era Almatos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Almatos era no BS. Essa que estou falando era no Safra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou Almatos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Falei Rios Boro. Mas não sei ao certo. V. Ex^a nem escreva porque não sei ao certo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem esse nome para nos dar?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Gostaria muito de conversar com Álvaro sobre isso aí, tenho até a cópia do cartão de assinatura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele que assinava?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele que assinava, a Sheyla e José Paschoal Constantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Décio Miranda o senhor conhece?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o responsável pelo Moinho de Ouro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não sei se era o Marcelo ou a Sheyla de novo. Não me lembro quem era os proprietários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Silver Star, quem era o responsável?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Silver Star era Edson Pereira Ramos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mateus substitui o senhor na empresa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Célio Tabith e Guilherme Monteleone Tabith?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Célio Tabith era o responsável pela Atlas, junto ao Banco Central. Guilherme Tabith era um dos diretores. Funcionários como eu, comissionados.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Guilherme, fazia o quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Guilherme era diretor de alguma coisa. Todos três éramos diretores: eu, Guilherme e o Célio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a relação da Atlas com a indústria de jóias.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A indústria de jóias é um outro braço do Constantini, uma fabricação de jóias nacional. A indústria sempre fabricou muito mais do que declarou, muito mais e o ouro vinha da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sempre oficialmente?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. A maioria das vezes sem ser oficialmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A maior parte?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Maior parte. Talvez 20%, 10% oficial, o resto todo extra oficialmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. José Constantini tinha conta no exterior? O senhor sabia?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Almatos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com esse nome. Ele não tinha outra conta, só essa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que eu saiba não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claudinir Roberto Poltronieri?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sérgio Ulian.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Me parece que essas pessoas já foram sócias dele mas não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hélio Shimokomaki?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Parece-me que ele subdividiu a indústria Constantine em várias firmas. Senão me engano, essa pessoa tem uma firma dentro da indústria de jóias Constantini na rua Silva Jardim.

Tem uma outra indústria de jóias no mesmo local. São várias firmas dentro de um local só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reinaldo Melazi?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa sociedade com o Sr. João Tajara o senhor conhece?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu conheço o João Tajara. Ele é uma pessoa que teve uma função específica dentro da indústria de jóias Constantini, que era de fabricar máquinas ou projetar máquinas para... específicas jóias que eram trazidas da Itália e ele copiava o modelo. Ele viajava constantemente também para a Itália, diga-se de passagem que as viagens podem ser verificadas que todos os da família Constantini e Tabith têm passaporte italiano. Então, todos os vistos de entrada em Zurique ou lugares que eles foram não estão registrados no passaporte deles mas no passaporte italiano.

Existia uma coisa que gostaria de lembrar para o senhor sobre a Atlas. Quando ela queria tirar dinheiro ou colocar dinheiro dentro da Atlas ela fazia vendas fictícia de ouro, ou seja, quando a Atlas precisava colocar dinheiro no caixa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dinheiro sem origem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Vamos dizer que ela precisava colocar dinheiro bom dentro da Atlas, porque iria ser fiscalizada pelo Banco Central. Ela fazia venda e ouro balcão. Para isso, ela pegava uma lista de nomes de pessoas que já fizeram compras ou deram cheques nas indústrias Constantine ou qualquer outra indústria que tivesse nome, CPF e RG e fazia mil vendas num dia, em nome de pessoas que nunca entraram lá ou não compraram ouro lá. Lista de devedores ou de pessoas que deram cheques sem fundos que tivessem CIC e RG. O endereço era feito em alguma pessoa que tivesse o mesmo nome em São Paulo e era lançado um nome em Rio Preto, em suma, nenhuma das pessoas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vendas fictícias.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só para o dinheiro poder entrar na Atlas. O dinheiro entrava na Atlas e esfriava-se na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Saía do caixa 2 e entrava oficialmente.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ou seja, esse ouro poderia ser vendido também no caixa 2 porque já não tinha origem da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. José Aparecido Pinto?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele tem uma empresa chamada Jolmar Jóias. Ele muito amigo do José Constantini e é diretor da Joresp, em São José do Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é Joresp?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É uma associação de joalheiros da região de Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito amigo como?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Relações comerciais com a Atlas, conta corrente dentro da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a firma Beacon Hill?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, só ouvi na televisão, mas não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma operação que tenha sido feita pela Atlas ou pela Constantini na Beacon Hill?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da Indústria de Jóias Constantini, na Beacon Hill, o senhor sabe disso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Também não. As operações da Indústria não eram feitas por nós, ele tinha os dirigentes da Indústria Constantini, que faziam as operações da mesma. Ela era como um cliente para nós.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se o Sr. Paschoal Constantini tinha remessas pessoais para o exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tinha. Quando ele queria fazer isso aí, que ele não queria que a gente visse, ele fazia pela Indústria Constantini ou fazia direto com os cambistas com quem ele tinha relacionamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor usou alguma vez remessas da Atlas para o exterior? O senhor fez alguma remessa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Da Atlas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Atlas em si, Atlas mesmo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A Atlas não fazia remessa para o exterior. O máximo que a Atlas fez foram operações com a ... Como é que chama, uma exportadora grande, exportando ouro, mas operações legais. Quem acabou concluindo a operação foi a Antares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece essa Plenus Administradora de Bens e Serviços?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas Metais Preciosos Antares operou com CC5 também?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Algumas vezes, não tanto quanto a Atlas, mas operou várias vezes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Saturnino Ramirez Zaratti?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Macedônia Representação Comercial Ltda.?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Helena Matias? O senhor fez alguma remessa para o exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No seu nome?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Hilário Sestini, não. Acho que não. Posso ter feito que saiu no meu nome pela Atlas. Eu operei muito com vários operadores, doleiros, às vezes, botou no meu nome, em vez de botar da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lauren Financial Limited, conhece? (Pausa) BBK?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – BBK?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – INTL – Commercial Bank of China, da China, Taiwan?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Overseas Trust Bank Limited. Hong Kong?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Talvez essas contas que o senhor está me perguntando possam ter saído de remessas direto da Atlas para pagamento de jóias, de empresas que forneciam brilhantes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas constam referências ao Sestini.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah! bom, isso deve ser o Sestini, fabricante de malas, que fabrica as malas Sestini.

Não, pode ter certeza de que não são minhas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde fica a Sestini de malas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, existe um Sestini, que é um grande fabricante de malas. Ele importa muitas peças para fabricação, lonas, às vezes, importa até produtos até semi-acabados. Tenho certeza de que essa conta é dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa Trigold

...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Trigold Metais Preciosos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isto, ela estava no nome de Benedito Bráz e de Décio Miranda. O senhor conhecia os dois?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, como disse para o senhor no começo, sei que um deles trabalhou como funcionário da Únicos, não sei qual dos dois, e o outro ... Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Osvaldo Bernardino de Sousa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Osmar Amaro de Andrade?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só isso, por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, o próximo Parlamentar inscrito é o Deputado Iris Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Hilário, o senhor acusou o Deputado Fleury de ter conta no BS Nova lorque?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor acusou o Deputado Fleury de ter conta no BS, em Nova lorque.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu o acusei de ser sócio do Constantini, não o acusei de ter conta em Nova lorque, não.

Disse que a conta Al Matos era de sociedade do José Constantini e dele, no dinheiro da conta.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – No depoimento anterior o senhor disse que ele tinha conta em Nova lorque, no BS.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor está me perguntando agora?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Exatamente.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, estou respondendo para o senhor: a conta no BS – perguntaram-me, inclusive, se estava no nome pessoal do José Constantini – eu disse que poderia estar no nome dele ou de um **off-shore**, do José Paschoal Constantini. E o dinheiro que caía nesta conta seria do Luís Antônio Fleury Filho. Isso posso dizer para o senhor.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor juntou um documento em que aparece o nome do Banco, a conta e a inscrição Fleury.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nunca juntei documento nenhum.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Como o senhor conseguiu isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu nunca juntei documento nenhum com isso aí.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E esse documento?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não juntei.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Que foi periciado e apareceu a inscrição Fleury como sendo colocado ...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor está dizendo documento onde?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Está no seu depoimento.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Onde?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – No processo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, eu não juntei esse documento. O senhor pode verificar melhor, que eu não juntei esse documento.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Esse documento não foi o senhor que juntou?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Verifique melhor se fui eu quem juntou esse documento.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Aparece a conta Luli e a inscrição Fleury – **by order of** Fleury.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, eu não juntei esse documento. Alguém colocou, mas não fui eu.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor sabe que foi periciado e o documento foi falsificado.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Bom, então eu gostaria que o senhor verificasse melhor se foi juntado por mim. Se tiver sido colocado por mim, pode ter certeza... Não sei qual documento é esse, mas se tivesse sido colocado por mim, seria verdadeiro.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Então o Deputado Fleury não tem conta no UBS?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Volto a falar, eu jamais disse que ele tinha conta no UBS. Eu

falei que era o Constantini ou uma offshore em nome do Constantini e que o dinheiro que estaria na conta seria do Fleury. Não disse que ele era o proprietário da conta.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor alguma vez pediu a alguém para incluir o nome do Fleury em um boletim de ocorrências, em uma denúncia?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não pedi. Isso foi feito pelo Aparecido de Assumpção Júnior. Depois ele voltou atrás mediante aquilo que eu comentei aqui. Devia ter recebido uma proposta do José Paschoal Constantini.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas eu quero saber se o senhor pediu a alguém que incluísse o nome do Fleury?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como assim?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Na denúncia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, o Aparecido fez o boletim de ocorrência. Eu fui com ele à delegacia. Ele fez o boletim e ocorrência por livre e espontânea vontade e depois, em razão de uma proposta do José Paschoal Constantini, ele voltou atrás e disse que não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor pegou cheques em branco, assinados, de outra pessoa, e empresa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como assim? V. Ex^a pode ser mais específico?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor pegou cheque assinado em branco?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas de que pessoa?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Eu é que estou perguntando ao senhor se alguma vez já pegou um talão de cheques assinado, em branco, de alguma empresa ou de outra pessoa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Algumas vezes. É preciso saber de que empresa.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Já tomou?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Aparecido, por exemplo, deixava o talão dele da MPA assinado lá.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Ele assinava para o senhor?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, assinava para a Atlas. Deixava na Atlas o talão dele, assinado inteirinho.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Quem é que mandava ele assinar?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Gastão, por exemplo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor não mandava?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Não tinha contato nenhum com o Aparecido. O contato do Aparecido dentro da Atlas não era comigo. Era com o Gastão. Em na mesa de operação eu ficava.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Ele não era seu motorista?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele era meu motorista e passou a ser funcionário da Atlas. Eu ainda especifiquei que no começo, quando ele abriu a conta, ele passou a trabalhar para a Atlas.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E a sua relação com a Sheyla?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O que tem isso?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Qual era a relação?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Profissional.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor brigou realmente para que ela não saísse da empresa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Briguei. Já confirmei isso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Essa briga, essa discussão que ocasionou a sua separação com o Constantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Na realidade ela foi o ponto de discórdia. Já havia algumas coisas muito maiores do que isso. Isso foi a gota d'água.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O que eram as outras coisas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – As outras coisas eram, por exemplo, tirar dinheiro da empresa para proveito próprio, porque não podia gerar lucro para a empresa.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas a empresa não era dele?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas eu era comissionado. Apesar da empresa ser dele e ele poder tirar, toda vez que ele tirava, ele me prejudicava financeiramente. Eu tinha que reclamar disso. O que eu poderia ganhar, eu não ganhava.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Houve algum outro motivo além desse?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Vários. O Mateus, por exemplo, como já disse. Tentou o retorno do Mateus à empresa. Eu perderia um grande poder com a entrada do Mateus na empresa.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Em que época a conta MPA teve maior movimentação?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Em 98, se não me engano.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Essa foi a época em que ela realmente teve uma movimentação grande?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Alta.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – De quanto?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não me lembro, mas sei que o total dela foi 32 milhões, numa paridade quase de igual para igual, perto de US\$32 milhões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O Aparecido é uma pessoa que o senhor considera de confiança?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu considero de confiança no sentido do que eu disse, ou seja, não roubar dinheiro. É só isso. Ele poderia levar uma encomenda sua para qualquer lugar, sem roubá-la.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor o contrataria novamente para trabalhar?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, hoje não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Então ele não é de confiança?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Uma pessoa é de confiança até onde ela quer. Até o dia em que eu contratei o Sr. Aparecido ele era de confiança. Quando ele mudou esse boletim de ocorrência... Eu provei, mediante uma gravação que tenho guardada e que vou fornecer para ele, que ele recebeu uma proposta de dinheiro, ele já não é mais de confiança. Hoje eu não o contrataria mais.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas o senhor disse há pouco que ele era de confiança.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Volto a dizer, até o dia em que gravei que ele recebeu uma proposta. Daí em diante ele deixou de ser de confiança para mim. O senhor perguntou se eu o contrataria de novo? Não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Já encaminhou dinheiro para o exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tive quando morei em Miami. Fiquei lá um ano pela Atlas, tive uma conta no exterior, recebia dinheiro da Atlas nessa conta para me manter lá.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor enviou dinheiro pela CC5 em seu nome?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pode ter sido pela Atlas, eu morava lá, não sei quem enviou. Se algum funcionário enviou foi para essa conta.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas, no seu nome, consta o envio, através da CC5?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Hilário Sestini Júnior?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Exatamente.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E quem abria as contas fantasmas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A Atlas mesmo, numa decisão conjunta de todo mundo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor participava disso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como o Célio, o Guilherme, o José Paschoal Constantini, o Fleury, todo mundo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O Governador? Ele, como governador, participava de tudo isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Se o filho do José Paschoal Constantini, Mateus Constantini, cedeu o nome para uma conta dessas...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Ele saía do Palácio e ia para...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você me perguntou uma hora se era só como governador e eu disse para você uma vez que não foi só como Governador, foi como ex-Governador que ele também participou da Atlas.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E como Governador, ele participava de tudo isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Há mais um detalhe. Cheguei a levar, com o Mateus Constantine, dentro do Palácio, uma maleta com 20 mil dólares para ele, eu e o filho do Constantine.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas ele participava das reuniões, ele, sendo Governador?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Na casa da rua Groenlândia ou ia pessoalmente na Atlas, o que pode ser comprovado inclusive pelos porteiros do Orça II, quantas vezes ele esteve lá. Os porteiros do Orça II, que conheciam ele como Governador, podem ser checados se ele entrou lá como Governador na Atlas.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – De quem é a conta Luli?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Do Luiz Antônio Fleury e do irmão dele, o Lilico.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor disse que ele não tem conta no exterior.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, você perguntou quem era a conta Luli, você não falou se era no exterior.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Perguntei se ele tinha conta no UBS.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A sua pergunta agora foi de quem é a conta Luli. No exterior ou no Brasil?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – No exterior, é claro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Claro, não, porque acabei de dizer que tem uma conta Luli dentro da Atlas.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas a nossa CPI é exatamente para verificar a questão da CC5, do envio de dinheiro para o exterior. Estou perguntando de quem é a conta Luli no exterior.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não sei de quem é a conta Luli no exterior, sei de quem é na Atlas.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E a Almatos, de quem é, no exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Do José Paschoal Constantini ou de uma *off-shore* da qual ele é proprietário.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Era isso o que queria saber. O Fleury não tinha conta no exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Vou de novo repetir o que já disse: a conta Almatos...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas quero saber, o senhor disse. Afirmativamente, tem ou não conta?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Afirmando que ele é proprietário do dinheiro que estava na conta Almatos.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E o senhor tem como comprovar?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tenho a mim para comprovar e posso fazer uma acareação com o próprio Fleury e, se for possível, passo num detector de mentiras junto com ele. Duvido que ele seja capaz de passar por um detector de mentiras comigo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor não acha que o momento que o senhor vive é um momento difícil, um momento em que para o Senhor tanto faz, já que é acusado de diversos crimes. De quem são esses 57 quilos de ouro, por exemplo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Um detalhe, Excelência. O senhor falou do momento que vivo. Essas acusações que fiz foram feitas antes, muito coincidentemente, de acontecer qualquer coisa para mim. Se o senhor pegasse primeiro as acusações em que falo tudo isso veria que foi muito anterior, foi em 1999, começou na Delegacia Seccional de Polícia, quando eu não tinha momento ruim algum.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Em 1999 o senhor não tinha nenhuma passagem, nenhum problema com a justiça, nunca teve nada?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tive com o próprio José Constantini.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Antes de 1999, o senhor não teve nenhum problema?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tive.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas o senhor disse que foi antes, que não teve nada. Então, o senhor tinha.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor está falando do momento específico que estou vivendo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Agora vou para lá, para o momento específico.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Para o momento específico que estou vivendo, as denúncias foram feitas anteriormente a isso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Certo, eu sei, mas o senhor está dizendo que quando fez as denúncias não tinha nada, estava limpo, tinha folha...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Com a Atlas?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Não quero saber se com a Atlas, quero saber se limpo na polícia, na justiça, enfim, que o senhor não tinha passagem nenhuma.

Agora, voltando ao momento atual. O senhor vive um momento difícil.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pois não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Não é fácil, neste momento, jogar todo mundo na lama?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Faça nova notificação ao senhor, a minha denúncia sobre o caso Fleury, sobre este momento específico que eu vivo foi anterior a isso. O momento específico aconteceu agora, mas a minha acusação foi feita anterior a isso.

Está respondida a sua pergunta.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Presidente, era isso que eu tinha a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Hilário, o senhor sabe do montante aproximado que foi emitido para o exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que o quê?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Do montante remetido ao exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, mas foi uma quantia muito alta. Praticamente o dinheiro que era convertido nessas "contas laranja", Silver Star, Trigold, Moinho de Ouro, Casa de Ouro Velho e outras contas, ele era utilizado ou para comprar ouro ou para mandar dinheiro para fora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor teria como estimar, mais ou menos, quanto?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Acredito que tenha sido mandado, mas é fácil de verificar também porque uma quebra do sigilo bancário da própria Almatos pode mostrar, mas acredito que uns trinta, quarenta milhões de dólares.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – US\$ 30, 40 milhões?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Para mim é uma quantia muito grande.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que período essas operações se processaram?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Desse período do auge da MPA ou no máximo da Trigold Metais Preciosos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – No auge da MPA, ela funcionou mais ou menos em 98.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – 98? O senhor sofreu alguma ameaça durante a apuração desses fatos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Várias.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por parte de quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por parte do Constantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que tipo de ameaças?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ameaças via telefone, ainda sofro várias, disparo de armas de fogo na minha loja, tentativas de seqüestro no fundo da minha loja, disparo de armas de fogo no carro da minha esposa, dez tiros. Várias.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor atualmente responde a algum processo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Vários.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Iniciados por quem esses processos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Grande parte pela Polícia Federal, quer dizer, os dois maiores pela Polícia Federal.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como o senhor explica a questão dos 58 quilos de ouro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não explico, não tenho o que explicar. O Constantini montou essa história, porque é o valor exato da ação que eu movi contra ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não houve, o senhor não se apropriou...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não me apropriei de nada dele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele inventou a história?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Um dia ou dois dias depois que dei a entrada na reclamação trabalhista, é muito fácil de ver, são dois dias depois ou um dia depois que dei a entrada. Uma pessoa que espera um ano para entrar com representação de 58 quilos de ouro deve ter alguma coisa errada.

Também gostaria de lembrar ao senhor que o Constantini – não quero, fui inocentado sobre isso, existe uma sentença sobre isso e fui inocentado – no inquérito que apurou isso aí ele declarou no Fisco a saída desse ouro. Esse ouro, os 58 quilos de ouro é o capital da Atlas, se esse ouro tivesse saído da Atlas a Atlas não poderia funcionar. Tem mais essa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que o senhor sabe sobre a remessa de aproximadamente US\$1.819 milhão para Hong Kong e Taiwan, por meio de esquema de lavagem do Banestado, utilizando as agências de Nova Iorque, tituladas pelas empresas **off-shore** Cuotra e Carten.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O que tem?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que o senhor sabe?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nome de quem foi feito?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foram utilizadas as contas da **off-shore** Cuotra e Carten.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É difícil, mas em nome de quem ela foi feita?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Bom, então eu também não tenho como falar nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Através das empresas, para essas contas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que empresas?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Atlas, as empresas do Sr. Constantini.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pode ter sido a título de compra de diamante, de compra de pérola.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não tem conhecimento desse US\$1.819 milhão?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Especificamente com a empresa eu não tenho conhecimento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor em um dos seus depoimentos cita o nome de Ilca?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como destinatária de um documento oriundo do banco UBS.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem é Ilca e quais os detalhes das razões que o fato ocorreu?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ilca já me perguntaram uma vez. Sugeri, o nome da esposa do governador é Ica.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esposa de quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Do ex-Governador.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Chama-se Ilca e me perguntaram se poderia ser ela, e eu disse que não sabia. Recebi o fax, agora, através de quem veio, não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ilca o senhor não conhece?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não conheço. Inclusive, a pessoa para quem se destinou esse ouro que foi negociado chama-se Tony Napoli, era o diretor do Banco Suíços, que fez essa operação do ouro. Ele era o diretor do UBS e ele pode comprovar em Nova Iorque que a operação foi da Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Durante o período em que o senhor está preso aqui, o senhor recebeu alguma proposta para não depor nesta CPMI?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Diretamente nunca.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor da última vez que estive aqui disse que tinha fatos novos a revelar a esta CPMI, desde que fosse dada a segurança necessária que lhe assegura os benefícios da lei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quais são esses fatos novos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Acabei de citá-los. Um seria Tony Napoli, que mostra o destino do ouro que foi contrabandeado para fora do país.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem é ele?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tony Napoli, diretor da União de Bancos Suíços na época do Metais, que se encontra em Nova Iorque. E citei um outro fato para o senhor das jóias, que é o caminho das jóias de Zurique, que seria da firma Jumbo, um despachante aduaneiro dentro do aeroporto de Zurique, cujo proprietário chama-se o Sr. Uchoa, que é quem faz as remessas de ouro, de jóias para o Constantini. É uma pessoa que pode ser encontrada e adivinhar que as jóias saíram de Zurique para o Constantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como que o Sr. Uchoa pode ser encontrado?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Dentro do aeroporto de Zurique existe um despachante aduaneiro que se chama Jumbo, na qual o proprietário chama-

se Sr. Uchoa, que é um judeu. E que ele quem faz o despacho das jóias.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor já tinha falado isso anteriormente?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Olha aqui, o documento da UBS enviado ao declarante, em 95, cópia dessa... Convite para comparecer à agência do Banco de Nova Iorque para tratar com o Sr. Tony Napoli.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, isso é só o que falei. Agora, estou explicando para o senhor que esse ouro, que foi mandado para Zurique, o Sr. Tony Napoli é quem fez a intermediação da compra e pode atestar que esse ouro saiu da Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foi isso que eu perguntei?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Complementei para o senhor. O senhor me perguntou da Ilca, e eu complementei para o senhor sobre o Tony Napoli.

Gostaria também de dizer para a Comissão que, se for o caso de ser acareado com o ex-governador, eu gostaria muito, com ele ou com o irmão dele, o Sr. Lilico, com o qual tive vários encontros. Gostaria demais.

Por exemplo, com o Gastão que deu depoimento aqui e com o Augusto que acabou de dar um depoimento aqui, que, inclusive, é uma pessoa boa para se perguntar, porque é um funcionário mais humilde. Não tinha participação no lucro da empresa, então não tem por que mentir.

O Sr. Felipe é um gerente, tinha participação nos lucros da empresa, então ele tem por que não falar a verdade. O Sr. Augusto não, é uma pessoa mais humilde. Não mentiria porque recebia um salário.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, independente das sugestões dos requerimentos que possam ser apresentados pelo relator, sugeri a V. Ex^a uma acareação entre o depoente e o Sr. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Certo, vamos deferir.

Quero saber se o relator vai fazer novas indagações ou se nós suspenderemos o depoimento do Sr. Hilário, até porque entendemos pelo caminhar do depoimento que precisaremos fazer algumas acareações, inclusive algumas delas como as citadas por V. S^a aqui. Então perguntaria ao relator se nós faríamos algumas indagações agora ou se suspenderíamos esse depoimento, ouviríamos em reunião pública o Sr. Constantini e, a partir daí, iríamos para as acareações.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A proposta é suspender o depoimento agora, ouvir o José Paschoal Constantini e depois fazer as acareações.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então suspendo a reunião por cinco minutos. Determino que o Sr. Hilário permaneça aqui até novos depoimentos e, em seguida, reabriremos a reunião aberta para a oitava do Sr. José Paschoal Constantini.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Senador, gostaria de pedir uma coisa. Depois, em um momento qualquer, gostaria de dar um depoimento exclusivo aos Srs. Senadores de fatos que acho que só devem ser comentados com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Posteriormente vamos avaliar isso. Queria tranquilizá-lo que... está bom, no momento oportuno avaliaremos isso.

Então suspendo a reunião por cinco minutos.

Peço ao Sr. Hilário para se retirar para que, em reunião aberta, seja ouvido o Sr. José Paschoal Constantini.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 19h.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro reaberta a reunião. Quero informar que o Sr. José Paschoal Constantini foi convocado para prestar depoimento sobre os fatos de evasão de divisas e lavagem de dinheiro, através dos seus advogados deu entrada no Supremo Tribunal Federal e o Ministro Marco Aurélio concedeu uma liminar no sentido de que ele não assinasse o termo de compromisso. Os seus advogados petionários, evidente que representando o interesse do cliente, e há uma decisão, uma liminar do Ministro Marco Aurélio dizendo que fica dispensado do termo de compromisso e decisão do Supremo Tribunal Federal é decisão para ser cumprida. Quero afirmar que ainda na semana passada estivemos, através da assessoria jurídica da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, apresentando as contra-razões para o ministro, peticionamos para o ministro, mas até o momento, até antes da iniciativa desta oitava, nós não temos nenhuma informação, nem no **site** do Supremo Tribunal Federal nem através da nossa assessoria. Sendo assim, vamos cumprir a ordem do Ministro Marco Aurélio e deixar de tomar o depoimento do Sr. José Paschoal Constantini sobre o compromisso.

Vamos passar, então, à nossa oitava. Sr. José Paschoal Constantini, temos solicitado que todas as pessoas que vêm prestar informações a esta CPMI que possam fazer um relato sobre os motivos sobre as quais sejam convocados. Sendo assim, quero disponibilizar a V. S^a o que tenho disponibilizado a todos, ou seja, se pretender utilizar, V. S^a tem o tempo de 30 minutos para expor os fatos e a sua versão sobre os acontecimentos que estamos apurando grande parte

deles já de conhecimento público. Se, entretanto, V. S^a não quiser usar o tempo inicial, passaríamos imediatamente às indagações do relator, o Deputado José Mentor. Sendo assim, solicito de V. S^a a informação se V. S^a vai usar ou não o tempo inicial de trinta minutos, ou menos, para fazer uma exposição inicial.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Excelência, gostaria que V. Ex^a me concedesse pelo menos alguns minutos para que eu possa dizer aos senhores alguma coisa da minha vida, se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, V. S^a tem até trinta minutos.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Queria dizer para os senhores que nasci em São José do Rio Preto. Minha família habita aqui desde 1922, como joalheiros. Então, existe já uma quarta geração que temos aqui em São José do Rio Preto como joalheiros. Iniciei a minha atividade em 1963. Prestava arquitetura no Rio de Janeiro e, em função da revolução, e falta de recursos, iniciei a minha vida como viajante autônomo. Em 1967, fundei a indústria de jóias Constantine, que até hoje permanece, são trinta e sete anos. Hoje, uma indústria considerada uma das melhores do Brasil. É única empresa no Brasil que tem a ISO 9.000 no setor de joalheria.

Eu, após esse período, em 1977, iniciei outras atividades em São José do Rio Preto; e em 1971 fui para Mato Grosso, onde comprei uma pequena propriedade agrícola; e, em 1977, iniciei no ramo de setor de material de construção. Em 1982, montei uma metalúrgica que faz barra chata, ferro de material de construção e assim por diante. Fiz várias empresas e realmente empreendi, fiz muitas coisas em São José do Rio Preto. Em 1986, fui presidente da Associação Comercial de São José do Rio Preto, até 1988. Fui diretor da Fiesp, fui secretário da Indústria de Comércio de São José do Rio Preto. Sou vice-cônsul da Itália desde 1992, em São José do Rio Preto. Já construí aqui em São José do Rio Preto o Corpo de Bombeiros, na minha gestão no Aeroporto. Fiz a Ardef, que é a Associação das Crianças Defeituosas, no empreendimento que fiz. E outras obras. Hoje sou diretor do Renascer. E o Lar Esperança também, que é um projeto muito grande também aqui em São José do Rio Preto, eu também que iniciei, na minha gestão. Fui diretor da Fiesp/Ciesp, de 1992 até 2002. Hoje, sou diretor da Fiesp em São Paulo, no setor de novos projetos.

A minha vida foi pautada sempre por lisura. Minhas empresas nunca tiveram nenhuma ... todas as empresas, cheguei a ter dezesseis empresas. Houve um período da minha vida em que tive uma dificuldade econômica muito grande, foi de 1991 até 1995, onde precisei dispor de várias empresas minhas, a Cosvel

Veículos, metalúrgica, e eu vendi. Foi uma fase muito difícil da minha vida e realmente, em 1995, consegui ir melhorando a performance da dívida e talvez em 1999 que tentei sair, sanar esses problemas que tive, financeiros.

Quero dizer aos senhores que nunca tive uma penalidade penal, tenho certidões negativas de todas as minhas empresas, os senhores sabem. Não tenho nenhum débito com a Receita. Estou sendo fiscalizado, em função da denúncia, em várias empresas. E a vida me trouxe esse dissabor, mas acho que, pela honestidade e pelo meu passado, saberei enfrentar e saberei resolver.

Eram poucas coisas que eu queria falar, mas era isso que queria falar com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra, então, ao Relator, Sr. Deputado José Mentor, para as suas indagações iniciais ao Deponente, Sr. José Constantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. José Constantini, eu queria saber quais foram as empresas das quais o senhor foi proprietário nos últimos anos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Excelência, eu poderia dizer mas – é a Metalúrgica Ferrame, Relferrame, Cosel Veículo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho só – devagar para eu anotar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Metalúrgica...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ferrame, Cosvel Veículos, Únicos Construtora, Únicos Comércio e Administração, Tacos, Atlas, Atlas Feacture – eu não me recordo de uma empresa mas havia uma empresa de aluguel de carros também – Indústria Jorge Constantini, Antares – e o senhor me desculpe se esqueci de algumas. No decorrer, posso me lembrar e posso falar para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa de aluguel – o senhor se lembra do nome?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais as que o senhor mantém até hoje?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mantenho a Únicos Construtora, Únicos Comércio, Atlas Indústria de Jóias – essas daí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Antares?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Antares, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Antares fazia o que?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A Antares comercializava atacado de jóias em São Paulo – e nós fechamos faz uns dois ou três anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa de carro é a Trip?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E a Trip Locadora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trip Locadora de Veículos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – De veículos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia descrever o que a Atlas fazia?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A Atlas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isto.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A Atlas – eu a fundei em 1991 – comercializa ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só trabalha com ouro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Só com ouro – nós não fazemos câmbio e nem trabalhamos com papeis da Bolsa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já teve autorização para trabalhar com câmbio?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Eu pleiteei e foi exatamente esta uma das questões – eu tinha um Diretor Executivo que sempre queria que nós trabalhássemos com câmbio e eu nunca quis mas nós, uma vez, pleiteamos ao Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com o Diretor Executivo. Quem era o Diretor Executivo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Sr. Hilário Sestini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca obteve autorização?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são as operações mais frequentes na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Do garimpo, o ouro vem para cá – mandamos refinar e vendemos ou para o investidor, para a Bolsa ou para a fábrica.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas as operações de compra de ouro são legalizadas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – São legalizadas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não há nenhuma compra sem ser legalizada?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não porque a facilidade que o Governo nos deu – o senhor

paga só 1% de imposto para comprar o ouro. Então, não convém trazer o ouro sem ser legalizado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas operações são legalizadas em quais momentos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – No ato da compra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que forma é legalizado?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nós compramos, e o garimpeiro dá uma nota.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O garimpeiro que fornece a nota?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Fornece a nota, e nós trazemos... Fazemos uma nota, depois, total, e trazemos para cá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não há outro tipo de operação que a Atlas faça?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que se faz na indústria de jóias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Jóias, você compra o ouro, e ele entra como ativo financeiro. Depois que você entra como ativo financeiro, você transforma em mercadoria, paga os impostos e vende.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Transforma, faz a jóia?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também não há operação paralela? São todas legalizadas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – São todas legalizadas. Porque ela entra sem imposto, também, não é? E agora existe até o processo que a gente está tentando, colocar aquilo que nós não pagamos de ICM e deixar ele como diferido. É uma opção que está tendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa Atlas tem contas no exterior?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

Nós tivemos...

Nesse período em que o senhor falou sobre câmbio, o Banco Central fazia arbitragem de ouro, até... Não me recordo a data, mas, talvez, 2001. E todas as empresas que queriam fazer, mexer com câmbio, e que queriam fazer operação com o Banco Central, você tinha que ter uma conta em Nova Iorque, para você pagar. Porque você ligava, por exemplo, para o Banco Central, em Brasília, e ele... Chamava arbitragem. Você fala: "Olha, como está o preço em Nova Iorque?" "Está US\$322 a onça". Então, você fecha 10 quilos e fala: "Tá bom. Você me paga, em Nova Iorque, amanhã, e

eu te entrego o material". Era assim que era feito. Isso se chama operação de arbitragem.

E nós tentamos abrir conta junto a bancos em Nova Iorque, tentamos fazer arbitragem e não tivemos sucesso junto com o Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quer dizer que não abriu essa conta em Nova Iorque para fazer essa operação?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não consegui. Tenho aqui documento, mas são documentos que foram forjados depois. Eu assinei em confiança alguns documentos – porque eu assinava em confiança –, e foi forjado para servir para outras coisas. O Banco é... Especificamente, do Banco Safra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a Atlas nunca operou com dólar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Nós não podemos... Nós não podíamos operar com dólar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem no câmbio paralelo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Pela menos era a ordem que eu dava, para que não operasse. Mas como eu também tinha outras atividades, várias atividades, e estava passando um período difícil, eu, a Atlas, eu ia lá, uma vez por mês... Quando ele queira, ia até a indústria falar comigo sobre as operações da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não é possível que tenham ocorrido operações sem o senhor saber?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pode ter ocorrido. Pode ter ocorrido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inclusive operações de mercado paralelo ou de ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pode ter ocorrido. Porque esse Hilário Sestini tinha inclusive atividades paralelas. Ele mexia com celulares, mexia com ouro, mexia com gado, e ele usava várias atividades paralelas a isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa chegou a comprar, importar jóias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A Atlas, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a indústria de jóias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nós exportamos jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exporta jóias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Exporta jóias. Até hoje, somos uma das poucas indústrias do Brasil que tem o consórcio com a Apex. O Governo Federal nos subsidia, nas feiras que nós vamos no exterior, e a gente já tem uma tradição grande de feiras: Basiléia, Nova Iorque, Miami, Londres. Fizemos este ano também feiras para vender jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas houve algum momento em que elas foram importadas da Itália, por exemplo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não me recordo.

Aliás, não sei. Não tenho... Pelo menos não fiquei sabendo de nada disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram os poderes que Sr. Hilário Sestini tinha na empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Total. Total.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele podia decidir qualquer assunto, qualquer valor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Qualquer valor, tanto é que, numa das ocasiões, ele mandou abrir o cofre, levou o ouro e todo o capital da empresa, quer dizer, todo o capital não, o ouro que tinha dentro da empresa ele levou num domingo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa ocorrência foi registrada?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Foi registrada. Eu tentei negociar durante alguns meses. Sempre tentando fazer um acordo e, quando eu menos espero, ele entrou com uma ação trabalhista, de um milhão e meio. E aí achei por bem fazer a queixa policial também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa queixa foi posterior à reclamação trabalhista?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Foi, posterior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E há uma equivalência do valor dos 58 kg de ouro com a reclamação?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, a reclamação dele não tem equivalência, porque ela foi litigante de má-fé. Falsificou todos os documentos da ação trabalhista. Ele falsificou até os holerites. Falsificou tudo. Estou aqui com as decisões, inclusive do Tribunal Regional de São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode passar para a CPML esses documentos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Posso. Não, ela foi inclusive periciada e... O senhor está escutando?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fale mais perto.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu já mandei para Brasília a dois meses atrás, para poder...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perto do microfone.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mandei para Brasília há dois meses uma caixa com esses documentos, em Sedex, mas a pessoa com quem eu mandei e quis argumentar e falou que o Sedex não chegou. Então, se o senhor quiser está aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a remuneração do Sr. Hilário Sestini?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele tinha porcentagem de 30% sobre os lucros da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E algum valor fixo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só o percentual?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Só o percentual. Se o quiser, está aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois vamos ver.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele inclusive serve como documento, porque foi o Instituto Del Picchia, de São Paulo, que fez. Não é o mesmo. Nós temos um outro aqui que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está bem.

A Atlas tinha algum limite para operar em ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem o limite do capital dela?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, porque, muitas vezes, você usava ... Como a gente tem que vender o ouro a vista, você gira muitas vezes. Então, o limite é quase impossível. Você pode comprar e vender três vezes por dia o mesmo capital, dependendo da demanda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve alguma vez alguma investigação do Banco Central na empresa? O senhor poderia relatar para nós como foi.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, o que me recordo é que houve uma vez, mas eu não fiquei sabendo, mas parece que houve uma ... Foi feito paralelo à empresa, parece que uma firma Prosegur, uma investigação para o Banco Central, mas que ele não... Pelo menos as respostas que eu dei dentro dos

documentos oficiais que a empresa tinha, o Banco Central não fez nem uma sanção para nós.

Foi investigado pelo Banco Central e não houve nem uma sanção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesta oportunidade, houve alguma alteração do vínculo trabalhista do Sr. Hilário Sestini com a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não houve. Em 1994, tinha dois funcionários que eram filhos de amigos meus, e eles trabalhavam os três juntos. O Sr. Hilário discutiu com eles e montaram... E nós conseguimos... montar uma parte da empresa, em que ficaram os 30% para os três. Foi em 1994. Fiz o acerto trabalhista com ele no sindicato, legal, com todos os documentos que estão aí. Tenho uma ação trabalhista que já mandei para Brasília. Não sei se o senhor tem. Fiz os acertos em 1994. E os três ficaram como sócios a partir dessa data.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem qualquer vínculo empregatício?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Sem qualquer vínculo. Foi por isso que, na ação trabalhista, ele conseguiu postergar... Ele já tinha feito o acerto na Justiça do Trabalho, no Sindicato dos Bancários em São Paulo. Na ação trabalhista, ele falou que continuou ganhando para sempre. Isso foi uma coisa bárbara, sem pé, sem cabeça.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, não há nenhuma relação com a fiscalização do Banco Central e o acerto trabalhista que foi feito com ele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não, não. Isso nunca. Não. Nesse caso, não. Não. Fomos fiscalizados pelo Banco Central pelo menos uma vez por ano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não há hipótese, então, na empresa, de utilização de notas duas ou três vezes para entrada de ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Não há. Houve um caso nosso imprudente que ele também denunciou. Ele registrou uma queixa na Polícia Federal. Ele nos denunciou, dizendo que nós fazíamos isso. Houve uma denúncia e ele deve ter conseguido alguma coisa. Um portador nosso vinha vindo com notas fiscais certas em um avião de carreira que parou em Prudente. Por um acaso, como o garimpo é muito desordenado em vários pontos, como Cripurizão, Alto Floresta, vários, um material deles não veio e a nota veio. O senhor entendeu? Havia nota a mais. Mas nós pagamos o imposto. O Banco Central já nos fiscalizou quanto a isso, e a Receita também. E não deu nada. Existe inclusive um relatório do Banco Central sobre essa operação de Presidente Prudente, que já está no processo, em Prudente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano foi isso?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – No ano passado, essa denúncia que ele fez, e nos prenderam o ouro em setembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a diferença a maior da nota?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Dois quilos e pouco. Mas eram 26 quilos. Não eram 10%.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha um funcionário de confiança na Atlas, que cuidava de fiscalização, das operações de todas as empresas do senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Gastão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram as funções dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A função dele hoje, como foi antes, é documentação. Na vida que estou tendo nos últimos quatro anos, ele só faz isto: arruma documento aqui, documento lá. Se está faltando certidão negativa de Imposto de Renda de alguma firma, ele vai lá e cuida. Se uma firma está sendo fiscalizada, ele dá assistência. Ele é a pessoa que me coordena. Sem ele talvez seria impossível estar aqui com esses documentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na empresa do senhor, existe um programa para controlar a entrada e a saída de ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. É o Banco Central. É diário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para efeitos gerenciais?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nós aproveitamos a própria gerência do Banco Central, para a qual temos de dar o balanço diário de compra e venda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem fazia a supervisão dessa movimentação?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Fazia, na época, o Gastão. Mas hoje faz em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na conta Almatos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não conhece essa conta?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Eu não conheço. Como falei para o senhor, fui pego de

surpresa noutro dia com a conta do Banco Safra, que ele preencheu e está aqui comigo. Posso até mostrá-la para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu queria que o senhor me passasse.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso para ele dar veracidade... Ela não tem assinatura do... Na ação criminal ele colocou essa ação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor assinou esse papel?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Assinei em branco para ele, porque, na época, ele falava para mim que tínhamos que abrir conta. Eu assinava para ele ir lá abrir conta. No fim, descobrimos que ele tinha várias contas particulares dele, que ele movimentava, paralelas, sem eu saber, no nome dele, no nome da esposa e no nome de uma tal lá fora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem as contas dos bancos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode me passar? (Pausa)

É Gomes e esposa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pelo menos foi o que me passaram como sendo. Não estou denunciando. Passaram-me esse documento, que estou passando para os senhores como documento. Deputado José Rocha, desculpe interrompê-lo, não sei se eu poderia fazer isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fale mais perto do microfone.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Desculpe interrompê-lo, mas eu queria elucidar. Esse documento não entrou nem no banco, mas para dar guarida e para dar força para ele achar, ele foi lá e autenticou num cartório de Miami. Ele colocou carimbo e não tem nada demais.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então essa conta não existe.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu nunca vi e, com certeza não deve existir. Estou até abrindo para que...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não rubricou nada?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu assinei. Deputado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E rubricou?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Devo ter rubricado. Quando me trouxeram isso, trouxeram em branco, sem preencher, só para eu assinar para levar. Mas isso não é documento meu, é documento dele que está no processo criminal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor lembra quando assinou esse papel?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não me lembro. Só estou elucidando para os senhores para ver como era o manejo da cosa. Outro dia, olhando o criminal, vi isso.

Talvez eu não tenha dito para os senhores que o ramo de jóias é específico, de muita confiança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor rubricou essas folhas em branco?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, eu assinei para se levado para o banco para abrir uma conta em nome da Atlas, para que trabalhássemos fazendo a arbitragem do ouro. O senhor entendeu, Deputado? Ele tinha tudo da empresa na mão. Eu tinha dezenas de atividades e fazia aquilo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa se valeu de contas de terceiros?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor. Nunca me vali de contas de terceiros. Se o senhor vir meu passado de trinta anos e depois dele, não tive nada, nunca tive um problema sequer na Receita, nunca tive nada. Estou tendo essas denúncias... É até bom explicar que a conta Ouro Velho e a Silver Star foram motivo de fiscalização e abertura de sigilo, e a Atlas foi fiscalizada nessa conta durante dois anos seguidos. Foi revirado tudo, tudo, cheque por cheque referente a essas contas. A fiscalização federal viu isso e não encontrou nenhum indício que ligue a Atlas a essas contas. Tenho também o processo e posso fornecê-lo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gostaria de recebê-lo. O senhor está com o processo em mão?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Posso enviá-lo a V. Ex^a ou entregá-lo amanhã.

Sr. Relator, preciso citar um fato, porque não posso mentir. Colocaram-me como sujeição passiva. Como não encontraram nada na Atlas, resolveram culpar alguém: “Quem será o tonto? Indiquem esse cara.” Mas nunca fui ouvido nem fui falado no processo. Portanto, é possível se ter uma idéia de como é facciosa a ação. Há outros detalhes nesse processo que são de arrepiar os cabelos e que demonstram como eles foram facciosos na conduta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quem é o dono da Casa Ouro Velho?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Casa Ouro Velho? Sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem são?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Sheyla Kersting e outro rapaz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome do outro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Se V. Ex^a me falar, eu lembrarei. Eu tenho aqui essa informação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcelo...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – ...Pizzo. Eu tenho a declaração que ele fez à Polícia Federal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sheyla Kersting trabalhou para a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Trabalhou para a Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Marcelo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Ele era amigo do Sr. Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcelo Pizzo Lippelt. É isso?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu tenho declarações dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dizendo o quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Penso que seria bom V. Ex^a lê-las.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor tiver essas declarações em mão, eu gostaria de recebê-las.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Se V. Ex^a me conceder um minuto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pois não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Essas declarações foram prestadas... O nosso advogado nos deu esses documentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe de quem é a empresa Silver Star?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. O Marcelo era um dos sócios. Acredito que ele era sócio da Silver Star e da... Tenho que saber quem é o dono da Silver Star, porque fui fiscalizado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem são os sócios, os donos da Silver Star?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Um é esse. O outro me acusou como se fosse meu motorista. Esse fato é absurdo, pois nunca tive motorista na minha vida – ou guarda-costa. Mas era amigo particular dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Delé quem?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Do Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o nome dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu tenho aqui esse dado, mas eu não... Se V. Ex^a falar,

eu sei. Do contrário, não me lembro. Li há pouco isso. Encontrarei essa informação para V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edson Ramos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Edson, é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edson Pereira Ramos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso. Edson Pereira Ramos. Não sei se é Edson. É Edson.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu a Trigold?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Não tenho... Nunca vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a Moinho de Ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu a MPA?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – MPA? Estou sendo fiscalizado por ela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que trata essa empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É uma empresa de um funcionário do Sr. Hilário Sestini. Um funcionário que trabalhou de 1996 até 2001 com ele, como motorista, e eu sei que ela trabalhou no mercado, vendeu mercadoria, eu, inclusive, nessa empresa eu fiz um empréstimo para o Sr. Hilário e ele me pagou com cheque dessa empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Conheço pelos jornais e por coisa... mas nunca tive contato, não conheço pessoalmente ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Adilson de Campos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Aparecido trabalhava com o Sr. Hilário Sestini e também trabalhou na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca trabalhou na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, nunca trabalhou na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem prestou serviços para a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Olha, se eu falar para o senhor que ele nunca prestou, talvez

tenha prestado que eu não saiba, mas que ele nunca foi da folha de pagamento, nunca, nunca, nunca, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha possível que essas contas Trigold, de moinho de ouro, possa movimentar recursos de propriedade da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Da propriedade da Atlas, não. Ele pode ter aproveitado nome da Atlas ou clientes da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esta MPA a Receita apurou... veja que a propriedade dela é do Sr. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior, que era motorista, ou do Sr. Hilário ou da Atlas, não importa aqui, só para o senhor entender do que estou falando.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o sócio era o cunhado dele, não é?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E pintor de parede. Ela movimentou mais de 30 milhões.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É, eu quero dizer para o senhor que essa movimentação foi inteiramente paralela à atividade da Atlas. E a Receita Federal está fiscalizando isso agora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eram ou não recursos da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, nunca. Nunca, não poderia nem ter. Nós nem tínhamos capacidade para ter esses recursos para movimentar. Porque, veja bem, quando você movimenta um recurso oficial, é uma coisa. Quando você movimenta um recurso paralelo, é outra. Porque o recurso paralelo que você... que ele... que eu... depois agora na fiscalização nós estamos averiguando, o cliente paga o ouro antes e recebe depois, entendeu? Então, você não precisa ter recursos para pagar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não poderiam ser usadas essas empresas para comprar ouro no garimpo sem a nota oficial?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Poderia, lógico.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso pode ter acontecido, o senhor acha?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pode, pode.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a Atlas não tem nada a ver com isso?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não tem nada a ver com isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A quem o senhor atribui então essas operações?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ao Sr. Hilário Sestini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele tinha recursos para esse movimento todo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não precisa recurso. Se o senhor der para ele um nome bom no mercado e... Ele trabalha normalmente sem recurso. Nessa operação não precisa de recurso, Deputado. Porque é o seguinte: o pessoal compra ou telefona: “olha, quero tal”; “então te entrego amanhã”, e isso é o giro que faz, o senhor entendeu? E na época da vaca gorda não era... porque agora o mercado está mais restrito, o caixa está mais baixo, né, o cara: “Ó, compro hoje e quero amanhã, né?” Mas na época da vaca gorda você comprava hoje e entregava daqui a quatro ou cinco dias, entendeu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A D. Sheyla Kersting? Era o quê na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei. Eu... é... é uma pessoa que eu não sei qual era a atividade dela dentro da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ela trabalhou na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Trabalhou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa, Trigold, um dos proprietários dessa empresa trabalhou na consultora que o senhor teve.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Trabalhou na consultora?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.
O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sabia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o outro sócio fez uma compra a prazo numa loja do senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Bom, isso pode comprar... loja minha, não. Eu não tenho loja de varejo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele disse que fez uma compra nas duas lojas, ele se referiu dessa maneira, talvez empresas, comprando jóias, alguma coisa assim.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor vende para varejo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor. Não, não vendo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – São irmãos, primos, cunhados, sobrinhos. Não participo delas, nunca participei. O meu era mais a indústria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A MPA era de uma pessoa que se diz motorista do Sr. Sestini e, depois, trabalhador na Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou dizendo...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Desculpe-me, eu não podia interrompê-lo. Pelo amor de Deus.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou só dizendo a que o senhor atribui tantas coincidências de funcionários? Da Atlas ou de pessoas que têm relações com as empresas Constantini, proprietárias dessas contas por onde passam valores incompatíveis com as suas rendas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Queria lhe dizer o seguinte: primeiro, com certeza não tem nenhuma relação da nossa parte com a execução, fazer uma empresa desse tipo para operar. Quero dizer ao senhor que se o senhor vir o passado e o presente de uma pessoa e o futuro verá que tipo de atividade que ela tem. Se o senhor olhar o que fazia no tempo em que trabalhava comigo e o que continua fazendo depois, o senhor verá qual é o tipo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é ele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Hilário Sestini. Desculpe. Depois que saiu de mim, tem mais quatro ou cinco empresas fantasmas aí...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais? O senhor sabe?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Sei. LC Matos, era uma empresa que ele passou para Luis Carlos Moreira. Aprígio de Oliveira, que é um cantor de moda aqui, tem uma empresa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A primeira é LC Matos, Luis Carlos...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – LC Moreira. Se o senhor quiser dou depois...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a outra?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Aprígio de Oliveira, que é um cantor de viola aqui de perto de Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – São duas empresas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Uma foi uma empresa. Essa foi uma outra empresa que movimentou. Tem a RP Pereira, que também é uma empresa que trabalhou com isso, até agora. Essa é uma empresa do momento que está girando em nome de um “laranja” dele. Inclusive essa empresa é a que tinha aquele site que vendia, trazia do Paraguai, trazia para cá, e botava no correio com uma nota fria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha impossível que houvesse movimentação em contas de pessoas físicas ou jurídicas de recursos na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Lhe digo o seguinte. O que ocorreu foi que foi feito um movimento em cima de um nome e de uma empresa idônea. O senhor entendeu? Isso que foi o que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa movimentação lateral desviou recursos da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. O spread é muito pequeno. Então se você movimenta, vamos supor – são 50kg - 2 milhões por dia, você tem um spread de 2 mil, o que dá 01, 02. É um giro muito rápido, o senhor entendeu? Então, realmente o montante é assustador, mas o valor que se ganha é pouco, como é hoje na Bolsa, porque é preço de Bolsa. Você compra na Bolsa, vende, compra, vende...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O capital da Atlas, quanto é?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – De três milhões. Dois milhões seiscientos e pouco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela costuma ter estoques altos, elevados, em ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Dentro do capital dela. Não pode ter mais. Nós não podemos ter empréstimos. Nós não podemos usar dinheiro de terceiro. Nós não podemos ficar devendo dinheiro para ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quando tinha aqueles 58 quilos de ouro no cofre, quanto significava isso?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso significava... Na época o ouro estava oito mil... Quatrocentos mil dólares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um milhão e duzentos.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É. Mas isso foi motivo... Desculpe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não vou interromper porque...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas isso foi motivo já de verificação do Banco Central, se nós estávamos com a nota em dia, tal. E eu posso até lhe mostrar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem essa informação aí, não?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas só se eu pedir para o Banco Central... Não. Eu posso lhe arrumar. Mas eu acho que o Banco Central, ele fornece. Porque o Hilário denunciou isso na... Na criminal dele tem isso. Porque ele pediu para o Banco

Central para ver se isso estava legal, dentro do... Se nós suportávamos... Ele imaginou o seguinte: “Bom, eu me apoderei desse ouro. Eles vão ter que parar de trabalhar”. E nós continuamos a trabalhar. Na criminal ele falou: “Bom, mas como eles continuaram a trabalhar, se eles falaram que eu não tinha o ouro, que eu roubei o ouro? Então, eles não poderiam ter trabalhado”. O senhor entendeu? Mas na criminal está. Eu posso lhe dar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Gastão era uma pessoa da confiança do senhor? É da confiança do senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É da confiança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É da confiança do senhor. Ele chegou a trabalhar na mesa de ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca trabalhou?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele trabalhou para o Hilário e para nós.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como assim?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele trabalhava para o Hilário também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fazendo o quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Fazendo controles de caixa dele, de celulares...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso, antes da desavença?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Senhor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes da desavença do senhor...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Antes da desavença. Depois ele não foi mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que o Sr. Gastão pode ter operado na mesa sem o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca. O Gastão, depois, talvez, que ele saiu de nós, ele fez algumas operações para ganhar alguma coisa, mas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas enquanto trabalhava com o senhor lá, enquanto trabalhava na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Quando trabalhava, no tempo do Hilário, o senhor quer dizer?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Não trabalhou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não pode.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que era possível ele ter movimentado recursos na conta particular dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Gastão?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Acho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas e a que título?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A título de venda e compra de comissão para ganhar algum *spread* para vender.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que os clientes depositariam o dinheiro na conta dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ahn?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que havia essa passagem pela conta particular dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, porque ele, depois que compensava o cheque é que ele mandava fazer a nota fiscal. Porque nós não podemos vender ouro a prazo. Entendeu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. Mas, então, a Atlas utilizava conta de terceiros para fazer os seus negócios.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Não. A conta do Gastão... Essa operação do Gastão era toda oficial dentro da Atlas. Ele vendia e nós tirávamos a nota fiscal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele trabalhava na mesa, não?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não senhor. Nunca trabalhou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas como é que ele vendia isso?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Vendia para algumas empresas que ele tinha conhecimento. Mas não dentro da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aqueles depósitos não eram de propriedade da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Pelo amor de Deus. Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Dele. Dele. Depósitos dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tinha nada a ver com a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nada a ver com a Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que ele passava a operação depois para a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Para ganhar a comissão. Ele pagava a Atlas. A Atlas tirava a nota.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram todas legais?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Legais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ou eram legalizadas a posteriori?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Porque não podemos vender ouro a prazo. Só posso fazer ouro a vista. Se, por exemplo, volta um cheque, como eu vou... A Atlas, para voltar um cheque, não pode voltar um cheque da Atlas. Entendeu?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não vende contra cheque, só contra dinheiro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Depositado na conta da Atlas, o cheque de cliente que nós sabemos, sim. Mas de cliente que nós não sabemos, nós não podemos aceitar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aí o risco era dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O risco era dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe desse caso do Dr. Júlio César Afonso Cuginotti?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Sei. Sei porque foi mídia durante muito tempo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe a que título teria um cheque dele...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Eu acho que passaram esse cheque... Algum cliente... Esse juiz passou para algum cliente, o cliente passou para o Gastão, o cheque foi devolvido e não foi feita a operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe qual foi o destino do cheque?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O destino do cheque sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Meu filho que levou para ele, o juiz, o cheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a que título? Ele compensou, ele restituiu?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não compensou. O cheque foi compensado e voltado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei. E devolveu para ele, pura e simplesmente?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, porque ele ligou... estou lembrando de uma história de alguns anos. Mas se não me engano, ele ligou para o meu filho e falou: olha, a pessoa que dei um cheque parece que o cheque voltou e está com o Gastão. Ele foi lá, pegou da mesa do Gastão, mas não abriu o envelope também e entregou para o juiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, a que título o cheque foi parar na mão do Sr. Gastão?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Porque esse juiz deve ter dado para alguém. E esse cheque...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse alguém fez o quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Quis comprar ouro do Gastão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque ele não se lembra motivo de o cheque estar com ele.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Estou entrando numa coisa que talvez nem saiba ao certo o que é. Estou falando assim o que está...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o filho do senhor, então, devolveu para o juiz o cheque?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Devolveu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem nenhum pagamento, sem nenhuma...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, mas ele não devia nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É porque, se estou entendendo bem, era compra do ouro. Como não compensou, ele não entregou o ouro, portanto, não devia nada. É isso?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Só devolveu, é. E aí...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claro que o terceiro que recebeu o cheque, esse, sim, deve ter ficado preocupado.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Dançou, talvez. Ia dançar. O senhor entendeu, Senador?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Entendi.

Teve alguma operação com dólar na fronteira que foi objeto de investigação na Polícia Federal, compra de boletos e de dólar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei, não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não foi com a Atlas isso ou o senhor não sabe?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque temos notícias de uma fiscalização da Polícia Federal que depois foram verificar o registro de boletos pela entrada de dólares. O senhor não tem informações sobre isso?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei, não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Oitocentos mil dólares?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não me recordo disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A informação é que há um processo sobre esse assunto.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Há processo? Processo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É, ou que pelo menos houve um processo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Houve? Não, o que pode ter havido é uma sindicância do Banco Central, que não participei. Mas, processo não houve, nem houve processo administrativo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No aeroporto de Foz de Iguaçu.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não sei. Não sei do que se trata.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas não teria lançado os boletos e, por conta dessa irregularidade, o Banco Central cancelou a autorização para operar com o câmbio.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não me recordo. Que data foi isso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi em 1994.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não me recordo. Inclusive, nessa fase, eu estava numa fase, ia assim a cada dois meses na Atlas, um mês. Eu não me recordo disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não conhece nenhuma compra de dólar no paralelo em Foz do Iguaçu ou no Paraguai?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não. Nunca tive operação, nunca tive conta nos Estados Unidos, nunca fiz transação para o exterior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem operações de carro-forte de São Paulo para Foz, de Foz para São Paulo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, isso não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor usou alguma vez operações CC5?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pessoalmente?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca. Dou uma carta para o senhor para ir nos Estados Unidos ver se tenho alguma conta minha, particular, ou alguma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Operações que envolveram o Banco do Paraná?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não, nunca tivemos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar em alguém chamado Guilherme ou Ruan?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tem conta no exterior?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem com nome fictício?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece alguém chamado de nome Uchoa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ochoa?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Uchoa.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, Uchoa não. Conheço um cara que manda um release aí, um jornalista, Ochoa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, é na Itália, que fazia operações, da Itália com Zurique, de jóias.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar numa conta chamada Luli?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor, não. Ouvi falar porque houve denúncia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dentro da Atlas houve alguma conta chamada Luli?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não. Que eu saiba não, nunca vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existiam contas dentro da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não pode porque não existe prazo, não podemos ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa MPA não teve uma conta dentro da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Ela poderia eventualmente ter comprado ouro da Atlas sem eu ... Eu estou falando aquilo que acho que poderia ter acontecido, mas não sei, não aconteceu não. Porque a fiscalização federal tem uma equipe de fiscais em São Paulo, viu Deputado, tem uma equipe de fiscais em São Paulo fiscalizando a Atlas, faz um ano e meio em cima da MPA.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o ex-Governador Fleury?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem amizade com ele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, ele é de Rio Preto. No tempo do governo dele eu vim a Rio Preto, era diretor da Ciesp, recepcionei o Sr. Constantini várias vezes, mas nunca fui a casa dele, nunca...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma relação comercial com o ex-governador?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma vez negócios com ele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele teve alguma conta ou valores na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ou na indústria de jóias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, indústria, esse posso dizer com toda a certeza que não e na Atlas também não porque nunca o vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor participou de alguma reunião com ele na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas recebeu ele alguma vez?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, quando falo não é porque não sei, nunca vi ele lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor visitou alguma vez o governador em palácio?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, fui uma vez numa recepção no palácio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi alguma vez à residência do ex-governador em São Paulo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Alguma empresa do senhor teve obras no Governo de São Paulo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Obras no Governo de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – No Governo do Fleury em São Paulo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, acho que iniciamos uma obra em Santa Fé do Sul e foi... aí entrou o Covas... Não, foi um aeroporto que era para fazer em Santa Fé do Sul, nós pegamos em segundo lugar, o Sansão pegou em primeiro, só que infelizmente na hora da compra da pasta o cheque foi sem fundos, ganhamos a concorrência, ele entrou com uma ação pra ganhar a obra, para anular essa decisão, e aí a obra começou no dia 15, 20 de dezembro e não aconteceu porque o Covas não fez a obra.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – CDHU. A Únicos não trabalhou para CDHU?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Na época não, não trabalhamos, ganhamos concorrência, mas fizemos a obra acho que no governo do Covas, casas acho que em Fernandópolis, em várias cidades.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fazia as compras de ouro no garimpo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Olha, era alguém da Atlas, mas não sei, não tenho idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a LAA - Assessoria Independente?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A LAA?

O SR. RELATOR (José Mentor) – LAA - Assessoria Independente.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ah, acho que são dois ou três rapazes que trabalharam conosco, o Augusto, o Felipe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve com eles nos últimos dias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, tive hoje e tivemos ontem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que pretexto? Ontem por quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Porque eles vieram perguntar alguma coisa para mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobre a CPI?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Sobre o... Ele é apavorado, coitadinho do rapaz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a firma GH Ladeira Filho?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do que se trata?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É do Gastão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas empresas prestam serviço para a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Prestam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que motivo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Por que motivo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor sabe a papelada que tem para a gente ver, principalmente nessa fase que estamos, Dr. José, faz quatro anos que estou recebendo denúncias, e quatro anos de fiscalização. O senhor não imagina o que se passa. Isso tudo aqui é feito diariamente, reúne, tira certidão negativa de imposto de renda, certidão... Então é isso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles não são funcionários da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Qual? O Gastão, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca foi?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. O Gastão foi funcionário meu até 1996, na construtora, o uem algumas empresas, não me recordo. Mas depois ele montou uma padaria, ficou seis meses, um ano com a padaria e depois voltou para trabalhar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que os empregados que trabalham têm empresas que também prestam serviços para a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Porque talvez a própria... É uma atividade normal hoje para se diminuir custos com INSS. Monta uma micro-empresa, uma simples e faz. Sobrevivência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma desavença com a Sheyla Kersting?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Nunca tive. O contato era raro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor quis demiti-la e o Sr. Hilário foi contra?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. A minha filha fazia GV e ela tinha que fazer um curso e eu pedi para colocá-la, mas ele não quis, e eu achei que... Ele falou, se ela entrar a Sheyla sai. Eu falei 'bom, você é que sabe'.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa firma Antares que o senhor possuiu tratava de quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – De vendas de ouro, de jóias no atacado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No atacado. E a Atlas fazia a mesma coisa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. A Atlas é só barra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a indústria?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Fabrica.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas vende no atacado a indústria?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, vende para joalheria, vende para...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a diferença entre a indústria e a Antares?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A Antares compra jóias de pequenas indústrias e vende.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ah, sim, é uma revendedora de jóias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É uma revendedora. A indústria hoje é a fornecedora das maiores joalherias do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi sócio do Sr. João Tajara?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Tajara. E um médico amigo meu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele foi seu sócio?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em qual das empresas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Metalúrgica Ferrame, Rael Ferrame e Cosvel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é o majoritário ou ele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele era minoritário. Ele é meu amigo de infância. É médico e fazendeiro e trabalhamos juntos por amizade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em algum momento a Atlas teve que fazer vendas fictícias de ouro para dar entrada em recursos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, porque não podemos fazer venda fictícia de ouro para dar entrada em recursos... Porque você tem que aprovar a entrada do capital no Banco Central. Então você tem que deixar depositado no Banco Central um período o dinheiro para depois você poder...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quando tem que dar capital de giro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Capital de giro, você tem que primeiro entrada no Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. José Aparecido Pinto?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a relação que o senhor tem com ele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Amizade boa. Ele é Presidente da Joresp, associação de joalheiros. A minha indústria foi a pioneira aqui; depois disso, formamos o segundo maior pólo de indústria de jóias do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve alguma movimentação pessoal no Banestado?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. Nunca tive uma transação para o exterior. Nunca.

O SR. JOSÉ MENTOR (José Mentor) – O senhor tem alguma empresa chamada José Constantini S. A.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. O meu nome é José Paschoal Costantini.

O SR. JOSÉ MENTOR (José Mentor) – José Costantini S. A.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ MENTOR (José Mentor) – As suas empresas são todas limitadas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Todas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Banco Comercial Israelita?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teve alguma operação?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Banca de Roma?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banestado registra algumas operações de José Costantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. Podemos entrar profundamente, eu dou uma procuração para ir até lá e ver-se algum dia eu tive uma...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Comercial e importadora JF Ltda.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Enedir Cordova?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alca Atacadista de Alimentos Ltda.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ijiza S. A.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Atlantide S. A.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Jandira Comércio de Produtos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece uma empresa chamada Beacon Hill?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. Já vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não conhece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. Vi agora na mídia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós temos aqui duas operações com a Indústria de Jóias Costantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Indústria de Jóias Costantini? Mas recebendo dinheiro deles? Exportação...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não sei o que é. Aqui está marcado como último beneficiário.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – É o beneficiário... Veio de lá. alguém nos pagou por lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E houve fechamento de câmbio?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Houve, lógico. Posso trazer para o senhor amanhã. O senhor me dá as datas e eu trago.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu pediria que o senhor me trouxesse todas as datas com a Beacon Hill.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. Beacon Hill eu não sei quem... Nós não recebemos da Beacon Hill, doutor. Nós recebemos... Por exemplo, ele paga, o Banco do Brasil e nós recebemos esse dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui eu tenho o registro do Nacional Turismo e Câmbio de Foz do Iguaçu.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Que recebeu o dinheiro?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela ordem deles, recebendo a Indústria de Jóias Costantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. A indústria está recebendo o dinheiro?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. Do Nacional Turismo e Câmbio Ltda., Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Ela recebeu dinheiro de exportação?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu não sei o que é.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. Só pode ser. Nós não tivemos outra operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o débito é Beacon Hill. Debita aqui Beacon Hill e credita Indústria Costantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Credita...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Debita Beacon Hill e credita Costantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Tá. Pode ser, tem lógica.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E nesse caso, a Indústria Costantini fechou o câmbio?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Fechou o câmbio, porque nós não podemos fazer nenhuma operação com a indústria de jóias sem fechar o câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Artur Import Export?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A outra à Beacon Hill e pela ordem deles.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Creio que são vendas que fazemos para o exterior e os importadores pagam por essa empresa. Mas são operações legalíssimas. Não há nada. Quando vem dinheiro por fora é porque exportamos alguma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Beacon Hill é tida como depositária de recursos de doleiros.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Vi uma relação da Beacon Hill outro dia. Nem é algo para ser falado aqui, mas gostaria de saber como funciona lá empresas do Brasil?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode, então, os contratos de câmbio que tenham sido fechados com a intermediação da Beacon Hill?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. Creio que recebemos esse dinheiro de um banco brasileiro. Não recebo da Beacon Hill. Nunca fiz negócios com a Beacon Hill.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O remetente pode ter dado a ordem para a Beacon Hill pagar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Mas pagou um banco brasileiro, o senhor entendeu? Preciso saber a data para trazer para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou dar as duas datas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Mandarei para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dia 26.11.99 e 1º.12.99. Vou dar-lhe esses dois.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – E o valor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O valor prefiro não revelar porque é sigiloso. Preferia que o senhor me passasse...

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Amanhã eu lhe entrego.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o senhor Antonio Carlos Sestini?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são suas relações com ele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – É funcionário. Ele é primo do seu Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele continua trabalhando para o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que deixou de trabalhar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – O Hilário deve tê-lo mandato embora. Não me recordo na época a razão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o período em que ele trabalhou?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele fazia o que na empresa do senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não sei. Noventa por cento do que ocorria lá era o Hilário quem administrava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se essas empresas a respeito das quais conversamos agora há pouco faziam remessas para CC5?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não tenho idéia. Podem ter feito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teria algum motivo para fazer essas remessas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não posso acusá-lo de algo que não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Temos aqui uma movimentação por CC5 do senhor Antonio Carlos Sestini; da Casa Ouro Velho Metais Precisos Ltda.; de Metais Precisos Antares Ltda.; de Silver Star Metais Preciosos Ltda. e de Mateus de Abreu Costantini, e ainda Atlas – Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Com certeza, isso não é movimentação por meio de CC5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas essas são.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não estou duvidando. Estou dizendo que deve ter sido algum cheque que foi depositado em alguma conta, mas não remessa para o exterior. Nunca fizemos isso. A Atlas não pode, não tem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É depósito em conta de “laranja”.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Ah, sim. Isso pode ter ocorrido. Pagamos alguém que vendeu ouro para nós e ele depositou... isso pode ter... isso pode....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não sabemos quem é o destinatário de cada um dos cheques que são pagos.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cada um dos cheques...

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Correspondente a esse cheque tem uma nota fiscal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então sabemos quem foi o destinatário do cheque.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabemos quem foi o destinatário do cheque?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – O senhor sabe. Então...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela informação do senhor...

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Tenho a obrigação de dar para o senhor para quem foi esse cheque. Esse cheque tem que ter algum destinatário. E esse cheque do meu filho Mateus é de uma conta que o Sr. Hilário Sestini movimentou. Ele pediu por favor para o meu filho abrir, ele abriu e ele movimentou valores absurdos em nome do meu filho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas contas eram movimentadas pelo Sr. Hilário Sestini?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não. Estou falando do meu filho, o que ele fez com as outras

contas, não sei. Estou falando da indústria de jóias e estou falando dessa, dessa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei. Porque o Antonio Carlos Sestini trabalhava na Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Trabalhava na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. A Casa Ouro Velho... Sheyla Kersting trabalhava na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, não trabalhava. No período em que ela talvez tivesse isso aí, ela não trabalhava. Eu não sei qual é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É 1996 a 1998. Trabalhava.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Trabalhava. Parece que ela saiu em 1994.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, é posterior.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Depois, ela entrou....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, Casa Ouro Velho Metais Preciosos já vimos que tinha relação com

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – A Casa Ouro Velho o senhor falou que tinha relação com a ...?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui, Casa Ouro Velho é a Sheyla Kersting e Marcelo...

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Mas o Marcelo não trabalhava lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a Sheyla Kersting.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Mas deixa eu lhe contar. Já sofremos uma fiscalização onde foram levantados todos os cheques e tudo o que relaciona com a Casa Ouro Velho e com a Atlas não teve um detalhe em que a Receita Federal pudesse constatar algum delito da nossa parte. Isso eu lhe mostro o processo, o processo da Casa Ouro Velho e da Silver Star.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses processos são de quando?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – São desse ano. Terminou esse ano, em dezembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde? Na Polícia Federal? Na Receita?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Da Receita. A Receita levantou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Plenus, Administradora de Bens e Serviços Ltda?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINI – Não, senhor.

- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Paula Apina-so?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Nilton Reis e companhia?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Miguel Benaga?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Macedônia Representação Comercial Ltda?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Heli Costa Rodrigues?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Adenildo do Nascimento?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Israel Felício da Silva?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Macedônia de novo?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Miguel, de novo. Pneus Administração e bens de serviços, de novo.
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Veja que essas contas acabam fazendo o pagamento para as mesmas pessoas. O senhor tem alguma explicação, alguma idéia do que seja?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Macedônia, de novo. José Benites o senhor conhece?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – José?
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Benites.
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Saturnino Ramires Zarati?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Helena Matias?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Saturnino Ramirez Zarati de novo.
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Então, são contas que se repetem fazendo o pagamento para “laranjas” e mandando recursos transformados em reais, de reais para dólares, para a CC5.
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, não tenho idéia do que se trata.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor acha que essas pessoas podem ter usado recursos da Atlas para fazer esses pagamentos?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, da Atlas, não. Nunca, de maneira nenhuma. A Atlas nem pode, nunca teve esse..., porque todo cheque da Atlas que sai tem que ter um destinatário e uma nota fiscal correspondente, o senhor entendeu? Não tem, não pode ter cheque da Atlas depositado numa conta onde não tem a contrapartida de um documento.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Osvaldo Bernardino de Souza?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Osmar Amaro de Andrade?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Não, senhor.
- O SR. RELATOR** (José Mentor) – Por enquanto, estou satisfeito, Sr. Presidente!
- O SR. PRESIDENTE** (Antero Paes de Barros) – Passamos ao próximo Parlamentar inscrito, que é o Deputado José Rocha. V. Ex^a tem a palavra.
- O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Sr. José Paschoal Constantini, o senhor, na Atlas, tinha um homem de confiança. Quem era esse homem de confiança?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – O Sr. Hilário Sestini.
- O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – Ele era o seu homem de confiança.
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Sim, senhor.
- O SR. JOSÉ ROCHA** (PFL – BA) – O senhor manteve essa confiança até quando no Sr. Hilário Sestini?
- O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI** – Até no início de março de 1999.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Início de março de 1999. Quem mandava na empresa era o senhor, ele, ou ele e o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Era ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele que mandava na empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor apenas...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Referendava.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Referendava o que ele fazia.

E a participação do Sr. Mateus na empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Na época não era, era como quase um funcionário.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Mateus não ocupava cargo...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não apitava nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ... de direção?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então ele atendia a ordens do Sr. Hilário*?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Atendia a ordens do Sr. Hilário.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como o senhor começou no ramo de ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Meus avós começaram em 1922 aqui em Rio Preto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Em 1965.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor começou em 1965.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Com uma pequena fabriquetinha de jóias. Agora, vendi, de 1963 até 1965, vendi relógio, mascate.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E na compra de ouro? O senhor teve primeiro uma empresa.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mil novecentos e setenta e nove.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual foi a empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Goldmine.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Goldmine.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Goldmine funcionava onde?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – No Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Rio de Janeiro. O senhor comprava ouro onde?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – No garimpo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Garimpo de onde?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – De vários Estados.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Vários garimpos. Aí o que aconteceu com a Goldmine?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eles me mandaram embora em mil novecentos e noventa... A firma cresceu, eles me botaram para fora em 1989.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ou o senhor vendeu a empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. É. Vendi porque eles me disseram que estava na hora de eu ir embora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não era o majoritário na empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só era funcionário da empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não era funcionário, eu era minoritário.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor era sócio minoritário?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Com quem?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Com o Sr. Marcelo Steinfeld, Roberto Steinfeld e Nathan Blanche. E meu irmão também tinha uma parte, e um outro rapaz de Rio Preto tinha uma outra parte pequenininha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor vendeu para quem?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Para eles, e eles fundaram acho que um banco, depois.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Fundaram um banco?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não me lembro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Banco Cidadam.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A firma foi crescendo, na hora que eles foram... Eles me...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem trabalhava com o senhor a essa época? O Sestini já trabalhava com o senhor nessa época?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele era segurança. Ele iniciou comigo nessa empresa, em 1982. Ele veio me pedir um favor, porque um primo dele é casado com uma sobrinha minha, e pediu para trabalhar lá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Na Goldmine.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E ele trabalhou lá de 1982 até 1991.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aí o senhor vendeu a Goldmine...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Vendi a Goldmine em 1989.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em 1989. E fundou a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Aí em 1990 eu tinha três rapazes que trabalhavam na Goldmine e que tinham saído de lá e que estavam montando uma firma em São Paulo. Juntei com eles e fiz a Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quais foram os sócios fundadores da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Fundadores? Marcelo Fleury*, Emery e o Camacho. Hoje o Camacho está no mercado, o Marcelo acho que trabalha nos Estados Unidos e o outro acho que é fazendeiro em Mato Grosso do Sul.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Hoje a Atlas não tem mais nem o Marcelo nem o Camacho?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, desde acho que 1993, 1992.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De 1993.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E ficaram só meus filhos. Não, ficou só para mim, e agora é dos meus filhos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem é hoje o sócio majoritário da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A Únicos*.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Únicos. E da Únicos são o senhor e a sua esposa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, da Únicos eu passei, há dois anos, para os meus filhos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Seus filhos. A Únicos e também o senhor, como pessoa física?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É, agora eu tenho uma partezinha pequena.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Da Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor confirma que é sócio proprietário da Metais Preciosos Antares Ltda.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Confirmando.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Da Únicos Construtora Ltda.? Da Únicos Comércio e Administração Ltda.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Da Atlas Factoring Fomento Mercantil? Da Indústria de Jóias Costantini Ltda.? Da Atlas Assumidora de Títulos e Valores Imobiliários? Da Raie Ferrame Produtos Siderúrgicos Ltda.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Essa já foi vendida. Acho que vendi em 1999 ou 2000.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não é mais do senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas consta o senhor como sócio e o João Tajara.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas agora não é mais. Não tenho certeza, mas a firma foi fechada em 1997 ou 1998.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E a Empresa Raiel Processamento de Dados Ltda.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Como?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Empresa Raiel Processamento de Dados Ltda.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Essa não é minha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não é do senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Consta como sendo do senhor e de Júlio César Jardim.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não é minha. Consta como minha? Talvez ele tenha me posto na sociedade com um capitaizinho.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Silver Star Metais Preciosos Ltda.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, essa não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De quem é essa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É do...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Marcelo Pizzo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É. Do Marcelo Pizzo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele não tem sociedade com o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – MPA Comércio de Alimentos Ltda.?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essa não tem participação do senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor conhece o Aparecido Gomes de Assumpção Júnior?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Conheci aqui, quando ele estava aqui, mas nunca o havia visto antes na minha vida.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele nunca trabalhou na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor conheceu ele trabalhando com quem?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não conheci o Sr. Aparecido trabalhando com ninguém. Eu soube que ele trabalhava, em declarações que fez, com o Hilário.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele não trabalhava com o Hilário?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Trabalhava com o Hilário.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor nunca...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca o havia visto na vida.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ... trabalhando com o Hilário?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca vi.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E nunca o viu trabalhando na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca. Não o conhecia. Nunca o tinha visto na minha vida.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor foi Presidente da Associação Comercial?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Fui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, o senhor conhece bem as empresas, os registros na Associação Comercial?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, a junta comercial é uma coisa, outra a Associação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É isso, mas também a Associação Comercial? A MPA tinha registro aqui na junta comercial?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas não era sócia. Talvez não fosse sócia da Associação Comercial.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim. Mas na Junta, com certeza.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas eu não sabia.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não tomou conhecimento de que essa empresa funcionava e que o Sr. Aparecido era um dos sócios?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não tinha conhecimento de que essa empresa tinha conta na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Conta na Atlas, a MPA?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – MPA.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não tinha, porque não temos conta.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Atlas nunca depositou dinheiro na MPA e nunca pagou nada da MPA?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Inclusive, a fiscalização federal agora está apurando isso. O relatório sairá por esses dias e podemos até mandar para a CPI.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Casa Ouro Velho Metais Preciosos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca foi do senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Sheyla não era...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Era funcionária.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ela não tinha participação na Casa Ouro Velho?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A Sheyla – eu não sei se vocês a têm – apresentou uma declaração que fez para a Receita Federal que diz, eu não sei...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ela consta como sócia, como responsável da Casa Ouro Velho.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ela tem uma declaração que o meu advogado pediu num processo em que afirma que quem pediu a ela para abrir a conta foi o Hilário, algo assim. Isso eu posso requisitar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Moinho de Ouro Metais Preciosos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não é do senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Décio Miranda o senhor conhece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Benedito Bráz Israel o senhor conhece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Trigold Metais Preciosos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não conhece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Nunca tive nem... Nunca.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando começou, o senhor tinha o Sr. Hilário Cistino como homem de confiança na empresa, como afirmou. A partir de quando, qual foi a motivação que o levou a essa desconfiança e a essa desavença entre o senhor e o Sr. Hilário?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, um dia, Deputado, às 6 horas da tarde, ele me ligou e falou: Sr. José, segunda-feira, o senhor vai estar na indústria? Porque chego até 7 horas de manhã na indústria.

Faíei tudo bem. Chegou 7 horas, ele chegou lá e começou: “não, porque estou descontente por várias coisas, tal, tal”. Começou a criar um clima meio pesado. Falou: “vou embora da firma”.

Levantou da mesa da indústria de jóia, saiu. Isso devia ser umas sete e meia, oito horas, já. Ficamos conversando lá. O cunhado dele parece que me ligou:

O Hilário veio aqui, limpou a mesa dele aqui e se arrancou.

Fui lá, fui ver. Aí me falaram que a noite ele tinha pedido para entrar no cofre e levou todo o ouro que tinha no estoque nosso. Aí o cunhado dele ligou para ele para mandar de volta o ouro. E ele não quis. Aí ficamos fazendo gestões. Vem pra cá, vem pra lá. Um dos erros da vida é a gente ser muito cordato.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quantos sabiam o segredo do cofre?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Senhor?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quantos sabiam o segredo do cofre?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Acho que um ou dois. Duda e o rapaz que... duas pessoas que sabiam. Não sei quantas pessoas sabiam. Se falar para o senhor vou mentir.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor é dono da empresa, tem o capital todo da empresa dentro do cofre e não sabe quais são as pessoas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei, não sei. Se o senhor me falar o segredo do cofre da indústria, não sei nenhum. Tem, acho, que uns seis, sete cofres.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas esse tinha o capital da empresa todo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas lá também tem. Tem o cofre forte que está tudo em mão de duas meninas. Elas que programam para abrir num dia, abrir em outro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor corre o risco de alguém seqüestrar uma delas e levar todo o seu patrimônio.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Olha, Deputado, quero lhe falar uma coisa com toda a sinceridade, que realmente me deu... uma das coisas que as pessoas perguntam: mas como você deixa? Mas faz parte da vida da gente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A saída do Sr. Hilário não se deu por conta da desavença entre o seu filho Mateus e a Sheyla?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, meu filho não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não tem o conhecimento?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, meu filho não teve.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Do seu filho...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, a minha filha que ia trabalhar lá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Do seu filho assumir determinadas atribuições que seriam da Sheyla?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, a minha filha que já trabalhar lá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não foi a perda, a tentativa de perda de poder da Sheyla na empresa que fez com que o seu Hilário tomasse essa decisão? O senhor não sabe?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Atlas operava com ouro. E com jóias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só com ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Só com ouro. Não pode operar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual operava com jóias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A indústria de jóias.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A indústria. O senhor industrializa a matéria prima.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Vendo na Bahia, vendo em todo... no Brasil inteiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor comprava jóias na Itália para vender atacado no Brasil?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não, senhor. Eu tinha a minha fábrica.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Funcionários do senhor tinham essa atividade, que têm dupla nacionalidade?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, eu tenho dupla nacionalidade, mas o fato de ter dupla nacionalidade...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas algum funcionário do senhor não utilizava da dupla nacionalidade para ir a Itália e comprar essas jóias para vender aqui?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não tem vantagem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não tem uma diferença...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não tem. Eu vou a Itália para...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ... que compensaria fazer, comprar lá e vender cá?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Eu vou a Itália há 32 anos, todo ano na feira de Vicenza. E vou na Basileia, na Suíça. Não fui, acho, que nesse

ano passado por esses motivos... mas é uma obrigação do joalheiro ir a feira para se atualizar com a modelagem. A feira de Vicenza, a maior do mundo hoje, comecei quando ela nasceu. Não sei se o senhor sabe, a indústria de jóias de Rio Preto hoje é considerada a segunda maior indústria de jóias do Brasil. Isso nasceu com a gente, a primeira fábrica, em que fui presidente, fiz tudo. A gente é que... Está dentro do sangue da gente, não é? Isso aí é uma coisa que está na...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor teve algum tempo lojas de jóias ou começou com a indústria?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor. O meu pai, o meu pai... O meu avô foi joalheiro, não é, até 1927, ele morreu. Aí meu pai dividiu com o meu tio e montou uma joalheria que temos até hoje, de 1945 até hoje, no mesmo lugar, que é do meu irmão e dos meus sobrinhos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor nunca teve loja de venda de jóias?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mesmo a da indústria, o senhor não distribui?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não, eu tenho vontade, mas não distribuo, para não chocar com os meus irmãos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas vende para os seus irmãos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Vendo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor acredita que o Sr. Hilario Sestini Júnior, devido à alta confiança que tinha no senhor, poderia ter abusado dessa confiança na empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Olha, eu não preciso falar muito, abusou, né? Houve um excesso de...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor não percebeu esse abuso de confiança durante esse tempo todo em que ele trabalhou para o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, porque a confiança ou tem ou não tem, não é? A gente tinha confiança e, de repente, um dia aconteceu a confiança não ter mais.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só depois que ele saiu?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nessa questão do dólar, o senhor nunca trabalhou com dólar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, nunca trabalhamos com dólar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só com ouro e com a indústria?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Com a indústria.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual é o perfil hoje da Atlas, depois da saída do senhor Hilario Sestini?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O perfil da Atlas é uma firma que eu estou mantendo, sem muitas perspectivas de crescimento. O meu filho está lá, ele não tem experiência do ramo. Eu tenho medo também, porque o ramo é muito agressivo, né. Se você fizer uma bobagem... Tem esse problema desse ouro que está preso lá em Presidente Prudente, e está nos atrapalhando muito...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual é o ouro que está preso lá?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Tem 20 e poucos quilos presos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o ouro que o senhor disse que o Sr. Hilario retirou do cofre está onde?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Está no céu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não sabe onde?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, ele montou firmas, ele teve 11 empresas de... Ele comprou um apartamento do meu irmão. Ele pôs em nome dum cunhada dele. Ele comprou, ele montou lojas em Fernandópolis, Votuporanga, Rio Preto, duas em Rio Preto, Bauru, Presidente Prudente, Ourinhos, talvez eu tenha falado. Mais tinha 11 lojas: Araraquara, tinha no shopping D&D, em São Paulo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando ele trabalhava com o senhor, ele já tinha...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Já tinha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele montou essas empresas quando trabalhava ou depois que saiu?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, quando ele trabalhava, ele trabalhava com celulares. Ele tinha negócios grandes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele era diretor da sua empresa e tinha as empresas dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Tinha, mexia, com grande escala, com celular. Era grande distribuidor de celular.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aqui em toda a região?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – No Brasil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Relator, Deputado... O Deputado Iris Simões falou... Então, o Deputado Iris Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Só quero dizer, Sr. Presidente, que tudo o que tínhamos de perguntar foi perguntado, mas quero deixar só um comentário. Como o senhor conseguiu esse patrimônio todo sem cuidar das empresas, porque parece que o senhor largou as empresas? Essa é uma incógnita que fica aqui. Ou o senhor omitiu que realmente cuida – e não cuidava. Esse é um grande mistério para todos nós. É apenas um comentário que faço.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu estranho o senhor falar isso. Desculpe-me. Eu posso lhe mandar os meus trinta impostos de renda, para que o senhor veja como foi ganho o meu dinheiro, com honestidade, pagando todos os impostos. Não quero contestar o que V. Ex^a está dizendo, mas me sinto muito honrado em ser uma pessoa que nunca ficou devendo nada para ninguém. Quando eu lhe disse que larguei a empresa, foi nesse período difícil que passei na minha vida. Eu quase quebrei em 1995. Esse foi realmente um período difícil. Mas, eu toquei todas as minhas empresas. Olha, eu sou trabalhador. Isso eu posso dizer com toda a segurança. Eu chego cedo e saio à noite. A minha vida é só de trabalho. Nunca tive nada na vida e com uma honra. Olha, com todos esses problemas que está fazendo a imprensa. V. Ex^a sabe que a imprensa me tripudiou. Ela acabou com a minha vida, em Rio Preto. V. Ex^a sabe o que eu faço aqui? Domingo, pela manhã, eu vou ao Senadinho, como se nada tivesse acontecido, porque tenho a minha vida limpa, com muita honra e com a cara limpa. Eu nunca tive nada que pudesse me desabonar em Rio Preto.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Constantini, não estamos aqui para acusar ninguém. É somente esse detalhe que eu gostaria que o senhor tivesse dado. Mas, eu quero que o senhor entenda. Os componentes da CPI não estão aqui para acusar ninguém. Eu estranhei, pelo que o senhor conta e fala, que o Hilário comandava tudo. Eu encerro por aqui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem ajudou mais, o senhor ao Hilário ou o Hilário ao senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Olha, na parte dele, ele fez o que cabia ao dirigir uma empresa. Eu ajudei – já falei isso para ele – eu era um pai para ele. O dia inteiro, e já falei isso para ele, e falo com amor, pois eu não tenho raiva de ninguém na minha vida, e não guardo rancor nem ódio de ninguém. Eu falei para ele, há um ano e meio, quando ele foi conversar comigo com um advogado. Eu falei “Hilário, sabe qual

é a maior riqueza que eu posso te dar na vida? Não é dinheiro; é orientação. Isso eu posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, para as indagações complementares, nessa fase inicial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Costantini, o senhor chegou a orientar alguém, para que abrisse contas para que pudessem ser usadas pela Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Contas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, contas bancárias, que pudessem ajudar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, a Atlas, eu não tenho condições de pedir para alguém, Deputado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Aparecido Gomes fez uma declaração, tempos atrás, registrada pelos órgãos competentes, dizendo que quem determinou que ele abrisse a conta foi o senhor Gastão. Depois disso, ele mudou a versão, dizendo que quem mandou foi o Sr. Hilário Sestini. O senhor conhece esse fato?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Esse fato é muito grave. Foi feito um BO falso, para dar início no inquérito policial. O senhor “não sei quem” ou o Sr. Hilário Sestini foi na delegacia e mandou o coitado do Aparecido fazer um BO, dizendo que o Fleury era sócio, que o Fleury era isso; que o Fleury era aquilo. Só que ele era tão guloso no pote que, no outro dia, ele mandou o fax para mim desse BO, me ameaçando. Nós fomos ver o BO, e nele consta que o Gastão estava presente. Então, esse BO foi fabricado. Nesse BO, houve má-fé do delegado e de quem fez, porque é um BO falso. E foi ele quem deu início a essa investigação que está sendo feita, que foi em cima desse BO.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o delegado?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É Raul Pinheiro Machado Neto. No outro dia nós fomos lá e está aqui. O senhor tem isso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não. O Sr. Gastão comentou hoje, mas nós não temos o documento. Se o senhor tiver, poderia nos passar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Gastão fez e nós fomos lá depois com o Gastão e com o nosso advogado e ele refez o BO. Falou que não, que foi um engano.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Só um detalhe, o Gastão participou do primeiro dia?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E participou do segundo dia?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem participou do primeiro dia? Foi o Sr. Aparecido?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Sr. Aparecido e o Sr. Hilário, só. Ele falou que o Gastão estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Certo. E no segundo dia, quem participou? O Aparecido, o senhor e o Gastão?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não. O Aparecido eu nunca tive contato com ele. Eu fui com o meu advogado lá. O meu advogado, no “coisa” falou: vem cá, como se faz um BO falando que estava presente uma pessoa e não está? Acho que foi um engano e tal, tal, tal. E refez e fez outro BO dizendo que foi um engano aquele BO da “coisa”. Mas a verdade é que o BO foi fabricado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor conhece siglas que são anotadas nas movimentações da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Hilário Sestini informa da existência de contas e faz aqui várias...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Olha, ele tem um poder de fazer que como ele fez todas essas coisas aqui de contas, de “coisa”, que isso ele faz. Eu não duvido que ele tenha feito alguma coisa. Mas eu não conheço siglas e não conheço nada dessas coisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui ele diz assim: dois, representando caixa interno; cxsh, caixa-cheques; Au, quilo de ouro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Raul?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Au.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Au é ouro!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claro! E ele diz assim que pp significa papel-dólar; Ag significa prata; pal, paládium; cb, cabo. Negociação do paralelo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Tem algumas siglas que são de mercado, que é ouro, prata. Mas o resto eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cb e cabo? Bom. Sf, cheque sem fundo; dn, dinheiro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso talvez ele usasse para as contas da firma de celulares e outras coisas, e agregou isso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu falar desse codinome Luli?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, ouvi. Ouvi que o Gaeco... Sr. Dr. José Mentor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou ouvindo!

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Gaeco pegou minhas dez últimas declarações, de 1991 até 2002, e ficaram dois anos vendo se havia algum indício de que eu pudesse... o meu imposto de renda, para que eu tivesse algum indício de sonegação ou tivesse alguma coisa que pudesse ligar no tempo do Fleury.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor alguma vez foi chantageado pelo Sr. Hilário? Tentativa de chantagem? Cobrança de um valor para não falar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu recebi vários *faxes*, várias pessoas que... Mas eu me reservo o direito de não falar, porque são pessoas de bem e eu não gostaria de falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nós temos aqui uma gravação de uma conversa do senhor com o seu Hilário, que ele produziu. E ele fala num valor de quinhentos mil para não falar, etc.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. A história verdadeira é o seguinte: ele insistiu muito para falar, ter um contato comigo e eu não queria; eu não queria, não queria, não queria. Mas aí, num certo dia nós nos reunimos. Aí, pá, eu falei: você jogou tudo no ventilador, não tenho nada mais para...

Não, vamos fazer, tal, tal, tal...

Mas o intuito dele era muito mais, não só isso, como ele foi com gravador da Rede Globo na...

Foi interessante, porque isso deve ter ocorrido, estou aqui marcado 18 a 24 de janeiro, isso deve ter sido uma semana antes, ou três dias antes, ou quatro dias antes... Isso, ele estava fazendo, não só para talvez me chantagear, ou cobrar; mas como para eu passar para Rede Globo, porque ele estava com Marcelo Rezende, deu o jornalzinho dizendo... Depois aí, estou indo para São Paulo e de repente a minha mulher está aqui:

“O combatível jornalista Marcelo Rezende, apresentador do programa **Linha Direta** da Globo, janta, na segunda-feira, na churrascaria Sal e Brasa, acompanhado do réu pretense Hilário Sestini”.

Saiu toda aqueia denúncia na Globo. Não sei o que dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É que nesta gravação que fala desse valor 500 mil, dólares, ou reais, enfim...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É Reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É que há um diálogo para saber se é dólar ou se Real?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É Real mesmo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também há uma gravação em que o senhor teria dito que estava gastando muito dinheiro...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Com o procurador, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... do Procurador-Geral.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não foi isso. Ele falou assim:

Tem procurador no meio. Ele citou. Aí é que eu vejo até onde ia, ainda não consegui entender o objetivo dessa.. Porque essa foi intrecortada, não está a verdadeira, isso aí ele cortou, montou e mandou. Isso devem ter sido diálogos muito mais inteiro, não era só isso.

Mas nunca falei de Procurador Brindeiro.

O que posso ter é numa conversa com ele tentado falar alguma coisa, mas nunca me relacionei a Brindeiro, nunca paguei ninguém, e nunca precisei pagar porque se eu quisesse pagar não estava aqui hoje. Por 1/20 que estou passando na minha vida, não estaria aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, cada um segue o caminho que acha adequado, mas talvez o custo mais simbólico, que é mais importante as vezes do que o custo em dinheiro e até esse custo emocional, talvez pudesse ter sido muito menor, se o senhor, logo no primeiro dia, tivesse tido aqui conosco, termos conversado e resolvido o problema.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, aquilo lá foi...Dr. José, o senhor me ligou, inclusive, lá do telefone lá em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu que tomei a iniciativa de falar. O senhor acha que se eu não quisesse vir eu teria ligado?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Recebi uma recado da Senadora Serys que o senhor queria falar comigo e eu retornei a ligação.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor vê a minha boa-fé.

Outra coisa, não sei se posso falar isso agora, mas eu não fui citado de modo algum. Não fui citado. E Deus parece que faz as coisas... Interessante, na segunda-feira eu teria que estar em São Paulo na Corregedoria e fiquei aqui até as nove horas em Rio Preto. Se alguém tivesse me citado aqui até as nove horas eu poderia reprogramar lá.

Estou na estrada sozinho, a minha mulher me fala:

– “Você está indo sozinho para São Paulo?”

– Vou.

– Você é louco.

– Você não vai.”

Aí meu filho ligou:

– “Não vai, não vai e não vai.

– Estou aqui perto em Birá, o Marcus da sua assessoria ligou para minha secretária e falou que eu teria que ir na Justiça Federal.

– Fazer o quê?

– Não, não sei.”

Aí pedi para o Dr. Luiz Guilherme me ligar para saber o que era.

Então, com toda sinceridade, não sou pessoa de falhar, meus compromissos são sérios. Nunca deixaria de vir aqui, porque o senhor está vendo que...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobre esse episódio da gravação com o Sr. Hilário ele fala aqui, reproduzindo uma conversa que o senhor teve informando...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu tenho ela aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem a gravação que fala do Procurador-Geral Brindeiro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu não falei do Procurador...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Deixe-me ler rapidamente, como tenho aqui, pode ser que não seja... e temos a gravação se precisar. Vou apresentar ao senhor para que leia porque estamos sob sigilo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ela está diferente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Peço que o senhor não leia porque há sigilo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não vou ler. Traz aqui e veja, porque essa foi oficial. (Pausa)

Está um pouco diferente, não está, não, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Na essência não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A essência está um pouco diferente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Só não tem uma qualificação.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Será que é mais uma... é oficial? Posso deixar com o senhor? Eu tiro essa parte. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes da conclusão desta fase de audiência, quero

ler um requerimento do Deputado José Mentor, que está sendo apresentado neste exato momento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, vou fazer verbalmente. Requeri a acareação do Sr. Hilário Sestini e Sr. Constantini.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, o Relator Deputado José Mentor está requerendo uma acareação entre o Sr. Hilário Sestini Júnior e o Sr. Constantini.

Deferimos a solicitação do Relator e suspendemos a reunião por cinco minutos.

Eu pediria à Assessoria que organizasse aqui da seguinte forma: colocasse uma mesa aqui, o Sr. Hilário Sestini senta aqui olhando de frente para o Sr. Constantini, que pode ficar onde está.

Está suspensa a reunião por 5 min.

(Suspende-se a reunião às 21h e 20min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro reaberta a reunião.

Antes de passar a palavra aos dois depoentes e de estabelecer as regras da acareação, quero estabelecer o seguinte: o objetivo da CPMI mais do que qualquer fato ou divulgação a respeito dos trabalhos da CPMI é buscar no máximo os fatos que levem à apuração da verdade. E, nesse sentido, quero dizer aos dois depoentes que as indagações que serão feitas pelo Relator ou por outros Parlamentares aqui da Mesa, é preciso que tanto o Sr. José Constantini quanto o Sr. Hilário respondam exclusivamente sobre os fatos e que possamos manter o alto nível dos debates. Queremos que a resposta seja dada não olhando para o Relator que perguntou, mas para a pessoa com quem está sendo acareado. Faço este apelo, no sentido de que possamos ter um bom andamento nos trabalhos.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Iris Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Deputado José Rocha, eu queria fazer a seguinte questão de ordem: a acareação do Sr. Constantini e do Sr. Sestini envolve, é claro, além do familiares de ambos, documentos sigilosos e que esta CPI tem responsabilidade por isso. Minha questão de ordem, Sr. Presidente, Sr. Relator, é para que essa reunião fosse reservada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, é sobre a questão de ordem levantada pelo Deputado Iris Simões?

Então, também pela ordem o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Iris, penso até que seja desnecessária essa acareação no momento, em função de termos um depoente falando, podendo não falar a verdade, ou seja, depondo sobre compromisso, e outro depondo sem compromisso. Poderíamos até esperar que o Tribunal decidisse a questão da interposição contra a liminar que foi dada em favor do Sr. José Constantini, para que os dois pudessem ser acareados na mesma situação. Mas entendo que, como V. Ex^a já decidiu pela acareação, concordo com o Deputado Iris Simões que seja feita reservadamente, tendo em vista até as questões de conhecimentos sigilosos de que a Comissão dispõe e que não poderia ser colocado numa reunião aberta.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passo a palavra ao Relator Deputado José Mentor, para dar parecer a respeito do requerimento do Deputado Simões.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero até me dirigir também aos presentes, porque esta CPI tem sido até criticada por alguns, por ter optado, por ter escolhido uma estratégia de investigação que não prioriza, que não dá ênfase a factóides, que não ênfase para destaques, que viram mais notícia do que investigação.

Então, temos sido até criticados, Sr. Presidente, V. Ex^a sabe disso, estamos respondendo a cada vez a essas críticas, que eu acho que estão mais ligadas a outras experiências de CPI's, que tinham mais interesse nos holofotes do que na investigação em si.

Quero manter esta posição na CPI da evasão de divisas, senhor Presidente, mesmo que isso possa significar o descontentamento de algumas pessoas. Tenho certeza de que será momentâneo esse descontentamento, porque o objetivo maior da busca da verdade é aquilo que move a todos nós e não é diferente deste caso presente. Acho que é uma situação realmente delicada, por conta de um depoimento que já foi colhido de forma reservada e sob juramento e outro que foi público, porém sem o compromisso de dizer a verdade.

Acho, também, que há reserva de alguns documentos, mas não seria esse o motivo essencial, porque poderíamos tratar tais documentos com a reserva, como tratamos agora há pouco no depoimento do Sr. Constantini.

Mas não vejo motivo para que o possível interesse da publicidade a uma acareação seja maior do que a busca da verdade.

Então, por esse motivo, Sr. Presidente, concordo com a reunião reservada.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, o parecer do Relator é pela reunião reservada. Dessa forma, vamos torná-la reservada. Vamos reabrir a reunião dentro de três minutos. Pediria que ficassem exclusivamente os advogados dos dois depoentes, os policiais que dão segurança a esta reunião e a assessoria do Relator da CPI do Deputado José Mentor, bem como, evidentemente, os Parlamentares.

Está suspensa a reunião por três minutos.

(Suspende-se a reunião às 21h e 30min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bom, estão reabertos os trabalhos e vou passar a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

Volto a insistir, tanto com o Sr. José Constantini como com o Sr. Hilário Sestini Júnior.

Sr. Hilário, quando o senhor for responder ao Relator o senhor olhe para o Sr. José Constantini.

Sr. José Constantini, quando o senhor for responder ao Relator, o senhor olhe para o Sr. Hilário.

Passo a palavra o Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, existe limite para a operação em ouro com a Atlas e qual é esse limite?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Existe um limite. O limite da operação é o capital da Atlas, como eu havia dito anteriormente. Se a Atlas não tiver capital para fazer a operação, o limite está estourado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, o senhor tem essa informação? Pode falar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não está falando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não vai se colocar no auto-falante, porque é reservada.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O limite é o capital da Atlas. Se não tiver mais capital, ela trabalha com o capital que tem para trabalhar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, as operações em ouro não podem exceder o valor do capital?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso, nenhuma operação não só de ouro como qualquer outra operação em uma recebedora de títulos e valores não pode exceder ao capital registrado no Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E é por esse motivo que se faziam operações fora da oficialidade? Operações...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Esse não era o motivo, o motivo é porque precisávamos fazer operações de caráter "b", ou seja, de caráter não registrada na Atlas. Então, eram feitas operações fora da Atlas. Pode ser que até tivesse um limite operacional,

mas se a operação não ia ser declarada, ela não era feita dentro da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eram operações da Atlas ou não?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todas as operações eram geradas na mesa de operação da Atlas, todas elas, inclusive as que não eram registradas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existiam operações realizadas pela Atlas não oficialmente?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Que eu saiba só existiam as operações que nós fazíamos na Atlas. Se houve outras operações, talvez ele saiba. Eu não sei se havia essas operações. As operações que havia eram as que fazíamos na Atlas. Quando eu falo em Atlas, falo em operações que estamos fazendo. Para mim não havia outras operações.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – As operações Caso Ouro Velho, Moinho de Ouro, Silver Star, Trigold Metais Preciosos não eram feitas na mesa da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor é que está falando. Eu não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu estou afirmando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor confirma que existiam operações feitas por terceiros...?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por terceiros não. Pela mesma equipe da Atlas, na mesa das Atlas, em nome de Silver Star, Caso Ouro Velho, Trigold, MPA, todas geradas dentro da mesa de operações da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas que não eram oficializadas pela Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não eram oficializadas. Eram feitas com recursos dessas contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram operações paralelas, não legais.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor confirma essa afirmação?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não confirmo. O que eu acho é que as operações da Atlas eram feitas na Atlas. As outras operações que talvez tivessem com essas outras empresas, geridas por outras pessoas que não fossem os dirigentes da Atlas... essas operações eram feitas fora da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas operações eram contabilizadas na Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essas operações nasciam na mesa da Atlas, eram gerenciadas pela Atlas, pelos operadores de mesa da Atlas e eram feitas junto aos bancos que tinham a conta da Atlas

também. Ou seja, nas mesmas agências, pelas mesmas pessoas que faziam as operações da Atlas.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Eu acho que está havendo uma falha. Eu queria pedir aos dois que quando estiverem falando que se olhem. O princípio da acareação é olho no olho.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Nós pedimos que seja cumprida a observação feita pelo Deputado Simões e que os senhores respondam às perguntas não olhando para o Relator, mas um para o outro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas operações eram com ouro ou com dólar? Que tipo de operações eram essas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todo tipo de operação. Operação com ouro era gerada na mesa da Atlas, com os operadores da Atlas. Ou seja, no caso da MPA quem fazia a operação era o Duda, na mesa.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso é o que você está falando. Eu não sei, porque quem era o diretor-executivo era você e você era quem operava a Atlas. Você nunca me disse que operava com isso.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Gastão ficava na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Gastão era seu funcionário e nosso.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como assim?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Gastão não operava para você? O seu celular, as suas coisas... Ele não fazia para você?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Calma! Ele não ficava na mesa da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Gastão tirava notas fiscais. O fax vinha de São Paulo e ele tirava as notas fiscais. Isso era o que você me falava.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele ficava na mesa da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. O Gastão não ficava na mesa da Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele ficava onde?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele ficava numa sala à parte das Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Duda ficava na mesa da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ficava na mesa da Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Duda não fazia essas operações?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu não sei. Você é que sabia, porque você não me falava que fazia esse tipo de operação.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas eu precisava falar para você. Você sabia de tudo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você vai dar risada? Isso é cínico! Eu estou falando sério.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu estou com o compromisso da verdade.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você não quer me contrapor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, vou repetir.

Nós estamos procurando esclarecer os fatos. Eu sei que há um componente... Não é para haver um debate entre os dois, mas para que respondam às questões que o Relator está levantando neste momento. Eu pediria, por favor, que o componente emocional – sei que não é fácil – fosse colocado de lado, para que pudéssemos chegar a um debate que interessa à investigação.

Essas operações envolviam ouro, dólares e mais algum outro tipo de operação?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essas operações envolviam ouro, dólar e remessa de cabo. Ou seja, comprava-se cabo e isso era mandado pela CC5 para a conta da Almatos. Todas as operações eram geridas na mesa da Atlas, pelos operadores da Atlas: Felipe, Duda, Augusto. Qualquer pessoa que operasse na mesa da Atlas fazia essas operações.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso é muito estranho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem decidia em que conta ia ser feito do débito das outras contas paralelas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como eu disse antes, a decisão era feita na hora. Ou seja, a conta que estivesse descoberta, que seria necessária para cobrir o dia, fazia-se essa operação e debitava-se. Se fosse a conta da Atlas que precisasse de dinheiro, fazia-se essa operação gerando recursos e jogava-se na conta da Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Gerava recurso oficial?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como oficial?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Como é que você pode pôr recurso “b” na conta “a”?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Fazendo notas fictícias de venda. O senhor reconhece aquelas notas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Você é quem conhece essas notas, eu não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, um momento, por favor. Repita de novo, por favor, como é que se gerava recursos para a Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Para gerar recursos para a Atlas gerava-se notas fictícias de venda. Fazia-se uma venda fictícia de ouro, o dinheiro entrava na Atlas, essas pessoas eram todas identificadas só com o nome e o CPF e o dinheiro entrava na Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Posso falar olhando para ele? Estou achando que você tinha uma firma paralela dentro da Atlas onde você movimentava em suas contas particulares os celulares e outras coisas sem participar para a gente. Foi isso que aconteceu.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor acha isso?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Acho.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E aí eu vendia celular e comprava ouro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, você vendia ouro para você. Quantas provas temos de que você vendeu ouro? A conta do Mateus, por exemplo, você comprou gado, comprou ouro com ele.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Comprei gado?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você quer que eu mande chamar o Miro Freitas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quero.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, um momento, por favor. Queria saber sobre a afirmação do Sr. Sestini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Para mim é falsa e desconheço o que ele está falando.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor consegue identificar uma nota fiscal da Atlas, se ela é verdadeira ou não?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não conheço. Você é quem fazia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, descreva para nós uma operação paralela da compra de ouro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Vendia-se, vamos dizer, ouro para um cliente que não fosse pagar na conta da Atlas, gerava-se um recurso, um ouro que fosse retirado da bolsa sem ser da Atlas. Esse dinheiro ia para uma conta como a Silver Star, como a Casa Ouro Velho, como qualquer outra conta que estivesse em atividade naquele mês, e o dinheiro caía lá dentro. Aí comprava-se ouro no garimpo, esse ouro vinha no avião da Atlas com uma nota já usada e vinha até Rio Preto.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Então, você fazia isso paralelamente? Essa é uma atividade que você nunca contou para nós.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Será?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É, como todos os documentos que você falsificou. Você está falando uma inverdade aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quais documentos eu falsifiquei, Sr. José?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, um momento por favor, Sr. Constantine, essa afirmação de que essa operação existiu na Atlas você desconhece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Desconheço. Você acusou até agora...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tenho direito a resposta.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você acusou há quatro anos...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só que eu estou com o compromisso da verdade e você não está.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minuto, Sr. Sestini, por favor. Quero saber se o Sr. Gastão tinha conhecimento dessas operações.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – De todas as operações o Sr. Gastão tinha conhecimento. Não só, como eu disse antes para o senhor, ele tinha conhecimento, como era ele quem checava os saldos dos clientes para ver se estavam batendo, porque ele era a pessoa de confiança do José Constantine na empresa.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele era da minha confiança e da tua, porque ele pagava os teus celulares que tu trazias de Foz do Iguaçu, você ia para Miami buscar celular e ele era quem pagava.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, Sr. Constantini, um minuto, por favor. A minha pergunta foi esta: o senhor concorda que o Sr. Gastão tinha conhecimento dessas operações e que era ele quem controlava o saldo dos bancos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, o Gastão tirava notas fiscais, vinha um fax de São Paulo para tirar notas fiscais.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que notas eram essas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você quem sabe. Eu não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É um tema bom de se explorar. Ele acabou de confirmar que o Gastão emitia notas fiscais com fax que vinha de São Paulo, o que era verdade. O Gastão tirava as notas

fiscais com um fax que vinha de São Paulo com os nomes que eram para ser tirados. Esses nomes eram de pessoas que nunca havia comprado ouro na Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso é você quem está falando, eu não sei. Você é que era o dirigente da firma, você está provando uma coisa que você de errado, está denunciando a si próprio, eu não. Você era o dirigente, o diretor-executivo. Quantas vezes eu ia lá por mês?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Várias vezes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, qual era o controle que existia do ouro, fisicamente, na Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O ouro fisicamente na Atlas, o controle que existia dentro da Atlas, ou seja, Atlas DTVM, era um ouro que ela podia ter comprado oficialmente pela Atlas, era o que ficava no cofre. Por exemplo, se ela tivesse uma quantidade “x” de ouro era aquela que estava no cofre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era feito o controle? Tinha um sistema no computador?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exatamente. Existia um programa no computador que qualquer operador poderia lançar a operação, ele acabava de fazer a operação, lançava no computador. Esse computador já dava não só o estoque da Atlas como o estoque de todas as empresas juntos, num programa só. No final do dia ele fazia um balanço e mostrava qual a rentabilidade do dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Incluindo a Ouro Velho, a Trigold, etc.?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todas as contas apareciam no balanço da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Silver Star, Moinhos de Ouro, MPA, etc.?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todas as empresas. Se tivesse uma conta dentro da empresa, relacionava-se a conta e dava o saldo da conta no dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode comentar essa informação?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Posso, Senador. Primeiro que eu posso imaginar que as tuas datas estão erradas. A Trigold pelo que me conste nos documentos que tenho nas aberturas que você fez nessas firmas ela estão em datas diferentes, você não poderia ter as mesmas contas num balanço só, porque uma ... você abriu num ano, depois você pegou o teu funcionário e abriu outra, depois você pegou o teu... aquele que você falou que era teu motorista e abriu outra. Então, não poderia ter.

O que eu acho, a verdade é que o Banco Central, no outro dia cedo, tinha que dar posição do que tinha de ouro na firma.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não tem nada a ver o que o senhor está falando.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não tem nada a ver? Como? Então você trabalhava ilegal?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Posso explicar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pode.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Banco Central fazia exatamente uma fiscalização sobre os saldos da Atlas. Ele não está falando nisso. Ele está perguntando como era feito o controle. O controle era um programa nos computadores da Atlas que dava não só o saldo da Atlas, como o saldo da conta da Atlas, o saldo da Tree Gold, qualquer conta que estivesse em atividade, tivesse com saldo eles davam saldo e no final do dia ...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você é técnico? Em conta que tivesse atividade.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por favor, eu não interrompi o senhor. Deixa eu acabar de completar. Qualquer saldo que tivesse no dia, quer seja em ouro, em dólar ou em real ou em cheque ele dava no final do dia. E dava o saldo total.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O que eu desconheço, o que eu sei é o seguinte: eu chegava e perguntava quanto temos de ouro no Banco Central.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor não conhece esse programa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não conheço.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não conhece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não conheço.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Os balanços que o senhor recebia não eram desse programa.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Balanço, que balanço, você me mandava o balanço da Atlas. A não ser que você fizesse um outro tipo de balanço.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Esses balanços desse programa que o senhor recebia o senhor não conhece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, qual o papel da Almatos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Almatos era uma conta no exterior que recebia créditos em dólar,

em cabo, mandavam os dólares para cá, a gente vendia o cabo, fazia dinheiro e internava nessas contas que não eram oficiais da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o seu comentário sobre isso, Sr. Constantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O que eu sei da conta Almatos era que ele numa das denúncias que ele fez e falsificou nome Fleury era uma conta que ia dele para a conta da Almatos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu acabei de falar para um dos integrantes da CPI que eu nunca coloquei esse documento em lugar nenhum.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, ele caiu do céu. Você não colocou na tua inicial trabalhista, você não pôs?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ah, não. É documento oficial.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Faz o favor, me mostra. Faz o favor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu trago amanhã a inicial trabalhista que tem esse documento da... ou é criminal ou é trabalhista, uma das duas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Fica, então, o Sr. José Constantini para trazer esse documento, não o documento, trazer a cópia do processo onde se encontra esse documento.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Quer dizer, esse documento não é seu?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Esse documento não é seu?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ah, não? Caiu do céu, você acusou, mandou um fax para mim.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mandei um fax?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Está aqui um fax.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu mandei para o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Tá. Você quer ver o trabalho do Del Picchia, o fax?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu mandei um fax para o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor mandou vários fax, você mandou vários fax para me...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor falou que eu coloquei isso numa inicial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho só. É importante ao senhor, mas não é ... Um mo-

mentinho só, estou fazendo perguntas para o senhor responder.

Por que era interessante movimentar reais e dólares passando pela Almatos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, na Almatos, como eu disse ao senhor, mandava-se dólares para conta, é ma conta no exterior, e quando retornava para o Brasil, retornava através de um doleiro qualquer, para quem se vendia o cabo, e aí fazia isso em reais. Quando precisava internar esses reais na Atlas se vendia esse ouro com notas fictícias; quando precisava colocar esses reais nas contas como Silver Star e Moinho de Ouro colocava-se reais nessas contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ouvi, eu desconheço totalmente, eu não tenho nem idéia do que se trata isso. Não tenho nem idéia do que se trata isso.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não tem idéia. O senhor não conhece a Almatos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não conheço a Almatos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor conhece o diretor do BS, o Martin?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Martin não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nunca?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Você que deve ter feito, porque você levou malas e malas para a Suíça e você deve conhecer ele. Você foi preso uma vez no aeroporto de Paris.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ótimo, então mais uma coisa. Já que o Sr. José Constantini falou sobre isso, que fui preso no aeroporto de Paris, que ele comprovasse que fui preso no aeroporto de Paris.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Vamos ver as datas que você foi e vamos pedir na França.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Faça o favor. Mais um compromisso do Sr. José Constantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Compromisso você que tem comigo, porque você me denunciou até agora. Você que tem compromisso, eu não tenho compromisso com você.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor confirma que a Atlas tinha autorização para operar em câmbio?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Confirmando que a Atlas tinha autorização para operar em câmbio. Perdeu a autorização por operação fraudulenta feita na fronteira. E quem defendeu a Atlas junto ao Banco Central foi o próprio José Paschoal Constantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A defesa da Atlas no Banco Central foi feita pelo senhor José Constantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele fez a defesa. Várias vezes foi ao Banco Central, conversou com vários fiscais do Banco Central tentando fazer com que a Atlas recuperasse o câmbio.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas ele não sabia o motivo que foi...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor saiu formalmente da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Me mandou embora da Atlas dizendo que eu tinha feito a operação sem o conhecimento dele e conseguiu de novo o câmbio de volta na Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Quando que consegui o câmbio de volta?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não me lembro a data.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Quando que você saiu da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu saí em 99.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Quando que foi mandado embora da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não me lembro direito a data.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ah, você não lembra, que coisa!

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas o senhor pode lembrar, por favor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você saiu oficialmente em agosto de 94.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foi de 94?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É. Vamos pedir para o Banco Central saber quando foi feita alguma... para se ver como as suas datas estão fora de base? Você falou que saiu em 99. Em 99 houve algum caso que o Banco Central que nós perdemos? Em 94 houve algum....

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não falei 99.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas você falou.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Uma questão de ordem. Penso que deveria evitar essa discussão, esse bate-boca entre os dois depoentes. Que cada um responda ao relator sem que haja uma interpelação de um com o outro, para que possamos chegar a um bom termo até o final dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existiu alguma operação de compra de dólares em Foz do Iguaçu ou em Ciudad Del Leste?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sempre existiram as operações, eram comprados dólares no Banco Del Paraná. A operadora era Juan Almada, que fazia as operações. Comprávamos dólares e papel moeda no Del Paraná. Transportávamos através de transportadoras de valores para São Paulo. Recebíamos os dólares na Atlas em São Paulo. A transportadora utilizada era a Prosegur. Desde o começo que foram feitas as operações.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Desconheço, porque inclusive nunca tive contato com ninguém do Del Paraná. Nunca fui a Foz do Iguaçu. Nunca me meti nesse tipo de coisa. Isso se você fez, você fez por sua conta na empresa que você dirigia, fazia e desfazia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quer dizer, então, que eu geria a empresa sem o seu conhecimento?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Exatamente. Como muitas outras coisas você fez e eu vim descobrir depois. E por motivo que não quero falar nesse momento.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pode falar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não quero.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas operou com CC5?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sempre operou com conta CC5, sempre fizemos transferências. As transferências feitas através do Del Paraná eles utilizavam CC5. As operações feitas com Guilherme utilizavam CC5. As operações feitas com a casa de câmbio América, não me recordei naquela hora que eu falei com o senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso você fazia particularmente por outras contas. Talvez tivesse outras contas. Porque se você fazia a CC5 e nós não temos registro disso aí, você fazia muito mais movimento então do que está registrado. Conta a verdade aí. Conta que você fazia milhões de movimentos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Estou contando toda a verdade.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você só faia a verdade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O destinatário das contas lá fora era a Almatos, as remessas CC5?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Às vezes a Almatos. Mas, às vezes, pagava as compras de jóias na Itália, e eles direto para as contas dos italianos já. Quando o o senhor Deputado perguntou para mim

qual era o movimento da conta, eu esqueci de dizer a ele, estou-me lembrando, que várias ordens de pagamento iam direto aos fornecedores, não passavam pela conta. Por exemplo, se ele comprou uma remessa de jóia na Itália, num fornecedor dele, a ordem de pagamento ia direto para o fornecedor. Não teria que, necessariamente, passar pela conta da Almatos. Já ia direto para o fornecedor de jóias.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Então, você está inventando agora mais uma coisa...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, eu já tinha dado esse depoimento...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Tem depoimento teu desde 1993 que nenhum confirmou até agora...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pode checar...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nenhum confirmou até agora, prove o que você está falando.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Estou tentando provar, para isso que tem a CPI...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você está tentando provar de fala, fazem quatro anos que você está falando comigo, você não me provou nada até agora. Você precisava fazer alguma coisa que você provasse...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Estou aqui para provar...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Cadê o papel?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não vai ter mais acareações aqui hoje?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas faça acareações com quem for...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não conseguiria provar, se o senhor parasse de pagar as pessoas para elas falarem a verdade talvez eu conseguisse provar...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, se eu pagasse você antes de vir aqui não estaria aqui sentado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, quem é o titular da conta Almatos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O dono da conta Almatos não sei se está no nome do senhor José Constantini ou se está...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu já dei uma procuração para eles verem.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Posso falar? Ou se está no nome do **off-shore** que o senhor criou e colocou no nome de um **off-shore**.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu criei?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exatamente.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você tem uma cabeça que chega ao infinito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, um momento por favor.

Ele afirma que a conta Almatos é titulada pelo senhor ou uma empresa **off-shore** criada pela senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu afirmo que a conta Almatos é dele ou de uma **off-shore** que ele criou.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E eu afirmo que você foi o único cara daqui de dentro que passou a Almatos para você e de você para a Almatos, então a conta é sua não é minha, porque aquele documento lá se o senhor for mandar ver nos Estados Unidos aquilo é de uma conta sua, ou é da Antares Finantial, que você tem, ou da Daniela, que esta aí, ou na sua conta particular do Transatlantic Bank.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quer dizer que o senhor não tinha conta Almatos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu dou um documento para você para assinar se eu tiver alguma conta, se fiz alguma vez transferência em meu nome.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Conversa, tinha um diretor chamado Martin?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não sabe?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu trouxe ele para Rio Preto...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Como? Para Rio Preto com quem você conversou?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor me pediu...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Prove uma pessoa que você falou aqui em Rio Preto se o senhor é um homem que tem palavra...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sou homem de palavra...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você só mentiu em tudo. Você falsificou documentos...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, o senhor tem conta no exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Uma conta quanto morei lá a serviço da Atlas...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Uma não, você teve mais...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que mais conta?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você teve a conta da Daniela, você teve a conta sua...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A conta da Daniela, quando ela morou comigo. A minha conta eu tive, estou afirmando aqui.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – São duas, então.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E a da Antares.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E aquele valor de 19 mil veio da sua conta ou não veio?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não veio da minha conta não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Dá uma procuração para o deputado ver de onde vem essa conta...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Dou sim.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você falsificou o nome Fleury.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu falsifiquei? Eu nunca coloquei isso em documento nenhum. O senhor falou que ia mostrar onde coloquei esse documento. Mostre isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, qual é a conta da Antares que existe lá fora?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Existe uma conta da Antares, da firma dele, da Antares, está no nome dele, dele e da mulher dele. Foi aberta uma conta nos Estados Unidos em nome da Antares para fazer os negócios da Antares.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Já descobriram essa conta, apareceu no jornal e está escrito conta Hilário Sestini. Vamos ver...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta é do senhor mesmo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Nunca tive conta nos Estados Unidos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Em 1997, eu trabalhava para quem?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você? Você trabalhava para você. Você saiu da firma, foi para os Estados Unidos...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E eu saí, onde eu tinha falado que eu saí antes, não sei onde o senhor escreveu isso antes.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pergunta para quem trabalhava na firma ou a firma ficou sem você lá a bel prazer.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quem era Célio e Guilherme?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ah?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quem era Célio e Guilherme?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você brigou com eles...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você na ação trabalhista falou isso? Que eu saí da empresa...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Na ação trabalhista...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor falou que eu saí da empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, você fez a reclamação.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pois então, você respondeu, não respondeu?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você falsificou todos os documentos. Você falsificou carteira de trabalho...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, um momento. A disputa judicial trabalhista não interessa à CPI.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É que apareceu uma coisa nova agora, eu saí da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso é da disputa entre vocês dois, uma disputa judicial que não nos interessa. Eu queria saber se a Atlas possuía contas internas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Várias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Exemplos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor tem cópia, por favor, de algum inquerito?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vá falando o senhor as que se lembra.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quero mostrar as contas para o senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Que contas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor desconhece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, desconheço.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Desconhece as contas internas da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, nunca vi.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E a sua dentro da Atlas o senhor desconhece?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca tive.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nunca teve?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nenhuma conta...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu te emprestava dinheiro, te emprestei dinheiro e tenho documento da Receita Federal de que te emprestei dinheiro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas, espera aí, não estamos falando sobre isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho só, senhor Constantim. O Sr. Sestini afirma que a conta, na Atlas existiam contas de várias

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Subcontas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. O senhor afirma isso?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, desconheço.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor desconhece as subcontas da Atlas, inclusive a sua mesmo?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A minha.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – De onde eram lançados todos os seus pagamentos?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, os pagamentos, já te emprestei dinheiro, tenho documentos na MPA, dinheiro emprestado por mim, que você me pagou impostos na prefeitura...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não estamos falando de dinheiro emprestado, estamos falando de subcontas dentro da Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, subcontas não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E sua conta pessoal, onde o senhor pagava faculdade da sua filha.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você pagou do dinheiro que você estava me devendo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, espera aí.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você me pagou, inclusive tenho cópias de seis cheques, dá cento e trinta mil, de uma época só, que te emprestei o dinheiro e você foi me pagando.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sr. José, estou falando de uma conta sua, de onde eram lan-

çados os seus pagamentos pessoais. Faculdade da Estela...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Desconheço. Da minha empresa tenho uma conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, quais são as outras contas que existiam na Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Várias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais? Os nomes?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Várias. Por exemplo, José Pinto, por exemplo, que era um comprador nosso de ouro. Não tinha conta dele?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Talvez tivesse particular, com você, com a Atlas não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas como particular minha?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas por quê? Você tinha atividade paralela.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A MPA tinha subconta na Atlas, Sr. Sestini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A MPA tinha subconta na Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A MPA tinha subconta. Mas como pode? Eu não sei, não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor não sabe?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não tenho idéia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor nunca viu, então, a relação de clientes da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, nunca vi. E você está falando isso para tentar me incriminar. O que acho é que você tinha uma grande atividade paralela e que agora está se desfigurando.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, espera aí: O que o senhor acha então é que eu fazia todo esse movimento dentro da Atlas, de milhões e milhões de reais, sem o seu conhecimento?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu tenho conhecimento. Você não acha que você não fazia esses milhões e milhões de movimentos dentro dos seus celulares e dentro da atividade que você tinha?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sr. José, quando é que abri a loja de celular?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – 1996.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – De quando é a conta Silver Star?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei. Se eu soubesse teria falado, não tenho nem idéia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Alguém tem a data? É muito importante isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, qual era o papel do ex-governador Fleury na Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele era proprietário do dinheiro da Atlas, junto com ele. Só 50%.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Proprietário do dinheiro? Algum dia precisei do dinheiro de alguém?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nossa! O senhor não precisou?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O dinheiro do Fleury foi que salvou o senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Salvou do quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Da ruína.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Se eu pudesse salvar você, eu teria te salvado. Muitas vezes você pediu até oitocentos mil dólares para mim, depois que tinha quebrado e eu não te emprestei. Então, para que você veio pedir para mim, que não tinha dinheiro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Para mim? Depois de quebrado pedi dinheiro para o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você sabe que você mandou uma pessoa de alto nível aqui de Rio Preto pedir, um rapaz que era advogado seu. Ou você vai mentir para mim?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pedir o quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu tenho a fita gravada, você quer que eu a traga aqui?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quero. Mais uma coisa, mais um compromisso seu.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Um homem que se chama Márcio e um homem que se chama...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Chama o quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Dr. Márcio, você não mandou falar comigo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Márcio o quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Que foi advogado seu.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Márcio o quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Bom, não quero falar, me reservo o direito de não falar. Pronto!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está muito bem. Sr. Sestini, o senhor teve reuniões com o ex-governador Fleury?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Várias, com ele presente inclusive.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Só se ele está sonhando. Você está sonhando. Tanto você está sonhando que quero que você prove se alguma vez, o dia que foi e em que lugar que foi.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele não ia também na Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca foi.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nunca foi?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Nunca foi.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Bom, está aqui então, o senhor José Constantini falou que O Luiz Antonio Fleury nunca foi na Atlas. Basta checar na portaria do Orça, com os porteiros antigos do Orça de que o governador Fleury foi várias, não só o Fleury, como o Lilico, e que trabalhava também na Atlas uma sobrinha dele ou prima dele, de nome Regina, e um assessor dele, de nome Ailson Lopes.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Olha para mim.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Estou olhando.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, você está olhando para ele.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Estou olhando para o senhor agora.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor quer saber? O Dr. Neto Fleury...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não coloca o Dr. Neto Fleury nisso aí não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Por quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque é baixaria o senhor fazer isso.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não é isso, ele tinha o escritório lá no prédio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um momentinho, Sr. Sestini, um minutinho por favor. Pode falar Sr. Constantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele tinha no prédio. O Dr. Neto tinha escritório lá.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso é um golpe baixo envolver o Dr. Neto Fleury, é um golpe baixo, é seu amigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, por favor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Dr. Neto tinha um escritório do lado da Atlas, em São Paulo, que fazia advocacia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor envolver o Neto Fleury nessa história...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não estou envolvendo, estou falando que ele tinha um escritório lá, de advocacia, o Dr. Neto, em frente ao escritório da Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Posso falar agora?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só um minutinho. Gostaria de deixar aqui registrado na CPI que acho que o que ele está fazendo, envolvendo o Dr. Neto Fleury nessa história do governador é um golpe baixo. Essa pessoa nunca participou de nada – Neto Fleury. Quem participava era ele junto com o ex-Governador Luiz Antonio. Esse fato dele envolver o Dr. Neto para tirar o foco do Dr. Luiz Antonio Fleury Filho é golpe baixo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você está fazendo jogo de palavras. Eu não envolvi o Dr. Neto. Eu falei que ele tinha escritório lá no prédio e não era no escritório da Atlas. Não misture “alho com bugalhos”.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas eu não falei do Dr. Neto – eu falei do senhor Luiz Antonio Fleury.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTANI – Você não me consegue convencer.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por que você trouxe o nome dele então?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você consegue convencer com essas mentiras sujas – eu falei para ele que ele tinha um escritório lá e, principalmente, que o Governador poderia ter ido lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hilário Sestini, quais foram as pessoas que conheciam todo esse sistema dentro da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todos os operadores da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os nomes.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Conhecia o senhor Augusto Gastão, o Duda, conhecia o Álvaro Alves de Oliveira, o Luiz Felipe Saldanha da Gama.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De São Paulo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – De São Paulo, eu conhecia o Célio Tabith, o Guilherme Tabith, a Sheyla Kersting – todos os operadores de mesa que sabiam do esquema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem operava a mesa de São Paulo?

O SR. HILÁRIO SESTINI – O Diretor Célio Tabith, o Diretor Guilherme Tabith, a Gerente da mesa, Sheyla Kersting. Havia outros operadores que foram saindo ao longo do tempo – o Gil, era um outro operador e o filho dele, Mateus de Abreu Costantini – que trabalhou na mesa de operações da Atlas de São Paulo. Havia algumas meninas que trabalhavam esporadicamente mas que não ficaram fixas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os negócios, também, fechavam em Rio Preto e em São Paulo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – No começo, quem mandava era a mesa de operações da Atlas, em São Paulo. Depois, como já havia as operações em Rio Preto, quem mandava era a mesa de operações de Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para fechar as operações com as operações com a Silver Star, com a MPA, com a Casa Ouro, era, também, em São José do Rio Preto, em São Paulo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Qualquer mesa de operação que tivesse realizando a operação e que tinha na tela o saldo de contas, ela fazia a operação e lançava porque o mesmo problema que havia em São José do Rio Preto, havia em São Paulo. Então, qualquer operador poderia lançar a operação na hora e ficava registrado débito ou crédito na conta que era para ser creditada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse programa era oficial?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você participou para mim que você fez esse programa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah, você não sabia?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, eu não sabia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah!...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas abriu conta no exterior?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Esta era uma versão que você tinha que falar aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor não sabia?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu não sabia disto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um momentinho, Sr. Presidente, Sr. Sestini...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa conta sua, por exemplo, está no programa e o senhor não sabia?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu não sabia e você tem a bárbara coragem de falar isto agora.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sabe porque o senhor fala isto?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque o senhor não tem compromisso com a verdade.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu tenho.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Peça para o senhor falar hoje. Passa pelo detector de mentiras?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Passo por detector de mentiras...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Passa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Passo. Que conversa fiada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, por favor, nós, aqui, não vamos para descambar isto em hipótese alguma. Não vamos permitir isto aqui.

Sr. Costantini, por favor.

A Atlas abriu alguma conta no exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A Atlas ia abrir uma conta no Banco Safra, no exterior. Não foi movimentada e, também, não sei porque eu sai na época da abertura dessa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por favor, o microfone perto.

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSANTINI – O que você fez com essa conta?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O que eu fiz?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Com a conta da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL COSTANTINHI – É.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ora, a sua assinatura estava lá – o que eu fiz com ela?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O que você fez com essa conta?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como assim?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu ia abrir a conta, assinei a conta para você – você abriu a conta? O que você fez?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Era sua assinatura.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Eu sei e a tua também.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Minha?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Em conjunto com o senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isto.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ora, então...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas o que você fez com a conta – responda com verdade, responda para mim.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ora, o que eu poderia fazer....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, o microfone.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você usou a conta para alguma coisa?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não usou.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só tem uma. Uai, o senhor usou?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu não fiz nada com ela.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas, espere aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O microfone, por favor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O que você fez com ela?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Um momento, por favor – responda-me uma pergunta: se a conta era de duas assinaturas, sempre em conjunto – a sua que é o dono da conta – está especificado.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Que era o testa-de-ferro porque você fazia....

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Calma, por favor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu fico calmo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E precisava da sua assinatura, como proprietário, junto com qualquer outra que fosse assinada – o que eu poderia fazer sem a sua assinatura?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas é lógico. Você não precisaria fazer nada. Você mandou eu assinar muitas coisas. Eu assinei em confiança.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só que a sua assinatura poderia ser....

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu assinei muitas coisas em confiança em você e que, depois, não mereceu a confiança.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sr. Constantini, eu posso continuar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Lógico.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A sua assinatura precisava tanto comigo quanto qualquer outro operador. A minha, sozinha, não bastava.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não bastava porque você não tinha crédito.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exatamente. Eu não sou o José Constantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Mas por que? Eu só trabalhei na minha vida.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ninguém viajou para fora.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu só trabalhei na minha vida.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas o senhor está certo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu só trabalhei na minha vida. Eu paguei todos os meus impostos. O senhor, algum dia, declarou o seu? Você pagou um imposto de renda na sua vida? Fala para ele se você pagou.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não é sobre isso.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Fala isso para ele.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não é sobre isso.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Fala se você é um homem de...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, um minutinho...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – De palavra? Sou. Quem não é de palavra é você.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, um minutinho. Sr. Sestini, um minutinho só aqui. Sr. Constantini, por favor.

A Indústria de Jóias Constantini fabricava maior quantidade de jóias do que oficialmente declarava?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Muito mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que maneira?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ela talvez fabricasse de 10 a 20% da quantidade. O resto era tudo por fora. Comprava, inclusive, da Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você teve acesso, algum dia, a documentos da contabilidade para você falar isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, mas o senhor, por exemplo, poderia checar, na conta da indústria, os cheques que caíram nessas contas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas você já denunciou tudo, para todo o Brasil. Você pegou promotor abaixo, procurador, pegou fiscal, você levou... Tem uma declaração tua aqui de que você coagiu um rapaz para ir prestar depoimento na Receita. Está aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É. Está aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Deixe-me perguntar uma coisa para o senhor. Do mesmo jeito que eu ia e fazia tudo isso que o senhor está falando, o senhor ia atrás, pagando...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor tem alguma prova?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tenho uma fita gravada com o senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Então, mostra.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Está aí já, degravada. Degravada.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A fita gravada, não. A fita que você tentou me extorquir para levar para o Marcelo Rezende.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Engraçado. Na fita, o senhor me oferece dinheiro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E você falou assim: “Escondi na lapela para pegar...”

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas, na fita, o senhor me oferece dinheiro. Então, o senhor confirma que é verdadeira a fita?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E quem foi que telefonou para fazer a reunião para pegar dinheiro? Fui eu?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor confirma que é verdadeira.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu confirmo o que eu falei, mas você confirma que você...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Espere aí! Calma! O senhor confirma que é verdadeira a fita?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor acabou de falar que...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você fez tantas coisas erradas na vida, que eu tenho medo de falar alguma coisa que você fez que é certa.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É, né? O senhor mesmo confirmou que a fita existe...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Como não é indústria... Nós estávamos na indústria e desviamos de novo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez operações particulares na Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca fez operações particulares?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nada, nada particular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas foram para a Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todos eram de caráter da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O microfone, senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso é bom sinal. É sinal de que a Atlas só trabalhava com coisa certa. Se ele não fez, é porque ele não podia trabalhar. Nota dez.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, o senhor afirma que eu não fiz.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Estou confirmando o que você falou. Você nunca fez operação... Você só fez operação certa na Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não foi isso que ele perguntou.

Foi isso o que o senhor perguntou, Ex^{ca}?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu perguntei se o Sr. Sestini fez alguma operação particular, privada, dele, na Atlas. Para ele.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não fez. Ele não podia fazer.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Está bom. Respondido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas as operações que o senhor fez, mesmo as pelo caixa dois, não oficiais, foram para a Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todas da Atlas. Todas as operações eram da Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Espere aí. Não entendi a sua pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu perguntei a ele se ele fez alguma operação privada, particular, para ele, na Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Na Atlas. E ele falou que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não.

Eu perguntei a ele se todas as operações, inclusive de caixa dois e laterais, forma feitas para a Atlas, e ele falou que sim.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas como a Atlas?

Você tem algum documento que você prove que a Atlas fez alguma coisa com você ou com o caixa dois?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tenho todos os registros dos balanços.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, espere aí. Ele fez uma pergunta, e eu quero que você responda a pergunta que ele fez.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Já respondi. Quem está respondendo, agora é o senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – A Atlas tem algum documento que prove que você fez alguma coisa, algum cheque que passou para a tua conta, alguma coisa, da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como é que é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou repetir a pergunta.

Sr. Sestini, o senhor fez, em seu proveito, alguma operação usando a Atlas ou usando as contas abertas através da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nenhuma. Todas as operações foram da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As operações legais e as não-oficiais foram da Atlas. É isso que ele está falando.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exatamente.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se apropriou de 58 quilos de ouro do cofre da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Qual era o capital da Atlas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, eu fiz a pergunta para o senhor. O senhor... Eu fiz uma pergunta para o senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Depois, eu te respondo a tua. Responda a deie que eu te responderei. Você se apropriou do ouro da Atlas? Olha para mim e fala.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não me apropriei.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O teu cunhado, que está aqui, te ligou no dia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É, eu sei. É, eu sei.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Zé Pinto está aqui, ligou...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por que será que o Zé Pinto ligou, hein, seu José?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele não faz parte dos clientes da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas, espere aí. O Duda está aqui. Ele vai provar que você levou o ouro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Duda está aqui?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, ele vai vir aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor sabe por que o Duda não veio?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Porque alguém deu o nome errado dele.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, mas qual é o problema? Você sabe mais do que eu. Por quê? Deram o nome errado? Eu não estou sabendo. Quem contou isso para você?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu gostaria muito que ele estivesse aqui.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas quem contou isso para você?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu sei.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pôxa, você sabe bem aqui dentro, hein? Você tem um...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sei. O que diz respeito a maracutaia eu sei, Sr. José.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Bom, então... Quer dizer que eu fiz maracutaia, aqui dentro, com o senhor Deputado?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não sei. Só estou falando...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você está falando que eu fiz, com o Senador, alguma coisa, maracutaia?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, vou passar para o senhor duas cartas para ver se

o senhor reconhece ou não a assinatura do senhor.
(Pausa)

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Essas são as contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, o senhor teria que fazer a pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não queria saber: o senhor reconhece uma delas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa é uma das contas que eu falei para o senhor... Essa é uma das contas que nós dávamos autorização para ele abrir lá, como foi essa do Banco Safra. E ele aí lá, em nome nosso, para operar arbitragem no Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Union Bank of Swissterland.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Senador, para a gente poder fazer a arbitragem, a gente tinha que ter uma conta em banco americano.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Em Banco Suíço?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Por quê? Não tem filial em Nova Iorque?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nós tínhamos conta na União de Banco Suíço?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, você pediu esse papel para ir lá, representar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu queria que apresentasse ao Sr. Sestini para ver se reconhece a assinatura do Sr. Constantini em qual delas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O papel timbrado é da Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa aqui, se não me engano, é do Mateus Constantini e do Célio Tabith, o filho dele, e essa aqui é do Constantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, mas responde o que ele falou.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele perguntou se reconheço a assinatura. Eu estou respondendo. Uma assinatura do seu filho, Mateus Constantini, junto com Célio Tabith, e a outra assinatura é sua. Está respondida?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa aqui é do senhor Constantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa aqui é do José Constantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso que talvez tenha sido, agora me lembro, para poder tirar o passaporte para ele poder viajar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É, mas os dois confirmaram a mesma assinatura como sendo do Sr. Constantini.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Com licença, posso falar sobre essa carta, essa que ele falou uma inverdade, então vou corrigir.

Essa carta que ele me deu foi para representar a Atlas junto ao Tony Napoli, porque o Tony Napoli é o diretor de ouro do Banco UBS, em Nova Iorque. Como a Atlas vendia ouro e creditava na conta da Almatos, fui conversar com Tony Napoli.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Quer dizer que você falou com ele oficial, em nome da Atlas, e a Atlas exportou ouro alguma vez?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ué, essa carta não está assinada por você e pelo seu filho.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, mas a carta é oficial da Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas como você vai... Você ia fazer o negócio com esse tal de Napoli, que não conheço...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas você acha que para Napoli, para ele, interessa nos Estados Unidos se a operação aqui do Brasil é oficial ou não?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas espera aí? Eu vou dar uma carta para você ir no Banco abrir uma conta...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não é carta para abrir conta nenhuma, não. O senhor está enganado. Aí não tem carta para abrir conta nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu queria passar para o Sr. Constantini se tomou conhecimento dessa carta. O senhor conhecia essa carta?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, não conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por favor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso deve ser coisa particular.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A carta da Atlas é particular minha.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, mas quantos documentos você não ficou com da Atlas, que eu não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Olha, a carta está endereçada à Atlas DTVM, Avenida Paulista, 2.073, 10º andar. Bom, na Avenida Paulista, quem eram os diretores?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Quero saber quem lhe convidou?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quem eram os diretores?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei. Na época, acho que era o Celinho e o Guilherme.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Três diretores então?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Talvez seja. É só você procurar no Banco Central quem era o diretor da época.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Célio Tabith?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por favor, poderia me passar a carta. O senhor conhecia essa carta, Sr. Sestini.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Lógico, conheci sim.

Essa carta foi feita exatamente nessa época, para conhecer o Tony Napoli. Por quê? As operações de ouro com a Atlas eram feitas com o Tony Napoli, que, para ele, tanto faz se o dólar sair na condição de CC5, na condição normal. Para ele, nos Estados Unidos, o importante é receber o dólar na conta.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Vou falar uma coisa para você: quantas vezes você acha que você foi levar ouro para fora?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quatro vezes?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei. Você que sabe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hilário, o senhor conhece a MAT Securitas Express? O que é?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sim. É uma firma de segurança em Zurique, que recebia o ouro da Atlas no aeroporto e remetia esse ouro para o BS.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece essa firma?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Desconheço. Só quero perguntar para ele se ele declara aqui que foi ele quem levou esse ouro para lá.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Não fui eu quem levei.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ah, não?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. O senhor mandou esse ouro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor já declarou até em jornal que foi você.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, veja se o senhor conhece esse documento?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Nunca declarei isso. Eu gostaria que o senhor visse também onde está essa declaração.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Hã?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu gostaria que o senhor visse onde está a declaração de que levei esse ouro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Está aqui. Espera aí. Calma. Calma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, o microfone, por favor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Desculpe-me. Esse fax... Mas não é esse, não. Onde está um que tem... Acho que está no outro documento que tem o dinheiro que você chegou... Vou achar.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que entreguei o ouro. Isso. É isso mesmo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – 600 mil.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso. É isso mesmo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E está lá que foi o Hilário Sestini que entregou. Quer dizer que você entregou sem passar por nenhuma fronteira?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Pára. Pára. Pára.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ou você saiu com a mala da Polícia Federal em São Paulo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Anotem isso, por favor. Anotem o que ele está dizendo. Isso é muito importante.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Se você não exportou ouro nunca, se você entregou ouro na Suíça, ele foi como, de quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Posso falar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Se o documento diz que você entregou lá...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Posso falar?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pode.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, deixe-me responder, por favor. O ouro era entregue no balcão de Zurique. O senhor sabe muito bem disso.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, eu não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor sabe, sim.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei, não. Você sabe.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor sabe de cor e salteado porque o dinheiro ia para você. Ia para a Almatos o dinheiro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Não. Não. Como Almatos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tanto o é que, se checarem os saldos da Almatos nessas datas, estarão creditados esses valores. E quem negociava...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu desconheço a Almatos, e você fala como se fosse uma pessoa muito influente.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E quem negociava o ouro chamava-se Célio Tabith, que fechava as operações do ouro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E você era o mula?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mula?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Por quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quem está dizendo é você.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece esse documento que está nas suas mãos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sim. Perfeitamente.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E o senhor conhece o outro documento que é o mesmo desse e que está...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja o nome que está na fatura. Não no envelope. O que está escrito aqui?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – To Ilca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que é isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quem é luca?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor não sabe?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não me lembro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como chama a mulher do Fleury?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A mulher do Fleury? Ica?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você vai colocar Ilca? Puta que pariu...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como ela chama?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Desculpe-me, mas só falta essa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Entregue-me o papel.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como chama? Mudou o nome dela?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ilca. Ah, coitada!

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mudou o nome? Mudou o nome? É um pecado falar isso, não é?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – É um pecado fazer com os outros o que você faz a vida inteira.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pecado. Pecado. É.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Por isso, você está nessa situação.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que situação?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Boa.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Estou nessa. Olhe para mim. Eu sou você amanhã. Quem cometeu todos os crimes foi você. Espelhe-se nisso.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Vamos ver. Vamos ver.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você acha que vai comprar mais quem? Comprou o segundo homem abaixo do Brindeiro. Quem o senhor vai comprar mais?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu? Eu? Nunca tive contato com ninguém?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A fita não é verdadeira?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Foi você quem me falou: “Arranja alguém. Essa fita está macomunada”.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Engraçado. Ah, está macomunada a fita?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Está cortada.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foi editada, não é?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Depois do que você fez... Você simulou um roubo. Você quer coisa mais absurda na vida?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que simulação?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Vou lhe dar aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pois não.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O roubo que ele simulou no dia 16 de junho...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pois não. Continue.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele tinha uma empresa que vendia celular...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Continue.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele tinha uma empresa que vendia celular...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar no microfone, por favor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Em uma simulação de roubo que ele fez, ele esqueceu que ele tinha um sistema de alarme na firma dele. Com o sistema de alarme, para se abrir a porta, tinha-se que colocar o código. Esse sistema de alarme funcionava perfeitamente. Posso provar que o dono da empresa – o Banco Safra também tem esses documentos em São Paulo – foi lá. Tenho aqui três meses de abertura de firma, do dia 23 de abril até o dia em que aconteceu o fato, 16 de junho. Essa firma foi aberta todos os dias por uma pessoa. Em um sábado de manhã, misteriosamente...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor está dizendo da minha empresa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Estou falando de um fato que ocorreu. Você falou tanta coisa de mim que estou falando um fato pequenininho teu.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É só para explicar para eles.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você simulou um roubo, está aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Vamos lá, continue.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – No sábado de manhã, quando estava tudo fechado, ele bateu o dedo lá e abriu o alarme. Foi às...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Espero que o senhor possa provar tudo que está falando.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Está aqui, 12h23min.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Está aí com o senhor? Até agora o senhor só falou mentira.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, espere aí. Tenho o BO aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sestini, por favor. Conclua, Sr. Constantini.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Então, o que aconteceu? No sábado, meio-dia e vinte e três, meio-dia e cinquenta e sete ele arrombou a firma e, por um acaso, ele estava passando em frente à firma que já tinha sido roubada. Segundo o BO, o Hilário passou às 15:57h e viu que tinha sido roubada a firma, fez uma queixa na Polícia para receber o seguro do Banco Safra.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Houve seguro? Pagaram seguro?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não pagaram porque você tinha o seguro, ou você não tinha? Fale se você tinha.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu tinha seguro em todas as lojas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu quero te perguntar se você tinha seguro no Banco Safra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Constantini, eu queria saber...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu tinha seguro. Eu queria saber se alguém pagou alguma coisa para mim.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não pagaram porque...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E processaram alguma coisa?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não processaram...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hilário, a Atlas fez depósitos em contas de “laranjas” para remeter CC5 no exterior?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não entendi, o senhor pode reformular a pergunta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento se a Atlas fez movimentação de reais em dólares para mandar, por CC5, para o exterior?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Pegou o dinheiro, colocou em nome de um “laranja” e foi enviado para o exterior.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não poderia ser feito, como eu disse para o senhor, anteriormente. A Atlas só fazia depósitos em nome de pessoas que poderiam ser checadas. Ela poderia fazer as vendas fictícias.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O “laranja” existe.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Da Atlas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se a Atlas, para operar na CC5, para operar na CC5, convertendo reais em dólares...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A Atlas não poderia fazer...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas transacionou com dólares que usavam “laranjas” para remeter para fora o dinheiro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Seriam feitos pela Atlas, na mesa de operação da Atlas por meio de contas “laranja” nossas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É o seguinte: existe a mesa de operação da Atlas e a Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exatamente. Eu defino a Atlas como sendo a Atlas oficial do Banco Central.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A mesa da Atlas, segundo ele, fazia tudo. A Atlas não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A Atlas só fazia operações oficiais do Banco Central. As outras contas que eram movimentadas dentro da Atlas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas, por meio das outras contas, fazia operações com “laranjas”?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Muitas operações.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A mesa da Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A mesa da Atlas por meio dessas contas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso já respondeu há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Fale no microfone.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele afirma que a Atlas, por meio das outras empresas que ela operava, remeteu, fez conversões de reais em dólares por meio de “laranjas”.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não é possível. A Atlas nunca fez uma operação irregular, tanto é que ela está sendo fiscalizada há dois anos pela Receita e pelo Banco Central atualmente pela denúncia que você fez de que eu não tinha material para pagar seu roubo. Tudo isso você fez e a Atlas está sendo fiscalizada.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A pergunta que ele fez foi outra.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Foi essa mesmo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, foi outra, não tem nada a ver com Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deixe-me se há algo que eu queira perguntar. (Pausa)

Quero apenas fazer uma indagação ao Hilário.

De quem era a conta da MPA? O senhor foi lá e levou seu motorista para abrir a conta da MPA?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Aparecido foi à Atlas, por meio do Gastão, que era funcionário dele, e o Felipe... Eles abriram uma conta para ele chamada MPA. Na época, quem assinou a abertura da conta foi um advogado que trabalha até hoje com o José Constantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem foi o mentor intelectual?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor fará a pergunta para mim agora?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Repito a mesma pergunta ao senhor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O Sr. Aparecido trabalha e trabalhou até o ano passado para o Sr. Hilário Sestini. Ele abriu, pelo que consta em documentos, a conta da MPA.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quem abriu?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor abriu. Não foi outra pessoa. Não jogue a responsabilidade para alguém, porque ele era funcionário seu.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu abri?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. O cara era seu funcionário. Você o mandou até lá e não é responsável?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sr. Constantini. Um minuto, Sr. Hilário.

Sr. Constantini, indago o seguinte: quem abriu a conta?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não sei. Quem abriu a conta não sei. A lógica... O que eu quero dizer a V. Ex^a é o seguinte: ao perguntar quem abriu a conta MPA, se foi um funcionário dele, só pode ser ele que mandou.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está bom.

Sr. Hilário, passaram pela conta da MPA US\$37 milhões – não sei se é exatamente esse o valor, mas foram mais de US\$30 milhões. Entretanto, há uma teoria aqui de que não era preciso ter esse dinheiro todo; bastaria ter relação para movimentar o dinheiro.

Existe a possibilidade de o senhor ter movimentado esses US\$32 milhões? Como esse dinheiro se movimenta lá dentro? De quem era esse dinheiro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Esse dinheiro – US\$32 milhões – era do José Constantini e do Fleury e era movimentado na Atlas. E mais: as operações eram feitas com a Corretora São Paulo. As maiores operações da MPA eram feitas com a São Paulo Corretora, em São Paulo, a título de compra de ouro. Se não é da Atlas a compra de ouro, seria de quem?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Qual foi o saldo? Vou responder com a lógica...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sr. Constantini, eu gostaria de que o senhor respondesse à mesma pergunta que eu fiz ao senhor Hilário. No depoimento anterior, o senhor disse que poderia ser uma movimentação dele; bastaria ter um relacio-

namento. Ele está dizendo agora que não há a menor possibilidade disso. Além disso, o Sr. Hilário está atribuindo essa possibilidade à capacidade financeira de V. S^a e do ex-Governador Fleury.

Portanto, peço a V. S^a que discorra sobre o assunto.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Pois não, Excelência. Citarei apenas um fato. Preciso trazer o negócio da indústria e o farei. Se V. Ex^a pegar o extrato de qualquer conta que ele tinha para que eu possa provar a teoria que estou demonstrando, se ele pousou mais de R\$1 milhão de algum dia de saldo, eu corto o pescoço. Não podia ter US\$32 milhões...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não entendi. Poderia ser mais específico?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mais específico? A não ser que você não queira entender. Ou você não entendeu a pergunta que o Senador lhe fez? Para você movimentar a Atlas, US\$32 milhões em um ano, de quanto capital você precisava?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Para eu movimentar a Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Aliás, uma das contas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Qual o capital? Eu precisava de todo o dinheiro para movimentar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Para o senhor movimentar em um dia. Pegarei um extrato amanhã da Casa Ouro Velho, da fiscalização, e trarei para o senhor. O senhor vai me falar de quanto o senhor precisava por dia para movimentar essas contas ou o senhor trabalhava com o dinheiro dos outros?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Dinheiro dos outros?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Esse é um modo de dizer. O senhor trabalhava com dinheiro de terceiros. Comprava hoje, entregava depois de amanhã...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas esse não era o caso da MPA, porque a MPA trabalhava com o seu dinheiro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Que dinheiro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que dinheiro dos outros?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Qual é a prova que o senhor tem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Qual é a prova que o senhor tem de que um dia eu lhe dei algum dinheiro para movimentar a MPA?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A MPA era movimentada na Atlas.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Na Atlas? Se havia alguma movimentação, era você que fazia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu e toda a mesa de operação com o seu conhecimento.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Sem o meu conhecimento. Se você fazia isso, como você fazia balanço, você, era balanço que você fazia escondido.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como que esses cheques caíram na sua conta?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Que cheques?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Da MPA.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Porque eu te emprestei dinheiro e você me pagou, e eu tenho prova disso porque eu já provei na Receita Federal.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah, ô Sr. José! Espera lá! Espera lá! Vamos falar a verdade. O senhor não tem compromisso com a verdade, mas fala a verdade.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você só falou a verdade.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu estou aqui jurando a verdade.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você jura a verdade. Você, jurar a verdade?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Coisa que o senhor não sabe fazer.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ah não, eu não sei fazer, porque você olha minha vida para trás e para frente...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por que o senhor não veio antes então?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – ... e vê o que que eu fiz na minha vida até hoje em Rio Preto.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por que você não veio antes então?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E veja... Como não vim antes?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Olha, vamos... vamos, Sr. José, vamos interromper o depoimento.

O Deputado Iris Simões tem uma indagação.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Eu quero fazer a mesma pergunta para o Sestini e também para o Constantini.

Sestini, o Aparecido disse que você abriu a conta e pediu para que ele assinasse em branco um talonário de cheques. Você confirma?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não só não confirmo isso como já existe um boletim de ocorrência que ele fez, e tem uma fita gravada...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, espera aí...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, minha hora, minha hora, minha hora de responder. Calma! Fica frio! Tudo tem a sua hora.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – É o negócio do cheque.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu tenho uma fita gravada com esse funcionário da Atlas que você mandou oferecer dinheiro para ele. Através dele e do pai dele.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Entrega a fita para ele aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu já me comprometi a entregar aqui.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Já se comprometeu a entregar.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Para ele mudar o depoimento dele.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Fala, pega a fita.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Já vou...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Constantini, o Sestini disse que não foi ele que pegou os cheques assinados em branco.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Eu não sei desse fato, não tenho conhecimento desse fato, não tenho conhecimento desse fato.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não tem?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, o Deputado José Mentor. O Deputado José Rocha, antes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quero perguntar ao Sr. Sestini: todas essas empresas que operavam na mesa... que o senhor disse que operavam na mesa da Atlas, elas... a sede delas era dentro da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Era como? Não entendi a última palavra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Todas essas empresas que o senhor disse que operavam na mesa da Atlas, a sede delas todas era na mesma sede da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, era em vários lugares diferentes. A única coisa que batia ali era que todos os gerentes de banco ligavam lá para conversar sobre todas essas contas era na Atlas. Todos os gerentes, todos os operadores respondiam

por essa conta. Por exemplo, não sei quais eram os endereços da Atlas...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Com quem falava na Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Com todos os operadores. Por exemplo, um responsável. Felipe...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O senhor não era responsável?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Também comigo.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – O gerente fala com quem? Com o “coitado” ou com você?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Felipe não era gerente?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Falava com o senhor e com os outros operadores.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Senhor?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, mas espera aí, eu estou dizendo: quando um gerente ligava para a Atlas, falava com quem, com você ou com o cara da mesa.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Acabei de responder. Falava comigo e com outras pessoas, com o Felipe, por exemplo, era um gerente da Atlas; com o Célio Tabith, por exemplo, com o Guilherme Tabith, por exemplo, que era um dos diretores da Atlas. Nós éramos em três diretores. Somente o Célio Tabith...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas o senhor não respondeu ao que ele perguntou.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Respondi sim, o senhor é que não entendeu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Constantini, o senhor confirma que essas empresas que ele acaba de dizer todas operavam dentro da mesa da Atlas?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Primeiro que eu não sei do fato delas operarem nas Atlas e segundo, que depois que ele abriu cinco ou seis empresas na Atlas e cinco ou seis depois da Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Hilário, qual foi, surgiu de quem a idéia da criação dessas outras empresas para operar na mesa da Atlas ou a idéia delas, já criadas, operarem na mesa da Atlas? Houve uma idéia para criar essas empresas para operar na mesa da Atlas ou, depois delas criadas, foi que surgiu a idéia para elas operarem na mesa da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, sempre o intuito da Atlas foi o de fazer essas empresas para elas operarem vendendo ou comprando ouro fora da Atlas, vender dólares fora da Atlas. Essa sempre foi a idéia inicial.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas idéia de quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – De consenso da Atlas inteira. De todos os diretores inclusive do Sr. Costantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, essa idéia alguém levou para dentro desse conselho de diretores.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, deixe-me explicar uma coisa. O ouro e o dólar só dão dinheiro se for feito dessa maneira. Por quê? Porque uma empresa que fabrica jóias não compra todo o estoque dela de ouro oficialmente porque se ela comprar todo o estoque oficialmente acaba com o lucro dela em impostos. Então, o que ela faz? A maioria das empresas de ouro opera dessa forma. Setenta a oitenta por cento do ouro vem sem ser declarado inclusive a indústria de jóias dele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De quem foi a idéia inicial?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O mais antigo no ramo de ouro chama-se José Pascoal Costantini, que era do banco Goldmaier. Ele tem essa política antiga de que o ouro necessita de uma conta “b” para poder dar dinheiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, o senhor afirma que foi o Sr. Costantini que...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – ...introduziu essa idéia.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor confirma, Sr. Costantini?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Isso é uma brincadeira. Você devia olhar para a minha cara e falar a verdade. Fala a verdade. Você só mentiu. Você só mente.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, por que você precisou de um **habeas corpus** para falar mentira?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não, eu não precisei de um **habeas corpus** para falar mentira. Você é quem precisa de um **habeas corpus** para sair da cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra o Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Queria passar às mãos do Sr. Costantini alguns papéis para ver se ele reconhece alguns deles. Sr. Costantini, veja todos os eles e depois faça seu comentário. (Pausa)

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Acho que esse aqui. O resto não sei dizer. Essa é a letra dele. Esse é o principal. Foi o que ele...

O SR. RELATOR (José Mentor) – No microfone, por favor.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – ...o material e está lá “depositante: Hilário Sestini”, ele

mesmo lá, Em Zurique. Pergunta para ele se é verdade isso.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa é a entrega de ouro em Zurique, no aeroporto de Zurique.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Feita por quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Recebendo o ouro...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minuto, Sr. Costantini.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Fiz a entrega desse ouro em Zurique. O ouro chegou em Zurique. A única coisa que foi feita foi a entrega para a M Security. Esse ouro, se o senhor pegar isso aqui, é exatamente a combinação daquele outro faz que tem aí combinando com a lca da entrega do ouro...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não é lca?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – No fax está lca.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas não é lca. Você falou lca Fleury.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu falei no fax, se o senhor não pode escutar, eu falo mais alto.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Falou lca.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Desprezo. Combina exatamente com o fax o acordo da Atlas com isso aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja se é esse lá.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Exatamente. Então, alguns desses, são quatro desses que têm aí...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E quem levou esse ouro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – ...combinam exatamente...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E quem levou esse ouro junto com o Uruguaio?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Dá licença. Aguarde aí, por favor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho, Sr. Costantini.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, combina. A negociação foi toda feita dentro da Atlas como o fax diz aqui: Atlas. São Paulo. certo? É a entrega do ouro se deu em Zurique.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – E quem levou?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor vai ter a sua oportunidade. Aguarde as lombrigas, o senhor vai ter a sua oportunidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os outros papéis, Sr. Sestini?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso aqui é referente a quatro entregas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas parece que o senhor já viu a casada.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não sei se é casada. Precisaria pegar e casar as datas. Não sei. Estou falando que se casam. Todas as entregas que estão aqui se casam. Por exemplo, esse daqui vai se casar com outro fax igual a esse. Não, desculpa. Esse aqui, ó. Vai se casar com o outro. É. Teria que ver as quantidades de ouro, porque vão bater. Vão se casar. São quatro entregas. As quatro entregas foram feitas em Zurique. Reconheço o papel...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a letra do senhor ali embaixo? Está escrito... Leia ali embaixo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Aonde?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em um deles tem uma inscrição com letra...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Minha letra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está escrito o quê?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Almatos, que era a conta para ser depositado o dinheiro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Ele fez para poder justificar.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Mas o senhor está dizendo que a Almatos não é a sua. Justificar o quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. Eu estou dizendo para justificar alguma coisa que você fez.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Para poder...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Justificaria o quê?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Primeiro, agora... Você que levou então esse ouro? Você falou que nunca levou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. O que eu queria perguntar é que ele falou no início que ele nunca levou o ouro para lá. Certo? Que eu falei que ele, inclusive... Ele falou: "Nunca. Você que me prove". Agora ele falou que levou. Só isso.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Eu falei que eu fiz a entrega do ouro. O senhor deve estar escutando mal.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas entregar não é levar?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Está escutando mal. Eu era contratado só para fazer a entrega do ouro...

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você era "mula".

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só se for "mula" sua, pode ser. Sua e do Fleury.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não. "Mula" daquele uruguaio que você trabalhou e que você levou com ele, o Rubens.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Que Rubens?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Rubens, que você purificou o ouro que você levou daqui, meu.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Opa! Ô! Falou, heim. Levou o ouro seu para onde? (Pausa)

Ué, mudou de idéia?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mudei de idéia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Olha lá, acabou de confirmar que o ouro era dele. Agora mudou de idéia.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – (fora do microfone – inaudível)

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor falou "meu", que eu fui "mula" do "seu" ouro.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – (fora do microfone - inaudível)

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito bem, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, vamos suspender a reunião mais uma vez, vamos solicitar do Sr. José Constantini que traga amanhã os documentos que ele se comprometeu a fazer para entregar ao Relator e à Assessoria do Relator.

Pedimos, por momentos, a sua retirada deste ambiente, porque ainda vamos fazer uma nova acareação com o senhor, mas antes queremos fazer uma outra acareação entre três pessoas que já prestaram depoimentos. Entre quatro pessoas. E, posteriormente, dessas pessoas com o senhor. Então, gostaríamos que o senhor aguardasse ainda um tempo...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para meu entendimento. Queria a seguinte informação do Sr. Hilário Sestini. A Almatos é uma conta existente onde?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – No BS.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – No BS...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nova Iorque.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nova Iorque.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essa conta foi aberta por quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa conta foi aberta por José Paschoal Constantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E quem o quê?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só por ele?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só por ele. Deve ser ele ou uma *off-shore* dele.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Mas não era do Fleury que você falou?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Nunca falei que a conta... Ah, não vou nem responder.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, existe a conta Almatos aberta... Aberta, como o senhor disse, pelo Sr. José Constantini ou por uma *off-shore*. E esse documento que o senhor apresentou aqui, com a assinatura dele?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Qual documento? O documento da entrega do ouro, é isso?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, não, não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Qual?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Do Banco Safra?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa é uma outra conta que foi aberta no Banco Safra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Onde?

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não foi aberta a conta.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nova Iorque.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não foi aberta.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foi aberta.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não foi.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foi aberta. Não a da Atlas. Uma outra conta.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Não foi aberta.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não é da Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foi aberta sim.

O SR. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI – Você autenticou ela em Miami para poder falar que foi. Não tem nem documento do banco.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foi aberta.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essa conta do Safra foi aberta em Nova Iorque?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Bom, a conta do Safra foi aberta em Nova Iorque.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em nome de quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não da Atlas. Em outro nome.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim. Em nome de quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Essa não tenho o nome ainda. Mas eu vou falar para o senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Hein?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não tenho o nome ainda, mas eu vou falar para o senhor. Foi aberta uma outra conta. Eram para ser abertas duas contas: uma da Atlas e uma outra, tipo Almatos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Por gentileza, ao microfone.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A da Atlas não foi aberta, a outra foi aberta.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, então, estamos suspendendo a reunião, cobrando do Sr. Constantini para amanhã a entrega dos documentos e pedindo para o Sr. Hilário para aguardar novamente a sua recondução aqui. Não, espera aí. Por gentileza, espera a saída do Sr. Hilário e depois o senhor pode sair.

(Suspende-se a reunião às 22h e 50min.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está reaberta a reunião. Por sugestão do Deputado José Mentor, estamos reunindo para acareação os Srs. Gastão, Luis Felipe e Augusto.

Vamos passar inicialmente a palavra ao Relator.

Gostaria que fosse adotado o seguinte procedimento: quando o Relator perguntar para o Sr. Gastão sobre o Sr. Felipe, aquele responde não olhando para o Relator, mas sim para o Felipe; quando perguntar para o Sr. Gastão sobre o Sr. Augusto, V. Sr.^a responde olhando para o Sr. Augusto. O mesmo deve ocorrer com relação aos outros dois depoentes. (Pausa)

Então, feita a recomendação, queremos fazer também a seguinte recomendação a todos os depoentes: que vocês se atenham a responder à indagação ou do Relator ou dos outros Parlamentares, que procurem se ater aos fatos, e não entender que uma agressão verbal resolverá a questão. Dêem a sua opinião sobre o fato. Queremos lembrar, chamando a atenção; o seguinte: esse é um momento importante do depoimento, vocês assinaram o termo de compromisso, termo através do

qual vocês se comprometem a dizer a verdade. Então, é muito importante que isso seja observado nesse momento da acareação.

Com a palavra o Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor trabalhou na mesa de negócios de ouro na Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como o senhor fez operações com ouro?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Foi no período de 2000, mais ou menos, que eu já havia explicado...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Olhando para os outros.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Certo. Como o sistema de telefonia lá era ramal por ramal, quando eu pegava o ramal de lá, o 1013, que caía no meu, então aqueles clientes, que é por código, pegava a cotação, eu anotava no papelzinho e depois depositavam na minha conta e depois eu repassava para a Atlas e a Atlas tirava as notas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Luis Felipe, o Sr. Gastão trabalhou na mesa de negociação de ouro da Atlas? Olhe para ele.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor. Ele nunca trabalhou na mesa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele fez alguma operação com ouro na Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Ele fazia numa conta dele própria, particularmente, intermediação dele de ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está reformulando o que o senhor afirmou de manhã?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Eu falei com o senhor que ele não trabalhou na mesa de ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que ele não operou com ouro na Atlas.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Na Atlas. Ele operava por conta própria na empresa dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a empresa dele?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – GH Ladeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor fundou a GH Ladeira?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Em 1999. Só que eu operava como pessoa física, não era na GH Ladeira, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que era, então? senhor Felipe, como é que é isso? Ele operava ou não, pessoa física, pessoa jurídica? Ele era da mesa, não era da mesa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Às vezes ele ajudava na mesa e às vezes como pessoa física na GH Ladeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que o senhor disse que ele não operou na mesa, e ele acabou de falar que não operou na mesa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Era o telefone dele que era ligado na mesa. Às vezes ele pegava o ramal e passava lá para a mesa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve alguma pessoa que na Atlas operou com dinheiro na sua conta particular?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Respondi que não senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor agora acabou de falar que ele operava na conta particular dele.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – É, ele falou agora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, não é o que ele falou agora. Estou perguntando o que o senhor sabe. Há alguém...

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, eu não sabia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguém operou na sua conta privada com recursos na mesa de ouro da Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Que eu saiba, não senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor operou com recursos na sua conta particular negócios da Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Operava, isso que falei para o senhor: pegava no movimento, mandava depositar na minha conta para... Operava dessa forma que falei. A gente colocava, depositava na minha conta, eu acertava, emitia o cheque para a Atlas para nesse movimento, quando terminava... Nesse fechamento, eu tirava em torno de 0,2% e 0,3%, e repassava para a Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Augusto, o Sr. Gastão operou na mesa de ouro da Atlas?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca operou.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele fez alguma operação com ouro na Atlas?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Pelo o que eu saiba, também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele usou a conta dele particular para movimentar recursos de ouro na Atlas?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Que eu saiba, também não. Como eu disse, a parte financeira eu não fazia nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor operou com recursos na Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Claro, claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez operação com ouro?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu pegava a cotação, passava...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com quem o senhor fechava o negócio depois no dia seguinte? Com qual deles o senhor fechava a operação?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não tinha como fechar, passava de manhã para a minha relação... aliás, passava a listagem para tirar as notas e durante o dia, durante o expediente o financeiro pedia o cheque do movimento. Normalmente tinha que esperar dois, três dias para compensar os cheques das operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se o senhor não era da mesa, com quem o senhor falava na mesa para poder fazer?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Caía no meu ramal, 1013.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não precisava falar com nenhum deles que operava na mesa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, porque depois, no final do dia, eu passava a relaçãozinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para quem?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Para a mesa, às vezes era para o Felipe, às vezes para o Augusto, aqueles clientes que tinham relacionado, que estavam na minha conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Augusto, o senhor recebeu alguma vez algum boleto de negócio fechado do Sr. Gastão?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Que eu me lembre não. Infeizmente não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe, o senhor recebeu alguma vez algum negócio fechado pelo Sr. Gastão na mesa?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, não recebi. Isso não era passado para São Paulo? É isso que estou falando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está falando que passou para um ou para outro?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, passava o movimento, depois vinha a listagem do computado onde já estava incluso o que vendi. Inclusive era tudo codificado os programas da Atlas. Vinha tudo por código, tudo, número do cliente, o peso que foi vendido, e o valor unitário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor passava para que, para o Augusto, para o Felipe ou para que?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Para um ou para outro, porque passava para São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, ouça de novo. Sr. Augusto, o senhor recebeu alguma vez boleto do Sr. Gastão para fechamento da mesa?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Sinceramente, que eu saiba não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe, o senhor recebeu alguma vez?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ah! Pode falar.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Uai, como é que eu controlava isso aí, como é que eu passava o dinheiro para...

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não era você que passava os documentos direto para São Paulo?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Era. Uai! Então como é que eu passava? Eu passava o movimento do dia na mesa para alguém, para um ou para outro, o movimento do dia, tanto é que como é que pegava depois para acertar o que foi depositado na minha conta, junto com a... para depois tirar a nota?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Isso era feito em São Paulo.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Pois é, uai.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Então, não era você que pegava o seu movimento e passava para São Paulo pelo fax?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, várias vezes também passava direto, na época quem estava lá era a Ivárcia, várias vezes também passei, mas também várias vezes já entreguei na mesa, para passar para mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Passava para quem, Sr. Gastão?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Para São Paulo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para quem em São Paulo?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Para a mesa em São Paulo, para a administração de São Paulo, quem estava na época era a Márcia, para daí eu emitir as notas, aí emitia no computador uma listagem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor passou para o Sr. Augusto alguma vez ou não?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Pois é isso que estou falando para o senhor, como, às vezes, ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está falando para mim uma porção de coisas. Quero saber se o senhor passava para o Sr. Augusto.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Já passei uma vez para passar para a mesa para São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Passava para o Sr. Felipe?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Já passei uma vez para São Paulo porque às vezes não dava tempo ou qualquer coisa assim. Agora, se não está recordando...

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tenho mais perguntas por ora.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Deputado Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Luis Felipe, hoje você, no seu depoimento, disse que os telefones da mesa não passavam para outras salas, eram concentrados na mesa, e que o Gastão nunca operou na mesa, e você disse que não caíam telefonemas de pessoas que queriam fazer negociação fora da mesa.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Foi o que o Gastão acabou de falar para o senhor, os telefones caíam, quando estávamos ocupados, às vezes ele pegava essa ligação.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Você falou, hoje você falou que os telefones eram exclusivamente da mesa.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Eram exclusivamente da mesa.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Então está mudando a sua posição?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, O senhor me desculpe, mas às vezes caía a ligação e ele atendia. Talvez sei lá para... não sei para quê.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Então, o senhor sabia que o Gastão operava.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, ele não operava não senhor, ele atendia o telefone, talvez com o intuito de nos ajudar.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Não, mas você falou agora há pouco que ele operava como pessoa física ou a empresa dele.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Às vezes ele pegava a ligação, fazia essa operação e depois nos passava, talvez na época não conseguíamos acertar todo mundo, conseguíamos pegar telefone de todas as pessoas que ligavam.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor confirma Sr. Gastão?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Justamente isso que falei hoje. Esse telefone é o seguinte, é uma central, tem um nome, não sei qual o nome. Não sei qual o nome desse. Se ela estiver congestionada, vai passando para todos os ramais. Como eram centenas de ligações, uma, duas, três, cinco, seis, às vezes caíam.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Augusto, o senhor sabia que telefonemas caíam fora da mesa e eram atendidos por uma outra pessoa que operava?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Eu sei o que eu fazia na Altas. Minha função lá, que nem eu falei de manhã, era esporadicamente, fechar alguma coisa, eu passava tudo para São Paulo. Os fechamentos eram todos feitos por São Paulo. Se foi feita alguma operação... Que nem está falando de ocupado aí... Eu não me lembro sinceramente, porque já fez tempo que eu trabalhei lá. Eu não lembro na questão do telefone, se caía na sala ele ou não. Eu não...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Gastão, quantos trabalhavam na mesa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Na época?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Felipe, o Augusto, Duda, Mateus, Antônio. Isso na mesa, porque eu trabalhava na outra sala, separado. Minha sala era separada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor nunca trabalhou na mesa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Nunca trabalhei na mesa. Operando? Direto? Tem que ver também o que é trabalhar na mesa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Operar.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Operar direto, não. Só quando caía as ligações pra mim, que eu pegava.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas o senhor tinha essa atribuição de ter esse privilégio de

ter uma sala com telefone para operar sem que os outros estivessem presentes?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não era um privilégio não. Minha função não é essa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E por que o senhor usava dessa função?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu tentei para ter uma remuneração melhor. O negócio não virava, não dava certo, então larguei também.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas fora da mesa, na sala ao lado?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Porque eu fazia outros trabalhos também.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que outros trabalhos o senhor fazia?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Faço acompanhamento de impostos, se está... contas a pagar de São Paulo para conferir, acompanhamento – como chama? – administrativo-burocrático.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor operava só quando....

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Só quando caía.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só quando estava congestionada a central, e que caía.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Só quando estava... Inclusive acho que o senhor Augusto não está entendendo o que eu falei pelo seguinte: porque quando se pega o tronco-chave, vamos dizer assim, e ele está superlotado, ele vai percorrendo os ramais, entendeu? Tanto é que tinha um sistema na época, que quando estava muito congestionado, transferia a ligação para São Paulo para atender lá.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Augusto, o senhor ganhava quanto na operação?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Na operação? Só tinha salário mensal. Nunca tive comissão na Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Salário mensal?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Só. Nunca tive comissão, nunca fui gerente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Felipe, ganhava como?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Só fixo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só fixo. E o senhor tinha conhecimento que o Sr. Gastão ganhava por comissão?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tinha conhecimento que o Sr. Gastão ganhava por comissão?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não sei, porque quem fazia o pagamento era o Mateus que passava para a gente. No caso, o Felipe, que é gerente também, que me pagava. Então não sei quem pagava, quanto pagava, quanto ele ganhava, nem sei. Não tenho idéia do quanto ele ganhava.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Todos os outros trabalhavam também por comissão, quer dizer, ou por salário fixo?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não sei, o meu salário era fixo. Agora, as vezes ele... Não falava quanto ganhava. Eu não sabia quanto ele ganhava ou quanto que o outro ganhava. Ninguém sabia. Eu, por exemplo, o meu salário sei quanto era.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor se lembra dessa situações de estar congestionado e ele atendia e fazia o negócio?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Se por acaso tivesse esse congestionamento, poderia a' te cair no caso, porque não me lembro bem, mas operação para ele fazer não lembro. Ele poderia até, no caso, se caía direto na sala dele, não lembro mais, mas fechamento não me lembro de ele fazer, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quais as empresas que operavam, Sr. Gastão?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Como?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quais as empresas com que o senhor operava?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eram várias, depende de quem ligava. Quando eles ligam, passam pelo código, o número do código. Às vezes são investidores, pequenos investidores. Então, fica difícil lembrar tantos nomes assim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esse ouro que o senhor comprava...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Eu não comprava ouro, nunca comprei ouro na minha vida.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A intermediação que o senhor fazia era para que empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Para a Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só para a Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Só para a Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca houve uma outra empresa que trabalhasse na mesa em que o senhor...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não tem o conhecimento de outra empresa que trabalhava na mesa da Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Nenhuma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem conhecimento de alguma empresa que trabalhasse na mesa da Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Desculpe, Doutor. Qual é a pergunta? Eu não...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem o conhecimento de outra empresa que trabalhasse na mesa da Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Outra empresa?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ouro velho, Silver Star...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não. Que eu saiba, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não sabe?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem conhecimento, Sr. Felipe? (Pausa)

O senhor só trabalhava com a Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor. Só com a Atlas.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Eu gostaria de perguntar ao Luis Felipe. Com quem trabalhava o Gastão? Com o Costantini ou com o Sestini?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – O Sr. Gastão trabalhou com o Sr. Costantini e também prestou serviço para o Sr. Hilário.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas ao mesmo tempo? Nessa época em que ele operava ele trabalhava para quem.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não sei se nessa época ele operava, porque ele prestava serviço para algumas empresas do senhor José e também para a Planet Celular.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – A mesma pergunta ao Augusto.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Que eu saiba era isso. Ele prestava serviço para algumas empresas do Sr. José, de assessoria. Agora, a parte do Hilário eu sei que ele fazia alguns serviços para ele também. Agora, eu não sei que empresa que ele trabalhava, que ele prestava serviços para o Hilário.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Gastão, no seu depoimento, pela manhã, o senhor falou que o Luis

Fernando e, deixa-me ver, o outro que não veio hoje... Era o Álvaro, que era o outro operador, não é?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– É.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor disse que eles ganhavam um salário e mais uma comissão. O senhor confirma? Porque o salário deles era diferenciado, inclusive do Augusto.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Com comissão? Excelência, eu não lembro de ter falado desse jeito não. Alguma coisa está errada. Com comissão?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor não confirma o salário mais a comissão? O senhor não sabia qual eram, mas que trabalhavam e ganhavam o salário mais a comissão.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Eu falei isso?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Está no seu depoimento.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO

– Eles recebiam...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Luis Felipe, só tinha salário fixo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Esporadicamente, alguma coisa em final de ano. Um agrado. Era isso o que existia, mas era muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Relator, Senador José Mentor tem a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu gostaria de solicitar a presença do senhor Hilário Sestini.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Peço à assessoria que faça entrar o Sr. Hilário Sestini e que providencie um lugar para ele ficar aqui.

Poderíamos fazer o seguinte: o Sr. Gastão chegaria um pouco mais para lá e o Sr. Hilário se sentaria ali para que pudesse responder...

(Pausa)

Passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hilário, quem fechava os negócios relacionados a ouro na Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Os de garimpo ou os normais?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ambos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Felipe era o gerente da mesa. A maioria dos negócios quem comandava era ele. Na mesa de operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os operadores da mesa eram responsáveis por fechar os negócios?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Todo operador que fazia sua operação, fechava um negócio, o lançava no computador.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você conhe-

o um portador chamado Edson Pereira Ramos?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

Nunca ouvi falar.

776 Sexta-feira 3

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nunca conheceu o Edson Pereira Ramos, da Atlas, o Índio?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Nunca ouvi falar. Nunca ouvi falar.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você não conheceu o Índio dentro da Atlas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito bem. Sr. Hilário, quem fazia a movimentação bancária? Quem determinava onde depositava e onde sacava o dinheiro?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Os operadores. No caso, o Felipe falava exatamente onde ia ser depositado pela tela dos computadores. Porque os computadores que ele falou que não existiam foram os que foram apreendidos na busca e apreensão dentro da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe, quem fazia a liquidação e movimentação bancária de onde depositava e de onde sacava os recursos?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Essa orientação era feita por São Paulo. São Paulo que orientava onde depositava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quem fazia?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – O próprio cliente fazia nas contas, na conta da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, quando tinha que sacar de uma conta dessas como, por exemplo, da MPA, quem mandava sacar da MPA?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não sei, não, senhor!

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem mandava depositar na MPA?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Também não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não era o senhor. O senhor nunca mandou?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, eu não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Augusto?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Também nunca mandei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Realmente o Augusto não poderia mandar, porque o Augusto realmente só fazia as operações. Mas o Augusto poderia fazer, aqui e agora, que existiam os computadores na Atlas, tanto é que os computadores foram apreendidos dentro da Atlas, e os lançamentos eram feitos lá dentro.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Eu não estava trabalhando mais lá. Quando houve a apreensão, eu nem estava mais trabalhando lá.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não é questão de você estar trabalhando, ou não. Os computadores existiam, e cada operador tinha o seu computador.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Olha, gostaria só de pedir licença. Já fiz apelo ao Dr. Guilherme, que é o advogado do Sr. José Constantini, no sentido de que seja impossibilitado realmente que ele possa assistir a esse depoimento, uma vez que a CPMI pode ter necessidade até de reconvocá-lo. Então, não é correto ele assistir a esse depoimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hilário, quem fazia compras no garimpo?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Compras no garimpo geralmente ficavam entre o Duda, que era um outro operador que tinha na Atlas, o Augusto fazia algumas vezes compra de garimpo, falava com o Abud ou com o Genoíno, e o Felipe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Augusto, quem fazia compras do garimpo?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Era feito tudo por São Paulo, a compra. As compras eram feitas tudo por São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – senhor Felipe, quem fazia compras no garimpo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Era o Roberto, em São Paulo. Betão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – senhor Hilário?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – As compras eram feitas por Rio Preto, quem fazia era o Felipe, Augusto fazia algumas coisas, tanto é verdade que os cheques da Atlas, que saíram oficialmente da Atlas nas últimas compras, saíram da agência de Rio Preto, do Bradesco de Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As operações oficiais e legais da Atlas eram feitas na mesa da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Na mesa da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E as operações não-oficiais eram feitas na mesa da Atlas?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Também na mesa da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Augusto, o senhor fez alguma operação não oficial na Atlas?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Eu nunca fiz... Essas contas que foram citadas não.

Só...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe, o senhor fez alguma movimentação na Atlas dessas contas não-oficiais?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca fez?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fazia essas operações, o senhor sabe?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hilário?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eram eles que faziam as operações. Todas as operações geradas da MPA eram feitas na mesa de operação da Atlas, era ele, o Duda, o Augusto, e quem fazia as conferências do saldos era o Gastão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor conferia o saldo dessas contas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Conferir saldo da conta MPA nunca conferi. Não confiro saldo dessa conta. Tenho conhecimento dela, mas eu não conferia saldo dessa conta, não.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– O senhor acabou de falar, há minutos, que o senhor conferia.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Das contas da Atlas, eram quatro contas, duas em São Paulo e duas em São José do Rio Preto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor falou que conferia os saldos bancários.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Correto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou que lançava as notas fiscais pelos extratos bancários.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Correto.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)
– Então o senhor conferia. Se o senhor lançava a nota fiscal pelo extrato bancário significa que o senhor olhava o extrato, se conferiu, conferiu, faz a nota fiscal. Ou é diferente disso?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO
– Não, eu conferia o extrato das conta 112850, 119850, 161014 e 167014, de São Paulo, extratos bancários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – senhor Hilário, para comentar.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O Gastão não só conferia os da Atlas como conferia de todas as contas que tivessem movimento, no caso, na época dele, era MPA. Ele conferia os extratos da MPA, via os saldos para ver se estava batendo certo, se o dinheiro estava certo na conta, se o que restou estava certo. Ele fazia toda a conferência, não só a da MPA como a da Atlas.

Existia um programa no computador...

O SR. RELATOR (José Mentor) – É o que eu ia perguntar: o controle físico, como era feito?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Feito por um programa no computador, o qual lançava já na mão do Felipe, por exemplo, no final do dia, o balanço diário da empresa. Nesse balanço já registrava todas as contas que existiam dentro da Atlas, o saldo de cada conta, quanto sobrou de cada cliente e quanto ficou de lucro no final do dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As operações oficiais e as não oficiais?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E as não oficiais. Todas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe, como era o controle físico do ouro?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Isso era controlado por São Paulo. Era controlado por São Paulo, nos fechamentos que fazíamos e passávamos para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor lançava no computador as operações?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Nós passávamos isso por fax para eles.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como você fazia o controle das operações do dia-a-dia da Atlas? Você fazia isso num papelzinho?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA – E passava para São Paulo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você não lançava as operações?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah, não?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você conhece o Luis Cláudio?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Quem?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Macieirinha? Luis Cláudio Macieirinha?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Conheço.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O que ele fazia?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Ele mexia com computador, como mexe até hoje.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O que ele fazia na Atlas?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA
– Às vezes ele aparecia lá para mexer nas coisas, nos computadores da indústria, do Sr. José.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, na Atlas. O que ele fazia na Atlas?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Ele ia tentar, ele ia tentar implantar um sistema de computador.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah, ele ia tentar implantar um sistema num lugar onde não tinha computadores?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Ué, não tinha. Ele foi colocado depois, e depois de 2000, agora, 2001.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Como, rapaz?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Sim, ué.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você mesmo falou que ele ia na Atlas e implantou um sistema. Que sistema?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Ia tentar implantar um sistema de controle.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O sistema que existia lá não era dele?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah, não?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não tinha lá.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Fica, então, registrado, Sr. Relator, que nas apreensões da Atlas estão os computadores e, se forem periciados, terá um programa no computador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor soube do desaparecimento de 57 ou 58kg de ouro na Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Bruto, é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Cinquenta e sete bruto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que maneira desapareceu?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Houve uma desavença entre o Sr. Hilário e o Sr. José. Na época, havia uma funcionária chamada Sheyla, de São Paulo. O Sr. José Constantini pediu para o Hilário demiti-la, porque iria colocar a filha dele, a Estela, no lugar dela. O Hilário não concordou com isso, porque, por ter participação na empresa, ele achava que deveria tomar uma decisão junto com ele. Não sei como foi, só sei que a confusão começou aí. Um belo dia, não sei precisar exatamente a data – deve ter sido em fevereiro de 1999, eu trabalhava com as empresas dele, assessorando contas a pagar e contas a receber

– ele chegou tenso na 15 de novembro, arrancando tudo o que estava em cima da mesa e foi embora. Aí o Álvaro comentou com a gente o seguinte: “E agora? E o ouro que está com ele, que seria refinado em São Paulo?” Foram atrás dele para saber como ficaria a devolução do ouro, já que ele brigou e foi embora. Ele não devolveu. Falou que queria fazer um acerto com esse ouro. Mas a gente insistia para ele devolver. Inclusive, fui várias vezes ao apartamento dele. Eu era muito amigo dele, tinha muito respeito. Pedi várias vezes. O conhecimento que tenho da questão é esse, e até hoje o ouro não foi devolvido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Augusto, sobre essa história do ouro que estava no cofre da Atlas, o que o senhor sabe?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Se estava no cofre, eu não sei. Só sei que foi retirado esse ouro. Não sei a quantia exata, mas que foi retirada essa quantia, foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem retirou?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – O Sr. Hilário. Se estava no cofre ou onde estava eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Antes do Felipe se manifestar, quero perguntar ao Sr. Augusto como ele sabia que foi o Hilário quem retirou?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Naquele mesmo dia, lá...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor viu ele retirar?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Não vi.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, como o senhor sabe?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Por comentário. Até citei isso. Houve comentário de que foi ele quem retirou no mesmo dia. Houve um boato de que ele havia pegado. Eu não vi. Não o vi pegando o ouro e levando embora. O comentário foi que ele o retirou indevidamente. Foi o que eu ouvi comentarem de manhã.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe?

O SR. LUÍS FELIPE DE SALDANHA GAMA – O Sr. Álvaro Aives de Oliveira comentou que havia entregue ao Sr. Hilário, no domingo à noite, 57 quilos de ouro que iriam para São Paulo ser purificados. Depois de sua saída da empresa, ele prometeu devolver assim que acertasse com o senhor José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu isso de terceiros também? O senhor não viu.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA

– Não, senhor, não vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hilário.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É exatamente essa história que se conta na Atlas, que foi combinada com o Álvaro e o Constantini. É a história que eles falam. Todos dizem a mesma história. Poderia fazer uma pergunta para o Gastão?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Qual era o capital da Atlas?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – (fora do microfone – inaudível)

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Três? Quantos quilos de ouro a Atlas tinha?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não vou lembrar esse assunto de 1999. Como vou lembrar isso?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Sr. Augusto, qual era o capital da Atlas em ouro em 1999?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Você sabe que eu não tinha acesso a essa parte. Você sabe que essa parte de quantidade...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor disse que sabia o que havia no cofre?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Eu falei que não sabia nem se havia ouro e de onde foi tirado.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor falou que sabia que tinha; tinha ouro.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. Eu falei agora – e vocês acabaram de ouvir – que nem sabia de onde veio esse ouro, onde pegaram esse ouro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, esse ouro você nem soube da existência dele?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – É isso que eu estou falando para eles, que eu nem sabia. Se você pegou, não vi você pegar.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, confirme a minha pergunta. Você nem sabia da existência desse ouro?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – O capital da...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Da existência dele? Sei que vinha uma quantia do...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Augusto, a pergunta é clara: você sabia da existência desse ouro no cofre da Atlas?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – No cofre da Atlas, não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não sabia?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – No cofre da Atlas, não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, esse ouro que falaram que eu peguei, você nem sabia da existência dele?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – A quantidade, de onde vinha, isso eu não sabia. A quantidade...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, simplesmente ouviu falar. Você não sabia nem que havia ouro no cofre da Atlas?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não. A quantidade eu não...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mais uma pergunta: Felipe, qual era o capital da Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Eu não me lembro realmente em 1999 qual era.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor vê como uma coisa estranha, não é? Todos eram operadores, esse era da conferência de contas da Atlas, aquele era o gerente da Atlas. Todos eles, ninguém lembra o capital da Atlas. O ouro, que falaram que sumiu, um dos operadores de mesa nem sabia da existência do ouro. O outro agora não sabe, que é gerente da Atlas, não se lembra do capital da Atlas. Uma empresa que operava no mercado financeiro comprando ouro todos os dias, vendendo ouro todos os dias, você não sabe qual era o capital da Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Eu era gerente operacional. Não era o diretor.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor era gerente da mesa.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Operacional.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Da mesa.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Gerente operacional.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E comissionado inclusive.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Gerente operacional.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E comissionado.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Esporadicamente, nos finais de ano.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não existe esporadicamente. Ou é ou não é.

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Quando dava lucro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele era comissionado ou não era?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Falei, sabia do meu salário. Eu não era. Agora, se eles eram...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você...

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não sei, porque não falava quanto que ganhava, como falei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele era comissionado, recebia em cima de comissão, quer dizer deveria saber exatamente quanto a Atlas negociava, quanto que entrava em dinheiro, porque ele ganhava sobre isso. Então, ele tem que saber.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, estou satisfeito por hora.

Peço que os Srs. Felipe e Augusto saírem e para vir aqui o Sr. Aparecido. (Pausa)

(falha na gravação)

Gostaria do número das contas...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Gostaria de perguntar ao Sr. Felipe...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minuto só, por favor.

Já havia perguntado se os senhores conhecem as contas Silver Star, MPA, Casa Ouro, Moinho de Ouro, Trigold e se havia subcontas na Atlas de outras pessoas. O senhor sabe disso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPCÃO JÚNIOR – Não, senhor

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você não tem conhecimento de contas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um momento só. O senhor sabe disso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPCÃO JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – O próprio Hilário confirmou que eu nem trabalhava nessa época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor conhecia uma subconta chamada luli?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Augusto?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não tenho nem idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hilário?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Existia uma lista de clientes dentro da Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Tinha nome, que era tirado nota fiscal para seus clientes.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não. Existia uma lista de clientes da Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Que eu saiba não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Se tivesse era São Paulo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – São Paulo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – São Paulo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você não tinha uma lista de clientes na Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você não tinha toda a relação dos clientes da Atlas?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe, o senhor conhecia alguns códigos que eram usados na Atlas? Dólar em moeda, dólar em cheque, cheque devolvido, etc?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Conhecia ouro, metal, que era Au, e o nº 11 era cheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Augusto.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Código não tem, não. Ouro é Au. O sistema que tinha lá, porque isso daí... tinha um sistema de São Paulo. O sistema de São Paulo, não sei, as moedas que eram operadas. Fechávamos ouro, que era Au, eles fechavam lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – PP, o senhor conhece essa sigla PP?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Felipe, conhece? Nunca viu esse signo?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece "Pal"?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece, Sr. Augusto? Fale no microfone.

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece CB?

O SR. AUGUSTO GARCIA SANTANA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece, Sr. Felipe?

O SR. LUIS FELIPE DE SALDANHA GAMA – Não, senhor

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foi consenso. E você ganhava para isso. Você não ganhava para abrir a conta por mês?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu recebia R\$600 do senhor por mês?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Meu, não. O senhor recebia da Atlas.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Recebia da CB. O senhor lembra da CB?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas não tem nada a ver uma coisa com outra. Estamos falando aqui da conta da Atlas.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O senhor perguntou de onde eu recebia o dinheiro. Eu recebia da CB.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – E quem movimentava a sua conta do MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O senhor deve saber melhor do que eu.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – A Atlas.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O senhor deve saber melhor do que eu.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Estou falando. Era a Atlas que movimentava a sua conta.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Então o senhor sabe.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu sei. Quero que o senhor confirme.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Então. Vim aqui para falar a verdade.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quero que você saiba que eu nunca disse que esse dinheiro era seu. Nunca falei que você era o culpado disso ou qualquer coisa desse tipo. Sempre falei que o seu nome foi usado para movimentar a conta da Atlas. Estou errado?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Mas que o senhor pediu para abrir a conta, foi.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Aparecido, estou errado?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Que o senhor pediu para abrir a conta pediu.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não pedi para você. Quem pediu foi a Atlas e você recebia em nome da Atlas. Tenho até o extrato da conta da Atlas, pois você recebia uma mensalidade por mês.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Recebia. Ontem mesmo fui lá buscar dinheiro para levar...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só quero que o senhor confirme para eles que a movimentação financeira que tinha na conta era da Atlas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho, Sr. Sestini.

O senhor confirma, então, que quem pediu para o senhor abrir a conta foi o Sr. Hilário Sestini?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi o Sr. Hilário Sestini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Gastão Henrique fez o que com o Sr. Felipe?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O encerramento da firma foi na mesa dele. A abertura da firma foi na mesa dele. Só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a firma foi encerrada?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O Manoel Pedro falou para mim que a firma foi encerrada, que eu não tinha movimentado nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, a firma foi encerrada?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Na abertura da empresa, já disse isso hoje cedo, a única coisa que assinei foi com testemunha no contrato social. É de praxe na Junta Comercial ter testemunha. Para encerrar também, e entregou para o Manoel Pedro para encerrar, deve ter encerrado, não é?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu queria falar de novo. Não fui eu que pedi para abrir a conta dele. A conta dele foi aberta pela empresa Atlas. Ele foi até lá, segundo ele mesmo disse, entregou os documentos dele para o Manoel Pedro e para o Gastão. A conta era movimentada em nome da Atlas com os negócios da Atlas. Gostaria que você confirmasse.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Como vou confirmar um negócio que foi você quem pediu para fazer.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Aparecido, você não falou que veio aqui pra falar a verdade?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Vim.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O dinheiro que movimentava na sua conta, você não ia dentro da Atlas pra receber qualquer coisa? Você não ia dentro da Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Aparecido, Aparecido, a verdade é a verdade. É uma só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só um instantinho, um momentinho só. Sr. Aparecido, o senhor assinou os cheques em branco para movimentar essa conta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Entregou pra quem os cheques?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Entreguei para o Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se lembra do depoimento que o senhor deu lá na polícia sobre esses cheques?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi o negócio de quinze, vinte folhas, não foi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está escrito assim: “Afirma que não se recorda de ter assinado os cheques da empresa que foi aberta em seu nome”. Lá o senhor falou que não se recorda de ter assinado o cheque.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Porque eu estava assim, eu estava... tudo que ele falava, ele falava que estava me ajudando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, mas aqui foi o senhor que falou, não foi ele.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Fui eu que falei, então. Mas eu trabalhava dentro da loja dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá o senhor falou que não se lembra de ter assinado o cheque.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Trabalhava dentro da loja dele.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Cido, responde a pergunta dele! Ele não está te perguntando sobre isso; ele está te perguntando exatamente sobre o dinheiro e o teu depoimento, cara!

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A única coisa que eu sou sincero. Eu tenho, graças a Deus, tenho três filhos pra tratar. Seja o que tiver que acontecer comigo, a única coisa que ele falou é que quanto mais gente eu envolvesse, mais eu estaria fora disso. Ele falou pra mim.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu falei isso pra você?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Falou.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu não cheguei pra você e falei pra você falar a verdade?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Na Avenida Bertan Daiozzi, 2943, onde era a loja dele. Planet Celular, ainda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei. Então o senhor confirma que foi o seu Dário que pediu e hoje o senhor fala que o senhor assinou quinze cheques?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor entregou pra quem os cheques?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O cheque ficou lá na mesa da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mesa de quem, na Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Na mesa que eles tomavam conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles, quem?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Lá trabalhava o Felipe. Como eu já falei o Gastão ficava pro lado de fora. O Augusto. O Hilário. E tinha o outro primo do Hilário também, que é o que ele pede pra mim não por no nome aí, não sei por quê.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Antônio Carlos Sestini?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Deve ser.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu coloquei, Sr. Aparecido. Não tem problema colocar, não. Pode colocar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor entregou o talão de cheques assinado em branco na mão de quem?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ficou na mão do Hilário. Ficou lá. Depois ele foi pros Estados Unidos, morou lá uns tempos. Depois que ele voltou. Aí...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hilário?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pois não.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele diz que entregou os cheques em branco para o senhor?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ele não entregou pra mim, ele entregou na mesa da Atlas. Cada hora ele lembra um nome. Então, deixa eu perguntar uma coisa: o Felipe sabia, então?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O Felipe trabalhava na mesa de operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele sabia dos cheques em branco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Depois que o Hilário entregou pra ele, aí ele deve ter ficado sabendo. Eu não sei. Porque foi o que eu falei pro... eu não sei.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas não acabou de falar que você entregou na mesa da Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Então, ele trabalha na mesa da Atlas. Só que ele era o diretor e era mandado por eles.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então você entregou na Atlas.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi na Atlas. Eu não estou negando que foi na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um minutinho só. O senhor entregou na mão de quem o talão de cheque assinado em branco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Na mesa, pro Hilário Sestini.

O SR. (Orador não identificado) – Na mesa, ou na mão dele?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Na mesa. Assinei assim. Ainda, inclusive tinha um que eu não lembro, que estava atrás de mim e falou: é muito fácil. Agora, eu entendi o que era fácil.

O SR. (Orador não identificado) – Você não entregou nada, deixou na mesa, sobre a mesa, ou entregou na mão dele?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ficou com eles, porque depois eu ia passar... geralmente eu ia passar...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eles, quem?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ficou com o senhor, Hilário.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não. Você falou eles, agora. Falou do nome do Felipe. Agora você está falando só eu de novo. Ficou na mesa da Atlas? Isso?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Seu Hilário, um minutinho só. Por favor me responda o seguinte: na mão de quem o senhor entregou os cheques assinados?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ficou com o Hilário, no primeiro dia que eu assinei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, quem é que preenchia esses cheques em branco?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não acompanhei a movimentação dessa conta, não. Por isso eu já falei pro senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não falou agora que controlava a conta da MPA? Agorinha há pouco o senhor não concordou?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Conheço a conta da MPA porque eu fui envolvido aí. Está aí o BO que ele fez, junto com o Hilário, no Primeiro DP. Pra preservação do direito tive que ir lá correndo consertar esse negócio. Eu não fazia acompanhamento dessa conta.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Aparecido, o Gastão não sabia da conta da MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, lá todo mundo deve saber, porque o Viela e o Madeira conversaram com todo lá.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Quem?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O Viola, o gerente do Bradesco.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Dentro da Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Dentro da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor sabia da conta? Quem movimentava essa conta? Quem movimentava essa conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Se eu sabia da conta? Sabia da conta eu sabia, porque começou essa confusão aí. Agora, quem movimentava essa conta...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabia desde a época que assinou como testemunha que estava abrindo a conta.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Claro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. Agora, quem movimentava a conta? Quem movimentava a conta?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Isso eu não sei informar ao senhor. Foi como eu falei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas como é que o senhor controlava o saldo de uma coisa que o senhor não sabia quem movimentava?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Mas eu não controlava essa conta. Não controlava. Eu controlava a 1192507, a 1182507.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Aparecido, eu gostaria que você falasse de novo. Era de conhecimento de todo mundo dentro da Atlas a conta da MPA?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A conta da MPA, ou seja a firma MPA, que foi aberta, era movimentada com metais preciosos ou Atlas, como já falei. Certo? Aí foi aonde nunca desconfeiei que era a tal MPA que foi lá na Conselheiro Lafaete, do lado do sacolão.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Por favor, Aparecido, o Gastão não sabia dessa conta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Lá todo mundo devia saber. Foi o que falei, não vou falar nome de siclano e nem de beltrano, agora que eu entreguei eu entreguei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando falaram para o senhor depois de quatro meses que a firma foi encerrada, ele foi encerrada realmente?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei para o Dr. Manuel Pedro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu sei. Mas ela foi, efetivamente, encerrada ou depois o senhor soube na Receita Federal que ela foi movimentada depois disso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, se deu o encerramento ele disse que estava tudo encerrado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a movimentação no banco continuou depois disso, ou não?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Aí não sei, porque nunca peguei o extrato dessa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quando o senhor foi na Receita Federal, não falaram que aquela conta tinha sido movimentada em mais de 30 milhões?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Falaram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes ou depois que o senhor assinou o encerramento?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O encerramento da firma?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não sei onde parou essa conta. Não sei se ela está aberta ainda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor sabe quando foi encerrada a empresa.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – A baixa da empresa na Junta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Vou puxar pela memória. Deve ter sido 1998, por aí, não posso afirmar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi assinado o encerramento?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não sei, tinha que levantar na Junta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não presenciou, ele não entregou os documentos para o senhor, para encerrar a firma?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não. Quem encerrou essa firma foi o Manoel Pedro. Ele foi dar baixa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor concordou que o senhor recebeu os documentos para encerrar. Não foi, o senhor não entregou para o Sr. Gastão?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei na mesa do Gastão, Manoel Pedro.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Na mesa minha lá, mas comigo não.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Foi isso que ele disse.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei na mesa do Gastão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estava lá o Sr. Gastão?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi na mesa dele. Ele ficava do lado de fora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele estava lá?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Estava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que assinou o encerramento?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Tinha que verificar, é só olhar na Junta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não se lembra quando foi?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Vamos supor, para assinar para encerrar, não tenho que assinar nada. Para abrir é que o senhor assina.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como testemunha? É a mesma coisa, para encerrar também assina.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não.

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não mexo com isso.

O SR. (Orador não identificado) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Ele acabou de falar que ele entrou na minha sala, deu para o Manoel Pedro lá para entregar para dar baixa para ele.

Posso perguntar para ele diretamente? (Pausa)

Você acabou de afirmar. Eu estava na minha mesa separada de lado de lá. Agora entrar na minha sala para entregar o documento não quer dizer que entregou para mim.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi a verdade. Ele estava na mesa. o Manoel Pedro chegou, falou: – Vamos dar baixa na firma. Assinei a baixa da firma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi isso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi mais ou menos, em junho...

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que ano?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – É duro de lembrar o ano certinho...

O SR. (Orador não identificado) – (fora do microfone - inaudível)

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei o encerramento antes do senhor sair.

O SR. (Orador não identificado) – (fora do microfone - inaudível)

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi a mesma coisa que falei para ele, se eu soubesse de algum extrato, alguma coisa eu tinha ido atrás.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas na Receita o senhor soube que ele continuou sendo movimentada, mesmo depois do encerramento? Quer dizer, não houve encerramento na realidade.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Dessa conta não estou sabendo. Da firma estou sabendo que assinei lá para o Manoel Pedro. Agora, da conta do Bradesco não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para mim está resolvido.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Gostaria de perguntar para o Gastão se ele conhece Jaime Tiago Gonçalves?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Depois.

Quero perguntar para o Aparecido o seguinte. Num determinado momento o senhor afirmou aqui, há minutos atrás, a seguinte expressão: “O gerente do Bradesco foi lá e reuniu com todo mundo lá”.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele não saía lá de dentro do Atlas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Está bom.

Sobre essa conta que ele reuniu com todo mundo lá?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Assinei a ficha lá e ele levou.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Certo.

E quem é esse todo mundo lá? “O gerente do Bradesco foi lá e reuniu com todo mundo.” Todo mundo quem? Quem que é: o Gastão, o Hilário...?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Trabalhava Gastão, trabalhava o Hilário, trabalhava o Antonio, trabalhava o Augusto, trabalhava o Felipe...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Então essas pessoas tinham conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Todos se reuniram com o gerente do Bradesco. Quem que era o gerente do Bradesco?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Viola ou Madeira.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O nome dele é?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Quando ia me procurar lá no banco era o Viola ou Madeira, era os dois gerentes que tinha.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Os dois sabiam, ou só um deles sabia?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Os dois deviam saber, porque os dois não saíam da Atlas.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu confirmo o que está falando porque os dois gerentes não saíam de dentro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Isso é na Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Aparecido, quem mandou o senhor se ausentar da cidade?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O Hilário chegou em mim, a secretária Simone me deu um cheque do Banco Safra de R\$600,00, pediu para ficar uns dias fora.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Por quê?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele falou que o Sr. José já deu jeito em uma conta e vai dar nessa também. Como ele falou que estava sendo ameaçado eu fiquei com medo e fui.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor foi para onde?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Para Minas Gerais.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor confirma que mandou ele ficar fora da cidade?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Confirmo exatamente isso. O Sr. José já deu jeito na outra conta e vai dar nesta também, porque quem estava sendo acusado era ele e a conta era do José Constantini.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Quanto tempo depois de abrir a conta o senhor disse para o Aparecido que não tinha dado nada de resultado na empresa de alimentos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não entendi.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – A MPA, segundo o Sr. Aparecido, era uma empresa para negociar alimentos.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ela sempre continuou como MPA.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Quanto tempo depois dele abrir a conta o senhor disse que não deu certo, não dá para ganhar dinheiro...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nunca falei isso inclusive acabei de confirmar, e ele também confirma, que a conta continua a ser movimentada pela Atlas e ele recebia por mês para fazer isso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor disse ao Aparecido que 15 a 20 dias depois quem veio lhe dizer que não havia dado certo o negócio?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Manoel Pedro.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas hoje de manhã o senhor não falou no Manuel Pedro.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O Manuel Pedro veio para encerrar a firma.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Estou falando de uma outra coisa. O senhor assinou, abriu a conta e tinha esperança de ganhar dinheiro numa sociedade. 15 a 20 dias depois o Sr. Sestini veio lhe dizer que não havia dado certo o negócio, não é isso?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não tinha virado nada.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Foi o Sr. Sestini que falou para o senhor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso e o Manuel Pedro me deu o contrato da firma para assinar para dar baixa na firma.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Não estou falando de baixa. 15 a 20 dias depois do senhor ter aberto a conta do MPA.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A única coisa que estou lembrando que falando foi que 4 meses depois fui procurado pelo Manuel Pedro. Inclusive ele iria viajar para os Estados Unidos e ele não estava nem aí. Assinei para o Manuel Pedro porque ele era diretor da Atlas. O senhor perguntou para mim e eu falei que eles tinham entrado e brigado com o Sr. José e entrado com uma ação contra ele, inclusive falou que tinha perdido em Rio Preto e apelado para São Paulo e continuei trabalhando para ele.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Aparecido, gostaria de uma confirmação do senhor...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só uma pergunta. No período que fiquei nos Estados Unidos a conta continuava a ser movimentada?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – A conta eu não vi. Só fui ver depois que recebi notificação da Receita Federal.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você sabe que fiquei o ano de 1997 nos Estados Unidos.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu fiquei sabendo desta conta no dia 1º de junho...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Só estou te perguntando se no período em que fiquei nos Estados Unidos conforme extratos da conta ela continuou a ser movimentada?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu não peguei extrato nenhum na mão.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Gostaria de perguntar ao Sr. Gastão se quando foi aberta a conta MPA foi feito um letreiro na Atlas, MPA – Empresa de Alimentos, para fiscalização e para se saber que era ali que existia essa empresa?

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Quando abriu essa empresa... O endereço dela não é no mesmo que eu trabalho. O endereço dessa empresa, a sede social dela, nem sei onde fica, nem sei onde é.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O que o senhor nos disse hoje sobre o letreiro que foi feito.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi feito na Conselheiro Lafayette, lá perto do cemitério da Ercília, do lado do Serv Festa.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Não era na Atlas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, a Atlas era na Marechal Deodoro.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Que empresa funcionava nesse local em que foi feito o letreiro?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O letreiro lá?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – É.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi feito o letreiro por funcionários do MPA.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor tinha conhecimento desse letreiro, dessa...

O SR. GASTÃO HENRIQUE LADEIRA FILHO – Não, senhor, nem sabia onde era a sede dessa empresa, letreiro nem nada disso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Sestini, o senhor tinha conhecimento?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não só eu tinha, como ele também tinha.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – É verdade que, dias depois, que a fiscalização passou isso foi apagado?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, não teve fiscalização nenhuma, nunca teve fiscalização nenhuma lá.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor disse que, depois, apagaram.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Então, foi escrito que ela falou que era para fins da fiscalização vir e tinha que constar a firma ali.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas daí apagavam.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Dali 15 dias, apagou tudo.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Foi só para título e abertura da empresa, mais nada.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor confirma que foi apagado o letreiro.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, esse detalhe nem eu sei, mas eu confirmo o que ele está dizendo, que foi colocado no letreiro lá porque era para ser lá o endereço da MPA, mas só para título de constar que tinha uma empresa lá.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Aparecido, o senhor confirma que o Sr. Sestini pediu que o senhor fosse dar queixa e envolvesse o maior número de pessoas, inclusive políticos?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu confirmo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E quem é?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele pediu para eu falar, inclusive, do Luiz Antônio Fleury, foi ex-Governador. Já falei tanto na Rede Globo, que me procurou, eu não vou falar uma pessoa que eu nunca vi.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você não falou lá?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Falei, porque o senhor estava do meu lado, o senhor que chegou na delegada, ainda falou não, pode por o nome do fulano aí porque ele sabia.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Foi.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, deixe-me te perguntar uma coisa. Você recebeu alguma proposta do José Constantini?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não recebeu. Você não recebeu nenhuma proposta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Nem do Foca nem do pai dele?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Também não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, eu tenho uma fita gravada com você, que eu fui na sua casa à noite, conversei com você...

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso, eu já falei aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, você recebeu a proposta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O senhor ficou apavorado com o toca-fitas no bolso, para baixo e para cima. O senhor mandou a Rede Globo lá em casa, o senhor mandou...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tá bom, fiquei apavorado, fiquei com o toca-fitas, tá certo, você está certinho com o gravador.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Isso, eu já falei aqui.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas você não...

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Por isso, vim aqui para falar a verdade.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Mas você não falou para mim que você recebeu uma proposta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Mas o que eu falei para o senhor? Que eu não queria dinheiro, eu queria encostar minha cabeça no travesseiro, deitar e dormir em paz, trabalhar e tratar do meu filho. Agora...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – O senhor recebeu uma proposta do Flávio (falha na gravação)

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu não recebi nada. Ele falou: por que você não aproveita para ganhar um dinheiro? Eu falei: eu não quero ganhar dinheiro nenhum, eu quero saber quem usou essa conta, quem vai pagar quem usou.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sestini, onde está essa fita? Ainda não veio à Comissão.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não foi transcrita ainda.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor fala que recebeu proposta?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu falei... Ele falando que eu gravei... Se ele conversou comigo... Eu falei que ele foi na porta de casa me procurar, depois, que eu saí.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sr. Aparecido, o senhor está dando uma declaração aqui de que o senhor não recebeu a proposta.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Ao mesmo tempo, o Sr. Hilário está dizendo aqui que tem uma gravação de uma conversa com o senhor...

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – ...onde o senhor fala nessa gravação, conversando com ele que o senhor teria recebido uma proposta.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor, algum dia na sua vida, falou, porque ele não pode gravar se o senhor não falou. Se ele tem isso gravado é porque o senhor falou. O senhor falou ou não falou para ele?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Que eu lembre, não falei. Ele foi lá falar: teu advogado não está recebendo o dinheiro, não?

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – E se aparecer a fita aqui?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Se aparecer, vamos ver o que está na fita, porque, inclusive, ele falou que tem uma com o Lili-co gravada lá dentro da sala dele, lá na loja, ele pôs para eu ouvir. Falou: essa aqui, eu liguei para ele, lá em Brasília.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor...

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Você viu a fita?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Ele deve estar com essa também.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Calma, você viu a fita do Lilico?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não ouvi, não conheço nem a voz dele, o senhor é que falou.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Tá bom. Então, deixa eu te perguntar mais uma vez: o Flávio Vilela, funcionário da Atlas te levou uma proposta, ele e o pai dele?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não levou?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Então, eu gostaria que o senhor anotasse este nome, Flávio Vilela, porque eu tenho...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Isso está tudo gravado, Sr. Sestini. Eu queria lhe perguntar: o senhor deu um cheque para o Aparecido de R\$800,00, sem fundos?

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Pode ter sido, na época, eu estava sem dinheiro, eu posso ter dado para ele, posso ter dado.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E o senhor confirma?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Eu confirmo, inclusive, eu estou tentando pagar esse cheque ainda.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Eu posso ter dado sim.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E por que ele deu esse cheque ao senhor?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Pagamento. Inclusive, não foi só comigo. Se o senhor fizer um levantamento, como falei agora há pouco, contra toda loja sua há uma ação trabalhista.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – É verdade.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Votoporanga, Marília, São Paulo, Arara-cuara. Há muitas mães e pais de família que ficaram sem receber dele.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, você trocou o cheque por uma televisão, não trocou?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Não, não troquei o cheque por uma televisão não.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah! não!
O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Sobrou essa televisão na loja

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Ah! Sobrou uma televisão na loja?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Então, o senhor ainda está me devendo dinheiro, porque o senhor não me pagou nem o 13º.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Não, mas estamos falando do cheque de R\$800.

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – O senhor mandou voltar em dezembro para acertar.

O SR. HILÁRIO SESTINI JÚNIOR – Está bom, mas estamos falando do cheque de R\$800. Você não levou uma televisão de 27 polegadas?

O SR. APARECIDO GOMES DE ASSUMPÇÃO JÚNIOR – Que o senhor me deu o cheque, deu. Agora, depois o senhor foi lá e sustou o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Vamos discutir isso na Justiça do Trabalho depois.

Bem, não havendo mais indagações por parte do Relator, nem de outros Parlamentares, quero declarar encerrada essa reunião do dia de hoje, convocando nova reunião para amanhã, às 9h.

Amanhã, a partir das 9h, vamos ouvir, nove pessoas. Isso importa, inclusive, em que, tendo fatos novos, podemos ainda reconvocar algumas pessoas que já foram ouvidas hoje.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião e até amanhã, às 9h.

(Levanta-se a reunião aos 15min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5”

Ata da 51ª Reunião Realizada em 18 de novembro de 2003

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às nove horas e cinquenta minutos, no Auditório do Tribunal do Júri da Sexta Subseção Judiciária da Justiça Federal do Estado São Paulo, sob a Presidência do Senador Antero Paes de Barros, Presidente, e com as presenças dos Deputados José Mentor, Relator, José Rocha e Íris Simões, membros, reuniu-se a Subcomissão de São José do Rio Preto da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN **“COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍÇOS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”**. Pauta da Reunião: Tomada de depoimento dos Srs: Álvaro Alves de Oliveira, sócio da L.A.A. - Assessoria Independente; Matheus de Abreu Costantini, diretor da Atlas; Claudinir Roberto Poltronieri, sócio da Indústria de Jóias Costantini Ltda; Sérgio Ulian, sócio da Indústria de Jóias Costantini Ltda; Hélio Shimokomaki, sócio da Indústria de Jóias Costantini Ltda; Reinaldo Melazi, sócio da Indústria de Jóias Costantini Ltda; João Tajara da Silva, Sócio da Rial Ferrame Produtos Siderúrgicos; Adriano Edson Marques, proprietário da A.E. Marques Telemarketing; e Antônio Carlos Sestini. O Presidente declarou aberto os trabalhos e convocou Sérgio Ulian para ser inquirido. Após o depoimento, foram chamados sucessivamente Hélio Shimokomaki, João Tajara da Silva,

Adriano Edson Marques e Matheus de Abreu Costantini. Finda as inquirições, o Presidente encerrou a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Para registro documental, eu _____, Marcos Figueira de Almeida, Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, atuando na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Declaro aberta a 51ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas no Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou ilícitos sobre numerários enviados entre os anos de 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5.

A presente reunião foi convocada para a tomada de depoimento dos Srs. Álvaro Alves de Oliveira, Mateus de Abreu Constantini, Claudinir Roberto Poltronieri, Sérgio Ulian, Hélio Shimokomaki, Reinaldo Melazi, João Tajara da Silva, Adriano Edson Marques e Antonio Carlos Sestini.

Pedimos à Assessoria que promova a vinda a este recinto do Sr. Sérgio Uliam, sócio da Indústria de Jóias Constantini, a fim de que ele possa dar o seu depoimento.

Quero informar que o senhor Sérgio Ulian assinou o termo de compromisso vazado nos seguintes termos: O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal.

Quero esclarecer ao senhor Sérgio Ulian que em todos os depoimentos a Presidência disponibiliza o tempo de até trinta minutos para que o depoente, no caso V. Sª, possa fazer o esclarecimento que quiser a respeito dos fatos que estão sendo apurados pela CPMI.

Consulto V. Sª sobre se quer usar o tempo de até trinta minutos para fazer esclarecimentos, sem que possa ser interrompido, sobre o fatos que estamos apurando ou prefere que desde o início o Relator e os demais Parlamentares lhe façam perguntas para que possa respondê-las?

O SR. SÉRGIO ULIAN – No caso, prefiro as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Como V. Sª abre mão do tempo inicial de trinta minutos,

eu passo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor, para que possa fazer as suas indagações iniciais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Sérgio, o senhor é sócio da Indústria de Jóias Constantini Ltda?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Sim, fui sócio até o ano que passou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até 2002?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Até 2002.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor saiu?

O SR. SÉRGIO ULIAN – A idade. Eu já estava aposentado também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi a sua carreira na Indústrias de Jóias Constantini?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Eu iniciei como gerente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gerente de quê?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Na parte da indústria, na parte interna.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na produção?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Na produção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como foi depois?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Isso foi até 83, quando foi feita uma sociedade e me incluiu como sócio. A partir daí começou a funcionar uma sociedade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tem participação na administração da indústria?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não, a minha parte era produção.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informação se existe faturamento por fora, sem nota, venda sem nota?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não, porque a gente via que a preocupação era grande com o faturamento. Então, embora eu não participasse dessa parte, mas sempre teve por parte da financeira a preocupação com o faturamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informação se à indústria tem contas no exterior?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem informação?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se a indústria fez remessas, recebeu recursos do exterior?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Também não, porque dessa parte eu nunca ficava sabendo. Na parte de administração eu não tinha relacionamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não ouvia nem comentários lá na empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu alguma vez falar na empresa Almatos?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luli?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar sobre uma empresa Silver Star?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Também não. A empresa que eu conhecia era a Cosvel, que era dele, sociedade, a Real. Dessa não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – MPA?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Casa Ouro Velho?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Moinho de Ouro, Metais Preciosos?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trigold Metais?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informação se havia vendas com a nota menor do que o valor da jóia?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Também não, porque não era a minha parte. Então, não tenho conhecimento algum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Júlio Matsuo?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não, nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Sérgio, o senhor é sócio de qual empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Indústria de Jóias Constantine.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Há quanto tempo o senhor foi sócio dessa empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Estive com eles 32 anos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor entrou na sociedade desde o início?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não. Se não me falha a memória em 1983, 1984, foi nessa época.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual era a participação societária do senhor na empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Quatro por cento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quantos sócios tinha a empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Ela tem hoje... Éramos cinco, mas hoje não sei o número exato de sócios, pois estou fora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor saiu quando?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Em dezembro de 2002.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor saiu num acordo?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não, pela idade. Já estou com muita idade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor colocou alguém em seu lugar?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Preparei uma pessoa para me substituir.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Algum parente do senhor?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor vendeu as cotas do senhor?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não foi negociado, estou acertando ainda. Ainda não foi fechado o negócio, tenho que fazer o acerto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor entrou com quanto na sociedade?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Isso foi uma doação que ele fez.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Doação?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Doação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Entrou gratuitamente?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Foi.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E qual a participação do senhor na empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Participação tinha a retirada, o pró-labore.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor é amigo da família há muito tempo?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Eu conheci ele em 71. Foi na época que eu comecei com ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essa indústria tem outra sociedade ou outra empresa ou ela é única?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não, é só ela. Não tem outra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem é o diretor da empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – José Paschoal Constantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele mesmo quem dirige a empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Como?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele mesmo quem dirige a empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – É, ele, agora fica a filha, é quem administra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essa empresa só fabrica jóias ou ela compra jóias?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Fabrica.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ela compra jóias também?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Só fabrica.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E vende, qual o mercado de venda dessas jóias?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Mercado? O Brasil, vende para o Brasil todo, né.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essa indústria tem filial ou é só aqui?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Só.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ok, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra o Deputado Iris Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO ULIAN – Pois não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor não lembra qual era o seu percentual na empresa, quanto era?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Como?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor entrou como sócio?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Sim.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Quantos por cento pertencia ao senhor?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Quatro por cento.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E, o senhor sabia quanto é o faturamento da empresa?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Lá variava. Sei assim por informações, não meu conhecimento. Varia de 3 a 5 milhões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor, como sócio, tinha acesso a esses balanços?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Normalmente no final do ano era sempre apresentado.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Quando o senhor saiu agora em dezembro, o senhor levou ... teve algum ganho financeiro com a sua saída? Quanto o senhor ganhou?

O SR. SÉRGIO ULIAN – A minha porcentagem era 4%, mas ainda não fiz acerto com eles.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Quem ficou no seu lugar?

O SR. SÉRGIO ULIAN – No meu lugar, na minha função ficou uma moça.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O que ela é sua?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Nada, nada.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor continua sócio, mas não trabalha lá na empresa.

O SR. SÉRGIO ULIAN – Eu estou desligado, eu não sou mais sócio.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E agora, este ano, o senhor continuou arrecadando também?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não, também não. Não porque...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Não recebeu mais nada? Por quê?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Porque tenho que fazer um acerto lá com eles.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Que acerto?

O SR. SÉRGIO ULIAN – O que me pertence, o que eu tenho direito.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas o senhor não deixou com essa pessoa com esse percentual?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não, mas ela é funcionária, não entrou como sócia. Funcionária na minha função, só, na parte profissional ali, mas não como sócia. Não é sócia. Apenas ficou...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Sérgio, o senhor é sócio desde 83, certo? O senhor tirava o pró-labore, coisa assim. Qual é hoje o seu patrimônio? O que o senhor já tem?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Patrimônio hoje, tenho um apartamento, tenho dois terrenos e tenho dois carros.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Fruto do pró-labore?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Isso vem há tempo, foi conseguido. Isso é uma vida de trabalho.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Sr. Sérgio, o senhor lembra qual era o seu salário antes de o senhor ser sócio?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Mas o pró-labore do senhor é comparável com o que era o seu salário?

O SR. SÉRGIO ULIAN – O meu pró-labore é de 3 mil, mas não me lembro mais do meu salário. Quando estava com um salário não era esse o valor, era menos, mas não me lembro. Lembro-me de que quando foi feito isso era a mais, mas quanto era não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quer dizer que o fato de ser sócio melhorou a vida do Senhor, não é?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor, ainda hoje, detém 4%? Ou o senhor já vendeu esses 4%?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não fiz negócio ainda.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então o senhor ainda consta como sócio?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Já foi...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor tinha 4%. Não vendeu, não fez negócios... Então, os 4% são seus ainda.

O SR. SÉRGIO ULIAN – São meus ainda. Só falta passar para o meu poder.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Ou você já passou e falta apenas receber?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Não passei para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, o senhor ainda é sócio.

O SR. SÉRGIO ULIAN – No caso, eu até seria, mas...

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A aposentadoria do senhor é baseada no pró-labore?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Estou aposentado antes de ser sócio.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor se aposentou quando?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Em 1982, por aí. Mais ou menos na época em que foi feita a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O senhor, como sócio, nunca soube de nenhuma movimentação de conta no exterior, de movimentação financeira? O senhor nunca teve acesso a essa informação?

O SR. SÉRGIO ULIAN – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Consideramos encerrado o seu depoimento. V. S^a está liberado. Muito obrigado pelo seu depoimento.

O SR. SÉRGIO ULIAN – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Quero esclarecer os Parlamentares e o plenário que o Sr. Hélio Shimokomaki assinou o compromisso vazado nos seguintes termos: O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. Quero esclarecer ao senhor Hélio que com todos os depoentes temos facultado a possibilidade de usarem da palavra por 30 minutos inicialmente, até 30 minutos, para fazer uma exposição sobre os assuntos que são objeto desta CPML e que o senhor tenha conhecimento e queira esclarecer a sua versão. Se V. S^a não quiser usar da palavra, V. S^a pode

abrir mão da palavra e passaríamos, imediatamente, às indagações do relator, o Deputado José Mentor. Feito esse esclarecimento, se V. S^a pretende usar da palavra, eu a concedo por 30 minutos.

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Bom dia, senhores. Estou aqui porque trabalho com o senhor José há 31 anos e com o decorrer do tempo ele deu uma oportunidade para gente, uma pequena porcentagem na empresa e talvez a gente esteja sabendo desses problemas todos.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – É só isso?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Só.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – senhor Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – senhor Hélio, qual é a função do senhor na indústria?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Eu trabalho no departamento de montagem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual é a carreira que o senhor desenvolveu lá, quando foi que o senhor começou e qual foi a carreira que o senhor desenvolveu?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Comecei trabalhando na banca como montagem de jóias e, com o correr do tempo, a gente foi ganhando mais experiência até atingir a chefia, então consegui a chefia da empresa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi isso o senhor lembra?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Cheguei em Rio Preto em 1972, acredito que, talvez, em 1977, já estava com o cargo de chefia da sessão de montagem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas jóias que são produzidas são desenvolvidas pela própria indústria?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem importação de modelos?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Atualmente estamos desenvolvendo o nosso design aqui na empresa. Já foi feito algumas coisas antes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes como era?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Era uma pequena porcentagem, porque nós, graças ao bom Deus, sempre tivemos a facilidade de desenvolver uns modelos que eram bem aceitos no mercado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas antes eram modelos importados?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Era um pouco, pouquinha quantidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como vinham esses modelos?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Olha, o senhor José, no caso, sempre participava de alguma feira e ia visitar na Europa e trazia sempre algumas coisinhas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trazia o projeto?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não, não, às vezes, até trazia para uso dele, da senhora dele qualquer coisa assim, depois a gente desenvolvia alguma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E as peças e as máquinas para desenvolver as jóias novas? São desenvolvidas aqui mesmo ou são importadas?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – A maioria que temos aqui, talvez, na indústria é importadas, porque não são muitas, um eliminador, uma prensa, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A indústria chega a desenvolver as suas próprias máquinas?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Algumas coisas, por exemplo, uma estampa sim, uma coisa mais fácil que dá para desenvolver ali dentro. Os nossos ferramenteiros, juntando com a parte de design desenvolvemos os nosso modelos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se a empresa tem contas no exterior?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não sabe ou não tem?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não tem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se a empresa fez algumas remessas para o exterior?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não, não estou sabendo não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o percentual que o senhor tem da empresa?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – 4%.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor continua como sócio?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Continuo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Hélio, o senhor é sócio desde quando?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Meados de 83, 84, por aí.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E aí todo final de mês o senhor tira o seu... O senhor tem salário? O que o senhor ganha na empresa?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Eu tenho um salário e no final do ano sempre há o balanço para ver o que coube à gente.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor lembra quanto o senhor, como sócio, ganhou final do ano que passou?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Olha, ultimamente, não está muito bom não, mas acredito que dá uns R\$ 20.000,00.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor recebeu R\$ 20.000,00?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Sim.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Assinou que recebeu pró-labore de R\$ 20.000,00?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não, recebi o dinheiro, não é? R\$ 20.000,00.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas não assinou nada?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E quem lhe entregou dinheiro?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não, porque essas partes aí não há condições de tirar tudo de uma vez, não é? A gente vai tirando de acordo com as necessidades da gente.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – A sua empresa não tem que ter o controle do sócio, quanto ele vai retirar, quanto ele ganhou de pró-labore?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Tem.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor é gerente? Tem noção de que a empresa tem que ter um controle?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Sou do departamento de montagem, responsável pelo departamento de montagem.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas o senhor é gerente, seja no departamento de montagem, o senhor é uma pessoa que tem conhecimento, sabe que a empresa precisa ter ... O senhor é diretor lá, não é?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Sim.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Como diretor, o senhor sabe que a empresa, se vai passar o pró-labore para um dos sócios, tem que ter toda a documentação para contabilizar isso. Então, o senhor não assinou nada?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Tem, o contador. Eu assino o pró-labore, não é?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas o senhor falou agora há pouco que pegou R\$ 20.000,00 e não assinou nada.

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – É o que eu estava explicando para o senhor, o de R\$ 20.000,00 a gente nunca recebe os vinte mil na hora, tem sempre

a necessidade da gente, porque, talvez, acho que na empresa nem há esse dinheiro para que a gente possa tirar de uma vez.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Então, o senhor não pegou esses R\$ 20.000,00?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não, talvez eu tenha pego, mas não de uma vez, a gente vai tirando de acordo com a necessidade da gente.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Já acabaram esses R\$ 20.000,00?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Acabou.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E cada vez que o senhor retirava o senhor comprovava, é isso?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não, tem o rapaz do departamento lá de finanças que faz as anotações, não é?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Hélio, o senhor tem quanto por cento da empresa?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – 4%.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – 4%. São quantos os sócios da empresa?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Atualmente, sou eu, o Reinaldo Melazi, a Lívia, acho que a D. Mariângela Constantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Todos têm o mesmo percentual?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não. No caso, eu e o Reinaldo é que temos menos, não é?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o Sérgio?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – O Sérgio já se desligou da empresa e está aposentado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas ele tinha quanto por cento?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – O Sérgio, na época, acho que ele ficou como nós também, 4%.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor é diretor da área de montagem?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Essas jóias são montadas aqui e são vendidas, distribuídas para todo o país?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Certo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Existe alguma jóia que vem de fora, do exterior?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não, porque agora estamos desenvolvendo a modelagem nossa só para o nosso mercado mesmo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem informação de transferência de recursos dessa indústria para fora do país?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não, não tenho.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A empresa compra jóias também ou só vende?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Só vendemos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A matéria prima vem de onde

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – A matéria prima vem da Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É comprada da Atlas.

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – É.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A empresa tem alguma casa de jóias aqui?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Não, a empresa não tem, têm os parentes do Sr. José, é cunhado, sobrinhos, irmão. Tem os das Lojas Constantine.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas a empresa não tem nenhuma loja aqui e nem em lugar nenhum.

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – A empresa não tem, em lugar nenhum.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra o nobre Relator para fazer novas indagações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. José Paschoal Costantini se afastou da indústria e não está mais operando ou continua?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Ultimamente, ele tem aparecido na empresa mas tem aparecido pouco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Menos, não é. E quem lá tem mais a função executiva?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – A filha dele – a Lívia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é o nome dela?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – Lívia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas relações de feiras internacionais – quem é o responsável?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – É o Departamento de Administração que fica mais a cargo do pessoal da administração.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento se a indústria tem exportado produtos?

O SR. HÉLIO SHIMOKOMAKI – No momento eu não estou sabendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Considero concluído o depoimento do Sr. Hélio. V. S^a está liberado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra, pela ordem, o Relator, o nobre Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, eu requeiro a dispensa do Sr. Claudinir Roberto Poltronieri e do Sr. Reinaldo Melazi.

Havendo concordância dos outros dois Srs. Parlamentares nós liberamos, também, de prestarem depoimento os Srs. Claudinir Roberto Poltronieri e Reinaldo Melazi por se tratarem de assuntos correlatos aos depoimentos já prestados por Sérgio Ulián e Hélio Shimokomaki, em razão do que nós consideramos que os depoimentos já prestados traçam, pelo menos, a forma de como era administrada a Indústria de Jóias Costantini.

Portanto, solicito à Assessoria que libere, também, os Srs. Claudinir Roberto Poltronieri e Reinaldo Melazi e solicito que convoque, para prestar depoimento, o Sr. João Tajara da Silva Filho.

O Sr. João Tajara da Silva Filho assinou o Termo de Compromisso vazado nos seguintes dizeres:

“O depoente compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, Inciso 63, da Constituição Federal.”

Eu quero informar ao Sr. João Tajara da Silva Filho que todos os depoimentos, a todos os depoentes, nós oferecemos até 30 minutos para que possa fazer uma exposição inicial sobre os fatos que são objetos de investigação desta CPMI. V. S^a, é evidente, acompanha esses fatos pela imprensa.

Eu gostaria de saber se V. S^a quer usar esses até 30 minutos ou se V. S^a prefere que o Relator possa começar fazendo as perguntas e V. S^a vai respondendo?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Eu não tenho....

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Prefere as perguntas?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Prefiro.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, já que V. S^a abre mão do tempo inicia, eu concedo a palavra ao Relator, o nobre Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. João Tajara da Silva, por favor, sente perto do microfone para podermos gravar.

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Pois não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é proprietário da Raiel Ferrame Produtos Siderúrgicos?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a sua posição lá?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Eu fui sócio da Raiel Ferrame – eu entrei em 19... – eu não sei exatamente a data mas foi ao redor de 1980, por aí e vendi a minha parte em abril de 1997. Eu tinha, aproximadamente, 12% das ações, as quais eu vendi em 1987 – em abril – para o senhor... – filho do Constantini, o Mateus Costantini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhava na Raiel?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era só sócio?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Era só sócio minoritário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesse período em que o senhor esteve lá, essa empresa teve transações internacionais? – nem

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Que seja do meu conhecimento, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem importação e nem exportação?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Ao que eu saiba, não – nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela manteve conta no exterior?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não, absolutamente. Do meu conhecimento, não – nunca. Era uma firma de venda e de compra de materiais de construção, principalmente de telhas de alumínio de firmas conhecidas – era da Alcoa, da Alcan, e de ferro e aço, da Gerdal, da Belga Mineira, todas firmas conhecidas. Eram firmas de ferro e aço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem era o responsável pelo gerenciamento da empresa, a gerência?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – A gerência era o Sr. Constantini, **JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele mesmo que gerenciava?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – É. Ele é que cuidava da firma. Como sócio majoritário, ele que ia lá e...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor viu, alguma vez, alguma operação com moeda, com dólar, com câmbio, nessa empresa?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Dentro da Real, não, absolutamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Deputado Iris Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. João Tajara, como é o senhor foi parar na sociedade com o SR. Constantini?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Como fiz a sociedade?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – É. Como é que o senhor foi parar?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – O Constantini é uma pessoa que é muito amiga minha. Meu pai já era amigo da família dele, do pai dele...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Então, foi por amizade?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Ele é muito amigo meu. Inclusive, é padrinho de um filho meu, eu sou padrinho de um filho dele. Por questão de amizade.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E com qual capital que o senhor entrou nessa sociedade? Eu, exatamente nesse tempo, que fazia muitos anos, eu não fui, em 83...

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Eu, exatamente nesse tempo, que fazia muitos anos, eu não fui, em 83...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas o senhor entrou com capital financeiro?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Entrei com capital, mas uma pequena parte. Eram aproximadamente 10%.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor falou 12%.

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não, depois, que tinham outros sócios anteriores. Na retirada de outros sócios, eu comprei uma pequena parte e aumentei uma pequena percentagem.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor se lembra do faturamento da empresa?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não, eu não mexia com a gerência da empresa. Realmente, não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor nunca ganhou pró-labore?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Nunca?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Da Raiel Ferrame?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – É.

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Que eu me recorde, não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Certo. Em 17 anos?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Dezesete anos.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E, quando o senhor saiu, o senhor vendeu por quanto a sua parte?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Eu vendi pelo valor das cotas. Eu tenho até a cópia aqui, se houver interesse.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O SR. tem o valor?

O SR. vendeu por R\$16 mil.

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não, dois mil... Dezesesseis era o capital... Era o total. Eu tinha, dos dezesesseis, dois, aproximadamente.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – R\$2.218,00?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Isso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O SR. não acha pouco, não, Sr. João Tajara?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Era o valor da firma, na época, porque era uma firma que, inclusive, andava dando prejuízo, não tinha resultado nenhum. Para mim, não havia nenhum interesse em permanecer. Eu tinha atividades agrícolas, no Paraná, e resolvi me dedicar a isso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O SR. tem outra atividade?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Eu tenho uma fazenda, no Estado do Paraná.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Em que cidade?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Clevelândia.

É uma fazenda que veio a ser minha, porque é herança da minha senhora, da minha ex-esposa, porque, agora, sou separado. Ela herdou essa fazenda, pela morte do pai, em 1949, e eu passei a cuidar da fazenda.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não, absolutamente. Absolutamente.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. João Tajara, o senhor é sócio da Raiel Ferrame há quanto tempo?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Que eu fui sócio? Eu não sei exatamente quando foi fundada. Em realidade, de 1980 até 1997.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor participou da fundação da empresa?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não. Eu comprei... Existia uma firma que se chamava Raiel Produtos Siderúrgicos, e eu tenho aqui, inclusive, a formação da... Só um minuto, por favor. Não participei da produção, comprei uma parte.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor comprou de quem?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Esse detalhe exatamente, porque havia quatro sócios, Sr. Constantine, Mário Daude, Almir Branbila e Benedito, e eu comprei uma parte.

Esse dado posso encaminhar, mas infelizmente não tenho aqui comigo, mas posso encaminhar o dado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor comprou de quantas pessoas?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não sei exatamente, Senador. Talvez tenha comprado uma parte de cada um, especificamente eu não sei, mas posso mandar o documento. Está tudo documentado. É tudo documentado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor ainda é sócio da empresa?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não. Eu vendi em 1997.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Vendeu para quem?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Para Mateus Constantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Na época em que o senhor era sócio, eram quantos sócios? Quando o senhor vendeu, eram quantos sócios?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Eu e o JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só os dois.

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Dois sócios.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tinha quantos por cento?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Eu tinha, de dezesesseis mil no total, dois e pouco, que correspondem as uns 12, 12,5%.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Do total. O senhor fazia retirada mensal?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não. Não participava absolutamente da firma.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor era sócio e não participava?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor não tinha lucro nenhum em ser sócio?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Eu, aliás, tive prejuízo na firma. Nunca tive lucro na firma. Essa firma não dava lucro. Ela deu prejuízo. Perdi dinheiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não tinha retirada?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor trabalhava na empresa?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Não, eu era médico. Eu era autônomo e eu comprei a empresa, eventualmente passava, mas não participava de administração, de absolutamente nada na empresa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o senhor vendeu por quanto a sua parte?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA – Eu tenho o papel aí, dois mil e cento e poucos reais, que eram valores das cotas, de um total de R\$ 16 mil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor já era amigo do Sr. JOSÉ PASCHOAL CONSTANTINI há muito tempo?

O SR. JOÃO TAJARA DA SILVA FILHO – Amigo de infância.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Dou-me por satisfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Nós liberamos também o Sr. João Tajara da Silva.

Peço à assessoria para convocar para depoimento o Sr. Adriano Edson Marques.

A Presidência informa que o Sr. Adriano Edson Marques assinou termo de compromisso com os seguintes dizeres: o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

Sr. Adriano Marques, temos oferecido a todos os depoentes a possibilidade de usar um tempo inicial de até trinta minutos, para falar o que sabe sobre os fatos que são objeto da investigação desta CPMI e estamos consultando o senhor se vai pretender usar deste tempo

inicial de até trinta minutos ou se prefere que o Relator e os outros Parlamentares já comecem as perguntas, para que o senhor possa respondê-las.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu dispenso, Excelência, e já prefiro que comece com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, tendo o senhor dispensado o tempo, concedo a palavra ao Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Adriano, o senhor trabalhou nas empresas do Sr. José Constantini?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Fui funcionário do Sr. Costantini na Raiel Ferrame. Depois desse tempo, prestei serviço para ele em algumas outras empresas, mas não na qualidade de funcionário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando é que o senhor foi funcionário? De quando a quando o senhor foi funcionário?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu trabalhei com ele durante oito anos, período em que eu era funcionário e em que eu prestei serviço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais ou menos o ano em que o senhor foi funcionário?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – De 1992 até oito anos depois. Até 2000, mais ou menos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como funcionário?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Como funcionário, foram quatro anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 1992 a 1996?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Mais ou menos isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois, como prestador de serviço, qual serviço o senhor prestava para ele?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Fazia assessoria financeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Havia uma central chamada Únicos Administração.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Havia um escritório central, que controlava uma parte das atividades do grupo, que se chamava Únicos Comércio. Eu ficava numa das saias desse escritório, mas sem vinculação com Únicos Comércio. Trabalhei como funcionário para essa Únicos Comércio também durante um ano. Depois disso, como autônomo, fazendo assessoria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor foi funcionário?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Durante um ano.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Três anos da Raiel Ferami e mais um ano na Únicos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois, o senhor foi para lá como autônomo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Continuei prestando assessoria, mas sem vínculo empregatício.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor abriu uma empresa?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não. Trabalhei um período sem abertura de empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a sua tarefa lá?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu fazia a auditoria e a parte financeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De todas as empresas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – De todas. Havia inclusive algumas empresas que estavam em fase de encerramento e eu era responsável pela administração dessas empresas também em fase de encerramento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais estavam encerrando?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Trip Locadora, a própria Raiel Ferrame também já estava em fase de encerramento, Cosvel, Metalúrgica Ferrame, e algumas outras.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Metalúrgica?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Metalúrgica Ferrame.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais as que estavam em atividade?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Sr. José tinha várias empresas. Das que administrávamos ele tinha alguns loteamentos. Ele tinha loteamento aqui na cidade e tinha um loteamento em Jales. Fazemos também a administração desses loteamentos, principalmente o de Jales.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que empresa cuidava disso?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A Únicos Comércio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual outra estava em atividade e que o SR. controlava?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Na época, era só a Únicos Comércio. As outras empresas, como, por exemplo, a Atlas, quando precisavam de algum tipo de serviço de auditoria, eu era designado para fazer,

quando precisavam de algum tipo de certidão, eu também fazia porque já tinha mais conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como era isso?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Vamos imaginar que a empresa precisasse requerer uma certidão. Eu ia ao departamento competente fazer a requisição da certidão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor tinha alguma função de auditoria?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não. Eu fazia serviços de auditoria, mas eu não tinha uma função específica de auditoria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a fazer alguma auditoria na Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nunca fiz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor formou a AE Marques Telemarketing?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Em julho de 2001.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Porque a Atlas estava encerrando atividades na cidade e era uma empresa tradicional, que já trabalhava há dez anos. Eu tinha conhecimento disso porque estava dentro do grupo. Imaginei uma oportunidade de negócio e fui atrás desse ideal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a oportunidade?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Uma oportunidade de negócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas qual negócio?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A Atlas era uma empresa rentável. Pelo menos, era isso o que ouvíamos. Eu fui atrás dessa rentabilidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A AE Marques Telemarketing, EPP, substituiu a Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Ela não substituiu. O meu objetivo era, sim, fazer a substituição, mas não consegui autorização da CVM. Limitei-me a fazer serviços de telemarketing enquanto não consegui a autorização da Comissão de Valores Mobiliários, em que pleiteei várias vezes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A autorização era para quê?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Para fazer a compra e a venda de ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. José Constantini tinha alguma participação na AE Marques?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Era só minha, era uma empresa individual.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor era o único proprietário?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O único sócio, o único dono.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor não conseguiu autorização para operar com ouro?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não consegui para operar com ativo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor chegou a operar com ouro?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, nunca operei com ouro, porque não tinha autorização da Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quando fizeram a busca e a apreensão não apreenderam o ouro lá?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Apreenderam uma quantidade muito pequena de prata, que não era ativo financeiro, era mina e apreenderam algumas barras de demonstração que não eram de ouro, eram barra de demonstração que a Atlas fazia como exposição. Esse material já estava lá, porque eu usava uma sala que já foi utilizada pela Atlas antes e, como o mobiliário e o espaço me atendiam, fiquei instalado lá. Esse material já estava lá no local, antes da instalação da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas deixou o que no local?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A Atlas deixou o mobiliário, esses pertences, havia bastante coisa no cofre e até coisa que eu nem sabia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que ela deixou lá?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Talvez por falta de espaço físico, ela não iria usar mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinham algum valor essas barras?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nenhum valor, isso era barra para demonstração. Eu soube disso na blitz da Polícia Federal, até então eu não sabia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E dólares?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Os únicos dólares encontrados no local eram meus, produto de venda de milho, porque eu também exercia atividade de produtor rural.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos dólares eram?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Quase US\$5 mil, parece-me.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor vendeu milho em dólar?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Houve uma quantidade que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem comprou?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A pessoa só se identificou como Sr. Manoel, não conheço a pessoa, fez o pagamento em dólar, carregou a carreta, o milho estava armazenado na própria fazenda, fez o pagamento e foi embora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor emitiu algum documento de venda?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, dessa venda não. Tenho nota fiscal da venda do produto, mas da parte que eu contabilizei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor achou normal uma pessoa chegar lá com dólar para comprar milho sem documento?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, não era normal, mas ele já tinha feito isso com outras pessoas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quem são essas pessoas então?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Essas outras pessoas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Sei de uma pessoa que, quando o interessado me procurou eu consultei essa pessoa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor sabe quem é o Sr. Manoel? Onde ele pode ser encontrado.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, esse não conheço. Ele chegou com uma carreta, consultei uma pessoa que se chama Hélio, em Floreal, que mora numa fazenda. Perguntei se ele conhecia, ela falou que não conhece, mas já vendeu milho para ele no ano passado e ele fez o pagamento para mim da mesma forma, eu fiz também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe que é uma irregularidade isso?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Sabia que era.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que mais foi encontrado na busca e na apreensão da Polícia Federal?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Excelência, foram encontrados muitos itens da Atlas dos quais eu não tinha nem conhecimento. Como já disse, era material que já estava lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cheques da Atlas e cheques de viagem?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, cheques que estavam lá... O Mateus sempre se fazia

presente também na Atlas e, às vezes, encaminhavam ouro para eu fazer entrega aqui. Pediam, porque ia um cliente deles lá e eles perguntavam se eu poderia entregar. Eles tinham um serviço de malote, entregavam o metal precioso na minha empresa e eu, a título de cortesia, entregava esse material para o cliente da Atlas. Não era freqüente essa prática também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebia alguma remuneração da Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Da Atlas eu era remunerado no total das despesas mais 20%.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que despesas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Das despesas que tinha do escritório.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desculpe, eu não entendi.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Dos serviços que eu prestava para a Atlas, eles me reembolsavam com o valor de 100% das despesas, acrescidos de 20%, que era o valor que eu cobrava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor cobrava a certidão, por exemplo. Se gastasse R\$100,00 receberia R\$120,00 só dos serviços.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – R\$100,00 era o custo da certidão que era paga pela empresa requisitante, mais 20%, que era meu honorário, as despesas administrativas também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pagava aluguel do local para a Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Fazia pagamento de aluguel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Incluindo os móveis? O aluguel incluía o mobiliário?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O mobiliário era da Atlas, mas não foi cogitado aluguel do mobiliário. Eu fiz contrato de locação do imóvel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor usava o mobiliário também?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Usava o mobiliário da Atlas. Usava todas as instalações da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas essas operações eram registradas oficialmente?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Todas eram contabilizadas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com recibo de aluguel, com recibo de serviços?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Tudo está contabilizado direitinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, esses cheques de viagem eram da sua empresa?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Desconheço esses cheques de viagem, Excelência. Esses cheques de viagem não eram da AE Marques nem meus também. Quanto a esses cheques de viagem, lembro-me vagamente de uma pessoa que foi até o escritório, identificando-se como amigo do Mateus, querendo deixar esse material lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para fazer o quê?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Pediu apenas para deixar lá para entregar para o Mateus?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o nome dessa pessoa?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não se lembra nem vagamente do nome dessa pessoa?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não entendi, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. S^a disse que se lembra vagamente dessa pessoa.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Lembro-me vagamente da pessoa. Essa pessoa chegou ao escritório pedindo para falar com o Mateus. O Mateus não ficava sempre lá. Eu consegui contatar o Mateus e falei que havia um moço no escritório querendo entregar uns documentos para ele. Ele disse que poderia deixar lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele não falou o nome?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não perguntei, Excelência. Aliás, não fui eu que atendi essa pessoa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o valor dos cheques?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não tenho a mínima idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas esses cheques de viagem têm valor?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Imagino que sim. Se são cheques de viagem, imagino que sim. Apenas não tenho conhecimento dos cheques de viagem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa é outra situação estranha: Chega ao escritório uma pessoa que não conhece ninguém dizendo que vai deixar algo para o Mateus.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Isso estava... Não falou que era cheque. Eu também não disse, em nenhum momento, que ele chegou lá para entregar cheque nem cheque viagem. Ele queria entregar um envelope para o Mateus.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem era a espingarda calibre 12?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também não tenho idéia. Soube, depois da apreensão, que era do Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando recebeu o imóvel da Atlas, o senhor não olhou o que havia lá dentro?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Havia uma sala que nem era usada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não a abriu?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Uma das salas nem era usada. Nessa sala, que não era usada, foi encontrada a espingarda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe de quem era a espingarda?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Soube depois que era do Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o revólver?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O revólver era do Valdir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é Valdir?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Valdir era motorista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Motorista de quem?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Da empresa AE Marques. Ele fazia serviços de banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da sua empresa?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Da AE Marques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez alguma operação para a Atlas depois que a empresa encerrou as atividades aqui?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A AE Marques nunca fez nenhum tipo de operação nem para a Atlas nem para outra empresa, exatamente pela falta do documento de autorização da Comissão de Valores Mobiliários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto ao **telemarketing**, os telefones eram os mesmos da Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O telefone era. Um dos motivos de deixar o telefone era que dez mil clientes tinham esse número de telefone. Portanto, havia o interesse de manter o mesmo número de telefone.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando uma empresa muda de sede, de local, os operadores têm um serviço que transfere a ligação para o novo nú-

mero. O senhor sabe por que a Atlas não usou esse expediente?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não tenho idéia. Se bem que o interesse em manter o mesmo número era meu. Não era da Atlas. Eu tinha a intenção de ficar com o mesmo número de telefone.

O SR. (Orador não identificado) – (Intervenção fora do microfone)

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Porque eu tinha interesse em fazer movimentação com ouro. Não o fiz porque não consegui autorização da CVM.

O SR. (Orador não identificado) – O senhor pensava em tomar os clientes do Paschoal?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não digo tomar os clientes, mas o objetivo era, sim, fazer movimentação com os clientes da Atlas. Eu queria usar a carteira da Atlas para ser uma agência autônoma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. José Paschoal Constantini concordou com toda essa operação para o senhor continuar... O senhor conversou com a Atlas sobre isso?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu falei com o Sr. José Constantini, não nesses termos de interesse em ficar com os clientes da Atlas. Eu falei com o seu José nos termos de manter um serviço de **telemarketing**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor falou para ele que ia trabalhar com ouro também?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A princípio, não. Depois, que eu já não conseguia mais a autorização da CVM, eu falei para ele, sim, que queria fazer intermediação de ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesta central que o senhor falou que cuidava de operações financeiras, quais operações financeiras que o senhor fazia para a Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu nunca fiz operações financeiras para a Atlas, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, é que o senhor disse que tinha uma central que o SR. trabalhava para várias empresas.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Tinha uma central telefônica usada para fazer o **telemarketing** da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, não, não, eu digo no período que o SR. trabalhou na central da empresa...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Central administrativa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. O senhor fez alguma operação financeira para a Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era só isso que eu estava perguntando.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nessa época, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se alguma empresa do grupo Costantini tinha contas no exterior?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nunca soube, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a tomar conhecimento ou a realizar alguma remessa ou algum recebimento de valores internacionais?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nunca fiz. Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Júlio Matsuo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Júlio...

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... Matsuo.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, não conheço, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar esse nome?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, o único Júlio que eu conheço era o que era meu contador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome dele?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Júlio. Mas era contador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O sobrenome sabe?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Júlio Jardim. Júlio César Jardim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu a empresa Metais Preciosos Antares Ltda.?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Conheci essa empresa em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor teve relação com ela?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nenhuma relação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu por que motivo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A Atlas, o escritório da Atlas era do lado do escritório da Antares em São Paulo. Em uma ocasião, a pedido do Sr. José Costantini, eu ia fazer uma auditoria na Atlas em São Paulo. Só que o Hilário, na ocasião, não autorizou a minha entrada no prédio e o funcionário da Antares viu o acontecido e pediu para que eu ficasse na sala dele, até porque eu precisava usar um telefone para falar com o seu José para relatar o ocorrido. Foi nessa ocasião. E depois disso, que eu fui para São Paulo

também umas duas vezes para requerer certidão de alguma empresa, eu usava a sala da Antares para fazer algum tipo de contato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a fazer algum tipo de auditoria na Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nunca fiz auditoria na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os donos da Antares o senhor conhece?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, eu sabia que era do Sr. José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa, Únicos, que o senhor trabalhou, tinha alguma relação com a Antares?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Com a Antares? Que eu saiba, não, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia a Empresa Raiel Processamento de Dados Ltda.?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Era o escritório do Júlio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que é o contador.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Que era meu contador. Que era o contador também das empresas do seu José. E de outras empresas. Ele tem um escritório de contabilidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor sabe quem é o sócio dele na Empresarial?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Quem é sócio? Nem sabia que ele tinha sócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, só para o senhor ficar sabendo, a empresa em que o senhor trabalhou, é sócia da Antares.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A Únicos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Únicos.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Ah sim, a Únicos eu sabia que ela era sócia de várias empresas do Sr. José.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. José é sócio do Sr. Júlio.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Sr. José é sócio do Júlio? Disso eu não tinha conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a empresa Silver Star?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, já ouvi falar, sim, mas não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se lembra do que o senhor ouviu falar?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a MPA Comércio de Alimentos Ltda.?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não tenho idéia. Só conheço a MPA de notas no jornal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Casa Ouro Velho Metais Preciosos Ltda.?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Desconheço também. O único conhecimento que tenho é o relatado pela imprensa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda.?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A mesma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trigold Metais Preciosos?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também a mesma coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – LAA - Assessoria independente Ltda.?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu me lembro dessa empresa, sim, mas vagamente. Ah, não, essa empresa é uma empresa de assessoria e, ao que me parece, o Gastão é quem era o seu titular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gastão do quê?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Ela é a do Felipe, imagino. A do Gastão era GH Ladeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas empresas prestavam serviços para o grupo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Essas empresas, pelo que me lembro, prestavam serviços para a Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a D. Sheyla Kersting?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não conheço. Sei que ela era funcionária da Atlas. Só conheço de vista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Décio Miranda?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edson Pereira Ramos?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aparecido Gomes da Assumpção Júnior?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também não conheço. Desses nomes que V. Ex.^a acabou de me passar só conheço através da imprensa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adilson de Campos?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não conheço também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mateus de Abreu Constantino?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a sua relação com o Sr. Mateus?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nosso relacionamento é profissional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que tipo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Ele é filho do Sr. José e tínhamos relacionamento de patrão para subordinado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois que o senhor montou a empresa qual a relação que tinha com ele?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Relação de amizade, somente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Célio Tabith Júnior?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Celiinho era funcionário da Antares e foi uma das pessoas que me acolheu lá no dia do episódio hilário na Atlas em que ele não me autorizou a entrada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Guilherme Monteleone Tabith?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também era funcionário da Antares.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles tinham alguma coisa que ver com a Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Que eu saiba, não, Excelência. Só conheci essas pessoas muito rapidamente nas vezes em que eu precisava ir lá. Eu sabia que os responsáveis pela Antares eram o Célio e o Guilherme.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Benedito Bráz Raiel?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Claudenir Roberto Poitronieri?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Claudenir era funcionário da indústria de jóias. Em algumas reuniões que fiz com o SR. José, a sala dele era do lado e o conheci de lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sérgio Ulian?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também era funcionário da indústria de jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hélio Shinokomaki?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – É o China. Também da indústria que jóias que o conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reinaldo Melazi?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também da indústria de jóias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João Tajara da Silva?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Dr. João Tajara foi sócio da Raiel Ferrame durante um tempo e também o conheço de lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcelo Pizzo de Lippelt?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não conheço, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antonio Carlos Sestini?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a sua relação com ele?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Ele trabalhou na AE Marques durante um período.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto tempo a AE Marques funcionou?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A AE Marques funcionou um ano e meio, quase dois anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual foi o faturamento dela?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Agora de cabeça não me lembro. Teria que fazer uma consulta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram os clientes dela?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Tinha vários clientes. Dentro das empresas do grupo quase todas eram, muitos comércios, muitas administrações e eu tinha uma série de outros clientes que não me lembro agora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor lembra de algum cliente fora do grupo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Fora do grupo? A HB Saúde e tinha outros.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fazia o quê para a HB Saúde?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Para todas as empresas eu fazia assessoria financeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A AE Marques Telemarketing fazia marketing e assessoria financeira?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Faria telemarketing e assessoria financeira. Eu podia comercializar equipamentos de informática, embora nunca tenha feito. A empresa não era só de serviços e era também comercial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o percentual de faturamento para o grupo Costantini e para os outros clientes?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O grupo Costantini eram os maiores clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais ou menos quantos?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não consigo precisar para V. Ex.^a agora esse percentual exato e precisaria estar checando a minha conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Me dê só uma idéia.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não me lembro, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos clientes o senhor tinha mais ou menos?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Uns oito clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos eram do grupo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Quatro ou cinco clientes. Dentro desse serviço de assessoria, às vezes eu fazia serviços para o Sr. José Constantini, pessoa física. A parte de Fazenda, alguma outra coisa que ele me pedia também. Até porque o nosso relacionamento era muito bom. Já vinha de longa data.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na Almatos?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nunca ouvi, Excelência?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luli?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Beacon Hill?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quantos funcionários tinha a AE Marques?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nós iniciamos com seis funcionários e terminamos com oito funcionários, me parece.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe os nomes?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Sei sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode falar?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Augusto, Felipe, Tiago, Dona Geralda,... O Tiago, Marcelo, e tem alguns que eu não me lembro agora, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Augusto é o Augusto Garcia Santana?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – É o Augusto Garcia Santana.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Felipe é o Luis Felipe de Saldanha da Gama?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Saldanha da Gama. Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Jaime Tiago Gonçalves?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Tiago. Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcelo, qual era o nome todo, o senhor sabe?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ahn?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor me falou, então, cinco. Tinha mais quais?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu não me lembro agora, Excelência. Tem pessoas que trabalharam lá pouco tempo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Geralda...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Dona Geralda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vinicius (?), não?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não entendi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vinicius?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não me lembro. Desse nome eu não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Augusto era funcionário da Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Era... Foi funcionário da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Felipe também?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tiago também?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Geralda?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcelo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Marcelo também foi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos eles da Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Excelência, quando a empresa encerrou a atividade aqui em São José do Rio Preto, esse pessoal todo ficou desempregado. O meu interesse era fazer transação, e esse pessoal já tinha experiência. Eu, correndo, acolhi todos. Até porque as minhas despesas estariam cobertas. Então, não teria problema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já tinha, mesmo sem operar, as despesas...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não. Não, Excelência. A empresa foi custeada por mim no início. A partir do momento em que eu comecei a prestar serviço para as empresas, especialmente do Grupo Constantini, eu recebia as despesas, conforme já relatei a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Augusto era operador da mesa de ouro?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não sei. Porque o Augusto... Na minha época, o Augusto era financeiro. Ele foi contratado para essa função sim. Agora, se ele era operador da mesa de ouro, eu não tenho conhecimento, porque eu não ficava na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor conhecia ele antes?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Augusto? Conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E não sabia que ele operava na mesa de ouro?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não tinha conhecimento, porque eu não tinha acesso à Atlas. A Atlas era uma empresa que o acesso era restrito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, mas aí não precisava conhecer a Atlas. Conhecendo o Augusto, já sabia o que ele fazia, não é?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Excelência, eu conheci o Augusto de conversa, como conheci o Felipe, como conheci várias pessoas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que é que fazia o Felipe?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Felipe? Na AE Marques? O Felipe foi contratado na AE Marques para exercer a função comercial. Porque ele me disse que era a função que ele fazia na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Felipe era gerente da mesa da Atlas.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da mesa de ouro.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Tudo bem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Tiago?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Tiago fazia serviço de banco também com o Valdir. O Valdir... Eu falei no início, esqueci de falar ele agora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse Valdir ele trabalhou na Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Trabalhou na AE Marques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na AE Marques.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas trabalhava na Atlas antes?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Trabalhava também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos trabalhavam na Atlas.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Os funcionários sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a despesa de folha que o SR. tinha por mês?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Por mês?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Onze mil reais, mais ou menos. Esse não é o valor exato. Para ter o valor exato, eu precisava estar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual seu faturamento médio mensal?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O faturamento girava em torno de R\$13 mil a R\$14 mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De R\$13 mil a R\$14 mil.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – De treze a quatorze mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E pagava encargos, tudo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não entendi, excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O faturamento era o bastante para pagar os encargos da folha?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O faturamento era suficiente para cobrir os encargos todos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A folha era R\$11 mil?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A folha, com os encargos, era R\$11 mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Deputado Iris Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Sr. Adriano, o senhor conheceu o Sr. Gastão?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Conheci sim, Excelência.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O que ele fazia?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Gastão era auditor do grupo, época em que eu o conheci fazendo auditoria na empresa Raiel Ferrame.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas o senhor não era o auditor do grupo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não. Antes, eu era funcionário, fui financeiro da Raiel Ferrame. Isso estou contando a história do início. Conheci o Gastão como auditor fazendo esse tipo de serviço na empresa Raiel Ferrame, em que eu era financeiro.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Que tipo de serviço, outro serviço que o Gastão prestava?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Gastão tem uma empresa de assessoria, que faz assessoria administrativa. Inclusive eu o auxiliava em alguns serviços.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Ele operava, vendia ouro, essas coisas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, Excelência. Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Então, o senhor fazia os trabalhos mais particulares do Sr. Costantini?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também fazia trabalho particular.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Não era o Gastão que fazia?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também fazia. O Gastão sempre se encarregou mais da parte administrativa, e eu sempre de uma parte ligada à área financeira.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O senhor estava ali, trabalhava com o Gastão, estava próximo do Sr. Costantini e, mesmo assim, não trabalhou, não auditou a Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Gastão, teve um período em que ficou...

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Não. O senhor não auditou a Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, não auditei a Atlas. Nunca fiz auditoria.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E a MPA?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Menos ainda, porque a MPA nem conheço. MPA conheço de jornal.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E sua relação com Hilário Cecin?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não era amistosa, até por conta desse episódio lá em São Paulo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Que episódio?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – De eu querer entrar na Atlas e ele barrar minha entrada.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Mas por que ele barrou?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não sei. Não tenho idéia.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E a Sheyla?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O que tem a Sheyla?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Qual era a sua relação com ela?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nem conheci a Sheyla. O conhecimento que tenho da Sheyla e que ela era funcionária da Atlas em São Paulo.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Como o SR. ficou com os funcionários da Atlas e no mesmo prédio, nas mesmas salas, os outros, Augusto, Felipe, Thiago, sabiam da existência então do cofre, o que tinha dentro, dos papéis, das máquinas...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Sim, excelência.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E o senhor também?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, excelência. Eu sabia do mobiliário que tinha. Agora, tinha cofre que estava com o pertence da Atlas deixado lá e avisado que ia deixar, por que eu ia abrir o cofre da Atlas?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E quem abriu o cofre?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – No dia da apreensão da Polícia Federal, o Mateus estava no local. O Mateus tinha a chave.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Só ele que tinha a chave?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não sei, Excelência.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E quem disse que a espingarda apreendida lá era do Hilário?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Os próprios funcionários.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Pode me dizer o nome de um deles?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Só o Valdir. Porque o Valdir disse, na ocasião, que o revólver era dele e que a escopeta era do Hilário.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Por que o Hilário deixou a escopeta lá?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Também não sei.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Ele não trabalhava mais lá?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O Hilário?

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – É, na Atlas.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nessa época, não.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Adriano, o senhor começou a trabalhar no Grupo Costantini quando?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Em 1992, acho.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como funcionário?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Como funcionário da Raiel Ferrame.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Da Raiel Ferrame. Depois?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Depois de três anos, quase quatro, fui para um escritório, que era em escritório central, chamado Únicos Comércio. Trabalhei mais um ano nesse escritório.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A Únicos era imobiliária ou...?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A Únicos era uma empresa de participação, ela fazia administração e participação, era empresa de serviço; e na época que trabalhei na Únicos Comércio atuava mais na área de loteamento, principalmente o de Jales.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A parte de aluguel, trabalhava também com aluguel?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Fazia também, mas isso era competência de uma outra funcionária.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E a sua função era qual?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Era de controle geral, como um gerente administrativo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E na Raiel Ferrame?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Na Raiel Ferrame, eu era assistente financeiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Assistente financeiro, aí passou para gerente administrativo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu fazia funções de gerente administrativo e não era de todos os segmentos da empresa também, porque tinha uma outra pessoa, que já trabalhava há muito mais tempo lá, que se encarregava das partes de outras áreas de administração dentro da empresa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual é a sua formação profissional?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu sou, eu faço, eu tenho superior incompleto, faço Direito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas quando trabalhava na empresa qual era a sua formação?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A minha experiência profissional vem de trabalho, porque já trabalho na área administrativa/financeira tem muito tempo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Depois da Únicos qual foi a ...?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu comecei a trabalhar como autônomo num escritório situado no centro da cidade, edifício Rui Barbosa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Depois?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Continuei também?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E no local da Atlas quando foi?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Foi em 2001.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando o senhor saiu da...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Quando saí do escritório fui para um outro prédio que funcionava a empresa Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aí a empresa Atlas já não mais funcionava nessa data.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Já não mais funcionava, exatamente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Estava onde a Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A Atlas só ficou com uma empresa de São Paulo, que aqui em São José do Rio Preto era uma filial, continua a sede em São Paulo e em São José do Rio Preto encerrou atividade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Encerrou atividade. E nesse prédio onde funcionava a Atlas quantas salas tinha o prédio?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – No edifício da Atlas, aqui em São José?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Depois da reforma, quando eu fiz a, quando eu mudei para o prédio, fizemos algumas alterações, não mudando a

estrutura do prédio, já utilizando o que tinha, ela ficou com três salas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Três?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Três salas mais a recepção.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando o senhor chegou tinha quantas salas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Excelência, não lembro, acho que a quantidade de salas não foi alterada, a única coisa que mudou foi a recepção.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E por que o senhor não colocou as coisas da Atlas numa sala reservada e ficou...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Porque a única sala que usávamos era a recepção, porque continuava fazendo o serviço de assessoria e interessante ter um local para receber os meus clientes, uma sala reservada, que dificilmente usava, e a sala que o pessoal fazia o telemarketing, eram só essas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Você não isolou uma sala para colocar as coisas da Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não havia necessidade, não vi necessidade nisso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aí o senhor já não era mais autônomo, já era ...?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu já tinha a AE Marques.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Já era pessoa jurídica?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Já constituída.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Na AE Marques, qual era a participação do Sr. José Costantini*?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Na AE Marques nenhuma, ele era um cliente. A empresa dele era uma cliente, só não perdi contato com ele e às vezes, solicitado algum tipo de serviço, eu fazia.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas quando ele colocou essas pessoas que trabalhavam com ele para trabalhar com o senhor não foi...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não foi ele que colocou, Excelência, foi eu que fui atrás dessa pessoa e por interesse em ter uma empresa com o mesmo tipo de segmento da Atlas, que, infelizmente, não consegui, diria infelizmente porque sabia que a Atlas era uma empresa rentável.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E o Sr. José Costantini não o ajudou para que você pudesse conseguir essa autorização?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eu estava contrariando o interesse do Sr. José e nem podia falar isso para ele, não é?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então o senhor estava trabalhando para ele e tentando buscar os clientes dele?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Isso ficou claro para ele depois de uma conversa franca que tivemos, que o interesse realmente era esse em ficar com os clientes da Atlas e conseguir permissão para fazer movimentação de ouro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor trabalhou com ..., ainda trabalha com o Costantini?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, não trabalho mais.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Trabalhou até quando?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Até o encerramento das atividades aqui e em São José do Rio Preto, na ocasião em que a Polícia Federal fez aquela blitz. Depois disso os negócios ficaram prejudicados. Eu continuei tentando através de uma transferência para São Paulo, uma autorização de São Paulo para funcionar como agente autônomo financeiro, também frustrada, depois dessa frustração toda, pedimos o encerramento da empresa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esses funcionários tinham salário ou era participação na sua empresa?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Tinham salário. Os funcionários eram assalariados.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eram seis.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não, Excelência; eram oito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Existia mercado para... A sua empresa tinha demanda para esses oito funcionários?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – No início, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De nível, que eram esses funcionários na Atlas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – No início, não; mas como o objetivo era fazer a empresa funcionar com a Atlas funcionava em São José do Rio Preto seria sim, seria justificável a contratação desse pessoal.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Se no início não era, como o senhor conseguia pagar esses funcionários?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – As despesas da Atlas, da Emacs eram custeadas pelas empresas que tomavam meus serviços e a Atlas. No início foram mais as empresas do Sr. José Constantini foi contratado esse tipo de participação: mantenho uma estrutura, vocês vão me pagar um valor integral

e, além de pagar o total dessas despesas vocês ainda vão me pagar 20%.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E qual era o total dessas empresas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Variava em torno em R\$11 mil.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que as empresas lhe pagavam?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Que as empresas pagavam? Quer dizer, na verdade, elas só faziam o repasse porque o pagamento das despesas da empresa eram feito pela própria empresa, soque o recebimento advinha de clientes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tinha o contrato com as empresas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E não eram contratos fixos?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O contrato era para serviço, Excelência. Eu tinha um contrato por tempo determinado...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas o valor do contrato?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não tinha valor fixo. O valor era de acordo com cada serviço que prestávamos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como o senhor acordava esse valor de cada serviço?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Sempre era tratado com a parte interessada, e a parte interessada fazia o pagamento mediante contraprestação de nota fiscal.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem era a parte interessada?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Os clientes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quais clientes?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Empresas do Grupo Constantini, HB Saúde, dentre outros.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E quem era dessas empresas que tratava isso com o senhor?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Como?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quem era a pessoa responsável por essas empresas que tratava desse assunto com o senhor?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Muitas dessas tratativas não tinham a minha participação porque eu não me fazia presente o tempo todo na empresa. O pessoal que estava lá se encarregava desse tipo de acerto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Que pessoal?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Os meus funcionários.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eles acertavam pelo senhor?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eles tinham autonomia para fazer isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Oh! Como um funcionário acerta um valor sem que o dono do escritório....

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Eles acertavam o serviço, Excelência.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, eles acertavam o serviço, o valor do serviço.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Como um advogado tem um percentual “x” para cobrar o seu honorário, a nossa empresa também tinha um percentual “x” para fixar o honorário, para fixar serviço.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então ele fixava o valor do serviço com a empresa do grupo e o senhor...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Ele já sabia previamente o valor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Como já sabia previamente o valor?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Porque nós sentávamos e conversávamos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas que tipo de serviço, se o senhor não sabia qual a demanda do serviço?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Isso foi no começo, Excelência. Não tinha demanda de serviço no começo. Depois começamos a prestar serviço de assessoria financeira principalmente e sabíamos exatamente o que fazer e quanto cobrar por aquele serviço.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas o serviço surgia a medida da necessidade das empresas...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – E necessidade das empresas tinha todo dia.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não era um serviço rotineiro, já predeterminado. Era um serviço que surgia.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Tudo bem. Vamos imaginar no caso do loteamentos de Jales, por exemplo, só para ficar mas claro. A empresa fazia serviços de cobrança. Já tinha uma carteira fixa de cobrança da mesma forma que um banco cobra “x” por cento para cada título, a nossa empresa também fazia “x” por cento para cobrar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas no caso de uma empresa de jóias, por exemplo.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O que é que tem?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Da indústria de jóias, como o senhor cobraria?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – O mesmo serviço da indústria de jóias nós cobrávamos de acordo com cada necessidade. Isso vinha com o momento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E cada funcionário lá, qualquer um deles tinha essa autonomia para acertar esse valor?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Ficava mais centrada entre o Felipe e o Augusto, que eram pessoas mais habilitadas a fazer esse tipo de serviço.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas se essas pessoas trabalhavam antes com o Sr. Costantini e depois trabalhando com o senhor não haveri uma certa influencia nesses funcionários em beneficiar essas empresas de que eram originários em relação a sua empresa?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Por que razão teria isso? Eu acho que eles interesse em beneficiar aqueles que lhes pagavam o salário.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o salário deles antes era pago para outras empresas.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Antes, Excelência. Na ocasião era pago pela AE Marques.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quer dizer, o senhor tinha total confiança nesses funcionários oriundos de outras empresas...

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Absoluta confiança.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ...com quem eles negociavam os valores.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Absoluta confiança. Até porque eu também fui funcionário do Sr. Costantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas o senhor passou a vender serviços ao Sr. Costantini.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Sim. Mas qual diferença isso faria. Os outros prestavam serviço às empresas do Sr. José Costantini.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor poderia prestar esse serviço de cortesia para as empresas?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não. Algumas coisas eu fazia.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – De cortesia?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – De cortesia, sim. Mandavam algum documento de São Paulo

para entregar para alguém aqui em São José do Rio Preto. Isso não custava nada, fazíamos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Vamos trazer a Irmã Dulce para São José do Rio Preto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Tem a palavra o Relator, para as complementações.

O SR RELATOR (José Mentor) – O senhor já disse, mas eu gostaria que repetisse. Quando foi que a AE Marques deixou de funcionar.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Ela deixou de funcionar?

O SR RELATOR (José Mentor) – Quando ela parou, foi encerrada?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Quando ela encerrou as atividades? Ela ainda não encerrou legalmente, porque não conseguimos fazer o encerramento da empresa. Agora, há uma questão de seis meses, mais ou menos, paramos de trabalhar. Aqui foi em dezembro... janeiro de 2003. Depois disso ela nunca mais prestou algum tipo de serviço nesta cidade.

Tentamos fazer isso em São Paulo. Não conseguimos e encerramos a atividade.

O SR RELATOR (José Mentor) – E ela não encerrou as atividades legalmente por quê?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Porque não conseguimos autorização da Comissão de Valores Mobiliários para operar como agente financeiro.

O SR RELATOR (José Mentor) – Ao contrário, porque ainda não foi dado baixa na empresa?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não. Há uma série de burocracias de ordem técnica. Nos demos entrada no pedido. Eles exigem uma série de documentos e nós estamos providenciando.

O SR RELATOR (José Mentor) – E a Atlas, depois que vocês pararam com a empresa, como ela fez para conversar, para dialogar com os seus clientes?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Com os clientes daqui nós não tivemos mais contato. A Atlas faz isso por São Paulo, até porque a AE Marques, fazendo serviço de **telemarketing**, ela contactava os clientes daqui – à época, não havia como fazer diferente -, ela contactava, passava as informações necessárias para os negócios em São Paulo, e São Paulo fechava o negócio com o cliente nos moldes que a gente já tinha pré-estabelecido.

O SR RELATOR (José Mentor) – Agora, a empresa do senhor chegava a fazer cotação de ouro nesse período?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Não fazia cotação. Esse tipo de serviço era feito pela Atlas em São Paulo.

O SR RELATOR (José Mentor) – Quando alguém queria obter informação automaticamente vocês passavam para São Paulo.

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Nós fazíamos sempre um serviço de pré-atendimento ao cliente. Toda realização de qualquer tipo de negócio era feito pela empresa em São Paulo.

O SR RELATOR (José Mentor) – E depois que o senhor deixou de funcionar como os clientes sabiam que é para ligar para São Paulo?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – A maioria dos clientes sabiam que a empresa só funcionava em São Paulo, porque São Paulo falava com cada cliente que a gente contactava. Então, a operação começou a ser direta.

O SR RELATOR (José Mentor) – E aquela outra parte que não sabia o SR. tem idéia de como foi feito?

O SR. ADRIANO EDSON MARQUES – Olha, Excelência, eu não me lembro de outra parte, porque atendíamos inúmeras ligações por dia.

O SR RELATOR (José Mentor) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, então, está liberado o Sr. Adriano Edson Marques e nós pedimos para fazer entrar no recinto o Sr. Mateus de Abreu Costantini para prestar o seu depoimento.

A Presidência quer informar que o Sr. Mateus de Abreu Costantini, o próximo depoente, não assinou o Termo de Compromisso, uma vez que está autorizado a não fazê-lo, por uma Liminar concedida pelo Sr. Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal.

Quero esclarecer ao depoente que temos oferecido a todas as pessoas que vêm depor a possibilidade de durante 30 minutos expor o que sabe sobre o objeto de investigação desta CPMI.

Eu gostaria de saber se V. S^a quer utilizar esse tempo de até trinta minutos ou se prefere, a exemplo de outros, que o Deputado José Mentor, Relator, comece fazendo as indagações?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Pode começar.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Passo a palavra, imediatamente, ao Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é filho do Sr. José Paschoal Costantini*?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E trabalha nas empresas? No grupo?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode descrever quais são as suas funções nessas empresas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Trabalho na Atlas, em São Paulo. Comecei a trabalhar em 1999, logo depois da saída do Sr. Hilário. Mas precisamente entres os meses de março e abril.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são as suas funções lá?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Diretor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Responsável por que área?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Pela administração geral da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Seria o equivalente ao que o Sr. Hilário fazia?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Seria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia narrar como foi o fechamento das atividades da Atlas aqui em Rio Preto?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Em Rio Preto ocorreu que diante das denúncias, das matérias veiculadas pela mídia, pelos jornais e por todo o problema que o Sr. Hilário nos causou ficou muito ruim o nome da empresa. Perdemos vários clientes. Os custos estavam muito altos e as vendas muito baixas. Perdemos vários clientes e optamos por encerrar a empresa aqui em Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como foi a transferência para a AE Marques Telemarketing?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Fechamos a empresa. Logo depois, o SR. Adriano contactou meu pai pedindo que abrisse uma empresa de **telemarketing**, se pudesse, para prestar o serviço de passar as cotações, o que nós fazíamos. Contatávamos os clientes para passar as cotações. Se algum negócio fosse fechado teria que ser feito por São Paulo. A AE Marques não tinha autorização para fazer nenhum tipo de negociação por nós.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Executaram esses serviços a contento durante um período? Que período foi esse?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Qual serviço? De **telemarketing**?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da AE Marques para a Atlas.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei precisar a data. Deve ter sido após o ano 2000. Em 2001 ou 2002. Não sei precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas os serviços que prestaram foram a contento? Eles prestaram serviços para a Atlas. Não?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – De **telemarketing**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não houve outro tipo de serviço?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não eram autorizados a fazer qualquer operação em nome da Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tomou conhecimento de uma busca e apreensão que foi realizada?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Tomei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor estava presente?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Estava presente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foram encontrados alguns papéis, um pouco de ouro. Foi encontrado ouro lá? O senhor tem idéia de quem era esse ouro?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Tenho sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Diga.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Pois não. O ouro era da Indústria de Jóias Constantini. Foi uma compra efetuada pela Atlas. O outro estava lá apenas para ser transferido para São Paulo via malote. Estava presente a nota fiscal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa apreensão foi um tempo depois que a Atlas encerrou suas atividades aqui. Por que o ouro não foi transferido para São Paulo?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele estava em Rio Preto e não há Atlas aqui. Há um serviço de malote que funciona entre São Paulo e Rio Preto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há quanto tempo o ouro estava na AE Marques?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também foram encontrados cheques de viagem.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não soube nada sobre esses cheques de viagem.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu sei que estavam lá, mas não sei de quem eram. Da Atlas é que não eram. Ali funcionava o escritório da AE Marques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Adriano não me falou sobre esses cheques de viagem?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Falou logo depois que houve a apreensão, mas não sei de quem era e também não sei por que estavam lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nenhum conhecido do senhor pediu que esses cheques fossem deixados naquele local para serem entregues ao senhor?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Para mim, não!

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem informação sobre as armas apreendidas lá? A calibre 12, tipo escopeta, e o Revólver 38?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – O Revólver 38 era do Sr. Valdir Morandini, que tem porte de arma e registro, a escopeta era do tempo do Sr. Hilário Sestini, que já estava lá já há algum tempo, antes mesmo de ele sair.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais os motivos que o levaram ao local da busca e apreensão?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Como o Sr. Adriano estava viajando e um funcionário dele, o Sr. Augusto, estava de férias e eu também estava com uma disponibilidade de ir a Rio Preto, o Sr. Adriano me pediu para que, naqueles dias, eu pudesse ir lá ajudar a atender os telefones e passar a cotação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Augusto estava de férias e o Sr. Adriano? Ele estava viajando?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei. Ele não estava na empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor estava indo lá, durante um período, não só durante a busca e apreensão?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, não só no momento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor estava há alguns dias trabalhando lá.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Uns dois dias.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia os funcionários dessa empresa?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Alguns eu conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quais são?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – O Sr. Augusto. Que me lembre só ele e o Sr. Felipe, acho que só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesses dois dias que o senhor ficou lá, o SR. não viu outros funcionários?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Tinha outros funcionários, mas não tinha um contato com eles de conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhecia o Sr. Augusto da onde?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – O Sr. Augusto trabalhou prestando serviços também em uma outra empresa, para nós também. De longa data, conheço-o.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Felipe?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha alguma participação nessa empresa?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas tinha alguma participação nessa empresa?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não!

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe dizer que tipo de vínculo a nova empresa tinha com a Atlas, referente ao imóvel, ao local onde estava instalada?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Consta um contrato de aluguel da sala.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E sobre os móveis?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – A sala foi locada com os móveis, aparelhos telefônicos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas tem alguma conta no exterior?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não. Desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela conseguiu autorização para operar com câmbio?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Comecei a trabalhar na Atlas depois de 1999. Anteriormente a isso, não sei dizer ao senhor...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Atualmente, ela opera com câmbio?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor começou, então, em 1999. O senhor chegou a ter uma conta conjunta com o Sr. Hilário?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a finalidade dessa conta?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Essa conta ele me pediu para abrir, para que ele pu-

desse ter crédito no Banco Bradesco, para fazer as movimentações dele de, creio, outros produtos, como produtos eletrônicos. Ele era uma pessoa muito forte aqui na região, vendendo celular e aparelhos telefônicos. Acredito que essa conta tenha sido usada para isso. Eu não tinha idéia do tamanho que era essa movimentação, penso eu que nunca assinei nenhum cheque, não me lembro de ter assinado nenhum cheque dessa conta. Os extratos bancários chegavam na conta dele na rua Antonio de Godoy, assim como os talões de cheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então qual foi a função que o senhor cumpriu para abrir essa conta?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nenhuma, um favor que ele me pediu. Ele era uma pessoa desconhecida, não conseguia abrir conta e ele me pediu, para que ele pudesse fazer as movimentações, para colocar o meu nome lá para ele poder girar um pouquinho mais, obter algum crédito maior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Hilário tinha uma relação de confiança com o senhor?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu não trabalhava junto com ele, eu trabalhava, ficava com meu pai em outras áreas. Tínhamos um contato porque eu sabia que ele trabalhava na Atlas*, ele era sócio da empresa, é só isso que eu sei, e tinha um contato íntimo, mas não tão íntimo que me contasse o que acontecia na empresa ou deixava de acontecer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas para uma pessoa abrir uma conta conjunta com outra tem que ter no mínimo uma relação de confiança, ou não?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele tinha com meu pai, meu pai confiava nele, e ele fez tudo isso que está acontecendo hoje.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu pai chegou a lhe pedir para abrir a conta com ele?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Meu pai não, não pediu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor, mesmo sem conhecê-lo profundamente, abriu, sem perguntar ao seu pai se era bom abrir ou se não era?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Abri. Eu já tinha maioridade. Mesmo porque os negócios não envolviam meu pai, ele falou que iam envolver ele, era uma conta usada para ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso não podia ter implicações no imposto de renda do senhor, por exemplo?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Houve implicações, causou-me um transtorno, paguei os meus impostos referentes a isso daí para não ficar mal perante a Receita Federal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pagou quanto?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei precisar o valor, mas um valor alto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que houve alguma movimentação irregular nessas contas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque existem acusações em relação ao Sr. Hilário, investigações em curso. O senhor acha que essa conta movimentou recursos ilegais?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Se forem da parte deles, provavelmente sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não tem nenhuma informação sobre esse assunto?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ocorreu uma apreensão de ouro em Presidente Prudente? O senhor está informado sobre isso?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Houve, estou informado sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode nos contar do que se trata?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Trata-se de uma operação feita mediante notas fiscais, notas de remessa de ouro e de aquisição em garimpos do Mato Grosso, do Pará, que estavam vindo para São Paulo para purificação. Foi apreendido diante de uma diligência da Polícia Federal, de uma “batida”, um portador, portando 25kg, 26kg, aproximadamente, de ouro, acobertados por nota fiscal, e que se encontram presos em Presidente Prudente até hoje.

Essas notas fiscais estão registradas no Banco Central, conforme laudo que eles entregaram também para o Departamento de Polícia Federal* de Presidente Prudente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Paulo Chaves Nascimento, quem é?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Era o portador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas qual é a relação que ele tem com a Atlas ou com o senhor?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Comigo ele não tem relação nenhuma, ele tem com a empresa, porque ele é portador, ele estava trazendo ouro, ele era o transportador do ouro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele costuma transportar para a empresa? Tem histórico de transportador para a empresa?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Costumava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E com ele não foram recebidas as notas fiscais por quê?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não entendi a pergunta. As notas fiscais estavam com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A informação que temos aqui é que ele não...

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – As notas fiscais estavam com ele e foram apresentadas, e constam no processo inteiro de Presidente Prudente, que inclusive tem o laudo do Banco Central, dizendo que todas as operações referentes a essas notas fiscais foram registradas no Sisbacen.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse registro ocorreu em que período em relação à apreensão?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe dizer se seria um período curto ou longo?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Período curto. Sei que algumas notas de remessa têm validade – não sei se de 7 ou de 15 dias, não me lembro – e uma nota ou outra estava com o período expirado, porque o transporte no garimpo é muito difícil. Às vezes, as estradas são precárias. Então, quando compram o ouro, têm dificuldade para levar até o ponto de retirada e eventualmente há atraso. Isso ocorreu por um erro administrativo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então a operação, do ponto de vista da Atlas, é regular?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Totalmente regular.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E por que o ouro ainda está preso?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Deve estar esperando a CPI concluir seus trabalhos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a CPI não prendeu o ouro.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Mas esse é o único fato que faz com que o mantenham preso. Temos laudo do Banco Central que demonstra que a nota existe e que foi registrada a operação. Se não for por isso, pode ser por causa da demora da Justiça. A CPI está investigando fatos; até certo ponto, não porque são relativos ao Banestado. Investiga outros fatos que não têm a ver com o Banestado, como, por exemplo, o ouro de Prudente. O meu nome, o nome do meu pai e o nome das empresas estão todos ligados à CPI. Creio que o final das investigações da CPI do Banestado poderá levar a um desfecho feliz da mercadoria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Costuma ocorrer sempre da nota fiscal superar o prazo de validade do transporte do ouro?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Dependendo da época, sim. Pode ser que expire um dia ou pode ser que nem expire. Como falei para V. Ex^{as}, o transporte no garimpo, nas regiões do Pará e de Mato Grosso, é difícil. Os postos de compra emitem a nota no dia em que há a compra do ouro. Então, até esse ouro chegar a São Paulo, no local de coleta, demora. E o prazo expira. Mas não é de praxe isso acontecer. Houve um erro administrativo de logística para isso ter ocorrido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em relação ao volume do ouro, que percentual está com a nota vencida?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É mais da metade?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei informar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas costuma utilizar a mesma nota duas ou três vezes para vir a mercadoria, o ouro?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem conhecimento dessa prática no mercado do ouro?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A quantidade de ouro dessa apreensão corresponde ao valor das notas: 27 ou 28 quilos? As notas correspondem a esse valor, a essa quantidade?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Os valores das notas são ligeiramente superiores ao físico.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Devem ter cometido algum erro. Na hora de fazer a coleta de algum lote, este não deve ter vindo junto com as notas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não seria mais adequado talvez, já que as notas estavam expiradas, a mercadoria não vir?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Como eu disse, houve, sim, um erro administrativo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dois erros?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Dois erros.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A empresa Atlas tem contas no exterior?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fez remessas internacionais?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Pelo que eu sei, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia dizer novamente desde quando está na empresa?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Desde 1999.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A partir de que mês?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – O Hilário saiu em março de 1999. Eu devo ter entrado em abril.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes o senhor trabalhava com o quê?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu trabalhava junto com o meu pai na parte de fazenda e na parte imobiliária que nós temos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha alguma intersecção com as outras empresas, a Atlas, as empresas do seu pai? Tinha algum trabalho anterior nas empresas do seu pai?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, meu trabalho era de conhecimento geral das empresas. Sou filho, sou primogênito. Então tinha interesse em saber.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Certo. O senhor nesse período de abril de 1999 para cá, o senhor conheceu o Sr. Júlio Matsuo?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Júlio Matsuo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar nesse nome?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Júlio Matsuo?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, se o senhor me disser a função dele, talvez saiba responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o Sr. Júlio César Cuginotti?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a relação que o senhor tinha com ele?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu me encontrava com ele muitas vezes no Harmonia

Tênis Clube, onde eu jogava tênis e ele era sócio do mesmo clube.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu um episódio que envolveu o Sr. Júlio e as empresas Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Evidente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode descrever para nós o ocorrido?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Certo dia, o Dr. Júlio chegou até a minha pessoa perguntando se eu conhecia o Gastão. Disse que sim. Ele então me falou que tinha um documento, que estava com problema com o Sr. Gastão. Falei que podia tentar ver o que era. Cheguei até o seu Gastão e falei: Seu Gastão, o senhor tem algum documento com problema, alguma coisa? E ele falou: Não, o único documento que tenho é esse envelope aqui. Não abriu o envelope. Creio eu que devia ser o único problema que tenho. Levei até o Dr. Júlio. O Dr. Júlio abriu o envelope e falou: É esse, muito obrigado. Só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não sabia o que tinha dentro do envelope?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu sabia que era um cheque. Só a hora que levantou, vi o verso do cheque só. Hora que ele abriu o envelope e vi o cheque.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Gastão não falou que era um cheque para o senhor?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não. Não falou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Gastão sabia que era o cheque no envelope?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele deve ter tido alguma informação a mais, porque ele falou que tem algum problema. Deve ter tido alguma informação a mais, não deve?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei. Acho que não. Para mim, não. Ele acumulava muito serviço na mesa dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por isso mesmo, mais um motivo para dizer: o senhor está com algum problema hoje, está aqui o cheque.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – O serviço não quer dizer problema. Ele não me deu o cheque, ele me deu o envelope.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por isso mesmo, que estou dizendo, sem saber o que era?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Bom, era a única coisa que estava com problema.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Sr. Júlio também não falou qual era o problema? “Estou com problema lá”...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Um documento?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não. “Estou com um documento com problemas”. Não falou se eram cheques, algum papel, se era alguma intimação. Não me disse nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor chegou para o seu Gastão e perguntou sem sequer falar no nome do seu Júlio, o problema e já apareceu o envelope?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele me deu o envelope. “O único problema que eu tenho é esse daqui”. Esse assunto já foi alvo de investigações na polícia do Estado, já fiz minhas declarações. Está tudo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas veja o senhor. É por esse motivo mesmo que não precisamos ter. Como é possível isso? Quantos cheques, o senhor imagina, devolvidos podia acontecer com o Sr. Gastão, que movimentava várias empresas do seu pai?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei, não faço idéia porque não tinha acesso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, por esse motivo mesmo que não pode ser assim: Qual o problema? É aquele problema”. E acertou na mosca. Não é difícil de se acreditar?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei se é difícil. O que sei é a verdade que estou falando.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor emitiu algum cheque a favor do seu Júlio?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Foi emitido um cheque dessa conta que o senhor me perguntou em conjunto com o Sr. Hilário, assinado por ele. O cheque não foi compensado, foi assinado pelo próprio punho do Sr. Hilário apenas para prejudicar as investigações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não emitiu nenhum cheque a favor do Sr. Júlio?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Hilário emitiu algum cheque em favor do Sr. Júlio?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele emitiu um cheque que não foi compensado para prejudicar nas investigações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De que valor? O senhor tem idéia?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Acho que são R\$3 mil ou R\$ 3.500 mil que estão aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi um cheque só?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei precisar. O que tenho ciência é um.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quer apresentar os seus dois cheques para o depoente? (Pausa)

O senhor poderia ver o valor e confirmar se a assinatura é do senhor ou não?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – O que eu sabia era esse daqui, de 3.600.

Esse não tinha conhecimento.

A assinatura é do Sr. Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dois dos cheques?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Dos dois cheques.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Naquela conta conjunta que o senhor mantinha com o Sr. Hilário?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Na minha conta, eu assino com a minha assinatura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Digo, essa aqui é a conta do Sr. Mateus de Abreu Costantini e Sestini? A conta é conjunta?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Sim, isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor entrou na empresa Atlas, o Sr. Gastão Henrique Ladeira continuava trabalhando lá?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – O Sr. Gastão presta serviços, né, ele tem uma empresa que prestava serviços.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele prestava serviços. O senhor sabe me dizer quais são os serviços que ele prestava?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Serviços de consultoria, de cobrança, que eu sei é isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se ele operou a mesa de ouro?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, não operou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não recebeu a informação de que ele teria efetuado, inclusive com a conta particular dele, operações de compra e venda de ouro?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele fazia intermediações, pequenas intermediações. Quando tocava o telefone, caía no ramal dele e ele fazia alguma intermediaçãozinha...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nessa história do ramal, já vimos aqui que não caía no ramal dele.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não caía no ramal dele?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Então, não sei da onde que ele conseguia os clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas era uma operação autorizada, era corriqueiro alguém usar a conta particular para operar com ouro na Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – As operações autorizadas a fazer na Atlas eram feitas na Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa do Sr. Gastão, então, não era da Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas operações ocorreram com o senhor já presente na Atlas ou foram antes?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto tempo a Atlas funcionou em Rio Preto depois de sua entrada na Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não tenho a data de encerramento das operações aqui. Não sei precisar para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais ou menos.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Mais ou menos, não sei. Se eu falar 1 ano, posso estar errado, se eu falar 2 anos, posso estar errado também. Não sei recordar, não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Luis Felipe, o Sr. Álvaro e o Sr. Augusto?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que eles faziam lá na Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Atendiam os telefones e passavam as operações para serem efetuadas em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – As operações não eram fechadas na mesa?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, eram fechadas através do escritório de São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em termos de volume, no período em que o senhor está na Atlas, entre São Paulo e Rio Preto, qual era a mesa mais forte?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – São Paulo tem um volume maior de negócios, por ser uma capital, e concentra um volume maior em São Paulo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Hilário Sestini Júnior se desentendeu com as Organizações Costantini em abril de 1999?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele se desentendeu com o Sr. José a respeito da Atlas, né, em 1999. Ele se apoderou de 56 ou 57 quilos de ouro bruto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Dona Sheyla Kersting?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor entrou na Atlas, ela não era funcionária da Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu entrei em 1999. Eu não me lembro dela ter sido funcionária ainda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Casa Ouro Velho Metais Preciosos?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Casa Ouro Velho Metais Preciosos?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca ouviu falar desse nome?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nunca ouvi falar. Eu ouvi falar agora das que têm essas matérias veiculadas e por ter sido alvo de fiscalização.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A Atlas nunca operou com essa empresa, no período em que o senhor está lá?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Anteriormente, o senhor nunca ouviu falar que...

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor soube que a Dona Sheyla trabalhou na Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu soube pelos registros no livro de empregados. Mas, não sei data, não sei qual o período em que ela trabalhou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Décio Miranda?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já ouviu falar da Moinhos de Ouro Metais Preciosos Ltda.?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já ouviu falar na Silver Star?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ouvi através da imprensa e por ser alvo de fiscalização.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca, no seu período na Atlas, o senhor soube de operações da empresa na Silver Star?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Da Atlas com a Silver Star?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse Edson Pereira Ramos, o senhor também não conhece?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar na MPA?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ouvi dizer por estar sendo veiculada na imprensa e por alvo de fiscalização também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior, o senhor conhece?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Pelos mesmos motivos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Adilson de Campos?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Célio Tabith Jr., o senhor conhece?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a função dele?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele era diretor da empresa Atlas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Era.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando ele a deixou?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor entrou, ele não estava mais lá?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quem ocupa a posição dele hoje?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Na Atlas? Eu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, o senhor ocupa a dele e a do Sr. Sestini?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – A empresa é pequena.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Guilherme Monteleone Tabith?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual relação o senhor tem com ele?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele é irmão do Sr. Célio. Ele trabalhou na Atlas também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele não trabalha mais?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, não trabalha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Benedito Bráz Raiel?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Empresa Beacon Hill?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conheço por nome, por estar sendo veiculada na imprensa, pela Revista IstoÉ, e também acompanho a CPI, pelo site do Senado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se as empresas do grupo tiveram movimentação nessa empresa?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez a empresa do senhor utilizou as contas CC5 para movimentar recursos para o exterior?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – O senhor diz a Atlas?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem o Sr. Costantini?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Nacional Turismo e Câmbio Ltda.?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conhece Artur import Export?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Helena Matias?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Saturnino Ramires Zarati?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já ouviu falar em Almatos?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ouvi, por ser o alvo de algumas investigações, mas desconheço...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não conhece. Luli?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tomou conhecimento de alguma entrega de ouro físico no exterior, por parte da Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Por parte da Atlas, não. Eu vi por parte do Sr. Hilário, que ele anexou nos processos contra nós.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele disse que fez aquilo em nome da Atlas.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Mas pelo que consta no papel tem o nome dele. Eu não sei precisar. Eu entrei na Atlas em 1999. Então, o que aconteceu antes eu não sei dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar em Plenus Administradora de Bens e Serviços SC Ltda.?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Paula Pinazo?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Miguel Banea?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Macedônia Representação Comercial Ltda.?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Antônio Carlos Sestini?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conheço. Ele é primo do Sr. Hilário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem qual relação com ele?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nenhuma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele continua prestando serviços para as Organizações Constantini?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nem sei se prestou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa Empresa Casa Ouro pertence à Sheyla Kersting. Ela se utiliza dessas outras empresas que eu lhe falei aqui agora, Macedônia Representações, várias delas, para fazer remessas pra CC5, da mesma maneira que o Sr. Antônio Carlos Sestini, que tem relações com as Empresas Metais Preciosos Antares, que é uma empresa do grupo, também faz remessas pro CC5. A Silver Star Metais Preciosos. O senhor tem idéia do que se trata?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não tenho idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a dona Helena Matias?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui consta uma remessa que o senhor teria feito.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Da conta conjunta com o Sr. Hilário?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, não. Usando CC5.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Mas em meu nome?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em seu nome.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Mas de qual conta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, aí a conta tem aqui... É um depósito na conta da dona Helena Matias para remessa para o exterior. E essa dona Helena é tida como "laranja".

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez alguma remessa, alguma vez, para o exterior?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nunca.

Se foi da conta que é do Sr. Hilário, provavelmente foi o Sr. Hilário que fez, utilizando a conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 1997. A remessa é de 1997.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – 1997? Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A informação do senhor é que esses dois cheques, ou pelo menos esse de três mil e seiscentos não foi compensado. É isso?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Me parece que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse outro de R\$ 115.920,00 o senhor não tem idéia do que seja?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, não tenho idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – o senhor sabe se o Sr. Júlio teve negócios com a Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele teve negócios com o senhor?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa remessa é pelo Bradesco, da conta conjunta com o senhor.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Então, provavelmente foi feita pelo Sr. Hilário, não por mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, por hora, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Iris Simões) – Solicito ao nobre Deputado José Rocha se vai usar da palavra?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Mateus, o senhor conhece a Sheyla Kersting?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conheço por ela ter feito parte do quadro social da empresa Atlas, e não sei precisar o ano.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual o motivo dela constar como responsável na Empresa Casa Ouro Velho, e qual o relacionamento dessa empresa com a Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei qual o relacionamento que ela tinha com essa empresa Casa Ouro Velho, muito menos qual o relacionamento da empresa Atlas com essa empresa.

Estou na Atlas depois de março de 1999.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só pela oportunidade. Já havia feito esta pergunta para o senhor. O senhor conhece ou não conhece a Sheyla Kersting.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conheço pelo fato dela constar no livro de registros.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tinha quantas contas conjuntas com o Sr. Hiliário Sestine.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Uma só, pelo que sei. A não ser que ele abriu outras. Mas acho isso impossível.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só uma conta?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conjunta?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Entre a minha pessoa e a dele?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Até que me conste só essa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em que banco?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Banco Bradesco.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor não tem conhecimento que tem uma segunda conta no Bradesco?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Tenho, particular.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas não conjunta?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Assinava os dois, ou cada um individualmente? Na conta conjunta era exigida as duas assinaturas ou podia ser uma de cada um?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Acho que era uma só. Não me lembro de ter assinado nenhum cheque da conta conjunta. Ele assinou sozinho...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então havia poder para cada um assinar individualmente?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei, mas parece que conta de pessoas físicas acho que um só assina, não tem necessidade de ser os dois, acho que jurídica é que são duas. Mas nessa conta só o Ilário que assinava.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Qual o seu relacionamento com Antonio Carlos Sestini?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nenhum.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor nunca utilizou conta do Sr. Antonio Carlos Sestini para movimentar dinheiro de suas empresas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quais os nomes das contas interna da empresa Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nome de contas internas?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, senhor.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Tem cadastros de clientes e contas em banco. Atlas DTVM no Bradesco, Atlas DTVM tinha no BCN aqui em Rio Preto. Só.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Atlas não tinha umas subcontas dentro da Atlas ...?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – São cadastro de clientes.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E não contas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não contas. Cadastros.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que o senhor sabe dizer sobre a conta Luli?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Na Atlas?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não existe.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor já esteve em Nova Iorque?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Já.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Algumas dessas empresas do grupo possuíam contas abertas em bancos de Nova Iorque?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei dizer.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor ou alguém do grupo já fez alguma remessa de dólares para o exterior?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não ou não sabe?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu nunca fiz. A empresa do período que comecei a gerenciar, de 1999...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor pode afirmar que as suas empresas jamais fizeram depósitos em contas correntes de “laranjas”, os quais posteriormente depositaram em contas CC5, na praça de Foz do Iguaçu?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Quais contas? Essa conjunta?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Da empresa.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Da empresa eu não sei dizer. Depois do ano de 1999 creio que nunca tenha tido...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor conhece o Sr. Saturnino Ramires Zarati?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não tem conhecimento de que a Atlas tenha feito algum depósito ou recebimento em conta do Sr. Saturnino Ramires Zarati?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A empresa já fez alguma venda de ouro para o Banco UBS em Zurique, na Suíça ou Nova Iorque?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não sei dizer.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que o senhor sabe sobre a conta Almatos?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nada. Não conheço.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Hilário Sestini declarou uma movimentação de conta conjunta com o senhor e contratos e recibos falsos de compra e venda de ouro.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Contratos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Contratos e recibos falsos de compra e venda de ouro.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Esse ouro que está apreendido em Presidente Prudente era conduzido pelo Sr. Paulo Chaves do Nascimento.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Exato.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Era funcionário da empresa?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele fazia o transporte para a gente. Não era funcionário da empresa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Por que ele transportava o ouro em mochila?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Porque estava acobertado de nota fiscal e não tinha necessidade de ser feito por nenhum outro tipo de transporte específico e nem esconder o material por estar acobertado por nota fiscal.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ele tinha nota fiscal do ouro?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Ele tem nota fiscal do ouro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Em uma reportagem no diário da região de 17 diz que ele não portava nota fiscal e nem guia de trânsito.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Mas o jornal não tem acesso a todas os órgãos para saber se tem ou não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor contesta isso?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Contesto e se o senhor checar na Polícia Federal de Presidente Prudente ou na comarca federal de lá, encontrará no processo a cópia das notas fiscais, assim como a original.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A desavença do senhor com o Sr. Hilário Sestini foi quando?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Foi por tabela. Ele entrou em desavença com o meu pai.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas ele se dava bem com o senhor na empresa? Tinha algum relacionamento?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, eu não tinha contato com ele na empresa, eu não trabalhava junto com ele na empresa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas, quando o senhor foi trabalhar lá em São Paulo, juntamente com a Sheyla, e que o seu pai, parece-me, segundo informações, desejava que você substituísse a Sheyla, em São Paulo, e que ele foi contra o Sr. Hilário Sestini.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, não fui eu, foi minha irmã.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não foi você?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Você nunca trabalhou lá na Atlas, em São Paulo, com a Sheyla?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu morei em São Paulo, uns 10 anos atrás, eu fiquei fazendo um curso lá, esporadicamente, eu ia lá na empresa para fazer serviço de banco como aprendiz, como se fosse um auxiliar de escritório.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foi a época em que o senhor conheceu a Sheyla?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu não tinha contato com a Sheyla, senhor, eu tinha...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas a conheceu nessa época?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Conheci-a através do livro de registros dela, da empresa Atlas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nunca teve contato pessoal?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, não, nunca.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor conhece as siglas que eram utilizadas na empresa, PP, Ag, PAU, CB?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não sabe o que significa PP?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Nem Ag?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Também não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas sabe qual é o símbolo da prata, não sabe?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Isso, eu sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ag é o que?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Símbolo da prata. Aí no papel que o senhor está lendo, não sei o que quer dizer.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – CB não sabe?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – SF?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Consta que essas siglas existiam lá dentro da empresa.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Esses documentos são oficiais da empresa?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, isso é declaração do Sr. Hilário Sestini.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Eu trabalho sobre documentos oficiais da empresa, esses que o Sr. Hilário anexou, eu não sei dizer.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O que o senhor tem mais a dizer em relação ao Sr. Hilário Sestini?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – A que o senhor atribui essas denúncias do Sr. Hilário Sestini contra as empresas do Grupo Constantini?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – A gente nunca pode dizer o que se passa na cabeça de cada pessoa, não sou eu a pessoa certa para julgar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor, quando assumiu a posição do Sr. Hilário Sestini na empresa, solicitou alguma auditoria em relação ao trabalho que era feito na empresa pelo seu antecessor.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Toda instituição financeira DTVMs são auditadas por auditores independentes e semestralmente. Então, temos os dados semestralmente sobre as operações.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, o senhor tinha conhecimento de tudo o que ocorria na empresa sob a direção do Sr. Hilário Sestini?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – A partir de 99.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E as auditorias antes?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, porque eu não trabalhava na empresa.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas a empresa tinha conhecimento, se fazia auditoria semestralmente, acompanhava todo...

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não eu.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas a empresa.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – A empresa, sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim. Certamente que o Sr. José Paschoal Constantini tinha conhecimento?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Olha, ele tinha, na época, vinte e poucas empresas, eu não sei se ele conseguia gerenciar todas e ter acesso ou conseguia analisar todos os documentos que eram entregues a ele.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ok, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, com a palavra o Deputado Iris Simões.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Serei breve, Sr. Presidente, Sr. Relator. Queria perguntar ao Mateus se ele conhecia ou não a Sheyla?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não tive contato nenhum com ela. Sei da sua existência e que sua existência constava do livro de registro de atas.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Ela trabalhava onde? Exercia que função?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Trabalhou na Atlas, não sei em que ano e não sei precisar a sua função.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Trabalhava na mesa, em São Paulo?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Creio que sim.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E o senhor nunca soube da existência dela?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Soube da existência dela através dos livros.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – E quando trabalhava?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – E quando trabalhava eu não trabalhava na Atlas, eu ficava com o meu pai aqui em Rio Preto, em outro escritório, não tinha acesso.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – O Sr. Hilário Cestim disse que o senhor foi mandado embora da própria empresa Atlas numa determinada época.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nunca tive registro. É só pegar o livro de registro. Como eu poderia ser mandado embora pela própria empresa do meu pai? Ele não deixava eu ficar lá. Ele, muitas vezes, era agressivo, me xingou de nomes e mais nomes, em razão de, às vezes, não conseguir

fazer o depósito na hora certa no banco. Eu era auxiliar de escritório.

Então, qualquer pessoa da minha família que pudesse ameaçar o trabalho dele lá, ele era altamente agressivo.

Então, são coisas que eu não deveria estar fazendo, porque são irrelevantes para mim, mas que não me afetam em nada.

O SR. IRIS SIMÕES (PTB – PR) – Está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesse período em que o senhor foi auxiliar de escritório na Atlas, a Dona Sheyla não trabalhava lá?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não me lembro, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe qual foi o período em que o senhor trabalhou como auxiliar de escritório?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não me lembro do ano. Faz mais de dez anos. Não sei precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor esteve alguma vez no Palácio dos Bandeirantes?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Onde?

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Palácio dos Bandeirantes?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca esteve?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, estive no ano passado numa festa beneficente que houve Associação dos Joalheiros do Estado de São Paulo. Só isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu o administrador Fleury?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca conheceu?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor respondeu ou foi chamado alguma vez para um inquérito policial em Foz do Iguaçu?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Nunca. Eu? Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isto. O senhor não conhece esse Inquérito de nº 573/98?

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Bem, está liberado do depoimento o Sr. Mateus Abreu Constantini.

O SR. MATEUS DE ABREU CONSTANTINI – Muito obrigado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Gostaria que o Relator informasse sobre os depoimentos dos Srs. Álvaro Alves de Oliveira e Antonio Carlos Sestini.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Sr. Álvaro Alves de Oliveira foi localizado em São Paulo e vamos providenciar a sua oitiva em outro momento. O Sr. Antonio Carlos Sestini foi o único que foi localizado. Até esse momento, a Polícia Federal não conseguiu, mas vai continuar fazendo um esforço para localizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Então, vamos encaminhar, Sr. Relator, para que essas pessoas sejam ouvidas oportunamente em Brasília, no sentido de que eles possam comparecer à CPML, em Brasília.

Não havendo mais depoimentos a serem colhidos, a Presidência declara encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h e 25min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN

“Com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5”

Ata da 52ª Reunião Realizada em 20 de novembro de 2003

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Deputado Dr. Hélio e com as presenças dos Deputados José Mentor, Relator, e Dra. Clair, reuniu-se a Subcomissão de Foz do Iguaçu e Curitiba da COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS

DO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES SOBRE A EVASÃO DE DIVISAS DO BRASIL, ESPECIFICAMENTE PARA OS CHAMADOS PARAÍSOIS FISCAIS, EM RAZÃO DE DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA, REVELADAS PELA OPERAÇÃO MACUCO, REALIZADA PELA POLÍCIA FEDERAL, A QUAL APUROU A EVASÃO DE DIVISAS DO PAÍS, EFETUADA ENTRE 1996 E 2002, POR MEIO DAS CHAMADAS CONTAS CC5”. Pauta da Reunião: Tomada de depoimento dos Srs: Sergio Luiz Rosselli Becker; Paulo Ricardo Kohlrausch; Saturnino Ramirez Zarate; Nestor Reinaldo Morel Aquino; João Batista da Silva; Ephifanio Molas; Cleonir Hansen; Eli-seo Hardeminck; Ana Peres da Silva; Beno Fizinus; Hilda Madrona Benitez Oviedo; Gustavo Luis Melgarejo Samudio; Debora Ormay Molas, gerente da casa de câmbio Elcatur; Anísio Resende de Souza, ex-diretor presidente do Banco del Paraná; Adelar Felipetti, ex-gerente do Banestado, ag. JK-Ceasa; Alcenir Brandt, ex-gerente do Banestado, ag. Ponte; Luiz Acosta, ex-gerente do Banestado, ag. Centro; Renato Cezar Favaro, ex-gerente do Banco Real; Luiz Fernando Gaiardo; Helio Zanelli, responsável pela tesouraria do Banco do Brasil entre 96/98; Aparecido Manoel Souza; e Paulo João Scandalo. Após declarar aberto os trabalhos, o Presidente chamou o primeiro convocado Sergio Luiz Rosselli Becker e, na seqüência, os demais depoentes, na seguinte ordem: Beno Fizinus, Debora Ormay Molas, Alcenir Brandt, Luiz Acosta, Adelar Felipetti, Helio Zanelli, Luiz Fernando Gaiardo, Aparecido Manoel Souza e Paulo João Scandalo. Por último, Leo Cesar Triaca prestou depoimento como convidado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e trinta minutos. Para registro documental, eu _____, Marcos Figueira de Almeida, Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, atuando na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – *(Falha na gravação)* Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2003, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas e reveladas pela operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas do País, entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

Está aberta a reunião da CPML - Banestado com a presença do Relator, Deputado José Mentor; da Depu-

tada Dr^a Clair, estando presidindo **ad hoc** o Deputado Dr. Hélio. Gostaríamos de chamar o primeiro depoente, o Sr. Sérgio Luiz Rocelli Becker.

Nesta reunião, ouviremos o depoimento do Sr. Sérgio Luiz Rocelli Becker, identidade 30323512-01, morador de Foz do Iguaçu, Paraná.

V. S^a já sabe o motivo da intimação e, de acordo com as regras da Comissão Parlamentar de Inquérito, V. S^a tem até 30 minutos para relatar algo que seja importante para o conhecimento da CPMI. V. S^a – segundo fui informado – não tem advogado para acompanhá-lo.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Então, V. S^a tem até 30 minutos, caso queira fazer uso da palavra.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – A respeito da convocação que recebi ontem, aqui, acredito que já tenha prestado outros depoimentos a outras esferas da Polícia Federal e à própria Promotoria estadual. Também prestei depoimento na Receita Federal, onde foi feito todo o levantamento do que poderia haver de errado em contas que envolveriam o meu nome. Falei para eles – a documentação foi mostrada –, a respeito desse caso, que nenhuma das contas pertencia a mim, que nunca abri conta nesses bancos – nesse banco, principalmente.

Então, não tenho nada a dizer, que eu saiba, porque não tive nenhum envolvimento nessa tarefa. A única coisa é o material, em que prestei depoimentos, que está nessas esferas. Creio que condizem com isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Com a palavra o nobre Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a profissão do senhor?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Sou eletrotécnico; técnico de nível médio, segundo grau.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a remuneração mensal que o senhor tem?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Líquida?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode ser.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Em torno de três mil e oitocentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Três e oitocentos?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca teve movimentação no Banestado?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca abriu conta?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Nunca abri conta. É um banco em que nunca movimenteí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a que o senhor atribui essa movimentação na conta do senhor?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Olha, é difícil explicar, porque, como não tenho envolvimento nenhum, não posso, digamos, adiantar nada. É difícil você querer explicar alguma coisa quando, de repente, chega uma intimação da polícia para você prestar depoimentos de uma coisa que você nem tomou conhecimento, não sabe. Você não teve nenhuma ação para contribuir nesse caso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas os dados do senhor no banco não conferem com a sua ...

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não conferem, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está tudo errado?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – É, a única coisa que confere é o meu nome e o número do CPF.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor costuma comprar a crédito?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Olha, não... ultimamente não costumo, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E de 96 para cá?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – É, faz um... não faço muito uso de crédito; é difícil, às vezes, a gente compra, mas é raro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor lembra de ter comprado de 96 para cá? De 91, 95, 94 para cá?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Devo ter efetuado alguma compra a crédito...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Onde, isso aí, eu não lembro. Deve ser em alguma loja do comércio da cidade, alguma coisa assim. É difícil de afirmar, porque já ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca emprestou o seu CPF para ninguém?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou com carteira registrada em alguma firma?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Sempre trabalho, faz 17 anos que trabalho na Itaipu Binacional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como chama?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Há 17 anos trabalho na Itaipu Binacional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Inter?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Itaipu Binacional. Desde 1986.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja o senhor: de alguma maneira, o seu documento foi parar nas mãos de alguém que o utilizou.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Fica difícil eu lhe explicar isso, porque é uma pergunta, que eu também gostaria de ter uma resposta. Não entendo; de mim não partiu essa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tem nenhum amigo do senhor, para quem o senhor emprestou o CPF? O senhor foi fiador ou avalista de alguém?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Fiador? Que eu lembre, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sentiu falta do seu documento?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Os documentos originais, que eu lembre, não. Só se foi alguma cópia de algum documento que foi...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor perdeu documento alguma vez?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não. Assim, oficialmente, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois que o senhor esteve na delegacia, o senhor fez uma avaliação para tentar encontrar o motivo da sua conta no Banestado?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Olha, a gente tentou lembrar alguma coisa que pudesse levar a esse tipo de coisa, mas não. O mais recente quem fez uma busca geral de procedimentos foi a própria Receita Federal. Eles devem ter os dados completos, um órgão competente que deve ter essas respostas, né? Infelizmente, nós, como cidadãos comuns, não temos acesso a certas esferas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já comprou em dólar no câmbio paralelo?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Difícilmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que o senhor comprou que o senhor se lembra?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Ah, não me ocorre no momento, não. Muito e muito tempo atrás.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez viagem ao exterior?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, nunca viajei ao exterior.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse dólar no câmbio paralelo é por que motivo?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Eu não lembro de ter comprado. Às vezes, podem ter... Não me ocorre, não. Isso pode ter sido em 1986, quando a gente veio para cá, porque, às vezes, você efetuava alguma compra de 30, 40 dólares para fazer uma comprinha... Mas não me ocorre no momento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor teve alguma operação com casa de câmbio?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não trabalho com nada desse tipo de atividade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa vez, quando o senhor comprou o dólar, que o senhor falou, foi no mercado, foi onde? De que jeito o senhor comprou?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Isso faz muito tempo, já.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como foi? Onde foi?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Em casa de câmbio, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu perguntei para o senhor agora se já tinha comprado em casa de câmbio, e o senhor falou que não...

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu perguntei agora se o senhor já tinha tido algum contato com casa de câmbio, e o senhor falou que não...

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, mas não em relação a transação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou tentando acompanhar com o senhor quais são as possibilidades de alguém ter tido acesso ao seu documento, porque o senhor terá de colaborar com isso, para nós encontramos a pessoa ...

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Sim, mas, sinceramente, não tenho como lhe dizer ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou até seguindo a sua linha de raciocínio, porque evidentemente a sua conta não teria tido a movimentação que teve graciosamente, alguém se apoderou de seus documentos e os utilizou.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – É, mas não são... Pelos dados que tive, cópias dos documentos, é só o CPF mesmo, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, mas o CPF bastou para abrir a conta, para obter o cheque, para fazer a movimentação e para lesar o País.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Sim, mas as assinaturas não são minhas, não é? Até agora ninguém... Não foi dado nenhum laudo... Fiz várias perícias grafotécnicas, e não foi me dado nenhum laudo que dissesse que a assinatura fosse minha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo bem que não seja sua a assinatura, mas que alguém se valeu do seu documento, isso pode ter sido... Isso precisa ser localizado para saber de onde veio.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Pois é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem quatrocentos e cinco depósitos.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Eu não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – São 114 milhões. Naquela época, eram... São milhões de dólares! São 114 milhões de dólares! Precisamos fazer um esforço para encontrar quem agiu dessa maneira com os seus documentos e lesou o País.

Qual a outra hipótese que o senhor poderia imaginar de que pudesse ter-se apoderado do seu documento? Algum parente que pediu emprestado para alguma coisa?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não. Só se foi... É difícil você querer dizer, achar uma hipótese que possa ter levado a isso aí, porque não forneci documento para ninguém. Se foi roubado ou se foi alguma coisa... Se alguém fez, ilícitamente, isso aí, fica difícil de eu até dizer, não é? Quem foi, quem fez, desconheço qualquer coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor sabe que o seu nome aparece aqui, nos documentos, recebendo – recebendo! – quatrocentos e cinco depósitos. Esses depósitos somam US\$113.458.466 milhões. O senhor é um homem rico?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, o que tenho, tanto é que a Receita Federal fez uma devassa nas minhas contas, o que tenho é justamente do meu ganho, e foi tudo comprovado perante a Receita; eles têm documentação disso aí. Não tenho nenhum tipo de riqueza, não ostento nenhuma riqueza, não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor tem algum bem?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – A única coisa que tenho é um imóvel que construí, inclusive com liberação, com saque do Fundo de Garantia.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Qual o valor desse imóvel, aproximado?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Aproximado, declarado, em torno de R\$80 mil ou R\$85 mil. Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Automóveis?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Que marca é o automóvel?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Tenho um carro, um escort 89, e tenho um vectra 94, aproximadamente, o valor dos dois automóveis é algo em torno de R\$16 mil, valor de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor tem algum parente que trabalhou em algum desses bancos: Banestado, BEMG, Banco do Brasil, Banco Araucária, Banco Real, Banco Real, em agências de Foz do Iguaçu ou de Curitiba?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, parentes não tenho, não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Amigo?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Amigo, não. Pode ter conhecidos, sou cliente do Banco Real há 17 anos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Qual o nome do gerente do Banco Real que o atende?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – É.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Hoje, atualmente, prestação de serviços, parece que é Sônia o nome da gerente atual.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor conhece o Sr. Renato Cezar Favaro?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não me recordo, nunca ouvi falar, não. Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Não conhece o Sr. Renato César Favaro?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor tem conta no Banco Real desde quando?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Desde 1986. A empresa paga para esse banco. Desde o momento que assinei o contrato com a empresa, houve a abertura da conta para pagamento de salário nesse banco...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Antes dessa gerente do banco, o senhor lembra de algum outro gerente do banco que o atendia – do Banco Real?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Do Banco Real...?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Onde o senhor tem conta há 17 anos.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Olhe, era, na época – como é que se diz – um posto de serviço. Então, giravam muitas pessoas ali na área – não sei se eles chamam de gerência ou do que eles

chamam. Isto é uma coisa interna do banco e eu não posso lhe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Esse Sr. Renato César Favaro – o senhor não se recorda?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não me recordo desse nome.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Eu me sinto satisfeito e retorno a palavra ao Relator, Sr. Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que tinha conta num posto do Real, na Itaipu?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Na Itaipu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E na agência, o senhor tinha alguma movimentação?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Aqui, na agência do centro?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isto.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – A nossa conta, por exemplo, é vinculada ao posto lá. Essa conta, então, está direcionada num determinado local – pelo menos fisicamente. Agora, de outra maneira, não sei como eles movimentam isso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, pessoalmente, não tinha contato com a agência?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Aqui, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve amizade e contato com alguma pessoa paraguaia?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Só os meus colegas de serviço – porque a gente trabalha numa empresa binacional e temos um relacionamento, porque trabalhamos juntos, brasileiros e paraguaios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E nenhum deles, com o senhor, trocou informações sobre a questão de câmbio ou remessa para o exterior, documentos?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não. A gente é da área técnica, trabalho na área de manutenção, não trabalho com outras áreas fins. A minha área é específica em manutenção de equipamentos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, alguma vez, fez alguma compra no lado paraguaio?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Assim, de valores, nada. A gente vai lá só comprar porcarias mesmo, brinquedinhos para as crianças.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, nessas compras, alguma vez, o senhor teve que mostrar documentos?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não. Eu não compro com documentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor compra lá com cheque, com dinheiro – como?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Com dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já ouviu falar, alguma vez, em Alberto Yussef?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não. Nunca ouvi falar desse nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Afonso Celso Braga?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já negociou com a Casa de Câmbios Imperial?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Desconheço, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Acaray?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tupi?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eucatur?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fênix?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já teve algum contato – eu vou lhe falar alguns nomes e o senhor me fale: Carlos Hugo Sosa Palmerola?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço, desconheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Francisco Isabelino Lovera Bareiro?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Enrique Raviolo Velazquez?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sílvio Moisés Cuenca González?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Francisco Ortiz?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também, não conheço não senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hilda Madrona Benitez Oviedo?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – José Medina?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lucas Meireles?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gustavo Luis Melgarejo Samudio?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Benno Fizinus?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ary dos Santos Antunes Maciel?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lúcio Meireles.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Glaucy Zabot?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – José Roberto Silgueiro Guilete?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Almery Oliveira S. de Farias?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não conheço não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Humberto Ordine Graça?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – José Hilton Gurgel?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luis Fernando Gaiardo?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço, não. Não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguém chamado de Piá?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edmundo Gurgel Jr.?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luiz Acosta?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Clozimar Nava?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Carlos Donizeti Spricido?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não conheço, nem ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Benedito Barbosa Neto?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rogério Luiz Angelotti?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Banco Real, quem é que atendia o senhor?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Na época?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, hoje... Não. Na época, é claro.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Na época, não... Teria que analisar pela documentação, ver realmente quem era o gerente, na época. No momento, não me recordo. Eu falei, é um posto de serviço que trocava...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor, quando abriu conta, entregou seus documentos lá?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Exatamente. Na época, quando eu abri conta, em 86, era um senhor responsável. Depois, ao longo dos anos, houve uma alternância no comando do posto de serviço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A sua conta teve alguma movimentação extraordinária, algum depósito que o senhor não sabia do que se tratava?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não. A única coisa que até eu relatei à Polícia Federal, na época, que eu achei... Foi estranho que sumiu um talão de cheque meu de dentro da agência bancária, né? E... Mas quando eu questionei os cheques emitidos que não tinha sido eu que emití, eles me ressarciram do prejuízo todo, e ficou...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos foram esse talão? Quantos cheques? O talão inteiro?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não. Foram acho que umas dez, onze folhas, valores baixís-

simos aí, na ordem de... Não lembro, mas não chega... Acho que não chegava a R\$500,00.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tudo?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – É. Eram valores baixos. Não era nada significativo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi atrás, depois que a Polícia Federal lhe informou do uso do seu nome, do seu CIC, o senhor se interessou em ir atrás para saber do que se tratava?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Sim. Procurei me informar, né? O que foi prestado, esclarecido... Tem coisas, por exemplo, que, logo após o primeiro depoimento na Polícia Federal, aí, entraram com pedido junto a um advogado, um requerimento, mas foi negado qualquer acesso à documentação, dizendo que isso corria em...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sigilo.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Sigilo de Justiça...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Segredo de Justiça.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Segredo de Justiça.

Então, até hoje a gente não teve acesso àquele. O mais recente que eu tive foi junto ao que a Receita Federal forneceu: um laudo fiscal. Isso aí foi o que a gente, basicamente, teve mais informações.

E o que a Promotoria do Estado também tinha fornecido, há um tempo atrás.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E aí, o que aconteceu com esses documentos que o senhor viu?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Eu... Como a Receita tinha pedido o material, a gente forneceu para a Receita para eles averiguar realmente se isso pertencia a mim, ou não. Segundo o laudo, eles encaminharam para o Banco Central esse aí. Eu não... Quem poderia responder com precisão são os órgãos competentes. Não sei...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, eu digo, o senhor sabendo que o seu nome foi usado dessa maneira, o senhor se interessou em ir atrás, descobrir?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Nós fomos junto... Contratei um advogado para a gente poder requerer em Juízo algo que realmente esclareça esse envolvimento do meu nome nesse caso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez o senhor teve problemas de homônimo?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Como assim?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teve... O senhor teve problema de homônimo alguma vez, com o seu nome?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Olha, que eu lembre, não. Sinceramente, não. Porque o meu nome não é um nome muito... Né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Carlos Donizeti Espricido... O senhor não conhece? Espricido?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Espricido, não. Não me recordo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Carlos Donizeti Espricido?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não me recordo desse nome, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor podia confirmar, para mim, o seu CPF?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – 447.350.300, controle 34.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa conta 32454, que foi aberta em 08/11/96 no Banestado?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Essa conta não é minha. Não fui eu que abri essa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca esteve no Banestado?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem assinou fichas para alguém?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Nada, nada, nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Papel em branco, procuração?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também, não. Não me recordo de ter passado procuração para ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor comprou com cheques pré-datados?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Algumas vezes devo ter comprado, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não sei, estou perguntando. O senhor comprou?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Cheguei a comprar, mas, agora, quando e onde, isso é difícil de recordar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente, mas pediria que ele permanecesse um pouco no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Deputada Dr^a Clair.

A SRA. DR^a CLAIR (Bioco/PT-PR) – Quería que o senhor informasse quando, em que circunstâncias o senhor tomou conhecimento da existência dessa conta e da existência desses valores.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Tomei conhecimento em 1998, através de um comunicado da

Polícia Federal para prestar depoimento aqui no centro. Foi através da Polícia Federal.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual é a agência dessa conta? O senhor tem conhecimento?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Segundo, na época, o que foi falado pelo Delegado ao qual prestei depoimento, disse que essa agência era do centro aqui de Foz.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor conheceu o Sr. Luiz Acosta, que era ex-gerente do Banestado, agência centro?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não, não conheci.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não conheceu nenhum gerente daquela agência?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Nenhum funcionário que o senhor tenha relações?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Que eu lembre, não tinha relações com ninguém, não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor conheceu o ex-gerente do Banestado, agência Ponte da Amizade, o Sr. Alcenir Brandt?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Não me recordo de ter conhecido, não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor conheceu o ex-gerente do Banestado, agência JK Cesa, Adelar Felipetti?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Também não me recordo de ter conhecido esse aí, não. O Banco Banestado, a gente só usava, basicamente, para pagamento de IPVA dos carros. Então, não é um banco que eu tenha relacionamento nenhum.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Muito obrigada. Eram só essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sr. Sérgio Becker, V. Sª. tem mais algo a declarar que possa ajudar a investigação desse caso, em que V. Sª está comprometido com remessa?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é casado?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Sou casado, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos filhos têm?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Dois.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quantos anos?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Eu tenho um menino de dezoito anos e outro de treze.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Tem mais alguma coisa a declarar?

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Só tenho cópia das declarações que prestei junto aos outros órgãos. Se isso interessar a essa Mesa, poderia fornecer para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sim, é importante.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode juntar.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Então, solicitamos a V. Sª que aguarde o desenrolar dos trabalhos. Se for necessário, nós o chamaremos novamente, ainda esta manhã.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Aqui no recinto?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Isso.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Para quem eu forneceria o material? Para o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sim, pode me trazer. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO LUIZ ROCELLI BECKER – Só gostaria de salientar o seguinte: a advogada que está cuidando do caso para mim está numa outra audiência, então, certos materiais estão em poder dela, porque ela está fazendo o processo. Se for o caso, a gente teria que comunicar com ela e aí...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A secretaria pode encaminhar o senhor para fazer o contato com ela.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Muito obrigado.

Próximo depoente: Benno Fizinus.

Sr. Benno Fizinus, a identidade de V. Sª é 840104/7?

O SR. BENNO FIZINUS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sendo morador de Foz do Iguaçu, V. Sª poderia citar em que trabalha e há quanto tempo?

O SR. BENNO FIZINUS – Sou proprietário de salas comerciais e de casas de aluguel.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem por objetivo apurar evasão de divisas em nosso País, efetuada de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

V. Sª tem conhecimento do termo de compromisso? O art. 203 do Código de Processo Penal estabelece que o depoente deve dizer a verdade, no que couber, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º e incisos da Constituição Federal.

O SR. BENNO FIZINUS – Certo. Já assinei o papel.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. S^a tem até 30 minutos para fazer qualquer declaração a esta Comissão.

O SR. BENNO FIZINUS – (Falha na gravação) ... através de uma intimação que recebi da Polícia Federal, mostraram-me um contrato de aluguel de uma casa que é de minha propriedade. Mas aluguei isso através de uma imobiliária e não conheci o meu inquilino. Até hoje não o conheço. É isso que sei sobre isso. Aí, tomei conhecimento disso. Mas não conheço o inquilino, porque foi feita através de uma imobiliária.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome do inquilino?

O SR. BENNO FIZINUS – Mais tarde, vim a saber que tinha um tal de Margarero.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. BENNO FIZINUS – Mais tarde, com a apresentação do contrato, que fui intimado a comparecer à Polícia Federal e soube que era Margarero ou alguma coisa. Não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marga...? Repita, por favor.

O SR. BENNO FIZINUS – Margarero.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Margarico?

O SR. BENNO FIZINUS – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E qual é a acusação contra o seu inquilino?

O SR. BENNO FIZINUS – O que tenho que fazer contra o inquilino?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a acusação contra o seu inquilino em relação a esse contrato?

O SR. BENNO FIZINUS – Seria esse caso da evasão de divisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele teria feito?

O SR. BENNO FIZINUS – Não sei o que ele seria... Para o meu caso, entendi que ele foi um inquilino.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu a casa Tupi Câmbios?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca trabalhou lá?

O SR. BENNO FIZINUS – Nunca trabalhei lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa investigação da Polícia Federal que o senhor citou refere-se apenas a esse contrato?

O SR. BENNO FIZINUS – Não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O nome do senhor é Benno Fizinus?

O SR. BENNO FIZINUS – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a investigação que a Polícia Federal fez foi referente apenas a esse contrato de aluguel da casa que o senhor possuía?

O SR. BENNO FIZINUS – Primeiramente, fizeram uma série de perguntas. Uma delas citou o contrato de aluguel por mim assinado que estava na mão do delegado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a sua origem? O senhor é brasileiro?

O SR. BENNO FIZINUS – Sou brasileiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebeu alguma citação da Polícia, da Justiça do Brasil? Há algum processo contra o senhor?

O SR. BENNO FIZINUS – Sim, nesse caso, fui a Curitiba e terei de comparecer lá no dia 12 de dezembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sobre o quê?

O SR. BENNO FIZINUS – Sobre esse caso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Do aluguel?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, sobre esse caso da evasão de divisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas qual é a acusação que há contra o senhor?

O SR. BENNO FIZINUS – A acusação desse tal de Margarico de que eu contribuí para encontrar “laranjas” para ele, o que não é verdade. Inclusive, eu gostaria que se fizesse uma acareação, porque não conheço essa pessoa, e ele também não me conhece.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A acusação não se refere ao contrato, mas, sim, ao fato de que o senhor teria ajudado o Sr. Margarico a arrumar “laranjas” para operar na evasão de divisas?

O SR. BENNO FIZINUS – Isso é o que consta lá na acusação contra mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa é a acusação contra o senhor. O senhor está dizendo que não conhece a pessoa?

O SR. BENNO FIZINUS – Não conheço a pessoa. Nunca o vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em quais bancos o senhor tem conta?

O SR. BENNO FIZINUS – Eu tenho conta – e não tenho conta em outro banco – sempre no Bamerindus.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca teve conta em outro banco?

O SR. BENNO FIZINUS – Nunca tive.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já operou alguma vez com câmbio?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, senhor. Nunca...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vendeu dólar?

O SR. BENNO FIZINUS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o lado paraguaio?

O SR. BENNO FIZINUS – Eu nasci aqui na fronteira. Esporadicamente, a gente vai ao outro lado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem relações comerciais com alguém do lado de lá?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor vai fazer, quando vai para lá?

O SR. BENNO FIZINUS – A gente vai comprar alguma coisinha lá nas lojas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como o senhor paga?

O SR. BENNO FIZINUS – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que o senhor paga?

O SR. BENNO FIZINUS – Em dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em reais ou em dólar?

O SR. BENNO FIZINUS – Reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Concedo a palavra à Deputada Dr^a Clair.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual é sua remuneração mensal?

O SR. BENNO FIZINUS – Ganho mil, mil e poucos reais por mês.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Houve alguma oportunidade em que o senhor recebeu alguma quantia extraordinária?

O SR. BENNO FIZINUS – Há tempos, eu vendi um apartamento e seria um valor maior.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual o valor desse apartamento?

O SR. BENNO FIZINUS – Eu não me recordo bem se foi R\$35 ou R\$37 mil?

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor tem outros bens?

O SR. BENNO FIZINUS – Tenho.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Quantos bens o senhor tem, além desta casa em que o senhor está?

O SR. BENNO FIZINUS – Eu tenho um centro comercial no qual tenho várias lojas e vivo desses aluguéis. Só que ainda estão quase todas vazias.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Esse centro comercial é em Foz?

O SR. BENNO FIZINUS – É em Foz.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor conheceu o senhor Sérgio Luiz Rocelli Becker?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, senhora.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Paulo Ricardo Alcobaushi?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, também.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Saturnino Ramires Zarati?

O SR. BENNO FIZINUS – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Nestor Reinaldo Morel Aquino?

O SR. BENNO FIZINUS – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – João Batista da Silva?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conhecia.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Epifanio Molas?

O SR. BENNO FIZINUS – Como é o nome?

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Epifanio Molas?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheci.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Conhece o Sr. Cleonir Hansen?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, senhora.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Eliseo Hardeinck?

O SR. BENNO FIZINUS – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Ana Peres da Silva?

O SR. BENNO FIZINUS – Também não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor já prestou depoimento na Justiça ou na CPI sobre esse fato?

O SR. BENNO FIZINUS – Sobre esse negócio de evasão de divisas, eu tenho que dar depoimento agora dia 12, em Curitiba.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim, mas até agora é a primeira vez que o senhor está sendo ouvido?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, eu já fui ouvido uma vez. Agora, dia 12, será pela segunda vez.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim. Onde o senhor prestou depoimento?

O SR. BENNO FIZINUS – Em Curitiba.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Na Polícia Federal ou na Justiça?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, na Justiça.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Na Justiça. E qual foi o seu depoimento na oportunidade? Houve alguma diferença entre o depoimento de lá e o que o senhor está prestando aqui?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, senhora.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor conheceu algum desses nomes que seriam esses “lanxanas” que teriam conta depositada nesses bancos?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheci e não conheço.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sr. Benno Fizinus, o senhor poderia relatar quais são esses seus bens?

O SR. BENNO FIZINUS – Eu tenho esse centro comercial, que fica na Rua Olímpio Rafaene, 2.635. Hoje, eu tenho duas chácaras, mais uma casa. Duas quadras de terreno eu tenho numa vila aí. O que me lembro, assim, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Automóveis?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor sabe onde fica a Tupi Câmbios?

O SR. BENNO FIZINUS – Eu vim saber através do processo mesmo, da Polícia Federal, aqui, que era tão mencionado, diz que é no Paraguai, mas o endereço lá também não sei. Eu nunca estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor não conhece ninguém que trabalha na Tupi Câmbios?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor já ouviu falar no Sr. Alcenir Brandt?

O SR. BENNO FIZINUS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Chamado Gastão?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Tem o apelido de Gastão?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor conhece o Luis Fernando Gaiardo?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Tem o apelido de Piá?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Nunca ouviu falar no Piá?

O SR. BENNO FIZINUS – Nunca ouvi falar. Teve uns tempos atrás aqui que tinha até um Projeto Piá, que isso aí, a única referência que eu tenho no Governo, que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor poderia dizer o nome da pessoa para quem o senhor locava essa casa nessa imobiliária, quem era o locador?

O SR. BENNO FIZINUS – O locador era eu, né? A imobiliária...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O locatário, desculpe.

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço ele. Porque o inquilino faz o contato direto na imobiliária, né? Aí, quando alugo uma casa, vou lá e assino e está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Qual era o valor dessa locação?

O SR. BENNO FIZINUS – Já faz vários anos. Eu não lembro isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que o senhor adquiriu esses bens?

O SR. BENNO FIZINUS – Ah, isso aí já faz... Quais os bens? Essa casa, especificamente?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, quando é que o senhor foi adquirindo esses bens?

O SR. BENNO FIZINUS – Ah, durante o decurso da vida e um pouco de herança também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A sua atividade principal, qual é? Antes de ser só renda.

O SR. BENNO FIZINUS – Eu trabalhei vinte e poucos anos com táxi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De herança o senhor recebeu o quê?

O SR. BENNO FIZINUS – A casa na qual eu estou morando, é na rua Rui Barbosa, partes dessa casa, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses 20 anos de táxi permitiram o senhor construir todo esse centro comercial, chácaras, etc?

O SR. BENNO FIZINUS – Permitiu, mas o negócio não é tão grande assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não?

O SR. BENNO FIZINUS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O centro comercial tem quantas salas?

O SR. BENNO FIZINUS – Tem onze.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É no centro?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, na periferia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi depor alguma vez na Força-tarefa em Curitiba?

O SR. BENNO FIZINUS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No Ministério Público?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, senhor. Eu fui agora. Eu acho que é esse mesmo caso aí. Não sei o nome disso aí. Força-tarefa?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde foi?

O SR. BENNO FIZINUS – No Tribunal, em Curitiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Carlos Hugo Sosa Palmerola?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, senhor, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouvi falar?

O SR. BENNO FIZINUS – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Francisco Isabelino Louveira Bareiro.

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Henrique Raviolo Velasques.

O SR. BENNO FIZINUS – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sílvio Moisés Cuenca Gonzáles.

O SR. BENNO FIZINUS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Debra Ormai Molas.

O SR. BENNO FIZINUS – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valdir Werley.

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouvi falar desses nomes?

O SR. BENNO FIZINUS – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Daniel Barbosa dos Santos.

O SR. BENNO FIZINUS – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Maria de Lima Oliveira.

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pedro Ramires.

O SR. BENNO FIZINUS – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alfredo Domingues?

O SR. BENNO FIZINUS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Marcos Antonio Lai?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gilberto José Couto?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Paulo César Ribeiro?

O SR. BENNO FIZINUS – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Maria Anísia Lopes?

O SR. BENNO FIZINUS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Petrona Mendonça?

O SR. BENNO FIZINUS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Jorge Roberto Gomes de Matos?

O SR. BENNO FIZINUS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adriano Saracho Amarília?

O SR. BENNO FIZINUS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lucas Cavaleiro?

O SR. BENNO FIZINUS – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já conheceu alguém que teve problema com essa evasão de divisas do Banestado ou com remessa de recursos para o exterior? Alguém que seja envolvido que o senhor tenha tomado conhecimento?

O SR. BENNO FIZINUS – A gente vê alguma coisa pela televisão, mas pessoalmente não conheço ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Você conhece alguém deles?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Funcionários desses bancos, Real...

O SR. BENNO FIZINUS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E do Banestado?

O SR. BENNO FIZINUS – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E do Banco Araucária?

O SR. BENNO FIZINUS – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente, e requeiro que o depoente permaneça no local.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sr. Benno Fizinus, por que o senhor acha que está sendo convocado por esta CPMI?

O SR. BENNO FIZINUS – Acho que é um erro do Delegado da Polícia que viu o contrato de aluguel e achou que eu devia participar e me colocou. Um erro da parte dele.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor nunca entrou, passou perto, passou na frente da casa Tupi Câmbios?

O SR. BENNO FIZINUS – Não sei nem onde que se localiza. Pelos fatos que foram falados é no Paraguai, mas não lembro de ter passado em frente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor nunca comprou, vendeu, transacionou com nota em dólares?

O SR. BENNO FIZINUS – Não... Esporadicamente, quando trabalhava no táxi, uns dez ou vinte dólares, o cara pagava a corrida... Houve essa situação, mas não mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor tem mais alguma coisa a declarar para ajudar na investigação da CPMI do Banestado que acusa a evasão fiscal e dinheiro para paraísos fiscais para mais de US\$30 bilhões retirados do Brasil?

O SR. BENNO FIZINUS – Eu me sinto assim injustiçado com esse negócio. Ter que ir a Curitiba, vir aqui depor por um negócio em que não participei e não tenho envolvimento nenhum com isso.

Essa seria a minha reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Agradeço a presença de V. S^a e peço que aguarde agora pela manhã no ambiente para possível necessidade de algo na investigação.

Muito obrigado. (Pausa)

Dando continuidade à CPMI que investiga a evasão fiscal, o caso Banestado, chamamos a próxima depoente, Debora Ormay Molas. (Pausa)

Dando continuidade à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e aos depoimentos com a finalidade de apurar a responsabilidade sobre a evasão de divisas do Brasil, a qual apura a evasão de US\$30 entre os anos de 1996 e 2002, por meio da chamada conta CC-5, gostaríamos de registrar o termo de compromisso assinado pela SRA. Debora Ormay Molas, RG 000483926-MS.

V. S^a poderia nos dizer a sua profissão?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sou comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. S^a tem até trinta minutos para declarar algo que possa ser útil às investigações do caso Banestado.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Bom, eu passei a ser sócia da... Eu acredito que estou envolvida nesse problema todo, porque eu passei a ser sócia da Eucatur Turismo em final de 97, início de 98, com 1% de cotas, porque meus sócios eram paraguaios e me convidaram, tendo em vista que eles não poderiam ter uma conta no Brasil devido ao fato de serem paraguaios. E me chamaram, me expuseram... Eu os conhecia já há um ano e... Uns dois anos, mais ou menos, já os conhecia. Eles residem em Ciudad del Este e me chamaram e falaram para mim se eu aceitaria ser sócia deles devido a esse problema de eles não poderem ter uma empresa legal no Brasil, sendo os dois paraguaios. E me levaram até o escritório de contabilidade, na época, e o contador me explicou que a empresa era uma empresa legal, que a documentação toda era legal, que os impostos eram sempre recolhidos, que não teria problema nenhum.

Então, eu aceitei a proposta de ser sócia deles com apenas 1% de cota na empresa. Eu não atuava na empresa, assim, não ia lá trabalhar nem nada. Eu

sabia que tinha uma cota e que tinha um salário, que eles me pagavam mensalmente.

Em 1998, não sei se foi no final de 98, início de 99, a data exata, eu não me lembro, eu fui chamada aqui na Polícia Federal para explicar o problema dessas contas CC-5, cujo qual (*sic*) eu não tinha nenhum conhecimento até então, quando o Delegado na época me expôs o que estava acontecendo e envolvendo o nome da empresa. Então, foi aí que eu me preocupei e quis saber o que estava acontecendo.

Chamei os meus sócios, liguei para eles e falei que precisava conversar. Levei a intimação para eles e mostrei. Falei: “Ó, isso está acontecendo, e a empresa está envolvida nesse e nesse problema”. E aí que eu fui entender também que, na verdade, não era a empresa e, sim, os funcionários que trabalhavam lá na época que estavam envolvidos com esse problema. E a partir daí eu fui me inteirando do que realmente havia acontecido até então desses problemas das contas CC-5, que até então eu nem sabia o que era CC-5. Vim entender CC-5, na verdade, agora. O que é, como é que é, essas coisas. Fui conversar com o funcionário responsável na época, e ele me diz, nessas mesmas palavras, quando cheguei lá, falou assim: “Você não trabalha aqui, você não tem nada aqui, você não tem nada a ver com isso”.

E os meus sócios me garantiram que a empresa e eles não tinham nenhuma participação e não sabiam do que também estava acontecendo com eles aqui a respeito dessas contas CC-5. E aí, no mais, eu fui me inteirando, dentro das intimações, do processo, que me foram passadas as denúncias, essas coisas assim. E na época de... No final de 97 a 98, eu trabalhava numa empresa, a Aptos Empresarial, como representante da empresa Pinduca nos mercados. Tenho registro em carteira de que eu realmente não estava na empresa nesse período. E a Eucatur passou a existir em 98. Em 98. Até então, as pessoas que estavam, que vieram a ser funcionárias de Eucatur, o que elas faziam e de que maneira elas faziam, eu não tinha conhecimento. Daí eu não sei mais.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Terminou? Terminou?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Acho que é basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Com a palavra o nobre Feiutor. Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora se declarou, no início, comerciante?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que é que a senhora faz?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – A partir de que eu recebi as denúncias, eu comecei a ir na empresa e a assumir a parte do turismo da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que a senhora faz lá com turismo?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Turismo? Nós fazemos turismo receptivo, venda de pacotes, venda de pacotes de ônibus, aéreo, trabalhamos muito com eventos, faculdades, levar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, a empresa continua ativa?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ela continua ativa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E nessas operações com dólares, com moeda, o que a senhora faz hoje?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Hoje?

O SR. RELATOR (José Mentor) – De lá para cá.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – De lá para cá, a empresa na verdade teve, o Bacen, foi autorizada até acho que (pausa) não lembro bem a data. Mas a empresa tinha o Bacen certinho, autorização, tudo certinho para trabalhar. Eu fui...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E hoje ainda tem?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, hoje não tem mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando teve?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – A data exata não sei lhe precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais ou menos.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Há uns, acredito que até há um ano e meio. Até há um ano e meio, ela tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até 2002?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Acredito que sim. Não sei lhe precisar exatamente a data.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois que a senhora assumiu a empresa, a senhora continuou operando com câmbio até 2002?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Olha só: assumi a parte do turismo, sempre fui lá e comecei a participar, porque eu não ia na empresa, não entendia como funcionava, não sabia nada de câmbio e nem de turismo, na verdade. Turismo eu tinha uma noção, porque eu já tive uma experiência bem curta numa agência de turismo, anterior, que é a Alvorada Turismo, onde trabalhei uns quatro meses lá. Eu já tinha mais ou menos uma noção, principalmente no receptivo. Isso eu já tinha noção. E o câmbio já era de

responsabilidade da outra... na empresa de turismo e câmbio, existe o turismo e existe o câmbio. Então, era responsabilidade de outras pessoas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem eram os responsáveis do câmbio?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Nessa parte aí de venda de câmbio, de balcão? Era, até 2000, até a data do que foi acessada, continuou sendo as mesmas pessoas que estavam lá antes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são elas?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sr. Valdir Werle...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valdir?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Werle.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Werle.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – É, gerente geral, mas na verdade tinha o atendimento de balcão, que daí tem todos os meninos que faziam o atendimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Essas pessoas? No balcão, existia o Joacir Farias...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Joacir Farias. Existe o Eliseo Harderminck.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eliseo Harderminck.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. Só faziam o balcão esses?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O responsável era o Sr. Waldir Werle?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o sócio que cuidava de câmbio?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – A parte relativa de câmbio?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – A parte de câmbio, o pessoal era o Victor e o Oscar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é Victor?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Victor Hugo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Victor?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Victor Hugo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Victor Hugo de quê?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Samaniego.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sa...

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Samaniego.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Samaniego. Era sócio esse?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – É, meu sócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o capital que esse senhor tinha?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Quem?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a participação no capital que esse senhor tinha?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Na divisão?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na empresa.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sei que o meu é 1%, depois a outra parte é metade de cada um.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o outro, então? Victor e o outro?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Oscar Albino Pacheco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram paraguaios?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – São paraguaios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o salário que eles pagavam à senhora?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Oitocentos reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando eles iam dividir os lucros, a senhora recebia 1%?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, não. Eu nunca recebi lucro, eu só recebia meu salário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora não achou estranho uma pessoa pedir para a senhora emprestar o nome só porque eles não podiam abrir uma conta no Brasil?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, achar estranho, não, porque eu os conhecia. Se eles iriam fazer um pedido desse, seria para uma alguém que conhecesse. A única coisa que eu me preocupei na época em verificar era se a empresa era legal e se estava tudo certinho dentro das normas que se pediam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa empresa já existia?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Me parece que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendi como se parecia. Ou existia ou não existia?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ela... a Eucatur já existia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela já existia, a Eucatur. De quem era a Eucatur?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Se não me engano, da Carla... Não sei o nome completo, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E vocês compraram? Era brasileira; a Carla era brasileira?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu acredito que sim, que a Carla seja brasileira, mas na verdade a participação na compra da empresa não participei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, a senhora não acha mais estranho ainda? A senhora vira sócia...

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu participei assim... A minha participação foi assim. Eles me chamaram, me fizeram uma proposta. Eu perguntei: é legal, não tem problema nenhum? Não, não tem problema nenhum. Eu falei então me leva na contabilidade. E me levaram para falar com o contador da época que estava mexendo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o contador?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Era o Edson. Agora, o sobrenome inteiro não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tem contabilidade aqui?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Na época tinha, hoje não sei. Nunca mais o vi. E o contador me explicou que a empresa era legal, que a documentação estava certinha e que o único problema que eles tinham realmente era o fato de não poder assinar pela empresa pelo fato de serem paraguaios e que a questão da contabilidade ele cuidava, estava sempre levada direitinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E era a senhora que assinava tudo pela empresa?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Depois que saiu a documentação, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora assinava o quê?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Assinava todos os documentos referentes à empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cheques, tudo?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Tudo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Toda a documentação da empresa era a senhora que assinava?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Da empresa, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora assinava todo dia?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Assim não me lembro na seqüência, todo dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quem vai se lembrar? Tem que ser a senhora.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ah, eu sei... mas....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por favor, era todo dia?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – A documentação... Quando tinha documentação, quando tinha alguma coisa para assinar, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora, na realidade, então, sem saber, assinava as coisas da empresa, todas elas?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Documentação da empresa, cheques da empresa, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhecia o Sr. Víctor há quanto tempo?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – O Víctor eu conheci em 1993.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Oscar....

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Na mesma época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 1993. E a senhora está falando que comprou em 1997?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu fui convidada no final de 1997 para 1998.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles já operavam com a Eucatur antes?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, em quatro anos a senhora desenvolveu uma relação de confiança que permitiu a senhora assinar todos os...

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – É porque eu morei no Paraguai quando...

(Falha na gravação)

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Relacionamento?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pessoal.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, não.
(Pausa)

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valores em cheques... Altos?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu sempre assinava nos cheques assim... Quando eles pediam para eu assinar, eles não estavam preenchidos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em branco?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sim.

(Pausa)

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora nunca perguntou por quê?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Por quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Porque eu não estava constantemente na empresa. Eu ia lá, às vezes, chegava às dez horas... Como eu expliquei para o senhor, eu não ficava na empresa, eu ia lá. Simplesmente, eu ia, ficava um tempo, comecei a me inteirar de como funcionava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora assinava os cheques em branco?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – A maior parte, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a outra parte não era de valores grandes?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Existiam vários valores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Existiam valores grandes?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Existiam, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora nunca perguntou por quê? Para que era aquilo? Qual era o movimento?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Movimento dos cheques da empresa? O senhor fala?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É, são valores grandes. O que podia ser? Comprando um avião, um ônibus? O que estava fazendo?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Existia também a parte do turismo, que eu também assinava e existia...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da parte de câmbio, a senhora assinava também?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Assinava também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eram valores altos?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Na verdade, eu assinava os cheques, e existia faturamento para pagar, existiam pacotes fechados, existia receptivo chegando. Existiam diversos valores.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhecia o Sr. Mario Alcidez Toppi Ortigoza?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Meu ex-marido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele é brasileiro?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, é paraguaio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era amigo do Sr. Víctor e do Sr. Oscar?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ele os conhece, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tinha uma casa de câmbio também no Paraguai?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Com relação a isso, eu me separei do Mario no início de 1996. Não sei bem precisar bem o mês, mas foi logo no início de 1996. A nossa separação foi meio tumultuada devido ao fato de que... Como ele trabalhava no Paraguai, na época em que éramos casados, ele tinha uma importação e exportação de roupa usada. O trabalho dele era lá, embora vendesse também para o Brasil. Então, ele ia e, às vezes, ficava muito tempo. E vim a descobrir que, nesses tempos, ele arrumou uma outra mulher lá e montou uma casa. Aí, eu pedi a separação em início de 1996, e o nosso contato, a partir daí, ficou bem restrito a nossa filha, que hoje está com oito anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era dono da Real Câmbios?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Na época, eu não sabia, mas, por meio dos processos que agora me foram mostrados na época em que eu vim depor, parece-me que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havia relação entre a empresa da senhora e a Real Câmbios?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Que eu visse ou que eu participasse, não. Nunca. Ele nunca me pediu nada. Para minha pessoa, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Victor e o Sr. Oscar?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – O Victor e o Oscar trabalhavam no Paraguai. O Victor mexia com exportação, e o Oscar tinha escritório de contabilidade, que parece que fez contabilidade, em uma época, para a Real Câmbios. Não sei. Não tenho certeza.

(Pausa)

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora abriu alguma conta de alguma pessoa para movimentar recursos em bancos?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, nunca.

(Pausa)

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora nunca recebeu outra importância além dos R\$ 800,00?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, eu tinha um salário de R\$ 800,00 e ganho a pensão de dez salários mínimos...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu falo da empresa.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, da empresa, não.

(Pausa)

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece Epifanio Molas?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Meu pai.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele operou com câmbio?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trabalhou com a senhora?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece Keila Regima Ormai Molas?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Conheço. É minha irmã.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela operou com câmbio?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe que o senhor Epifanio movimentou cinco milhões em câmbio com remessas?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Fiquei sabendo também através desses processos que o meu pai já fez. Explicou a situação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a explicação?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Realmente, foi o meu ex-marido quem pediu para ele abrir essa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem a senhora saber?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sem eu saber, porque nós já estávamos separados, e meu pai sempre foi amigo dele, eles sempre se encontraram e conversavam. O meu pai é amigo dele até hoje. E vai à casa dele.

Eles se dão bem, porque meu pai é um pouco de descendência paraguaia e coisa e tal. Então, eles se dão super bem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu pai nunca comentou com a senhora isso?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não. Quando eu recebi... Porque a intimação do meu pai vem na minha casa, não é? Daí eu fui perguntar para o meu pai, e ele disse que tinha pedido para abrir essa conta para receber os cheques que ele recebia, porque ele vendia fardos de roupa usada. Ele importava e exportava...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe que a D. Keila movimentou quase 05 milhões também?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Então, a D. Keila foi um namorado dela, um árabe que tinha uma loja de pneu no Paraguai. Na época, ela namorou esse rapaz, e parece-me que foi ele que pediu para ela movimentar, abrir essa conta, alguma coisa parecida.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor Valdir Werle esteve preso, não é?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe por que motivo?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Por causa desses problemas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais problemas?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Esses problemas da CC-5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele também operou com CC-5, o senhor Valdir?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu não sei, porque, é como eu expliquei, para o senhor. Eu não estava lá na época. Tudo o que eu sei é através dos processos. As vezes em que fui conversar com o Valdir, ele sempre me disse: “Você não tem nada a ver com isso”. Sempre nessa posição, sabe?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe que a mãe do Sr. Valdir operou com um recurso do exterior?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu não conheço a senhora. Nunca vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe o quanto ela mandou?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – O quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe o quanto ela mandou para o exterior, a mãe do Sr. Valdir?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ela é lavadeira. Tem idéia de quanto ela mandou?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não tenho a mínima idéia. Eu não a conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mais de 30 milhões. A senhora conhece o irmão do Sr. Valdir Werle?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – O conheci há pouco tempo num...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como se chama?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Acho que é Valderi Werle.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe que ele também arregimentou “laranjas” para mandar recursos para o exterior?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dona Debora Ormay Molas, a senhora está sob juramento, não é?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Há um documento do Sr. Valdir em juízo que diz assim: “Inclusive a Keila Ormay Molas e o Sr. Epifanio Molas... Essas contas foram abertas a pedido da Debora Ormay Mo-

las. Com certeza, porque eu não tenho conhecimento, porque trata-se da irmã dela e do pai dela. Só que todas essas contas não foram utilizadas na movimentação contábil da Eucatur, sempre para a Real Câmbio no Paraguai”.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Então, o problema é ele que tem de lhe explicar, porque eu realmente não pedi para o pai abrir, eu não pedi para a minha mãe abrir. Eu nunca pedi sequer para o Valdir que fizesse alguma coisa, com relação à abertura de contas ou de qualquer outra coisa. Nunca fui no banco, nunca falei com um gerente, não conheço essas pessoas. As únicas pessoas que eu vim a conhecer após essa data que eu estou lhe especificando, 97, depois de 98, são os funcionários que estão com problemas, que seriam o Sr. Valdir Werle, Cleonir Hansen, D. Ana Peres, Eliseo Hardeminck...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora poderia repetir de novo. Valdir Werle e quem mais?...

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – As únicas pessoas que eu vim a conhecer a partir do final de 97 para 98 foi Valdir Werle, Ana Peres...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ela fazia?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ana Peres é zeladora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É zeladora?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – É, zeladora da empresa. Cassemiro Cesar Varela, Eliseo Hardeminck...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que era o Cassemiro?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Vigia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O outro, qual é?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eliseo Hardeminck.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eliseo Hardeminck.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Jorcides Faria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que era Eliseo Hardeminck?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Balconista. Jorcides Faria era balconista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Jorcides?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Jorcides Faria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Jorcides Faria. Balconista.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Balconista. E Cleonir Hansen.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cleonir Hansen. O que ela era?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Caixa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estão com problema de quê?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – O quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o problema que eles têm?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o problema da dona Ana, do senhor Cassemiro, do senhor Eliseo e do senhor Jorcides?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu os conheço, e eles eram funcionários naquela época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o problema que estão tendo agora?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Todos eles estão tendo problemas com CC-5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que tipo de problema? Mandaram dinheiro para o exterior?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Utilizaram contas, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja bem, estou repetindo que a senhora está sob juramento.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora empresta o nome para Victor e Oscar. O marido da senhora é o dono da Real Câmbios. Seu pai manda dinheiro para fora. A sua irmã manda dinheiro para fora. A Ana, o Cassemiro, o Eliseo, o Josias e o Valdir estão todos envolvidos. Só a senhora não está envolvida?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Com certeza. O senhor tem que entender uma coisa. Os meus sócios e eu compramos uma empresa de nome Eucatur. Eles compraram e convidaram-me para fazer parte, já expliquei o motivo. Só que essa empresa, a Eucatur, veio a contratar esses empregados a partir dessa data. Antes, não havia compromisso nenhum. Ela existia antes, mas eram outros donos, outros responsáveis.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora começou a participar da Eucatur a partir dessa data.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – A partir dessa data. A partir de julho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi porque a senhora emprestou o nome que tudo isso aconteceu.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ouíha só. Não consigo entender...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se a senhora não emprestasse o nome o senhor Victor e o Sr. Oscar não abririam a Eucatur para fazer isso.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Mas se os fatos ocorreram antes da abertura da Eucatur.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Pelo que entendi, pelo menos. Talvez eu esteja enganada. Não sei. O problema seriam as contas CC-5 com as quais essas pessoas estão envolvidas porque emprestaram nomes e coisa e tal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O sei pai, a sua irmã, o gerente.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Só que a minha irmã é um caso especial. Ela é de maior, tinha um namorado. O namorado, dono de um loja de pneus, pediu para ela abrir. Eu não sabia. Ela não tinha que pedir a minha autorização. Meu pai tem amizade com o meu ex-marido. Mantenho um relacionamento com o meu ex-marido bem restrito, devido a explicação que já falei sobre o motivo de nossa separação. Eu não sabia que ele era dono da Real Câmbios. Isso eu juro pelas minhas filhas! Eu não sabia. Peguem o meu processo de separação. Se ele fosse dono da Real Câmbios não seria justo – se eu soubesse – não teria que estar no processo de separação? O senhor acha que eu não lutaria pelos meus direitos? Eu não sabia. Fiquei sabendo depois, quando aconteceram esses problemas. Mostraram-me dentro do processo. Separei-me dele no início de 1996. O que ele fez depois dessa data, o que ele comprou, eu não sabia...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os dois sócios?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – O Victor e o Oscar?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Victor, como já expliquei, mexe com importação e exportação, e o Oscar é contador. O Oscar prestou serviços a ele desde a época que tinha essa empresa de roupas usadas. Com relação a isso, sem dúvida, se conhecem e tinham uma relação comercial. Ele era da contabilidade. Qualquer empresa que chegue e peça para que ele faça a contabilidade, acredito que se ele estiver trabalhando certinho, não há problema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até quando a Eucatur trabalhou com câmbio?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Até enquanto teve a autorização. Foi feito um boleto de balcão. Foi tudo contabilizado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora assinou cheques em branco?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Foi como expliquei. A Eucatur tem a parte de turismo e do câmbio. A parte de turismo também tinha muita movimentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o cheque em branco foi só para o turismo ou para o turismo e para o câmbio?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Às vezes eu deixava porque tinha que pagar uma fatura, algum negócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a senhora deu curso para operações de câmbio também?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Oi?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora deu curso a operações de câmbio.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Assineei cheques. Para aquilo que foi movimentado na conta da empresa, para o que está contabilizado, foram assinados cheques. Tudo certinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Deputada Dr^a Clair, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – A senhora, antes de ser sócia dessa empresa, tinha algum trabalho, alguma profissão?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Tinha.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Trabalhava onde?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Trabalhei como essas representantes de mercados. Eu trabalhava para a Aptos Empresarial, mas eu representava a Pinduca.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – A sua remuneração: além desses R\$800,00 (oitocentos reais), e mais essa pensão, tem mais alguma outra remuneração além dessa?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – A senhora tem bens?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Tenho. Um apartamento e um terreno. O apartamento que veio da minha separação, que está no processo de separação, e o terreno.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – A senhora mantém conta pessoal em algum banco?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sim.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual banco?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – HSBC e Banco do Brasil.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Tem algum, além dessas remunerações: aí que a senhora já falou que recebe mensalmente, a senhora movimentou algum outro valor na sua conta pessoal?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Conta pessoal sempre tem depósito de alguma coisa.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim, mas fora esses valores expressivos...

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Valores expressivos... Como assim?

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – De grande monta.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Valores altos, a senhora fala, da minha conta? Não, na minha conta sempre foi utilizado valores normais, na minha conta pessoal.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – A senhora prestou depoimento na Justiça sobre esses fatos?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Qual fato?

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Esses fatos de evasão de divisas. A senhora já prestou outros depoimentos?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sim, já.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual foi o teor dos outros depoimentos que a senhora prestou na justiça?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sempre o mesmo.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Tem alguma diferença entre os outros depoimentos e esse?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu acredito que não!

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sr^a Debora Ormay Molas, a senhora é formalmente a gerente dessa casa de câmbio Eucatur e é ex-esposa do Sr. Mário, com quem tem uma filha. Como é o nome da filha?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Andréa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Andréa. Esse Sr. Mário é o sócio da Real Câmbios, que está envolvida com o Banestado. O pai da senhora e a irmã aparecem aqui como “laranjas”. O Epifanio, com mais de 5 milhões. A SRA. Keila com mais de 4 milhões de dólares. Então, nesse “laranja” todo, que chega aí perto de um bilhão, um bilhão de dólares, mais de 945 milhões de dólares. Nesse “laranja” todo, a senhora, supostamente, tem um por cento, um por cento disso aí. Formalmente, a senhora está encrencada. A senhora está encrencada! A senhora precisa nos ajudar. É importante para esta CPMI. É importante para nós todos. Porque esse “laranja” é quase um bilhão de dólares. A senhora imagine o que é isso. Quem é essa SRA. Carla, que era dona da Eucatur Turismo. Onde mora?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu não a conheço. Eu só sei pelo contrato social que aparece os antigos donos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Telefone dela.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, eu não a conheço, eu nunca vi. Se eu a conhecesse, eu não teria problema nenhum em dizer.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Quem abria contas, no conhecimento da senhora, na suposição, quem abria contas para o Sr. Epifanio Molas, Dona Keila Regina, o Sr. Eliseo. Veja bem, o Sr. Eliseo Hardemink, que a senhora diz que era balconista, só ele tem remessas no valor de 22 milhões, 701 mil dólares.

Então, V. S^a imagine uma pessoa que é balconista de uma agência em que V. S^a tem um por cento, esse balconista da senhora, onde a senhora tem um por cento, ele remeteu mais de 22 milhões de dólares.

Então, a senhora não desconfia, não sabe quem era os que abriram essas contas?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor Mário foi casado com a senhora?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Qual é o nome desta importadora e exportadora de roupa usada?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Automar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Ela tem matriz, filial ou sede aqui ou em Foz do Iguaçu?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não tem. Só no Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Não tem nenhuma filial?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu desconheço totalmente. Se tiver... Mas eu acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – A senhora via muita movimentação de dólares lá na Eucatur Turismo?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – A senhora não participou dos 99% das quotas, só o nenhum por cento, e a senhora não lembra, por quê?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu não entendo que vocês não conseguem entender que eu não estava, na época, que a movimentação foi anterior a minha gestão. Eu só fiquei...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Quem eram os antigos donos?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu não sei quem eram os antigos donos. Era a Caria de alguma coisa e um sócio dela que está no contrato social.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Então, não é na época da senhora? O seu Epifanio Molas, seu pai, mandando mais de cinco milhões de dólares; a Dona Keila mandando mais de quatro milhões e trezentos mil dólares; seu Eliseo, o seu balconista mandando

mais de vinte e dois milhões de dólares. Não é da sua época? Quando V. S^a trabalhava lá?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não. É o que eu estou explicando para vocês. Gente, eu só fiquei sabendo destes fatos em julho e agosto de 1998. Até então eu nem lá ia, eu ia simplesmente para pegar o meu salário e, quando não ia, porque não tinha o carro, e eles me mandavam em casa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – E a senhora assinava esses documentos, cheques?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Com relação à empresa Eucatur, sim. Olha só, aqui tem posso falar o nome dos ex-donos da Eucatur?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Pois não?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Léo César Triaca e Carla Angélica Minela.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Tem o endereço, aí está constando algum endereço? Nós gostaríamos de receber esses documentos. Nós precisamos...

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Pode ler o que está escrito aqui? Aqui: rua Silva Jardim, 499, apartamento 22, Vila Portis, Foz do Iguaçu. E o outro é o Léo César Triaca, na rua Matogrosso 89, Bairro Boici.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Com a palavra a Dr^a Clair.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – A senhora conhece os gerentes do Banestado?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sabe onde o seu pai e sua irmã tinham conta?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não tem conhecimento?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mesmo depois a senhora não tomou conhecimento?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, eu sei que era no Banco Banestado, mas aonde era ou com quem eu não sei.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Tinha ou tem algum relacionamento com os gerentes do Banestado onde tinha essas contas?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não. Só tem um gerente do Banestado que eu conheço, porque ele era vizinho, só que eu não sei qual é a agência dele, ou se era gerente. eu não sei...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vizinho de quem?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Meu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O nome dele qual é?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – É Altair.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – A senhora conheceu o Sr. Adelar Filipetti, gerente do Banestado do JK Ceasa?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Conheceu Alcenir Brandt, gerente do Banestado da Ponte da Amizade?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Luiz Acosta, gerente-geral do Banestado, agência Centro, Foz do Iguaçu?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Conheceu o gerente do Banco Real, Renato Cezar Favaro?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Banco del Paraná, Anísio Resende de Souza?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – A senhora tem cópia dos depoimentos prestados à Justiça? Os anteriores?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Meus?

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Temos.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Eu pediria, Sr. Presidente, que fossem repassadas essas cópias desses depoimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Pedimos à nossa Assessoria que possa tomar conhecimento e anexar nos nossos arquivos esses documentos.

Solicitamos também que possamos convidar o senhor Léo César Triaca e A SRA. Carla Angélica Minela, para poderem prestar depoimento, ainda hoje, nesta CPMI.

Com a palavra o relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece Ramon Sizanoski?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aqui, o senhor Valdir Werle, mais uma vez depondo em Juízo, disse que tem conhecimento de que os sócios da SRA. Debora Ormay Molas, na Eucatur, no caso, os senhores Oscar Albino Garcete Pacheco e Victor Hugo Sañaniego Escobar são empregados da empresa Real Câmbios.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu desconheço totalmente, o que eu sei é que o Oscar é contador e que prestou serviços para a Alto Mar Importação e Exportação de Roupas Usadas e também para a Real Câmbios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Antes de serem sócios da senhora, eles também tinham relações com a Real Câmbios?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Quanto à Real Câmbios, eu não tenho como lhe dizer, porque só fiquei sabendo da existência da Real Câmbios em julho de 98, quando recebi a primeira intimação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas a senhora sabia que o senhor Oscar era contador?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – O Oscar. Ele é contador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele era antes da Real Câmbios?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu sabia que ele era contador da Alto Mar. Alto Mar Importação e Exportação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então ele já tinha relações com o seu marido antes?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Tinha. Tanto é que eu o conheci quando eu mudei para o Paraguai, e quando eu vim para cá ainda estávamos casados, e eu morei quatro meses lá antes de vir morar em Foz do Iguaçu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que a senhora ficou sócia do Sr. Oscar?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Já lhe expliquei. Porque eles me pediram que eu ficasse sócia deles, porque eles precisavam abrir uma empresa no Brasil, e essa empresa não podia ter só dois sócios paraguaios, tinha que ter uma brasileira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a senhora sabia que ele era contador da Alto Mar do seu ex-marido?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Isso, sim, isso sabia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe quanto a Dona Ana Peres da Silva mandou para o Exterior?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não. Não tenho a mínima idéia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vinte e dois milhões. Outra funcionária da Eucatur.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Funcionária da Eucatur.

Mas, gente, vocês têm que olhar a data. A data da minha gestão e a data da movimentação dessas pessoas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora tem um contrato novo que a senhora assumiu?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Tenho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pode deixar? A senhora sabe se no contrato a senhora assume créditos e débitos?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora leu o contrato quando o assinou?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Dei uma... Dei uma lida, sim.

Dei uma lida, agora exatamente falar que eu lembro tudo o que estava escrito, não. Mas eu li, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cleonir Hansen, a senhora conhece?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Era o caixa na época da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Trinta e quatro milhões.

Cassemiro Cesar, conhece?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vinte e quatro milhões e setecentos.

Eliseo Hardeminck. A senhora conhece?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vinte e um milhões e novecentos. João Batista da Silva a senhora conhece?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe o quanto a Real Câmbios mandou para o exterior?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – US\$900 milhões. A Debora Ormay Molas e o Mário. Quem é Mário? A senhora conhece?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Mário é o meu ex-marido. Debora Ormay Molas sou eu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – “Acabaram utilizando-se de alguns ‘laranjas’ para enviar dinheiro para a Real Câmbios, entre elas a Keila e o Epifanio. É o Sr. Valdir, de novo, quem confirmou isso.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ele está mentindo. Posso garantir.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora é casada atualmente?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Seu marido faz o quê?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – O meu marido mexe com processamento de dados e esses negócios.

(Faixa na gravação)

Agora, ela ficou sabendo porque eu contei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora não conhecia nem a D. Carla nem o Sr. Léo?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não conhecia, não. Não os conheço. Nunca os vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os seus sócios conheciam os dois?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Aí, não sei. Não sei lhe dizer. Acredito que sim, porque eles não compraram a empresa deles?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois que a senhora virou sócia, a senhora perguntou a alguém sobre esses casos? Perguntou aos sócios?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Perguntei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que falaram sobre isso?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Depois que virei sócia, não, mas, depois que eu recebi a primeira intimação, como eu disse, não lembro bem a data, mas foi depois de julho de 1998, eu fui à Eucatur perguntar ao Sr. Valdir o que estava acontecendo, porque ele era o responsável geral pela empresa. A resposta que ele me deu foi: “Você não tem nada a ver com isso. Isso é um problema meu”.

Aí, perguntei aos meus sócios. Eles também disseram que não sabiam o que estava acontecendo, que não tinham nunca pedido para o Valdir fazer nada, que não tinham conhecimento do que estava acontecendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Oscar não é o contador da Real Câmbios?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Isso eu não sei. Eu sei que ele era contador da Alto Mar Importação e Exportação. Da Real Câmbio eu não sei se ele é.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora perguntou ao seu pai o que ele fez, e ele disse o quê?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ele me disse exatamente isso: que o Mário, meu ex-marido, pediu a ele para abrir a conta, dizendo que ele era paraguaio e precisava receber chequinhos devido às roupas usadas que ele vendia por fardo. Precisava depositar esses cheques aqui no Brasil, e perguntou se o meu pai teria problema de abrir essa conta para ele. O meu pai falou que não, que não havia problema nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu pai sabe o que movimentou?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Parece que ele levou meu pai ao banco, conversou com o gerente, e o gerente explicou que não haveria problema nenhum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E os funcionários? A senhora falou com os outros funcionários: a Ana Peres, o Cassemiro, o Eliseo? A senhora falou com eles?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sobre esse assunto?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu sempre perguntei como eles foram parar no meio dessa confusão toda, e eles me disseram que foi a pedido do Valdir, na época, que pediu para eles abrirem as contas, pois era o gerente responsável da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora conhece Elvio Cesar Gonzáles?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora já ouviu falar no Banco Integración?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ouvi falar agora, mas até então não conhecia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Banco Araucária?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Também já ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teve negócios com o Banco Araucária?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora tem conta no exterior?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu ex-marido tem conta no exterior?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Como é que eu vou saber? Acredito que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os seus sócios tinham conta no exterior?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Que eu saiba, também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora, se fosse ao contrário, eu contando essa história para a senhora, a senhora acreditaria em mim?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Eu estou falando a mais pura verdade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou perguntando...

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – O que os fatos aconteceram, aconteceram. Que existe alguém que realmente fez isso daí, isso é lógica. Não estou aqui para querer enganar vocês ou para ludibriar a parte de vocês. Vocês estão fazendo o trabalho de vocês. Eu respeito isso. A única coisa que quero que vocês entendam de mim é que eu não participei disso tudo, eu não estava na época, eu não ganhei um dólar sequer desse dinheiro. Que nem vocês falam que eu tenho 1% de participação, então eu tenho 1% desse dinheiro. Eu não tenho esse dinheiro. Eu nunca pedi nem para um funcionário da empresa, nem para

qualquer outra pessoa que esteja envolvido. Se o meu ex-marido fez isso, a responsabilidade, gente, é dele, não é minha. Ele para mim, por exemplo, nunca teve coragem de chegar e me pedir: Debora, faz isso para mim, abre uma conta para mim. Nunca, nunca, porque ele sabe do meu...

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora reconhece que se a senhora não tivesse dado curso, isso tudo não teria acontecido no Brasil?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Como assim, dado curso? Se quando assumi a empresa, os fatos já haviam ocorrido? É isso. Posso ser burra, então, mas não consigo entender como é que... dado curso? Não foi na minha conta que foi movimentada. Pelo que eu sei, foi movimentada na conta de cada uma dessas pessoas, que elas é que têm que responder como é que foi. Eu não tava lá na época. Eu não vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. seu pai mora onde?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Meu pai mora em Ponta Porã.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É perto daqui?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – É no Mato Grosso, a 500km daqui

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe onde mora o seu Cleonir?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Cleonir Hansen?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Mora aqui em Foz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe o endereço?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não. Endereço assim, nome da rua, não sei

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe explicar como se pode ir lá?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não, eu nunca fui na casa dele. Eu só conheço ele da loja.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Elizeo?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Também não sei o endereço dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ana Peres da Silva?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Também não. Endereço, eu nunca tive na casa deles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – João Batista?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nestor Reinaldo Morel Aquino?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora chegou a imaginar que transferência da empresa para a senhora fosse para ocultar tudo isso que foi feito?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois que a senhora assumiu lá, os valores que a senhora assinou em cheque, a senhora cobrou dos seus sócios para qual destino foi dado aqueles valores?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Muitos, como lhe expliquei. A gente trabalhava muito com receptivo, tinha muito depósito de grupos, ônibus.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já entendi isso.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – E essas coisas. Então, são valores expressivos. Se você for falar hoje em termos de valores, são valores expressivos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Já perguntou para o seu sócio se havia alguma irregularidade naqueles cheques em branco que a senhora assinou?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Sei perguntei alguma vez?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem depois que recebeu intimação da Polícia Federal?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Nem depois que eu recebi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por quê?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Mas é... só me esclarece um negócio que eu agora, por exemplo, o senhor está fazendo estas perguntas com relação à empresa. Existe cheque da empresa em Conta CC-5 também?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque a movimentação pode ser de várias formas. Pode sacar em dinheiro, colocar em nome de laranja, e botar na CC-5. Então, a empresa não aparece.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ah, tá, entendi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora perguntou?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem por curiosidade?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa movimentação grande, toda ela é em nome da empresa?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Os cheques que eu assinei eram da empresa. Era no nome da empresa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora se lembra quais os fornecedores de valores maiores?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ah, não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Dona Debora, a senhora sabe por que motivo... A senhora sabe que o pai da senhora foi convocado para estar presente hoje depondo aqui, o Sr. Epifanio?...

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Epifanio Molas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O Sr. Epifanio Molas é o seu pai?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Ele está hoje aqui como depoente. A senhora sabe por que ele não veio?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Mas aonde procuram ele?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A informação é que foi em Ponta Porã.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – É que meu pai é viúvo e ele casou novamente. Ele está morando em Cuiabá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Em Cuiabá.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Com a esposa dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas eu acabei de perguntar para a senhora onde é que ele morava, e a senhora falou Ponta Porã.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Mas meu pai mora um pouco na casa dele, em Ponta Porã, e um pouco na casa da mulher dele, em Cuiabá. Esses dias ele estava aqui em Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – A senhora tem o endereço dele em Cuiabá?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O telefone?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ele deixou na... Ele esteve em Curitiba fazendo depoimento agora dia 09, não é, doutor, ele deixou todos os endereços onde ele pode ser encontrado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele está hoje aqui?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não. Hoje, não. Ele está em Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Então, essa Comissão deixa registrado para a assessoria que devemos fazer um requerimento de convocação do Sr.

Epifanio Molas. A senhora Keila Regina é a senhora sua irmã.

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Onde mora?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Ela foi embora. Ela casou e foi embora. Está morando no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Aonde?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Na Espanha.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Na Espanha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A senhora sabe se ela tinha conta no exterior?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – A senhora tem mais alguma coisa a declarar que possa ser útil a esta Comissão, CPML que apura evasão de divisas no caso do Banestado?

A SRA. DEBORA ORMAY MOLAS – Não. Tudo o que eu sabia, infelizmente, é só isso e é a mais pura verdade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Agradeço...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu vou requerer que a Dona Debora Ormay Molas permaneça...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Solicito... Pois não. Concedo a palavra à Deputada Dra. Clair.

A SRA. DRª CLAIR (PT-PR) – Sr. Presidente, acharia importante fazer uma acareação entre a depoente e o Valdir Werle, mas me parece que não está convocado aqui nesta...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estava convocado para Curitiba, porque estava detido em Curitiba e foi solto. Estamos atrás aqui para localizá-lo. Por isso que requeri que a Dona Debora Ormay Molas permaneça na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Solicitamos que permaneça para atender ao pedido da Deputada Drª Clair e do nobre Relator para que, se necessário for, fazer que a acareação ainda seja feita no dia de hoje. Obrigado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. – Microfone, por favor. Acho que tem que ser naquele outro.

O SR. (Orador não identificado) – Eu tenho as peças que poderão colaborar nas investigações quer seja os depoimentos prestados na Polícia Federal da Debora Ormay Molas, em juízo, inclusive todos os contratos sociais que originou a formação de Eucatur, está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – E os diretores sócios anteriores. E como também tenho aqui toda a

movimentação bancária da Debora Ormay Molas até a presente data, sua movimentação financeira, também as tenho aqui. Não sei se os senhores gostariam de que eu anexasse...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sim, essa Mesa acolhe essas cópias e pede para a assessoria para enviar pro nosso arquivo.

O SR. (Orador não identificado) – E também tem o depoimento prestado pelo Sr. Epifanio, pai da Debora Ormay Molas também e da própria Keila também, que está no exterior. Se V. Exª me permitir, gostaria de juntar nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – Como devo proceder? Tirar fotocópia aqui ou...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – A nossa assessoria vai tomar conta dessa... Nada mais tendo a declarar a depoente, nós pedimos que aguarde no recinto.

Vamos para o próximo depoente, Sr. Alcenir Brandt Marques.

Sr. Alcenir Brandt, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de apurar responsabilidade sobre evasão de divisas do Brasil, recebeu um termo de compromisso do Sr. Alcenir Brandt.

O SR. ALCENIR BRANDT – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Identidade nº 1391669 - SSP-PE.

O SR. ALCENIR BRANDT – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Confere?

O SR. ALCENIR BRANDT – Confere.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. Sª compromete-se, nos termos do Código de Processo Penal, dizer a verdade no que couber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

V. Sª tem até trinta minutos para expor algo que ajude as investigações da CPI do Banestado. V. Sª tem até 30 minutos. Se quiser usar esse tempo...

O SR. ALCENIR BRANDT – Posso usar a prerrogativa de permanecer calado?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Pois não.

O SR. ALCENIR BRANDT – Usarei então.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. Sª trabalha? Qual é a sua profissão?

O SR. ALCENIR BRANDT – Hoje sou comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Comerciante?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Comercializa o quê?

O SR. ALCENIR BRANDT – Trabalho com fomento mercantil.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Com fomento mercantil?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Com a palavra o nobre Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou no Banestado?

O SR. ALCENIR BRANDT – Trabalhei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual a função que o senhor tinha?

O SR. ALCENIR BRANDT – Várias. A última foi gerente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi a sua carreira no Banestado?

O SR. ALCENIR BRANDT – Entrei como escriturário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano?

O SR. ALCENIR BRANDT – Em 1974.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois?

O SR. ALCENIR BRANDT – Daí, passei para encarregado, gerente administrativo, gerente de negócios e depois gerente-geral.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, aqui em Foz do Iguaçu, era que tipo de gerente?

O SR. ALCENIR BRANDT – Gerente-geral.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem indicou o senhor para essa função?

O SR. ALCENIR BRANDT – Isso foi através de uma esteira rolante, uma forma igualitária de acesso a cargos que o banco tinha e a concorrência pública. Era uma concorrência interna do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a agência de que o senhor foi?

O SR. ALCENIR BRANDT – Agência Ponte da Amizade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havia outro gerente com o senhor lá?

O SR. ALCENIR BRANDT – Havia um gerente de negócio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era?

O SR. ALCENIR BRANDT – Altair Fortunato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era subordinado ao senhor?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ficou quanto tempo nessa função de gerente do Banestado?

O SR. ALCENIR BRANDT – Aqui nessa agência? De 1996 a 1999, uns 3 anos, por aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor deixou o banco quando?

O SR. ALCENIR BRANDT – Em 1999, em julho de 1999.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por qual motivo?

O SR. ALCENIR BRANDT – PDV: Programa de Demissão Voluntária que o banco criou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na sua gestão, de 1996 a 1999, em Foz do Iguaçu, o senhor encontrou alguma irregularidade na agência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu Gustavo Luis Melgarejo Samudio?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não o conhece? Nunca o viu?

O SR. ALCENIR BRANDT – Que eu me recorde, não. Nunca vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Rodolfo Gustavo Benitez Reyes?

O SR. ALCENIR BRANDT – Da mesma forma.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Valdir Werle?

O SR. ALCENIR BRANDT – Valdir, acho que foi correntista da minha agência, não me lembro direito, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que se dava a abertura de contas na agência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas sobre como abria a conta?

O SR. ALCENIR BRANDT – A documentação exigida pela Circular nº 2025 do Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não entendi: Circular?

O SR. ALCENIR BRANDT – Circular nº 2025 do Banco Central, que normatizava a abertura de contas correntes no banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas as pessoas que abriam conta lá seguiam essa orientação da Circular nº 2025 do Bacen?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas elas tinham os documentos todos exigidos pela Circular nº 2025? E o senhor conheceu alguma movimentação incompatível com o cadastro de alguma dessas pessoas que movimentavam conta lá?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem o direito de ficar calado, tanto é que o seu próprio termo de compromisso lhe reserva esse direito. É claro que cada membro da CPI encarará o seu silêncio de uma maneira que ele possa repercutir. O senhor tem esse direito. Agora, o senhor também poderia ter a convicção de cooperar com a CPMI.

O SR. ALCENIR BRANDT – Excelência, o seguinte: a gente já responde uma ação penal. Já demos depoimento para a Polícia Federal, para o Ministério Público, para a Justiça Federal. Consta tudo em autos, tudo a respeito desse trabalho que foi levantado. Consta tudo em autos já.

Então, prefiro...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas é que a Polícia Federal faz um trabalho, o Ministério Público faz outro trabalho, a Receita faz outro trabalho, e a CPMI faz outro trabalho.

Por isso que estamos perguntando para o senhor aqui.

O SR. ALCENIR BRANDT – Beleza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não se dispõe, consultando a sua advogada, a cooperar com a CPMI?

Se o senhor quiser uma reunião reservada, podemos fazer reservada a reunião.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, seria importante que o depoente soubesse que ele pode ser beneficiado se quiser colaborar com a CPMI.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por isso pedi ao senhor que consultasse a sua advogada.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Inclusive porque a CPMI já tem uma série de depoimentos que mencionam o nome do senhor. Tem vários depoimentos que incriminam o senhor. Seria importante a sua colaboração.

O objetivo da Comissão é apurar a evasão de divisas do nosso País. O senhor sabe que a evasão traz problemas sérios para toda a população, para todo o País.

O SR. ALCENIR BRANDT – Correto. Ratifico todos os meus depoimentos que foram dados, e isso é possível de ter cópia de tudo isso. A gente pode providenciar ou talvez a pessoa de V. Ex^a mesmo pode ter acesso a esses autos. Então, a gente ratifica o que está no depoimento já feito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Digo ao senhor o seguinte: quando alguém lhe perguntou lá como abria a conta, o senhor preferiu ficar calado?

O SR. ALCENIR BRANDT – Está nos autos. Está correto lá. A circular...

Como falei para o senhor: a abertura de conta é normatizada pela Circular 2025 do Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando alguém perguntou se houve uma movimentação incompatível de alguém com o cadastro que tinha, o senhor também preferiu ficar calado?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não. Está tudo nos autos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, pediria ao senhor que repetisse para nós.

O SR. ALCENIR BRANDT – Ratifico aquilo lá que está nos autos. Ratifico o que coloquei, o que está nos autos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desculpe-me, não estou entendendo o senhor. Se o senhor já falou, por que o senhor não expressa a mesma opinião para esta CPMI?

O SR. ALCENIR BRANDT – Mas eu não tenho o direito de permanecer calado?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É claro que tem.

O SR. ALCENIR BRANDT – Então.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou respeitando o direito do senhor permanecer calado. Claro que estou.

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, tudo bem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou fazendo uma ponderação. Se o senhor já falou em tal lugar, portanto, não é uma coisa que, mesmo que o incrimine, o senhor já falou. Por que o senhor não repete para a CPMI?

O SR. ALCENIR BRANDT – Está lá nos autos. Ratifico o que está nos autos, e o acesso aos autos é possível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas vou fazer mais uma ponderação, porque imaginei que o senhor não quisesse falar, porque são coisas que o incriminem. Se o senhor já falou, o fato de não falar aqui, só o prejudica.

O SR. ALCENIR BRANDT – Olha, eu ratifico o que está nos autos. É o que posso falar para o senhor no momento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a casa de câmbio Acaray?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A casa de câmbio Tupi?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eucatur?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Quero mais uma vez lembrar ao depoente que V. S^a tem todo o direito de ficar calado em algo que o prejudique, mas se

alguma das afirmações que V. S^a fizer aqui for mentirosa, V. S^a está em desacordo com a lei e poderá sair daqui preso.

Então, gostaria de lembrar mais uma vez. Queriria até voltar a essa pergunta do nobre Relator: V. S^a conhece a casa de câmbio Acaray?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. S^a conhece a casa de câmbio Tupi?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Valdir Werle?

O SR. ALCENIR BRANDT – Valdir, esse rapaz, acho que foi correntista na minha agência. Quando cheguei, ele era correntista da minha agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe onde ele trabalhava?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Eucatur?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eucatur? Não.

O SR. – Esse seu Valdir Werle diz o seguinte, perante o juiz – portanto, livre de coação – : “Em virtude de estar muito confuso nas declarações anteriores, eu gostaria de fazer um breve relato de como iniciou essas aberturas de contas, contas de pessoas que não tinham lastro para o movimento apresentado” - contas de laranjas. Veja bem, “Essas aberturas de conta se iniciaram no Banestado da Ponte, com os gerentes Alcenir Brandt e Altair.”

Ele informa que há várias contas abertas na agência que o senhor gerenciou, era o gerente-geral, de “laranjas”, pessoas que não tinham lastro para a movimentação que fizeram na conta. O senhor sabe disso?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor foi visitado, segundo ele, pelo sócio da Real Câmbios, Mariano Zubeldia e Mario Alcidez.

O senhor conhece?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não. Não me recordo, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alcidez Toppi, o senhor conhece?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mario Alcidez Toppi.

O SR. ALCENIR BRANDT – Não me recordo, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E eles que combinaram entre eles lá, acertaram para a abertura

das seguintes contas: Ana Peres; Cassemiro Cesar Varela. O senhor conhece?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cassemiro Cesar Varela? Nem Ana Peres?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cleonir Hansen?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eliseo Hardeleinck?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Elvira Werle?

O SR. ALCENIR BRANDT – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Jair Lemanski?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – José João de Carvalho?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Paulo Célio?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Keila Ormay Mola?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Epifanio Mola?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – “Sendo que dessas contas” – aqui já é depoimento do Sr. Valdir. “Sendo que dessas contas aqui, as que eu particularmente pedi para abrir as contas”. Foi ele que pediu ao senhor para abrir essas contas. O senhor não conhece o Valdir Werle?

O SR. ALCENIR BRANDT – O Valdir? Ele foi correntista na minha agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor conhece, ou não?

O SR. ALCENIR BRANDT – Como correntista, talvez, sim. Mas não conheço ele direito, não. Não sei quem que é essa pessoa corretamente. Eu lembro que ele era correntista da agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A dona Ana Peres era funcionária da Eucatur. Ela era zeladora da Eucatur. Ela movimentou, na conta que o senhor foi gerente da agência, vinte e três milhões. O senhor sabia disso?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é que o senhor faz a compensação?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro, Excelência, ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor faz, entre as suas tarefas, é acompanhar a saída e a entrada da sua agência, pra ver onde ela fica, no dia?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem era essa responsabilidade?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Cassemiro era vigia, ele movimentou na sua agência 25,7 milhões - na época em que o dólar era ao par -, 25,7 milhões de dólares! Ele era vigia. O senhor não tinha que acompanhar o cadastro e a movimentação das contas, quando chegava um valor maior dos cheques para o senhor sabe o que aconteceu, quem depositou, quem sacou? Não era responsabilidade do senhor?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Cleonir Hansen também era funcionário da Eucatur: 35,4 milhões de dólares! Ele era caixa. O senhor conhecia essa conta?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Sr. Eliseo Hardeminck, que era balconista, movimentou 22,7 milhões de dólares. O senhor conhecia essa conta?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Epifanio Mola movimentou 5 milhões, foi menos um pouco. O senhor conhecia essa conta?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a função do seu gerente de movimento, é assim que se fala? Gerente de negócios. Qual era a função dele lá, do Sr. Altair Fortunato?

O SR. ALCENIR BRANDT – A função dele? Visita a clientes, cumprimento das metas emanadas da Regional, atendimento de pessoas dentro da agência, venda de produtos do Banco, captação de recursos, era uma função normal. Correr atrás de inadimplência, uma função normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E é uma função da gerência atrair depósitos para a agência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando vai se buscar esses depósitos é, também, analisada a situação de cada cliente?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando um cliente faz um depósito ou um saque sem justificativa, o que deve fazer a gerência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é que dava autorização final para abertura de contas na agência do senhor?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente de negócios autorizava a abertura de contas?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente-geral da agência autorizava a abertura de contas?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o patrimônio que o senhor tem hoje?

O SR. ALCENIR BRANDT – O meu patrimônio consta do meu Imposto de Renda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Senhor pode nos dizer?

O SR. ALCENIR BRANDT – Consta do meu Imposto de Renda todinho. Eu sofri um procedimento fiscal da Receita Federal...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode se recusar a falar das coisas que podem implicá-lo. Pergunto: falar sobre o seu patrimônio poderá implicá-lo?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor não fala?

O SR. ALCENIR BRANDT – É porque...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso é um desrespeito a quem lhe faz a pergunta.

O SR. ALCENIR BRANDT – Está bom, então.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o seu patrimônio?

O SR. ALCENIR BRANDT – O senhor fala isso em Real?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os bens que o senhor tem. Quais são os bens que o senhor tem?

O SR. ALCENIR BRANDT – Tenho um apartamento, onde eu moro. Tenho dois terreninhos na cidade. Tenho uma chácara e uma chácara em Toledo. Tenho um carro em meu nome.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onde fica Toledo?

O SR. ALCENIR BRANDT – É uma cidade onde trabalhei. Próxima daqui. Fica a uns 100 km, mais ou menos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o valor desse volume de bens? Você tem aplicações financeiras?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Conta no exterior?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o valor deste patrimônio?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sei lá... Uns 800 mil... Não saberia dizer ao senhor com certeza, não. Não tenho a mínima idéia. O apartamento é de valor pequeno, o terreno de valor pequeno.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o valor?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não tenho a idéia assim, doutor... Nunca pensei... É menos de 500 mil, se chegarem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor venderia esses bens por R\$500 mil?

O SR. ALCENIR BRANDT – Teria de levantar. Não sei dizer ao senhor, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o seu salário de gerente?

O SR. ALCENIR BRANDT – Desculpa, não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o seu salário de gerente-geral?

O SR. ALCENIR BRANDT – Na oportunidade... Em torno de uns R\$4.500,00, uns R\$5.000,00... Nessa faixa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ganhava comissão sobre os negócios?

O SR. ALCENIR BRANDT – Ganhava comissão sobre a venda de produtos do banco: seguro, banestado clube...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E para cumprir meta?

O SR. ALCENIR BRANDT – Para cumprir meta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para cumprir meta, tinha vantagem econômica?

O SR. ALCENIR BRANDT – O banco tinha certas campanhas que, ao se atingir metas, dava uma premiação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas campanhas enviavam valores em depósitos?

O SR. ALCENIR BRANDT – Inclusive. Recursos de uma forma em geral.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, se houvesse uma campanha e o banco atingisse aquela meta, era pontuado, e o gerente ganhava...

O SR. ALCENIR BRANDT – Nem sempre. Em certas oportunidades, eles davam alguma gratificação, alguma coisa...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque cumpriu a meta do valor de depósito, por exemplo?

O SR. ALCENIR BRANDT – De um modo geral, as metas eram bastante grandes. Tinha de cumprir todas elas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Angariar depósitos poderia atingir metas para ganhar um salário maior, uma gratificação maior.

O SR. ALCENIR BRANDT – Em certas oportunidades, sim; noutras, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu vou lhe perguntar de novo. O senhor conhece o Sr. Rodolfo Gustavo Benitez Reyes?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor Gustavo Luis Melgarejo Samudio?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eles dizem aqui – na palavra do Ministério Público – que essas duas pessoas eram responsáveis pelo aliciamento de “laranjas”... “Laranjas” são pessoas que têm movimentação da conta incompatível com o seu patrimônio. Pessoas que não têm lastro. Eles citam. Os dois citam, nominalmente: Sr. Luiz Acosta, Alcenir Brandt, Glaucy Zobot e Paulo Sérgio Fernandes Philomena como sendo os gerentes que teriam acordos firmados com a Câmbios Acaray para facilitarem a abertura das contas correntes dos “laranjas”, recebendo por conta do desempenho dessas atividades ilícitas R\$4.000,00 por conta aberta. O senhor conhece esse fato?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha que o seu patrimônio é compatível com o seu salário?

O SR. ALCENIR BRANDT – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez recebeu algum valor para abertura de contas?

O SR. ALCENIR BRANDT – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Alberto Yussef?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Eivio Cesar Gonzáies?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os diretores do Banestado que o senhor conhece?

O SR. ALCENIR BRANDT – A gente não tinha acesso à diretoria; a gente se reportava sempre ao regional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o regional?

O SR. ALCENIR BRANDT – Regional? Foi o Milton Pires Martins...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Milton?...

O SR. ALCENIR BRANDT – Pires Martins. Tinham vários regionais também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual outro?

O SR. ALCENIR BRANDT – Vilson Sturaro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vilson Sturaro?

O SR. ALCENIR BRANDT – É. A gerência regional mudava.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem mais?

O SR. ALCENIR BRANDT – Flare... Não me lembro do primeiro nome dele. Como é?... A gente tratava ele por Frare. Foi regional também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os gerentes regionais fiscalizavam as agências?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eles tinham um certo controle, mas quem fiscalizava era a inspetoria do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A sua agência recebeu alguma auditoria da inspetoria?

O SR. ALCENIR BRANDT – Com certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Constatou alguma irregularidade?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem nessas contas abertas sem lastro?

O SR. ALCENIR BRANDT – Nunca foi questionado nada sobre isso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Central alguma vez fiscalizou a sua agência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu recebi numa oportunidade visita dos inspetores do Banco Central. Não saberia lhe dizer o período, mas recebi. Dois inspetores do Banco Central passaram em minha agência numa oportunidade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E daí? O que aconteceu?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eles perguntaram qual era o movimento. Pediram o movimento de certo dia. Eu apresentei. Eles me agradeceram e foram embora.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não constataram nenhuma irregularidade?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não me falaram nada, não relataram nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano foi isso?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não sei se foi em 96 ou 97. Não posso me lembrar direito, não. Tenho a

impressão que foi em 96, mas pode ter sido no início de 97 também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Domingos Tarço Murta Ramalho?

O SR. ALCENIR BRANDT – Esse senhor, de nome, sim, ele foi presidente do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aldo de Almeida Júnior?

O SR. ALCENIR BRANDT – Era um diretor também do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gabriel Nunes Pires Neto?

O SR. ALCENIR BRANDT – Também era diretor do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sérgio Eloi Druszcz?

O SR. ALCENIR BRANDT – Foi diretor do banco também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Osvaldo Rodrigues Batata?

O SR. ALCENIR BRANDT – Esse eu conheci, sim. Esse eu o conheci pessoalmente. Ele foi nosso regional aqui de Cascavel. Ele foi gerente da agência por bastante tempo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na época em que o senhor foi gerente de Foz?

O SR. ALCENIR BRANDT – Ele estava na regional no período. Depois ele foi para a diretoria. Ele foi diretor do banco também, mas não sei o período em que ele foi para lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alaor Alvim Pereira?

O SR. ALCENIR BRANDT – Era diretor do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor o conheceu pessoalmente?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – José Luiz Boldrini?

O SR. ALCENIR BRANDT – Era diretor do banco também, mas eu não o conheci, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Milton Pires Martins?

O SR. ALCENIR BRANDT – Esse já... Já falei que ele era regional.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ah, o senhor falou que ele era regional?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na época em que o senhor era gerente?

O SR. ALCENIR BRANDT – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Luiz Acosta?

O SR. ALCENIR BRANDT – Foi gerente aqui na agência. Eu o conheço, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi gerente na época do senhor?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era o quê? O senhor era subgerente?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não na minha agência. Na praça, somente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na praça. Era seu amigo?

O SR. ALCENIR BRANDT – Conhecido, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também existiam acusações nessa outra agência sobre contas de “laranjas”?

O SR. ALCENIR BRANDT – Na agência do Luiz Acosta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desse, sim.

O SR. ALCENIR BRANDT – Existe, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trouxe alguma informação com ele sobre isso?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor comentou alguma vez essa situação na sua agência e na agência dele?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca tocaram sobre esse assunto?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Carlos Donizeti Spricido?

O SR. ALCENIR BRANDT – Ele era funcionário dessa mesma agência do Luiz Acosta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor o conheceu?

O SR. ALCENIR BRANDT – Ele era gerente administrativo. Conheci ele, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou alguma vez sobre esse assunto?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele não comentou com o senhor alguma vez?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Clozimar Nava?

O SR. ALCENIR BRANDT – Também trabalhou nessa mesma agência que o Acosta era o gerente da agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a função dele?

O SR. ALCENIR BRANDT – Acho que era gerente de negócios.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor falou alguma coisa sobre essa situação com ele?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havia reunião de gerentes da regional?

O SR. ALCENIR BRANDT – Na regional, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E nessas reuniões nunca se tocou nesse assunto?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em nenhuma delas?

O SR. ALCENIR BRANDT – Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando isso estava sendo investigado, ninguém comentou?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os gerentes regionais sabiam dessas situações?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não posso lhe dizer isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor comunicou alguma vez para algum deles essa situação?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, não tinha de

ver nenhum de comunicar a eles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Benedito Barbosa Neto.

O SR. ALCENIR BRANDT – Ele trabalhava no câmbio em Foz do Iguaçu, na agência Centro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor o conheceu?

O SR. ALCENIR BRANDT – Conheci.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conversou sobre esse assunto com eles?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem da movimentação da CC-5?

O SR. ALCENIR BRANDT – Como em minha agência não tinha, então, eu não tenho nem conhecimento de CC-5.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que agência operou com CC-5 em Foz?

O SR. ALCENIR BRANDT – Só a agência centro. A carteira de câmbio era na agência centro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor soube de remessa de reais para a agência centro para esse fim?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era comum o saque em reais na agência do senhor?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor. Saque o senhor fala em valores pequenos, grandes...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valores acima de dez mil reais?

O SR. ALCENIR BRANDT – Acima de dez é comum.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Acima de cinquenta?

O SR. ALCENIR BRANDT – Menos comum. Aí tinha que fazer previsão, tinha que sacar o dinheiro no Brasil para poder. A praça de Foz do Iguaçu tinha muito efetivo rodando e não sei lhe dizer de que vulto os saques chegavam.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem cuidava da provisão de caixa?

O SR. ALCENIR BRANDT – Tinha tesoureiro na agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele quem fazia a programação com o Banco do Brasil?

O SR. ALCENIR BRANDT – Na realidade, em Foz dificilmente saca no Banco do Brasil. Só deposita lá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque entra muito recurso?

O SR. ALCENIR BRANDT – Entra muito recurso durante o dia na agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adelar Filippetti.

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu nem o conheci. Foi gerente do Ceasa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Wolney Dárcio Oldoni.

O SR. ALCENIR BRANDT – Ele trabalhou junto com o Filipeto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valderi Werle.

O SR. ALCENIR BRANDT – Esse trabalhou com o Filipeto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se tem alguma acusação contra ele? Abertura de contas irregulares?

O SR. ALCENIR BRANDT – Tem, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Altair Fortunato.

O SR. ALCENIR BRANDT – Ele trabalhou comigo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele responde também sobre acusação de contas irregulares?

O SR. ALCENIR BRANDT – Também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se ele abriu?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não saberia dizer, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele nunca comentou esse assunto com o senhor?

O SR. ALCENIR BRANDT – Da abertura de conta?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso.

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E sobre a movimentação de contas sem lastro?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor comentou alguma coisa sobre esse assunto com ele, sobre a movimentação de conta sem lastro?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Onorino Ragnin.

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu conheço ele, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que ele é?

O SR. ALCENIR BRANDT – Na época, eu trabalhei com ele, em 1992. Ela ficou como funcionária do banco também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ela também operou contas desse tipo?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu não saberia dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Anísio Resende de Souza?

O SR. ALCENIR BRANDT – Acho que ele foi diretor do del Paraná, não conheço esta pessoa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tinha relações com sua agência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Kazuto Yokoo?

O SR. ALCENIR BRANDT – Esse senhor foi inspetor do banco e depois trabalhou no Banco del Paraná, no Paraguai.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele teve relação com sua agência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ramon Ramirez Zarate?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ércio de Paula dos Santos?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gilson Girardi?

O SR. ALCENIR BRANDT – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valdir Antônio Perin?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto, é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Concedo a palavra à Dra. Clair.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O Sr. recebia premiação do banco por conta aberta?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhora.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Que tipo de premiação o senhor recebia na oportunidade? O senhor falou agora mesmo que recebia uma premiação.

O SR. ALCENIR BRANDT – Para cumprimento de metas, nem todas as campanhas eram com premiação. Umás eram com premiação; outras, não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – A abertura de conta não dava para o senhor nenhuma premiação?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Nesse período que o senhor trabalhou o senhor disse que recebia 4.500 reais de salário. Qual era a remuneração do senhor bruta, envolvendo a premiação?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não saberia dizer porque tínhamos gratificação semestral.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim, mas era no montante do salário, era superior?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, não, era coisa bem pequena.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor não tinha nenhum acordo com o Sr. Valdir Werle para abertura de conta?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Gostaria de obter o depoimento do Sr. Valdir Werle.

(Pausa)

O Sr. Valdir Werle esteve prestando depoimento na Câmara Federal e disse o seguinte: que ele gostaria de fazer um relato de como iniciou a abertura de contas. “Que essas aberturas de conta se iniciaram no Banestado da Ponte, com os gerentes Alcenir Brandt e Altair.”

O senhor confirma essas informações do Sr. Valdir Werle?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado, Excelência.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – “Que o senhor foi visitado pelo sócio da Real Câmbio Mariano Zubeldia e Mario Alcidez Toppi”.

O senhor confirma?

O SR. ALCENIR BRANDT – Prefiro ficar calado.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual era o movimento da sua agência na oportunidade? Porque tem os volumes naturais, o volume mensal natural da conta e tem mês que extrapola. Qual era o volume da movimentação das contas?

O SR. ALCENIR BRANDT – A senhora fala débito e crédito de um dia na agência bancária?

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – É. Houve, assim, volumes que saíram da normalidade que o senhor pode informar, nesse período, que se acresceram?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não havia uma alteração? Não houve uma alteração entre um ano e outro?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não saberia dizer, não temos essa estatística, não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor foi beneficiado de alguma forma com essas aberturas de contas?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhora.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não recebeu nenhum valor para isso?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhora.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sequer da gerência em termos de prêmios ou de outra forma de compensação por abertura de contas? Era uma política do banco, ou não?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não. O banco sempre tem metas para a gente cumprir de abertura de conta, mas nunca teve premiação por causa de abertura de conta, não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas cumprindo essas metas, que tipo de metas eram essas?

O SR. ALCENIR BRANDT – A meta começava por recuperação de créditos, parte de inadimplentes: numa carteira de inadimplentes, você tenta recuperar tantos por cento daquilo; produtos do banco que seriam vendidos, tipo ações, seguro, seguro de vida, captação em poupança, RDB, CDB...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr^a Clair, pela oportunidade. E volume de depósitos?

O SR. ALCENIR BRANDT – Volume de depósitos em conta? Também.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim, então, volume de depósitos só deve ter ido em conta, em consequência, exatamente. Quanto o senhor recebeu em razão desse volume?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu não saberia dizer, não. Está na documentação do banco, eu não saberia dizer para a senhora. Isso é coisa irrisória.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor tem conta bancária em que banco? Naqueia oportunidade, o senhor tinha conta bancária onde?

O SR. ALCENIR BRANDT – Só no Banestado.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Houve algum período em que tenha havido excesso de valores que ultrapassasse os valores que o senhor receberia pela remuneração do banco?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhora.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor acompanhava os saques feitos no seu banco?

O SR. ALCENIR BRANDT – Os saques de quem a senhora fala?

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Dos correntistas. Era da sua competência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Quais eram os correntistas que tinham valores expressivos? O senhor conhecia e pode lembrar os nomes dos correntistas que tinham valores expressivos na sua agência, que movimentavam valores expressivos?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor fazia um relatório mensal desses saques, dessa movimentação à gerência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Quem era o gerente responsável por isso?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu era o gerente da agência.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não, superior ao senhor.

O SR. ALCENIR BRANDT – Era a regional.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Quem era, na oportunidade, o diretor do banco?

O SR. ALCENIR BRANDT – Na oportunidade, tenho a impressão que o Milton Pires Martins era o nosso gerente regional.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – E o diretor do banco quem era?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não me lembro, na época, quem que era, não. Era a diretoria financeira. Quem que era o diretor financeiro não me lembro, não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Saíram saques de correntistas diretamente para a Real Câmbio ou outra casa de câmbio na sua agência? O senhor tinha ciência desses fatos?

O SR. ALCENIR BRANDT – Eu prefiro ficar calado.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer também a acareação do depoente com o Sr. Valdir Werle, e de pedir a V. Exª que requisitasse informações da Polícia Federal, do juízo, para saber o paradeiro do Sr. Valdir Werle, que me parece foi solto ontem, para que ainda hoje possamos fazer essa acareação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Já está sendo providenciado, Deputada Drª Clair, afirma aqui o nosso Relator, Deputado José Mentor. A Mesa acolhe a solicitação de V. Exª.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Nada mais a tratar, então, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sr. Alcenir Brandt, o senhor tem algum apelido?

O SR. ALCENIR BRANDT – Gastão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Gastão. O senhor trabalhou quanto tempo no Banestado?

O SR. ALCENIR BRANDT – Quase 27 anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela oportunidade: por que o apelido do senhor é Gastão?

O SR. ALCENIR BRANDT – Quando eu cheguei a Palutina, fui trabalhar de garçom num restaurante. O dono do lugar tinha o apelido de Tio Patinhas. Tinha um outro garçom com o apelido de Peninha. Na seqüência, chegando lá, me puseram o apelido de Gastão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor trabalhou, portanto, 27 anos na agência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Quase 27 anos. Trabalhei um ano também no banco comercial. No Banestado, foi 25 anos e meio e um ano fora do Banestado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – E na Agência Ponte, quanto desse período de 27 anos V. Sª trabalhou?

O SR. ALCENIR BRANDT – Em torno de 3 anos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – 3 anos?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – 3 anos? De que ano a que ano?

O SR. ALCENIR BRANDT – De 1996 a 1999.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – De 1996 a 1999. Antes, V. Sª trabalhou em que agência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Agência Santa Teresinha do Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor, como gerente-geral da Agência Banestado - Ponte, tinha total autonomia ou se reportava a alguma diretoria ou superintendência?

O SR. ALCENIR BRANDT – Superintendência. Diretoria também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – E a diretorias também?

O SR. ALCENIR BRANDT – Também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor hoje trabalha em que empresa?

O SR. ALCENIR BRANDT – Fomento Mercantil.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Empresa própria?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Qual o capital dessa fomento mercantil?

O SR. ALCENIR BRANDT – Em torno de R\$100 mil, acho, por aí. Ela começou com quarenta e poucos mil, comecei “ela”.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor poderia me dizer qual a principal atividade dessa Fomento Mercantil?

O SR. ALCENIR BRANDT – A atividade de **factoring**.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – **Factoring**. E essa **factoring** que o senhor tem de fomento mercantil mexe com moeda estrangeira?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Só com troca de cheques e duplicatas?

O SR. ALCENIR BRANDT – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – E essa **factoring** V. S^a tem há quanto tempo?

O SR. ALCENIR BRANDT – Depois que eu saí do banco.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Depois de 1999?

O SR. ALCENIR BRANDT – Depois de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor levou alguma clientela do banco para essa **factoring**?

O SR. ALCENIR BRANDT – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Nenhum daqueles correntistas do Banestado naquela época...

O SR. ALCENIR BRANDT – Pode ter sido que alguém chegou a ser meu cliente depois, mas não especificamente assim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Eu queria comentar com o Sr. Relator que a empresa atual chama-se Fomento Mercantil, uma **factoring** com capital social de R\$100 mil.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar ao depoente uma informação: se a Justiça já determinou a quebra do sigilo bancário do depoente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O depoente informou aqui, agora há pouco, que já teve o sigilo dele quebrado.

O SR. ALCENIR BRANDT – Fiscal e bancário quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – No sigilo bancário quebrado, podemos solicitar que esse sigilo seja estendido à nossa CPMI.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O parecer do Relator é favorável. No momento oportuno, aprovaremos o requerimento.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, também gostaríamos de já ter acesso a essas informações, para fazermos, se possível, ainda hoje, perguntas sobre essa movimentação bancária, se estaria de acordo com o depoimento do depoente neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor é casado?

O SR. ALCENIR BRANDT – Sou casado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Tem filhos?

O SR. ALCENIR BRANDT – Tenho dois filhos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Que idade têm os filhos?

O SR. ALCENIR BRANDT – 18 e 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – 18 e 20 anos.

Como o senhor se sente envolvido, como gerente-geral do Banestado, nessa trama grave, com ilícitudes, flagrantes de remessa de dinheiro ilegal, com o “laranja” na agência em que V. S^a tinha uma certa autonomia como gerente-geral? Como o senhor se sente, do ponto de vista até pessoal, familiar, com essa situação? O senhor poderia dar uma colaboração aqui para a CPMI, no sentido de esclarecer esses fatos, que se avolumam em outros setores, mas que são de substancial importância na sua agência, quando V. S^a foi gerente-geral do Banestado Ponte? Como V. S^a se sente perante os seus familiares?

O SR. ALCENIR BRANDT - GASTÃO – É uma coisa horrível, a gente fica deprimido constantemente. Isso é extremamente horrível, horrível. Não tenho outro termo para usar. É deprimente ao extremo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Indago do senhor se está de posse dos depoimentos que fez às outras autoridades?

O SR. ALCENIR BRANDT - GASTÃO – Não, algumas coisas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode nos passar às mãos esses depoimentos agora?

O SR. ALCENIR BRANDT - GASTÃO – Eles não estão comigo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Nem com o seu advogado?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu vou requerer a juntada.

Peço a V. S^a que permaneça no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Esta Presidência pede a V. S^a que permaneça neste recinto para uma provável acareação ainda hoje. A conduta de V. S^a, em alguns momentos, de ficar calado, nos obriga (*falha na gravação*) para que tenhamos um rápido

posicionamento por parte da Justiça local na suposta participação de V. S^a neste caso de evasão para paraísos fiscais de um montante de cerca de novecentos e tantos milhões de dólares nessa região, contribuindo para o escândalo de mais de US\$30 bilhões de evasão fiscal e de remessas para o exterior.

V. S^a, por favor, aguarde no recinto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Gastão, o senhor sabe qual é o CNPJ da sua empresa?

O SR. ALCENIR BRANDT - GASTÃO – De cabeça, eu não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia obter esse número para me fornecer?

O SR. ALCENIR BRANDT - GASTÃO – O meu contador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor poderia ligar para ele depois para fornecer esse número?

O SR. ALCENIR BRANDT - GASTÃO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Convoco o Sr. Luiz Acosta para o seu depoimento.

(Pausa)

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de apurar responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para paraísos fiscais. Termo de compromisso do Sr. Luiz Acosta, RG: 157165 92-SSP-PR.

Confere?

O SR. LUIZ ACOSTA – Confere.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O depoente se compromete, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal?

O SR. LUIZ ACOSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. S^a já sabe do nosso dever de aqui estar em Foz do Iguaçu esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o sentido de apurar responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil.

Eu gostaria de dar a V. S^a de até trinta minutos para se manifestar.

O SR. LUIZ ACOSTA – Excelência, já faz uns cinco anos que venho prestando depoimento na Polícia Federal. Já fui cerca de dez vezes. Já prestei depoimento também em juízo, no Ministério Público. Acho que todos esses depoimentos estão à disposição de vocês, eles devem ter acesso. O que eu tinha a dizer sobre esse assunto já disse.

Hoje, gostaria de usar os meus direitos, a prerrogativa que tenho, de permanecer calado para não depor contra mim mesmo, já que também tenho processo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. S^a sabe que um dos intuitos desta CPMI é buscar, com essas investigações e com esses procedimentos, obter dados que possam ajudar a Comissão Parlamentar Mista e o próprio Brasil a coibir a prática dessas ilicitudes que sustentam muitas vezes a corrupção administrativa, o crime organizado, entre outras ilicitudes.

A ajuda por parte daqueles depoentes trará benefícios óbvios, legais, e, às vezes, a falta de colaboração nos obriga a tomar atitudes no sentido de pedir a aceleração desses processos para que tenhamos um veredicto rápido, tendo por objetivo claro chegar à verdade. Qualquer dado que V. S^a quiser dar que possa ser útil a esta CPMI, sem com isso ferir o direito de V. S^a, poderá lhe ser favorecido.

Agora, pessoalmente, quero lhe dizer algo. Não participo desta CPMI na busca de culpar gerente nem doleiro nem pessoas dessa ordem. Eu, pessoalmente, tenho o objetivo básico de saber quem são os donos desse dinheiro, de onde vieram, que ilicitudes foram feitas e, infelizmente, pessoas, algumas inocentes, outras intencionalmente, acabaram sendo usadas, utilizadas por esses fatos.

Então, V. S^a sinta-se à vontade. É importante para V. S^a que possa colaborar conosco, para que tenha alguns benefícios.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só para complementar, Sr. Presidente, o que V. Ex^a acaba de dizer, queria registrar que o senhor tem o direito de permanecer calado sobre as coisas que possam incriminá-lo. Sobre outros fatos o senhor tem que falar a verdade, não há porque o senhor deixar de falar a verdade sobre os fatos que o senhor conhece. Somente sobre aqueles que podem incriminá-lo é que o senhor pode deixar de falar. É claro que o seu silêncio será analisado por cada um dos membros da CPMI com os efeitos que ele possa causar.

O senhor trabalhou no Banestado?

O SR. LUIZ ACOSTA – Trabalhei, sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode descrever a sua carreira?

O SR. LUIZ ACOSTA – Comecei no banco em 1976, na cidade de Altônia, noroeste do Paraná. Depois vim para Foz do Iguaçu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a função do senhor lá?

O SR. LUIZ ACOSTA – Lá fui até encarregado. Vim para Foz de Iguaçu como supervisor de agência, na área administrativa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano foi isso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Em 1985. Em Foz do Iguaçu, passei depois para o cargo de gerente-administrativo, fui transferido para gerente de negócios - isso foi num período de cinco anos, de 1985 a 1990. Em 1990, fui para a cidade de Realeza, fui gerente da agência de Realeza. Lá eu fiquei por quatro anos e depois fui transferido para a cidade de Umuarama, na função de supervisor regional de produção. Fiquei lá por um ano e quatro meses, um ano e cinco meses, aí foi quando retornei a Foz do Iguaçu, na função de gerente da agência - função de gerente da agência em maio de 1996. Fiquei até o ano de 2000, quando me aposentei pelo banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi o motivo da aposentadoria?

O SR. LUIZ ACOSTA – Me aposentei, o banco tem um fundo de pensão, ele propôs uma aposentadoria proporcional, e eu peguei na época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Teve alguma coisa a ver com essa coisa do Banestado?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhor. O banco estava privatizando e precisava... Tinha necessidade de enxugar o quadro de funcionários, e então tinha um incentivo para sair, Programa de Demissão Incentivada Voluntária.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi gerente da agência central?

O SR. LUIZ ACOSTA – Gerente da agência do centro, aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a agência centro é que operava câmbio?

O SR. LUIZ ACOSTA – A agência centro tinha, dentro da agência, uma carteira de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Outra agência do Banestado aqui em Foz tinha agência câmbio?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, só a agência centro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Toda a operação de CC-5 foi através da agência central?

O SR. LUIZ ACOSTA – Foi, mas na carteira de câmbio. Eu quero que o senhor entenda que tinha dois gerentes. Eu não fui gerente de câmbio, eu fui gerente da área comercial, essa área de empréstimo, super cheque, conta corrente, e a carteira de câmbio tinha a gerência de câmbio que respondia pela carteira de câmbio e que não era subordinada a minha área, era separadas dentro da agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Câmbio era subordinado a quem?

O SR. LUIZ ACOSTA – O câmbio tinha o gerente de câmbio e ele se reportava. Não sei se o regional, departamento de câmbio, divisão de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o gerente de câmbio?

O SR. LUIZ ACOSTA – O gerente de câmbio, teve mudanças.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos eles.

O SR. LUIZ ACOSTA – Tinha o Benedito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Benedito do quê?

O SR. LUIZ ACOSTA – Benedito Barbosa Neto, creio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois foi o Rogério, eu trabalhava com ele, depois ele passou a ser o gerente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Rogério de quê?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não lembro do nome completo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois?

O SR. LUIZ ACOSTA – Depois teve um outro rapaz que ficou por pouco tempo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o nome?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois?

O SR. LUIZ ACOSTA – Depois veio um rapaz ele ficou de gerente de negócios, mas ali já em 99...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quanto tempo ficou o Sr. Benedito Barbosa Neto?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu não lembro o período exato, eu sei que 96, 97, eu acredito que até o início de 98, final de 97. Não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Sr. Rogério?

O SR. LUIZ ACOSTA – O Rogério trabalhava com o Benedito, ele era gerente de negócios, depois ele .. acho que ficou um período na regional, depois ele voltou como gerente quando saiu o Benedito. Só não sei precisar a data.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 98 até quando?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não lembro quando ele saiu. Provavelmente em meados de 99, mas eu não tenho certeza.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quer dizer que o câmbio não tinha nenhuma relação com o senhor?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, o câmbio, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor não sabe a quem ele se reportava, se era o regional ou a diretoria de câmbio?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu acho que ele era ligava mais à diretoria de câmbio, porque o câmbio tem aquela comunicação com o Banco Central, de todas

as operações, são operações técnicas que exigem conhecimento específico.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor então não sabia das operações de câmbio que ocorreram na sua agência? E não existia um gerente geral da agência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu era o gerente geral, mas é como eu disse, a carteira de câmbio no Banesb não é subordinada ao gerente. Tinha algumas agências que o gerente era gerente das duas áreas, mas aqui em Foz de Iguaçu sempre teve o gerente de câmbio. Eu como não entendia de câmbio, nunca trabalhei na área de câmbio, não tinha conhecimento técnico do assunto, ela não ficou subordinada à minha gerência em função da.. da.. Eu não tinha condições de responder pela carteira. Por isso, sempre teve o gerente com conhecimento do... né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O fato de ter um gerente com maior conhecimento no câmbio não quer dizer que o senhor não teria - estou lhe perguntando - a responsabilidade de ter a visão geral da agência. Ou não?

O SR. LUIZ ACOSTA – Da área de câmbio não, porque o gerente era gerente que nem eu, então ele cuidava da área dele e eu cuidava da minha área.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe onde está o Sr. Benedito Barbosa Neto? Mora aqui? Em que lugar?

O SR. LUIZ ACOSTA – O Benedito creio que mora em Curitiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O responsável pela abertura de contas na agência centro?

O SR. LUIZ ACOSTA – O gerente da agência, no meu caso, eu era responsável pela abertura de conta, podendo, eu delegava para os demais gerentes. Então, todos os gerentes tinham responsabilidade pela abertura da conta, a conta que cada um abria, ou autorizava, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor fazia a supervisão dessas contas?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não era feita supervisão, porque tinha autonomia, o gerente tinha autonomia para abrir a conta. O que acontecia é que às vezes a gente assinava junto, um abria, outro assinava, porque não havia uma preocupação da responsabilidade da abertura da conta. Muitas vezes, o gerente autorizava uma abertura, saía para fazer visita, quando ele voltava, chegava à tarde ele não estava na agência, outro assinava. Isso ocorria também. E quando não, a gente tinha um comitê de créditos que se reunia todo dia para aprovar operações e também assinava documentos, assinava abertura, às vezes assinava até em conjunto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem era o responsável?

O SR. LUIZ ACOSTA – Quem assinava o cartão ficava como responsável.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Acosta, o senhor está sob juramento, não está? Vou perguntar de novo para o senhor: Quem era o responsável pela abertura de contas?

O SR. LUIZ ACOSTA – Excelência, o gerente que assinou é responsável, que assinou a abertura.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É porque até o senhor não ser responsável pelo câmbio eu entendi. Agora, o senhor é gerente geral de uma agência, e o que acontece na sua agência o senhor não é responsável?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, responsável, a conta que assinei eu era responsável.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A quem reportava o gerente que abria a conta?

O SR. LUIZ ACOSTA – Ele se reportava a mim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem é o responsável pela abertura da conta?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu também era responsável, eu era co-responsável.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá na agência do senhor ocorreu alguma abertura de conta cuja movimentação seguinte era incompatível com as condições de quem abriu a conta?

O SR. LUIZ ACOSTA – É, hoje tenho conhecimento que ocorreu realmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que o senhor tem conhecimento hoje?

O SR. LUIZ ACOSTA – Porque na época a gente não tinha o acompanhamento da movimentação da conta. Foi no ano de 1996, 1997. O Banco não nos instruiu para que acompanhássemos essa movimentação. Achávamos que a responsabilidade era do correntista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não tinha responsabilidade para acompanhar as movimentações das contas na agência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Olha, as normas do banco, as orientações que tínhamos, a orientação do banco não previa que eu fizesse esse acompanhamento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando uma lavadeira movimentava milhões de reais, de dólares, e o senhor achava que não tinha problema?

O SR. LUIZ ACOSTA – É que a gente não percebia isso...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor tinha uma conta aberta e no prazo de quinze dias aquela pessoa movimentava milhões de reais e encerrava a conta, era normal?

O SR. LUIZ ACOSTA – Excelência, vou usar o meu direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Calado o senhor pode, mas dizer que é normal o senhor não pode.

O senhor tomou conhecimento de alguma conta cuja movimentação foi incompatível com o lastro da pessoa que abriu a conta?

O SR. LUIZ ACOSTA – Como disse para o senhor, não fazíamos acompanhamento da abertura da renda declarada com a movimentação da pessoa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem fazia o acompanhamento da compensação na agência do senhor?

O SR. LUIZ ACOSTA – Compensação... A compensação ficava a cargo dos caixas e dos encarregados da área administrativa que recebiam os cheques, conferiam as assinaturas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o Banco perdia alguns milhões na compensação, era o caixa quem ia atrás para compensar, para colocar o depósito no lugar e atingir a meta?

O SR. LUIZ ACOSTA – Como perder na compensação?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o saque contra a sua agência era maior do que o depósito, o que acontecia?

O SR. LUIZ ACOSTA – Era só se estourasse a conta do cliente, se faltasse saldo na conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O banco não queria ter maior volume de depósito na sua agência – só na sua agência – não queria ter depósito?

O SR. LUIZ ACOSTA – Queria, é lógico. É claro queria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando perdia na compensação, quem é que resolvia – vamos atrás dos clientes para poder compensar, para poder equilibrar o saque. Quem é que resolvia ir – o caixa?

O SR. LUIZ ACOSTA – Na época, nós não fazíamos esse tipo de trabalho – compensação... O banco passou por uma época muito tumultuada...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebia um relatório diário de depósitos e de saques?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não. Se tinha na agência....

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor está me convencendo de que não precisa de gerente não, não é?

O SR. LUIZ ACOSTA – Se tinha na agência algum relatório... O relatório que nós usávamos, diariamente, era o Relatório de Ocorrência – o que passava, o que vinha para a Gerência. Nós gastávamos quase meio dia resolvendo esses problemas. Era um Relatório de

Ocorrências negativas, quer dizer, contas estouradas, saques de depósitos em cheques...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Acosta, o senhor não recebia o que sacavam contra o banco, o que depositaram contra o banco? O senhor não sabia como estava o depósito da sua agência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Mas não o movimento – nós poderíamos ver era clientes que ficavam com saldo em contas, dependendo de um número “x” de dias. De repente, tinha Relatório que havia...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o volume de depósito da agência do senhor?

O SR. LUIZ ACOSTA – Havia depósito em conta corrente, poupança, aplicação. Então....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todos eles juntos – quanto é?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não saberia dizer, agora, de cabeça. Faz 5, 6, 7 anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas se o senhor é gerente-geral da Agência, Sr. Acosta.

O SR. LUIZ ACOSTA – Mas os números... Eu não consigo lembrar os números – são de seis anos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o menor patamar de depósitos que teve lá? O senhor se lembra – o menor?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o maior?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não lembro também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De quem era a orientação para captar depósitos?

O SR. LUIZ ACOSTA – A orientação era da Diretoria do Banco que estipulava metas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a Diretoria falava com o caixa?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não. Para captar, falava conosco, falava com os gerentes – reuniões com os gerentes. Era passada metas de captação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor?

O SR. LUIZ ACOSTA – Também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor usava os gerentes para captar depósitos?

O SR. LUIZ ACOSTA – Orientava – tinha necessidade de buscar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ia buscar esses depósitos aonde?

O SR. LUIZ ACOSTA – Os depósitos – nós íamos atrás das empresas e de pessoas com potencial para aplicar no Banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quando havia depósitos de pessoas que não tinham potencial – o que o senhor fazia?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não havia um acompanhamento na época. Nós passamos a fazer acompanha-

mentos através de movimentação, a pedido do Banco, a partir de 1998, quando saiu a nova Lei de Lavagem de Dinheiro – precariamente, eu sai do Banco no ano de 2000 e não havia, ainda, um Relatório de acompanhamento. Nós passamos a fazer acompanhamentos através dos gerentes ou dando atenção....

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe o que é o chamado “laranja”?

O SR. LUIZ ACOSTA – Hoje eu sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é?

O SR. LUIZ ACOSTA – É a pessoa que emprestou nome, aí, para....

O SR. RELATOR (José Mentor) – Lá na Agência do senhor tem algum “laranja”?

O SR. LUIZ ACOSTA – Acho que teve, não é?

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quem abriu as contas desses “laranjas”?

O SR. LUIZ ACOSTA – Olhe, eu abri e outros gerentes, também, abriram. Aliás, não sabíamos que essas pessoas estavam emprestando os nomes - porque a pessoa vem no Banco abrir uma conta, ela manifesta o interesse e não havia restrição de renda para abertura de conta. Se a documentação era válida, nós abríamos a conta. Agora, depois que ela saísse do Banco, o que ela fazia com o cartão dela ou com o talão de cheques dela, nós não tínhamos acompanhamento, não tínhamos conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o saque normal dos cheques na Agência do senhor – saque normal que não chamava atenção? Qual era o valor do saque – um cheque de R\$5.000,00 era normal?

O SR. LUIZ ACOSTA – Era normal?

O SR. RELATOR (José Mentor) – R\$10.000,00?

O SR. LUIZ ACOSTA – Normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E alguém que movimenta em 15 dias R\$23.000.000,00 – é normal?

O SR. LUIZ ACOSTA – Depende como foi feita essa movimentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sacando ou depositando, não importa.

O SR. LUIZ ACOSTA – Mas... O meu relatório do banco, ele não mostra que a pessoa teve aquela movimen.. Hoje, eu depusitei tanto, sacou tanto. Ele vai mostrar se sobrou um saldo na conta...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu acabei de perguntar para o senhor, e o senhor falou que não!

O SR. LUIZ ACOSTA – Como?... Desculpe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Havia um relatório diário de controle de depósitos e de saques, para ver qual era o limite, qual era...

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, não havia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Adriano Sarracho Amarília?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tem 27 movimentações, 18 milhões e seiscentos, na agência do senhor.

O senhor conhece Balbino Duarte?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tem 33 movimentos, com 26 milhões e setecentos.

O senhor conhece Daniel Barbosa dos Santos?

O SR. LUIZ ACOSTA – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem 22 milhões e oitocentos.

O senhor conhece Décio Cardoso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem 28 milhões e oitocentos.

Todas pessoas que não tinham lastro.

O senhor conhece Lucas Cavalheiro?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tem 31 milhões e seiscentos.

Luís Carlos Osório: 23 milhões, o senhor conhece?

O SR. LUIZ ACOSTA – Esse rapaz, eu conheci esse rapaz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De onde ele é?

O SR. LUIZ ACOSTA – Mas... Esse rapaz eu não sei... Acho que ele faleceu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vivo, o senhor conhece algum que movimentou assim?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não.. Lembro que esse rapaz, ele tinha uma conta no banco, há mais tempo. Não sabia dessa movimentação na conta dele, mas eu conhecia ele. Não vou negar que conhecia o rapaz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa Meire Importação e Exportação de Manufaturados Ltda, o senhor conheceu?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, não lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – 53 milhões e novecentos.

Mírian Cleide Bonarigmo Barbosa, conheceu?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu não me lembro, não, Ex^a.

O SR. RELATOR (José Mentor) – 20 milhões. Oséas Domingos da Silva: sete milhões e oitocentos, conheceu?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não me lembro também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Paulo Rocha Correia: seis milhões, o senhor conheceu?

O SR. LUIZ ACOSTA – Também não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Celior Pedrosa da Silveira: 15 milhões e novecentos, o senhor conheceu?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É muita gente, hein?

O senhor se lembra de ter feito alguma comunicação ao seu superior sobre essas contas?

O SR. LUIZ ACOSTA – Como assim, comunicação?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dizendo de movimentação irregular, propondo troca de contas?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu me reservo o direito de não depor agora...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu me reservaria o direito de permanecer calado nessa questão.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas como é que o senhor disse que não conhece, se essa carta faz referência a esses nomes que eu acabei de falar?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não sei se fui eu que fiz a carta. Eu não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já depôs em Juízo?

O SR. LUIZ ACOSTA – Já, sim, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor viu a carta?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu vi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A assinatura não é do senhor?

O SR. LUIZ ACOSTA – A assinatura, eu creio que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a carta é de quem?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu não sei. A carta não tem nenhum indício de quem escreveu, de qual o gerente que escreveu a carta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas e o indício de quem assinou?

O SR. LUIZ ACOSTA – Mas eu não assinei sozinho. A gente assina...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não perguntei se foi sozinho, perguntei se o senhor assinou.

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, a carta eu devo ter assinado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que o senhor diz que não conhece a carta?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não me lembro, doutor. Não me lembro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – “Encaminhamos a V. S^{as}, para conhecimento e análise, a docu-

mentação das contas correntes abaixo relacionadas, as quais terão movimentação de valor...”

O senhor não pode consultar sua advogada.

“Encaminhamos a V. S^{as}, para conhecimento e análise, a documentação das contas correntes abaixo relacionadas, as quais terão movimentação de valores expressivos, oferecendo as seguintes reciprocidades:”

Conta número tal, Oséas...

O senhor propõe ainda a troca da conta. O senhor propõe a troca da conta. Conta 33741-8, Oséas Domingos da Silva; conta 335733, Acelior Pedroso Silveira; e, 337353, Paulo Rosa Correa.

Essas contas correntes substituem as seguintes contas correntes anteriormente autorizadas:

26936-3 – Luís C. Osório; 33580-6 – Décio Cardoso e 33584-9 – Miriam B. Barbosa.

O senhor se lembra disso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – “Reciprocidades oferecidas:

Movimentação, em média, de R\$500 mil/dia, permanecendo em poupança integrada, permanecendo também R\$300 mil em RDB, já aplicados, e R\$ 5mil de tarifa sem movimentação mensal.

2 – Conta corrente 33711-6, Balbina Duarte; e conta corrente 337051, Daniel Barbosa dos Santos.

Essas contas correntes substituem as contas correntes 33337-4, de Lucas Cavalheiro; e, 33332-3, de Adriano S. Amarília, permanecendo as seguintes reciprocidades, ou seja, R\$2 milhões em média de poupança integrada; R\$ 600 mil aplicados em RDB e R\$3 mil reais de tarifa sem movimentação.”

O senhor se lembra disso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Reservo-me o direito de não responder.

O SR. RELATOR (José Mentor) – “Encaminhamos a V. S^{as} documentação das contas abertas, as quais terão movimentação de valores expressivos para vosso conhecimento e análise.

Conta corrente 333374, Lucas Cabaihero; e conta corrente, Adriano Sarrajo Amarília, abertas em substituição às contas correntes 334672, de Meire Importação e Exportação de Produtos Manufaturados.”

Lembra disso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Excelência, reservo-me o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebia gratificação pelas reciprocidades?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando aumentava o depósito da meta na agência em depósito, nunca teve campanha para beneficiar, para produzir

maiores depósitos na agência que o senhor recebesse uma gratificação?

O SR. LUIZ ACOSTA – Exatamente sobre depósito, não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E sobre RDB?

O SR. LUIZ ACOSTA – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E poupança?

O SR. LUIZ ACOSTA – Também não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E abertura de conta?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, tinha metas, mas não premiação. Premiação mais sobre a venda de produtos, seguros, título de capitalização. As premiações eram sempre...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando existia uma campanha era para todas as agências?

O SR. LUIZ ACOSTA – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque tivemos aqui outro gerente que falou que havia campanhas de promoção para depósito, para várias situações.

O SR. LUIZ ACOSTA – Havia metas, mas campanha de vendas, de produtos comissão...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou lhe perguntando se havia gratificação...

O SR. LUIZ ACOSTA – Com comissão, campanha era para todas as agências.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para todas?

O SR. LUIZ ACOSTA – Para todas as agências.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, eu lhe pergunto: havia campanhas para gratificação para depósito em conta corrente?

O SR. LUIZ ACOSTA – Como disse, Excelência, não recebia comissão para...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não falei em comissão. Eu estou lhe perguntando se havia campanhas específicas com gratificação. Para que havia gratificação? Apenas para prêmio de seguro?

O SR. LUIZ ACOSTA – Apenas para vendas de produtos de seguros e títulos de capitalização. Basicamente esses dois. Para cartão de crédito, às vezes, tinha. Pela venda de cartão havia algum bônus para o funcionário vendedor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais são os critérios de promoção na carreira interna do Banestado?

O SR. LUIZ ACOSTA – Critérios de promoção?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que é um bom gerente para o Banestado? Quem foi um bom gerente para o Banestado?

O SR. LUIZ ACOSTA – Acho que o banco acompanhava a carreira do gerente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas quando ele dava retorno ao banco.

O SR. LUIZ ACOSTA – Também. Quando havia retorno e quando o gerente não causava problemas ao banco, como emprestar mal o dinheiro. Às vezes, emprestava e não recebia. Isso poderia causar prejuízo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso daria prejuízo.

E quando dá lucro ao banco? Aumentar depósito dá lucro para o banco.

O SR. LUIZ ACOSTA – Esse seria um dos quesitos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – RDB dá lucro para o banco; poupança dá lucro para o banco. É um quesito para promoção no Banestado um bom desempenho comercial da sua agência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Um bom desempenho em todas as áreas e não em uma área específica.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Diz-se por aí que o banco costuma ganhar dinheiro emprestando dinheiro dos outros. Quando o senhor capta recursos para depósito, o senhor dá condições para o banco emprestar dinheiro, não é isso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Sr. Rodolfo Gustavo Benitez Reyes?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu?

O SR. LUIZ ACOSTA – Esse nome não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gustavo Luis Melgarejo Samudio?

O SR. LUIZ ACOSTA – Também não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não conhece. Esses dois senhores são acusados de aliciar “laranjas”. Segundo investigação do Ministério Público, essas pessoas citam nominalmente Luiz Acosta, Alcenir Brandt, Glaucy Zobot e Paulo Sérgio Fernandes Philomena como sendo os gerentes que teriam acordo firmado com Câmbios Acaray - SRL? O senhor conhece Câmbios Acaray?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar de Câmbios Acaray?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para facilitar a abertura das contas correntes dos “laranjas”, recebendo, por conta do desempenho de tal atividade ilícita, uma quantia de R\$4 mil por conta aberta.

O senhor recebeu algum valor por conta aberta?

O SR. LUIZ ACOSTA – Nunca, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é o seu patrimônio hoje?

O SR. LUIZ ACOSTA – O meu patrimônio está em torno de R\$200 mil ou R\$300 mil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que o senhor tem de propriedade?

O SR. LUIZ ACOSTA – Como propriedade, possumo um apartamento que financiei em 1988 e que praticamente se pagou com o aluguel, porque saí do apartamento e o aluguei. É um apartamento pequeno de noventa e poucos metros. Quando saquei o meu Fundo de Garantia, em 1998, comprei um apartamento onde moro hoje. Paguei R\$65 mil por este apartamento e o outro deve valer hoje cerca de R\$40 mil. Tenho dois carros; um deles comprei depois que saí do banco quando recebi o PDI – R\$33 mil – e para o segundo carro paguei R\$14 mil. E tenho as poupanças que sempre tive. Sou uma pessoa que economiza para sempre ter segurança.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem contas no exterior?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor fez alguma remessa para o exterior alguma vez?

O SR. LUIZ ACOSTA – Nunca fiz. Até sair do banco, apenas tive conta no Banestado; nunca tive conta em outro banco, mesmo no Brasil. Todos os meus bens saíram da minha conta corrente, onde era creditado o meu salário do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o Alberto Yussef?

O SR. LUIZ ACOSTA – Conheço ele hoje. Tenho visto nos jornais...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele nunca operou na sua agência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Só se ele operava com câmbio. Comigo, na área comercial, nunca operou.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu algum comentário sobre problemas de câmbio na sua agência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Como assim? Problemas de câmbio?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente responsável pelo câmbio nunca comentou com o senhor que havia algum problema, que estava sendo realizada uma auditoria, uma investigação?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não anormal. Há periodicamente auditorias no banco. Sempre houve auditoria, mas não porque existia algum problema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez a auditoria descobriu alguma irregularidade?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não. Como assim?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Alguma vez a auditoria do Banestado registrou alguma irregularidade na sua agência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Pequenas irregularidades.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais foram elas?

O SR. LUIZ ACOSTA – Uma operação que foi feita. Às vezes, a pessoa podia ter uma pequena restrição.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O que mais?

O SR. LUIZ ACOSTA – Essa auditoria às vezes ficava dois meses, 40 dias na agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Abertura de contas irregulares?

O SR. LUIZ ACOSTA – Abertura de contas irregulares. Eles fizeram - creio - que um relatório parece que no final de 1997, por aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pegou ou não pegou?

O SR. LUIZ ACOSTA – Tinha, tinha alguma coisa sobre abertura de contas, porque eles checavam a documentação basicamente. E aí eles desconfiaram de alguns documentos, e eu creio que levaram pra checar junto à Receita.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco Central fez alguma auditoria?

O SR. LUIZ ACOSTA – Na minha agência, não. Na área comercial, não. Só se fez na área de câmbio, e isso eu não tenho... Eu não sei. Eu sei que eles estiveram na área de câmbio. Eu lembro que teve pessoal...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu não conheci as pessoas. Eu não sei quantas eram. Mas eu sei que eles estiveram na área de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por volta de quando?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não saberia precisar. Acho que teve mais de uma vez. Mas o período eu não lembro. Eu lembro que eles vieram aqui perto... No ano de 2000, porque, no final de 1999, parece que havia uma autorização especial do Banco del Paraná, porque o Banco del Paraná tinha conta aí na agência. E houve uma mudança na forma de depósito. Houve um controle. Não se poderia mais depositar em dinheiro os cheques que o Banco del Paraná depositava. Eram mandados xerox de todos os cheques diariamente. Nessa época, parece que veio alguém do Banco Central para verificar se estava sendo feita corretamente a implantação daquele novo **modus operandi**.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, antes disso, o senhor não soube de nenhuma fiscalização do Banco Central, em 1996?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eles só fiscalizaram área de câmbio na agência. Em nenhum lugar em que trabalhei, eu... Para não dizer que eu nunca tive pessoas no Banco Central, em Realeza, veio alguém para ver a carteira rural, o caso de um financiamento rural. Mas, aqui em Foz, na minha agência, nunca fizeram nenhum relatório.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Houve algum comentário de transferências em reais do Banco del Paraná ao Banestado centro, para converter em dólares?

O SR. LUIZ ACOSTA – Transferência?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Transferência em reais.

O SR. LUIZ ACOSTA – Transferência em reais. O Banco del Paraná transferindo para o Banestado?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim, na agência centro.

O SR. LUIZ ACOSTA – O Banco del Paraná fazia os depósitos aí, os caixas, que eram a minha área, que eram assunto... Eles tinham recepção dos depósitos do Banco del Paraná. Entretanto, o controle da conta, as negociações do Banco del Paraná... O Banco del Paraná é uma conta de não residente. Era feito na carteira de câmbio. Não era feito por nós. E acredito que o Banco del Paraná tinha alguma negociação com a mesa de câmbio, com a área de câmbio de Curitiba.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor tomou conhecimento de alguma operação de saque em reais na sua agência para depósito em contas CC-5, sem passar pelo Paraguai?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se houvesse um saque deste tipo, o senhor teria que saber? Saque na conta corrente de um residente do Brasil da sua agência para mandar para o câmbio pela CC-5?

O SR. LUIZ ACOSTA – Ele poderia ir ao caixa. De repente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se fossem R\$10 milhões, era o caixa que liberava?

O SR. LUIZ ACOSTA – De repente, um gerente pode ter vistado. Se houvesse dinheiro na conta e não houvesse, gerente, o caixa... O importante é o depósito ser liberado na conta. É o mais importante. O banco não tinha essa preocupação...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se houvesse dinheiro na conta, estaria tudo bem?

O SR. LUIZ ACOSTA – Estava tudo bem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ele não podia transferir reais da sua agência pela CC-5? Não podia.

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, na minha agência, na área comercial, ele podia fazer o saque. Mas se ele ia

depositar na CC-5 eu não sei. Eu não fazia acompanhamento. A única CC-5 que eu sei que recebia depósito em dinheiro era o Banco del Paraná, que tinha aquela concessão que os senhores já mencionaram.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A concessão era para o Banestado, não era para o Banco del Paraná. Era para o Banestado.

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu não sei como que era, porque, como eu disse, eu sabia que o Banco del Paraná podia fazer depósito em dinheiro. Mas quem informava, quem controlava era a área de câmbio. Eu só sei que era a única, porque as outras CC-5 não recebiam depósitos em dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para quem o senhor mandou a carta comunicando a irregularidade ou propondo aquelas alterações que eu li há pouco? O senhor lembra?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu me reservo do direito de permanecer calado, né?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem eram os superiores do senhor na época em que o senhor foi gerente?

O SR. LUIZ ACOSTA – Tinha a Superintendência Regional...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais foram os superintendentes regionais?

O SR. LUIZ ACOSTA – Seu Milton Pires Martins.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem?

O SR. LUIZ ACOSTA – Milton Pires Martins.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele sabia dessas operações?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois?

O SR. LUIZ ACOSTA – Bom, eu... Era meu chefe.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Subgerente Regional?

O SR. LUIZ ACOSTA – Era meu chefe imediato. Agora...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era o chefe imediato?

O SR. LUIZ ACOSTA – Ele era o chefe imediato.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele ficou... o período todo que o senhor foi a gerente ele ficou como superintendente?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não sei, no finalzinho, parece que mudou, mas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o outro que mudou?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Dr^a Clair, peço a oportunidade. Tem alguma importância uma conta que deixa, em média, quinhentos mil/dia do Banestado?

O SR. LUIZ ACOSTA – Creio que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É uma coisa importante. Por isso, o senhor mandou aqui dizendo que essa conta era importante porque mantinha quinhentos mil/dia na média. Se ela deixa mais trezentos mil em CDB é importante?

O SR. LUIZ ACOSTA – É importante.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se ela deixar mais cinco mil sem mexer na conta é importante?

O SR. LUIZ ACOSTA – Cinco mil reais?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É, de tarifa mensal, de tarifa.

O SR. LUIZ ACOSTA – Ajuda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ajuda?

O SR. LUIZ ACOSTA – É.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Muito obrigado, Dr^a Clair.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor tinha que visar cheques? Saques?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, os saques todos os gerentes poderiam visar. Qualquer gerente tinha autonomia para visar.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Quantos gerentes tinha lá?

O SR. LUIZ ACOSTA – Quando cheguei na agência, em 96, éramos, acho, em cinco. Depois, chegou a oito.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – E o senhor fez saques...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela oportunidade. Por que chegou a oito?

O SR. LUIZ ACOSTA – Porque o banco ampliou a área gerencial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Cresceu o volume?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, eles consideraram que era deficiente e aumentaram a estrutura que tinha.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Os gerentes tinham uma responsabilidade destacada? O senhor, por exemplo, disse que tinha um que era do câmbio? Quem era?

O SR. LUIZ ACOSTA – Já disse. Era o Benedito.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Benedito. E os outros também tinham responsabilidades destacadas. Quais eram as responsabilidades destacadas?

O SR. LUIZ ACOSTA – O gerente tinha que produzir para o banco, emprestar dinheiro, recuperar crédito, vender produto. Basicamente...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas e o senhor? O senhor era o geral?

O SR. LUIZ ACOSTA – O geral porque tinha que coordenar, passar instruções...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – É incrível que o senhor como gerente-geral não tem que acompanhar saques, não tem que acompanhar o movimento do banco, nada. Nada disso o senhor tinha que fazer?

O SR. LUIZ ACOSTA – O banco trabalhava assim na época. Eu seguia, sempre seguia, as instruções do banco.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Então, o senhor, pela conclusão, é um relapso da administração regional, que não se importava com nada disso.

O SR. LUIZ ACOSTA – Não é que eu não me importava, é que não havia uma orientação do banco para que houvesse esse acompanhamento na época. Isso passou a ser feito a partir de 98.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Olha, sinceramente, eu não posso acreditar que isso seja verdade, senhor. Não posso acreditar que um banco com esse volume de dinheiro... Qual era o volume de dinheiro que passava pelo banco? E houve um acréscimo desse volume num determinado período ou não houve?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu não sei lhe precisar assim, com a passagem dos anos, os acréscimos que houve de depósitos. Não tenho esses dados em mãos.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas não era nada estranho para o senhor esses saques? Ficava três dias... Volume... Altíssimos valores. Sacava. Não era estranho isso? O senhor não achou nada estranho nesse período que o senhor passou lá? O volume de dinheiro entrava e saía. Volumes altíssimos. Sem as pessoas terem lastro, bens suficientes para garantir aquilo lá? Saía dinheiro e não era nada estranho?

O SR. LUIZ ACOSTA – Nós não fazíamos o controle.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Para abrir uma conta, o que era necessário, senhor?

O SR. LUIZ ACOSTA – A documentação base para a abertura de conta corrente era o CPF, a identidade, um comprovante de endereço e um comprovante de renda.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – De renda.

O SR. LUIZ ACOSTA – Exato.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – E o senhor recebeu esses valores aí de milhões. E recebeu com a declaração de bens ou não?

O SR. LUIZ ACOSTA – Com a declaração de bens, não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não. Então, houve uma...

O SR. LUIZ ACOSTA – Não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Foi... O senhor cometeu uma infração relativa ao banco, de não ter a declaração de bens. O senhor não disse que para abrir a conta precisava...

O SR. LUIZ ACOSTA – Declaração de bens, não. Declaração de renda, eu disse.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Pois é. De renda.

O SR. LUIZ ACOSTA – Mas não é de bens.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – De renda.

O SR. LUIZ ACOSTA – Mas o banco, ele especificava o que poderia ser aceito como comprovante de rendimento.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O que é que poderia ser?

O SR. LUIZ ACOSTA – Holerite, declaração de contador, declaração até de próprio punho.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Pois é. Então. Aqui, senhor...

O SR. LUIZ ACOSTA – Até de próprio punho. A pessoa podia fazer uma declaração, e era válida.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Gostaria de ter acesso aí às contas que foram depositadas. As contas correntes. (Pausa)

Vamos ver aqui um exemplo. Balbino Duarte. Depositou lá, em reais, vinte e seis milhões setecentos e sessenta e um mil oitocentos e cinqüenta. O senhor verificou qual era a declaração de renda dele?

O SR. LUIZ ACOSTA – Isso não era feito. A declaração de renda...

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas, não, o senhor falou que ele...

O SR. LUIZ ACOSTA – A declaração de renda... A declaração era para abrir a conta. Depois era arquivada. Não se olhava mais a declaração.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não. Eu sei, mas...

O SR. LUIZ ACOSTA – Não aparecia nenhum relatório.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Que declaração? O cara chegava e dizia: “Olha, eu ganho tanto”?

O SR. LUIZ ACOSTA – Sim.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – E tinha...

O SR. LUIZ ACOSTA – Era uma mera formalidade.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas o senhor não... “Olha, eu sou vigia e estou depositando aqui esse valor”. E aí?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Fazia a ficha cadastral do cliente? O cadastro? O banco fazia?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não. Só quando a pessoa fosse tomar algum empréstimo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas e para aplicar? Para aplicar dinheiro não precisava do cadastro?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não. Não, senhor.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – E para sacar?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para abrir poupança?

O SR. LUIZ ACOSTA – Também não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – E para sacar? Também podia sacar? Só se tivesse conta?...

O SR. LUIZ ACOSTA – É. Saldo na conta, podia sacar.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – E não estranho, por exemplo, o cidadão colocar num dia e sacar no outro volumes expressivos?

O SR. LUIZ ACOSTA – Excelência, como eu disse, nós não fazíamos acompanhamento.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Tá. E o banco tinha metas para cumprir. Certo?

O SR. LUIZ ACOSTA – Sim.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Metas incluía volume de dinheiro?

O SR. LUIZ ACOSTA – É. Poderia ter metas de captação.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Certo.

O SR. LUIZ ACOSTA – Valor, mas não volume...

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Tinha relatórios? Como é que eram essas reuniões com o gerente regional, que o senhor falou que era o Sr. Milton Pires Martins, que, por sinal, se encontra preso? O senhor tem ciência de que ele está preso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não. Não senhora.

O SR. – *(Fora do microfone.)*

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Saiu antes? Mas tem conhecimento? A imprensa noticiou que ele foi preso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não. Não. Essa pessoa, não.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Essa pessoa, não? Não é esse que está preso?

O SR. LUIZ ACOSTA – É o Gabriel. Não é o Gabriel?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gerente do Banestado é o Gabriel. Que foi preso é o outro. Que saiu é aquele da casa de câmbio, Eucatur.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não. Não. O que era gerente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está preso. Anteontem foi preso.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Como é o nome?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Gabriel.

O SR. LUIZ ACOSTA – Gabriel.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Gabriel. Tá. O senhor...

O SR. LUIZ ACOSTA – Ele foi diretor do banco, não é?

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Ele era diretor na oportunidade?

O SR. LUIZ ACOSTA – Eu sei que ele foi diretor do banco, mas eu não lembro o período.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Certo. O Sr. Milton Pires Martins era gerente regional. De quanto em quanto tempo o senhor se reunia com ele para prestar contas do banco? Da sua agência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não era prestação de contas. Tinha reuniões regionais para tratar de todos os tipos de problemas, administrativos, das novas orientações...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Pois é. Mas uma das coisas.. Administrativo é secundário para um banco. Importa para o banco é o dinheiro que está correndo lá, o volume, os negócios. Os problemas administrativos são secundários. De quanto em quanto tempo o senhor se reunia com esse Milton Pires Martins para dar essas informações?...

O SR. LUIZ ACOSTA – As informações, se a regional tinha, ela pegava essas informações através do sistema do banco.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor, na reunião com ele, o que fazia lá?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, a reunião era com todos os gerentes juntos, não era individual.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Eu sei, mas então, com todos, o que o senhor fazia lá?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não se tratava do assunto de cada agência.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Do que se tratava?

O SR. LUIZ ACOSTA – Podia passar lá. Quanto você vendeu de cartão, quanto falta para você cumprir a meta, e assim...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O volume de dinheiro não interessava.

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, poderia ter também a meta que você tinha de depósito. quanto que faltava para cumprir, qual o período. Não tinha uma periodicidade, assim, mensal. Às vezes, tinha um mês, passava dois, três. Não tinha uma periodicidade fixa.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Certo. O senhor acompanhou o transporte de dinheiro através desses carros-fortes?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhora.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Nunca presenciou carro-forte aqui, daqui de Foz lá para Ciudad del Este e retorno?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Nunca foi feito depósito através de carro-forte?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, carro-forte, mas quem usava, por exemplo, era o cliente que usava. Nós, o Banestado, não ia buscar dinheiro de cliente.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas nunca veio dinheiro através de carro-forte?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, pode ter vindo, do Banco do Paraná, que depositava diariamente, pode ter vindo de carro-forte. Vinha de carro-forte.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim. E qual era o volume? Não lembra?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não acompanhava esse volume.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não.

O SR. LUIZ ACOSTA – Sei que variava bastante e eram volumes altos.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor lembra se houve uma variação do montante do dinheiro entre um ano e outro, um acréscimo que fosse desproporcional à realidade, que pudesse trazer pelo menos reflexões do senhor, ver se aquilo lá era uma coisa certa, se podia ter algum problema? Nada chamou a atenção do senhor nesse período?

O SR. LUIZ ACOSTA – Mas a senhora fala com relação a esses depósitos do...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Depósitos, saques de altíssimo valor, sem lastro.

O SR. LUIZ ACOSTA – Excelência, como eu disse, nós não acompanhávamos. Nessa época, não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não acompanhava? Então, por que tinha gerente lá? Havia alguma diferença entre o gerente e o caixa, entre o gerente e o boy do banco, lá na sua agência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não entendi a pergunta.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não, estou falando porque o senhor não tinha que saber de nada e nem se importava com nada.

O SR. LUIZ ACOSTA – Recebo orientações do banco. O que o banco me passa, eu procuro cumprir aqui que o banco me passa para cumprir.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Certo. Pelo o que o senhor está me dizendo, a gerência do banco era displicente, se não se importava, não exigia nada disso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não sei lhe dizer se era displicente.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Está bem, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sr. Luiz Acosta, o senhor trabalhou quanto tempo nessa agência Banestado centro, como gerente-geral, como funcionário?

O SR. LUIZ ACOSTA – Trabalhei de 1985 a 1990, um período, depois saí da praça. E voltei em 1996 até quatro anos e meio, 2000.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – De 1996 até 2000.

O SR. LUIZ ACOSTA – Até setembro de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Setembro de 2000. O senhor conheceu o Sr. Alcenir Brandt, o capitão?

O SR. LUIZ ACOSTA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Conheceu. É da sua amizade?

O SR. LUIZ ACOSTA – Ele era gerente da outra agência. Até então, quando eu vim para Foz do Iguaçu, eu não conhecia ele. Como colega de banco, a gente tinha...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Encontravam-se regularmente?

O SR. LUIZ ACOSTA – A gente se encontrava, às vezes, não muito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Tinham amizades pessoais, amizade de casa, familiar?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Reunia-se em algum local público em Foz do Iguaçu?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Não tinha relação de amizade?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, amizade, não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor participou algumas vezes de reuniões gerais com o Sr. Milton Pires Martins, superintendente regional?

O SR. LUIZ ACOSTA – Reuniões de gerente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Teve?

O SR. LUIZ ACOSTA – Teve.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Fora da reunião de gerência, encontros pessoais, familiares?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, não. Não tinha amizade particular.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Não. Nessas reuniões, o Sr. Milton Pires Martins, superintendente regional, responsável direto pelo trabalho de V. S^a, encontrava-se também o Sr. Alcenir Brandt?

O SR. LUIZ ACOSTA – Normalmente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sim.

O SR. LUIZ ACOSTA – Ele também era gerente, a reunião era de gerentes, ele estava na mesma região, na mesma regional...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Atualmente, o senhor presta alguns serviços como autônomo.

O SR. LUIZ ACOSTA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor poderia me dizer algum nome de algumas empresas que o senhor tem prestado serviço?

O SR. LUIZ ACOSTA – Trabalho pouco, trabalho basicamente para duas pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Microempresas?

O SR. LUIZ ACOSTA – Microempresas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Não teve nenhum relacionamento com essa **factory**, com essa Fomento Mercantil, do Sr. Alcenir Brandt?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não. Não conheço a empresa dele.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Está certo. O senhor conhece o Sr. Ércio de Paula dos Santos ou o Sr. Gilson Girardi?

O SR. LUIZ ACOSTA – O Gilson, não; o Ércio eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Conhece o Ércio?

O SR. LUIZ ACOSTA – Conheço porque ele foi, bem agora, no ano de 2000, bem ultimamente, próximo da minha saída banco, ele foi parece que gerente de divisão de câmbio, ou departamento. Até quando houve essa mudança da conta do Banco del Paraná com relação à autorização do Banco Central, havia esse novo controle dos depósitos que vinham do Paraguai, ele quem passava as instruções para nós de como proceder, como acatar o depósito, se tinha que mandar para o departamento (falha na gravação) 99, que até então era mais liberal. O Banco Central impôs novos controles.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Pela oportunidade, Sr. Presidente. Nesse controles novos, a grande mudança foi identificar quem mandava mais que R\$10 mil, quem depositava mais de R\$10 mil, sacava mais de R\$10 mil.

O SR. LUIZ ACOSTA – Os controles novos, primeiro, não se poderia mais, foi cassada aquela concessão especial. Havia um controle que o mesmo... O Banco del Paraná tinha uma máquina fornecida pelo próprio Banestado para que ele já fizesse o controle, já que não tinha condições de fazer a agência. O controle era o seguinte: os cheques, parece que eram até o mesmo depositante, o mesmo emitente de cheque, no período de 15 dias, o Banco del Paraná tinha que somar os cheques que ele tinha acatado do mesmo

emitente para não superar o valor de R\$10 mil, um “x” valor. Não lembro exatamente se era um valor de R\$10 mil. E todo cheque acima de R\$1.000,00 nós tínhamos que mandar no dia a cópia do cheque para o Departamento, que, acredito, eles encaminhavam para o Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E foi feito isso?

O SR. LUIZ ACOSTA – Isso foi feito. Rigorosamente. E que a partir de 1998...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas continua sem conferir se aquele valor era compatível com o lastro...

O SR. LUIZ ACOSTA – Excelência, a partir do início de 1998, principalmente depois da Lei nº 9.613, que acredito que foi de maio, houve uma grande preocupação do banco com relação a essas movimentações. Nós implantamos na agência controles convencionais, através de vistos de cheque, o gerente quando fosse olhar a conta do cliente para ver se a movimentação. Só que passamos a fazer isso quando fomos orientados para isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sr. Luiz Acosta, à época, 1996/2000, quem era o diretor do del Paraná?

O SR. LUIZ ACOSTA – Diretor... Eu tinha pouco contato com o Banco del Paraná, porque o Banco del Paraná, nosso contato não era tão intenso e era com a agência, que tinha uma agência do del Leste. O Banco del Paraná, a diretoria é em Assumpção, então, diretor, não conheço bem a estrutura do Banco del Paraná para dizer se lá tinha um gerente, se tinha algum diretor do banco responsável pelo Banco del Paraná. Isso não sei dizer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco del Paraná é coligado do Banestado?

O SR. LUIZ ACOSTA – É uma empresa coligada. O Banestado era sócio majoritário.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Nessas reuniões com a superintendência regional, o Sr. Milton Pires Martins, algumas vezes, aparecia o Sr. Ércio de Paula dos Santos, ou ele teve em alguma oportunidade com a superintendência?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhor. Não me lembro de nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Já ouviu falar na cobrança PIC?

O SR. LUIZ ACOSTA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Nobre Relator, Deputado José Mentor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito. Eu pediria apenas que permanecesse no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Peço a V. S^a que permaneça, por enquanto, no recinto, para o caso de haver alguma necessidade de aprofundar as questões. Está encerrado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Adelar Felipetti.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada sob o Requerimento nº 2, de 2003 – CN, com a finalidade de apurar responsabilidade sobre evasão de divisas do Brasil para os chamados paraísos fiscais em razão de denúncias, revelada pela Operação Macuco realizada pela Polícia Federal por uma evasão de mais de US 30 bilhões, efetuada de 1996 a 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

Leio o termo de compromisso feito pelo Sr. Adelar Felipetti; RG: 13533458 SSP – PR. Confere?

O SR. ADELAR FELIPETTI – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que couber e for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, de acordo com o art. 5^o da Constituição Federal.

V. S^a tem até trinta minutos para expor fatos que possam ajudar as investigações desta CPML.

Tem V. S^a a palavra. Pode se identificar, dizendo sua profissão atual.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Bom, eu quero dizer que fiz questão de vir aqui para colaborar com os senhores. Acredito que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito deve fazer esse trabalho, sim, senhor, deve apurar os fatos e, se houver pessoas que cometeram atos ilícitos, que essas pessoas respondam na forma da lei.

Agora, nós, bancários, meu caso, estamos sendo injustificados, porque – usando uma expressão bastante comum – fomos colocados como se fôssemos todos farinha do mesmo saco. Na verdade, não somos isso. Somos bancários e estávamos ali cumprindo a nossa função, qual seja, cumprir metas que o banco estabelecia e abrir contas correntes, que é um procedimento normal dentro do banco até hoje.

Nasci no Rio Grande do Sul e mudei para cá, Foz de Iguaçu, em 1973. Em 1975, entrei no banco. Fiz minha carreira durante praticamente 24 anos - faltaram poucos meses para 24 anos. Quero dizer ao senhor que, nesse período todo, sempre vivi uma vida simples, dentro do padrão que o salário me permitia. Aposentei-me no banco e vivo da mesma forma que eu vivia, com o padrão que o salário me permite.

Durante esses 24 anos em que estive na casa – praticamente 24 anos, pois faltaram poucos meses -

nunca tive um processo administrativo interno. Nunca fui penalizado pelo banco por cometer alguma irregularidade. Muito pelo contrário: tenho registrado no meu dossiê fatos elogiosos por ter evitado fraude e menção honrosa por ter sido funcionário de destaque em algum período dentro do banco.

Então, estamos aqui para expor aos senhores o que for necessário. Quero dizer que a minha vida é limpa. Tudo que tenho, que são poucas coisas, está no Imposto de Renda e foi declarado desde àquela época. Não tem nada, não levei vantagem nunca em lugar nenhum, que possa condenar minha pessoa.

Acredito que o senhor quer que eu fale a respeito das contas que movimentaram... Nossa obrigação como gerente, dentro da agência, nunca foi controlar financeiramente conta de cliente. Tínhamos autonomia para abrir conta corrente - eu tinha, meu gerente de negócios tinha, o assistente de gerente também tinha. Então, eu não conheço todas as pessoas que tinham conta no banco, porque trabalhava com uma infinidade de clientes, 4 ou 5 mil pessoas. É muito difícil conhecer todo mundo. Então, um gerente podia abrir determinadas contas e não se sabia nem quem era o cliente, o que aconteceu com esses fatos aqui. Tivemos um assistente de gerente que abriu as contas, teve contato com as pessoas, elas foram até à agência e abriram as contas. Posteriormente, ficamos sabendo que essas contas foram usadas. As pessoas venderam os nomes para "laranjas", usaram como "laranjas", certo?

Agora, nós não sabíamos disso. Isso foi uma coisa que a gente ficou sabendo pela mídia depois, mais tarde, com a apuração desses inquéritos que foram feitos. E causou-nos surpresa, sem dúvida, porque na época não tínhamos obrigação de acompanhar. Muito pelo contrário. Eu não sou agente da Polícia Federal, eu não sou agente da Polícia Civil, eu não sou agente da Receita Federal para instigar o cliente, para saber do cliente a origem do seu dinheiro.

Eu não tenho, eu não tinha autonomia para não aceitar a compensação de um cheque. Eu não tinha autonomia para não aceitar um depósito em conta corrente, entendeu?

Eu, como gerente da agência, trabalhava de forma normal, cumprindo metas que o Banco estabelecia e cumprindo as normas que o Banco estabelecia.

Esses fatos que estão registrados, que eu tive a oportunidade de verificar no inquérito que está correndo na Justiça Federal, ocorreu em 1997. Até então a única coisa que o banco nos obrigava e exigia que nós fizéssemos era quando houvesse um depósito em efetivo acima de dez mil reais, que ele fosse identificado. Se houvesse uma retirada no caixa acima de dez mil

reais, da mesma forma, que fossem identificados esses valores, a origem, para quem ia, para onde ia.

Isso era informado à diretoria financeira do banco e, posteriormente, acredito que informavam ao Banco Central também. A partir de 98, se não me falha a memória, março de 98, uma Circular 9613, aí, sim, foi atribuída a nós responsabilidade para detectar movimentações irregulares em conta corrente.

Daquela data para cá, no meu caso, até 99, porque fiquei no Banco até o final de 99. Depois eu saí e me aposentei, nós encerramos inúmeras contas, poupanças que eram utilizadas, que as pessoas tentavam fraudar. Contas correntes encerramos diversas e comunicamos isso ao Banco, que posteriormente deve ter repassado isso ao Banco Central, que era nossa obrigação fazer.

Mas em 97, voltando a 97... não tínhamos obrigação de fazer isso, entendeu? Nós não tínhamos obrigação de verificar movimentação em conta corrente.

Acho que era isso o que eu tinha de expor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O Relator tem a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor resumidamente poderia me dar a sua carreira no Baneestado?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Sim, eu entrei no Banco em 75, como auxiliar de escriturário. Passei em um concurso interno. Fui para escriturário; depois, chefe de serviço; gerente administrativo...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi gerente administrativo?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi gerente administrativo quando?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Quando?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Eu posso errar na data, mas creio que por volta de 1980.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Depois fui para gerente de negócios, em 85; em 90, gerente geral em São Miguel do Iguaçu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 90?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Em 95, já retornei a Foz do Iguaçu, quando fiquei lotado na agência Jk - Foz, no Ceasa de Foz do Iguaçu, até final de 99, quando de aposentei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor voltou para cá em 90?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Em 95.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 95.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já tinha estado aqui antes?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Sim, eu entrei no banco aqui.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor ficou de gerente-geral da agência Ceasa?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E nessa agência teve alguma abertura de conta que foi investigada, que está sendo investigada irregularmente?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Que eu tomei conhecimento nos autos, teve. Três ou quatro contas que tiveram movimentação acima do normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe quem abriu essas contas?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Quem abriu foi o meu assistente de gerente, que trabalhava comigo, que trabalhava comigo, o Valderi Werle.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Todas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valderi?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Valderi.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valderi Werle?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele abriu todas as contas?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Todas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor saberia me dizer quais são as contas.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Que consta da relação é Antônio Nilson Madaleno, Bruno Carlos Chitler, Edison Inácio Lens e Jorge Luiz Raz.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esta Ana Peres da Silva.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Também. Também foi ele. Steimos e Alves também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Alcides Xavier de La Rossi?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não conheço. Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É primo dele. Também foi ele.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Também foi ele.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta movimentou, em 11 dias, R\$1 milhão. Alcides Xavier de La Rossi. É primo do Valderi Werle.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não tenho conhecimento dessa, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E Oscar Boggatto Canteiro?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Essa conta é da Agência Ponte da Amizade e não da JK. Está relacionada em um outro processo da minha agência, mas não pertence, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não conhece?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a agência?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Agência Ponte da Amizade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a abrir alguma conta que está sob investigação?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas contas que foram abertas pelo senhor Valderi? O senhor chegou a ter suspeita sobre a movimentação?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não. É o que falei agora há pouco. Não tínhamos a obrigação de verificar a movimentação em conta. Não tínhamos autonomia para não aceitar a compensação de um cheque, para recusar um depósito. Não verificávamos a movimentação em conta corrente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Veja a minha experiência pessoal. Não de agora, mas de muitos anos. Quero dar um testemunha pessoal, de muitos anos. Quando se chegava com um cheque maior em um banco para sacá-lo o próprio caixa, que não tinha autonomia, ia procurar um gerente para dar o visto, para autorizar o pagamento, mesmo que houvesse lastro. Muitas vezes, o gerente vinha perguntar por que se ia sacar, oferecia um cheque administrativo, um DOC. Enfim, tudo isso para não perder o recurso, o dinheiro. Isso não acontecia na agência onde o senhor era gerente.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não. Porque 90%, 99% era feito por compensação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tinha saque em reais?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Tinha, mas de valores inexpressivos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor fazia o fechamento da compensação, quando a agência estava perdendo saques não lhe chamava a atenção?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Esse controle não era com a agência. Há uma central de compensação que fazia essa tomada de perda.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor não tinha uma meta na sua agência?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando caía a meta o que acontecia?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Caía o quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O depósito.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Ia atrás de novos recursos, de novas contas para poder suprir aquela deficiência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor controlava para saber se caiu, se estava mal, se estava bem.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha o controle para saber se estava acima ou abaixo da meta.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Recebíamos uma posição mensal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Aí, o senhor saía atrás de depósitos? Telefonava: “Ajude-me aqui hoje, mande um depósito.”

O SR. ADELAR FELIPETTI – Isso. De novas contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas contas... telefonava para ele para pedir depósito?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não. Não telefonava para pedir depósitos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por que tiveram um funcionamento tão curto?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Como?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Porque essas contas funcionaram por um prazo tão curto?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Pararam de movimentar, pura e simplesmente. Algumas foram encerradas por nós mesmos. A maioria parou e não houve mais interesse de promover a movimentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sei disso. Um prazo tão curto, de poucos dias, para a movimentação do dinheiro não chamou a atenção?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, Excelência. Não tínhamos a obrigação de fazer a verificação **in loco**, na conta corrente, sobre o que entrava e saía. Nossa obrigação, como gerente da agência, para informar à Diretoria Financeira, para controle, era se houvesse depósitos ou retiradas acima de R\$10 mil em efetivo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não olhava a compensação?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não. Não há como a agência olhar a compensação. A compensação é feita por outro setor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor acata ou não o cheque. Mesmo quando, às vezes, não há lastro, o senhor autoriza o pagamento e paga.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Se tiver sem lastro, sim. Você verifica que a conta vai estourar, vai aparecer como inadimplência para você e sairá no relatório na época.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E se é um cliente habitual, que tem relações boas com a agência, o senhor liga: “Oh, tá caindo um cheque aqui, assim, o senhor não quer completar? Você manda, hoje, o depósito, e eu te pago.” Pronto, e paga. Foi assim!

O SR. ADELAR FELIPETTI – Se ocorre erro? Ocorre.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, você olha a compensação.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, eu olho a conta que está inadimplente. É diferente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, então, tá bom. O valor de saque grande, saque grande, uma empresa que tem movimento... “Puxa vida, você sacou, hoje, aqui, cinco milhões, em cheque, como compensação. Me reforça aqui, que estou com o meu caixa baixo.” Não acontecia isso? Claro que acontecia, porque é normal acontecer isso.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Muito difícil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, muito difícil, não. O contrário, é muito fácil de acontecer. É assim que acontece. O senhor tem uma conta, um cliente habitual que fez um saque grande da conta, e o senhor está perdendo na sua meta, o senhor liga para ele e fala assim: “O senhor não quer me ajudar um pouco, hoje? Manda um depósito lá e, no fim da tarde, eu te mando.” É assim que acontece. É para isso que tem o gerente. Se não for isso, não precisa o gerente. Compensação, acabou, acabou. Pronto. Pagou, não pagou. Tem dinheiro, paga. Não tem dinheiro, não paga.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Eu sei. Concordo com o senhor. Você vai atrás de muitas outras coisas. Se você perdeu, você vai atrás de novos clientes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu não estou falando que a única coisa.... Eu não falei que a única coisa que faz, mas fazem isso também. É normal que se faça isso.

Quando esse senhor, o Valderi, soube do problema, ele falou com o senhor?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Quando ele soube do problema?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É. Quando ele soube que pegaram os “laranjas” na agência do senhor lá que ele trabalhava.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, nós ficamos sabendo depois, pela mídia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Em 1998.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele falou com o senhor? O senhor falou com ele? Conversou com ele? E o que ele falou para o senhor?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, comentou que as pessoas procuraram ele para abrir a conta e que, posteriormente, foi constatado que essas contas tiveram uma movimentação acima do normal que foram utilizadas para “laranja” de uma casa de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece o irmão dele, o Valdir Werle?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Conheço de vista.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele nunca esteve na agência?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Esteve algumas vezes. Eu dificilmente conversava com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tinha movimentação na agência do senhor?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Ele, não!

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele abriu alguma conta indicada por ele lá na agência do senhor?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele tem um depoimento aqui na Justiça que ele diz que conversou pessoalmente com o senhor, explicou e que o senhor não viu problema. Se a movimentação tivesse lastro...

O SR. ADELAR FELIPETTI – Ele pode falar o que quiser, só que veja bem o seguinte o contato que teve foi o irmão dele. Ele nunca falou comigo para abrir conta corrente em banco. Ele teve o contato com o irmão, o irmão dele trabalhava comigo, as pessoas vieram até a agência, abriram as contas, mas não tiveram contato comigo. Tanto é que não conheço ninguém dessas pessoas aqui, que, às vezes, você está fazendo uma visita, está fazendo um trabalho externo, ou está numa reunião, no nosso caso que era a Cascavel, a nossa regional, as pessoas vêm na agência, abrem a conta, e você não fica conhecendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nessas reuniões de gerentes, reuniões da região aqui, esse problema chegou a aparecer?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, na época, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ninguém conversou? Nunca ninguém comentou essa inspeção ou auditoria do Banco Central, que fez aqui em Foz do Iguacu?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, auditoria nós tínhamos. A cada quatro, seis meses, tinha a auditoria interna do banco, para falar da gente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa auditoria pegou alguma irregularidade?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, nunca foi detectada irregularidade a respeito disso. Inclusive do

Banco Central também nós tivemos, e nunca ninguém detectou irregularidade desse tipo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E comentário sobre essa movimentação de câmbio aqui em Foz do Iguacu, o senhor não ouviu nenhum comentário?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Eu ouvi comentário, mas a minha agência não fazia, não mexia com isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas, sim, qual comentário que o senhor ouviu?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Que havia contas CC-5, em outra agência, que, através dessas contas, foi usada carteira de câmbio para fazer remessa para o exterior. Esse foi o comentário que a gente ouviu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na reunião de gerentes?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, não! Isso na mídia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na reunião de gerentes nunca aconteceu? O supervisor regional nunca comentou isso?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, nunca. Não, porque a área de câmbio é separada da área comercial.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando reuniam os gerentes, não reuniam os gerentes de câmbio?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O gerente de câmbio se reportava a quem?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Ele tinha uma diretoria específica para isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não era subordinado à divisão regional?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Ele era diretamente à diretoria de câmbio do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha vantagens, os gerentes tinham vantagens pela movimentação dessas contas?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Nunca.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nada? Não tinham nenhum programa de gratificação ou aumentos de depósitos?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Eu tinha prêmios, tinha comissão de seguro, quando vendia seguro, tinha prêmio de título de capitalização, pagavam comissão para nós, além de salário, se tinha um ingrediente que se poderia reforçar. Agora, em cima de depósitos, de movimentação de abertura de conta, não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nem de abertura de conta?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essas contas não fizeram aplicações financeiras de CDB?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Tínhamos os caixas que tinham o curso de grafoscopia para fazer a conferência

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não houve um volume de crédito superior, em nível de depósito, nesse período, que fosse fora da normalidade, que o senhor pudesse fazer uma avaliação?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, não me recordo.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não me recordo.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Os gerentes eram responsáveis pela avaliação do volume de entrada e saída de dinheiro?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, senhora. Nossa única obrigação era fazer um informativo à diretoria financeira do banco se houvesse retiradas ou depósitos acima de R\$10 mil em efetivo, em espécie.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Se houvesse um volume de dinheiro de R\$100 milhões em um mês e fossem retirados R\$60 milhões, o senhor não iria acompanhar?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Se fosse de efetivo, sim. Na compensação, não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não? O gerente nunca disse: “Não dá para vocês conversarem com os clientes para ver se não retiram os depósitos, se permanecem? Não tinham de fazer nada com a gerência?”

O SR. ADELAR FELIPETTI – Excelência, essas contas ficaram abertas pouco tempo e foram movimentadas por um período curto.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual foi o período?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Nós fomos verificar depois.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual foi o período?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não tenho em mãos agora.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim, mas se foi um período curto, tem de haver uma diferença de volume de dinheiro entre um mês e outro. O senhor é gerente, presta contas para uma gerência regional e é estranho, no mínimo, que...

O SR. ADELAR FELIPETTI – Se a pessoa deposita R\$20 mil na conta em um dia e saca nesse mesmo dia, não faz...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Se for R\$20 mil, tudo bem. Mas milhões fazem diferença.

O SR. ADELAR FELIPETTI – A senhora está falando do volume total do período.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não, de volumes expressivos, na forma como declarou V. S^a. Foram volumes altíssimos. Gostaria de ter acesso -

peço à assessoria - aos volumes que foram sacados. (Pausa)

Sr. Adelar, data da abertura da conta. Houve dias aqui, dias 26 e 27, em que houve R\$1,478 milhão, R\$2,522 milhões. Edson Inácio: R\$2,582. Jorge Luiz Rass, R\$2,774 milhões. Entrou em agosto, dia 20 de agosto, e há um aqui que saiu no dia 28 e no dia 31. Em pouco mais de um mês, quase dois meses, retiraram tudo. Era normal isso ocorrer num banco com valores expressivos?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Depois que ficamos sabendo da movimentação, é óbvio que se percebe que não é normal, mas não tínhamos o controle de conta corrente de clientes. Se entrasse e saísse no mesmo dia, não se perceberia a movimentação. O que o banco mandava fazer?

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas não foi no mesmo dia. Tanto que ficou um mês. A movimentação ficou um mês.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Esse é o período total de movimentação, mas não significa que saiu tudo no mesmo dia ou no dia seguinte.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Nessas reuniões da coordenação-geral, não deveria haver uma prestação de contas de entradas e saídas de volume de dinheiro?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, não senhora.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não havia?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não havia.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Se o senhor tivesse um volume expressivo de dinheiro na conta da agência, poderia receber uma promoção no banco?

O SR. ADELAR FELIPETTI – A posição de depósitos totais da agência recebíamos mensalmente. Poderia até ser motivo para uma promoção futura, mas não significava que no ato iríamos receber uma promoção.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, gostaria que fizéssemos uma acareação com o Sr. Valderi Werle.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Concedo a palavra ao nobre relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito por hora. Pediria apenas para o depoente permanecer no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O que pensa V. Ex^a com respeito à acareação?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vamos apreciar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Pois não.

Agradecemos a presença de V. S^a e pedimos que guarde um momento no recinto para que possamos

fazer perguntas caso haja necessidade de aprofundar o questionamento.

Obrigado.

Convidamos o Sr. Hélio Zanelli para que venha à CPMI sob forma de depoente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 2003, com finalidade de apurar responsabilidade sobre evasão de divisas do Brasil, especificamente para os paraísos fiscais em razão de denúncias reveladas pela Operação Macuco, a qual apura evasão de mais de US\$ 30 milhões, efetuada de 1996 a 2002.

Termo de compromisso. Sr. Hélio Zanelli, RG 6917266/SSP – SP. Confere?

O SR. HÉLIO ZANELLI – São Paulo. Confere.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que couber e for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

V. Sª tem até trinta minutos para expor algo que saiba e que possa ajudar nessas investigações, podendo inicialmente dizer a profissão, local de trabalho.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeito, Exª. Sou funcionário do Banco do Brasil. Estou na ativa. Trabalho atualmente em Cascavel, Paraná. Por um período, estive aqui na Agência de Foz do Iguaçu. E estou à disposição dos Srs. para ...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Deputado José Mentor, nobre relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi o período que o senhor esteve aqui na agência de Foz do Iguaçu?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Exª, foi de... o período todo foi de 1993 até 2002. Até o ano passado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor podia, resumidamente, nos explicar a movimentação da tesouraria, como funcionava, de que se tratava, alívio, não alívio, entrada, saída, como se dava.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente. A tesouraria por ser uma área específica, logicamente, é do conhecimento dos senhores que ela efetua grandes pagamentos e grandes recebimentos, e os recebimentos das instituições financeiras.

Então, a gente fazia todo o recebimento dos depósitos das instituições financeiras e a gente gerenciava também o fluxo desse numerário, logicamente destinando alívio para diversas tesourarias regionais, principalmente nas capitais. Seriam essas as atividades principais da tesouraria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para essas movimentações de volumes mais elevados, existia alguma norma, alguma orientação? Qual era o procedimento para isso ocorrer?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Com relação às instituições financeiras?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mesmo que fossem pessoas físicas ou jurídicas que exigiam maior saque, etc, um depósito mais volumoso.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Existe um limite que o cliente é atendido no guichê, normal. E a partir de um determinado número de cédulas...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O valor, o senhor se lembra mais ou menos?

O SR. HÉLIO ZANELLI – O valor não sei precisar para os senhores. A partir de um determinado número de cédulas, em função do volume físico, esses depósitos ou pagamentos são efetuados na área restrita de tesouraria. E o mesmo procedimento é com relação aos bancos, porque são todos atendidos na área segregada da tesouraria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses recursos são conferidos pelo Banco do Brasil.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ MENTOR (Relator) – E ele assume o valor contido nesse valores?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente. A gente faz a contagem, vamos dizer assim, sintética, e depois é feita analiticamente na área interna.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como funcionava esse recebimento da “cinta” por outros bancos? A cinta do Banco do Brasil que voltava, como era isso? Como se dava isso?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Normalmente existe um normativo do banco, ele prevê que o numerário de um banco, acolhido um depósito para aquela instituição, ele pode ser recarimbado e colocado em circulação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É um procedimento normal esse?

O SR. HÉLIO ZANELLI – É um procedimento normal.

O banco deposita o seu numerário, com a cinta da própria instituição, e o banco recarimba, só conferido mecanicamente, e é passível de circulação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Entre 93 e 96, o senhor também estava na tesouraria do Banco do Brasil?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não. Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não. Excelência, eu estive na tesouraria, se não me falha a memória, foi no começo de 96 que eu estive, até o começo de 97.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em 96 e 97?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Isso. Do começo de um ano até o começo do outro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o outro período, o senhor trabalhou na agência, em outras funções?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Eu não me recordo. Eu acredito que não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor comunicou essa irregularidade quando soube ao seu superior?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Depois de 1998, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – A quem o senhor comunicou?

O SR. ADELAR FELIPETTI – A diretoria financeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era o nome?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Só a diretoria financeira, não sei quem era o diretor na época?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tu não te lembra?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, a gente encaminhava para a diretoria financeira ou à própria auditoria do banco, também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não lembra para quem foi esse ofício?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não. Uma pessoa específica não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Senhor conhece o senhor Alberto Yussef?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Nunca ouvir falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tinha alguma casa de câmbio como cliente do senhor, ou da sua agência?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Eu não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Algumas dessas pessoas chamadas doleiros que mexem com câmbios, turismo, era clientes do senhor?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, também, não. Só essas que nós citamos agora há pouco aí, que eram funcionários da casa de câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Eucatur?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Eu ouvi falar que o Valdir era gerente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele não tinha movimentado esta conta para o senhor?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando o senhor Valderi foi arrumar essas contas ele comentou com o senhor que era parente dele, mãe e primo, etc e tal.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, ele falou que o irmão dele era gerente e que através do irmão dele

facilitava o contato para trazer essas contas de funcionários para a Agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Tinham outros funcionários da Eucatur que tinham contas com o senhor?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, só essas que eu relatei anteriormente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Concedo a palavra à nobre Deputada Dr^a Clair.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Quanto foi a sua remuneração na época como gerente?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Na faixa dos R\$ 4.500,00.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Isso é o salário ou incluída a remuneração?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, o salário; o salário total, depois, se você...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual o volume da remuneração que o Senhor recebeu nesta época aí. Tinha um percentual superior a esses quatro mil reais.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Se você tivesse produção de venda de seguros ou venda de capitalização, você ...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Quando atingiu isso aí mais ou menos?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Tinha meses que atingia R\$500,00, tem meses que atingia R\$ 700,00. Outras vezes não tinha nada porque às vezes não tinha venda.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Houve movimentação de valores expressivos na sua conta bancária nesse período, além daqueles valores que já consignados a título de remuneração?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, senhora o extrato está à disposição, se quiser...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Foi quebrado o sigilo fiscal e bancário?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não tenho conhecimento. Eu só soube que a declaração de Imposto de Renda estão anexadas ao processo que estou respondendo na Justiça Federal, e ali está detalhado todo o meu patrimônio, tudo aquilo que eu tenho, depois de 24 anos de banco, alguma coisa que está lá e a aplicação financeira são frutos da rescisão trabalhista, são frutos de uma indenização trabalhista que eu já recebi.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O que era necessário para uma conta bancária na oportunidade?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Identidade, CPF, comprovante de residência e comprovante de renda.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – De renda? O que significa isso?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Renda? Aquilo que a pessoa auferia mensalmente.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Portanto, salários, comissão também

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Vocês examinavam, então, o valor depositado? Conforme já foi dito, foram feitos diversos depósitos, de vários correntistas, lá, com valores muito expressivos.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Certo.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Foi verificada uma compatibilização entre a Declaração de Renda que eles fizeram e os valores depositados? E a função, inclusive, que era desempenhada pelo cidadão lá... Porque tinha que ter um cadastro, não era isso?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Sim.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Foi feito?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Excelência, veja bem, a renda não significa patrimônio da pessoa.

Eu não posso...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim, se o cara é vigia ele ganha trezentos, não pode ter quinze milhões para depositar.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Renda não significa o patrimônio da pessoa. Eu nunca tive autonomia para rejeitar um depósito em conta corrente.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não, mas quero saber se foi feita essa, se foi analisado isso aí, a declaração que o cidadão fazia e o valor do depósito.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, não tem como você analisar.

Você não sabe a origem do dinheiro. Você não pode questionar o cliente quanto à origem do dinheiro.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor não chegou a notar nada de estranho, de anormalidade nessa situação?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não. Na época, não. Nós ficamos sabendo depois que essas contas foram utilizadas para a movimentação de valores expressivos.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor... Foram citados aqui os correntistas, o senhor disse que o Sr. Valderi foi o responsável. O senhor também tinha que assinar, tinha responsabilidade sobre essas contas, ou não?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Tinha, tinha que assinar também o cartão de abertura de conta, porque nós tínhamos um comitê, em conjunto, nós assinávamos no final do dia...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Um comitê. Que comitê era esse?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Comitê de Crédito, de análise de documentos.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Quem...

O SR. ADELAR FELIPETTI – Eu, o Valderi e o Wolney, normalmente, era quem assinava.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Em todas as agências tinha esse comitê?

O SR. ADELAR FELIPETTI – O banco criou essa norma a partir de 96, 97. Não era praxe, mas tínhamos como praxe fazer isso para nos resguardar e trabalhar de uma forma mais tranqüila para saber o que estávamos fazendo, não é?

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim, então o senhor tomou ciência desses depósitos em altos volumes...

O SR. ADELAR FELIPETTI – Tomei ciência, depois.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não, na época, se o senhor participava do comitê...

O SR. ADELAR FELIPETTI – Do comitê de abertura da conta.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – De abertura da conta, exatamente.

Mas na abertura da conta tinha que ter o depósito não é isso?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não, a pessoa pode abrir a conta e não fazer o depósito na hora também.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – É difícil, não é? Normalmente...

O SR. ADELAR FELIPETTI – Normalmente deposita cem reais, quinhentos reais...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas isso na verdade ocorreu, ou não?

Eu quero saber desses casos concretos. Nós não queremos saber em tese.

Nesses casos concretos que foram relacionados, eu quero saber se houve esse depósito de cem reais, ou não, ou se foram esses volumes altos já foram consignados.

O SR. ADELAR FELIPETTI – Aí teria que verificar no extrato da conta. Eu não tenho... Eu não me lembro disso.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não chamou a atenção do senhor, nunca...

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não. Na época, no dia da abertura, não, né?

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – No dia da abertura, não?

O senhor tinha que assinar os cheques da compensação?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Esses volumes altos também não?

O SR. ADELAR FELIPETTI – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Quem é que, liberava simplesmente...

O SR. HÉLIO ZANELLI – Em outras funções. Nos diversos setores da agência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nesse período – 96, começo de 97 – o senhor sentiu comentários de que houve um incremento de volumes de recursos?

O SR. HÉLIO ZANELLI – É. Realmente, a gente percebeu isso, até pela movimentação na tesouraria, que a gente coordenava todos os alívios do numerário que ingressava na tesouraria. E teve um movimento significativo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso chamou a atenção da tesouraria? Teve alguma preocupação? Ou...

O SR. HÉLIO ZANELLI – A preocupação maior nossa era a segurança que a gente teria que cuidar, porque envolvia valores expressivos, e, logicamente, é uma área segregada, a gente cuidava para que não houvesse nenhum problema.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E, evidentemente, vocês não sabiam a origem desses recursos?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Normalmente, na tesouraria, a gente mais é processa os documentos. Então, até como recebimento de bancos, por exemplo, um depósito que um banco vá depositar, eu não saberia precisar a origem desse depósito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era um alívio... A relação era meramente de moeda, nada mais que isso?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E quando um banco, também, requeria, requisitava numerário, também era uma operação de alguém que estava desprovido de recursos e estava precisando de moeda?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nada mais que isso?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Nada mais que isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor soube se a agência do Banco do Brasil operou com autorização especial em Foz?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Pelo que eu tenho conhecimento, me parece que havia algumas autorizações. Eu não sei precisar a quem e de que forma, até porque a gente não tinha tanto acesso a esses tipos de operações. A gente mais é processava, mesmo, numerário.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor teve comentários de que esses recursos com autorização especial eram provenientes de Ciudad del Este? Para autorização especial.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente. Ciudad del Este.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a tomar conhecimento de que recursos oriundos

de outros lugares também foram usados dessa maneira?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Exatamente de que forma, Excelência?

O SR. RELATOR (José Mentor) – De outros lugares do Brasil, por exemplo.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Ah, sim. Isso daí, tinha conta que recebia, acho, depósito de outras praças.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E recebia em dinheiro de outras praças. Esses numerários foram transferidos para CC-5?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não tenho conhecimento de que forma isso era feito, não. Eu sei que eram feitos pagamentos, e a destinação...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a ter comentário de algum caixa que recebeu DOC de depósito em alguma conta, e esse DOC, no mesmo dia, foi transferido para CC-5?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, não tenho conhecimento disso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar dessa operação?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve conhecimento de que essa operação pode ter sido detectada na ficha do caixa, na fita do caixa?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Como DOC? Recebeu um DOC?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Recebeu, contabilmente, um depósito e sacou, contabilmente, esse depósito para uma conta CC-5. Porque a conta CC-5 é autorizada para conversão de reais em dólares de não-residentes.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o Banco do Brasil em Ciudad del Este, a agência do Banco do Brasil em Ciudad del Este encaminha reais para o Banco do Brasil, converte em dólares e devolve, pelo banco, para mandar para o exterior.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, a exigência é que recursos reais negociados, na fronteira, fora do País.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeito.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu estou lhe perguntando se o senhor teve conhecimento de que reais originários dentro do país foram convertidos em dólares?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, não tenho conhecimento, mesmo porque todos os pagamentos que eram efetuados na tesouraria, eram efetuados em espécie.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não, eu digo, em alguma auditoria, alguma fiscalização do Banco Central ou do próprio Banco do Brasil que tenha constatado, o senhor ouviu falar alguma coisa, que recur-

sos vindos contabilmente de outras praças no Brasil vieram pra Foz e indevidamente, porque não vieram do Paraguai, vieram do próprio Brasil, de praças brasileiras, foram convertidos em dólares?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Aí, eu não saberia precisar para os senhores se foi efetuada esse tipo de transação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor não ouviu nenhum tipo de comentário sobre isso?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não. O que a gente sabia é que o numerário era levantado. De alguma conta ele era levantado. E agora a destinação, se pra depósito numa conta CC-5, como o senhor está colocando, não é...

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses documentos que eram meramente contábeis não passavam na tesouraria, passavam pelo caixa.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E fechava o caixa na tesouraria?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Fechava o caixa na tesouraria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, esses recursos sabiam na tesouraria. Saiu tanto e entrou tanto...

O SR. HÉLIO ZANELLI – Isso. Perfeitamente. Então, se vinha algum recurso de Ciudad del Este, como o senhor colocou, normalmente, viria em espécie.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em espécie.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Em espécie.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas qual era a garantia de que aquela espécie veio de Ciudad del Este?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Ah, isso daí eu não tenho como lhe precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse controle era feito por quem, no banco?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Da origem?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, porque pra se acatar um depósito do BB Ciudad del Este, por exemplo, era necessário o transporte, o traslado – certo? – de Ciudad del Este, pela transportadora correspondente, e uma declaração, acho que da própria Receita Federal, do ingresso desse numerário no País.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Banco do Brasil, o senhor sabe dizer, até quando operou com CC-5, com autorização especial?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não sei. Não sei te precisar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Deputada Dr^a Clair.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor acompanhou esse transporte de dinheiro através de carros-fortes?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, senhora, porque a gente...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Na oportunidade que o senhor trabalhou lá não usavam os carros-fortes de ida e vinda de dinheiro?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Ah, sim. A gente usava pras nossas viagens para no caso de alívios. Então, isso daí era um transporte que era efetuado pelas empresas transportadoras de carro-forte.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Tá. Mas os depósitos eram feitos através desses carros-fortes?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Houve período onde houve um acréscimo excessivo de vindas e idas de carros-fortes?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não. Todo período que eu passei ali na tesouraria não dá pra recordar assim se houve um incremento acentuado em determinado período, ou não. Eram valores expressivos, isso eu posso lhe afirmar.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Houve assim uma alteração desses valores expressivos que chamasse a atenção da gerência?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não. Eu acredito que não tenha assim nada...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Nesse período não houve...

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Por exemplo, em relação a 1995, 96, 97?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Ah, sim. É que 95 eu não tinha conhecimento desse volume, tá? E...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Não tinha conhecimento por quê?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, eu não tinha conhecimento porque eu não estava na área.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Sim.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Então, eu não sabia.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor só entrou em 96?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Entrei no comecinho de 96. Eu não saberia...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor já entrou em 1996?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Entrei no começo de 1996. Não saberia precisar à Senhora se houve um incremento em relação ao período imediatamente anterior. Agora, que eram valores expressivos, em 1996, isso eu lhe afirmo.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Qual era a sua remuneração na oportunidade?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não sei lhe precisar quanto era. Mas era a remuneração de um gerente de expediente, do Banco do Brasil, na oportunidade.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor tinha conta bancária aonde, na época?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Acho que no Banco do Brasil.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – No Banco do Brasil?

O SR. HÉLIO ZANELLI – É.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor movimentou volumes expressivos de dinheiro na sua conta, afora esses valores de remuneração que o senhor...?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Talvez alguma coisa que a gente tivesse aplicado em algum investimento que tivesse feito, talvez de forma esporádica.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas e a origem do dinheiro?

O SR. HÉLIO ZANELLI – A origem do dinheiro sempre foi a remuneração.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Somente a remuneração?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Somente a remuneração.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor tem ciência se os gerentes recebiam uma gratificação, um prêmio, pelo volume de depósitos, de abertura de contas?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, é perfeitamente verídica a informação que lhe presto, de que não. Não tenho conhecimento. Se houve alguma remuneração, essa remuneração era contabilizada em contas de renda do próprio Banco.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O senhor prestou depoimento em algum outro processo ou na CPI do Banestado?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Eu prestei depoimento na Procuradoria, em Curitiba.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Com relação às declarações que foram feitas lá houve alguma diferença em relação ao depoimento que o senhor está dando agora? O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa que o senhor disse lá e que não teria dito aqui?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, acredito que eu não tenha dito nada que já não tenha sido dito lá.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Está bem. Muito obrigada.

O SR. HÉLIO ZANELLI – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Nobre relator...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Hélio...

O SR. HÉLIO ZANELLI – Pois não?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A quem cabia, no Banco do Brasil, conferir a declaração da Transportadora com o carimbo da Receita?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Isso era quem receberia o numerário quando chegasse à Tesouraria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, ou era no caixa ou era na Tesouraria?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Exatamente.

O SR. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Na Tesouraria, quem é que investigava isso?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Na Tesouraria? O quadro do pessoal ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qualquer funcionário?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Qualquer funcionário, que estivesse recebendo da transportadora aquele malote.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a constatar movimentação à vista com movimento de papéis, só contábil?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não. Acredito que não tenha...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou se mais explícito: eu transferei um recurso meu para uma conta do Banco do Brasil, em Foz do Iguaçu.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se eu fosse com um cheque no caixa, de R\$100 mil reais, eu poderia sacar R\$100 mil reais?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E se eu der um DOC, também pode estar transferindo do dia para a noite?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Pode ser disponível lá na outra ponta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso. O senhor chegou a ver alguma movimentação em reais sem a circulação da moeda?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não. Acredito que não tenha havido, se houve, não tenho conhecimento, porque a gente se preocupava muito em que os pagamentos fossem feitos todos em espécie, até porque é essa a atividade da Tesouraria.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas não é impossível que isso ocorra?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, não é impossível. Acho que tecnicamente é possível.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Se eu tivesse, por exemplo, uma conta na agência em Foz do Iguaçu, e tivesse disponível um recurso em reais, e o senhor tivesse uma conta em Foz do Iguaçu, também, eu poderia transferir sem a movimentação dos reais, fisicamente?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Isso chamou a atenção do senhor, alguma vez, que tivesse ocorrido de uma maneira não muito adequada para uma conta CC-5?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De uma conta minha, por exemplo, de pessoa física residente no País para uma conta CC-5 de uma pessoa não residente no País. O senhor chegou a conhecer isso?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, nunca tive conhecimento disso. Não tenho lembrança de ter havido qualquer caso assim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os bancos que mais movimentavam recursos da Tesouraria, aliviando ou requisitando numerário, vou lhe dar os nomes, o Senhor poderia me dizer qual deles: Araucária, Real, Bemge e Banestado.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não sei lhe precisar que grau decrescente seria. Mas são os principais... Foram os principais: Banestado, Bemge...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desses quatro, qual mais?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Talvez o Banestado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois dele, o senhor tem idéia?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Bemge, Araucária e, por fim, Real. O Real, com certeza, o último.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em primeiro lugar o Banestado. E, disputando o segundo e o terceiro Araucária e Bemge...

O SR. HÉLIO ZANELLI – Eu não posso lhe afirmar categoricamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sim. É uma avaliação empírica.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Exato. Mas acredito que seja Banestado, Bemge, Araucária e Real. Acredito que seja esta a ordem.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu comentários que valores sacados de bancos teriam obtido a declaração da transportadora, com o carimbo da receita, sem cruzar a ponte?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Esse tipo de situação eu não teria como comprovar. Se realmente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu comentários?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Nunca foi comentado isso na época. Não tenho lembrança de ter sido comunicado, informado de tal operação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois das autorizações especiais, em abril de 1996, o volume de carros-fortes aumentou?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Sim. Com certeza. Teve bastante carro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Senhor Hélio Zanelli, o senhor responde, hierarquicamente, nessa época a quem? Hierarquicamente, responsável pela tesouraria.

O SR. HÉLIO ZANELLI – À administração da agência, que era composta de um gerente de atendimento, um gerente administrativo e um gerente-geral.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor se recorda do nome do gerente-geral, do gerente administrativo?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Teve diversos gerentes que passou (sic) ali...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Não. Nessa época... Um ano, não é?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Nessa época, devia ser o Clóvis, que era, interinamente, o gerente. Passou o Paganini no começo, nesse período em que estive. Que eu saiba é só isso... E o gerente-geral...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Deputada Clair?

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Lá na Câmara, ouvimos diversos depoimentos que nos relataram que nessa circulação desses carros-fortes havia depósitos que eram oriundos “do Paraguai” com cinta – do dinheiro – do Banco do Brasil. O senhor chegou a evidenciar esse fato?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Depósito do...

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – O dinheiro envolvido em uma cinta com o nome do Banco do Brasil.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Perfeitamente...

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas a origem do depósito era do Paraguai. O senhor chegou...

O SR. HÉLIO ZANELLI – Acredito que possa até ter havido, porque o numerário, muitas vezes, partia da própria tesouraria nossa. Certo? Algum saque que possa ter sido feito na tesouraria, cujo produto possa ter sido usado em uma operação de fechamento de câmbio ou qualquer coisa assim. Provavelmente, esse numerário pode até ter retornado. Normalmente ele retorna com cinta do banco correspondente.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – É uma coisa normal...

O SR. HÉLIO ZANELLI – É uma coisa normal. Se a instituição financeira que vai depositar o dinheiro no Banco do Brasil, ela tem, necessariamente, de colocar a cinta do banco. Vamos supor Bemge, Banestado, Araucária. Ela faz o processo de cintagem, novamente, do dinheiro.

A SRA. DRª CLAIR (Bloco/PT-PR) – Mas se veio lá do Paraguai, como poderia ter ainda a cinta do Banco do Brasil?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Olha... Isso eu não sei. De repente, o numerário pode ter saído da agência do

Banco do Brasil, e o pessoal ter levado para outro lado. Não saberia precisar para a senhora.

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – O que se conclui é que o dinheiro vinha de outras localidades do País. Não vinha do Paraguai, vinha de outros Estados e andava no carro-forte, não necessariamente vindo do Paraguai. O carro-forte ficava circulando. O senhor tem ciência dessa situação ou não?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, eu só...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Que o carro ficava só circulando, mas não vinha do Paraguai.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Exato. Não tenho essa informação. Eu falei para a senhora que, hipoteticamente, pode acontecer de um saque efetuado no Banco do Brasil, o produto desse saque pode ser efetuado numa operação de fechamento de câmbio lá do outro lado; é perfeitamente possível. Isso hipoteticamente estou...

A SRA. DR^a CLAIR (Bloco/PT-PR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Nobre Relator, Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu algum comentário sobre uma auditoria feita no Banco do Brasil no final de 96?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Provavelmente eu deva ter tomado conhecimento.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe de alguma conclusão?

O SR. HÉLIO ZANELLI – Não, que tenha imputado qualquer irregularidade a quem desempenhou o serviço ali, acho que não teve.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Só isso, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Agradecendo ao Sr. Hélio Zanelli pela participação nesta CPMI, chamamos o próximo Luis Fernando Gaiardo.

O SR. HÉLIO ZANELLI – Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – A Comissão Mista de Inquérito, criada com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os paraísos fiscais, recebe o termo de compromisso do Sr. Luis Fernando Gaiardo, RG 3.673.122-2 – SSP-PR. Confere?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Confere.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. S^a tem até trinta minutos para a exposição que possa auxiliar esta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito e pode inclusive citar a atual profissão.

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Hoje eu me encontro afastado do Banco do Brasil, até por uma

questão psicológica que esses processos têm causado aos nossos funcionários. Estou fora do banco e exerço a atividade – hoje a minha esposa tem uma casa lotérica, tem uma sociedade de uma casa lotérica, e ajudo na administração da mesma. Estou afastado do banco hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. S^a tem alguma coisa a comentar com relação aos objetivos dessa sua arguição aqui pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito? Gostaria de usar a palavra?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – O que eu posso-lhe falar é o seguinte: estou à inteira disposição para qualquer esclarecimento possível e que eu saiba, porque, na verdade, esses processos desde o início correram em segredo de Justiça, mas a sociedade de Foz de Iguaçu ela já nos condenou pelas manchetes que têm saído em revistas e em jornais. Essa situação em si, de nós estarmos sendo colocados nos jornais como um dos principais causadores e agentes dessa evasão de divisas, na verdade, essa condenação já sinto, porque a sociedade já nos condenou antes mesmo de a gente mesmo ser ouvido e mesmo em quando esse processo corria em segredo de justiça. Não tenho nada a esconder. Estou aqui à disposição, e o senhor pode contar com a colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Nobre Relator, Deputado José Mentor com a palavra.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor é funcionário do Banco do Brasil afastado?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Correto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual é a sua carreira no Banco do Brasil?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Iniciei a minha carreira no ano de 1983 no banco, entrei no banco em 1983. Quando pedi afastamento, eu tinha vinte anos de banco e estava exercendo a função de gerente de contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor entrou em que função?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Eu entrei no banco como menor estagiário de serviços gerais, era um serviço a pessoas relativamente carentes que o banco tinha, eu ficava com contrato até dezoito anos, após isso passei no concurso e comecei a seguir carreira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Concurso para que função?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Escriturário. Na verdade você passa para escriturário e depois cresce internamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual foi o crescimento. Depois de escriturário você foi o quê?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Fui fiscal e depois gerente de contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Em que ano você foi fiscal?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Sinceramente, não me recordo. Foi em 1993/94, na cidade de Cascavel.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Depois o senhor passou para gerente em que ano?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Em Foz do Iguaçu em 1996.

O SR. RELATOR (José Mentor) – 1996?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Correto.

O SR. RELATOR (José Mentor) – De 1996 a 2003 você já era gerente de contas?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Eu saí do banco em 2002. Já tem um ano que estou afastado do banco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual o motivo do afastamento?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – A pressão que a gente vem sofrendo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor que solicitou?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Eu que solicitei porque eu não tinha mais ambiente interno de trabalho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Foi a pedido.

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Foi a pedido.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor operou com câmbio?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor tem algum parente ou familiar que operou com câmbio?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece os motivos pelos quais está sendo chamado para esclarecer alguns fatos ligados ao Banco do Brasil e à pessoa do senhor?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Acredito que por eu ter sido gerente de contas de algumas pessoas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor propiciou a abertura de alguma conta que foi movimentada sem lastro?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Eu não entendo o que senhor quer falar por lastro - desculpe -, mas abri contas e gerenciei contas que movimentaram quantidades hoje consideradas expressivas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas contas as pessoas tinham lastro, tinham recursos, tinham condições de movimentá-las?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – As contas que gerenciei eram contas vinculadas a pessoas

de casa de câmbio e que, no meu entendimento, com certeza, tinham lastro para essa movimentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor pode dar alguns exemplos para nós?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Uma casa de câmbio que abri a conta foi do Sr. Osvaldo Antonio Sobrinho.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a casa de câmbio?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Ele era gerente da casa de câmbio Invest Sul.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Outro exemplo?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Wolf Kramer. Não me recordo o nome da casa de câmbio dele mas era na Ponte da Amizade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Jorge Cardoso?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Agora esse mês eu fui chamado para prestar depoimento na Justiça Federal em Curitiba, quando, da minha surpresa, anteriormente, já encontrei esse nome, Jorge Cardoso. Jorge Cardoso movimentou no Banco do Brasil em torno dois milhões, só que o nome dele aparece – e inclusive já expliquei isso para o Juiz em Curitiba –, porque que ele havia feito uma movimentação em torno de 46 milhões – se não me falha a memória. Mas essa movimentação não foi feita pelo Banco do Brasil, ela foi feita pelo Banco Banestado, que foi o que constatamos em Curitiba, no juiz da Segunda Vara Criminal de Curitiba. A movimentação que ele fez no Banco do Brasil é perfeitamente aceitável, porque ele não sacava dinheiro da conta, ele efetuou três ou quatro depósitos na conta. Esses depósitos ficavam na conta corrente dele por um período de 20 ou 30 dias, como o senhor pode analisar na documentação, nos extratos. Então, em hipótese nenhuma, eu poderia considerar uma conta suspeita a do Sr. Jorge Cardoso.

Não o conheço e realmente em Curitiba na ficha de abertura de conta é a minha assinatura que consta lá e com certeza eu abri a conta. O que eu posso lhe falar é que nessa conta do Sr. Jorge Cardoso, em uma ocasião, quando conferíamos os cheques emitidos pela compensação, nós diagnosticamos que o cheque transitou por uma casa de câmbio, no verso estava endossado e nesta data convidamos ele para comparecer na agência e solicitamos o encerramento da conta corrente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O cheque dele estava endossado, era nominal à casa de câmbio?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – O que me recordo, que faz muito tempo, o senhor me desculpe, mas o que me recordo é o seguinte: posso até estar falhando, mas vou falar do que me recordo.

Essa pessoa efetuou um depósito de aproximadamente 800 mil reais na conta-corrente, vamos supor no dia 1º de janeiro e esse dinheiro ficou na sua conta-corrente, parado, sem movimentação, por um período de 20, 30 dias. A partir disso, ele sacou por compensação. Isso eu vi agora no processo em Curitiba.

Depois ele teve mais uns dois depósitos nessa situação, onde ele depositava, o dinheiro permanecia parado na conta e, numa terceira movimentação, vimos que o cheque estava nominal a uma casa de câmbio. Se não me falha a memória, era a Casa de Câmbio Tupi. Vimos que a pessoa transferiu esse dinheiro para a casa de câmbio e nessa data o convidamos a comparecer a agência para encerrar a sua conta-corrente. Até porque eu não poderia fazer nada antes, primeiro porque, volto a falar, não era uma conta que aparentemente era usada, eu não sabia da movimentação dele no Banestado, era uma conta que aparentemente era normal.

E a documentação exigida pela Resolução nº 2025, na época pelas aberturas de contas-corrente, dele estavam corretas, nós conferimos em Curitiba, o que as normas internas do Banco do Brasil exigiam estavam sendo cumpridas, e a documentação exigida pela Resolução nº 2.025, que era comprovante de identidade, CPF e comprovante de residência estão perfeitos. Então, era uma conta normal.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor o conheceu nesse dia do encerramento, o senhor estava presente quando ele encerrou?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Eu o chamei para encerrar a conta-corrente, ele veio, por telefone, tinha um telefone na época, e ele veio a agência, passei para um funcionário e só solicitei que ele não movimentasse mais a conta. Na verdade, a conta foi encerrada, acredito que por falta de movimentação. Não me recordo se foi por telefone, mas ele compareceu à agência e fez a movimentação após essa movimentação que nós o alertamos. Não me recordo se chegamos a entrar em contato com ele via telefone ou pessoalmente, mas o que posso lhe falar é que entramos em contato, e ele encerrou a conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que ele encerrou por falta de movimentação?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Nós não permitimos, nós informamos a eles que não iríamos mais permitir aquela movimentação, e ele parou de movimentar.

Houve umas 3 movimentações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Os senhores indagaram dele para que tipo de operação ele estava usando?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Nós concluímos na época não tinha o que ele alegar. Os cheques estavam nominais à casa de câmbio, na tercei-

ra, quarta movimentação, quando analisamos que os cheques entraram na casa de câmbio, não tinha o que ele argumentar, simplesmente pedimos que ele encerrasse a conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Com base em que norma o Banco do Brasil pediu para ele encerrar?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Naquela época, já estávamos vendo na imprensa, na mídia, essa questão de lavagem de dinheiro, na época dos precatórios de São Paulo, pois acompanhávamos a CPI onde estava o Roberto Requião. Havíamos sido orientados a começar a ter controle, porque o banco não tinha um instrumento interno que orientasse a gente ou que a gente tivesse possibilidades de analisar a movimentação financeira.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve notícias de outras contas irregulares no Banco do Brasil nessa época?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Acredito que não havia nenhuma conta irregular.

Todas as contas abertas dentro do Banco do Brasil cumpriam os normativos internos do Banco?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Vou inverter a pergunta: o sr. tinha conhecimento de outras contas com movimentação irregular?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Tinha.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quais eram?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Nome, assim, Juan Carlos Ramirez Villanueva. Se eu tivesse uma relação, eu poderia lembrar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era só para ver se o senhor se lembra mesmo. Era muitas? Quantas eram?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Acredito que no Banco do Brasil deveriam ter umas 7 ou 8 contas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe me dizer quais eram os gerentes responsáveis?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Algumas, eu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Várias dessas?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Não, era gerente de 3, 4 contas dessas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor se lembra das outras em que o senhor era gerente?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Carla Minela, Osvaldo Antunes Sobrinho ...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Desculpe-me? Como?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Osvaldo Antunes Sobrinho, Carla Minela e Wolf Kramer. Dos que eu me recordo, eram esses.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Wolf Kamr? Escreve-se com “K”?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – É. Kramer.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Acerca dessas contas, como o senhor soube depois que eram laranjas e pessoas que não tinham movimentação regular?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Olhe. O Osvaldo Antunes Sobrinho era gerente de uma casa de câmbio em Foz do Iguaçu. Na época, a própria casa de câmbio era autorizada a operar pelo próprio Banco Central. Se o próprio Banco Central autorizava a movimentação da casa de câmbio, e, na época, em balcão, ela era de até R\$200 mil, e a informação que o cliente tinha de fazer ao Banco Central, e o Banco Central, para a movimentação efetuada hoje, o cliente poderia informar o Banco Central até a tarde do outro dia, não tenho porque julgar essas contas como irregulares, porque eram contas de pessoas vinculadas à casa de câmbio autorizadas a operar pelo Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E a Carla Minela?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – A movimentação dela no Banco do Brasil também foi muito inexpressiva. Ela movimentava cheques abaixo do valor de R\$9 mil. E, hoje, eu sei que ela tem esse certo envolvimento, porque, com certeza, ela movimentou em outro banco; que não sei qual era. No Banco do Brasil, a movimentação dela era câmbio de balcão; e acredito que ela fazia menos do que R\$9 mil por dia.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas ela também trabalhava com câmbio?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Eu vi essa pessoa uma vez, quando eu abri a conta dela. No restante, eu não posso, infelizmente, lhe ajudar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Hoje, o senhor sabe que também era câmbio?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – É, o Brasil inteiro sabe, porque está em todas as revistas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Wolf Kramer também. Ele possuía uma casa de câmbio nas proximidades da Ponte da Amizade. E também não tenho porque desconfiar de uma movimentação, se ele tem uma casa de câmbio autorizada a funcionar. Aliás, não é nem a minha competência julgar a entrada dos recursos desses clientes dessas contas correntes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o Juan Carlos Ramirez Villanueva?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Esse eu citei, mas ele não era da minha carteira. Infelizmente, não tenho o que comentar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas também houve problema com a regularidade da movimentação?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – É. Eu sei que ele movimentava. Agora, eu não conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essas contas foram encerradas pelo Banco do Brasil?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – As contas que movimenteí, gerenciei, foram encerradas. Agora, sobre essa do Villanueva, eu não posso lhe falar.

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – O Wolf Kramer foi encerrada, com certeza, porque ele faleceu. A família recebeu, inclusive, o seguro de vida dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O banco podia encerrar a conta unilateralmente?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – De forma nenhuma. Até por isso, comentei antes para o senhor que não é da minha competência julgar e analisar a entrada dos recursos. Eu não tenho poderes, por exemplo, de deixar de pagar um cheque que vem na compensação. Até porque, se eu fizesse isso, aí, sim, estaria cometendo um crime de abuso de poder. Vamos supor que eu bloqueie ou encerre uma conta de uma pessoa, e que ela comprove à Justiça que os recursos são lícitos, verdadeiros, primeiro sei que o banco teria uma penalização muito forte e, segundo, eu, sim estaria cometendo um crime por abuso de autoridade.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Jorge Cardoso, aqui, no registro, movimentou 42 milhões. Dois foram no Banco do Brasil e 42 foram no Banestado?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Olhe, no Banco do Brasil, se eu tivesse acesso aos extratos, eu tenho a certeza da movimentação de 800, que eu vi em Curitiba, agora e outra de 600. Do Banco do Brasil, ele movimentou em torno de 3 milhões, 3, 5 milhões, para ser mais exato.

Mas eu gostaria de falar, Excelência, é que era uma movimentação inversa, ou seja, as contas utilizadas, que vemos, hoje, na mídia, as pessoas utilizavam para sacar recursos. Em nenhum momento, eu teria condições de diagnosticar a conta do Sr. Jorge Cardoso, porque ele depositava na agência de Foz de Iguaçu. Não vinha dinheiro de fora, e esse dinheiro ficou paralisado na conta dele por diversos dias; no mínimo, por quinze dias, esse dinheiro ficava parado.

Então, não tenho condições de julgar uma conta dessas como suspeita.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Todas essas contas foram feitas com contrato de abertura de contas?

Todas as contas estão devidamente documentadas e, de acordo com as normas exigidas pelo Banco Central.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor teve conhecimento de alguma auditoria, em 96, no Banco do Brasil?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Banco do Brasil, pelo porte da agência de Foz de Iguaçu, que é

o porte de agência de nível 1, normalmente em agências desse tipo o Banco do Brasil faz duas auditorias por ano. Então, no mínimo, duas auditorias nesse ano a agência sofreu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe de algum funcionário que foi responsabilizado por alguma coisa errada na agência, nessa auditoria?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conheceu Juan Villanueva?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabe de alguma operação dele no Banco do Brasil?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Eu acredito que o nome seja Juan Carlos Villanueva. Eu acredito que ele teve conta, porque o nome não me é estranho. Mas eu não conheço e não tive nenhum contato com ele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabe de quem era a conta que o gerente...

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Também não. Teria que puxar a ficha. Eu realmente não sei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe como funcionava a tesouraria do Banco do Brasil?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Eu fazia parte do quadro de funcionários. Posso ajudar com alguma informação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe como era conferida na autorização especial a chegada de reais para serem convertidos em dólares?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Não, na verdade, ali na tesouraria acredito que nunca houve conversão de reais em dólares. O dinheiro vinha por carro-forte, 100% desse dinheiro era depositado pelos bancos Araucária, Banestado, os bancos da praça. Isso porque a função do Banco do Brasil é ser o centro da tesouraria. Eram feitas por carros-fortes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o Banco do Brasil não possuía contas CC-5?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Olha, CC-5, não. As únicas contas que eu conheço que eram contas CC-5... Houve duas ou três casas de câmbio que abriram contas, mas que movimentavam com cheque. Com real-efetivo, o Banco do Brasil só tinha conta do Banco do Brasil, que é de Ciudad del Este, que é o banco correspondente ao do Banco do Brasil, aqui do Brasil, autorizada pelo Banco Central essa movimentação.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, a agência do Banco do Brasil de Ciudad del Este podia receber reais, mandá-los por carro-forte para a agência de

Foz do Banco do Brasil, com a declaração da Receita e convertê-los em dólar?

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Bom, sobre essa conversão em dólar eu não sei. Eu sei que os dos recursos que poderiam entrar... Vou citar um exemplo, em 96, Foz do Iguaçu chegou a receber até três mil ônibus por dia. Se eu calcular que em cada ônibus tivesse trinta pessoas, a uma média de US\$500 cada uma – na época a paridade era 1 por 1 -, nessa época entrariam R\$45 milhões em Foz do Iguaçu, vindos de São Paulo. Esses muambeiros compravam esses dólares no Paraguai, e as casas de câmbio do Paraguai depositavam no Banco do Brasil lá. O Banco do Brasil, como banco correspondente, trazia esses reais para o Brasil. Isso é normal. Quanto ao fechamento de câmbio, eu não sei falar. Mas a operação era essa. Não é que seja uma operação. Na verdade, não é uma operação. Na verdade o Banco do Brasil de Ciudad del Este tinha que dar um fim nos reais. Como banco correspondente, e o Banco do Brasil de Foz do Iguaçu era o centralizador...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Eu também não vejo problema nenhum. Eu quero saber quem é que no Banco do Brasil conferia a declaração da transportadora com o carimbo, com o visto da Receita.

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Isso eu não sei dizer. Eu não trabalhei na tesouraria e, infelizmente, não posso ajudar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Quero agradecer a V. S^a. Luis Fernando Gaiardo pela presença.

V. S^a está dispensado.

O SR. LUIS FERNANDO GAIARDO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O próximo é Aparecido Manoel de Souza.

(*Falha na gravação*) inquirido, criada através do Requerimento nº 2, de 2003, com a finalidade de apurar responsabilidade sobre a evasão de divisas do Brasil.

No termo de compromisso assina o nome completo: Aparecido Manoel de Souza, CPF 1252888/SSP – PR.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que couber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição.

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. S^a tem até 30 minutos para expor algo que possa auxiliar esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que fica a

sua disposição, primeiramente dizendo a sua profissão atual e a anterior.

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – A profissão atual é aposentado do Banco do Brasil. A anterior era bancário, saí em 1998, onde era tesoureiro do Banco do Brasil. Um ano e meio, mais ou menos, até eu sair, era tesoureiro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – V. S^a gostaria de utilizar o tempo de que dispõe para...

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Olha, sobre esse assunto não tenho conhecimento, a não ser pela televisão, pelos jornais. O conhecimento que tenho da CPMI do Banestado é somente dessa forma, mais conhecimentos não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Com a palavra o nobre relator, o Deputado José Mentor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor trabalhou na agência Foz do Iguaçu?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – É, agência centro, Foz do Iguaçu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Qual era a sua função como tesoureiro?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Era receber os depósitos de valores altos e fazer os grandes pagamentos. Eu era o responsável por isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor recebia carros-fortes?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Sim, recebia dos carros-fortes.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E dentre esses carros-fortes existiam aqueles que tinham origem em Ciudad del Este?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Olha, a princípio, acho que sim, mas não posso afirmar as origens, mas imagina-se que sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esses que vinham de Ciudad del Este não vinham com uma declaração, uma autorização especial com o carimbo da Receita Federal, de que tinham passado pela Ponte da Amizade? Ou não era o senhor quem fazia isso?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Não era eu quem fazia isso. Simplesmente, quem entregava esse dinheiro eram os próprios bancos ou clientes. Então, a gente recebia como se fosse dinheiro brasileiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – No caso dessas autorizações, quem é que recebia? O senhor sabe dizer?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca pegou uma autorização dessas, de uma transportadora, dizendo: estou transportando 1 milhão de reais para o Banco do Brasil, com o carimbo da Receita Federal?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Não éramos nós que fazíamos isso.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor soube de alguma operação de utilização das contas CC-5 do Banco do Brasil?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Olha, eu não tinha conhecimento disso, porque a minha função era basicamente manusear o dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Era fornecer moeda para os bancos e receber ou de grandes clientes?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Exatamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O Senhor tem conhecimento de que podia ter havido no Banco do Brasil operações contábeis sem trânsito de moeda, que resultaram em saques e depósitos em CC-5?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Não, senhor, não tenho conhecimento sobre essas operações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe se os caixas se utilizavam de operações chamadas Mata-Mata? Saca e credita?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Não, na tesouraria não ocorria assim, toda a vez que ocorria era efetivamente um saque ou um depósito em dinheiro físico.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor lá na tesouraria supria, fazia o papel de Banco Central, supria recursos e recebia recursos?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa era a operação que o senhor fazia?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E essa operação de reais oriundos do estrangeiro não passava pela tesouraria, passava primeiro por outro lugar para receber esse valor?

O SR. APARECIDO MANOEL DE SOUZA – Perfeitamente. Nós só internalizávamos ali dinheiro brasileiro, não tínhamos conhecimento de valores vindos de outro país, oficialmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Estou satisfeito, Dr^º Clair.

A SRA. PRESIDENTE (Dr^ª Clair) – Agradecemos a presença de V. S^a, o senhor está liberado

Muito obrigada.

Paulo João Escândalo.

O senhor prestou um compromisso perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento, tal, com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais,

em razão de denúncias veiculadas na imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de divisas em torno de US\$30 bilhões, efetuado em 96 a 2002, por meio das chamadas contas CC-5.

O senhor tem identidade 727.169, da Secretaria de Segurança Pública do Paraná?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Dr^a Clair) – O senhor tem o CPF 079.466.009.68?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Dr^a Clair) – O senhor prestou compromisso no qual se compromete, segundo art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade sob o que for lhe perguntado, não sendo obrigado a depor contra si mesmo, nos termos do art. 5º, Inciso 53, da Constituição Federal?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Dr^a Clair) – O senhor terá trinta minutos para se pronunciar a respeito do que o senhor sabe a respeito desses fatos.

O senhor está com a palavra.

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Eu era caixa do Banco do Brasil e fazia serviços internos na tesouraria. Não tinha quase contato nenhum com o público. Isso daí o que eu sei é pela imprensa...

A SRA. PRESIDENTE (Dr^a Clair) – Que tipo de trabalho o senhor fazia concretamente?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Concretamente, era tesouraria...

(Falha na gravação)

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Trabalhei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Que período?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Isso foi mais ou menos em 1985, 1983, por aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Até?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Nesse período, 1982, 1983, era na bateria de caixa, depois trabalhei interno em outro serviço, depois fui para a tesouraria trabalhar interno também e na bateria da tesouraria, mas só recebia bancários.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor chegou a receber recursos de carros forte vindo da Ciudad del Este?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Como assim?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Para depósito na conta CC5 do Banco do Brasil? Remetidos pela agência do Banco do Brasil de Ciudad del Este?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – O que a gente recebia do carro-forte era depósito para, por exemplo, o Banco do Brasil tinha agência em Ciudad del Este, ele depositava em uma conta em Brasília, a

gente recebia esse dinheiro para depósito na conta do Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Essa conta para depósito em Brasília tinha alguma diferença das outras contas?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Olha, não, era uma conta que todos os bancos têm no Banco Central em Brasília, então, a gente recebia dos bancos para depósito nessa conta.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Reais para serem convertidos em dólar, o senhor recebeu?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Não, nunca, sempre em reais, depositava em reais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E havia a conversão em dólares, não era a tesouraria que... E nem conferia a declaração da Receita de que a origem do dinheiro era Ciudad del Este?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Não, era do Banco do Brasil em Ciudad del Este, para depósitos na conta do Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Perfeito. Agora, quero saber o seguinte: Esses recursos que vinham da agência do Banco do Brasil em Ciudad del Este vinham com uma autorização da transportadora, com o carimbo da Receita Federal? Isso que estou perguntando para o senhor. O senhor que conferia se vinha essa declaração com o carimbo da Receita?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Não, essa daí já vinha pronta, eu só recebia o dinheiro só.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E vinha de onde? Isso que quero saber.

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – O quê?

O SR. RELATOR (José Mentor) – A papelada dizendo...

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Vinha junto com o dinheiro.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas lá estava junto a declaração da transportadora com o carimbo da Receita?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – É tinha a guia, que a gente recebia o malote, tudo, vinha emalotado e vinham as declarações, tudo, e passava tudo para o chefe ali.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Mas o senhor recebia os documentos que se referiam àquele dinheiro?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Que eu me lembre, sim.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor sabe descrever como é que era essa declaração?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Não me lembro. Agora, de memória, não me lembro. Era uma declaração da Receita Federal, na Receita Federal, que vinha dinheiro, a quantia, o valor que tinha confe-

rir com o que tinha no malote, tinha que ser a mesma quantia, o valor. Eram essas declarações.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quem mandava era o Banco do Brasil em Ciudad del Este para a agência do Banco do Brasil em Foz do Iguaçu?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Exatamente, para depósito numa conta do Banco do Brasil junto ao Banco Central em Brasília.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esses papéis, o senhor não se lembra quais eram os papéis que vinham?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Tinha guia de depósito, essa declaração, e a gente só autenticava ali.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E tinha um carimbo da Receita dizendo que passou pela alfândega, que passou pela ponte? O senhor não se lembra?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Isso daí sinceramente não me lembro. A correria era tanta no final do dia ali para atender todas as coisas, mas sempre dentro das normas.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Na bateria de caixa o senhor trabalhou só até 1985? Não trabalhou mais?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Que eu me lembre, sim, depois não trabalhei mais.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece essa operação “mata-mata”?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Como assim “mata-mata”?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Saca e deposita na mesma hora, sem precisar circular o dinheiro? Nunca ouviu comentário?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Não. Ao invés de eu fazer um depósito para a pessoa, ao invés de pegar o dinheiro faço direto o depósito para a pessoa. Esse sistema eu conheço.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ouviu algum comentário de recursos originários do Brasil que foram depositados em conta CC-5?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – Não, nunca mexi com conta CC-5, nem sei como funcionava isso aí.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Está muito bem. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sr. Paulo Escândalo, não é?

O SR. PAULO JOÃO ESCÂNDALO – É só no nome.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor me perdoe o trocadilho, mas o escândalo é esse enorme “laranja” que encontramos aqui nesta região de Foz do Iguaçu.

O senhor está dispensado.

O próximo depoente, Léo César Triaca.

(*Falha na gravação*) Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 2, de 2003, com a finalidade de apurar responsabilidade sobre evasão de divisas do Brasil, recebe depoimento por termo de compromisso o Sr. Léo Cezar Triaca, identidade nº 31706700 – SSP-PR....

O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

Sr. Léo, o senhor tem até 30 minutos, se quiser usar da palavra, para poder, no seu depoimento, ajudar a esclarecer alguns dados com relação a esta nossa CPMI do Banestado, podendo, inicialmente, dizer qual é a sua profissão.

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – A minha profissão, atualmente, é comerciante no ramo de artesanatos e confecções de camisetas ecológicas, no setor turístico de Foz do Iguaçu, no qual a minha loja está situada anexa ao Hotel D. Pedro I, na Rodovia das Cataratas.

Infelizmente, não tenho condições de auxiliar em nada, visto pelo fato de meu nome figurar desse convite que, na época, não me lembro da data, mas creio que, por meados de 1996, por aí, o meu atual contador pediu para que eu emprestasse o nome para se fazer uma empresa de turismo – tirar o registro junto a Embratur, tão-somente à Embratur, fato do qual eu tomei conhecimento e, em seguida, feita uma operação contratual, tirando o meu nome e, de fato, constatei, também, através de documento e, desde então, fiquei conhecendo outras pessoas que faziam parte dessa empresa – tudo na confiança dele.

Então, anterior a isto – a 92 – eu tive uma agência de turismo chamada Águas Sul-turismo – de 1989 a 1992 –, na qual está no meu nome, paralisada até hoje, mas, de 1992 em diante, eu entrei nesse ramo de artesanato no qual estou até hoje.

Na realidade, não tenho mais informações, além do qual. E depois, através da própria Delegada da Polícia Federal – porque eu fui chamado – deve ter sido em 2001. Também, não me recordo a data, fui na Delegacia Central, aqui, - tive um convite para ir lá e me perguntaram a respeito dessas pessoas que fizeram essa agência, após eu ter aberto, porque eu tinha, junto à Embratur, condições de abrir...

Então, o delegado me esclareceu que eles trabalhavam com câmbio, contas, essas contas. Mas eu, realmente, não conheci essas pessoas e não sei o que eles fizeram, porque, a partir do momento em que abri essa empresa e se alterou o contrato... Realmente, eu emprestei o nome na pessoa, na confiança desse Contador – tão-somente. Então, não tenho mais – o que eu sei a respeito disto e, depois, através da imprensa é que nós vemos esse trabalho de vocês e o

que está acontecendo mas, realmente, não sei mais nada além disto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Com a palavra o nobre Deputado José Mentor, Relator.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor disse que esse... é o atual Contador?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não é mais o atual contador. Ele foi embora de Foz do Iguaçu.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Como é o nome dele?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Edison José dos Santos.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Quando foi que ele pediu para o senhor emprestar o nome?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Eu não tenho certeza mas, provavelmente, em meados de 1996, 1997.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Carla Angélica Minela?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor, quando assinou o papel...

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – É... Me representa que era um desses nomes, Carla... Tinha essa Carla me parece, então, brasileira, e uma segunda pessoa com um nome tipo meio paraguaio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sabe qual é o nome?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não tenho, não me recordo.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Víctor Hugo Samaniego Escobar?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não tenho certeza. Não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Oscar Albino Pacheco?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Também, não.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Agostinho da Lauba?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Darcy Damin?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Também, nem de nome, nem...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Anselmo Damin?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valmir Barbosa da Cunha?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Tampouco.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Valmir Barbosa da Cunha?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse Edson José dos Santos, que o senhor falou, era um dos donos?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Donos...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Da Eucatur Câmbio e Turismo.

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Como é o nome, por favor?

O SR. RELATOR (José Mentor) – Edson José dos Santos.

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Sim, era o meu contador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Ele era um dos donos da Elcatur.

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Constava uma lista grande desses nomes aí, mas eu confesso que li uma parte mais, assim... Do conteúdo, que contava da abertura, junto à Embratur e, quando da transferência, também li muito bem, ali, transferindo as cotas e tal, mas confesso que, na página dos nomes, eu me preocupei muito em retirar o meu nome... Emprestando... Não quero...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor ganhou quanto para emprestar o nome?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Nenhum centavo, senhor. Ele foi meu contador, por volta de cinco anos ou mais. Então, prestava esse serviço, e... Eu realmente... Porque justo essa minha empresa antiga de turismo, ela operava só com kombis locais, assim, nunca trabalhei com câmbio, esse tipo de coisa.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor nunca viu a Carla Angélica Minela?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E como é que o senhor faz uma sociedade com alguém que o senhor nunca viu?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – É o que eu comento, né?... Na confiança do meu contador.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sem ganhar nada?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Sem ganhar nada.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabia se essa empresa tinha dívida na praça, estava devendo para os outros?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não tomei conhecimento. E pelo fato de que eu exigi que fosse só para abrir junto à Embratur. Isso foi um...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece Debora Ormay Molas?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe que o senhor vendeu para ela essa firma? Transferiu para ela?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Também não. Eu tenho uma cópia dessa alteração de contrato, nos meus documentos, mas não tenho gravado esse nome.

(Interrupção na gravação)

O SR. RELATOR (José Mentor) – ... e que essa empresa estava envolvida nessa evasão de divisas?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Na época em que fui convidado a comparecer na Polícia Federal. Não me recordo a data, tampouco o nome do delegado, também, que me entrevistou...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Esse Victor Hugo Samaniego o senhor nunca viu?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O seu contador, só, que fez toda a operação?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Fez a operação, somente ele fez. Eu fui ao escritório dele para assinar...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor reparou que era o dono da firma, quando ele passou para o senhor?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor. Tinha o nome dele. Isso eu reparei.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E esse Oscar Albino Pacheco. O senhor não conheceu? Nunca viu?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor já operou com câmbio alguma vez?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Nunca, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Turismo?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – A minha empresa que eu tive, de verdade, era turismo de transporte. Nunca operei com câmbio.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o que o contador do senhor falou para o senhor quando ele pediu para o senhor emprestar o nome?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Para fazer uma abertura de uma nova agência de turismo junto a Embratur, pelo fato de que os participantes dessa empresa – não sei a lei hoje, mas, na época, provavelmente até hoje – ou se tem o curso de em terceiro grau em Turismo, por uma faculdade, ou se tem um tempo em hotelaria ou no ramo de atividade de turismo, na época, creio, além de cinco anos.

Então, esse foi o pedido que ele me fez.

Por esse fato, aceitei com a exigência de que, quando saísse a autorização da Embratur, imediatamente, fizesse uma alteração. Isso ele cumpriu, fez. Então, por esse fato...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor emprestou o nome só para legalizar perante a Embratur? O senhor tinha essa exigência?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Perante a Embratur. Nada de câmbio. Ele me falou, inclusive, que não

ia operar com câmbio, nada, porque, junto a esses outros órgãos, eu nunca tinha trabalhado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Então, o senhor emprestou o nome para acabar burlando a Embratur, porque a pessoa que ia receber depois não ia ter essa exigência?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Segundo ele, depois ia entrar uma estudante, que, provavelmente, era essa Carla. Realmente, eu fiz na confiança dele.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E depois que o soube que estava irregular, o senhor foi atrás para saber quem era a Carla?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, pelo fato de que se passou (*sic*) vários anos. Quando me chamaram, que houve esse problema... Para mim, essa empresa estava operando normalmente...

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor foi procurar a Dona Debora, para quem o senhor vendeu?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor. Não procurei ninguém.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Não tomou nenhuma providência?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Procurei o contador imediatamente, quando fui chamado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E ele falou o quê?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Ele falou: não, eu já fui convidado a ir lá também. Falei que o senhor só me emprestou o nome junto a Embratur.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor sabe para onde ele foi?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – O Edson José dos Santos?

O SR. RELATOR (José Mentor) – É.

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – O último que me constou é que ele tinha mudado para Maringá.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor acha certo agir dessa maneira?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, realmente se ele fez isso para burlar a Embratur, foi uma operação... Foi uma coisa errada que ele fez realmente.

O SR. RELATOR (José Mentor) – E o senhor?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Também.

O SR. RELATOR (José Mentor) – O senhor conhece a Casa de Câmbio Real?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Banco internacional?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Já ouvi esse nome. Sei que é do Paraguai, mas não...

O SR. RELATOR (José Mentor) – Banco Araucária?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Araucária, não conheço. Nunca vi. Acho que não tem aqui na região.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Com a palavra a Deputada Dr^a Clair.

A SRA. DR^a CLAIR (PT-PR) – O senhor falou que o seu contador, o Sr. Edson, pediu esse favor para o senhor. Ele era o dono ou ele era um “laranja” também?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Ele era um dos donos do escritório de contabilidade.

A SRA. DR^a CLAIR (PT-PR) – Não, estou falando da casa de turismo, de câmbio.

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, em princípio, para se .. Eu não tenho conhecimento...

A SRA. DR^a CLAIR (PT-PR) – Ele era o dono? Ele trabalhava aonde, na casa de câmbio ou no escritório?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Ele tinha um escritório de contabilidade.

A SRA. DR^a CLAIR (PT-PR) – Quem era o dono na realidade?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não conheço.

A SRA. DR^a CLAIR (PT-PR) – Para quem o senhor ia fazer esse favor?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Para o Edson José dos Santos, contador.

A SRA. DR^a CLAIR (PT-PR) – Mas o senhor falou que o Edson também era “laranja”.

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, Excelência.

A SRA. DR^a CLAIR (PT-PR) – “Laranja” quer dizer que ele não era o dono. Ele também emprestou o nome provavelmente.

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não tenho conhecimento disso.

A SRA. DR^a CLAIR (PT-PR) – O senhor não tem conhecimento de quem era o dono efetivo?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Eu estava tratando com o meu contador, que me pediu unicamente esse favor.

A SRA. DR^a CLAIR (PT-PR) – Obrigada. Não tenho mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – Sr. Léo, o senhor se envolveu em uma enrascada do tamanho de um bonde.

O senhor sabe que uma das funções desta CPMI é desempenhar um papel educativo, didático. Dessa forma, muitos da população humilde, como o senhor, passam a pagar por crimes de transgressão e por irregularidades, pois querem muitas vezes levar alguma dose de vantagem.

Nesse caso, o senhor passou a ser dono de uma empresa, por onde passaram 405 depósitos do Sérgio Luiz Becker, no valor de mais de US\$113 milhões; 98 depósitos do Sr. Paulo Ricardo, com mais de US\$122 milhões; Saturnino, com mais de US\$434 milhões; Sr. Nestor Reinaldo Morel, com mais de US\$51 milhões; e assim por diante, num montante que atinge mais de US\$935 milhões. Creio que nem conseguimos imaginar o tamanho dessa enrascada.

Como sócio, assina um documento passando para a Dona Debora, que fica com 1% dessas quotas. De fato, há um grupo de outro país que se associa a pessoas nesta região que servem para esquentar, para aliviar, para “legalizar” operações que facilitam a lavagem de dinheiro e a evasão fiscal do nosso País. V. S^a tem o resultado: está envolvido em processos na Justiça brasileira e está diante desta CPMI, que tem o papel e o dever de levar esse caso adiante e de investigar aqueles que, de fato, são donos de todo esse dinheiro – quase US\$ 1 bilhão –, que acaba trazendo prejuízo nefasto para a sociedade brasileira.

Eu ouvi com atenção seu depoimento e reconheço no senhor um “laranja”, usado e abusado nesse processo. Tal situação também serve como didática, para que outras pessoas não caiam nesse verdadeiro conto do vigário.

O senhor está dispensado.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Sr. Presidente, permita-me fazer mais uma pergunta.

O senhor conhece o Sr. Valmir Barbosa da Cunha?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Pois não, Excelência.

O SR. RELATOR (José Mentor) – Nunca ouviu falar?

O SR. LÉO CÉSAR TRIACA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hélio) – O senhor está dispensado.

Antes de concluir os trabalhos, informo que amanhã, às 9 horas, estaremos em Curitiba para dar seguimento à CPMI do Banestado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião. Obrigado.

(Levanta-se a reunião às __h__min.)



EDIÇÃO DE HOJE: 904 PÁGINAS